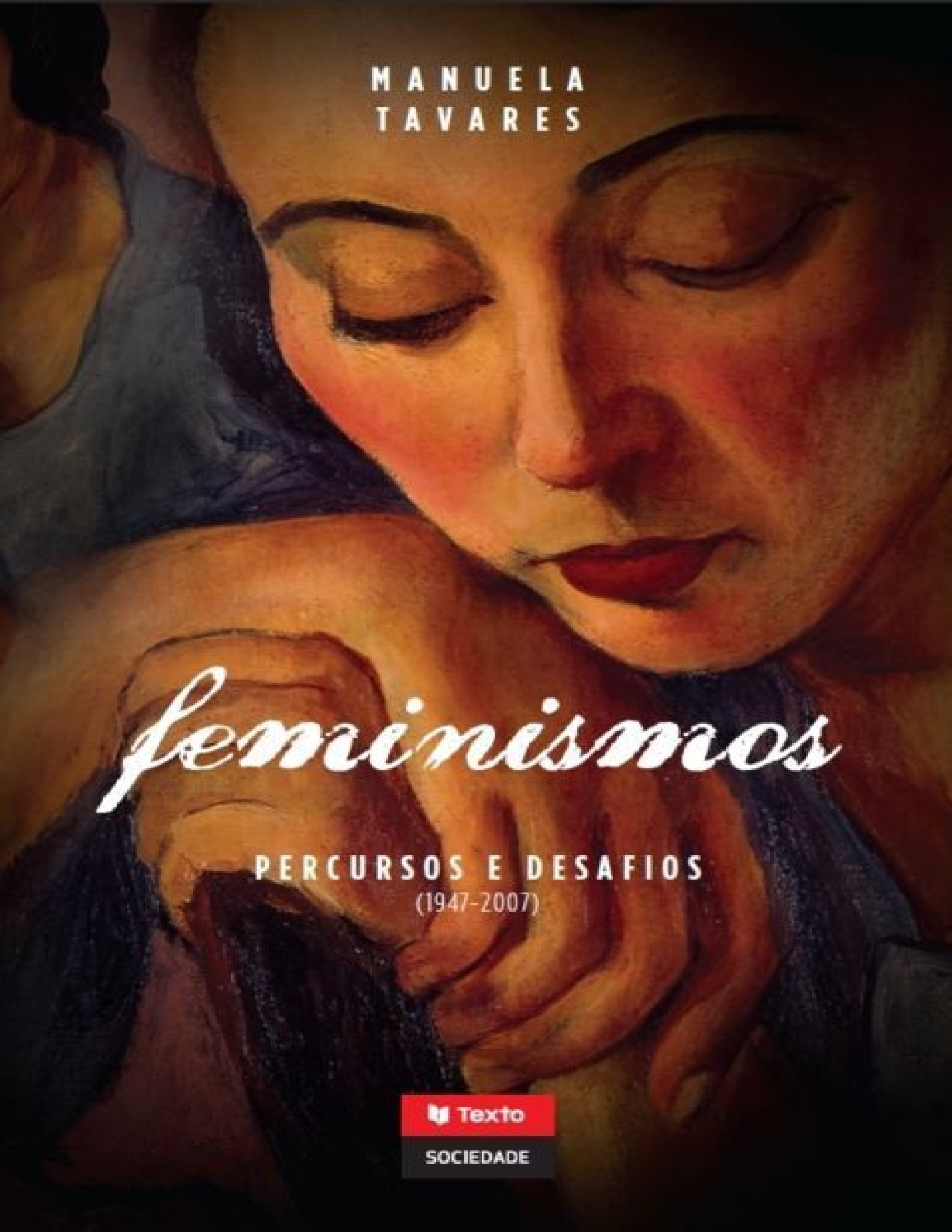




MANUELA
TAVARES

Feminismos

PERCURSOS E DESAFIOS
(1947-2007)

 Texto

SOCIEDADE



Ficha Técnica

Título: Feminismos: Percursos e Desafios

Autora: Manuela Tavares

Capa: Agência Croqui Design

IMAGEM DA CAPA Sarah Affonso, *Retrato de Matilde*. Coleção CAM/FCG

ISBN: 9789724743509

Texto Editores, Lda.

(Uma Editora do grupo Leya)

Rua Cidade de Córdoba, n.º 2

2610-038 Alfragide – Portugal

Tel. (+351) 21 427 22 00

Fax. (+351) 21 427 22 01

© 2010, Manuela Tavares

e Texto Editores

Todos os direitos reservados de acordo com a legislação em vigor

www.texto.leya.com

www.leya.pt

À minha filha Paula Tavares, bióloga, investigadora no IST, activista ambiental e feminista, falecida num trágico acidente provocado por terceiros, na «guerra civil» que hoje se trava nas estradas portuguesas.

*Estendo esta homenagem a Ágata Sousa, jovem engenheira, também falecida e a outras duas investigadoras, que embora sobreviventes ficaram com marcas para o resto das suas vidas:
Paula Chainho e Luísa Chaves.*

Mouvement social et politique, le féminisme a besoin d'une mémoire et de sa dimension affective.

Mais il a aussi besoin d'une histoire réflexive.

Françoise Thébaud, Brigitte Studer (2004),

«Entre histoire et mémoire»,

Le Siècle des Féminismes, Paris,

Les Éditions de L'Atelier, p. 27

Precisamos urgentemente de uma definição política própria, em que caiba o individual de cada uma.

Precisamos de ultrapassar a nossa insegurança, construindo uma identidade – pessoal e colectivamente.

Precisamos de compreender as causas sociais da nossa incapacidade de ultrapassar o medo...

Precisamos de uma teoria...

Planificada, estruturada para atingir os fins que nos propusemos.

Madalena Barbosa, 1978

(Em homenagem a Madalena Barbosa, feminista e dirigente do MLM, do IDM e Cooperativa Editorial de Mulheres nas décadas de 1970 e 1980. Extractos de um texto por ela elaborado com a colaboração de Ana D'Orey e de Isabel Barreno, arquivado na UMAR no Centro de Documentação e Arquivo Feminista Elina Guimarães)

Agradecimentos

Sem o apoio e colaboração de muitas pessoas e entidades com quem contactei ao longo destes cinco anos, este trabalho não teria sido possível. Esta é uma oportunidade para agradecer publicamente o estímulo e solidariedade que fui recebendo de todas elas.

As primeiras palavras de agradecimento dirigem-se às minhas orientadoras, professoras doutoras Anne Cova e Anália Torres, que sempre acreditaram em mim, apesar de me verem envolvida em múltiplas formas de activismo feminista. Contudo, em todas essas actividades, a minha tese esteve presente e foi o pano de fundo da minha vida nos últimos cinco anos. Em segundo lugar, às minhas entrevistadas, que demonstraram uma grande disponibilidade e com as quais troquei muitas ideias e partilhei muitas interrogações. Uma palavra especial para cinco pessoas: a Maria José Magalhães, a Antónia Fiadeiro, a Elisabete Brasil, a Almerinda Bento e a Eugénia Morão. De forma diferenciada, foi nelas que me apoiei nos momentos de maior trabalho e de quem recolhi as maiores solidariedades. Recordo com saudade algumas tardes passadas numa aldeia beirã, com a Maria José Magalhães, falando, discutindo, com aquele brilho nos olhos de quem procura na reflexão e na interrogação a forma de construção do pensamento.

O trabalho junto dos e das jovens do ensino secundário, que preencheu o meu ano de licença sabática, não teria sido possível sem o apoio de muitas/os professoras/es das escolas de Almada e de Viseu. Seria difícil escrever os nomes de todas/os neste pequeno texto. Mais fácil se torna, no entanto, relevar o importante contributo dos investigadores do ISCTE Rui Brites e Tiago Lapa, que em muito contribuíram para me iniciar em lides menos conhecidas e que me prestaram apoio técnico. Em termos institucionais, agradeço a todos os centros de documentação e arquivo que vêm referenciados na tese, onde passei bastantes horas. Um agradecimento especial à Teresa Almeida, que me deu estadia e fez companhia em Paris, quando da pesquisa na Bibliothèque Marguerite Durand. Por último, um

agradecimento muito especial ao António, à minha querida filha Paula Tavares, entretanto desaparecida, e às amigas da UMAR que, por serem tantas, não nomeio, com receio de me esquecer de algum nome.

Resumo

Este livro resulta da minha tese de doutoramento, «Feminismos em Portugal (1947-2007)», defendida em Março de 2009 na Universidade Aberta. Com este estudo procura-se traçar os percursos dos feminismos em Portugal em meio século de história. Objectivo ambicioso, num país onde a memória histórica dos feminismos da primeira metade do século xx se esfumou, por influência do regime ditatorial do Estado Novo, com uma ideologia de submissão das mulheres e pelo pensamento dogmático das esquerdas políticas, que não souberam captar a dimensão plural dos feminismos e as contradições de género na sociedade.

Sendo a capacidade de interrogação uma das características das teorias feministas, este livro dá visibilidade aos feminismos como corrente plural de pensamento e acção, mas mostra também as suas fragilidades, os períodos de latência e de «erupção», no dizer da historiadora Karen Offen (OFFEN, 2008:39). São, ainda, lançadas pistas para uma reconfiguração das correntes feministas, tendo em consideração o contexto de diferentes vivências das mulheres no país e num mundo globalizado.

Este trabalho valoriza a militância corajosa das mulheres na luta antifascista, sem deixar de relevar a falta de questionamento da subordinação das mulheres fora do campo dos direitos políticos. A falta de entrelaçamento das questões democráticas e de classe com as de género foi uma das causas da diluição do feminismo no antifascismo.

Apesar das transformações democráticas do país após Abril de 1974 e da grande participação das mulheres, a palavra «feminismo» permaneceu fora da linguagem política e a despenalização do aborto só conseguiu ser alcançada no novo milénio.

Este estudo analisa estes percursos e as suas contradições, mostrando que a grande evolução no estatuto das mulheres portuguesas nas últimas três décadas não esgota as razões para uma agenda feminista, ampla e exigente, no respeito por um sujeito feminista plural, que tenha em

consideração as diferenças entre as mulheres, em termos de etnia, classe social, região de pertença, orientação sexual, religião e idade.

Prefácio

Há uma década que a Manuela Tavares se tem dedicado à investigação na área da história das mulheres do século xx. Desde a publicação, em 2000, pelos Livros Horizonte do livro *Movimentos de Mulheres em Portugal nas Décadas de 70 e 80*[\[1\]](#), fruto de uma excelente dissertação de Mestrado, até hoje com a tese de doutoramento agora apresentada ao público sobre a mesma temática, mas acrescentando a década de 1990 até a actualidade.

Não há dúvidas de que Manuela Tavares com estes trabalhos de investigação se tornou a especialista em Portugal do movimento feminista da segunda vaga. Não é um acaso que quando *O Livro Negro da Condição das Mulheres* foi traduzido em português, a Manuela Tavares foi escolhida para contribuir com um artigo intitulado: «A longa luta das mulheres portuguesas pela despenalização do aborto.»[\[2\]](#) Esta questão fundamental do aborto foi também objecto de um outro livro da sua autoria[\[3\]](#).

Incansável defensora dos direitos das mulheres, a Manuela Tavares esteve igualmente na génese dos dois congressos feministas que tiveram lugar na Fundação Gulbenkian, em 2004 e 2008, para comemorar os primeiros congressos feministas em Portugal de 1924 e 1928. Convém referir também que a Manuela Tavares conseguiu fundar em 2005 o importante Centro de Documentação e Arquivo Feminista Elina Guimarães. Todas estas iniciativas convergiram para enriquecer a tese de doutoramento hoje publicada. Alimentaram a reflexão sobre as teorias feministas que encontramos neste livro. O centro de documentação Elina Guimarães, com as suas abundantes fontes, permitiu uma pesquisa muito apurada e na medida do possível quase exaustiva.

Com Anália Torres, na qualidade de co-orientadora, tive o prazer de seguir o percurso da Manuela Tavares e gostaria de destacar duas qualidades como investigadora que lhe permitiram levar a bom termo este tese de doutoramento: a persistência e uma curiosidade intelectual notável.

O resultado está a vista: trata-se de meio século de história dos

feminismos, desde o encerramento do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas em 1947 até à despenalização do aborto ocorrida em 2007. Neste período muito amplo que se inicia em pleno salazarismo e acaba em democracia, Manuela Tavares soube captar a dimensão plural dos feminismos, estando sempre atenta à militância das mulheres.

Dividido em três grandes partes, seguindo a cronologia dos acontecimentos, apenas a leitura de uma prosa escrita num estilo muito claro e numa linguagem acessível permite avaliar o enorme trabalho de investigação efectuado. Recorrendo a todo o tipo de fontes, incluindo fontes orais, a Manuela Tavares soube aproveitar muito bem a documentação à sua disposição. Este livro constitui uma obra incontornável para a história das mulheres do século XX e para a história contemporânea.

Anne Cova

Historiadora,

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Introdução

Objecto de estudo

Durante os cinco anos em que fui estudando e tratando os documentos escritos e orais que me permitiram elaborar esta tese de doutoramento surgiram apoios, incentivos e interrogações em torno do tema. Apoios por parte de quem já detinha uma sensibilidade capaz de compreender a importância histórica de se estudarem os feminismos em Portugal, na segunda metade do século xx. Incentivos, que surgiam de jovens universitárias, a trilharem, pela primeira vez, estes caminhos. Interrogações por parte de quem, menos familiarizado, procurava saber as minhas motivações para me dedicar de forma tão intensa ao estudo dos feminismos. Quando falava da minha trajectória pessoal de activismo político e feminista, em torno da despenalização do aborto e de outras causas na defesa dos direitos das mulheres, surgia uma maior compreensão para com esta «obstinação». Contudo, as pessoas eram efectivamente ganhas, quando lhes falava da invisibilidade histórica das mulheres e da necessidade de recuperar a memória das suas lutas individuais e colectivas num país com uma das mais longas ditaduras do século xx.

O período escolhido (1947-2007) tem em consideração dois marcos históricos. O encerramento, em 1947, pela ditadura salazarista da principal organização de mulheres da primeira metade do século xx: o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas. Com o encerramento desta associação, inicia-se uma «longa travessia no deserto» em relação à afirmação dos feminismos em Portugal, que nem mesmo o período revolucionário do 25 de Abril permitiu desbloquear na sua plenitude. O segundo marco, prende-se com o referendo de 2007, que permitiu a despenalização do aborto, após 30 anos de lutas, sendo que nas suas origens estão os grupos feministas que, na segunda metade da década de 1970, ousaram colocar este assunto na agenda política, embora sem a força

mobilizadora de outros países. Parecendo não existir qualquer relação entre dois acontecimentos, que distam mais de meio século, o presente estudo irá procurar ligá-los na busca de razões sustentadoras das fragilidades e especificidades dos feminismos em Portugal.

Ao assumir como objecto de estudo «Os Feminismos em Portugal (1947-2007)» tem-se consciência da imensidão deste trabalho e dos riscos decorrentes da opção feita. Contudo, não se deixa de sublinhar que as pontes históricas e as sínteses necessárias num trabalho deste tipo podem abrir perspectivas a estudos futuros, a partir de outros patamares de análise. Aliás, obras que incidem sobre grandes períodos históricos não são inéditas em outros países[4].

Longe de se resumir a uma evolução linear, a história dos feminismos é feita de progressos, de conquistas e recuos, em relação estreita com os contextos sociais, políticos e económicos. Deste modo, os feminismos em Portugal não falaram, nem falam a uma só voz. Não se fazem ouvir apenas através da acção política, mas também pela reflexão teórica, pela crítica feminista, que tem tido pesos diferentes nos diversos países e em diversas áreas do conhecimento.

Segundo a historiadora Michelle Perrot, estamos num tempo histórico em que o feminismo já não é o parente pobre da historiografia, em que vozes isoladas nas universidades tinham dificuldade em se fazer ouvir (PERROT, 2004:9). Apesar da evolução, na última década, dos estudos sobre as mulheres em Portugal, o nosso tempo histórico ainda não corresponde ao que se vive em outros países onde a história dos feminismos evoluiu para abordagens mais globais e menos guetizadas. O espaço intelectual estreito, resultante do silenciamento dos feminismos enquanto movimento social, e os estereótipos baseados numa análise preconceituosa e distanciada têm levado a encarar a história dos feminismos como uma «história militante», um campo marginal da própria História. Todavia, a história dos feminismos insere-se na História da Humanidade, pelo que não se pode falar de uma «história das mulheres» separada da História. O que se pretende é reinscrever as mulheres na História, dando-lhes a visibilidade necessária para se ter uma outra visão da própria história. Também ao

estudar os feminismos como movimentos protagonistas de transformações sociais, mais não se procura do que reinscrevê-los na história da Humanidade.

Em Portugal, a valorização tardia das ciências sociais, só possível com a instauração da Democracia, teve os seus reflexos na fraca implantação dos Estudos sobre as Mulheres nas universidades. A década de 1970 caracterizou-se por iniciativas esporádicas, por trabalhos biográficos, procurando retirar as mulheres do esquecimento e dar-lhes visibilidade. Só nos anos 80 se regista a sua dinamização, a partir da então Comissão da Condição Feminina, que procura uma legitimação desta área de estudos junto de algumas universidades. A esta fase de ligação às universidades em busca de uma afirmação disciplinar e das próprias mulheres nessas instituições, sucede uma outra, na década de 1990, de maior impulso na construção de um espaço científico-social, com particular realce para os mestrados em Estudos sobre as Mulheres, o primeiro dos quais em 1995, na Universidade Aberta.

Os trabalhos de investigação até agora realizados ocupam espaços temáticos e cronológicos relativamente curtos ou pontuais permitindo uma visão aprofundada das realidades estudadas. Sem eles, não seria possível avançar na história dos feminismos em Portugal e os seus contributos ajudam a preencher lacunas históricas e teóricas sobre os feminismos e a sua caracterização[5]. Todavia, coloca-se um conjunto de interrogações para as quais este estudo procura respostas e caminhos de reflexão.

De que modo as principais linhas de pensamento e acção das feministas portuguesas da primeira metade do século xx tiveram reflexos nos caminhos dos feminismos em Portugal? Será que a luta contra a ditadura do Estado Novo fez eclipsar o feminismo e provocou um corte de memória histórico entre as primeiras feministas do século xx e os movimentos de mulheres, mesmo após o 25 de Abril de 1974? Que reflexão pode ser feita a partir de outros factores, ligados a concepções nas esquerdas, que não aceitaram no seu vocabulário a palavra «feminismo»? Tendo consciência de que outras eram as leituras do mundo, de que a descontinuidade entre o passado e o presente tem de ser tida em conta «para libertar o passado das

categorias de avaliação do presente», como afirma o historiador António Hespanha (2007:82), a análise histórica não pode deixar de problematizar a visão adquirida das coisas, como por exemplo, de que no contexto da luta antifascista não seria possível levantar reivindicações de carácter feminista. Na conferência proferida por Fernanda Henriques[6] no colóquio «Estudos Feministas e Cidadania Plena» realizado em Fevereiro de 2008 na Universidade de Coimbra, esta investigadora referia que o «nosso destino é trabalhar a história que nos trabalha». E acrescentava: «A consciência histórica não escuta de forma beatífica a voz que lhe chega do passado, mas reflecte sobre ela, recolocando-a no contexto em que ela se enraíza para avaliar a significação e o valor relativo que lhe pertence.» Isto significa propor outras leituras do passado, colocar em causa um monoteísmo discursal ocultado por «uma falsa neutralidade»[7].

Outras interrogações surgem sobre as limitações das diversas correntes feministas em Portugal, assim como as novas reconfigurações dos feminismos no tecido económico, social e político de um mundo globalizado, onde surgem novos actores sociais. Neste contexto, poder-se-á falar de uma nova agenda feminista ou de agendas feministas? Que novas e velhas causas estão colocadas? Que perspectivas poderão ter as novas gerações de rapazes e raparigas face aos feminismos? Como se interliga a história dos feminismos em Portugal com as representações das jovens e dos jovens na actualidade sobre os feminismos e a igualdade de direitos entre mulheres e homens?

Este livro permite a abordagem destas e de outras interrogações procurando abrir espaços de reflexão.

A importância da memória histórica: As fontes escritas e orais

Não sendo a História um registo neutro do passado, mas um produto escrito a partir de posições assumidas e porque os feminismos precisam de uma memória histórica, «construir essa memória e transmitir uma história dos feminismos é um desafio político e historiográfico», tal como afirmava Anne Cova, na sessão de abertura do seminário evocativo do I Congresso Feminista e da Educação realizado em Maio de 2004, em Lisboa.

Na história dos feminismos, a questão da memória é, de facto, fundamental por duas razões: a história tradicional não abriu espaço para que as mulheres surgissem como sujeitos históricos; o eclodir dos movimentos feministas situa-se numa «história do tempo presente», para a qual a reconstituição da memória, o recurso a fontes orais e a fontes escritas de alguma especificidade são imprescindíveis.

As fontes escritas podem ter origem em arquivos históricos generalistas, embora organizados temática ou cronologicamente ou por arquivos específicos de associações de mulheres. Françoise Thébaud considera que é graças a estes últimos arquivos, que foram conservados materiais de diversas organizações (folhetos de propaganda, cartazes, cartas, notícias de acontecimentos da época, *dossiers* temáticos, elementos biográficos), assim como parte da imprensa feminista, de manuscritos, de fundos particulares. A estas fontes juntam-se materiais audiovisuais, filmes, fotografias, registos[8].

Também a historiadora Michelle Perrot afirma:

D'abord il importe de prendre en compte des sources nouvelles: archives privées, archéologie du quotidien, sources orales pour les périodes récents pour lesquelles subsistent des témoins. (PERROT, 2008:144.)

No presente estudo, utilizaram-se fontes generalistas nos Arquivos

Nacionais da Torre do Tombo, como o arquivo da PIDE/DGS e o arquivo do Ministério do Interior, o arquivo histórico da Fundação Mário Soares, o Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra, o arquivo de Imprensa na Hemeroteca de Lisboa, alguns documentos fornecidos pelos arquivos do PCP, o arquivo de imprensa no Centro Georges Pompidou, em Paris. Na área dos arquivos específicos, foram feitas consultas na Bibliothèque Marguerite Durand em Paris, no Centro de Documentação da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, no Centro de Documentação e Arquivo Feminista Elina Guimarães e na Fundação Cuidar o Futuro que possui o espólio de Maria de Lourdes Pintasilgo.

O tratamento e a conservação de fontes orais é também hoje motivo de preocupação à medida que a sua utilização tem vindo a ganhar uma maior legitimidade na investigação histórica. Poderemos mesmo interrogar-nos se uma história dos movimentos feministas será possível sem se recorrer às fontes orais, ou seja aos testemunhos, às vivências das mulheres que foram protagonistas desses mesmos movimentos.

Na década de 1970, quando a história das mulheres se estava a desenvolver, a falta de informação histórica sobre a vida das mulheres era enorme. Deste modo, a história oral emergiu como uma ferramenta essencial. *Frontiers, a Journal of Women's Studies* esteve na vanguarda da emergência do campo da história oral quando publicou, pela primeira vez, artigos sobre o tema, em 1977 (NEVINS, 1996). Num primeiro momento, para responder às críticas feitas em torno da «subjectividade» das fontes orais, foi preciso falar dos silêncios e das próprias subjectividades inseridas nos documentos escritos, dado que estes resultam, não só dos factos históricos, mas da percepção dos acontecimentos por parte dos seus autores. Muitas historiadoras não se limitaram a sublinhar o androcentrismo das fontes, mas também o âmbito da pesquisa, que se reportava apenas à esfera pública e, ainda, as categorias sociais que excluía a variável «sexo». A história oral e a «história das mulheres» forçaram um outro olhar da história tradicional sobre realidades ignoradas. É preciso, contudo, entender que as fontes orais dão simultaneamente

acesso aos factos, mas também ao significado que lhes é atribuído pelas pessoas entrevistadas, sendo essa percepção dos acontecimentos influenciada pelas experiências vividas posteriormente aos mesmos.

Nesta investigação foram realizadas 34 entrevistas abrangendo feministas de várias sensibilidades[9], diversas gerações de investigadores e de investigadoras; activistas de diversas associações (Acção Justiça e Paz – AJP, Associação Portuguesa de Mulheres e Desporto – APMD; Associação para o Planeamento da Família – APF, Clube Safo; ILGA; Movimento Democrático de Mulheres – MDM; Panteras Rosa, Solidariedade Imigrante; União de Mulheres Alternativa e Resposta – UMAR); militantes comunistas que viveram longos anos na clandestinidade; activistas do movimento estudantil nas décadas de 1960 e 1970; activistas católicas nos anos 60. Os depoimentos publicados neste estudo com origem nas entrevistas realizadas consubstanciam diferentes visões e testemunhos, que se entrelaçam com as fontes documentais, dando-lhes maior consistência.

Mas afinal, o que é o feminismo?

Feminismo – Conceito em Evolução

Segundo a historiadora Karen Offen, o «feminismo» permanece uma palavra para a qual não se encontra um substituto adequado. Deste modo, «apesar da variedade de formas de estigmatização que esta palavra sofreu ao longo da História», Karen Offen defende que «devemos recuperá-la e abraçá-la» (OFFEN, 2008:37).

O termo feminismo nasceu em França, entre os anos de 1870-1880 e propagou-se a outros países no virar do século XIX-XX. Decorreu em Paris, em 1878, o primeiro congresso de cariz feminista e que assumiu um carácter internacional[10].

A historiadora Anne Cova (1998) afirma que a expressão «o feminismo» esconde um mosaico de situações diferentes, muito afastadas de um conjunto homogéneo, sendo que a aparente comunhão de ideologias sob a bandeira do feminismo esconde a variedade de feminismos. Se as lutas de algumas organizações sufragistas, no final do século XIX, deram ao feminismo um carácter de radicalidade pela frontalidade que colocavam nos seus protestos (greves de fome, interrupção de reuniões parlamentares, manifestações de rua), existiram outras feministas que procuraram apresentar o movimento com um carácter moderado, como um movimento «respeitável», valorizando a maternidade como meio de afirmação das mulheres nas suas reivindicações pela educação, pelo acesso à profissão e pelo próprio direito ao voto. É assim, que o feminismo surge, em 1901, no *Journal des femmes*[11], tendo por fim «o melhoramento da condição da mulher do ponto de vista educacional, económico, social, filantrópico ou político».

Para algumas investigadoras, as décadas de 1960 e 1970 foram a marca de um novo impulso nos feminismos que trouxeram novos conceitos. Para Griselda Pollock, o feminismo é, em parte, produto do momento histórico

dos anos 60 e 70, que viu novas políticas sociais e culturais serem desenvolvidas a partir dos movimentos pelos direitos civis, do poder negro, das lutas anti-racista e anticolonial e das revoltas estudantis (POLLOCK, 2002). A mesma autora considera que o feminismo se define por práticas e posições extremamente heterogêneas, precisamente porque tem registado desigualmente as mudanças e os paradigmas teóricos variáveis, dentro da cultura, da sociedade, da linguagem e da subjectividade, ao mesmo tempo que funciona externamente a estes e, por essa razão, se constitui como uma crítica que abrange o próprio processo de conhecimento. Christine Delphy define, no início da década de 1980, o feminismo como um movimento que almeja a uma revolução na realidade social e que na teoria almeja a uma revolução no conhecimento (DELPHY, 1980).

Há ainda quem se oponha à identificação do feminismo exclusivamente com activismo social, argumentando que historicamente o feminismo surge na tradição do pensamento sobre «a questão da mulher», o qual nem sempre coincide com lutas politicamente organizadas para alterar a posição social das mulheres. É o caso de Rosalind Delmar que, em artigo no livro *What is Feminism?*, editado pelas feministas britânicas Juliet Mitchell e Ann Oakley, considera que o feminismo é uma alocação à questão filosófica do sexo/género e que tem uma história descontínua, porque esta questão foi moldada em diferentes momentos históricos pelos discursos políticos/filosóficos prevaletentes (DELMAR, 1986:8-33).

Segundo Anne Cova, os feminismos de primeira vaga são atravessados pela problemática da igualdade na diferença. A historiadora Karen Offen caracteriza o feminismo francês baseado na diferença como um «feminismo relacional dos direitos das mulheres, nas distintas contribuições das mulheres nas suas funções», enquanto o feminismo predominante na Inglaterra e nos EUA se caracteriza por um feminismo que minimiza as diferenças dos sexos, procurando valorizar a procura pessoal da independência ou da autonomia em todos os aspectos da vida, pugnando pela igualdade entre os sexos. A este feminismo também designado por «feminismo da igualdade», Karen Offen designou por «feminismo individualista», na medida em que procura dar ênfase ao

elemento humano «abstracto», em detrimento das especificidades de género. Contudo, esta investigadora considera que no feminismo anglo-americano também existe uma corrente de «feminismo relacional» baseada na ideia da «igualdade na diferença» (OFFEN, 1988:119-155).

Debate ainda actual, os feminismos contemporâneos foram marcados por tensões entre as defensoras da igualdade e as partidárias da diferença. Buscar uma identidade comum ou desconstruir a categoria mulher e desestruturar a diferença sexual continuam como opções com reflexo nas posturas epistemológicas que se possam assumir nos estudos feministas. Segundo a historiadora Gisela Bock existem ainda outras dicotomias que têm marcado a «história das mulheres» e os próprios estudos feministas. No primeiro caso, as dicotomias natureza/cultura, trabalho/família e privado/público. Nos estudos feministas, emergem as dicotomias: sexo/género, igualdade/diferença e integração/autonomia[12].

De ressaltar, todavia, que o clima polarizado, outrora existente, se suavizou com a tomada de consciência da diversidade de teorias feministas em função de contextos culturalmente específicos. Desenvolveu-se uma nova e mais produtiva abordagem às diferenças entre as posições feministas. Novas tendências começaram a surgir na década de 1990. O sujeito feminista surge como uma entidade múltipla, aberta, multifacetada pelas estruturas de classe, idade, etnia, orientações sexuais, pelo próprio território[13], ou, ainda, deixa puramente de existir numa abordagem mais complexa do pensamento *Queer*.

Outra questão, relacionada com a evolução do conceito de feminismo(s), prende-se com o seu âmbito. A polémica dos anos 80 entre as historiadoras Karen Offen e Nancy Cott, publicada na revista *Signs*[14], tem como base um conceito mais amplo ou mais restrito de feminismo. Segundo Nancy Cott, o feminismo será uma das variantes do pensamento e das acções das mulheres, evitando a tendência para qualificar toda a actividade pública das mulheres de feminista. Todavia, Karen Offen no seu amplo conceito de feminismo[15] estabelece fronteiras e considera que, no essencial, o seu conceito identifica o feminismo como «um projecto político que desafia a dominação masculina e a subordinação feminina e que insiste em

restabelecer um equilíbrio de poder entre os sexos» (OFFEN, 2008:36).

Assumindo-se o feminismo como um conceito plural e em evolução e tendo em conta que o objecto de estudo agora apresentado percorre meio século de História, não parece possível optar-se por um determinado conceito de feminismo. Todavia, existe neste estudo uma perspectiva abrangente de feminismo ao defender-se que a sua pluralidade se concretiza através de diversas correntes.

Escrever sobre a história dos feminismos pressupõe uma investigação que não seja centrada apenas nas mulheres como sujeitos individuais, mas nas suas actividades colectivas, nas suas reivindicações, pelo que se torna importante conhecer as diferentes correntes políticas e ideológicas que influenciaram os feminismos.

De realçar, contudo, que os movimentos atravessam fases de latência em que, longe da passividade ou da inacção, as suas redes submersas, se comportam como autênticos «laboratórios naturais» em que se vai forjando a redefinição da realidade que inspirará novas lutas colectivas. A realidade dos movimentos feministas não pode identificar-se apenas com os momentos em que este realiza campanhas e actos públicos e muito menos com o eco que estes obtenham nos meios de comunicação social. Fazê-lo, implicaria, segundo Melluci, cair na «miopia do visível».[\[16\]](#)

Para a historiadora Karen Offen, que substitui a ideia das «vagas dos feminismos» por uma «metáfora geológica vulcânica», na medida em que a actividade feminista surge por «fluxos» ou «erupções» que emanam de fendas nos sistemas patriarcais, é preciso uma grande atenção sobre as condições que levam à abertura dessas fendas e ao fluir dos feminismos, assim como as resistências que obrigam a recuar (OFFEN, 2008:44).

Segundo Michelle Perrot: «C'est peut-être la portée critique des féminismes qui constitue leur lien plus fort et leur influence la plus décisive» (PERROT, 2004:13). Esta crítica penetrou em diversas áreas: na linguagem, na sexualidade, nas artes, na religião e na epistemologia científica.

As primeiras reivindicações feministas no início do século XX

Na primeira metade do século xx em Portugal, o pensamento e a acção feminista afirmaram-se em torno do direito à educação, ao trabalho, à participação política através da luta pelo direito ao voto e, ainda, nas alterações legislativas sobre o divórcio, o casamento e a filiação. Segundo o historiador João Gomes Esteves[\[17\]](#), o conteúdo das reivindicações feministas foi amadurecendo ao longo da primeira década do século xx e ganhou expressão ainda durante o regime monárquico, tendo surgido, pela primeira vez de uma forma mais sistematizada em Abril de 1908, no Congresso Nacional do Livre Pensamento. Numa tese denominada «Feminismo», da autoria de Ana de Castro Osório e Maria Veleda, preconiza-se o «reconhecimento da absoluta liberdade da mulher, em relação ao exercício de todos os direitos individuais, civis, políticos e profissionais»[\[18\]](#). Ainda, segundo o mesmo historiador, esta tese e o debate em torno dela foi muito importante pois antecedeu a formação da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (1909-1919) cujo papel foi relevante na apresentação ao governo republicano das principais reivindicações feministas, entre as quais o direito ao voto, negado pelos republicanos no poder. Apesar do acto histórico de Carolina Beatriz Ângelo ao conseguir votar contornando a lei de 1911, por ser viúva e, portanto, chefe de família, a nova lei publicada em 1913 vedou o voto «aos cidadãos do sexo feminino».

Adelaide Cabete, Ana de Castro Osório, Angélica Porto, Aurora de Castro Gouveia, Carolina Beatriz Ângelo, Carolina Michaelis de Vasconcelos, Deolinda Lopes Vieira, Alice Moderno, Virgínia Quaresma, Beatriz Pinheiro, Maria Veleda, Elina Guimarães e Maria Lamas são algumas das mulheres que marcaram os feminismos na primeira metade do século, sendo que a acção das duas últimas se prolongou pelas décadas seguintes.

Os «anos de ouro» dos feminismos em Portugal – a década de 1920 –, no dizer de João Gomes Esteves (2007:74-89) que permitiu a realização de dois congressos feministas (1924 e 1928), a adesão ao feminismo de uma nova geração de mulheres e a consolidação do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas[19] correspondeu também a um período de florescimento dos feminismos a nível internacional. A viragem para a década de 1920 teria assim marcado uma nova fase dos feminismos em Portugal, «passando-se de um feminismo pacifista e republicano para um feminismo mais aguerrido e mais distante de qualquer partido político[...]» (MARIANO, 2004).

Contudo, o pensamento e acção feminista não foram isentos de obstáculos que, segundo Ana Vicente, surgiram em diversos sectores desde os republicanos aos salazaristas, passando pelos dirigentes da Igreja Católica, envolvendo homens e mulheres (VICENTE, 2007). Elina Guimarães chega a declarar, que após a sua participação na abertura do 2.º Congresso Feminista e da Educação em 1928, ela passou a ser vista como *persona non grata*, acusada de «bolchevizar» as mulheres, conforme refere Madalena Barbosa, no prefácio ao livro publicado pela CIDM: *Elina Guimarães, uma Feminista Portuguesa, Vida e Obra (1904/1991)*. É também Elina Guimarães que no seu escrito «Sete Décadas de Feminismo» refere o clima existente após o congresso feminista de 1928:

Graças à tenacidade da Dr.^a Adelaide Cabete ainda conseguimos realizar em 1928 um congresso feminista que teve grande sucesso e que por isso foi violentamente contestado. O facto de as mulheres terem pretendido o direito de voto, tal era considerado um crime, porque este seria a «negação da sua missão de esposa e mãe e abalaria o sagrado edifício da família» diziam os jornais oficiosos. O feminismo em geral e as suas adeptas em particular passaram a ser pelo menos indesejáveis. Já não foi possível criar a secção portuguesa da Associação Internacional das Mulheres Universitárias. (GUIMARÃES, 1991:14.)

Com a consolidação do «Estado Novo» acentuaram-se tais obstáculos

num período em que as mulheres portuguesas ficaram privadas de espaços organizativos próprios[20] que não fossem os instituídos pelo regime[21], assistindo-se também internacionalmente a uma fragilização dos movimentos feministas, motivada pela desarticulação causada pela Segunda Guerra Mundial. Segundo Anne Cova, «a Segunda Guerra Mundial marca o fim dos movimentos de mulheres de primeira vaga» (COVA, 2007:36). Deste modo, o empalidecimento dos feminismos não foi apenas um fenómeno português. Todavia, o contexto de ditadura vivido no país e a forma como a oposição organizou as mulheres teriam tido peso no apagamento da memória histórica dos feminismos da primeira metade do século xx. Veremos se esta perda de memória terá sido um dos factores que está na origem das dificuldades na afirmação dos feminismos, mesmo após a instauração do regime democrático em Portugal.

PRIMEIRA PARTE

DO ANTIFASCISMO A UMA NOVA
AGENDA FEMINISTA

I

Anos 50 do Século XX em Portugal: O Feminismo Dilui-se no Antifascismo

As Mulheres do Meu País, um Desafio de Maria Lamas ao Regime

Em 1950, surge a primeira edição da obra de Maria Lamas[22], «As mulheres do meu país». O grande desafio da sua vida, assim o descreve Maria Antónia Fiadeiro, a resposta apropriada ao Governador Civil de Lisboa, que tinha ordenado o encerramento do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (CNMP), em 1947, afirmando que o Estado confiava à Obra das Mães para a Educação Nacional (Omen)[23]o encargo de educar e orientar as mulheres. Durante dois anos, Maria Lamas percorreu o país de «comboio, de camioneta, de carro de bois, a pé, de burro, de toda a maneira» (Fiadeiro, 2003:141), revelando-se uma notável jornalista, num trabalho de reportagem ímpar capaz de captar nos seus ínfimos pormenores, os quotidianos das mulheres portuguesas. O livro fala-nos da vida das mulheres de Lamas de Mouro, Cubalhão, Cardielos, Parede do Monte, Cortegaça, Gavieira, Merufe, Várzea, Soajo, Lindoso. Não só da sua resistência, mas da sua combatividade. «As mulheres estão sempre à frente de todos os protestos, desde que pressintam a ameaça de um agravamento nas condições já tão precárias do seu viver. Elas sabem quanto lhes custa o granjeio do seu pão. E exprimem-se nesses casos com uma firmeza, um desassombro que as transfigura» (LAMAS, 2002:26).

Maria Lamas não esquece os ambientes, as paisagens, os dizeres, as quadras soltas, as canções e fala do encanto dessas mulheres quando são jovens, risonhas, comunicativas. Mas, como afirma, depois do casamento: «caem geralmente no desmazelo e perdem toda a frescura, tão depressa que mesmo antes de se lhes ter esgotado a seiva da mocidade, já elas próprias se consideram velhas. Mesmo que o marido as não maltrate, a vida

encarrega-se de as maltratar» (LAMAS, 2002:126). Os percursos percorridos pela autora não se confinam às terras do interior do país. Ela observa a vida das salineiras de Aveiro com os seus chapéus de abas largas para facilitar o transporte das canastras de sal à cabeça. Trabalho pesado, como é o das carreiras de leite, o das mulheres que trabalham na seca do bacalhau ou ainda as que trabalham na construção de estradas. No Alentejo, Maria Lamas fotografou as ceifeiras nos arrozais da Marateca e de Águas de Moura, e fala das doenças contraídas pelas mulheres que neles trabalhavam, das suas expressões fatigadas. Do nascer ao pôr do Sol, assim é o seu tempo de trabalho. E fala-nos também de outras ceifeiras, as do trigo, em searas imensas, curvadas sob um sol escaldante. «Trabalham à jorna ou à empreitada, com um ganho sempre muito inferior ao do homem – em geral 2/3 do que ele recebe» (LAMAS, 2002:235). Mas de outros trabalhos se ocupam também as alentejanas: «da apanha da azeitona, do limpar das terras ou sargaçar; andar à pedra nos terrenos que ainda não foram alqueivados...; apanhar bolota; colher o grão e o tremço; enformar e desenformar os tijolos e a telha na indústria de barros» (LAMAS, 2002:243).

Não são esquecidas as mulheres do Ribatejo nas suas fainas, nas vinhas e nas zonas ribeirinhas; as mulheres madeirenses, horas e horas curvadas sobre os bordados para ganhar cinco escudos diários e as que trabalhavam na plantação das bananeiras, da semilha, do milho e do feijão em desfiladeiros de fazer cortar a respiração. Nos Açores, as mulheres dedicam-se à colheita do chá e do tabaco e às várias indústrias caseiras: tecem linho, fazem chapéus de palha de milho, flores de penas e escamas, cestos de vime... «Em contraste com esta tendência para o aproveitamento de tudo quanto possa transformar-se em objecto belo ou útil – coisas que habitualmente se deitam fora, como penas e escamas – nota-se uma grande ignorância, sendo muito elevada a percentagem de mulheres analfabetas e com uma mentalidade atrasada, apesar de serem, quase todas muito vivas e espertas. Em superstições absurdas, igualam as mais supersticiosas camponesas do continente. Da mesma maneira aceitam, sem reacção, a supremacia do marido, em todas as coisas, mesmo da vida familiar, não

tomando qualquer resolução, ainda a mais simples, sem autorização dele» (LAMAS, 2002:311).

Das operárias também nos fala Maria Lamas. Das que trabalham nos têxteis em Guimarães, Vila Nova de Famalicão e em Gouveia, das que produzem chocolates em Viana do Castelo ou artigos de perfumaria em Braga. E ainda das trabalhadoras das minas de S. Pedro da Cova, que britam o carvão, o transportam à cabeça e empurram enormes e pesadas vagonetas, como se vê numa magnífica fotografia da autora. As mulheres também trabalham na indústria de filigranas no Porto e em Gondomar, nas fábricas de faianças, como em Aveiro, na prensagem dos azulejos, na retocagem de sanitários ou na pintura decorativa das loiças. No Algarve, assim como noutros locais do país, são operárias conserveiras e corticeiras.

E que outras profissões assumem as mulheres nesta primeira metade do século XX? «Uma classe numerosíssima é a das costureiras que trabalham desde as fábricas de cintas aos depósitos de fardamentos... Ficam nas oficinas curvadas sobre a costura, durante as oito horas que a lei determina.» (LAMAS, 2002:382.) Também há as empregadas domésticas e são muitas as que vêm das aldeias para as cidades dedicar-se a uma profissão mal paga e nada valorizada. E ainda as mulheres que são «guardas de linha» nas passagens dos comboios. E as que carregam bagagens nas estações ferroviárias, quase sempre pobremente vestidas e descalças. Há também as vendedeiras de peixe, as lavadeiras de rio, as que descarregam areia nos cais. Fruto de um maior grau de escolarização, surgem as professoras, as empregadas de escritório, as enfermeiras, as telefonistas, as analistas.

Das mulheres que trabalham em casa a cuidar da família, das chamadas «domésticas», Maria Lamas faz lembrar as contradições inerentes a essa função. Muito antes de Betty Friedan, em 1963, no seu livro *A Mística da Mulher*, ter desmontado a pretensa realização das mulheres «donas de casa», Maria Lamas referia-se, em 1948, às mulheres que trabalhavam em casa, da seguinte forma. «De duas uma: ou a mulher aceita resignadamente as circunstâncias da sua vida e cai numa espécie de marasmo espiritual e mental, movendo-se apenas entre as graves preocupações do orçamento

caseiro, as compras, as limpezas, o arranjo das roupas, as refeições que é preciso ter prontas a horas certas, as doenças dos filhos e as mil pequenas coisas, sempre iguais e sempre enervantes, que lhe encham o dia, ou não consegue anular as suas aspirações, e vai sentindo crescer em si uma revolta que só dificilmente chega a dominar e que a entristece, transformando-lhe a vida num autêntico suplício.» (LAMAS, 2002:447.)

Em 1949, Maria Lamas tinha assumido, em entrevista ao *Diário de Lisboa*[\[24\]](#), que os problemas das mulheres portuguesas eram muito graves e que nenhuma solução eficaz lhes tinha sido dada pelo Estado Novo[\[25\]](#).

As Mulheres na Oposição

O pós-guerra tinha trazido ânimo à oposição ao regime do Estado Novo – «a mais longa experiência autoritária moderna do ocidente europeu» (ROSAS, 1996a:10). No ano de 1945, a 8 e 9 de Maio, manifestações pela vitória contra o fascismo sucedem-se em vários pontos do país. Muitas mulheres participaram nos festejos populares pelo fim da guerra. As sócias da Associação Feminina Portuguesa para a Paz[\[26\]](#) integraram-se nesse caudal de gente que encheu as ruas, em especial no Porto e em Lisboa. Estes festejos surgiam, «contra a vontade das autoridades; as pessoas sabiam que quem estava a festejar estava a expor-se»[\[27\]](#). O regime não ficou parado perante estes factos. Programou manifestações de apoio envolvendo mulheres de todo o país que «acorreram» a Lisboa para agradecer a Salazar «ter afastado Portugal da guerra». Apesar desta reacção do governo, com manifestações de apoio a Salazar a 19 de Maio, a oposição mantém-se activa e forma, a 8 de Outubro desse ano, o Movimento de Unidade Democrática (MUD). A 24 de Outubro, numa conferência de imprensa, o MUD declara o número de pessoas que tinham subscrito o movimento: 50 145. Salazar, num recuo defensivo, convoca eleições antecipadas. «Ninguém esperaria dentro do regime a vaga de contestação e ataque político que se sucedeu à tímida descompressão com fins eleitorais anunciada» (ROSAS, 1996b:447). O MUD exige condições mínimas de seriedade para concorrer que, não tendo sido satisfeitas, conduzem ao apelo à abstenção, tendo esta atingido 40% em eleições[\[28\]](#)

onde apenas votou 12% da população. Um comunicado da Comissão Feminina do MUD do Porto refere que «a lei eleitoral é injusta com as mulheres porque lhes nega o direito ao voto; que se faça justiça com a representação de mulheres na vida nacional». Fazendo ainda um apelo ao recenseamento, o comunicado dirige-se às mulheres nos seguintes termos: «Mulheres portuguesas, numa época de valorização feminina como a que está passando por nós é absolutamente necessário sermos mais conscientes dos nossos direitos e compreensivas sobre os nossos deveres, mais úteis à família, à nação, ao mundo inteiro.»[29]

No MUD destacaram-se, pelo seu activismo, muitas mulheres, em especial na Comissão de Mulheres do MUD[30]. Poucas foram, contudo, as que integraram os lugares de decisão do movimento. Virgínia Moura[31] foi uma das poucas mulheres que se destacou na direcção do MUD. Em Abril de 1950, a chegada ao Porto de Virgínia Moura e Ruy Luís Gomes da Comissão Central do MUD é acolhida por centenas de pessoas na estação de S. Bento. A polícia intervém com inúmeras agressões[32]. Conforme salienta Vanda Gorjão, uma das características que acompanha os movimentos contra o regime, ao longo das décadas de 1950 e 1960, é a «presença quase insignificante de mulheres em posições de destaque; maior concentração de mulheres em colectivos femininos ou em grupos unitários; actuação decisiva nos bastidores» (GORJÃO, 2002:267). Saliente-se que um documento comemorativo do 10.º aniversário do MUD, em 1955, é assinado apenas por duas mulheres (Cesina Bermudes e Virgínia Moura) entre 106 subscritores[33].

O MUD – Juvenil também mobilizou algumas jovens, apesar da sua primeira comissão central não ter tido nenhuma mulher[34]. A 30 de Setembro de 1950, o folheto «A juventude quer a paz» foi lançado do gradeamento da Rua do Alecrim sobre a Rua de S. Paulo. Esta organização era considerada «perigosa» para o regime. Relatórios da Legião Portuguesa assinalavam, por exemplo, que a Juventude Musical Portuguesa pertencia ao MUD – J: «O grupo musical de Fernando Lopes Graça e de Manuela Porto, grupo 100% de tendências comunistas fez uma apresentação na Associação Académica da Faculdade de Ciências e os bilhetes foram

distribuídos a estudantes com simpatia pelo MUD-J.»[35]

Um novo alento do movimento oposicionista traduzira-se, também, numa maior dinamização do CNMP, sob a presidência de Maria Lamas, com diversas iniciativas de divulgação da organização e com a Exposição de Livros Escritos por Mulheres, na Sociedade de Belas-Artes, em Janeiro de 1947. No ano anterior, Maria Lamas tinha representado o CNMP no Congresso do Conselho Internacional das Mulheres, na Bélgica, o primeiro congresso de mulheres após a Segunda Guerra Mundial.

A candidatura do general Norton de Matos à Presidência da República, em 1949, foi um factor de grande mobilização da oposição, destacando-se a participação numa Comissão de Mulheres de nomes como os de Cesina Bermudes, Ermelinda Cortesão, Maria Luíza Almeida, Maria Lamas, Maria Isabel Aboim Inglez, Irene Lisboa, Maria Emília Tito de Morais e Manuela Porto. Esta Comissão formulou as seguintes reivindicações: abolição da regulamentação da prostituição, salário igual para trabalho igual, assistência social para todas as mulheres, sufrágio universal e igualdade jurídica (Barradas, 2004:30). A campanha de Norton de Matos contou ainda com a participação de Irene de Castro, Maria Elvira Cortesão, Maria Lamas, Maria Branca Lemos, Irene Cortesão, Alda Nogueira, Maria das Dores Cabrita e Elina Guimarães que integrou as listas de apoio à candidatura e foi convidada para a Comissão de Propaganda de Educação Feminina Popular e Cívica (Guimarães, 2004:28).

No início da década de 1950, uma vaga repressiva, conduz à prisão de todos os elementos da Comissão Central do Movimento Nacional Democrático (MND)[36]e, consequentemente, das duas únicas mulheres com assento nesse órgão: Maria Lamas e Virgínia Moura. Quando em 1952, Virgínia Moura é de novo presa pela publicação com outros democratas[37] do Manifesto «Pacto da Paz e não Pacto do Atlântico» surge no Boletim da Comissão Central do Movimento Nacional Democrático uma carta dirigida a Virgínia Moura escrita pela presidente da Federação Democrática Internacional das Mulheres (FDIM)[38]Eugénie Cotton, de solidariedade com as mulheres portuguesas que sofriam a opressão do regime. A presença da FDIM fez-se sentir em várias ocasiões

ao longo das décadas seguintes com mensagens e acções de carácter antifascista[39].

No MND havia-se também formado uma componente feminina designada por Movimento Democrático Nacional Feminino, de que faziam parte, entre outras, Maria Isabel Aboim Inglez, Virgínia Moura, Manuela Porto, Ema Quintas Alves, Ermelinda Cortesão, Vitalina Machado, Eugénia Fernandes, Maria das Dores Cabrita, Antónia Farracha e Cesina Bermudes. Segundo Vanda Gorjão, devido ao seu grande protagonismo, Antónia Farracha, Maria das Dores Cabrita e Cesina Bermudes foram presas mediante um processo de acusação da polícia política. Um comunicado da Comissão Central Provisória do Movimento Nacional Democrático Feminino, dirigido às mulheres portuguesas, refere a necessidade de «ampliar o movimento dedicando particular atenção aos aspectos económico, social e moral da vida da mulher, tendo em vista a resolução dos seus problemas, para os quais, mais do que ninguém, elas têm o dever de dar a sua colaboração»[40].

A criação de Comissões de Mulheres no movimento oposicionista foi uma constante, «onde se incorporavam reivindicações sobre a condição social das mulheres, no quadro de defesa dos princípios democráticos genéricos» (Gorjão, 2002:185). Nessa época, as orientações do Partido Comunista Português PCP iam no mesmo sentido, como se constata num artigo publicado no *Militante* n.º 61, de Setembro de 1950[41]. Nesse artigo, apela-se à intensificação do «trabalho feminino», organizando as mulheres nas Comissões Eleitorais, nas Comissões de Defesa da Paz, nas Comissões Sindicais e em Comissões de Unidade. No *Avante* n.º 182, de Novembro de 1953[42], noticia-se que duzentas trabalhadoras da Sociedade Nacional de Cortiças se tinham organizado numa Comissão de Unidade contra os despedimentos. O mesmo tinha acontecido na Fábrica Mundet na Amora, mas com menor êxito. Em 1968 a orientação do PCP viria a modificar-se, com o impulso dado à criação de uma organização própria de mulheres: o Movimento Democrático de Mulheres (MDM).

Assinale-se, ainda, a realização, no Porto, em 1950, de uma sessão comemorativa do 15.º aniversário da Associação Feminina para a Paz,

organização criada em 1935 e que veio a ser encerrada pelo governo em 1952. Segundo Lúcia Serralheiro, a Associação Feminina para a Paz constituía um «espaço legal e autónomo de cidadania das mulheres», fora dos enquadramentos institucionais femininos do Estado Novo (OMEN e MPF). Foi ainda um espaço de encontro de muitas mulheres que participaram na campanha presidencial de Norton de Matos e no Movimento Nacional Democrático. O Estado Novo na sua ânsia de desarticular a oposição organizada não poupou esta associação. A partir de 1952, as mulheres deixaram de ter esse espaço específico de acção e reflexão, remetendo-se para os grupos de oposição.

A luta pela Paz ocupou um espaço na sociedade portuguesa, não isento de contradições, por aquilo que era considerada uma demasiada ingerência do PCP com um posicionamento sobre a Paz colado à União Soviética, numa conjuntura política onde se avizinhava um clima de «guerra fria» de confronto das duas principais potências mundiais. A Comissão Nacional para a Defesa da Paz[43] surgiu já neste contexto, tendo sido lançada na já referida sessão comemorativa do 15.º aniversário da Associação Feminina para a Paz. A luta pela Paz era um espaço de luta das mulheres.

Na oposição consideravam-se os problemas das mulheres como problemas da humanidade, sendo que nem sempre a sua especificidade era tida em conta na luta política. Maria Isabel Aboim Inglez, uma das mais importantes figuras públicas da oposição democrática[44] referia, a este propósito, num discurso pronunciado em 1952, nas comemorações do dia internacional da mulher promovidas pela Associação Feminina para a Paz:

...a especificidade dos problemas femininos é noção bastante relativa, pois não existem na verdade problemas exclusivamente femininos. A mulher, cada mulher, não é um ser isolado, é sempre membro de um grupo: nacional ou familiar, pelo menos, podendo ainda ser membro de uma comunidade escolar, de uma empresa de trabalho, de uma congregação religiosa, etc. [...] Os problemas da mulher resultam todos directamente da sua integração nos diversos grupos sociais em que se movimenta. [...] a mulher pertencendo a um grupo familiar, cujo chefe é atingido pelo desemprego, sofre tão

directamente os seus efeitos por ser membro dessa família como os sofre na sua qualidade de cidadã do Estado a que pertence e por cuja orgânica se explica o fenómeno do desemprego[45].

Desta forma, o espaço para a introdução dos direitos mais específicos das mulheres no seio da oposição foi muito limitado na década de 1950.

A oposição das mulheres ao regime fazia-se sentir em torno das lutas nos locais de trabalho centradas nas questões salariais, na defesa do emprego, do horário de trabalho de oito horas e na melhoria das condições de trabalho. Conserveiras, corticeiras, operárias têxteis, trabalhadoras agrícolas tinham sido as grandes protagonistas. Registaram-se, nesta década, mais de uma centena de situações de luta com forte participação das mulheres.[46] «As mulheres não se limitaram a ficar em casa, tecendo pontos e murmúrios. As mulheres lutaram nas fábricas, nos campos, nas escolas, nas ruas, na intervenção cultural.» (Neves, 1999:17.)

Durante a década de 1950, o regime consolidou a sua máquina de repressão[47].

Acontecimento repressivo com alguma repercussão pública foi a chamada «agressão de Rio Tinto» durante a campanha presidencial de Ruy Luís Gomes[48], em 1951, apoiada pelo MND. Virgínia Moura, Ruy Luís Gomes, Lobão Vital, José Morgado, Albertino de Macedo e Lino Lima ficaram feridos na carga policial. «O MND tirou proveito do incidente transformando-o numa jornada de proporção épica [...]. Não era comum que a polícia ferisse figuras públicas da oposição tão conhecidas como eram os dirigentes nortenhos do MND, ficando as cargas policiais normalmente para “os populares” (Pereira, 2005:147).

Um relatório da Legião Portuguesa de 1952 refere como perigosos alguns elementos do MUD – Juvenil, destacando-se alguns nomes de mulheres: Beatriz Adegão Pinto «ligada a elementos de ideias avançadas, consta do panfleto “As Universitárias”»; Ercília Veiga Ralha «por ter apoiado a homenagem ao Dr. Luís Gomes e também ter assinado o panfleto “As Universitárias”»; Rosa Viana da Costa «por ter pertencido à comissão de estudantes que se dirigiu ao reitor da Universidade de

Coimbra por causa da prisão do estudante Arquimedes da Silva Santos e por constar ainda do panfleto “As Universitárias”»[49].

Uma Luta de Mulheres: a das Enfermeiras

O Decreto-Lei n.º 32:612, de 31 de Dezembro de 1942, colocou o ensino e o exercício da enfermagem sob um grande controlo do Estado Novo. Exigia-se que o acesso à enfermagem por parte de candidatos do sexo feminino só pudesse ser feito no caso de mulheres solteiras ou de viúvas sem filhos. Para os homens não estavam colocadas tais restrições, porque a eles não estavam destinadas as tarefas familiares que «competiam por natureza às mulheres», segundo o discurso ideológico do regime. Deste modo, era exigido às enfermeiras uma dedicação exclusiva, um espírito de «missão» que também foi exigido às professoras do ensino básico[50].

Foi a partir do Hospital Júlio de Matos de onde algumas enfermeiras tinham sido expulsas por terem casado, que surgiu a «luta das enfermeiras». Num jantar de solidariedade organizado pelas colegas, iniciou-se a recolha de assinaturas contra a proibição do casamento das enfermeiras.

A enfermeira Isaura Borges Coelho foi presa em 1953, por estar envolvida nesta luta, que se alargou a sectores da sociedade portuguesa, inclusive a Igreja e a Liga Portuguesa de Profilaxia Social (LPPS). Contudo, Salazar resistia à ideia de existirem mulheres casadas na profissão de enfermeiras, pois seria sempre desejável afastá-las de preocupações e ambientes estranhos ao lar. Deste modo, a natureza absorvente da profissão não se coadunaria com os deveres de esposa e mãe[51]. Isaura Borges Coelho foi julgada no Verão de 1954. Foi condenada a dois anos de prisão e teve como testemunhas de defesa Maria Lamas e Maria Isabel Aboim Inglês[52]. Foi também presa por estar envolvida nesta luta a enfermeira Hortênsia Campos Lima.

Na base desta luta cruzaram-se razões de cariz ideológico diferentes: a luta contra uma discriminação a que as enfermeiras eram sujeitas, que se baseava na ideologia do regime e num retrato tradicional de «sacerdócio» das enfermeiras e as razões de carácter «moral», que condenavam as

relações fora do casamento. Na exposição enviada pela LPPS ao cardeal patriarca de Lisboa, afirma-se que tal proibição redundava em «vergonhas e em misérias e na perda definitiva da saúde para as desgraçadas enfermeiras, que tendo obedecido aos impulsos da natureza, resvalaram do anticoncepcionalismo para o aborto criminoso»[53]. De facto, das relações das enfermeiras numa vida conjugal clandestina não podiam resultar filhos.

Segundo Lucília Escobar, no seu livro *O Sexo das Profissões*, o papel do Estado Novo para a construção de uma identidade socioprofissional da enfermagem teve como base um estereótipo feminino de que resultou uma segregação sexual do trabalho dentro da própria profissão (Escobar, 2004:57-58).

As Dificuldades da Oposição, Candidatura de Humberto Delgado e as Mulheres

A prisão de Maria Lamas e de cerca de 50 pessoas que a esperavam no Aeroporto de Lisboa, quando regressava de um Congresso Mundial de Mulheres em Copenhaga (1953) promovido pela FIDM[54] foi denunciada através de um comunicado do MND: «Corre perigo a vida de Maria Lamas.» No texto distribuído citavam-se os nomes das pessoas presas nessa altura, pelo que se destacam os nomes de outras mulheres: Maria Keil, Maria Alice Silva, Maria Sofia Dias Coelho, Leonor Casimiro, Maria Antónia Lapa, Maria Helena e Maria Cândida Novais, Maria Albertina Carvalho, Maria Helena Massena, Maria Machado, Maria Fernanda Alves, Xacuntala de Miranda, Maria da Conceição e a sua filha de quatro anos[55]. É ainda deste período a repressão sobre as marchas grevistas pelo aumento das jornas, na campanha da ceifa, no Alentejo, de que resultou a morte da Catarina Eufémia, a 19 de Maio de 1954.

A oposição ressentiu-se de um período considerado «a época de ouro do Estado Novo»[56], pelas condições económicas e financeiras criadas (implementação do I Plano de Fomento; saldos favoráveis da balança comercial; desenvolvimento de indústrias de base), mau grado começasse também a despontar a questão colonial. O artifício de consignar, na Constituição, as colónias como províncias ultramarinas, em 1951, não

consequira, contudo, convencer a comunidade internacional mais atenta às aspirações de independência dos territórios colonizados.

A oposição ressentiu-se, também, dos tempos difíceis vividos então pelo PCP, componente importante da resistência ao regime. A prisão de dirigentes, como Álvaro Cunhal, Militão Ribeiro, Sofia Ferreira e Jaime Serra, que ocorrera em 1949, uma política de sectarismo com outros elementos da oposição, o clima de guerra fria do pós-guerra, que afastou algumas pessoas do PCP e a perda de influência junto de alguns sectores intelectuais, provocou debilidades na luta contra o regime.

Todavia, novos ventos surgiram na segunda metade da década de 1950, com a contestação estudantil ao Decreto-Lei n.º 40 900[57], que colocava na dependência do governo as estruturas associativas dos estudantes (1956), com o I Congresso da Oposição Democrática em Aveiro (1957), que serviu de arranque para a campanha das eleições presidenciais de 1958, em que a candidatura de Humberto Delgado foi o rastilho que incendiou o país contra o Estado Novo. Segundo o historiador Fernando Rosas, «as eleições de 1958 marcam verdadeiramente o princípio do fim do salazarismo e do próprio regime» – isolamento em termos nacionais aos apoios da ala direita e ultramontana e o cerco internacional contra a política colonial (Rosas, 1996a:523). No âmbito da candidatura de Humberto Delgado foi formada uma Comissão Feminina à qual pertenceram, entre outras, Maria Barroso, Vera Lagoa, Natália Correia, Maria Elvira Cortesão e, ainda, Cesina Bermudes, Maria Isabel Aboim Inglez e Virgínia Moura que vinham da candidatura de Arlindo Vicente, apoiada inicialmente pelo grupo Seara Nova[58]. Alcina Bastos é outra das apoiantes da candidatura de Humberto Delgado por intermédio da qual Jaime Cortesão Casimiro, membro do PCP, contacta o general no sentido de saber se aceitaria o apoio do PCP à sua candidatura, resposta que se veio a revelar positiva (Pereira, 2005:637). O enorme apoio popular granjeado por Humberto Delgado tinha, deste modo, conduzido ao Pacto de Cacilhas, que consignou a fusão das duas candidaturas.

O partido único – a União Nacional não sabia combater um homem que

saltava para os tejadilhos dos automóveis para se dirigir à população e que atravessava barreiras policiais para abraçar pescadores e mulheres da praça. [...] A propaganda a favor de Delgado invadiu liceus e faculdades, ruas e fábricas. Houve uma febril movimentação de massas que despertaram para o combate pela Liberdade. Descrever o que foi a campanha eleitoral de 1958 é rever um tempo em que o povo saiu às ruas para mostrar que o medo já não o dominava. [...] O regime de Salazar deitou mão da calúnia e da intimidação, da censura e dos mais variados métodos de fraude eleitoral, mas durante o escasso mês e campanha eleitoral nada ficou como dantes e abriram-se inclusivamente os olhos de sectores até aí afectos ao regime, como os católicos. (Delgado, Iva, 2006:9-10.)

Humberto Delgado dirigia-se às mulheres durante a campanha eleitoral incentivando à sua intervenção na vida pública: «De há muito acabou o tempo em que era o lar o cárcere da mulher, a sua clausura. Hoje o lar continua a ser, porque é da natureza humana, o verdadeiro centro de uma vida dignamente vivida, mas já não impede a mulher de reconquistar o direito à cultura, de alargar o seu interesse e o seu horizonte a outras actividades.»^[59] Também surgiram na altura mensagens de mulheres dirigidas ao candidato^[60] e protestos de mulheres apoiantes contra uma palestra proferida pela presidente da Cáritas, Fernanda Jardim, com o título: «Queremos Salazar.» A professora Esmeralda de Castro e Silva, apoiente de Humberto Delgado, escrevia no jornal *República*: «Também são portuguesas e das melhores as senhoras que estão em discordância com o Estado Novo.»^[61]

A fraude eleitoral organizada pelo regime desencadeou grandes movimentos de protesto. Neste mesmo ano, o bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, escreveu uma Carta a Salazar, «contrariando os pontos de vista oficiais na interpretação das convulsões que atravessavam a sociedade^[62]» sendo forçado ao exílio, do qual só regressará em 1969, no mesmo ano em que Maria Lamas também regressa ao país, depois do seu segundo exílio, já com 76 anos de idade.

No ano a seguir à campanha eleitoral de Humberto Delgado desenvolve-

se, sem sucesso, a «Revolta da Sé», assim designada pelo facto dos «conspiradores» (chefiados a nível militar pelo major Pastor Fernandes e a nível civil por Manuel Serra) se reunirem nos claustros da Sé de Lisboa. Uma das mulheres mais activas nesta acção foi Maria Eugénia Varela Gomes que recorda: «A finalidade do golpe era Delgado tomar conta do poder e prender os ministros e Salazar. [...] O entusiasmo era imenso. Lembro-me da Sacuntala Miranda a cantar canções revolucionárias. [...] Às tantas eram três ou quatro da manhã, batem à porta e entra o capitão Vilhena completamente desorientado a dizer que fora tudo por água abaixo» (Cruzeiro, 2003:148-149). Dezenas de implicados neste golpe foram presos e distribuídos pelos fortes da Trafaria e de Elvas. Nesta «Revolta da Sé» surge uma nova geração contra o salazarismo com a presença de católicos progressistas que tinham apoiado a candidatura de Humberto Delgado. Neste mesmo ano, um grupo de católicos, incluindo sacerdotes, fizeram uma exposição a Salazar contra as arbitrariedades da PIDE.

O Discurso da Domesticidade[\[63\]](#)

As mulheres portuguesas não conheceram, nesta década de 1950, as mesmas vivências das mulheres europeias. O pós-guerra permitiu às mulheres de vários países obterem o direito ao voto em liberdade[\[64\]](#) e aspirarem a outras conquistas, até aí não consignadas, como, por exemplo, o direito ao divórcio ou, ainda, o fim do poder marital e paternal. Contudo, a porta de Cidadania que foi aberta acabou por ser mais estreita do que se previa. O discurso da domesticidade impôs-se de novo. Em vários países, intensificaram-se as campanhas no sentido de fazer com que as mulheres regressassem a casa, deixando os postos de trabalho para os homens. A gestão do universo doméstico, a educação dos filhos, a vida em família, a decoração das casas, tornou-se um modelo de «felicidade» a atingir. Os anúncios da época apresentavam mulheres sorridentes com os novos electrodomésticos, símbolo de promoção social. Mulheres dóceis que não punham em causa a ordem familiar eram as heroínas dos filmes «cor-de-rosa».

A investigadora Claire Duchen afirma que, nesse período histórico, em França, «ser uma dona de casa e mãe era uma missão, uma vocação; assim lhes era dito pela Igreja, pelos professores, pelos ministros do governo, pelos pais e, mais tarde, pelos maridos»[\[65\]](#). Este discurso é de tal forma forte que a própria esquerda alinha com ele. Segundo a historiadora Christine Bard: «Le maternalisme est également au coeur du discours des militantes communistes sur la paix. Leur propagande essaie de mobiliser les femmes en tant que mères «naturellement» hostiles aux guerres, mais non en tant que citoyennes, rôle qui passe au second plan» (Bard, 2001:165). Nos Estados Unidos, «uma propaganda bem orquestrada colocou na ordem do dia os estereótipos do século XIX no círculo privado de uma família nuclear restaurada»[\[66\]](#).

Nas democracias ocidentais de meados dos anos 50 eram dominantes os valores tradicionais na definição do feminino e do masculino. O culto da maternidade e o antifeminismo, eixos fundamentais da política autoritária relativa às mulheres, faziam parte de um caldo ancestral de códigos patriarcais partilhados pelas sociedades democráticas [...]. Na globalidade as políticas sociais das democracias ocidentais durante esse período não consideravam as mulheres enquanto sujeitos autónomos, pensavam-nas antes enquanto mães. (Gorjão, 2002:11.)

Segundo Elina Guimarães, em Portugal, «o Estado Novo não mandou as mulheres brutalmente para casa para depois as ir buscar para o esforço de guerra, como tinha feito o nazismo; foi muito mais subtil» (Guimarães, 1991:15). As mulheres não tinham sido mobilizadas para integrar a produção, pois o não envolvimento directo de Portugal na Segunda Guerra Mundial não o tinha exigido. Em 1950, a taxa de actividade das mulheres era de 22,7%[\[67\]](#). Segundo Anne Cova,

na ideologia salazarista as mulheres deviam assumir vários papéis no seio da família: esposa e mãe, mulher dedicada à casa e garante da moral. Esta exaltação da «missão» das mulheres no âmbito familiar estava longe da

realidade a partir do momento em que estas trabalhavam fora de casa[68].

É um facto que o discurso da domesticidade foi apresentado como um discurso baseado no género e não na classe social. Um discurso para todas as mulheres, criando um padrão, segundo o qual elas poderiam ser avaliadas, não pelo seu dinheiro ou cultura, mas pela sua capacidade de cuidar da casa. Contudo, para as mulheres de sectores sociais mais desfavorecidos, a casa representava a sua dupla tarefa, pois tinham de trabalhar também fora de casa. O trabalho das mulheres concentrava-se nas indústrias têxteis, de cortiça, de conservas e na agricultura. Maria Lamas, nas *Mulheres do Meu País*, fala-nos ainda das que trabalhavam nas salinas, na seca do bacalhau, na construção de estradas, nas indústrias do barro, de faianças, de filigranas, das carreteiras de leite, das bordadeiras, das que são guardas de linha nas estações ferroviárias, das vendedeiras de peixe, das empregadas domésticas.

Segundo Alice Samara, no seu livro: *Operárias e Burguesas*, as mulheres das camadas populares teriam uma maior presença no espaço público, entendido este como o espaço da rua. «A exiguidade do espaço físico obrigava muitas vezes à colonização da rua. As fronteiras entre a casa e o mundo eram mais ténues» (Samara, 2007:193). O tipo de sociabilidade seria assim diferente e não implicaria a reclusão exigida à mulher burguesa. Contudo, a ideologia de domesticidade constituía o pano de fundo da vida de todas elas.

As campanhas para «o regresso a casa» não tinham o mesmo sentido das campanhas do pós-guerra nos outros países. Para o regime do Estado Novo tratava-se de uma continuidade, na sua opção «das mulheres como fazedoras do lar» ainda que sem a ajuda dos electrodomésticos que por essa altura surgiam nos outros países para facilitar o trabalho doméstico (Serralheiro, 2002:224). De facto, a maioria das mulheres portuguesas não trabalhava fora de casa, situação que só se vem a alterar significativamente a partir da segunda metade da década de 1960.

Para Salazar, o trabalho da mulher fora do lar era desagregador da família: «Desaparece a vida em comum, sofre a obra educativa das

crianças. [...] O trabalho da mulher casada e geralmente até o da mulher solteira [...] não deve ser fomentado.»[69]

Deste modo, o discurso da domesticidade partia de um contexto diferente, como afirma a historiadora Mary Nash: «Na Europa Mediterrânica, em Portugal, Grécia e Espanha, o peso da ditadura política e a sua repressão traduziram-se na imposição de modelos arcaicos de domesticidade forçada» (Nash, 2004:158). O *slogan* «A mulher para o lar» tinha sido lançado pelo regime na década de 1940.

A casa, lugar da família, em suma o lar, constitui o espaço natural da mulher. E o bem da família – e, por extensão, do país – pressupõe prole numerosa, dedicação total. Por obra da natureza e exigência da consolidação familiar e da pátria, parir, poupar e zelar representam tarefas sublimes. As tarefas da mulher eram ensinadas desde a infância. (Neves, 2001:29.)

Segundo a investigadora Irene Pimentel, as respostas de Salazar a António Ferro, na entrevista realizada em 1932, definem o pensamento do regime sobre a mulher. A mulher como esteio da família tradicional, a valorização do papel de mãe e de esposa, a luta contra o inimigo liberal que a teria atirado para o mercado de trabalho, onde ela entraria em concorrência com o homem, a divisão dos espaços público/privado e a distinção entre mulher solteira e casada (Pimentel, 2000:27-28). A historiadora Anne Cova afirma mesmo que «em nome da “natureza feminina” as mulheres viram, desta forma, negada pelo salazarismo a igualdade com os homens[70]». Ainda, segundo a mesma historiadora, o Estado Novo mantinha-se fiel às encíclicas *Rerum Novarum* (1891) e *Quadragesimo Anno* (1931). Estas afirmavam que a «natureza» predispunha as mulheres a consagrarem-se às tarefas domésticas e ao cuidado com os filhos. A mulher teria sido concebida para ser mãe. Elina Guimarães considerava que «dar a maternidade como fim supremo à mulher, do ponto de vista social é cercear a sua valorização e dar aos homens a missão de a defender e logicamente de a governar[71]». A Constituição de 1933, que constituiu o sustentáculo jurídico do regime,

impunha, no seu Artigo 5.º, a discriminação das mulheres em função da sua «natureza». Comentando o texto do Artigo 5.º, em entrevista ao *Diário de Lisboa*, Elina Guimarães referia:

É fácil ver que esta disposição se torna assim, a um tempo ambígua e contraditória e que é sempre fácil invocar o «bem da família» para cercar os privilégios da mulher como se o bem da família e o bem da mulher fossem antagónicos. Foi em nome do «bem da família» que a Alemanha e a Itália tentaram relegar a mulher para a vida exclusivamente doméstica [...]. A única garantia que a mulher tem para manter os seus direitos actuais e adquirir aqueles de que carece é a existência de um regime político que a considere como cidadã e não apenas como membro da família. E, sobretudo que lhe permita defender livremente os seus interesses e os seus problemas[72].

Para Irene Pimentel (2000:400), a legislação do Estado Novo foi moldada por um factor biológico – a «natureza da mulher» – e por um factor ideológico – «o bem da família». O regime procurava marcar, em toda a sua propaganda, uma forte ligação entre a família e o Estado. Na campanha para a Presidência da República, em 1958, surgiram panfletos assinados por comissões de mães apelando ao voto das mulheres no candidato do regime, na base das seguintes afirmações: «Salazar quer Portugal livre e independente como vós quereis a vossa casa, sem a intromissão de estranhos impertinentes. Vós quereis, em vossa casa, a família unida em volta do chefe. Salazar quer a mesma coisa nesta “Pequena Casa Lusitana”[73].» Segundo Maria Antónia Fiadeiro, a Nação era equiparada a uma grande família unida. A disciplina do Estado equivalente à obediência das consciências. O medo de falar era equivalente ao medo de pecar. «Salazar apareceu sempre como um homem casto, solitário, celibatário, austero, frugal, humilde, inacessível» [...] «Um pai sem família, sem esposa e sem filhos, um homem sem afectos e sem desejos» (Fiadeiro, 1999:25). Salazar dirigia-se à «mulher-mãe», à «mulher-pátria» e comparava o zelo do governo doméstico aos cuidados do governo do país (Neves, 1999:15).

Segundo a investigadora Vanda Gorjão (2002:142), «nos regimes autoritários e totalitários levou-se ao paradoxismo o culto da maternidade e do antifeminismo, bem como a funcionalidade da discriminação sexual», conferindo-lhe uma dimensão política que tomou a forma de repressão.

Para a advogada Lia Viegas, a opressão exercida sobre as mulheres foi muito subtil e profunda nas próprias consciências.

O acantonamento das mulheres nas ideias de Deus, Pátria e Família representou uma opressão muito subtil. A repressão era visível, mas a opressão era invisível e atingia a mente das pessoas, a parte psicológica. Os fascismos sempre se apropriaram das coisas e viraram-nas em seu proveito. Fizeram isso com os Lusíadas e com Fernando Pessoa. Fizeram também isso com a natureza das mulheres[74].

Segundo Helena Neves (2001:25), «o essencialismo biológico fundamentou a doutrina do regime, produzindo discursos e práticas de naturalização da diferença, como forma de demarcar áreas de poder e de identidade dos sexos». Desta forma, procurava-se que a discriminação das mulheres tivesse uma base de «legitimação» social e política. «A mulher era a rainha do lar. Rainha sem poder, com total obediência a quem reinava de facto – o marido.»

O Estado Novo visava impor uma concepção de vida e uma moral dominante através de uma forte orientação ideológica. O combate da oposição a este enquadramento ideológico não teria tido uma grande dimensão, apesar de algumas intervenções de mulheres da oposição nos comícios do MUD e na campanha presidencial de Norton de Matos terem suscitado críticas furiosas em alguns jornais. O jornal *Novidades* comentando uma sessão da oposição afirmava: «Abordou-se o problema da mulher. Mas da mulher “emancipada”, sem filhos, sem lar e sem altar, exactamente como o deseja o libertarismo soviético[75].» Maria Lamas questionou em diversas intervenções o modelo feminino preconizado pelo Estado Novo.

Será que o Estado Novo tem medo da consciência esclarecida da mulher? [...] Será que a mulher preparada para colaborar eficazmente na vida pública da Nação ofende a moralidade do Estado Novo? [...] Queremos ser respeitadas e não consideradas escravas, ou simples objectos de luxo, o que também é uma forma, embora dourada de escravidão. Nós, mulheres democratas, queremos ser verdadeiramente a companheira do homem. Queremos tudo isso, mas sabemos pela mais dura experiência, que o Estado Novo não o permitirá[76].

Contudo, uma questão poderá ser colocada. Em que medida, uma ideologia de submissão sexista não teria sido profundamente absorvida pelas mulheres, uma vez institucionalizada pelo Estado e instrumentalizada, em certas situações, pela oposição?

O Estado Novo em busca do Apoio das Mulheres

Salazar apresentava-se como «respeitador e admirador das mulheres, não se tendo contudo atrevido a casar com uma. Tornou-se, por sua vez, um herói para largo número de mulheres de todos os níveis sociais que aceitavam de bom grado o papel que lhes era atribuído[77]».

Os valores imbuídos pelo regime eram absorvidos por um conjunto de mulheres que faziam eco desses valores junto dos sectores que influenciavam. Maria Carlota de Magalhães Lobato Guerra, membro da Liga Católica Feminina, afirmava em 1943: «[...] a responsabilidade da mulher como educadora não precisa já de ser demonstrada, pertence-lhe a acção no lar, onde, como Mãe de Família, como Esposa ou como Irmã, tem o cuidado de filhos e criados, e até de vizinhos e amigos» (Vicente, 2007:70). Ofélia Sena Martins escrevia em 1945: «Percorrendo as páginas da nossa história, encontramos a cada passo exemplos sublimes de mulheres que souberam sacrificar pela Pátria as suas mais puras afeições, os seus mais caros sentimentos de esposas dedicadas, de mães amantíssimas [...]»[78].»

Todavia, segundo a historiadora Irene Pimentel, o regime assustou-se, em 1949, com o apoio das mulheres à campanha de Norton de Matos.

Algumas mulheres falaram em público em comícios. Manuela Porto, Maria Lamas, Palmira Tito de Morais, Cesina Bermudes, Maria Isabel Aboim Inglez eram algumas dessas vozes incômodas.

O regime procurou então mobilizar mulheres no apoio à candidatura do Marechal Carmona. Em vários pontos do país surgiram nas juntas de freguesia, câmaras municipais e nos governos civis listagens de mulheres de um «Movimento Nacional Feminino de apoio à candidatura de sua excelência o Sr. Marechal Carmona». No Porto surgem listas no Governo Civil, nas freguesias de Foz do Douro, Miragaia, Cedofeita, Vila do Conde, Riba D'Ave, Famalicão, Santo Tirso, Gaia, Póvoa do Varzim. São 17 300 mulheres, na maioria assinando como domésticas, serviçais, modistas, professoras, estudantes, bordadeiras. Umas teriam assinado por outras, pois decerto muitas não sabiam ler nem escrever. Uma das listagens da junta de freguesia de Cedofeita era encabeçada pela seguinte frase: «Nós as criadas católicas do Porto protestamos contra os insultos dirigidos a Nossa Senhora de Fátima e fazemos ardentes votos para que continue Carmona e Salazar no governo da nossa Pátria, guiando-nos como até agora nos caminhos da paz[79].»

Ainda, segundo Irene Pimentel: «A seguir ou durante as campanhas eleitorais, em momentos de fragilidade do regime, este buscava apoio nas mulheres, procurando fingir que se tratava de movimento espontâneo[80].» A 28 de Abril de 1959, após o susto causado pela campanha presidencial de Humberto Delgado, em 1958, e aproveitando a data do 70.º aniversário de Salazar o regime organiza uma manifestação de mulheres portadoras de mensagens e de oferendas: «[...] pelo parque e jardins da residência na Rua da Imprensa, reúnem-se milhares de mulheres, de todos os acasos sociais que são portadoras de mensagens, de prendas ingénuas e de flores, de braçadas de flores», assim descreve Franco Nogueira, no quinto volume da sua biografia sobre Salazar,[81] esta realização de apoio ao chefe do governo. Nesta mesma obra é citado parte do discurso de Salazar às mulheres presentes: «São as mães, as esposas, as irmãs, as filhas dos portugueses que com o calor do seu afecto e a fortaleza do seu ânimo nos amparam na luta. Elas servem de apoio aos que são tentados a descrever e

hesitam com dificuldades que vós receais e que nós estamos seguros de vencer.»

Nos discursos de apoio a Salazar surgiram sempre algumas mulheres. Uma delas, Clyde Alflalo, assistente social, vê o seu discurso publicado no jornal *O Século* de 28 de Outubro de 1945, e sofre a contestação, através de uma carta de Amélia Cal Brandão[82], amplamente divulgada no Porto. Nesta carta, segundo Lúcia Serralheiro (2002:83-87), Amélia Cal Brandão afirma que não há motivos para que as mulheres apoiem Salazar e que Clyde Alflalo não está autorizada nem mandatada para falar em nome das mulheres portuguesas.

Também durante a campanha presidencial de Humberto Delgado, as posições em favor do Estado Novo surgiam na voz de algumas mulheres e o protesto na voz de outras tantas. Fernanda Jardim pronunciava-se a favor do regime numa palestra transmitida pela rádio e transcrita no *Diário de Notícias* em Maio de 1958. Esmeralda de Castro e Silva escrevia um artigo na *República*, respondendo nestes termos: «[...] eu que não tenho famílias a soldo do Estado Novo e desfrutando consequentemente as suas benesses para servilmente fazer o seu elogio, devo declarar que toda a mulher que se preza não pode ficar indiferente perante o desassombro e o enorme civismo da ilustre candidatura à Presidência da República do general Humberto Delgado[83]». A presidente da OMEN, Maria Joana Mendes Leal, apoiante do candidato do regime, Américo Tomás, escrevia um depoimento no *Diário de Lisboa* de 26 de Maio de 1958:

Nós mulheres portuguesas que temos uma personalidade que não é apenas um elemento amorfo de uma massa que se deixa dominar por agitadores, nós que nos dirigimos por uma inteligência que sabe discernir e uma vontade que sabe querer, não queremos em Portugal a desordem [...]. Queremos uma política que tenha na base os princípios cristãos, que assegure a liberdade religiosa e a santidade da família que respeite as tradições e esteja à altura do destino de Portugal[84].

Num artigo da mesma autora publicada na revista *Menina e Moça* por

ela dirigida, quando da morte de Salazar, em 1970, é feito um endeusamento da sua figura: «um cristão servindo a Deus e à Pátria na consagração plena da sua vida desinteressadamente oferecida[85]». Apesar dos esforços do regime para enquadrar política e ideologicamente as mulheres, organizações como a OMEN ou mesmo a MPF não mobilizaram massas de mulheres no apoio ao Estado Novo[86].

Na prática, a OMEN não foi nem assistencial nem educativa, limitando-se a ocupar algumas senhoras da aristocracia e esposas de governantes, a catequizar algumas mães, a praticar de forma paternalista e moralista alguma caridade pontual e a contribuir para que não houvesse uma efectiva assistência materno-infantil da parte de um Estado não providencial. (Pimentel, 2000: 407.)

Segundo Irene Pimentel (2000:41), a MPF teria pretendido enquadrar a juventude feminina «de todo o império», mas só conseguiu atingir o meio escolar e nem chegou a criar centros em todas as escolas. Contudo, a MPF utilizou uma revista dirigida às jovens portuguesas como um importante instrumento ideológico do regime: *Menina e Moça*. «Feminilidade, simplicidade, recato, disciplina, austeridade, empenhamento na vida escolar, religiosidade são valores sempre presentes desde o primeiro momento e que permanecem até ao último número[87].» Enaltecer a figura de Salazar era também o objectivo de muitos dos artigos escritos que o apresentavam como uma figura de referência, um pai da Nação que tinha desistido dos seus interesses pessoais para a servir.

Salazar procurou apoiar-se numa elite feminina e é baseado nela que o Estado Novo lançou as suas organizações femininas. É também dessa elite que surgem as primeiras deputadas Domitília Miranda, Cândida Parreira e Maria Guardiola[88]. Estas deputadas tiveram em comum a extrema fidelidade ao regime, ao catolicismo, a sua formação académica e o celibato. O Movimento Nacional Feminino, formado em 1961, foi a última das organizações de mulheres de apoio ao Estado Novo. Fundado por 25 mulheres de uma elite ligada ao regime tinha como lema «Por Deus e pela

Pátria» e teve como presidente Cecília Sufico Pinto. Fundado no dia de anos de Salazar o MNF mantinha com este fortes ligações.

A forte ligação entre o Movimento e o chefe de governo é bem visível no cartão enviado em 1965 pelo seu aniversário: «Juntamos a estas flores os nossos corações – a total fé gratidão e ternura. Pedimos também que aceite os nossos quatro anos de trabalho que *lhe* foram dedicados. Por Deus e pela Pátria.» Estes gestos de dedicação e carinho não o deixavam indiferente, retribuindo até com a sua «generosa» colaboração. Assim, por todo o país o Movimento teve à sua disposição instalações e viaturas, subsídios de Câmaras Municipais [...]. (Espírito Santo, 2003:33.)

O MNF prestou um serviço ao Estado Novo e ao seu «líder», propagandeando os seus «ideais» de boas esposas, mães e de senhoras de uma elite preocupadas com a prática da «caridade», chegando a deslocar-se às colónias para dar apoio moral aos soldados na altura da Guerra Colonial. A sua influência geradora de clientelismos junto dos meios políticos vinculou uma imagem pouco prestigiante junto de muitos sectores que não viam com bons olhos a sua colagem à política do governo.

Os Antifeminismos

Segundo a historiadora Christine Bard, «Identifier l’antiféminisme est une tâche complexe pour plusieurs raisons. [...] Il apparaît dans la vie politique, non seulement à droite, où il entre tout naturellement dans une vision conservatrice de la société, mais aussi à gauche, d’une manière plus paradoxale» (BARD, 1999:461). Também para Maria Antónia Fiadeiro, a palavra feminismo foi proibida, foi censurada à direita e à esquerda. «Ela deixa de aparecer na imprensa. A própria Maria Lamas nunca se assume como feminista. Na opinião muito apropriada, de Elina Guimarães – uma feminista explícita – a Maria Lamas era uma feminista tácita. Fogem à designação para fugir ao estereótipo social, que “condena” o feminismo a uma luta contra os homens. Quer de um lado, quer do outro intervêm questões ideológicas. À direita, põe-se em causa que o destino das

mulheres não seja casar e ter filhos. É a visão essencialista determinada pela biologia. À esquerda postula-se que os movimentos feministas são elitistas, protagonizados por mulheres letradas e intelectuais burguesas com valores não coincidentes com os anseios das mulheres trabalhadoras[89].»

Ao recorrer-se às citações anteriores pretende-se mostrar uma perspectiva semelhante entre duas investigadoras, uma portuguesa e outra francesa, quanto à dimensão de posturas antifeministas de cariz político diametralmente oposto. Consideramos, contudo, que o conservadorismo da direita tem uma base diferente do conservadorismo da esquerda de então. Enquanto, para o regime salazarista as mulheres não tinham que ter um papel activo na sociedade fora das «funções-natureza» que lhes estavam destinadas, a não ser no caso de uma elite que servia os desígnios do regime, para a esquerda as mulheres deviam lutar contra o regime, embora não se pusesse verdadeiramente em causa o papel que lhes estava destinado na família, procurando até, em muitas situações, que esse papel servisse as causas da luta antifascista.

Feminismo – inimigo ideológico do Estado Novo

Segundo Helena Neves (2001:17), «o antifeminismo constitui uma componente essencial da ideologia fascista». É um facto que o antifeminismo de direita pode ser considerado um antifeminismo de convicção, de coerência ideológica com o modelo de sociedade que defende. O feminismo é, deste modo, considerado uma ameaça à «natureza» da mulher, à instituição familiar, à natalidade, aos «bons costumes». «Embora em graus e modalidades diferentes, tanto no Estado Novo, como na Espanha franquista, na Itália fascista e na Alemanha nacional-socialista, o feminismo foi uma constante obsessiva da repressão política.» (GORJÃO, 2002:72.) O feminismo seria assim considerado como um inimigo ideológico, tal como o liberalismo ou o socialismo. Por sua vez, os princípios feministas eram «incompatíveis com a ideologia programática sustentada pelos regimes autoritários relativamente ao papel das mulheres na sociedade – um modelo que impunha a maternidade e a

família como atributos naturais do sexo feminino decorrentes da inscrição biológica das mulheres [...]» (GORJÃO, 2007:114).

Elucidativo da visão que o Estado Novo tinha sobre o feminismo é o célebre livro de Fernando Castro Pires de Lima, *Feminismo e Feministas*[\[90\]](#):

Há hoje em dia, determinadas excepções femininas que querem à viva força transformar o belo sexo no feio sexo, à custa de todas as emancipações possíveis e imagináveis. Estamos a ver, repito, o olhar feroz e iracundo da sufragista, essa aberração feminina a gritar a necessidade de a mulher se emancipar pelo assalto a determinadas profissões que, pela sua brutalidade e energia, têm sido e muito justamente, exclusivas do homem. Não, não queirais fazer da mulher um ser mecânico e insensível. [...] Tornar a vida feminina cada vez mais doméstica, desprendê-la cada vez mais de todo o trabalho exterior, a fim de melhorar o seu destino afectivo. Sim, meninas que me estais a escutar, só há para vós uma emancipação digna e legítima: o casamento. Fora disso só existem atitudes equívocas e pouco dignificantes. (NEVES, 2001:17-18.)

Os discursos antifeministas surgiam em conferências e em algumas revistas femininas como a *Eva*[\[91\]](#).

Maria Alzira Lemos[\[92\]](#), entrevistada a 11 de Outubro de 2004, dava conta daquele ambiente adverso à afirmação das mulheres fora da esfera doméstica. «As feministas eram mal vistas, não só em Portugal como em outros países. O termo feminista tinha a imagem negativa das feministas inglesas do século XIX.» Ela própria tinha sido sujeita a críticas públicas num jornal, após uma conferência por ela proferida na Ordem dos Advogados.

Foi logo a seguir à Segunda Guerra Mundial. Eu tinha estudado uma parte do direito internacional relacionado com o julgamento de Nuremberga, em que, pela primeira vez, se julgavam crimes individuais e não apenas relações entre Estados. No dia seguinte, num jornal afecto ao regime podia ler-se:

«apareceu agora uma neta do Afonso Costa, mais valia estar em casa a cozer as meias e a arrumar a casa». As mulheres que se destacavam eram tratadas assim.

«A caricatura feita às feministas era muito demolidora», afirma Maria Antónia Fiadeiro.

O que acontece é que o feminismo nunca deixou de ser caricaturado. Vê-se isso nos caricaturistas, nos ilustradores da época, na imprensa, mais uma vez. Todos os caricaturistas «chamavam um figo» à mulher emancipada. E punham sempre em oposição a mulher emancipada e a mulher dona de casa. Também é preciso dizer que a acção demolidora do caricaturismo, que acentua situações ridículas e provoca desdém, não explica tudo. Essencialmente, as mulheres não aderiram ao feminismo porque a liberdade da mulher é vista de maneira diferente da liberdade do homem. Eu costumo dizer que uma mulher livre não é a mesma coisa que um homem livre; no imaginário, um homem livre é livre nos seus direitos de cidadão, uma mulher livre é uma mulher libertina, é quase uma devassa. Portanto, há aqui uma luta em que as forças retrógradas puxam por armas ideológicas demolidoras que atingem as aspirações das mulheres. O exemplo da Maria Lamas é claro; ela tem uma punição por ter erigido esses temas de cidadania como principais na sua vida^[93].

Segundo Irene Pimentel, nos regimes nazistas e fascistas o feminismo foi ostracizado. A Igreja Católica também o ostracizava. Em pleno salazarismo, o «feminismo» era um termo maldito, assim como era o de «comunismo», ou até mesmo o termo «política». Utilizar a palavra política era meio caminho andado para se ser preso ou presa. A palavra «feminismo» foi sempre diabolizada. O Estado Novo sabia que a luta pelo feminismo era uma luta pela democracia. Identificavam-no com «bolchevismo^[94]». Ainda, segundo Maria Antónia Fiadeiro, quando se diz que o Estado Novo foi antifeminista, pretende dizer-se que foi antidemocrático e, portanto, contra a emancipação social das mulheres. «Ao defender as relações familiares desiguais, de injustiça entre os sexos e

entre as famílias, assentes no destino biológico da mulher como mãe de filhos e esposa, e no casamento como o futuro social, repete as relações de poder arbitrário da sociedade.» O feminismo surgia associado às ideias de decadência e de declínio moral, um sistema de desmoronamento social. Maria Guardiola, Comissária Nacional da Mocidade Portuguesa Feminina, apresentava como «um dos inimigos a combater» o feminismo. As mulheres deviam orientar-se para o lar e a família[95]. Segundo a investigadora Irene Pimentel, «as exposições de Berços e Enxovais nas Semanas das Mães [...] patentearam expressivamente a forma como a MPF pretendeu mobilizar as «suas» raparigas para a maternidade e o lar [...]» (PIMENTEL, 2007:296).

Para a historiadora Christine Bard, a Segunda Guerra Mundial produziu o contexto propício ao desenvolvimento do antifeminismo, inspirando-se nas políticas natalistas e limitando o direito das mulheres ao trabalho. Também Michelle Perrot considera que «a idade de ouro» do feminismo na Europa morreu com os totalitarismos e a Segunda Guerra Mundial (PERROT, 2004:10). É um facto que a década de 1920, em que um sector proeminente de mulheres se afirmou como feminista, vencendo a caricatura que se colocava às «mulheres emancipadas» estava já distante. Contudo, a historiadora Christine Bolt considera que, na década de 1950, o activismo feminista não tinha totalmente desaparecido na Inglaterra e nos Estados Unidos, apesar dos constrangimentos impostos pela política conservadora do pós-guerra. As feministas continuaram a lutar por igual salário, pelos direitos cívicos, pela paz e o internacionalismo (BOLT, 2004:163).

Todavia, a solidariedade feminista internacional, traduzida pela participação de algumas portuguesas em congressos e encontros internacionais, tinha-se esfumado, fruto do clima de guerra[96]. À medida que faleciam as suas protagonistas e que o regime passava a «certidão de óbito às associações que tinham congregado muitas dessas mulheres – o CNMP e a Associação Feminina para a Paz» –, ocorria um corte de memória histórica desta primeira vaga dos feminismos.

Para Helena Neves, a luta contra o fascismo não foi portadora da

memória histórica do feminismo do início do século. «Nos anos 50, o regime reforçou as suas componentes ideológicas, no sentido de segurar e reprimir os movimentos que o punham em causa. É deste modo que eu vejo as razões para a perda de memória histórica. Uma coisa fundamental foi o processo da censura, que na década de 50 foi muito mais acutilante.» A censura prévia criada pela ditadura militar em Maio de 1926 fez parte do Estado policial instaurado a partir de 1933, onde a polícia política[97] constituía a espinha dorsal de um sistema, que impunha o medo e a perseguição, podendo deter quem entendesse sem culpa formada e sem mandato.

Ainda, segundo Helena Neves:

As mulheres feministas organizadas no movimento geral da oposição, não quer dizer que não tenham tido atenção aos problemas das mulheres, mas tratavam essas questões de uma forma lateral: «a mulher e a educação», «a mulher e a paz» dentro de áreas vocacionadas para o feminino. Enquanto existiram, o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas e a Associação Feminina para a Paz, criaram um contexto favorável ao desenvolvimento e expressão das ideias das mulheres. Quando acabam todas essas organizações, as mulheres, embora inconscientemente, não querem fazer ondas. Não havendo condições para formar um movimento de mulheres, elas sujeitam-se às regras da própria oposição. É preciso também referir a desagregação do feminismo após a Segunda Guerra Mundial[98].

Segundo Claire Duchén, em França, o termo feminismo não parecia apropriado para muitas mulheres que continuaram a lutar pelos direitos das mulheres após a Segunda Guerra Mundial. O «feminismo» surgia como oposto a «feminino», expressando uma ideia das «mulheres quererem ser iguais aos homens». Desta forma, a designação *Women's Rights* tornava-se mais aceitável do que «feminismo». Dominique Loiseau refere que, após a Segunda Guerra Mundial, as contradições teóricas e práticas eram inevitáveis. O Partido Comunista Francês e, no seio da corrente comunista, a União das Mulheres Francesas, «recusavam a análise da situação das

mulheres como uma opressão, uma dominação específica, na qual os homens e não apenas o sistema capitalista eram partes integrantes. [...] As relações de dominação entre os sexos não eram tidas em consideração. Jeannette Prennant reprovava Simone de Beauvoir de se ter centrado, no seu livro *Le Deuxième Sexe*, na sujeição e opressão doméstica, inocentando o governo e o patronato, colocando o homem como adversário[99]».

As oposições e a «naturalização»[100] das mulheres

Segundo Vanda Gorjão (2002:250), «a participação feminina na oposição continuou, demasiadas vezes, a valorizar competências tradicionais da mulher, reafirmando-se mesmo a sua função primordial na família». O facto de no discurso da oposição se frisar o novo estatuto social das mulheres «não impediu que continuasse a perdurar um conteúdo tradicional relativamente ao seu papel na família» (GORJÃO, 2002:190).

A oposição democrática acabou por transmitir uma política de «naturalização» das mulheres no próprio funcionamento dos movimentos e grupos políticos e não teve capacidade para promover dinâmicas de maior igualdade entre mulheres e homens na política. As dificuldades na articulação da luta feminista com a luta mais geral pela democracia têm uma raiz comum na esquerda: a forma dogmática como, a partir dos finais da década de 1930, o marxismo analisou a luta de classes. O facto de se viver em ditadura, num regime autoritário e repressivo, portador de uma ideologia antifeminista, não determinaria, por si só, que a luta contra o regime, que envolveu tantas mulheres, das mais destacadas[101] às mais anónimas, ficasse distanciada da componente feminista.

As mulheres não deixaram de estar presentes na luta contra o regime totalitário do Estado Novo, mas deixaram de participar em organizações específicas de mulheres. «Foram essencialmente os grupos e movimentos de oposição que catalisaram a actividade política feminina, ora ao lado dos homens, ora em comissões específicas» (GORJÃO, 2002:271). Contudo, mesmo quando a área de actuação era a de comissões de mulheres, a perspectiva veiculada estava sempre ligada às questões democráticas gerais, considerando-se que a luta das mulheres era parte do caudal geral

da luta democrática e da luta de classes. Esta concepção da luta das mulheres é bem evidente em artigos escritos por dirigentes comunistas. No *Militante* n.º 74, de Fevereiro de 1954, num artigo subscrito por «Paiva» e intitulado «Saibamos mobilizar as mulheres para a luta» pode ler-se: «Se pensarmos que metade da população portuguesa é constituída por mulheres concluiremos que é indispensável a sua participação na luta pela paz, pela democracia e pelo derrubamento do fascismo. [...] A luta pela paz, contra as medidas de guerra do salazarismo é um campo vasto de mobilização e organização das mulheres.» Neste mesmo artigo combatiam-se ainda «as concepções pequeno-burguesas» que impediam a participação na luta das companheiras e filhas dos militantes.

Para a jornalista Maria Antónia Palla:

O fascismo foi o principal responsável pelo corte da memória republicana (da luta das mulheres), mas o PCP também teve responsabilidades, pois a partir de determinado momento dominou a oposição e defendia que não tinha de haver luta específica e autónoma das mulheres. Tratava-se de combater o fascismo. Por outro lado, os que não eram comunistas eram tradicionalmente misóginos. Aliás, veja-se o que eles fizeram às mulheres que ajudaram a fazer a República[\[102\]](#).

Segundo Vanda Gorjão, torna-se importante entender como é que a «ideologia de género» atravessou um longo período histórico, resistindo à passagem do regime republicano, acentuando-se com o salazarismo, tendo ainda impregnado os meios oposicionistas, revelando-se transversal às classes sociais, manifestando-se tanto no operariado como nas classes médias e na burguesia intelectualizada. «Por essa razão as mulheres continuaram a ser vistas na oposição como representantes do sexo feminino. [...] Mesmo quando assumiam responsabilidades políticas, foi diminuído o poder de que se viam investidas.» (GORJÃO, 2002:269.)

Ana Vicente refere que é preciso perceber que Portugal vivia muito isolado, um isolamento profundo: «Não tínhamos acesso à informação. A percentagem de analfabetismo era elevadíssima – 80%. A classe média

tinha de lutar muito por manter-se e a reduzida classe rica tinha acesso à informação mas por razões óbvias não estava interessada e os intelectuais eram extremamente machistas porque reproduziam a cultura dominante. Nas tertúlias que havia, nos clubes, com figuras como Ferreira de Castro e outros intelectuais, estes assuntos dos direitos das mulheres não lhes interessavam. Decerto que a Igualdade fazia parte do discurso do Partido Comunista, mas depois na prática as mulheres assumiam sempre um papel secundário. Acho que o país é subdesenvolvido em termos europeus porque existe uma opressão histórica das mulheres. O meu livro sobre “Os Viajantes” demonstra isso. Já no século XVIII, os estrangeiros achavam espantoso como é que as mulheres portuguesas da classe aristocrática estavam enclausuradas. Os talentos das mulheres foram abafados[\[103\]](#).»

Segundo Christine Bard, o «antifeminismo de esquerda» manifestava-se fundamentalmente pela subordinação da luta autónoma das mulheres à prioridade da luta de classes (BARD, 1999:462). Helena Neves considera que, na estrutura ideológica do PCP, o que mais se valorizava eram as questões consideradas prioritárias em termos de luta social e política: o trabalho, os direitos políticos... «Há uma intencionalidade: “não é o momento, não está amadurecido para estas questões, há prioridades nas lutas [...] e estas questões só se resolvem com a revolução”. Essa intencionalidade faz com que o feminismo seja colocado numa esfera de exclusão no âmbito político, que até é perturbadora.» Tratava-se de uma questão pragmática de prioridades políticas. Desta forma, será que não seria possível situar numa base ideológica este «antifeminismo de esquerda»? É a própria Christine Bard que levanta a diferenciação de papéis atribuídos a mulheres e homens na resistência francesa, onde as tarefas relacionadas com os apoios familiares e outros não eram suficientemente valorizadas. As mulheres faziam jornais clandestinos, tratavam dos fornecimentos alimentares e escondiam os clandestinos[\[104\]](#). O triunfo do familismo nas três décadas que vão de 1930 a 1960 corresponde também a um certo eclipsar do feminismo, segundo a mesma historiadora. Por seu turno, a esquerda não ficou imune a esta vaga. Na esquerda, diz-nos Vanda Gorjão, não se ignoravam as discriminações

sofridas pelas mulheres no interior da família. Contudo, a resolução dos problemas colocava-se na esfera mais geral das lutas. O fim das discriminações das mulheres implicaria uma transformação de toda a sociedade.

No Brasil da ditadura, segundo refere Cyntia Sarti[105], o carácter do movimento fez-se articulando género e classe. O novo feminismo no Brasil nasceu na altura da ditadura[106], na década de 1970, numa situação muito difícil: «Por um lado, o regime militar e repressivo não via com bons olhos qualquer tipo de organização da sociedade civil, ainda mais quando se tratava de mulheres que, inspiradas nas norte-americanas ameaçavam a tradição e a família brasileira. Mas o paradoxo se constitui na medida em que as mulheres também não encontravam guarida entre os grupos que lutavam contra a ditadura [...].» (PINTO, 2003:66.) Influenciado por mulheres brasileiras no exílio em França e nos Estados Unidos, que foram portadoras das ideias da nova vaga dos feminismos, o feminismo brasileiro foi um movimento que lutou pela autonomia num espaço muito marcado politicamente pela oposição ao regime, sendo visto «pelos integrantes desta mesma luta como um sério desvio pequeno-burguês» (PINTO, 2003:45).

Ainda, segundo Vanda Gorjão, os comunistas consideravam que: «As “feministas burguesas” ao individualizarem o problema da mulher, não faziam mais do que gerar confusão e fragmentação na sociedade, omitindo que as relações paritárias entre homem e mulher no espaço doméstico ou no espaço social, sendo um passo importante, não era decisivo, porque não abarcava a verdadeira questão: a luta de classes que haveria de culminar no fim do sistema capitalista e na tomada do poder pelo proletariado.» (GORJÃO, 2002:130.)

O familialismo constituiu assim uma base ideológica da esquerda do pós-guerra, como também se evidencia na experiência francesa. A União de Mulheres Francesas, fundada em 1945 por influência do Partido Comunista Francês, adoptou uma postura maternalista expressa pelo *slogan*: «para vingar os mortos, nós damos a vida». A defesa da família e da paz constituía uma das suas principais bandeiras de luta e considerava o controlo dos nascimentos uma preocupação de cariz individualista e

burguês (BARD, 2001:165).

Neste contexto, *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, foi acusado de imoral e até de pornográfico. O livro foi proibido pelo Vaticano. «Uma violenta polémica despertou em torno das questões sexuais que a maioria das mulheres considerava como secretas e privadas» (Chaperon, 2000a:114). À direita, as ideias de Beauvoir foram criticadas por se traduzirem em valores e atitudes «individualistas e hedonísticas» que comprometiam a civilização fundada no casamento, na família e no trabalho. Na esquerda, o dogmatismo do partido comunista considerava a obra uma «diversão com o fim de desviar as mulheres do verdadeiro combate pela sua libertação» (Chaperon, 2000a:171-177). Seria assim um produto de decadência burguesa. Em Portugal, na década de 1950, o isolamento do país e a censura não abriam espaço à divulgação de obras deste tipo. Apenas alguns sectores intelectuais que se deslocavam a Paris ou que aí estavam exilados lhes tinham acesso. Na década de 1960, *O Segundo Sexo* seria uma fonte de inspiração para a nova vaga dos feminismos em França e nos Estados Unidos.

II

Anos 60, os Ventos Para Uma Nova Vaga dos Feminismos não Chegam a Portugal

Recuos nas Fronteiras do Proibido e... Pouco Mais

A segunda vaga dos feminismos centrou-se na autonomia do sujeito-mulher, na sua liberdade de escolha em todos os campos: da profissão, ao amor e à sexualidade. A historiadora Michelle Perrot fala mesmo de «Tempo e revolução sexual no duplo sentido do termo, relações entre os sexos e prática da sexualidade. Liberdade de contracepção, ruptura com o casamento e a família tradicional, liberdade sexual hetero e homossexual são um conjunto de inovações que se devem aos feminismos ocidentais que subverteram as estruturas milenares da dominação masculina». (Perrot, 2004:11.)

Contudo, em Portugal, a ideologia do Estado Novo no domínio da sexualidade teve como objectivo, a identificação da função sexual da mulher com a sua função reprodutora. «O acto sexual por prazer desonrava a mulher. Reconhecer oficialmente e publicamente à mulher o direito à sexualidade conduziria ao aniquilamento de todo o edifício da ideologia corporativista, que fazia da família a célula base da sociedade e da mulher a dedicada e casta esposa[\[107\]](#).»

A descoberta e lançamento da pílula contraceptiva, no início da década de 1960, constituiu na maioria dos países, um novo poder para as mulheres, o do controlo da sua sexualidade. A dissociação da sexualidade da reprodução representou a libertação de gravidezes não desejadas e criou condições para que as mulheres pudessem viver melhor a sua sexualidade. Nas relações entre as e os jovens permitiu um relacionamento mais aberto nas vivências comuns de uma libertação, que chegava à esfera mais íntima do privado. Todavia, em Portugal, a pílula foi proibida de ser prescrita

como prática contraceptiva. É o próprio Oliveira Salazar que afirma que as mulheres não atingem a felicidade pelo prazer, mas sim pela renúncia. Numa sociedade com um grande domínio do catolicismo, o sexo equivalia ao pecado.

Neste quadro de fundo conservador do país, os anos 60 trouxeram, porém, algumas alterações ao nível dos costumes que, segundo Ana Paula Alão, não constituindo uma revolução sexual, conseguiram «recuar um pouco a fronteira do proibido» (Alão, 1996:367). Estas transformações ocorreram paralelamente à fase de maior industrialização do país, de abertura às empresas estrangeiras que empregam a mão-de-obra mais barata das mulheres, em especial a partir da segunda metade da década de 1960. Este foi também o período de uma nova vaga de emigrantes com destino à Europa, em especial para a França e Alemanha (RFA). Apesar de o regime salazarista reconhecer formalmente o direito à emigração, as exigências colocadas (diploma de 3.^a classe, cumprimento dos deveres militares e, no caso das mulheres, autorização do marido, do pai ou tutor) constituíam entraves que empurravam para a emigração clandestina. A partir dos finais da década de 1960, as mulheres passam a ter maior peso na emigração, fruto do grande número de famílias inteiras que partem.

As barreiras impostas à convivência entre rapazes e raparigas começaram a romper-se, em especial no ensino universitário. A polémica criada em torno da «Carta a uma Jovem Portuguesa», na Universidade de Coimbra, que posteriormente será analisada, demonstra que a necessidade de ruptura de concepções estava colocada, apesar das reacções conservadoras que ainda se faziam sentir. Uma nova concepção do amor e da sexualidade iniciava a sua gestação, colocando-se em causa a moral do sistema, embora os reflexos dessa mesma moral ainda se fizessem sentir em muitas situações. As alterações ao nível do vestuário, por exemplo, com o uso de calças por parte das raparigas, marcavam também um desejo de igualização em relação aos rapazes e uma nova revalorização do corpo, constituindo um terreno de luta de muitas jovens.

Contudo, um inquérito à situação dos universitários relativo ao ano lectivo de 1963/1964, realizado junto dos estudantes de Coimbra, Lisboa e

Porto[108], revelava que a modernização em termos de costumes ainda era muito limitada. Sobre o casamento e comportamento sexual admitia-se que para os rapazes poderia ser útil terem experiências sexuais antes do casamento, o mesmo não acontecendo para as raparigas[109]. Em relação aos meios anticoncepcionais apenas 15,3% das e dos estudantes consideravam lícitos todos os meios conhecidos e de resultados comprovados, enquanto 46,8% se inclinavam para os meios naturais, que eram os defendidos pela Igreja e 32,8% dos inquiridos não tinham opinião[110]. Sobre o divórcio, 45,8% dos rapazes e 32,7% das raparigas concordavam com a sua existência como solução para «situações graves de desarmonia conjugal» e apenas 4,6% e 1,6%, respectivamente, como uma «expressão natural da liberdade humana». Discordavam do divórcio, porque «o casamento é indissolúvel» 23,3% dos alunos e 33,4% das alunas[111]. Apenas 1/10 do total de estudantes, considerava que as mulheres deveriam ter um emprego toda a vida (a favor: 5,9% das jovens e 4,9% dos jovens inquiridos). A maioria considerava que uma mulher só deveria empregar-se em caso de extrema necessidade (40,5% dos rapazes e 30,3% das raparigas) ou no caso do seu horário de trabalho ser compatível com as «exigências da vida familiar» (53,3% das estudantes universitárias e 41,1% dos universitários).

Sara Amâncio, na altura, uma das jovens universitárias, que participaram nas crises académicas da década de 1960 afirma, a propósito: «Eu lembro-me da minha avó: “Então não pensas em casar e constituir família?” Eu dizia: “Logo vamos ver, agora quero fazer outras coisas.” Eu queria fazer a Faculdade e a vida familiar não era coisa que me obcecasse. Os preconceitos eram ainda fortes nessa época. Era preciso vencer esses preconceitos. Era preciso ter uma grande coragem e fazer rupturas e, por isso, admiro as colegas que sendo de educações religiosas ou apertadíssimas conseguiram cortar com todos esses condicionalismos. No meu caso, a situação era um pouco diferente. Às vezes diziam à minha mãe: “A Sarinha vinha com um rapaz da escola.” E, a minha mãe dizia: “Ainda bem, assim não vem sozinha e eu fico muito mais descansada.” Os meus pais eram bastante abertos, embora até certas fronteiras. Mas era

diferente das outras situações em que existia uma ideologia religiosa na família[112].»

Todavia, os anos 60 foram já anos libertadores para muitos e muitas jovens, apesar da censura e da doutrinação conservadora do regime. A revista da Mocidade Portuguesa Feminina, *Menina e Moça*, procurava resistir às mudanças e dar respostas moralistas a uma nova época de maior relacionamento entre rapazes e raparigas por via de um maior ingresso das jovens nas universidades. Numa «Carta a uma Rapariga», publicada na revista *Menina e Moça*, podia ler-se: «[...] as teorias modernas têm o condão de tornar as raparigas inconscientes do bem e do mal. Precisam de alguém que te tire dessa onda de modernismo e inconsciência. Confia tudo à tua mãe. Quem melhor do que ela te poderá guiar?» (Pimentel, 2007:301.) Condenava-se ainda a «nova vaga» considerada uma «vaga arrastada para o mal e a mediocridade[113]». Segundo Marta Fidalgo, a *Menina e Moça* alertava as suas leitoras para «os perigos do *flirt*, da liberalização dos costumes, e tentava desesperadamente demonstrar que os comportamentos permitidos aos rapazes não eram aplicáveis às raparigas. O casamento, no fim da década de 1970, continuava a ser o destino desejável para as jovens, destino para que a revista as tenta preparar, apostando na formação feminina e na formação cultural» (Fidalgo, 2002:225). A mesma revista procurava assegurar a posição das jovens como guardiãs de uma feminilidade reconhecida como exemplar.

O regime também pugnava pela «salvaguarda de um mínimo de condições de decência que as concepções morais e mesmo estéticas dos povos civilizados não dispensavam». Por exemplo, as portarias que constavam dos painéis nas praias, estipulavam que os fatos de banho das mulheres teriam de ter meia perna e um saiote e os dos homens camisola e calção com corte inteiro e com reforço interno da parte da frente[114]. Contudo, a propaganda do regime já não podia sustentar a evolução de mentalidades que começava a aflorar. Um testemunho interessante de Maria Antónia Palla sobre esta época diz-nos que ela tinha uma enorme necessidade de ir todos os anos a Paris. Respirava-se então as aragens do Maio de 68. Por isso, decidiu editar um livro que se chamava *Revolução*

Meu Amor, mas que foi apreendido de imediato. Tentou ainda publicar no *Diário de Lisboa* alguns artigos sobre os acontecimentos de Paris, mas a censura já não deixou sair o terceiro artigo. Afirmo, ainda, Maria Antónia Palla recordando essa época: «Uma das razões pela qual me interesse pelo Maio de 68 tem que ver com o feminismo. Quem começou a difundir as novas questões trazidas pelo Maio de 68 foram certas pessoas como o Lindley Cintra, os católicos progressistas, porque as pessoas de formação marxista não ligavam ao assunto. Diziam que as contradições estavam todas na luta de classes. Eu estava noutra. Eu achava que as contradições surgiam também de outros lados.»

Ainda, segundo Maria Antónia Palla, quer nos Estados Unidos, quer em França, no Maio de 68, tudo tinha começado pelas relações entre rapazes e raparigas. «O ambiente começa a turvar-se quando a universidade não consente que rapazes e raparigas se juntem numa residência universitária. Estas relações, entre o “público” e o “privado”, assim como as questões das sexualidades, surgem nos anos 60. Um filme que teve uma importância enorme na minha vida foi *Les Amants*, logo no princípio dos anos 60. Mostrava uma outra maneira de encarar as relações entre os sexos. Isto representou uma ruptura enorme.»

Tiveram um peso especial neste processo de mudança de mentalidades, os meios intelectuais do tecido urbano ligados à esquerda e os sectores católicos progressistas, que entendiam a luta pela evolução das mentalidades como intimamente ligada à luta pela transformação global da sociedade.

A grande aspiração pela igualdade de direitos entre os sexos que a segunda vaga dos feminismos trouxe para as mulheres dos EUA e da Europa Ocidental não encontrou, no entanto, o mesmo eco num país onde a luta antifascista continuava a absorver as energias de muitas mulheres e onde as dimensões de classe e género não se conseguiram encontrar nessa mesma luta. No Programa do Partido Comunista, aprovado no VI Congresso, em 1965, as questões relativas aos direitos das mulheres encontravam-se inseridas no ponto do programa: «Elevar o nível de vida das classes trabalhadoras e do povo em geral», num único parágrafo[115].

A vertente das contradições de classe consubstancia, de facto, o essencial do pensamento do PCP na época.

Os movimentos de libertação das mulheres na Europa e nos Estados Unidos tinham nascido da conjugação de duas correntes: um feminismo político já organizado e um feminismo novo, radical, que provinha de jovens da extrema-esquerda e das grandes mobilizações de estudantes. «De um lado ao outro dos Estados Unidos, as universidades foram centros de protesto organizado contra a política do governo no Vietname, em muitas universidades europeias, em especial em França, tiveram lugar muitas manifestações contra a política dos governos. [...] A nova interpretação do mundo em 1968 estava a favor da libertação política e sexual e contra a Guerra do Vietname. [...] Implícita a estes acontecimentos surge uma corrente que, a longo prazo, teve maior impacto na vida social do que os movimentos de protesto da década de 1960. Esta corrente foi o feminismo, a reclamação por parte das mulheres dos seus direitos de autodeterminação e autonomia pessoal. [...] O feminismo não era uma novidade para o século XX, mas assumiu, nos anos 60 e 70 um novo imperativo e um novo radicalismo.» (EVANS, 1997:18-19.)

Em Portugal, as movimentações de estudantes da década de 1960 não conseguiram gerar esse feminismo de cariz novo[116].

As Crises Estudantis que Abalaram o Regime e a Participação das Jovens

Três crises estudantis marcaram esta década: a crise de 1962, que assinalou uma viragem na consciência e mentalidade estudantil; a de 1965, onde se tornou claro que, num quadro político de restrições generalizadas, as reivindicações até aí levantadas (participação na gestão académica, autonomia das universidades e das associações de estudantes) eram muito limitadas e a de 1969, que se traduziu numa crescente politização das universidades, contribuindo em muito para o alargamento da oposição ao regime e preparando já o advento do seu derrube em 25 de Abril de 1974[117].

Crise de 1962 – Elas participam na greve de fome da cantina

universitária, fogem à polícia e são presas, mas raramente falam nas assembleias

Apesar de um crescendo na participação das jovens universitárias nestes processos de contestação estudantil, a liderança das lutas foi fundamentalmente dos jovens. Por exemplo, em Lisboa, em 1962, no plenário de cerca de 7000 estudantes que determinou a greve de fome na cantina universitária falou apenas uma mulher: Isabel do Carmo.

Na greve de fome na cantina universitária:

Cerca de 90 raparigas são presas. Um número surpreendente dado que poucas são as que têm autorização para sair à noite. Transportadas para o Governo Civil, é-lhes negado o contacto com as famílias enquanto aguardam nos pátios. Revistam-se caixas de pó de arroz, confiscam-se fósforos e isqueiros. Aos poucos são chamadas para identificação. Encerradas em espaços exíguos, com um buraco no chão a servir de sanitário e uma só torneira, as estudantes são obrigadas a deitar-se por turnos para poder descansar. Apesar de suportarem condições difíceis, têm forças para recusar as sandes que lhes eram oferecidas. Perto das oito da noite começam a ser levadas para a PIDE onde as interrogam e depois libertam. (LOURENÇO, COSTA, PENA, 2001:62-63.)

Maria Antónia Fiadeiro foi uma dessas jovens, presa por ter dado apoio aos e às grevistas dentro da cantina universitária. Rainha das caloiras, em 1961, apoiada pela Pró-Associação de Estudantes que queria promover uma jovem que tivesse ideias, nos seus 20 anos, Maria Antónia Fiadeiro foi uma jovem empenhada no movimento associativo da Faculdade de Letras. Fez parte da comissão Pró-Associação de Estudantes e recorda que as jovens participavam. «O trabalho associativo dava algum estatuto às raparigas e permitia o alargamento de interesses para a música, o teatro, os debates, a liberdade. Contudo, não havia mulheres *leaders*. Eles é que falavam nas RIAS.»

Desta greve de 1962, Maria Antónia Fiadeiro recorda o papel do professor Lindley Cintra que acompanhou numa das duas camionetas, as

jovens para o Governo Civil cerca das 6 horas da manhã. «Tinha sido exigido por nós que a polícia identificasse cada estudante antes da apreensão para que desta forma o processo se prolongasse e pudessem ser distribuídos papelinhos escritos à mão pela manhã, a informar do sucedido nas ruas de Lisboa, em especial no mercado 28 de Maio.»

Pela primeira vez, dezenas de jovens raparigas entravam num calabouço. As famílias ficaram indignadas com a actuação da polícia e reagiram contra o regime. As jovens da província que estavam a estudar em Lisboa ficaram ainda mais expostas, pois estavam entregues à tutela de familiares ou amigos, que exerciam sobre elas um grande controlo e que depressa comunicaram aos pais a sua versão dos acontecimentos. Aquela noite no Governo Civil de Lisboa representou um acto de libertação.

Eles andavam de fato e gravata. Elas escondiam-se debaixo do lenço e fugiam ligeiras nas suas saбрinas de salto raso. Depois do «luto académico» o mundo feminino deixou de ver o mundo da janela. Saiu à rua. Esteve nas manifestações. Conheceu as prisões, passou a decidir das suas escolhas^[118].

A crise académica de 1962 surge da resposta de jovens universitários à proibição das comemorações do Dia do Estudante, a 24 de Março. No dia 26 de Março, a RIA (Reunião Inter Associações) declara luto académico com greve às aulas. A ocupação da alameda da cidade universitária pela polícia de choque fez ferver os ânimos. Em Coimbra, uma Assembleia-Geral com 2000 estudantes declara também luto académico e o cancelamento da «Queima das Fitas». A polícia encerra a sede da AAC. Estudantes barricam-se dentro da associação. São presos, enviados para Caxias e para a sede da PIDE. Ali permanecem detidas para interrogatório, Margarida Lucas, Irene Namorado e Judite Cortesão. A única mulher da direcção da Associação Académica de Coimbra, Margarida Lucas, acaba por ser expulsa por dois anos de «todas as escolas do país». Sabe da notícia quando está a fazer um exame da cadeira de Direito Fiscal e um funcionário anuncia que não vale a pena continuar a fazer o exame pois estava expulsa da universidade. Em declarações ao *Público* a 24 de Março

de 2007, recorda essa época: «Tinha a noção de que se tratava de uma luta. E não tínhamos ilusões. Isto, embora eu não fosse muito politizada e muito menos tivesse qualquer ligação partidária. Era apenas do contra, e isso vinha dos tempos da candidatura de Humberto Delgado. [...] A luta em Coimbra foi mais importante do que em Lisboa pelo facto de envolver estudantes idos da província (eu era da Guarda) numa luta política que se travava longe das elites de Lisboa.»

Em Lisboa, alunos e alunas dos diversos liceus juntaram-se à agitação estudantil. Alunos do Liceu Francês deslocaram-se ao Liceu Maria Amália para «convencerem as raparigas a não irem às aulas». Uma aluna deste liceu, Graça Rodrigues, de 17 anos, foi levada pela PIDE para interrogatório por ter distribuído comunicados[\[119\]](#). Cerca de 30 estudantes foram expulsos das três academias do País (Lisboa, Porto e Coimbra) por se terem distinguido nas acções de protesto contra a proibição do Dia do Estudante. «Os protestos dos estudantes centravam-se, pela primeira vez na história do movimento estudantil em Portugal, no direito à autonomia associativa[\[120\]](#).» Os sectores intelectuais solidarizaram-se com as lutas estudantis. Das escritoras que assinaram manifestos de solidariedade destacam-se os nomes de Luísa Dacosta, Maria Teresa Horta, Sophia de Mello Breyner e Ilse Losa.

Maria Antónia Fiadeiro, em artigo publicado em 1981 no *Diário de Lisboa*, trazendo à memória a crise estudantil de 1962, recorda: «Nas caves, em exíguas salas, funcionavam, quando podiam funcionar, as sedes das associações. Havia um painel com informações de actividades escolares e circum-escolares. Chamavam-se às actividades culturais, actividades “circum-escolares”. Cultura era palavra subversiva. Colóquio, altamente suspeito. Os saraus, dentro dos limites do cultivo do espírito, tolerados sobre vigilância. [...] Sob a ameaça permanente da ilegalidade os estudantes agrupavam-se em volta das suas associações procurando vencer a escuridão e o isolamento a que os horizontes da Academia os confinavam. Foi aí que aprenderam a dar opinião e a votar, a criticar sem atacar, a eleger por vontade própria, a escolher pelo mérito reconhecido. Faziam muitas vezes sem o saber a aprendizagem dos instrumentos e dos

mecanismos da democracia. [...] Chamou-se luto à greve constitucionalmente proibida, mas a palavra não reflectia apenas uma habilidade conspirativa. Os estudantes sentiam-se realmente ofendidos na sua dignidade e lesados na sua sinceridade. A proibição do Dia do Estudante foi vivida como roubo premeditado que atingia parte importante das suas vidas. [...] Durou vários meses esta luta. Para os estudantes e para a polícia também que não largava as universidades. Nasceu, nesses tempos, uma anedota que dizia que a polícia portuguesa era a mais instruída do mundo porque não saía da universidade. Gritam-se palavras de ordem até enrouquecer e canta-se até amanhecer nos braços da aurora. Entoa-se a “Terra Pátria” do Carlos de Oliveira como se fosse um hino, cantam-se as baladas do Zeca Afonso, em uníssono [...] [\[121\]](#).»

As quatro principais características da crise de 1962 podem situar-se: na reflexão sobre o papel das associações de estudantes na vida universitária; na ideia de que os alunos e as alunas representavam um corpo estudantil representado pelas associações académicas; na exigência da «reposição da legitimidade da universidade com a retirada da polícia das suas instalações» (DUARTE, 1997:155). Foi um movimento que cresceu na revolta contra as arbitrariedades do poder político e que contou já com a participação de um conjunto significativo de raparigas. Segundo José Medeiros Ferreira, «a celebração do Dia do Estudante passou, desde o ano de 1962, a constituir um momento significativo da luta estudantil contra a ditadura e, a partir de meados da década de 1960, também contra a guerra em África [\[122\]](#)».

Universidade de Coimbra – um Conselho Feminino e uma carta polémica

Outros acontecimentos antecederam, porém, a crise de 1962. Localizaram-se em Coimbra, em 1961. A direcção da Associação Académica de Coimbra, eleita para 1960/1961 provinha do Conselho das Repúblicas e não era afectada ao regime. Deste modo, introduziu uma nova dinâmica associativa, promovendo o primeiro convívio académico que despertou reacções por parte das forças conservadoras. No âmbito deste

convívio académico, que teve a participação de estudantes de Lisboa e Porto, dois meses antes do Dia do Estudante, organizou-se um colóquio com vários temas, entre os quais «a situação da mulher portuguesa e as jovens universitárias sujeitas a hábitos preconceituosos e retrógrados». O debate prolongou-se noite dentro em algumas «Repúblicas» abertas à confraternização com universitárias.

Dias depois apareceram colados na cidade de Coimbra uns folhetos afirmando que as raparigas que tinham vindo de Lisboa tinham dormido nas «Repúblicas». Dormir nas «Repúblicas» era algo impensável por parte das raparigas[123]. Apenas em ocasiões especiais, os «repúblicos» recebiam visitas das irmãs ou outros familiares. «Em 1962, na Real República Palácio da Loucura, situada na Rua Antero de Quental, um dos “repúblicos” contou, pela primeira vez, com a presença da namorada e da irmã, numa festa de conclusão de curso. [...] Devagar, entre irmãs, amigas e namoradas, as raparigas começaram a transpor, mesmo que poucas e em ocasiões especiais a porta das Repúblicas.» (CARREIRO, 2003:142.) Contudo, elas corriam riscos de colocarem em causa a sua reputação, numa época e numa cidade onde os costumes ditavam grande «resguardo» das raparigas, com uma moral muito puritana. Por isso, tais panfletos anónimos foram entendidos como um ataque ao próprio movimento associativo. O Conselho Feminino[124] fez um comunicado repudiando os panfletos nos seguintes termos: «O Conselho Feminino da AAC fazendo eco da opinião de todas as Universitárias, manifesta a mais viva indignação contra os panfletos cobardemente anónimos com que tão vilmente se caluniou a Academia. A nossa atitude como mulheres conscientes e sobretudo universitárias só pode ser uma: pugnar para que de futuro nos dediquemos mais à vida da Associação e nos libertemos para sempre da timidez e marasmo a que nos temos votado.[125]»

Segundo Eliana Gersão, na época estudante de Direito e presidente do Conselho Feminino, este órgão já existia antes das eleições de 1960/1961 para a Associação Académica. As raparigas de cada Faculdade elegiam uma representante e organizavam actividades ditas femininas. Contudo é a partir de 1960 que começa a ter uma actividade mais visível. Eliana Gersão

recorda esses tempos no livro *Anos Inquietos, Vozes do Movimento Estudantil em Coimbra (1961-1974)*, de Manuela Cruzeiro e Rui Bebiano: «O Conselho Feminino era uma secção considerada pouco importante, até funcionava na AAC numa sala que era uma antiga cozinha. A nossa primeira ideia foi valorizar o Conselho, tornando-o um elemento de integração das raparigas na vida associativa. As raparigas nessa época quase não apareciam na AAC nem participavam nas suas actividades. [...] Criámos um sistema de delegadas de anos e de delegadas de lares que deviam dar sugestões quanto às actividades que gostariam de ver realizadas [...]. Nas actividades que organizámos, continuámos com algumas mais especificamente para raparigas como ginástica, decoração de interiores, mas organizámos também actividades de natureza mais ambiciosa, para raparigas ou para rapazes. Tivemos a ideia engraçada de convidar o Dr. Assis Pacheco que era ginecologista, para fazer um curso de educação sexual. Como não se podia falar desses assuntos, o curso saiu com o nome de “puericultura pré e pós-natal” para baralhar. Teve bastante sucesso. Decorreu num auditório da Faculdade de Medicina que encheu. Havia muitas actividades de natureza cultural como espectáculos, cursos, conferências [...]. E aí as raparigas foram começando a aparecer, mesmo as que viviam nos lares. [...] Quando havia actividades à noite, eu lá ia com o Candal aos lares, de capa e batina, a pedir às freiras para deixar sair as meninas.» (CRUZEIRO, BEBIANO, 2006:36.)

Ainda, segundo Eliana Gersão, o Conselho Feminino não teve vida fácil, na medida em que existiam jovens com posicionamentos não favoráveis a uma intervenção de apoio à AAC. Após o comunicado sobre os panfletos anónimos, o Conselho Feminino foi louvado numa assembleia magna e a direcção da Associação Académica fez sair um comunicado onde se podia ler: «Ainda há pouco estas colegas mostraram a sua validade, na medida em que protestaram em tom indesmentível contra uma afrontosa campanha de boatos, coroada com a afixação de pornográficos panfletos, cujas finalidades aspiravam a contrariar o crescente interesse das raparigas pela vida da Associação Académica e dos Organismos Autónomos[126]». Todavia, o sector católico do Conselho Feminino reagiu e convocou uma

Assembleia de Universitárias onde criticaram a presidente do Conselho. «Isto fragilizava a nossa posição como representantes das raparigas, embora nunca tivéssemos sido formalmente suspensas. E, para além disso, eu e a Glória Padrão estávamos sozinhas no Conselho, porque as outras se tinham afastado, por serem abertamente de direita ou por não quererem problemas» (CRUZEIRO, BEBIANO, 2006:38). Por essa mesma altura, o jovem universitário Artur Marinha de Campos fez publicar no órgão da Associação Académica *Via Latina* (n.º 130, Abril de 1961) uma «Carta a uma Jovem Portuguesa», inspirado na leitura d'O *Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir. A Carta depressa se transforma num manifesto dos estudantes contra o moralismo serôdio do salazarismo e desencadeia uma onda de indignação por parte dos sectores mais conservadores. O debate estava colocado no terreno dos costumes e da moral sexual.

A minha liberdade não é igual à tua. Separa-nos um muro, alto e espesso, que nem eu nem tu construímos. A nós, rapazes, de viver do lado de cá, onde temos uma ordem social que em relação a vós nos favorece. Para vós, raparigas, o lado de lá desse muro; o mundo inquietante da sombra e da repressão moral. [...] Tens de derrubar connosco o muro que nos separa. [...] Só assim, verdadeiramente te conhecerei. Saberei o sabor do teu corpo, a cor dos teus cabelos e dos teus olhos[127].

Segundo Álvaro Garrido, a Carta a uma Jovem Portuguesa é «particularmente crítica em relação aos padrões dominantes na moral sexual e na sociabilidade académica», constituindo ainda «um arrojado testemunho de insatisfação de determinados sectores juvenis» (GARRIDO, 1996:111). A perturbação causada pela carta despoletou um conjunto de respostas e contra-respostas. Muitos jornais católicos regionais falam de forma indignada da «imoralidade» da carta. Surgem alguns artigos onde se afirma que a dignidade das esposas e das noivas tinha sido aviltada. Fala-se em «escravatura do sexo». Pede-se às raparigas universitárias que façam «vista grossa» às propostas igualitárias que sobrevoam a academia. Alertava-se para se acautelarem os convívios entre os dois sexos. A

Mocidade Portuguesa Feminina e a Juventude Operária Católica também tomam posição.

Para Rui Bebiano e Alexandra Silva, «a discussão então lançada plasmou contradições que se vinham revelando na sociedade portuguesa. [...] A discussão sobre o lugar e as atitudes da rapariga universitária, traduziu-se num confronto de posições a propósito da condição feminina em Portugal, que sobreveio dentro da comunidade estudantil, justamente o sector que se encontrava menos sujeito a constrangimentos familiares e em condições de levar a cabo a contestação do estabelecido, dentro de um espaço no qual podia fruir de um mínimo de liberdade[128]».

Dada a polémica instaurada no Conselho Feminino, o seu posicionamento sobre esta Carta foi bastante cauteloso. Não querendo associar-se às vozes contra esta Carta, a direcção da AAC, não tinha condições para fazer um apoio aberto, dado o contexto moral da época, quanto às relações entre rapazes e raparigas.

O n.º 131, da *Via Latina*, de 18 de Maio, foi dedicado aos problemas das raparigas universitárias, num ano em que elas começavam a falar, nos colóquios, nas assembleias magnas e a ter uma maior participação no movimento associativo.

Apesar da activa intervenção do Conselho Feminino nos inícios dos anos 60, nos finais da década, em 1968, uma lista do Conselho das Repúblicas encabeçada por Alberto Martins, embora reconhecendo o papel deste Conselho, dita a «sentença de morte» a este órgão associativo, no seu programa de acção: «Prevêem os estatutos actuais (e já previam os anteriores) a existência de um Conselho Feminino. Se consultarmos o Relatório e Contas da direcção da Associação de 1960/1961 aí encontramos as referências mais elogiosas à actividade desenvolvida por esse conselho e nele se propõe um alargamento do seu âmbito que se antevê de extraordinária importância para a vida da associação. Mas, neste momento, passados que foram estes anos, parece-nos indispensável fazer uma revisão da problemática suscitada pela existência de um CF. De facto, parece estranho que uma associação, que se propõe defender os interesses dos estudantes enquanto tais, esteja a fazer e a aceitar uma distinção entre

eles. Esta distinção é puramente artificial. O rapaz e a rapariga estudantes têm exactamente os mesmos problemas; ambos pagam iguais propinas, fazem os mesmos exames, ambos são vítimas de prepotências e injustiças, rapaz e rapariga sofrem igualmente as consequências da falta de instalações e do fraco nível do ensino ministrado[129].»

Este discurso, considerado avançado para a época, ao lançar a ideia de uma igualdade falsamente universal, não explicava por que razão a lista para a Associação Académica tinha apenas uma mulher na direcção (Maria Fernanda Bernarda) e outra mulher como secretária da mesa da Assembleia-Geral (Maria Fátima Saraiva) num total de 15 elementos.

Crise de 1964/1965: numa maior politização do movimento académico, as jovens continuavam a participar, a serem presas e suspensas das universidades, mas com pouco peso nas direcções das associações de estudantes

A crise de 1964/1965 constituiu uma viragem para uma maior politização do movimento académico. Segundo João Bernardo, membro das comissões de apoio aos estudantes presos, a movimentação estudantil inicia-se no apoio aos estudantes presos. De entre os presos destacam-se dirigentes associativos como: Antonieta Coelho, Aguinaldo Cabral, Fernando Baeta Neves, Fernando Rosas, Filipe Rosas, Gina Azevedo, Luís Salgado Matos, Margarida Massano, Sara Amâncio[130]. No final de 1964 estavam presos 28 estudantes universitários de Lisboa, entre os quais Saldanha Sanches, preso quando distribuía folhetos de mobilização para o 1.º de Maio de 1964. A 21 de Janeiro de 1965, numa jornada de luta por «uma universidade livre», o governo actuou no meio estudantil, reprimindo de uma forma sem precedentes. Prendeu 60 dirigentes associativos sob a acusação de serem comunistas. Antonieta Coelho foi presa nessa altura. Engoliu as lentes dos seus óculos durante o interrogatório. Gina Azevedo, estudante de Belas-Artes[131], teve de ser reanimada na sede da PIDE após longos dias de tortura de sono. Sara Amâncio[132], estudante de Ciências, presa na altura, foi sujeita a uma pena de 16 meses de prisão. Em entrevista realizada em Março de 2007, Sara Amâncio recorda:

Em 1965, eu sou presa na vaga de prisões que procurou destruir a direcção do sector estudantil em Lisboa[133]. Eu estava ligada à organização estudantil do PCP. Era a única rapariga nessa direcção (4 rapazes e uma rapariga). Havia muitas outras raparigas na restante estrutura e, quando fomos presos, de entre os que foram julgados – cerca de 30 – foram julgadas 8 raparigas: eu própria, a Maria João Gerardo (Letras), a Teresa Pacheco Pereira (Belas-Artes), Antonieta Coelho (Direito), Lúcia Calapez, Maria Emília Neves (Direito), Ana Ferreira Abel, Margarida Massano Amorim (Liceus). Eram muito jovens, por exemplo, a Margarida tinha 16 anos. Antes de ser presa eu pertencia à Mesa da Assembleia-Geral da Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências. Tinha havido eleições em Outubro ou Novembro, o presidente da associação era o Feliciano David. O presidente da Mesa era o Hernâni Pinto Basto e havia duas outras pessoas na Mesa: eu e a Teresa Pinto da Silva. Na direcção tinha sido feita uma aliança com os católicos e havia mulheres: a Odete Alberto e a Natalina Moura, creio eu.

Um comunicado das Associações de Estudantes de Lisboa denuncia as torturas infligidas aos estudantes presos, afirmando que «a colega Gina Azevedo da ESBAL teve de ser internada no Hospital Miguel Bombarda devido às torturas» e revelando os nomes dos estudantes presos. A indicação que é feita dos cargos assumidos pelos 34 estudantes revela que das onze raparigas presas, apenas duas delas pertencem a direcções das associações de estudantes: Sara Amâncio, da Faculdade Ciências e Maria João Gerardo da Faculdade de Letras. Todas as outras figuram na situação de «colaboradoras»[134]. Embora existindo também rapazes colaboradores na listagem, a percentagem dos que pertencem a cargos de direcção é bastante significativa: 65%, enquanto a percentagem relativa às raparigas é de 18%.

Chegam notícias das torturas infligidas na prisão contra os estudantes. «Rapazes e raparigas são esbofeteados nos interrogatórios, são postos de pé durante vários dias sem se poderem mexer, são mantidos acordados durante dias, às vezes semanas, são queimados com pontas de cigarros, são humilhados sexualmente, são ofendidos, ameaçados» (LOURENÇO, COSTA,

PENA, 2001:105). Cento e noventa intelectuais, na maioria franceses, enviam um telegrama ao ministro da Educação contra a prisão e torturas dos estudantes[135].

O jornalista Manuel Azevedo escreve uma carta onde denuncia as torturas de que sua filha Gina Azevedo, de Belas-Artes, estava a ser alvo: «Quando me foi dado ver a minha filha através de duas redes tive dificuldade em reconhecê-la. O seu aspecto era absolutamente cadavérico, não conseguia coordenar ideias e tinha dificuldade em articular as palavras. Além disso, não conseguia manter-se em pé, nem andar sem se amparar às paredes[136].» Um telegrama desesperado de Marília Matos Cunha, mulher do estudante Maximino José Vaz da Cunha, dirigido ao presidente da República, ao ministro do Interior e ao bastonário da Ordem dos Médicos é também revelador da brutalidade das situações vividas: «O médico estagiário Maximino José Vaz da Cunha foi sujeito a interrogatórios durante 60 horas sem dormir, a ponto de se terem rebentado os sapatos por causa dos pés inchados e foi internado no Hospital da Ordem Terceira. A PIDE é uma organização infernal. Rogo a intervenção de V. Exa a fim de evitar que o meu marido caia totalmente na loucura[137].» Um comunicado da Associação de Estudantes do Instituto Superior Técnico afirmava que Maximino Cunha revelava graves perturbações mentais e não reconhecia a mulher e a filha[138]. Outros estudantes presos tinham sido também internados nos hospitais, segundo um comunicado das associações de estudantes de 28 de Fevereiro de 1966: Antonieta Coelho, após 50 horas de interrogatórios tinha sido internada no Hospital da Ordem Terceira e António Pires Lomba, de Agronomia, internado no Hospital Júlio de Matos[139]. Neste comunicado refere-se ainda que a estudante Graça Erika, de Belas-Artes (ESBAL), tinha sido presa.

Neste período de especial ataque ao movimento estudantil muitos são os estudantes e as estudantes que são suspensos das universidades[140]. É de realçar que, em Ciências, dos 27 estudantes suspensos 12 são mulheres, o que demonstra a considerável participação de jovens mulheres na actividade associativa[141]. Na Faculdade de Letras, pelo elevado número

de estudantes do sexo feminino, são suspensas 34 raparigas e 17 rapazes. As maiores penas são aplicadas a João Bernardo (8 anos), Augusta Seixas (3 anos), Maria José Belmute (1 ano) e Maria Elisa Boavida (6 meses). As restantes sanções surgem a partir dos 40 dias de suspensão e atingem as restantes 31 raparigas^[142].

As eleições para as associações de estudantes passaram a ser vigiadas pela PIDE que não se coíbe de assaltar associações para apreender comunicados e prender estudantes. É nesta altura que Diana Andringa inicia os primeiros passos na secção de propaganda da Associação de Estudantes de Medicina. Escreve para o jornal associativo um artigo: «Os estudantes não devem ser presos por convicções políticas» e empenha-se na mobilização de uma manifestação contra as prisões dos estudantes que invade o Salão Nobre da Reitoria da Universidade de Lisboa, impedindo o reitor de discursar no Dia da Universidade.

Na crise de 1965 ficou claro para muitos estudantes, que o que estava em causa não eram apenas os seus direitos enquanto estudantes, mas os seus direitos enquanto cidadãos e cidadãs. Os estudantes passaram a ser incómodos ao regime por serem uma frente da oposição. Como afirmava Sara Amâncio: «Havia uma questão que tinha a ver com o regime, que não era só dos estudantes. Não se tratava apenas da autonomia universitária ou da reforma do ensino. Existia, assim, necessidade de uma intervenção política.» Outras mulheres foram-se destacando ao longo deste período: Ana Maria Lobo, Antonieta Coelho, Berta Fernandes, Diana Andringa, Geninha Varela Santos, Luísa Lemos, Luísa Neto Jorge, Margarida Garrido, Margarida Lucas, Maria Antónia Fiadeiro, Maria Emília Brederode Santos, Maria João Gerardo, Marília Morais, Sara Amâncio, Teresa Amado, Gina Azevedo. Elas mobilizaram-se, desempenhando papel em momentos cruciais, como o apoio estudantil às vítimas das cheias em 1967, foram presas, mas continuaram arredadas das principais decisões dentro do movimento estudantil.

Crise de 1968/1969 – «Qualquer coisa de novo»

A lista vencedora nas eleições para a Associação Académica de

Coimbra, em 1969, tinha apenas duas mulheres: Fernanda Bernarda e Fátima Saraiva. Em entrevista a Lurdes Féria, publicada no *Diário de Lisboa*, em 1969, Fernanda Bernarda, reflecte sobre a relação entre os e as jovens durante a crise académica de 1969 em Coimbra:

Aqui em Coimbra, este ano deu-se **qualquer coisa de novo**: uma aproximação entre o homem e a mulher que numa unidade perfeita de trabalho foram para o movimento estudantil. E a mulher participou nas actividades. Foi solicitada de uma forma extraordinária, tendo muitas vezes um papel mais activo que o homem. Podemos dizer que grande parte das nossas vitórias devem-se à mulher pelo seu poder de luta e de resistência às pressões[\[143\]](#).

No ano lectivo de 1968/1969 abre-se uma nova crise académica. A luta estudantil surge mais politizada contra a repressão e contra o colonialismo. Em Lisboa, o primeiro protesto estudantil contra o colonialismo, com concentração junto ao Liceu Camões, realiza-se a 21 de Fevereiro, tendo como destino a Embaixada Americana. A polícia de choque ataca a concentração junto à Avenida Duque de Loulé. Na abertura do ano lectivo, 4000 estudantes ignoram a sessão solene de abertura e organizam uma celebração autónoma de contestação. Em Coimbra, nas comemorações da «tomada da Bastilha», a 25 de Novembro de 1968, organiza-se uma Assembleia das três academias (Lisboa, Coimbra e Porto) onde os estudantes fazem aprovar a Declaração de Coimbra com um conjunto de reivindicações, lançando-se as bases da União Nacional de Estudantes Portugueses. Uma comissão nacional é mandatada para defender junto do governo as reivindicações. O governo responde com repressão, invadindo com a polícia de choque as instalações universitárias, com encerramento de associações e suspensão dos dirigentes. Os estudantes decretam greve aos exames. Fernanda Bernarda, da direcção da Associação de Estudantes de Coimbra, é levada com outros dirigentes estudantis para a penitenciária de Lisboa onde permanece durante 15 dias.

Em Coimbra, pela primeira vez, a exemplo do que tinha acontecido em

França, em Maio de 68, ocupam-se os tempos livres de greve às aulas com debates.

Quando da visita do presidente da República, Américo Tomás, à Universidade de Coimbra, em 1969, o presidente da AAC, Alberto Martins, foi impedido de usar da palavra. Os estudantes protestaram e dirigentes associativos foram suspensos e alvo de inquérito. O Governo decide encerrar a Universidade e os estudantes resolvem não realizar a «Queima das Fitas». A Universidade e a cidade ficam ocupadas militarmente. Sucedem-se as baladas de protesto, a distribuição de flores à população por parte dos estudantes, a libertação de balões coloridos.

Assiste-se a uma politização crescente do movimento estudantil por influência de correntes políticas à esquerda do PCP[144], que colocam a tónica na luta contra a Guerra Colonial e contra o regime, recusando tudo o que tivesse por base a reforma marcelista[145].

A crise de 1968/1969 com especial enfoque em Coimbra estendeu-se às universidades do país. O movimento estudantil nunca mostrara tão ampla mobilização. O governo reagiu com uma repressão em larga escala. Tudo servia de pretexto para encerrar associações académicas. Alegando que o Boletim da Associação de Estudantes do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas Ultramarinas publicava «textos corruptos da juventude» sobre sexualidade e educação sexual, o Ministério da Educação encerrou a associação e logo de seguida o instituto.

Numa conferência[146] do curso de Introdução à Ciência Política na Pontifícia Universidade Católica (PUC) de S. Paulo, promovida pela oposição democrática portuguesa, Maria Antónia Fiadeiro, então no exílio, no Brasil, afirmava:

Numa universidade sobre o regime fascista, exigir autonomia é exigir a sobrevivência da universidade como instituição cultural. [...] Num país onde não existe, há mais de 42 anos, liberdade de expressão, liberdade de associação, liberdade de reunião, liberdade sindical, nem direito à greve; num país em que até a liberdade de pensamento está gravemente comprometida e tolhida, pois qualquer manifestação cultural «é proibida antes de ser

manifestação» como existem as associações de estudantes? Como existem e como sobrevivem?[\[147\]](#)

As associações de estudantes sobreviviam como resposta à repressão do regime sobre o movimento estudantil. A informação através de comunicados conjuntos das diversas associações mantinha os laços de solidariedade para com os estudantes perseguidos e presos. Segundo Celso Cruzeiro, «tal como em França, no Maio de 68, as ameaças do poder não só não enfraqueceram o movimento como o reforçaram e o fizeram crescer de novo com entusiasmo. [...] Tal como em França, a autonomia da universidade e os problemas da participação estudantil na gestão das suas estruturas constituíram o meio de luta pelo controlo da produção teórica e científica e pela pesquisa do seu sentido. [...] Arrancando com perspectiva inovadora e desenvolvendo, imaginativamente, formas de luta originais e diferenciadas, permitiu constatar a incapacidade dos aparelhos políticos tradicionais e das suas ideias feitas [...]» (CRUZEIRO, 1989:25).

No Instituto Superior Técnico em Lisboa, em Dezembro de 1968, uma sala de alunas é transformada em sala de convívio para ambos os sexos. Em comunicado afirmava-se: «Os estudantes do técnico decretam a revolução sexual e greve com ocupação de instalações.» Algo de novo acontecia. Na Faculdade de Letras, o mesmo espaço «feminino» é ocupado por estudantes dos dois sexos. Apesar destas formas de luta originais indiciadoras de que algo estava a mudar nas relações entre rapazes e raparigas, elas, apesar de muito activas, continuavam afastadas do poder de decisão.

Os rapazes não estavam dispostos a partilhar o poder com as raparigas

Procurando analisar a participação das jovens universitárias no movimento estudantil nos anos 60 em Portugal, Maria Emília Brederode Santos (membro da direcção da Pró-Associação de Estudantes de Letras em 1964) refere três fases distintas: – a crise académica de 1962, em que as

raparigas participaram em comícios, entraram em greve da fome, fugiram à polícia de choque, foram presas, mas raramente falavam em público; – a crise de 1968/1969, mais centrada em Coimbra, mas em que as estudantes de Lisboa destruíram os espaços de refúgio feminino, os chamados «gineceus» de Letras e do Técnico, numa acção militantemente feminista; uma outra fase, entre estas duas, de refluxo do movimento estudantil, em que este é mantido devido à acção de uma minoria de estudantes mais conscientes e onde a participação das jovens foi feita «de uma forma mais natural e paritária»[\[148\]](#).

Sara Amâncio, dirigente estudantil em 1965, afirmava em entrevista realizada em 2007, que: «No meio académico havia raparigas activas e nas assembleias também falavam, mas com menor frequência que os rapazes. À medida que se subia na hierarquia do movimento estudantil, a intervenção das raparigas era ainda menor. Por exemplo, não me lembro de intervenções de raparigas nos plenários da RIA. Havia uma dirigente, a Teresa Tito de Moraes que era a presidente da Pró-Associação dos Liceus, mas ela própria me disse há dias, que ia à RIA com o Rui D’Espiney e, portanto, era ele que falava. Ainda agora, para as comemorações da crise de 1962, eu propus que fosse ela a fazer uma intervenção de recordação, mas logo foram buscar um homem, que segundo me parece nem era dirigente. Naquela altura, nós raparigas não tínhamos bem consciência desta questão, mas olhando *a posteriori* eles não estavam dispostos a partilhar o poder com as mulheres. Existia um forte condicionamento psicológico dos papéis das mulheres e dos homens. Existiam grupos grandes de raparigas que não iam à Associação de Estudantes. Tinham uma sala para elas que se chamava o Gineceu. Eu acho que nunca lá entrei. Havia raparigas que iam à Associação e não iam ao Gineceu. Havia outras, em maior número, que iam só ao Gineceu e decerto que existiriam outras que iriam aos dois sítios. Os rapazes gozavam imenso com o Gineceu. Contudo, algumas colegas que participaram na Associação vieram daí, do Gineceu: por exemplo a Odete Alberto.»

Uma breve análise às listas candidatas às direcções de estudantes nas universidades (em anexo) demonstra bem a ideia de Sara Amâncio, quanto

às dificuldades que os rapazes tinham de partilhar o poder com as raparigas. Tomando como exemplo a Universidade de Coimbra, verifica-se que durante a década de 1960, a percentagem de mulheres nas listas candidatas aos órgãos sociais da AAC é irrisória: oscila entre 7 a 14% com uma situação excepcional no ano de 1963/1964 onde surgem três mulheres candidatas num total de 14 candidatos (21%). Nas outras situações, existia sempre uma mulher candidata para a lista da direcção, que aparecia em último lugar com excepção do ano de 1963/1964 onde Maria Margarida Jorge aparece em primeiro lugar. Para a mesa da Assembleia-Geral (MAG) ou para o Conselho Fiscal, na maioria dos casos, não existiam mulheres candidatas[\[149\]](#). Para além dos constrangimentos das raparigas em aceitar esses cargos por pressões familiares, caso testemunhado por Eliana Gersão, quando a família não lhe permite aceitar o convite de Carlos Candal para fazer parte da lista candidata em 1962/1963[\[150\]](#), existia todo um universo de dirigentes masculinos que não davam muito espaço às raparigas para se afirmar. Daí a importância que teve o Conselho Feminino, encabeçado pela própria Eliana Gersão no trazer à vida académica muitas raparigas até então arredadas da actividade da AAC até 1963, altura em que por reflexos da crise académica e da expulsão de estudantes, ela própria sai para a Alemanha com uma bolsa de estudo.

Na Universidade de Lisboa, nas diversas faculdades, o panorama não era muito diferente de Coimbra. Assinale-se, contudo, a lista «Por uma Universidade Popular», candidata à Associação da Faculdade de Ciências em 1970, que apresenta uma mulher como presidente, Glória Ramalho e que assume uma composição paritária na direcção com 50% de mulheres. Também em Económicas (ISCEF), na candidatura à Associação de Estudantes da lista A: «Por um ensino popular», em 1972, surgem 40% de mulheres candidatas a todos os órgãos sociais, sendo que apenas duas delas pertencem à lista da direcção, situação diferente da de Ciências.

É de salientar que no ano lectivo de 1968/1969, as jovens universitárias já representavam uma percentagem significativa do total de estudantes[\[151\]](#).

Manuela Góis, estudante do Instituto Superior de Ciências Económicas e

Financeiras, em Lisboa, no início da década de 1970 revela que na Associação Académica havia raparigas a participar, mas as listas eram maioritariamente formadas por rapazes. Nos plenários as mulheres falavam pouco, tirando algumas excepções. Havia uma excelente oradora da Faculdade de Ciências, a Glória Ramalho. Em Económicas houve uma lista em 1970/1971 formada só por mulheres para a Associação de Estudantes, com duas gémeas, que depois se retirou a favor da lista dos ex-MES. «Eu não era feminista na altura, embora sentisse discriminações. Por exemplo, até dentro da própria casa, pois mandavam-me fazer mais coisas do que ao meu irmão. Mas não tinha bem consciência. Eu nunca pertenci a nenhuma lista para a Associação de Estudantes, mas o meu namorado pertenceu[\[152\]](#).» Sobre as razões para que não tenha existido em Portugal um despertar para as questões do feminismo, Manuela Góis afirma: «Em Portugal, ao nível do movimento estudantil não se criou uma vaga para as questões do feminismo porque nós vivíamos debaixo de uma grande repressão e não havia debate. Tínhamos pouca informação sobre o que se passava nos outros países e falta de acesso a leituras. Nós discutíamos apenas aquilo que era necessário fazer de imediato no activismo do movimento estudantil. Eu ia para as greves, para a distribuição de panfletos, mas nunca equacionei as questões da discriminação no movimento estudantil. Quando eu descobri Simone de Beauvoir e a sua célebre frase: “Não se nasce mulher, tornamo-nos mulher”, já foi tardiamente. Ouvi falar dela antes do 25 de Abril, mas só depois é que li livros dela. Falava-se de feminismo, mas eu não sabia bem o que era. Falava-se de “uma luta radical das mulheres” e pouco mais.»

Apesar de se terem esboçado durante as crises académicas alguns espaços de debate sobre os direitos das mulheres, o movimento não reuniu uma massa crítica de mulheres, que tivessem sido suficientemente influenciadas pelas ideias de Maio de 1968, no que se refere ao feminismo. Importa ainda referir que a ligação formal entre o movimento estudantil francês e português foi muito difusa e provavelmente personalizada (DUARTE, 1997).

Sara Amâncio refere, a propósito: «Sobre o Maio de 68, havia pessoas

que tinham alguma informação, mas havia uma resistência grande por parte da organização do PCP em relação a um movimento que parecia, aos olhos de dirigentes mais ortodoxos, como um movimento com características anarquistas. Havia um colega nosso que era o Danilo Matos, a quem nós chamávamos o “Danilo Rouge”, que estava muito informado. Houve até a organização de um seminário de Estudos Associativos, em 1968, que fez algumas rupturas com a ortodoxia do PCP e que envolvia pessoas e teses com posições mais abertas. Este seminário realizou-se na piscina do IST (vazia, claro). Não havia, em termos públicos, uma grande explicitação das ideias do Maio de 68, mas havia algumas pessoas que reflectiam e cujas posições já deixavam transparecer outras perspectivas para a sociedade. As ideias sobre a libertação das mulheres que o Maio de 68 trouxe não tiveram por cá grande eco, porque a participação das raparigas era limitada, o medo era muito forte, uma situação de Guerra Colonial terrível. [...] Existia ainda uma formatação da família e das raparigas, pois, mesmo quando existia alguma abertura, nunca era ao ponto de se admitir uma igualdade de direitos entre mulheres e homens.»

As ideias de novas formas de convivência colectiva que animaram os movimentos de jovens nos finais da década de 1960 noutros países – a superação do «conceito burguês de família», a eliminação da divisão de papéis entre mulheres e homens, a sexualidade sem posse na expressão de uma revolução da moral sexual, a eliminação da barreira entre o «público» e o «privado» – não tiveram em Portugal, na década de 1960, grande espaço para se desenvolverem. Eliana Gersão refere que, em Coimbra, «os estudantes de esquerda, mesmo defendendo maior liberdade de costumes, eram bastante comedidos nas suas intervenções, até para defesa do movimento associativo e para protecção das raparigas que nele participavam. Só uma rapariga chamada Eveline que não tinha responsabilidades no movimento associativo, teve coragem para defender o “amor livre”» (CRUZEIRO, BEBIANO, 2006:39).

A perda da memória histórica dos feminismos do início do século também contribuiu para esta ausência de referências feministas no movimento estudantil. A realidade da luta antifascista absorvia as energias

de quem se rebelava contra o sistema. Assim aconteceu com muitas jovens e mulheres que, no dizer de Irene Pimentel, passaram, a partir da década de 1960, a ser encaradas como mulheres rebeldes e não apenas como mulheres de rebeldes (PIMENTEL, 2007a:112).

Mulheres na Clandestinidade e nas Prisões

Em Maio de 1961, saiu clandestinamente da prisão de Caxias um manifesto político, sob a forma de 13 cartas escritas por mulheres presas pela PIDE, denunciando as condições em que viviam. Na investigação que realizou, a jornalista São José de Almeida obteve nove dessas cartas e divulgou, no jornal *Público* de 20 e 21 de Novembro de 2004, alguns dos seus extractos. São documentos impressionantes, como ela própria afirma, escritos por militantes clandestinas do PCP[153]. O objectivo das cartas seria a sua leitura numa reunião internacional em Paris, promovida pela FDIM, Federação Democrática Internacional das Mulheres, ligada aos partidos comunistas pró-soviéticos. O *Diário de Lisboa* de 12 de Outubro de 1961 noticiava: «julgamento de duas senhoras acusadas de pertencerem ao Partido Comunista». Cândida Ventura e Alda Nogueira são as duas mulheres julgadas na altura. «Acusadas de actividades subversivas», assim se referia no *Diário da Manhã*[154].

Também em 1962 é presa pela PIDE, por alegado envolvimento no golpe de Beja, Maria Eugénia Varela Gomes. É mantida isolada desde 6 de Janeiro até meados de Abril. É sujeita a tortura do sono numa acção coordenada pelo chefe de brigada Mortágua e chefiada pelo inspector Pereira de Carvalho. Das memórias dessa época, Maria Eugénia Varela Gomes recorda: «Estive com a Albina Pato e a Natália David, as duas primeiras comunistas encartadas que eu conheci [...]. Descobri uma coisa que me deixou horrorizada: enquanto eu tinha a visita com a família numa sala e os filhos vinham ao meu colo e davam beijinhos, elas era no parlatório. Os filhos iam ao parlatório. Um dos pequenos da Albina, cada vez que ia à cadeia, ficava com febrões de 39. Uma coisa dramática. Eu fiquei para morrer e disse: “Isto é uma coisa perfeitamente incrível, eu vou escrever ao director da cadeia.” Foi então que as duas me disseram: “Não

faças isso, que é a maior estupidez que tu vais fazer. [...] Vais escrever e perdes o que tens, sem qualquer benefício para nós.” [...] Acontece que a primeira visita que eu tive a seguir a escrever a carta foi mesmo para o parlatório. Mas não me arrependi.» (CRUZEIRO, 2003:221-222.)

A década de 1960 foi aquela em que as mulheres passaram a ser torturadas tal como os homens, procedimento anteriormente pouco comum, segundo Alda Nogueira: «Por sistema, a polícia política não batia nas mulheres, nem as obrigava à tortura do sono.» Houve, contudo, exceções. Em 1949, «Sofia Ferreira tinha sido espancada com um cassetete e esbofeteada com tal violência, que ficou com um derramamento de sangue no olho esquerdo e perturbações auditivas durante muito tempo. Mais tarde, na segunda prisão, em 1959, foi submetida à tortura da estátua». (PIMENTEL, 2007:112.)

A partir de 1960, as torturas da estátua e do sono passaram a ser mais aplicadas. Albertina Diogo foi a primeira mulher a sofrer a tortura do sono às mãos da PIDE. Presa durante 6 anos, foi alvo de inúmeros interrogatórios e esteve sujeita a essa tortura durante uma semana. Natália David, presa em 1961, foi submetida à tortura da estátua. Fernanda Paiva Tomás, presa no mesmo ano, quando era funcionária do PCP, esteve 80 horas consecutivas sem dormir, numa primeira fase e 94 horas, numa segunda fase.

Uma violência exacerbada foi exercida pela PIDE sobre muitas outras mulheres: Albertina Diogo, Maria Galveias, Maria da Piedade Gomes dos Santos, Maria Ângela Vidal, Aida Magro, Conceição Matos, Maria José Lopes da Silva, Mariana Janeiro, Maria Rosa Viseu, Maria Custódia Chibante e Olímpia Brás. Estas últimas eram trabalhadoras agrícolas no Couço, sofreram espancamentos brutais e foram as que mais arcaram com as torturas infligidas. As agentes da PIDE Madalena, Assunção e Odete, para além dos «célebres» inspectores Tinoco e Mortágua, eram os nomes mais temidos por todas elas.

Muitas destas mulheres ficaram com registos de memória, que as acompanharam, dolorosamente, durante anos. Foi o caso de Conceição Matos.

Durante o período de interrogatórios, mais do que a tortura do sono a que me submeteram durante três dias e três noites, atingiu-me uma outra tortura, que me persegue ainda em pesadelos. Na altura dos interrogatórios, o inspector Tinoco da PIDE deu ordem para não me deixarem ir à casa de banho. Tinha de fazer as necessidades no chão – disse ele – e seriam limpas com a minha roupa. Aguentei-me o mais que pude, andava curvada, cheia de dores no ventre, mas depois tive mesmo de fazer. E os agentes foram-me despindo e limpando o chão com as minhas roupas até que fiquei em combinação. Nesse período, em consequência do nervosismo veio-me a menstruação e eu não tinha sequer um papel, nem podia lavar-me.[\[155\]](#)

Conceição Matos, antes de ser presa, sabia dos métodos utilizados pela PIDE, mas estava longe de imaginar que chegassem a tal extremo. Três dias após estes interrogatórios, fizeram-na regressar ao edifício da Rua António Maria Cardoso[\[156\]](#). Despiram-na à frente de vários agentes da PIDE que quiseram fotografá-la despida, totalmente nua. Esbofetearam-na, deram-lhe pontapés, deram-lhe socos no queixo, obrigavam-na a manter-se de pé[\[157\]](#).

Albertina Diogo, presa em 1960, na mesma altura que o marido, Guilherme da Costa Carvalho[\[158\]](#), relata da seguinte forma alguns dos momentos que mais a marcaram:

«Eles disseram: “a senhora está presa”. Eu tinha 28 anos, era uma jovem, inexperiente, mas de forma enérgica respondia sempre a eles e disse-lhe: “os senhores não me levam daqui da forma como estou” [...]. Como insisti que queria levar uma mala, eles foram à despensa, eu disse a mala que queria e eles tiraram-na. Peguei numas peças de roupa, mas eles não deixaram eu ir ao guarda-fato, pois andavam a inspeccionar tudo [...]. Entrei em Caxias às 4 horas da manhã. Mas passei primeiro pela sede da PIDE, onde fui interrogada. Eles queriam saber nomes, como eu tinha sido “aliciada”, quem era o pai dos meus filhos. Eu disse-lhes: “Eu não respondo a quem não conheço”.»

Nessa altura, Albertina Diogo ainda não sabia que o seu marido tinha sido preso, mas admitia que tal tivesse acontecido. A mala que

transportava foi com ela para Caxias, mas ficou na secretaria. Na altura em que foi revistada ficou em cuecas e *soutien*.

Durante 10 dias não tive uma peça de roupa para mudar, nem sequer cuecas. Com o período menstrual. Sem ter nada que me valesse. O que vale é que tínhamos água quente na casa de banho. À noite lavava as cuecas colocava-as junto às grades na janela e no outro dia vesti-as. Fui para uma cela sozinha onde estive 40 dias incomunicável, sem falar com ninguém [...]. A minha cama era de ferro com um cobertor todo esfarrapado. Uns lençóis muito negros, daquele pano-cru, muito ásperos. Eu nem me deitei nos lençóis. Pus-me em cima daqueles trapos com o meu casaco.

Irene Pimentel (2007) refere no seu livro, *A História da PIDE*, que era habitual surgir o período menstrual a presas, nos períodos de fortes interrogatórios e que não lhes era permitido utilizarem qualquer tipo de protecção. Também Paula Mendes Godinho, no seu estudo sobre a resistência rural no Couço, refere que uma das presas de nome Maria Galveias relatou ter estado sujeita a interrogatórios durante 11 dias sem que lhe tenha sido permitido lavar-se[159].

Uma semana em tortura do sono, na sede da PIDE, Albertina Diogo, recorda esses dias com grande mágoa: «Eu perdi a noção de tudo, não via a luz do sol, dentro de uma sala fechada com aquelas vozes que eles faziam para destrambelhar a nossa cabeça. [...] Aquilo era por turnos, quando chegava à meia-noite, entravam outros pides de turno. Como eu não falava, estava sempre um à minha volta a massacrar. E ele dizia: “Então minha senhora, você está a gostar disto, não está?” O Rosa Casaca dizia: “Ela gosta disto; ela só sai daqui quando falar; se não falar sai daqui, mas para o cemitério.” Depois vinha o Sardinha a fazer perguntas e depois o Saccheti. Depois juntavam-se os dois. Eu não dizia nada. Depois comecei a rejeitar a comida. Queriam dar-me comprimidos. Eu sempre que podia guardava-os na boca e depois ia à casa de banho e deitava-os fora. Tinha vômitos. Puseram-me um colchão no chão e dormi lá. Quando me levaram para Caxias, eu queria calçar os sapatos e não podia. As pernas pareciam uns

madeiros. Muito amarela, muito desorientada. Eu parecia um farrapo. Levaram-me para uma cela onde não estava ninguém. Eu tinha problemas de vesícula. [...] Passados uns dias mudaram-me para uma sala onde estavam várias amigas. As mulheres do Couço estavam lá e diziam: “Ai como ela vem.” Outras diziam: “Deixem-na dormir; ela só acorda quando terminar o efeito do comprimido.” Estive muitas horas a dormir.»

Maria da Piedade Gomes dos Santos foi outra das mulheres que teve graves problemas de saúde, pois na altura em que foi presa estava grávida e acabou por abortar na cadeia, tendo ficado com uma infecção de tal forma grave, que tiveram de a levar de ambulância para o julgamento. Quando saiu da cadeia pesava 52 quilos. Na carta que escreve em 1961, integrando o manifesto político que saiu de Caxias nesse ano, afirma: «No acto da minha prisão fui esbofeteada e não me permitiram trazer comigo qualquer peça de vestuário, além do que tinha no corpo, e assim me mantiveram cerca de mês e meio, apesar dos meus protestos[160].» Idêntica situação tinha acontecido com Albertina Diogo, como foi anteriormente referido. Esta forma de tratar as presas era uma das formas de fazer baixar a sua moral e de procurar que elas ficassem mais vulneráveis durante os interrogatórios.

Existiam mulheres que foram alvo de prisões sucessivas e, ainda, as que sofreram pesadas condenações de nove e mais anos. Fernanda Tomás foi a mulher que mais tempo seguido esteve presa: nove anos e nove meses. Era licenciada em Românicas e, na carta que escreveu em 1961, refere que estava presa porque não era míope e tinha coração e cérebro.

Aqui no Forte de Caxias, sujeita a restrições, a arbitrariedades de requinte, premeditadamente desumanas, material e psicologicamente cruéis. Não posso beijar o meu filho de cinco anos e a minha velha mãe de 70 anos. Gestos naturais de carinho têm de ser recalcados, conversas íntimas estancadas porque o parlatório, as redes e a distância nos separam da família e um guarda escuta-nos de perto e ostensivamente.

Alda Nogueira ficou presa nove anos e três meses. Ela também é uma

das autoras das «cartas manifesto», escritas em 1961 e publicadas no *Público* em 2004: «Ao longo destes 19 meses, cujos dias foram passados 24 horas ou 23 horas e meia numa cela debaixo de terra, como todas as do Forte de Caxias que é subterrâneo, razão porque aqui a humidade é constante, o que muito contribui para o agravamento de uma doença reumática de que sofro.» Ângela Vidal, que foi libertada em Março de 1962, oito anos e nove meses após a sua detenção, quando a GNR de Albufeira invadiu uma casa clandestina do PCP. Apesar de uma saúde muito frágil, o que ocasionou que um conjunto de advogados decidissem fazer uma queixa à ONU, intenção gorada pelo facto de estes terem sido detidos e sujeitos a interrogatórios, esteve todos esses anos presa.

A primeira mulher que se evade da prisão foi Georgete de Oliveira Ferreira, em 1950. «A minha evasão foi cuidadosamente preparada e estudada por mim.» (MELO, 1975:68.) Georgete de Oliveira estava muito doente e aproveitou uma das idas ao hospital para fugir. Nesta fuga teve o apoio da família e do PCP. «Adélia Terruta foi a segunda mulher a fugir de um hospital, neste caso de Santa Maria, quando aí se deslocou para uma consulta de ginecologia.» (PIMENTEL, 2007b:453.) Contudo, estes casos constituem excepções, pois as fugas organizadas eram sobretudo de homens.

Segundo a historiadora Irene Pimentel, «existe nos arquivos da PIDE uma carta de uma presa que escreve à irmã onde se lamenta por que razão só os homens é que podiam fugir das prisões e elas não. Até porque elas muitas vezes adoeciam e uma das repressões muito utilizada pela PIDE era «o não tratamento». Até houve casos de aborto e outros muito complicados. Algumas estavam mesmo em perigo de vida. Só que o partido comunista não organizava essas fugas para se salvarem pessoas, mas para libertarem os funcionários que mais interessavam para a luta política. Nas fugas colectivas os homens eram sempre os escolhidos[161]».

Helena Neves, militante comunista na altura, afirma que não tem dúvidas de que as mulheres foram extremamente importantes na luta clandestina do PCP. Contudo, o papel de companheira que lhe foi atribuído nas «casas do partido», teria sido muito limitador da sua afirmação e

evolução política. Aida Magro, na *Voz das Camaradas*, boletim interno do PCP destinado às militantes que trabalhavam nessas casas, escreve um artigo, sob o pseudónimo de Eva, intitulado «O momento actual e a urgente necessidade de estudo e preparação política», onde refere a importância «das camaradas das casas do partido fixarem um horário para estudo e para a leitura do jornal» (TENGARRINHA, 2004:61-62).

Margarida Tengarrinha, no seu livro *Quadros de Memória* (2004), refere o grande isolamento e as carências afectivas sentidas pelas mulheres, que viviam na clandestinidade com a tarefa das «casas do partido». Esta situação não seria tão sentida pelos homens, pois eles saíam de casa, tinham o seu trabalho de organização, contactavam com outras pessoas amigas do partido, «gente que vivia uma vida normal, com quem conviviam, conversavam e faziam as suas petiscadas».

Nós, as «camaradas das casas do partido» podíamos ter tarefas interessantes, mas sempre dentro de casa e tendo a cargo a sua defesa. Por vezes, passávamos sozinhas, dias seguidos, quando os camaradas se ausentavam [...]. Quando leio relatos de vários camaradas, que já foram publicados, constato que falam de factos políticos, momentos altos e heróicos de luta, mas nunca abordam estas questões do quotidiano que nós, mulheres, vivemos pacientemente. Será que foi menos heróico aquele nosso dia-a-dia, desgastante e obscuro? (TENGARRINHA, 2004:62-63.)

Margarida Tengarrinha levanta esta interrogação, reflectindo ainda sobre a dramática situação de separação dos filhos, quando estes atingiam a idade escolar e se tornava impossível mantê-los nas casas clandestinas.

«A força do partido éramos nós», afirma Albertina Diogo, em entrevista concedida a 9 de Março de 2007. «Na clandestinidade eu tive acesso à *Voz das Camaradas*. Aquilo que nós escrevíamos era aí publicado e eram esses artigos de umas para as outras, que nos davam alento e a coragem necessária para enfrentar aquela vida. Para quebrar o isolamento. Quando vinha aquele jornal era uma luz luminosa que nos entrava. Eu cheguei a escrever com o nome de Helena. [...] Nas casas do partido, as mulheres

não participavam na discussão política. Assistiam, às vezes, a uma apresentação da situação política. Eles reuniam, eu entrava no quarto e punha as refeições e tornava a sair. Eles estavam às vezes dois ou três dias seguidos a debater. Era só para os dirigentes. Nos dirigentes havia poucas mulheres. Quem eu conhecia, nesse tempo, era a Cândida Ventura, a Maria Alda Nogueira, a Fernanda Tomás. As mulheres que estavam nas casas do partido acabavam por ter um papel não reconhecido: tratavam da vigilância e da lida da casa, escreviam algumas coisas à máquina. Eu escrevia à máquina, muitas coisas que o meu marido escrevia à mão. Eu às vezes dizia-lhe: “Tu tens tanta paciência, és carinhoso, porque é que não me ensinas mais coisas; não tens tempo, mas olha que mais tarde vai fazer-me falta mais conhecimentos.” Ele dizia: “Agora não, agora não”; ele tinha sempre muito trabalho, é verdade, mas eu sentia necessidade de maior apoio. O papel que nos era dado era mais subalterno do que a responsabilidade que na realidade tínhamos. Eu fui carente em tantas explicações por não haver tempo. Na prisão cheguei a dizer isto à Maria Alda. E ela compreendeu e esforçou-se imenso para me ensinar aquilo que eu não sabia. Nunca mais esqueço a Maria Alda e outras camaradas que também me apoiaram: a Fernanda, a Julieta. A Maria Alda ensinava-me Matemática e também História, a Fernanda era as Letras e a Julieta era um conjunto de tudo, conhecimentos gerais. Era uma verdadeira escola. As alunas eram eu, a Sofia Ferreira, a Aida Paula, a Luísa Paula e a Lucrécia, mas esta era mais velha. A Ivone Dias Lourenço tinha mais jeito para desenhos.»

Albertina Diogo foi uma mulher de grande coragem, que recorda esses tempos sem amargura: «É certo que o nosso papel deveria ter sido mais valorizado, mas não estou nada arrependida daquilo que fiz. Aprendi também muita coisa. Adquiriu-se muita experiência. Mesmo na prisão aprendi muitas coisas com as outras camaradas que também estavam presas.» Ivone Dias Lourenço considerou que o convívio naquela cela foi, para a maioria das presas, a primeira experiência de partilha e luta em comum, já que as clandestinas do PCP tinham como função guardar e manter as casas clandestinas e raríssimas vezes se reuniam entre si ou com

os homens[162].

Nas vivências de prisão surgiram amizades e relacionamentos que marcaram a vida de algumas militantes. Foi o caso de Fernanda Paiva Tomás e de Julieta Gandra[163], cujo relacionamento afectivo íntimo constituiu, para a época, uma transgressão às regras moralistas imbuídas na sociedade e no próprio Partido Comunista. Segundo Maria Teresa Horta: «Mesmo após o 25 de Abril havia silêncio à volta do assunto; não por elas, que não escondiam. Mas em relação à mulher é mais difícil falar-se, não há homossexualidade feminina, porque não há sexualidade feminina. Imagine-se o que é duas mulheres assumirem uma relação dentro de uma cela de uma cadeia da PIDE cheia de presas do PCP. É um acto de transgressão máxima[164].»

A vida de muitas mulheres ficou marcada pela clandestinidade e pelas sucessivas prisões. As que viviam nas casas ilegais designadas por «casas do partido» tinham de construir uma vida inventada. Eram tratadas simplesmente por «Maria» por muitos dos seus camaradas e as suas funções mais valorizadas eram as tarefas caseiras, que muitas vezes nem sequer «eram respeitadas ou poupadas, como por exemplo arrumando a roupa ou não deitando beatas para o chão», assim se queixava uma dessas funcionárias no boletim interno *3 Páginas*[165]. Contudo, quando uma casa era assaltada pela polícia política a funcionária tinha como missão queimar todos os apontamentos, jornais, comunicados comprometedores e proteger a fuga dos camaradas deixando-se prender para ganhar tempo e desviar a atenção da polícia. Assim aconteceu com Maria Machado, na defesa de uma tipografia clandestina, sendo tomado esse seu acto como um exemplo de coragem e resistência. «Os clandestinos e os presos não podiam viver sem as mulheres para tratar deles, dos filhos, da casa, de tudo. As mulheres tinham de ser guardiãs da família e do trabalho político. Temos de compreender que foram duplamente corajosas, foram abnegadas porque aceitaram a abdicação de si próprias, mas esse tempo já acabou há muito tempo[166].».

Domicília Costa viveu clandestina entre os 7 e os 24 anos. Cresceu numa família de operários que passaram à clandestinidade, quando ela era

ainda muito pequena. Por isso, não lhe foi possível frequentar a escola de forma regular e só tirou o exame da 4.^a classe após o 25 de Abril, apesar de ter aprendido a ler e a escrever por ela própria, com o apoio dos pais. Entrou para funcionária do Partido Comunista Português aos 13 anos, quando começou a trabalhar na tipografia, que funcionava lá em casa. A sua história revela a abnegação em nome de uma causa, do tal abdicar de si própria, que só conseguiu romper aos 24 anos, quando decidiu ir para Paris, em divergência com o apoio dado pelo PCP à invasão da Checoslováquia.

Domicília Costa recorda esses tempos de clandestinidade, valorizando muito o papel dos seus pais e, em especial, da mãe na função de vigilância à casa, considerando que o papel que as mulheres assumiam nas «casas do partido» era essencial e, sem elas, não teria existido clandestinidade e o PCP não se teria podido aguentar: «Foi devido à vigilância da minha mãe que a nossa casa se conseguiu salvar. Era uma tipografia em Almada, junto ao Cristo-Rei. A minha mãe viu um homem num carro em frente à minha casa durante muito tempo. Como a casa era de esquina tínhamos janelas para duas ruas. O carro saiu de uma das ruas e estacionou noutra rua. A minha mãe chamou-me a mim e ao meu pai contando-nos o que se passava. No outro dia, levaram-me para casa de uns amigos, que eram camaradas legais para ficarem comigo. Os meus pais disseram: “Mesmo que sejamos presos ela que se safe.” Eu fiquei com aquele casal uma semana, eles voltaram para a casa e estavam à espera do Blanqui Teixeira, pois tinha ficado combinado que ele iria lá a casa e eles estavam preocupados que a PIDE andasse em cima dele, pois tinha fugido da prisão. A minha mãe foi ao local combinado com o Blanqui Teixeira e informou-o que ele não poderia ir lá a casa. Houve ainda outra história em que a minha mãe teve um papel fundamental na vigilância da casa. Foi ainda na altura em que o Guilherme da Costa Carvalho vivia connosco. Um conjunto de camaradas passaram a reunir lá em casa: a Fernanda Tomás, o Dias Lourenço, o Octávio Pato, o Álvaro, o Francisco Miguel e não sei se mais algum. Um dia, já depois dessas reuniões, a minha mãe chegou-se a uma varanda e viu um grupo de rapazes daquela zona que

costumava fazer jogos de bola em frente à nossa casa. Os rapazes estavam então a discutir com o vizinho de baixo, e este, zangado com os rapazes, puxou de um cartão e mostrou-o e a minha mãe viu duas faixas, uma vermelha e outra verde no cartão. Ela ficou aflita pois logo pensou que ele seria da PIDE. A minha mãe alertou-nos. Entretanto, a informação passou para o partido e depressa mudámos de casa[167].»

Domicília Costa tem também uma opinião sobre a forma como as mulheres eram encaradas nas «casas do partido»: «Uma coisa que eu sempre senti é que as mulheres das casas clandestinas não eram suficientemente apoiadas para se valorizarem, para se cultivarem. Sabemos que os funcionários estavam sobrecarregados de trabalho, mas não tinham aquela preocupação de que as camaradas que estavam com eles aprendessem alguma coisa, de lhes transmitir alguns conhecimentos. Se não fôssemos nós a pedir ninguém nos dava esse apoio.»

Teresa Almeida fala de um fenómeno que, no seu entender, pouca gente gosta de mencionar: «O Estado Novo gerou a sua própria oposição e por muito que uma oposição queira fugir à ideologia dominante, de alguma forma acaba por ser socializada. Na oposição, procurou-se ocultar a discriminação das mulheres em nome de uma utopia política que poderia um dia mais tarde resolver todos os problemas. E penso que a situação particular das mulheres mesmo dentro das organizações que operavam na clandestinidade não foi devidamente valorizada[168].»

A Censura: Barreira com o Exterior e «Polícia do Espírito»

Segundo o historiador Fernando Rosas, a violência no Estado Novo assumiu duas formas: a violência punitiva e a violência preventiva, esta última orientada para a intimidação constante, sendo que a censura constituía um dos instrumentos mais eficazes do aparelho de Estado[169]. «Nos anos 60, a censura endureceu de forma assinalável. Salazar que já nomeava os responsáveis pela censura, colocou, em 20 de Outubro de 1962, esses serviços directamente sobre o seu controlo, esclarecendo, num despacho, que eles passavam a depender exclusivamente da Presidência do Conselho, não devendo aceitar ordens de qualquer outro departamento do

Estado.» (PIMENTEL, 2007:1-52.)

A censura foi um instrumento de repressão cultural e um travão a que novas ideias vindas de outros países tivessem eco em Portugal. Textos e publicações abertas a novos valores e concepções sobre direitos das mulheres, sexualidades, vivências e lutas de outros povos não tinham entrada em Portugal a não ser pela via de uma ou outra deslocação pessoal a Paris, cidade onde se podiam sentir alguns ventos de mudança. Obras fundamentais para a maior consciencialização das mulheres sobre os seus direitos como *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, ou *A Mística da Mulher*, de Betty Friedan, tiveram uma entrada muito tardia no país. Os feminismos, que cresciam noutros países fruto da reflexão e da acção de grupos de mulheres, não tinham qualquer cabimento num país onde o lápis da censura cortava pela raiz o pensamento escrito.

Albertina Jordão refere os artigos sobre os movimentos de libertação de mulheres, na década de 1960 em outros países, cortados ou proibidos pela censura no *Notícias da Amadora*: «Em 1972, foi publicado um extracto do *Planning Familiar*, no qual se fazia referências às feministas americanas Betty Friedan e Kate Millet que foi parcialmente cortado pela censura. Aliás, no conjunto das peças cortadas na íntegra ou com maiores cortes, aquelas que dão conta do que se passava lá fora foram as mais visadas e com elas as poucas colaborações de mulheres[170].» Os artigos sobre o aborto em outros países eram objecto de cortes. A referência ao manifesto sobre o aborto das 343 francesas de renome que publicaram o seu nome no *Nouvel Observateur*[171] foi cortada. Outros artigos sobre o aborto, em França, foram parcialmente cortados: «Os franceses e o direito da mulher ao aborto», por exemplo. Mas o lápis da censura não se fazia apenas sentir sobre os ventos que vinham de fora. Artigos sobre o 8 de Março, a situação das mulheres portuguesas e entrevistas com Maria Lamas eram cortados na totalidade ou parcialmente. Até a simples notícia sobre o ciclo de conferências: «A mulher na sociedade contemporânea» organizado pela Associação de Estudantes da Faculdade de Direito de Lisboa, em 1967, não escapou à censura[172].

A censura constituía-se também como um entrave à criatividade, como

uma «polícia do espírito». Luzia Maria Martins, fundadora e directora do Teatro Estúdio de Lisboa (TEL), enfrentou uma constante luta contra a censura dos espectáculos, que proibia a colocação em cena de peças teatrais de autores estrangeiros, mas muito em especial de autores portugueses. Até alguns conteúdos eram cortados como o da peça *Quem É Esta Mulher*, de Marguerite Duras, já no início da década de 1970[173]. Luzia Maria Martins chegou mesmo a ser chamada à Inspecção-Geral dos Espectáculos por pretender exhibir no início da sua peça, *Anatomia de uma História de Amor*, um filme sobre os acontecimentos de Maio de 1968, em Paris. Só foi autorizada a fazê-lo após os cortes que a censura entendeu fazer no filme. Segundo o encenador Hélder Costa, quando o acto teatral conseguia «ludibriar» o censor, existia um grande prazer com tal feito. Foi neste período que surgiram o Teatro Experimental do Porto, o Teatro Universitário e o Teatro Experimental de Cascais o qual integrou actrizes como Maria do Céu Guerra, Zita Duarte e actores como Mário Viegas que vieram a ter grande projecção[174].

Em 1969, a jornalista Maria Antónia Palla viu o seu livro *Revolução Meu Amor*, sobre os acontecimentos de Maio de 68, ser apreendido pela PIDE. Eram muito frequentes as deslocações durante a noite à redacção do *Século Ilustrado*, onde trabalhava, porque partes dos seus textos tinham sido cortadas pela censura. Quando, numa dessas ocasiões, decidiu perguntar quais os motivos para a censura de um *dossier* sobre crimes sexuais, o coronel, que a atendeu, respondeu-lhe: «Minha senhora, estes assuntos não são para serem tratados por senhoras[175].»

A escritora Maria Archer, que viu alguns dos seus livros proibidos e apreendidos pela censura[176], afirmava em 1953: «É portanto de conclusão lógica que o escritor ameaçado ao idear o seu livro, ao planificá-lo e ao escrevê-lo, não se entrega em dádiva absoluta às suas energias criadoras, nem vive em conúbio integral com a obra da sua gestão. É-lhe forçoso sentir e obsessionar-se com a limitação permanente que pesa sobre o livro, é obrigado a alterar cenas essenciais, anquilosar personagens dinâmicas, esvaziar a acção do seu conteúdo filosófico, limar e polir a obra num conceito restrito, não para a entregar à grande corrente do pensamento

européu, mas para a encaixar nos quadros estreitos do critério da censura.» (AZEVEDO, 1999:68-69.)

Muitos outros livros foram apreendidos e proibidos, mesmo de carácter científico como o de Egas Moniz sobre *Vida Sexual*[\[177\]](#), ou de Jaime Brasil, *A Questão Sexual*. Neste último caso, as notas do censor eram as seguintes: «O autor defende abertamente o amor livre, condenando o casamento, que considera de violência e de anticivilização, criticando ainda a importância dada à virgindade feminina.» Do mesmo autor é também apreendido o livro *Procriação Voluntária, a União dos Sexos*[\[178\]](#). A argumentação da censura baseava-se em que «o autor defendia o princípio de que todas as formas de união são legítimas e morais». Todos os conteúdos relacionados com as sexualidades eram alvo da mão atenta da censura[\[179\]](#).

De igual forma, livros mais relacionados com a política foram alvo de apreensão e proibição: uma edição da Associação Feminina para a Paz com textos de Maria Lamas e Teixeira de Pascoais, com o título *Duas Conferências em Defesa da Paz*; textos editados pelos serviços centrais da candidatura de Norton de Matos, como o que era dirigido às mulheres com a designação «Às mulheres de Portugal». Muitas outras obras de índole política ou de literatura de escritores portugueses conceituados sofreram igual sorte: *A Engrenagem*, de Soeiro Pereira Gomes, *Seara de Vento*, de Manuel da Fonseca, *O Caminho Fica Longe*, de Virgílio Ferreira, *O Infeliz Amor de Soror Mariana*, de Humberto Delgado, *Histórias de Amor*, de José Cardoso Pires[\[180\]](#) e *A Montanha*, de Miguel Torga. Também todas as obras de Jorge Amado foram proibidas.[\[181\]](#) Em 1965, a PIDE realizou uma rusga à sede da editora Europa-América, apreendendo centenas e centenas de livros. Até o *ABC de Culinária*, de Etelvina Lopes de Melo, foi apreendido. Independentemente das obras produzidas, houve escritores[\[182\]](#) e escritoras que foram considerados «mortos» pelos serviços da Censura. Realçam-se os seguintes nomes de mulheres: Sofia de Mello Breyner Andresen, Natália Correia e Fernanda Botelho. Natália Correia[\[183\]](#) teve problemas com o regime. Apoiou a candidatura de Norton de Matos, em 1948, e a de Humberto Delgado, em 1958, à

Presidência da República. Em 1966, a sua obra *Antologia de Poesia Portuguesa Erótica e Satírica*[\[184\]](#) foi apreendida pela Censura e a escritora sujeita a processo judicial. «Para sua defesa, Natália escreveu o célebre poema *A Defesa do Poeta*, mas o advogado conseguiu convencê-la de que a justiça e a poesia não são águas da mesma fonte, e que melhor seria guardar os versos para outros usos mais dignos» (CAMPOS, 2007:116). Por «abuso de liberdade de imprensa», Natália Correia foi condenada a pena suspensa de três anos, assim como os autores que constavam da antologia: Mário Cesariny, Luiz Pacheco, Ary dos Santos, Ernesto Melo e Castro. A publicação desta obra escandalizou o regime e causou perturbação numa sociedade muito fechada e conservadora.

O livro cuja proibição e apreensão originou maior onda de protesto e de solidariedade internacional foi *As Novas Cartas Portuguesas* (1972) devido ao processo movido pela PIDE às três autoras: Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa.

Maria Teresa Horta recorda esses tempos humilhantes e castradores para qualquer jornalista ou escritor/a. «Eu vivi duas espécies de censura, muito diferentes, mas ambas profundamente vexatórias para os autores: a censura prévia do jornalismo e a censura *a posteriori*, a censura literária que era geralmente exercida após a publicação dos livros. [...] No vespertino *A Capital* dirigi durante cerca de quatro anos o suplemento “Literatura e Arte”, suplemento que por ser de natureza cultural e literária, e por ter como colaboradores muitos nomes conhecidos como pessoas de esquerda, fazia com que a censura estivesse sempre muito atenta ao seu conteúdo. [...] Os censores eram, de um modo geral, pessoas muito incultas. [...] Semanalmente as provas vinham cortadas com o lápis azul e eu telefonava para o coronel e lá lhe dizia: “Mas então que é isto, o que é que se passa para cortarem a Natália Correia ou o David Mourão-Ferreira.” [...] Era humilhante e muitas vezes não conduzia a nada, porque eles, regra geral, não anulavam a proibição nem levantavam os cortes parciais. [...] No caso das *Novas Cartas Portuguesas*, classificá-lo como pornográfico não foi obra do acaso. Eles pensaram que só o facto do livro aparecer com a chancela de três mulheres, a aplicação do carimbo de pornográfico iria

desmobilizar a solidariedade dos demais escritores, o que não aconteceu, felizmente.» (AZEVEDO, 1999:139-141.)

Entendido como um processo político, apesar de ter sido a polícia dos costumes a ter tomado conta do caso, a solidariedade gerada em torno das autoras das *Novas Cartas Portuguesas* ultrapassou fronteiras e teve como reflexo a formação do Movimento de Libertação das Mulheres em Portugal, como adiante se relatará.

As Mulheres e a Guerra Colonial

A Guerra Colonial teve início em 1961. Ao forte surto emigratório[185] juntou-se a mobilização dos homens para a guerra. A taxa de actividade feminina era, em 1960, de 13,1%, mas este valor viria a subir ao longo da década de 1960, não só por via da substituição dos braços masculinos, como também pela abertura do regime aos capitais estrangeiros e à instalação de empresas multinacionais em Portugal, em sectores onde as mulheres constituíam uma mão-de-obra barata apetecível[186].

Durante muitos anos, as reflexões em torno da Guerra Colonial, ignoravam as mulheres como sujeitos deste acontecimento histórico. O Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra realizou, em 2003, um seminário sobre «As Mulheres e a Guerra Colonial»[187], dando expressão a uma outra forma de abordagem de uma guerra, que deixou marcas na sociedade portuguesa.

As mulheres de todas as regiões e idades aprenderam o caminho do cais (NEVES, 1988:11). Aí viam embarcar os seus filhos, maridos, irmãos. Eles diziam: «Adeus até ao meu regresso.» Elas não sabiam se os iriam voltar a ver. Onze mil homens não regressaram mais. A propaganda do regime tentava convencê-las de que o sangue derramado era em «defesa da Pátria». Em artigo da revista da MPF, *Menina e Moça*, de Novembro de 1961, intitulado «Patriotismo e Heroísmo: Angola é Portugal», afirmava-se que a hora era de mobilização das jovens para uma Campanha por Angola, valorizando a coragem e generosidade das mulheres e raparigas, que «dão provas de heroísmo na defesa dos interesses portugueses» (FIDALGO, 2002:208). Nos finais de 1968, um outro artigo, muda o tom heróico do

discurso, reflexo do crescimento das vozes contra a Guerra Colonial. Ester de Lemos escreve, na *Menina e Moça* de Novembro, «há guerras com razão, não só inevitáveis como honrosas e santas». [...] «Não adiras ao acaso ao primeiro movimento que pareça inspirado por um sentimento igual ao teu...» [contra a guerra]. [...] «este novo horror da guerra não é senão uma nova forma de guerra, guerra psicológica, guerra de difamação[188]».

Organizações apoiadas pelo governo como o Movimento Nacional Feminino procuram «amenizar» junto dos soldados as longas ausências da família. Nasce uma campanha apelando a que outras mulheres, em especial jovens, se constituam como «madrinhas de guerra»[189]. Apesar de existirem mulheres, que mesmo tendo os filhos na guerra a apoiavam, por via do forte aparelho de propaganda do governo, os apoios granjeados pelo MNF junto das mulheres que sofriam as perdas dos familiares na guerra nunca foram muito expressivos. A sua forte ligação ao regime e a imagem veiculada pelas iniciativas «caritativas» das suas dirigentes não abonavam a seu favor. «Beneficiando da conjuntura política e das ligações íntimas das suas dirigentes com o poder, (o MNF) estabeleceu um pacto de fidelidade sempre renovado [...]. Toda a sua actuação consistiu, explícita ou implicitamente, na reprodução dos valores, marca de uma formação estadonovista, onde pontificava uma linguagem clerical e «patrioteira», camuflada na prática da caridade – principal virtude pública das portuguesas que tinham condições para a praticar.» (ESPÍRITO SANTO, 2003:19.)

Nos finais dos anos 60, a desilusão instala-se no MNF. Existe um clima desfavorável à Guerra Colonial. Os apoios para o movimento escasseiam e apesar da sua dirigente, Cecília Supico Pinto, continuar a afirmar na televisão de que apoiavam cerca de 25 000 pessoas, «o MNF conta com 27 senhoras na sua sede em Lisboa, a maior do país e cada concelhia subsidia com 150\$00 mensais cerca de 20 famílias» (NEVES, 2001:94).

Os protestos contra a Guerra Colonial crescem no movimento estudantil e junto de milhares de portugueses, homens e mulheres. Muitos jovens desertam e fogem para o estrangeiro. No início da década de 1970, no dia 8

de Março, o MDM lança um protesto contra a Guerra Colonial. Nos comunicados distribuídos apela-se: «Mães portuguesas: impedi os vossos filhos de partir para a guerra. Impedi os vossos filhos de matar os filhos de outras mulheres, que como os vossos não são criminosos; são homens que lutam pela independência das suas pátrias, submetidas como a nossa à exploração e miséria.»

No manifesto, lançado quando da sua formação, já após o 25 de Abril, a UMAR recorda esses tempos: «Os maridos para a França e os filhos para a guerra: aumentam as canseiras e preocupações das mulheres; o fardo da guerra e da miséria abate-se sobre os seus ombros; elas dirigem a casa, trabalham e educam os filhos[190].» Helena Neves, então dirigente do MDM, escreve também sobre essa época:

As mulheres estão fartas. Fartas de agitar os brancos lenços no cais, de amortilhar de negro os corpos jovens ansiosos, pulsando, desejando. Fartas das linhas transparentes, límpidas dos horizontes solitários da terra e do mar, dos dias e das noites. Fartas das esperas e dos choros. Fartas da insegurança, do medo. Fartas mesmo da esperança vacilante: «Voltará o meu homem? Ou talvez não...» As mulheres querem certezas. E a certeza é o corpo contra o corpo, o rosto apanhado nas mãos ávidas, o olhar dentro do olhar. O regresso total sem limitações. O fim desta guerra. O fim desta raiva. Deste tempo cinzento. (NEVES, 1988:25.)

De negro e de cinzento se vestem muitas delas, quando eles não regressam. Outras só os vêem regressar após o 25 de Abril de 1974. E, por isso mesmo, esse foi o dia mais feliz das suas vidas. Historiadoras feministas tiveram um importante papel na desconstrução da ideia de que as guerras trouxeram, por si só, factores emancipatórios para as mulheres na medida em que elas passaram a ocupar muitos postos de trabalho, até aí destinados aos homens. É um facto que o exercício de novas funções, a saída do espaço limitado da «casa» trouxe evolução de mentalidades e deu outros ventos de liberdade às mulheres. Todavia, o pós-guerra não trouxe a alteração das relações patriarcais, que caracterizam as sociedades. As

mulheres foram instrumentos importantes no apoio ao esforço de guerra: nas fábricas de munições, como enfermeiras, na prostituição, tantas vezes vítimas de violações consideradas apenas como «danos colaterais».

Em relação à realidade portuguesa, as mulheres exerceram um papel de apoio: quando ficavam com a família a cargo, quando aceitavam as condecorações a título póstumo, quando eram «madrinhas de guerra», quando diziam aos filhos: «Foge para não ires a esta guerra» ou quando acompanhavam o marido para África. Margarida Calafate no seu livro *As Mulheres e a Guerra Colonial* afirma, referindo-se a essas mulheres: «Acredito que muitas das mulheres que foram para África, acompanhando os maridos na guerra, colaboraram voluntária ou involuntariamente, consciente ou inconscientemente, para a produção do disfarce da guerra sob uma imagem de normalidade que o regime queria projectar. [...] Havia outras mulheres portuguesas que pareciam não encaixar na moldura requerida e esperada. Elas acompanhavam, mas questionavam, elas viam, interrogavam e julgavam, acabando por se revelar essenciais na execução da pressão justa para a mudança.» (CALAFATE, 2007:30.) As protagonistas de *A Costa dos Murmúrios*, de Lília Jorge, e de *Percursos*, de Wanda Ramos, são bem o exemplo de «retratos de mulheres» que fugiam às normas esperadas.

Contudo, «o estímulo que era esperado das mulheres era o de apoiar a guerra e, com ela, a ida dos homens, maridos ou filhos para África e o seu bem-estar lá»[\[191\]](#). E esse apoio era marcado, desde o primeiro momento, com a ida ao cais de embarque, o famoso Cais de Alcântara. Helena Neves, no artigo «Amor em tempo de guerra», publicado na revista *Crítica das Ciências Sociais* relata os sentimentos de uma dessas mulheres: «Parecia que não estava em mim, era como um sonho. Quando ele subiu para o barco eram tantos os homens que deixei de vê-lo, acenava sem saber onde ele estava [...] depois quando o navio começou a afastar-se e a ficar cada vez mais pequeno chorei, chorei [...] e as senhoras do Movimento Nacional Feminino a ralar, porque nós, as mulheres e as mães choravam e algumas gritavam.» O sofrimento destas mulheres ia-se apaziguando com as cartas que chegavam por correio, mas o tempo de espera era demasiado, os Natais

sucediam-se e a vida mudava. O regresso era aguardado com muita ansiedade, mas as tensões acentuavam-se no retomar da vida em comum. Eles tinham mudado: *stress* de guerra, desajustamentos sexuais, desconfianças. Elas tinham ganho maior autonomia e não a queriam perder.

O sentimento contra a Guerra Colonial ia crescendo dentro do peito. Nem todas se resignavam. Muitas empenharam-se na luta contra a guerra e pelo regresso dos soldados, mesmo quando Abril chegou. Mas muitas outras foram guardando os silêncios. Na Guerra Colonial foram mobilizados 800 000 homens que deixaram 8000 viúvas ou mães com a dor da perda dos filhos; 110 000 regressaram feridos e doentes; 400 ficaram com deficiência física, para as mulheres cuidarem. Cem mil são as vítimas de *stress* de guerra. Na maioria casadas, as mulheres também não são alheias aos reflexos dessa situação nas relações pessoais.

O Alargamento da Oposição ao Regime e a Participação das Mulheres

A longa agonia do regime

A década de 1960 ficou marcada por vários acontecimentos, entre os quais o eclodir da Guerra Colonial, que anunciavam a crise do regime, uma crise aguda, que marcou, segundo Fernando Rosas, «o começo da longa agonia do salazarismo e do Estado Novo em geral[192]». Contudo, esta década continuou a ser marcada por prisões no campo da oposição, que nem a anunciada «abertura marcelista», em 1968, conseguiu sustentar. O regime reagia através da repressão a alguns acontecimentos adversos: o assalto ao paquete *Santa Maria* pelo grupo de Henrique Galvão, com repercussões internacionais de maior isolamento do país[193]; o desvio de um avião da TAP pelo mesmo grupo que lançou panfletos sobre Lisboa[194] a fuga de presos do Forte de Peniche no carro blindado de Salazar (1961); as comemorações do 1.º de Maio de 1962 com milhares de manifestantes a fazerem frente à polícia. Também a suspeita de envolvimento de altas individualidades do governo de Salazar na prostituição com menores, o chamado caso «Ballet Rose», causou abalo no

regime, apesar de as investigações terem sido suspensas e o caso abafado[195].

O fracassado assalto ao quartel de Beja (1962), chefiado pelo capitão Varela Gomes e por Fernando Piteira Santos, não deixou de ser mais um sobressalto para o Governo[196]. De referir que neste acontecimento duas mulheres tiveram um papel importante – Eugénia Varela Gomes e Stella Piteira Santos – embora com a invisibilidade histórica que sempre caracteriza as acções das companheiras dos principais dirigentes. Maria Antónia Fiadeiro, ao referir-se à figura de sua mãe Stella Piteira Santos na homenagem aos seus 90 anos referia-se deste modo: «Fazias de motorista, de secretária, de telefonista, passavas à máquina os manuscritos, fazias pesquisas na Biblioteca Nacional, além de assegurares a gestão e a contabilidade doméstica. Duplas e triplas tarefas. Estiveste presa, foste refém, quase dois meses em Caxias.[...] Foste sócia fundadora da Associação Feminina para a Paz e filiaste-te no Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas. [...] Conquistaste o direito à tua improvável biografia, contra ventos e marés, preconceitos e estereótipos, um feito que te dá lugar, por mérito próprio, na história das Mulheres deste país, no século XX[197].»

Em 1965, a PIDE assassina Humberto Delgado e a sua secretária, a cidadã brasileira Arajaryr Campos. O Governo ordena a extinção da Sociedade Portuguesa de Autores por ter atribuído o Prémio de Novelística a Luandino Vieira, preso por pertencer ao MPLA. A sede da SPE é assaltada por elementos da Legião Portuguesa tendo ficado semidestruída. No dia 28 de Maio, cerca de 200 estudantes concentram-se nos jardins da Fundação Gulbenkian e dirigem-se para a Feira do Livro gritando: «Liberdade». «A crispação repressiva de um regime isolado e em luta por sobreviver é um traço que não mais abandonará o salazarismo até 1968.» (ROSAS, 1996a:531.)

Surgem ainda, nesta década, notícias de concentrações, paralisações e greves envolvendo mulheres trabalhadoras. No *Militante* n.º 151, de Outubro de 1967[198], relatam-se as seguintes lutas: greves das conserveiras das fábricas União Conserveira do Algarve e na Feu &

Hermanos de Portimão, de uma fábrica de Matosinhos, das operárias de produtos químicos da CIP em Santa Iria de Azóia, das trabalhadoras de confecções Fex, em Alhos Vedros. As lutas das conserveiras desenvolveram-se pela defesa do horário de trabalho, nomeadamente das horas para refeições, denunciando-se que as operárias estavam até às 3 horas da tarde sem comer, praticando ritmos de trabalho que lhes provocavam desmaios e esgotamentos. Em Alhos Vedros, as trabalhadoras têxteis exigiam o pagamento de salários em atraso e na CIP a luta fez-se, porque a gerência tinha recusado um aumento de salários. É ainda de destacar a participação das mulheres nas concentrações de trabalhadores da Carris, na greve à cobrança dos bilhetes de onde resultaram violentos choques com a polícia.

As ilusões na «abertura» marcelista, após a subida de Marcelo Caetano a presidente do Conselho de Ministros, acabam por esbarrar numa política de manutenção da Guerra Colonial e de recrudescimento da repressão, após a contestação estudantil de 1969/1972, com a prisão de dirigentes estudantis, com o encerramento de todas as associações de estudantes nas universidades e com o assassinato, no Instituto Superior de Economia, por agentes da polícia política, do estudante de Direito, Ribeiro dos Santos.

Em Fevereiro de 1967, Elina Guimarães tinha participado num ciclo de conferências sobre a situação jurídica da mulher, organizado pela Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, que segundo a própria Elina Guimarães^[199] teria sido uma realização geradora de algum mal-estar no regime.

Em Maio de 1969, organiza-se em Aveiro o II Congresso da Oposição Democrática. Foi considerado o mais importante Congresso na luta contra o Estado Novo, tendo sido lançadas as bases para uma Plataforma de Acção Comum da Oposição Democrática. Decorreu em plena crise académica de 1969 e contou com 1500 participantes. Apresentaram comunicações, Elina Guimarães, Manuela Azevedo e Aida Magro. Virgínia de Moura apresentou uma tese com Lobão Vital. Irene de Castro e Maria Branca Lemos acompanharam os três dias de sessões. Maria Lamas enviou uma saudação.

É ainda neste ano que é constituída a Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos[200]. A 31 de Dezembro de 1969, uma declaração constitutiva desta Comissão, subscrita por Nuno Teotónio Pereira, Manuela Bernardino e Lindley Cintra foi entregue na Presidência do Conselho de Ministros ao abrigo do Artigo 199.º do Código Civil, que previa a formação de comissões para realizar qualquer plano de socorro ou de beneficência. É este o subterfúgio legal utilizado por um grupo de pessoas onde se incluíam os católicos progressistas. Das mulheres destacam-se os nomes de Maria Eugénia Varela Gomes, Cecília Areosa Feio, Maria Keil, Ilse Losa, Maria Lúcia Pulido Valente, Maria Judite Mendes, Manuela Bernardino, Marta Cristina de Araújo, Maria Manuela Antunes, Maria do Carmo Tavares D'Orey, Maria Gabriela Figueiredo Ferreira, Maria Lucília Miranda dos Santos e Sophia de Mello Breyner. É esta mesma comissão que responsabiliza o Governo pela morte trágica de Albina Pato[201], mulher de Octávio Pato, preso há vários anos. Esta responsabilização assumiu a forma de um telegrama assinado por Sophia de Mello Breyner, Maria Eugénia Varela Gomes, Nuno Teotónio Pereira, frei Domingues, padre Felicidade Alves, Luís Moita e padre Abílio Cardoso. Um segundo telegrama protestava contra as torturas a Sotto Mayor Cardia que corria o risco de perder a vista[202].

A vaga repressiva do regime é marcada, contudo, por uma nova característica: a reacção de um sector cada vez mais alargado de pessoas a essa mesma repressão, assim como a crescente consciência contra a Guerra Colonial.

Nos finais da década de 1960 é o próprio ministro de Salazar, Franco Nogueira que ao escrever posteriormente sobre esse período afirma ter existido um estado de espírito dos portugueses muito abalado por diversos factores: a Guerra Colonial; a intensificação da propaganda pacifista nas escolas feita por elementos oposicionistas de esquerda; a mobilização dos estudantes universitários na difusão de propaganda; a difusão dos princípios do Vaticano II, «ou os que lhe foram atribuídos» por elementos da Acção Católica[203].

O 8 de Março de 1962 no Porto

O jornal *Avante* de Março de 1962[204] relata que no Porto, no dia 8 de Março, cerca de «20 000 pessoas se manifestaram no dia internacional da mulher contra a Guerra Colonial, a política do regime fascista e a repressão». O jornal *L'Humanité*, de 10 de Março de 1962, noticiava: «Portugal, Nouvelle manifestation contre Salazar.» «Várias centenas de pessoas, na maioria mulheres, bloquearam completamente a circulação na cidade do Porto. Foi aos gritos de “Portugal Sim, Salazar Não”, interrompidos com o hino nacional, que se realizou a manifestação. Após duas horas de desfile nas ruas, a polícia interrompeu com brutalidade.» O jornal *Le Monde* da mesma data referia: «Portugal, manifestação da oposição no Porto: 3 feridos.»

Na imprensa portuguesa, pequenas notícias assinalavam a manifestação. No *Diário de Notícias*: «Em plena praça da Liberdade no Porto foi organizada uma movimentada manifestação contra o primeiro-ministro António Oliveira Salazar e a sua política.» O *Jornal* de 9 de Março referia «mais de 300 pessoas, na sua maioria mulheres, promoveram uma manifestação contra o governo do primeiro-ministro António Oliveira Salazar. Os agentes da ordem desfizeram a manifestação, quando a mesma chegou ao momento de desfilar, mas não houve violência».

Dias antes, tinham circulado na cidade do Porto diversos comunicados assinados por «um grupo de mulheres democratas do Norte» com conteúdos diferentes dirigidos às mulheres do Porto, ou aos homens do Porto, ou ainda aos «homens honrados da PSP e da GNR[205]». Neste último, podiam ler-se as seguintes palavras: «Respeitai e deixai desfilar as mulheres do Porto, no dia 8 de Março. São operárias, intelectuais e estudantes que desfilarão com a mensagem da paz para os homens, mulheres e meninos do mundo inteiro.» O comunicado dirigido aos homens dizia: «As nossas irmãs, mães e esposas vão concentrar-se no dia 8 de Março. Com elas estaremos ombro a ombro a afirmar a vontade nacional pela paz em Angola, regresso dos soldados, aumentos de salários, diminuição do custo de vida, democracia e liberdade.»

Os diversos comunicados dirigidos às mulheres apresentavam diferentes conteúdos. Vejamos alguns deles: «O dia 8 de Março é o vosso dia. Em Portugal, a mulher não tem direitos. Vive subjugada e vós bem sentis na própria carne. Por isso, façamos do 8 de Março um dia de luta pelos vossos direitos indo à grandiosa manifestação na Praça da Liberdade às 18h30, mostrando o vosso descontentamento. Pão, Paz, Liberdade, Amnistia. Por um Portugal Livre e Independente.» É interessante que este é o único que refere os direitos das mulheres, já que os restantes se centram no custo de vida, na repressão e na Guerra Colonial[206].

«Portugal sim, Salazar não» foi a palavra de ordem mais gritada na manifestação realizada no 8 de Março de 1962 no Porto que durou duas horas, após a distribuição de folhetos através da cidade. Um outro comunicado encabeçado pela figura de uma mulher com uma pomba, assinado pelo mesmo grupo de mulheres reclamava liberdade para Maria Ângela Vidal, Maria Luísa Costa Dias, Natália David e Albina Fernandes, na prisão, nessa altura. O comunicado sobre a Guerra Colonial referia «Mães, irmãs, esposas, somos arrastadas para a guerra. Os vossos filhos, maridos, irmãos perdem a vida em Angola. Não podemos consentir a perda dos nossos entes queridos. Vamos em massa à manifestação no 8 de Março na Praça da Liberdade às 18h30. Abaixo a Guerra. Paz em Angola. Regresso dos soldados.»

Analisar esta iniciativa é interessante pelas particularidades que reveste. Uma acção convocada por mulheres, embora o apelo para a mobilização fosse mais generalizado. Incidindo sobre as questões gerais da luta política, não deixa de revelar algumas particularidades na forma como se dirige às mulheres, procurando a mobilização de diversos sectores. É ainda de referir que, nesse 8 de Março, tinha sido feito um apelo para que se cobrissem de flores as campas de Herculana de Carvalho e Emília Verdial, mães dos dirigentes comunistas Guilherme da Costa Carvalho e Henrique Nuno Verdial.[207]

A formação do Movimento Democrático de Mulheres

Em 1968, foi formado o Movimento Democrático de Mulheres (MDM).

Após um longo período de ausência de associações de mulheres, o MDM veio preencher uma lacuna política e social nesta área[208]. Um ano após a sua formação, o MDM participou no VI Congresso Mundial da FIDM – Federação Democrática Internacional de Mulheres em Helsínquia, em Junho de 1969.[209] Esta organização internacional promoveu, no ano seguinte, uma «semana de solidariedade com a luta das mulheres portuguesas» através de actos públicos, em dezenas de países em frente às embaixadas ou consulados de Portugal, exigindo a libertação dos presos políticos e o fim da Guerra Colonial. «Cartas e telegramas de protesto foram enviados ao governo português por organizações de mulheres da África do Sul, Ceilão, Bulgária, Angola, Vietname, RDA, Guiné-Bissau, Finlândia, França, Grécia, Israel, Itália, Japão, Camarões, República Popular do Congo, Nigéria, Áustria, Suíça, Suécia, URSS, Hungria, Polónia[210].»

A necessidade de um movimento de mulheres não era um dado adquirido mesmo junto dos sectores da oposição. A defesa da existência de um movimento de mulheres é feita publicamente por Helena Pato, uma das fundadoras do MDM, no jornal *República* em Outubro de 1969 na seguinte base:

Defendemos o movimento de mulheres como meio de dinamização desse sector da população menos politizado, que carece de métodos específicos de mobilização. Defendemos o movimento de mulheres como meio de levar as mulheres a partirem dos problemas que mais directamente vivem e de que têm maior consciência para, integrando-os num contexto geral, sentirem, discutirem, tomarem consciência de todos os problemas inseridos nesse contexto. Defendemos o movimento de mulheres como método pedagógico para atingir mais rapidamente e eficazmente os fins que todos nos propomos atingir.¹⁰⁵[211]

A base de argumentação utilizada por Helena Pato revela a concepção de um movimento de mulheres construído para os fins mais gerais de luta contra o regime, não explicitando os objectivos de luta das mulheres pela

conquista dos seus próprios direitos, embora se reconheça que as mulheres têm problemas que mais directamente as afectam.

É um facto que o MDM ocupou um papel importante na luta contra o regime através do apoio aos presos políticos, da sensibilização das mulheres contra a Guerra Colonial e na luta pela paz. Em 1969, o MDM tornou público um relatório com depoimentos de Sofia Ferreira, presa durante 12 anos, de Alda Nogueira com 9 anos de prisão e de Olívia Sobral, presa durante 8 anos, com denúncias das torturas, abusos e arbitrariedades das autoridades. Ainda em 1969, o MDM dinamizou um abaixo-assinado de mulheres contra a Guerra Colonial que recolheu milhares de assinaturas e em 1970, nas comemorações do 8 de Março, o MDM retoma este tema. A maioria das mulheres estava contra a Guerra Colonial, apesar do esforço que a elite feminina da classe dirigente fazia, apelando ao dever patriótico da sua defesa[212]. Do lado da oposição, a crítica à Guerra Colonial foi bandeira de luta não só das mulheres organizadas no MDM, como dos católicos progressistas, do movimento estudantil e dos partidos e organizações políticas de esquerda.

O Movimento Democrático de Mulheres foi muito marcado, segundo Luísa Amorim, dirigente do movimento, na altura do 25 de Abril, «por posições políticas gerais, como a luta contra a Guerra Colonial, o apoio aos presos políticos; era um movimento onde existia muita acção reivindicativa numa luta de carácter geral[213]».

Nas campanhas eleitorais de 1969 e de 1973, onde participaram candidatas do MDM como Luísa Amorim e Helena Neves, esta organização teve um importante papel na elaboração de manifestos, de programas eleitorais e na participação em sessões públicas. Helena Neves, também fundadora do MDM, considera que esta organização de mulheres foi uma grande escola[214]. Em 1970, o MDM lançou duas campanhas. Uma pela libertação de Angela Davis, lutadora pela causa dos negros e das mulheres. Uma outra campanha pelo ensino pré-primário. Protagonizou também diversas iniciativas comemorativas do 8 de Março, em torno da situação da mulher e da criança, e do protesto contra a Guerra Colonial. Foi debaixo da repressão do anterior regime, que esta associação realizou

algumas das suas iniciativas, como o seu 1.º Encontro Nacional, a 21 de Outubro de 1973, na Cova da Piedade, com a participação de 300 mulheres. Uma acção reivindicativa na luta mais geral do povo português contra o regime de ditadura caracteriza esta fase de vida do MDM. O seu percurso como organização de mulheres será reflectido mais adiante na história dos movimentos de mulheres nas décadas de 1970 e 1980.

A oposição de católicos e católicas progressistas ao regime e a acção do GRAAL

De realçar nesta vaga mais alargada de contestação ao regime o papel dos sectores «católicos progressistas». Centrados, inicialmente, na denúncia da injustiça social e da repressão, orientam-se depois para o protesto contra a Guerra Colonial, baseados nas encíclicas papais de João XXIII e de Paulo VI. O Concílio Vaticano II (1962-1965) forneceu referências teóricas e práticas, que serviram para questionar a hierarquia da Igreja e o regime ditatorial, em especial no que se refere à liberdade de associação e à Guerra Colonial. A Juventude Universitária Católica (JUC) e a Juventude Operária Católica (JOC) desempenham papel de relevo nesta corrente de oposição ao regime, assim como os católicos e as católicas ligados à publicação do *Tempo e o Modo*, do *Direito à Informação* e à Cooperativa de Difusão Cultural e Acção Comunitária para além dos que, estando ligados a estas iniciativas, também faziam parte da Junta Central da Acção Católica.

Já em 1941, o padre Abel Varzim tinha fundado o Centro de Estudos Sociais e Acção Social em que participaram jovens universitários, rapazes e raparigas da Juventude Universitária Católica[215]. A reflexão católica sobre os problemas sociais e o direito de intervir na sociedade, assim como a valorização da democracia como forma de organização dos Estados iria conduzir, a partir dos anos 50 a uma confrontação dos sectores católicos mais intervenientes contra o regime. Segundo o investigador Albérico Afonso Costa, existiram sectores católicos progressistas que tiveram iniciativas pela defesa dos direitos humanos e contra a Guerra Colonial, e outros sectores que, não pondo em causa a legitimidade do regime,

apostavam em reformá-lo por dentro[\[216\]](#).

Uma das primeiras expressões dessa necessidade de reflexão e de intervenção social seria a organização das chamadas Semanas Sociais Portuguesas e do primeiro Congresso da JUC/JUCF, este último realizado no Instituto Superior Técnico, em 1953, sob a presidência de Maria de Lourdes Pintasilgo e de Adérito Sedas Nunes[\[217\]](#). De entre os objectivos deste Congresso destacam-se: «Estudar o papel das classes intelectuais na organização e condução da sociedade; determinar a influência da Universidade como formadora de intelectuais, como depositária do saber, como investigadora da verdade; estabelecer as bases em que deve estruturar-se a universidade; auscultar as preocupações dos universitários portugueses e promover a solução dos problemas[\[218\]](#).» Um inquérito aos jovens e às jovens universitárias seria orientado por Adérito Sedas Nunes, Manuela Silva, Maria Isabel Soares, Sara Forte e Armando Nogueira. Este congresso «marcou a emergência de uma “vanguarda” católica que, dotada de um novo código de leitura do social, se afirmará mais tarde na sociedade portuguesa»[\[219\]](#).

De salientar a grande participação de jovens universitárias na preparação deste congresso e a importância do envolvimento de Maria de Lourdes Pintasilgo como se depreende da consulta às suas notas pessoais sobre este congresso[\[220\]](#). A participação das raparigas varia consoante as faculdades[\[221\]](#). Uma análise por sexo da participação dos estudantes foi possível através das notas pessoais de Maria de Lourdes Pintasilgo sobre este congresso e permite observar a elevada participação de mulheres, cerca de 47%, apesar das diferenças por curso, reflexo ainda do estatuto das mulheres na sociedade, mesmo tratando-se das elites que tinham acesso à universidade na década de 1950.

De realçar, ainda, uma das comunicações ao Congresso elaborada por Maria de Lourdes Pintasilgo: «A mulher na universidade portuguesa[\[222\]](#)» e o debate protagonizado por diversas intervenientes nessa sessão. Segundo Maria Idália Correia, não haveria na maioria das raparigas uma vocação universitária. Maria Helena Costa preconiza a substituição da universidade actual por uma instituição que corresponda às necessidades das muitas

centenas de raparigas que a frequentam. Alguns participantes do sexo masculino teceram considerações sobre as motivações que animavam a ida das jovens para as universidades: «maior valorização pessoal para se tornarem melhores educadoras e esposas», até porque quando uma rapariga pretende adquirir qualidades que a tornam mais completa, mais capaz de se bastar a si própria, isso «leva a que os rapazes escolham para esposas raparigas de cultura média, não diplomadas para serem boas donas de casa». Existia por parte das jovens a responsabilidade de valorizar os maridos, pois «há homens que se casam com mulheres de cultura inferior à sua por se sentirem por elas elogiados e admirados, já que por valor próprio não se impuseram na sociedade». Maria Helena Costa considerava que «a mulher completa o homem no plano psicológico mas não foi criada para ele». Até porque «o facto de algumas mulheres não casarem não teriam assim sido criadas para coisa alguma[223]».

Também a actividade de muitas jovens na JOC – Juventude Operária Católica influenciou e marcou preocupações e a sensibilização de muitas delas para os direitos das mulheres. Clarisse Canha, na altura com 16 anos, pertencia à JOC na Madeira e traz à memória essa experiência muito marcante na sua vida e nos caminhos futuros em defesa dos direitos das mulheres: «Lembro-me de participar em reuniões na Madeira, em 1967/1968 com rapazes e raparigas, embora eu fizesse parte da JOC – Feminina, já nessa altura existiam reuniões em conjunto. [...] Debatíamos a situação das mulheres, em especial das que viviam nos “bairros de lata”. Nós tínhamos uma prática de ligação às pessoas e íamos dar passeios para observar a realidade em que vivíamos. Nas discussões havia aquelas posições mais conservadoras sobre a mulher “rainha ou fada do lar”, mas eu contestava sempre essas ideias: “Era rainha de quê, de lavar a roupa do marido?” A JOC em si não tinha nenhuma orientação de cariz feminista, mas a JOC-F estava muito atenta às problemáticas das mulheres. Nós confrontávamo-nos com mulheres pobres com muitos filhos. E falávamos com as mulheres sobre o planeamento familiar. Como a Igreja tinha aquela posição contra a pílula isso revoltou-nos muito.»

Na década de 1960 aumentam as tomadas de posição pública de crítica

ao regime por parte dos católicos. Uma declaração[224] assinada por católicos de diversas áreas entre os quais o padre Abel Varzim, o padre Adriano Botelho, Sophia de Mello Breyner, Maria Manuela Brito, Nuno Teotónio Pereira, João Bénard da Costa, Gonçalo Ribeiro Teles, F. de Sousa Tavares, pronunciava-se sobre a tendência de identificar a defesa da Igreja com a posição política dos católicos, o que «nada tem que ver com o catolicismo». «Os católicos têm o direito e o dever de se interessarem por política», afirmavam. Os mesmos protagonistas assinaram uma carta dirigida a Salazar contra a tortura e as prisões a 1 de Março de 1959.

É também do início dos anos 60 (1963) a publicação clandestina do *Direito à Informação*[225], da iniciativa de sectores católicos com particular destaque para Maria Natália e Nuno Teotónio Pereira, mas que contou com a colaboração de frei Bento Domingues, o então padre António Jorge Martins, Ana Vicente, Maria Vitória Pato, Maria da Conceição Neuparth, Joana Lopes, Eduardo Veloso, entre outras e outros. Os conteúdos desta publicação dizem por si do arrojo deste grupo de católicos ao tratar temas como: «A consciência cristã perante a guerra de Angola»; «A miséria imerecida em Portugal»; «A viagem do papa a Bombaim[226]»; «A luta estudantil por uma universidade livre»; «Mecanismos de censura à Imprensa»; «A Igreja comprometida com o regime»; «O assassinio de Humberto Delgado: a justiça espanhola incrimina agentes da PIDE»; «Prisões e presos políticos em Portugal» (LOPES, 2007:29). «A grande maioria dos textos resultava da recolha de notícias, de artigos cortados pela censura e de traduções de documentos provenientes da imprensa estrangeira», afirma Joana Lopes uma das colaboradoras da publicação. Ainda, segundo Joana Lopes, uma iniciativa importante surgiu em Dezembro de 1964 e relacionou-se com a distribuição nas missas de todo o país de 20 000 exemplares de uma informação («Igreja Presente») sobre a visita do papa Paulo VI a Bombaim. O regime accionou os mecanismos da censura no sentido de cortar todas as notícias sobre o acontecimento por considerar essa visita como uma ofensa a Portugal dada a anexação de Goa por parte da União Indiana em 1961. A produção da «Igreja Presente» em Espanha e a sua

distribuição clandestina foi uma verdadeira proeza[227].

Nas eleições de 1965, um grupo de 101 católicos fizeram sair uma declaração de apoio ao manifesto da oposição. Em 1969, os católicos progressistas foram grandes animadores das comissões eleitorais da CDE. Um relatório encontrado no Arquivo da PIDE/DGS relativo às eleições de 1969 refere a certa altura: «As camadas juvenis que durante a campanha eleitoral tinham sido arrastadas pela oposição parecem ter-se dissociado da mesma. Apenas no sector católico surgiram dois novos padres progressistas, para além dos já existentes: Paulino Moraes Gomes e Manuel Fernandes[228].»

Segundo Paula Borges Santos[229], a corrente do «catolicismo social[230]» foi-se aproximando da oposição democrática ao Estado Novo, desenvolvendo mesmo iniciativas conjuntas, como seja a participação dos católicos nas eleições de 1961, 1965 e de 1969, nas greves estudantis de 1962 e 1969, no golpe de Beja de 1962, na Comissão Nacional de Socorro aos presos políticos (1969), nas lutas anticoloniais.

O ano de 1968 concentra em si um conjunto de acontecimentos em que os sectores «católicos progressistas» estiveram envolvidos. Segundo Joana Lopes, o ano de 1968 representa uma verdadeira «hetacombe» para a Igreja. Muitos padres que tinham entrado para o seminário em fase adulta, as chamadas «vocações tardias», abandonam essas mesmas vocações[231].

A 19 de Abril, uma polémica intervenção do padre Felicidade Alves: «Perspectivas de transformação nas estruturas da Igreja e sentido da responsabilidade pessoal na vida pública do meu país[232]», realizada perante 80 pessoas do Conselho Paroquial, desencadeou um processo que iria culminar com o seu afastamento da paróquia de Santa Maria de Belém e com a suspensão de funções sacerdotais. As reacções de 120 padres de Lisboa e de 680 leigos não se fizeram esperar, mas sem resultados. Mas a influência do padre Felicidade Alves foi muito marcante nos meios católicos. Em Maio, foi preparada uma sessão para a Igreja de Santa Isabel em Lisboa de evocação da figura de Martin Luther King, assassinado a 4 de Abril desse ano. Durante a sessão seria projectado o filme *Marcha em Washington*, seguido de um debate com Lindley Cintra, Fátima Pereira

Bastos, João Carlos Mégre e Francisco Pereira. A PIDE proibiu a sessão. Em Setembro, um conjunto de católicos (as) dirigem uma carta ao cardeal patriarca sobre a encíclica *Humanae Vitae* do papa Paulo VI sobre o controlo da natalidade. Nesta carta, os e as signatárias contestam a proibição da Igreja em relação aos meios anticoncepcionais: «A regulação da natalidade é uma manifestação da inteligência humana no campo da biologia [...]. Aceite a necessidade de regular os nascimentos, aceite o valor intrínseco da relação sexual como expressão de Amor e a sua separação da procriação imediata, torna-se inconsistente a defesa da exclusividade da continência periódica. Defendê-la em nome da chamada lei natural, é considerar o problema apenas numa perspectiva organicista que não podemos aceitar. [...] Repugna-nos aceitar a condenação de métodos anticoncepcionais pelas chamadas repercussões “nefastas” sobre a moralidade individual e conjugal [...]» Um conjunto significativo de mulheres assina esta carta, 20 mulheres em 41 subscritores.^[233] Henrique Santa Clara Gomes, dirigente da Junta Central de Acção Católica, vê o seu cargo vetado pelo cardeal Cerejeira pelo facto de ter subscrito esta carta. É de salientar a importância desta tomada de posição dos sectores católicos sobre a contracepção, facto que se virá a repercutir na própria formação da Associação para o Planeamento da Família, que teve um papel pioneiro nesta área.

Segundo Joana Lopes, uma das poucas mulheres da Junta Central da Acção Católica, existiu uma acção concertada para ocupar lugares na Junta, na altura em que, pela primeira vez houve a possibilidade de o secretário-geral ser um leigo: «Uma das características mais específicas dos católicos progressistas foi uma grande informalidade na ligação e uma grande interoperacionalidade. Em 1966, eu fui para a Junta Central e estive lá até 1968. Tratou-se de uma acção concertada para ocupar a Junta Central. [...] Nessa altura, já estávamos bastante politizados e eu fui para o pelouro das relações internacionais e a primeira coisa que fiz foi preparar o tal Congresso de Leigos, que teve lugar em Roma e que deu imensas celeumas. Por detrás disto tudo, clandestino, estava o “Direito à Informação”. Havia uma enorme mobilidade e até 1973, altura em que as

prisões sobre os católicos começam a ser mais fortes, as coisas iam acontecendo, basta dizer que o “Direito à Informação” nunca foi apanhado pela polícia política. Claro que houve o encerramento da PRAGMA, a prisão dos seus dirigentes, mas por pouco tempo; havia chamadas à PIDE, como a do Mário Murteira, mas naquela altura ainda não existia uma forte repressão sobre os católicos. No tempo do Marcelismo esta maleabilidade de movimentos acabou e a repressão surgiu mais forte, em especial a partir de 1973.»

Os protestos contra a Guerra Colonial e a vigília na Capela do Rato

A 1 de Janeiro de 1969, no Dia Mundial da Paz, um documento contra a Guerra Colonial foi distribuído à assembleia da Igreja de S. Domingos, em Lisboa[\[234\]](#). Uma vigília com greve da fome pela paz e contra a Guerra Colonial foi organizada na Capela do Rato, a 31 de Dezembro de 1972. Prevista para 48 horas, a vigília foi acompanhada de aprovação de moções, denunciando a Guerra Colonial. A PSP invadiu a capela para prender os e as participantes. Foram presas 70 pessoas. No jornal *Expresso* de 13 de Janeiro publicava-se uma nota oficiosa do Governo com data de 5 de Janeiro, onde se afirmava: «A Polícia de Segurança Pública apurou que desde a véspera, dia 30, após a missa das 19h um grupo haveria decidido ocupar a referida capela durante 48h com intenção de “jejuar” e debater o tema da paz, mas fazendo incidir os debates sobre o que chamavam “Guerra Colonial”.» A mesma nota referia que a PSP tinha identificado as pessoas presentes, cerca de 80, tendo sido detidos alguns dirigentes ou indivíduos que tinham desobedecido às ordens da PSP. Por deliberação da reunião de Conselho de Ministros de 9 de Janeiro de 1973, os funcionários públicos presentes na reunião da Capela do Rato seriam demitidos. Entre eles registam-se os nomes de Maria Isabel Rodrigues, enfermeira, Teresa Filomena, professora, Maria Gabriela Figueiredo Ferreira, funcionária no Centro de Saúde Escolar de Lisboa, Maria Regina Líbano dos Santos, Maria do Rosário Sousa Leal de Oliveira Moita e ainda Luís Moita, Francisco Pereira de Moura e J. Augusto Neto que recorreram dessa

decisão governamental através dos advogados: José Vera Jardim, F. Salgado Zenha, Jorge Sampaio, F. Sousa Tavares e José Vasconcelos Abreu[235].

Manuela Góis, então estudante do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, participou na vigília com um grupo de estudantes ligados aos movimentos de libertação das colónias: «Durante a vigília havia sempre muita gente. Existia uma exposição de cartazes sobre os massacres de Wiriamo em Moçambique, assim como música do Zeca Afonso e do José Mário Branco. Um grupo de 30 pessoas estava sempre presente e as outras pessoas iam passando por lá. Ao fim da tarde do dia 31 de Dezembro, a polícia de choque começou a fazer um cordão na rua na Calçada Bento Rocha Cabral que dá para o Rato e fecharam o trânsito. Entretanto, nós estávamos à porta, encostaram-nos à parede e prenderam-nos a todos. Meteram-nos nas carrinhas e levaram-nos para a esquadra do Rato. Estiveram a analisar as fichas das pessoas. Como eu não tinha lá ficha soltaram-me, assim como a vários amigos, mas houve outros que ficaram presos entre os quais o Luís Moita, a Conceição Moita e vários católicos progressistas. Tenho ideia de que na Capela do Rato haveria muitas mulheres, mas a presença de homens era maior. Nós sabíamos que a vigília era promovida pelos católicos progressistas. Eu não estava organizada, era antifascista e anticolonialista e fazia certas tarefas como a distribuição da carta da Frelimo a um soldado português, junto dos quartéis, distribuição de panfletos nas noites de Santo António em Lisboa ou nas caixas do correio. Eu estava mais ligada a estes grupos anticoloniais do que aos católicos progressistas. Destes conhecia, claro, o Francisco Pereira de Moura que era professor em Económicas e a mulher dele, a Eugénia Moura que pertencia à Associação para o Planeamento Familiar.»

Um comunicado de estudantes de Económicas de uma Comissão de Luta contra a Repressão valorizava esta acção na Capela do Rato: «O justo protesto de cristãos contra a Guerra Colonial está a ser pago pelos que foram presos na Capela do Rato e enviados para Caxias, onde estão a ser torturados. A corajosa tomada de posição contra o colonialismo, a solidariedade que afirmaram com a heróica luta dos povos de Angola,

Moçambique e Guiné, levou a que a repressão fascista se abatesse sobre as pessoas reunidas no Rato[236].» O comunicado apelava depois à participação num *meeting* contra a repressão de apoio aos cristãos do Rato, no dia 12 de Janeiro, pelas 16 horas, em Económicas.

A oposição à Guerra Colonial ganhava eco junto de muitos sectores católicos progressistas. A posição do bispo do Porto em homilia dominical e publicada no jornal *Expresso* de 6 de Janeiro de 1973 expressava o mal-estar de uma parte da Igreja mais consciente da situação vivida no país. D. António Ferreira Gomes afirmava então de que a Paz era possível e falava do «direito de um povo dispor de si mesmo[237]». Luís Moita foi preso a 27 de Novembro de 1973 e submetido a uma atroz violência, indicador de que os católicos não escapavam à malha da polícia política: espancamentos, seis dias seguidos de interrogatórios, torturas de sono durante quatro dias e meio, num total de 114 horas consecutivas. Setenta e oito dias em regime de isolamento, só lhe sendo consentida a primeira visita da família, após três semanas de prisão (PIMENTEL, 2007:124-126).

A Cooperativa de Difusão Cultural e Acção Comunitária: PRAGMA (1964-1967)

Segundo Joana Lopes, no seu livro *Entre as Brumas da Memória – os Católicos Portugueses e a Ditadura*, a PRAGMA foi fundada por um grupo de católicos em 11 de Abril de 1964, data propositadamente escolhida por nela se comemorar o primeiro aniversário da publicação da encíclica *Pacem in Terris*, nascida do Concílio do Vaticano II, que teria sido, para muitos católicos, «um reconforto, uma tábua de salvação», pelo que «passaria a ser também um meio de pressão» (LOPES, 2007:61).

Nos seus sócios fundadores destacam-se nomes como os de Nuno Teotónio Pereira, Mário Murteira, Ana Marques[238], António Macieira Costa, Nuno Silva Miguel. A cooperativa passou de 111 sócios em 1964 para 340 em 1967. Desses sócios e sócias referem-se os nomes de Helena Sacadura Cabral, Joana Lopes, Natália Teotónio Pereira, Aurora Murteira, João Salgueiro, João Bénard da Costa, sendo que a cooperativa tinha

também um leque alargado de colaboradores, que participavam em debates: Francisco Pereira de Moura, Joel Serrão, padre Manuel Antunes, Nuno Portas, Joel Hasse Ferreira, José Tengarrinha, Mário Neves, frei Bento Domingues, Rui Grácio. É de salientar que existindo mulheres como sócias estas não surgiam como autoras de comunicações, nos debates, conferências ou colóquios promovidos pela cooperativa.

Segundo João Bénard da Costa[239], a formação da PRAGMA teve como base a necessidade de aliar à parte teórica, uma intervenção de âmbito social. É de referir que quando se formou a cooperativa já existia um corpo teórico de intelectuais de esquerda[240] em torno da revista *O Tempo e o Modo*, lançada em 1963, pela editora Moraes sob a direcção de António Alçada Baptista.

A PIDE esteve sempre atenta às actividades da cooperativa e o motivo para o seu encerramento foi a promoção de uma Conferência sobre «Emigração – situação de crise ou factor de progresso?». A 6 de Abril de 1967, data prevista para a realização desta conferência, uma brigada de agentes da PIDE realizou uma busca à sede da PRAGMA e prendeu o então presidente, Nuno Teotónio Pereira, assim como outros elementos da direcção: João Gomes, António Macieira Costa, Nuno Silva Miguel e Ana Marques, tendo sido todos libertados a 10 de Abril. As reacções ao encerramento da cooperativa passaram por: um pedido de audiência ao cardeal patriarca de Lisboa por parte de Nuno Teotónio Pereira, João Gomes, Mário Murteira e João Salgueiro; por uma concentração nesse mesmo dia de cerca de 200 pessoas junto ao Patriarcado; um abaixo-assinado dirigido ao presidente da República assinado por 280 pessoas de vários sectores políticos e sociais; outro abaixo-assinado dirigido aos bispos portugueses subscrito por 547 católicos. Apesar do encerramento decretado pela PIDE, a cooperativa continuou dinamizando debates em vários locais cedidos de forma solidária, a Sociedade Nacional de Belas-Artes, Capela do Rato, Igreja de S. João de Brito, Bombeiros Voluntários Lisbonenses, Centro Nacional de Cultura, Casa da Imprensa, entre outros. Algumas destas realizações foram proibidas pela PIDE. Contudo, uma delas teve particular impacto ao ser realizada na Igreja de S. João de Brito

com mais de 500 pessoas sobre o III Congresso Mundial para o Apostolado dos Leigos, debate orientado por um grupo de delegados portugueses ao Congresso[241]: Maria de Lourdes Belchior, Joana Lopes e José Manuel Galvão Teles. Este congresso mundial foi bastante polémico tendo abordado temas ousados para a época: «condenação das práticas racistas e da discriminação racial e religiosa»; «plena igualdade de direitos do homem e da mulher na Igreja e acesso das mulheres às ordens sacramentais»; «defesa dos direitos das minorias, com menção concreta de solução para o problema dos refugiados da Palestina»; «participação dos leigos na eleição dos bispos» (LOPES, 2007:103), entre outros.

Na corrente do catolicismo social, embora, segundo Joana Lopes, com uma acção mais distanciada de uma intervenção política mais directa, importa salientar a acção do GRAAL, no qual tiveram papel de relevo Maria de Lourdes Pintasilgo e Teresa Santa Clara Gomes.

A acção do GRAAL

O GRAAL – Movimento Internacional de Mulheres Cristãs teve início na Holanda, em 1921, a partir de um grupo de estudantes da Universidade de Nimegue. Com o objectivo de dinamizar a participação das mulheres na Igreja e na sociedade, este movimento estendeu-se a vários países. Maria de Lourdes Pintasilgo foi portadora da ideia de lançamento do GRAAL em Portugal, o que veio a acontecer em 1957.

Éramos 12, entre os 18 e os 27 anos, todas estudantes, excepto duas. Muitas éramos dirigentes da JUCF e todas entusiasticamente idealistas. [...] Em 1959, deparámos com uma dificuldade inesperada e inédita na história do GRAAL: fomos proibidas pelo cardeal patriarca de Lisboa de ter actividades, fazer propaganda e viver em comunidade. Estranho facto esse de vermos impedido pela Igreja aquilo que para nós era um maior compromisso dentro da própria Igreja! Que fazer então? No nosso optimismo de jovens não nos deixámos desencorajar. Se em Lisboa não éramos bem vindas por que não tomar à letra o Evangelho de Lucas: «quando não vos recebem, saí dessa

cidade e sacudi o pó das vossas sandálias?» A verdade é que partimos! Não para longínquas terras, mas para duas novas dioceses – Coimbra e Portalegre – que nos receberam de braços abertos. (*GRAAL, 25 Anos de História*, 1983:7.)

O primeiro centro provisório do GRAAL inicia-se em Lisboa com a participação de Maria de Lourdes Pintasilgo, Teresa Santa Clara Gomes, Eduarda Cruzeiro, Regina Tavares da Silva, Teresinha Tavares, Maria dos Anjos Saraiva, Helena Amorim, Manuela Silva e Tomásia Santa Clara Gomes. Outras mulheres vão aderindo a um projecto de vida, que implica vida comunitária e uma grande exigência em termos de vocação social e de reflexão pessoal e colectiva.

Em 1961, o GRAAL desenvolveu um projecto de Promoção Humana e Evangelização na região de Portalegre, envolvendo muitas mulheres em acções de conscientização. Programas de alfabetização tinham também surgido em Coimbra, em alguns bairros pobres de Lisboa e, de igual modo, em Portalegre. Dentro da mesma orientação de intervenção – privilegiar o local, em especial, o meio rural, o GRAAL dinamizou também, ainda durante o regime do Estado Novo, no início dos anos 70, um projecto de Sociologia Participada em aldeias do distrito de Coimbra, com inquérito às populações sobre a Saúde. A partir deste projecto as actividades do GRAAL passaram a ser inspeccionadas pela PIDE. Este tipo de intervenção social ligada a uma acção católica progressista destinada a despertar as mulheres para o debate sobre os seus problemas, prolongou-se após o 25 de Abril de 1974, formando equipas móveis com o objectivo de colocar as comunidades a reflectir sobre a revolução do 25 de Abril e o evangelho. São atingidas 150 aldeias do Norte e Centro do País. No início de 1975, o GRAAL avança com um projecto de animação sociocultural com mulheres rurais, posteriormente designado por «Projecto de animação de raparigas e mulheres rurais», que se desenvolveu até 1983. Segundo os seus estatutos, o GRAAL identifica-se como uma associação de carácter social e cultural, que tem por objectivos: proporcionar condições de valorização pessoal e educação permanente a mulheres de todas as

condições sociais e estimular a contribuição das mulheres para a criação de novos modelos de vida em sociedade. O GRAAL teve de enfrentar as dificuldades que o regime lhe impunha antes do 25 de Abril. No livro *GRAAL, 25 Anos de História* pode ler-se que um aspecto fundamental dos programas era a ligação entre o cultural e o político. «Como os assuntos políticos eram formalmente proibidos, servíamo-nos do contexto das nossas actividades enquanto grupo católico para os integrar. Falávamos de justiça social e de socialismo; denunciávamos o que na sociedade portuguesa era contrário à dignidade humana e aos valores do evangelho, procurávamos anunciar vias e perspectivas para que o “novo” pudesse acontecer. Basta lembrar no Inverno de 1969, as discussões à volta de *O Pomar das Cerejeiras*, de Tchekov, e de *O Círculo de Giz Caucasiano*, de Brecht. No repetir, como simples evidência, a frase de Brecht, “o vale pertence a quem souber florir”, apontávamos já para o país novo que queríamos construir: um país sem desigualdades nem discriminações, um país onde a riqueza fosse de todos e para todos.»

Entre 1962 e 1974, cerca de 700 estudantes integraram campos de trabalho do GRAAL, organizados em 20 aldeias da região de Coimbra e de Portalegre e em zonas fabris de Olhão, Tavira, Caldas da Rainha e Leiria. Regularmente, em programas culturais e outros encontros, o tema da mulher era abordado. Nos anos 60 realizaram-se programas sobre «Verdades e mitos de ser mulher» e sobre «A imagem da mulher na sociedade actual». Da reflexão puramente teórica, passava-se ao conhecimento com mais profundidade das condições reais da opressão das mulheres no país. A abertura de mentalidades inerente a actividades deste tipo também se veio a reflectir na necessidade de novas abordagens em matéria de contracepção e vivência das sexualidades.

Os Debates sobre a Situação das Mulheres nos Finais da Década de 1960

Após duas décadas de ausência de uma reflexão pública colectiva sobre a situação das mulheres, surgem nos finais da década de 1960 os primeiros debates. Em 1967, a secção cultural da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa organiza um ciclo de colóquios sob o lema:

«A mulher na sociedade contemporânea». Participam com comunicações: Elina Guimarães, Leonor da Palma Carlos, Maria de Lurdes Lima dos Santos, Isabel Magalhães Colaço, Conceição Homem de Sousa, Sérgio Ribeiro, José Esteves, João dos Santos, Eduarda Cruzeiro, Rui Grácio, Ângela Miguel, Natália Nunes, Sophia de Mello Breyner Andresen, Isabel da Nóbrega, Augusto da Costa Dias e Urbano Tavares Rodrigues. Dos temas abordados destacam-se: situação especial da mulher em Portugal; a mulher e o trabalho; problemas de integração da mulher na vida social; a mulher no novo Código Civil[242]; a mulher e o desporto; a realização amorosa da mulher na vida conjugal e familiar; a necessidade de equilíbrio da mulher para a sua função educativa; a família e o mundo de hoje; a evolução da relação conjugal; mitos e imagens da mulher; a mulher na cidade do homem; mulher objecto, mulher mistificada; o iluminismo e os mitos da mulher; a mulher na literatura portuguesa do século xx. Os colóquios realizavam-se todas as quintas-feiras, às 18h30 e decorreram de 19 de Janeiro a 16 de Fevereiro. Isabel da Nóbrega afirmava num desses colóquios: «A sociedade é dos homens, dos homens que elegeram a mulher rainha do lar para que se tornasse afinal escrava do lar. Dos homens que parecendo venerá-la como esposa e mãe, a situam à escala de simples objecto de prazer. Dos homens que, pregando a sua protecção, decretam leis que a deixam desprotegida ou que então cerceiam e limitam a sua autonomia[243].»

Em 1968, realizou-se um colóquio «Sobre a condição da mulher portuguesa». Nele intervieram Augusto Abelaira, Agustina Bessa Luís, Isabel Barreno, para além de Sérgio Ribeiro, Isabel da Nóbrega e Maria da Conceição Homem e Sousa que já tinham participado no anterior ciclo de colóquios. Natália Nunes, também ela, uma das intervenientes, afirmava: «Na investigação da condição da mulher portuguesa – sem dizer por agora se admito ou não a existência duma especificidade dessa condição – encontramos-nos praticamente a partir do zero. Realizou-se, na Faculdade de Direito de Lisboa, uma série de palestras sobre o actual problema da promoção da mulher, e creio ter sido um dos primeiros passos dados entre nós para apresentação global da questão, que assume hoje

internacionalmente foros de autêntica e definida problemática social.» (*Condição da Mulher Portuguesa*, 1972:62.) Isabel Barreno insurge-se contra a resignação da mulher a um destino biológico, «quando toda a actividade do ser humano tem sido uma luta contra o seu destino biológico». Na sua opinião, quem retira da situação das mulheres na sociedade argumentos a favor de uma natureza especial não o fará de boa-fé: «trata-se de uma argumentação para manter uma situação de facto[244]».

Segundo Isabel da Nóbrega, intervindo neste mesmo colóquio: «O trabalho ainda não é encarado pela mulher portuguesa em termos de carreira, de profissão. Metade das raparigas que estão a frequentar a Universidade estão prontas a largar os estudos pelos mais diversos motivos. Perto de dois terços estão prontas a não “exercerem” depois de casadas, ou depois do primeiro filho[245].» Apesar da entrada em maior escala das mulheres no mercado de trabalho a partir da década de 1960, por necessidades de uma conjuntura política onde confluíam factores como a Guerra Colonial, o surto emigratório, a entrada de empresas multinacionais no país em busca de uma mão-de-obra barata, «o Estado português nunca contribuiu para retirar a mulher da esfera caseira ou para aliviar a carga às duplas trabalhadoras; em 1973, havia apenas 16 creches oficiais e a totalidade, incluindo as creches particulares, que cobravam elevadas mensalidades, abrangia 0,8% das crianças até aos 3 anos de idade» (VIEGAS, 1977:22).

Ainda, sobre as condições sociais das mulheres, foram referidos pelo economista Sérgio Ribeiro alguns dados. A falta de assistência no parto encontrava expressão nos seguintes números: 44,4% das mulheres pariam em casa sem qualquer assistência, 24% com apoio de parteira e apenas 5,6% com assistência médica em casa. Nos hospitais realizavam-se 26% dos partos. Uma análise por distritos mostrava que existiam distritos onde mais de 70% das mulheres tinham partos sem qualquer tipo de assistência (Viseu, Vila Real, Bragança, Guarda, Viana do Castelo). Referido foi também o nível de analfabetismo das mulheres que faziam parte da população activa e que em distritos como Évora, Beja, Vila Real, Faro,

Viseu, Viana, Portalegre, Leiria e Bragança ultrapassavam os 60% e mesmo em alguns casos, os 70%.

Os debates sobre a situação das mulheres entram pela década de 1970. O MDM realizou vários debates, muitos deles vigiados e reprimidos pela polícia. No ano anterior, no Porto, no 8 de Março, 600 pessoas tinham participado num convívio e colóquio comemorativo do dia internacional da mulher. Alguns meses antes do 25 de Abril, o jornal *República* refere a 26 de Janeiro de 1974 a realização de uma conferência com a presença da Dr.^a Romy Medeiros da Fonseca, presidente do Conselho Nacional de Mulheres do Brasil. Nesta conferência participaram Maria Lamas, Elina Guimarães e Deolinda Quartin «que estiveram activamente ligadas ao movimento feminista português, tendo sido convidadas a fazer parte da mesa». Ainda, segundo a mesma notícia, «o encontro destinava-se a dar os primeiros passos com vista à criação de uma futura associação que poderia designar-se por “Mulheres de Portugal”[\[246\]](#)». Foi ainda referido que o Conselho Nacional de Mulheres do Brasil tinha sido fundado em 1947 e que estava filiado no Conselho Internacional de Mulheres com sede em Paris, fundado em 1888 em Washington. A brasileira Romy Medeiros da Fonseca fez elogios a Fernanda Pires da Silva delegada em Portugal do Conselho Nacional de Mulheres do Brasil. Poder-se-á interpretar esta iniciativa como uma tentativa de formar em Portugal uma organização filiada no Conselho Internacional das Mulheres à semelhança do que tinha acontecido com o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas em 1914.

A Luta pela Contraceção e a Associação para o Planeamento da Família

*A contraceção surgiu como algo de subversivo,
porque permitiu dissociar a experiência sexual
da experiência reprodutiva.*

MITCHELL, Juliet (1973)

Em Portugal, a pílula foi utilizada pela primeira vez, em 1962, para fins terapêuticos. A sua divulgação processava-se de forma muito limitada pois as concepções da época e, apesar de alguma abertura verificada nos anos 60, impediam que as questões da contraceção e da sexualidade fossem

mais assumidas. A sexualidade era associada ao pecado e a maternidade nem sempre era um acto de alegria, mas uma fatalidade, em especial para as mulheres que já tinham muitos filhos.

A maternidade como destino de todas as mulheres continuava a ter um grande peso nas mentalidades de uma sociedade fechada ao exterior e aos movimentos feministas que, na Europa e nos EUA, começavam a colocar em causa esse «determinismo biológico». A maternidade começava a ser entendida como uma construção social[\[247\]](#), que designava o lugar das mulheres na família e na sociedade, subordinado ao dos homens[\[248\]](#).

APF – uma origem plural em condições difíceis

O papel da Associação para o Planeamento da Família nos finais dos anos 60 foi muito importante, pois envolveu diversos sectores sociais, inclusive católicos motivados pelos debates em torno do controlo da natalidade suscitados pelo Concílio Vaticano II.

Em 1967, foi criada a Associação para o Planeamento da Família (APF). A Comissão Instaladora da associação foi formada por Manuel Neves e Castro, Manuela Silva, Caetano Vieira de Campos, Maria Helena Vieira de Campos, Filipe Nobre Guedes, Maria Luísa Nobre Guedes e pelos padres José Mendes Serrazina, José Carlos da Silva e José António da Silva Soares. Na origem da APF estiveram assim três grupos de pessoas: casais católicos, ginecologistas/obstetras e enfermeiras, preocupados com a inexistência de planeamento familiar e confrontados com situações de sofrimento das mulheres pelo recurso ao aborto clandestino e assistentes sociais, jornalistas, sociólogos, psicólogos, que pretendiam ter intervenção no sentido da mudança social[\[249\]](#). Segundo o médico Dória Nóbrega: «A APF recebeu, desde logo, o apoio da IPPF – Federação Internacional de Planeamento Familiar, interessada como estava em alargar a sua rede de associações no sul da Europa, e foi olhada com desconfiança pelo Governo e pela Igreja. Desde o início a APF nasce como uma associação incómoda para os sectores sociais conservadores e para os governos da época, que chegaram a congelar as contas bancárias da APF e a censurar uma mesa-redonda na RTP sobre planeamento familiar[\[250\]](#).»

A partir de 1969, entraram na APF novos sócios, que começaram a lançar delegações regionais. Procedeu-se à alteração dos estatutos, até porque, segundo Manuel Neves e Castro, fundador da APF, para que esta fosse legalizada[251] foi preciso o parecer favorável do cardeal patriarca, o que só veio a acontecer perante a inserção nos primeiros estatutos, no seu Artigo 19.º, de um consultor eclesiástico nomeado pelo Patriarca de Lisboa, que permitisse garantir «o conhecimento autorizado do pensar da Igreja sobre os problemas da moralidade conjugal e familiar[252]».

Segundo o sociólogo Duarte Vilar, director executivo da APF, houve uma primeira fase em que a associação foi praticamente suportada por voluntários médicos, por católicos, por alguns jornalistas e por pessoas ligadas à oposição e até à ala liberal do regime.

O nosso sócio n.º 1 é o médico Miller Guerra, que foi deputado da ala liberal e provavelmente outros fundadores situar-se-iam também neste campo político e noutros de oposição ao regime. Juntaram-se, nessa altura, algumas pessoas interessantes: por exemplo, Paquete de Oliveira e Helena Marques no Funchal. A APF teve na época uma delegação no Funchal, que deixou de existir e, só agora, se abriu de novo essa delegação. Havia uma ligação às pessoas que colaboravam com o jornal *Comércio do Funchal*. Também houve uma ligação aos católicos. Na fundação da APF estão presentes alguns casais católicos, como por exemplo: a Bertina Sousa Gomes, o António Sousa Gomes. Na altura, existia um grande debate ligado ao Concílio Vaticano II e a posição da Igreja em relação à contracepção foi um balde de água fria, porque esses católicos estavam à espera de uma outra posição. Também existiam na APF padres católicos. Os primeiros estatutos da APF obrigavam a que na direcção estivesse um padre católico. A APF, no seu início, comprometia-se a seguir as normas da moral católica. Pouco tempo depois, o patriarcado entrou em conflito com a APF, porque começámos a divulgar a pílula contraceptiva, isto nos finais dos anos 60. [...] Os médicos voluntários da APF eram adeptos da pílula contraceptiva. Houve, então, uma nota do Patriarcado a querer «colocar-nos na ordem».

Nos novos estatutos da APF ficou consignado o direito de as mulheres

decidirem sobre o controlo da sua fecundidade. O grande lançamento da APF, em termos de opinião pública, tinha-se realizado, a 24 de Outubro de 1967, numa Conferência sobre Planeamento Familiar proferida pelo teólogo holandês C. P. Sporken[253]. A partir dessa altura, a APF promove consultas de regulação da natalidade e da infertilidade na sua sede e uma conferência sobre esterilidade, orientada pelo professor sueco Carl Benzel. Em 1970, a APF edita um primeiro cartaz dedicado ao filho desejado. Em 1973, o Ministério da Saúde autoriza consultas de planeamento familiar em alguns dispensários materno-infantis. Os contraceptivos eram fornecidos pela APF, pois incluir contraceptivos no receituário era prática pouco comum naquela época.

Um conjunto de mulheres fizera do seu trabalho na APF um importante espaço de reflexão sobre os problemas das mulheres. Maria Antónia Fiadeiro refere que a sua consciência feminista cresceu na direcção da revista *Modas e Bordados* e na sua intervenção como dirigente da APF onde trabalhou com pessoas muito interessantes como Eugénia Moura, Laura Ayres, a enfermeira Liliete, o médico Albino Aroso e Allen Gomes. Com Miguel Oliveira e Silva elaborou a primeira publicação sobre planeamento familiar em Portugal – o boletim da APF.

O 25 de Abril de 1974 veio alterar as condições em que trabalhava a APF. Um texto oficial do programa de Acção do Ministério dos Assuntos Sociais, de Maria de Lourdes Pintasilgo, faz a primeira referência oficial sobre o planeamento familiar como um direito constitucional de todos os cidadãos e cidadãs. Na Constituição de 1976, no seu Artigo 67.º, este direito ficou consignado[254].

III

Anos 70: a Década das Mudanças

A década de 1970 foi um período de grandes mudanças em Portugal e na situação das mulheres. Destacam-se alguns acontecimentos que influenciaram e, de certo modo, determinaram esta época de mudanças.

A publicação, em 1972, das *Novas Cartas Portuguesas*, a confiscação do livro pela PIDE, o processo criminal, que recaiu sobre as três autoras e o consequente despertar de um movimento de solidariedade feminista internacional, com repercussões nos feminismos em Portugal; a escrita de mulheres jornalistas em revistas e jornais sobre os quotidianos das mulheres e os seus direitos que, não sendo um acontecimento exclusivo desta época, ganhou contornos particulares; o III Congresso da Oposição Democrática em Aveiro, a 4 e 5 de Abril de 1973; a mobilização da CDE na organização de listas de candidatos e candidatas às eleições; a continuação da movimentação estudantil; o prolongamento sem solução de uma Guerra Colonial, que levantava forte oposição ao regime em termos internos e externos. Este último acontecimento, foi um factor determinante para o desencadear do golpe militar do 25 de Abril de 1974, que derrubou uma ditadura de 48 anos, a mais longa da Europa, e instaurou a democracia em Portugal, originando um conjunto de movimentações sociais com elevada participação de mulheres.

A partir de meados desta década, diversos grupos e associações feministas, desenvolveram uma importante acção para colocar na agenda política a luta pela legalização do aborto em Portugal.

As Novas Cartas Portuguesas

A génese

«As *Novas Cartas Portuguesas* surgiram como reacção à apreensão do

meu livro *Minha Senhora de Mim*», afirma Maria Teresa Horta^[255]. Conheceu Maria Isabel Barreno e Maria Velho da Costa porque era jornalista cultural e elas tinham publicado, respectivamente *Os Outros Legítimos Superiores* e *Maina Mendes*, obras que eram completamente diferentes dos livros até aí escritos por mulheres. Das entrevistas, surgiu o relacionamento e a amizade. «Elas trabalhavam no INI e eu na *Capital* e começámos a encontrar-nos, as três, para almoçar, uma vez por semana, num restaurante a que chamávamos o treze.» Em 1971, após a apreensão do livro *Minha Senhora de Mim*, de Maria Teresa Horta, o Secretário de Estado da Informação Moreira Baptista ameaçou Snu Abecassis, da Dom Quixote, de que se tornasse a publicar esse livro ou qualquer outro assinado por Maria Teresa Horta encerraria a editora. Maria Teresa Horta confessa que andava muito desmoralizada com os telefonemas e as cartas que recebia a insultá-la, a marcar encontros. Foi então que num dos almoços com Isabel Barreno e Maria Velho da Costa lhes ocorreu a seguinte ideia: «Se uma mulher sozinha causa tanta confusão e tanto escândalo imaginem se fossem três.»

Começaram, então, a pensar escrever um livro em torno de uma mulher portuguesa. Surgiu a ideia da Mariana Alcoforado, mas esta figura de mulher não foi logo consensual. Mariana Alcoforado representava a paixão, o enclausuramento pelo pai, o homem que abusa dela e a abandona e que ela continua a amar. Não seria a mulher liberta a enaltecer. Reportando-se ao tempo de Mariana, Maria Teresa Horta defendeu-a: «O que faríamos se vivêssemos no tempo dela?» Não tendo chegado a um acordo, terminaram o almoço dizendo que então não fariam nada. Mas, na quarta-feira seguinte, quando se encontraram de novo para almoçar, a Isabel Barreno abriu a mala e apresentou a primeira carta. A partir dessa altura, estipularam regras: liberdade absoluta, cada uma, de início, escreveria cinco cartas e depois o que lhe viesse à cabeça. Mas, tudo seria assinado pelas três. Cada uma lia às outras o seu texto, mas depois passava a ser das três. «Nunca vamos dizer de quem é cada um dos textos e assim fizemos até hoje», afirma Maria Teresa Horta. Passaram a ter dois encontros por semana, um ao almoço, que já tinham e outro à noite.

«Tínhamos de ler alto o que trazíamos e entregar uma fotocópia a cada uma. Num tempo em que não havia fotocópias, fazíamos cópias a papel químico», refere, Maria Teresa Horta, para quem esta experiência inédita representou o quebrar com a solidão da escrita.

Experiência inédita no mundo, na medida em que existem autores que se juntam para fazer livros, mas cada um assume os seus textos. Pelo contrário, nas *Novas Cartas Portuguesas* os textos são assumidos colectivamente. Para Maria Teresa Horta, não seria possível que três homens se juntassem e fizessem o mesmo: «Os homens não prescindem da marca da sua criatividade e da sua glória pessoal. Ainda hoje tratamos as mulheres pelo nome pessoal e os homens pelo sobrenome.»

Uma obra mal amada?

Hoje, as *Novas Cartas Portuguesas* são objecto de estudo nas universidades. Mas estiveram muito tempo sem serem reeditadas, mesmo após o 25 de Abril. O regime salazarista limitou liberdades, perseguiu quem ousou levantar a voz, inovar o pensamento e fazer rupturas com concepções retrógradas. Por isso, o livro foi apreendido pela PIDE e as suas autoras sujeitas a um processo judicial, que só teve um desfecho a seu favor porque aconteceu o 25 de Abril. No país, um conjunto de intelectuais de Lisboa e Porto solidarizaram-se com as três escritoras, através de um abaixo-assinado, mas a censura na comunicação social impediu que se tenha tido conhecimento de um vasto movimento de solidariedade internacional, accionado pelas feministas de outros países. Segundo Maria Teresa Horta, o regime fascista banuiu o termo feminismo.

O fascismo deteriorava tudo: a nossa auto-estima, a ambição, a dignidade e, sobretudo, as mulheres. Havia mulheres que lutavam contra o regime mas que não se assumiam como feministas, porque se começou a entender o feminismo como algo de perigoso. A maior ruptura está numa mulher feminista, porque ela pode causar rupturas no sistema. As sociedades defendem-se porque querem manter a tradição, mas são as mulheres que podem dar a volta. As feministas foram sempre ridicularizadas, mesmo no

tempo das sufragistas. Muitas eram consideradas loucas. Eu, quando me comecei a assumir como feminista, fui vista como maluca. Diziam-me: «Estás a estragar a tua carreira.» E estraguei.

As *Novas Cartas Portuguesas* foram traduzidas em muitas línguas e tiveram uma grande projecção internacional. Todavia, «o Instituto Camões publicou, em 1999, uma selecção dos 100 livros do século, onde cabem autores como Mário Soares ou António Spínola, mas onde não são referidas as *Novas Cartas Portuguesas*», lamenta Maria Teresa Horta.

***As Novas Cartas Portuguesas*, um manifesto feminista?**

Nenhuma das três escritoras pretendeu escrever um livro feminista. «É um livro de ruptura e só é considerado feminista quando as feministas lhe começam a dar o seu apoio. Elas leram e identificaram-se. Nós não pretendíamos escrever uma Bíblia Feminista. Trata-se de uma obra literária.» É desta forma que Maria Teresa Horta se refere à obra mais polémica da literatura portuguesa dos anos 70 do século passado. As autoras foram acusadas de «pornografia e de ofensas à moral pública», no processo que lhes foi movido.

O livro foi referido por Maria de Lourdes Pintasilgo como uma obra de referência, tal como aconteceu com as obras de Virginia Woolf no princípio do século xx e de Simone de Beauvoir a meio do século.

Isabel Allegro de Magalhães considera que na segunda metade do século xx, em Portugal, «deparamos apenas com uma obra de destaque claramente feminista: *As Novas Cartas Portuguesas*, [...] pois apresenta a conjugação, no tecido do texto, de uma denúncia da opressão no domínio do privado, vivida no corpo das mulheres, e a opressão no domínio público, palpável na sua inserção social e na sociedade em geral» (MAGALHÃES, 1995:21).

Ana Luísa Amaral considera que o livro «traz a crítica às formas sociais do patriarcado, além do questionamento de vários aspectos da vida nacional (a condição da mulher, a Guerra Colonial, a emigração, entre outros) conscientemente utilizando como instrumento de luta uma

linguagem que se ancora numa tradição literária, escamoteada ou invisível, e num passado recente – o das próprias autoras – para depois os desmontar [...]». Citando uma preocupação de Adrienne Rich: «Escrevo, sabendo perfeitamente que a maioria dos analfabetos do mundo são mulheres [...] acredito que este facto está directamente relacionado com as fragmentações que sofro em mim própria, que estamos juntos nisto tudo», Ana Luísa Amaral afirma que nas *Novas Cartas Portuguesas* existe também «a consciência de quem fala de um lugar privilegiado, se comparado com o das outras mulheres», porque o livro é também «uma denúncia da estratificação social e da dupla marginalização sofrida pelas mulheres» como se verifica pela leitura do monólogo «de uma mulher chamada Maria, a sua patroa[256]».

Maria José Barradas Maurício na sua tese de mestrado: «Mulheres e Cidadania: Alguns Perfis e Acção Política» descreve o conteúdo da obra: «Pelo poder da palavra se denunciou o conformismo e se soltou o discurso que incomodou, subverteu e falou das coisas que eram dos homens: o prazer, o amor, o desejo sexual, porque às mulheres, objecto possuído não era dada a liberdade de pensar nelas, nem delas falar, até ao dia em que as Três Marias o fizeram. Leitura de paixão, de exortação à mudança, no sentir, no viver, no pensar sobre o “eu” das mulheres, a obra representa a voz do silêncio que o poder estabelecido quis amordaçar[257].»

Ainda, segundo Maria Teresa Horta, «Um livro é aquilo que os outros lêem. E cada um tem a sua leitura.» Se grupos de mulheres acharam que aquele livro tinha um significado e servia a sua luta, então o livro teve um conteúdo feminista. E foi decerto este conteúdo e a repressão sobre as três escritoras que motivaram a criação de um importante movimento de solidariedade feminista.

A solidariedade criada internacionalmente em torno das *Novas Cartas Portuguesas* foi, para Maria Teresa Horta, o exemplo mais espantoso do que pode ser a solidariedade das mulheres. «Aqui não tivemos a mesma onda de solidariedade pelas condições que o regime impunha. Não aparecendo notícias nos jornais, as mulheres não sabiam.» É um facto que foram poucas as notícias que surgiram na altura. O

jornal *República* publica, a 25 de Outubro de 1973, uma pequena notícia, informando que tinha começado, nessa manhã, o julgamento das três escritoras: «Audiência secreta no processo das *Novas Cartas Portuguesas*.» A notícia refere que o juiz tinha mandado evacuar a sala «onde se encontravam numerosos jornalistas portugueses e estrangeiros, observadores enviados por movimentos feministas internacionais e vários intelectuais», por considerar que a «audiência era secreta». O suplemento *Presença da Mulher*, do mesmo jornal, publica a 12 de Novembro o artigo «Três escritoras em tribunal» com uma foto das três autoras. O *Diário de Lisboa* publica, a 26 de Outubro de 1973, a seguinte notícia: «Novas Cartas Portuguesas – julgamento adiado por três meses», cujo texto se transcreve: «O Julgamento das *Novas Cartas Portuguesas* prossegue em 31 de Janeiro de 1974. A primeira audiência que depois de sucessivos incidentes e adiamentos se realizou durante o dia de ontem foi declarada secreta, decorrendo à porta fechada. Maria Velho da Costa, Maria Isabel Barreno e Maria Teresa Horta, as três autoras do livro em cujos textos se consubstanciam crimes e ofensa à moral pública, e o editor Romeu de Melo, apresentaram prolongadas exposições ao juiz Dr. Galina Barbosa. O livro incriminado – cuja edição foi apreendida pelas autoridades portuguesas – *As Novas Cartas Portuguesas* (título que retoma o das *Cartas Portuguesas* ou *Cartas de uma Religiosa Portuguesa*, um clássico europeu da literatura amorosa) são uma montagem de textos de ficção, ensaio e poesia sobre o estatuto sexual e social da mulher^[258].» Uma outra notícia, no mesmo jornal, a 22 de Fevereiro de 1974, surge sob a forma de uma fotografia das três autoras a saírem do tribunal com uma breve legenda. A imprensa portuguesa foi parca em informação sobre o assunto.

Contudo, um conjunto de intelectuais portugueses apresentou depoimentos nas sessões do julgamento. Natália Correia declarava, numa sessão do julgamento a 31 de Janeiro de 1974, que *As Novas Cartas Portuguesas* era um livro de alto valor literário, que seria, certamente, traduzido em mais de uma dezena de países, o que constituiria a maior projecção da literatura portuguesa no estrangeiro, desde há muitos

anos[259]. O escritor Urbano Tavares Rodrigues afirmava que «só uma perspectiva obscurantista poderia atribuir ao livro carácter pornográfico», isto tendo em atenção o tratamento dos temas e a sua expressão literária[260]. Maria Lamas afirmava, na sessão de julgamento de 1 de Março de 1974, que a luta da mulher na defesa da sua própria dignificação tinha vários aspectos. O livro referia-se à sujeição das mulheres na sua vida íntima (sexual) e por isso era um «livro de choque», que deveria ser estudado e analisado. Considerava, ainda, que a projecção deste livro iria muito para além das fronteiras e que teria «uma repercussão mundial, justamente nesse contexto da luta pela dignificação da mulher». Quanto à forma, considerava que as *Novas Cartas Portuguesas* incluíam «algumas das mais belas páginas que se têm escrito até hoje: páginas satíricas, páginas líricas, páginas de um humorismo amargo e de uma simplicidade por vezes comovente[261]». Augusto Abelaira, Natália Nunes, Vasco Vieira de Almeida, Carlos Jorge Correia Gago e José Tengarrinha são outros intelectuais portugueses que prestaram declarações a favor da obra e das autoras, nas diversas sessões do julgamento.

A onda de solidariedade internacional não se reflectiu na imprensa portuguesa devido à censura política. Todavia, foi possível encontrar na Torre do Tombo, nos arquivos do Ministério do Interior, um telegrama, datado de 23 de Outubro de 1972, proveniente de Edimburgo, onde se pode ler: «Women's liberation group wish to register strong protest at discriminatory treatment and trial of Maria Horta, Maria Costa and Maria Barreno[262].»

A solidariedade feminista internacional e o nascimento do Movimento de Libertação das Mulheres (MLM)

Existem poucas fontes documentais em Portugal sobre o apoio de feministas de outros países às três escritoras portuguesas. Contudo, foi possível encontrar em Paris[263] algumas fontes, que comprovam um vasto movimento de solidariedade, considerado por alguns jornais, nomeadamente o *New York Times*, o *Liberation*, o *Nouvel Observateur* ou o *L'Express*, como a primeira acção de solidariedade dos movimentos de

mulheres da segunda vaga.

Um dos primeiros actos de solidariedade, em Fevereiro de 1973, consistiu numa carta escrita ao director do *Times*, em Londres, assinada por escritoras e escritores de renome mundial: Ruth Fainlight, Jonathan Griffin, Susan Guppy, Doris Lessing, Íris Murdoch, Edna O'Brien, Sonia Orwell, Davis Plante, Jean Rhys, Berenice Rubens, Alan Sillitoe, Robert Speaight; Stephen Spender, Nikos Stangos, Angus Wilson, Anne Wollheim. A carta expressava um protesto contra o processo movido pela polícia política portuguesa às autoras das *Novas Cartas Portuguesas*, apelando a que esse protesto fosse publicado nas colunas do *Times*.

A 18 de Maio de 1973, o jornal *Le Monde* publica a seguinte notícia:
[\[264\]](#)

Três mulheres escritoras, Isabel Barreno, Teresa Horta e Maria Velho da Costa irão comparecer em Junho, diante de um tribunal de Lisboa e arriscam-se a penas de prisão. Elas escreveram uma obra colectiva: as *Novas Cartas Portuguesas* na qual descrevem a vida de três mulheres que trabalham e afrontam todos os problemas da sua existência. A polícia política apreendeu a obra e as autoras são acusadas de ultraje aos bons costumes. Escritores de Lisboa e Porto protestaram através de uma petição contra este atentado à liberdade de expressão.

Um artigo no jornal *Politique Hebdo* de Evelyne Le Garrec[\[265\]](#), intitulado «Maria à ses soeurs», com data de 24 de Maio de 1973, denunciava a actuação da polícia política portuguesa contra as três escritoras acusadas de «ultraje à moral pública», arriscando-se a penas de 6 meses a 2 anos de prisão.

O mesmo artigo refere que, «em França e nos Estados Unidos, as mulheres procuram suscitar um movimento internacional de solidariedade, na esperança de fazer pressão sobre os juízes de Lisboa». Refere-se, ainda, que «o governo português quer reduzir ao silêncio a revolta das mulheres contra a opressão. O fascismo tem necessidade de mulheres submissas». No final do artigo são divulgados alguns excertos das *Novas Cartas*

Portuguesas, traduzidos pela brasileira Gilda Grillo.

Um outro artigo, no *New York Times*, intitulado «Foreign Feminists strategize here», assinado por Laurie Johnston, refere «um plano de protestos para apoiar quatro mulheres com problemas na Europa». As mulheres em causa são as três escritoras portuguesas e uma jovem italiana de 17 anos, de Pádua, com um processo em tribunal por ter abortado. Um grupo de feministas, de 28 países presentes em Cambridge, Massachusetts, na 1.^a Conferência Feminista da «nova vaga do movimento de mulheres», encontraram-se com Betty Friedan, no sentido de delinearem estratégias de apoio a essas mulheres.

Ainda em 1973, a 28 de Junho, um outro artigo de Minda Bikmans, com o título: «The first international feminist cause celebre? – The three faces of Maria», refere que a brasileira Gilda Grillo e Faith Gillespie, que estavam a traduzir as *Novas Cartas Portuguesas* para inglês, estiveram na 1.^a Conferência Feminista Internacional em Cambridge, no início de Junho onde se encontraram com Arlie Scott, uma feminista da Costa Oeste, tendo as três apresentado o caso da perseguição política às escritoras portuguesas na conferência, que votou, por unanimidade, fazer deste caso a primeira acção feminista internacional. Mulheres do Japão, México, Suécia, Inglaterra e Alemanha prometeram fazer acções de protesto em frente às embaixadas e consulados portugueses a 3 de Julho, data do início do julgamento. No mesmo artigo referem-se as acções de solidariedade em Nova Iorque: quarta-feira, 27 de Junho, uma festa de recolha de fundos no Women's Interart Center, 549, West 52nd Street (as contribuições sugeridas eram de 5 dólares), com início às 19h30; no dia 3 de Julho, pelas 11h30, uma manifestação junto ao consulado português, no cruzamento da Quinta Avenida com a 51st Street.

Uma carta dirigida ao presidente da Comissão dos Direitos Humanos das Nações Unidas, Radha Krishna Ramphul, assinada por Berit As (Noruega), Gilda Grillo (Brasil) e Cecília Lopez Negrete (México) é outra das acções internacionais de solidariedade. A carta tem a data de 7 de Junho de 1973 e começa por fazer referência à Conferência Internacional Feminista de Cambridge, Massachusetts, que tinha decorrido entre 1 e 4 de Junho, onde

tinha sido aprovado um protesto contra a acção repressiva do governo de Portugal em relação a três escritoras feministas. A carta nomeia as autoras das *Novas Cartas Portuguesas*, obra que denuncia «as condições de vida das mulheres em Portugal, numa sociedade opressiva e patriarcal[266]». Apela para que o assunto seja levado à Comissão dos Direitos Humanos das Nações Unidas.

Um comunicado assinado por «Des femmes françaises et latino-américaines», com data de 17 de Junho de 1973, apela a uma jornada de solidariedade com as três escritoras portuguesas, no dia 3 de Julho, afirmando o seguinte: «Três escritoras portuguesas vão ser julgadas no dia 3 de Julho. O seu crime foi terem escrito em conjunto um livro sobre a sua situação de mulheres, de escritoras, de trabalhadoras, de mães revoltadas. Os temas do seu livro são a paixão, a loucura, a violação, a masturbação, a situação económica e política da mulher, o adultério. Este livro colectivo, interessante ao nível da escrita e do conteúdo, depois de ter sido proibido em Portugal, vai ser publicado no Japão, Inglaterra, Estados Unidos, Itália e França. Pela primeira vez, as mulheres manifestaram o seu apoio a outras mulheres à escala internacional. No Congresso da NOW (National Organisation of Women), mulheres de 27 países decidiram fazer ao mesmo tempo manifestações de apoio. Neste processo, somos nós mulheres que vamos ser julgadas[267].» Um outro texto, com a mesma assinatura e data, completa o anterior comunicado, apelando ao envio de cartas: «Leur écrire pour qu'elles ne se sentent pas isolées.» Refere, ainda, que cada uma das autoras terá de pagar uma caução de 2500 francos para ficarem à espera de julgamento em liberdade, pelo que também se apela ao apoio em dinheiro.

A 20 de Junho de 1973, surge um abaixo-assinado de 65 escritores/as e artistas americanos/as de renome[268]. O texto do abaixo-assinado manifesta um protesto contra o governo português face à repressão sobre três escritoras feministas, considerando tratar-se de um atentado à liberdade de criação literária e à liberdade cívica. Apela a uma festa de apoio, no dia 27 de Junho, no Women's Interart Center e a uma manifestação, no dia 3 de Julho, que se inseria na «International Feminist Protest Action – the first in history». Sugere um donativo mínimo de 5

dólares e informa que poderão ser enviadas outras contribuições para a NOW, Public Information Office, 641, Lexington Ave., 6th Floor, Nova Iorque. Telefone 755-4587. Os cheques podiam ser passados em nome da «New Portuguese Letters Association».

Uma notícia no *L'Express*, assinada por Janick Jossin, refere que numerosos movimentos de mulheres em França, nomeadamente o MLF (Movimento de Libertação das Mulheres), assumiram a defesa das Três Marias, numa acção coordenada a nível internacional na 1.^a Conferência Feminista Internacional, realizada a 4 de Junho em Cambridge, Massachusetts: «Esta conferência foi organizada pela NOW de Betty Friedan. Para as 300 militantes que vieram de 28 países tão diferentes como a URSS, Índia, Egipto ou Israel, a sorte das portuguesas constituiu de imediato uma causa comum. Elas decidiram manifestar-se em frente às embaixadas assim que começasse o processo. Este estava previsto para 3 de Julho. Decerto que o governo português irá arrastar as coisas para fazer cansar as contestatárias. Mas estas estão decididas a não perder a guerra[269].»

Um artigo no *Nouvel Observateur*, de 22 de Outubro de 1973, intitulado «As três pecadoras de Portugal – Por terem escrito um bom livro, as Três Marias são julgadas esta semana em Lisboa», é assinado por Claude Servan-Schreiber e encabeçado por uma fotografia das três escritoras, que respondem ao longo do texto a questões colocadas pela jornalista. O artigo refere que as três escritoras se recusaram a dizer perante a polícia política quem, de entre elas, tinha escrito cada um dos textos que compõem o livro. «A obra, proibida actualmente, é uma recolha de 389 páginas de poemas, cartas sobre a família, o casamento, a sexualidade, assinadas colectivamente.» A notícia refere que Maria Teresa Horta, durante anos, veiculou o seu feminismo em casa, na vida privada, «porque em Portugal, uma verdadeira mulher deve ficar virgem até ao casamento, casa-se na Igreja e, mesmo infeliz, acomoda-se a uma união de conveniência». A tudo isto ela tinha dito não, desde a infância, ao seu pai, ao seu marido, que quisessem fazer dela um ser submisso.

O artigo refere também a forma como o livro foi sendo construído em

encontros semanais e o contexto político do país, onde o governo de Marcelo Caetano, sucessor de Salazar, quis fazer crer que se estava perante uma «primavera política». «A um conjunto de regras confusas e de práticas variadas no que se refere à censura oficial, sucedeu-se uma regra simples. Toda a pessoa ligada à publicação de uma obra é considerada responsável ou cúmplice de um acto subversivo. A repressão atinge não só os escritores, os editores, mas igualmente os distribuidores, livreiros e tipógrafos[270].»

Maria Isabel Barreno fala dos apoios recebidos dos movimentos de mulheres no estrangeiro, que alertaram a opinião pública de cada um dos países. É ainda referido que o processo seria reaberto a 25 de Outubro, mas que ninguém esperava que o julgamento fosse rápido. Em Portugal, a informação sobre o processo seria escassa. O artigo acaba com a seguinte frase: «A ordem sexista reina em Lisboa onde é ainda Verão. A Primavera não é para amanhã.»

No *Libération* de 25 de Outubro, numa página encabeçada pela legenda: «Nous sommes la moitié du ciel» é dedicado um artigo «às três mulheres portuguesas condenadas por terem escrito um bom livro»:

Elas escreveram: estamos fartas. É tempo de gritar estamos fartas e de formar um bloco com os nossos corpos. Elas são três mulheres. O seu grito é um grito universal. Ele foi entendido pelas mulheres do mundo inteiro [...]. Elas podiam chamar-se Cristina, Jenny ou Karin. Elas podiam viver nos Estados Unidos, em França ou na Suécia. Mas elas não se chamam assim. Elas chamam-se, as três, Maria. É o nome que é dado a todas as mulheres portuguesas. Nome genérico da maior virtude feminina, a pureza. A virtude oficializada de um país fascista como Portugal. A pureza feminina e a autoridade masculina servem de religião de Estado [...]. Elas podiam lutar nos Estados Unidos ou em França. Elas seriam consideradas excitadas, histéricas, loucas. Mas elas lutam em Portugal, onde uma mulher que reclame a sua liberdade sexual, económica e política é considerada uma puta [...]. É verdade que Portugal não é a França, mas em França também uma moral hipócrita e sacrossanta impediu a livre expressão de uma outra moralidade.

O *Torchon Brule*, jornal do Movimento pela Libertação das Mulheres, tem um processo a 26 de Outubro por atentado aos bons costumes[271].

Uma notícia no *Le Monde*[272] de Novembro de 2003 refere que a Federação Internacional dos «Direitos do Homem» tinha decidido enviar um observador judicial, M. Marion Fondanèche a Portugal, no dia 31 de Janeiro, para se inteirar do processo das Três Marias. «Por terem escrito um livro feminista (*Les Nouvelles Lettres Portugaises*) denunciando a situação das mulheres, Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa, acusadas de atentado aos bons costumes, arriscam-se a uma pena de 6 meses a 2 anos de prisão. A primeira audiência, a 25 de Outubro, desenrolou-se à porta fechada. A segunda audiência está marcada para 31 de Janeiro.»

Evelyne Le Garrec escreve no *Politique Hebdo*[273] de Janeiro de 1974 que o processo das Três Marias, autoras do livro proibido *Novas Cartas Portuguesas*, seria retomado, em Lisboa, a 31 de Janeiro. «É um assunto que ultrapassa as fronteiras de Portugal, diz respeito a todas as mulheres», refere. As autoras estavam sob um regime de liberdade vigiada, pois no dia 10 de cada mês tinham de se apresentar na polícia, pelo que o processo se poderia eternizar. Maria Isabel Barreno estaria, desta forma, impedida de viajar, o que era muito prejudicial para o seu trabalho. O processo aberto a 5 de Julho, tinha sido remetido para 25 de Outubro e, depois de uma audiência dedicada ao interrogatório das acusadas, foi de novo remetido para 31 de Janeiro de 1974. «O Governo joga com as condições psicológicas, de angústia e insegurança em que mantém estas três mulheres para procurar quebrar o grupo que elas formam.» É também referido que a audiência de 25 de Outubro tinha tido como objectivo dividir as acusadas, para que elas dissessem quem tinha escrito os textos do livro mais visados pela censura. É ainda oferecido apoio activo internacional às Três Marias para que elas não se sentissem isoladas e porque as *Novas Cartas Portuguesas* diziam respeito a todas as mulheres e não apenas às que viviam sob um regime fascista.

Um comunicado assinado pelo Mouvement International des Femmes,

apresentando o seguinte título: «Femmes, manifestons notre soutien aux 3 Marias! Venez participer à la procession des 3 Marias, le mercredi 30 Janvier à 18 heures, devant Notre-Dame», mobilizava as mulheres para uma manifestação de apoio às autoras das *Novas Cartas Portuguesas* em frente à Notre-Dame. Refere os motivos por que vão ser julgadas, apela à solidariedade e indica o tipo de manifestação que se pretende realizar: «uma procissão com velas, lampiões, tambores, efígies e cânticos». Assinala ainda que se trata da primeira acção de solidariedade feminista internacional.

A feminista norte-americana Robin Morgan escreve em Janeiro de 1974, o artigo «International Feminism: a call for support of the 3 Marias»[\[274\]](#). Robin Morgan tece a opinião de que as manifestações diante das embaixadas e consulados em várias cidades do mundo, com particular destaque para Londres, Paris e Nova Iorque, pressionaram o governo português a ir adiando o julgamento. Janick Jossin, enviada especial a Lisboa pelo jornal *L'Express*[\[275\]](#), escreve um artigo que traz as fotografias das três escritoras: «Elas são três. Três mulheres que se revoltam por um milhão que se submetem. O seu processo teve lugar na última sexta-feira, no Tribunal da Boa Hora, um antigo mosteiro de Lisboa. Lá, numa pequena sala fria de paredes brancas, Maria Teresa Horta, Maria Isabel Barreno e Maria Velho da Costa defenderam-se contra a acusação de ultraje aos bons costumes e de pornografia, por terem escrito as *Novas Cartas Portuguesas*. Elas saberão, na próxima sexta-feira, 18 de Abril, o que custa representarem o papel de Simone de Beauvoir.» O artigo também refere os encontros e protestos no estrangeiro, dos Estados Unidos à Europa. O MLF e o Women's Lib envolveram-se nestas acções. A Liga dos «Direitos do Homem» enviou um advogado a Lisboa. Também é relatado um dos momentos fortes da audiência, quando a actriz Emília Correia fez um depoimento afirmando que o livro não era sobre pornografia, mas que esta era evidente no coração da cidade. Ela própria teria sido violada aos 15 anos por um médico bastante conhecido em Lisboa, mas cujo nome não revelou. «O processo de um livro torna-se agora brutalmente o processo de uma sociedade», é ainda referido no

artigo.

Após o 25 de Abril de 1974, continuaram a surgir artigos na imprensa francesa acerca do processo das *Novas Cartas Portuguesas* e sobre uma das suas consequências: a formação em Portugal do MLM – Movimento de Libertação das Mulheres.

Um artigo no *Libération*, de 30 de Maio de 1974, com o título «Após a revolução florida em Portugal, nasceu um movimento de libertação das mulheres. As Três Marias foram absolvidas», inicia-se assim: «Elas chamam-se Maria Teresa Horta e Maria Isabel Barreno. Duas das Três Marias. O seu livro *Novas Cartas Portuguesas* foi apreendido e elas enfrentaram um processo que o governo de Marcelo Caetano transformou em delito de direito comum para evitar um eventual apoio da esquerda. Este tornou-se um processo de humilhação. A 7 de Maio, as Três Marias foram absolvidas pelo novo regime, mas, dizem elas, que a melhor notícia que se pode levar para França é a seguinte: agora há um Movimento de Libertação das Mulheres em Portugal.»

O Boletim das Edições Le Seuil, n.º 179, de Setembro de 1974, informa que «Evelyne Le Garrec e Monique Wittig apresentam o livro das Três Marias na sua edição francesa». Referindo-se às características da obra, é recordado o processo de que as autoras foram alvo pelo governo português da altura e o movimento de solidariedade criado, assim como o acolhimento do livro pelo movimento de mulheres em França, dado que este não era um simples livro escrito por mulheres portuguesas ou sobre a sua situação, mas continha uma mensagem universal.

Uma notícia no *L'Express* de 30 de Setembro de 1974, intitulada «Le souffle des trois Maria» e assinada por Madeleine Chapsal, recorda a obra e o processo político que ela envolveu: «Este livro, este romance foi escrito em conjunto durante um ano, sem quase se verem; encontravam-se duas vezes por semana, uma vez ao almoço, outra à noite e no resto do tempo escreviam. Ora poema, ora panfleto, polémica, memória histórica, confissão. Sempre explosivo. O livro surge em Lisboa, em Abril de 1972. As autoras foram acusadas de pornografia e arriscaram-se a penas de prisão. As *Novas Cartas Portuguesas* são já célebres em Portugal e por

todo o mundo, onde as associações feministas protestaram e deram o seu apoio. O processo estava em curso no momento do derrube da ditadura fascista. Este não foi anulado, prosseguiu, mas as Três Marias foram absolvidas perante a ovação de uma multidão de mulheres, já após o 25 de Abril.»

A criação do MLM em Portugal está ligada ao processo das *Novas Cartas Portuguesas* e à solidariedade em torno das três escritoras. Uma crónica de Annie Cohen na revista *Les Temps Modernes*[\[276\]](#) tece considerações interessantes sobre o Movimento de Libertação de Mulheres e o 25 de Abril em Portugal. Afirma-se que a revolução de Abril em Portugal provocou, na imprensa francesa, numerosos comentários sobre um conjunto de problemas políticos. Mas, curiosamente, um dos factos mais importantes e inovadores passou quase em silêncio: a criação de um movimento de libertação das mulheres, uma «verdadeira bomba» num país onde o machismo assume formas caricaturais. Apenas a publicação *Elle* evocou a questão, ao traçar o retrato das Três Marias, autoras de um livro feminista sob o regime fascista.

No Portugal libertado, tal como em França, a revolta das mulheres não é levada a sério. A indiferença ou o gozo, os insultos ou o paternalismo, a surpresa ou a indignação foram as reacções à criação do MLM – Movimento de Libertação das Mulheres. As novas autoridades políticas saídas do 25 de Abril recusaram arranjar um local onde as feministas pudessem reunir, apesar de dezenas de novas organizações o terem conseguido. Há sempre opressões mais graves, vítimas mais mal tratadas, numa palavra, uma hierarquia das opressões e dos níveis de urgência. De regime para regime, de país para país, de um continente a outro continente, as mulheres devem esperar, mas ninguém diz por quanto tempo [...]. Há lutas principais e lutas secundárias.

Ainda, segundo a autora da crónica, Annie Cohen, nenhuma feminista portuguesa poderia pensar em obter tudo de repente, porque as mentalidades estavam impregnadas da ideologia patriarcal e sexista. Os hábitos estavam de tal modo arraigados, que só as mulheres agrupadas

entre elas, com novas formas de organização poderiam esperar mudar qualquer coisa e tentar arrasar «esse monstro que é o machismo». A sua tarefa seria tanto mais difícil, porquanto os homens de esquerda julgavam que a luta das mulheres era uma diversão em relação aos combates da classe trabalhadora. Após o 25 de Abril, elas tinham obtido a igualdade de salários, mas a mentalidade dos seus camaradas operários não teria mudado muito. Tanto assim que, na fábrica de cerveja da Via Longa, os operários reivindicaram mais aumentos de salários para manterem sobre as mulheres a sua superioridade salarial. Também em dois supermercados Pão de Açúcar, os homens reagiram vivamente contra a igualdade de salários, reclamando o restabelecimento da diferença salarial.

Um artigo no *Politique Hebdo*[\[277\]](#), assinado por Josiane e Christian Limousin, refere que finalmente estava traduzido, em França, o livro das Três Marias. São feitas considerações elogiosas sobre a obra, destacando alguns extractos: «Nós sabemos bem que a revolta das mulheres é tal que coloca em convulsão todas as camadas sociais; nada resta de pé, nem as relações de classe, nem as de grupo, nem as individuais [...]» O artigo termina, afirmando que é preciso estar com atenção à evolução da situação em Portugal: «O socialismo sem luta ideológica libertadora e que permita novas relações humanas não é mais do que uma caricatura de socialismo.»

O prefácio à edição francesa de 1974, escrito por Evelyne Le Garrec e Monique Wittig, expõe o trajecto das *Novas Cartas Portuguesas* no país e no estrangeiro e as relações que se estabeleceram entre as autoras e o movimento feminista em França, pelo que assume particular importância destacar alguns excertos: «Este livro é um símbolo. Pela sua história. Pela forma como nós e outras mulheres tivemos a oportunidade de nos aproximar dele. Pelo movimento internacional feminista que suscitou. E, sobretudo, pelo facto de existir hoje aqui. Teria havido, com efeito, uma grande probabilidade dele ficar desconhecido. Ele chegou, na sua versão original, num dia de Março de 1973, a casa de Christiane Rochefort, acompanhado de uma carta das três autoras em francês. Se Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa escolheram Christiane Rochefort, foi porque leram no número especial de «Partisans:

Libération des femmes année zero» dois textos por ela assinados e que, por sua via, poderiam chegar ao movimento de mulheres em França, a quem elas se dirigiam, assim como às signatárias do manifesto das 343: “Nous vous envoyons notre livre à vous les femmes. Quant à nous, nous ne pouvons plus rien faire”.»

Assim começou em França o caso das Três Marias. Segundo se relata no prefácio, o livro apareceu em Lisboa em Abril de 1972. A primeira dificuldade para as autoras foi encontrar um editor. O manuscrito assustava-os. Ninguém queria assumir o risco de o publicar, apesar de as três escritoras já serem conhecidas no meio literário de Lisboa. Finalmente, graças à obstinação de uma outra mulher escritora, Natália Correia, que compreendeu toda a sua importância, houve um editor que aceitou publicar o livro. O segundo obstáculo foi a impressão. Existia uma nova lei sobre a imprensa em Portugal, segundo a qual, em caso de delito, a responsabilidade não recairia apenas sobre o autor e editor, mas também sobre os tipógrafos que imprimissem a obra. Deste modo, um tipógrafo que trabalhava sobre o manuscrito teve medo e alertou o proprietário da gráfica, que, por sua vez, informou o editor de que não podiam continuar a imprimir um tal «objecto de escândalo». A impressão prosseguiu, mas, perante uma eventual repressão, o tipógrafo enviou uma carta à censura denunciando o livro e livrando-se de responsabilidades. A denúncia seguiu o seu curso, mas não foi a tempo de impedir a saída do livro. Este foi posto à venda nas livrarias de Lisboa e foi um sucesso. «Num mês venderam-se 2000 exemplares. Este sucesso explica a violência da repressão que se seguiu [...]. Não só o livro foi apreendido pela polícia, como as três autoras foram acusadas de ultraje à moral pública e aos bons costumes e ameaçadas de prisão. Um processo penoso e longo [...]. As *Novas Cartas Portuguesas* são fruto de um trabalho original e novo, ao mesmo tempo colectivo e individual [...]. O seu longo trabalho que elas prosseguiram semana após semana, permitiu que a elas próprias se colocassem questões que se põem a todas as mulheres em revolta, em luta, em todo o mundo.»

Ainda segundo as autoras do prefácio, teria sido essa vertente do livro que explicaria a sua aceitação junto do movimento de mulheres em França,

onde encontrou um «grande eco e um grande entusiasmo». Uma conferência de imprensa contribuiu para a divulgação do livro em França. «Pouco tempo depois, por intermédio das mulheres do movimento francês, ele tornou-se conhecido em diversos países. Quando o processo das Três Marias foi aberto a 5 de Julho de 1973, numerosas mulheres estavam preparadas, no mundo inteiro, para manifestar a sua solidariedade. E foi o que elas fizeram. Em Paris, uma delegação dirigiu-se à embaixada de Portugal e exigiu ser recebida para fazer ouvir a voz das mulheres. Manifestações de todo o tipo tiveram lugar em diversas cidades dos Estados Unidos, em Londres, em Amesterdão e Bruxelas. Diante desta mobilização feminista e da sua repercussão na imprensa internacional, a justiça portuguesa não ousou pronunciar a condenação e escolheu prolongar as coisas, prevendo que esta seria a melhor táctica para esgotar o movimento de apoio às acusadas e talvez quebrar o bloco das três mulheres. Durante todo o processo, o objectivo dos juízes era visivelmente dividi-las e destruir o grupo que elas formavam. A acusação de pornografia visava certas partes do livro e o objectivo era levar uma delas a denunciar as que fossem autoras dessas passagens. Manobra inútil.»

No prefácio é ainda relatado que no dia 25 de Outubro, em Paris, durante a Noite das Mulheres, num teatro e numa assembleia composta, pela primeira vez, unicamente por mulheres, se ouviu a leitura de excertos das *Novas Cartas Portuguesas*. Em Janeiro de 1974, a acção assumiu outras formas. Em Haia, as holandesas conseguiram ocupar a Embaixada de Portugal durante uma hora. Em Paris, a manifestação prevista foi proibida e transformou-se numa procissão no adro de Notre Dame. As mulheres, vestidas de negro, empunhando as efígies das Três Marias, velas e lampiões, cantavam: «Jour de colère, que ce jour-là [...] Malheur à qui portera la main sur Maria [...]. Malheur à qui jugera les Maria... Malheur à qui condamnera les Maria.»

No 25 de Abril de 1974, o Movimento das Forças Armadas derrubou a ditadura fascista [...]. O processo não foi anulado e seguiu o seu curso normal até a altura do veredicto, em Maio de 1974. O processo acabou por uma

absolvição triunfal e uma ovação por uma multidão de mulheres que gritava na sala de audiências: «Mulheres Unidas jamais serão vencidas.» Três dias após a absolvição das Três Marias, reuniu-se em Lisboa o primeiro grupo do Movimento de Libertação das Mulheres, de que faziam parte Maria Isabel Barreno e Maria Teresa Horta.

Após o 25 de Abril de 1974, os jornais puderam escrever livremente sobre este caso e, desta forma, pela primeira vez, a notícia surge com destaque na primeira página do *Diário de Lisboa*: «As Três Marias foram absolvidas.» Com desenvolvimento na página 17: «O juiz mandou em paz as Três Marias de cravo ao peito», a notícia merece ser referida em alguns dos seus extractos: «As *Novas Cartas Portuguesas* passaram ontem de tabu a *best-seller*. O juiz Acácio Lopes Cardoso rodeado de fotógrafos declarou que «o livro não é pornográfico nem imoral», justificando-o como obra de arte. Absolvidas pois as Três Marias, mandados devolver às autoras os exemplares apreendidos pela polícia fascista houve na Brasileira quem desse, duas horas depois, 500 escudos pela primeira edição portuguesa do texto maldito que vai sair ou já saiu em quase todas as línguas do mundo. [...] A Secretaria de Estado de Informação e Turismo, que superintendia aos serviços de censura à imprensa, impôs, depois de muitos cortes, um absoluto silêncio nos jornais que queriam noticiar o julgamento. [...] E se a imprensa de todo o mundo pôde noticiar o escândalo da perseguição ao livro e às escritoras, nós não pudemos dizer, inicialmente mais do que a rotina dos tribunais. [...] O livro, entretanto traduzido para as principais línguas literárias, tornou-se um símbolo na luta dos movimentos femininos internacionais que realizaram acções e comícios de apoio às três escritoras portuguesas. Os críticos das mais importantes publicações estrangeiras consideraram-no uma obra-prima. O público português só agora o poderá conhecer[278].»

Como escritoras, Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa deram um importante contributo ao despertar de alguns sectores de mulheres para uma outra dimensão da sua opressão, que extravasava a luta antifascista. Quando da reedição do livro, 25 anos

depois, em 1998, registem-se algumas considerações de escritoras e jornalistas: «Hoje o livro mantém-se inteiramente actual, porque se houve progressos do ponto de vista formal, na vida quotidiana estes não se verificaram» (Luísa Costa Gomes); «uma forma desassombrada de se escrever sobre o corpo» (Inês Pedrosa); «um livro demolidor que destruiu toda a fachada hipócrita do regime» (Helena Marques); «foi muito importante, escrito por três mulheres que defendiam pontos extremamente avançados para a sociedade portuguesa da altura» (Maria Antónia Palla); «anunciaram para mim uma mudança em Portugal, não só pelo trato que deram à língua, como pela temática[279]» (Maria João Guimarães).

Outras mulheres destacaram-se na escrita, em jornais e revistas, não só no período que antecedeu o 25 de Abril, onde a mão da censura continuava a pesar, como também nos primeiros anos a seguir à conquista da democracia no país.

A Escrita das Mulheres em Jornais e Revistas

Segundo a jornalista Maria Antónia Fiadeiro, a história do feminismo português da primeira metade do século xx teve sempre líderes de opinião e normalmente as grandes protagonistas feministas eram simultaneamente jornalistas. Virgínia Quaresma foi a primeira mulher jornalista profissional num jornal diário, *A Capital*. Maria Lamas, que afirmava ter sido o jornalismo a sua grande escola, inicia a sua carreira de jornalista na década de 1920 e foi a grande obreira da revista *Modas e Bordados*, que dirige até 1947. «Revista que nas suas mãos se autonomizou, afastando-se de um mero suplemento do *Século* [...] e que conseguiu, apesar do regime e da censura fugir ao cerco...[280]» Ainda, segundo Maria Antónia Fiadeiro, «foram precisos 30 anos para se verificar a entrada significativa de mulheres jornalistas na redacção de um jornal diário. Foi no *Diário Popular* que entraram as primeiras jornalistas do jornalismo diário e as primeiras a serem autorizadas superiormente a fazerem reportagem». Em muitas situações, embora com o estatuto de jornalistas, as mulheres exerciam funções diferentes em relação aos outros jornalistas, como por exemplo o trabalho de arquivo ou secretariado.

Contudo, existiram mulheres jornalistas que se destacaram nos primeiros anos da década de 1970 (1970-1974) e que tiveram papel nos principais jornais. Maria Antónia Palla, jornalista do *Século*, publicou muitos trabalhos, a maioria sob a forma de reportagem no *Século Ilustrado*. Outras jornalistas trabalhavam nos suplementos orientados para as temáticas das mulheres: Antónia de Sousa, responsável pelo suplemento *Presença da Mulher* do jornal *República*; Helena Neves, responsável pelo mesmo suplemento a partir de Maio de 1973; Isabel da Nóbrega, Isabel de Castro, Gina de Freitas, Regina Louro e Judite de Carvalho colaboradoras do *Diário de Lisboa* e do seu suplemento, assim como Leonor Martinho de Simões que com os seus artigos confere ao *Diário de Lisboa – Mulher* uma outra dimensão no tratamento das temáticas.

Existiu um crescimento contínuo de mulheres nas redacções dos principais jornais, a partir de 1972 e que se acentuou a partir de 1974 (CABRERA, 2006:172-173). A *Capital* foi o jornal que mais contribuiu para este crescimento. Em 1974, tinha 10 mulheres jornalistas na redacção, de uma totalidade de 26 mulheres jornalistas na imprensa diária. Importa referir alguns nomes. No *Diário Popular*: Virgínia Santos, Maria Armanda Falcão[281], Maria Armanda Soares, Maria Armanda Vitorino de Almeida e Maria Antónia Palla, sendo que estas últimas faziam trabalho de reportagem e cobriam assuntos de agenda. No *Diário de Notícias*, Alda Mafra Figueiredo, Natércia Freire e Manuela Azevedo. No *Diário de Lisboa*, Antónia de Sousa, que tinha sido contratada em 1966 como repórter, sai em 1973 para o *República*[282], Maria Judite de Carvalho e Regina Louro, já anteriormente referidas e Maria de Lurdes Fonseca.

A imprensa escrita reservava um escasso espaço aos artigos elaborados por mulheres. De destacar o papel de Elina Guimarães que, como jurista, escreveu muitos artigos de opinião em defesa dos direitos das mulheres, denunciando as limitações que as leis do Estado Novo impunham. Eram poucas as mulheres cujo nome era incontornável para ocupar um espaço nobre num jornal diário. Elina Guimarães era uma dessas poucas mulheres[283]. Antónia Palla, Antónia de Sousa e Antónia Fiadeiro foram três jornalistas cujos nomes se destacaram no meio jornalístico português.

As Três Antónias

«As nossas Três Antónias e as nossas Três Marias», assim se referia, carinhosamente, Maria de Lourdes Pintasilgo às três jornalistas (Antónia Palla, Antónia Fiadeiro e Antónia de Sousa) e às três escritoras (Maria Teresa Horta, Maria Velho da Costa e Maria Isabel Barreno) cujos nomes ficaram ligados às lutas pelos direitos das mulheres na década de 1970. Pelo destaque já dado às *Novas Cartas Portuguesas* anteriormente, opta-se, nesta fase, pelas referências em relação às três jornalistas.

Antónia de Sousa começou a ser colaboradora de um jornal aos 18 anos. Entre 1960/1961 escrevia artigos para o *Jornal Feminino*, muitas vezes com o pseudónimo «Irmã de Lencastre». Porquê o pseudónimo? «Para falar mais à vontade sobre as questões das mulheres[284].» O jornal tinha como directora Maria Elisa de Carvalho. Do Porto[285] para Lisboa, Antónia de Sousa foi colaboradora no *Diário Popular* (1963/1964) com artigos de destaque: «As mulheres na vida de homens célebres.» Balzac, Vítor Hugo, Almeida Garrett foram alguns deles. Quiseram publicar-lhe os artigos em livro, mas nunca quis. «Eu escrevia porque gostava do que fazia, mas nunca apostei na visibilidade.» Gostava de fazer investigação antes de escrever sobre os temas. Lia muito. Tinha amigas preciosas Maria Lamas, Cesina Bermudes, que até lhe ofereceram materiais escritos. Claro que também havia a Antónia Palla e a Antónia Fiadeiro. Amigas para sempre. Das três saíram muitos escritos, manifestos, na altura da luta pela despenalização do aborto. Antónia de Sousa lançava ideias e quando via que as coisas estavam a andar, partia para outra. «Estive em muitas guerras, depois ia-me embora.»

Em 1966 foi para o *Diário de Lisboa*. Colocaram-na numa sala sozinha, pois não podia misturar-se com o ambiente masculino, pouco próprio para uma senhora. «Nem sequer me explicaram como funcionava um jornal.» Escreveu muito sobre o trabalho das mulheres, tendo lançado um inquérito sobre este tema. Abordou, ainda, temas como a prostituição, a saúde e o divórcio. É seu, o primeiro livro sobre as mulheres no mercado de trabalho[286]. Saiu para o *República* em 1972, onde passou a coordenar o

suplemento *Presença da Mulher* até Maio de 1973. A partir daí decide que quer fazer «grandes entrevistas». Uma grande entrevista ao professor Agostinho da Silva foi depois publicada em livro [\[287\]](#). Entrevistou Vieira da Silva, Maria de Lourdes Pintasilgo, Fernando Namora e muitas outras figuras de vulto na sociedade portuguesa. Em 1974, o jornal *República* encerra e Antónia de Sousa começa a trabalhar no *Luta*. Em 1979 vai para o *Diário de Notícias*, onde coordena durante quatro anos o suplemento dedicado à mulher.

«O jornalismo ajudou-me a conhecer o mundo e ajudou-me a crescer. Gostei muito. Foi uma vida muito rica onde me realizei como pessoa, mas agora estou a fazer outras coisas que me dão também muita vontade de viver.» A pintura, a cerâmica e, claro, a escrita, que continua a ser a menina dos seus olhos.

Antónia Palla tinha 33 anos quando começou a trabalhar como jornalista no *Diário Popular*. Quando entrou foi logo para a redacção. «Enquanto colaboradora, eu avancei logo com um trabalho de reportagem, pois eles diziam que as mulheres não eram capazes de fazer reportagem. Tive então de provar que era capaz. Eles tinham aceitado que se fizesse um inquérito às condições de produção literária dos escritores portugueses e brasileiros. Então eu às minhas custas fui para o Brasil e fiz uma reportagem muito longa que saiu numa semana inteira no *Diário Popular* com chamada de primeira página, ainda enquanto colaboradora e isto nunca tinha acontecido com nenhum colaborador, nem homem, nem mulher. Discutiram muito se aquilo era ou não uma reportagem. Eles escreviam as reportagens como um texto continuado e eu fiz uma reportagem em blocos, como se fosse para a televisão, em que misturo conversas intelectuais, com pessoas da rua, com dados estatísticos, desdobrando os temas. E eles diziam que não era uma reportagem porque não tinha os cânones clássicos. Claro que eu também queria fazer uma coisa nova, porque eu achava que eles faziam coisas muito velhas.»

Maria Antónia Palla esteve cerca de um ano no *Diário Popular*. Depois, foi trabalhar para o jornal *O Século*. Quando este fechou, ela era vice-presidente do Sindicato dos Jornalistas e durante um ano tratou da

recolocação dos jornalistas desempregados e de «chatear o governo do Mário Soares desenvolvendo campanhas a nível nacional e internacional a favor do não encerramento definitivo do *Século*».

Nos primeiros anos da década de 1970, o espaço para as temáticas relacionadas com as mulheres era muito limitado na imprensa escrita diária. Os suplementos femininos de alguns jornais acabavam por concentrar em si os artigos escritos por mulheres jornalistas. Contudo, existiram algumas excepções. Maria Antónia Palla foi uma dessas excepções. Conseguiu alcançar um espaço afirmado no semanário *Século Ilustrado*, onde publicou artigos e reportagens em que as figuras centrais eram mulheres e crianças. No livro *Só Acontece aos Outros*^[288] são publicados alguns desses trabalhos virados para as questões da violência: «Não há lobos no monte» (1970), sobre a violação de uma jovem na aldeia de Freiriz (Braga); «No Parque Mayer com amor» (1972), sobre uma situação de violência conjugal em que a mulher sofreu «traumatismo craniano, queimaduras no rosto e nas costas das mãos, golpes fundos nas costas e escoriações diversas»; «Os filhos dos outros» (1972), acerca da morte por agressão de uma criança de 3 anos, cujo agressor foi o companheiro da mãe; «O mal é a velhice» (1973), sobre a violação de uma idosa no Pinhal Novo; «A envenenadora da Musgueira» (1973), onde se analisa o caso de uma mulher, que tentou envenenar o marido para fugir a uma vida de maus-tratos; «O caso Sogantal» (1974), que relata a luta das trabalhadoras da Sogantal, empresa multinacional situada no Montijo e produtora de fatos de treino^[289].

Na sua carreira jornalística nunca esteve em nenhum suplemento ou revista de mulheres. Contudo, nos anos de 1990 foi convidada a integrar a redacção da revista *Máxima* a partir do sexto número, experiência que relata como muito positiva, já em final de carreira. «Nunca entendi o jornalismo como um poder. Um ou uma repórter tem de se expor a esse risco máximo de se pôr no lugar do outro.» (FIADEIRO, 2007:195.) Antónia Fiadeiro começou por exercer a sua actividade de jornalista no Brasil de onde regressou em 1972, após um período de exílio político. Como jornalista e feminista teve a percepção que «na imprensa sempre houve

peessoas, profissionais, redactores, que nunca abandonaram a temática feminista que vinha do princípio do século». No Brasil, escreveu para a *Gazeta de S. Paulo*. Tinha 26 anos. Reportagens e entrevistas eram os trabalhos que gostava de fazer. Um destes trabalhos levou-a a uma sessão da Associação de Escritores Brasileiros. Desiludida por não ter encontrado ninguém conhecido, desabafou a sua inibição ao chefe de redacção, que lhe disse uma frase que a acompanhou para a vida: «Uma jornalista apresenta-se, não precisa de conhecer ninguém.» Mas as aprendizagens, no início de uma carreira, não se ficaram por aqui. A abertura de um concurso, só para mulheres, para a rádio Eldorado do jornal diário *O Estado de S. Paulo*, possibilitou-lhe novas experiências. Única mulher na rádio, preparava as notícias que iam ser lidas. Os telexes choviam de todas as partes do mundo, mas muito em especial da América Latina. A Guerra do Vietname era o tema forte, numa altura em que nos Estados Unidos cresciam as manifestações contra a guerra. De Portugal e da Europa, as poucas notícias ditavam a distância de uma situação de exílio para uma jovem com dois filhos, divorciada, a ter de enfrentar a vida. A sua faceta feminista decerto se revelava, sem dar por isso. Ela era a MAF (Maria Antónia Fiadeiro) do «Movimento Associativo Feminista», assim a designavam os colegas, num país onde os percursos dos feminismos também estavam truncados por via de uma ditadura com censura forte, onde era hábito que nos espaços de notícia censurados os editores decidissem colocar «receitas de cozinha».

Terminou o curso em 1970 e com a carteira profissional de jornalista regressou a Portugal. Chegou com os dois filhos em Novembro de 1972 e foi recebida pela PIDE no aeroporto da Portela. Foi presa e os filhos ficaram com uma tia. As amizades reatadas foram poucas. Depois, foi preciso continuar a sobreviver. Para a Europa América, como directora literária, embora sem reconhecimento dessa categoria, entrou em Março de 1973. Das 8 horas da manhã, às 8 horas da noite. Quis um trabalho em *part-time* para poder estar mais tempo com os filhos, ainda pequenos, mas não lhe concederam.

Um dia, o inesperado aconteceu. Para a apresentação do livro de Manuel Puig, *Boquitas Pintadas*, Antónia Fiadeiro decidiu convidar mulheres

jornalistas. Uma delas, muito decidida, aproximou-se dela e perguntou-lhe para onde escrevia, pois tinha gostado do texto de apresentação da obra. Foi assim que conheceu Antónia Palla, jornalista no *Século Ilustrado*. Procurava alguém para a revista *Modas e Bordados*. A vaga na revista foi sujeita a concurso e o texto elaborado por Antónia Fiadeiro sobre a escritora Albertina Sarrazim mereceu o apreço devido. Por isso, entrou logo como redactora da revista em Maio de 1974. Como Antónia Palla, entretanto, regressou ao *Século Ilustrado*, Antónia de Sousa passou a chefiar a revista, onde trabalhava, também como redactora, Susana Ruth Vasques.

Na *Modas e Bordados* introduziu alterações. Eleita chefe de redacção em 1975, convida Maria Lamas para directora honorária e propõe mudar o título da revista para *Mulher – Modas e Bordados*. Em Outubro de 1975 fez sair um número especial dedicado a Maria Lamas. Quando o jornal *O Século* encerrou e por essa via a revista, tinha ficado na sua carreira de jornalista uma componente de intervenção e de reflexão feminista que não mais a abandonou. Por isso, esteve na direcção da APF em dois mandatos (1975/1976 e 1977/1978) e fez parte da redacção do primeiro boletim sobre planeamento familiar. Participou com Antónia Palla e Antónia de Sousa na luta pela despenalização do aborto e escreveu, em 1983, o livro *Aborto, o Crime Está na Lei*. Foi uma das fundadoras, com Maria Antónia Palla, da Liga dos Direitos das Mulheres, em 1986. Apresentou na Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres a proposta de criação de um prémio jornalístico para reportagem com o nome «Maria Lamas».

Os percursos das três jornalistas Antónia de Sousa, Antónia Palla e Antónia Fiadeiro cruzaram-se em muitos momentos. Estiveram ligadas à revista *Modas e Bordados* e tiveram um ponto de referência comum: Maria Lamas. Fizeram parte dos órgãos sociais do Sindicato dos Jornalistas. Foram parte activa no movimento pela despenalização do aborto. Juntas, ainda, apresentaram um projecto à CIDM para a realização da reportagem «Mulheres do meu país após o 25 de Abril», procurando dar sequência ao magnífico trabalho de reportagem realizado por Maria Lamas nos anos 50. Contudo, o projecto não foi aceite. Maria Antónia Fiadeiro refere, ainda,

que as três Antónias têm em comum uma época em que ainda havia poucas mulheres jornalistas, e elas foram jornalistas profissionais, jornalistas autoras que assinavam textos, que publicavam opinião, que tinham intervenção cívica no âmbito dos direitos das mulheres. Além da imprensa genérica, todas trabalhavam em revistas femininas ou páginas e suplementos femininos, em várias fases da carreira, num impulso óbvio de militância feminista. «“As Três Antónias” reflecte um reconhecimento “nacional”. “As Três Marias” um reconhecimento “internacional”. Ambos, reflexos de conjunturas políticas.»

Os suplementos «femininos»

Algumas jornalistas tiveram um maior destaque no espaço dedicado às temáticas relacionadas com as mulheres, os chamados «suplementos femininos», assim como nos suplementos sobre «Literatura e Arte» como foi o caso de Maria Teresa Horta que coordenava este suplemento n’*A Capital*.[\[290\]](#)

Alguns jornais tiveram «suplementos femininos». O *Diário da Manhã* publicava à quinta-feira o *Convívio* destinado às mulheres, em torno de moda, conselhos de beleza, conselhos domésticos. Em 1970, este jornal deixa de publicar suplementos. A *Época* teve o suplemento *Época Feminina*, com saída ao sábado com diversas rubricas de moda, decoração, culinária, saúde da família. O *Diário Popular* não tinha propriamente um suplemento destinado às mulheres, mas o suplemento *Sábado Popular* incluía duas páginas dedicadas às mulheres: «Só para si, minha senhora.» O jornal *A Capital* publicou de 1968 a 1970 o suplemento *Eles e Elas*, com diversas rubricas dirigidas às mulheres. A partir de 1972, este suplemento é substituído por um outro: *A Capital – Feminino*, onde para além de rubricas como «Espelho», «Mulheres ao Volante», «Moda», «Conselhos: de mulher para mulher», existem, ainda, crónicas e reportagens de Helena Marques e de Edite Esteves sobre a actividade profissional das mulheres. No suplemento de 14 de Abril de 1972 é publicado um artigo de Simone de Beauvoir, transcrito do *Nouvel Observateur*, com o título «É preciso rever a situação das mulheres».

Optou-se por analisar os suplementos do *República* e do *Diário de Lisboa* por se entender que a imagem veiculada sobre as mulheres se diferenciava da generalidade dos outros suplementos.

O jornal República e o seu suplemento (1972/1974) – uma imprensa «feminina alternativa»

A partir de 27 de Março de 1972, o jornal *República* passa a editar semanalmente um suplemento orientado para «temas de mulheres», designado por *Presença da Mulher*.

Contudo, o jornal nunca deixou de tratar nas suas páginas algumas notícias relacionadas com lutas de mulheres. Apontam-se como exemplos: um artigo sobre a libertação de Angela Davis a 5 de Março de 1972, tendo o *República* sempre informado sobre as acções desenvolvidas por esta lutadora pelos direitos das mulheres negras; um outro artigo sobre a deputada irlandesa Bernadete Devlin, defensora dos direitos cívicos[291]; ainda, com nota de primeira página, destaca-se um artigo assinalando o Dia Internacional da Mulher[292]. Neste artigo refere-se que irão ser realizadas comemorações promovidas por «colectividades particulares» que assumiriam a forma de «colóquios, debates e exposições». O mesmo artigo, expunha algumas das discriminações das mulheres:

Actualmente, apesar de todas as convenções e acordos internacionais, a mulher continua, no nosso país, a ser regulada por um estatuto que a inferioriza. A lei consagra um salário igual, mas na prática a mulher ocupa os lugares menos qualificados e não tem (ou raramente tem) possibilidades de promoção. Não é só ao nível das relações de trabalho que a mulher ocupa um lugar de menoridade; nas próprias relações familiares, a mulher, a coberto da lei, tem mais deveres e menos direitos que o homem.

A notícia anterior não surge assinada e significa uma pequena viragem no tratamento dado por um jornal diário ao Dia Internacional da Mulher. É interessante salientar que a celebração deste dia vem a ser contestada num

artigo de Tito Lívio na edição de 24 de Março do mesmo ano. O autor considera que o referido dia da mulher era «um pretexto para lembrar a subalternidade a que a mulher está sujeita numa sociedade patriarcal, marialva, machista e repressiva». Afirmar ainda, que «a repressão não tem sexo e que a subalternidade da mulher é o resultado do subdesenvolvimento do homem, ferozmente conservador, teimosa e ciosamente agarrado às posições conquistadas há séculos»[293]. Noutro sentido, surge um outro artigo, «A mulher não deve ser um tigre», de Fausto Lopo de Carvalho, que, recorrendo a uma frase da Marquesa de Alorna, alerta para a necessidade de evitar os «extremos», pelo que as mulheres devem equilibrar o papel de educadoras e do governo da casa com a sua dedicação a outras coisas: «O levantar cedo, o trabalho do espírito, o culto das artes e a preocupação da casa e dos filhos foi, e será sempre, um grande mestre de moral[294].» Contudo, as páginas do *República* eram também palco para outras notícias: «Prémio para Marguerite Yourcenar»[295]; «Ana de Castro Osório», por Elina Guimarães[296]; «Empregadas domésticas: o que pretendemos é que nos respeitem»[297]; «Enfermeiras falam da sua profissão»[298]; «As mulheres empregadas no Banco de Portugal auferem vencimentos inferiores aos dos homens»[299].

No *República* de 27 de Março de 1972 são recolhidas várias opiniões sobre a utilidade de um suplemento feminino. A pergunta apresentada: «Como concebe o suplemento feminino de um jornal diário: utilidade ou perigo?» foi dirigida a algumas mulheres. Alice Gomes afirma que «bem bastam as revistas femininas para banir as mulheres de um contexto mais geral». Teresa Alegre também não aceita um suplemento feminino por maior nível que possa ter, pois as mulheres jornalistas devem ter uma presença constante noutro tipo de suplementos orientados para a arte, a literatura, o desporto. Lança ainda a seguinte interrogação: «Não haverá ainda o perigo de um suplemento feminino se transformar num suplemento feminista?» Não deixa de ser interessante a ideia de perigosidade associada ao feminismo, nesta declaração.

Opiniões diferentes são expressas por Helena Marques e Helena Neves.

Para a primeira entrevistada o suplemento poderá existir «se for concebido na tarefa de despertar na mulher um verdadeiro espírito de cidadania, profunda e totalmente empenhado em ajudar a mulher a assumir corajosamente as opções essenciais, que todos temos de fazer na vida. Há perigos? Claro. Para além daqueles, por demais conhecidos, vale sempre a pena citar o perigo conscientemente exercido, por suplementos, páginas e revistas, que continuam o processo de alienação feminina sob falsas aparências de libertação». Para Helena Neves, que virá a ser uma das colaboradoras e responsáveis pelo suplemento *Presença da Mulher*, o que será errado é «a imprensa feminina ser reduzida ao trapo, à receita ou à telenovela». Um suplemento feminino, que rompa com estas concepções «poderá ser positivo para alterar mentalidades de mulheres e de homens[300]».

O suplemento lançado, *Presença da Mulher*, teve regularidade semanal e veio a constituir um espaço muito interessante pelos temas abordados[301]. Da análise a 12 números do ano de 1972, a 33 de 1973 e a seis suplementos de 1974, num total de 51 suplementos, conclui-se que existia uma orientação diferente da que era dada nas revistas femininas da época. A abordagem de novos temas foi uma constante ao longo dos números analisados, procurando-se dar a conhecer o que se passava em outros países onde o movimento feminista tinha avançado.

No número de 3 de Abril de 1972, a notícia «O “LIB” avança em todas as frentes» iniciava-se da seguinte forma: «Em 1971, a mulher americana atacou com êxito cinco profissões que até aí lhe tinham sido vedadas: motorista de camião, «barman» de sindicato, engenheiro do exército, misturador de cimento e empresário de luta livre. O chamado movimento de libertação da mulher, conhecido pela abreviatura de “LIB” ganhou com isso alguns pontos e não parece disposto a abdicar deles, nem de nada que lhe passe à mão.»

No suplemento de 10 de Abril do mesmo ano, o destaque vai para a notícia «Dirigentes feministas brasileiras vão realizar este mês o I Conselho Nacional de Mulheres». O texto, escrito por Antónia de Sousa, jornalista responsável pelo suplemento, atribui grande relevo, em subtítulo,

ao seguinte facto histórico: «O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas promoveu há meio século dois congressos feministas.» A recuperação da memória histórica feita por Antónia de Sousa parece ser um intuito importante da notícia[302]. Foi preciso passar mais de uma década sobre esta importante referência da jornalista Maria Antónia de Sousa, para que alguns núcleos universitários se debruçassem sobre a história das mulheres e das suas associações, retirando da invisibilidade essa primeira fase do feminismo português.

A temática feminista prossegue em alguns números do suplemento *Presença da Mulher*. No número de 19 de Junho de 1972, o tema central é constituído pelo artigo de Cármen Mestre: «Emancipação da mulher – conquista ou alienação?» Numa perspectiva crítica, a autora refere que os progressos na situação das mulheres no mundo se deviam mais à simples evolução económica e social do que a medidas tomadas pelos governos para a implantação da igualdade de direitos entre os sexos. Apontava como exemplo a inserção das mulheres no mundo do trabalho. Como consequência da necessidade de mão-de-obra na altura das duas grandes guerras mundiais. Acrescentava, ainda, que a própria necessidade de crescimento dos países determinava maiores níveis de população activa. Analisando os obstáculos encontrados para a «incorporação da mulher no trabalho» situava-os em dois patamares: «a demissão do homem das suas obrigações pessoais junto da família» e «as desigualdades laborais entre mulheres e homens no que se refere a salários e carreiras profissionais[303]». A importância deste artigo resulta do tema em si, tratado pela primeira vez neste suplemento, da forma como a autora questiona valores assumidos socialmente, para além dos dados que apresenta em relação à situação das mulheres no mundo. Artigos como «A condição das mulheres através dos tempos[304]» surgem nos suplementos de 1973, assim como a abordagem de novas temáticas como «a prostituição»[305].

O prefácio do livro da feminista Kate Millet, *Sexual Politics*, tinha surgido no suplemento de 7 de Maio de 1973, sendo, no mesmo número publicados dois artigos de destaque: um depoimento de outra feminista, a

inglesa Alexis Ross Wylie, escrito após a Segunda Guerra Mundial, intitulado «Ser feminista em 1945»; uma notícia que refere: «Escritoras brasileiras confirmam crescimento do movimento feminista no Brasil.» No suplemento da semana seguinte foi publicada uma entrevista realizada em Bruxelas a Adele Hauwel, fundadora do Partido Feminista Unificado, com o título «Todas as mulheres são oprimidas». Em Junho do mesmo ano, Helena Neves escreve um artigo sobre a Associação Feminina para a Paz e, em Julho, surgem extractos do livro *A Mística da Mulher*, de Betty Friedan, uma das feministas mais destacadas, no início do movimento feminista nos EUA[306].

Destaque-se ainda, a entrevista feita por Helena Neves à jurista Laura Lopes sobre «A inferioridade da mulher na lei portuguesa», no suplemento de 8 de Outubro de 1973, onde os subtítulos são elucidativos quanto ao interesse da referida entrevista: «a lei impõe o governo doméstico à mulher»; «o direito da mulher ao trabalho é condicionado pelo poder marital»; «a realidade social não confirma o princípio do direito ao trabalho»; «a escravização da mulher na família tem raízes históricas»; «efeitos da concordata e de outras restrições ao divórcio na vida das pessoas»; «23 956 pessoas impedidas de reconstruir a sua vida conjugal»; «direito ao voto uma difícil conquista da mulher portuguesa». A entrevista ocupa quatro folhas do suplemento e constitui uma peça jornalística de grande valor pelo seu conteúdo. No suplemento seguinte o destaque vai para Maria Lamas, evocando os seus 80 anos e a homenagem que lhe tinha sido feita a 6 de Outubro na Casa da Imprensa. Também o julgamento da Maria Teresa Horta, Maria Velho de Costa e Maria Isabel Barreno em torno do seu livro *Novas Cartas Portuguesas* surge em destaque no número de 12 de Novembro de 1973, com uma fotografia das três autoras.

O Planeamento Familiar e a Educação Sexual são outros temas que percorrem alguns números do suplemento. A 17 de Abril de 1972, o principal enfoque situa-se numa entrevista a jovens investigadoras e investigadores, alunos da Faculdade de Medicina de Lisboa, que tinham ganho o prémio Pfizer – 1971 com o trabalho. «Acerca da necessidade do Planeamento Familiar em Portugal». Nesta entrevista, destaca-se que a

criança só deverá nascer quando desejada pelos pais. Estes deveriam sempre ajuizar a sua vida, como pessoas perfeitamente responsáveis e conscientes do futuro que lhes poderiam proporcionar. No suplemento de 29 de Maio do mesmo ano surge o artigo «Pílula, nem a favor, nem contra», onde se analisa que os contraceptivos orais se tornaram muito conhecidos a partir da celeuma levantada entre católicos, mas que a administração da pílula não envolve apenas uma opção ideológica. Envolveria também factores de ordem fisiológica e psicológica a ponderar. Deste modo, não deveriam existir posições «a favor» ou «contra», mas uma informação acessível a toda a população. No mesmo ano, a 19 de Junho, é publicada a fotografia de uma criança nua, na primeira página do suplemento, com a seguinte legenda: «Os pais modernos reconhecem a importância vital da educação sexual de seus filhos, mas poucos têm ideias claras sobre a forma como tratar o problema.» Nas páginas centrais, um artigo da médica Maria Cândido Gonzalez dá continuidade à temática. Em 1973, a 12 de Novembro, um destaque para «Planeamento Familiar, em mesa-redonda», onde se anuncia a realização de quatro mesas-redondas com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian e a colaboração de Miller Guerra com uma intervenção sobre «A justificação a nível social do planeamento familiar», de Francisco Pinto Balsemão e Francisco Sá Carneiro sobre «O aborto como fenómeno socioeconómico».

Outro dos temas mais focados pelo suplemento *Presença da Mulher* foi a imprensa feminina. O próprio lançamento do suplemento tinha sido feito em polémica com posições menos favoráveis, já anteriormente referidas. A 17 de Abril de 1972, um artigo de Leonor Martinho Simões sobre a «Imprensa feminina em Portugal» destaca as principais revistas femininas e audiências[307]. Da análise que a autora faz das revistas conclui que a maioria se centra em «artigos sobre moda, beleza, decoração, culinária, correio sentimental e correio conselheiro». Tais revistas acabavam por «escamotear os verdadeiros problemas» e vender «o entretenimento, a ilusão de fotonovela». «Anestesiam as mulheres», afirma a autora do artigo: «No momento em que a mulher acode a uma maior emancipação social, estas revistas mantêm-na como objecto de beleza para agradar o

homem, para bem cozinhar e tirar nós [...]. A imprensa feminina, longe de ser um serviço às mulheres é um bom negócio: venda de electrodomésticos, batons, histórias embaladoras, a conformação ilusão, a evasão que se substitui ao projecto.» Contudo, nesta sua apreciação, Leonor Martinho Simões, ressalva a revista *Modas e Bordados*: «É nesta que vislumbramos um ainda que tímido movimento para a desmistificação que cada vez mais se impõe e para a abordagem de temas que não são meros passatempos. Lembramos a recente, e dentro do possível, desenganadora reportagem sobre a eleição das “misses”.» Nos números da revista *Modas e Bordados* de 1972 verifica-se, de facto, a introdução de rubricas e artigos de conteúdo diferente. Exemplos: A rubrica «A mulher e a lei», de Laura Lopes, passa a ter lugar em todos os números, assim como a rubrica «Primeiro Plano» de crítica de cinema. Alguns temas novos surgem ainda: na revista de 5 de Abril de 1972 surge o artigo «China, a mulher nova – novas medidas, costumes e leis»; na revista de 19 de Abril do mesmo ano surge o artigo «Amor, agente de conformismo ou de libertação?» onde se procura dar uma imagem de uma mulher mais liberta. No número de 23 de Agosto de 1972 surge um destacado artigo sobre Eleanor Roosevelt.

No suplemento *Presença da Mulher* de 19 de Maio de 1972 é retomado o tema da «imprensa feminina» através de uma entrevista a Eva Forest, psiquiatra de formação, mas investigadora na área sociológica, cujos trabalhos proibidos em Espanha tinham sido publicados em França e nos EUA. Eva Forest escrevia sobre «mulher e política», «libertação sexual» e «mulher e trabalho», tendo chegado a publicar em Espanha no *Diário Feminino*, mas depressa saiu por incompatibilidades com a linha editorial. Segundo a sua opinião, as revistas femininas estavam cheias de «falsos problemas, de receitas de como parecer menos velhas», mas sem focar os problemas reais. «Não há possibilidade de dizer nada, os temas interessantes são intocáveis. A possibilidade de expressão é menor do que na imprensa geral», conclui Eva Forest.

O tema das mulheres no trabalho é objecto de alguns artigos da jornalista Maria Antónia de Sousa. A 29 de Maio de 1972, o enfoque

principal do suplemento é o seu artigo: «Dos trabalhos miúdos da costura e da renda à cadeia de montagem de circuitos electrónicos», onde denuncia os baixos salários pagos às mulheres em troca de «uma boa visão e de uma destreza de mãos». A 26 de Junho retoma o mesmo tema como artigo: «Electrónica, olhos em perigo». «Assistentes sociais – uma profissão mal definida à procura de estatuto» é outro dos seus artigos de fundo publicado no suplemento de 8 de Maio do mesmo ano. Contudo, Maria Antónia de Sousa não se dedica apenas às temáticas do trabalho. Para além de outros artigos já referidos, é interessante destacar no suplemento de 24 de Abril de 1972, a «Carta Aberta a uma poetisa de Moura», onde a jornalista coloca em causa o «determinismo biológico» que emerge do poema «Mulher vulgar», de Isabel Pulquério, residente em Moura. No referido poema, a autora afirma que «nasceu a mulher para não ter razão, para aceitar e consumir-se com mágoa». Antónia de Sousa interroga: «Não ter razão será um dos aspectos da «fatalidade biológica» da mulher? Ou não será apenas a consequência da concepção patriarcal da nossa sociedade com domínio assente no homem?»

O trabalho das mulheres donas de casa é outro dos temas abordados em vários suplementos: a 5 de Maio de 1972, com um artigo não assinado em que são recolhidos os depoimentos de duas mulheres «donas de casa» de diferentes classes sociais; na semana seguinte, o tema surge pela mão de Francisco Marcelo Curto: «O que vai acontecer à dona de casa?»; neste artigo, o autor afirma que «a mulher unicamente doméstica está a desaparecer», assim como se regista «um gradual desaparecimento da estrutura patriarcal da família». Neste suplemento, são ainda realizadas entrevistas a três homens: um fotógrafo de 29 anos, um advogado de 32 anos e um funcionário público de 50 anos. Todos eles assumiam que as suas mulheres eram «donas de casa». Sobre a ajuda nos trabalhos de casa, um dos inquiridos afirmava que era à sua mulher que competia fazer esses trabalhos, o outro referia que não precisava de «ajudar», pois tinham empregada doméstica e o terceiro não ajudava «por falta de tempo». Todos eles não gostariam que elas trabalhassem fora de casa, pois o trabalho delas em casa era indispensável. Todos eles também pensavam que «ganhavam o

suficiente para as despesas familiares». Outros artigos, assinados por Carlos Carvalhas e por Isabel Lorgina e John Dumolin, procuravam situar teoricamente a contribuição do trabalho das mulheres em casa para a reprodução da força de trabalho.

O tema da prostituição é abordado, em 1973, nos suplementos de 3 de Setembro, de 29 de Outubro e de 10 de Dezembro. O primeiro artigo relata um colóquio promovido pela Associação Ninho[308] realizado em Lisboa, no Colégio do Sagrado Coração de Maria. O segundo artigo é extraído dos *Cadernos de Cultura Operária* e procura analisar as causas da prostituição, referindo alguns depoimentos de mulheres e concluindo da falta de apoio no sentido da sua «reintegração social». No terceiro suplemento, o título do artigo é o seguinte: «Prostituição, quem serão os beneficiários?», no qual se denuncia a exploração exercida sobre as mulheres.

A diversidade temática do suplemento *Presença da Mulher* é bem visível, sendo que, a partir de Junho de 1973, existe um maior peso de temas virados para o social, numa perspectiva mais generalista. O suplemento apresentou como rubricas fixas: «A mulher e a lei», abordando temas relacionados com a legislação do trabalho e os direitos das mulheres, ou ainda, abordagens mais polémicas como a da «virgindade», pondo em causa que a falta desta ainda fosse motivo para anulação do casamento segundo o Código Civil português[309]. Uma outra rubrica de grande interesse que se manteve em todos os números designada por «A semana» referia acontecimentos diários dessa semana, muitos deles internacionais. Eram referidas notícias como esta: «Pela primeira vez foi eleita uma mulher para presidente do Conselho Municipal de Paris (Nicole de Hautechocque)», ou ainda: «Na Argentina a jornalista Casiana Ahumada, de 33 anos, chefe de redacção da revista *Cristandade e Revolução* foi libertada, mas em Hanover, uma outra jornalista, Ulrike Meinhof, foi presa acusada de pertencer a um grupo anarquista.» Um crime cometido por um português em Paris que tinha matado uma jovem francesa com quem vivia, após uma vida de maus-tratos e ciúmes era também referido no suplemento de 19 de Maio de 1972. De salientar, ainda, que o suplemento *Presença da*

Mulher tinha muitos artigos orientados para os cuidados com as crianças.

Após o 25 de Abril, a 6 de Maio de 1974, é publicado o último número do suplemento *Presença da Mulher*. Um artigo de Helena Neves: «Soltaram-se as vozes», com uma gravura de Cipriano Dourado, um outro sobre «as mulheres na resistência», onde são referidos os nomes de Aida Magro, Aida Paulo, Albina Fernandes Pato, Cândida Ventura, Maria Alda Nogueira, Maria Luísa Costa Dias, e, ainda, um depoimento de Luísa Amorim em nome do Movimento Democrático de Mulheres dão conteúdo a este último suplemento, que ocupou um papel de grande importância, pelo conteúdo temático, por uma abordagem feminista, por ter constituído uma imprensa «feminina alternativa». Foi um suplemento que se destacou por ter sido diferente dos outros suplementos destinados às mulheres, na medida em que procurava problematizar o seu estatuto.

Diário de Lisboa – Mulher: a evolução de um suplemento inicialmente virado para a moda (1972/1974)

Ao desfolharmos este suplemento do *Diário de Lisboa* damos conta de uma boa imagem gráfica, onde as fotos com a moda mais recente ocupam as páginas centrais^[310]. As imagens dos modelos reflectem mulheres modernas, libertas, avançadas para um Portugal que, apesar das mudanças que emergiam nas mentalidades, ainda estava longe de ultrapassar o conservadorismo embutido na sociedade portuguesa. «A mulher é tratada de forma diferente, independente, sensual, sedutora, é de facto a eleição do culto do corpo como assunto.» (CABRERA, 2006:249.)

O suplemento continha, ainda, algumas crónicas de Maria Judite de Carvalho, de Isabel da Nóbrega, Isabel de Castro, Lurdes Féria, assim como entrevistas a portuguesas destacadas da área do cinema ou da canção: «Maria do Carmo, realizadora irrealizada» (12/4/72); «Isabel Laginhas, artista marginal» (26/4/72); «Zita Duarte, dentro de mim não chove» (3/5/72). Artigos de Regina Louro: «Guia intérprete – profissão difícil» (19/4/72); «A mulher no ensino, luta pela Igualdade» (10/5/72) ou de Emília Bravo sobre as mulheres que trabalham fora de casa (23/4/72)

constituíam já um indicador da evolução que se viria a verificar, em especial, a partir de 1973. Emília Bravo, no artigo atrás referido, falava da evolução do tempo, de um tempo irreversível: «Elas sentem que não podem voltar a ser em tempo inteiro as guardiãs do templo, as limpadoras do grão de pó, as amas das crianças, as esquecidas, as incapazes, as dependentes.» Nesta nova fase, a primeira página do suplemento apresenta sempre uma figura de mulher em pintura, ou desenhada por um artista de renome internacional[311]. Destacam-se artigos como o de Leonor Martinho Simões: «Pontos nos ii» (24/10/73), onde a autora afirma:

A maior parte das publicações destinadas à mulher, e apesar da posição que ela conquistou no mercado de trabalho, continuam arreigadas à imagem da mulher escrava do lar, deprimida, oprimida, embrutecida, humilhada pelos pequenos afazeres domésticos, que a convertem em cozinheira e ama-seca, que desbaratam a sua actividade num trabalho absurdamente improdutivo, mesquinho, enervante, embrutecedor e fastidioso (p. 4).

Ainda de Leonor Martinho Simões, os artigos: «Moda – libertação da mulher ou o preço da feminilidade» (16/1/74); «A mulher no mundo» (13/2/74); «Não se é criada por querer» (20/2/74); «8 de Março é Dia Internacional da Mulher» (6/3/74); «A propósito da ocupação dos tempos livre das mulheres» (13/3/74). Gina de Freitas é outra jornalista que se destaca em artigos sobre a «Imprensa Feminina em discussão», tendo entrevistado a este propósito Helena Neves, Edite Soeiro e Maria Lúcia Lepecki (5/6/1974). São também de Gina de Freitas os primeiros artigos sobre as mulheres que «ficaram na sombra», elaborados após o 25 de Abril e publicados no contexto geral do jornal[312].

Ao contrário do que acontecia no suplemento *Presença da Mulher*, do jornal *República*, este suplemento não faz uma abordagem das condições históricas da opressão das mulheres, nem destaca feministas portuguesas ou movimentos das primeiras décadas do século xx. No período de 1972 a 1974, apenas surgem dois artigos escritos por Elvira Martin sobre «A libertação das mulheres», centrando-se na experiência das mulheres nort-

americanas (24/5/1972) e por Ramon Sender sobre «A Libertação feminina», um artigo que, de forma insidiosa, acaba por colocar em causa essa mesma libertação[313].

A revista *Modas e Bordados*

A revista *Modas e Bordados*, fundada em 14 de Fevereiro de 1912, teve uma longa vida, sendo extinta com o encerramento do jornal *O Século*, em 1977.[314] Não se pretende analisar a evolução da revista durante os seus 65 anos de existência, nem tão-pouco destacar períodos especiais como foi aquele em que Maria Lamas esteve a dirigi-la (1928-1947), mas tão só analisar o período a partir de 1972, dois anos antes do 25 de Abril, tal como foi feito na análise anterior aos suplementos femininos dos jornais. Realçam-se algumas das transformações na revista, a partir de 1975, quando Maria Antónia Fiadeiro assume a chefia da redação da revista.

Chave do sucesso desta revista foram as rubricas regulares: «Moda», «Bordados», «Tricô», «Arte no Lar», «Correio de Pantagruel, de Bertha Rosa-Limpo», «Fotonovelas», «Decoração», «O Cantinho da Juventude», «Humor em Banda Desenhada», «Correio Sentimental», «Consultas de Beleza», «Astrologia», assim como a rubrica semanal: «A Mulher e a Lei», de Laura Lopes. Contudo, a revista, no período agora estudado, apresentava ainda artigos de fundo que punham em causa o papel tradicional das mulheres. A revista de 19 de Janeiro de 1972, trazia, em destaque, na capa um sugestivo título do artigo da brasileira Rosa Medeiros da Fonseca: «O dever da mulher ter direitos: um interessante artigo sobre a mulher brasileira, que as mulheres portuguesas gostarão de ler.» A autora, refere ao longo do artigo que, 10 anos antes, a mulher brasileira não podia viajar sem o consentimento do marido; não podia ter depósitos individuais, não podia recusar-se a acompanhar o marido se este emigrasse para o Japão ou fosse caçar focas para o Pólo Norte. Perante a legislação brasileira, a mulher era incapaz como um bebé ou um débil mental. Esta situação desigual só teria mudado em 1962. Contudo, apesar de em Portugal, as leis continuarem a colocar as mulheres numa situação de inferioridade, este artigo, pelo facto de não fazer nenhuma alusão ao país

passou despercebido à censura. Existiam ainda artigos como o de Cármen da Silva: «A arte de ser mulher: vamos quebrar uma velha imagem», que colocava em causa o destino biológico da mulher e de que «a mulher tinha sido feita para ter filhos», publicado na revista de 1 de Março do mesmo ano. Um outro artigo, publicado na revista de 19 de Julho desse ano, desmistificava os mitos do casamento

Na revista de 22 de Março de 1972, Fernando Baião publica um texto que relata a contestação ao Concurso de Miss Portugal 72: «As eleições das «misses» contestadas: «não à coisificação da mulher»». Em frente ao Casino Estoril jovens exibiram cartazes com as frases: «Queremos respeito pela dignidade da mulher»; «Raparigas, não são mercadoria turística»; «Não queremos este tipo de promoção»; «não ao mercado da beleza»; «Não à coisificação da mulher». Fernando Baião falava de outras jovens que se atreviam a colocar em causa esse concurso: «A nova mulher que a líder da Women's Liberation Movement, a americana Betty Friedan procura, não está totalmente congelada entre nós...»

A revista inicia a 8 de Novembro de 1972 um «*Dossier Mulher*», com o seguinte editorial: «É um facto conhecido de todas as nossas leitoras a agitação que reina entre as mulheres do nosso tempo. Haverá leitoras mais informadas que sabem o que é o Women's Lib ou o MLF, que conhecem melhor ou pior os seus programas, que acompanham essa luta dita de libertação feminina. Haverá outras para as quais tudo isto não passa de uma ideia vaga, confusa, na qual se misturam meios anticoncepcionais e fogueiras de *soutiens*. Temos, porém, quase a certeza que todas as nossas leitoras «sentem» que as mulheres de vários países se mexem à procura de algo. [...] O MB vai começar a incluir excertos de obras dedicados ao problema da mulher [...].»

Um dos primeiros artigos a ser publicado baseou-se em excertos do livro *A Mulher Eunuco*, de Germaine Greer. Seguem-se outros artigos sobre os livros *Para Uma Ciência da Libertação da Mulher*, de Isabel Largaia e John Dumoulin; *Sexual Politics*, de Kate Millet; *Mística Feminina* e *Quarta Dimensão*, de Betty Friedan. A revista procurava também destacar figuras de mulheres. Foi o caso de Lady Astor, a primeira

deputada inglesa[315], de uma entrevista à socióloga Evelyne Sullerot, que tinha redigido em 1971 um «relatório sobre o trabalho das mulheres e os seus problemas nos Estados-membros da União Europeia»[316].

Nas revistas de 14 e 21 de Fevereiro de 1973 são publicados artigos de Helena Neves sobre a história do feminismo em Portugal: «Desde 1909 até 1924: esboço do feminismo em Portugal», onde se escreve sobre o voto, em 1911, de Carolina Beatriz Ângelo, ligando-a às lutas das sufragistas inglesas do século XIX. Artigos sobre Ana de Castro Osório, a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, a Associação de Propaganda Feminista e sobre Maria Veleda são também publicados.

Na revista n.º 3242 de 26 de Março de 1974, a jornalista Maria Antónia Fiadeiro escreve o seu primeiro artigo na *Modas e Bordados*: «Albertina Sarrazin, escritora não literária.» Seguem-se artigos noutros números da revista como «Carson McCullers é nome de mulher»; «Viúvas: mulheres ao desamparo», em Outubro de 1974; «Andam enternecidos os portugueses». Em 1975, Maria Antónia Fiadeiro é eleita chefe de redacção da revista e inicia um processo de transformação da mesma, «privilegiando uma maior abrangência de temáticas, sem nunca desvalorizar as características de uma revista de modas e bordados»[317]. A revista passou, então, a chamar-se *Mulher, Modas e Bordados*.

A 8 de Outubro de 1975 surge um número especial dedicado a Maria Lamas. Num pequeno editorial, Maria Antónia Fiadeiro transmite o convite feito a Maria Lamas para ser directora honorária da revista *Mulher, Modas e Bordados* e aceite por esta. Este número da revista tem a fotografia de Maria Lamas na capa, um extenso depoimento, uma entrevista, assim como artigos de Lúcia Namorado e de Fernando Piteira Santos sobre a figura e a obra de Maria Lamas. A cópia da dedicatória de Maria Lamas na sua obra: «As Mulheres do meu país» também consta deste número da revista, assim como uma entrevista por ela concedida ao *Diário de Lisboa*, a 27 de Janeiro de 1949. Da ficha técnica deste número constavam os nomes de Susana Ruth Vasques, Manuela Teresa Castilho e Herbert de Carvalho na redacção[318]. O director interino era Mário Zambujal e como chefe de redacção surgia Maria Antónia Fiadeiro,

como já referido.

Nos dois anos até ao encerramento da revista, em 1977, destacam-se ao longo dos diversos números, os seguintes artigos: «A luta das mulheres não deve ser feita à parte da luta do povo português» (Susana Ruth Vasques, 8/1/75); «A utilização publicitária da mulher» (entrevistas, 15/1/75); «A mulher na luta pelos seus direitos: as grandes pioneiras» (29/1/75); «A lei que rege a família portuguesa tem de ser revista» (Maria Antónia Fiadeiro, 5/2/75); «Frente comum contra a discriminação sexual: objectivo do Movimento de Libertação das Mulheres» (Sousa Aguiar, 5/2/75); «Mulher portuguesa vítima de duas ditaduras» (Susana Ruth Vasques, 12/2/75); «A mulher em luta pelos seus direitos: a grande guerra e a causa feminista durante a Primeira Guerra Mundial» (26/2/75); «Aborto: crimes de mulheres, abandono dos filhos» (Maria Antónia Fiadeiro, 5/3/75); «A condição da mulher no século passado, Copenhaga 8 de Março» (Maria Antónia Fiadeiro, 12/3/75); «Aborto: quem paga os crimes da moral burguesa?» (Maria Antónia Fiadeiro, 19/3/75); «Olympe de Gouges: uma mulher com demasiadas ideias» (19/3/75); «Simone de Beauvoir veio a Portugal – após o 25 de Abril» – entrevista (Maria Antónia Fiadeiro, 9/4/75); «Mulheres deputadas: lugares na Assembleia da República» (Manuela Tereza, 21/5/75); «Contracepção e aborto: manifesto do m.c.a.l.g.», (28/5/75); «Aborto clandestino é crime» (H. de Carvalho, 25/6/75); «Em discussão a lei da família: queremos homens responsáveis» (Maria José Paixão, 2/7/75); «Ser mãe – Associação para o Planeamento da Família» (Susana Ruth Vasques, 23/7/75); «Cerveja Marina – nome de mulher: o machismo portuguesinho» (Maria Antónia Fiadeiro); «Lendas, mitos, mentiras: machismo» (1/10/75); «Planeamento Familiar: doenças sexualmente transmissíveis, entrevista com a Dr.^a Maria da Purificação Araújo» (22/10/75); «Uma mulher na chefia da Carris, entrevista com Leonor Coutinho» (21/1/76); «Maria Veleda: professora educadora» (Maria Antónia Fiadeiro, 25/2/76); «A repressão sexual: ontem e hoje» (Maria Ondina Braga, 10/3/76); «Bruxelas – julgou crimes contra as mulheres» (Susana Ruth Vasques, 17/3/76); «A palavra das mulheres na imprensa feminina: MLM» (Maria José Paixão, 14/4/76); «Entrevista a

Maria Velho da Costa, revolução cultural» (Helena Balsa, 12/5/76); «Alexandra Kollontai» (Maria Ondina Braga, 28/7/76); «Virginia Woolf» (Maria Ondina Braga, 11/8/76); «Parto preparado: razões do parto doloroso» (Graça Mexia, 25/8/76); «A opressão da mulher e a evolução da família» (Manuela Meneses e Ana Benavente, 29/9/76); «Cinema feminino em Copenhaga» (Maria Antónia Palla, 29/12/76).

Através desta breve mostra de artigos vislumbra-se a grande abrangência temática, reforçada pelas diversas rubricas regulares da revista: «Música», «Saúde», «Espectáculos», «Educação Infantil», «Esta é a minha história», «Literatura», «Trabalho», «Política: Condição da Mulher».

A revista *Mulheres*

A revista *Mulheres* foi um projecto editorial ligado ao MDM, embora a sua forma de apresentação não assumisse tal «maternidade». Pretendia-se que a revista fosse «a revista de todas as mulheres», sendo este o *slogan* que apelava à assinatura da revista. É um facto que se tratou de um projecto com características feministas, muito induzidas pela sua chefe de redacção Maria Teresa Horta. A revista teve um carácter bastante alargado, chamando à colaboração muitas outras pessoas, fora do quadro organizativo do MDM. No seu primeiro número, em Maio de 1978, surge Maria Lamas como directora, Maria Teresa Horta como chefe de redacção, fazendo corpo na redacção com Ana Cília, Eugénia Cunhal e Francisco Rodrigues. Como colaboradoras e colaboradores permanentes, registam-se os nomes de Ana Abel, Cipriano Dourado, Correia da Fonseca, Isabel França, Fernanda Lapa, Fernanda Managão, Fernando Midões, Isabel Ribeiro, José Paulo Simões, Judite Fonseca, Laura Lopes, Lurdes de Freitas, Madalena Raimundo, Manuel Coelho, Matilde Nunes, Maria Judite de Carvalho, Maria Keil, Paula Abel, João Martins, Rogério Ribeiro, Teresa Afonso Dias, Teresa Dias Coelho, Vítor Ferreira. A propriedade pertencia à Editorial Caminho. A colaboração permanente vai diminuindo ao longo do tempo^[319]. A revista encerra em Dezembro de 1990. A 28 de Dezembro, Helena Neves, como directora da revista *Mulheres*, escreve uma carta às colaboradoras informando sobre o encerramento da revista:

Quando esta carta lhe chegar às mãos terá passado um ano desde o relançamento do projecto *Mulheres*, sob o novo título *Mulheres Magazine*. Um ano atribulado, de dificuldades e de lutas diárias para fazer vingar um projecto ambicioso e árduo, no actual panorama da comunicação social. [...] sabemo-lo, e sê-lo-á comprovado, no decorrer do tempo, que *Mulheres Magazine* preenchia uma lacuna e deixa vazio e insubstituível um espaço fundamenal na reflexão da problemática feminina. E o seu encerramento consiste numa derrota para o movimento de mulheres. O melhor que conservamos, neste final amargo, é a cumplicidade, tecida número a número, cumplicidade na acção, na palavra, no diálogo que mantivêmos e no caminho que, juntas e juntos, percorremos. Durante onze anos, valeu a pena[320].

Helena Neves que, como já se referiu, viria a ter um importante papel na revista *Mulheres*, assina um primeiro artigo na revista n.º 8, de Dezembro de 1978, sobre o ano internacional das crianças. Entra na redacção da revista em Outubro de 1980. O seu nome deixa de figurar na redacção em Janeiro de 1981 para passar a colaboradora permanente. Em Abril de 1981, o seu nome deixa de figurar nas colaboradoras permanentes e em Maio passa a figurar como subdirectora da revista, mantendo-se Maria Teresa Horta como chefe de redacção.

Num pequeno editorial, em Maio de 1979, faz-se um breve balanço de um ano de publicação da revista: «Fazendo o balanço destes 12 meses pensamos que o saldo é positivo. O nosso trabalho tem melhorado, a roda de amizade tem-se alargado [...] Ao entrarmos no segundo ano de existência estamos optimistas: *Mulheres*, é cada vez mais a revista das mulheres portuguesas.» É um facto que a diversidade temática atraía, assim como a qualidade gráfica da revista. As fotografias de qualidade não só na capa como no seu interior estimulava a leitura de um público alargado, sendo que as capas tinham sempre fotos de artistas de telenovelas ou de actrizes. A análise crítica numa perspectiva feminista das figuras das mulheres nas telenovelas redundava em artigos interessantes apesar da vulgaridade de algumas das histórias.

Os diferentes números da revista surgem muito diversificados com

páginas sobre «Moda», «Cinema», pequenas entrevistas, banda desenhada e retratos de vida de mulheres famosas, procurando captar um público alargado. Existiam rubricas fixas como «A mulher e a lei», de Laura Lopes; contos em torno de figuras de mulheres, de Maria Judite de Carvalho; «As mulheres fazem História», de Judite Fonseca; «Este mês escolhemos», onde se falava da vida de uma mulher; «O homem entre...», onde se faziam algumas perguntas a homens e mulheres; «A mulher e a vida», com pequenas entrevistas a mulheres de diversas condições sociais e profissionais; «Cartas a Mulheres», que na prática representava o correio das leitoras; «Daqui e dali», com notícias sobre a situação das mulheres; por exemplo, no segundo número da revista, em Junho de 1978, pequenas notícias surgiam em torno de: «Suicídio de uma mulher em Vila Nova de Poiares», «Empregadas domésticas ganham reivindicação», «Solidariedade internacional promovida pela FDIM», «Legalizado o aborto em Itália», «El Informe Hite», «Primeira mulher negra a pilotar um DC-9».

Eram, ainda, muito frequentes as referências a lançamentos de livros ou escritas pequenas recensões, uma rubrica normalmente assinada por Maria Teresa Horta. Os temas sobre cinema eram, na sua maioria, assinados por Elisabete França e os artigos sobre Teatro da responsabilidade de Fernando Midões. A partir de 1979 começa a surgir uma nova rubrica: «A mulher e o desporto». Na revista de Março desse ano inicia-se uma nova rubrica: «Temas em debate», cujo primeiro tema é o aborto.

A qualidade da revista revelou-se, não só pela escrita, como pelos temas abordados, sendo que os artigos de Helena Neves em torno da História dos Movimentos de Mulheres constituíram um especial contributo. Também Maria Teresa Horta introduziu conteúdos inovadores e realizou entrevistas inéditas a Marguerite Yourcenar, Maria de Lourdes Pintasilgo, Gal Costa, Teresa Ricou, Graça Lobo, Maria Bethânia, entre outras.

De quando em quando, surgiam notícias de algumas actividades do MDM sobre congressos, encontros, actividades. Contudo, a revista não tinha no seu fio condutor perspectivas organizativas ou de adesão ao movimento. Tratava-se, como já foi referido, de um projecto para além do MDM, no qual muitas mulheres se sentiam reflectidas pelas abordagens

temáticas, algumas inovadoras. Outras, surgiram um pouco tardiamente, como foi o caso do aborto que começou a ser tratado através de um primeiro tema sobre planeamento familiar na revista de Fevereiro de 1979. Inicia-se, então um *dossier* que se prolonga por vários números, sendo que na altura dos julgamentos de Maria Antónia Palla e de Conceição Massano, nos debates no Parlamento sobre os projectos de lei apresentados o enfoque foi maior na revista.

O divórcio é outro tema desenvolvido na revista, a partir de 1982, destacando-se também artigos sobre «Jovens e Sexualidade», «O relatório Hite», «Sexualidades: amor no claro, amor no escuro». O casamento é outro tema abordado através de artigos de Michelle Sequeira, Leonor Beleza, Edite Soeiro, Ruben de Carvalho e Helena Neves, destacando-se o seu artigo: «História do casamento através do tempo: à conquista de uma relação humanizante.» Também a temática da violência é tratada em *dossier* próprio, abarcando vários aspectos da violência contra as mulheres: no trabalho, na rua e na família. Nos diversos números da revista surge a preocupação de destacar figuras de mulheres^[321], entre as quais mulheres «sem nome» que lutavam nos seus quotidianos pela dignidade no trabalho, por uma carreira profissional, que eram autarcas ou sindicalistas e que pertenciam a outros estratos sociais. Esta foi uma ligação bem conseguida: dar visibilidade a imagens diferenciadas de mulheres.

No quinto aniversário da revista, foram entrevistadas mulheres de diferentes sensibilidades. As opiniões convergem no elogio à revista: «a sua leitura é muito interessante, porque encontro nela eco dos meus próprios pensamentos» (Elina Guimarães); «uma revista de mulheres não deve apenas assumir a discriminação, mas divulgar também os avanços igualitários; não deve apenas assumir os preconceitos, mas desbloquear as mentalidades nas próprias mulheres; acho que a revista é cada vez mais isto» (Fernanda Mestrinho); «O facto de sabermos que não é fácil, no jornalismo empenhado na dignificação e defesa da igualdade de direitos e oportunidades para a mulher, manter padrões elevados de qualidade, só reforça o valor de exemplo que constitui a revista *Mulheres*»; «a revista *Mulheres* é no nosso país uma das vozes mais constantes na sua

persistente e original afirmação da identidade das mulheres» (Maria de Lourdes Pintasilgo); «um meio de informação com que as mulheres podem contar e onde vêem tratados assuntos que lhes dizem respeito e que normalmente não são tratados noutros meios de informação» (Maria de Medeiros); «na viragem histórica que vivemos, que tem um cariz essencialmente cultural, a mulher é um agente privilegiado da mudança [...] a revista *Mulheres* é exemplarmente cultural» (Natália Correia).

A revista *Mulheres* deixou um espaço vazio no panorama editorial português, tal como afirmava Helena Neves, na carta em que comunica o encerramento da revista. Tratou-se de um projecto que procurou abranger mulheres de diversas condições sociais e retratar nas suas páginas os quotidianos dessas mulheres, as suas aspirações políticas e sociais. Do ponto de vista cultural, a revista conseguiu desenvolver uma abordagem feminista sobre uma grande diversidade de temas, alguns mesmo inovadores. O seu encerramento, mais do que uma medida financeira foi uma opção política por parte de quem, não conseguindo controlar o seu conteúdo, tinha preconceitos em relação ao feminismo, não entendendo a sua dimensão, para além da luta de classes, neste caso concreto o PCP. Os reflexos do encerramento da revista também se fizeram sentir no MDM, que perdeu um conjunto alargado de ligações, tendo como consequência um maior estreitamento da sua intervenção.

A revista *Mulher D'Abril*

A revista *Mulher D'Abril* foi uma publicação da UMAR que existiu entre 1978 e 1981, tendo como directoras Dulce José, numa primeira fase e Anália Torres, num momento posterior. Tratou-se de um projecto diferente do anterior, na medida em que estava mais voltado para a vida da associação, embora existisse uma preocupação em envolver outras pessoas, chegando mesmo a arrojarse no tratamento de temas pouco convencionais para a época: caso do inquérito às relações familiares.

Como redactoras e colaboradoras surgem os nomes de Clara Botelho, Isabel Silva, Dina Duarte, Ester Mucznik, Helena Romero, Mariana Charrua, Irene Pimentel, Hélia Correia, Maria Helena, Jorgete Durval,

Natália Câmara, Maria Rosa Colaço, Beja Santos, Paula Gomes, Amélia Lourenço, Olga Romero, Clara Rodarte, Paula Trindade e, na parte do grafismo e banda desenhada, o colaborador Rui Pimentel. No editorial do primeiro número, em Abril de 1978, podia ler-se: «Temos um grande entusiasmo, mil ideias e uma enorme vontade de levar até ti, leitora, sozinha, sem contactos com outras mulheres, espalhadas por Portugal, conhecimentos úteis à tua vida diária, informação de lutas de mulheres, educação de crianças e, sobretudo, um espírito novo, que a mulher não nasceu para ser eternamente considerada um ser de segunda classe, de ser escrava e duplamente explorada.» Esta pequena frase dava corpo à orientação que iria presidir ao longo de uma revista feita de forma militante.

Para além das rubricas regulares «correio de leitoras», «a mulher e a lei» da advogada Dina Duarte, «internacional», «a mulher através dos tempos», «a saúde da mulher», por Laura Coutinho, a revista continha trabalho de reportagem: «mulheres dos mineiros da Panasqueira», «mulheres do Alentejo», «conserveiras – vida por dentro», «têxteis – CEE, que futuro para 100 000 mulheres», «vendedeiras da Ribeira», entre outras reportagens. As entrevistas eram também assunto frequente: Leonor Beleza, técnica da Comissão da Condição Feminina, na altura; Madalena Barbosa, membro da CNAC; Maria do Céu Guerra, Maria Antónia Palla; Ana Maria Braga da Cruz, técnica da Comissão da Condição Feminina no Porto, na altura; Eduarda Dionísio; Otelio Saraiva de Carvalho. Tratamento de temas de cultura: apreciação do filme *Kramer contra Kramer*, «Pela santa liberdade triunfar ou perecer», de Helder Costa, TV Malu, contos, poemas. As contracapas das revistas tinham bandas desenhadas ou poemas.

Na revista foram feitas abordagens a novas temáticas: «Presas de Custódias depõem sobre prostituição»; «Criminalidade feminina vista por dentro», «Violação, quem é responsável»; «Violência contra as mulheres»; «Relações familiares, levantar uma ponta do véu», «Consumidora prevenida vale por duas». O aborto foi outro tema muito tratado. Entre outros artigos destacam-se: «Conceição somos todas nós» (em referência ao julgamento de Conceição Massano), «Legislação do aborto na CEE»,

«Direito à vida ou direito à morte?», «Marcha das mulheres sobre Paris». Neste último artigo afirma-se que, em França, organizações feministas preparam para 6 de Outubro uma marcha para pressionar o Parlamento, perante as dificuldades na aplicação da lei, aprovada há 5 anos. Exigiam-se condições para uma melhor aplicação da lei e a sua ampliação para as mulheres imigrantes. Como notícia de *Le Monde*, «as feministas esperam grande mobilização de mulheres, havendo já um abaixo-assinado com 5000 assinaturas a favor das suas reivindicações». As preocupações de carácter internacional estavam expressas através de alguns artigos, mas não se revelavam grandes ligações a organizações feministas de outros países, ao contrário do que era notório nas publicações dos grupos feministas em Portugal.

Construída de forma militante, não tendo nenhuma editora por detrás, a revista não conseguiu impor-se, devido às dificuldades de distribuição e aos problemas financeiros. A própria associação teve um período difícil, pela saída de algumas das suas principais dirigentes, em consequência de divergências na organização política à qual a UMAR estava ligada nas décadas de 1970 e de 1980: a UDP. Tal situação, acarretou uma nova fase na vida da associação, passando a ser publicado um boletim com o mesmo nome da revista, mas sem a qualidade desta. Nos anos de 1990, a UMAR procurou lançar, através de uma cooperativa editorial a revista *Simulher*, num outro formato, mas os problemas financeiros, resultantes das dificuldades de distribuição levaram também ao seu encerramento.

Cartas de Mulheres à Cornélia

Maria João Seixas, numa entrevista conduzida por Maria Teresa Horta e publicada na revista *Mulheres*, afirmava: «Passei a centrar a minha atenção numa exigência ao nível de relações com os outros, muito mais orientada do ponto de vista das mulheres. Isto é, passei a ser mais exigente, frontalmente, e até com alguma agressividade no meu comportamento diário, quer dentro de casa, quer fora. E, devo dizer, que segundo os meus amigos passei a ser bastante incómoda...[\[322\]](#)» Foi esta voz incómoda e consciente das discriminações que pesavam sobre as mulheres que fez com

que a sua intervenção, nos finais da década de 1970, num programa televisivo, tivesse desencadeado nas mulheres portuguesas reacções muito positivas à imagem de uma mulher, que ousava defender os seus direitos, de uma forma muito assertiva, projectando uma imagem de modernidade, com a qual se identificavam. Surgem assim, as Cartas à «Cornélia», nome do concurso de que Maria João Seixas era jurada, atrevendo-se mesmo a avaliar as provas de dança, canto ou teatro, utilizando como critério a forma como as mulheres eram tratadas ou caricaturadas.

As mulheres escrevem a Maria João Seixas e são às centenas. Identificam-se com as suas palavras, o seu discurso, a sua voz calma e o seu sorriso. Muitas atrevem-se a escrever pela primeira vez. Sentem necessidade de o fazer:

Peço que me perdoe a ousadia de lhe escrever. É algo muito forte que me leva a escrever. Não sei como nem porquê, sinto por si uma grande admiração, talvez pelo seu sorriso, algo que eu não consigo fazer sem ser forçado. [...] Tenho 17 anos, sou casada e sinto-me terrivelmente só. Só gostaria de fazer uma pergunta: «Será que a mulher tem só corpo? Será que os homens não reparam na alma de uma mulher?» [...] Para terminar, só quero pedir sorria sempre, o seu sorriso faz-me feliz[323].

Maria João Seixas chegou a afirmar que tinha tido muita hesitação em aceitar participar no programa, mas que a experiência traduzida nas centenas de cartas recebidas a entusiasmou: «Presas, umas, ao seu mundo de solidão e amargura lá foram encontrando coragem para voar até mim, emprestando-me as suas próprias asas. Determinadas, outras, em vencer a aposta que a vida lhes propunha, sorriram-me, desmontando a teia que as oprimia e afirmando a vontade de prosseguir. Reforçando a minha!» As cartas sucedem-se demonstrando uma grande admiração pela jornalista: «A razão porque lhe escrevo é primeiramente porque a Maria João distinguiu-se desde o início dos programas da «Cornélia» por um conjunto de atitudes onde eu descubro uma força e coerência e entre as suas tomadas de posição as que mais me tocaram foram aquelas em que foi contra as demonstrações

machistas no concurso, e, na hora própria fez questão de não transigir numa coisa importante: a dignificação da mulher e a defesa dos direitos que lhe pertencem como ser humano [...].» A maioria das mulheres que escrevem é muito jovem: 17, 18, 22 anos. A identificação com aquela mulher que na televisão fala da «libertação da mulher» é muitas vezes o ponto de partida: «Sou a Lena, tenho 22 anos, natural de Lisboa [...] Conheço-a via Cornélia, e considero os seus pontos de vista além de bons, compatíveis com os meus. Uma vez que é a favor da libertação da mulher, isso ajuda o assunto que lhe trago [...]. Desde os 11 anos que escrevo prosa e poesia que causam além de espanto, provocação pelo seu teor pouco comum e até proibido em jovens como eu [...]. Cedo comecei a analisar assuntos proibidos e a debatê-los [...]. Sempre ergui a voz quando tentavam abafá-la [...].» (*Cartas de Mulheres à Cornélia*, Editora das Mulheres, 1977, p. 31.)

Muitas das cartas são a pedir ajuda: é preciso um advogado por causa da posse de um filho, o marido espanca-a e não sabe o que fazer, precisa de um emprego. Mas também existem muitas outras que surgem pela admiração para com Maria João Seixas: «Tal como você Maria João, eu sou uma defensora acérrima dos direitos da mulher e da criança. [...] Obrigada pelas suas intervenções (das mais inteligentes) que têm na televisão.»; «Você é espantosa e creio que todas as mulheres portuguesas a admiram e estão com você. Por tudo o que disse dou-lhe os meus 20 valores, e lute sempre por uma causa tão justa.»; «Obrigada pelo seu sempre apoio à libertação da mulher. Fácil de pronunciar é certo a palavra «liberdade», mas de difícil concretização.» As cartas surgem também das aldeias e são as mais jovens que escrevem^[324]. O livro que congrega todas estas cartas foi lançado pela Cooperativa Editorial das Mulheres, em 1977. Ao longo do livro vários textos escritos pelas mulheres da editora vão analisando a riqueza destas cartas e concluem: «Chegou o tempo de dizer basta. Nem rainhas do lar, nem companheiras de uma revolução feita inteiramente à imagem dos homens – apenas mulheres livres e autónomas, diferentes no corpo e nas palavras. Mulheres que largam as antiquíssimas amarras e começam hoje a falar em seu próprio nome. Mulheres que

escrevem, editam, lutam. [...] Feminismo é organizar a revolta que exista em cada uma de nós, insatisfeitas pela nossa posição inferior, pela solidão que vivemos, pelas crianças que nos impõem e roubam, pelas relações que queremos diferentes, com as outras mulheres e os outros homens. Feminismo são mulheres que quebram o isolamento, que se juntam numa causa comum, que querem vencer o medo e construir outro mundo.» De forma assertiva fala-se de «feminismo». Não é muito comum que assim seja nos finais dos anos 70 em Portugal. A escrita parte das mulheres dos grupos feministas que, em Portugal, se identificaram com a corrente radical do feminismo que iremos analisar ao longo deste estudo.

Fina D'Armada: uma forma assertiva de escrever sobre os direitos das mulheres

Como colaboradora do *Jornal de Notícias*, Fina D'Armada^[325] publicou, antes do 25 de Abril de 1974, alguns artigos que causaram polémica pela forma assertiva como falava dos direitos das mulheres.

No *Jornal de Notícias* de 16 Novembro de 1973, no artigo «A mulher na hora de votar», Fina D'Armada fez uma homenagem às sufragistas que noutros países lutaram pelo direito ao voto das mulheres e que lhe permitiram estar ali, naquele momento, a votar.

Eu ia votar sem nada ter feito por esse direito. Não passara os melhores anos da vida nas prisões, ridicularizada pela imprensa. Não fui alimentada pelas narinas nas greves de fome, imobilizada no chão por cinco guardas, como muitas inglesas. Eu não tinha quebrado vitrinas, lançado geleia nas caixas de correio, incendiado igrejas e casas de ministros, socado o próprio Churchill. Eu não interrompera discursos que apregoavam justiça e interesses dos cidadãos, escondida nas cortinas do edifício do Parlamento. Nunca fui escoraçada das assembleias nem tivera coragem de subir aos telhados para gritar por megafones diante das janelas: «voto para as mulheres». Eu estava apenas ali de mãos nos bolsos do meu casaco preto.

Nesse mesmo ano, Fina D'Armada levantou a polémica em torno das diferenças de pensões entre mulheres e homens. Um despacho de 21 de Setembro de 1973 tinha estipulado que os agricultores idosos passavam a receber de pensão 350 escudos e as idosas recebiam 300 escudos. Insurgindo-se contra esta diferença que qualificou de grande injustiça, a autora escreveu para dois jornais, o *JN* com quem colaborava regularmente e o jornal regional *Aurora do Lima*. No *Jornal de Notícias* de 14 de Dezembro de 1973, com o título «Reformadas na agricultura, quem mais trabalhou menos recebe», pode ler-se: «Essas mulheres de 70 anos ficaram ali como a minha mãe. Não fugiram como eu. Não foram procurar novos horizontes, como eu fui, para lá dos pinheiros e das leiras de milho. Para que ficaram? Que lucraram ao carregar à cabeça feixes de erva, cestos de uva? Para que apanharam chuva a tratar do gado e das hortas, por que transpiraram a tratar dos campos? Trabalhar nos campos para quê, sem velhice, já sem forças, são os homens que nem viveram por aí, que terão direito a uma maior reforma?» No jornal *Aurora do Lima* de 21 de Dezembro de 1973, num artigo intitulado «O Natal das avós rurais», Fina D'Armada coloca de novo com a mesma indignação a injustiça dessa diferença de tratamento entre mulheres e homens, atacando mesmo a religião, o que não deixa de ser um acto de coragem num país onde a censura e a repressão ainda se faziam sentir, apesar das enormes brechas que estavam abertas no regime, pressentindo-se já os tempos novos que estariam para vir. «E o meu espanto continuou por que me dizem que estamos num país cristão. Aliás eu não tinha de me espantar, porque todos os países cristãos, sem excepções são machistas, isto é, filho e filha não possuem os mesmos direitos perante as constituições políticas [...]. Parece que as nossas avós rurais não se podem cobrir com um cobertor tão bom como se fossem homens. Parece que não podem comprar o mesmo açúcar, as mesmas nozes, o mesmo pão, porque a sua reforma é menor.»

Num outro artigo publicado também no *JN* em 4 de Abril de 1974, com o título: «Menos regalias para impostos iguais», Fina D'Armada afirma: «A lei continua a ser feita pelos homens. A justiça masculina é a única que impera nos tribunais. A Nação continua a ser dirigida pelo sexo que

constitui 48% da população.» Em artigo no *Expresso* a 13 de Abril de 1974 intitulado «Portuguesa sem opinião no lar», o Código Civil de 1967 é colocado em causa, aludindo-se a um recuo de mais de 70 anos no que se referia das direitos das mulheres na família. De forma contundente, Fina D'Armada escreve: «Nas Repúblicas, os chefes são eleitos. Nas famílias portuguesas o chefe é imposto. Depois de 1967, não permite sequer a opinião da esposa, portanto é um ditador. [...] A deputada perdeu a opinião no lar. Eleita pelo povo para opinar na maior Assembleia da Nação não o pode fazer na sua própria casa. [...] Retrocedemos mais de 70 anos. Com as leis da República, excluindo dois casos, vigorava o direito de liberdade e igualdade dos cônjuges. Retrocedemos ao código de 1867, onde a esposa tinha de obedecer ao marido como um animal doméstico.»

A escrita de mulheres em jornais e revistas representou também uma forma de resistência ao regime. Apesar das mãos férreas da Censura foi possível fazer passar alguns artigos como os que atrás ficaram mencionados.

As Mulheres no III Congresso da Oposição Democrática

O III Congresso da Oposição Democrática realizou-se em Aveiro, a 4 e 5 de Abril de 1973[326]. No Congresso, Maria Barroso foi a única mulher que falou na sessão de abertura: «Diz-se que se deu uma liberalização do regime. Não há infelizmente liberalização, não há modificação das estruturas. Portanto é necessário uma tomada de consciência [...]. Consigamos fazer deste congresso um passo decisivo para o entendimento de toda a oposição, entendimento para a acção. Porque a unidade não são palavras; a unidade é acção[327].»

Virgínia Moura presidiu à sessão de encerramento[328] e Maria Lamas enviou uma saudação. Realizado em condições mais desfavoráveis de censura e de repressão, as forças policiais não se coibiram de atacar os congressistas. O congresso assumiu um discurso mais ousado contra a Guerra Colonial facto que se veio a reflectir nas eleições de 1973. Do programa do Congresso constavam diversas secções temáticas, mas nenhuma sobre os direitos das mulheres[329]. Contudo, existiram algumas

comunicações de mulheres. De cerca de 70 teses, apenas seis foram apresentadas por mulheres. Na oitava secção (Situação e perspectivas políticas) foi apresentada uma comunicação de um grupo de mulheres e jovens democratas do Porto com o tema: «Legitimidade de um movimento democrático de mulheres.» Nesta tese concluía-se da necessidade de criar núcleos de mulheres organizadas em Movimento Democrático de Mulheres com diversas tarefas: «lutar pela unidade na linha política com o movimento democrático geral, mas com livre iniciativa no que diz respeito aos métodos de chamamento das mulheres à luta pela sua libertação e igualdade»; «fomentar a união das mulheres de todas as classes, lutando por uma ligação cada vez mais estreita com as trabalhadoras exploradas pelo capital»; «utilizar métodos particulares de acção: documentos com linguagem acessível às mulheres, colóquios, reuniões com operárias, donas de casa e trabalhadoras de todos os ramos por freguesia, sindicatos, comissões mistas nas empresas; reivindicar tendo em conta a importância da mulher na sociedade, na produção, na família, uma igualdade de direitos em todos os domínios»; «reconhecimento do carácter social da maternidade»; «absoluta igualdade no plano jurídico em relação ao marido»; «substituição da pequena economia doméstica opressiva e humilhante por: cantinas colectivas, lavandarias, redes amplas de creches e jardins de infância»; fomentar a ligação à FDIM (Federação Democrática Internacional de Mulheres)[330].

Laura Lopes apresentou na sétima secção (Organização do Estado e Direitos do Homem) uma tese sobre a condição jurídica das mulheres em Portugal. Nesta tese fazia-se referência ao Código Civil português, «profundamente discriminatório em relação à mulher, criando-lhe um estatuto legal de incapacidade e inaptidão, vexatório e deprimente»[331]. A mesma tese denunciava a falta de acesso legal da mulher a certas profissões: a diplomacia, a magistratura, a carreira administrativa e a lugares de chefia nos tribunais. Afirmava ainda que, após o casamento, a mulher perdia direitos a favor do marido como chefe de família imposto pela lei: não podia administrar os seus bens próprios nem os do casal, não tinha poder legal sobre os filhos, não tinha domicílio legal próprio, não

podia exercer livremente uma profissão, pois o marido podia denunciar o contrato de trabalho da mulher e proibi-la de trabalhar, não podia ser comerciante sem autorização do marido[332]. «Foi-lhe ainda imposto o governo doméstico, actividade embrutecedora, asfixiante, opressora e escravizante[333].»

Na quinta secção (Educação, Cultura e Juventude) uma tese sobre «Trabalho das mulheres: condições de vida, de trabalho e desigualdade de tratamento» foi apresentada por Encarnação Coelho e Marília Villaverde Cabral. Nesta tese colocavam-se como principais conclusões: a sobrecarga da mulher com a dupla função do trabalho profissional e doméstico; a recusa do trabalho a meio tempo que «não resolve problema nenhum e apenas contribui para uma maior exploração da mulher e maior alheamento dos problemas»; a contestação ao argumento de que os filhos precisam da mãe em casa, por causa dos problemas psicológicos, que podem ser ocasionados pela sua ausência, referindo a necessidade da sociedade estar organizada para que os pais possam ter tempo para os filhos; de que «a sociedade precisa de homens e mulheres conscientes formados no verdadeiro valor do conhecimento e do amor, dispensando os falsos cuidados e as falsas preocupações»; a necessidade da mulher denunciar a sociedade em que vive e que a explora, exigindo leis iguais às dos homens e acesso a todas as profissões. A tese termina declarando que: «A verdadeira emancipação da mulher far-se-á ao mesmo tempo que a do homem. As características biológicas das mulheres não devem ser exploradas como hoje são. [...] É necessário que o homem sinta e descubra na mulher, que o ajuda, na luta, uma verdadeira companheira e que juntos vão descobrindo e saboreando o prazer em igualdade[334].» Esta tese coloca questões novas no discurso tradicional sobre as condições de vida e de trabalho das mulheres mas não deixa de estar imbuída do discurso da «emancipação das mulheres ao lado dos homens» e das mulheres como «ajuda» à luta mais geral pela transformação da sociedade. Este tipo de discurso acompanha a esquerda do pós-guerra e toda a oposição ao regime do Estado Novo.

Ainda, na quinta secção, foi apresentada uma tese sobre «A criança –

direito à recreação» elaborada por Leonor Palma Carlos, Margarida Santos, Maria Antónia Palla, Maria Helena Lopes, Maria Luísa Costa e C. Coimbra. Uma tese sobre «Urbanismo e Habitação» foi apresentada na respectiva secção por Catarina Coelho Sampaio. Nesta mesma secção, Helena Salema e Helena Roseta participam na elaboração de uma tese com Carlos Barbeitos, Luís Jorge e Bruno Soares. Uma outra tese, na terceira secção foi apresentada por Sandra Teixeira sobre «Os interesses do governo e a saúde pública». Sobre a «democratização do ensino», foi ainda apresentada uma tese onde se destacam as seguintes mulheres: Helena dos Reis Raposo, Manuela Medina Moura, Matilde Cerejeira Bento, Maria Ruth Branco Rodrigues e Alzira Carmen.

De referir ainda que as limitações na participação efectiva das mulheres no III Congresso da Oposição Democrática se reflecte também na composição da Comissão Nacional do referido congresso. Uma Comissão composta por cerca de 500 membros tem apenas 38 mulheres[\[335\]](#).

A Participação das Mulheres nas Eleições de 1973 – as Diferenças em Relação às Eleições de 1969

Nas eleições de 1973 surgiu um despertar para as temáticas das mulheres, enquanto em 1969, a sua intervenção foi mais orientada para os grandes temas políticos

O III congresso de Aveiro tinha sido antecedido da mobilização da oposição nas eleições de 1969, enredadas em ilegalidades e graves limitações à igualdade de expressão e à fiscalização do acto eleitoral. Só 28% dos cidadãos com capacidade eleitoral se inscreveram nos cadernos eleitorais. Tanto as listas da CDE (Coligação Democrática Eleitoral) como da CEUD (Coligação Eleitoral de Unidade Democrática)[\[336\]](#) integraram mulheres e foram organizadas Comissões de Mulheres, cujos comunicados incentivavam ao voto e denunciavam o custo de vida, as dificuldades das trabalhadoras, as prisões políticas. Nas listas da CDE surgiram os nomes de Glória Marreiros, Rosalina Pinho, Virgínia Moura e Margarida Braga Malvar. Das listas da CEUD faziam parte Etelvina Lopes de Almeida, Joana de Barros, Maria Barroso e Sophia de Mello Breyner[\[337\]](#). A

intervenção das candidatas foi orientada para os grandes temas políticos: emigração, Guerra Colonial, liberdades cívicas e problemas económicos e sociais.

Contudo, a oposição democrática em Aveiro, numa «Proclamação aos homens e mulheres do distrito de Aveiro», em 2 de Outubro de 1969, referia «Defender todas as medidas que visem a promoção social da mulher, designadamente pela consagração do princípio de que, independentemente do sexo, a trabalhos idênticos deve corresponder salários iguais». Todavia, nesta altura, a participação das mulheres no distrito de Aveiro na oposição democrática tinha as suas limitações. Refira-se, por exemplo, que no manifesto da oposição democrática ao «povo do distrito de Aveiro» das 196 assinaturas apenas três eram de mulheres: Eduarda Lemos, farmacêutica, Iva Maria Martins Oliveira, doméstica e Maria Soares Marques, doméstica. Das comissões de freguesia de apoio à candidatura oposicionista, em 1969, de 17 apoiantes, apenas duas eram mulheres: Elisa Nunes Pinho, doméstica e Maria Ferreira Portela, comerciante[338].

Numa sessão de propaganda realizada no Teatro Aveirense a 24 de Outubro de 1969, registe-se apenas a presença de uma mulher na mesa: Clara da Maia Sacramento, estudante[339]. De uma listagem do Ministério do Interior de 24 elementos activos nas sessões e comícios apenas surgem três mulheres: Glória Marreiros, Isabel Nóbrega e Maria Lamas[340]. Porém, muitas outras mulheres participaram e dirigiram sessões públicas: Ruth Rodrigues, Branca Sousa e Castro, Maria Fernanda Abrantes, Maria da Glória Pimenta, Berta Mendes, Natália Nascimento, Ercília Talhadas, Matilde da Assunção, Lucília Miranda, Emília Monteiro, Graça Simões, Maria Helena Cabral e Silva, Judite Paiva Ribeiro[341]. Algumas mulheres escreveram também em jornais sobre a necessidade das mulheres votarem. É o caso de Sílvia Soares que no jornal *República* escreve: «Urge que a mulher ajude conscientemente a decidir de modo próprio e pela sua voz, de assuntos tão prementes e delicados como o da paz e da guerra, o do futuro dos seus filhos e do seu próprio futuro[342].»

Uma circular do Ministério do Interior de 16 de Junho de 1970, dirigida

a todos os governos civis do continente e ilhas, estipula que o movimento de oposição não poderá ser legalizado, «dado que as suas lutas visam destruir a nossa legalidade, mudar as leis e as instituições; paralelamente, através de baladas e poesias, enxertadas nos mais diversos espectáculos, especialmente dirigidos à juventude, organizados por estudantes ou padres contestatários, outros elementos têm-se ocupado do descrédito da obra do governo: José Afonso, Carlos Paredes, J. Barata Moura, Manuel Freire, Ary dos Santos, Adriano Correia de Oliveira, Rui Pato, Dinis Cintra, A. Braga[343]».

Nas eleições de 1973[344] surgiu o despertar para a temática dos direitos das mulheres. Pela primeira vez, os problemas das mulheres constam do programa de acção política da oposição, aludindo-se à discriminação das mulheres no trabalho, na família e na sociedade[345]. As candidatas passaram a ter pontos de apoio para as suas intervenções, que versavam sobre as discriminações salariais das mulheres em relação aos homens, a ausência de apoios à maternidade, a dupla exploração das mulheres no trabalho e nas tarefas de casa. Deste modo, destacam-se alguns comunicados de mulheres. Um deles é assinado pela Comissão de Mulheres do Movimento CDE de Lisboa e coloca as seguintes reivindicações: «Fim da exploração do trabalho feminino; cumprimento da lei que proíbe o trabalho infantil antes dos 14 anos; salário igual para trabalho igual; creches e dispensários gratuitos nos locais de trabalho e bairros; ensino pré-primário oficial e gratuito; assistência materno-infantil durante a gravidez e o parto; igualdade da mulher casada perante a lei em relação ao marido; diminuição do custo de vida e fim dos monopólios; fim da Guerra Colonial e regresso dos soldados; liberdade de reunião e de associação; liberdade de expressão e de pensamento; direito à greve; libertação imediata dos presos políticos e regresso dos exilados[346].» A CDE de Lisboa realizou em todo o distrito iniciativas para discutir a situação das mulheres. No jornal *República* de 17 de Outubro vêm anunciadas sessões em Campo de Ourique, Amadora, Vila Franca de Xira, Cacém, Almada, sendo que as candidatas por Lisboa, Helena Neves e Luísa Amorim tiveram a seu cargo as principais intervenções.

Um comunicado de 1973 do Movimento Democrático das Mulheres do distrito de Setúbal considera «os problemas da mulher enquanto problemas de todos os portugueses submetidos à exploração capitalista». Denuncia a exploração do trabalho feminino na CUF Têxtil, GEFA, Automática e na indústria conserveira, exige salário igual para trabalho igual, cantinas nas fábricas a preços acessíveis, trabalho mais leve durante a gravidez, assistência no parto e na doença; redução do horário para tarefas executadas de pé; creches, infantários e escolas pré-primárias; condições para a participação das mulheres nos sindicatos e na vida política e económica; total igualdade dos direitos cívicos, contra a situação de inferioridade social, política e económica. É interessante notar que é esta a primeira vez em que surgem de forma explícita as questões da participação das mulheres nos sindicatos e no poder político[347]. É também em 1973 que se realiza uma mesa-redonda promovida pela revista *Seara Nova* para discutir «As secções femininas nos sindicatos»[348].

É ainda desta altura, o comunicado do MDM de Coimbra, onde surgem com maior peso as questões mais específicas da situação das mulheres. Para além de denunciar que as mulheres têm menor remuneração e de referir «o aumento do custo de vida» e a «Guerra Colonial», coloca a falta de acesso das mulheres a determinadas carreiras como a magistratura ou a cargos de chefia. Refere, ainda, a «maternidade como uma fatalidade biológica», dado que esta conduz a despedimentos e «não existem creches, nem assistência»[349]. Um outro comunicado do MDM do distrito de Setúbal de 23 de Setembro de 1973 denuncia a prisão de elementos da oposição: «40 democratas da CDE de Lisboa, incluindo sete candidatos, foram presos ontem quando se deslocavam numa caravana para a apresentação de candidatos.» Referem-se ainda os nomes dos candidatos presos, sendo que apenas um dos nomes é de uma mulher: Helena Neves. [350] Dos restantes presos referem-se os nomes de algumas mulheres: Rosalina Pinho, Beatriz Nogueira, Maria Artur, Teresa Oliveira Redol, Maria Luísa, Cecília, Encarnação Coelho.

A denúncia de prisões, espancamentos, proibição e interrupção das sessões de propaganda eleitoral foram alguns dos motivos, invocados pela

oposição, para renunciar às eleições tendo distribuindo um comunicado intitulado «Ao povo português, Não à farsa eleitoral».[351] De referir que alguns grupos de esquerda mais radical tinham, desde logo, tomado posição contra as eleições, argumentando «não ser o caminho das eleições o da libertação do povo português». É o caso dos comités revolucionários antieleitorais de Lisboa e Coimbra.[352] A 12 de Outubro de 1973 foi mesmo convocada uma manifestação, contra a burla eleitoral, para o Rossio às 18h30, através de um comunicado dos comités antieleitorais.

É ainda em Outubro de 1973, numa altura em que o processo das *Novas Cartas Portuguesas* estava em tribunal, que o *República* no seu especial «Eleições 73», publica, com destaque, um belo texto de Maria Velho da Costa «O portuguesíssimo nome de Marias» numa alusão à forma como nasceram as *Novas Cartas Portuguesas*.

Existiu uma fraca participação das mulheres como candidatas nas listas da oposição. Em Santarém não existiu nenhuma mulher. O mesmo se passou em Aveiro e Castelo Branco. No Porto, apenas uma mulher, Berta Monteiro, assistente social. Em Setúbal, a única candidata foi Ercília Talhadas, operária têxtil. Em Coimbra, também surgiu apenas uma candidata: Regina Carvalheiro, licenciada em Direito. O mesmo se passou em Évora com Ana Faro Alves, licenciada em História. Em Lisboa, os nomes de duas mulheres distinguem-se numa moldura de 20 candidatos: Helena Neves, jornalista e Luísa Amorim, estudante. Odete Santos candidatou-se por Leiria. Apesar de as mulheres surgirem menos representadas nas listas do que nas eleições de 1969, há que destacar as suas intervenções nos comícios e sessões públicas.

Ercília Talhadas foi uma das candidatas mais intervenientes no levantamento da situação das mulheres trabalhadoras. Em Almada, numa sessão da oposição democrática CDE, realizada em Outubro e mencionada no jornal *República*, Ercília Talhadas falou das carências sociais que penalizavam as mulheres trabalhadoras, comparando essas carências com os elevados gastos com a Guerra Colonial.[353] A mesma candidata, numa outra sessão, referia: «Mulheres que vos tem dado o governo do Estado Novo implantado por Salazar? Que vos tem dado o governo actual com

cinco anos de existência? Apenas isto: subida desenfreada do custo de vida, repressão sobre o povo, tentando pela força matar todo e qualquer movimento de emancipação.»[354] Odete Santos falava da Paz como um dos maiores anseios das mulheres num comício da Marinha Grande[355]. Afirmava, ainda, que para o regime era mais fácil manobrar gente inculta e que as mulheres não podiam ser escravas toda a vida. Da sua intervenção destaca-se: «A promoção da mulher exige uma democratização profunda nas estruturas socioeconómicas e políticas do nosso país. Sempre se demonstrou que a única via para a promoção e libertação da mulher é a sua participação na luta da classe operária, das massas populares pelo progresso social, pela democracia, pelo socialismo. [...] A verdadeira emancipação da mulher far-se-á ao mesmo tempo que a do homem pelo trabalho e na construção diferente em que nenhum homem explore outro homem e em que as características biológicas da mulher não sejam exploradas como agora são.»

O jornal *República* no seu suplemento «Eleições 73» destaca, em primeira página, a intervenção de Maria José Senos da Fonseca, que presidiu a uma sessão da CDE em Ílhavo como as seguintes palavras por ela proferidas: «A mulher não pode ser apenas um instrumento de procriação.» Da sua intervenção destaca-se ainda: «A mulher tem de vir para a luta pois não pode ser apenas um instrumento de procriação de soldados e de trabalhadores para exploração capitalista. Nós não queremos os nossos filhos analfabetos, para mais facilmente os explorarem. [...] Nós estamos prontas a exigir uma igualização de remuneração para o nosso trabalho. Nós pretendemos que o equilíbrio familiar não seja obtido à custa da nossa escravização. Nós queremos igualdade de acesso aos lugares de direcção seja nas escolas, seja nas fábricas ou nos escritórios.»[356] É interessante analisar as diferentes *nuances* nos discursos de Odete Santos e de Maria José Senos da Fonseca, decerto indicador que no seio das mulheres da oposição democrática existiriam diferentes sensibilidades na abordagem das questões relacionadas com as mulheres.

A campanha eleitoral de 1973 teve uma maior participação das mulheres falando de algumas discriminações sentidas. Também se organizaram nos

principais distritos e elaboraram cadernos reivindicativos. Procuravam integrar a resolução dos problemas das mulheres numa perspectiva mais vasta de «emancipação da classe trabalhadora». O contexto político da época empurrava para que a «luta antifascista» fosse o chapéu de chuva no qual se abrigavam todas as lutas. Contudo, resta a interrogação: será que esta forte tónica na luta mais geral não esmoreceu a realidade concreta da luta feminista, numa altura em que muitas mulheres despertavam para a especificidade dos seus direitos?

A Homenagem a Maria Lamas no seu 80.º Aniversário

A 6 de Outubro de 1973, por altura do seu 80.º aniversário Maria Lamas foi homenageada na casa da Imprensa. «A sala foi pequena demais para acolher as pessoas que acorreram à Rua da Horta Seca, com o intuito de demonstrar a Maria Lamas, a sua gratidão, simpatia, apreço por tudo o que essa mulher ímpar soube realizar e, sobretudo pelo que ela simboliza de dignidade, de simpatia humana, de coragem cívica» – assim se referia o jornal *República* a uma homenagem que ele próprio acarinhou nas suas páginas durante vários meses, com mensagens, cartas, depoimentos a apoiar a iniciativa que tinha partido de Guedes de Amorim.

Creio que se poderá dizer que a homenagem a Maria Lamas foi precedida de muitas outras «homenagens» nas páginas do *República*. Destacam-se algumas delas. O escritor Ferreira de Castro foi o primeiro amigo de Maria Lamas a expressar o apreço por tal iniciativa, numa carta dirigida a Guedes Amorim e publicada no jornal.[\[357\]](#)

Alberto Ferreira referia também em carta publicada a 11 de Julho de 1973 que Maria Lamas tinha uma posição singular na vida social e política portuguesa. Considerava-se, ainda, «discípulo das ideias de Maria Lamas como muitas outras pessoas que sempre tinham encontrado nela um porto de abrigo. Em depoimento, o escritor Assis Ferreira valoriza toda a obra literária de Maria Lamas e salienta a sua dignidade intelectual[\[358\]](#). Luiz Francisco Rebello, em carta dirigida ao director do *República*, Raul Rego, afirma que «mais do que justa é devida a homenagem a Maria Lamas»[\[359\]](#). Um veemente depoimento de Virgínia Moura sobre Maria

Lamas foi publicado a 24 de Julho:

Romancista, autora de literatura infantil, directora de revistas, jornalista e socióloga promotora de vários inquéritos sobre a situação da mulher no nosso país e no mundo – toda a sua obra reflecte uma personalidade ímpar, cujas raízes mergulham numa participação cívica quotidiana. [...] Homenagear Maria Lamas é recordar também algumas mulheres admiráveis – Irene Lisboa, Maria Isabel Aboim Inglês, Maria Machado, entre outras. É evocar Ana de Castro Osório e Ângela Vidal – grandes lutadoras das ideias da emancipação feminina e humana. É enfim, render homenagem à heroicidade anónima e quotidiana das obreiras do nosso povo, que vigorosamente Maria Lamas soube retratar nas suas carências e em toda a sua dignidade nesse longo painel dramático – «As mulheres do meu país». [...] Mestra do civismo, de inquietação ardente e frutuosa, Maria Lamas é, além de tudo, uma força moral em quem nos podemos apoiar nas horas de desânimo, uma força de esperança que nunca nos deixará de guiar[360].

A escritora Matilde Rosa Araújo é outra das mulheres que escreve para as páginas do *República* apoiando a homenagem a Maria Lamas. Evoca nesse artigo, o seu tempo de menina, quando escreveu para a revista que Maria Lamas dirigia e esta lhe respondeu, com tal compreensão, inteligência e ternura que lhe serviram de alento para voos futuros na escrita[361]. A médica Cesina Bermudes evoca também Maria Lamas como «um exemplo de sinceridade nas ideias e coragem para as defender». Recorda aspectos que muito apreciou no seu convívio como: «o respeito pelas opiniões dos outros [...]»; «o desejo de ser justa ao avaliar os outros e a tolerância com que aceitava os seus defeitos»; «a sinceridade que colocava nas suas ideias e a coragem que tinha para as defender»; «a lealdade, a actuação bem intencionada e esclarecida [...]»[362].

Maria Antónia Palla é, ainda, outra das mulheres que escreve para o *República* afirmando que «a obra maior de Maria Lamas é a sua vida»: «Maria Lamas pertence ao número daqueles indivíduos raros cuja vida – feita de pensamento e acção – anda à frente da própria obra. Ser de

vanguarda, Maria Lamas assumiu sempre na sua vida privada e pública, uma modernidade que nela se desenvolvia naturalmente, mais por intuição do que por conhecimento aprofundado ou por vontade de adoptar um modelo de última hora. [...] Ela palmilhou Portugal de Norte a Sul para ouvir a gente, viajou pelo mundo, deixou-se fascinar pelo Oriente, escreveu sobre as crenças mais antigas do homem, as mitologias, nutre simpatia pelos “hippies” e contestatários, esteve presente de corpo e espírito nas barricadas românticas de 68, conhece as últimas obras literárias que se publicaram, mas está igualmente a par das mais recentes descobertas da astrofísica ou da biologia. Tudo isto guiada por uma curiosidade insaciável – e que mantém firme à beira dos seus 80 anos – uma sede de saber, um desejo permanente de actualização, uma vontade sem fim de entender os outros, porque é nos outros, com os outros, que ela própria se encontra. Considero Maria Lamas a mais interessante figura portuguesa do nosso século. [...] Ela pertence ao número fatalmente escasso daqueles seres, que tornam mais ricos a terra e o tempo em que vivem, e ela procurou sempre viver sem fronteiras[363].»

Manuel de Campos Lima recorda no seu artigo «Encontros com Maria Lamas» a forma como o marcaram os seus encontros com Maria Lamas no país e em Paris. A sua primeira recordação provinha de uma conferência na Sociedade Nacional de Belas-Artes: «Teria nessa altura pouco mais de 50 anos, mas parecia bastante mais nova e tudo nela respirava autenticidade [...]. Era porque víamos nela a imagem da mulher nova, perfeitamente amadurecida – uma percursora das jovens mulheres a nascer – que nos sentíamos tão emocionados no final da palestra[364].» Uma Carta de Paris a Maria Lamas é publicada no *República* de 3 de Outubro, a poucos dias da sessão de homenagem. Assinada por Teresa Rita, a carta recorda os tempos em Paris em que «o quarto de hotel de Maria Lamas era o sítio onde toda uma população flutuante de portugueses em crise de pátria ia fazer o penso a uma ferida de solidão lá muito no fundo do peito, onde só ela sabia chegar sem pôr a mão». Afirma, ainda a autora da carta: «Com Maria Lamas aprendi liberdade. Percebi que não se pode ser prisioneiro daquilo que se ama.» No próprio dia da homenagem, que se realizaria pelas 21h30

na Casa da Imprensa, como anteriormente referido, o *República* publica ainda uma mensagem das «mulheres democratas de Setúbal»[\[365\]](#).

Na sessão de homenagem, presidida por Ferreira de Castro, falaram Raul Rego, Matilde Rosa Araújo, Luísa Amorim que foi portadora de uma mensagem do MDM, Urbano Tavares Rodrigues, José Manuel Tengarrinha em nome da CDE de Lisboa e Mário Neves. O Movimento Democrático das Mulheres entregou a Maria Lamas uma placa com os seguintes dizeres: «Fui ao encontro das minhas irmãs portuguesas, procurei conhecer e sentir as suas vidas – Maria Lamas, in *As Mulheres do Meu País* – em nome da verdade encontrada a homenagem e a gratidão das mulheres do seu país, das suas irmãs portuguesas.» Na sua intervenção inicial, Ferreira de Castro começou por louvar Guedes de Amorim, que tinha lançado a iniciativa e Raul Rego, que na *República* «a patrocinou devotadamente», assinalando, ainda, que aquela noite iria comover a extraordinária sensibilidade de Maria Lamas e ficaria memorável no «seu grande espírito». Luísa Amorim recordou que Maria Lamas tinha sido dirigente do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas e que sabia que a luta pela dignificação da mulher era uma luta política em todos os campos. «Por isso, como mulher coerente que sempre foi, ela lutou no Movimento Nacional Democrático lado a lado com o homem pela conquista da liberdade do nosso povo; ela lutou no movimento da Paz português e foi membro do Conselho Mundial da Paz.» Urbano Tavares Rodrigues recordou o exílio da escritora em Paris e o seu conhecimento das condições de vida da mulher portuguesa. José Manuel Tengarrinha referiu que as condições vividas impediam que aquela homenagem assumisse a grandiosidade merecida em número de pessoas, pois tinham sido muitas as que não tinham conseguido lugar. Já Raul Rego, na sua intervenção de abertura, tinha afirmado que nem o Pavilhão dos Desportos comportaria todas as pessoas que tinham manifestado interesse em participar na homenagem[\[366\]](#).

Maria Lamas ao agradecer a homenagem fez questão de salientar: «O que se passou hoje nesta sala não foi uma vulgar homenagem pessoal, foi antes um encontro de amizade, uma afirmação luminosa de confiança nos sentimentos que unem os homens, de persistência na conquista de um ideal

de fraternidade, alegria e paz, que restituia à vida todo o seu esplendor e plenitude.»[367]

No dia 7 de Outubro, o *Diário de Lisboa* publica, na primeira página, uma fotografia da mesa que presidiu à homenagem a Maria Lamas com a seguinte legenda: «No salão nobre da casa da Imprensa realizou-se ontem à noite, uma homenagem à escritora e jornalista Maria Lamas por motivo da passagem do seu 80.º aniversário. Os escritores Ferreira de Castro, que presidiu, Matilde Rosa Araújo e Urbano Tavares Rodrigues, e o senhor Dr. Mário Neves enaltecera a obra literária e jornalística e a acção cívica de Maria Lamas, pondo também em relevo as suas inexcedíveis qualidades de carácter.»

A Continuação das Movimentações Estudantis e Operárias

A crise estudantil continuou pela década de 1970 até ao 25 de Abril de 1974. Uma nova geração de dirigentes estudantis opõe-se «aos velhos dirigentes, engravatados e solenes que nós associávamos aos golpismos e manobristas de bastidores», afirma Paula Rocha, estudante do Instituto Superior Técnico, recordando esses tempos em que «se começava a proclamar o direito das mulheres à igualdade e ao seu corpo, onde em grandes cartazes se procurava combater a hipocrisia da moral tradicional»[368]. Ana Quintalo da Faculdade de Ciências e Maria José Morgado de Direito consideravam que nos anos 70, apesar do ambiente de puritanismo moral que rodeava as famílias, nas faculdades ocorria um ambiente franco de relações entre os sexos: «Passávamos noites de trabalho juntos, perfeitamente à vontade e ninguém incomodava ninguém.» Contudo, eram eles que continuavam a falar nas grandes assembleias estudantis e que dirigiam o movimento.

Correntes políticas à esquerda do PCP influenciam decididamente o movimento estudantil, nessa época[369]. Greves em Direito e encerramento da Faculdade. Debate sobre Política Colonial impedido de se realizar na Cantina Universitária. Três padres holandeses são deportados em represália pelas manifestações anticoloniais. A polícia impede um plenário de estudantes e invade as instalações da cantina onde estudantes

se tinham barricado. Sessenta estudantes são feridos. Uma estudante grávida perde o filho. Uma greve no Instituto Superior Técnico leva a que o director mande encerrar o IST *sine die*. Coimbra entra em greve por solidariedade. Nos anos seguintes, a crise estudantil estende-se ao Instituto Superior de Economia. Em 1972, a Associação da Faculdade de Direito é encerrada pelo ministro da Educação. Uma RIA (Reunião Inter-Associações) convoca uma manifestação para 17 de Maio. No Técnico, a Associação de Estudantes é evacuada pela polícia que inicia uma verdadeira «caça» a estudantes que fogem pelas traseiras. A polícia de choque invade o Instituto Superior de Economia, no dia 16 de Maio. Nada fica de pé. Até o gabinete do director é invadido. Um relato do Director do ISCEF ao ministro da Educação dá conta da gravidade dos acontecimentos[370]. Em Outubro desse ano realiza-se no mesmo Instituto um «Meeting contra a repressão». Agentes da PIDE entram na Faculdade. É morto o estudante Ribeiro dos Santos[371]. Um comunicado do Ministério do Interior publicado nos jornais culpabiliza os estudantes pelo sucedido: «Não podemos dar oportunidade aos grupos extremistas de alimentar a luta, fomentar a violência, perturbar a tranquilidade pública e prejudicar os interesses gerais[372].» No funeral de Ribeiro dos Santos teriam estado presentes 5000 pessoas, segundo um comunicado de estudantes identificados com a sigla: «Por um ensino ao serviço dos operários e camponeses[373].» No comunicado refere-se: «Tendo a polícia carregado, logo os estudantes responderam à pedrada. Só depois desse combate, que durou quase meia hora, é que a polícia conseguiu apoderar-se da urna, roubando-a aos estudantes que a transportavam. A seguir, os estudantes e elementos da população seguiram para o cemitério em 3 manifestações [...]»[374]

Um comunicado das associações de estudantes de Lisboa de Novembro de 1972 revela que estudantes continuam presos. Destacamos alguns nomes das raparigas: Ana Sacadura de Económicas, Beatriz Menezes do Técnico, Glória Ramalho e Olga Moura de Ciências, Dália Falcato e Margarida Vieira de Agronomia, Hélia Correia de Letras e Teresa Dias Coelho de Belas-Artes. Uma carta dirigida ao presidente da Assembleia

Nacional denuncia as condições de detenção de Teresa Dias Coelho, submetida a completo isolamento e a interrogatórios sucessivos sem dormir. A carta é assinada por familiares, tem data de 7 de Dezembro de 1972 e solicita que a Assembleia Nacional seja alertada para tais condições desumanas de detenção[375]. Teresa Dias Coelho tinha 18 anos quando foi presa e submetida à tortura do sono durante uma semana.

O ano de 1973 cresceu em mobilização estudantil não só nas universidades como nos liceus. Propaganda do MAEESL (Movimento Associativo dos Estudantes do Ensino Secundário de Lisboa) foi distribuída nos liceus marcando uma assembleia-geral que se veio a realizar na Faculdade de Medicina a 16 de Dezembro: «Organizemo-nos na luta contra a repressão, contra as prisões, as multas e os pides nos liceus. Impúnhamos na prática a liberdade de reunião, informação e discussão[376].» Quarenta e cinco raparigas são detidas nesta assembleia. Recusam-se a ser separadas. De madrugada são escolhidas sete que são levadas para Caxias, onde são totalmente despidas, revistadas e despojadas dos seus bens. Geninha Varela Santos está entre elas. O apelido da família tinha sido fatal[377]. Na primeira noite, exige a devolução das pílulas contraceptivas que lhe tinham sido confiscadas. Toca a campanha vezes sem conta e ameaça acusar os guardas de a terem engravidado. O estratagema resulta e recebe de volta a embalagem dos comprimidos.

É também desta altura a contestação aos liceus separados para rapazes e raparigas. Em Braga, no Liceu Nacional D. Maria II, um panfleto é detectado pela GNR local, a 24 de Maio de 1973. A sexualidade entre jovens começava também a ser mais abertamente abordada, apesar da vigilância do regime sobre quem ousava nas escolas pegar nesta temática. É assim que a PIDE apreendeu um documento intitulado «Convivência e relação entre jovens» distribuído por um professor (Manuel Eduardo Vieira Soares) às alunas da sua turma. Este documento analisava a «dualidade da sexualidade dos rapazes e raparigas». Eles desligavam a sexualidade do amor e as raparigas não deixavam de ser um instrumento nas suas mãos: «Mesmo depois de casadas, o marido, tipicamente burguês, não chega a separar-se da concepção de que o acto sexual é degradante para a sua

mulher, tal como enquanto solteiro dividia as raparigas nas que serviam para casar e ter filhos, das outras que serviam para a sua sexualidade.»[378]

Um comunicado da direcção da Pró-Associação de Estudantes da Faculdade de Medicina de Lisboa insurgia-se contra os «gorilas» vigilantes e contra os assaltos às associações e convocava um dia de greve para 31 de Janeiro de 1973. A 21 de Fevereiro, um grupo de estudantes manifestou-se contra a Guerra Colonial, exibindo cartazes e apedrejando a polícia. São detidos nove estudantes, entre os quais a aluna do curso de Germânicas da Faculdade de Letras de Lisboa, Maria Nazaré Silva Campos. A 5 de Abril, em Coimbra, estudantes procuram fazer uma reunião no átrio da Faculdade de Letras. Há confrontos com a polícia e palavras de ordem gritadas: «Vão-se embora daqui, isto é dos estudantes.» São detidos 15 elementos, dois dos quais mulheres: Maria da Luz Roseiro Antunes e Ivone Ruth Anes de Almeida.

Em vésperas de queda do regime multiplica-se um grande surto de conflitos: greves estudantis e operárias, reivindicações de salário mínimo, de melhoria de condições de saúde e de trabalho. E, neste caudal de lutas surgem também as mulheres. De 1970 a 1973 surgem novas greves em empresas de mão-de-obra feminina. Na Lusotufo em Cortegaça (Ovar), 300 trabalhadoras paralisam por melhores condições de trabalho. Na GEFA, em Alhos Vedros, a luta é contra o controlo das idas à casa de banho. Movimentos de greve desencadeiam-se ainda, nas seguintes empresas: Mistral na Figueira da Foz, Oliva em S. João da Madeira, Messa em Algueirão, Sonafi no Porto, Pablo no Montijo, Only em Loures, confecções Bora em Alhos Vedros, Santos Barosa na Marinha Grande, Cinta Ideal em Alhandra, INAPA em Setúbal, Benito Garcia em Vila Nova de Gaia, Manuel Lopes Henriques em Cabo Ruivo, Aldemiro & Mira em Silves, Fábrica Barros em Lisboa (TAVARES, 2000:24). A maioria destas empresas pertencia aos sectores da confecção, cortiças ou conservas, que absorviam grande parte da mão-de-obra feminina. As reivindicações giravam em torno da melhoria das condições salariais e de trabalho, pela semana de 40 horas, contra os despedimentos e por infantários nas

empresas. O clima de intimidação e de repressão do regime fazia-se sentir sobre estas mulheres, em especial, sobre as poucas delegadas sindicais existentes.

O 25 de Abril de 1974 e os Movimentos Sociais: a Falta de Espaço para os Feminismos?

O 25 de Abril de 1974 desencadeado pelo «movimento dos capitães» derrubou o regime de ditadura imposto ao país durante 48 anos. «O regime fascista estava esgotado. Erguido contra a liberdade, sustentado por uma colonização primitiva, racista, ruralista, brutal [...] encontrava-se perante a erosão da emigração e dos desertores, mergulhado numa guerra à beira da derrota iminente [...] A grande contestação ao regime crescia, sem regresso, no meio da juventude, arrebanhada como carne para canhão de uma guerra cada vez mais impopular.»^[379] «A grande participação das mulheres na crise revolucionária após o 25 de Abril de 1974, única na Europa dos anos 70, saldou-se pelo direito à palavra e à participação, duas grandes conquistas da cidadania feminina [...].» Contudo, «os movimentos sociais não foram portadores das reivindicações específicas das mulheres». (TAVARES, 2000:122.)

Após o 25 de Abril, milhares de mulheres sentiram, pela primeira vez, o que significava «participar» e «tomar a palavra». Nas reuniões, quer se tratasse de pequenas ou grandes assembleias elas tomavam a palavra, para espanto de alguns homens. «Eu recordo-me de o meu pai dizer à minha mãe: “Eu gosto muito do 25 de Abril, mas tu tornaste-te independente”», assim revelava Dacilde Santos, o «estado de espírito» do seu pai na época^[380]. Como afirmou Maria de Lourdes Pintasilgo, «as mulheres operárias adquiriram uma cidadania no trabalho, até aí desconhecida»^[381].

Esta vertente da cidadania feminina, concretizada pela participação popular surgiu através de um processo anterior às próprias alterações legislativas. Ela teve como base a enorme participação das mulheres em todas as movimentações sociais: nos bairros, organizando-se em associações de moradores, ocupando casas para viver, construindo creches,

reivindicando caminhos ou fontanários; nas campanhas de alfabetização; nas colectividades de cultura e recreio; nas ocupações de terras no Alentejo; nas comissões de base de saúde; nas empresas, lutando pelo direito ao emprego, gerindo fábricas abandonadas pelos patrões; nos sindicatos, reivindicando salário igual para trabalho igual. São de destacar a luta das enfermeiras pela dignidade salarial e profissional, das empregadas domésticas que fundam o seu próprio sindicato e logo em Junho de 1974, uma reunião de «donas de casa» que contou com cerca de 400 mulheres. Era a primeira vez que muitas falavam em público.

O 25 de Abril para as mulheres foi ter a rua como palco. Foi um abrir de portas, um saltar de barreiras [...]. As mulheres deixaram de viver acabrunhadas, fechadas. Foi a primeira grande oportunidade de tomarem a palavra. Foi uma libertação, mas muitas esperavam ter mais do que vieram a ter...[\[382\]](#)

É um facto que muitas esperavam muito mais do que vieram a ter. Como afirmava Maria de Lourdes Pintasilgo: «Houve uma grande presença de mulheres e um grande entusiasmo; mas veio a acontecer como noutras revoluções: as mulheres que são protagonistas num primeiro momento, depois são silenciadas pela calma que se segue à revolução. Rapidamente se tornam invisíveis...»[\[383\]](#) Este silenciamento e esta invisibilidade assumiram três aspectos: a fraca participação de mulheres nos órgãos de decisão política, logo a partir das primeiras eleições livres, em 1975, onde a percentagem de deputadas foi apenas de 8%, sendo que em 1976 essa percentagem desceu para 5%, reflexo, decerto, da presença minoritária das mulheres nas direcções dos partidos[\[384\]](#); o débil acesso das mulheres às direcções dos sindicatos, mesmo naqueles em que a maioria de membros eram mulheres[\[385\]](#). Acresce ainda o facto dos movimentos sociais da época não terem sido portadores das reivindicações mais específicas sobre os direitos das mulheres: legalização do aborto, luta contra a violência de género, entre outras.

Logo a seguir ao 25 de Abril, Fina D'Armada lembra-se de participar

nas manifestações e de pensar: «Estão aqui tantas mulheres e nem gritam pelos seus direitos. Ainda nem tínhamos direito ao voto para as autarquias, que só conquistámos em 1976, a lei que permitia que um homem pudesse matar a mulher em «flagrante delito» só foi alterada em 1975, nós não tínhamos ainda os nossos direitos, nem sequer sobre os filhos e não reivindicámos os nossos direitos nas manifestações.»[386]

Um único movimento foi portador de uma reivindicação, que interessando às mulheres não deixava de reflectir o grande empenho que os homens tinham nele: o movimento pró-divórcio. Em poucas semanas são recolhidas 100 000 assinaturas exigindo a extinção da disposição legal que proibia o divórcio aos casamentos católicos, desde 1940, por via da Concordata celebrada com o Vaticano na altura[387].

Registava-se um acentuar das contradições entre o papel mais activo que as mulheres queriam desempenhar na sociedade e os entraves existentes na família. Esta era das questões mais faladas pelas mulheres nas reuniões das suas associações. O seu desejo de autonomia acentuou as situações de divórcio, traduzidas num quebrar de amarras e numa outra forma de «participar» e de «tomar a palavra».

Poder-se-á pensar que no caudal de lutas em torno de questões básicas por alcançar: educação, saúde, igualdade salarial, creches, condições dignas de trabalho e habitação, não havia espaço para os feminismos. As mulheres estariam, deste modo, integradas na luta mais geral pela consolidação de condições democráticas de vida, assim como estiveram durante três décadas na luta da oposição contra o regime: sem grande espaço para as suas próprias reivindicações, sem forma de produzirem pensamento próprio. É um facto que a partir de 1952, altura em que foi encerrada a Associação Feminina para a Paz, as portuguesas deixaram de ter associações de mulheres onde pudessem desenvolver esse pensamento. Lembremos o que afirmava Maria de Lourdes Pintasilgo em 1997: «As associações de mulheres são indispensáveis a vários níveis: na elaboração de um pensamento sobre as próprias mulheres e a sua identidade, na sua intervenção com sinal próprio e na criação de espaços para a sua afirmação na sociedade.» O Movimento Democrático de Mulheres só foi formado em

1968 e, apesar de ter sido um espaço de reflexão importante, enfermava, na sua fase inicial, da visão de que a luta das mulheres era fundamentalmente a luta mais geral de todo o povo contra o fascismo. É esta visão da «emancipação» das mulheres dependente apenas da luta mais geral, que se prolonga para além da queda do regime, porque ela tem origem na concepção de uma esquerda, que não se tendo libertado de posições dogmáticas, não entendeu que as contradições de género existem para além das contradições de classe e que o feminismo como movimento plural não pode ser visto como algo lateral.

Deste modo, não foram apenas as questões objectivas da luta após o 25 de Abril que determinaram a lateralidade dos feminismos na sociedade portuguesa, mas as concepções existentes nas vanguardas dos movimentos sociais que menosprezando as contradições de género, colocaram em segundo plano as reivindicações mais específicas das mulheres.

Outra questão importante, que influenciou esta secundarização dos direitos das mulheres foi a perda da memória histórica dos feminismos.

A Perda de Memória Histórica em Relação aos Feminismos das Primeiras Décadas do Século XX

Em Portugal produziu-se um corte histórico com os feminismos do início do século. Às mulheres que no 25 de Abril encheram as ruas, falaram nas assembleias, votaram pela primeira vez, constituíram associações, não chegaram os ecos de uma época em que outras mulheres tinham lutado pelo direito ao voto, à educação, ao divórcio, ao emprego, por leis que as consignassem como cidadãs.

A palavra «feminismo» escrita com regularidade na imprensa do início do século^[388] e utilizada pelas mulheres que, na altura, lutavam pelos seus direitos, não ecoava nas ruas, não era escrita em jornais e revistas, a não ser por algumas mulheres mais afoitas e por alguns grupos feministas influenciados pelos ventos tardios dos movimentos de libertação das mulheres em França e nos EUA, que a censura não deixou que soprassem em Portugal.

Sobre o corte de memória em relação aos feminismos do tempo da

República, Maria Antónia Fiadeiro afirma: «Houve um fosso, mais do que um corte. [...] Na República, havia ventos de mudança, e houve leis, de democracia e de valores humanos que não agradam aos ditadores. Essa descontinuidade, qualquer descontinuidade, é uma perda de memória e quando se perde a memória não se faz futuro. Um país ou uma pessoa sem memória não têm futuro. O trabalho de memória é imprescindível à vida social e à vida individual, com maioria de razão nos países onde a memória foi escondida ou desvirtuada ou adulterada, ou seja nos regimes de ditadura. [...] Mas não foi só a situação de ditadura que abriu fosso nas questões da emancipação feminina. A luta da oposição em Portugal, sobretudo a comunista, mas também a socialista e porventura a maçónica (é uma zona que ignoro) era uma luta de homens com raras mulheres, que não fossem apenas companheiras, sem nenhum desmérito para este estatuto. [...] Havia razões ideológicas de esquerda que postulava que a emancipação das mulheres deveria decorrer da emancipação da sociedade... como um acto de justiça automático [...] A descontinuidade histórica do movimento feminista da primeira metade do século xx foi gerada dos dois lados.»

É um facto que a oposição não foi portadora da memória histórica dos feminismos de primeira vaga em Portugal. A mobilização que foi feita das mulheres enquadrava-se na luta mais geral contra o fascismo. Apesar de no início da década de 1970 alguns comunicados da oposição e do Movimento Democrático das Mulheres colocarem algumas questões mais específicas, a linha de fundo de toda essa intervenção dirigida às mulheres era a de uma perspectiva frentista de luta onde o sector das mulheres ocupava um espaço de fraca autonomia. Esta perspectiva prolonga-se após o 25 de Abril, nos movimentos sociais da época. A falta de ligação histórica às primeiras feministas foi uma realidade, embora existam opiniões contrárias e que relativizam a importância dessa memória histórica. Regina Marques, do Movimento Democrático de Mulheres, expressa essa opinião: «A nossa geração, quando se engajou na altura do 25 de Abril, e mesmo antes, não foi a pensar no passado. Eu tive a sorte de estar no MDM onde se fazia eco de um passado mais ou menos longínquo e estavam muitas mulheres que

vinham da luta antifascista e da sua fundação, e tínhamos uma revista *Mulheres*, que dava muito relevo a essa história, e tudo isso teve papel na minha própria formação. [...] Havia mulheres mais velhas do que eu que falavam. Os jornais, a seguir ao 25 de Abril, falavam das mulheres. A Maria Lamas às vezes aparecia no MDM, embora pouco, pois era já idosa. Mas deixou um espólio literário e de luta que nos orgulhava. Nessa altura, como estávamos preocupadas a construir qualquer coisa, e não se deve desvalorizar isto, a memória histórica não era assim tão importante. O que importa agora é que as pessoas tenham a noção de que as coisas não acontecem por acaso. Eu sou revolucionária e os revolucionários não se fazem sem bases de história, claro. Mas, considero que na altura do 25 de Abril não havia perda de memória histórica. Quando, logo a seguir, no dia 27, o MDM foi à Junta de Salvação Nacional entregar um documento de reivindicações, as mulheres do MDM só fizeram isso porque tinham atrás de si um passado de reflexão sobre as questões das mulheres, mulheres presas, mulheres que lutaram, por causas, que lutaram pelo trabalho, pelas 8 horas de trabalho. O MDM faz parte do movimento feminista e de mulheres. As outras associações não existiam.»

A investigadora Maria José Magalhães coloca como muito importante a valorização da memória, destacando que: «Os quase 50 anos do fascismo foram muito aniquiladores de toda a memória histórica das feministas, das republicanistas, da escola nova, de um conjunto de perspectivas novas na altura da República e que depois se perderam. Cinquenta anos é muito tempo, mais a mais numa situação de repressão atroz. Cruzando isto, com uma esquerda que não valorizou o que as feministas fizeram, a perda de memória histórica foi um facto. Eu própria tive imensa dificuldade, em 1978, em ter informação sobre essas primeiras feministas, isto já depois do 25 de Abril.»

A falta de espaço político para os feminismos se afirmarem foi um facto e não encontra uma explicação apenas no caudal de lutas mais gerais que, por prementes, mobilizaram os principais sectores sociais, entre os quais as mulheres. As raízes surgem da perspectiva da esquerda que jogou todo o seu papel na oposição ao regime, não a entrelaçando com a luta mais

específica das mulheres pelos seus direitos.

O valor negativo que o termo «feminismo» transportava e o «medo» que inspirava em muitos sectores da sociedade, e mesmo em muitas mulheres, levava a que muitas enjeitassem ser apelidadas de «feministas». Mesmo entre as que não tinham receio de se assumir, como Virgínia Moura, que afirmava: «Eu não enjeito o feminismo nem os movimentos de mulheres. Isso seria a contradição de mim própria.» Contudo, mostrava-se reticente em relação a «certos movimentos feministas que apareceram para dar nas vistas»[\[389\]](#). É um facto que os novos feminismos dos anos 60 e 70 entraram em ruptura com concepções anteriores e que pela sua radicalidade ousaram trazer para a cena pública, de uma forma criativa, a liberdade do corpo, a decisão sobre a maternidade, o direito ao prazer, a violência de género como assuntos políticos. Estas questões mexiam com os preconceitos, os hábitos, os conceitos de uma geração que, «educada» na luta antifascista, sentia algum desconforto com estas novas formas de intervenção pelos direitos das mulheres.

Todavia, uma mulher percorre os anos de ditadura nunca deixando de se afirmar como feminista: Elina Guimarães. A ela se devem alguns artigos destemidos, destacando-se textos publicados na década de 1930 sobre o feminismo em vários jornais e nos anos 40 e 50 sobre a situação das mulheres e os seus direitos jurídicos. É dela a seguinte frase de um artigo publicado no *Diário de Lisboa* de 28 de Outubro de 1945: «A única garantia que a mulher portuguesa tem para manter os seus direitos actuais e adquirir aqueles de que carece, é a existência de um regime político que a considere como cidadã e não apenas como membro da família.» Como jurista, Elina Guimarães conseguiu escrever sobre o feminismo para diversos jornais e revistas comentando a situação das mulheres perante as leis. Foi colaboradora da *Gazeta da Ordem dos Advogados*, da revista *Modas e Bordados*, de outras publicações como *Portugal Feminino*, *Seara Nova*, *Os Nossos Filhos*, *Diário de Lisboa*, *Diário de Notícias*, tendo também escrito para revistas francesas *La Française* e *Le Droit des Femmes*.

Segundo Ana Vicente, existiu uma segunda vaga dos feminismos em

Portugal, mas com grandes limitações: «Apesar de o espaço não ter sido grande, houve uma segunda vaga do feminismo. Mas também dou o exemplo daquele célebre livro americano *Our Bodies, Ourselves* que nunca foi traduzido em Portugal. A Madalena Barbosa sabe a história. O MLM, na altura, até o traduziu, mas nunca teve capacidade para o editar. Isto é fantástico. Em Espanha saiu por todo o lado. A fragilidade do nosso feminismo era tal que nem um livro estruturante para o feminismo conseguiu ser editado. Mesmo a publicação das *Novas Cartas Portuguesas* em 1972 e toda a polémica que criou, em termos internacionais, não teve grandes reflexos em Portugal. Embora a formação do MLM tivesse surgido desse processo em torno do julgamento das autoras, nem este facto constituiu na sociedade portuguesa uma ruptura significativa a ponto de ter despertado mais mulheres [...]. Todos os pequenos grupos de expressão mais identitária como o MLM não conseguiram romper, devido às fragilidades da própria intelectualidade, dos estudos, das próprias ciências sociais.»

Registe-se que em 1976, a jornalista e escritora francesa Bénoîte Groult realiza três conferências em Portugal sobre «Educação e Sexismo». Afirmando-se como feminista, recorda que «as mulheres são as esquecidas de todas as revoluções» e que seria preciso «desenvolver cada vez mais a solidariedade entre as mulheres, que lutam contra a sua actual discriminação, que se vem arrastando ao longo dos tempos»[\[390\]](#).

A Acção das Associações de Mulheres nos Anos 70

O MLM – Movimento de Libertação das Mulheres

«Radicais, elas contestam as bases da sociedade patriarcal e afirmam que todas as mulheres sofrem uma opressão específica» (Annie Cohen)

O MLM – Movimento de Libertação das Mulheres surgiu do processo das *Novas Cartas Portuguesas* e da solidariedade internacional em torno das três escritoras, Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa. As primeiras notícias e comentários mais expressivos

sobre a criação do MLM surgem em França.

A jornalista Annie Cohen numa crónica na revista *Les Temps Modernes* [\[391\]](#) afirma que o Movimento de Libertação das Mulheres teria nascido em Lisboa a 7 de Maio de 1974, depois no Porto, segunda cidade de Portugal. As mulheres de diversas origens (empregadas, estudantes, donas de casa, mães de família, escritoras, manequins, desempregadas) teriam acolhido com muita esperança o movimento. «Radicais, elas contestam as bases da sociedade patriarcal e afirmam que todas as mulheres sofrem uma opressão específica, qualquer que seja a sua origem social, a sua idade, a sua profissão ou o seu estatuto. O derrube do fascismo permitiu ao povo gritar a sua miséria e reclamar por uma maior justiça e democracia. As mulheres, neste contexto de revoltas, têm também uma opressão a denunciar, uma igualdade a reclamar, uma dignidade a encontrar. Mas os revolucionários deste país, os homens de esquerda, irão eles admitir que as mulheres também têm o direito à existência? Irão eles permitir que as mulheres possam beneficiar da imensa vitória obtida?»

As mulheres do MLM reclamavam-se de uma corrente do feminismo radical com origem no que designavam por «nova esquerda», com forte influência dos movimentos de libertação de mulheres, em França, saídos do Maio de 1968. Com alguns anos de atraso e por via de um conjunto de mulheres intelectuais, os ventos de uma mudança feminista chegavam finalmente a Portugal.

A primeira brochura do MLM (1975) coloca como reivindicações: a declaração, a inserir na Constituição da República, da igualdade de direitos para os dois sexos, com condenação penal pelas discriminações sexistas; a revisão do Código Civil, do Código Penal e da legislação do trabalho; o direito de salário igual para trabalho igual e o acesso a todas as profissões em igualdade; o reconhecimento pelo Estado do valor económico do trabalho doméstico. O mesmo documento considera as leis sobre a infância e a maternidade, como um dever da sociedade para com o seu futuro e não como «protecção» às mulheres; exige creches e equipamentos sociais pagos pelos governos assim como reforma e assistência médica e medicamentosa para todas as mulheres, por direito próprio, como

trabalhadoras e não como «dádiva» dependente dos homens que as rodeiam; coloca como reivindicação importante o direito à contracepção e ao aborto livre e gratuito, acompanhado de uma campanha de esclarecimento sobre educação sexual.

Em 1974, uma notícia publicada no jornal *O Século*, referia um espectáculo organizado pelo MLM no Teatro Vasco Santana para «lançamento do primeiro disco feminista português: *Mulheres Guerrilheiras*», com poema de Maria Teresa Horta, música de Pedro Jordão e interpretado por Teresa Paula Brito. «O espectáculo teve, ainda, a colaboração, na parte cultural de Leonor Poeira, Maria da Glória e de Teresa Paula Brito, numa denúncia da situação actual de discriminação sexista», lia-se ainda na referida notícia[392]. O MLM surge como o primeiro grupo feminista a exigir uma sede à Junta de Salvação Nacional, logo após o 25 de Abril. Exibindo cartazes, activistas do MLM reclamam: «Queremos sede»; «Mulheres uma força política»; «As mulheres não são secundárias»[393]. Em comunicado, o MLM denunciava a discriminação de que a associação de mulheres estava a ser alvo, pois a Junta de Salvação Nacional tinha distribuído sedes a partidos e outras associações.

Um dos centros de actividade do MLM foi a luta pela legalização do aborto. Em Novembro de 1974, uma notícia na *Capital* referia: «MLM exige aborto e contracepção livres.» A notícia termina com a seguinte afirmação do MLM: «Para o MLM, a resolução dos problemas das mulheres não passa por propostas às instituições do sistema social vigente, que condena diariamente as mulheres à submissão numa sociedade patriarcal e capitalista, baseada na opressão e na super-exploração. Não nos assusta o estatuto de agitadoras. Dizemos antes, como as feministas do princípio do século: “Incitemos todas as mulheres à subversão.”»

Uma «cisão» no Movimento de Libertação das Mulheres é noticiada um ano após a sua fundação. É criado um grupo activista com a designação de «Feministas Revolucionárias – grupo de estudos e investigação, MLM». Esse novo grupo que integrava Maria Teresa Horta, propunha «elaborar inquéritos, estudos e investigação sobre a situação das mulheres portuguesas de todas as classes sociais e fomentar a formação,

esclarecimento e consciencialização das mulheres para que lhes seja reconhecido, como seu inegável direito, uma autêntica personalidade independente»[394].

Madalena Barbosa também dirigente do MLM, analisa quatro anos após a formação do movimento, a necessidade de ultrapassar o impasse em que se tinha caído:

«No conjunto, achamos que o MLM fez o que podia, não foi o que queríamos utopicamente que fosse, mas foi o que a realidade social permitia e o que nós podemos ser, fruto dessa mesma realidade. [...] Precisamos urgentemente de uma definição política própria. Em que caiba o individual de cada uma. Precisamos de ultrapassar a nossa insegurança, construindo uma identidade – pessoal e colectiva.»[395]

Neste mesmo texto, Madalena Barbosa, falava das razões externas que teriam criado algum isolamento do MLM: «Nós éramos um grupo de mulheres sofrendo a mesma marginalização que a mulher sofre enquanto indivíduo. Catalogadas de “especialização – problemas no feminino”. As organizações de esquerda atacam-nos. Elas propõem uma revolução global, na qual diziam também incluir as mulheres. Nós éramos só um grupo na conquista de “direitos burgueses”.»

A Manifestação no Parque Eduardo VII

Em 1975, Ano Internacional das Mulheres, o MLM torna-se conhecido pela manifestação realizada no Parque Eduardo VII, a 13 de Janeiro. Esta realização consistiria no atear de uma fogueira, onde seriam queimados símbolos de opressão feminina, nomeadamente revistas pornográficas, o Código Civil português, livros de autores machistas, brinquedos sexistas, objectos de lida doméstica, tudo o que representasse o papel da mulher na sociedade como fada do lar. A especulação e deturpação desenvolvida por alguns órgãos de comunicação social, que noticiaram a «queima de *soutiens* e um *strip-tease*», levaram à ocorrência de incidentes com uma multidão de homens que assumiram atitudes provocatórias.

O *Expresso*, na sua edição de 11 de Janeiro publica uma notícia

anunciando a iniciativa com o título: «*Strip-tease* de contestação organizado pelo MLM» e com o seguinte teor:

De acordo com informação fidedigna, D. Francisco Manuel de Melo ombreará com o Marquês de Sade, com Moravia, com Kahn, o velho mestre dos adolescentes púberes, na fogueira do MLM (chiu! Cardoso Pires não te mexas agora). Assistiremos ao *strip-tease* de uma noiva, de uma dona de casa e de uma vampe que darão a flor de laranjeira, o avental e o biquíni como pasto às chamas. Qual o papel que caberá à pan-sexualista Maria Teresa Horta, como lhe chama a mais recente edição do Mundo Português, a pérola dos periódicos da língua portuguesa, que é preciso ler para crer?

O tom provocatório e pouco sério da notícia é evidente. Outros jornais também produzem títulos do estilo «Auto de Fé Feminista»[\[396\]](#). Este tipo de iniciativa simbólica tinha sido utilizado por feministas em outros países, como, por exemplo, em França onde, a 26 de Outubro de 1970, o MLF coloca uma coroa de flores no túmulo do soldado desconhecido com a seguinte inscrição: «Il y a plus inconnu que le soldat inconnu: sa femme.»[\[397\]](#) No Portugal democrático do após 25 de Abril, as concepções conservadoras e antifeministas fizeram-se sentir na reacção a esta iniciativa que são relatadas em artigo no *Diário de Lisboa*, pela jornalista Lurdes Féria: «O espectáculo que os homens deste País sem discriminação de cultura, classe ou ideologia, deram ontem à tarde no Parque Eduardo VII, veio mais uma vez confirmar que os movimentos feministas têm razão de existência. [...] Senhores absolutos do mundo, levando com eles a reboque algumas oprimidas inconscientes, fizeram todos os esforços por boicotar um acto simbólico que se exprimia por dois ou três cartazes de denúncia, e na atitude que não passou de intenção, de se queimar toda uma literatura abjecta onde a mulher é humilhada e coisificada. Acabou por não acontecer aquilo que estava previsto porque o histerismo machista criou um clima de ódio, de violência e de puro racismo.»[\[398\]](#)

No jornal *A Capital* de 14 de Janeiro, numa notícia com o título «Chama

de libertação não acontece» referia-se que cerca de 8000 pessoas, na maioria homens, tinham boicotado a anunciada queima de objectos que representavam a «coisificação da mulher». Um outro artigo no *República* referia que «os cerca de 2000 homens» que tinham estado no Parque Eduardo VII «revelaram-se mais do que opressores: revelaram a mais total ausência de civismo e de dignidade, o mais total desprezo pelos direitos e pelas liberdades que o 25 de Abril trouxe a todos os cidadãos portugueses. E levaram o seu vergonhoso machismo a brutalizar as manifestantes, batendo-lhes e tentando despi-las»[399]. A notícia acabava por concluir que a «vitória» tinha sido do MLM, porque a sua verdade teria sido esclarecida de que «a ditadura de que sofreram as mulheres portuguesas não era só fascista, era também a ditadura do homem». No final referia-se ainda que o MLM tinha contactado telefonicamente a sede do PCP, procurando esclarecer o facto de muitos homens exibirem emblemas do PCP.

Esta iniciativa trouxe também polémica em alguns jornais e o MLM acabou por emitir um comunicado transcrito no jornal *A Capital* de 3 de Fevereiro de 1975, em resposta à carta de Alda Santos, publicada no mesmo jornal, que tecia «insinuações» sobre as militantes do MLM[400]. O mesmo comunicado do MLM sai no *Século* de 21 de Fevereiro com o título: «MLM denúncia machismo português». Os ecos desta polémica chegaram a França. O jornal *Libération* de 4 de Fevereiro publicava uma carta do MLM relatando o que tinha acontecido na manifestação do Parque Eduardo VII, com o título: «Des événements dégradants».

Em Agosto de 1975, o MLM organizou na sua sede, na Rua Álvares Cabral, 45, uma exposição fotográfica sobre as «lutas das mulheres» que se travavam no país[401]. A 28 de Janeiro de 2006, a propósito de um jantar organizado pela UMAR de homenagem às feministas dos anos 70 e 80, algumas das protagonistas da manifestação do Parque Eduardo VII recordam, em entrevista ao *Público*, esse acontecimento. «As mulheres que estiveram no Parque ainda hoje têm dificuldade em perceber porque tudo aquilo aconteceu», afirmava Madalena Barbosa, uma das organizadoras da manifestação. «Nós só queríamos denunciar a situação da mulher que vivia

ainda em prisão preventiva. Os homens não suportavam a ideia de ver a mulher a ocupar o seu lugar no espaço público», recorda ainda Madalena Barbosa. Também Helena Medeiros se refere a esse momento: «Fomos violentamente atacadas. Isto marcou uma geração. Reivindicávamos apenas a dignidade e a igualdade, o direito a ser mulher.»[\[402\]](#)

A UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta

«As mulheres que formaram a UMAR vieram das movimentações do 25 de Abril»

A UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta foi formada a 12 de Setembro de 1976, através de um Encontro de Mulheres no Instituto Superior Técnico, em Lisboa. Esta associação surgiu das mulheres que tinham tido papel nas movimentações sociais do 25 de Abril, como se pode apreciar em documento de balanço, realizado em um dos encontros da associação: «As centenas de mulheres que em 12 de Setembro formaram a UMAR vieram de todas as movimentações do 25 de Abril: das lutas nos bairros pelo direito a uma casa, por creches; das lutas nas empresas pelo direito ao emprego e a salário igual; das noites à volta de uma mesa a aprender as primeiras letras; das idas à Junta e à Câmara a exigir a água, a luz, a estrada.»[\[403\]](#)

Quando da sua formação, a UMAR designava-se por União das Mulheres Antifascistas e Revolucionárias. Do Manifesto-Programa aprovado a 12 de Setembro de 1976, podia ler-se: «A UMAR será uma verdadeira organização de massas não sectária com portas abertas a todas as mulheres lutadoras. Nela devem militar as mulheres revolucionárias antifascistas com ou sem partido.»[\[404\]](#) As principais reivindicações apresentadas centravam-se nas seguintes questões: «Salário igual para trabalho igual»; «Qualificação profissional das mulheres»; «Creches obrigatórias nos locais de trabalho e infantários nos bairros»; «Protecção e subsídios à maternidade»; «Pela ampla participação das mulheres na vida sindical»; «Cursos de alfabetização»; «Contratos de arrendamento das

casas ocupadas donde não sairemos nem a tiro»; «Combate à pornografia e à prostituição».

Numa primeira fase, após a sua formação, a UMAR intervém em torno de questões gerais, procurando mobilizar as mulheres. É assim, que durante o final de 76 e o ano de 1977, centra a sua actividade no apoio à formação de Comissões de Mulheres Desempregadas em zonas do Alentejo;[\[405\]](#) numa carta aberta ao primeiro-ministro, sobre o aumento dos preços,[\[406\]](#) em cursos de alfabetização para mulheres em muitos bairros sociais e no apoio à luta das mulheres nas empresas.[\[407\]](#) Numa moção de apoio do 1.º Encontro Distrital da UMAR em Braga pode ler-se: «Considerando que as operárias da Maconde têm feito prova de grande coragem, a UMAR reunida em Braga no seu primeiro encontro distrital dá todo o seu apoio a esta luta e apela a todas as mulheres do distrito para se solidarizarem activamente com a luta da Maconde.»[\[408\]](#)

A 25 de Março de 1977, numa carta do núcleo da UMAR de Lordelo do Ouro (Porto) assinada por 29 mulheres, dirigida ao primeiro-ministro e à Assembleia da República, protestava-se contra a degradação das condições de vida. Na mesma altura, a UMAR convocou uma manifestação de mulheres na Baixa da Banheira contra o aumento dos preços dos contadores da água que teve um significativo impacto. Num comunicado à população, a UMAR afirmava: «Centenas de mulheres do concelho da Moita, revoltadas contra as medidas do governo burguês de Soares, decretando o aumento do aluguer dos contadores de água, apresentam ao senhor Presidente da Câmara Municipal, através de uma Comissão de 42 mulheres eleitas em plenário realizado na Baixa da Banheira, no passado sábado, uma moção de repúdio e de protesto por tal medida.»

Um outro comunicado do núcleo da UMAR de Guimarães insurgia-se contra uma *boite* que explorava as mulheres[\[409\]](#). De destacar, ainda, neste período o apoio ao abaixo-assinado contra o encerramento da revista *Mulher, Modas e Bordados*.

Um comunicado lançado por esta associação a 8 de Março de 1977 introduzia, pela primeira vez, uma referência à violência doméstica e ao peso das tarefas domésticas: «A vida das mulheres nunca foi fácil. Aquelas

que trabalham todo o dia e depois chegam a casa onde as espera as tarefas domésticas e os filhos pequenos. [...] As que passam uma gravidez inteira sem ir ao médico e têm os seus filhos sozinhas. As que jovens e solteiras ficam abandonadas com um filho nos braços. As que são espancadas pelos maridos bêbados. [...] Vamos nós mulheres ficar caladas? No dia 8 de Março vai ao núcleo da UMAR no teu bairro se queres ter uma palavra a dizer sobre todos os problemas que nos dizem respeito.»[\[410\]](#)

No editorial do seu *Boletim* de 17 de Setembro de 1977, a UMAR pronunciava-se acerca do projecto de lei sobre a família e incentivava ao seu debate, nos núcleos da UMAR, recordando que no anterior regime «a mulher não dispunha de nenhum poder de decisão sobre os filhos, nem para dirigir ou orientar os bens que possuísse; mesmo para trabalhar fora de casa, ausentar-se em viagem ou até fazer compras, tinha de ter a autorização do marido». No mesmo editorial afirmava-se que «a justeza ou avanço de uma sociedade se podia medir pela importância que essa sociedade dava à mulher».

No 2.º Encontro Nacional da UMAR, realizado a 4 de Dezembro na Voz do Operário com o lema: «Mulheres unidas, não deixaremos morrer o 25 de Abril» foram apresentadas várias teses. Destas, destaca-se uma tese sobre «A mulher dona de casa», dada a escassez de tomadas de posição sobre este sector de mulheres, naquela época.[\[411\]](#)

Da manifestação contra o tráfico das mulheres à luta pela legalização do aborto

A realização da manifestação no Porto, contra o tráfico de mulheres jovens, no início de 1978, marca, de certo modo, uma viragem para outras áreas de actuação. Num manifesto que recolheu milhares de assinaturas, a UMAR exigia um inquérito rigoroso ao tráfico e corrupção de jovens mulheres, dada a «passividade da polícia e alguma permissividade na protecção de redes de prostituição»[\[412\]](#). No comunicado distribuído pela associação podia ler-se: «Neste momento existe uma vaga de menores desaparecidas [...]. Perante a gravidade destes factos e apesar dos repetidos

apelos dos pais, a polícia revelou até agora uma passividade e uma demora em dar avanço aos inquéritos. [...] A mulher como ser duplamente explorada é a maior vítima deste sistema e é sobretudo sobre ela que recai uma moral hipócrita que, por um lado lhe impõe regras de comportamento que não impõe aos homens, enquanto, por outro lado, cria as condições para que se lance no caminho degradante da prostituição.»[413]

Data de 1977, a primeira posição pública da UMAR pela legalização do aborto[414]. Nesse ano apoiou também a primeira petição à Assembleia da República. Em folheto de divulgação da associação em Novembro de 1978, antes mesmo da formação da CNAC (Campanha Nacional pelo Aborto e Contracepção), a UMAR coloca nas suas reivindicações a luta «pelo planeamento familiar e legalização do aborto». No mesmo folheto são apresentadas outras exigências: «por um ensino onde seja banida a discriminação da mulher»; «pela educação e esclarecimento do povo para a democracia na família»; «combate à pornografia e à propaganda da mulher como objecto de comércio e prazer»; «pela protecção da maternidade e pelos direitos da criança»[415]. Durante 1978 e 1979, as questões centrais na acção da associação colocam-se ao nível da luta pela legalização do aborto. Integra a CNAC[416]. Solidariza-se com Conceição Massano e Antónia Palla julgadas no tribunal da Boa-Hora, a primeira por ter feito um aborto e a segunda por ter feito um programa para a televisão sobre as consequências para as mulheres do aborto clandestino. Destacam-se como principais iniciativas: edição do folheto: «Aborto, as mulheres acusam»; recolha de assinaturas para o abaixo-assinado «Nós abortámos».

São ainda desta fase da vida da associação as seguintes iniciativas: solidariedade com as trabalhadoras do Aviário do Freixial, com as bordadeiras da Madeira, com as trabalhadoras do grupo Grão Pará, com as operárias da Plessey e com as mulheres dos mineiros da Panasqueira; acções em defesa dos direitos das mulheres consignados na Constituição e no Código Civil; luta pela abertura das maternidades da Costa de Caparica e de Vila Real de Santo António[417]; denuncia de uma situação de assédio sexual de um fiscal da Lisnave às mulheres da limpeza[418]; posição da Comissão Distrital da UMAR da Madeira «contra o Dr. Alberto

João Jardim e o seu governo» pela falta de apoio em creches, infantários e escolas de tempos livres.

Constitui preocupação da UMAR, durante 1978, debater as alterações ao Código Civil e divulgá-las através de artigos na revista *Mulher D'Abril*. De destacar, ainda, que nesta publicação da UMAR, em Outubro de 1979, se publicam artigos sobre o aborto em torno dos julgamentos de Conceição Massano e de Maria Antónia Palla, sobre a violação[419] e a violência contra as mulheres, com um depoimento de Madalena Barbosa do MLM. Na revista do mês de Maio tinha sido realizada uma entrevista à mesma activista sobre o aborto[420]. Em Novembro do mesmo ano, a revista *Mulher D'Abril* publica um artigo sobre a prostituição baseado em depoimentos de mulheres presas em Custóias[421].

A Cooperativa Editorial de Mulheres e o Centro de Informação/Documentação de Mulheres (IDM)

Apesar de um vasto conjunto de documentação constituído por livros e recortes de jornais ter sido entregue à UMAR, em 2006, para o Centro de Documentação e Arquivo Feminista Elina Guimarães, é escassa a documentação existente sobre o funcionamento do IDM e da Cooperativa Editorial de Mulheres. A que se encontra disponível tem como data limite o ano de 1982, embora se saiba de actividade posterior, em especial por parte do IDM (Informação/Documentação Mulheres). Como exemplo, em 1987, o IDM realizou um seminário em Lisboa sobre a Violência contra as Mulheres, participando ainda na formação da Coordenadora Nacional de Mulheres, nesse mesmo ano. Em 14 de Fevereiro de 1977 formou-se a Cooperativa Editorial de Mulheres[422] e o Centro de Informação/Documentação de Mulheres – IDM. Do documentado analisado: «Perspectivas políticas da nossa Cooperativa», retira-se um excerto que evidencia as características desta cooperativa editorial: «A Cooperativa Editora das Mulheres é uma das actividades do MLM. Não o pretendemos disfarçar. [...] O nosso objectivo é expressamente «editar e ajudar em todos os campos a causa da luta das mulheres» [...] 48 anos de fascismo relegaram as mulheres quase exclusivamente para o casamento, a

reprodução e o trabalho doméstico. As poucas mulheres que tiveram acesso a uma formação superior despediçaram-na entre tachos, panelas, filhos e cadilhos. As escritoras e feministas portuguesas, principalmente a geração dos tempos da República, foram completamente irradicadas e as suas actividades e escritos proibidos, ou simplesmente impossibilitados pelas condições de extrema violência patriarcal. [...] A Cooperativa Editora das Mulheres constituiu-se para a divulgação de escritos de mulheres. Tradução de livros feministas que possibilitem uma maior abertura e consciencialização das mulheres. [...]»

No texto referido, alude-se a um projecto, que se distancie de uma divulgação de obras-primas das mulheres, aberto às mulheres em todos os campos, «que revele as características internacionais da opressão e da luta de libertação das mulheres» e que levante a possibilidade de modificar a situação das mulheres em Portugal. O IDM publicou diversos boletins em 1982 e a revista feminista LUA passa a ser publicada pela Cooperativa Editorial. A partir de 1979, com a formação da CNAC – Campanha Nacional pelo Aborto e Contracepção, estas associações empenham-se totalmente na luta pela legalização do aborto.

Uma especial referência ao livro publicado pela Cooperativa Editorial de Mulheres: *As Mulheres Rompem o Cerco*. Trata-se de uma colectânea de textos com prefácio de Simone de Beauvoir, que na edição francesa tinha como título *Les Femmes s'Entendent*. Traduzido por militantes do MLM, assim se refere na notícia sobre a edição do livro, no *Diário de Notícias* de 13 de Maio de 1977, estas elaboraram mais três capítulos sobre a situação das mulheres em Portugal. A notícia no *DN* intitulada: «O domínio das mulheres...» destaca excertos de um texto desse livro curiosamente designado «As batatas»: «As mulheres descascam batatas, cenouras, nabos, peras, laranjas. Tudo o que se descasca as mulheres sabem descascar. Não é nada complicado. Aprendemos de pequenas, de mãe para filha. [...] As batatas são o problema da mulher. São também o seu domínio. A filosofia é o domínio dos homens. [...] «Porquê resmungar por coisas que se fazem tão facilmente, minha querida», diz o homem, «ainda p'ra mais tu que estás acostumada, que o fazes desde pequena. Comigo, tinha de aprender.

Gosto das batatas como tu as fazes. Fritas-me umas para amanhã?». E a mulher fritava batatas. [...] Este gesto, e depois os outros. Todos os gestos da cozinha, da casa. Lavar. Passar a ferro. Coser. Fechar as janelas. Abri-las. Aquecer. Limpar. Tirar. Meter. Encerar. Limar. Lacar. Comprar. Deitar fora. Arrumar. Desarrumar. Esquecer. Aí residia o maior trabalho, no esquecimento, necessário, dia após dia. [...] Porquê falar da humilhante necessidade de ser? A mulher não diz. Faz. Com a qualidade dominante dos oprimidos.» A denúncia da situação de opressão das mulheres na família é uma linha de fundo de grupos feministas como o IDM, assim como as ligações internacionais ao activismo feminista noutros países.

Do espólio de livros e recortes de jornais entregues à UMR é possível aperceber-nos da importância das ligações internacionais que o IDM e a Cooperativa Editorial possuíam. Encontra-se, deste modo, informação sobre outros centros de documentação feministas em outras partes do mundo, revistas de associações feministas europeias, em especial holandesas e italianas. Nos livros, encontram-se obras não publicadas em Portugal de autoras feministas dos anos 60 e 70 do século xx.

Com sede na Rua Filipe da Mata em Lisboa, onde regularmente se faziam reuniões e convívios, o IDM e a Cooperativa Editorial de Mulheres constituíram nos finais dos anos 70, um espaço feminista e um centro de documentação pioneiro, embora não tivesse tido a divulgação que outros centros e espaços semelhantes tiveram em outros países.

O Grupo Autónomo de Mulheres do Porto e o Grupo de Mulheres da Associação Académica de Coimbra

Para além das associações anteriormente referidas, surgiram nos finais da década de 1970, alguns grupos de mulheres, que centraram grande parte das suas actividades em torno do direito à contracepção e aborto. Não possuindo o mesmo peso das associações já referidas, em termos de âmbito e regularidade de intervenção, e actuando mais pontualmente nalguns locais do país, elas não deixaram de ser importantes pela diferença de actuação que conseguiram protagonizar.

Do Grupo Autónomo de Mulheres do Porto (GAMP) existem notícias

publicadas no *Jornal de Notícias* em 1979[423], anunciando as comemorações do dia 8 de Março e a solidariedade com as mulheres do Irão. O grupo, formado em 1978, editava um boletim intitulado «Situação da Mulher», com publicação pouco regular. Da Declaração de Princípios do GAMP consta: «A luta pelo fim de todas as discriminações contra as mulheres, a sua elevação como ser humano e a sua participação efectiva na construção de uma nova sociedade não patriarcal.»[424] Da linha de intervenção deste grupo sobressaem as seguintes ideias retiradas da própria declaração de princípios: é no domínio da reprodução que as mulheres se encontram oprimidas; todas as mulheres devem possuir independência económica e é necessária a participação dos homens nas tarefas domésticas; o direito ao corpo, o controlo da reprodução e a legalização do aborto livre e gratuito são consideradas questões cruciais; a necessidade de educação sexual nas escolas e nas famílias, assim como uma linguagem não sexista; a luta contra os maus-tratos que as mulheres recebem na sociedade deve ser tarefa das associações de mulheres, assim como a luta pelo fim das violações, incluindo as da mulher casada. Na área do trabalho propõe-se a intervenção em três áreas: trabalho doméstico, trabalho da prostituta e trabalho profissional. Defende uma maior participação das mulheres nos sindicatos, «salário igual para trabalho igual», acesso das mulheres a lugares de chefia e a luta contra as discriminações sexistas. Trata-se de um programa muito completo. Contudo, a intervenção junto das mulheres prostitutas, atrás enunciado, não aparece depois especificado no programa. No boletim n.º 2, *Situação da Mulher* é publicado o projecto de lei da CNAC para a legalização do aborto.

O GAMP foi um grupo de intervenção social,[425] o que já não vem a acontecer com o Grupo de Mulheres do Porto (GMP), considerado como mais intimista, mais virado para a discussão e reflexão em pequenos círculos de mulheres. O GAMP e o GMP vieram a integrar a CNAC do Porto (Campanha Nacional pelo Aborto e Contracepção). Desta estrutura conhecem-se algumas folhas informativas[426]: situação legislativa sobre o aborto em vários países; circuncisão feminina – crime contra as mulheres; solidariedade com as mulheres de S. Salvador.

Do Grupo de Mulheres da Associação Académica de Coimbra existem vários boletins *Da Mulher*, reveladores de uma actividade regular e bastante interveniente de onde sobressaem os seguintes temas: o aborto em Itália; entrevistas a mulheres; artigo de Alexandra Kollontai sobre o dia internacional de mulheres; solidariedade com 10 trabalhadoras despedidas da Ovícula da Pedrulha; sexualidade e contracepção; poemas de mulheres; a «loucura» nas mulheres; cinema – projecto de um filme sobre as mulheres em Portugal; consultas de planeamento familiar em Coimbra; sexualidade; conferência sindical das mulheres trabalhadoras: contracepção e aborto, uma questão mais uma vez adiada; aborto e contracepção: as mulheres decidem; encontro internacional em Barcelona; a mulher e a procura de emprego; a mulher e o Direito; legislação do trabalho; artigo sobre a excisão do clítoris; *dossier* sobre as mulheres no Irão; 1.º Congresso da Mulher Brasileira; artigos intitulados: «Quem tem medo de Virgínia Wolf?»; «Mulheres da limpeza: uma vida cheia de vassoura e pó»; «Violação: a dor da gente não sai no jornal».

A diversidade de temas tratados, a informação internacional e a ligação a diversos sectores de mulheres fazem crer que este grupo não se confinava à actuação junto dos sectores académicos, apesar de estar ligado a uma Associação Académica. No seu primeiro boletim lê-se: «Pretendemos pôr em causa e denunciar o nosso quotidiano, bem como o sistema que nos oprime, em casa, na rua, no trabalho [...] este sistema é a sociedade patriarcal e capitalista, [...] urge construir uma nova sociedade diferente, em que, com a abolição da exploração do homem pelo homem, seja abolida a opressão da mulher.»^[427] No boletim n.º 2 suscita-se o debate teórico sobre o feminismo no artigo «Divide? Duvide!»: «O movimento da mulher, as feministas, são frequentemente acusadas de dividirem os trabalhadores na luta pelo socialismo, de, por levantarem reivindicações específicas da mulher, dividirem os sectores na luta mais importante a travar, ou ainda de levantarem à frente uma luta secundária que desvia as mulheres da luta principal. [...] A mulher na sociedade capitalista é explorada a dois níveis: por um lado, com o conjunto dos trabalhadores enquanto pertencentes à mesma classe, por outro lado, enquanto mulher,

enquanto pertencente a um sexo. Tem pois sobre ela uma opressão específica, a par de uma dupla opressão.»[428]

Das notícias nos jornais sobre este grupo de mulheres destaca-se, no dia 31 de Março de 1979, no jornal *A Capital*, uma campanha de solidariedade com as mulheres do Irão, e no dia 8 de Março do mesmo ano, no *Jornal de Notícias*, uma sessão comemorativa do Dia Internacional da Mulher.

Outros grupos de mulheres surgiram já nos anos 80, Grupo de Mulheres – «As bruxas», o Grupo da Faculdade de Letras do Porto dos quais existem algumas referências na revista *Artemísia* e, ainda, a REDE, o Grupo de Mulheres de Lourosa e o MAPA. Do trabalho destes grupos daremos conta neste estudo quando tratarmos as associações dos anos 80.

O papel do MDM na década de 1970

O 1.º Encontro Nacional do MDM realizou-se a 21 de Outubro de 1973 em Almada, na Cova da Piedade. Contou com a presença de 250 mulheres[429]. Logo a seguir ao 25 de Abril, no dia 30, é organizado um encontro inter-distrital e é convocada para 2 de Maio uma reunião alargada de mulheres na Rua Artilharia Um[430]. Um comunicado datado de 15 de Maio explica às mulheres portuguesas o que é o MDM e divulga um programa de reivindicações: salário igual para trabalho igual; igualdade de promoção e de acesso a todas as profissões, igualdade jurídica da mulher; socialização das tarefas domésticas (lavandarias, cantinas, infantários); licença de parto de 14 semanas; cuidados gratuitos de saúde na altura do parto[431].

A 18 de Maio surge um comunicado de demarcação face ao MLM, a propósito de uma notícia publicada em 17 de Maio de 1974, no jornal *República* onde se confundiam os dois movimentos. No referido comunicado, o MDM afirma: «Verifica-se que na notícia se confunde Movimento de Libertação de Mulheres com o Movimento Democrático de Mulheres, quando são dois movimentos que se distinguem totalmente quer pelos objectivos visados, quer na forma de luta por esses objectivos. [...] O Movimento Democrático de Mulheres estará presente numa reunião da Federação Democrática Internacional das Mulheres, organização que de

maneira alguma se identifica com movimentos feministas.»^[432] Esta necessidade do MDM se demarcar de movimentos como o MLM surge ainda, quando em 1975, numa reunião do Conselho Consultivo da CCF é aprovado um comunicado de protesto^[433] contra os incidentes na manifestação do Parque Eduardo VII promovida pelo MLM. Em nota enviada à Comissão da Condição Feminina de 5 de Fevereiro, o MDM escreve: «O Movimento Democrático de Mulheres condenando os lamentáveis incidentes referidos no documento acima citado, dissocia-se, no entanto, da tomada de posição contida no mesmo, considerando que não se pode subestimar os objectivos e métodos utilizados pelo Movimento de Libertação da Mulher, os quais não são estranhos aos referidos acontecimentos.»^[434]

Em 1974, a 4 de Agosto, o MDM propõe a inclusão na nova lei eleitoral do direito de voto para todos os cidadãos e cidadãs analfabetos. Emite um comunicado sobre a PIDE/DGS. Projecta o filme *A Mãe*, na Voz do Operário^[435]; realiza uma romagem à campa de Maria Machado^[436]. Ainda neste ano, o MDM dinamiza por todo o país campanhas de alfabetização com o lema: «Se sabes ensina, se não sabes aprende.» Dinamiza com o Conselho Português para a Paz e Cooperação, a Intersindical e o MDP uma semana de apoio ao Povo Chileno de 4 a 11 de Novembro de 1974.

Em comunicado de 23 de Agosto de 1974, o MDM afirma o seu apoio à FDIM (Federação Democrática Internacional de Mulheres) e revela ter sido encarregado, por aquela organização, de «promover em Portugal as celebrações do Ano Internacional da Mulher e do Congresso Mundial das mulheres a realizar igualmente em 1975, em Berlim, capital da RDA». Em 12 de Outubro de 1975, o MDM promove um «Encontro Nacional de Activistas», em Lisboa, no Liceu D. Filipa de Lencastre. Da ordem de trabalhos constava o debate em torno de três temáticas: «O MDM e o seu papel na organização das mulheres»; «A mulher no trabalho»; «A mulher na família e na sociedade». O encontro tinha também como objectivos a «aprovação dos estatutos do MDM, a eleição da direcção nacional do movimento e aprovação de uma delegação que se deslocaria a Berlim,

capital da RDA, ao Congresso Mundial das Mulheres». O comunicado de divulgação desta iniciativa é assinado por Fernanda Lapa.

Durante os anos de 1975 e 1976, a actividade do MDM, a nível central, incide sobre: as comemorações do 8 de Março; o dia internacional da criança; visita da cosmonauta soviética Valentina Terechkova, com comício no Pavilhão dos Desportos[437]; as questões da Paz e do Desenvolvimento; diversas homenagens a Isabel Aboim Inglez e a Maria Lamas[438]. Em 1976, o MDM convoca uma conferência de imprensa sobre a Paz onde divulga a sua participação na Conferência de Helsínquia e as conclusões. No comunicado pode ler-se: «A corrida aos armamentos pode significar para o Povo Português um desequilíbrio de forças, que facilite o regresso do fascismo. O nosso Povo, em especial as mulheres sabem quanto custou em energias, vidas humanas, aumento do custo de vida uma Guerra Colonial de 13 anos. O MDM na continuação da sua luta pela PAZ e pelo Desanuviamiento esteve em Helsínquia, na recente Conferência Mundial pelo fim da corrida aos armamentos, pelo desarmamento e pelo desanuviamiento.»[439]

Em 1977, o MDM realiza o seu 3º Encontro Nacional com a participação de 500 delegadas. Estende-se a 11 distritos, mantém 36 sedes e 100 comissões locais. Em Lisboa, na sua sede, o movimento cria um consultório de apoio jurídico às mulheres duas vezes por semana. Surge o boletim «Nós as Mulheres». De 1977 a 1979, o MDM solidariza-se com as crianças da África do Sul e do Uruguai e apela à defesa dos direitos das mulheres na Constituição. Centra-se na luta pelo emprego das mulheres e contra o aumento do custo de vida, participando em manifestações convocadas pelo movimento sindical e apoiando a formação de Comissões Unitárias de Mulheres: «Em 1978, mais de um milhão de mulheres assinam abaixo-assinados contra a política de austeridade sobre os trabalhadores, o custo de vida, por um cabaz de compras digno. Ao apelo conjunto do MDM, Departamento de Mulheres dos Sindicatos e da Comissão Unitária de Mulheres, sucedem-se manifestações no Porto (mais de 150 000 manifestantes), em Lisboa (mais de 70 000), em Beja (cerca de 12 000) e outras mais dezenas e dezenas de concentrações em várias

localidades do país.» (NEVES, 1988:32.)

Uma circular do MDM à organização em Junho de 1979, dá indicações sobre as comemorações do Ano Internacional da Criança sob o lema: «Um futuro de Paz e Segurança para todas as crianças.» Na Declaração divulgada no dia 1 de Junho, o MDM apresenta as seguintes reivindicações: «Elaboração de legislação que tenha em conta os interesses das crianças, protecção especial aos filhos de mães ou pais sós; aumento do abono de família; criação de infra-estruturas de apoio; justiça em relação aos fomentadores do terrorismo, droga e delinquência que põem em perigo a vida dos nossos filhos; criação de um Instituto da Criança.»^[440] Durante o ano de 1979, o MDM realizou a I Assembleia Regional do Norte do MDM e dinamizou encontros de mulheres em Serpa, Santo Tirso, Barreiro, Gaia, Viseu.

A luta das trabalhadoras do serviço doméstico

Pelas suas características particulares, destaca-se, entre muitas outras lutas desenvolvidas pelas mulheres trabalhadoras nos anos após o 25 de Abril, aquela que revestiu um carácter particular, pelas características de isolamento nos locais de trabalho e, ainda, por uma situação de sujeição e servidão a um poder, tantas vezes exercido por outras mulheres.

Não se pretende porém, deixar de mencionar, o caudal de lutas nas empresas em que as mulheres foram protagonistas: Sogantal, Charminha, Applied Magnetics, Timex, Cintideal, Melka, Camisas Mafalda, Ciba-Geigy, Calcex, Mondex, Ritex, Rolsol, Latrix, Cambournac, Fábrica Linesa, Arte Fina na Madeira, Kallen, entre outras. Em muitas situações as greves prolongaram-se, houve ocupação das empresas pelas trabalhadoras e sequestros dos próprios patrões. As formas radicais de luta encontradas nem sempre tiveram a compreensão inicial de alguns sindicatos, mas as reivindicações pelo direito ao trabalho, contra o encerramento de algumas destas empresas, por salário igual para trabalho igual, contra a repressão até no controlo da ida às casas de banho, pela melhoria das condições de trabalho eram suficientemente fortes para as manter activas em lutas difíceis e prolongadas.

Contudo, estas trabalhadoras concentravam-se em locais de trabalho, tinham apoio sindical e a solidariedade de outros trabalhadores. As empregadas domésticas representavam um sector à parte sem sindicato, durante muitos anos, apesar de uma luta prolongada na história, cujo início datava de 1921. Nessa altura, surgiu a Associação de Classe de Empregadas Domésticas de Hotéis e Casas Particulares. «A razão principal que levou à fundação da associação foi a defesa da sua dignidade de mulheres, altamente feridas por uma legislação vergonhosa.»[\[441\]](#) O Governo Civil pretendia impor, na altura, um livrete de registo considerado como um «regulamento draconiano que pretendia reduzi-las à condição de escravas e de mulheres de má vida».

Em 1973, um grupo de empregadas domésticas apresentaram ao Ministério das Corporações um caderno reivindicativo e a 25 de Março do mesmo ano realiza-se a primeira «Grande Assembleia de Empregadas Domésticas e Mulheres-a-Dias» para debater um decreto-lei que as abrangeria na Caixa de Previdência, mas sobre o qual não tinham sido informadas. Em Junho, iniciam contactos internacionais e fazem-se representar num encontro europeu de empregadas domésticas em Paris. A ideia de se organizarem em termos sindicais começou a surgir[\[442\]](#), mas tal só veio a ser concretizado após o 25 de Abril, numa Assembleia realizada a 19 de Março, que reuniu cerca de 700 empregadas domésticas. Uma vez legalizado o sindicato, ocupam instalações para uma sede na R. de S. Bento em Lisboa e formam uma cooperativa de prestação de serviços colectivos: a «Cooperserdo». Em Outubro de 1979, realiza-se o 1.º Congresso das Trabalhadoras do Serviço Doméstico. A mobilização é feita através de um curso de formação e de preparação para o Congresso: «O Congresso deve ser nosso. Muitas de nós não aprendemos muito na escola, mas muito na vida do dia-a-dia. Juntar todas as nossas experiências é o que queremos fazer neste curso. Tudo isto vai ser um Manifesto dirigido ao governo, a nós mesmas; vamos ser mais conscientes e saber melhor como podemos agir, para melhorar a nossa situação. Temos 8 temas e vamos aprofundar um tema em cada reunião.»[\[443\]](#)

Na primeira reunião, «A nossa vida é história», um texto apoiava o

debate: «Na escola aprendemos que a história é feita por grandes personagens: os reis, os imperadores e as batalhas que eles fizeram, assim como as suas conquistas. [...] Mas num país com 100 000 empregadas domésticas [...] uma transformação da sociedade não vai acontecer sem ajuda e luta de todas nós. Vamos ouvir a história de cada uma de nós. Vais ver que todas as pessoas têm uma história.» Na segunda reunião sobre «o trabalho do serviço doméstico» existia um pequeno inquérito sobre as condições de trabalho e um texto de Maria Teresa Horta: «Dia de uma criada de servir e seu lamento calado.» Na terceira reunião o tema era: «O nosso trabalho e o resto da nossa vida», onde se abria espaço para falar das experiências e necessidades pessoais, dos tempos livres, das condições em que ficavam os filhos, o trabalho em casa após muitas horas de trabalho em casa dos outros, o escasso ou nenhum apoio dos maridos. Na quarta reunião, a reflexão surgia em torno da «importância do nosso trabalho para a sociedade: o trabalho de servir doméstico dá lucro». A reflexão gira em torno do papel do serviço doméstico para a reprodução da força de trabalho. Os textos são sempre numa linguagem muito acessível e são acompanhados de desenhos e de bandas desenhadas. Na quinta reunião surgia a interrogação: «Porque é que continuamos a viver numa sociedade que não é justa?» O texto desta sessão versava também sobre as leis, a comunicação social e os aparelhos repressivos do Estado. No sexto debate o tema era: «o desconhecimento do nosso próprio valor». A penúltima reunião procurava responder à pergunta: «o que temos de fazer para mudar o nosso trabalho e a nossa vida». Nesta sessão são introduzidas algumas questões sobre os direitos das mulheres com base na canção do José Mário Branco: «Chamava-se ela Marta.» Na última reunião, o tema era: «no caminho para uma sociedade mais justa», onde se falava do trabalho do sindicato e da cooperativa do serviço doméstico: «Cooperserdo».

A forma diferente como este congresso foi realizado muito adaptado às características das trabalhadoras envolvidas, com as reuniões de formação anteriormente referidas e descentralizadas pelo Porto, Évora e Lisboa, conduziu ao êxito deste congresso. Numa reportagem para a revista *Mulher D'Abril*, Irene Pimentel, que assistiu à segunda fase dos trabalhos do

congresso. Afirmava: «Vimos as mulheres que em pequenas saíram das suas casas, não para estudar, mas para servir outras famílias com dinheiro, mulheres que num meio hostil lavam, limpam, cozinham o que não é seu, tratam de crianças que não são as suas, sem horas, sem descanso, mulheres que servem, mas que hoje rompem a servidão. Por isso vimos a festa, a alegria, a esperança no futuro, as canções, as palmas, quando num dos trabalhos de consciencialização o sindicato apresentou slides e música a recordar o 25 de Abril, a colocar reivindicações a apontar para a transformação da vida. No meio de muitas, uma mulher foi ao microfone e disse: “Acabemos com o termo mulher-a-dias, lembra o passado, sou mulher a 100%, mas sou trabalhadora doméstica.” E a assembleia com uma ovação mudou o nome de “sindicato das empregadas domésticas e mulheres-a-dias” para “sindicato das trabalhadoras domésticas”.»[\[444\]](#)

O Congresso traçou três grandes objectivos para o sindicato: reivindicar uma lei de bases que integrasse as trabalhadoras domésticas na lei geral do trabalho; saída de uma portaria que consignasse um horário semanal de 45 horas, o direito aos feriados, um dia e meio de descanso semanal, um mês de férias com subsídio, o 13.º mês, condições de trabalho dignas, segurança social, subsídio de desemprego e fim dos despedimentos sem justa causa; reconversão da profissão criando lavandarias, creches, refeitórios, de modo a que estes serviços pudessem beneficiar a colectividade e quem tivesse menores rendimentos.

Acções comuns apesar das diferenças

As várias perspectivas que orientavam as associações e grupos de mulheres assentes em diferentes correntes do feminismo, nem sempre plenamente assumidas, não impediram algumas acções comuns, embora sem contexto de intervenção regular. As únicas estruturas que se vieram a impor, já nos finais da década de 1970, foram a CNAC – Campanha Nacional pelo Aborto e Contracepção, que será analisada no ponto seguinte, e o Conselho Consultivo da então Comissão da Condição Feminina, criado em 1977, sendo que a secção das ONG deste Conselho só entra em funcionamento em 1979.

De uma forma menos formal surgem debates, como «Os Sábados CLAC sobre a Mulher», realizados pelo Clube de Amigos da Comuna no teatro da Praça de Espanha, em Outubro de 1979 e que tiveram a colaboração de várias organizações: MDM, UMAR, GRAAL, Ninho, assim como da Comissão da Condição Feminina. As temáticas incidiam sobre «A mulher na Cultura»; «A mulher na vida política»; «A mulher problema? Problemas da mulher: casamento, divórcio, viuvez, mães solteiras, aborto, prostituição, sexualidade, maternidade, crianças»; «A mulher no quotidiano, o quotidiano da mulher: o trabalho, a mãe, a companheira, a inflação, a habitação, o desporto, a pré-escola, a escola, a alimentação». De um leque muito variado de convidadas para intervir salientam-se os nomes de Maria João Seixas, Etelvina Lopes de Almeida, Isabel Barreno, Leonor Beleza, Isabel Romão, Madalena Barbosa, Maria Belo, Adelaide Pinto Correia, Simone de Oliveira, Tété, Maria Keil, Edith Soeiro, Luísa Neto Jorge, Noémia Delgado, Ermelinda Guinote, Natália Pais. Todos os domingos às 21h30 eram projectados filmes sobre as mulheres.

No 8 de Março de 1979, uma iniciativa comum da UMAR, MLM, APF, MDM no ARCO juntava associações e grupos diferentes, no que foi considerado «a mais importante comemoração que as mulheres levaram a cabo após o 25 de Abril».[445] Quinhentas mulheres participaram nesta iniciativa que consistiu em debates, exposições, passagem de filmes, música, onde também houve espaço para o convívio. Participaram no debate realizado à noite Teresa Beleza, Maria Antónia Palla, Dina Duarte, Isabel Barreno, Isabel Pereira dos Santos. As intervenientes focaram a necessidade da divulgação das alterações introduzidas no novo Código Civil pelo seu carácter inovador. A advogada Dina Duarte afirmava que apesar de as leis consignarem direitos, «existiam muitas mulheres que continuavam a ser espancadas pelo marido por terem medo ou vergonha de denunciarem essas agressões», pelo que só por si as leis não garantem os direitos. Fernanda Marques da UMAR em declarações ao jornal *A Capital* a 9 de Março de 1979, colocava a tónica de que «a emancipação da mulher deve ser real e não apenas uma intenção e desejo». Apesar da diversidade dos discursos, foi possível a realização de uma iniciativa

comum que se projectou socialmente.

No âmbito do Conselho Consultivo da então Comissão da Condição Feminina, surgia um leque muito diversificado de associações, da esquerda à direita. Na primeira reunião da secção das ONG, a 19 de Janeiro de 1979[446], estiveram presentes as seguintes ONG e departamentos: GRAAL, Departamento de Mulheres do PS, MDM, UMAR, Mulheres do CSDS. Justificaram a falta o departamento de mulheres da CGTP e as Noelistas. Durante o ano de 1979 tiveram presença nas reuniões, para além das organizações já citadas, o IDM/Cooperativa Editorial de Mulheres, Mulheres do PSD, Organização de Mulheres Comunistas – OMC, a Aliança Nacional das Associações Cristãs Femininas e a Obra de Sta Zita. As características deste espaço de «unidade» eram, de certo modo, impeditivas do debate de temas como o aborto, ou outros, que exigissem posicionamentos mais avançados sobre os direitos das mulheres. Deste modo, só na década de 1980 com a entrada de outras associações e com o primeiro seminário conjunto sobre a Década das Nações Unidas para a Mulher, em Junho de 1980, se regista uma maior dinamização desta estrutura.

O Direito à Contracepção e à Legalização do Aborto

Aborto e contracepção: assuntos silenciados

As notícias sobre o aborto num país silenciado pela censura na comunicação social eram muito limitadas. No jornal *República* de 7 de Janeiro de 1974, um artigo de Soeiro Sarmiento[447] proveniente de Paris, relatava que 850 000 mulheres abortavam anualmente em França em difíceis condições, resultando anualmente «200 000 sequelas, 15 000 casos de esterilidade e 5000 mortes». Afirmava-se, ainda, no artigo que a interrupção da gravidez era regulada por uma lei de 1920, «ultrapassada e posta em causa pela justiça». Perante tal situação, informava-se, que um grupo de médicos tinha assinado um manifesto colocando o assunto na praça pública, tendo surgido o filme *Histoire d'A*, realizado pelo cineasta Charles Belmont e por Marielle Issartel, «militante do MLAC (Movimento

pela Libertação do Aborto e da Contracepção)». A exibição do filme teria sido proibida com confiscação das bobines, com o argumento de que o filme «constituía um acto de propaganda a favor do aborto e era uma transgressão à lei de 1920». O artigo terminava com a seguinte afirmação: «O problema evocado em *História d'A* não é só francês. O assunto toca todos os países e em muitos deles um movimento de emancipação começa a verificar-se.» Este é um dos poucos ecos do movimento pelo aborto e contracepção em França, que chega a Portugal, antes do 25 de Abril. O autor, de forma indirecta, procura ainda, colocar a questão relativamente a Portugal.

Ainda no mês de Janeiro do mesmo ano, na primeira página do *República* de dia 23, surge uma fotografia com o seguinte título: «Aborto na América – Sim ou Não ?» Referindo-se ao primeiro aniversário do acórdão do Supremo Tribunal dos EUA, que tinha permitido a prática do aborto, a notícia relata o discurso do senador James Buckley de Nova Iorque, classificando a efeméride como o «dia mais negro da história da jurisprudência americana», discurso este que sofreu contestação, através de um «desfile» de mulheres, «seguindo a palavra de ordem da NOW (National Organization for Women)».

A posição assumida por um conjunto de católicos e católicas progressistas de crítica à encíclica *Humanae Vitae*, já anteriormente referida e a formação da APF (Associação para o Planeamento da Família) nos finais da década de 1960, foram importantes contributos para a visibilidade da necessidade do Planeamento Familiar, sendo que foram feitas diversas abordagens sobre o assunto, também já referidas, nas páginas do suplemento *Presença da Mulher* do jornal *República*. É no mesmo jornal que se publicita a realização no Hospital de Santo António no Porto, de quatro mesas-redondas sobre planeamento familiar, a 12 de Novembro de 1973, com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian. Participaram nesta iniciativa Miller Guerra com uma intervenção sobre «A justificação a nível social do planeamento familiar», Francisco Pinto Balsemão e Francisco Sá Carneiro que falaram sobre «O aborto como fenómeno socioeconómico». Na notícia referia-se que tinha existido

empenho em «reunir colaboradores de diversas tendências e formações por vezes opostas»[\[448\]](#).

Em Fevereiro de 1974, um artigo da jornalista Regina Louro no *Diário de Lisboa*[\[449\]](#) relatava uma palestra sobre planeamento familiar realizada pela médica Madalena Botelho, responsável pelo Centro de Planeamento Familiar do Hospital de Santa Maria num jantar dos Rotários de Lisboa-Norte. Com alguma ironia, a jornalista expõe alguns dos receios e falta de informação revelados pelos presentes, quanto ao uso de contraceptivos, referindo que a médica procurou esclarecer todas as dúvidas, desmistificando os receios em torno do uso da pílula. Considerando que esta iniciativa envolvia pessoas de sectores sociais favorecidos, entenda-se, deste modo, os problemas com a falta de informação nos estratos sociais menos letrados, onde o aborto, mesmo ilegal, acabava por ser o único recurso perante sucessivas gravidezes não desejadas.

Após o 25 de Abril, em Julho de 1974, um artigo assinado pelo «Dr. Afonso de Albuquerque» no *República* com o título «Os médicos e o aborto» analisava a atitude pouco esclarecida e responsável dos médicos portugueses: «Num país em que as questões do aborto e dos métodos anticoncepcionais são sistematicamente deturpadas ou simplesmente ignoradas, a classe médica deveria ser mais responsável pelo urgente combate deste problema a nível nacional. Será desnecessário sublinhar a gravidade da questão num país onde certamente mais de 95% dos abortos provocados são clandestinos e ilegais. [...] O povo português tem direito a um amplo e livre debate da Nação para uma revisão da nossa ultrapassada legislação em relação ao aborto e aos métodos anticoncepcionais de modo a torná-la mais liberal e mais de acordo com a realidade portuguesa. [...] É deplorável que a uma pessoa que é livre de casar ou ficar solteira e que tem direito ao divórcio (pelo menos na maioria dos outros países), lhe seja negado o direito de ter filhos quando e quantos ela quiser. Foi Einstein que disse serem tristes os tempos em que é mais difícil destruir um preconceito do que fazer a fusão do átomo.»[\[450\]](#)

A Assembleia Constituinte: limitações na concepção sobre Igualdade e

o aborto como assunto não assumido

Provas evidentes de que as concepções existentes constituíam um obstáculo a avanços legislativos, que tivessem em conta a despenalização do aborto, são as posições assumidas pelos diversos partidos no processo de debate sobre a Constituição de 1976.

A Igualdade então consignada na Constituição de 1976 foi considerada como uma explicitação particular do princípio geral da Igualdade dos cidadãos. Os direitos das mulheres como sujeitos não emergiram do texto constitucional. A deputada do PS Maria Helena Carvalho dos Santos contesta uma proposta do PCP no sentido de considerar que «a mulher continua a ser objecto de profundas alienações e opressões e que na base delas estará em grande medida a desigualdade de posição e tratamento no plano do trabalho»[\[451\]](#), afirmando que «A igualdade da mulher existirá quando todos os cidadãos tiverem a mesma dignidade social e igual perante a lei. Ao consignarem na Constituição a expressão “todos os cidadãos” é bem claro que querem dizer “todas as cidadãs” [...]». O universal masculino impunha-se no discurso das próprias deputadas.

Foi bastante polémica a introdução do planeamento familiar como uma área de intervenção do Estado no que se refere à informação e divulgação dos meios anticoncepcionais. «Se por um lado todos os partidos são favoráveis ao planeamento familiar, por outro lado, o PPD e o CDS acham que o Estado cumpre apenas o papel de consignar o direito, na senda de uma perspectiva liberal que encara os direitos do ponto de vista formal» (PENICHE, 2007:35). É um facto que alguns sectores partidários não quiseram confronto com a hierarquia da Igreja Católica, que só aprovava os chamados métodos naturais, pelo que um papel mais activo do Estado na divulgação e acesso aos anticonceptivos não era aceite. De salientar, ainda, que nenhuma proposta de texto constitucional consignava o planeamento familiar, tendo sido a questão suscitada durante os trabalhos da Comissão sobre Direitos e Deveres Fundamentais que sistematizou as diversas propostas desta área[\[452\]](#).

Contudo, existiam sectores da sociedade portuguesa preocupados, desde

os finais dos anos 60 com o planeamento familiar, como é o caso da Associação para o Planeamento da Família. Sinal de que esta questão estava presente nas mulheres de diversas regiões do país, refere-se uma notícia publicada em 1975, num jornal do Norte do país: «Tendo conhecimento de que este ano de 1975 é dedicado à mulher de todo o mundo, um grupo de mulheres rurais de Braga decidiu tomar posição frente à celebração que vai ocorrer reclamando a atenção de quem de direito para os seus problemas. “É urgente que os serviços de saúde nos apoiem efectivamente de modo a que as consultas de planeamento familiar sejam uma realidade. Queremos ser responsáveis por uma família sem frustrações e não continuarmos a ter um papel marginal e a sofrermos as consequências nefastas de engravidarmos sem termos possibilidades de educar e cuidar dos nossos filhos devidamente. [...] Por tudo isto queremos e exigimos de Norte a Sul do país consultas de planeamento familiar”.»[453]

A questão do aborto só foi levantada no projecto de texto constitucional da UDP (União Democrática Popular) com a seguinte formulação: «A lei reconhecerá o direito ao aborto como meio de defesa da família» (Artigo 19.º). Embora com limitações na sua formulação este foi o único sinal que emergiu no Parlamento após o 25 de Abril e que acabou por não ter consequências[454]. O texto elaborado em sede de Comissão, que resultou da fusão dos vários projectos não fazia referência ao aborto. As poucas referências encontradas no debate parlamentar sobre o aborto são a afirmação do deputado José Luís Nunes, do PS sobre a «necessidade de discutir problemas tais como a difusão clara e aberta [...] de uma contracepção livre e gratuita; a possibilidade, em termos a definir, do recurso ao aborto» e a resposta da deputada Alda Nogueira do PCP: «Sobre o problema do aborto, da pílula [...] penso que há outros problemas primordiais, a própria sobrevivência de mulheres e famílias.»[455]

As feministas quebram o silêncio sobre o aborto e pressionam o poder político

No primeiro livro publicado em Portugal sobre o aborto, em Junho de

1975, *Aborto, Direito ao Nosso Corpo*, da autoria de Maria Teresa Horta, Célia Metrass e Helena Sá Medeiros, activistas do Movimento de Libertação das Mulheres (MLM), o aborto surgia como um direito individual das mulheres: «Parece-nos importante que fique assente que o aborto não é um problema de ordem moral ou religiosa, nem médica, mas uma questão de ordem sociopolítica [...]. A decisão de fazer um aborto cabe apenas à mulher grávida que tem (ou devia ter) o direito humano de controlar o seu corpo e dele fazer o uso que entender.»^[456] A célebre frase de Simone de Beauvoir: «A libertação da mulher começa no ventre», constituiu uma fonte inspiradora dos feminismos dos anos 60 e 70 e de associações como o MLM. A contracepção transformava a maternidade em acto voluntário. Separava a reprodução da sexualidade. Tornava possível às mulheres usufruírem o seu corpo, sem temerem gravidezes não desejadas. O feminismo dessa época desafiou a concepção patriarcal da maternidade como determinação biológica e identitária das mulheres. O aborto tinha por base o direito de decisão das mulheres. As feministas da segunda vaga^[457] nunca desprezaram a contracepção. Fizeram desta uma batalha constante. O «direito ao corpo» surge como um dos principais lemas da corrente radical do feminismo, que fala, ainda, da «sexualidade atrofiada, envergonhada e ignorada»^[458] das mulheres.

Em Portugal, em brochura publicada em 1975, o MLM proclamava: «Recusemos aquilo a que temos estado presas, agrilhoadas há séculos e séculos! Olhemos o nosso corpo sem vergonha. [...] Vamos exigir o direito ao nosso corpo, à nossa livre sexualidade.» Segundo Madalena Barbosa, que esteve envolvida na luta pela legalização do aborto desde o início, quando o MLM aparece e coloca esta reivindicação, existiu alguma ligação a grupos feministas noutros países: «Logo nesse ano, em 1974, tivemos um convite para participar numa iniciativa do movimento inglês, porque se estava perante o perigo de um retrocesso na lei inglesa. Estive com francesas, inglesas, alemãs e todas elas estavam muito entusiasmadas com a revolução portuguesa. Sugeriram que nós fizéssemos um encontro internacional em Portugal para chamar a atenção para a contracepção e o aborto. Realizámos esse encontro em Julho de 1975, com o apoio do

movimento inglês e do MCALG (Movimento pela Contracepção e Aborto Livre) francês, que era muito forte. Lançámos também o MCALG em Portugal com pessoas do ISCSP (Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas), a Maria José Paixão e outras. No encontro participaram muitas mulheres estrangeiras, mais do que portuguesas. Foi nessa altura que algumas técnicas de saúde francesas ensinaram a três grupos em Portugal como fazer aborto pelo método de aspiração. Passaram a existir três grupos que atendiam mulheres que queriam abortar: um no MLM, outro na Clínica da Cova da Piedade e outro no Teatro da Comuna. Nestes grupos, existiam estudantes finalistas de medicina que praticavam o aborto por esse método, embora existisse uma médica que acompanhava. Em outros países, este tipo de experiências acabou por se transformar em clínicas onde as mulheres iam abortar, mesmo com a lei contra, mas nós nunca tivemos grandes apoios. Mesmo as pessoas que eram médicas e apoiavam, tinham sempre muito receio em arriscar. Fazíamos acompanhamento às mulheres, mesmo em termos de contracepção e dávamos apoio psicológico.»[\[459\]](#)

Helena Sá Medeiros, do MLM, no debate sobre Aborto e Contracepção, realizado a 6 e 7 de Março de 1975 no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, sustenta a posição de que é à mulher que cabe decidir do controlo do seu corpo e não ao Estado ou à Igreja[\[460\]](#). Para a corrente radical feminista, representada pelo MLM e por outros grupos de mulheres que estiveram na base da formação da CNAC[\[461\]](#), a luta pela legalização do aborto constituiu um dos principais eixos da sua intervenção, colocando esta reivindicação na esfera dos direitos, como uma necessidade de ruptura com as concepções que colocavam a maternidade como fim e destino de todas as mulheres.

Contudo, outras associações de mulheres assumiam o aborto, como um problema de saúde pública, como um drama social ao qual era preciso pôr cobro. As diferentes abordagens, sobre o problema do aborto, nos movimentos de mulheres em Portugal, fez-se sentir não só na importância dada a esta luta como também nas concepções sobre a mesma.

Em consulta às actas do grupo de trabalho da CCF – Comissão da Condição Feminina, que deu origem ao Conselho Consultivo das ONG de

Mulheres, verifica-se ter existido grande polémica em torno do Programa para o Ano Internacional da Mulher numa reunião de 17 de Dezembro de 1974. O MLM apresentou uma proposta no sentido de incluir um ponto sobre «Aborto, contracepção e planeamento familiar», em que o termo «aborto» ficasse claramente expresso. A representante do MDM – Movimento Democrático de Mulheres propôs que o tema do aborto fosse incluído em um outro ponto sobre «Mulher e Família». Esta discussão foi muito acesa, porque ela revelava diferentes concepções sobre o aborto. Acabou por ser aprovada uma terceira formulação, onde também se eliminava a palavra aborto: «Estatuto da Mulher e Planeamento Familiar».

Foram os grupos feministas que tinham conhecimento da acção feminista em outros países pela legalização do aborto, que ousaram fazer da luta pela despenalização do aborto o centro da sua acção: o MLM – Movimento de Libertação das Mulheres, o IDM – Informação, Documentação/Mulheres, o Grupo Autónomo de Mulheres do Porto e o Grupo de Mulheres da Associação Académica de Coimbra (TAVARES, 2000:116).

A UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta[\[462\]](#) foi formada em 1976, mas só no ano seguinte tomou posição pública sobre o aborto. Apesar de, inicialmente, a sua posição ter, como questão de fundo, o aborto como um problema de saúde pública, esta associação evoluiu no sentido de considerar o aborto como um direito individual das mulheres. O seu envolvimento com as associações anteriormente citadas, na CNAC – Campanha Nacional pelo Aborto e Contracepção[\[463\]](#), ajudou a esse percurso.

Por sua vez, o MDM, que levantou a questão do aborto nos seus primeiros documentos, não fez desta luta, a seguir ao 25 de Abril, uma das suas prioridades. Nunca pertenceu à CNAC, mas realizou algumas acções com esta plataforma, na altura do debate na Assembleia da República em relação aos projectos de lei do PCP sobre «interrupção voluntária da gravidez», «planeamento familiar e educação sexual» e «maternidade e paternidade»[\[464\]](#). Segundo Helena Neves, dirigente do MDM nessa época, a questão do aborto começou a colocar-se quando a associação se

alargou a trabalhadoras do sector bancário[465].

Em Abril de 1975, na Galeria Quadrante, foi lançado o MCALG – Movimento para a Contracepção e Aborto Livre e Gratuito, através de uma Conferência de Imprensa, onde participam: Maria José Paixão, Clara Meneres, Madalena Barbosa, Lia Viegas e o médico João Cabral Fernandes. Na altura, a advogada Lia Viegas referia que a disposição legal que criminalizava o aborto e que datava de 1886 era violada de três em três minutos, ao considerar-se que eram praticados 150 000 abortos por ano em Portugal. Deste modo, «se uma lei é tão reiteradamente derogada na prática é porque se tornou ilegítima». Também o médico João Cabral Fernandes afirmava «a classe médica abdicou da sua responsabilidade em relação aborto»[466]. Este movimento exigia, para além da legalização do aborto e a sua realização em instalações hospitalares, a difusão e informação sobre contraceptivos nos bairros, fábricas, escolas e zonas rurais. Em Agosto do mesmo ano, o MCALG organiza em Lisboa um encontro internacional de feministas com a presença de médicos e sociólogos[467]. Um artigo de Lurdes Feio no *Jornal* de 1 de Agosto de 1975, «Contracepção e aborto livre: remédio para a angústia de 100 000 mulheres», referia-se a este encontro[468]. O MLM também fez parte da organização deste encontro internacional e em Novembro desse ano, num comunicado à imprensa, o MLM exige «aborto e contracepção livres», propondo a revogação imediata do artigo do Código Penal que condenava as mulheres a pena de dois a oito anos de prisão pelo facto de terem feito um aborto[469]. No mesmo mês de Novembro um interessante artigo de Jacinta Sarmento no *República* referia: «[...] Em Portugal são cerca de 2000 mulheres por ano que são assassinadas por uma lei absurda. E, há além dessas as que ficam doentes. Aquelas que arrastam atrás de si as consequências psicológicas de viver na ilegalidade e na humilhação. Aquelas que não ousam ter uma vida sexual satisfatória com medo de ter filhos que não desejam ou não podem criar. Aquelas cujo terror é tão grande que se tornam frígidas e recusam qualquer comunicação.»[470]

Todavia, foi a partir da segunda metade da década de 1970 que surgem os principais factos que dão origem à CNAC. Esta plataforma de acção

jogou um papel fundamental na pressão exercida sobre os partidos políticos para que estes, na década de 1980, apresentassem no Parlamento projectos de despenalização do aborto. Em 1976[471], a 4 de Fevereiro[472], surgiu na RTP, no programa: *Nome-Mulher*, uma reportagem de Maria Antónia Palla e Antónia de Sousa sobre o aborto. De imediato, se levantaram reacções contra o programa por parte do PDC, CDS e PPD, da Ordem dos Médicos e da Conferência Episcopal. Uma nota do Conselho Permanente desta conferência salientava «o despudor de algumas imagens que conseguiram chocar a consciência dos cristãos, como certamente a da maioria dos portugueses». A televisão suspendeu o programa e a jornalista Maria Antónia Palla foi processada por «atentado ao pudor e incitamento ao crime»[473]. Na altura, a jornalista referia ao *Jornal*: «Nenhuma mulher defende o aborto já que este é uma agressão sobre a mulher. Mas se o aborto se pratica deve ser legalizado. O desconhecimento da contracepção faz com que a que a mulher tenha de fazer o aborto. O chamado aborto clandestino. Aqueles que nos condenam vão a Inglaterra ou à Suíça onde têm hipóteses nas clínicas particulares. [...] A única terapêutica para o aborto continua a ser a prisão para quem o pratica [...]. Este programa apresentou um dos direitos fundamentais da mulher que é o de dispor do seu corpo livremente. Todo o “escândalo” que o programa originou, é também devido à esquerda ter-nos ignorado até hoje, porque infelizmente há muitas pessoas de esquerda que têm mentalidade de direita.»[474] O início do julgamento só se veio a registar em Maio de 1979. De 1976 a 1979, gerou-se uma onda de solidariedade em torno desta jornalista e o debate sobre o aborto saltou para a praça pública.

No dia 8 de Março de 1977 foi entregue uma petição com mais de 5000 assinaturas à Assembleia da República, exigindo a legalização do aborto. «Na entrega da petição estiveram presentes: Maria Antónia Palla, Maria Antónia Fiadeiro, Clara Meneses, Maria José Paixão e Olga Fernandes na qualidade de independentes. Margarida Mira do MLM, Mariana Charrua e Leopoldina Torres da UMAR, Lurdes Machado do MDM e Cristina Moreno da Comissão de Mulheres da LCI. [...] O presidente da Assembleia

da República declarou ao receber a petição com 5500 assinaturas: «Se fosse apenas deputado, inscrever-me-ia para falar sobre este problema».» Esta foi parte da notícia publicada no dia seguinte pelo *Diário de Notícias*. Nesse mesmo dia, o MDM lança um apelo para que se faça «deste 8 de Março uma grande jornada de luta contra o galopante aumento do custo de vida, pela paz, pela liberdade e pela democracia» e entrega uma outra petição na Assembleia da República, exigindo alteração ao Artigo 2.º do Código Civil sobre o Direito de Família. Nessa noite realiza, ainda, no Teatro Vasco Santana um debate há sobre «A luta das mulheres na resistência», com Maria Stella Piteira Santos, Cecília Areosa Feio, Alice Rocha e Luísa Amorim[475]. Promovida pela comissão organizadora da petição sobre o aborto é realizada na Casa da Imprensa uma sessão pública. Em Abril de 1977, a UMAR tomou posição pública pela legalização do aborto[476].

Em Outubro de 1977, Maria do Carmo Romão, presidente da Comissão Instaladora da Condição Feminina, numa entrevista no *Opção* conduzida por Maria Antónia Fiadeiro pronuncia-se a favor da despenalização do aborto, encarando-o sempre como a última solução[477]. Em Novembro de 1977, a delegação de Lisboa da APF – Associação para o Planeamento da Família divulgou uma tomada de posição sobre o aborto e contracepção e realizou vários debates, assim como uma exposição documental e fotográfica. No documento elaborado pela APF em 1977, podia ler-se: «O aborto é a terceira causa de morte materna em Portugal; o aborto não é um método de contracepção [...]; a mulher e o homem têm direito de fazer uma escolha livre e consciente quanto ao número de filhos que querem ter; todos os métodos contraceptivos são falíveis; [...] são as mulheres com menos possibilidades económicas, as que abortam em piores condições. [...]» A delegação regional de Lisboa da APF pronunciava-se pela «despenalização e regulamentação do aborto, a pedido da mulher, incluído nos esquemas de assistência médica estatal»[478].

Em 1978, a Intersindical promoveu a 1.ª Conferência Sindical Nacional das Mulheres Trabalhadoras, tendo sido apresentada pela jornalista Maria Antónia Fiadeiro a seguinte proposta de adenda ao Caderno

Reivindicativo: «Pela despenalização e regulamentação do aborto, que constitui uma prática generalizada e clandestina, com graves consequências para a saúde materno-infantil com grande incidência na mortalidade materna.»^[479] Segundo notícia publicada no *Diário de Notícias* de 6 de Novembro de 1978, esta proposta de adenda não foi sequer colocada a votação, apesar de saudada com uma «estrondosa» salva de palmas pelo sector mais jovem da assistência, porque a Mesa da Conferência considerava que o movimento sindical não podia correr o risco de apresentar tal reivindicação. Também o *Jornal de Notícias* noticiava: «Conferência da mulher trabalhadora: carta reivindicativa exclui direito ao aborto.»^[480] A jornalista Fernanda Mestrinho em artigo no *Diário de Lisboa* refere-se da seguinte forma a este acontecimento: «Na recente conferência sindical sobre os problemas da mulher, a representante do sindicato dos jornalistas apresentou uma adenda sobre o direito da mulher ao aborto. Um delegado apressou-se a contestar: “É um assunto delicado e as mulheres ainda não estão ganhas para essa causa.” Esta viria a ser aliás a opinião da mesa. Adiar a discussão do problema não altera as condições em que ele será sempre debatido. Com a Igreja e os partidos da direita contra. Entretanto 100 000 abortos continuam a ser feitos em péssimas condições, permitindo a mais desenfreada especulação.»^[481]

Em Abril de 1979, foi formada a CNAC, que integrou mulheres a título individual, assim como diversas associações: MLM, IDM, UMAR, Grupo Autónomo de Mulheres do Porto, Grupo de Mulheres da Associação Académica de Coimbra. No boletim deste último grupo, *Da Mulher*, noticia-se que a 31 de Março desse ano se tinha realizado um conjunto de acções em vários países com o lema «*Aborto, as mulheres decidem*». Essas acções desenvolveram-se em Madrid, Barcelona, Luxemburgo, França, Costa Rica, Venezuela, EUA, Canadá, Holanda, Inglaterra, Bélgica e Itália.^[482]

No dia 12 de Junho de 1979, a jornalista Maria Antónia Palla foi absolvida. No *Expresso* de 23 de Junho podia ler-se: «O texto da sentença proferido no 3.º juízo correccional da comarca de Lisboa do juiz Afonso de

Melo – e que se traduziu na absolvição de Maria Antónia Palla do crime que lhe era imputado – assume um indiscutível significado histórico, na medida em que constitui uma descrição minuciosa da evolução dos costumes e dos padrões morais da nossa sociedade, especialmente na sequência do 25 de Abril.»

A 24 de Junho, realizou-se uma sessão da CNAC na Voz do Operário, onde participaram advogadas, psicólogas e médicas. Em Julho desse mesmo ano, iniciou-se o julgamento de Conceição Massano, acusada por denúncia anónima de ter feito um aborto. Maria Antónia Palla escreve em 1979 sobre esta jovem: «Conceição Massano, 22 anos, casada, mãe de uma filha de dois anos, vai ser julgada em 3 de Julho de 1979, no 1.º juízo criminal de Lisboa, por ter abortado há três anos, quando ainda era solteira [...]. O marido José Hélder Mestre, operário e electricista, também será julgado, e com eles uma antiga colega da Conceição, Maria Engrácia Santos que, segundo afirmam os autos, lhe terá dado a morada da parteira.» (PALLA, 1979:181.)

Segundo uma entrevista realizada por Maria Teresa Horta, [483] Conceição Massano tinha tido uma infância muito difícil em orfanato e aos 18 anos conseguiu entrar para a Escola de Enfermagem de Portalegre. Foi aí que lhe descobriram o diário, que serviu de base à denúncia. «Sentada no banco dos réus, Conceição tinha um ar assustado, de rapariguinha pálida, olhos enormes, pisados de cansaço: “Dizem que é crime [...] eu tenho a minha consciência tranquila. Naquela altura não podia fazer outra coisa [...] não tínhamos posses para a criança e além do mais tinha medo que me expulsassem da escola e eu queria acabar o meu curso. [...] Já senti muito medo de ser presa, mas agora estou com mais coragem [...] tanta solidariedade!”»

O movimento de solidariedade com Conceição Massano cresceu. A CNAC colocou a circular o abaixo-assinado «Nós abortámos» e recolheu 3000 assinaturas. Foi no âmbito deste movimento que a artista Io Apolloni apareceu na televisão e afirmou ter abortado. Chamada à Judiciária, Io Apolloni confirmou tudo o que dissera na televisão.

Em 24 de Outubro de 1979, a CNAC convocou uma concentração de

mulheres junto ao Tribunal da Boa-Hora[484] de apoio a Conceição Massano, que acabou por ser absolvida. A revista *Mulher D'Abril* descreveu o que se passou nessa concentração: «Conceição foi absolvida, mas a luta continua» e «Revogação da lei do aborto» foram as últimas palavras das inúmeras mulheres que no passado dia 29 se concentraram frente ao tribunal da Boa Hora, respondendo ao apelo da CNAC. Eram 19h30 quando a sentença foi lida absolvendo por falta de provas Conceição Massano acusada de ter praticado um aborto. «Tinha sido uma longa tarde, aquela onde não faltaram nem a hipocrisia da justiça, nem as cacetadas da polícia.»[485] Quando centenas de mulheres declaravam mais uma vez que também tinham abortado, exigiam a «contraceção para não abortar e aborto legal para não morrer», a polícia respondeu agredindo selvaticamente as mulheres[486]. Nesta concentração, foi aprovada pelas mulheres presentes uma Moção em que se exigia: «Absolvição imediata de Conceição Massano. Revogação imediata da lei do aborto. Legalização do aborto a pedido da mulher e a cargo da assistência do Estado. Alargamento do Planeamento Familiar de modo a cobrir as necessidades da população.»[487]

Tanto este julgamento como o de Maria Antónia Palla mobilizaram a opinião pública. Tinham sido geradas solidariedades. O caso destes julgamentos chegou à imprensa internacional. Jill Jolliffe escreveu um artigo para o jornal *The Globe and Mail*, onde refere, para além destes julgamentos, a oposição da Ordem dos Médicos à alteração da lei do aborto, assim como a estimativa de que seriam realizados anualmente 180 000 abortos clandestinos em Portugal, o que originava, por complicações, a morte de cerca de 2000 mulheres. O mesmo artigo refere, ainda, a morte de uma jovem de Faro, Ana Bela Delgado, que tinha aplicado pesticida numa tentativa de auto-aborto[488].

A CNAC ganhou protagonismo e desenvolveu iniciativas de informação. Chegou mesmo a participar de forma autónoma na manifestação do 1.º de Maio de CGTP, apesar dos conflitos gerados com os piquetes da manifestação, levantando as seguintes palavras de ordem «Contraceção para não abortar, legalização do aborto para não morrer» e

«Aborto e contracepção, as mulheres decidirão». O MDM, que não integrava a CNAC, tomou também posição pública sobre o julgamento de Maria Antónia Palla. A revista *Mulheres* de Junho de 1979, realizou uma entrevista a esta jornalista concluindo que o «desprezo pelo problema da legalização do aborto é testemunho da secundarização das mulheres na sociedade»[\[489\]](#). A mesma revista desenvolveu um conjunto de artigos sobre o tema do aborto de Fevereiro a Setembro de 1979[\[490\]](#). Contudo, em nenhum desses artigos é referida a formação da CNAC.

Em 1980, o PS, o PCP e a UDP, em intervenções na Assembleia da República, anunciaram a preparação de propostas de lei sobre a legalização do aborto.

IV

ANOS 80 – AVANÇOS OU RETROCESSOS?

«O que é feito das feministas portuguesas? O movimento de libertação das mulheres ainda mexe em Portugal?»^[491] Estas foram algumas interrogações levantadas no início da década de 1980. Mas esta não foi apenas uma questão colocada em Portugal, onde as fraquezas do movimento feminista eram visíveis. Em outros países, nomeadamente nos EUA, onde o movimento de libertação das mulheres tinha sido forte, a mesma interrogação se colocou. Segundo Susan Faludi, a jornalista que estudou a reacção (*backlash*) contra o feminismo, nos finais do século XX, na sociedade norte-americana, os meios de comunicação social divulgam a ideia de que «o feminismo estava morto»:

O alegre e animoso pseudofeminismo dos meios de comunicação social cessou subitamente a partir dos anos 80; a imprensa empenhou-se em entoar a marcha fúnebre ao movimento feminista. O feminismo estava morto, repetiam até à saciedade os títulos dos periódicos. Um artigo de fundo do *New York Times Magazine* afirmava: «O feminismo acabou.» [...] A imprensa divulgava a ideia que sustentava o *backlash*: apesar de tudo o que haviam conseguido as mulheres mostravam-se insatisfeitas; teriam sido as conquistas do feminismo e não a resistência da sociedade a essas conquistas parciais, as responsáveis pela insatisfação das mulheres. (FALUDI, 1993:113-114.)

Em Portugal, as motivações para as interrogações e as respostas seriam diferentes na época. Isabel Santos, médica, activista do Centro de Informação e Documentação das Mulheres (IDM), «herdeiro dos ideais do MLM», respondia que não existindo propriamente um movimento de libertação das mulheres, entendido como estrutura organizada, tinham-se

formado grupos interessados e que seriam «o futuro embrião de um movimento feminista».

Na década de 1980, tal como tinha acontecido na década de 1930^[492], Elina Guimarães publicava artigos sobre o feminismo dignos de menção, no jornal *Primeiro de Janeiro*: «Esta palavra feminismo» (16/2/1980); «O feminismo no nosso dia-a-dia» (22/11/1981); «Evolução dos movimentos feministas» (25/4/1982); «Porque sou feminista» (22/5/1983); no jornal *Diário de Notícias*: «O feminismo e a vida familiar» (21/3/1924); «Simone de Beauvoir deu ao feminismo a dimensão de ciência humana» (7/5/1976). No seu texto de 1983 em que explica porque é feminista, Elina Guimarães escreve: «Em 1928, ainda bastante nova, devido não aos meus méritos, mas à falta de quadros feministas, tive a honra de fazer o discurso de abertura do Segundo Congresso Feminista Português. Disse então que nenhuma doutrina tinha tido mais detractores do que o feminismo, porque nenhuma tinha sido, propositadamente tão desvirtuada. [...] Hoje passados 50 anos, continuo a ter necessidade de dizer o mesmo, porque ultimamente tem aumentado o modo pejorativo de encarar o termo feminismo. A tal ponto, que algumas senhoras, que devem às lutas feministas a oportunidade de gozar dos cargos que ocupam, consideram-se mesmo ofendidas pela possibilidade de as julgarem feministas... Na realidade dão triste ideia da sua compreensão e coerência. Eu, pelo contrário sinto-me ofendida, quando alguém, oralmente ou por escrito, me pergunta se sou feminista, ou, ainda pior, parte da premissa de que não o sou. Sou feminista porque entendo que os direitos das mulheres e as suas oportunidades merecem e devem ser defendidos.»^[493]

Na década de 1980, em especial na primeira metade, os grupos e associações feministas continuaram a desenvolver trabalho, em especial em torno da legalização do aborto, das comemorações do 8 de Março, levantando também novas causas como a luta contra a violência doméstica. Todavia, a expressão «feminismo» não era frequentemente utilizada a não ser nas iniciativas de alguns grupos e associações de menor dimensão.

No dia 8 de Março de 1980, um jornal diário noticiava que nesse dia se tinham unido vários grupos de mulheres para festejarem uma data e

lembrar direitos. «Assim, a CNAC, a UMAR, o MLM, o IDM, a APF, o colectivo Nós Mulheres e outras prepararam uma festa na Faculdade de Letras e organizaram um ciclo de cinema, no Quarteto,[\[494\]](#) dedicado à mulher.»[\[495\]](#) Apresentava-se um programa variado que ia da música, a exposições, teatro, poesia com a colaboração de Fernanda Lapa, Isabel de Castro, Teresa Ferin, Maria do Céu Guerra, o Coro das Bruxas, Cantadeiras Alentejanas, entre outras. Como principais preocupações, as organizadoras desta iniciativa colocavam: «Preocupação com a campanha de regresso da mulher ao lar; clima de violência e de violações sobre as mulheres; condições de desigualdade no trabalho, onde as mulheres ganham 2/3 do salário dos homens.» Consideravam, ainda, que em Portugal o movimento de mulheres estava ainda «muito embrionário» e que era preciso fortalecê-lo dada a sua importância: «Porque não é possível alcançar a igualdade sem o conhecimento das raízes da opressão.» Em 1981, num depoimento na revista *Mulheres*, Maria Isabel Barreno respondia à pergunta: «Porque está na luta das mulheres?» A sua resposta elucida a consciência existente em mulheres que ousaram dizer que eram feministas: «A opressão e a exploração das mulheres são as mais antigas; são a raiz das outras explorações e opressões. [...] Na família patriarcal basicamente têm sido reproduzidas, ensinadas, as relações de opressão e exploração que permitem o restante funcionamento social nesses termos.»[\[496\]](#)

Em resposta à interrogação «do que é feito das feministas portuguesas?», a investigação agora realizada aduz que as feministas continuavam a agir. As realizações internacionais sobre a década da mulher também tiveram algum reflexo em Portugal.

As Conferências Internacionais em Torno da Década da Mulher

A nível internacional, a primeira metade da década de 1980 é marcada por muitas iniciativas em torno da década da mulher (1975-1985), promovida pelas Nações Unidas[\[497\]](#). No início da segunda metade desta década, em 1980, surgiram diversas reuniões preparatórias da Conferência de Copenhaga, que se veio a realizar de 14 a 30 de Julho deste ano. Destas

reuniões preparatórias destaca-se uma Conferência das Nações Unidas em Nova Iorque presidida por Maria de Lourdes Pintasilgo sobre o tema: «As mulheres, uma estratégia para o desenvolvimento para os anos 80.» Em Portugal, em Junho, as ONG do Conselho Consultivo da então Comissão da Condição Feminina promovem um seminário preparatório da Conferência de Copenhaga: «A Década das Nações Unidas para a Mulher.»

Copenhaga tornou-se a capital mundial das mulheres durante os 15 dias da conferência. Como temas principais colocavam-se: a Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz e como subtemas a educação, o emprego e a saúde. Foi feita a avaliação da primeira metade da década da mulher e planeadas acções para a segunda metade da década que veio a encerrar em 1985 com a Conferência de Nairobi. Do balanço realizado pela secretária-geral da ONU para esta conferência: Lucile Mathurin Mair conclui-se que não houve grandes avanços desde a conferência do México, em 1975, e que em algumas áreas tinham existido mesmo retrocessos.

Teresa Ambrósio, membro da delegação oficial à Conferência de Copenhaga,[\[498\]](#) na qualidade de deputada do Partido Socialista, refere em depoimento que a grande conclusão desta conferência teria sido: «A promoção da mulher – desde as que vivem nos países industrializados no norte da Europa, às das zonas mais pobres de África ou da Ásia, às dos países com regimes políticos democráticos avançados, às que vivem em países onde impera o colonialismo, o racismo ou regimes ditatoriais, ou ainda para os milhares de mulheres desalojadas ou refugiadas – para todas elas, para todas nós, só é possível esta promoção se se criarem outras estruturas económicas, sociais e políticas que permitam o desenvolvimento de todos os países e não o de alguns à custa dos outros.»[\[499\]](#)

No fórum paralelo das organizações não governamentais que reuniu 8000 mulheres, a polémica entre as questões mais gerais da política mundial e os direitos mais específicos das mulheres foi uma constante. Uma delegação do MDM participou nesta conferência e na revista *Mulheres* afirmava-se a este propósito: «No decorrer da conferência, duas visões em conflito: a mulher virada só para os seus

problemas específicos ou a mulher que perspectiva a solução destes problemas que são seus, no mundo real em que se movimenta: um mundo onde permanece o racismo, a opressão dos povos, a ocupação dos países.»[500] Uma outra perspectiva, publicada no boletim do IDM, surge do relato de Jill Nichols, participante nesta conferência: «Era estranho estar numa conferência de mulheres que tomava o feminismo como uma perspectiva entre muitas, embora, de facto, muito poucas mulheres fossem anti feministas.»[501] As contradições entre as mulheres africanas e as mulheres «ocidentais» foram evidentes em torno de questões como a mutilação genital feminina. Contudo, a repressão feita pela polícia dinamarquesa às mulheres que se manifestavam contra o golpe de estado fascista na Bolívia, uniu muitas mulheres em solidariedade e a ministra da Cultura da Dinamarca teve de reunir de emergência com o primeiro-ministro, pelo que o governo teve de lamentar o uso da força na intervenção policial.

No final desta conferência foi aprovado um Programa de Acção para a Segunda Metade da Década, tendo em consideração que a avaliação feita à primeira metade exigia medidas mais concretas por parte dos governos. No ano de 1980 são ainda realizadas duas importantes conferências: Conferência Internacional sobre as Mulheres e o Apartheid e a Conferência de Mulheres do Mediterrâneo. Em 1981, de 8 a 13 de Outubro, a FDIM, organiza uma Conferência Mundial de Mulheres em Praga onde participam 1000 mulheres. De Portugal a delegação foi constituída por Lusía Amorim, Helena Neves, Isaura Vieira, Maria José Ribeiro, Rosália Ferreira, Ana Vale e Maria José Estanco do MDM e Fátima Grácio do GRAAL.

Entre 15 e 26 de Julho de 1985 realiza-se em Nairobi a conferência internacional de encerramento da Década da Mulher. «Estratégias para o futuro – progresso das mulheres até ao ano 2000» foi o documento aprovado por consenso por 157 países e foi adoptado como resolução (40/108) pela Assembleia-Geral das Nações Unidas a 13 de Dezembro do mesmo ano.

O Encontro Feminista de Vilar do Paraíso em Gaia e Outros Debates

Em 1983, de 5 a 9 de Outubro, realiza-se um encontro feminista em Gaia. Do seu relato, no Boletim zero do Grupo de Mulheres do Porto, é possível entender um conjunto de preocupações do feminismo mais radical, expressas nas temáticas abordadas.

O programa do encontro tinha uma componente de debate teórico em torno de sexualidade, lesbianismo, planeamento familiar, maternidade, aborto, violência contra as mulheres, feminismo e uma componente prática inovadora em Portugal: o «wen-do», um método de autodefesa das mulheres perante situações de violência e o «auto-exame» que consistia «num melhor conhecimento do corpo das mulheres para desfazer bloqueios». As metodologias utilizadas consistiam no trabalho em pequeno grupo com troca de experiências e depois debates em grupo mais alargado.

Participaram no encontro mulheres da CNAC, do Grupo de Mulheres do Porto[\[502\]](#), do IDM, da APF, da Cooperserdo (Cooperativa de Empregadas do Serviço Doméstico). Os debates tiveram como apoio textos previamente preparados. Um dos documentos: «Apontamento histórico sobre as lutas das mulheres», assinado por Ivone Olim, estabelece uma ponte histórica com as feministas do início do século, relatando aspectos da luta sufragista, da acção da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas e do Conselho Nacional das mulheres Portuguesas, afirmando que esta organização era «filiada no Conselho Internacional das Mulheres e na Aliança Internacional para o Sufrágio Feminino». Pode ler-se, ainda, a seguinte análise no documento: «Com o Estado Novo as mulheres diluem-se na família, esse grupo «natural», que as obriga a um estatuto inferior ao da mulher solteira ou viúva.»[\[503\]](#) O texto motiva o debate sobre «O que é ser feminista hoje?» Um outro texto de Inês Lourenço faz o balanço do encontro expressando alguma polémica gerada.[\[504\]](#) Este breve resumo é muito rico, pois consegue em poucas palavras expressar várias ideias sobre o feminismo presentes no encontro. Em artigo no *Jornal de Notícias*, Fina D'Armada revela que, nesse encontro, aprendeu que se podia ser feminista sobre diversos ângulos.

Outras polémicas giraram em torno do lesbianismo, apontado como «uma questão muito recente nos grupos de mulheres em Portugal», da

maternidade como «destino» ou como «projecto», do «amor maternal», da sexualidade. O debate sobre este último tema teve como base um texto intitulado: «Sexualidade Feminina» adaptado do *Relatório Hite*, de Shere Hite, e da *Nova Terapia Sexual*, de Helen Kaplan, onde se fala de masturbação, orgasmo e lesbianismo. Sobre sexualidade feminina pode ler-se: «A sexualidade feminina tem sido vista essencialmente como uma resposta à sexualidade masculina e à relação sexual. Raramente se reconhece que a sexualidade feminina tenha uma natureza própria, complexa, pois não se limita à contrapartida lógica daquilo que julgamos ser a sexualidade masculina.» No final do encontro foi lançado o primeiro número da revista *Artemísia* e realizada uma festa de confraternização. Ficou previsto um segundo encontro para 4, 5, 6 e 7 de Outubro de 1984 que não se chegou a realizar. Foi encontrado um cartaz que anuncia o 2.º Encontro Nacional de Mulheres Feministas de 15 a 19 de Fevereiro de 1985, no Porto.

Outros debates e encontros surgiram na segunda metade da década de 1980.

A 4 de Março de 1989 a Liga Portuguesa dos Direitos das Mulheres, uma das associações formadas nos anos de 1980, organiza um debate com o tema: «Feminismo – finais do século xx, princípio do século XXI» com a participação de Luísa Amorim numa intervenção sobre «Movimentos feministas europeus». Maria Isabel Barreno falou das perspectivas das lutas das mulheres no presente e no futuro. «Discurso sofrido da mulher – que mudança?» foi o tema da Maria do Céu Guerra. Maria José Paixão deu o seu depoimento: «Uma feminista, anos depois». Natália Correia falou sobre «A mulher e o poder», Teresa Ambrósio sobre «Identidade e afirmação feminina – caminhos, becos e atalhos», Maria Teresa Horta sobre «Feminismo, que mudança?» e Zita Seabra questiona: «O feminismo existiu?». A moderação dos debates é feita pelas jornalistas Maria Antónia Fiadeiro, Maria Antónia Palla e Antónia de Sousa. O tom do debate suscitado pelas intervenções foi o da «crise do feminismo». Teria o feminismo ultrapassado a sua fase reivindicativa? O que estaria em «crise»: a causa ou as formas? Ana Sara Brito, autarca e membro da Liga

dos Direitos das Mulheres, na altura, afirmava: «As associações de mulheres não estão em crise, têm é de saber actuar. Devemos aprofundar a nossa maneira de actuar. Ser criativas e dar a volta. Não nos fechamos em discussões, que nos satisfazem intelectualmente, mas afastadas da maioria das mulheres.»

É também em 1989 que as ONG do Conselho Consultivo da CIDM organizam um seminário sobre «Assédio sexual nos locais de trabalho», introduzindo-se pela primeira vez este tema a debate em Portugal. O MDM organiza um «Parlamento Alternativo de Mulheres», uma iniciativa também inovadora. No ano anterior, tinha estado a debate no Parlamento um projecto de lei da Coordenadora Nacional de Mulheres^[505] sobre o estatuto das associações de mulheres, primeira iniciativa legislativa nesta área (1988). Esta mesma coordenadora organizou no mesmo ano um seminário sobre «Mulheres e Pobreza» e, no ano anterior, o primeiro seminário realizado em Portugal sobre a «violência sobre as mulheres», uma iniciativa do IDM, que teve a participação da Coordenadora Europeia de Mulheres. De referir que foi nesta década que se registaram os primeiros seminários na área dos «Estudos sobre as Mulheres» organizados pela CIDM (1983) e por universidades (Coimbra e ISCTE em 1985). É de registar, ainda, em 1985 dois seminários importantes impulsionados pelas ONG e pela CIDM: «Avaliação da década das Nações Unidas sobre a Mulher», em Julho e «A mulher e o Poder», em Novembro.

Podemos dizer, através deste breve balanço de actividades que a década de 1980 não correspondeu ao desaparecimento dos feminismos. O aborto permaneceu na agenda política na primeira metade da década. Houve mudanças, porque se extinguiram alguns grupos e associações, mas outros conseguiram afirmar-se num terreno mais alargado de trabalho, através de plataformas comuns como foi o caso da Coordenadora Nacional de Mulheres e das ONG do Conselho Consultivo da CIDM. As causas também foram mudando. Continuando em aberto a questão chave para os feminismos: a despenalização do aborto, que a lei aprovada em 1984 não resolveu, os feminismos de cariz menos radical foram acumulando forças num trabalho com maior visibilidade junto de instituições, levantando

novas causas: o «poder político e a participação das mulheres no poder», que veio a desembocar na luta pela paridade nos anos 90; a «violência sobre as mulheres» levantada pelos primeiros grupos feministas, mas que também só encontra respostas na década seguinte. O surgir de novas associações de mulheres também foi uma novidade da década de 1980 em Portugal. Nem todas se afirmaram feministas, porque os receios e a falta de debate continuaram a marcar esse tempo, mas foram portadoras de uma intervenção em áreas mais específicas, que se abriram à afirmação dos direitos das mulheres. Entretanto, as associações já existentes continuaram a sua caminhada. Momentos existiram em que souberam convergir.

O Papel das Associações de Mulheres na Década de 1980

Os grupos de mulheres formados no início dos anos 80: o GMP, a REDE de Mulheres, o GML e a Associação MAPA

O Grupo de Mulheres do Porto (GMP) surgido em 1982, editou a Revista *Artemísia*, que pretendia ser «um projecto aberto a todos os discursos e tendências feministas», tal como é referido no primeiro número da revista publicado em Janeiro de 1985. Depreende-se, deste modo, que existia por parte deste grupo de feministas a necessidade de envolver no debate várias perspectivas sobre o feminismo. O segundo número foi editado em Outubro de 1985 e o terceiro e último número da revista data de Julho de 1987. Do conteúdo destas edições destacam-se os seguintes temas: sexualidade feminina; violências sobre as mulheres; saúde das mulheres; mulheres em luta no grupo Mondego; situação da mulher na China; 2.º Encontro de Mulheres Feministas realizado em Fevereiro de 1985; Movimento Feminista na Galiza; Lesbianismo – quebrar o silêncio; artigo sobre Simone de Beauvoir; mulheres na ciência; novas tecnologias de reprodução; para um *dossier* sobre a IVG. No primeiro número da revista o artigo «Percursos – para uma história do feminismo em Portugal» pretende fazer uma trajectória histórica dos grupos e associações de mulheres desde o tempo da República, tema que é retomado no segundo número da revista com o artigo «Movimento de Mulheres e não promoção

de vedetas» onde se procura polemizar em torno de um feminismo assente no protagonismo de algumas mulheres. Ainda um artigo sobre o movimento feminista na Galiza procura situar historicamente os feminismos. Alguns estudos caracterizam também este segundo número da revista sobre: «As raparigas na Escola Portuguesa» e «Alguns contributos para o estudo da identidade das empregadas domésticas em Portugal». No terceiro e último número da *Artemisia*, o editorial traçava as muitas dificuldades que atravessava a revista, não em termos de colaboração, mas de suporte financeiro e de divulgação. Para além do artigo sobre Simone de Beauvoir já referido, a revista publica um *dossier* sobre o aborto, retomando assim um tema que tinha ficado um pouco silenciado após a aprovação da lei de 1984.

Como colaboradoras da revista *Artemisia* surgem os nomes de Adelaide Sousa, Anabela Arnoldt, Ana Maria Braga da Cruz, Aurélia Ribeiro, Berta Nunes, Bonina Brandão Pedro, Celeste Guedelha, Fátima Ferreira, Fina D'Armada, Francisca Reis, Gi Magalhães, Isabel Barreno, Ivette Rondy; Ivone Alves, Isabel Moura, Isabel do Carmo, Ivone Olim, Inês Lourenço, Luísa Ferreira da Silva, Maria Gonçalves, Teresa Sá e Melo entre muitas outras. A coordenação estava a cargo de Gi Magalhães, Anabela Arnoldt, Adelaide Sousa, Berta Nunes, Inês Lourenço. A opção por tornar visíveis estes nomes assenta no facto de se procurar valorizar um conjunto de mulheres, que assumindo-se como feministas, ousavam escrever nessa qualidade. Colaboravam ainda na revista grupos, como «As Bruxas», Grupo de Mulheres de Lourosa, ou ainda o IDM.

A REDE de Mulheres foi criada em 1980, propondo-se contribuir para uma «sociedade solidária e não competitiva» e estruturou-se em 15 distritos do país. «A Rede mobilizou na sociedade portuguesa entre 1980 e 1986 cerca de 500 participantes e teve como principal impulsionadora a Engenheira Maria de Lourdes Pintasilgo.»^[506] Um dos boletins da REDE tecia referências a um encontro de mulheres realizado em Coimbra, a 7 de Março e nele se afirmava: «A rede de mulheres terá de ser voz de mulheres, acção de mulheres, mulheres que se transformam e que transformam», lia-se no boletim *da Rede ao Nó* de Março de 1981. «A

Rede de Mulheres «provocou muitas suspeitas e reacções em diversos sectores partidários, o que levou um grupo de mulheres envolvidas a vir a público explicitar os objectivos» (*Jornal de Notícias*: 31/10/81). Enquanto trabalhar *em rede* é uma prática normal no ano 2005, em 1981, «metia medo», não apenas por supostas razões políticas. Era suspeito por ser uma *Rede de Mulheres*. Maria de Lourdes Pintasilgo veio ao jornal dizer numa entrevista exclusiva que «as mulheres são já de facto uma força colectiva» (*O Jornal*: 30/10/81).»

Maria de Lourdes Pintasilgo afirmava, em 1982, num Encontro da Rede de Mulheres da Zona Norte que a existência da rede era a resposta aos problemas específicos colocados pela realidade da vida das mulheres. «Trabalhamos a ligação entre aquilo que é pessoal e aquilo que em termos muito amplos se pode chamar de político. [...] Numa Rede de Mulheres as relações entre o público e o privado são um ponto fulcral. [...] A base do nosso trabalho político não é qualquer coisa fora de nós, a tal coisa que pudemos manipular à nossa maneira, mas qualquer coisa que está profundamente ligada com a nossa vida de cada dia.» Ainda, segundo Maria de Lourdes Pintasilgo, a razão de ser dos novos grupos de mulheres colocava-se no reconhecimento da sua situação, enquanto grupo social oprimido. Numa carta publicada no boletim de Julho de 1982, após o Encontro da Rede, Maria de Lourdes Pintasilgo refere Juliet Mitchell no seu livro *Women's Estate*, quando esta afirmou que a «política separatista» de libertação das mulheres resultou da sua condição de oprimidas e da falta de confiança em si próprias. Na referida carta é ainda afirmado que o carácter exclusivamente feminino dos novos movimentos de mulheres é paradoxalmente uma afirmação da igualdade: «De facto, desde tempos imemoriais que os homens se reúnem entre si, sem que isso seja objecto de crítica ou seja ressentido como uma diminuição do humano total. Ao reunirem-se entre si, as mulheres exprimem a vontade de afirmar, por esse gesto, a igualdade diferenciadora onde, a pouco e pouco, a eliminação da opressão se poderá manifestar.»[\[507\]](#)

Sobre o Grupo de Mulheres de Lourosa (GML) foi elaborado um trabalho de investigação, que incide sobre a história de vida de uma das

mulheres do grupo[508]. Existe uma entrevista em Julho de 1991, da revista *Simulher*[509], em que conclui que o grupo surgiu em 1981, após um Encontro de Mulheres em Coimbra onde participou a Engenheira Lourdes Pintasilgo. Os problemas mais abordados no grupo possuíam cariz familiar e laboral. O GML realizou debates alargados à população sobre saúde, planeamento familiar, sexualidade, educação infantil e promoveu um encontro sobre o papel da mulher na Igreja. Os problemas da fábrica onde trabalhavam (sector de cortiças) eram também muito abordados.

A Associação MAPA – Mulheres a Preparar o Amanhã foi constituída em Dezembro de 1983, na sequência de um projecto de intervenção do GRAAL, junto do meio rural. Possuía âmbito regional, com delegações em várias aldeias, onde mantinha centros de animação infantil (Campo, Lordelo, Recarei, Reiros, Vilarinho, Canidelo, Lobão, Sanguedo, Serreleis, Vila Nova de Gaia, Santo Isidoro-Livração). A associação chegou a ter 700 sócias e a editar um boletim (KONING, 1986:836).

A intervenção do GRAAL, MDM e UMAR.

A Cooperativa Editorial/IDM e a revista *Lua*

O GRAAL continuou com os programas de conscientização das mulheres

Nos anos 80, o GRAAL continuou a privilegiar a sua actuação no meio rural, desenvolvendo diversos programas de animação infantil em várias aldeias dos concelhos de Vila da Feira, Vila Nova de Gaia e Marco de Canaveses. Em 1985 foi lançado um novo projecto, denominado «Modelo» – Mulheres organizam-se para o Desenvolvimento Local. Segundo Maria Helena/Marijke de Koning, no seu estudo «Lugares Emergentes do Sujeito-Mulher», este projecto pretendia dar continuidade à intervenção junto de mulheres e raparigas das zonas rurais, valorizando o artesanato, apoiando as mulheres a organizarem a sua produção, dando formação e estabelecendo ligações a organismos oficiais com foi o caso da Comissão da Condição Feminina. De algumas pistas de avaliação desta iniciativa pela voz de mulheres envolvidas sobressai a ideia de uma formação global

dada pelo GRAAL em vários aspectos da vida. Como afirma a autora/sujeito activo de muitas destas intervenções, «o trabalho do GRAAL em Portugal tem proporcionado um contexto de educação não-formal para mulheres de diferentes classes sociais. Teve e tem como objectivo contribuir para a tomada de consciência, por parte das mulheres envolvidas, das formas de opressão que marcavam a sua situação de vida» (KONING, 2006:227).

Nos anos seguintes, o GRAAL desenvolveu o projecto «jovens e auto-emprego»; acções em Cabo Verde, em colaboração com a CARITAS; encontros de intercâmbio cultural entre diferentes zonas do país. Dinamizou, ainda, a formação de redes de interacção (Rede LIEN, Rede Mulheres Anos 2000), um projecto de animadoras/es de turismo rural. Realizou diversos programas culturais e colóquios no «Terraço», assim como o Projecto para uma Sociedade Activa.

MDM de forma mais activa na luta pelo aborto e na defesa da Paz

A partir dos anos 80, o MDM insere-se de forma mais activa na luta pela legalização do aborto. Apesar de o direito ao aborto constar de alguns documentos anteriores à década de 1980, o centro da actividade desta associação não se desenvolveu nesta área. «As questões tidas como mais íntimas assomam ao debate público, à luta: a violência na família [...] as violações, a posse da mulher como um uso e abuso do poder masculino, o direito ao aborto [...]. Embora, em rigor estas questões nunca tivessem estado ausentes da análise do MDM e assomassem mesmo no I Encontro de 1973 e noutros, era apenas como esboço, tímido aflorar. Por razões que ultrapassavam as próprias estruturas do MDM, razões de mentalidade, de cultura(s).» (NEVES, 1988:34.)

Em 1980, o I Congresso define o MDM como um movimento de opinião e de intervenção que aglutina mulheres nos vários campos de actividade humana, nas fábricas, nos campos, nos escritórios e hospitais, na intelectualidade, donas de casa e que, pela sua íntima ligação aos problemas das mulheres, nas empresas, nos sindicatos, nas escolas, nos

bairros «é capaz de, a cada momento, exprimir os anseios, as reivindicações, os problemas que mais afectam as mulheres». Revela, ainda, que a organização tem 11 000 aderentes e está organizada em 15 distritos do país. Neste mesmo Congresso, o MDM apresenta, através de Maria José Ribeiro, uma comunicação sobre «Maternidade, Planeamento Familiar e Aborto»[\[510\]](#), num tipo de discurso que se diferencia em muito das concepções existentes na CNAC, em especial, no que se refere à decisão individual da mulher. Decerto, foi este um dos motivos que levou o MDM a nunca ter pertencido à CNAC – Campanha Nacional pelo Aborto e Contracepção. Contudo, o MDM já tinha expressado a sua solidariedade com os julgamentos de Maria Antónia Palla e Conceição Massano em 1979 e é a partir deste seu I Congresso, com a publicação da Carta dos Direitos das Mulheres, que o MDM mais se mobiliza em torno da luta pela despenalização do aborto. De realçar que, em 1982, num comunicado publicado na revista *Lua* de Junho de 1982, o tipo de discurso relativamente ao aborto se altera face à posição anteriormente referida do Encontro de 1980[\[511\]](#).

Em 1981, o movimento exige uma entrevista com a secretária de Estado da Família e com a Comissão da Condição Feminina, assumindo uma posição contra a nota difundida pela Direcção Geral de Saúde em que se negava aos jovens e às jovens, sem autorização expressa dos pais, o acesso às consultas de planeamento familiar: «O MDM face ao Planeamento Familiar[\[512\]](#).» Apela à presença de mulheres junto da Assembleia da República, em 1982, no debate dos projectos de lei do PCP, um dos quais sobre a legalização do aborto. Promove diversas acções de informação e distribui o documento: «Ser mãe em Portugal, que condições?» Em 1984, altura de aprovação da lei sobre despenalização do aborto, retoma as mobilizações junto do Parlamento. De 1987 a 1989, incide a sua actividade na exigência da aplicação das três leis aprovadas na Assembleia da República em 1984, sobre a maternidade, paternidade, o planeamento familiar e a interrupção voluntária da gravidez, entregando ao Ministério da Saúde um *dossier* sobre estes temas.

O MDM continuou também a privilegiar o tema da Paz, dinamizando

um seminário em defesa da Paz, um acampamento: «Mulheres pela Paz» em Sines e um comboio da Amizade e da Paz, no âmbito de uma campanha nacional de sensibilização da opinião pública com os lemas: «Nós que damos a vida, queremos a paz» e «Dou o meu nome pela paz». Emitiu um comunicado contra o facto de Portugal permitir o estacionamento no país de navios de guerra estrangeiros portadores de armas nucleares, quando tinha assinado o tratado de não-proliferação de armas nucleares.[\[513\]](#) Em Novembro de 1980, o MDM promove uma campanha de solidariedade para com as vítimas do terramoto em Itália e envia um telegrama de solidariedade para a União de Mulheres Italianas. [\[514\]](#) É também de Novembro deste ano um comunicado de imprensa alertando para os perigos da candidatura de Soares Carneiro às Presidenciais e aconselhando as mulheres portuguesas a votar em Ramalho Eanes: «Um candidato que assume o compromisso de respeitar a Constituição, da garantir as liberdades e a paz[\[515\]](#).» Promoveu o seminário: «Mulheres e Autarquias» e um debate sobre «Aborto e Planeamento Familiar».

Em 1985, realizou um seminário sobre a «Década das Nações Unidas para a Mulher», a 25 de Maio[\[516\]](#). Posicionou-se contra a revisão das leis laborais[\[517\]](#), exigiu um cabaz de compras contra o aumento do custo de vida, tomou posição contra o aumento das rendas de casa e contra limitação do leite para as crianças nas escolas. Em 1986, insurgiu-se contra a introdução de taxas moderadoras nos serviços de saúde[\[518\]](#).

O MDM, promoveu a 19 de Março de 1988, um Tribunal de Opinião sobre a violência contra as mulheres[\[519\]](#) que teve o apoio da Associação Ninho, do Departamento de Mulheres da CGTP e do Centro de Informação das Nações Unidas em Lisboa. Realizou-se no Centro de Estudos Judiciários e teve como oradoras/es: Maria do Carmo Marques (CGTP), Regina Marques (MDM), Helena Neves (Directora da revista *Mulheres*), Inês Fontinha (Ninho), os psicólogos Francisco Allen Gomes, Ana Maria Cardoso Allen, a jurista Lia Viegas e, ainda, Moisés Espírito Santo e Paulo Noronha. Os temas tratados foram: violência no trabalho, violência e família, violência sexual/sexualidade reprimida, violentação sexual no

casamento, razões culturais da violência, prostituição, maus-tratos. Em Julho deste ano, um comunicado de imprensa do movimento saudava a aprovação no Parlamento da lei das associações de mulheres fruto de um trabalho conjunto de associações na Coordenadora Nacional de Mulheres. [\[520\]](#)

É interessante verificar, neste comunicado, reproduzido na nota 520, a utilização por parte do MDM da terminologia «Movimento Feminino» e da necessidade de afirmação de que «existem associações, que coerentemente defendem os direitos das mulheres». O comunicado revela ainda um trabalho conjunto das associações de mulheres nos finais dos anos 80 no qual o MDM se integrava. É, ainda, a 29 e 30 de Outubro de 1988 que o MDM realiza o seu III Congresso com o lema: «20 anos – mulher futuro, Ousar a Igualdade, exigir o Desenvolvimento, agir pela Paz», tendo organizado um conjunto de debates que antecederam o congresso. A realização do congresso coincidiu com a comemoração dos 20 anos de actividade da organização.

Em Maio de 1989, o MDM realizou com o apoio da FDIM um Parlamento Alternativo Europeu de Mulheres que teve bastante impacto e que versou o tema da violência sobre as mulheres: «violência no trabalho», «violência e família», sendo que se aprovaram duas resoluções sobre estas temáticas e duas recomendações sobre «assédio no local de trabalho» e «maus-tratos e violações». Em 1989, o movimento entrega uma distinção de honra a Clementina Carneiro de Moura na sua residência pela sua vida de artista e cidadã. Da delegação do MDM fizeram parte Maria Keil, Laura Lopes, Maria Alda Nogueira e Maria José Gomes. Também neste ano, em Setembro, uma delegação do MDM participa na reunião do Conselho da Federação Democrática Internacional de Mulheres (FDIM) em Sófia. Em Novembro, um comunicado do MDM presta homenagem a Dolores Ibarruri, vice-presidente da FDIM. [\[521\]](#)

O MDM realiza, ainda, em Novembro, um debate sobre a situação em Timor- Leste e no comunicado de imprensa, o MDM expressa «a sua indignação pela atribuição de um prémio das Nações Unidas, ao presidente Suharto da Indonésia». [\[522\]](#) É também de 1989 a tomada de posição

pública contra a extinção da Comissão Parlamentar da Condição Feminina. Ainda, nesta década, o MDM fez parte da Coordenadora Nacional de Mulheres (FIADEIRO, 1989:11-12). Participou ainda, nos seminários dinamizados pelas Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres.

A UMAR na luta pela legalização do aborto e na acção conjunta. O inquérito sobre relações familiares: acção inovadora

No dia 8 de Março de 1980, a UMAR realiza uma conferência de imprensa na livraria Opinião, onde a associação centra as suas declarações na despenalização do aborto, na denúncia da «pretensão demagógica do governo de atribuir um salário às domésticas que tem em vista unicamente o regresso ao tempo da “fada do lar”».[523] Nesta conferência estiveram presentes duas dezenas de trabalhadoras de várias empresas (Plessey, Standard Eléctrica, J. B. Corsino, Her, Messa e EPAL) que denunciaram as situações de discriminação de que eram alvo. Em traços gerais, nos anos 80, a UMAR continua na luta pela legalização do aborto: participa na semana da CNAC pelo direito ao aborto e na concentração em S. Bento; realiza acção conjunta com a CNAC de exibição de camisolas dentro da Assembleia da República com a frase: «Nós abortámos»; edita o folheto: «Contracepção para não abortar, legalização do aborto para não morrer». Um depoimento, em 1982, de Rosa Custódio, operária de material eléctrico e membro do Secretariado Nacional da UMAR refere a importância dada pela associação à luta pela legalização do aborto: «A UMAR tem lutado pela legalização do aborto de há muito tempo a esta parte. Participámos na CNAC desde o princípio e temos conjuntamente com outras organizações levantado esta reivindicação. Mais recentemente participámos na acção das galerias da Assembleia da República com outros grupos de mulheres da CNAC mostrando que tínhamos abortado. Dirigimos a nossa intervenção para as fábricas e os bairros mais pobres porque pensamos que é aí que é fundamental esclarecer[524].»

O discurso da UMAR sobre o aborto também tinha assumido novos

contornos passando pela incorporação dos direitos individuais, num discurso muito virado, inicialmente, para as questões da saúde das mulheres. Quando do julgamento de Conceição Massano pode ler-se na revista *Mulher D'Abril*: «Na sala de audiências, para não tocar numa lei mais de 100 000 vezes necessariamente infringida por ano por mulheres a quem o planeamento familiar não chega, os contraceptivos não são infalíveis ou por mulheres que pura e simplesmente não querem ou não podem ter mais filhos, o tribunal escolheu a “porta do cavalo”, como disse o advogado Saul Nunes.» [...] Mas cá fora a luta continuou nesse dia e continuará, os presentes mantiveram-se de pé firme na luta, como diz a CNAC: “Pela contracepção, o aborto livre e gratuito a pedido da mulher e a cargo dos serviços de saúde”[\[525\]](#).»

Após a aprovação da lei de despenalização de algumas situações de aborto, proposta pelo PS no Parlamento, a UMAR faz sair uma folha informativa *Mulher D'Abril* cujo principal enfoque é o aborto e onde se declara que a luta vai ter de continuar[\[526\]](#). Estava assim colocada a necessidade de dar continuidade a uma luta que só em 2007 se veio a saldar como uma vitória para as mulheres, ao permitir a despenalização do aborto por sua opção. Processo, este, de luta atribulada, que se reflectirá nas suas diversas fases ao longo deste livro.

Apesar de a UMAR pertencer ao Conselho Consultivo da CIDM, desde a formação deste órgão, é nesta fase que mais se empenha num trabalho de acção comum com as Organizações Não-Governamentais (ONG) de direitos das mulheres, não só na CIDM como na Coordenadora Nacional de Mulheres, estrutura formada em 1987 com ligação à Coordenadora Europeia de Mulheres que veio a perder papel com a formação do Lobby Europeu de Mulheres, em Setembro de 1990.

A UMAR participou, neste período, nas iniciativas comuns das ONG, nomeadamente nos seguintes seminários: avaliação dos resultados da década da mulher; violência contra as mulheres, iniciativa da Coordenadora Europeia de Mulheres em Lisboa; as mulheres e o emprego em Portugal; o direito comunitário e a igualdade entre mulheres e homens; mulheres e pobreza, promovido pela Coordenadora Nacional de Mulheres;

assédio sexual nos locais de trabalho. Subscreve, em Abril de 1987, com outras associações de mulheres, o Manifesto Eleitoral: *O voto das mulheres deve dar lugar à voz das mulheres*. Funda, com outras associações, a Coordenadora Nacional de Mulheres. Protesta também, com outras ONG, contra a extinção da Comissão Parlamentar da Condição Feminina. Colabora na elaboração do projecto de lei sobre as Associações de Mulheres debatido na Assembleia da República a 8 de Março de 1988.

Como iniciativas próprias destacam-se: a festa da revista *Mulher D'Abril*; a realização do 3.º Encontro Nacional; solidariedade com as mulheres dos mineiros da Panasqueira; abaixo-assinado contra o concurso Miss Madeira; comunicado da UMAR-Madeira: «As mulheres não estão à venda»; solidariedade com as trabalhadoras da Standard; apoio à formação de comissões de mulheres dos trabalhadores com salários em atraso; denúncia da posição dos bispos contra o planeamento familiar[527]; folheto de apoio à candidatura de Maria de Lourdes Pintasilgo à Presidência da República[528]; posição pública da UMAR contra o projecto de lei de revisão constitucional do CDS, que colocava o aborto como crime, na Constituição[529]; denúncia do controlo das idas à casa de banho das operárias da Confélis; inquérito a 2000 mulheres da cidade de Lisboa sobre: «Emprego de mulheres e infra-estruturas de apoio as crianças»[530]; realização dos seguintes debates: «A Mulher e a Saúde»; «Droga, que atitude?»; «Mulher, mãe, cidadã e infra-estruturas de apoio às crianças»; posiciona-se contra o projecto de decreto-lei que cria o estatuto de «mãe de família».[531]

Como áreas novas de intervenção para a UMAR surge a realização do inquérito, no início dos anos 80, sobre «Relações Familiares» que englobava questões sobre violência, aborto, relações sexuais, trabalho em casa e educação dos filhos. Parte das conclusões do inquérito surge na *Mulher D'Abril* de 11 de Fevereiro de 1981. Destacam-se dessas conclusões que «a violência é uma regra nas relações conjugais de muitos portugueses»; a «maior parte das mulheres vítimas deste tipo de violência só em casos muito graves e quando não sabem mais que fazer, a denunciam»; «uma violência que pode ser verbalmente condenada, mas

que é de facto consentida pela sociedade, que dá ao homem o poder e liberdade ilimitados para usar face à sua mulher e, em geral, no âmbito da família»; «uma constante no comportamento das mulheres face à violência é a sujeição: “Que hei-de fazer, é o meu marido, não posso abandonar a minha casa”.» Como causas da violência são apontadas: «ciúmes e desconfianças», «alcoolismo», «dificuldades da vida». A sujeição das mulheres advém da «dependência económica face ao homem», da «falta de apoio social», da «falta de participação social que a impede de confiar nas suas forças e capacidades», da «falta de instrução e formação profissional». Sobre o «trabalho em casa»: muitas das inquiridas afirmam, entre outras respostas: «O meu marido ajuda, mas só quando a máquina que sou eu pára»; «Ajuda mas sempre como quem faz um favor»; «Diz que não tem paciência». «Não me ajuda e ainda acha que não faço nada»; «Ajuda porque lhe peço, não o deixo pôr em pantufas». O inquérito conclui ainda que a «família tradicional» começa a ser posta em causa e em relação aos filhos o lema seria «para a mãe as canseiras, para o pai as brincadeiras» e que mudar a família é ainda «uma luta prolongada e dura».

No 3.º Encontro Nacional da UMAR, realizado a 1 de Junho de 1980, surge como uma das reivindicações: «Fim da discriminação, opressão e violência sobre as mulheres», fruto decerto deste trabalho iniciado pela associação, sendo que em Outubro de 1979 já tivessem surgido na revista *Mulher D’Abril*, os artigos: «Violação» e «Violência, escolhe mulheres e adolescentes.» Ainda como reivindicações da associação no referido encontro surgem: «Aplicação dos direitos consignados na Constituição»; «Assistência à maternidade e à criança»; «Alargamento do Planeamento Familiar e legalização do aborto»; «Proibição do uso degradante da imagem da mulher na publicidade e informação»[\[532\]](#). Em 1988, a associação realiza um jantar comemorativo dos seus 12 anos na Junta de Freguesia de Alcântara e, em 1989, na Casa do Comércio em Lisboa, acontece o seu 4.º Encontro Nacional com o lema «Iguais nas leis, iguais na vida», procedendo-se à alteração dos estatutos e do nome para Movimento pela Emancipação Social das Mulheres Portuguesas, mantendo-se a sigla UMAR.[\[533\]](#)

Cooperativa Editorial /IDM, a fase das publicações: o boletim do IDM e a revista Lua

O IDM publica o seu primeiro boletim em 1980. Neste número, o editorial traça o percurso do IDM como associação «herdeira» do MLM e como entidade fundadora da Editora de Mulheres, depois transformada legalmente em cooperativa: «Chamámo-nos pouco depois de Abril, Movimento de Libertação das Mulheres – porque esse era o nosso objectivo. E para isso achamos necessário que se encontrem, comecem a mudar, se façam movimento. Juntámos livros, revistas, jornais das mulheres que começam por todo o mundo a quebrar o silêncio, a romper o cerco. Histórias da nossa opressão, das lutas que travámos aqui e além, ontem e hoje. Em Outubro de 1977 formámos a Editora de Mulheres [...]»[534] No mesmo boletim fala-se do encontro do 8 de Março na Faculdade de Letras, uma iniciativa conjunta do IDM, MLM, UMAR e CNAC. Publica-se uma agenda de realizações: debates no IDM a 11 de Maio sobre «Mulheres e Trabalho» e a 8 de Junho sobre «Mulheres e Terceira Idade»; reuniões na CNAC todas as quartas-feiras; Festa da revista *Mulher D'Abril* a 10 e 11 de Maio; concentração no dia 1 de Maio no Martim Moniz[535]. Alguns pequenos artigos escritos de forma mordaz ocupam espaço considerável no boletim[536].

Num dos artigos é manifesta a crítica à estreiteza das reivindicações do movimento sindical em relação às mulheres. «A opressão das mulheres fica em casa e o aumento do custo de vida sai à rua: «A 20 de Março de 1980, houve a primeira manifestação de rua reprimida pelo governo AD, convocada pelo departamento de mulheres da USL contra o aumento do custo de vida. [...] O departamento de mulheres sabe que é sobre as mulheres, sobretudo sobre elas que recai o custo de vida – mas porquê? Aqui acabam-se as reivindicações, a opressão das mulheres fica em casa e o aumento do custo de vida sai à rua».»

O boletim publicava, ainda, uma listagem de livros que estavam ao dispor das associadas na sede do IDM sobre os seguintes temas: corpo, feminismo, família, trabalho, história das mulheres. Eram anunciadas obras como as de Juliet Mitchell: *L'Age de Femme*; Eva Figes: *Patriarcal*

Attitudes; Sheilla Rowbothom: *Hidden from History*; Kate Millet: *Politica Sexual*; Luce Irigaray: *Ce sex que n'en est pas un*; Françoise D'Eaubonne: *Ecologie-Feminisme*, demonstrando por parte do IDM um largo conhecimento das obras que constituíam referências para os feminismos. Existiam também, no Boletim, notícias sobre as lutas de mulheres nos outros países: «8 de Março na Argélia», «Lei do divórcio em Espanha»; «Nascimento de um movimento de libertação das mulheres na URSS»; «Bolívia, 3000 mulheres manifestaram-se contra o fascismo», entre outras.

No segundo boletim do IDM (Maio/Junho 1980), o editorial dá conta do crescimento da «biblioteca» do número crescente de mulheres que vão à sede do IDM na Rua Filipe da Mata, dos convívios, do bar em construção, das dificuldades financeiras e do não pagamento das quotas. Dos artigos destacam-se «A luta pela legalização do aborto» e «Estudos sobre as Mulheres», onde se relata a experiência de feministas de Edimburgo que realizam cursos de Estudos sobre as Mulheres na Universidade. Permanecem as notícias internacionais: Conferência Internacional sobre a ONU em Copenhaga e conferência alternativa feminista, na mesma altura, com o endereço das associações que em Copenhaga estavam a organizar esta conferência; invasão pela polícia de uma clínica de abortos clandestinos no Rio de Janeiro e tomada de posição do Colectivo de Mulheres da mesma cidade a exigir a libertação de mulheres presas e a legalização do aborto no Brasil. É interessante apercebermo-nos como uma pequena associação como o IDM conseguia fazer circular toda esta informação. De novo, algumas páginas com «bibliografia» encerravam o boletim.

Nos boletins seguintes começam a surgir artigos de fundo, numa fase que cremos de transição para a revista *Lua*: «As Nações Unidas reparam nas mulheres», sobre a conferência realizada em Copenhaga em Julho de 1980; «A instituição das relações sexuais», tradução de um texto de Ti-Grace Atkinson; Campanha internacional contra a «Depo Provera» (esterilização forçada); «Saías acima, saías abaixo», de Luísa Costa Gomes; «Fátima: o que se passou em 1917», de Fina D'Armada, entre

outros artigos. Começam também a surgir contos e poemas, críticas de cinema e teatro e, também, os nomes das colaboradoras. Isabel Conde, Luísa Costa Gomes, Paula Jordão, Milena (Madalena Barbosa), Sílvia, Manuela Leitão, Aldina, Micá, Isabel Madureira, Rosário, Isabel Santos, Luísa Teixeira. As ligações internacionais continuam a ser fortes. Alguns exemplos: surge a notícia de uma Conferência Internacional sobre Mulheres Maltratadas em Bruxelas, realizada a 13, 14 e 15 de Fevereiro de 1981, onde teria estado uma delegação do IDM (Ivone Olim e Ana Isabel) e uma representante do Sindicato das Empregadas Domésticas; surge ainda um pedido de Diana Russel, autora do livro *A Política da Violação e Crimes contra as Mulheres: Processos do Tribunal Internacional*, que estaria a fazer uma nova publicação sobre «Violação no casamento» e que solicitava apoio com depoimentos de mulheres portuguesas.

A revista *Lua*, da Cooperativa Editorial de Mulheres, segue o mesmo modelo dos boletins do IDM, trazendo alguns temas a debate: «Amor materno: e se ele não existisse?»; Prostituição, com a publicação de partes do livro de Isabel do Carmo e de Fernanda Fráguas: «Putas de prisão»; «Eles inventaram a mãe e descansaram ao sétimo dia»; «A virgindade não existe»; «As adolescentes e o sexo»; «As jovens e a contraceção»; «De masturbação... nem falar»; «Política da sexualidade»; «Aborto, a grande luta das mulheres», por Maria Antónia Palla. No primeiro número da revista, no Verão de 1981, o tema que é chamado à primeira página é o da «Violência contra as Mulheres». Outros artigos abordam: «A cadeia de mulheres de Tires», «A caça às bruxas», «A mulher e a loucura», duas entrevistas com a escritora Isabel Barreno e com a activista da CNAC, Teresa Casanova. Um artigo sobre uma greve geral de mulheres na Holanda[537] surge ainda neste número. Na revista *Lua* de Dezembro de 1982, um artigo de Regina Louro relata o Festival de Mulheres de Amesterdão e é publicada uma breve cronologia da luta das mulheres pela legalização do aborto em Portugal. Na revista de Junho do mesmo ano são divulgados os meios contraceptivos e nas «Notícias» surge informação sobre as «Jornadas do feminismo independente no país Basco», a realizar de 10 a 13 de Junho em Bilbao. Mantêm-se as informações internacionais

como já acontecia no boletim do IDM. Como colaboradoras destacam-se os nomes de Regina Louro, Madalena Barbosa, Sílvia Almeida, Ivone Olim, Luísa Costa Gomes, Luísa Teixeira, Carmo Noronha, Xaxão Castelo-Branco, Maria Trindade, Manuela Bizarro, Manuela Leitão, Maria Teresa Marques, Paula Jordão, Feliz Ramos, Inês Lourenço, Teresa Casanova, Teresa Caldas.

As novas associações de mulheres formadas na década de 1980

A partir da década de 1980, formaram-se em Portugal novas associações de mulheres: Associação das Mulheres dos Diplomatas Portugueses (1982); Associação Portuguesa de Ciências Domésticas, depois designada por Associação Portuguesa de Cultura e Desenvolvimento (1983); Associação Mátria (1985); Associação Portuguesa de Mulheres Empresárias (1985); Soroptimistas Internacional – Clube de Lisboa (1986); Liga dos Direitos das Mulheres (1986); Clube Começar de Novo (1986); Intervenção Feminina – IF (1986); Associação de Mulheres Socialistas (1987); Associação Portuguesa das Mulheres Agricultoras – AMAP (1987); Associação Portuguesa de Mulheres Juristas – APMJ (1989); Federação de Mulheres Empresárias e Profissionais de Portugal (1989); Associação das Mulheres que Trabalham em Casa – AMEC (1989).

Cerca de metade destas associações eram orientadas para sectores profissionais ou de intervenção.[\[538\]](#) Da análise dos estatutos surge que a Associação das Mulheres dos Diplomatas Portugueses tem como objectivo «promover a ligação de todas as mulheres de diplomatas portugueses, quer no estrangeiro, quer em Portugal ou em trânsito; pugnar pelos interesses comuns do grupo». A Associação Portuguesa das Mulheres Empresárias visa: «Assegurar a representação das mulheres empresárias face aos poderes públicos, organizações públicas, nacionais ou estrangeiras; estudar e defender os direitos constitucionais e interesses gerais das mulheres empresárias.» Também a Federação de Mulheres Empresárias e Profissionais de Portugal prossegue o mesmo tipo de objectivos. A AMEC – Associação das Mulheres que Estão em Casa – orienta a sua intervenção para um sector específico de mulheres. Nos seus estatutos afirma-se ser

objectivo da associação: «Revalorizar a respeitabilidade do trabalho da mulher em sua casa e especialmente de mãe.» A Associação Portuguesa de Mulheres Agricultoras pretende: «prosseguir uma acção de apoio às mulheres agricultoras, através da sua formação profissional e da implementação de acções com vista a uma sua participação mais activa nos vários domínios relacionados com a sua actividade profissional».

Já a Associação Portuguesa das Mulheres Juristas (APMJ), apesar de representar mulheres de um sector profissional, tem objectivos mais alargados de actuação que se reflectem na generalidade das mulheres: «Promover o esclarecimento e debate sobre a situação das mulheres, divulgar os seus direitos e denunciar, por todos os meios, as formas de discriminação; propor às instâncias competentes a elaboração, alteração ou revogação de quaisquer diplomas, a fim de se obter a plena igualdade de direitos e oportunidades.»

Podem-se referir outras associações cujos objectivos não estão orientados para sectores específicos de mulheres: o Clube de Lisboa das Soroptimistas Internacional^[539] que afirma ter «como objecto a manutenção de um elevado nível de moralidade nos negócios, na profissão e na vida em geral, a promoção dos direitos humanos e em especial a promoção da mulher, o desenvolvimento da amizade e sentimento de unidade entre as Soroptimistas de todos os países, a manutenção do espírito de serviço e compreensão humana». Também o Clube Começar de Novo prossegue fins de preparação das mulheres para uma participação activa, através de «realização pessoal», profissional, familiar e «comunitária».

Para além destas associações mais viradas para uma promoção e valorização pessoal das mulheres, surgiram outras associações com um cariz mais marcadamente político de intervenção: a Associação de Mulheres Socialistas (AMS), a Intervenção Feminina (IF) e a Liga dos Direitos das Mulheres (LDM). Dos estatutos da AMS retiram-se os principais fins desta associação: «Contribuir para a consciencialização das mulheres na luta pela efectiva igualdade de direitos e oportunidades; lutar para que sejam superadas as discriminações e os obstáculos que se opõem à plena participação das mulheres no processo de desenvolvimento

político, económico, social e cultural, como contribuintes e beneficiárias desse processo.» Também a IF refere ter como objectivos: «A promoção da valorização profissional das mulheres e do seu acesso a cargos de responsabilidade e decisão; denunciar as situações de violência e discriminação a que as mulheres estão sujeitas: desenvolver laços de solidariedade.»

A LDM, formada em 1986, conseguiu ter algum protagonismo, tornando-se bastante conhecida, quando em 1987, nas eleições para a Assembleia da República, solicitou tempos de antena a diversos partidos de esquerda e promoveu desta forma os direitos das mulheres.

A APF e a sua Componente Feminista

Segundo Duarte Vilar, após o 25 de Abril de 1974, na APF existiam «várias APF», na medida em que cada delegação tinha uma história diferente, sendo que as concepções se situavam, entre uma de cariz mais feminista, e outras que valorizavam sobretudo as questões médicas. A delegação com uma componente feminista mais explícita e estruturada era a de Lisboa[\[540\]](#).

A delegação do Porto à frente da qual estava o Dr. Albino Aroso tinha uma grande preocupação pelas questões médicas. Em Coimbra, estavam pessoas como o ginecologista David Rebelo e o psiquiatra Allen Gomes. Havia, por vezes, um discurso crítico em relação à delegação de Lisboa. Esta delegação esteve na CNAC, comemorava os dias 8 de Março, esteve sempre na luta pela legalização do aborto. Tinha ligação com o Grupo Autónomo de Mulheres do Porto. Segundo Duarte Vilar, em 1986 surgiram duas listas para a direcção da APF, tendo ganho a lista apoiada por Lisboa com 65% dos votos[\[541\]](#). Ainda, segundo Duarte Vilar, em termos de concepções existia uma grande diferença entre as duas listas que concorreram. A lista dirigida por Albino Aroso achava que a APF devia ser uma organização de profissionais de saúde e um espaço de debate e de encontro, sobretudo destes profissionais. Deste modo, a APF não deveria ter projectos nem estruturas profissionais próprias. A outra lista pensava que a APF, para além de um espaço de debate, deveria ser também uma

associação com estruturas e que se desenvolvesse como uma ONG, com projectos, com recursos, com funcionários e com voluntários. Uma ONG que prestasse serviços, que tivesse projectos de intervenção e que desenvolvesse acções no terreno[542].

Nos anos 80, na APF, a vertente de trabalho comunitário com mulheres adultas começou a cair, porque começaram a ter acesso às consultas de planeamento familiar nos centros de saúde e, desta forma, a associação era cada vez menos procurada. Também muitas das solicitações junto da APF por parte das associações de moradores decaiu em consequência da maior fraqueza do movimento popular. Desta forma, a APF decide apostar no trabalho com jovens a dois níveis: nos serviços de atendimento e na educação sexual nas escolas.

A proibição do acesso dos jovens às consultas de planeamento familiar sem consentimento dos pais por via de um parecer do procurador-geral da República desencadeou uma forte intervenção da delegação de Lisboa da APF: «Tomámos logo posição contra esse Parecer; fizemos uma petição à Assembleia da República, começámos a ser solicitados para debates em escolas da região de Lisboa e organizámos uma Comissão para o Direito dos Jovens à Contracepção, em que estavam pessoas como a Purificação Araújo, o Daniel Sampaio, a Ana Benavente.» A acção desta comissão, recorda Duarte Vilar, contribuiu bastante para a importância dada ao acesso dos jovens ao planeamento familiar, consagrado na legislação aprovada em 1984 e regulamentada em 1985. Entretanto, a delegação do Porto, através do José Manuel Teixeira de Sousa e de um projecto da IPPF de serviços para jovens, criou o primeiro serviço para jovens no centro de saúde da Batalha. «Foi uma experiência pioneira, pois não havia serviços para jovens. Foi assim que, em 1985, se criou o CAJE da Batalha o qual continua a receber milhares de jovens por ano. É um dos serviços mais bem conseguidos em termos de atendimento a jovens.» A delegação de Lisboa enveredou pela educação sexual nas escolas. Organizou formação de professores, debates e seminários. Deste modo, existiu uma certa especialização regional. No Porto, o atendimento a jovens, em Lisboa a educação sexual nas escolas.

Na APF, a partir dos finais da década de 80 foram surgindo novas áreas de intervenção. No início dos anos 90 forma-se o MODAP (Movimento de Opinião pela Despenalização do Aborto em Portugal) e a APF retoma as suas preocupações em relação ao aborto. Recorda Duarte Vilar que «entre 1984 e 1991 a APF tinha estado calada. É preciso entender que a APF só conseguiu retomar as questões do aborto, quando passou a falar a uma só voz. Antes, a APF estava muito dividida. Por exemplo, em 1978, a APF tomou posição sobre o aborto e fez três colóquios, mas isto foi a delegação de Lisboa. Foi uma posição detalhadíssima e muito correcta. Ainda hoje quando a lemos entendemos o seu alcance. Mas a posição, na altura, da direcção da APF era de maior prudência no sentido de não querer expor demasiado a APF. Isto foi um fantasma que sempre existiu durante os anos 80. Sempre que alguém queria falar das questões do aborto, aconselhavam sempre, calma, calma... Mesmo alguns médicos activos na APF, sempre que falávamos do aborto a pedido da mulher, eles diziam: “Isso é uma questão das feministas, a APF deve cuidar das questões médicas.” Foram necessários alguns anos para mudarem de posição e acharem que as reivindicações feministas afinal também eram reivindicações médicas. E foi interessante esta mudança de uma posição muito médica para uma posição muito mais abrangente.»

O tema do aborto foi um tema que a APF sempre trabalhou com outras associações em plataformas de acção comum, como a Plataforma pelo Direito de Optar. A educação sexual nas escolas foi também algo que nunca deixou cair e que passaria, já na década de 1990, por um projecto experimental para as escolas com linhas orientadoras. Também as questões da SIDA tomaram muita força e a APF viria a actuar neste campo, em colaboração com as ONG de prevenção como a Abraço ou a Liga Portuguesa contra a Sida, que trabalhavam contra a discriminação das pessoas seropositivas. Outra vertente que a APF sempre alimentou e cuidou muito foi da Formação. «Nós somos uma entidade formadora desde os anos 60. Damos formação a profissionais de saúde. É na APF que as primeiras enfermeiras e assistentes sociais são formadas para abrir os dispensários no Instituto Maternal. Fizemos também formação às

intervenientes no trabalho comunitário, na década de 1980 e, ainda, a profissionais de saúde, para a abertura de serviços para jovens, assim como formação de professores nas escolas, por causa da educação sexual», diz-nos Duarte Vilar. A partir de 1990, a APF viria a produzir muitos materiais educativos, folhetos, desdobráveis, vídeos.

O discurso da «opção da mulher» em relação à despenalização do aborto passou a ser sempre claro nas campanhas que se viriam a realizar na década de 1990 e, quando do último referendo em 2007, destacando-se o papel interveniente da associação para a vitória do SIM. Como afirma Duarte Vilar, a componente feminista sempre percorreu a vida da APF, embora com intensidades diferentes: «Nos estatutos da APF, no seu Artigo 2.º, alínea c), continua a existir o seguinte objectivo: “Permitir à mulher o controlo da sua fecundidade e assim contribuir para a sua emancipação”.»

O Aborto na Agenda Política

O movimento criado no final da década de 1970 tinha despertado um maior interesse dos partidos políticos e das organizações sindicais pela legalização do aborto.

A primeira metade da década de 1980 foi marcada pelo facto do aborto surgir com bastante intensidade na agenda política. Também no país vizinho, em Espanha, havia notícia de julgamento de mulheres por aborto[543]. Em Itália, em 1981, a tentativa da Democracia Cristã e da Igreja Católica, através de um referendo, de revogar a lei que despenalizava o aborto, desde 1978, saiu gorada[544].

Em Abril de 1980, o MDM colocou a legalização do aborto na Carta dos Direitos da Mulher aprovada no seu Congresso. Em Maio, a UMAR, na sua revista *Mulher D'Abril*, publicou a legislação europeia sobre o aborto. Notícias de mortes de mulheres por aborto foram divulgados pela revista *Mulheres*: Maria Madalena Lopes, de 25 anos tinha falecido em Abril de 1980, no Hospital de S. João no Porto com uma hemorragia provocada por aborto. Também no Porto tinha falecido Conceição de Barros com 18 anos, no Hospital de Santo António, em Outubro de 1982.

Em Junho de 1980, a UDP entregou na Assembleia da República um

projecto de lei para a legalização do aborto[545]. Neste projecto, apresentado pelo deputado Mário Tomé, defendia-se que «A mulher grávida pode solicitar uma interrupção voluntária da gravidez, que será praticada nas primeiras 12 semanas, em estabelecimento hospitalar público ou privado, ou centro de saúde.» (Art.º 41.º.) Seguiam-se as situações previstas: saúde física e psíquica da mulher, razões económicas, sociais e psicológicas, violação, má formação do feto. No segundo ponto do mesmo artigo afirmava-se: «A mulher não tem de revelar, caso não o deseje, o motivo por que pretende submeter-se a uma interrupção voluntária da gravidez.» (Projecto de Lei 500/I.)

Uma notícia do jornal *Tempo* de 19/6/1980, «O aborto não é solução para ninguém», refere: «A apresentação ao Parlamento de uma proposta sobre o aborto subscrita pela UDP deu azo a questionar Helena Roseta sobre este importante problema, cuja resposta foi a seguinte: “O aborto não é solução para ninguém nem para a mulher que o pratica nem para a sociedade que o consente. Há para já uma questão de ética, mas sobre esta não me parece que aos partidos políticos caiba decidir os limites da ética. Em Portugal a maioria das pessoas é católica e a Igreja tem, face ao aborto, as posições que todos conhecemos, devendo a legislação atender a este facto. Aos políticos o que é exigido é o respeito pelas convicções íntimas da maioria dos portugueses que não podem nem devem ser agredidos pelas leis. Por outro lado há uma questão social ligada ao facto de as mulheres, em muitos casos não terem possibilidades de ter mais filhos por via da sua frágil condição económica e recorrem ao aborto por ignorância ou falta de informação. Aqui o Estado tem um papel a desempenhar dando mais informação aos casais, proporcionando melhores condições de vida. Sou por isso francamente defensora do planeamento familiar. [...] A minha opinião como católica é a de acatar as directrizes da Igreja”.» É preciso salientar que estas eram as opiniões de Helena Roseta no início da década de 1980, pois no referendo realizado na segunda metade da década seguinte, dinamizou, já como deputada do PS, o movimento a favor da despenalização do aborto. Contudo, não deixa de ser interessante registar esta opinião de reacção ao projecto da UDP, como indicador da evolução

de pensamento que se veio a registar.

No dia 8 de Março de 1981, a UMAR apresentou um abaixo-assinado no Parlamento, onde reivindicava, para além de outras questões: «O alargamento e descentralização do planeamento familiar, a legalização do aborto e a sua integração nos esquemas de assistência médica estatal.»^[546] Nesse mesmo dia, numa sessão cultural no Teatro Vasco Santana, onde participaram Maria do Céu Guerra, José Mário Branco, José Fanha e Teresa Férrin, as mesmas reivindicações são colocadas.

Em 1982, um projecto de lei da CNAC pelo direito ao aborto livre e gratuito a pedido da mulher é apresentado na Assembleia da República pelo deputado da UEDS, Lopes Cardoso. Este projecto de lei consignava o seguinte: «A interrupção da gravidez é permitida nas primeiras 12 semanas mediante declaração expressa da mulher grávida de que pretende interromper uma gravidez a apresentar até à 10.^a semana em instituição de saúde pública ou privada; a partir das 12 semanas, quando a mulher tenha apresentado a tempo a declaração e o aborto não se tenha realizado por motivos imputáveis à respectiva instituição de saúde.»^[547] O aborto era também permitido, para além das 12 semanas, quando a vida ou saúde da mulher pudessem ser afectadas, por má formação do feto, por violação e por alterações graves na situação económica ou psicológica da mulher.

Já no início do ano, em Fevereiro, o PCP tinha elaborado um pacote de três projectos de lei sobre maternidade e paternidade, planeamento familiar e educação sexual, e interrupção voluntária da gravidez. Zita Seabra, a voz do PCP, na altura,^[548] sobre esta matéria, afirmava em entrevista à revista *Mulheres*: «É muito curioso verificarmos que, apesar do enorme consenso em torno da legalização do aborto, e mesmo da posição maioritária dos deputados do PSD, o governo segue o tom das forças mais retrógradas, dos que como o deputado Morgado se arrepiam todos ao ouvir falar de aborto e o ministro da Justiça apresenta uma proposta de revisão do Código Penal, na qual mantém o artigo 368 de 1852, penalizando o aborto! [...] As mulheres devem unir-se contra tal projecto e pela aprovação de uma lei de interrupção da gravidez que consagre efectivamente os seus direitos^[549].» O jornal *Expresso* realiza uma

sondagem, publicada a 9 de Abril de 1982, onde 71% das respostas são favoráveis ao aborto, em situações especiais: perigo de vida para a mãe e má formação do feto.

Em Junho desse mesmo ano, um conjunto de jornalistas e escritoras, reunidas em torno de uma plataforma que designaram por CLA – Comissão de Mulheres pelo Legalização do Aborto e em defesa de uma Maternidade Consciente, entregaram na Assembleia da República um volumoso *dossier* com informação sobre o aborto, a nível nacional e internacional. Maria Antónia Palla, Maria Antónia Fiadeiro, Isabel Barreno, Antónia de Sousa são alguns dos nomes que integram esta plataforma.

Por iniciativa da CLA, com a adesão da CNAC e das organizações que integravam esta plataforma: UMAR, LDM, MLM, GAMP, e ainda com a participação do MDM, é realizada uma sessão Pública no Teatro Aberto, ainda a 7 de Junho de 1982, onde intervêm Natália Correia, Teresa Ambrósio e a médica-obstetra Idália Correia.

Os debates de 1982

A 28 de Outubro de 1982, o Episcopado Português fez sair uma nota pastoral onde se pode ler: «A Igreja ergue-se com toda a firmeza denunciando e condenando qualquer medida legislativa que autorize o aborto. Espera-se que os legisladores recusem vincular-se a soluções tão degradantes como as que são propostas e que todos os responsáveis se comprometam a um trabalho sério a favor do bem comum, proporcionando às famílias os meios e condições indispensáveis para que possam realizar plenamente a sua vocação[550].» Na mesma altura, a imprensa tinha anunciado que o deputado Jaime Ramos, do PSD, iria apresentar um projecto de lei do seu partido sobre a despenalização do aborto, facto que não se veio a consumir[551]. A 26 de Outubro, no jornal *A Capital*, Helena Roseta toma, pela primeira vez, posição pública a favor da alteração da lei do aborto, discordando da posição oficial da maioria do PSD[552]. Teresa Ambrósio, deputada do PS lamentava em depoimento ao *Diário de Lisboa* de 10 de Novembro de 1982: «É desesperante

verificar que é uma Assembleia de Homens e só de algumas mulheres que vai decidir, punir ou definir condições a quem não pode, em sua consciência, conceber. Os homens que não geram, fazem as leis que podem transformar o que de imensamente feliz uma mulher pode ter – a maternidade consciente – uma fatalidade a que as obrigam.» Neste mesmo jornal, a jornalista Maria Antónia Fiadeiro escrevia o artigo: «Aborto, crime ou castigo», em que explicitava as resistências à despenalização do aborto: mentalidades conservadoras, crenças religiosas, heranças de um passado histórico e «resistências mais surpreendentes ao nível de camadas progressistas e de organizações políticas»[\[553\]](#).

De 4 a 11 de Novembro, é promovida pela CNAC e CLA uma semana pela legalização do aborto. São realizadas várias acções de rua, com a edição de um autocolante e de um jornal de campanha e elaborados manifestos: aos deputados, aos médicos e aos intelectuais. É feito um apelo para uma concentração de mulheres em frente à Assembleia da República, no dia da discussão, a 11 de Novembro, pelas 18 horas. No *Diário Popular* desse mesmo dia surgem declarações contra a legalização do aborto por parte do médico Gentil Martins, do padre João Seabra e da Secretária de Estado da Família: Teresa Costa Macedo. A favor da despenalização do aborto surge no *Diário de Lisboa* um interessante artigo de Maria Antónia Fiadeiro: «Nós sabemos que eles sabem»:

Eles sabem que o aborto faz parte da vida. [...] Eles sabem que elas podem ficar doentes, estéreis ou frígidas. Que sofrem, muitas vezes, a sangue-frio, dores caladas no silêncio, na solidão e no medo, com a música da telefonia como pano de fundo. [...] Eles sabem que elas podem perder o emprego a prazo se dentro do prazo as regras não vierem. Eles sabem que para mandar vir um filho é preciso ter com que lhe dar de comer. [...] Eles sabem que as mulheres engravidam e eles não. Eles especulam, mas nunca puseram um espéculo. Eles não se vêem nas salas dos partos, nem sabem o que são as dores tortas e as horas pequeninas. [...] Eles sabem que elas têm razão, mas negam-lhes os motivos e roubam-lhes a opção. Eles pensam que podem exercer o poder, sem ter que responder pelo que fazem ou não.

Caloroso, como este texto foi o debate sobre o aborto, na Assembleia da República. A deputada Natália Correia rompeu com a disciplina de voto[554] decretada pelo PSD e dirigiu um poema ao deputado João Morgado, do CDS, a propósito da polémica por ele suscitada[555]. Escrito dentro do plenário e entregue aos jornalistas, o poema desmonta, de forma mordaz, a visão exclusiva das relações sexuais para fins de procriação, defendida pelo deputado do CDS[556]. Na sua intervenção no plenário, Natália Correia, então deputada do PSD, argumentava: «Não sou católica, mas se o fosse não me preocupava com este assunto porque confiava na consciência dos católicos. Acho que ofendo um católico quando quero coercivamente obrigá-lo a fazer uma coisa que devia ser ditada pelo seu foro íntimo. Não aderiria a uma religião que suscitasse esse tipo de dúvidas na minha consciência. Não é o facto de o aborto existir que obriga as mulheres a praticarem-no. Agora o facto de ele não estar legalizado é que obriga a que as pessoas o pratiquem em condições abomináveis, repugnantes e que também deveriam repugnar a consciência dos católicos[557].» A discussão dos projectos do PCP, apresentados por Zita Seabra, prolongou-se até de madrugada. O projecto de lei sobre a legalização do aborto foi então recusado, com 127 votos contra e 105 votos a favor.

Dentro da Assembleia, 12 mulheres da CNAC exibiam, através de letras nas camisolas que vestiam, a frase: «Nós abortámos.» Expulsas das galerias, esse acto de irreverência valeu para ficar na história da luta pela legalização do aborto, dando origem a uma imagem frequentemente utilizada pela comunicação social.

O jornalista Adelino Cardoso, no *Diário Popular* do dia seguinte, tentava fazer um balanço do debate parlamentar: «Para tentar dar uma difícil ideia sintética de um debate prolongado em que tiveram papel mais interveniente os médicos, os juristas e os moralistas, diria que contra a despenalização do aborto se levantaram, sobretudo, teses filosóficas, muitas vezes metafísicas e éticas, de raiz religiosa, e a favor considerações da realidade de um flagelo social que é o aborto clandestino, com todo o seu cortejo de desgraças e iniquidades físicas e morais e o argumento de

que a lei vigente é ineficaz no combate ao aborto[\[558\]](#).»

O jornal *O Combate*, na sua edição de 6 de Dezembro de 1982, resumia desta forma os acontecimentos: «Quando às 5 horas da manhã a voz lúgubre do presidente da Assembleia da República, Dr. Leonardo Ribeiro de Almeida, declarou que a lei tinha sido abortada com 127 votos contra e 105 a favor, nós mulheres presentes e que de há muito tempo vimos lutando pela legalização do aborto, tivemos a percepção de que esse resultado não traduzia só uma mera diferença aritmética. Os debates que o precederam, as convulsões que provocou no PSD, os abalos que causou na AD, as mulheres que mobilizou, as simpatias que granjeou, dão-nos a certeza de que algo se modificou, que na questão do aborto, nem tudo continua como dantes. Rompemos o cerco. Quebrámos o silêncio. Despertámos consciências. Incomodámos os neutros.» A não aprovação do projecto de lei do PCP sobre a despenalização do aborto era algo, de certo modo, já previsto por algumas críticas feitas por activistas da CNAC. Vejamos o depoimento de Ana Campos ao jornal *Em Marcha* de 3 de Novembro de 1982.[\[559\]](#) «A CNAC que elaborou um projecto de lei em que defende a legalização do aborto a simples pedido da mulher, praticado nos serviços de saúde, tem direito de se interrogar sobre as razões que levam o PCP a apresentar em Novembro de 1982 um projecto de lei a votação, quando houve situações muito mais favoráveis anteriormente com uma maioria parlamentar que permitiria folgadoamente a aprovação da lei. E, nem sequer pode invocar o facto de “não haver preparação por parte das mulheres” já que o PCP, antes da apresentação do seu projecto não fez qualquer preparação prévia. Nestes 8 anos que se seguiram ao 25 de Abril continuaram as mulheres a abortar sem que o PCP se preocupasse com esta situação.» Também um depoimento ao mesmo jornal de Rosa Custódio, membro da direcção da UMAR e activista da CNAC, reflecte o mesmo descontentamento: «Pensamos que há aspectos do projecto de lei do PCP que são limitativos, mas pode ser apoiado. Contudo, lamentamos que só agora, numa altura em que é pouco provável que o projecto passe, o PCP se tenha lembrado de o apresentar, quando já houve condições muito melhores para ele ser aprovado.»

Um projecto limitado é aprovado em 1984

No 8 de Março de 1983, a CNAC distribui um comunicado onde se pode ler: «É preciso conquistar a lei que pretendemos, o direito ao aborto e contracepção, que é afinal, o direito de escolher, de dirigir a nossa própria vida.» A 15 de Outubro, por proposta de Maria Belo, o congresso do PS aprova a elaboração de um projecto de despenalização do aborto, a ser submetido à Assembleia da República. A 24 de Novembro é lançado, na Casa da Imprensa, o livro de Maria Antónia Fiadeiro, *Aborto– o Crime Está na Lei*.

A 8 de Dezembro, a direcção da UMAR aprova uma resolução criticando o projecto do PS, por ser ainda mais limitado do que aquele que tinha sido apresentado pelo PCP em 1982, dado que nem sequer previa as razões socioeconómicas para a despenalização do aborto. Lia-se nessa resolução: «Só nos serve um projecto em que o aborto seja feito a pedido da mulher, ao abrigo da saúde pública.»

Um comunicado do PSR de Janeiro de 1984 afirma: «Com o projecto de lei do PS o problema do aborto clandestino vai continuar a ser uma realidade amarga no nosso país que só vai aproveitar aqueles que fazem do aborto clandestino uma fonte de lucro e de negócio[560].» Também em artigo publicado na *Mulher D'Abril* de Março/Abril de 1984, após a aprovação da lei, afirma-se que a lei do PS mantém o aborto clandestino. Helena Neves, escrevia na revista *Mulheres*: «Entre a emoção e a insatisfação, assistimos a essa votação histórica em que é legalizado, embora em casos limite, o aborto no nosso país[561].»

O projecto de lei do PS, defendido por Zita Seabra, veio a ser realmente aprovado, na madrugada do dia 26 de Janeiro de 1984. Um sessão parlamentar que durou 23 horas. Algumas das mulheres presentes nas galerias seguiram na manhã seguinte directamente para o trabalho. Nas galerias da Assembleia, activistas da UMAR abrem uma faixa e atiram comunicados com o seguinte teor: «Lei do PS mantém aborto – clandestino. A luta continua!» Na revista *Mulheres* de Março de 1984, Helena Neves escreve um artigo onde afirma: «Aborto, esta não é

ainda a nossa lei.» Não foi preciso muito tempo para se verificar que a realidade do aborto clandestino se mantinha na sociedade portuguesa. Em 5 de Julho de 1985, o IDM (Informação/ Documentação, Mulheres), numa Carta à Conferência de Nairobi, refere: «O problema do aborto continua por resolver, pois a lei de despenalização que foi aprovada só o permite em casos terapêuticos, eugénicos ou por violação. Além disso, esta lei, ao conferir à classe médica o estatuto de objector de consciência, permitiu que a Ordem dos Médicos tomasse posição contra a lei aprovada na Assembleia da República, impedindo assim a organização dos serviços hospitalares de forma a darem resposta aos pedidos de aborto nos casos previstos na lei. O aborto mantém-se, tal qual, na clandestinidade[562].»

Em 1984, foram também aprovados os projectos de lei do PCP sobre «Maternidade e Paternidade» e sobre «Planeamento Familiar e Educação Sexual». Estes projectos deram origem às Leis 3/84, de 24 de Março sobre Educação Sexual e Planeamento Familiar, que esteve durante quase 15 anos sem ser regulamentada, e à Lei 4/84, de 5 de Abril, de Protecção à Maternidade e Paternidade. A lei, então aprovada, de despenalização do aborto foi a Lei 6/84, de 11 de Maio, de «exclusão de ilicitude em alguns casos de interrupção da gravidez».

Existiu um Discurso Feminista na Luta pela Legalização do Aborto?

Para a corrente radical feminista o aborto surgiu como um direito individual das mulheres. Podemos dizer que os primeiros grupos de mulheres que em Portugal levantaram o direito à contracepção e aborto, colocaram uma marca própria do feminismo na luta pela legalização do aborto. Assim o afirma Maria José Magalhães, no seu livro *Movimento Feminista e Educação em Portugal*: «A marca histórica dada pelas feministas ao movimento pela alteração das leis do aborto foi o direito à decisão da mulher como questão essencial para o controlo da sua reprodução e do seu corpo.» (MAGALHÃES, 1998:34.) Logo em 1975, na apresentação à imprensa do Movimento para a Contracepção e Aborto Livre e Gratuito (MCALG) o discurso feminista estava bem vincado: «Transformar esta realidade, permitindo que cada mulher possa optar entre

ser mãe e não ser, entre a continuação da maternidade ou o aborto, considerado como último recurso, é o objectivo imediato do movimento baseado no princípio de que a mulher possui o direito inalienável de dispor do seu corpo[563].»

O discurso utilizado no livro *Aborto, Direito ao Nosso Corpo*, de activistas do MLM, também lançado em 1975, continua a utilizar o discurso dos direitos como já foi referido anteriormente. Em 1976, um artigo de Jacinta Sarmiento no *Gazeta* insere-se no mesmo tipo de discurso[564].

Contudo, associações de mulheres de outras correntes feministas de cariz socialista-marxista colocaram a tónica no aborto como um problema de saúde pública, como um drama social a que era preciso pôr cobro. Foi o caso da UMAR que veio a evoluir no seu discurso para o campo dos direitos individuais, quando integrou a CNAC e do MDM que não integrando a CNAC[565] acabou por se envolver mais decididamente nesta luta, a partir do início da década de 1980. É interessante analisar que o texto da Petição dirigida à Assembleia da República, em 1977, reclamando a alteração do artigo do Código Penal de 1886 criminalizador do aborto, colocava o aborto como um problema de saúde pública: «Duas mil mulheres morriam em Portugal pela prática de aborto clandestino[566].» Desta forma, a lei era criminosa. O aborto clandestino humilhava e traumatizava as mulheres. Anualmente, em Portugal, 100 000 mulheres abortavam de forma ilegal e insegura. É este discurso que vai ganhando peso dentro da própria CNAC. Quando da sua formação, em 1979, o comunicado então distribuído continha como principais ideias: – as mulheres arriscam-se a morrer com o aborto clandestino; o aborto é a 3.^a causa de morte materna; faltam creches; o primeiro direito de uma criança é nascer desejada. No entanto, não deixava de colocar que o direito ao aborto era um direito democrático elementar. Em 1980, um grupo de mulheres da CNAC[567] realiza um sábado de debate onde procurava equacionar o tipo e discurso a utilizar partindo do debate dos seguintes temas: «Que reivindicação? (controlo da fertilidade, direito ao corpo, direito a decidir, direito à saúde)»; «Importância do direito ao aborto no

problema geral da opressão da mulher (proibido porquê, consentido porquê, Igreja, Estado)»; «As palavras do quotidiano (maternidade, sexualidade, relação homem/mulher).»

Em 1980, quando a CNAC participa, pela primeira vez, numa manifestação do 1.º de Maio da CGTP, distribui um comunicado centrado fundamentalmente no direito das mulheres à saúde e no aborto clandestino como um atentado a esse direito. Não se deixava porém de referir que «o direito a uma maternidade consciente e desejada, e ao controlo sobre o nosso corpo e sexualidade, é uma coisa que nos é muito cara; é um direito elementar do qual não abdicaremos, sob pena de abdicarmos de nós próprias»[568]. Esta postura do aborto como um direito de decisão das mulheres acompanhou toda a intervenção da CNAC, mas a partir de certa altura deixou de ser o discurso dominante.

À medida que o movimento se alarga com a solidariedade em torno dos julgamentos de Maria Antónia Palla e Conceição Massano novos discursos vão surgindo[569]. A investigadora Maria José Magalhães também considera que a «união estratégica» de «feministas de todas as perspectivas» conduziu à «desradicalização» do movimento (MAGALHÃES, 1998:73). A necessidade de aprofundar argumentos, perante a posição hostil da hierarquia da Igreja Católica a qualquer alteração do artigo do Código Penal de 1886 que criminalizava as mulheres que abortavam, terá sido também uma das causas para introduzir alterações ao discurso.

A introdução das razões socioeconómicas, em 1982, no projecto de lei do PCP de despenalização do aborto, em detrimento do direito das mulheres decidirem interromper uma gravidez não desejada, constituiu uma linha de pensamento sobre o aborto perfilhada por significativos sectores da sociedade portuguesa e por uma parte da esquerda, com dificuldade em assumir o feminismo como uma corrente de pensamento e de acção. A CNAC tomou posição sobre o projecto do PCP, considerando que «apesar de significar um enorme avanço em relação à situação anterior, não é ainda o que consagra plenamente o direito da mulher. E isto porque é limitativo do direito de escolha»[570].

O discurso baseado nas razões socioeconómicas iria tornar-se demasiado

frágil perante os argumentos da Igreja. Veja-se a exemplo a nota do Episcopado que em 1982 toma posição em torno do debate sobre o projecto de lei do PCP, onde exorta o Estado a promover políticas de habitação, de saúde, emprego, salários e segurança social, que garantam as condições às famílias para realizarem plenamente a sua vocação[571]. Neste caso, terem filhos.

Apesar de algumas mulheres continuarem a utilizar o discurso da «liberdade de escolha» (Maria Purificação Araújo, *Diário de Lisboa* de 2/3/1983) ou do «direito à decisão individual» (Maria Antónia Fiadeiro, *Diário de Lisboa* de 2/3/1983) o discurso do aborto como um «flagelo social» e como um grave problema de saúde pública foi o que prevaleceu no debate que antecedeu a aprovação da Lei 6/84 de despenalização de algumas situações de aborto. A palavra de ordem mais difundida pela CNAC nessa altura foi: «Contracepção para não abortar, legalização do aborto para não morrer.»

Em artigo publicado na *Análise Social*, em 1986, Graça Abranches e Virgínia Ferreira afirmam que no debate sobre o aborto, nos anos 80, se recorreu às denúncias das situações dramáticas vividas pelas mulheres, mas sem que tal revertesse a favor do discurso dos direitos. As práticas abortivas são designadas por «chaga social», caindo-se num campo discursivo «moralista e defensista», em especial quando surgiam frases do tipo: «Eu por mim sou contra o aborto, mas...»[572]

Segundo Andrea Peniche, «o discurso do direito ao corpo, da liberdade de decidir e da maternidade como acto voluntário é um discurso não consentido, que desafia as regras do sistema patriarcal. Este discurso transgride porque retira a maternidade do seu papel de dever e função e a coloca no campo dos direitos e das escolhas» (PENICHE, 2007:75). É um facto que o conservadorismo da sociedade portuguesa, fortemente influenciada pela hierarquia católica, e a fragilidade na implantação do discurso feminista nas principais organizações de esquerda e no poder político, levou a que o debate sobre o aborto se tivesse de centrar nas questões de saúde pública. É interessante verificar que a mesma tendência se mantém, como veremos, na década de 1990 e que, já no novo milénio,

quando o aborto é finalmente despenalizado em Portugal, após o referendo de 2007, o discurso feminista continua a ficar limitado por um contexto mais geral, onde os julgamentos das mulheres foram a «pedra de toque» na mobilização da opinião pública a favor da alteração da lei, embora estivesse sempre implícito o direito das mulheres poderem decidir. Também não foi por acaso que os discursos dos movimentos do «não ao referendo» se deslocalizaram em muitas situações da «defesa da vida» para o ataque à «opção da mulher».

As Plataformas de Acção Comum
– o Conselho Consultivo da CIDM
e a Coordenadora Nacional de Mulheres

A institucionalização dos feminismos?

A experiência do activismo feminista em Portugal em termos de plataformas de acção comum tem tido diversos percursos. As plataformas de acção em torno de campanhas por causas, como foi o caso da CNAC – Campanha Nacional pelo Aborto e Contracepção[573] do MODAP – Movimento de Opinião pela Despenalização do Aborto em Portugal e da Plataforma pelo Direito de Optar[574], no início da década de 1990 e, mais recentemente, plataformas de cidadãs e cidadãos em torno do referendo sobre o aborto ou, ainda, de algumas ONG no projecto «Fazer ondas pelo direito à escolha», que trouxe a Portugal o barco da Women on Waves.

As redes de mulheres cuja acção tem sido muito pouco utilizada em Portugal, a não ser em 1986, quando se formou por influência de Maria de Lourdes Pintasilgo e do GRAAL, uma Rede de Mulheres com o objectivo dar a voz às mulheres, às suas vidas e lutas como cidadãs e que realizou reuniões em várias regiões do país, chegando a publicar um boletim (*Nós e a Rede*)[575]. A Rede de Jovens pela Igualdade é a mais recente associação nesta área[576].

Como plataformas com maior regularidade de funcionamento destacam-se: a Coordenadora Nacional de Mulheres, que surgiu em 1987, com alguma vitalidade e que teve actividade até 1993 e a Plataforma de ONG,

ligada a um organismo governamental pela igualdade, como foi a secção das ONG do Conselho Consultivo da CIDM, formada em 1979[577].

A Coordenadora Nacional de Mulheres veio a integrar não só associações dos anos 80 (a LDM, a AMS), como também associações da década de 1970 (UMAR, MDM, CEM/IDM, Grupo de Mulheres de Lourosa) e ainda o Grupo «*Ser Mulher*» criado em 1988 (FIADEIRO, 1989:11-12). Esta Coordenadora, formada na sequência do seminário sobre a «Violência contra as Mulheres», promovido em Lisboa pelo IDM, com a participação da Coordenadora Europeia de Mulheres, desenvolveu alguma actividade importante: o lançamento de um manifesto eleitoral, tendo em perspectiva as eleições para a Assembleia da República, nesse mesmo ano; elaboração de Projecto de Lei das Associações de Mulheres e a sua divulgação, em conferência de imprensa e junto dos grupos parlamentares[578]; pedido de audiência à Comissão Parlamentar da Condição Feminina, ameaçada de extinção; realização de um Tribunal da Pobreza e participação numa realização europeia semelhante. Até 1993, a Coordenadora Nacional de Mulheres funcionou, tendo representatividade junto da Coordenadora Europeia de Mulheres, por via de delegação nas diversas associações que a compunham, de forma rotativa e pelo período de um ano. Apesar de a composição desta coordenadora permitir formas mais avançadas de debate dos direitos das mulheres, esta plataforma de acção comum de Organizações Não-Governamentais acabou por ser preterida perante uma outra plataforma mais institucional: a secção das ONG do Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres.

O Conselho Consultivo da então Comissão da Condição Feminina só entrou em funcionamento em Janeiro de 1979[579], dois anos após a institucionalização da CCF a 17 de Novembro de 1977, através do Decreto-Lei n.º 485/77[580]. No entanto, desde 1974 que funcionava na CCF um grupo de trabalho composto por várias associações com as quais a Comissão reunia regularmente. A primeira acta que consta do arquivo é de 17 de Dezembro de 1974.

É de realçar, no entanto, que sendo o Conselho Consultivo formado por

duas secções – Interministerial e secção das Organizações Não-Governamentais – a primeira começou a reunir mais cedo em 1978, dado que não foi preciso fazer todo um processo de consulta, que no caso das ONG demorou quase um ano[581].

Na primeira metade dos anos 80, o nível médio de presenças de associações nas reuniões do Conselho Consultivo era de seis, bastante inferior ao número de ONG que a ele pertenciam. É a partir da segunda metade da década que se regista uma maior dinamização do Conselho com uma maior presença de associações nas reuniões[582] e com debates sobre diversos temas: lei das associações de mulheres, estatuto das conselheiras para a igualdade, trabalho nocturno para as mulheres na indústria, quotas de mulheres na formação profissional, serviço militar, redução da idade de reforma para os 60 anos, assédio sexual nos locais de trabalho, novas tecnologias da reprodução, integração no Lobby Europeu de Mulheres[583] e elaboração da Plataforma de Acção para a Igualdade. Esta plataforma, elaborada em 1987, inclui muitas áreas dos direitos das mulheres com excepção da relativa ao aborto[584], pois não se tratava de um assunto consensual no Conselho Consultivo. São realizados, a partir desta altura e com prolongamento na década seguinte, importantes seminários sobre os direitos das mulheres[585].

A este maior dinamismo do Conselho Consultivo corresponde uma menor autonomia das ONG nas suas iniciativas próprias. A dependência de muitas das suas acções dos subsídios estatais tem levado à ideia de uma certa institucionalização do feminismo. A investigadora Célia Valiente no seu estudo sobre «El feminismo de Estado en Portugal: la Comisión para la Igualdad y para los Derechos de las Mujeres», considerava, em 1997, que as ONG de mulheres dedicavam mais energia aos projectos financiados do que a acções comuns de carácter reivindicativo, existindo, ao contrário do que acontecia no Estado Espanhol, uma grande colaboração entre as associações e o organismo estatal da igualdade. Em Espanha, as contradições entre o feminismo institucional e as associações de mulheres eram mais pronunciadas.

É um facto que em Portugal sempre existiu, ainda antes da

institucionalização da Comissão da Condição Feminina, um trabalho conjunto com as associações de mulheres na preparação do Ano Internacional da Mulher[586]. Contudo, só na década de 1980, em especial, a partir da segunda metade, tal trabalho se fortalece em torno de iniciativas comuns. Esta é também a fase em que o feminismo institucional[587] começa a ganhar maior força, embora os Planos Nacionais para a Igualdade, só se tivessem implementado na década seguinte. Segundo Virgínia Ferreira, é grande a influência das instituições internacionais na promoção dos Planos para a Igualdade nos diversos países: «Em cerca de 100 anos, entre 1890 e 1986, foram recenseadas 355 convenções multilaterais com alguma relevância para a problemática dos direitos das mulheres e da igualdade entre os sexos, o que perfaz uma média de quase quatro por ano.»[588] Estas resoluções, directivas, protocolos, recomendações, declarações acabam por comprometer os países com o seu conteúdo, embora a sua concretização fique sempre aquém das necessidades e das expectativas criadas. Sendo certo que as ONG podem sempre exigir o cumprimento dos compromissos assumidos internacionalmente pelos governos, o certo é que a sua acção se limita, muitas vezes a políticas de *lobbying*, procurando influenciar decisões e medidas, subvalorizando uma acção reivindicativa mais directa.

Deste modo, terá sentido a questão colocada: existe uma institucionalização do feminismo? O feminismo institucional existe, por via das políticas governamentais para a igualdade, que marcam a agenda oficial. A institucionalização do feminismo é outra realidade. Pressupõe que as associações feministas deixam de ter a sua agenda própria e se deixam arrastar pela agenda oficial da igualdade. Há quem tenha opinião que a institucionalização do feminismo se tem vindo a fazer pela dependência financeira das ONG face ao Estado. Isabel Cruz, dirigente da Associação Mulheres e Desporto alerta para o facto de que há agendas políticas que são os Estados, os governos que as fazem e não as organizações. Segundo a sua opinião, a «institucionalização dos feminismos» tem que ver com a forma como as associações fixam as suas agendas, muitas vezes, em função dos fundos que recebem: «O dinheiro é

dado em função de uma determinada agenda ou área. As ONG que são mais dinâmicas precisam de fundos para funcionar. Podem funcionar desde que seja dentro dessa agenda. E aquela agenda tem sido, em torno de três questões: o acesso ao poder, a questão da violência doméstica, e a conciliação entre vida familiar e profissional. Portanto, para estes três temas existe dinheiro. Para os outros, é mais complicado. Isto, a médio prazo, poderá trazer ou não alguma falta de independência em termos reivindicativos. É neste sentido que eu vejo a questão da institucionalização.»[589]

Não colocando de lado a dependência financeira das ONG face ao Estado, ela pode não ser, contudo, determinante. Se as organizações deixarem de ter a sua opinião e acção própria, condicionadas por compromissos estatais assumidos, então poder-se-á dizer que tal afirmação se confirma. Contudo, o que pode determinar a sua institucionalização será muito mais a inexistência de uma agenda feminista própria. O feminismo institucional de cariz liberal ocupou, em Portugal, nas últimas duas décadas, um espaço muito considerável, que se sobrepôs a uma agenda autónoma feminista.

Para a investigadora brasileira Sonia Alvarez, na década de 1990, o reforço das «ONG feministas» na América Latina revelou-se controverso na sustentabilidade e articulação do campo do movimento feminista. «O crescimento e desenvolvimento das mulheres como novos “grupos clientes” do Estado e das instituições internacionais contribuiu para o crescimento de sectores especializados do movimento feminista com recursos significativos» (ALVAREZ, 1998:306-307). Apesar de muitos avanços se ficarem a dever a uma política «pragmática e eficiente» por parte destas ONG, muitas delas são olhadas simplesmente como prestadoras de serviços públicos que formalmente pertenceriam ao Estado.

É um facto que muitas ONG se institucionalizaram. As diferenças entre estas organizações e as associações feministas, que apesar de terem apoios para programas que desenvolvem, não se deixaram institucionalizar, residem no valor atribuído ao trabalho de voluntariado, num trabalho em rede menos formal, na definição de uma agenda própria, que não passa

apenas pelas áreas financiáveis e numa crítica independente às «políticas governamentais de género».

Muitas das críticas feministas ao funcionamento institucionalizado de muitas ONG centram-se naquilo que é visto como estratégias muito estreitas coladas às respostas centralizadoras do Estado, que surgem mais numa «lógica de domínio patriarcal» do que numa alternativa feminista sobre a forma de ver e pensar a sociedade.

Quatro Percursos de Vida Entrelaçados com os Feminismos: Maria Alzira Lemos, Maria Antónia Palla, Maria de Lourdes Pintasilgo e Maria Teresa Horta

Procedeu-se à escolha de quatro perfis de mulheres cujas vidas foram entrelaçadas com os feminismos. Não se pretende fazer as suas biografias, mas apenas traçar alguns aspectos dos seus percursos de vida. Quatro mulheres com diferentes áreas de intervenção: Maria Alzira Lemos, uma das primeiras mulheres deputadas, após o 25 de Abril, Maria Antónia Palla, jornalista, Maria de Lourdes Pintasilgo, a única primeira-ministra que Portugal teve até ao momento, Maria Teresa Horta, escritora.

Maria Alzira Lemos, feminista e deputada

Foi membro da Assembleia Constituinte em 1975 e deputada pelo Partido Socialista em 1977, numa altura em que apenas existiam 5% de mulheres deputadas. «A política estava-lhe no sangue. Neta de Afonso Costa, figura primordial da I República, Alzira Lemos sempre assumiu a herança ideológica do avô materno^[590].» Nasceu numa família democrática. Não só o avô materno era republicano, mas também o avô paterno e o próprio pai, que após a instauração da ditadura, tomou parte activa em conspirações contra Salazar.

«Nos anos 20, as mulheres eram mais livres. A minha mãe foi das primeiras mulheres a aparecer em Lisboa com o cabelo cortado à garçonne»^[591]

A mãe, Maria Emília Costa de Castro, tinha trazido de Paris essa moda. Esse facto foi muito falado, em especial na província onde passavam férias. A mãe era uma mulher independente. «Ela tinha o seu próprio dinheiro e resolvia as coisas por ela própria.» Contudo, apesar de ter tirado a carta de condução em Paris, nunca guiou em Portugal, porque «havia sempre a tentativa de ridicularizar as mulheres que actuavam de forma diferente. Era uma questão de sociedade, mas o regime do Estado Novo acentuou essas discriminações».

A sua percepção destas discriminações só surgiu mais tarde, quando estudava Direito e entendeu que essas discriminações estavam todas nas leis. Foi aí que nasceu a sua consciência feminista. «Fui educada sem sentir qualquer discriminação, quando estudei fui confrontada com uma legislação em que as mulheres eram discriminadas na sociedade, no trabalho, na família, a figura do pai de família resolvia tudo, foi uma situação a que não estava habituada e chocou-me.»[\[592\]](#)

«Entrei para o Parlamento como deputada da emigração, mas coloquei logo como condição ao partido trabalhar nas questões das mulheres»

Foi desta forma persistente e consciente que ao longo da sua vida como militante socialista sempre valorizou esta vertente de luta pela igualdade entre mulheres e homens. Mesmo que tal trabalho, porque menos valorizado, lhe tivesse trazido alguns dissabores e uma menor projecção mediática dentro do partido, ela foi uma das dinamizadoras do primeiro grupo sobre direitos das mulheres dentro do PS.

Nessa altura, estava no PS a Madalena Barbosa e formámos um grupo sobre direitos das mulheres. Antes da Constituinte elaborámos um folheto que dizia: «Mulher, a política também é contigo». Já após a minha entrada como deputada para a Assembleia Constituinte, quisemos fazer uma festa no 8 de Março, mas o partido não deixou. Então, o grupo de trabalho fez um comunicado de protesto e foi para a rua distribuir o comunicado. Eu levei alguns desses comunicados para o Parlamento para entregar aos deputados

socialistas que iam para a província. Então um dos dirigentes disse: «Mas tu queres ir para a Comissão de Conflitos? Então, estás a distribuir um comunicado contra o partido?» Ao longo dos anos foi sempre uma grande luta.

Enquanto deputada acompanhou as alterações legislativas que vieram a consignar na Constituição e no Código Civil a igualdade entre mulheres e homens. Nessa altura, em declarações à revista *Mulheres*, Maria Alzira Lemos afirmava: «Considero as alterações do Código Civil apresentadas como uma das principais conquistas do 25 de Abril. [...] No que se refere às mulheres, as suas conquistas no âmbito do Direito de Família consubstanciam-se no reconhecimento da sua dignidade social, traduzindo-se na igualdade de direitos e obrigações dos cônjuges, pertencendo a ambos a direcção da família. Para avaliar o alcance da transformação legal que se deu, lembremos que antes da entrada em vigor das alterações do Código Civil, o homem era detentor do poder marital e paternal, administrava os bens do casal sem ter que prestar contas; podia privar a mulher do direito ao trabalho, decidir sobre a maioria dos assuntos, enquanto à mulher eram impostos por lei os trabalhos domésticos, mesmo quando ela trabalhava profissionalmente.»[593]

Participou na 1.^a Conferência das Nações Unidas sobre Direitos das Mulheres, no México em 1975, ano que foi proclamado como o ano internacional das mulheres. Este foi um primeiro passo num percurso internacional, que mais tarde como técnica da então Comissão da Condição Feminina para onde entrou em 1980, viria a consolidar. Contudo, a sua ligação a esta Comissão começou logo em 1975, no âmbito de um grupo de trabalho de preparação do ano internacional das mulheres onde estiveram diversas organizações e grupos de mulheres. É ainda no âmbito deste grupo de trabalho, embrião do futuro Conselho Consultivo da CCF, que Maria Alzira Lemos participa na 2.^a Conferência das Nações Unidas sobre Direitos das Mulheres em Copenhaga, em 1980.

«Eu estava tão interessada nessa área que concorri a técnica da

Comissão da Condição Feminina e estive aí vários anos»

Maria Alzira Lemos foi uma presença constante nesta comissão, que mais tarde se vem a designar por Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres^[594]. Começou a fazer atendimento jurídico às mulheres, que vinham consultar a comissão e aí foi confrontada, pela primeira vez, com as situações de violência doméstica. Passou depois para as relações internacionais, em contacto directo com a presidente de então, Regina Tavares da Silva, tendo estabelecido contactos com organismos governamentais pela Igualdade de outros países e participado em conferências internacionais promovidas pela ONU, União Europeia, UNESCO ou pelo Conselho da Europa. Quando se reformou voltou a estar presente. Desta vez, como membro do Conselho Consultivo representando uma ONG, a Intervenção Feminina. Neste Conselho Consultivo a sua participação fez-se sentir em muitos momentos da sua vida, mesmo quando a saúde já estava debilitada. Redigia documentos, fazia parte de delegações deste Conselho junto da Assembleia da República ou do governo. Defendeu sempre que o Conselho Consultivo da CIDM fosse um órgão com iniciativa própria e interveniente.

Grande defensora da paridade acompanhou os primeiros passos deste debate

Acompanhou o trabalho internacional de Regina Tavares da Silva em defesa do conceito de Democracia Paritária no Conselho da Europa, ainda nos anos 80. Foi membro do Comité Director para a Igualdade entre Mulheres e Homens do Conselho da Europa. Foi uma das mulheres mais atentas à Declaração de Atenas, que lançou junto dos governos os primeiros argumentos sobre Democracia Paritária.

Já nos anos 90 acompanha a alteração na Constituição Portuguesa com a introdução do Artigo 109.º que abriu perspectivas para a paridade. Foi uma das redactoras do texto das ONG de mulheres «Por uma democracia autêntica» que exige a concretização do Artigo 109.º, assim como da

apreciação do proposta de lei do governo PS, em 1998, que pretende instituir um sistema de quotas. Nessa apreciação, Alzira Lemos, partilhando com as ONG a mesma opinião, discorda da formulação da lei (não do seu espírito) pelo facto de não se basear no princípio da paridade, segundo ela, um conceito muito mais avançado e com o qual já havia tido bastante contacto na Europa. Já não viveu tempo suficiente para ver aprovada em Portugal a lei da paridade, uma das suas principais causas de luta feminista.

«Ser feminista é ter consciência da necessidade de se lutar pelos direitos das mulheres e agir em consonância para se conseguir uma mudança»

Sempre se afirmou como feminista, apesar de ouvir dizer a muitas mulheres, mesmo após o 25 de Abril: «Eu sou a favor da igualdade entre mulheres e homens, mas não sou feminista.» Maria Alzira Lemos interpretava essa situação pelo facto de existir uma imagem negativa das feministas que já vinha do tempo das sufragistas inglesas, no início do século. Teria existido também um apagar de memória em relação às lutas das feministas do tempo da I República. «Eu tenho ideia que a luta das mulheres acabou por ficar mais ofuscada com a luta mais geral contra a ditadura. A luta antifascista estava acima de tudo e pensava-se que depois a situação das mulheres mudava. [...] Sem dúvida que toda a memória histórica da República foi sistematicamente apagada pela ditadura e uma falha que aconteceu depois do 25 de Abril foi não ter divulgado a ética republicana. Não houve um esforço para transmitir que o 25 de Abril era uma continuação, que Portugal já tinha tido um regime democrático. Recuperar essa memória não só em relação à República, mas em relação às mulheres teria sido muito importante.» Considerava ainda, Maria Alzira Lemos, existir para muitas pessoas pouca clarificação do que era o feminismo, supondo que «ser feminista seria mandar nos homens». Afirmava então: «As mulheres não querem ser iguais aos homens. As mulheres e os homens são diferentes, mas devem ter direitos iguais e devem estar em igualdade.»[\[595\]](#)

Maria Antónia Palla, jornalista e livre pensadora

«A liberdade plena de pensar e de agir é o motor da minha vida», afirma Maria Antónia Palla na entrevista a uma outra jornalista, Maria Antónia Fiadeiro, em 2004. «Lutadora apaixonada de causas»[\[596\]](#), foi julgada, em 1979, por ter realizado uma reportagem sobre o aborto para a RTP. O movimento de solidariedade então criado foi de fundamental importância para colocar a despenalização do aborto na agenda política do país.

«A minha avó ensinou-me que a liberdade das mulheres pressupunha que elas tivessem o seu próprio dinheiro»[\[597\]](#)

A avó surge como uma referência para Maria Antónia Palla. Era ela que lhe falava da política, das perseguições, dos livros proibidos, que pedia para lhe ler os jornais porque já não via muito bem. Era uma pessoa bem-disposta e inteligente que adorava ler. Falava-lhe muito da coragem da bisavó que quando ficou viúva pegou nos filhos e foi estabelecer-se no Seixal no comércio de tecidos. Uma das filhas deu continuidade a este comércio, sozinha porque nunca tinha casado. Maria Antónia revela que desde sempre teve uma enorme admiração por estas mulheres.

Em casa dos meus avós havia um busto da República, outro de Camões e ainda outro do Marquês de Pombal, o qual merecia a maior admiração do meu avô que era profundamente anticlerical. O meu avô e a minha avó falavam contra o regime [...]. Eu nasci neste ambiente, no Seixal. Numa casa sempre aberta aos outros, centro de convívio e de conspirações que só fechava as portadas quando passava a procissão.

Nos tempos da candidatura do Norton de Matos, Maria Antónia Palla lembra-se de ir com o avô buscar o *República* assim que o jornal saía, com medo de que a PIDE o apreendesse. Um dia o avô apresentou-a ao director do jornal que teve a simpatia de lhe mostrar a redacção. «Foi tal a emoção, que nunca mais esqueci o ambiente. Creio que a minha paixão pelo jornalismo nasceu aí», afirma Maria Antónia Palla.

Sempre se sentiu feminista, mas o contacto com Maria Lamas e a sua profissão de jornalista aproximaram-na muito da situação das mulheres

Enquanto jovem sentia que as raparigas tinham menos liberdade que os rapazes. «Era terrível arrancar autorização para ir a uma festa.» Mas foi o contacto com Maria Lamas, quando era ainda muito jovem (18 anos) que a ajudou a perceber a situação das mulheres. «Ela era uma mulher doce e inquieta, com grande sensibilidade e dotada de uma enorme força de vontade. Preocupada com os outros, disponível para os ouvir e aconselhar, no respeito pela liberdade individual» (FIADEIRO, 2007:190). Foi Maria Antónia Palla que fez o primeiro documentário televisivo sobre Maria Lamas, assim como um outro sobre Elina Guimarães, já em 1974.

As organizações femininas do tempo da República desapareceram. Veio a «Obra das Mães», uma organização do regime. [...] Eu era ainda muito nova quando desapareceu o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, mas registei com especial interesse a participação das mulheres na campanha do Norton de Matos como foi o caso da Isabel Aboim Inglez, da Maria Palmira Tito de Morais e da própria Maria Lamas. [...] Eu também estava muito atenta aos artigos da Elina Guimarães. O primeiro livro dela que li: «A lei em que vivemos» foi ela que me ofereceu.

O seu trabalho como jornalista levava a saídas frequentes de Lisboa para fazer reportagens. E foram muitas as histórias, as vivências de mulheres, reunidas alguns anos mais tarde no livro *Só Acontece aos Outros*. Lembre-se, enquanto jovem, de existirem grupos na faculdade que falavam das mulheres e do aborto. «Havia mulheres da zona do Barreiro que vinham às parteiras a Lisboa e que nós acompanhávamos. Fui com algumas às parteiras e dei-me conta de que a situação das mulheres era bem pior do que a dos homens.» Decerto que provinha desses tempos a sensibilização para a grave situação das mulheres que abortavam clandestinamente. «Uma coisa que me chocava muito, nessa altura, era a existência de dois preços para o aborto: com ou sem anestesia. Isso era terrível, porque havia

mulheres que escolhiam sem anestesia por não terem dinheiro.»[\[598\]](#)

Já depois do 25 de Abril, Maria Antónia Palla organiza, com a jornalista Antónia de Sousa, uma série de programas para a RTP sobre a situação das mulheres. Um desses programas foi uma reportagem sobre o aborto, em Maio de 1976. As reacções não se fizeram esperar por parte da Ordem dos Médicos e das forças mais conservadoras. Foi instaurado um processo-crime e o início do julgamento veio a verificar-se em Maio de 1979. Lia Viegas foi a advogada em quem Maria Antónia Palla se apoiou para a sua defesa. Desenvolve-se então um forte movimento de solidariedade que leva à sua absolvição em Junho de 1979 e que cria condições para que a despenalização do aborto passe a fazer parte da agenda política do país.

Pioneira na redacção de jornais e na direcção do sindicato dos jornalistas

Quando começou a escrever para o *Diário Popular* (1966/1967) não havia mulheres nas redacções dos jornais com tarefas idênticas às dos homens. Apareciam algumas mulheres na agenda. Tratava-se, porém, de um trabalho burocrático e não tanto de um trabalho jornalístico. «Tinham deixado entrar uma mulher, uma grande jornalista, a Maria Virgínia Aguiar, em 1967, que não resultou porque ela cometeu o terrível pecado de engravidar e eles ficaram muito ofendidos porque ela não se tinha colocado à altura do que era previsto. E fizeram-lhe tantas coisas, enquanto estava grávida, destacando-a para trabalhos que eram penosos, mas que seriam igualmente penosos por exemplo para um homem que tivesse partido uma perna, que ela acabou por sair.»

No Verão de 1968, foi aberto um concurso que admitiu três mulheres e uma delas foi Maria Antónia Palla. «As redacções não queriam mulheres. Eles diziam: isto exige trabalhar até altas horas, elas têm falta de resistência e não estamos à vontade, pois não podemos dizer palavrões. Nós fomos sujeitas a todas essas provas de resistência e saímos delas tão bem como eles.» Maria Antónia Palla foi também uma das primeiras mulheres na direcção do sindicato dos jornalistas. «Fui primeiro presidente

do conselho deontológico e depois fui vice-presidente da direcção em dois mandatos.» Corajosa, em 1973, Maria Antónia Palla escrevia no jornal *Expresso*: «O povo português tem o direito de ser informado acerca dos problemas que condicionam o livre exercício da actividade jornalística, de modo a entender porque tem ou não uma imprensa livre. [...] Sem liberdades colectivas, não existe liberdade individual.»^[599] Maria Antónia Palla tem uma longa carreira jornalística. Nos anos 60 trabalhou para a revista *Rádio e Televisão* e para o *Diário Popular*. Nos anos 70, na revista *Modas e Bordados*, no *Século Ilustrado e Vida Mundial*. Passou depois pela ANOP, pelo *Portugal Hoje*, pela *Capital* e RTP. Segundo Maria Antónia Fiadeiro, algumas das suas peças jornalísticas foram fundamentais para a profissão, como a grande reportagem no *Diário Popular*, «Brasil, olha que coisa mais linda» e o «Inquérito sobre a situação do escritor de língua portuguesa». Publicou, após o Maio de 68, um livro que foi apreendido pela PIDE: *Revolução Meu Amor*, com entrevistas a Alain Touraine, a Jacques Brel, a Françoise Giroud, a Jacques Sauvajot, entre outros líderes do Maio de 68.

A modernidade do feminismo

Segundo Maria Antónia Palla, o feminismo era olhado como uma caricatura. Era mal visto e não era levado a sério. Por isso, saiu em defesa das autoras das *Novas Cartas Portuguesas*, mesmo sem as conhecer.

Eu não conhecia nenhuma das autoras. *O Século* publicava uma revista de cinema, que era o *Cinéfilo*, e saiu uma crítica do Vasco Pulido Valente derretendo as autoras e falando de cátedra pois tinha chegado há pouco tempo de Oxford. Dizia que o feminismo era uma coisa ultrapassada, que aquelas mulheres eram umas idiotas. A minha convicção da extrema modernidade do feminismo era tal que, sem ter lido o livro e sem conhecer as autoras, decidi escrever em sua defesa e entrei em polémica com o Vasco Pulido Valente. O que mais me irritou foi ele achincalhar as autoras quando o livro já tinha sido apreendido e já havia processo contra elas.

Para Maria Antónia Palla, a paridade é o grande desafio que se coloca às mulheres que entram no século XXI. «O progresso da democracia para a paridade constituiria uma justa ruptura com a unificação masculina e forçada da comunidade política.» Um outro direito surge-lhe como essencial no novo século: «o direito ao tempo», que liberte as mulheres das muitas tarefas, para se poderem dedicar a actividades cívicas, culturais, políticas. «Há um mundo à espera delas para ser transformado. Com carácter de urgência.» (PALLA, 2001.53.)

Maria de Lourdes Pintasilgo, a ousadia de pisar de uma forma diferente o terreno masculino da política

«Engenheira de utopias», assim lhe chamou Natália Correia, elogiando a sua enorme capacidade de pensar, reflectir com outras pessoas e de construir ideias que rasgassem novos horizontes na forma de fazer política e na intervenção cidadã.

Ousou pisar o terreno masculino da política de uma forma diferente. Por um lado, como primeira-ministra, em 100 dias de governo, mostrando pelo seu dinamismo que a escassez dos dias podia ser vencida pela inteligência e criatividade. Por outro, candidatando-se ao cargo de presidente da República num momento difícil, devido à conjuntura política, gerando um grande apoio entre as mulheres. Como cidadã do mundo protagonizou, no terreno internacional, iniciativas na área dos direitos humanos das mulheres, da luta pela dignidade humana, pelo desenvolvimento sustentável, pela justiça social. Impôs-se pelo conhecimento, pela capacidade de saber ouvir e de se fazer ouvir. Faleceu muito antes do seu tempo ter terminado em Julho de 2004[\[600\]](#).

«Tenho uma vontade muito determinada, tal como a minha avó»[\[601\]](#)

Contra a vontade da família, seguiu engenharia. Tinha consciência de que era um curso com forte predominância masculina (3 raparigas em 240 alunos). Na família era esperado que tirasse o curso de Letras ou de Farmácia. Contudo a avó apoiou-a. Licenciou-se com 23 anos pelo

Instituto Superior Técnico. Foi uma aluna brilhante. A determinação foi uma constante na sua vida.

Em 1952, enquanto presidente da Juventude Universitária Católica Feminina (JUCF) começa a participar no Movimento Internacional de Estudantes Católicos (*Pax Romana*), tendo vindo a ser eleita presidente deste movimento. Tornou-se a primeira mulher a exercer tal cargo[602].

Em 1969 foi procuradora da Câmara Corporativa. «Foi esta experiência que me conduziu à política no pós 25 de Abril. Eu sabia que podia emitir opiniões contra a maioria. Esta minha posição deu-me alguma imunidade política que cobria as actividades do GRAAL que estavam cada vez mais politizadas e vigiadas pela PIDE. A partir de 1972 perdi toda a perspectiva de transformação do regime por dentro.» Dirigiu o grupo de Promoção da Igualdade das Mulheres, desde 1970, que veio dar origem à Comissão da Condição Feminina. Nesse âmbito colaborou no estudo sobre a situação laboral das mulheres e de análise ao Código Civil que colocava as mulheres numa situação de menoridade.

Enquanto ministra dos Assuntos Sociais[603] no 2.º e 3.º governos provisórios, em 1974/1975, esperava-se que falasse nas reuniões dos Conselhos de Ministros apenas da sua pasta. Mas ela entendia que devia falar também das outras áreas, porque era uma mulher que reflectia sobre os assuntos globais e tinha opinião. Exigiu mesmo que os problemas da descolonização fossem mais discutidos naquele órgão, pois sempre tinha sido uma questão que a havia preocupado por considerar a Guerra Colonial injusta e uma vergonha para o país. Entrevistada por Paula Moura Pinheiro sobre esse período histórico, Maria de Lourdes Pintasilgo afirmava: «Decidi intervir em todos os assuntos, que não me diziam directamente respeito e eram do domínio masculino. [...] Na realidade o que eu queria, e consegui, foi falar das coisas que os homens falavam para depois eles me escutarem naquilo que eu tinha a dizer.»[604] O carácter pioneiro do seu percurso político advém-lhe do facto de ter sido a primeira mulher, ministra, num governo português, quando já ia longo o século XX e de ter sido a única primeira-ministra que o país teve.

Quando foi primeira-ministra, em 1979[605], não se deixou abater pelas

reações violentas da Aliança Democrática (AD). Teresa Santa Clara Gomes, secretária de Estado adjunta, afirmava em entrevista a um jornal, a propósito desses ataques: «Compreendo determinadas reações desencadeadas pelos mecanismos políticos, mas não é aceitável que se passe ao ataque pessoal e ao levantamento de quase calúnias como se tem feito.»^[606] É a própria Maria de Lourdes Pintasilgo que chega a declarar, anos mais tarde, a Adelino Gomes. «Não me perdoam, sabe. Não me perdoam ter ousado entrar no mundo deles»,^[607] referindo-se ao domínio masculino da política. É um facto que pelas notícias da época e pelas sessões no Diário da Assembleia da República se constata que o clima de debate no Parlamento do programa do V Governo Constitucional assumiu o insultuoso e a grosseria sem limites por parte de muitos deputados. Murros nos tampos das bancadas por parte do PSD e do CDS, protestos ruidosos, insultos pelo facto de ser mulher.

Nas suas visitas pelo país, enquanto primeira-ministra, lidava de perto com as populações, captando muita simpatia, em especial junto das mulheres. Em Pias, numa cooperativa, quis saber por que razão eram os homens que varejavam as azeitonas e as mulheres as apanhavam do chão, ao que uma mulher lhe respondeu: «Porque eles não se querem dobrar.» De uma forma simples, Maria de Lourdes Pintasilgo transmitiu a sua mensagem emancipatória: «Qualquer dia tem que se fazer uma revolução: as mulheres varejam e os homens apanham a azeitona.»^[608] A sua consciência de mulher estava sempre presente no que dizia e nos actos da sua vida. Em 1980, respondendo à revista *Mulheres* num conjunto de questões sobre o voto, colocadas a um painel de mulheres, afirmava: «Faço votos de que as mulheres portuguesas saibam dizer não às forças conservadoras e machistas, ao autoritarismo e à exploração que, por toda a parte, se recomeçam a sentir. Faço votos para que as mulheres votem pela sua própria cabeça [...] que o seu voto seja o da liberdade e da esperança, por uma terra que todos sintam sua, por uma vida escolhida, decidida e não apenas consentida.»^[609] Em entrevista realizada por Maria Teresa Horta e publicada na mesma revista, reflectindo sobre o tempo em que foi primeira-ministra, Maria de Lourdes Pintasilgo afirma: «Tenho tendência

para ver o tempo em que fui primeira-ministra sob uma luz completamente diferente da forma como vejo os homens exercerem essa função. Mesmo nas relações com as multidões, com o povo...»[\[610\]](#) É com a mesma determinação que enfrenta, em 1980, o governo da AD quando este decide retirá-la de embaixadora na UNESCO, cargo que ela tinha suspendido para assumir as funções de primeira-ministra. Na altura, em declaração à comunicação social, Maria de Lourdes Pintasilgo afirma: «A direita ataca-me pelo facto de ser mulher e de não pedir desculpa nem por existir, nem por governar. Surjo aos olhos da direita como uma ameaça ao seu código de valores e comportamento.»[\[611\]](#)

Como candidata à Presidência da República[\[612\]](#) granjeou o apoio de muitos sectores da sociedade portuguesa, nem todos traduzidos em votos pelas pressões políticas de alguns partidos políticos nos últimos dias de campanha. No debate com Mário Soares na RTP, no dia 20 de Janeiro de 1986 a candidata foi acusada de «lírica» e de «ingénua» numa postura sobranceira e paternalista. Maria de Lourdes Pintasilgo recusou sempre o debate estéril, preferindo esgrimir as suas ideias e tentar transmitir o seu projecto para o país.

«O tempo das mulheres é o deste século XX»

Segundo a socióloga Françoise Gaspard, «Maria de Lourdes Pintasilgo inscrevia o seu feminismo, a sua reflexão sobre os assuntos do mundo e a sua acção na perspectiva global da mudança social»[\[613\]](#). Entender a realidade de vida das mulheres era algo que lhe advinha dos seus tempos de trabalho como engenheira na CUF: «Via mulheres aparentemente já velhas e, depois de conversar com elas, percebia que tinham a minha idade – já tinham feito cinco, seis abortos, e traziam na cara a marca de uma vida feita de decisões impossíveis. [...] No meio fabril percebia que as mulheres viviam não só sexualmente discriminadas pelos homens, mas dominadas por eles, em formas que violavam toda a dignidade da pessoa humana. Em oficinas só de mulheres, os contramestres exigiam o silêncio face a toda a espécie de chantagem sexual.» (BELTRÃO, HATTON, 2007:97-98.)

Em 1997, Maria de Lourdes Pintasilgo afirmava: «O tempo das mulheres é o deste século xx.» Era costume, dizer-se, nos anos 70, que as transformações sociais iriam mudar a vida das mulheres. Partilhando esta ideia, Maria de Lourdes Pintasilgo entendia, contudo, que a evolução dos direitos das mulheres tinha uma dimensão global na transformação do mundo. No seu livro *Cuidar o Futuro*, fruto do relatório da Comissão Independente sobre População e Qualidade de Vida, à qual presidiu, surge de forma clara esta sua reflexão. «Só ocorrerá uma mudança se as mulheres, totalmente conscientes dos seus direitos e responsabilidades, em todos os níveis, expressarem as suas convicções colectivamente. Esta será, verdadeiramente uma voz diferente: uma voz que vai integrar em vez de excluir [...]»[\[614\]](#) A feminista brasileira Rosiska Darcy de Oliveira, professora e fundadora do Departamento de Estudos sobre as Mulheres da Universidade de Genebra, no artigo para a revista *Ex-Aequo* sobre Maria de Lourdes Pintasilgo, com o título «Inédita e subversiva», em 2005, ao comentar o referido relatório, afirma:

Talvez só uma mulher tivesse a audácia de colocar no centro do debate mundial sobre população a liberdade e o poder das mulheres. Lá, onde a demografia se contentava com as estatísticas, um olhar para além dos números, uma leitura que dava a ver a centralidade das mulheres, desenha uma estratégia nova. Uma vez mais trata-se de declarar que as mulheres existem[\[615\]](#).

Tratava-se de encarar o mundo do ponto de vista das mulheres, dos seus contributos, de promover a sua emergência na cultura e na política. Ainda, segundo Rosiska D. de Oliveira, Maria de Lourdes Pintasilgo procurava algo de muito subversivo. Não lhe interessava que as mulheres pudessem ser como os homens, a sua imitação, mas que se pudessem afirmar enquanto mulheres capazes de ter poder, um outro poder, capaz de construir uma história de dimensão humana e global.

As preocupações pelos direitos das mulheres, enquanto direitos humanos, estiveram sempre presentes ao longo da sua vida. Em 1957, com

Teresa Santa Clara Gomes, assumiu a dinamização do Movimento Internacional de Mulheres Cristãs, o GRAAL, fundado em 1921 na Holanda. Nos anos 70 presidiu ao grupo de trabalho para a participação da mulher na vida económica e social, que realizou o primeiro levantamento sobre as discriminações que pesavam sobre as mulheres. Em 1973, presidiu à Comissão para a Política Social relativa à Mulher e, em 1975, foi presidente da Comissão da Condição Feminina. Na década de 1980 dinamizou a «Rede de Mulheres». Em 1981, publicou *Os Novos Feminismos* e, em 1982, *Les Femmes dans la Société et dans l'Église*. Nos anos 90 foi membro do grupo de peritos da OCDE sobre «a mudança estrutural e o emprego das mulheres», presidiu ao grupo de peritos do Conselho da Europa sobre Igualdade e Democracia e publicou, entre muitos outros artigos. «La démocratie paritaire: une nouvelle intelligence dans les rapports sociaux?», «Women, citizenship and the active society», «As Mulheres, a Cidadania e a Sociedade Activa».[616]

Novas Cartas Portuguesas, obra de referência

Em 1974, Maria de Lourdes Pintasilgo escreveu o prefácio à 2.^a edição das *Novas Cartas Portuguesas* e, em 1980, o pré-prefácio e o prefácio à 3.^a edição. Em 2004, numa mesa-redonda do seminário evocativo do I Congresso Feminista e da Educação, continuou a afirmar a actualidade da obra: «A mensagem das *Novas Cartas Portuguesas* continua actual. Para lá das fronteiras que as mesmas atravessaram nestes anos, erguem-se novas fronteiras. Tornam a opressão cada vez mais forte, porque cada vez mais mimética, cada vez mais moldada pelas instituições patriarcais, cada vez mais subalterna, porque cada vez só aparentemente mais livres. [...] Pela primeira vez na história do movimento feminista e na sua expressão literária, a cumplicidade entre as mulheres foi ao mesmo tempo sujeito e objecto de toda a trama de um livro. [...] A forma escolhida para imaginar o tipo de opressão a que as mulheres são sujeitas será a clausura. [...] É nessa clausura consentida que as *Novas Cartas* podem qualificar a subordinação da mulher ao homem: “Mulher: abastança do homem, sua semelhança, sua terra, seu latifúndio herdado” (p. 145). Não nasce esta

convivência com o opressor, este sentimento interiorizado, de uma qualquer aprendizagem. São as práticas sociais, normas e ideologia, que veiculam a sujeição consentida em palavras e actos de todos os dias.»[617]

Maria de Lourdes Pintasilgo falava com uma particular estima das nossas jornalistas, as três Antónias[618], das nossas escritoras, as três Marias[619] afirmando que «as suas vozes foram abafadas, assim como muitas mulheres foram silenciadas pela calma que se seguiu à revolução, não por qualquer tipo de censura, mas pela multiplicidade das mensagens emitidas por outros centros de poder. Tendo tido um papel muito importante nas movimentações a seguir ao 25 de Abril, as mulheres foram passando aos poucos para um segundo plano».

Maria Teresa Horta, escritora e feminista

É um nome incontornável na história dos feminismos em Portugal. Autora, com Maria Isabel Barreno e Maria Velho da Costa, das *Novas Cartas Portuguesas*, livro mal-amado num Portugal de ditadura, mas acarinhado pelas feministas de vários países, Maria Teresa Horta apresenta um percurso de vida e de luta contra a submissão, uma postura assumida por muitas mulheres ao longo dos tempos.

Desde cedo, o apelo à escrita

«O apelo à escrita surge desde sempre. Eu achava que era muda porque me faltava a palavra escrita»[620], assim nos diz Maria Teresa Horta sobre esta sua paixão pela leitura e pela escrita, que a impele a ler Simone de Beauvoir com 15 anos de idade. Desde muito pequena, pedia à família para lhe lerem as coisas. Queria saber o que diziam os anúncios. A sua maior ambição era poder ler os cartazes de cinema. De tal modo era insistente, que o pai decidiu contratar uma professora para lhe dar aulas em casa a partir dos 5 anos. De criadora de histórias, que contava como se fossem realidade, passou a leitora permanente dos livros da biblioteca do pai e de amigas.

Com pouco mais de 20 anos, surge o seu primeiro livro com projecção

pública, em 1960, um livro de poesia, *Espelho Inicial*. Já então no jornalismo, o seu nome surge associado ao grupo «Poesia 61». Na década de 1960, Maria Teresa Horta publica *Tatuagem, Cidades Submersas, Verão Coincidente, Amor Habitado, Jardim de Inverno, Cronista Não É Recado*. Na década de 1970, destacam-se no campo da poesia *Minha Senhora de Mim, Candelabro, Educação Sentimental, Poesia Completa I e II, Destino e Só de Amor*, para além de ser co-autora das *Novas Cartas Portuguesas*, obra que se destaca neste trabalho[\[621\]](#). A sua imagem como escritora está «associada à coerência e firmeza das suas posições em prol dos direitos das mulheres» e também a «uma exigência radical de liberdade»[\[622\]](#).

A rebeldia desde menina

O primeiro livro que lhe deram para ler chamava-se *As Meninas Exemplares*, da Condessa de Segur. Identificou-se de imediato com Sofia, a menina rebelde, embora percebesse que todos queriam que ela fosse a Camila, a menina exemplar. Daí ter tentado corresponder a essas expectativas durante uma parte da vida. Mas sem resultado. A partir de certa altura assumiu ser a Sofia e defender as suas ideias. Com 14 anos disse ao pai, que não ia mais à missa e que queria discutir com o padre a existência de Deus. O pai, pessoa muito católica, acabou por aceitar, mas desde que ela dissesse aos irmãos que não ia à missa por estar doente. Este perfil de desobediência acompanha o seu percurso de vida. «A mulher feminista é uma mulher desobediente, não faz aquilo que as regras mandam, pois estas nunca favoreceram as mulheres. Quando diziam que nós feministas éramos bruxas ou feiticeiras, eu estou convencida que se tivesse vivido nessa altura, teria sido queimada. No meu livro de poesia *Os Anjos*, eu digo que as poetisas são as bruxas das palavras.»[\[623\]](#)

Uma avó feminista

Os olhos de Maria Teresa Horta brilham quando fala da avó. A sua avó

paterna teve muita influência na sua vida. Chamava-se Camila Horta e foi a primeira mulher a ir ao liceu em Portugal. Ficava sentada na carteira da professora, porque não se podia misturar com os rapazes. Pelo mesmo motivo, não podia ir ao recreio. Foi também a primeira mulher a ser tradutora num jornal, o *Diário de Lisboa*. Das suas vivências com a avó, recorda as idas a uma casa com jardim, onde umas senhoras com chapéu se sentavam a tomar chá e a falar de coisas sérias. «A Maria Lamas, quando me conheceu, disse-me que tinha andado comigo ao colo e é ela que me diz o que a minha avó ia fazer àquela casa. Elina Guimarães e outras mulheres frequentavam aquelas reuniões. A minha avó ocultava do meu avô esses encontros.» A avó falava-lhe muito dos direitos e dignidade das mulheres. De que estas se tinham de assumir e não podiam aceitar certas coisas. Por isso diz que as palavras da avó a acompanharam sempre. Quando percebeu que por ser rapariga não podia fazer as mesmas coisas que os irmãos e os primos, a sua consciência feminista despertou. Quando leu *Le Deuxième Sexe*, de Simone de Beauvoir, com o dicionário de francês sempre ao pé, bebeu as ideias e as palavras que lhe faziam recordar as da sua avó.

As Novas Cartas Portuguesas, uma solidariedade que deixou marcas

As *Novas Cartas Portuguesas* surgiram numa altura em que, como jornalista cultural, Maria Teresa Horta conheceu as escritoras Maria Isabel Barreno e a Maria Velho da Costa. Das entrevistas que lhes fez nasceu uma grande amizade e cumplicidade. Nos encontros que tiveram decidiram assumir uma obra de autoria colectiva, onde nunca seria revelada a identidade de escrita de cada um dos textos produzidos. Decisão conjunta que resistiu às ameaças da PIDE, quando do processo de apreensão das *Novas Cartas Portuguesas* e do julgamento das três escritoras.

A solidariedade fez-se sentir em Portugal junto dos sectores intelectuais, mas o regime impunha um muro de silêncio difícil de contornar. Natália Correia, Urbano Tavares Rodrigues, Augusto Abelaira, Natália Nunes, José Tengarrinha, Vasco Vieira de Almeida, Carlos Jorge Correia Gago e

Maria Lamas são alguns dos intelectuais portugueses que foram ouvidos em tribunal testemunhando a favor das três escritoras[624]. Foi a partir das organizações feministas internacionais que a solidariedade mais se fez sentir. A campanha de solidariedade internacional desenvolveu-se-se em vários países e Maria Teresa Horta guarda bem fundo dentro dela a dimensão dessa solidariedade feminista que ainda hoje a faz dizer que os seus laços de solidariedade são sempre, em primeiro lugar, com as mulheres.

«Manifesto Feminista» ou não – questão polémica –, as *Novas Cartas Portuguesas* foram aquilo que as mulheres quiseram que fosse. É esta a opinião de Maria Teresa Horta. Tratava-se de um livro de ruptura com determinadas concepções e só é considerado feminista quando as feministas o leram e se identificaram com ele.

Uma vida cruzada com os feminismos

Para Maria Teresa Horta, a sua vida cruza-se com os feminismos em dois pontos fundamentais. Um primeiro, na sua relação com a avó, a grande imagem da sua infância. Claramente uma feminista, da qual só se dá verdadeiramente conta quando conversa pela primeira vez com Maria Lamas, que lhe revela os meandros das idas sigilosas da avó à tal casa com jardim. Um segundo, no seu percurso de escritora, muito em especial através das *Novas Cartas Portuguesas*, embora também, quando na adolescência lê Simone de Beauvoir. A sua ligação ao movimento feminista em França, as solidariedades criadas em torno do caso das Três Marias, essa força que sentiu e que celebrava, porque mostrava que a solidariedade entre as mulheres de diversos países podia existir, levou-a a ser uma das principais impulsionadoras do Movimento de Libertação das Mulheres em Portugal. Aclamado pelas feministas de outros países, aquele movimento foi pouco acarinhado por sectores da comunicação social portuguesa, que fizeram do simbolismo da sua acção em Janeiro de 1975, em Lisboa, no Parque Eduardo VII[625], um acto hostil de isolamento político, porque a misoginia se sobrepôs à liberdade de expressão e de

acção.

V

Anos 90 e Novo Milénio: Novas e «Velhas» Causas

A Transnacionalidade dos Feminismos: as Conferências e Redes Mundiais

As Redes de Mulheres e o caso da Marcha Mundial de Mulheres

Os anos de 1980 e 1990 tiveram em comum uma menor mobilização das mulheres apenas acalentada pela realização de conferências internacionais sob a égide das Nações Unidas. Nairobi (1985), Viena (1993), Cairo (1994) e, sobretudo, Pequim (1995) foram momentos de reflexão e de tentativa de comprometer governos com plataformas de acção para eliminar discriminações, inserindo-se oficialmente os direitos das mulheres na área dos direitos humanos. Contudo, a década de 1990 é referida como uma fase em que os movimentos feministas se globalizaram.

Diversas análises atribuem esse processo à sua crescente afirmação nas esferas da política internacional com a realização das Conferências das Nações Unidas sobre Direitos das Mulheres. Não pondo em causa o impacto destas conferências, não se pode limitar a análise desse processo de globalização a essa esfera mais institucional. Encontros regionais de feministas, por exemplo, na América Latina, traçaram redes de activismo e de solidariedades nas décadas de 1980 e 1990.[\[626\]](#) Existem, ainda, várias redes de carácter mundial ou regional: Articulação Feminista Marcosur (associações de mulheres da América do Sul); International Gender and Trade Network; Rede Latino-americana de Mulheres transformando a Economia; Rede Dawn; Rede Latino-americana de Caribenha de Mulheres Negras; Rede Mundial de Mulheres pelos Direitos Reprodutivos; Rede Mulher e Habitat; Rede de Educação Popular entre Mulheres; Articulação de Mulheres CLOC/Via Campesina; Diálogo Sur/Sur LGBT; Marcha Mundial de Mulheres, entre outras.

Ao mesmo tempo que se encerrava o ciclo de conferências das Nações Unidas crescia um desencanto nas feministas que tinham participado nessas realizações. Em Outubro de 1998, a Federação das Mulheres do Quebec[\[627\]](#) tomou a iniciativa de realizar um encontro internacional onde se fizeram representar organizações de defesa dos direitos das mulheres de todos os continentes. Estava lançado um novo processo de ligação mundial das mulheres fora do «chapéu de chuva» das Nações Unidas, com agendas políticas autónomas.

A ideia de uma Marcha Mundial de Mulheres,[\[628\]](#) no ano 2000, que tivesse como principais lemas a luta contra a Violência e a Pobreza tinha sido lançada, em 1995, a partir da 4.^a Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Direitos das Mulheres em Pequim, nas reuniões e acções das ONG em Huairou[\[629\]](#).

De acções de mobilização pontuais em torno de um conjunto de reivindicações, as marchas podem constituir-se em plataformas de acção de carácter mais permanente. Assim tem sido com a Marcha Mundial de Mulheres que se define como uma rede feminista mundial cujo papel não se esgotou com as acções realizadas em mais de 150 países no ano 2000 e que «envolveram mais de 6000 grupos de mulheres»[\[630\]](#).

Na altura, foram definidos os seguintes objectivos para a MMM: agir contra a pobreza e a violência exercida sobre as mulheres; estimular, nesse sentido, um vasto movimento de solidariedade de grupos de mulheres de base, de modo que a Marcha constituísse um gesto de afirmação das mulheres do mundo; promover a igualdade entre mulheres e homens; pressionar os governos e principais decisores internacionais a efectuar as mudanças que se impõem para melhorar a qualidade de vida das mulheres no mundo; assinalar a entrada no novo milénio e mostrar a determinação das mulheres, de ontem e de hoje, de mudarem o mundo. Como valores deste projecto foram definidos os seguintes: a liderança da organização está nas mãos das mulheres; todas as regiões do mundo partilham a liderança da acção; os grupos participantes que adiram aos objectivos e ao plano de acção global da Marcha permanecem autónomos quanto à organização das acções nos seus países; o respeito e valorização da

diversidade do movimento de mulheres; a Marcha desenvolve acções pacifistas.

O respeito pela diversidade tem sido uma das vertentes desta rede feminista, como se pode constatar pelos seus documentos: «No decurso dos anos, aprendemos também, como movimento de mulheres, que não podíamos ignorar a diversidade das realidades em que vivem as mulheres e que a solidariedade entre nós não se podia realizar sem reconhecer essa diversidade. O projecto da Marcha deve pois ser um projecto flexível, que identifique os pontos comuns levantados pelos diversos movimentos de mulheres através do mundo, em ligação com as problemáticas da pobreza e da violência sobre as mulheres. O projecto propõe acções comuns e convida os grupos a insuflar a sua diversidade e a organização que sejam adequadas à sua realidade.»[\[631\]](#)

As acções desenvolvidas em 159 países em torno deste projecto da Marcha Mundial de Mulheres culminaram com uma manifestação de mais de 10 000 mulheres em Nova Iorque, no dia 17 de Outubro de 2000. Uns dias antes, a 14 de Outubro, na Europa, em Bruxelas, 30 000 pessoas, na esmagadora maioria mulheres, marcharam contra a violência e a pobreza. Em Portugal, a Marcha Mundial das Mulheres recolheu 34 753 assinaturas de apoio e o desfile final, no dia 7 de Outubro, contou com cerca de 10 000 participantes.

Em Nova Iorque, foram entregues às Nações Unidas cinco milhões de assinaturas exigindo dos governos medidas concretas contra a pobreza e a violência sobre as mulheres. O *Diário de Notícias* de 18 de Outubro referia-se a este acontecimento da seguinte forma: «Na manhã fria e cinzenta de Outono em Nova Iorque, ontem, 159 ciclistas – uma por cada um dos países participantes na Marcha Mundial de Mulheres – partiram do Bronx para a sede da ONU na zona central de Manhattan. No Parque Dag Hammarskjöld juntaram-se representantes de mais de 5000 organizações não-governamentais, que formaram um cordão de solidariedade para entregar milhões de assinaturas exigindo a erradicação da pobreza e da violência.»

Após 2000, a Marcha tem continuado a reunir na Europa e em outros

continentes[632]. Em Março de 2003, realizou-se o quarto encontro internacional na Índia onde se preparou um plano de acção mundial para 2005: uma Carta Feminista para a Humanidade a passar de mão em mão, de país para país, de região para região, entre 8 de Março e 17 de Outubro de 2005. Continuando a valorizar a diversidade, a Marcha assumiu-se, nessa reunião, como «um movimento internacional de mulheres autónomo». Contudo, sobre a diversidade da MMM existem opiniões que revelam alguma insatisfação. Charlot Pierik representante da Holanda na Coordenadora Europeia considerava que apesar de se falar dos problemas das mulheres imigrantes elas ainda não estavam a participar.

A valorização de acções mundiais em tempos de globalização não significa aplainar identidades nem construir um movimento único. Não nos parece que estejamos perante um feminismo como sujeito soberano e unificado. Como afirma Rosi Braidotti, há necessidade de renomear o sujeito feminista como uma entidade múltipla, aberta e em sintonia (BRAIDOTTI, 2002:160). A Marcha Mundial de Mulheres ao valorizar as diferenças, ao estimular a criatividade das acções das diferentes associações ou grupos de mulheres, ao organizar-se em rede revela, decerto, uma nova forma de feminismo, a ser estudado – o da solidariedade e diversidade, orientado para a mudança social e política. Esta componente de mudança, de luta contra situações sociais penalizadoras da vida das mulheres, como é o caso da pobreza, tem sido articulada com a vertente da opressão patriarcal geradora igualmente de grandes discriminações.

Nova onda dos feminismos? Novas gerações de feministas?

O processo dos fóruns sociais tem fomentado o crescimento da consciência feminista junto de muitas jovens que se tornaram activistas nos caminhos de Seattle e Porto Alegre e que viram com interesse a presença de uma vertente de intervenção feminista nos fóruns. A emergência de novos sectores do feminismo com poucos pontos de contacto com o chamado feminismo «histórico», como é o caso dos grupos de acção directa, das jovens da *next generation*, das jovens imigrantes que nas ruas de França marcharam sob o lema «Nem putas, nem submissas», contra as

novas formas de opressão das raparigas que habitam nas periferias dos grandes centros urbanos, aponta para a existência de uma nova geração de feministas com posições políticas e estratégias diferentes. Também as jovens estudantes dos *gender studies* nas universidades, assim como jovens que trabalham em ONG se inserem nesta nova geração.

Julia Di Giovanni, uma jovem italiana participante no acampamento da juventude no 3.º FSM, em Porto Alegre, afirmava, nessa altura: «Estas jovens são portadoras de um feminismo renovado, porque precisam de responder continuamente a desafios históricos que se colocam hoje, não apenas para o feminismo, mas também para o conjunto dos projectos emancipatórios dos quais o movimento dos movimentos pretende ser canal de convergência.»

Existirá um relacionamento intergeracional de mulheres neste novo patamar do feminismo? Esse relacionamento existe entre as mulheres que transportam a experiência das movimentações feministas das décadas de 1960 e 1970 e uma nova geração de mulheres marcada pelas lutas alterglobalização. Mas as acções das jovens ganham espaços de autonomia e até de alguma conflitualidade com um pensamento feminista mais clássico. Foi o que aconteceu na Assembleia Europeia de Mulheres realizada no âmbito do FSE em Paris, em 2003, quando um grupo de jovens da *next generation* se apropriou dos microfones reivindicando a legalização da prostituição.

Será que se pode falar de uma nova vaga dos feminismos, neste momento? Existem factores novos nos caminhos dos feminismos, a nível mundial. Mas a realidade é muito diferente de país para país, de região para região.

Há quem considere que os efeitos da globalização neoliberal sobre a vida das mulheres tem vindo a reforçar aspectos significativos do patriarcalismo como a divisão entre público e privado, a «naturalização» da mulher como suporte dos cuidados com a família, perante a diminuição dos serviços públicos e o desemprego crescente, a mercantilização de todos os aspectos da vida, com particular destaque para o tráfico de mulheres que sustenta fortes redes financeiras internacionais, o fundamentalismo de

todos os tons que impede as mulheres de disporem dos seus corpos e de optarem por uma maternidade consciente ou que apedreja mulheres até à morte por romperem códigos de conduta medievais. Esta situação tem vindo a despertar resistências como já foi dito.

A emergência de novos sectores feministas e a maior ligação das lutas das mulheres em redes internacionais são também sinais novos que devem ser aprofundados numa análise mais localizada e distanciada no tempo. Mulheres que têm tido grande protagonismo na Marcha Mundial de Mulheres como a italiana Nadia De Mond e a holandesa Charlot Pierik são cautelosas quando afirmam: «Ainda é muito cedo para falar de uma 3.^a vaga feminista, apesar do grande desejo para que tal ocorra, sobretudo por parte das mulheres que estiveram activas na segunda vaga do feminismo. Apesar das amplas mobilizações mundiais alterglobalização e contra a guerra, o movimento feminista ainda não envolve uma nova geração de mulheres nem uma mobilização tão significativa. Há alguns sinais nesse sentido, mas ainda são só sinais.»[\[633\]](#)

Os feminismos e os movimentos sociais: a articulação de agendas

A globalização das lutas sociais tem-se traduzido em novas formas de organização. Redes mundiais, como a Marcha Mundial de Mulheres ganham peso e criam novas formas de acção. Há que considerar que esta não é só uma característica do movimento feminista. «Os movimentos sociais contemporâneos, envolvidos em conflitos políticos e culturais têm produzido significados que circulam em redes entre uma pluralidade de actores que assumem uma identidade partilhada.»[\[634\]](#) Surgem deste modo, novos movimentos mobilizadores de milhares de pessoas em fóruns internacionais. Porto Alegre, Florença, Paris e Bombaim são referências de debates plurais onde os feminismos ganham outras interacções.

Está colocado um desafio aos movimentos sociais sobre uma mais intensa articulação de lutas e resistências a uma globalização neoliberal que hegemoniza o poder no mundo. Segundo Boaventura de Sousa Santos, trata-se de uma articulação de «alta intensidade», que ultrapasse o simples reconhecimento das diferenças e promova práticas contra-hegemónicas de

diversos movimentos, criando «zonas de contacto», melhor dizendo zonas porosas onde os fluidos das lutas se possam misturar. Assenta em quadros de leitura e tradução de anseios, que emergem no caudal de lutas que animam os fóruns sociais e que necessitam de ser mutuamente intelegíveis[635].

Em Portugal, pela primeira vez, a interacção entre os feminismos e o movimento LGBT surgiu no contexto do 1.º Fórum Social Português (2003) através da criação da Rede Lilás, da participação na Marcha de Orgulho Gay, na Coordenadora da Marcha Mundial de Mulheres. Contudo, apesar dos avanços, ainda se está numa fase de articulação de baixa intensidade. O mesmo se pode dizer da articulação com outros movimentos: ambientalista ou sindical. Algumas interrogações se colocam neste novo contexto.

Será que a emergência de redes e acções mundiais na área dos feminismos nos conduz a uma ideia de «feminismo global», reforçando factores identitários homogéneos, ou a diversidade e a pluralidade de sujeitos e acções marcam os feminismos destes tempos de globalização? Que relação se tem estabelecido entre aquelas redes e os movimentos alterglobalização?

Um dos traços que define a globalização é a politização generalizada da cultura, especialmente nas lutas pela identidade e diferença – as lutas pelo reconhecimento, que explodiram nos últimos anos. A viragem para o reconhecimento representa um alargamento da contestação política. Já não restrita ao eixo da classe, a contestação abarca agora outros eixos de subordinação, incluindo a diferença sexual, a «raça», a etnicidade, a sexualidade.[636] Neste âmbito, que significado poderá ser atribuído ao movimento feminista perante o debate, ainda actual, sobre a relevância ou inutilidade da sua existência, articulado com a emergência de perspectivas teóricas pós-estruturalistas e pós-modernas, que trazendo novos desafios às teorias e práticas feministas, não deixaram de provocar também a possibilidade da sua erosão? (MAGALHÃES, 2002:189-198.)

A evolução das lutas das mulheres nas últimas duas décadas poderá revelar um certo apagamento dos feminismos, contrastando com as

décadas de 1960 e 1970 que foram tempos de um novo impulso dos feminismos como movimento social na Europa e nos Estados Unidos, em contexto de mobilização política e do despertar de outros movimentos por mudanças radicais. A pluralidade expressa em diversas correntes e na multiplicidade dos sujeitos mulheres[637], a autonomia e a crítica aos paradigmas tradicionais da ciência foram marcas do feminismo da época.

Os Fóruns Sociais Mundiais têm dado corpo a «um movimento alterglobalização cuja identidade é marcada pela sua diversidade na tentativa de responder à multiplicidade de actores e de causas que o nutrem»[638]. O trabalho em rede procurando colocar diversas causas em interacção tem sido uma vertente destes movimentos sociais permeáveis ao contágio com os feminismos. Segundo Nadia De Mond: «O movimento de mulheres introduziu nos fóruns sociais temas fundamentais numa perspectiva de emancipação. Não apenas uma óptica de género transversal para interpretar o mundo, mas também conceitos fundamentais como a multiplicidade de sujeitos o que implica a não subordinação de uma contradição em relação à outra e a recusa de um única direcção do processo. Uma abordagem holística que integre as várias esferas da vida numa perspectiva de mudança tem sido outro dos contributos.»[639]

Embora com diferentes opiniões, as mulheres que se têm envolvido nos diversos fóruns sociais reconhecem a importância da participação feminista no sentido de «Estreitar a relação entre o movimento feminista e o movimento por uma outra globalização, inscrevendo aí as nossas prioridades e fortalecendo as possibilidades de uma verdadeira transformação social. Até porque, um outro mundo sem o feminismo é impossível. No FSM ainda há resistências em interpretar o patriarcado como um sistema político e social que sustenta a globalização neoliberal.»[640] (Diane Matte[641].) «Afirmar a agenda feminista no contexto das lutas antiglobalização. Fazer com que o discurso feminista como um projecto global para a humanidade interaja com o conjunto do Fórum [...]. Questionar padrões centralizadores e patriarcais de desenvolvimento e apresentar estratégias alternativas.»[642] (Miriam Nobre e Nalu Faria[643].) «Criar uma relação dialéctica entre o

movimento de justiça global e o movimento feminista, sendo que esta articulação não é fácil», como refere Sonia Correa[644], «porque implica uma dupla estratégia: comprometer-se com as lutas colectivas dos movimentos sociais e ao mesmo tempo tentar transformar a sua perspectiva em relação ao feminismo»[645] (Virgínia Vargas[646]).

Há ainda quem afirme que os fóruns sociais são espaços para construção dos feminismos (Magdalena León T.[647]) ou para o seu maior crescimento e renovação (Nadia De Mond). Contudo, existem estratégias diferentes das feministas, quanto à sua participação nos fóruns sociais: – as que insistem na necessidade de um espaço e de uma programação própria para as mulheres dentro do fórum[648]; as que apostam em conseguir uma maior inserção em todos os espaços dos fóruns, argumentando que actividades paralelas não são uma boa estratégia[649]. Maria Betânia Ávila, do SOS-Corpo e da Articulação das Mulheres Brasileiras, reflectindo sobre as relações desiguais de poder que ainda existem dentro dos fóruns sociais mundiais, não deixa de afirmar que «este é um espaço onde o feminismo tem um *locus* profundo para tecer alianças [...] mas também para agir no sentido de marcar a sua contribuição para uma forma democratizada da política» (ALVAREZ, 2003:538).

No primeiro Fórum Social Mundial, em 2001, 52% dos participantes eram mulheres. Mas esta presença foi pouco reflectida nas mesas dos debates. No segundo FSM, a presença foi mais marcante. As feministas conseguiram impor um painel sobre «Cultura da violência. Violência doméstica» num dos eixos temáticos principais do Fórum: «Afirmção da sociedade civil nos espaços públicos», para além de outros debates com mulheres convidadas de diferentes partes do mundo. Todavia, o salto mais significativo foi dado no III Fórum, também em Porto Alegre, em 2003, quando a responsabilidade da organização dos painéis de dois dos cinco eixos temáticos coube às feministas através de redes como a Marcha Mundial de Mulheres que organizou o eixo sobre «Direitos Humanos» e a Articulação Feminista Marcosur que organizou o eixo «Democracia, sociedade civil e poder político». Das 1700 actividades desta terceira edição do FSM, o segundo tema mais tratado foi «o género como meio de

desenvolvimento sustentável». Em Bombaim, no IV Fórum Social Mundial, em 2004, a participação das mulheres dos meios mais populares foi muito forte. O Fórum transbordou em muito o espaço das conferências. Iniciativas de mulheres, das mais diversas, nas ruas de Bombaim foram a marca de um fórum muito diferente dos outros, em termos de composição social.

Correntes diferentes do feminismo acabam por se expressar no contexto dos fóruns sociais com interesses temáticos e de agenda diversos. «Os feminismos chegam a este processo global de forma diferente do passado. Quer dizer, não como uma identidade única, não como uma hipotética «irmandade feminista global», que descontextualiza e despolitiza o seu presente, ao aludir a uma forma compartimentada e hegemónica de ser mulher, nem a uma única forma de posicionamento como feministas.» (VARGAS, 2003:589.[\[650\]](#))

Feminismos e a Evolução das Famílias

Ao contrário do que aconteceu com as feministas do início do século xx, cuja credibilidade política e social passava por se afirmarem como «boas esposas e mães de família», fazendo da conciliação entre a maternidade e a sua militância política um factor de valorização da sua imagem, as feministas das décadas de 1970 e 1980 fazem uma ruptura com esta concepção, reclamando a libertação das mulheres do seu destino biológico e de uma família tradicional que as subjugava. Segundo a socióloga Anália Torres, «a corrente feminista dos anos 70 aos anos 80, na sua diversidade e pluralidade de abordagens, desde as que mostravam o que se escondia sob a capa da paz doméstica até às que propunham abordagens inteiramente inovadoras, constituiu também um dos passos em frente mais decisivos no campo da reflexão teórica sobre as temáticas da conjugalidade, da família e das mulheres. Na verdade, esta corrente obrigou detractores ou defensores dessas ideias a aprofundar os temas, a orientar pesquisas com outros olhares e perspectivas. As mulheres emergiram simultaneamente enquanto sujeitos e actores da história social e enquanto motores de reflexão sobre essa mesma história» (TORRES, 2001:71-72).

A historiadora Anne Cova afirma que para as feministas da primeira vaga, «a maternidade constituía um meio de aceder à respeitabilidade» (COVA, 1998:10). Ainda, para Francoise Thébaud (2001), nessa época, as feministas faziam da maternidade um trunfo para obterem direitos sociais, cívicos e políticos. Em 1924, no 1.º Congresso Feminista e da Educação, Adelaide Cabete afirmava: «A maior parte dos homens de hoje já não receiam que a mulher se torne menos feminina por ser feminista. Eles vêem que a mulher à medida que se interessa pelas questões de ordem social, vai esclarecendo a sua inteligência, vai disciplinando o seu espírito, vai aperfeiçoando a sua própria individualidade, tornando-se assim um elemento de valor positivo, um ser consciente e portanto com maior direito ao título de esposa e mãe.» (SILVA, 1982b:75.)

Durante séculos, a identidade feminina foi confundida com a sua função materna, enquanto a identidade masculina nunca foi reduzida à função paterna. Segundo a historiadora Yvonne Knibiehler, «A glorificação do amor materno desenvolveu-se durante o século XIX até aos anos de 1960. [...] Um novo feminismo, inspirado por Simone de Beauvoir, dissociou as figuras de «mulher» e de «mãe», permitindo a cada uma afirmar-se como sujeitos autónomos.» (KNIBIEHLER, 2001:24.) Uma nova geração de mulheres foi capaz de ter um olhar crítico sobre o modelo de família e de maternidade, considerando esta como um acto voluntário de satisfação pessoal, liberta das sobrecargas, dado que a mãe, tal como o pai devia ser livre para ter outras ocupações, para além do cuidado com as crianças. Tal como afirma Yvonne Knibiehler, «a crítica feminista dessacralizou a maternidade».

Teresa Joaquim, conclui, na sua tese de doutoramento, *Menina e Moça: a Construção Social da Feminilidade*, que se chegou ao fim do ciclo de uma evidência: o da «natureza feminina», que «presidiu durante séculos às relações entre homens e mulheres e ao lugar que cada um tinha nessa relação. O fim dessa evidência liga-se com a constituição da mulher enquanto indivíduo [...] acontecimento que o feminismo no início do século XX nomeou» (JOAQUIM, 1997).

Para as feministas de segunda vaga, a noção de libertação das mulheres estava associada à crítica da família como instituição opressora. Tratava-se de colocar em causa um modelo de família patriarcal e parsoniana (baseada no modelo do sociólogo Talcott Parsons que na década de 1950 glorificava o papel da mulher definido em função dos interesses da família, das crianças e dos homens). Kate Millet, teórica da corrente radical do feminismo, analisa a família como uma instituição patriarcal.[\[651\]](#)

Apesar das críticas dos anos 80 ao conceito de patriarcado como categoria a-histórica e de cariz abstracto e generalista, o certo é que a ideia de dominação masculina como um sistema que se manifesta em todos os domínios das relações sociais fez caminho. E um dos domínios apontados dessa dominação foi de facto a família.

Todavia, uma certa celebração da maternidade não deixa de ter eco, em especial, nos finais dos anos de 1980, continuando a realçar-se as qualidades desenvolvidas pelas mulheres pelo facto de serem mães. Autoras como Chodorow, Irigaray começam a falar de uma cidadania assente na noção do cuidar. Segundo Maria José Magalhães: «Chegadas à passagem para o século XXI e no contexto português, a maternidade regressa como pomo de discórdia entre discursos emancipatórios e conservadores e entre feministas.» (MAGALHÃES, 2005:472). As transformações ocorridas nas famílias, nas últimas décadas, são consideradas por sectores conservadores como factores de crise a serem combatidos. Deste modo, «a família é alvo de um forte investimento ao nível do discurso político»[\[652\]](#). Estas transformações têm sido postas em causa por alguns sectores da hierarquia da Igreja Católica e pelos meios mais conservadores da sociedade. Conferências episcopais afirmam que o casamento deve voltar a ser indissolúvel, que a sexualidade foi afastada do casamento, da procriação e do amor. A este propósito, Ana Vicente, escrevia no *Público* de 3 de Maio de 2004: «Ouvir discursos sobre a bondade do matrimónio e os malefícios do divórcio vindos de bocas que recusaram esse sacramento e que acham que a violência doméstica se deve à libertinagem sexual ou à emancipação da mulher não bate certo e é bom que o entendam finalmente para que o povo de Deus que já dá mostras de

grande indiferença, não deserte de vez para outras paragens.»

Os factores objectivos que têm desafiado as noções tradicionais de família estão assentes em diversas transformações sociais: a maior inserção das mulheres no mercado de trabalho; o aumento das situações de divórcio; o aumento das uniões de facto e do número de filhos fora do casamento; as novas formas de família: – uniões de facto, famílias monoparentais, famílias lésbicas e *gays*; o maior número de pessoas a viver sozinhas. Segundo a investigadora Sofia Aboim, «família» e «mudança» são palavras que surgem associadas, porque: «É indiscutível que no processo de modernização das sociedades ocidentais, progressivamente desenhada ao longo dos últimos séculos, as formas de organizar e viver a família se transformaram indelevelmente, trazendo consigo muitas modificações, umas mais rápidas, visíveis e inovadoras, outras mais lentas, sub-reptícias e portadoras de heranças passadas.» (ABOIM, 2006:27.)

Nos anos 90, assistiu-se ao discurso que colocava a ênfase na paternidade e na partilha de tarefas. No fundo, uma reentrada dos homens no lar, agora não como chefes ou dominadores, mas como parceiros emocionais e das tarefas, quer sejam casais homossexuais ou heterossexuais. Segundo Guacira Louro, «constata-se na década de 1990, o crescente reconhecimento da pluralidade de identidades de género e de sexualidades que permitem a diversidade de ser casal e de ser família» (LOURO, 1999:79).

A análise da legislação portuguesa até 2001 mostra uma progressiva aceitação da diversidade familiar e de estilos de vida, com ênfase nos direitos individuais das pessoas. Contudo, em 2002, surgiu uma proposta de uma Lei de Bases da Família assente num modelo conservador de família, colocando-a como «natureza e destino de todas as pessoas em detrimento dos direitos de cada membro da família no que respeita à sua realização pessoal»[\[653\]](#). Os direitos da família sobrepunham-se, deste modo, aos direitos individuais, com especial reflexo nas mulheres, pressionadas para um maternalismo domesticado. O conceito de família adoptado nessa Lei de Bases escondia a diversidade de estruturas familiares, negando as novas identidades de género e de sexualidades,

discriminando as famílias *gays* e *lésbicas*. A ideologia conservadora em que assentava tal lei opunha-se à tendência para tornar visível essa pluralidade de formas de família.

A «tradição» já não é o que era...

Apesar da pressão dos meios conservadores para revalorizar alguns sistemas de valores postos em causa pela evolução das sociedades, o certo é que estudos recentes apontam para uma outra valorização da família segundo «padrões modernos, mais plurais, recusando a visão tradicionalista, que acentuava os traços patriarcais e institucionais das relações familiares»[\[654\]](#). Segundo a socióloga Anália Torres, co-autora de um estudo europeu no âmbito da rede de pesquisa sobre Atitudes Sociais na Europa (European Social Survey – ESS), «actualmente insiste-se mais na importância da dimensão afectiva, na realização e no bem-estar pessoal no contexto familiar, bem como na igualdade entre os sexos, sem se abdicar da ideia de ter filhos» (TORRES, 2007:143). A tendência para a baixa fecundidade tem vindo a alterar-se em alguns países, como no caso dos escandinavos, sem que tal se tenha reflectido numa quebra da taxa de actividade das mulheres, contrariando a ideia de que taxas de natalidade baixas estavam associadas à crescente participação das mulheres no mercado de trabalho. Se nos anos 80 essa correlação podia ser encontrada, a tendência alterou-se na década de 1990.

O estudo referido mostra que a família surge como um dos principais «valores» da vida dos cidadãos e cidadãs europeus, não se verificando diferenças significativas entre os sexos quanto à valoração atribuída. Mulheres e homens atribuem idêntica importância em relação à família e em relação ao trabalho, uma vez que para as mulheres o trabalho deixou de ser um complemento ao orçamento familiar, mas um valor em si mesmo, «tendendo a fazer parte de um modelo identitário feminino forte, mesmo nos países onde há menor inserção das mulheres no mercado de trabalho». Ainda, segundo Anália Torres: «A família não está, portanto, em crise, sendo, pelo contrário a principal fonte de investimento pessoal. O que parece ter mudado foram os modelos familiares e as representações e os

modos de investimento na família. Fenómenos como a baixa fecundidade e a banalização e desdramatização do divórcio e da coabitação não podem, portanto, ser lidos como sintomas de declínio da família, mas antes como sintomas de novos investimentos e sentidos que lhes são dados, como o afastamento da ideia de que a família é definida essencialmente pelo laço formal. Com a afirmação da autonomia e a desvalorização da componente institucional do casamento, bem como a diferenciação rígida dos papéis sexuais, a construção da família mantém-se como a dimensão mais importante da vida dos europeus. Aí se define agora um lugar onde se pretende que haja afirmação e manutenção da liberdade individual e espaço para a plena realização afectiva.» (TORRES; 2007:138.)

Decerto que é esta nova consciência da família com uma dimensão afectiva e como lugar de direitos que leva muitas mulheres a não suportarem a violência nas relações conjugais, como acontecia com as anteriores gerações, tornando hoje visível essa violência, denunciando-a e procurando apoios.

A entrada generalizada das mulheres no mercado de trabalho teve consequências na vida conjugal. De facto, existiu uma ruptura com um modelo de complementaridade de tarefas entre mulheres e homens, cabendo a estes a responsabilidade do «sustento» da família e a elas as tarefas do «cuidado». A ruptura com este modelo ideológico não pressupõe que, na prática, a vida das mulheres não surja, nos tempos actuais, mais sobrecarregada com duplas e triplas tarefas, porque ao modelo tradicional de papéis, ainda não se sobrepôs um outro de plena partilha de tarefas e responsabilidades na família.

Quando nos anos 60 se previa que a inserção das mulheres no mercado de trabalho seria o passo fundamental para a sua autonomia e independência económica, e que, em consequência, este seria o meio de alcançar a simetria entre os sexos na divisão de responsabilidades domésticas e dos cuidados com os filhos, subestimou-se a complexidade destes processos de transformação. [...] Não é simplesmente o trabalho feminino exterior que se traduz em independência económica – é preciso saber em que sectores

desenvolvem actividade, em que condições e contextos – assim como parece mais claro que da igualdade no plano formal não resulta mecanicamente simetria em todos os planos da vida social. (TORRES, 2004a:18.)

Contudo, independentemente das sobrecargas para as mulheres que, muitas vezes, representa a sua inserção profissional, conforme conclui, Anália Torres, o desempenho de uma actividade para o mercado de trabalho «está decididamente associada a autonomia e capacidade de decisão no contexto conjugal, a reconhecimento de competências, a fuga ao que é pressentido como fechamento doméstico e restrição de sociabilidade» (TORRES, 2004a: 144).

Mudança do discurso feminista em relação à família

Os discursos sobre os feminismos têm vindo a ser mudados, assim refere Maria José Magalhães. «Vinte anos depois, teria de ser mesmo assim. Seria inusitado que os discursos fossem iguais. Uma área de renovação dos discursos é a da família e do casamento. Nos anos 70 e 80, a família e o casamento eram para abolir. E agora, são para transformar. Manter a família e o casamento, mas mudá-los por dentro. Implodir uma família patriarcal, mas lutar por uma família democrática e equilibrada.»[\[655\]](#)

Esta nova forma de encarar a família corresponde, de facto, às conclusões sobre as atitudes e valores encontrados no estudo anteriormente referido. Apesar dos constrangimentos vividos por muitas mulheres na família, resultantes de um domínio masculino que impõe ainda as suas regras, quando se entrevistam mulheres, conforme refere Maria José Magalhães, elas consideram a família como um lugar importante para os afectos.

O discurso feminista não podia, portanto, deixar de analisar esta dimensão à luz da evolução para um outro conceito de família como um lugar de bem-estar das pessoas, onde não existe a imposição de um colectivo sobre os direitos de cada pessoa.

As mudanças nas formas de conjugalidade ocorridas nos últimos 30 anos em Portugal também ajudaram ao evoluir dos discursos feministas sobre a

família. Como refere a socióloga Sofia Aboim existe uma vida familiar em mudança se tivermos em conta a crescente «informalização do laço conjugal e pluralização do leque de transições possíveis nos percursos familiares, acrescentando-os de momentos de ruptura e de recomposição, em conformidade com uma visão menos institucional da relação a dois e da própria família» (ABOIM, 2006:79). É um facto que se verificou, nos últimos anos, um decréscimo da nupcialidade, o adiamento do casamento para idades mais avançadas, a sua crescente laicização. Também, segundo Sofia Aboim, a descolagem entre casamento e parentalidade constitui outra tendência pelo aumento do número de filhos fora do casamento. A aceitação social destas novas práticas constitui uma marca do «carácter modernista das conjugalidades informais». Ainda, segundo a mesma socióloga, «a ruptura da conjugalidade engendra também a sua posterior reconstituição, agilizando progressivas mudanças no cenário da vida familiar que se torna permeável a novos modos de encadeamento. Doze em cada cem casamentos são marcados pela existência de filhos anteriores não comuns» (ABOIM, 2006:71).

Também nas novas formas de conjugalidade têm peso os casais com a mesma orientação sexual que procuram constituir família ou famílias mediante as novas técnicas de reprodução ou através da adopção, embora esta ainda não seja permitida, em Portugal, a casais homossexuais.

Segundo opinião de Maria José Magalhães, na entrevista realizada, «não foi propriamente uma mudança do discurso feminista de uma forma unidimensional, mas foi o confronto com a realidade e com as lutas sociais que obrigou a analisar as coisas de outra maneira. Nós até poderíamos continuar com essa ideia de abolir a família pelos anos 90 fora, mantendo uma reivindicação que seria minoritária».

Para Françoise Thébaud, «as posições e reivindicações feministas em torno da maternidade foram mudando ao longo do século xx, não só porque o movimento de mulheres, ele próprio mudou, mas também porque o contexto e particularmente o papel do Estado se alterou. Estas reconfigurações sucessivas mostram que o feminismo sempre se preocupou com a maternidade. Ele procurou obter protecção social, opôs-se, contudo,

à nacionalização das mães e ao dever da maternidade, reivindicando o próprio direito de a recusar, nos anos 60 e 70» (THÉBAUD, 2001:30).

Contudo, entre as expectativas, os discursos produzidos e as realidades vividas persistem contradições de alguma complexidade, tendo como origem a exiguidade de políticas sociais que permitam a mulheres e a homens fazer da família esse lugar de bem-estar social. A tendência é para que à família, melhor dizendo, às mulheres sejam atribuídas diversas funções, entre as quais as «terapêuticas»: apoio a idosos, deficientes, doentes crónicos, descartando-se o Estado da obrigação de encontrar soluções. Claude Martin, num artigo sobre «Os limites da protecção da família», afirma: «Em muitos países europeus, encara-se a hipótese de remeter para a família um certo número de serviços e de encargos que eram anteriormente cobertos por despesas públicas. O que está realmente em causa é saber se as famílias podem suportar materialmente mais do que já suportam, e, sobretudo, se é aceitável para as pessoas em causa terem de acompanhar este reajustamento.»[656]

A «conciliação entre vida familiar e profissional» surge, nos tempos actuais, como a grande fórmula para conseguir o equilíbrio de funções e tarefas na família. Segundo a socióloga Irene Théry, não poderá existir um verdadeiro equilíbrio entre a vida privada e a vida profissional, se não existir uma reconfiguração dos ritmos de vida para mulheres e homens. Implicar os homens na esfera doméstica e familiar, repensando um novo relacionamento entre os sexos nos planos civilizacional e da igualdade faz parte da emergência de um modelo de *mixité* defendido por esta e outras autoras[657].

Irene Théry considera, ainda, que existem dois tipos de resistência a este modelo. Dos ultraconservadores que se remetem para o modelo familiar tradicional, sem nunca admitirem que tal modelo se baseava na «inferioridade» das mulheres e numa «complementaridade desigual». Dos novos liberais que pretendem reduzir os trabalhadores (homens e mulheres) a uma simples força de trabalho flexível, sem idade, sexo ou obrigações familiares, assente numa concepção masculina de integração profissional que supõe que a outra metade dos seres humanos se ocupa da

casa, das crianças, dos idosos e das doenças. Por isso, conclui Irene Théry, a articulação entre vida familiar e profissional não se pode reduzir a um problema feminino nem a um problema privado de negociação entre o casal, nem mesmo a uma mera redução semanal do tempo de trabalho. «L’ideal de mixité ne concerne pas seulement les femmes, ni même les seuls rapports entre hommes e femmes. Il participe du refus de l’ultralibéralisme, qui tant en matière privée que publique, forge, aujourd’hui sans pudeur les nouvelles forms de l’inégalité sociale et de la déshumanisation du monde.» (THÉRY, 2001:266.)

Em Portugal, o modelo de *mixité* está ainda muito longe da realidade a avaliar por alguns indicadores. O projecto de investigação coordenado pela socióloga Karin Wall sobre «O lugar dos homens na família em Portugal» refere uma dissociação entre o discurso e a prática. Existindo a consciência de que o lugar do homem na família está a mudar, não predominando o modelo do «homem ganha-pão», autoritário e distante como marido e pai, o certo é que um modelo de homem sempre presente e empenhado nos cuidados paternais ainda não existe[658]. Um dos casos apontados é a opinião expressa pela maioria dos homens, que é mais grave faltarem ao trabalho por motivos familiares do que as mulheres. Decerto que a este posicionamento não é alheio a mentalidade social e empresarial de que as faltas dos homens ao trabalho correspondem a «falhas no cumprimento do dever», enquanto para as mulheres tal corresponde a uma responsabilidade familiar, que lhe está socialmente atribuída. Ainda, segundo a investigadora social Heloísa Perista: «As mulheres gastam 18% do seu tempo semanal em tarefas domésticas, enquanto os homens gastam apenas 2,5%.» (PERISTA, 1999.) Dados do INE, referidos no estudo anterior, dizem-nos que a preparação de refeições, a limpeza regular da casa, o cuidado da roupa e as compras habituais são tarefas de trabalho doméstico claramente associadas ao sexo feminino. A esta continuada presença das mulheres na esfera dita privada corresponde um seu muito grande apagamento no espaço público, em especial no poder político.

A desigual partilha das tarefas domésticas, parece não ser, contudo, motivo de conflitualidades no casal. Segundo dados do *European Social*

Survey de 2004, Portugal é o país da Europa com uma maior percentagem de homens a declararem que não têm discussão em casa sobre a divisão das tarefas domésticas. Apenas 11% dos homens inquiridos e 17% das mulheres assumem essa conflitualidade. Questionando-nos sobre as causas para a ausência de conflito, poder-se-ão colocar várias explicações. Uma delas, poderá ser considerar-se «natural» que as mulheres assumam o grosso das tarefas domésticas; contudo, no plano dos valores a tendência é para uma maior igualdade de responsabilidades na família, pelo que tal só poderá significar a persistência de práticas enraizadas nas formas de agir de todos os dias de homens e mulheres. A socióloga Anália Torres e o sociólogo Bernardo Coelho assumiam, recentemente, em declarações ao *Público*, de 14 de Fevereiro de 2008, que «esta incerteza ou ambivalência perante a mudança é particularmente evidente para Portugal, dada a persistência de valores tradicionais». Outra explicação poderá colocar-se na falta de consciencialização de muitas mulheres para enfrentarem as desigualdades que vivem nos seus quotidianos. Segundo Lúcia Amâncio, «as mulheres são sensíveis à ideologia antifeminista que é muito forte em Portugal. [...] Algumas vivem um pânico sistemático de enfrentar as desigualdades que marcam o seu quotidiano, talvez porque têm medo de não serem amadas»[\[659\]](#).

A feminista e jornalista brasileira Rócska D'Arcy de Oliveira considera que existem no mundo actual duas grandes rupturas de pensamento: nas áreas da família e do trabalho. A família está colocada perante o desafio de se recriar a si própria numa perspectiva de pluralidade. No trabalho, em vez de diminuir o tempo do trabalho, ele aumenta com graves consequências na diminuição da qualidade de vida privada. Há então que redesenhar dado que as mulheres entraram no «mundo público», negociando a questão do «tempo» numa situação desfavorável. É preciso uma mudança de temporalidade na sociedade, que tenha em conta a vida das pessoas como um todo de igual importância, quer se trate da actividade profissional, social e política, quer da vida familiar e pessoal[\[660\]](#).

As Novas e «Velhas» Causas

Poder, poderes e paridade

A tendência actual para se considerar que o poder está presente em todas as relações sociais, que cada pessoa é portadora de recursos, capacidades e, portanto, de diferentes poderes, gera factores potenciadores de acção social e de intervenção feminista. Contudo, por razões históricas e sociais existe uma assimetria de poderes entre mulheres e homens, não só porque estes se apoderaram de maiores recursos, mas porque as regras de utilização desses recursos são as regras de mercado e, como tal, contrárias às da democracia e igualdade. Quem tem mais poder, procura legitimá-lo e o género e a classe social são marcas de assimetria de poder.

Durante muitos anos falou-se dos «poderes ocultos» das mulheres nos espaços da casa, da família, das pequenas comunidades. Todavia, as invisibilidades destes poderes disseminados em esferas confinadas às mulheres não contribuíram para uma mudança do seu estatuto social. Conferir maiores poderes na esfera pública às mulheres consubstanciou uma ideia de alteração de poderes no sentido da democratização da sociedade. É esta ideia que está na base da defesa de uma paridade alargada a todas as esferas da vida, ou seja de um equilíbrio de poderes entre mulheres e homens em todas as áreas: na família, na profissão, na actividade social e política.

No que se refere ao poder político, as reservas colocadas à paridade entroncaram sempre com as questões da qualidade da liderança das mulheres, ou seja com a existência ou não de um perfil de «liderança feminina» diferente da dos homens.

No simpósio internacional: «(Re)inventando Lideranças: Género, Educação e Poder», organizado em 2008, pela Fundação Cuidar o Futuro[661], a jovem investigadora Vânia Ribeiro questionava um perfil de liderança feminina e uma «irmandade latente entre as mulheres», pois considerava que «as mulheres em posições de poder eram mais agressivas para com outras mulheres e mais submissas em relação aos homens» e que nem todas as mulheres em posições de liderança estavam preocupadas em promover a igualdade de género. Também Róciska D’Arcy de Oliveira, na

conferência promovida em Lisboa no âmbito deste Simpósio, considerava que os processos de chegada das mulheres à liderança eram muito parecidos com os dos homens e que pelo facto de existirem menos mulheres em posições de liderança, «existia a tendência destas procurarem destruir outras mulheres, para se afirmarem». Outros argumentos foram avançados em torno das ideias de «acomodação», «fuga» ou «transformação», dado que existem mulheres que ao chegarem a posições de liderança se acomodam ao poder masculino dominante, outras poderão procurar transformar algumas regras dos jogos de poderes, outras, ainda, poderão ter uma posição de fuga, porque não se identificam com determinadas formas de exercício do poder. Teresa Vasconcelos transmitiu a experiência falhada de uma liderança no feminino numa estrutura piramidal.

Ana Paula Canotilho, na sua tese de mestrado sobre as mulheres no poder político, refere as dificuldades das mulheres deputadas se imporem ao poder masculino dominante, dado o carácter masculino da política: «Os rituais, a utilização do tempo, as regras, o simbólico, as normas explícitas e implícitas, as relações sociais nesta esfera, constroem-se sob um paradigma masculino e, em consequência, as mulheres são levadas a compararem-se colectivamente com os homens, correndo o risco de assimilarem os valores dominantes.»^[662] Segundo Filomena Luís Sousa, arguente da anterior tese de mestrado, as mulheres que assumem o poder não têm uma visão crítica sob a forma de exercer o poder, porque o modelo político é de tal forma enquadrador que as neutraliza. Não contrariam o discurso dominante e não perspectivam uma forma de actuação em termos de agência capaz de as fazer ter uma acção diferente. Como a maioria entra na política ao serviço da estratégia de partidos masculinos, elas não reconhecem o sexismo nas suas vidas.

As reflexões em torno da liderança das mulheres não constituem em si uma contradição com a necessidade de um maior número de mulheres em cargos de decisão, em especial na esfera política formal, nomeadamente parlamentos, autarquias, governos. Só ultrapassando este défice de mulheres e atingindo um patamar diferente em termos de paridade se

poderá ter maior espaço para questionar e diferenciar a qualidade da liderança das mulheres, distinguindo as que se acomodam das que introduzem factores transformadores nessa liderança, não por serem mulheres, mas porque a sua consciência e determinação feminista as leva a desconstruir e reinventar outros modos de ser e de estar em liderança.

Au Pouvoir Citoyennes! Liberté, Égalité, Parité (GASPARD, 1992) foi o título do livro publicado em França, em 1992, que lançou o debate sobre a paridade. A década de 1990 é, desta forma, marcada pelo debate sobre a paridade, em especial em França, onde um forte movimento de opinião levou à alteração da Constituição, em 1999, e à aprovação de uma lei sobre paridade em 2000[663]. Este movimento pela paridade estendeu-se a outros países e às instituições europeias. Contudo, a polémica em torno da noção de paridade foi muito intensa em França e não tanto em Portugal, onde a paridade foi contestada pelo conservadorismo de direita e por alguns sectores da esquerda ligados ao Partido Comunista Português.

Em França, os argumentos a favor e contra a paridade expressaram-se através dos mais diversos meios de comunicação. Poderemos condensar a imensidade de argumentos contra, num conjunto de ideias-chave: «A paridade põe em causa o universalismo. A base da democracia é o indivíduo desprovido dos seus atributos particulares de género, classe, religião. A democracia não conhece negros, brancos, ricos, pobres, homens, mulheres», ou ainda: «A paridade é a biologização da política, o ressuscitar do naturalismo que contribuiu para a discriminação das mulheres. Durante séculos utilizou-se o argumento da diferença sexual para justificar a exclusão das mulheres. A paridade na lei pode conduzir a uma nova inferiorização.»[664] Citemos ainda a célebre frase de Elizabeth Badinter, publicada no *Nouvel Observateur* de 23 de Janeiro de 1997: «Se as mulheres não estão no poder político é porque não o querem verdadeiramente.»

A favor da paridade, Gisèle Halimi (1997), citando Michelle Perrot, lançava a seguinte interrogação: «Que universalismo é este que exclui metade da Humanidade? Este não é um verdadeiro universalismo. Age como um universo masculino que recusou durante séculos o direito de voto

das mulheres.» Também Janine Mossuz Lavau (1998) se interrogava: «Como pode uma igualdade política ter efeitos negativos na situação das mulheres?» Já em 1992, François Gaspard explicava porque defendia a paridade: «Defendo a paridade não porque as mulheres sejam diferentes dos homens, mas porque as diferentes experiências de vidas de ambos se traduzem numa apreensão diferente das palavras, das coisas, do espaço e do tempo.» Sem se considerarem diferencialistas, as defensoras da paridade afirmam que as mulheres dispõem de recursos que advêm da sua história e das suas situações de vida, de onde podem resultar práticas políticas e preocupações, que não estão suficientemente presentes na política dos tempos actuais. Consideram ainda que a dimensão simbólica de um poder político paritário pode estimular a participação das mulheres, perante uma imagem pouco motivadora da política, nas condições sociais ainda existentes, de duplas e triplas tarefas das mulheres e de falta de partilha no «espaço privado».

Regina Tavares da Silva procura responder à polémica da seguinte forma: «Para aqueles e aquelas que contestam ou experimentam dificuldades na aceitação dos conceitos de paridade e de democracia paritária, os argumentos evocados vão no sentido do perigo que estes conceitos poderiam comportar. Dir-se-ia, que se não se reivindica mais a igualdade *tout-court* e se fala de paridade, implicando uma dimensão de diferenciação ou de identidade própria das mulheres e dos homens, se pode correr o risco de destruir um caminho percorrido pelos movimentos feministas e perder um património, dificilmente conseguido; correr o risco de criar ou justificar novas formas de discriminação ou novos tipos de desigualdade. É, quanto a mim, um falso argumento que necessita de clarificação. Porque aquilo de que se trata, quando se fala de identidade não tem nada a ver com as categorias tradicionais que têm constituído – e constituem ainda – motivo de discriminação contra as mulheres. Não se trata da “natureza feminina”, do “eterno feminino”, das qualidades femininas tradicionais. Trata-se, sim, e isto é verdadeiro para as mulheres como para os homens, da possibilidade real de se ser Pessoa-Mulher ou Pessoa-Homem, com todos os consequentes direitos e possibilidades de

opção.»[665]

A democracia paritária surge, deste modo, como um conceito de democracia plena que exige que mulheres e homens participem no processo democrático em pé de igualdade, combatendo visões tradicionais que traduzem no «homem» ou «no cidadão» a universalidade dos seres humanos. A paridade tem origem na noção de democracia paritária[666], baseada na percepção de que existem cidadãos e cidadãs, e em ruptura com a concepção de um «cidadão universal neutro», que tem ocultado a dominação masculina do sujeito ao longo de séculos.

O afastamento secular das mulheres do espaço político ou seja a sua exclusão da cidadania é um traço comum em diferentes sociedades e em diversos tempos históricos. O facto de os homens se terem dedicado à «esfera pública» e as mulheres à «esfera privada» era considerado como algo natural. A democracia ao instalar-se, tanto na Antiguidade, na Grécia, como séculos mais tarde, em França, sempre excluiu as mulheres do seu exercício. Mesmo nos momentos históricos, em que as mulheres foram autoras de transformações sociais marcantes, o direito à cidadania foi-lhes sempre vedado. Passados vários séculos, as mulheres tomam consciência de que existe um enorme fosso entre o seu contributo para a produção, para o progresso científico e tecnológico, para a cultura, para o desenvolvimento da sociedade e a sua participação nas tomadas de decisão política.

Na actualidade, o avanço da democracia no sentido da paridade constitui uma ruptura com uma concepção andrógena do poder. A paridade significa uma partilha do poder político que leva a um novo conceito de democracia. «Partindo inicialmente de uma reivindicação, que visava garantir a efectiva representação de todos e de todas na esfera da decisão política, tendo em vista a construção de uma democracia representativa em que o sexo deixasse de constituir fundamento de exclusão, a ideia de democracia paritária evoluiu para um projecto de sociedade, assente na participação efectiva de homens e mulheres em todas as esferas, incluindo a do privado.»[667]

A dicotomia «público/privado» foi criada ao longo da História,

remetendo as mulheres para o espaço da casa/família e deixando aos homens o domínio da política, como já foi referido. O peso cultural, histórico e ideológico tem sido um dos grandes obstáculos para que as mulheres assumam plenamente a sua cidadania, participando em igualdade no poder político e para que os homens assumam maiores responsabilidades na família.

Em 1989, no Seminário do Conselho da Europa em Estrasburgo foi apresentada, pela primeira vez, a expressão «democracia paritária». Uma portuguesa, Regina Tavares da Silva^[668], ocupava o cargo de presidente do Comité Director para a Igualdade entre Mulheres e Homens e, em 1991, em Portugal, surgem as primeiras acções públicas onde se fala de paridade. As organizações não-governamentais de defesa dos direitos das mulheres realizaram uma audição aos partidos, para avaliar da vontade política de avançarem com a paridade. No mesmo ano, na Bélgica, é lançada uma campanha pela democracia paritária.

Em Atenas, em 1992, na Cimeira Europeia «Mulheres e Poder», foram avançados alguns argumentos da democracia paritária e elaborada uma declaração que ficou conhecida como a «Declaração de Atenas». Segundo Regina Tavares da Silva, esta declaração «proclama a necessidade de se chegar a uma repartição equilibrada dos poderes público e político entre mulheres e homens; reivindica a necessidade de umas e de outros na tomada de decisão pública e política»^[669].

Em 1994, realizou-se em Portugal, um Parlamento Paritário na sala do Senado da Assembleia da República, por iniciativa das deputadas Maria Belo, Maria Santos e Margarida Salema. Ainda nesse ano, a UMAR lança uma campanha por «Mais Mulheres na Decisão Política» com *spot* na televisão, cartazes e folhetos. O Conselho da Europa aprovou, em 1995, a Recomendação 1269 pela exigência democrática de partilha entre mulheres e homens das responsabilidades em todos os sectores da vida. Nesse mesmo ano, a Plataforma de Acção da 4.^a Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Direitos das Mulheres recomenda que os governos fixem objectivos para aumentar o número de mulheres em cargos de decisão política e que aperfeiçoem os sistemas eleitorais de forma a garantir essa

maior presença das mulheres.

Surgiu em Portugal, em 1996, uma organização portuguesa virada para as questões da paridade: a Aliança para a Democracia Paritária, que tem como fundadoras Regina Tavares da Silva e Ana Coucello. Em 1997 foi criado, no Conselho da Europa, um grupo de especialistas sobre «Igualdade e Democracia», presidido por Maria de Lourdes Pintasilgo, que elaborou um relatório com orientação para uma estratégia de integração das mulheres na vida política numa base de igualdade com os homens. Nesse mesmo ano, surge a Declaração sobre a «igualdade entre mulheres e homens como critério fundamental da democracia», aprovada pela Conferência Interministerial Europeia. Em 1997, a alteração da Constituição Portuguesa (Artigo 109.º) abriu perspectivas para a paridade: «A participação directa e activa de homens e mulheres na vida política constitui condição e instrumento fundamental de consolidação do sistema democrático, devendo a lei promover a igualdade no exercício dos direitos cívicos e políticos e a não-discriminação do sexo no acesso a cargos políticos.» Nesse mesmo ano, as ONG de defesa dos direitos das mulheres publicaram no *Diário de Notícias* um anúncio com o título «Por uma democracia autêntica», exigindo a concretização na lei do Art.º 109.º da Constituição. Um encontro de mulheres autarcas, promovido pela Rede de Mulheres Autarcas (REMA), aprovou uma «Carta para a Participação Política Paritária no Poder Local», onde se coloca o desafio político aos partidos de integrarem o conceito de paridade nas listas eleitorais[670]. Em 1998, surge na Assembleia da República uma proposta de lei do governo PS (194/VII) que institui um sistema de quotas para as mulheres nas eleições para o Parlamento[671]. As ONG de mulheres, concordando, na maioria, com o espírito da lei, discordam da sua formulação, pelo facto de não se basear no princípio da paridade. No ano seguinte, esta proposta de lei foi rejeitada no Parlamento com os votos contra do PP, PSD e PCP.

Em 2000, surge por parte da ministra para a Igualdade, Maria de Belém Roseira, uma proposta de lei da paridade. O facto de esta proposta não se demarcar de uma possível aplicação a círculos uninominais, ou seja, a um sistema não proporcional, onde apenas é eleito em cada círculo o candidato

com maioria de votos, fez surgir um projecto de lei do Bloco de Esquerda que, defendendo a paridade, considerava que esta não era compatível com círculos uninominais, pois este sistema eleitoral, não proporcional, não garantia resultados para a eleição de mulheres, mesmo aplicando a lei da paridade. Em 2001, a proposta de lei baixa à Comissão sem votação por falta de acordo com o BE. O relatório e parecer elaborado pela deputada Odete Santos, do PCP, enquanto relatora da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, levantam um conjunto de questões sobre a paridade reveladoras de concepções diferentes, que a mesma deputada acabou por expressar nas sessões parlamentares, manifestando-se contra a introdução da paridade na lei[\[672\]](#).

Só em 2006, a 30 de Março, a Lei da Paridade foi aprovada com os votos a favor do PS e do BE e com os votos contra do PCP, do PSD, do CDS e dos Verdes. O presidente da República, Aníbal Cavaco Silva vetou esta lei pelo que ela teve de voltar ao Parlamento para ser reformulada. Em 2006, a percentagem de deputadas era de 26%[\[673\]](#), ficando muito atrás das percentagens de mulheres parlamentares em Espanha (36%), Bélgica (34,7%), Alemanha (31,8%), ou, ainda, nos países nórdicos como a Suécia (45,3%), a Finlândia (37,5%), a Dinamarca (36,0%) e a Holanda (36,7%)[\[674\]](#).

As experiências mais avançadas na Europa, quanto à participação das mulheres nos cargos de decisão política, resultaram da combinação de vários factores: disposições normativas para garantir uma determinada percentagem de mulheres nos órgãos eleitos e nas nomeações políticas; condições sociais e culturais no âmbito da família e do trabalho; sistemas eleitorais proporcionais.

Em França, o Observatório da Paridade elaborou, em 2003, um relatório de avaliação da aplicação da Lei da Paridade nas eleições municipais, legislativas e para o senado. As conclusões são interessantes, na medida em que relacionam o maior ou menor alcance da lei com os sistemas eleitorais, que sustentam os diversos actos eleitorais. Deste modo, nas eleições municipais, nas comunidades com 3500 ou mais habitantes, que se baseiam num sistema eleitoral proporcional, as eleitas passaram de 26%

em 1995 para 48% em 2001. Em relação aos senadores eleitos pelo sistema maioritário, as eleitas foram apenas de 7% e, no caso da eleição pelo sistema proporcional, as mulheres representam 27% dos senadores eleitos.

No caso das legislativas francesas, onde vigora um sistema eleitoral maioritário por círculos uninominais, a percentagem de eleitas passou somente de 11% para 12%. O referido relatório indica que os partidos colocaram as mulheres nos círculos com menor possibilidade de eleição. Segundo Brigitte Dionnet, membro do comité executivo nacional francês pelos direitos das mulheres, a proporcionalidade é indispensável para a paridade, pois de outro modo, pelo sistema maioritário, os partidos podem apresentar homens nos círculos estimados como ganhos, retirando assim qualquer efeito à Lei da Paridade, apesar de esta até poder ser aplicada[\[675\]](#). A paridade parece, pois, incompatível com sistemas eleitorais não proporcionais, pois a aplicação da paridade perde todo o seu alcance em termos de resultados, como se verifica pela experiência francesa e por estudos realizados neste âmbito[\[676\]](#).

Uma outra dimensão da paridade está, contudo, colocada para além da área política. Considera-se, como já anteriormente referido, que a paridade deve abranger todas as esferas da vida. A jurista Maria do Céu Cunha Rego considera esta uma das questões cruciais na sociedade actual. Ao colocar o Direito ao serviço da igualdade de género, esta jurista fala da participação equilibrada de homens e mulheres no trabalho, na vida familiar, na vida pública e política como uma forma de «reaprendizagem do relacionamento interpessoal e aquisição de novas competências para a vida», sendo que seria também necessário trazer para os Direitos Humanos, «com nítida valorização simbólica, social e económica, o que tem sido muito do mundo, da história e da identidade das mulheres, um tipo de trabalho invisível e não remunerado considerado como sua responsabilidade principal». Encorajar os homens para uma participação mais activa nos cuidados à família, «tendo em conta que um trabalho mais valorizado já pode ser realizado por um homem sem vergonha nem desprezo» e que o direito e o dever do cuidado cabe a todos os seres humanos, mulheres ou homens[\[677\]](#).

O aborto, ainda na agenda política

O aborto foi um assunto arredado da agenda política e da comunicação social, desde 1984, data da aprovação da lei 6/84, até 1990, altura em que uma notícia publicada no *Diário de Lisboa*, em Setembro, levou a UMAR a contestar, em comunicado para os jornais[678], a peritagem feita no Instituto de Medicina Legal a mulheres acusadas de abortar clandestinamente. A apreensão da agenda de uma parteira na Rua da Bica, onde constavam os nomes de mulheres, que a ela tinham recorrido, levou a que a Polícia Judiciária, tivesse instaurado um processo. De uma sessão na Associação ABRIL[679], com a presença da UMAR, da APF e da Associação de Mulheres Juristas, resultou a formação de um grupo de trabalho na APF, que lançou o MODAP – Movimento de Opinião pela Despenalização do Aborto em Portugal[680]. A APF decide elaborar um inquérito aos hospitais sobre a aplicação da Lei 6/84 e o MODAP preparou um colóquio que se veio a realizar a 19 de Março de 1994, quando a lei fez 10 anos. Apesar de já terem surgido alguns artigos em jornais e revistas (no *Público*, Imtiaz Jume escreve sobre adolescentes grávidas e a lei do aborto; na *Visão*, Rosa Ruela realiza uma reportagem sobre o aborto clandestino)[681], este seminário foi o motor de um conjunto de iniciativas, que romperam uma década de silêncios. Em 1994, surgiram diversos artigos acerca da Conferência das Nações Unidas sobre a População e Desenvolvimento, a realizar nesse ano no Cairo, e o problema do aborto[682].

A APF apresentou um relatório sobre a situação da IVG (interrupção voluntária da gravidez) em Portugal, com base no inquérito realizado aos hospitais, em Julho de 1993. Neste relatório constatou-se que a IVG legal assumia uma dimensão diminuta no conjunto das IVGs realizadas em Portugal[683]. Por outro lado, mesmo nos casos previstos na lei, existiam dificuldades na sua aplicação nos hospitais. Das razões invocadas constavam a inexistência de serviços especializados nos hospitais, a objecção de consciência do corpo clínico e a falta de recursos, o que tornava impossível o cumprimento dos prazos previstos na lei. O MODAP

apresentou, em Maio de 1994, à Comissão Parlamentar responsável pela revisão do Código Penal, alterações no sentido da despenalização do aborto, até às 12 semanas, a pedido da mulher ser considerado; alargamento para 24 semanas do prazo no caso de má formação do feto[684]; para 16 semanas, quando existissem riscos para a saúde da mulher[685] e dispensa da participação criminal em caso de violação, tendo em conta a forma como as mulheres eram tratadas nas esquadras e tribunais quando apresentavam queixa. Colocava-se, ainda, a possibilidade da toxicodependência e da SIDA serem incluídos nos pedidos de interrupção de gravidez[686]. A 21 de Setembro de 1995, o MODAP decidiu apresentar uma «Carta Aberta aos Partidos», subscrita por 19 organizações de mulheres, sindicais, cívicas, profissionais, políticas e dezenas de personalidades, que divulga em conferência de imprensa, tendo-se realizado reuniões com os diversos partidos. Nessa Carta afirma-se que «é preciso acabar com o tabu do aborto clandestino» e que «não é possível continuar a agir como se ignorássemos esta realidade»[687]. Afirma-se, ainda, que a Lei 6/84 é insuficiente e desajustada da realidade.

Em 1996, a 20 de Junho, o PCP apresentou no Parlamento um projecto de lei de despenalização do aborto, até às 12 semanas, a pedido da mulher. Um projecto da JS surge pela intervenção de Sérgio Sousa Pinto em Outubro desse ano. Também o deputado Strecht Monteiro decidiu apresentar um projecto de lei que, não alterando a lei anterior quanto aos motivos, alargava o prazo em relação ao aborto eugénico. Ainda em Outubro, no dia 16, a APF realizou um seminário no ISCTE: «O problema do aborto em Portugal – questões sociais, médicas e jurídicas», com a participação de técnicos destas áreas[688].

Um inquérito aos hospitais para balancear a forma como a Lei 6/84 era aplicada, foi implementado pelo Ministério da Saúde[689]. No final do ano de 1996, Fernanda Câncio realizou uma reportagem sobre o aborto na revista *Grande Reportagem*. Em entrevista, a médica obstetra e ginecologista Purificação Araújo, que, nos anos 70, tinha assumido um papel importante na saúde materno infantil da Direcção-Geral de Saúde, como consultora de planeamento familiar, pronuncia-se pela alteração

legislativa, dado que a lei de 1984 não se aplicava e era desajustada da realidade e das necessidades das mulheres portuguesas

A campanha «Não mates o Zezinho» surge a 5 de Fevereiro de 1997, através do movimento «Juntos pela Vida», formado por um grupo ligado à Igreja Católica[690]. Ainda no mês de Fevereiro, a UMAR divulga a Linha SOS/Aborto, destinada a recolher depoimentos de mulheres. Durante 10 dias, mulheres de todos os pontos do país telefonavam, contando as suas experiências de aborto feitos na clandestinidade. Com estes depoimentos, esta associação elaborou um *dossier*, que entregou na Assembleia da República[691]. Também o MODAP, em conferência de imprensa, divulga a recolha de 15 000 assinaturas pela despenalização do aborto[692] e procede à sua entrega ao presidente da Assembleia da República, no dia 19 de Fevereiro, véspera da votação no Parlamento dos projectos de lei do PCP e da JS. Três dias antes da votação dos projectos na Assembleia da República, o primeiro-ministro António Guterres, em entrevista à Rádio Renascença e com eco em todos os órgãos de comunicação social, tinha declarado que não era favorável à despenalização do aborto e que, se fosse deputado, votaria contra os projectos de lei.

No dia 20 de Fevereiro, o debate no Parlamento torna-se bastante polémico. A deputada comunista Odete Santos, em interpelação directa à deputada Maria José Nogueira Pinto, do CDS/PP, acusa-a de ter citado na intervenção a frase bíblica: «Não matarás», ofendendo dessa forma as mulheres que recorrem ao aborto clandestino. «Ainda bem que os católicos não são todos iguais e há católicos com muita tolerância»[693], acrescenta no meio de muitos aplausos e protestos. O projecto da JS não foi aprovado pela diferença de um voto. Treze deputados do PS votam contra e dois abstêm-se[694]. Os deputados do PSD votaram contra, com excepção de Rui Rio, Pacheco Pereira e Silva Marques, que votaram a favor e Arménio Santos, que se absteve. O grupo parlamentar do CDS/PP votou contra. O PCP e os Verdes votaram a favor. As mulheres que enchiam as galerias da Assembleia, muitas delas com lágrimas nos olhos, prometiam continuar a lutar. Em comunicado de imprensa, de uma forma corrosiva, a UDP afirmava: «O socialismo do engenheiro Guterres abortou.»[695]

Vítima de aborto clandestino, Lizete Moreira morre no dia 8 de Março desse ano no bairro de Aldoar do Porto.[\[696\]](#) Tinha 36 anos e três filhos menores. Logo no dia 10 de Março, a UMAR realizou uma conferência de imprensa alargada a Helena Roseta, Odete Santos, Diana Andringa, Maria Antónia Palla, Duarte Vilar e à Juventude Socialista. Nesta conferência de denúncia desta morte, apontou-se, simbolicamente, o dedo acusatório aos deputados que tinham votado contra a alteração da lei, uns dias antes. Nesse dia, Helena Roseta anunciou que iria apresentar um voto de pesar na Assembleia da República, o que veio a acontecer na sessão plenária de dia 13 de Março. O voto foi aprovado, sendo que as bancadas do PSD e do CDS/PP se pronunciaram contra a apresentação deste voto, por parte das deputadas Helena Roseta e Odete Santos[\[697\]](#).

Em 1998, o MODAP transformou-se em «Plataforma pelo Direito de Optar». O PCP apresentou um novo projecto de lei sobre despenalização do aborto, semelhante ao anterior. O PS apoiou um outro projecto da JS, mais restritivo do que o de 1997, no que se referia ao prazo para interromper uma gravidez a pedido da mulher, que foi reduzido para 10 semanas. A 30 de Janeiro, a Plataforma Direito de Optar realizou uma conferência de imprensa na Rua Augusta com distribuição de comunicados e, no dia seguinte, o movimento «Juntos pela Vida» reuniu-se em Congresso. Nesse mesmo dia, a UMAR lançou, em contraponto a esse Congresso, a Declaração «Juntas pela Dignidade», subscrita por um vasto leque de mulheres. Foi ainda aberto, na sede da UMAR, um livro de testemunhos sobre o aborto.

Um referendo imposto por acordo partidário

Os projectos do PCP e da JS foram debatidos na Assembleia da República a 5 de Fevereiro de 1998. Apenas o segundo foi aprovado.[\[698\]](#) Este teria sido um dia histórico se, algumas horas depois, não tivesse sido negociada, entre os dirigentes do PS e do PSD, António Guterres e Marcelo Rebelo de Sousa, a realização de um referendo sobre o aborto. Grande parte da bancada do Partido Socialista foi surpreendida. Muitos e muitas militantes indignaram-se com este acordo. Ana Sara Brito, autarca

socialista, afirmava, na altura, «como mulher e socialista não aceito que seja negociada a dignidade da mulher. Os valores não são negociáveis. A dignidade não pode ser moeda de troca»[\[699\]](#). Foi preciso responder a um desafio que, pela primeira vez, se colocava na sociedade portuguesa: formar um movimento de grande amplitude, que de forma esclarecedora se impusesse ao radicalismo dos grupos ligados à Igreja Católica, que já tinham demonstrado as suas posições extremistas e intolerantes. Surgiu um nome para o movimento: «Sim pela Tolerância», nome que não foi do agrado geral. O nome era justificado, porque havia uma batalha para ganhar junto de todas as pessoas que, fruto de uma cultura de culpabilização imposta pelos valores religiosos, se sentiam muito indecisas nesta matéria. Críticas ao movimento situavam-se também na falta de uma abordagem feminista, na medida em que o aborto teria surgido na campanha mais como um problema de saúde pública do que como um direito das mulheres optarem e decidirem.

Uma sessão pública, no dia 2 de Março, no Teatro Maria Matos, lançou o Movimento Sim pela Tolerância. A mesa foi constituída por Maria Antónia Palla, Helena Roseta, Odete Santos, Manuela Tavares, Maria Rosa Colaço, Helena Lopes da Silva, Maria José Alves, Alzira Lemos e Sónia Fertuzinhos. A apresentação da sessão foi feita por Catarina Portas e Anabela Mota Ribeiro. Foram lidos textos de Teresa Beleza, Maria Teresa Horta, Luísa Costa Gomes e Lídia Jorge[\[700\]](#).

No dia 15 de Março de 1998, a UMAR em comunicado de imprensa alerta para mais uma vítima de aborto clandestino: «Maria Teresa Tavares, de 37 anos, mãe de três filhos de 15, 14 anos e 3 meses, natural de Vilar Formoso, morreu de aborto na semana passada. Segundo declarações do marido ao jornal *Terras da Beira*, a mulher estava grávida de mês e meio.» Nesse mesmo comunicado a associação informava do lançamento no Palácio Galveias de um livro com os depoimentos da linha SOS-Aborto. Denunciava ainda «a intolerância daqueles que continuam a criminalizar as mulheres que abortam e a hipocrisia dos que fecham os olhos a toda esta situação».

O Movimento Sim pela Tolerância foi-se alargando a juristas,

médicos/as[701], enfermeiras, professoras, artistas, deputados/as, jornalistas, escritoras, sindicalistas, trabalhadoras de diversos sectores de actividade, engrossando um caudal pelo sim à despenalização do aborto. Com uma comissão executiva de cerca de 60 pessoas[702], eleita numa reunião de mandatários no dia 9 de Maio, no Porto, e um secretariado de 15 pessoas[703], o movimento recolheu milhares de assinaturas para a sua legalização. Realizaram-se, ainda, centenas de sessões nas principais regiões e criaram-se comissões no Porto, Coimbra, Braga, Évora, Faro, Almada, Seixal, Barreiro, Estremoz, Castelo Branco, Viseu, Açores e Madeira.

O debate na sociedade portuguesa foi muito intenso, tendo-se destacado as posições fundamentalistas de membros da hierarquia da Igreja Católica. O bispo de Bragança, D. António Rafael, chegou a afirmar que o aborto era pior do que o holocausto[704]. O bispo de Viseu convidava quem votasse sim à despenalização do aborto a sair da Igreja, após ter comparado a lei do aborto aos fornos de extermínio nazi[705]. Nas missas dominicais, por todo o país, em milhares de missas, o aborto era considerado um grave crime. Um conjunto de depoimentos e intervenções procuraram esbater este fundamentalismo e opor-se aos argumentos da Igreja. O professor Orlando de Carvalho, da Universidade de Coimbra, declarava em entrevista ao *Público*: «Eu católico convicto, sou defensor da autonomia dos valores laicos. O aborto clandestino é uma violência gratuita.»[706]

O médico Albino Aroso fazia apelo, numa entrevista ao *Público* de 27 de Maio de 1998, «aos que são pelo não, sejam capazes de se colocar do lado de lá, sem farisaísmos e hipocrisias. A despenalização é uma evolução natural no contexto europeu». O jurista Miguel Veiga, do PSD, num debate, no Porto, afirmava: «As Igrejas sempre quiseram armar-se no braço penal do Estado, não para julgar, mas para reprimir, segundo os seus próprios dogmas. Quem continua a condenar o uso de contraceptivos, a começar pelo inocente preservativo, não tem a mínima legitimidade moral para exigir do Estado a condenação da mulher que decide abortar. Quem recalca a sexualidade, quem maldiz a anticoncepção é cúmplice do aborto clandestino.»[707] A jurista Teresa Beleza, num artigo escrito

no *Público*, de 2 de Junho, contava a seguinte experiência: «Há cerca de 20 anos conheci uma mulher casada com filhos que me confidenciou que fizera mais de 20 desmanchos na vida. Perguntei-lhe por que razão não tomava a pílula em vez de fazer abortos sucessivos. Respondeu-me que era católica e que o papa dizia que tomar a pílula era pecado. Lembro-me muitas vezes desta conversa, quando ouço alguns políticos dissertar sobre a necessidade de incriminação simbólica da IVG.» Helena Neves escrevia, na sua crónica no Programa *Allegro Vivace*, na RDP 2: «A Igreja, enquanto instituição mais uma vez procura impor à totalidade da sociedade, teorias que até entre muitos católicos são inaceitáveis. Mesmo nos EUA, onde a direita e os movimentos fundamentalistas defendem uma legislação absurda em nome da «vulnerabilidade do feto», assistimos à vitalidade de movimentos católicos por uma Livre Escolha.»[\[708\]](#)

A campanha da Igreja Católica, assentou numa ofensiva intimidadora e penalizadora, que contribuiu, em muito, para o elevadíssimo nível de abstenção. Também o facto de o PS não ter estado unido em torno do Sim, teve influência na mobilização do movimento. A falta de uma resposta mais incisiva à propaganda dos movimentos do Não, em especial, na segunda semana da campanha do referendo, fez-se igualmente sentir, e teria sido importante para contrariar a onda de desinteresse em assumir uma posição perante uma matéria que muitos consideravam do foro íntimo e sobre a qual já anteriormente a Assembleia da República se tinha pronunciado.

No dia 28 de Junho, de entre mais de 8 milhões de eleitores, apenas votaram cerca de 3 milhões. Um maior número de votos para o Não (mais 46 619 votos), num quadro não vinculativo do referendo, dado que apenas votaram 32% dos eleitores/as[\[709\]](#).

Foram tempos de desânimo os meses a seguir ao referendo. Empurradas para um referendo que não desejavam, muitas pessoas demonstravam toda a sua revolta pelo caminho que tinha sido traçado. Num seminário realizado poucos meses após o referendo, a 5 e 6 de Dezembro de 1998, pela UMAR, sobre o *Movimento Feminista em Portugal*, Maria Antónia Palla referia na sua intervenção: «Tal como no passado com as sufragistas,

sobre os defensores da legalização do aborto choveram calúnias e injúrias. O mais doloroso, porém, foi o desrespeito e abandono a que fomos votadas por aqueles em quem muitas de nós confiávamos e aqui destaco em primeiro lugar os responsáveis do Partido Socialista, que não ousaram combater a vontade do seu líder.»[710]

Após o referendo, o Movimento Sim pela Tolerância extinguiu-se e algumas das activistas retomaram a Plataforma pelo Direito de Optar, que veio a realizar o fórum: «Um ano após o referendo – que balanço?»[711], onde se procurou analisar a situação do planeamento familiar e da educação sexual, assim como avaliar o Plano Interministerial sobre esta matéria, lançado pelo governo em Outubro de 1998. Foram, ainda, divulgados os resultados das linhas de atendimento da UMAR[712] e da APF, e do estudo realizado nos hospitais. As intervenções de Evert Ketting, da IPPF – Rede Europeia, de Iolanda Hernandez, da Clínica dos Arcos, de Mérida, e de Philippe Bertaud, do Centro de Planeamento Familiar de Bourgion Jallieu, trouxeram uma visão da prática de aborto legal em outros países. Esta foi a iniciativa mais importante neste ano de 1999 e que quebrou o manto de silêncio e de desânimo dos meses a seguir ao referendo.

Também no âmbito do Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres, o grupo de trabalho sobre Direitos Sexuais e Reprodutivos, formado na altura do referendo, constituiu um campo de intervenção, tendo dinamizado dois colóquios, na Amadora e em Lisboa[713], baseados no Artigo 9.º da Carta dos Direitos Sexuais e Reprodutivos da IPPF[714].

Ainda nesse ano, a 11 de Agosto, foi publicada a Lei 120/99 de «Reforço das Garantias do Direito da Saúde Reprodutiva», que tinha tido como origem um projecto do PCP apresentado no Parlamento. Em Novembro, o PCP entrega na Mesa da Assembleia da República um novo projecto de lei sobre despenalização do aborto. Ainda em Novembro, o Grupo de Trabalho da CIDM sobre Direitos Sexuais e Reprodutivos realiza dois debates sobre o tema, em Setúbal e em Lisboa.

No novo milénio, o aborto continuou na agenda política

No ano de 2000, a 10 de Janeiro, o Bloco de Esquerda apresentou na Assembleia da República um projecto de lei de despenalização do aborto e em 16 de Fevereiro um projecto de lei sobre Medidas para a Educação Sexual nas Escolas e, ainda, um outro sobre Contracepção de Emergência. O debate sobre este último projecto veio a realizar-se em 13 de Outubro, juntamente com outros projectos do PCP e do PS sobre esta matéria, que entretanto tinham dado entrada na Assembleia.

Em torno da contracepção de emergência reacende-se, na sociedade portuguesa, a polémica sobre o aborto. O debate no Parlamento é acalorado entre Helena Neves, deputada do Bloco de Esquerda e o deputado do PSD Nuno de Freitas^[715]. Nos jornais, artigos vários esgrimiam opiniões: se a contracepção de emergência seria ou não um método abortivo. Este debate parlamentar concluiu pela aprovação dos projectos atrás referidos e, em 29 de Maio do ano seguinte, é publicada a Lei 12/2001 sobre Contracepção de Emergência, que assegura que a chamada «pílula do dia seguinte» seja disponibilizada gratuitamente nos centros de saúde, nos horários normais de funcionamento nos hospitais, nas consultas de planeamento familiar, ginecologia e obstetrícia. Nas farmácias passou a poder ser vendida sem prescrição médica, embora se garanta que a dispensa ou venda deva ser feita por um profissional de saúde, que tem como obrigação promover informação e aconselhamento.

O resultado deste debate revelou-se favorável às forças políticas que tinham defendido a despenalização do aborto, porque permitiu a aprovação de uma medida concreta que impedia o recurso ao aborto, em especial junto das jovens. Ao votarem contra esta medida, o CDS/PP e o PSD colocaram os seus preconceitos e valores acima da necessidade de fazer diminuir o número de abortos em Portugal. A lei sobre contracepção de emergência (Lei 12/2001) acabou por ser publicada a 29 de Maio de 2001. Ainda durante o ano de 2000, a Plataforma Direito de Optar organiza um Encontro no ISCTE: «Aborto – Novas abordagens e estratégias de intervenção», com duas intervenções de fundo sobre este tema, da médica

ginecologista Ana Campos e do director executivo da APF, o sociólogo Duarte Vilar.

Mulheres julgadas por aborto

Entre 2001 e 2004 foram julgadas por aborto 29 mulheres. Estes julgamentos tiveram um grande impacto mediático pela cobertura feita na comunicação social e pela solidariedade trazida até à porta dos tribunais. O maior julgamento foi o da Maia, em Outubro de 2001. Nessa altura, Portugal passa para as páginas da imprensa internacional, como o único país da Europa a julgar mulheres em tribunal por aborto

No Tribunal da Maia foram julgadas 43 pessoas, 17 das quais por terem feito um aborto. As outras, foram acusadas de terem estado «envolvidas», porque deram apoio. A enfermeira-parteira foi condenada a oito anos e meio de prisão. Foi libertada no Natal de 2003 por indulto do presidente da República[\[716\]](#), apesar do parecer negativo da ministra da Justiça, Celeste Cardona. O assistente social foi condenado. Quinze mulheres foram absolvidas porque se remeteram ao silêncio. Duas das arguidas falaram e foram condenadas: uma delas a quatro meses de prisão, remível a multa; para a outra, o «crime» tinha prescrito, por terem decorrido mais de cinco anos. Foram longos meses de vidas expostas numa tenda gigante a servir de tribunal. A solidariedade de outras mulheres fez-se sentir durante meses à porta do tribunal. No dia da sentença, a 18 de Janeiro de 2002, uma concentração em Lisboa, junto do Tribunal da Boa-Hora, demonstra também a solidariedade das mulheres que não puderam deslocar-se à Maia.

Em Aveiro, a Dezembro de 2003 um novo julgamento envolve 17 arguidos dos quais sete mulheres acusadas de terem abortado. Os familiares que as acompanharam forma acusados de «cúmplices». O processo remontava a 1995. Algumas jovens, entretanto já tinham casado e até já tinham filhos. As mulheres eram esperadas à porta do consultório do médico pela Polícia Judiciária e levadas compulsivamente ao hospital de Aveiro para exames ginecológicos. Durante o julgamento, o procurador do Ministério Público acusou quem se manifestava à porta do tribunal de

causar perturbação. «A rua não perturba, ajuda a democracia», respondeu-lhes um dos advogados de defesa. Uma outra advogada afirmava: «É preciso um safanão na justiça; as pessoas não podem ser lançadas desta forma na fogueira; há leis justas e injustas e esta é certamente injusta.» O colectivo de advogados de defesa bateu-se por uma absolvição de todas as pessoas envolvidas neste processo. Contudo, em 2006, o processo foi reaberto devido à contestação da sentença por parte do Ministério Público.

Em Setúbal, a Janeiro de 2004, um novo julgamento. A Polícia Judiciária tinha invadido a casa de uma enfermeira e impedido uma jovem de interromper uma gravidez. O caso remontava a Abril de 1999 e envolvia uma enfermeira, uma jovem trabalhadora rural dos arredores de Setúbal e uma outra jovem acusada de ter abortado dias antes no mesmo local. O processo tinha sido arquivado na fase de instrução devido à ausência de exames médicos que servissem de prova a situações de gravidez interrompida. Contudo, o representante do Ministério Público recorreu dessa decisão para o tribunal da relação de Évora e o processo foi reaberto. O advogado e as advogadas de defesa apresentaram pedido de anulação do julgamento, sustentado na nulidade de provas recolhidas através das escutas telefónicas. Contudo, a juíza não concordou e o julgamento prosseguiu em 22 de Junho. Pedro Delille, advogado da enfermeira, acusou a juíza de falta de imparcialidade quando esta declarou que «quem se dedica a este tipo de práticas criminosas fá-lo por regra como modo de vida e fins lucrativos». Deste modo, pediu o afastamento da juíza do processo, pretensão que não foi concedida pelo tribunal superior e por isso o julgamento prosseguiu em Março de 2005. Desencadeou-se, então, uma violenta discussão processual entre a juíza e o advogado de defesa, dado que este pretendia suspender o julgamento até à realização do referendo sobre o aborto. De novo, a juíza mostrou-se inflexível e quis ir até ao fim. Fora do tribunal a solidariedade manifestou-se com cartazes, actos simbólicos de «julgamento» e de fogueiras, procurando evidenciar os resquícios medievais de um país onde as mulheres ainda eram julgadas por aborto. Novas sessões de julgamento a 8 de Abril e 30 de Junho de 2005. Desta vez, a juíza decidiu separar os julgamentos das mulheres que

abortaram, do julgamento da parteira. As jovens foram absolvidas. O julgamento da parteira arrastou-se até ao referendo de 2007 que permitiu a despenalização do aborto.

Também em 2004, no mês de Novembro, no Tribunal de Lisboa, uma jovem foi julgada. Estava desempregada e vivia numa barraca com a mãe na Quinta das Lajes, um subúrbio da Brandoa. Em desespero ingeriu Citotec, um fármaco para o estômago com efeitos abortivos. Foram cinco comprimidos que lhe custaram 200 euros, no mercado negro dos comprimidos, porque na farmácia, com receita médica, esse seria o preço de dez caixas de comprimidos. Deu entrada no Hospital Amadora Sintra com fortes hemorragias. Um enfermeiro denunciou-a à PSP e o agente não se coibiu de invadir os corredores do hospital, para ali mesmo fazer o interrogatório. Valeu-lhe a sensibilidade de um magistrado do Ministério Público, que agiu em sua defesa e pediu a absolvição. A juíza disse-lhe com voz magoada que «ela ainda era muito menina para estas coisas da vida». Foi ilibada porque os comprimidos também podiam ter sido ingeridos para outro fim que não o de abortar.

No Tribunal de Coimbra, ainda em Novembro de 2004, assistiu-se à suspensão de processos de julgamento de cinco mulheres acusadas de aborto por decisão do DIAP de Coimbra (Departamento de Investigação e Acção Penal). Perante os julgamentos anteriores, a medida foi considerada, numa primeira análise, como positiva, não fossem os meandros da sua concretização. É que tal medida só se podia concretizar mediante duas condições: as mulheres servirem de testemunhas em relação ao processo da parteira, ou seja, testemunharem contra a pessoa a que recorreram em momento de aflição, e, ainda, serem sujeitas a regras de conduta e ao pagamento de um montante, neste caso, a uma instituição de protecção às crianças. Não sendo penalizadas por via de processo judicial, as mulheres acabaram por o ser em termos sociais com implicações, decerto funestas, em termos psicológicos.

Os movimentos de solidariedade – o barco da Women On Waves

O início dos julgamentos e a sua mediatização em 2001 desencadeiam solidariedades diversas a nível nacional e internacional.

O julgamento da Maia encontrou eco na comunicação social de outros países: BBC, *The Independent*, *El País*, em Outubro de 2001. A pintora Paula Rego, num depoimento ao jornal *Público* de 24 de Abril de 2001, confessa a sua indignação pelo que está a acontecer em Portugal. Numa iniciativa da eurodeputada do PCP, Ilda Figueiredo, centenas de personalidades internacionais, entre as quais Noam Chomsky, Pierre Bourdieu e Dominique Voynet, solidarizam-se com as mulheres em julgamento. A IPPF (Federação Internacional de Planeamento Familiar) condena o julgamento da Maia.

A Plataforma Direito de Optar manifesta-se à porta do Tribunal da Maia e mulheres de Lisboa deslocam-se ao Norte para estar na Maia. Um comunicado de imprensa da UMAR afirma: «Afinal, era mentira... as mulheres podem ser julgadas.»^[717] O MDM apela à absolvição e exige a alteração da lei^[718]. Pela parte dos movimentos contra a despenalização do aborto surgem as opiniões de Bagão Félix que se pronuncia contra a mudança da lei. Preconiza que as mulheres devam continuar a ser julgadas embora com uma pena transformada em serviços de apoio compulsivos a estruturas que acolham crianças^[719].

O 8 de Março de 2002 teve como quadro de fundo a luta pela despenalização do aborto. A Plataforma Direito de Optar promove um debate com os partidos políticos moderado pela jornalista Paula Moura Pinheiro com o tema: «Devem as mulheres ser julgadas e condenadas por abortarem?»^[720] É ainda divulgado o livro *Pela Dignidade e Saúde das Mulheres Portuguesas: Depoimentos pela Despenalização do Aborto no Contexto do Julgamento da Maia*, uma iniciativa da mesma plataforma. Em frente ao tribunal de Setúbal, 40 mulheres envergam camisolas a dizer «Eu já abortei» numa iniciativa do Bloco de Esquerda^[721]. A 16 de Maio do mesmo ano, o grupo de Cidadãos pelo SNS organiza um debate sobre «O direito de escolha em saúde – o estranho caso da interrupção voluntária da gravidez», em Lisboa, na Casa da Imprensa, e a Assembleia da República aprova uma proposta da deputada Helena Roseta de se vir a

realizar um estudo sobre aborto, planeamento familiar e educação sexual.

Um Relatório sobre Direitos em Matéria de Saúde Reprodutiva foi aprovado pelo Parlamento Europeu em Junho de 2002. A iniciativa tinha partido da Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade de Oportunidades, sendo relatora a deputada Anne Van Lancker. A sua divulgação em Portugal foi feita pelos eurodeputados do PS, Helena Torres Marques e Sérgio Sousa Pinto, em sessão pública no Centro Jean Monnet. No mês seguinte é divulgado um estudo da DECO – Associação de Defesa do Consumidor – sobre as condições de prática de aborto em Portugal, Itália, Espanha e Bélgica.

No ano de 2003, diversas iniciativas retomam o debate. No seminário da UMAR – «Os feminismos no nosso tempo» – realizado na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação a 5 e 6 de Abril, um painel sobre o aborto, junta numa mesma mesa juristas e investigadoras/es[722]. No mesmo ano, em Outubro é lançada a petição para um novo referendo por um conjunto muito alargado de personalidades. O PCP pronuncia-se contra a realização de um referendo sobre o aborto através de um artigo, no jornal *Avante*, de 26 de Junho, da autoria de Fernanda Mateus, da Comissão Política deste partido. Neste mesmo ano, a 12 de Novembro, em Paris, na Assembleia Europeia de Mulheres do Fórum Social Europeu, a coordenadora portuguesa da Marcha Mundial de Mulheres recolhe assinaturas de solidariedade com a luta pela despenalização do aborto em Portugal. No final do ano, em Dezembro, perante o julgamento de Aveiro, o bispo do Porto D. Armindo Lopes Coelho, em declarações ao jornal *Expresso* de 13 de Dezembro, declara que o aborto não devia ser penalizado. A esquerda parlamentar insiste em rever a lei. Os partidos do governo (PSD/PP) rejeitam alterações à lei[723].

A petição para um novo referendo, que recolhe 120 000 assinaturas é entregue na Assembleia da República a 28 de Janeiro de 2004. Contudo, a maioria PSD/PP recusa o referendo no debate parlamentar a 3 de Março de 2004. Simbolicamente, mulheres manifestam-se nas galerias da Assembleia da República cobrindo a cabeça com uma *burka*. O jornal *Le Monde* e a revista *L'Express* publicam artigos sobre o aborto em

Portugal[724]. Num artigo, no *Público*, de 2 de Março de 2004, a socióloga brasileira Maria José Rosado do Movimento Católicas pelo Direito de Decidir afirma que «é possível ser católico e apoiar o direito ao aborto». Em Vigo, a 22 e 23 de Maio, numa iniciativa europeia da Marcha Mundial de Mulheres, debate-se a questão do aborto em Portugal, o mesmo acontecendo no ano seguinte em Marselha, numa iniciativa semelhante. Contudo, a realização mais mediática do ano de 2004 foi a deslocação a Portugal da Associação Womem On Waves com o barco *Borndiep*.

Um conjunto de associações portuguesas[725] junta-se no projecto Ondas Portuguesas, que apoia a vinda a Portugal do barco da Womem On Waves, uma associação holandesa de apoio às lutas pela despenalização do aborto em vários países[726]. Ao proibir a entrada do barco em Portugal, o ministro da Defesa, Paulo Portas, desencadeou uma onda de protestos[727]. Corvetas da Marinha portuguesa não permitem que o barco avance para águas portuguesas e sustêm-no a 12 milhas da Figueira da Foz, no dia 29 de Agosto. Agências noticiosas internacionais (Reuteurs, AP, UPI), e jornais: *El País*, *Vanguardia*, *The Observer*, *The Washington Times* e estações de televisão como a BBC e a CNN falam da proibição do governo português. Deputadas e deputados portugueses (Francisco Louçã, Jamila Madeira e Odete Santos) visitam o barco, no dia 31 de Agosto. As tentativas de demover a Marinha foram infrutíferas. Nesse mesmo dia, o presidente da República Jorge Sampaio, afirma que vai pedir explicações ao governo sobre a proibição da entrada do barco. Ainda nesse dia, dois debates na televisão reflectem a polémica na sociedade portuguesa[728]. A 1 de Setembro um abaixo-assinado de 3000 assinaturas recolhidas num período de 36 horas, via net, é entregue ao primeiro-ministro Santana Lopes, através de uma concentração de 300 pessoas junto à sua residência. O bispo das Forças Armadas D. Januário, no *Público* de 2 de Setembro, afirma que a proibição da entrada do barco só radicaliza posições.

As deputadas holandesas Khadija Arib e Louissewies Van Der Laam deslocam-se a Portugal, visitam o barco *Borndiep* e participam num debate com parlamentares portuguesas, no dia 4 de Setembro em Lisboa, na Casa Amarela, uma das dependências da Assembleia da República. Dois dias

antes, o Parlamento holandês tinha pedido a Portugal para deixar entrar o barco em águas portuguesas, dado que este precisava de ser abastecido, o que só veio a acontecer na costa da Galiza, perante a intransigência do governo português. Rebecca Gomperts, da associação holandesa, indica em programa de televisão um medicamento para induzir o aborto. A associação portuguesa Maternidade e Vida solicita ao procurador-geral da República a instauração de um processo criminal contra a activista holandesa. Após uma reunião de activistas na Figueira da Foz, o barco da WOW (Women On Waves) regressa à Holanda no dia 9 de Setembro de 2004. Segundo o estudo promovido por um grupo de investigadores/as do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra^[729], editado em 2010, *Cometi Um Crime. Representações sobre a (I)Legalidade do Aborto*: «O impacto e a visibilidade mediática desta campanha com contornos inovadores marcou a agenda pública e política do país, dando centralidade à causa da despenalização do aborto.» (p. 143.)

O referendo de 2007

Após as eleições legislativas de 2005, o Partido Socialista, em maioria no Parlamento, comprometeu-se alterar a lei após a realização de um novo referendo. A 6 e 7 de Abril desse ano foi aprovada uma proposta de referendo na perspectiva de que este se realizasse antes do Verão. Contudo, o presidente da República de então, Jorge Sampaio, não concordando com a data inviabilizou o referendo. Um processo de longos meses, com novas propostas de datas a serem inviabilizadas e com os partidos da direita PSD e CDS/PP a procurarem travar o referendo, levou à marcação do referendo para 11 de Fevereiro de 2007.

Ao contrário do que tinha acontecido no primeiro referendo, em 1998, onde um único movimento pelo sim (Movimento Sim pela Tolerância) absorveu todos os sectores favoráveis à despenalização do aborto, no referendo de 2007 surgiram vários movimentos: Médicos pela Escolha (uma das grandes novidades da campanha); Jovens pelo Sim, Voto Sim (que conseguiu unir na campanha deputados e deputadas dos vários

partidos); um Movimento pelo SIM, muito marcado pelo PCP e o Movimento Cidadania e Responsabilidade pelo SIM, o mais amplo e diversificado dos movimentos. Primeiro movimento a ser legalizado, o MCR-S teve uma forte imagem pública na pré-campanha, que se iniciou com um jantar de mais de 500 pessoas no Mercado da Ribeira, no dia 12 de Janeiro de 2007. Dois dias antes, tinha sido lançado o livro *Por uma Vida de Escolhas*, da iniciativa de Inês Pedrosa, que contou com uma excelente apresentação de Paula Teixeira da Cruz: «Esta é uma colectânea sobre a última liberdade: a de escolher. Retirar essa liberdade é não só condenar as mulheres ao aborto clandestino como também fomentar o seu comércio.» É deste modo que o *Público* destaca esta intervenção na sua edição de 11 de Janeiro. Foi, ainda, o Movimento Cidadania e Responsabilidade pelo SIM que trouxe à memória da opinião pública os 5 anos do julgamento da Maia, no dia 18 de Janeiro. Neste mesmo dia, o *Público* fez uma grande reportagem com entrevistas a mulheres que tinham sido julgadas e ao assistente social que as tinha apoiado e, por isso mesmo, tinha sido condenado: José António Pinto[730]. «Ou as ajudava ou iam meter agulhas a casa da vizinha», assim afirma este técnico de serviço social da Junta de Freguesia de Campanhã. Uma das mulheres julgadas confessava ao público: «Foi a maior humilhação. Ainda hoje me custa falar. [...] Sentia-me tão pequena e não cabia em lado nenhum. Os juízes, ali sentados, a acusarem todas por igual. Puseram-nos todas juntas como se fôssemos animais para dizer: «fizeram um pecado». Nós não nos conhecíamos de lado algum e julgaram-nos por uma coisa tão séria, tão íntima. Porque fazem isto às mulheres?» Trazer este megajulgamento à memória foi um dos grandes contributos do MCR-S para a campanha[731]. Nesse mesmo dia, pela manhã, o movimento realizou uma concentração junto ao Tribunal da Maia com o apoio do Movimento Jovens pelo Sim[732] e no final da tarde, em Lisboa um debate com a participação dos juristas: Alice Brito, Eduardo Maia Costa, Filomena Delgado, Marta Rebelo e Pinto Ribeiro. Nesta sessão foi lida uma mensagem de José Miguel Júdice e exibidos os *spots* para a campanha realizados por Inês Oliveira. O *Diário de Notícias*, no dia 19 de Janeiro, dava destaque a estas duas iniciativas do

Movimento Cidadania e Responsabilidade pelo Sim. Outra intervenção importante do MCR-S traduziu-se numa ampla campanha de solidariedade internacional dinamizada com o apoio da coordenadora da Marcha Mundial de Mulheres e da Plataforma pelos Direitos das Mulheres com uma conferência de imprensa na Livraria Almedina onde se fez a divulgação dos apoios recebidos de associações feministas de todo o mundo.

Conseguiram ser criados espaços comuns pelo sim em alguns momentos determinantes: a Assembleia dos Movimentos pelo Sim em Aveiro, o jantar de encerramento da campanha na Estufa-Fria e a noite dos resultados no Altis. Apesar da importância assumida pela campanha dos partidos, foi a campanha dos movimentos pelo sim que permitiu uma maior mobilização da opinião pública a favor da despenalização do aborto, que se veio a traduzir na vitória do «sim» no dia 11 de Fevereiro de 2007. Apesar do nível de abstenção continuar elevado, a vitória do «sim» foi expressiva pela percentagem alcançada, que se distanciou em muito dos resultados do «não» e da campanha de 1998[733].

A violência contra as mulheres

A violência contra as mulheres é o resultado de um desequilíbrio de poder entre homens e mulheres, e leva a uma grave discriminação contra estas, tanto na sociedade como na família.

Comissão para Cidadania e Igualdade de Género,
Stop à Violência Doméstica contra as Mulheres, 2007

Um atraso de duas décadas

Não se situando a violência contra as mulheres[734] apenas na família, podendo ocorrer também noutros espaços, como no local de trabalho ou na rua, vários estudos internacionais têm demonstrado que a casa é o local onde se exerce maior violência. Tal como refere a professora Teresa

Pizarro Beleza no seu texto «Laços de Família, nós de violência»: «A violência que acontece dentro de casa é a mais privada e a mais traiçoeira.»[\[735\]](#) Vários sociólogos, entre os quais Anthony Giddens, têm concluído que «a casa é um dos lugares mais perigosos das sociedades modernas» (GIDDENS, 1994:452). Segundo o Conselho da Europa, a violência contra as mulheres no espaço doméstico é a maior causa de morte e invalidez entre mulheres dos 16 aos 44 anos, ultrapassando o cancro, os acidentes de viação e a guerra[\[736\]](#).

A «desmitologização» do espaço familiar como um espaço idílico, «aparentemente despovoado de histórias de coacção e de violência» permitiu, segundo Sofia Neves, «uma transformação importante na leitura das dinâmicas sociais construídas e desenvolvidas no contexto da família», assim como as abordagens feministas alertaram «para a existência de uma realidade silenciada e tornada imperceptível pela convivência social com práticas familiares criminosas»[\[737\]](#).

O primeiro seminário realizado em Portugal sobre violência contra as mulheres surgiu em 1987, por iniciativa do IDM (Centro de Informação/Documentação Mulheres), com a participação da Coordenadora Europeia de Mulheres[\[738\]](#). Esta iniciativa realizou-se 13 anos após o Tribunal Internacional sobre Crimes contra as Mulheres, promovido em Bruxelas, em 1974, e após a saída do primeiro livro de denúncia das situações de violência conjugal em Inglaterra: *Scream Quietly or the Neighbours Will Hear*, de Erin Pizzey (1974). Esta obra trouxe para o conhecimento público os dramas das mulheres que eram agredidas pelos maridos. Na revista *Mulheres* de Fevereiro de 1983 foram publicados excertos deste livro[\[739\]](#). Em Junho de 1981, a mesma revista tinha entrevistado duas activistas do IDM (Informação/Documentação Mulheres): Manuela Leitão e Ivone Olim que, já nessa altura, falavam da necessidade de casas-refúgio para mulheres vítimas de violência. Tinham trazido a experiência recolhida na conferência em Bruxelas sobre mulheres maltratadas na família, realizada em Fevereiro desse ano. No Brasil, em 1982, 54 grupos feministas de S. Paulo reuniram-se numa frente alargada e criaram o SOS – Mulher, um serviço para ajudar as mulheres vítimas de

violência. Em 1985, elaboram um *dossier* com o objectivo de alertar a opinião pública para a impunidade dos agressores[740].

A primeira lei portuguesa que «garante protecção às mulheres vítimas de violência» foi aprovada em 1991 (Lei 61/91, de 13 de Agosto), mas as primeiras casas-abrigo para mulheres vítimas de violência só surgem nos finais da década de 1990. A lei que cria a rede pública de casas de apoio a mulheres vítimas de violência surge em 1999, sendo regulamentada em 2000 (Lei n.º 107/99 de 3 de Agosto, regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 323/2000 de 19 de Dezembro)[741].

Nos outros países, a situação foi bem diferente. O primeiro refúgio para mulheres maltratadas (*battered women*) foi criado, em Inglaterra, em 1971 (Chiswick Women's Aid)[742]. Também nos Estados Unidos, o «movimento das mulheres batidas» ganhou força e, na primeira metade da década de 1970, foi criado a Transition House, em Boston, e a Women's Advocates, no Minnesota. Deste modo, em 1980 existiam 300 refúgios e 200 em Inglaterra. Noutros países como a Holanda e a Alemanha, as primeiras casas-abrigo foram criadas a partir de 1975 e de 1976, respectivamente, e em França, a partir de 1978. As primeiras obras de referência do movimento feminista sobre a violência surgem em 1976: *Battered Wives*, de Del Martin[743], e *Working on Wife Abuse*, de Betsy Warrior. É um facto que a violência contra as mulheres nas relações de intimidade só surge como problema político e social a partir da compreensão feminista saída dos grupos e associações de mulheres. «A partir dos quotidianos equacionou-se uma nova interpretação sobre a realidade pessoal e social [...]. Já que o Estado não tinha respostas para o problema, as organizações fizeram um esforço para criar casas de abrigo.»[744]

A distância de duas décadas que nos separam destas primeiras iniciativas deve-se, sobretudo, à maior força que o movimento feminista de segunda vaga teve nesses países. Apesar de em Portugal a corrente radical do feminismo ter procurado colocar a «violência doméstica» como um tema político e, portanto, público, rompendo as barreiras do «assunto privado», o certo é que o enfoque em torno da despenalização do aborto absorveu

grande parte das energias de uma corrente que não teve a mesma pujança de outros países. Luísa Ferreira da Silva refere-se a esse período vivido nesses países: «Num misto de surpresa e incredulidade, as sociedades ocidentais assistiram durante os anos 70 a uma campanha que, em programas de rádio e televisão, manifestações de rua e publicações de todo o tipo, sistematicamente denunciava a opressão física e psicológica que representava para muitas mulheres a vida em família. O que até aí era suportado com a descrição de quem quer salvar as aparências, tornou-se numa forma de luta dos movimentos de mulheres que souberam dar ao sofrimento individual vivido no isolamento das quatro paredes do lar, a dimensão colectiva de uma injustiça socialmente ignorada.» (FERREIRA DA SILVA, 1995:15.)

O primeiro estudo realizado em Portugal (1995), a nível do continente[\[745\]](#), baseou-se no inquérito Violência contra as Mulheres, no âmbito de um protocolo celebrado entre a Comissão para a Igualdade e Direitos sobre as Mulheres e a Universidade Nova de Lisboa. Uma experiência, na área do atendimento jurídico na CIDM, indicava como relevante o número de mulheres vítimas de violência doméstica. Contudo, até 1996, data de conclusão do estudo, não existia forma de identificar o fenómeno. Os autores e autora – Nelson Lourenço, Manuel Lisboa e Elza Pais – concluem que «a violência contra as mulheres na sociedade portuguesa é fundamentalmente doméstica, com especial destaque para a violência psicológica [...]». Referem, ainda, que esta vertente da violência assume uma grande transversalidade de classe, apesar de a violência física ter uma polarização de classe e de género mais precisa[\[746\]](#).

No ano de 2000, uma outra equipa de investigadoras, coordenada pelo professor Manuel Lisboa, estudou os processos das mulheres que recorreram aos Institutos de Medicina Legal do Porto e Coimbra[\[747\]](#). Concluem que 83% dos casos são de violência física, que em 68% dos casos o local de agressão é a casa e fundamentalmente à noite. Na quase totalidade dos casos (95,3%), os filhos assistem às agressões. Na maioria das vítimas existe uma trajectória de violência com origem num passado de dez ou mais anos. Acerca dos «custos sociais e económicos da violência

contra as mulheres» existe um outro estudo publicado pela CIDM em 2003 onde se avaliam tais custos em diversas áreas: na actividade profissional, na saúde física e psicológica, na educação e nas relações com familiares e amigos[748].

Segundo as investigadoras Marlene Matos e Carla Machado, apesar de uma maior visibilidade do fenómeno, existem, ainda, «dimensões da violência nas relações íntimas consideravelmente inexploradas», como são os casos da violência nas relações de namoro e o maltrato nas relações homossexuais. O estudo realizado por estas investigadoras, sobre a violência nas relações de namoro, alerta para a necessidade de perceber que a violência não é uma realidade exclusiva no casamento. Acresce ainda o facto da violência nas relações íntimas não conjugais ser algo que não se está a desvanecer nas novas gerações[749].

Evolução de conceitos e de abordagens

Os movimentos feministas, ao efectuarem a denúncia pública das desigualdades de género francamente nocivas, atroz e debilitantes para as mulheres, puseram a nu um somatório de vivências de vitimação [...] no âmbito dos espaços e contextos de intimidade, como a família e as relações amorosas.

NEVES, Sofia (2008:162)

A violência contra as mulheres no seio da família emergiu como um problema generalizado através do activismo feminista. Quando o movimento feminista começou a abordar este tema, a terminologia mais utilizada era a de «mulheres maltratadas» ou de «mulheres batidas». Foi da investigação em torno desta problemática, nos anos 70, que nasceu o conceito de «violência doméstica», na medida em que era importante tornar visível os maus-tratos perpetrados, na «esfera doméstica», pelos maridos contra as mulheres.

Contudo, o conceito foi-se estendendo a todo o tipo de abusos cometidos sobre os membros da família (crianças e idosos). Segundo a socióloga

Isabel Dias, baseando-se em Renata Alexander[750], «a violência doméstica inclui o abuso contra as mulheres, o abuso de menores, o incesto, a violação entre cônjuges, bem como o abuso contra pais, irmãos ou outros familiares». Deste modo, considerou, no seu estudo, como «violência doméstica qualquer acto, inclusive de omissão, ou ameaça que provoque nas suas vítimas danos físicos, psicológicos ou emocionais; que é praticado por pessoas com quem aquelas têm uma relação de parentesco consanguíneo, legal ou de facto, com uma determinada intenção ou finalidade» (DIAS, 2004:93-94). A Comissão de Peritos para Acompanhamento da Execução do I Plano Nacional contra a Violência Doméstica (2000) apresenta um semelhante conceito de violência doméstica: «Qualquer conduta ou omissão que inflija, reiteradamente, sofrimentos físicos, sexuais, psicológicos ou económicos, de modo directo ou indirecto (por meio de ameaças, enganos, coacção ou qualquer outro meio), a qualquer pessoa que habite no mesmo agregado doméstico ou que, não habitando, seja cônjuge ou companheiro, ou ex-cônjuge ou ex-companheiro, bem como ascendentes ou descendentes.»[751]

Tendo em consideração a evolução, do conceito de «violência doméstica» para o de «violência familiar», as feministas, embora não ignorem a dimensão e a importância das violências cometidas contra pessoas idosas e crianças, necessitam de tornar mais preciso o objecto do seu estudo e da sua intervenção: a violência contra as mulheres no contexto das relações de intimidade. Esta necessidade coloca-se, porque as perspectivas feministas de análise do fenómeno da violência sobre as mulheres, centram-se no contexto social-patriarcal, na dominação masculina, resultante de uma desigual distribuição de poder entre os sexos e na «especialização» dos papéis masculinos e femininos socialmente impostos, em especial no seio da família. O sistema de relações familiares de tipo patriarcal assenta em relações sociais desiguais e gera a violência dos homens sobre as mulheres. As feministas conseguiram que «a violência contra as mulheres» saísse da esfera do privado e fosse colocada no contexto político, como algo a que a sociedade tivesse que dar resposta.

Segundo a jurista Conceição Brito Lopes, existem diferentes correntes

na abordagem da violência conjugal: uma corrente terapêutica e outra legalista, sendo que a primeira corrente considera a lei um instrumento na solução do problema da violência conjugal, enquanto a corrente legalista analisa a violência conjugal como um crime e como tal punível. A lei será assim não apenas um mero instrumento, mas um forte poder simbólico e de dissuasão. Esta jurista considera, ainda, a existência de dois modelos de acção: o modelo de intervenção feminista, já anteriormente referido, que favorece o empoderamento das mulheres, o procedimento criminal contra os agressores e a necessidade de programas de intervenção separados para homens e mulheres; o modelo de terapia familiar que considera como causa da violência, a falta de capacidade para o relacionamento pessoal, pelo que a eliminação desses desajustamentos seria a solução para o problema. Segundo Conceição Brito Lopes, este modelo poderá confundir violência de género com violência intrafamiliar[\[752\]](#).

Segundo a perspectiva feminista, «a mulher é oprimida não só pelo marido, mas também pela ordem moral que a força a permanecer em silêncio quando é agredida» (DIAS, 2004:203). O velho lema «entre marido e mulher que ninguém meta a colher» só sofreu algum abalo, em Portugal, com a alteração, em 2000, do Código Penal, através da Lei 7/2000 de 27 de Maio, que considerou o crime de maus-tratos sobre cônjuges como «crime público». Esta iniciativa partiu do grupo parlamentar do Bloco de Esquerda, (Projecto de Lei n.º 21/VIII). Na sequência desta iniciativa o PCP apresentou um outro projecto (Projecto de Lei n.º 58/VII) que introduziu a suspensão provisória do processo por parte da vítima.

Sobre esta alteração ao regime penal e processual relativo ao crime de maus-tratos, a direcção da Associação Portuguesa de Mulheres Juristas tomou uma posição a favor, mas alertando para o facto de a lei permitir que, nos casos de crimes de maus-tratos a cônjuge ou equiparado, ou a progenitora de descendente comum em 1.º grau, a suspensão provisória do processo possa ter lugar sem que a vítima se tenha previamente constituído assistente[\[753\]](#).

Na opinião da UMAR, uma das associações que tem tido intervenção na área da violência contra as mulheres: «A alteração da natureza do crime, de

semipúblico para público, traduziu-se num avanço importante. Quer porque coloca este tipo de crime na esfera pública, potenciando que todas e todos sejam agentes de mudança, quer porque o Direito o passou a incluir na categoria dos crimes que, violando direitos colectivos essenciais, nos torna por isso mesmo, responsáveis na sua denúncia.» Contudo, segundo esta associação, as alterações legislativas ocorridas em 2000, ficaram aquém do que seria desejado: «desde logo, porque o crime de maus-tratos a cônjuge, ou a quem com ele conviver em condições análogas às dos cônjuges, continua a não surgir autonomizado face a outro tipo de maus-tratos, como os praticados por quem tenha alguém à sua guarda, ao seu serviço ou responsabilidade, entre outros»[\[754\]](#).

Nos outros países, as mudanças legais ocorreram nas décadas de 1980 e 1990 devido à influência de organismos internacionais como as Nações Unidas ou a Amnistia Internacional. Já em 1979, a Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, aprovada pela Assembleia das Nações Unidas, considerava que os Estados signatários deviam actuar para impedir todas as formas de discriminação contra as mulheres, incluindo a violência. Contudo, segundo Margarida Medina Martins da Associação de Mulheres contra a Violência (AMCV), «até 1993, as Nações Unidas não reconheciam a violência contra as mulheres no contexto da família; só a partir da Conferência Mundial sobre Direitos Humanos é que, realmente a violência contra as mulheres e as crianças no contexto familiar veio a ser considerado um problema com carácter endémico das sociedades – uma espécie de pandemia»[\[755\]](#). Em 1993, na Conferência de Viena, os direitos das mulheres passaram a ser considerados direitos humanos. Surge, deste modo, a 20 de Dezembro de 1993, a Declaração de Viena para a Eliminação da Violência contra as Mulheres (Resolução n.º 48/104). Neste documento são considerados três tipos de violência contra as mulheres: a violência na família, que abrange as agressões físicas e psicológicas, a violação conjugal, as mutilações genitais, as sevícias sexuais contra as jovens; a violência no seio das comunidades locais, que abrange o assédio sexual, a violação, a prostituição forçada; a violência, que é tolerada ou instituída pelo Estado.

A Plataforma de Acção de Pequim que saiu da Conferência das Nações Unidas sobre as Mulheres, realizada em 1995, coloca de forma clara, a questão da «violência baseada no género que resulte, ou possa resultar, em danos ou sofrimentos físicos, sexuais, ou psíquicos das mulheres», (Parágrafo 113.º da Plataforma de Acção de Pequim) quer ocorra na vida privada ou na vida pública. Em 1999, as Nações Unidas declararam como data simbólica de luta contra a violência sobre as mulheres, o dia 25 de Novembro[756]. Também ao nível da União Europeia, entre 1997 e 2000 desenvolveu-se a campanha europeia «Violência contra as Mulheres – Tolerância Zero», na sequência de uma Resolução do Parlamento Europeu de 16 de Julho de 1997[757]. Do estudo realizado pelas sociólogas Heloísa Perista e Guida Ramos, de avaliação desta campanha, colocavam-se como pontos fortes: a troca de ideias e experiências entre os diversos Estados-membros, o incentivo à investigação sobre o tema, o empenhamento dos governos no lançamento das campanhas de sensibilização; como pontos fracos foram apontados: a tardia recepção, por parte dos Estados-membros dos materiais e instrumentos de divulgação, sendo que em Portugal a situação foi agravada por contingências de natureza financeira, dada a situação de eleições legislativas e o subsequente atraso no Orçamento de Estado[758].

Uma anterior resolução do Parlamento Europeu sobre a violência contra as mulheres já tinha ocorrido em 1986[759]. O Conselho da Europa também já tinha aprovado Recomendações em 1985, em 1990 e em 2002[760]. «O reconhecimento dos direitos das mulheres como direitos humanos, no que concerne à violência contra as mulheres na família é uma temática de discussão recente ao nível internacional da promoção dos Direitos Humanos e, conseqüentemente, os posicionamentos e disposições legais sobre a violência contra as mulheres no contexto da família tem vindo a evoluir de forma mais acentuada nos últimos 15 anos. [...] A progressiva globalização do movimento de mulheres permitiu observar que a agressão das mulheres na família não tinha fronteiras, pois muitas mulheres em pontos diferentes do globo puderam partilhar as respectivas vivências de agressões e abusos de direitos fundamentais, dentro da

família.» (MONTEIRO, 2000:33-34.)

Na conferência europeia que avaliou a campanha «Violência contra as Mulheres: Tolerância Zero», Maj Britt Theorin, presidente da Comissão dos Direitos da Mulher e Igualdade de Oportunidades do Parlamento Europeu fez referência à dimensão assumida pela violência conjugal, citando exemplos de vários países:

Durante a Guerra do Vietname, 58 000 soldados americanos foram mortos e em sua honra foram construídos monumentos. Durante a Guerra do Vietname 30 000 a 54 000 mulheres americanas foram mortas em suas casas. Os criminosos continuam incólumes e desconhecidos com o consentimento dos nossos governos. Obviamente esta guerra contra as mulheres não é só um fenómeno americano. Na Suécia, uma mulher é morta em cada 10 dias pelo seu companheiro. Em Espanha uma mulher é morta pelo seu marido em cada três dias. Uma análise histórica dos crimes em Inglaterra nos finais do século XIX mostra que 50% das vítimas eram mulheres mortas pelos maridos, amantes ou namorados, e a comparação com os números oficiais actuais mostra que o padrão não mudou. Por que razão os políticos e as polícias têm ignorado a violência contra as mulheres?[\[761\]](#)

Em Portugal, segundo o Observatório das Mulheres Assassinadas criado pela UMAR em 2004, o levantamento[\[762\]](#) de mulheres vítimas fatais de homicídio por parte de marido, companheiro, namorado, ex-marido, ex-companheiro, ex-namorado ou amante, revelou que 47 mulheres morreram às mãos dos homens com quem mantiveram ou mantinham uma relação conjugal e/ou de intimidade. Fazendo um cálculo proporcional com o Estado espanhol sobre este tipo de homicídio, a organização concluiu que, em Portugal, morriam 2,9 vezes mais (quase três vezes mais) mulheres do que no Estado vizinho. Para além destas vítimas mortais, este levantamento revelou um número de 17 tentativas de homicídio que não se revelaram fatais, embora em alguns dos casos as vítimas tenham dado entrada em hospitais. Na grande maioria dos casos analisados, a vítima tinha saído da relação violenta e também a maioria das notícias relatam uma prolongada

história de maus-tratos e violência doméstica. Em muitos dos casos, as crianças assistiram à morte da sua mãe pelo pai. A organização revelou que os actos envolvidos foram de uma enorme crueldade: esquartejadas, esfaqueadas, espancadas e asfixiadas, empurradas, estranguladas. Outras, tinham sido alvejadas a tiros de pistola ou caçadeira. As idades das vítimas situavam-se entre os 17 e os 70 anos. Perante este quadro, a UMAR, na altura, colocou a urgência de uma intervenção que levasse a sério as ameaças que pesavam sobre as mulheres, estabelecendo também como prioridade a realização mais aprofundada do estudo do homicídio e tentativa de homicídio por violência doméstica. Esse estudo deveria ter em consideração as seguintes variáveis: relação do agressor com a vítima; história de maus-tratos anteriores; situação da mulher face à vitimização; consequências sobre as crianças; outras pessoas envolvidas como cúmplices; outras pessoas envolvidas como vítimas associadas e, ainda, recolher e analisar a jurisprudência relativa aos processos penais sobre os agressores, quer nas tentativas quer nos actos fatais. Em 2008, os dados do mesmo Observatório criado pela UMAR revelavam que em 2007 tinham sido assassinadas 27 mulheres pelos companheiros com quem viviam e outras 57 mulheres tinham sido vítimas de tentativa de homicídio[\[763\]](#).

Em relação ao número de ocorrências de violência doméstica em 2006, de acordo com as estatísticas da PSP e da GNR, registaram-se 20 595 casos, dos quais 85% correspondiam a violência conjugal. Entre as vítimas deste tipo de violência 87% eram mulheres e 13% homens[\[764\]](#).

Uma das formas de violência que continua silenciada é a da violação nas relações conjugais, como se casar representasse um direito de propriedade sobre o corpo da mulher. Nos últimos anos, as violações em terreno de guerra têm sido denunciadas pela Amnistia Internacional e por outras organizações de defesa dos direitos humanos. «A violação constitui a mais brutal das violências que se abatem sobre a mulher. Expição do seu pecado de terem nascido mulheres. Violação de todos os crimes o mais poupado. O menos julgado, até quando?», assim terminava em Abril de 1983 um artigo de Helena Neves na revista *Mulheres*[\[765\]](#). Os casos conhecidos de violação atingem números muito elevados, mesmo em

países desenvolvidos, segundo dados das Nações Unidas. Nos EUA, no Canadá e no Reino Unido, uma em cada seis mulheres é vítima de violação.

Políticas governamentais

Segundo a investigadora Carol Hagemann-White, nos últimos 20 anos o conceito de violência contra as mulheres moveu-se para o interior do *mainstream* do discurso político. Do activismo radical para o *mainstreaming* é assim que esta autora classifica a evolução de uma reivindicação que se manteve na agenda política por mais de duas décadas. «De facto, o tornar pública a violência privada fez imenso no sentido de levantar a consciência política das mulheres enquanto grupo.»[\[766\]](#)

Por sua vez, os governos tomaram em mãos a construção de planos contra a violência doméstica e as instituições internacionais têm vindo a aprovar resoluções e a desenvolver campanhas, como foi anteriormente referido. Em Portugal, o I Plano Nacional contra a Violência Doméstica foi aprovado em Conselho de Ministros pela Resolução n.º 55/99 de 15 de Junho. Este plano, com a duração de três anos (1999/2002) estabeleceu como objectivos: a prevenção e sensibilização da sociedade para o problema; a investigação e estudo do problema da violência doméstica em Portugal; a intervenção para a protecção das vítimas, salientando-se, neste âmbito, o facto de as autoridades poderem determinar o afastamento do agressor da casa da morada da família. O II Plano Nacional contra a Violência Doméstica foi aprovado pelo Conselho de Ministros a 13 de Junho de 2003 com uma vigência de três anos (2003/2006) e abrangeu as seguintes áreas: informação, sensibilização e prevenção; formação, sendo de destacar a sua orientação para autoridades policiais, magistrados/as, professores/as, autarquias locais e outros agentes sociais; legislação e aplicação, nomeadamente da legislação de afastamento do agressor já prevista no Código de Processo Penal, no seu Artigo 200.º, do incremento da rede nacional de casas de apoio para mulheres vítimas de violência e respectiva regulamentação; investigação, colocando como um dos

principais enfoques a promoção de estudos sobre os custos humanos, sociais e materiais da violência doméstica; mulheres imigrantes, prevendo estudos para conhecer os problemas da violência doméstica nas comunidades de imigrantes, a sensibilização para a violação dos direitos humanos que constitui a mutilação genital feminina, assim como a criminalização desta prática; avaliação, através da constituição de um Observatório sobre a Violência Doméstica de acompanhamento da aplicação do plano. A Estrutura de Missão contra a Violência Doméstica (EMCVD), organismo público tutelado pela Presidência do Conselho de Ministros e pelo Ministério do Trabalho e Solidariedade Social organizou, em Novembro de 2005, uma semana sobre esta temática e um seminário, onde participaram juristas, psicólogos/os, sociólogos/as, ONG que trabalham na área da violência e representantes das forças policiais.

O III Plano Nacional contra a Violência Doméstica (2007/ /2010) foi estruturado segundo cinco áreas estratégicas de intervenção: informar, sensibilizar e educar; proteger as vítimas e evitar a revitimização; capacitar e reinserir as vítimas de violência doméstica; qualificar os profissionais e aprofundar o conhecimento sobre o fenómeno de violência doméstica. Em cada uma das áreas são definidas diversas medidas num total de 89. De entre esta enorme dimensão de medidas destacam-se: campanhas nacionais contra a violência doméstica; agenda cultural; acções de sensibilização nas comunidades locais; elaboração de materiais informativos e pedagógicos; criação de «Clubes contra a Violência Doméstica» nas escolas; reformulação do quadro normativo de acesso das vítimas ao direito; criação de respostas específicas para violência doméstica nas unidades prestadoras de cuidados de saúde; aperfeiçoar as redes nacionais de casas de abrigo; expandir a rede nacional de atendimentos; reestruturar a linha verde de informação; favorecer a integração social das vítimas através do acesso à formação profissional e a integração laboral; protocolos com as universidades para a elaboração de módulos de formação sobre violência doméstica; promover a qualificação de profissionais de educação, de saúde, de segurança, de comunicação social; conceber Guias de Boas Práticas; criação de um Observatório de Género; criação de um fórum

entre as entidades governamentais e as ONG; promover estudos segundo diferentes abordagens das questões da violência.

Em termos de legislação foi aprovado em 2009 o novo Regime Jurídico aplicável à Prevenção da Violência Doméstica, à Protecção e à Assistência das suas Vítimas, tendo sido introduzido o reconhecimento do estatuto de vítima, o alargamento da previsão da possibilidade de detenção fora de flagrante delito e medidas de coacção urgentes, a natureza urgente atribuída aos processos por crime de violência doméstica e a tutela de direitos sociais.

A acção das associações: UMAR, AMCV e APAV

A luta contra a violência sobre as mulheres assume hoje contornos diferentes das primeiras denúncias e acções das feministas das décadas de 1960 e 1970. Contudo, a abordagem desta problemática, já tão assumida em termos de discursos oficiais, pode ser feita de forma diferente, consoante as perspectivas que orientam a intervenção. Uma intervenção, nesta área, de cariz feminista tem que ver não só com a interpretação das causas do fenómeno, mas também com a forma de intervenção junto das mulheres vítimas de violência conjugal.

Uma das associações que trabalha neste área, a UMAR, considera que podem existir contributos específicos de uma associação feminista na luta contra a violência: a acção colectiva distanciada de uma visão moralista ou tecnicista de «punição» ou «tratamento»; a concienzialização e solidariedade em vez da visão individualizante e patológica, que coloca as mulheres numa situação de dupla vitimização; a defesa e concretização do direito a «ter voz» (Lewis, 1993), contra os «redutos da ilegalidade» na casa, na sociedade, no trabalho, no Estado; a criação de condições para ouvir as experiências das mulheres; o equacionar da subordinação e da agência das mulheres em vez de nomearem a «passividade», «provocação» ou «aceitação»; a colocação, no seio das relações sociais, da compreensão em torno da dificuldade das vítimas em acusarem o seu agressor e manterem esta acusação — razões de ordem económica, afectiva,

psicológica ou de pressão social e familiar; a preocupação em ver as mulheres como cidadãs de pleno direito, na sua situação social, no patriarcado e na sua historicidade.

UMAR – uma intervenção feminista na área da violência de género

Na década de 1980, a UMAR tinha tomado posições contra a violência sobre as mulheres através de artigos na sua revista *Mulher D'Abril*, no III Encontro Nacional, em 1980 e tinha participado no seminário sobre o mesmo tema promovido pelo IDM, em 1987. Contudo, só em meados dos anos de 1990, a associação se organiza de forma a garantir uma área de intervenção específica na violência de género.

A intervenção da UMAR na área da violência contra as mulheres tem sido feita segundo uma filosofia própria e integra no seu seio muita da produção científica e técnica que o movimento feminista tem desenvolvido, em especial, a nível internacional. Deste modo, a filosofia de intervenção procura articular as respostas no terreno com a prevenção, com a produção de conhecimento e com as acções do movimento feminista. «Na vertente de intervenção, inclui-se a resposta directa, o atendimento e acompanhamento; na produção de conhecimento, incluímos a reflexão, a formação, os debates, as publicações, as comunicações; na vertente da prevenção, inclui-se uma componente de trabalho especificamente direccionado para a prevenção, mas igualmente a articulação com as dimensões referidas já que a prevenção constitui, no fundo, o princípio e o fim deste trabalho; finalmente, na vertente da articulação com o movimento feminista nacional e internacional, do qual destacamos a Marcha Mundial das Mulheres, assim como a relação deste combate à violência com as outras dimensões do trabalho feminista no sentido de uma cidadania plena de todas as mulheres.»[\[767\]](#)

Ainda, segundo esta associação, «as identificações e atribuições de papéis e valores sociais que adjectivam o masculino como ligado ao poder, à lei e à ordem, e o feminino como desqualificado, submisso, frágil, dependente e simultaneamente, rebelde e misteriosamente indomável.

Estas são ainda, atribuições que povoam o inconsciente e consciente colectivo e que potenciam a instauração da relação conjugal violenta. [...] Quando pensamos em violência de género, devemos ter presente a ideia de um contínuo, cujo fio condutor é a desvalorização cultural do «feminino», que se faz presente desde a preferência por um filho do sexo masculino, até a uma desvalorização subtil que acompanha a mulher ao longo da vida, socializando-a para a vivência de relações de género assimétricas. A naturalização da desigualdade, é o instrumento principal para a sua aceitação social que, por sua vez, incrementa pontos na complexa dinâmica multifactorial subjacente à génese dos comportamentos abusivos dentro da família»[768].

Do trabalho da UMAR na área da violência destacam-se diversos serviços a nível nacional, com profissionais, em articulação com voluntariado qualificado. A organização dispõe da linha telefónica SOS Mulher, gerida pela UMAR – Açores. Neste mesmo arquipélago a UMAR desenvolve intervenção nas ilhas de S. Miguel, Faial, Terceira e Santa Maria, nas vertentes do atendimento, apoio jurídico e psicológico, da formação e de parcerias com várias entidades. Dispõe também de uma casa-abrigo. Na península de Setúbal, dispõe de um centro de atendimento com serviço de emergência, onde se efectua apoio jurídico, psicológico, social, assim como o acompanhamento de mulheres vítimas e suas crianças. Para além disso, estabelece diversas parcerias com instituições. Desenvolve intervenção na área da prevenção junto de crianças e jovens e junto de famílias com situações de conflito. Assegura, ainda, o funcionamento de uma Casa-abrigo. Em Lisboa, gere uma outra Casa-abrigo para mulheres vítimas de violência e seus filhos e filhas[769]. Em Cascais, realizou serviço de atendimento em parceria com a Câmara Municipal e participou no Fórum Municipal da Violência Doméstica. No Porto[770], dispõe de um centro de atendimento a mulheres vítimas de violência, efectuando apoio psicológico, jurídico e social (PRA'TI). No ano de 2004, a UMAR criou ainda um Observatório de Mulheres Assassinadas (OMA) em consequência da violência género e, a partir de 2006, iniciou um trabalho de prevenção da violência nas escolas.

Da intervenção junto das mulheres vítimas de violência conjugal, esta associação tem como principais referências: desenvolver uma atitude que possibilite à mulher sentir-se acolhida e apoiada; ajudar a mulher a estabelecer um vínculo de confiança individual e institucional para avaliar a história de violência, riscos, motivação para terminar com a relação, limites e possibilidades pessoais, bem como os seus recursos sociais e familiares; conversar com a mulher, sobre as diferentes opções para lidar com o problema que está a vivenciar, garantindo-lhe confidencialidade, o direito de escolha, fortalecendo a sua auto-estima e autonomia; estabelecer passos graduais, concretos e realistas, construindo um mapa dos recursos, alternativas e acções, com vista a implementar a metodologia a seguir; apoiar e acompanhar a mulher que deseja apresentar a queixa-crime ou denúncia aos órgãos competentes, exames médicos e, se necessário, retirada de pertences; pressionar as entidades judiciais através de relatórios e contactos directos; estimular a construção de vínculos com diversas fontes de assistência, acompanhamento e protecção, reforçando a organização de uma rede de apoio (vizinhos, acompanhamento social local, escolas, família, centro de saúde, centros de emprego, etc.); encaminhamento para apoio jurídico e psicoterapia individual (mulher e filhas e filhos), ou terapia familiar no caso da continuidade da relação; elaboração de relatório social, procura de casa-abrigo, acompanhamento a entrevista de integração e integração; acolhimento, que pretende ser, uma passagem construtiva que sirva de vector e não de meta. Este caminho deve ser delineado e definido pela mulher, tendo como suporte uma equipa com formação geral e específica na área da violência, numa lógica enquadrada no percurso histórico das mulheres, na evolução das concepções sobre o papel destas no mundo, numa perspectiva do *empowerment*, dos direitos das mulheres e da igualdade de oportunidades entre mulheres e homens[771].

A UMAR considera que a violência de género é «um fenómeno estrutural, um facto social e não apenas um fenómeno baseado em comportamentos individuais; constitui parte integrante das relações desiguais de género, da expressão das relações de poder e do resultado da

divisão entre o “público” e o “privado”»[772].

AMCV – uma associação específica de apoio a mulheres, crianças e jovens vítimas de violência

A AMCV – Associação de Mulheres contra a Violência Doméstica foi formada em 1992 e tem como objectivos: «informar, sensibilizar e consciencializar a sociedade para as questões da violência contra as mulheres, crianças e jovens; formar profissionais na área da violência contra as mulheres e crianças; desenvolver acções junto dos órgãos de poder no sentido de aumentar a defesa dos direitos das mulheres, crianças e jovens; desenvolver parcerias locais, nacionais e internacionais para promover modelos de boas práticas, identificar as necessidades das mulheres, crianças e jovens em situações de violência e garantir a defesa (*advocacy*) dos seus direitos; disponibilizar apoio especializado e refúgio temporário para mulheres, crianças e jovens em risco»[773].

Como princípios, esta associação considera que os direitos das mulheres são direitos humanos, que a violência contra as mulheres é um problema de toda a sociedade e que a violência exercida por homens contra mulheres é uma violência de género. Estabelece como modelo de intervenção «uma perspectiva educacional e de *empowerment* das mulheres». Reconhece, ainda, que as mulheres podem ser agentes de mudança das suas próprias vidas. Deste modo, o conhecimento dos seus direitos e a defesa dos mesmos está também na base de actuação da AMCV, que estabelece como princípios de intervenção: a valorização das experiências das mulheres, o respeito pelas suas decisões, o direito à confidencialidade, o direito à informação de forma a aumentar o seu poder de escolha e uma intervenção que garanta a segurança das mulheres, crianças e jovens. Inicialmente a «missão» da AMCV era «quebrar o ciclo da violência»; actualmente, passa por «questionar e desafiar as atitudes, crenças e padrões culturais que perpetuam e legitimam a violência contra as mulheres e as crianças, ou seja, passámos da ideia de quebrar o ciclo da violência, por ser consensual de que há uma violência geracional que é preciso parar, para ir mais longe:

questionarmo-nos sobre o que estamos a fazer e de que modo»[\[774\]](#).

Esta associação reconhece, ainda, que as mulheres, os jovens e as crianças têm direito a uma vida livre de medo, violência e abuso, a controlarem as suas vidas e a determinarem o seu futuro, a serem ouvidas, informadas e acreditadas, a um sistema de protecção legal e social. A AMCV disponibiliza atendimento telefónico, acompanhamento individual, aconselhamento jurídico, refúgios, serviços de emprego apoiado, apoio psicológico para mulheres e crianças, grupos de ajuda mútua, centro de documentação especializado, fóruns para jovens.

A AMCV é membro fundador da plataforma Não ao Abuso Sexual de Crianças, formada em 2004, da Associação Portuguesa para a Prevenção do Abuso e Negligência de Crianças, constituída em 2005 e pertence ao Conselho Económico e Social das Nações Unidas.

APAV – uma associação generalista de apoio à vítima

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) surgiu em Junho de 1990 com o objectivo de «promover e contribuir para a informação, protecção e apoio às vítimas de infracções penais»[\[775\]](#). Deste modo, apoia as vítimas de todos os tipos de crime: violência (maus-tratos; ameaças; crimes sexuais, violência doméstica); crimes de furto (por esticção de veículo motorizado, por carteirista, em casa por arrombamento), de roubo, de dano, de burla, de abuso de confiança, de falsificação de documentos, e outros crimes contra a propriedade; assim como de crimes de homicídio (voluntário consumado, por negligência em acidente de viação), de abuso de autoridade e discriminação racial ou étnica.

A estratégia da associação é, pois, diferente das associações anteriores, mais vocacionadas para o apoio a mulheres vítimas de violência, a crianças e a jovens. Trata-se, pois de uma associação generalista de apoio à vítima, embora as vítimas de crimes de violência doméstica tenham um maior peso nas estatísticas da associação. Contudo, a APAV reconhece que estão a ser cada vez mais apoiadas vítimas de roubo, burla, falsificação de documentos e outros crimes contra a propriedade. Por sua iniciativa e

influência, o dia 22 de Fevereiro passou a ser designado como o Dia Europeu da Vítima. A APAV apoia, de forma individual as vítimas de crimes, através da prestação de serviços gratuitos e confidenciais. A APAV declara que desde 1990 atendeu mais de 100 000 pessoas, entre vítimas e familiares. A associação funciona com 15 Gabinetes de Apoio à Vítima no Norte e Sul do país (Albufeira, Braga, Cascais, Coimbra, Faro, Lisboa, Loulé, Odivelas, Ponta Delgada, Porto, Portimão, Santarém, Setúbal, Tavira e Vila Real). Frequentemente a associação divulga nos meios de comunicação social estatísticas dos atendimentos realizados, assim como organiza seminários com base em projectos financiados internacionalmente como foi o caso do Seminário Internacional sobre Protecção e Promoção dos Direitos das Vítimas de Crime na Europa (2003) ou do Relatório Penélope sobre violência doméstica no Sul da Europa (2002). Dos principais objectivos da associação destacam-se os seguintes: promover a protecção e o apoio a vítimas de infracções penais em geral e em particular às mais carenciadas, designadamente através da informação, do atendimento personalizado e encaminhamento, do apoio moral, social, jurídico, psicológico e económico; colaborar com as entidades competentes na defesa e exercício efectivo dos direitos e interesses das vítimas e respectivas famílias; incentivar e promover a solidariedade social, designadamente através da formação e gestão de redes de cooperadores voluntários e do mecenato social, bem como da mediação vítima-delinquente; fomentar e patrocinar a realização de investigação e estudos sobre os problemas da vítima; promover e participar em programas, projectos e acções de informação e sensibilização da opinião pública; contribuir para a adopção de medidas legislativas, regulamentares e administrativas, facilitadoras da defesa, protecção e apoio à vítima de infracções penais, com vista à prevenção dos riscos de vitimização e atenuação dos seus efeitos; estabelecer contactos com organismos internacionais.

No âmbito da iniciativa Dafne 98, da Comissão Europeia, a APAV desenvolveu um projecto (Alcipe) de informação e formação no combate à violência doméstica em parceria com a PSP, a GNR, o Instituto Nacional

de Polícia e Ciências Criminais e, ainda, duas instituições de outros países: Victim Support de Northumbria (Reino Unido) e Politie Regio Utrecht (Países Baixos). A grande visibilidade mediática da associação tem levado a um reconhecimento público do seu trabalho. Integrado no projecto Alcipe, a APAV fez sair em 1999 um relatório sobre as mulheres vítimas de violência em Portugal onde propõe um Fórum de Apoio às Mulheres Vítimas de Violência em cada comunidade.

A mutilação genital feminina

*Tinha sete anos quando sentiu aquela «dor horrorosa»
que nunca esqueceria.
Em Saucunda (Sul da Guiné), Tchambu foi ao corte
com outras sete meninas. Uma morreu. [...]
Recorda-se bem das quatro mulheres que lhe seguraram
os braços e as pernas para que a fanateca [\[776\]](#)
lhe cortasse «um bocadinho» do clítoris.
As caras e os nomes estão gravados na memória.
Foi na mata, antes de ir para a barraca do fanado,
onde passaria seis meses com as outras meninas.*

Sofia Branco, *Cicatrizes de Mulher*, 2006, p. 77

Quando, a 4 de Agosto de 2002, a jornalista Sofia Branco num notável e pioneiro trabalho de investigação, publica no *Público* um *dossier* sobre a mutilação genital feminina entre a comunidade guineense a residir em Portugal, levantou-se o véu de uma prática silenciada. Em 2006, Sofia Branco publica o livro *Cicatrizes de Mulher*, com prefácio de Ana Vicente, onde se pode ler: «Eis que temos agora entre mãos o primeiro livro em português escrito por uma portuguesa acerca da mutilação genital feminina, onde são analisados e detalhados os aspectos possíveis desta prática, cujo fundamento último é o controlo da sexualidade das mulheres.» (BRANCO, 2006.) Já em 1998, Ana Vicente, no seu livro *Os Poderes das Mulheres, os Poderes dos Homens*, referia-se, deste modo, à mutilação genital feminina: «É uma das violências mais atrozes

perpetradas diariamente contra crianças, meninas, tendo em vista o controlo da sua sexualidade quando atingirem a puberdade. É uma prática aberrante, chocante na sua crueldade e que só começou a ser denunciada nos últimos dez anos.» (VICENTE, 1998:202.) Também em 1997, a jornalista Joana Ferreira da Costa, no artigo «Cintos de Castidade Cirúrgicos»^[777] chamava a atenção para as cicatrizes físicas e psíquicas de tais práticas.

Estima-se que 150 milhões de mulheres em todo o mundo já tenham sido sujeitas à mutilação genital e que, anualmente, 3 000 000 de meninas sejam sujeitas a tal prática. Trata-se de um acto executado por mulheres contra outras mulheres o que pode causar alguma incredulidade. Contudo, a mutilação genital feminina é uma exigência dos homens, que recusam casar com mulheres «não excisadas». A maior parte dos homens fala desta prática com muita naturalidade, fazendo dela uma tradição que não pode ser quebrada. Explicam que nos períodos de guerra, quando saíam para combater era preciso «tornar as mulheres mais frias para não terem necessidade de relacionamento sexual». Desta forma, obriga-se a mulher à «fidelidade ao marido». Consideram, ainda, que tal prática «purificará» o corpo da mulher e procederá à sua reabilitação «para servir de receptáculo do corpo do homem e dos seus futuros filhos». A mutilação genital feminina é ainda «realizada sobretudo com recurso a instrumentos rudimentares como pedaços de vidro, lâminas de barbear, facas velhas e tesouras, sem recurso a anestesia e por pessoas sem qualquer tipo de formação médica»^[778].

Segundo Maria José Alves, médica e membro da direcção da Associação para o Planeamento da Família: «A mutilação genital feminina atenta contra os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, pelo que, tal como outros actos de violência e discriminação, não pode ser justificada ou tolerada com base em valores tradicionais, questões culturais ou eventuais questões de carácter religioso, nem estas podem servir de entrave ao seu desencorajamento e erradicação.»^[779]

Sofia Branco, ao estudar a mutilação genital feminina na comunidade guineense em Portugal abriu espaço para que o assunto fosse tratado em

artigos de opinião nos jornais, em debates, conferências e a uma maior atenção do poder político sobre esta questão, embora ainda muito insuficiente, segundo a sua opinião: «Muitos pais levam as filhas para a Guiné durante o período de férias escolares e elas voltam mutiladas para Portugal. [...] Também vivem entre nós mulheres que sofreram este violento acto. Estas duas constatações implicam que um Estado acolhedor de imigrantes como é o caso de Portugal, introduza o tema da mutilação genital feminina na sua política migratória e na sua agenda política. [...] Na Catalunha, por exemplo, as autoridades apreendem os passaportes das meninas que se supõe em risco de serem mutiladas durante as férias passadas nos países de origem. [...] As escolas e centros de saúde estão alertados para o problema. Em Portugal continua a nem sequer haver uma política de registo das mulheres já mutiladas (que se deslocam aos hospitais quando em trabalho de parto, pelo menos) para que se possa fazer prevenção sobre as suas filhas. [...] Mais do que punir, trata-se de prevenir.» (BRANCO, 2007:153-160.)

Em 1979, a Organização Mundial de Saúde, num colóquio sobre «Práticas tradicionais que afectam a saúde das crianças e das mulheres», realizado em Cartum, no Sudão, proclamava a primeira condenação oficial da mutilação genital feminina. Num artigo de Helena Neves, publicado pela revista *Mulheres* em Janeiro de 1983[780], são referidos casos da altura em que uma menina de três meses morre em França, pois os pais oriundos do Mali continuavam fiéis à tradição. Um outro caso de uma jovem que escapara à mutilação genital até aos 24 anos, idade em que grávida de sete meses foi sujeita à excisão por pressão do pai da família em nome da crença de que o clítoris mataria o bebé à nascença[781].

A tentativa de legislar sobre esta matéria em Portugal através de um projecto de lei do CDS/PP foi rejeitada pelos outros partidos ao considerarem que uma penalização específica, da mutilação genital feminina contribuiria para estigmatizar e ostracizar algumas comunidades imigrantes, tendo em consideração que este tipo de crime já estava previsto no Artigo 144.º do Código Penal em termos de «ofensa à integridade física grave» punível com pena de dois a dez anos de prisão. No debate

parlamentar, realizado a 5 de Março, sobre este assunto surgiram várias propostas: campanhas públicas junto das comunidades imigrantes[782], criação de mecanismos de protecção das vítimas reconhecendo o direito de asilo por razões humanitárias ou concedendo autorizações de residência às mulheres em risco de serem mutiladas, assim como a necessidade de mediação social, cultural e de saúde junto das comunidades imigrantes[783].

Os Planos Nacionais para a Igualdade e os Planos contra a Violência Doméstica têm vindo a integrar esta outra dimensão da violência que é a mutilação genital. Por exemplo, no II Plano Nacional contra a Violência Doméstica (2003-2006), no capítulo sobre as «mulheres imigrantes» prevê-se: «a sensibilização das comunidades imigrantes para a violação dos direitos humanos que constituem todas as formas de mutilação genital feminina»; «criminalização de forma expressa da mutilação genital feminina»; «habilitar os centros de saúde e os hospitais a prestar auxílio especial necessário em situações de mutilação genital feminina». Contudo, fica de fora o direito de asilo, como uma forma de protecção humanitária nestas situações. Sofia Branco relata, no seu livro, o caso de uma mulher do Quênia que fugiu para Portugal, porque, por morte do marido, queriam forçá-la a casar com um irmão do falecido, que pertencia a um grupo religioso onde a prática da mutilação genital constituía uma exigência. Aterrorizada por ter de ser sujeita a essa prática, decide fugir e pedir asilo, pedido este que lhe foi negado por duas vezes pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (BRANCO, 2006:159-173). Na proposta de Resolução (2001/2035 INI) do Parlamento Europeu sobre as mutilações genitais femininas, recomendava-se que «a Comissão e o Conselho – dentro do processo de comunitarização da política de imigração e asilo [...] – e os Estados-membros tomem medidas no que respeita à concessão de autorizações de residência e à protecção das vítimas desta prática, e reconheçam o direito de asilo às mulheres, jovens e meninas que se encontrem em risco de sofrerem mutilações genitais». Em 2002, a Comissária para o Emprego e os Assuntos Sociais, a grega Anna Diamantopoulou declarava, na Conferência do Parlamento Europeu sobre

Mutilação Genital Feminina, que os Estados-membros tinham uma política ambígua no reconhecimento do direito de asilo com base na perseguição sexual. Em 1982, a Organização Mundial de Saúde declarou nas Nações Unidas a sua posição contra a mutilação genital feminina, propondo programas de informação e educação. Em 1993, a Declaração das Nações Unidas sobre a Eliminação da Violência sobre as Mulheres incluía a MGF. Em 1995, a Conferência de Pequim concluiu, que por detrás desta prática estavam os diferentes papéis assumidos por homens e mulheres, sendo um investimento no *empowerment* das mulheres uma das questões cruciais a prosseguir. Deste modo, torna-se necessário um levantamento mais exaustivo das situações vividas nos diversos países, sobre as razões que motivam as mulheres a fugir dos seus países. Só em 2001, foi equacionado que as questões do asilo por razões humanitárias podem vir a incluir a violência sexual exercida contra as mulheres ou as crianças.

As mulheres africanas há muito que lutam contra a mutilação genital feminina. Na Conferência de Pequim, em 1995, muitos dos debates sobre esta questão foram promovidos por mulheres africanas que desde a década de 1920 se começaram a insurgir contra esta prática. Dos 28 países que mantêm este ritual apenas 15 têm leis que proíbem esta prática. Mas a diminuição da mutilação genital não se tem verificado, mesmo nos países onde existem leis ou recomendações proibitivas. A tradição é tão forte que se torna difícil controlar a sua prática. O Programa de Acção aprovado na Conferência das Nações Unidas sobre População e Desenvolvimento, em 1994, no Cairo, colocava como questão essencial a adopção de fortes programas comunitários de sensibilização envolvendo mulheres e líderes das comunidades locais.

Entretanto, começaram a surgir em alguns países as práticas de um «fanado alternativo» que mantém alguns rituais do fanado[784] tradicional, excluindo a mutilação das raparigas. É o caso da Guiné-Bissau, onde a Associação SMN (Sinin Mira Nassiquê) tem procurado introduzir o fanado alternativo, que consta de dança, de educação cívica e religiosa, iniciação de uma profissão, alfabetização e onde as antigas fanatecas que faziam o «corte»[785] são as formadoras das aprendizagens, assim como as

conselheiras sobre as práticas de medicina tradicional. A festa mantém-se como um grande momento. Contudo, por falta de apoio governamental a esta prática, que teria de incluir apoio financeiro e reintegração noutra profissão das fanatecas (mulheres que praticam a excisão) e que vivem desta prática paga pelas famílias, a acção desta ONG não se tem extendido às várias regiões da Guiné-Bissau. A SMN foi criada em 1996, com o objectivo de lutar contra as práticas tradicionais nefastas da saúde das mulheres e das crianças, nomeadamente a excisão, o casamento e as maternidades precoces. Na origem desta ONG está uma outra associação: a Associação Guineense para a Sensibilização sobre os Efeitos do Fanado (AGUISPEF) que tinha como objectivo fundamental informar e sensibilizar os diferentes grupos culturais dos bairros de Bissau, bem como as comunidades muçulmanas sobre os efeitos nocivos que a excisão causa na saúde das mulheres e crianças. Deste modo, é perceptível o interesse das próprias mulheres africanas, neste caso, na Guiné, de intervirem no sentido de transformarem uma prática de forte enraizamento em algumas comunidades e que constitui um atentado aos direitos humanos das mulheres e das crianças. Mas não só nos seus países as mulheres lutam contra esta prática. A presidente da Rede Europeia de Luta contra a Mutilação Genital, esteve em Portugal, a convite da APF, associação que, nos últimos anos, tem procurado debater esta prática. Nascida no Senegal, Khady foi excisada com 7 anos e aos 13 anos, por imposição da família, casou com um primo que vivia em França. Tal, como refere Alice Frade, da APF, no prefácio ao livro editado em Portugal[\[786\]](#), trata-se de «uma mulher guerreira que faz do seu quotidiano uma luta» e acrescenta: «Os argumentos técnico-políticos, os estudos e as realidades vividas ainda não foram suficientes para pôr fim a alguns dos crimes contra os Direitos Humanos que persistem nos dias de hoje: apedrejamento, queimadura com ácido, punição em praça pública, casamentos forçados, tráfico e exploração sexual, mutilação genital feminina e muitos outros.»

Por iniciativa do Grupo de Trabalho Intersectorial do I Programa de Acção para a Eliminação da MGF, realizou-se a 8 de Fevereiro de 2010 o Seminário Internacional pelo Fim da Mutilação Genital Feminina,

promovido pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género. Passado o primeiro ano de execução do I Programa Nacional de Acção para a Eliminação da MGF, procurou-se fazer um balanço do trabalho desenvolvido e equacionar algumas prioridades. Este seminário teve a participação de responsáveis políticos, especialistas nacionais e internacionais, de mulheres activistas e de testemunhos na primeira pessoa.

A prostituição: diferentes posicionamentos no movimento feminista

Falar de «trabalhadora do sexo» é aceitar a ideia de que o sexo das mulheres é um produto comercializável.

Malka Marcovich (2007)[\[787\]](#)

*As trabalhadoras sexuais são acusadas de se venderem,
e elas defendem-se dizendo que apenas alugam o corpo.
E, porque é tão condenável, se também o fazem
os modelos de moda e os desportistas profissionais?
Segundo Bourdieu, existe um estigma
a marcar a prostituição, associado ao facto
de o sexo da mulher ser socialmente construído
como um objecto sagrado [...].*

Alexandra Oliveira (2004:91)

A polémica em torno da prostituição não é nova. Mas ela surge com maior evidência na última década, mesmo entre as feministas, ao contrário das idênticas posições assumidas pelas feministas do início do século xx, onde a luta contra a regulamentação da prostituição estava associada à luta pela «igualdade e dignidade» das mulheres. Contudo, quando se fala de prostituição, as vozes das mulheres que ganham a vida vendendo serviços sexuais nem sempre é ouvida. «Nem vítimas, nem escravas» constituiu um dos principais *slogans* da manifestação que ocorreu em Fevereiro de 2002 em Madrid. Prostitutas reclamaram direitos como trabalhadoras

autónomas, recusando continuar a ser vistas como vítimas pelas instituições. Desta forma, afirmam: «Há que legislar sobre a prostituição, mas tendo em consideração as opiniões das implicadas.»[788]

«O termo prostituta não é usado para referir um grupo ocupacional que ganha a vida fornecendo serviço sexuais. É usado como descrevendo uma categoria de mulheres que ameaça a saúde pública, a moral, a estabilidade social e cívica. Encontramo-nos assim a ser alvo de impulsos moralistas dos grupos sociais dominantes, através de missões de limpeza e saneamento, tanto materiais como simbólicas. As organizações de caridade estão dispostas a colocar-nos em casas seguras, em reabilitar-nos através de actividades mal remuneradas.»[789]

Nas décadas de 1980 e de 1990 começaram a surgir organizações de defesa dos direitos das prostitutas, que tiveram influência numa diferente reflexão feminista sobre a prostituição concebida como «um acto de autodeterminação sexual, expressão do estatuto da igualdade das mulheres e não um sintoma da sua subjugação»[790]. Citam-se como exemplo, o colectivo HETAIRA de Madrid, a POWER do Canadá, a HYDRA da Alemanha, o Colectivo Inglês de Prostitutas, o Colectivo Francês de Prostitutas.

Cristina Garaizabal do colectivo HETAIRA[791] considera que falar-se de feminismo e prostituição é falar de realidades conflituantes, porque, em geral, as prostitutas sentem-se censuradas pelas feministas e porque para as feministas a existência de prostituição constituiu um atentado aos direitos das mulheres. Esta conflitualidade teria origem em diversas questões: desconhecimento da realidade das prostitutas e tendência para falar na generalidade; a consideração da sexualidade como algo sagrado; a ideia de que as prostitutas são vítimas e o juízo de valor de tal actividade comporta indignidade (GARAIZABAL, 2001).

Actualmente, na Europa, as posições variam entre a visão da prostituição como uma prestação de serviços, caso da Holanda, e o modelo de punição do cliente utilizado na Suécia. A italiana Pia Covre, uma das promotoras do Comité para os Direitos das Trabalhadoras do Sexo, alertava, em 2006, no seminário «Violência e Patriarcado» realizado em Trieste, que não se

pode confundir «trabalho sexual» com «actos sexuais coercivos». No Manifesto, apresentado junto do Parlamento Europeu, em 2005, podia ler-se: «Vivemos numa sociedade cujos serviços são vendidos e comprados. O trabalho sexual é um desses serviços. Fornecer serviços sexuais não pode ser criminalizado. Por definição, “trabalho sexual” é sexo de comum acordo. O sexo não consensual não é trabalho sexual, mas sim violência ou escravidão sexual. [...] Infelizmente acontece que as trabalhadoras sexuais sofrem abusos e violências, porque são socialmente discriminadas. [...] Oferecer serviços sexuais não é um convite a actos violentos. [...] Exigimos o fim da discriminação e do abuso sobre nós. A falta de credibilidade das trabalhadoras sexuais deve terminar. Os crimes contra nós têm de terminar. A legislação restritiva contribui para a discriminação, estigma e abuso.» (COVRE, 2006.)

Nas jornadas «A prostituição em debate. Pelos direitos das prostitutas», organizadas pelo colectivo HETAIRA em Maio de 2004, no manifesto aprovado podia ler-se: «Que se reconheça e respeite a dignidade das prostitutas e a sua capacidade de decidir, sem coacções. Que se estabeleça, tendo em conta a voz das próprias prostitutas, espaços públicos onde elas possam exercer livremente a prostituição. Que se persiga de forma eficiente as máfias que obrigam e forçam as mulheres a prostituírem-se e as exploram em regime de escravidão.»[\[792\]](#)

Em Portugal, num curso livre sobre feminismos com o tema: Prostituição/Serviços Sexuais, promovido pela UMAR em 2008¹⁶⁸, o investigador social Manuel Carlos Ferreira da Silva, da Universidade do Minho, referia que no projecto «Prostituição Feminina em Zonas Fronteiriças do Minho e de Trás-os-Montes» (2005), tinha sido de grande importância o trabalho no terreno junto das mulheres prostitutas para ouvir as suas opiniões. Ele próprio tinha evoluído de uma posição abolicionista para uma posição de «regulamentação destigmatizante», a «única capaz de defender os direitos das mulheres prostitutas».

Um pouco de história

O orador ateniense Apolodoro proclamava: «Temos raparigas para o prazer, amantes para o refrigério diário dos nossos corpos, mas esposas para nos darem filhos legítimos e olharem pela casa.»[\[793\]](#) Este diferente estatuto das mulheres, entre «objecto de prazer» e «fêmea procriadora» prolongou-se ao longo dos séculos. O amor entre marido e mulher devia ser suficientemente comedido. À mulher era negado o prazer, porque uma relação sexual no casal que pudesse despertar na mulher uma maior exaltação, poderia significar fazer dela uma prostituta.

Segundo o historiador José Mattoso, em Portugal, nos séculos XIV e XV a prostituição das mulheres era vulgar e aceite[\[794\]](#). A própria Igreja em plena Idade Média oscila quanto ao posicionamento face à prostituição[\[795\]](#). Por um lado era condenada, mas por outro lado defendia-se a sua utilidade para evitar que as «pressões sexuais» masculinas fossem dirigidas às «mulheres sérias». Esta concepção de salvaguarda das mulheres sérias serviu de base à defesa da prostituição como uma instituição social de serviço público, que deveria ser «tolerada» e regulada.

O sistema de regulação estatal vigorou ao longo de grande parte do século XIX em praticamente todos os países europeus: registo de prostitutas, exames médicos obrigatórios pagos pelas próprias, internamento compulsivo em instituições quando estivessem infectadas com doença venérea. Os homens, envolvidos na qualidade de clientes, ficavam de fora já que a raiz de todo o mal (a sífilis) estaria na mulher. A primeira regulamentação da prostituição surgiu em Portugal em 1853 (Regulamento sanitário das meretrizes do Porto). Em 1858 surgiu uma regulamentação mais geral que obrigava as prostitutas a matricular-se num livro de registo na repartição da Polícia ou no Governo Civil[\[796\]](#). O regulamentarismo vai manter-se em Portugal até 1962, altura em que a prostituição é proibida, apesar dos dois congressos abolicionistas realizados em Portugal, na década de 1920, por influência do movimento que surgiu na Europa a partir dos finais do século XIX.

Este movimento contra o regulamentarismo impulsionado pelas feministas, que consideravam a prática da prostituição uma escravatura

humana foi fundado por Josefine Butler uma feminista da Federação Abolicionista Internacional, que afirmava em 1875: «Se a prostituição é uma necessidade social, uma instituição de saúde pública, então os ministros, os perfeitos da polícia, os altos funcionários, os médicos que a defendem, faltam a todos os deveres, não lhes consagrando as suas filhas.»^[797] A noção de «mal necessário» era condenada porque implicava uma desigualdade entre homens e mulheres já que se isentava os homens da reprovação social enquanto as mulheres envolvidas eram estigmatizadas.

As campanhas abolicionistas reuniram milhares de mulheres. As vertentes moralista e higienista estavam presentes, mas também emergiam posições feministas mais avançadas que punham em causa a forma como era encarada a sexualidade masculina: algo de incontrollável. Surgiu, assim, um primeiro cenário público de debate das mulheres em torno do tema tabu da sexualidade e dos seus direitos neste campo. «A mobilização das mulheres feministas das classes médias, em defesa das prostitutas provenientes da classe operária, marcou uma aliança interclassista de cariz feminista.» (NASH, 2004:104.) A intervenção do Estado sobre a prostituição apenas pretendia a limpeza sanitária imposta policialmente às prostitutas e não a melhoria das suas condições sociais. Foi esta política discriminatória que motivou uma crescente mobilização feminista em torno deste problema.

Em Portugal, o 1.º Congresso Feminista e da Educação, organizado em 1924, pelo Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas discutiu e aprovou uma tese sobre abolicionismo apresentada por Arnaldo Brandão, baseada nos seguintes aspectos: «O Estado não reconhece a prostituição como modo de vida, constata os males por ela produzidos e procura os seus remédios; a prostituição não é um delito; a regulamentação da prostituição ou outra qualquer medida excepcional contra a mulher, por ineficazes, por imorais, por degradantes e por um rudimentar princípio de equidade devem ser abolidas.» Importa salientar que, não só em Portugal como noutros países, surgiu uma articulação entre a luta pelo sufrágio, a independência económica e a abolição da prostituição^[798].

A Liga Portuguesa Abolicionista realizou com a colaboração do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas dois congressos abolicionistas em 1926 e em 1929. O movimento abolicionista considerava (e considera) a prostituição como uma escravatura incompatível com a dignidade das pessoas, colocando a prostituta na situação de vítima, que não deve ser punida, mas sim incentivada a deixar a prostituição e a inserir-se socialmente. A prostituta não é punida, mas sim a exploração comercial da prostituição ou a actividade de proxenetismo.

A 2 de Dezembro de 1949 foi aprovada pelas Nações Unidas a Convenção Internacional para a repressão do tráfico de seres humanos e da exploração da prostituição de outro, que nos seus Artigos 1.º e 2.º determina punir todas as pessoas que exploram a prostituição de outra pessoa, mesmo consentida, assim como todos os que contribuem para abrir estabelecimentos orientados para a prostituição. No preâmbulo declara-se que a prostituição é incompatível com a dignidade da pessoa humana.

Em Portugal, o Decreto-Lei n.º 44 579, de 19 de Setembro de 1962, proíbe o exercício da prostituição. As mulheres que vivessem da prostituição passavam ser perseguidas, sendo que a lei também punia o proxenetismo. O proibicionismo não fez diminuir a prostituição em Portugal, antes agravou as condições das prostitutas, que passaram a ser sujeitas a vários perigos de agressão, assaltos, para além das rusgas da polícia e da chantagem que muitos agentes faziam sobre elas. Segundo Alexandra Oliveira, nos testemunhos que recolheu, muitas mulheres queixavam-se dos abusos sexuais dos polícias onde, muitas vezes, a liberdade delas era negociada tendo como moeda de troca relações sexuais não-pagas (OLIVEIRA, 2004:32). Só em 1982, o Decreto-Lei n.º 400/82 despenaliza o acto prostitutivo e criminaliza-se o lenocínio. A exploração da prostituição é, deste modo, um crime punido de seis meses a cinco anos de prisão, segundo o Artigo 170.º do Código Penal[799].

A Associação Ninho actua, desde 1967, junto das mulheres vítimas de prostituição. Intervém, ainda, junto da opinião pública e dos poderes instituídos, sobre os problemas da prostituição numa perspectiva abolicionista. Existem outras estruturas de apoio às mulheres que fazem

prostituição. É o caso do Espaço Pessoa, da Associação para o Planeamento da Família, que realiza um trabalho de acompanhamento em matéria de cuidados de saúde sexual e reprodutiva. Constitui também exemplo de intervenção junto de quem exerce a prostituição o programa Saúde Autoestima da responsabilidade da Administração Regional de Saúde do Norte, criado em 1998 com o intuito de oferecer serviços médico-sociais nos seus quatro centros de aconselhamento localizados em Braga, Guimarães, Matosinhos e Viana do Castelo. Este programa tem ligação à Fundação TAMPEP – Rede Europeia para a prevenção do VIH/SIDA e promoção da saúde junto de trabalhadoras e de trabalhadores do sexo que sejam migrantes.

Os sistemas jurídicos e políticos de enquadramento da prostituição

Têm-se configurado três sistemas, embora nos últimos tempos, por influência da posição dos países nórdicos face às questões de prostituição, se comece a falar de um quarto sistema.

O sistema proibicionista que considera a prostituição um crime a erradicar e, deste modo, condena todos os elementos envolvidos: prostituta, proxeneta e cliente. Existe nos EUA, na China, em Malta, na Eslovénia e em outros países do Leste Europeu. São os sectores mais conservadores e puritanos da sociedade que defendem este modelo. Esta proibição não elimina a prostituição, antes favorece a sua clandestinidade.

O sistema abolicionista que tem tido forte apoio de correntes feministas, considera que a prostituição é uma forma de violência sobre as mulheres, que restringe as suas liberdades e cidadania. Desta forma, considera as prostitutas vítimas desse sistema de exploração, procura reintegrá-las socialmente e condena quem vive da prostituição de outro: o proxenetismo. A maioria dos países europeus situa-se neste sistema. Contudo, as posições feministas pelo abolicionismo misturam-se, em alguns casos, com elementos de conservadorismo vindos de outros sectores da sociedade.

O sistema regulador ou regulamentarismo que na sua versão mais tradicional considera a prostituição como um fenómeno social não

erradicável e, como tal, afirma que é preciso limitar os danos que pode causar na sociedade, regulamentando-o. Deste modo, desde que se cumpram as regras estabelecidas pelo Estado não existe penalização da prostituta que é encarada como uma prestadora de serviços, do cliente que é considerado um consumidor e ainda de quem faz desta actividade um negócio. Países que utilizam este sistema: Áustria, Grécia. Neste último país, é enorme o controlo estatal sobre as prostitutas, que são obrigadas a três exames médicos mensais mediante a apresentação de um livrete e as que se encontram registadas não se podem casar.

Uma visão mais moderna deste sistema procura que as mulheres que vivem da prostituição possam ter um enquadramento legal, conferindo-lhes direitos e deveres associados a essa actividade: acesso aos sistemas públicos de saúde, segurança social, associação, cobrança de impostos. Países como a Alemanha e a Holanda têm vindo a aplicar este modelo. Contudo, existe uma variante neste sistema, orientada para uma menor estigmatização de quem vive desta actividade. Fala-se, então, de descriminalização. A prestação de serviços sexuais não deveria ter uma regulamentação especial, mas ser aplicado a quem trabalha nesta actividade os direitos laborais iguais aos de outros trabalhadores. É o caso da Holanda, sendo que a lei holandesa não se aplica às mulheres imigrantes, quando mais de metade das prostitutas são estrangeiras. Segundo a jornalista e investigadora Sofia Branco, neste país, há grupos de pressão muito fortes e as prostitutas têm-se organizado em associações. A postura mais assumida é pela normalização do trabalho sexual, como um trabalho com direitos[800]. Segundo o investigador Manuel Carlos Silva, da Universidade do Minho, no livro *Vidas na Raia. Prostituição Feminina em Regiões de Fronteira* (2008), devia optar-se em Portugal por um sistema de regulamentação não estigmatizante.

Tem-se falado, ultimamente, de um quarto sistema: o «novo abolicionismo do século XXI». Impulsionado pela Suécia[801], o «novo abolicionismo» assentaria nos seguintes pressupostos: luta contra o «sistema que sustenta a prostituição» e não propriamente contra a prostituição; protecção jurídica da pessoa prostituída (no caso de mulheres

imigrantes colocá-las sobre o sistema de refugiados políticos); penalização do proxenetismo ou qualquer tipo de exploração comercial de prostituição; penalização e consciencialização dos clientes, passando o cliente a ser o alvo principal das medidas a implementar: multas, prisão, educação sexual. A ideia central defendida por este movimento é que no abolicionismo do século passado, o cliente ficava invisível, dado que os homens são educados para dominar pela força, pelo dinheiro, pelo sexo. Nesta nova forma de abolicionismo seriam eles o alvo fundamental, pois se não existissem clientes não haveria prostituição. Reconheça-se que, apesar de ainda não existir uma avaliação aprofundada destas medidas, surgem alguns dados que indicam que a clandestinidade aumentou com consequências graves para a vida das mulheres que se prostituem e, ainda, que muitos homens suecos vão procurar este serviço a outros países.

Indústria e comércio do sexo

Em 1998, um Relatório da Organização Internacional do Trabalho apelou ao reconhecimento económico da indústria do sexo, dada a sua expansão no Sudeste Asiático e a sua contribuição para o PNB desses países. Este reconhecimento englobava uma extensão dos direitos do trabalho para quem vivia dessa actividade, reconhecendo a necessidade de legalizar a indústria do sexo para se poder controlar os abusos e o crime organizado. «O trabalho do sexo tomou a dimensão de uma indústria [...]. No Sudeste Asiático 1,5% da população feminina vive desta actividade de forma ilegal [...]. Se o sector do sexo for reconhecido como um sector da economia, os governos poderão agir sobre as dimensões criminosas desta indústria [...]. Para os adultos que escolherem o trabalho sexual, as preocupações dos políticos devem centrar-se na melhoria das condições de trabalho, na protecção social, assim como garantir idênticos direitos laborais aos dos outros trabalhadores.» (Relatório da OIT.)

Este relatório da OIT foi fortemente atacado, em 1991, pela Coligação contra o Tráfico de Mulheres, na pessoa da sua vice-coordenadora: Janica Raymond com base nos seguintes argumentos: o reconhecimento por parte

da OIT da prostituição como um trabalho legítimo irá levar os governos a deixar de investir em empregos para as mulheres que lhes garantam dignidade e melhores condições de vida; reforça a posição que define as mulheres como fornecedoras de serviços sexuais, perpetuando as desigualdades de género. Trata-se ainda de «um atentado à saúde das mulheres, dado que a prostituição tem um efeito destruidor sobre as suas vidas e saúde (violência, desequilíbrios psicológicos, doenças sexuais)». Significa «legalizar uma forma de escravatura, dado que a prostituição é ela própria um abuso, uma exploração e uma instituição de opressão».

Em todos estes argumentos estão bem presentes as ideias que têm vindo a sustentar o movimento abolicionista, partilhadas por uma corrente feminista que tem tido peso nas instâncias internacionais, como foi o caso da Conferência de Pequim, onde não foi considerada a proposta de distinguir «prostituição forçada» de «prostituição de livre escolha». É um facto que não sendo novo o comércio internacional das mulheres para fins de prostituição, a globalização neoliberal tem-no tornado mais activo. Sabe-se ainda que «o recurso ao turismo como actividade principal nos países desfavorecidos está ligado ao turismo sexual e, logo, ao tráfico de mulheres»[\[802\]](#). Também noutros países europeus, o turismo sexual é uma actividade crescente. Na Holanda, em 1994, estimava-se que cerca de metade das mulheres que viviam da prostituição em Amesterdão eram estrangeiras, originárias da América-Latina, Europa do Leste e Sudeste Asiático. Segundo a jornalista Claudine Legardinier, «o turismo sexual é uma das formas contemporâneas de pilhagem dos países pobres. A preços módicos, entrega mulheres e crianças aos homens dos países ricos. Os corpos são um novo território a colonizar»[\[803\]](#).

Em Portugal, o desenvolvimento de ofertas especializadas de turismo pode vir a ter como base o turismo sexual. Colocam-se assim, duas possíveis origens nas pressões para a legalização da prostituição: uma, que terá como base os direitos das mulheres que vivem da prostituição e que se sentem marginalizadas e estigmatizadas, dado que o sistema abolicionista fecha os olhos à sua situação, procurando apenas a via da «reintegração», nem sempre aceite por muitas delas; outra, que surge dos sectores ligados

ao desenvolvimento da indústria do sexo e do turismo sexual para os quais a legalização significa a possibilidade de abertura legal de bordéis, a proliferação de negócios florescentes nesta área e o controlo das prostitutas.

O que se entende por legalização da prostituição

«Legalização da prostituição» é uma expressão pouco clarificadora. Há quem se interroge sobre o que significa «legalização». Uma alternativa à criminalização? O controlo do Estado sobre as prostitutas e o negócio da prostituição, com a imposição de zonas restritas, controlos sanitários, legalização de estabelecimentos? A descriminalização da prostituição, tendo em conta o direito da prostituta exercer essa actividade de forma autónoma, de se associar para tal e de possuir direitos e deveres inerentes a uma actividade profissional?

Para muitas prostitutas, «legalização» significa acantonamento em certas zonas e criação de guetos; estigmatização ainda maior, controlos sanitários obrigatórios sem que os clientes sejam submetidos a qualquer tipo de controlo de saúde; níveis de fiscalidade muito elevados. «Os movimentos de prostitutas e outros activistas dos seus direitos consideram que existe uma grande diferença entre as políticas que tentam regulamentar as prostitutas e aquelas que tentam regulamentar o negócio da prostituição (opõem-se às primeiras e apoiam as segundas). Defendem uma legalização diferente da regulamentação. Sustentam que as leis que regulamentam a prostituição são, geralmente, arbitrárias, discriminatórias e hipócritas e que a base da mudança legislativa deve ser os direitos das pessoas que se prostituem. O direito, a prostituírem-se, com acesso aos direitos laborais, sem leis, nem estatutos especiais.»[\[804\]](#) Em Portugal, as mulheres que vivem da prática da prostituição não têm criado associações que defendam os seus direitos, pelo que não se conhecem as suas posições sobre o tipo de legalização que pretendariam ou sobre a forma mais ajustada de defesa dos seus direitos[\[805\]](#). As posições abolicionistas têm peso nas feministas portuguesas. A Plataforma Portuguesa pelos Direitos das Mulheres que

integra o Lobby Europeu de Mulheres assume a posição desta organização europeia que apresenta um conjunto de razões para a não legalização da prostituição entre as quais: a legalização: «é um presente para os traficantes e para a indústria do sexo»; «não promove a saúde das mulheres»; «aumenta a procura da prostituição e o tráfico sexual»; «aumenta a clandestinidade e a prostituição de rua»[806]. Considera, ainda, esta organização que a prostituição e o tráfico são realidades inseparáveis e não reconhece qualquer distinção entre «prostituição forçada» e «prostituição voluntária».

Para quem defende a legalização da prostituição, um quadro legal que confira direitos às mulheres que vivem da prostituição pode garantir-lhes maior protecção contra as redes criminosas de tráfico e dar-lhes maior poder para impor algumas regras nos serviços que prestam. Embora a ligação entre tráfico de mulheres e prostituição exista (3/4 das mulheres traficadas são destinadas a prostituição), as defensoras da normalização do trabalho sexual, consideram que nem todo o tráfico de seres humanos é destinado a prostituição, pelo que se devem analisar estas duas realidades em separado para que as medidas contra o tráfico de seres humanos sejam de facto eficazes.

Segundo a investigadora Ana Lopes: «As campanhas actuais contra o tráfico de mulheres têm como modelo e percursos históricos o movimento e as campanhas de erradicação do que então era conhecido por «escravatura branca». [...] Assim o activismo antitráfico tornou-se a arena principal na qual se disputam diferenças ideológicas sobre prostituição. Por um lado, as organizações e feministas que consideram toda a prostituição como sendo tráfico, por outro lado as organizações e as feministas que consideram o tráfico como um problema laboral [...]»[807]. Estas últimas têm a opinião de que a melhor forma de proteger as prostitutas, mesmo perante o tráfico é considerar a prostituição um trabalho.

Dolores Juliano, professora na Universidade de Barcelona, considera que o regime de proibição directa ou indirecta vigente na maioria dos Estados cria um mercado clandestino monopolizado pela delinquência organizada que expõe as pessoas implicadas, em especial as imigrantes à

violência e marginalização[808]. Afirmar, ainda, que a legislação sobre o trabalho sexual deve incluir: reconhecimento social da legitimidade de opção; protecção efectiva contra as máfias e qualquer violência; protecção para as trabalhadoras autónomas; facilidades para a sua auto-organização e empoderamento; acesso a serviços de saúde e formativos; direito de residência para as imigrantes; nas actividades por conta alheia, clarificação e regulação das obrigações patronais[809].

Os diferentes posicionamentos das feministas

«Existem contradições entre diferentes correntes no movimento feminista internacional quanto às posições sobre a prostituição.»[810]

Nas décadas de 1970 e 1980, para a corrente feminista socialista-marxista as causas da prostituição estavam nos sistemas capitalista e patriarcal, pelo que só eliminando estas estruturas se poderia eliminar um fenómeno tão «degradante» para as mulheres. Para a corrente do feminismo radical a prostituição era entendida como um sistema de controlo da sexualidade feminina, através de um poder despótico dos homens. Não se trata apenas de uma consequência dos sistemas capitalista e patriarcal, mas de um mecanismo de opressão masculina. No feminismo radical vão-se registando posicionamentos diferentes, afirmando que não são apenas as prostitutas que estão sujeitas a relações de dependência sexual. Segundo B. Sullivan, há feministas que nos anos 80 consideram que o sexo funciona como moeda de troca nas relações de dependência económica das mulheres no seio do casamento[811]. Considero, portanto, que nem todo o feminismo radical seguiu uma linha abolicionista face à prostituição. Até, porque no decurso dos anos 70 e 80, nos EUA e em Inglaterra, as prostitutas começaram a organizar-se contra a criminalização feita pelo Estado e contra o assédio das forças policiais. Identificavam-se como trabalhadoras do sexo e exigiam que a prostituição fosse reconhecida como trabalho. Tiveram o apoio de algumas organizações feministas da época. A primeira organização a lutar pelos direitos das prostitutas formou-se em 1973, nos EUA, e designava-se por COYOTE (Call Off for Your

Old Tired Ethics). Embora a maioria das feministas radicais da década de 1970 considerasse a prostituição como uma violência contra as mulheres, que se deveria resolver retirando as mulheres da prostituição, existiram outras posições nesta corrente radical que defendiam que a prostituição fosse legalmente e socialmente reconhecida como trabalho[812].

Depois dos anos 80, a tensão ideológica e estratégica entre as feministas que reconheciam a prostituição como uma actividade e as que a definiam como uma violência contra as mulheres, levou a uma grande clivagem no movimento feminista internacional. «Enquanto as primeiras lutavam ao lado das prostitutas contra as condições de exploração e violência no seio da indústria do sexo, as segundas batiam-se para que o Estado interviesse de forma mais rigorosa para interditar esta indústria» (PHETERSON, 2000:169). As posições abolicionistas continuam a ser fortemente defendidas tanto por posições conservadoras e moralistas, como por correntes do feminismo internacional que consideram a legalização da prostituição como uma cobertura legal à escravatura sexual sobre as mulheres.

A corrente feminista liberal e institucional muito representada nas instituições europeias e em organizações como o Lobby Europeu de Mulheres têm realizado campanhas contra a prostituição associando-a ao tráfico para fins de escravatura sexual. Nessa medida, argumentam que a distinção entre «prostituição forçada» e «prostituição livre» é uma abstracção e que a prostituição não pode ser equiparada a uma profissão, pois o corpo não pode ser objecto de uma transacção financeira. Consideram que as prostitutas devem ser olhadas como vítimas e tudo deve ser feito para as retirar da prostituição. Afirmam ainda: «Se as mulheres sofrem violências na prostituição não é porque as leis não as protejam, mas porque o uso das mulheres por parte dos homens na prostituição é o reflexo de uma cultura de dominação das mulheres.»[813] Por vezes, as posições moralistas e conservadoras interligam-se com posições feministas abolicionistas e formam um arco político que vai da direita a alguns sectores da esquerda na «luta contra a prostituição». Em 2005, o deputado Nuno Santos do CDS/PP afirmava que a prostituição era um mal e «um

mal não se legaliza, o que não significa que a prostituição não tenha que ser combatida nas suas causas». A deputada Odete Santos, considerava que «as ideias pró-legalização são retrocessos e têm surgido sob o aspecto falso e medidas progressistas e, ainda, aquilo que contribui para a degradação do ser humano não é trabalho».[814]

Em Portugal, a corrente abolicionista tem expressão numa das mais antigas associações que trabalha com mulheres prostitutas: a Associação Ninho[815]. A socióloga Inês Fontinha[816], presidente da associação, coloca em causa que possam existir mulheres que entrem na prostituição por decisão própria: «Não conheço nenhuma mulher que goste ou queira ser prostituta. [...] Não se legaliza algo que é contra os direitos humanos. Não há vazio legal. Temos um sistema abolicionista, que imperou na Europa durante muitos anos.»[817] A Associação Ninho faz o acompanhamento das prostitutas e dos seus agregados familiares sempre numa perspectiva de reinserção social, ou seja, de apoio à construção de um projecto de vida diferente.

Segundo Ana Lopes e Alexandra Oliveira[818], ambas investigadoras na área da prostituição, «as feministas deviam ser, sem dúvida, aliadas fundamentais das trabalhadoras sexuais em vez de defenderem políticas que são prejudiciais ao próprio grupo que, a nosso ver, erradamente chamam de “vítimas”»[819]. Estas duas investigadoras organizaram a 17 de Dezembro de 2005, no Porto, um encontro de «trabalhadoras do sexo» para analisar o documento «Manifesto dos Trabalhadores do Sexo», elaborado em Outubro desse ano, durante a Conferência Europeia do Trabalho Sexual, Direitos Humanos, Laborais e Migração, realizada em Bruxelas. Este documento foi assinado por 120 profissionais de 20 países. Na reunião do Porto estiveram presentes 20 pessoas. Foram recolhidos depoimentos de violência, que se abate sobre as mulheres que fazem prostituição de rua. No estudo realizado por Alexandra Oliveira, em 2002[820], 75,8% das prostitutas de rua no Porto tinham sido alvo de agressões físicas, sendo 78% das agressões praticadas por clientes.

Diversas correntes do feminismo têm-se vindo a distanciar das posições abolicionistas por pensarem que estas estão desajustadas da realidade

actual. Deste modo, poderemos distinguir diversos tipos de posicionamentos feministas neste campo. As feministas que não perfilham as opiniões das abolicionistas, quanto à vitimação das mulheres que vivem da prostituição, mas não deixam de considerar que o sistema da prostituição assenta numa relação de domínio sexual dos homens sobre as mulheres e que, como tal, perpetua desigualdades de poder entre os sexos. Aceitam, contudo, que existam mulheres que optem por ter uma actividade pessoal na área da prostituição e que, por esse motivo, não devem ser marginalizadas. Estas feministas pensam que as posições abolicionistas fecham os olhos à situação das prostitutas ao não lhes criarem condições para que estas possam ter segurança social e direitos capazes de reforçar a sua autonomia e lutar contra o proxenetismo e o arbítrio dos clientes. Deste modo, concordam numa legalização da prostituição que confira direitos às mulheres que prestam serviços sexuais de forma autónoma, sem fomentar o negócio e o acantonamento em zonas específicas. O tráfico deve ser fortemente combatido assim como a exploração forçada da prostituição. Posicionam-se contra o turismo sexual e a indústria do sexo. Consideram, ainda, que devem ser criadas condições sociais e económicas para quem quiser sair da prostituição.

Uma outra posição situa-se numa outra perspectiva. A da normalização da actividade como trabalho sexual. Vender a força de trabalho ou vender sexo colocam-se na mesma dimensão. Estabelecimentos e zonas francas podem ser regulamentados pelos governos, assim como o controlo das trabalhadoras do sexo em termos de saúde, mas também de direitos laborais, pois são estes que permitem que as prostitutas lutem contra situações de exploração, numa perspectiva de mercado de trabalho. Contudo, há quem considere que esta concepção, branqueia a prostituição como um modelo de dominação masculina da sexualidade e produz uma aceitação acrítica da «naturalização» das «necessidades sexuais dos homens», não equacionando a desconstrução da própria masculinidade dominante.

Todavia, uma outra corrente argumenta que a legalização da prostituição poderá conduzir a uma maior libertação sexual das mulheres, porque esta

dinâmica de dominação masculina poderá vir a ser alterada, à medida que as mulheres ganhem maior poder sobre a sua sexualidade. Camille Paglia defende que a prostituta é dona da sua esfera sexual e que a sua sexualidade não pertence a nenhum homem (PAGLIA, 1997).

Cristina Garaizabal, do colectivo HETAIRA, afirma que lutar contra o estigma das prostitutas é questionar um dos pilares da ideologia patriarcal: a ideia de que existem «boas» e «más» mulheres, uma catalogação das mulheres em função da sexualidade. «Socialmente espera-se que as mulheres sejam controladoras do seu desejo e do desejo masculino, que sejam recatadas sexualmente. Que tenhamos uma sexualidade menos explícita que a dos homens. As mulheres que manifestam a sua sexualidade abertamente e incitam os homens, que são independentes economicamente, que cobram pelo que fazem, que são elas que estipulam o preço, que negociam o tipo de serviço são transgressoras das normas sociais. No imaginário colectivo, a prostituta representa o proibido. Parece que nos podemos aproximar das prostitutas se elas forem indefesas, vítimas da maldade dos homens, mas não quando as vemos autodeterminadas pelo que fazem.» (GARAIZABAL, 2001.)

Há quem argumente que esta é uma posição «lírica» sobre a prostituição, distanciada do sistema de dominação patriarcal que a sustenta. Sexualidade livre e sexo como acto mercantil diferem, na medida em que, a primeira situação pressupõe igualdade entre os sexos, enquanto a prostituição pressupõe a subjugação das mulheres ao domínio sexual masculino. Essa subordinação sexual das mulheres acontece em muitas situações, mesmo na vida familiar, mas essa subjugação não está institucionalizada como um comércio que retira lucros de uma relação desigual.

Para algumas feministas, a prostituição assenta num sistema secular de domínio sexual dos homens sobre as mulheres, que perpetua as desigualdades de género.

Françoise Collin, apesar de considerar que existem diferentes estatutos sociais na prostituição, afirma: «Je m'intéresse surtout au statut politique et symbolique du phénomène prostitutionnel comme tel, au rôle que la prostitution joue dans la définition du monde commun» e de como a sua

prática persistente pode minar a igualdade entre mulheres e homens (COLLIN, 2005:67). Embora o fenómeno da prostituição seja hoje muito mais complexo, pela diversidade de pessoas que exercem esta actividade, esta continua a existir na esmagadora maioria das situações para «uso» dos homens. Muitas feministas consideram também que as posições abolicionistas, que tiveram o seu percurso histórico, estão hoje desajustadas da realidade. Ao colocarem a tónica na vitimação das mulheres apontando-lhes apenas o «caminho» da saída da prostituição, quando muitas delas podem querer optar por esse modo de vida, conduzirá a que não sejam consignados direitos para as mulheres que exercem esta actividade. Trata-se, assim, de aceitar que existam mulheres marginalizadas, estigmatizadas, sem direitos o que não condiz com uma perspectiva feminista de defesa dos direitos de todas as mulheres. Afirmam ainda, que o assumir posições moralistas de indicar o «caminho» às pessoas também não condiz com a liberdade individual, embora se saiba que a chamada «livre escolha» está condicionada por muitos factores, nestas circunstâncias. Posicionam-se por medidas que garantam direitos a quem vive da prostituição, mas de modo a que o negócio não seja fomentado pela legalização de estabelecimentos e pelo controlo estatal sobre as prostitutas. As que optem por exercer esta actividade deveriam ter direitos que lhes permita maior autonomia, evitar o proxenetismo e estabelecer regras sobre os clientes. As que optarem por sair da prostituição deveriam ter condições para tal. O combate ao tráfico para prostituição «forçada» deveria desmontar as redes criminosas que actuam nesta área.

Para a investigadora Maggie O'Neill, é preciso criar espaços para as vozes das mulheres prostitutas de modo a compreender as suas experiências de vida e a examinar a relação entre as suas experiências e a de outras mulheres: «As far as prostitute women are concerned we need to move away from this idea that prostitute women are deviants or “other”.» Afirmam, ainda, que como mulheres nós somos diferentes em termos de idade, classe social, raça, trabalho ou orientação sexual e referindo Haraway (1991), nós somos múltiplos sujeitos que desenvolvemos

diferentes perspectivas ou formas de ver, em diferentes situações da nossa vida: «Caraway emphasizes complexity, the creation and recreation of identities and categories indicative of the movement from industrial society to a «polymorphous» information system. My experience has shown me that prostitute women are ordinary women.»[\[821\]](#)

Prescilla Alexander, no seu artigo: «Prostitution: a difficult issue for feminists», afirma: «Seja o que for que pensemos sobre prostituição, as mulheres têm o direito a pensar por si próprias se querem ou não trabalhar na prostituição e em que termos. Elas têm o direito de trabalhar como *freelancers*, como enfermeiras, escritoras, médicas, etc. Elas têm direito a relacionamentos, inclusive relações em que elas são o único suporte de outra pessoa, enquanto esse relacionamento for aceitável para ambas as partes. Elas têm direito a uma existência humana preenchida. Como feministas temos de ter clareza nisto. Temos de acabar com a separação entre “prostitutas” e “senhoras”.»[\[822\]](#)

O tráfico de mulheres

O tráfico de seres humanos envolve, no mundo actual, cifras financeiras só comparáveis ao tráfico de armas ou de drogas[\[823\]](#). O tráfico abrange, anualmente, cerca de 4 000 000 de mulheres. No que se refere a Portugal, os dados apontam para 5000 mulheres traficadas ou sequestradas[\[824\]](#). Em virtude de uma crescente feminização da pobreza as mulheres e as crianças estão sujeitas a situações de exploração laboral e sexual, mais vulneráveis às redes de tráfico de seres humanos. Só em 2002 foram encaminhadas para a Europa 500 000 mulheres. A Organização Internacional das Migrações estima que as redes internacionais de tráfico envolvam milhões de mulheres e crianças a quem são negados direitos humanos fundamentais. «A situação de ilegalidade que acompanha estas mulheres, que as oculta da sociedade, o medo da extradição, a violência por parte das máfias ou dos proprietários dos seus contratos, o temor de regressar às suas comunidades de origem, formam um círculo cerrado que as remete ao silêncio.» (MENDOZA, 1999:12.)

Segundo Malka Marcovich, que se tem dedicado ao estudo do tráfico de

mulheres, este fenómeno permanece ligado à prostituição e a todas as outras formas de exploração sexual, «inserindo-se no conjunto das violências masculinas e nas discriminações que se abatem sobre as mulheres» (MARCOVICH, 2007). Contudo, existem outras posições tendentes a separar o tráfico da prostituição, na medida em que o tráfico só deve estar ligado à prostituição, quando esta for considerada «forçada». É o caso da Global Alliance Against Trafficking in Women (GAATW) e de instituições internacionais, que passaram a utilizar a expressão «prostituição forçada», sendo só nestas condições que o tráfico se pode ligar à prostituição. A argumentação tem tido como base o facto do tráfico ser um crime que todas as pessoas condenam, enquanto a prostituição é uma questão polémica.

As Nações Unidas definem o tráfico de pessoas como «o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou ao uso de força ou a outras formas de coacção, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou de situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tem autoridade sobre outra, para fins de exploração. A exploração deverá incluir, pelo menos, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, a escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a extracção de órgãos»[\[825\]](#).

Este conceito torna-se mais abrangente, na medida em que se considera que o tráfico não se destina apenas a prostituição, mas também a outros trabalhos de servidão ou de exploração escrava da mão-de-obra traficada. No caso do Código Penal Português, o tráfico é apenas considerado para fins de prostituição[\[826\]](#). Embora se conheça o grande peso do tráfico de mulheres e crianças para fins de prostituição, o certo é que nem toda a prostituição tem origem no tráfico e que existe muito tráfico destinado a outros fins de escravidão e exploração: a servidão ou escravatura doméstica e o tráfico de órgãos.

A escravatura doméstica consiste na colocação por coacção de pessoas em trabalhos domésticos sem remuneração, privadas de liberdade e num

contexto de violências. Algumas mulheres ou jovens raparigas são isoladas do mundo exterior durante anos, não têm acesso a cuidados de saúde, não têm horário de trabalho, sofrem humilhações e não podem usufruir de qualquer vida privada ou íntima. A ruptura com os laços familiares é provocada, assim como a confiscação de elementos de identificação. A França acordou para este tipo de escravatura quando assistiu à libertação de uma jovem da Eritreia subjugada na residência de uma diplomata. Apesar de este domínio de escravatura ser ainda pouco conhecido existem algumas ONG europeias que vão denunciando situações. Nos EUA estima-se em 50 000 o número de pessoas traficadas para serviço doméstico em residências particulares. Este tipo de escravatura, ao contrário da prostituição, torna-se um fenómeno invisível na medida em que as mulheres ou as jovens não se dirigem às autoridades com medo dos traficantes e porque são enclausuradas pelas famílias a quem prestam serviços.

A maioria das raparigas menores chega aos países de destino com idades compreendidas entre os oito e quinze anos. Geralmente analfabetas, habituadas a submeterem-se aos adultos, possuem uma total ignorância acerca da vida social e dos seus direitos. Tornam-se escravas domésticas, submetidas a todo o tipo de violências. Muitas vezes são assediadas sexualmente, postas na rua quando já são crescidas, repatriadas e trocadas por raparigas mais jovens, mais submissas; 70% destas menores foram vítimas de violências. Um terço delas foi violado (CABRAL, 2007:502).

A Organização Internacional do Trabalho refere que muitas destas mulheres morrem em circunstâncias não esclarecidas. Em Singapura, entre 1999 e 2005, terão falecido 147 trabalhadoras domésticas. A maior parte terá caído das janelas ou cometido suicídio. Na Arábia Saudita, em 2000, 19 000 mulheres fugiram aos seus empregadores. Quem maltrata raramente ou nunca é processado[827].

Em termos de instrumentos legais contra o tráfico de seres humanos, desde 2000 que as Nações Unidas assumem uma definição clara de tráfico,

como foi anteriormente referido, o mesmo acontecendo na União Europeia, desde 2002[828]. A Declaração de Bruxelas contra o Tráfico de Seres Humanos e a Directiva do Conselho de Ministros de Abril de 2004 relativa à autorização de residência emitida a nacionais de países terceiros que sejam vítimas de tráfico de seres humanos são outros instrumentos a somar às resoluções que desde os finais da década de 1980 foram aprovadas pelo Parlamento Europeu. Em 2005, o Conselho da Europa aprovou a Convenção Contra o Tráfico de Seres Humanos colocando, pela primeira vez, uma abordagem mais aprofundada desta temática no âmbito dos Direitos Humanos.

Uma investigação sobre tráfico de mulheres realizada por três doutoradas em Ciências Políticas da Fundação de Mulheres de Bangkok[829] coloca um conjunto de recomendações, das quais se destacam as seguintes. Ao nível local: criar em zonas de grande emigração, centros de informação sobre migração com apoio a potenciais emigrantes; as autarquias devem incluir nos seus planos de acção os temas relacionados com a migração; as mulheres que já tiveram experiências migratórias devem estar representadas nas tomadas de decisão; prestar a máxima atenção à capacitação profissional das jovens para que encontrem empregos locais; organizar programas locais de apoio a mulheres que tenham sido vítimas de tráfico e que tenham regressado ao país. À escala nacional: apoiar novas investigações sobre tráfico de mulheres para melhor elaborar políticas de combate ao tráfico; definir as bases para uma colaboração com as ONG que apoiam mulheres vítimas de tráfico; os governos devem criar um organismo nacional para coordenar este trabalho; os governos devem conceder direitos de nacionalidade aos grupos minoritários que vivem há várias gerações dentro do seu território; rever as leis relacionadas com o tráfico de pessoas de forma a assegurar a sua eficácia na protecção das mulheres vítimas de tráfico, sobretudo quando estão envolvidas em acções judiciais; os tribunais devem concentrar-se no delito do tráfico de pessoas e não na conduta «moral» das vítimas; a prostituição deve ser despenalizada por dois motivos – diminuir o poder das redes de tráfico e de crime organizado e para reduzir o estigma social da prostituição; a lei contra o

tráfico deverá determinar a confiscação dos bens dos indivíduos declarados culpados que devem ser utilizados para indemnizar as vítimas e para financiar campanhas contra o tráfico de seres humanos.

A nível internacional: as Nações Unidas devem pressionar os países pelos quais passam as rotas de tráfico para que adoptem leis e políticas contra o tráfico de pessoas; deve ser proclamada pelos organismos internacionais uma década para acabar com o tráfico de mulheres; os e as trabalhadores não documentados devem ter direito à mesma protecção que os e as imigrantes já legalizadas/os; devem adoptar-se planos de acção globais para combater o tráfico de mulheres e crianças; devem ser conduzidas acções internacionais de busca e captura dos traficantes internacionais de seres humanos; deve ser reconhecido o direito de asilo a mulheres vítimas de violência e de tráfico e, ainda, garantir às vítimas de tráfico e de trabalhos forçados ou de práticas análogas à escravidão o direito a serem assistidas por um advogado, quando pesarem sobre elas procedimentos penais ou diligências, que se possam traduzir em expulsão ou detenção.

Em relação a Portugal, para além da ratificação pela Assembleia da República da Convenção para a Supressão do Tráfico de Pessoas e da Exploração da Prostituição de Outrem através da Resolução n.º 31/91 e de medidas de protecção nos Planos para a Igualdade, o primeiro dos quais elaborado em 1997, só em 2007 surge o I Plano Nacional contra o Tráfico de Seres Humanos (2007/2010). Este mesmo plano considera que esta é ainda uma realidade oculta no país a carecer de estudo e de informação, prevendo-se a realização de fóruns nacionais alargados a todas as associações e instituições que estão mais perto desta realidade, de forma a diagnosticarem-se as características de Portugal como país de origem, trânsito e destino. O plano prevê ainda acções de sensibilização da sociedade, a protecção das vítimas de tráfico, tais como a concessão de uma autorização de residência, apoio psicológico e jurídico, inserção na vida social, assim como assegurar protecção eficaz às testemunhas em sede de investigação, dado o grande poder das máfias de tráfico de seres humanos. A investigação criminal e a repressão ao tráfico são outras

vertentes deste plano. Uma questão importante é que as medidas não se circunscrevem às situações de tráfico para fins de exploração sexual, mas também às de natureza laboral.

No âmbito da Presidência Portuguesa da União Europeia foi realizado no Porto, a 8 e 9 de Outubro de 2007, o seminário «Tráfico de Seres Humanos e Género», onde foi aprovada uma Declaração com base, entre outros, dos seguintes pontos de acção: desenvolvimento de campanhas de sensibilização que abranjam diversas etapas como prevenção, identificação, repressão, integração e retorno das vítimas de tráfico; criação de mecanismos comuns europeus que permitam monitorizar o tráfico; linha europeia telefónica de emergência; programas de formação dirigidos a diversos sectores de forma a promover uma abordagem multidisciplinar; medidas de protecção e de apoio às vítimas, numa óptica de direitos humanos. Também em 2007, de 25 a 26 de Junho, realizou-se em Roma, um encontro internacional do projecto «Headway – Improving Social Intervention Systems for Victims of Trafficking», no qual o projecto português CAIM esteve integrado.

O projecto CAIM – Cooperação, Acção, Investigação, Mundivisão –, projecto-piloto na área da prostituição e do tráfico de mulheres em Portugal, teve como objecto central a adopção de uma estratégia coordenada no combate ao tráfico de mulheres com fins de exploração sexual e na protecção das vítimas deste crime. Como entidades parceiras destacam-se a CIG (Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género), o Ministério da Administração Interna, o Ministério da Justiça, o Alto Comissariado para Imigração e Minorias Étnicas (ACIM), a Organização Internacional das Migrações e a Associação para o Planeamento da Família. O CAIM constituiu um projecto de grande importância, pelo envolvimento de diferentes entidades. A coordenadora do projecto CAIM, a socióloga Isabel Varandas traçou num curso livre sobre tráfico de mulheres, promovido pela UMAR^[830], algumas das dificuldades encontradas no início do projecto: o não reconhecimento do fenómeno como problema social; a complexidade de entendimento em relação às situações de tráfico; as dificuldades em termos de cooperação; a falta de

suporte legislativo e a necessidade de formação para a eliminação dos estereótipos existentes. Contudo, surgiu uma outra interrogação: será que a conotação que é normalmente dada ao tráfico, como algo ligado à prostituição, pode dar origem a uma visão redutora do problema e da sua complexidade, tornando difícil combater o fenómeno nas suas origens?

O primeiro estudo sobre a situação do tráfico de mulheres em Portugal, foi desenvolvido pelo CES da Universidade de Coimbra. Segundo a investigadora Madalena Duarte, este estudo permite levantar o véu sobre a realidade do tráfico de mulheres para exploração sexual. Foi necessário, ao iniciar este estudo, caracterizar o conceito de tráfico e distingui-lo de práticas de *smuggling* (apoio à imigração ilegal), traçar um entendimento do que se diz ser o «consentimento da mulher», confrontar os esquemas de «hierarquização das vítimas», adoptados por alguns autores e algumas ONG, entre as que são «raptadas», «ludibriadas», «as que sabiam que vinham para a indústria do sexo, mas não para a prostituição» e as que «sabiam que vinham para a prostituição». Para além de assinalar as rotas do tráfico, onde Portugal é tido como um país de destino de baixa intensidade, com excepção das mulheres oriundas do Brasil, procuram-se explicar as causas que suscitam as situações de tráfico. As dificuldades em sinalizar o número de situações de mulheres traficadas foram evidenciadas (entre 2004 e 2006: 357 casos) por diversos motivos: a confusão entre casos de lenocídio e de tráfico por parte dos tribunais; as dificuldades na obtenção de provas, dado que as mulheres se recusam a testemunhar, por receio de represálias sobre si próprias ou sobre as famílias que ficaram nos seus países; os esterótipos existentes nas polícias sobre o fenómeno do tráfico, como por exemplo, de que «as mulheres brasileiras estão por opção» e as «mulheres de Leste são as mais vitimizadas». Sobre os traficantes, assinala-se a sua grande diversidade (donos de estabelecimentos, seguranças, taxistas, angariadores, transportadores e controladores consoante as nacionalidades. Existem também mulheres controladoras das casas, num leque de redes mais informais, que tendem a crescer. As redes de tráfico mais hierarquizadas e relacionadas com outros tipos de crime foram mais encontradas em Portugal no início de 2000.

Normalmente, os traficantes são pessoas com estatuto, não suspeitas e próximas: amigos, vizinhos e até familiares. O caso dos *lover-boys* que namoravam com as mulheres e que depois as inseriam no tráfico é bastante usual.

Os estudos agora iniciados, precisam de certo de maior aprofundamento, em especial no relacionamento com a imigração ilegal. Embora sejam prioritárias as acções no campo da investigação e nas medidas legislativas, que possam desencadear um combate eficaz às redes de tráfico, não deixa de ser de fundamental importância a garantia de condições de integração das populações imigrantes.

O negócio do tráfico de mulheres, sendo um dos mais lucrativos do mundo, representa a outra face de uma política de imigração restritiva e desumana, e alimenta-se dela própria. Embora uma parte das vítimas sejam mulheres que foram coagidas a emigrar, grande parte são mulheres que foram atraídas pela promessa de trabalho e de libertação da situação de pobreza em que vivem. Combater estas novas formas de escravatura passa não só por medidas penalizadoras do tráfico de pessoas, mas, principalmente, por definir políticas que reconheçam os direitos dos e das imigrantes^[831].

Em Portugal, o tráfico associado à exploração de mão-de-obra feminina e à exploração sexual de mulheres tem vindo a crescer, apesar de não se conhecerem números fidedignos. Chegam ao país mulheres vindas de vários países do mundo em especial do Leste Europeu, do Brasil e do continente africano.

Mulheres imigrantes

Quando na década de 1970, o «feminismo negro» ganhou força e acusou o feminismo ocidental de ser um «feminismo branco», que não tinha em consideração os problemas das mulheres negras, esta crítica continha em si as actuais questões, que se prendem com as dificuldades dos feminismos abordarem e integrarem os direitos das mulheres imigrantes. Não se trata propriamente de uma prática de exclusão, como afirma Françoise Collin,

mas uma «falta de atenção» para com as mulheres que, vindas de outros países, têm problemas que não são tidos em conta no discurso feminista. É significativo que, em Paris, as jovens das comunidades imigrantes tenham sentido necessidade de se constituir como um grupo autónomo (COLLIN, 2005:187). «Ni putes, ni soumises» foi o título do manifesto que juntou na «Marcha das mulheres dos bairros pela igualdade e contra o gueto» cerca de 30 000 pessoas nas ruas de Paris, a 8 de Março de 2003. As jovens envolvidas na preparação da Marcha insurgiram-se contra as agressões masculinas de que eram vítimas, culminando em muitas situações em violações colectivas ou até na morte, como aconteceu com uma jovem de 18 anos, em Outubro de 2002[832]. Do manifesto anteriormente referido pode ler-se: «Somos mulheres dos bairros e decidimos deixar de calar as injustiças que vivemos. Recusamos que em nome de uma “tradição” ou de uma “religião” se silencie a violência que estamos condenadas a suportar e a sofrer. [...] Denunciamos o sexismo omnipresente, a violência verbal e física, a sexualidade proibida, a violação na sua versão moderna de violações colectivas, o casamento forçado, a factura de guardiães da honra da família e dos bairros encarcerados. Denunciamos tudo isto para deixar de ceder à lógica do gueto, que nos encerra na violência sem que nada se faça contra ela.»[833]

Um outro documento denominado «Proclamação nacional das mulheres dos bairros “lamenta que o movimento feminista tenha desertado dos bairros”». E acrescenta: «Para nós, a luta contra o racismo e a exclusão e a luta pela nossa liberdade e emancipação são um único e mesmo combate.» (AMARA, 2004:151-152.)

Em Portugal, a crescente feminização da imigração[834] não tem conduzido à formação de associações específicas de mulheres imigrantes e os seus problemas continuam muito invisíveis, apesar de algumas mulheres se terem destacado como dirigentes de associações de defesa dos direitos dos imigrantes[835]. Carmem Queiroz, psicóloga e imigrante brasileira, dirigente da associação Solidariedade Imigrante (SOLIM), refere que o facto do atendimento aos imigrantes ser feito principalmente por mulheres lhes dá também um outro estatuto, embora, por vezes, possam surgir

situações menos agradáveis: «Há dias tive problemas com um senhor que me tratou de forma diferente por eu ser mulher, não respeitando aquilo que eu estava a dizer, pois ele não queria esperar pela sua vez. Dirigiu-se ao meu colega para dialogar com ele, tentando desvalorizar a minha opinião, mas eu não deixei que ele me desvalorizasse.»

As dificuldades sentidas por todas estas dirigentes em se afirmarem e conciliarem os seus quotidianos com a vida das associações são referidas por Rosana Albuquerque no seu trabalho: «Um olhar sobre a participação das mulheres em associações de imigrantes.»[\[836\]](#) Dos depoimentos recolhidos retiram-se extractos como este: «[...] eu sinto um bocadinho de machismo, o homem ainda não aceita assim abertamente as ideias da mulher e muitas vezes até somos mal interpretadas; [...] eu tenho muitas dificuldades em ser ouvida sobretudo por outras associações; elas são lideradas por homens». É notório, neste depoimento, uma consciência da discriminação por ser mulher, assim como surge também a consciência da discriminação étnica ou racial noutros depoimentos:

[as mulheres imigrantes são] muito trabalhadoras... moram do outro lado do rio, eu venho com muitas sempre que estou no turno da manhã, às 7 horas [...] são N pessoas que trabalham na restauração, fazem limpezas, têm uma vida assim um tanto agitada [...] há muitas mulheres formadas, mas que não têm condições de se afirmar numa sociedade dita portuguesa porque sabemos o que anda por aí também, eu acho que o tom da pele não favorece, porque infelizmente o racismo existe (ALBUQUERQUE, 2005a:112).

As relações entre género, raça e classe têm de estar presentes numa abordagem feminista dos problemas das mulheres imigrantes. Estas sofrem os efeitos das relações patriarcais dominantes na sociedade e nas suas comunidades. Estão também em posições de sujeição e exploração face a outras mulheres por via de um trabalho de pouca qualificação e mal pago como o serviço doméstico e, ainda, estão sujeitas à discriminação étnica ou racial. «As mulheres imigrantes estão inseridas numa teia de relações de poder, onde as diferentes pertenças se conjugam de modo indissociável e

contingente. Apesar de em determinadas relações todos os sujeitos em interacção sejam mulheres, umas detêm mais poder do que outras e é essa assimetria de poder, situada numa sociedade marcada por desigualdades várias e uma estrutura social ainda assente em relações patriarcais, que possibilita que discriminação étnica e diferenciação classista estejam associadas e se influenciem reciprocamente.» (ALBUQUERQUE, 2005b:41.)

É um facto que as discriminações sobre as mulheres ocorrem, não por via de um somatório de vários tipos de discriminação, mas através de um processo de interrelação de vários factores. E isto será «verdade» para todas, com especial enfoque nas mulheres imigrantes, porque o cruzamento da experiência do racismo, do sexismo e da diferença classista assume maiores proporções.

Em Portugal, os estudos que incidem sobre a vertente de género na imigração são relativamente recentes[837]. A socióloga do Instituto de Ciências Sociais, Karin Wall, integra um projecto da Comissão Europeia sobre feminização da imigração[838]. Em 2004, destaca-se o livro de Elsa Sertório e Filipa Sousa Pereira, *Mulheres Imigrantes*; os trabalhos de Heloísa Perista em 1997 e 1998[839], de M. Abranches em 2005 sobre as mulheres muçulmanas[840], o trabalho de Rita Ávila sobre as mulheres indus[841], ou o de Christiane Hellerman sobre as imigrantes dos países de Leste, entre outros estudos.

Elsa Sertório e Filipa Pereira, concluem no seu estudo, que se a pobreza constitui para muitas mulheres, o factor principal de pressão para a emigração, a tendência é para aumentar o número de mulheres imigrantes em Portugal e em outros países europeus, pois «as mulheres são as principais vítimas da pobreza a nível mundial»[842]. Muitas mulheres imigram ao abrigo do reagrupamento familiar quando os seus cônjuges têm situações regularizadas no país. Mas é sempre um processo muito moroso. Segundo Carmem Queiroz, da Associação Solidariedade Imigrante: «As situações de reagrupamento são muito complicadas. Muitas vezes, os documentos estão tratados, mas falta a reunião na embaixada e tudo pode depender disso. Há mulheres que desmoralizam. Nós temos que moralizar as pessoas para que elas não desistam. Há um caso de uma senhora da

Guiné-Bissau que me marcou muito. Ela estava com o processo a ser quase concluído e foi de férias ver os filhos. Ela não queria voltar sem os filhos, mas a autorização de reagrupamento nunca mais vinha aprovada e ela teve que voltar sem os filhos. Ela chegou aqui completamente desfeita. Foi muito doloroso ver o sofrimento dela. Queria desistir. Foi preciso dar-lhe muito apoio psicológico e dois meses depois ela obteve a autorização para trazer os filhos. Chegou aqui à associação com os filhos muito feliz, com o sorriso de orelha a orelha.»

O número de mulheres que imigram sozinhas tem vindo a crescer. Elsa Sertório e Filipa Pereira referem esta situação: « [...] na sua maioria [das mulheres entrevistadas] não vêm ao abrigo do reagrupamento familiar – a forma clássica de emigração feminina e mais abordada pela literatura especializada – mas emigram individualmente, dado que estão inseridas em famílias monoparentais». Também, Carmem Queiroz, tem a mesma percepção: «Cada vez há um maior número de mulheres que imigram sozinhas. Existem muitas mulheres de Cabo Verde nesta situação. Quando conseguem maior estabilidade, elas tratam de mandar vir os maridos e outros familiares. Isto não era muito normal há uns anos atrás, onde emigrar sem os maridos era mal-visto. Elas ganharam um outro estatuto neste processo. E entenda-se que são mulheres com baixos níveis de escolaridade que vêm trabalhar para as limpezas ou para outras profissões não qualificadas. Elas são muito lutadoras. Fazem horas em muitos sítios durante o dia, andam sempre de um lado para o outro, para conseguirem ter um salário completo.»[843]

Registe-se, também, que a nível mundial a tendência é para o aumento das mulheres que imigram sozinhas[844]. «A grande maioria são trabalhadoras do serviço doméstico. Na Europa, Estados Unidos e Austrália as mulheres também encontram ocupação nas indústrias de mão-de-obra feminina [...]. As pessoas imigrantes, normalmente, realizam os trabalhos considerados degradantes ou desagradáveis pelas populações locais.»[845] Segundo o Relatório de 2006 do Fundo das Nações Unidas para a População[846], as mulheres constituem quase metade (49,6%) dos 191 000 000 de migrantes. São 95 000 000 de mulheres espalhadas pelo

mundo com falta de direitos, vítimas de escravidão ou de tráfico. As profissões assumidas são sobretudo «femininas»: os trabalhos domésticos e de limpeza, o cuidado com crianças, doentes ou idosos. «Muitas são exploradas, mantidas em cativeiro, maltratadas física e psicologicamente. [...] Como trabalham em casa, acabam por ficar isoladas, muitas não aprendem a língua, os patrões apreendem-lhes os passaportes, ou estão ilegais.»[847]

Em Portugal, no que respeita à inserção laboral e profissional das mulheres imigrantes, e tendo em consideração os três grandes grupos de imigrantes com origem nos PALOP[848], no Brasil e na Europa do Leste, verifica-se que as mulheres africanas ocupam profissões pouco qualificadas de empregadas de limpeza em casas particulares e escritórios[849], sendo este tipo de emprego também muito ocupado pelos outros sectores de mulheres imigrantes. Contudo, as mulheres da Europa de Leste também têm peso como operárias e artífices, assim como trabalhadoras de restauração e alojamento. Em relação às brasileiras, para além dos sectores profissionais anteriormente apontados, destaca-se o de vendedoras e demonstradoras. Destes três grupos de imigração aquele onde existe maior desadequação entre o tipo de emprego e a qualificação académica é o das mulheres da Europa de Leste e também, no caso das brasileiras, em relação a algumas profissões. No geral, as imigrantes ocupam os sectores mais desqualificados e mal pagos, com horários de trabalho muito longos[850]. Conseguir um contrato de trabalho para renovar a Autorização de Permanência (AP) é também um dos grandes problemas com que estas mulheres se defrontam, devido à enorme precariedade do seu trabalho.

Segundo a socióloga Karin Wall as mulheres imigrantes «estão mais sujeitas a pressões e agressões, assédios, ameaças, chantagens por parte dos empregadores. Aliás vivem muitas vezes com uma família, em casa da qual cuidam de um idoso dependente. A sua rede de contactos e de apoio é muito limitada. Se estiverem ilegais, ainda pior»[851]. Nos últimos anos, muitas mulheres da Europa de Leste começaram a imigrar sozinhas para Portugal deixando as suas famílias nos países de origem. Muitas delas têm

altas qualificações académicas e passaram a trabalhar como empregadas de restaurantes ou empregadas domésticas. Sujeitas a redes de tráfico, as vidas de muitas delas são de uma enorme amargura, conforme nos conta Medina Omarkhanova do Cazaquistão. Está em Portugal há sete anos. Tinha 29 anos quando chegou. Tem hoje a sua situação regularizada, mas teve um percurso muito difícil. «Foi uma situação muito difícil. As empresas de viagem de lá, que enviam imigrantes para outros países fazem anúncios falsos, a dizer que qualquer pessoa que queira ganhar dinheiro e melhorar a sua vida na Europa deve dirigir-se a elas. Dizem-nos que vimos trabalhar legalmente. Temos de entregar bastante dinheiro. Primeiro dizem-nos que é 1000 dólares, mas depois pedem mais e mais. Estas empresas são mesmo muito “bandidas”. Ficamos ao dispor deles. É aquilo que eles quiserem. Passando um ano ou dois lá nos arranjam maneira de colocar nos países, quando vêem que não podem sacar mais de nós. Eu paguei mais de 2000 dólares. Quando cheguei a Portugal sozinha, de autocarro, só tinha um número de telefone de um rapaz, que me arranjava trabalho em troca de 200 dólares. Não conhecia a língua. De Inglês falo pouco. Cheguei muito aterrorizada e com muita desilusão. Eu queria aqui ganhar dinheiro para pagar as dívidas que lá deixei por causa da minha vinda e também para ajudar a minha família. Quando liguei para o tal telefone que me tinham dado no Cazaquistão, a mãe do rapaz disse que ele estava preso por arranjar trabalho para imigrantes e deu-me o contacto de outra pessoa, que me veio buscar e que me colocou numa pensão no Intendente. Depois, disse-lhe que queria mesmo trabalhar, eu só tinha 30 dólares. Então levou-me para um hospital em Carcavelos onde fiquei a trabalhar na cozinha. Ganhava 200 e tal euros e não tinha onde dormir, onde tomar banho. Foi um tempo de muita tristeza. Eu estava já nos limites. Depois consegui arranjar um trabalho de apoio a deficientes e aí foram muito bons para mim, comecei a aprender a língua, deram-me um quarto, tinha duche, comia quatro vezes por dia. E foi também aí que me deram o contacto com a Associação Solidariedade Imigrante para eu me legalizar.»[\[852\]](#)

As mulheres que imigram sozinhas ficam numa situação de suspeição, mesmo perante os seus compatriotas masculinos. Sentem-se numa situação

de solidão, sem redes sociais de apoio, até porque muitas tentam fugir às redes de tráfico. «As mulheres imigrantes de Leste experimentam regularmente sexismo e abusos sexuais no trabalho. [...] Algumas mulheres contam também as ameaças e a violência física. Similarmente comum é a difamação dessas mulheres como mulheres “fáceis” e abertas para relações sexuais com qualquer homem.»[853]

A mesma imagem, estereotipada e negativa tem vindo a ser atribuída às mulheres brasileiras, muitas vezes empolada pela comunicação social. Veja-se o caso das chamadas «mães de Bragança», sobre a prostituição nesta região transmontana, tão noticiado pelos diversos meios de comunicação e que identificou a imigrante brasileira com a prática da prostituição. Deste modo, o estereótipo associado ao facto de serem brasileiras traz grande constrangimento a muitas imigrantes.

Lesbianismos e feminismos – encontros e desencontros

A homossexualidade tem sido vista socialmente como uma prática sexual «desviante» de uma norma social, que considera a existência de um comportamento sexual dominante: a heterossexualidade. A homossexualidade foi estigmatizada, considerada até uma patologia. No caso do lesbianismo, a sua condenação tornou-se particularmente grave a partir do século XIII, com penas que podiam ir da prisão, ao exílio ou à condenação à morte. A alemã Catharina Link foi a última mulher europeia a ser morta por lesbianismo, em 1721 (MACEDO; AMARAL, 2005:113). Na literatura, várias são as escritoras que tratam o tema: Virginia Woolf, Ann Bannon, Claire Morgan, entre muitas outras. As lésbicas eram vistas como «mulheres doentes», «neuróticas», «suicidas». Demorou tempo a que este discurso patológico se alterasse para uma visão positiva por parte das próprias lésbicas e do movimento homossexual, que afirmasse a multiplicidade de desejos como algo a não esconder, a afirmar e a assumir.

A perspectiva segundo a qual a heterossexualidade é uma construção social desenvolveu-se na década de 1970 num contexto efervescente dos movimentos feministas nas sociedades ocidentais. Adrienne Rich, em artigo publicado na revista *Nouvelles Questions Féministes*, em 1981,

afirmava que a heterossexualidade não tinha nada de natural e tinha sido imposta às mulheres por diversos constrangimentos económicos, sociais, políticos e ideológicos, que asseguravam a apropriação das mulheres pelos homens. A divisão sexual do trabalho em que as mulheres têm a seu cargo as tarefas domésticas e de cuidados com as crianças, assim como outras situações de «exploração» económica e social, acentuam tal dependência. Deste modo, a apropriação das mulheres pelos homens sustentava-se num discurso «naturalista» sobre a sexualidade e sobre o «instinto maternal» das mulheres. O lesbianismo seria, assim, uma forma de resistência à «apropriação masculina».[854]

A «revolta de Stonewall», ocorrida em Nova Iorque a 28 de Junho de 1969, foi o ponto de partida para a afirmação de um movimento pela afirmação dos direitos dos *gays* e das lésbicas, hoje conhecido como movimento LGBT (Lésbico, *Gay*, Bissexual e Transgénero). A «revolta de Stonewall», que integrou grande número de lésbicas, surgiu como protesto às rusgas policiais nos bares de encontro de *gays* e lésbicas. Na mesma altura, nascia também o movimento feminista e muitas lésbicas integraram esse movimento. O próprio movimento foi portador de muitas das suas reivindicações e as lésbicas envolveram-se em lutas feministas como o direito ao aborto.

Segundo Monique Wittig, uma das teóricas do lesbianismo, existe uma relação real entre feminismo e lesbianismo, embora ela seja eivada de alguma complexidade: «Politicamente o feminismo, enquanto fenómeno teórico e prático, inclui o lesbianismo. Sem o feminismo, o lesbianismo como fenómeno político não teria existido. [...] No plano teórico, o feminismo e o lesbianismo articulam as suas posições de uma maneira em que um interroga sempre o outro. O feminismo lembra ao lesbianismo que ele deve contar com a sua inclusão na “classe” das mulheres. O lesbianismo alerta o feminismo para a sua tendência em tratar simples categorias físicas como essências imutáveis e determinantes. [...] O lesbianismo é historicamente uma cultura graças à qual nós podemos questionar politicamente a sociedade heterossexual e as suas categorias heterossexuais [...]».[855] Monique Wittig considera que a

heterossexualidade é o regime político sobre o qual vivemos, fundado nas relações de exploração, opressão e apropriação das mulheres pelos homens. Procura, ainda, desconstruir a linguagem e o discurso que cria as categorias de sexo e a noção de diferença. Deste modo, a ideologia da diferença, sobre a qual se apoiam as categorias de sexo, serviria para justificar ou tornar invisíveis as relações de dominação, pelo que se deveria abolir política e ideologicamente as categorias de sexo e destruir o sistema político heterossexual.

Segundo a investigadora Louisse Brossard, existe um contributo importante de Adrienne Rich e de Monique Wittig ao situar a heterossexualidade como uma instituição política, que joga um papel central na construção das relações hierárquicas entre os sexos: «Elas operaram uma ruptura epistemológica com as teóricas e militantes feministas dos anos anteriores. Contudo, uma diferença ocorre entre as duas autoras. Enquanto Rich associa a existência lésbica à experiência feminina, Wittig afirma que as lésbicas não são mulheres [...]; as teorias de Rich e Wittig representam, de um certo modo, as divergências entre as «lésbicas feministas» e as “lésbicas radicais”. [...] Segundo Louise Turcotte, Rich prossegue a tradição dos movimentos feministas ocidentais do século xx que se reclama do ponto de vista das mulheres. Esta referência à experiência feminina contém os traços de uma visão essencialista da existência lésbica que não permite questionar as categorias de sexo. Ao contrário, Wittig teria revolucionarizado a abordagem teórica e política da apropriação das mulheres ao propor uma visão materialista da existência lésbica. Segundo esta perspectiva, as lésbicas seriam analisadas como um grupo social que resiste a um sistema de opressão historicamente constituído.»[856]

Contudo, a contestação à visão de que o lesbianismo seria a forma de resistência à apropriação pelos homens surge logo na década de 1980 na revista *Nouvelles Questions Féministes*, através de um artigo de Emmanuèle de Lesseps[857], onde esta autora afirma que o lesbianismo não é a única forma de resistência à dominação masculina e que a heterossexualidade não significa necessariamente uma submissão à «ordem

patriarcal», pelo que o feminismo constituía uma das respostas às relações hierárquicas entre os sexos. Deste modo, as feministas heterossexuais contribuem também para a transformação das relações sociais entre os sexos. A mesma autora recusa a ideia de que o lesbianismo seja uma «escolha política», pois dessa forma as escolhas sexuais das feministas assentariam mais num «dever social» do que no seu próprio desejo pessoal, sendo que tal concepção da sexualidade acabava por reflectir uma visão «puritana e masculina».

Os anos 80 foram marcados pelo debate teórico lesbianismo/feminismo, revelador de diferentes perspectivas sobre o lesbianismo. Contudo, segundo Louise Turcotte, este debate já existia nos grupos feministas da década de 1970. Nos EUA, as feministas heterossexuais tinham receio de que o movimento perdesse a sua «credibilidade política» por causa de uma forte presença de lésbicas, as quais teriam uma «visão mais subversiva» sobre o mundo. Em França, a presença de lésbicas no movimento feminista não causou de início problemas, mas a criação, por parte de algumas lésbicas de um grupo político lésbico[858], trouxe alguns confrontos políticos, na medida em que este grupo foi acusado de querer «tomar o poder» dentro do movimento.

Os conflitos cristalizaram-se em torno da estratégia política a seguir e o principal argumento das feministas baseava-se na não divisão do movimento. A base comum de referência teórica era a da existência de um sistema patriarcal a combater para acabar com a opressão das mulheres. Contudo, a questão lésbica não era colocada na ordem do dia, em termos de reivindicações de direitos. Existia, assim, uma situação histórica favorável à autonomia de um movimento lésbico, que tinha vontade política de existir e de construir a sua própria identidade. O pensamento de Monique Wittig acaba por constituir a base teórica de uma corrente lésbica radical, que surgiu da própria corrente radical do feminismo, mas que pretendia a sua «independência» em termos de pensamento, na medida em que analisava a heterossexualidade como um sistema social opressivo e não como uma simples prática sexual[859].

Na década de 1990, surgem diferentes perspectivas e formas de acção,

destacando-se uma vertente forte pelos direitos civis que, em Portugal, tem vindo a ter uma crescente expressão, em especial a partir da segunda metade da referida década[860]. Em 1996, a ILGA-Portugal apresentou como principal reivindicação a alteração do Artigo 13.º da Constituição para ser incluída a «orientação sexual» como um dos critérios de não discriminação. O reconhecimento das «uniões de facto» entre pessoas do mesmo sexo foi outra das questões levantadas pelo movimento LGBT, a partir de 1997. Uma das formas públicas de expressão do movimento LGBT são as chamadas «Marchas do Orgulho Gay», ou mais precisamente «Marchas do Orgulho LGBT»[861], realizadas nos últimos anos em Portugal. Em 2005, a Marcha que percorreu a Avenida da Liberdade em Lisboa, tinha como principais palavras de ordem: «Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transgenders: nós também somos famílias»; «Diversidade, Liberdade, Felicidade»; «A diferença está no preconceito»; «Cumprir a Constituição, Homofobia Não». No boletim *Zona Livre* do Clube Safo, num artigo sobre esta Marcha, afirmava-se: «Temos de admitir, uma vez por todas, que a forma de desafiar os poderes instituídos é através da visibilidade. [...] Sem visibilidade arriscamo-nos a ser como toupeiras, a escavar túneis muito sofisticados que não venham a ser rentabilizados por não serem conhecidos.»[862]

Segundo a investigadora Ana Cristina Santos, membro da Associação Não Te Prives[863], «as preocupações que marcam o percurso do movimento feminista português cruzam-se com muitas das reivindicações do movimento LGBT pelo que ambas as lutas convergem em determinados momentos. [...] O sistema de opressão – o patriacado – é comum a ambos na medida em que impõe modelos estereotipados de homem e de mulher conferindo a cada um papéis sociais predeterminados em função do género»[864]. Para Miguel Vale de Almeida, antropólogo e activista LGBT, «o primeiro golpe significativo no patriarcado foi dado pelo movimento feminista nas lutas pela contestação dos estereótipos de género e da concomitante desigualdade legal e social de mulheres e homens. Aberta esta brecha, as identidades de LGBT puderam abrir o caminho de uma contestação do heterossexismo e da homofobia».

Luísa Corvo, da Associação ILGA-Portugal[\[865\]](#), formada em 1995, coordena um grupo de intervenção e reflexão lésbica (GIRL) e fala dos «desencontros e encontros» do lesbianismo e do feminismo em Portugal: «É preciso dizer que em Portugal a luta contra a discriminação em função da orientação sexual nasce de grupos mistos, ao contrário da maior parte dos países em que a luta vem de um dos ramos do feminismo, o lesbianismo. Sei que existiu algum trabalho em relação às lésbicas no movimento feminista, mas nunca foi um trabalho de raiz e nem sequer assumido do qual pudesse sair um movimento lésbico feminista. O movimento lésbico foi-se criando. Havia uma revista que era a *Organa*, depois uma revista *Lilás*, mas só com o aparecimento das associações é que o movimento passou a ter mais intervenção na sociedade, mas foi só na década de 1990. De 1974 a 1990 houve alguns episódios esporádicos, como o festival de cinema, a revista feminista *Artemísia*, que tinha alguns artigos e pouco mais. E isto é tanto mais caricato, quando olhamos para o movimento feminista e identificamos uma grande percentagem de lésbicas a trabalhar, mas poucas são assumidas. A fragilidade dos movimentos feministas em Portugal explica, de certo modo, toda esta situação. O movimento foi fraco, apesar de terem existido feministas muito activas. [...] Aconteceu então um percurso ao contrário. Foram os movimentos LGBT no seu todo que ganharam força e, dentro destes, as lésbicas avançaram também. [...] Lembro-me de reuniões da Marcha Mundial de Mulheres, que quando se dizia a palavra “lésbica”, havia um grande silêncio na sala. Isto em 1999/2000. Eu assisti a feministas que estavam connosco, que diziam “as lés...” e nós lá acabávamos e dizíamos “lésbicas”. Houve um grande percurso de evolução até hoje. Mas foram as lésbicas que tomaram a iniciativa de trabalharem em conjunto com os movimentos feministas e não o contrário. O movimento lésbico foi, desta forma, afirmando-se e ganhando espaço. Ainda hoje, há um caminho a percorrer. Ainda é preciso muitas vezes corrigir discursos. Quais são as associações que usam a palavra “lesbianismo” nos seus textos?»[\[866\]](#)

Uma outra associação de defesa dos direitos das lésbicas é a Associação

Clube Safo[\[867\]](#), que teve origem na cidade de Aveiro, em 1996, fruto do empenhamento de um pequeno grupo de lésbicas sensível à necessidade da criação de um espaço de diálogo e de partilha. Do primeiro encontro realizado em Junho de 1996, onde se juntaram uma dezena de mulheres, o movimento foi crescendo, dando lugar a encontros bimestrais por todo o país, espaços de convívio e debate. O primeiro número do seu boletim *Zona Livre* surgiu em Setembro de 1997. «A 15 de Fevereiro de 2002 já não éramos apenas um grupo de amigas que se juntam para falar e no Segundo Cartório Notarial de Santarém realiza-se a escritura pública de constituição como associação. A única associação portuguesa vocacionada especificamente para a organização de actividades sobre a temática lésbica, sejam elas dirigidas às lésbicas ou a toda a sociedade.»[\[868\]](#)

É interessante analisar que a intervenção nesta área dos direitos surge, em Portugal, 30 anos após os movimentos LGBT terem feito história em outros países, onde o movimento feminista teve maior força. Em 2000, a 7 de Outubro, na manifestação da Marcha Mundial de Mulheres em Lisboa, surge pela primeira vez um «Manifesto Lésbico», destacando-se as seguintes reivindicações: reconhecimento das lésbicas como pessoas com plenos direitos; direito ao corpo, à sexualidade, ao aborto e à educação sexual e cívica; plena igualdade de direitos para todas as uniões civis; direito à maternidade, à inseminação artificial e à adopção; direito à saúde, incluindo meios de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis; direito a uma educação que não omita outras formas de sexualidade, de afecto e de família. Em 2002, realizam-se as I Jornadas Lésbicas, em Portugal. Estas jornadas resultaram da colaboração com o Instituto Superior de Psicologia Aplicada e, em 2004, neste mesmo âmbito, surge o Encontro sobre Homoparentalidade, em colaboração com o grupo Panteras Rosa – Frente de Combate à Homofobia.

As actividades do Clube Safo desenvolvem-se em torno de encontros de debate e reflexão sobre temas relacionados com a defesa dos direitos das lésbicas; actividades com carácter lúdico, recreativo ou cultural, procurando-se promover redes de sociabilização alargadas, contribuindo para minorar o isolamento e a guetização; colaboração com outras ONG,

nacionais e estrangeiras, na intervenção social e política pelos direitos da população LGBT e pelos Direitos Humanos; edição de publicações próprias, como a *Zona Livre*, elaboração de estudos e sua divulgação; intervenção de defesa dos direitos das associadas e divulgação das suas posições comuns. Para Clara Carvalho, da direcção do Clube Safo, «é difícil ser-se lésbica numa sociedade heterossexista, preconceituosa e discriminatória. Nelas, as lésbicas são forçadas a ser invisíveis, porque desejam sexualmente e sentimentalmente outras mulheres, contradizendo a norma androcêntrica de uma sociedade, na qual as mulheres devem estar disponíveis para serem desejadas e para atenderem aos desejos dos homens»[\[869\]](#). Clara Carvalho cita, ainda, Anthony Giddens na sua «democracia das emoções»: «A democracia das emoções não faria distinções de princípio entre relações heterossexuais ou com pessoas pertencentes ao mesmo sexo. Mais do que os heterossexuais, os homossexuais têm sido pioneiros na descoberta deste novo mundo de relações e na exploração das respectivas possibilidades.» (GIDDENS, 2002:66.)

Eduarda Ferreira, dirigente do Clube Safo, reflecte a evolução da associação da seguinte forma: «No início, mantínhamos uma forma de estar, de encontros de lésbicas para lésbicas muito virado para dentro. Depois, fomos reflectindo e houve, então, uma mudança grande na associação, não só na sua designação como na sua postura. Passámos a ser uma “associação em defesa dos direitos das lésbicas”. Trata-se de uma mudança de perspectiva, de paradigma. O que está em causa é uma questão de direitos e queremos intervir nesse sentido.» Eduarda Ferreira afirma, ainda, que as questões de género atravessam o movimento LGBT, porque as mulheres têm de lutar pela sua visibilidade no movimento. «No seio do movimento LGBT, embora os homens não coloquem directamente entraves, existe uma necessidade das lésbicas lutarem muito mais para terem visibilidade. Elas trabalham sempre muito, mas quando chega à parte da visibilidade, do poder, os problemas surgem. Eles assumem mais a liderança e embora não coloquem entraves às lésbicas não lhes deixam muito espaço. Por isso, faz todo o sentido existir uma associação específica

pelos direitos das lésbicas, porque mesmo a nossa luta tende a ser subalternizada no meio de todas as outras. A questão de género coloca-se aqui também no movimento LGBT. É interessante que na última assembleia-geral foi discutido se devíamos abrir a associação a homens, pois como somos uma “associação de defesa dos direitos das lésbicas” podem existir homens que também defendam esses direitos. Contudo, um dos argumentos que as sócias apresentaram era o de que “se aparecem os homens eles dominam isto”. Como que existe uma necessidade dos grupos se auto-afirmarem para ganharem poderes no sentido de contrabalançar o desequilíbrio que existe na sociedade.»[870]

Sobre as ligações entre feminimos e lesbianismo, Eduarda Ferreira considera, tal como Luísa Corvo, que a ligação do lesbianismo ao feminismo foi fraco. «Nós nascemos e crescemos mais da nossa ligação ao movimento LGBT do que da ligação aos feminismos», embora reconheça que, nos últimos tempos, tenha existido trabalho comum em algumas reivindicações. E, acrescenta: «Quando entro no Clube Safo, que já tinha sido fundado, eu já tinha passado por ligações a alguns grupos feministas, mas não são as mulheres desses grupos que vieram formar o Clube Safo. Conheci pessoas que estavam no IDM e que, mais tarde, vieram para o Clube Safo, mas não havia ligação directa entre esses grupos.»

Igualdade no acesso ao casamento civil e outras causas

Um dos temas mais falados nos últimos tempos foi a reivindicação de casamento civil entre pessoas do mesmo sexo por parte dos movimentos LGBT. Em Portugal, o Artigo 36.º da Constituição refere que «todos têm o direito de constituir família e de contrair casamento em condições de plena igualdade» e no seu Artigo 13.º, a Constituição proíbe a discriminação com base na orientação sexual, entre outras discriminações. Contudo, o casamento civil continuava a existir apenas para pessoas de sexos diferentes, naquilo que o movimento LGBT considerava uma «clara violação à Constituição».

Em Fevereiro de 2006, Teresa Pires e Helena Paixão apresentaram-se na

7.^a Conservatória do Registo Civil para se casarem, pretensão que foi indeferida pelo conservador da conservatória. A Associação ILGA entregou uma petição no Parlamento: «Pela igualdade no acesso ao casamento civil.» Neste mesmo mês, o Bloco de Esquerda e a a JS apresentaram projectos de lei para permitir o casamento de pessoas do mesmo sexo. Em Março, o partido ecologista Os Verdes apresentou, também, um projecto de lei no mesmo sentido. Contudo, em 2007, o debate continuava por agendar. A propósito desta reivindicação, Luísa Corvo da ILGA afirmava: «A questão do casamento não surge, ao contrário do que muita gente pensa, porque eu quero casar com aquela pessoa. A luta surge porque é uma forma de desmontar o modelo patriarcal da sociedade. Isto é uma questão teórica que teve de ser debatida. Como feminista e como lésbica não há nada melhor do que dois homens ou duas mulheres a casarem para colocar em causa a sociedade patriarcal. No caso de duas mulheres retira-se, desde logo, o elemento masculino, que é uma questão fulcral na nossa sociedade. Aí é que a homofobia salta toda. Quando se apresentar a certidão de casamento e se disser que eu casei com esta pessoa e quero os meus direitos. Quando tiver de meter um atestado médico para tratar da minha mulher que está doente, eu estou a mexer com a sociedade toda, com a estrutura patriarcal e, sobretudo, se eu puser filhos ao barulho. Tenho o meu filho doente, mas não é dela, não é meu, é adoptado, como é que é. Quem é o pai? Não há. Isto é que vai mexer. E é isto que estamos a tentar transmitir ao movimento feminista. Os papéis de género ficam alterados. Rebenta-se com tudo. As pessoas ainda não se aperceberam da dimensão desta questão e como é importante lutar por ela.»

Contudo, outras causas preenchem, neste novo milénio, a agenda LGBT, sendo difícil falar de uma agenda única, na medida em que as diversas associações colocam ênfases e prioridades diferentes nas reivindicações que apresentam: legislação antidiscriminatória à semelhança da que existe no Brasil, combate às discriminações quotidianas no acesso aos cuidados de saúde e ao emprego, propostas de combate à homofobia, direito à identidade de género para reconhecimento da população transgénero,

direito de adopção por parte dos casais homossexuais, acesso à inseminação artificial por parte das lésbicas, entre outras reivindicações.

Alguns países europeus avançaram, na última década, com direitos nesta área. Em Espanha, foi aprovada a 21 de Abril de 2005 a lei que autoriza o casamento entre casais homossexuais, assim como a possibilidade de adoptarem crianças. Na Suécia, esta opção está garantida desde 2003, assim como a possibilidade dos casais de lésbicas recorrerem à inseminação artificial. Para Miguel Vale de Almeida, é preciso demonstrar a importância e centralidade das reivindicações LGBT, não esperando por um mudar utópico de mentalidades «naquilo que tem de afectação do patriarcado e do machismo e das realidades económico-políticas que eles sustentam: a família dita tradicional, os modos de dividir e organizar o trabalho, até às formas de educar as crianças, passando pela cultura masculinista, que está no centro das ideologias nacionalistas e bélicas, da violência, do abuso sexual, da exaustão da natureza, da busca do lucro pelo lucro, do individualismo não solidário ou das supremacias raciais» (ALMEIDA, 2006:147).

A corrente Queer

*Se é comum pensar que Queer funciona sobretudo como modismo
para distinguir gays de velho estilo dos de novo estilo,
é certo que o termo pode ser usado
para descrever uma população aberta,
cujas características partilhadas não são a identidade,
mas um posicionamento antinormativo
em relação à sexualidade.*

ALMEIDA, Miguel Vale (2004:97)

O activismo *Queer* [\[871\]](#) surge na década de 1990 como uma forma de afirmação contestatária do movimento *gay*, lésbico, bissexual e transgénero. «Visava questionar a estigmatização de práticas sexuais “anormais” como a transexualidade, o travestismo e o fetichismo, por parte

da direita política, e também por parte de certas correntes do movimento feminista.» (MACEDO, AMARAL:2005:185.) Nascendo de uma crítica muito acutilante a uma possível assimilação do movimento por via de uma normalização da figura do homossexual com uma identidade bem definida, procurou colocar em causa as significações identitárias nos eixos da dominação/subordinação, como no sistema sexo/género.

Segundo Ana Luísa Amaral, «embora se atribua a Judith Butler (1990) e a Eve Sedgwick (1993) o papel de fundadoras da teoria *Queer*, seria Teresa de Lauteris quem, em 1991, primeiro usaria o termo»[\[872\]](#). Os estudos *Queer* abriram caminho para fazer emergir a crítica à masculinidade dominante. Deste modo, existem masculinidades e feminilidades alternativas. As identidades surgem como múltiplas, não fixas nem estáveis, mas sujeitas a uma constante transformação. A instabilidade identitária leva à multiplicidade de condições femininas e masculinas, desafiando-se grande parte das teorizações sobre questões de género e sexualidade. Neste âmbito, há quem fale de «uma reinvenção do feminismo, a partir dos estudos *Queer*». «O feminismo contemporâneo tem de assumir a defesa de todos os excluídos do sistema de sexo/género tradicional, reconhecendo que o marcador de exclusão /subordinação não é neutramente biológico (ser fêmea), mas sim sociocultural (ser feminino). A defesa das feminilidades e masculinidades não dominantes, recusando paralelamente a fixidez dessas feminilidades como opostas a masculinidades dominantes e fixidez das masculinidades como opostas a feminilidades subordinadas, é o código postal deste caminho. [...] Isto implica reconhecer que existem mulheres que não são vítimas do sistema tradicional de sexo/género ou que só o são em determinados contextos, assim como existem homens que o são – tudo depende dos contextos institucionais, da dinâmica intergrupar e das estratégias de auto-identificação adoptadas.» (ROCHA, 2006:71-72.)

Deste modo, o «feminismo *queer*» terá de ser contra a masculinidade dominante, colocando a crítica nesse tipo de masculinidade e não em relação a todas as masculinidades, pois muitas delas também serão oprimidas por essa masculinidade dominante e normativa. A questão

essencial é a exclusão de muitas pessoas dos lugares de poder das masculinidades e feminilidades dominantes. «Género» e «sexualidade», embora relacionados são distintos e as relações entre eles são muitas vezes compreendidas e utilizadas de formas diferentes, mas as fronteiras geradas pelo sistema género/sexo esbatem-se, apontando-se para a sua dissolução. Há quem afirme que a teoria *queer* reduz os feminismos a uma caricatura. Há quem pense que abre o campo dos feminismos. Um desafio teórico com repercussões no activismo, decerto, mas ainda longe do debate necessário na sociedade portuguesa.

Sérgio Vitorino, do Grupo Panteras Rosa, formado em 2004, considera que em Portugal o movimento LGBT é hoje um movimento normalizado, institucionalizado, que reivindica o casamento e assume que o grupo a que pertence se perfilha dentro de uma perspectiva *Queer*: «Nós reivindicamos o *Queer* mais como uma prática política de desconstrução do que como teoria política. Aquilo que reivindicamos como teoria política é o feminismo radical. [...] O *Queer* partilha da visão das feministas de que o género é construção social e o que se pretende é aplicar essa visão à orientação sexual. Da mesma forma que não há masculino e feminino porque são construções sociais, também não há homossexualidade nem heterossexualidade.» Contudo, a terminologia LGBT não deixará de fazer sentido, se for entendida como um conjunto de identidades estratégicas, assim como a identidade das mulheres que é utilizada pelas feministas: «Somos é contra a criação de identidades fixas que se perpetuam.» Para Sérgio Vitorino e para o movimento *Queer*, as identidades são apenas estratégicas, de luta, mas na realidade essas identidades não existem: «não têm nenhuma naturalidade; trata-se de pessoas que estão juntas porque são discriminadas, segundo uma identidade que lhes é atribuída. Não há uma “homossexualidade natural”. Há uma sexualidade humana e ela é um contínuo».

Emprego das mulheres e trajectos emancipatórios

Nos finais da década de 1960, as mulheres representavam, na maioria dos países industrializados, uma parte importante da força de trabalho

assalariado[873]. Em Portugal, no início da década de 1970, as mulheres constituíam 18% do mercado de trabalho e apenas 20% exerciam uma profissão (SOUSA, 1971). A sua taxa de actividade subiu de 13%, em 1960, para 55,8% em 2006[874]. Se considerarmos, para este mesmo ano, uma base comparativa com os países da União Europeia, tendo como referência a taxa de actividade feminina entre os 16 e os 64 anos, Portugal apresenta uma taxa de 68,4%, superior à média europeia: 63,1%. Segundo a socióloga Anália Torres, existe explicação para tal diferença: «Para além das condições socioeconómicas da população e dos baixos salários masculinos, há que ter em conta a Guerra Colonial (1961-1974), os processos emigratórios e o facto do pós-revolução política de 1974 ter sido um período de acolhimento de perspectivas igualitárias.»[875]

Trata-se de uma evolução sem precedentes, que acompanha as tendências mundiais para o elevado crescimento das mulheres no mercado de trabalho, com maior incidência nos países desenvolvidos, não deixando, contudo, de ter reflexos nos países em desenvolvimento, embora com níveis diferenciados por contextos sociais e político. Em 2002, as mulheres representavam 40% da mão-de-obra no mundo[876].

Esta intensa feminização do trabalho[877] acontece, todavia, num contexto de maior precarização e de perda de direitos. Nas últimas décadas, o processo de globalização das economias, a reestruturação produtiva com a introdução de novas tecnologias e novas formas de organização do trabalho, o reforço do capital e da especulação financeira, em detrimento do peso da actividade produtiva, a desregulamentação dos mercados e da força de trabalho, assentes em perspectivas neoliberais de governação, trouxeram mudanças estruturais com reflexos de grande instabilidade na vida quotidiana com especial incidência nas mulheres. Segundo a investigadora brasileira Cláudia Mazzei Nogueira, «o processo de feminização do trabalho tem um claro sentido contraditório, marcado pela positividade do ingresso da mulher no mundo do trabalho e pela negatividade da precarização, intensificação e ampliação das formas e modalidades de exploração do trabalho [...]. A participação da mulher no mundo do trabalho cresceu e, em contraposição, as funções reprodutivas

continuaram, em grande medida inalteradas» (NOGUEIRA, C., 2004:42 e 94).

Torna-se importante também referir que nem sempre a feminização do emprego se tem traduzido numa alteração da segmentação sexual do mercado, na medida em que o crescimento se processa em profissões tradicionalmente femininas. Existe uma grande concentração das mulheres nos serviços (71% das mulheres empregadas) e as actividades mais feminizadas revelam uma divisão sexual do trabalho que se mantém ao longo dos tempos: 84% saúde e acção social, 77% educação, restauração 65%. Na indústria as mulheres continuam a concentrar-se nos têxteis (74%), calçado 60%[\[878\]](#). Apesar da maior aproximação entre as taxas de actividade das mulheres e dos homens, as diferenças salariais persistem, assim como outras discriminações no trabalho, nomeadamente em função da maternidade. As mulheres auferem salários 19% abaixo da remuneração média mensal base atribuída aos homens. As mulheres são ainda mais atingidas pelos baixos salários, tendo nelas uma maior incidência o salário mínimo nacional (13% face a 75 entre os homens)[\[879\]](#).

Acresce, ainda, que o trabalho das mulheres, no sentido lato da palavra, ou seja, o trabalho exercido na esfera da «produção» e da «reprodução», sempre foi precário, como afirma Virgínia Ferreira: «o trabalho destas foi quase sempre precário, mobilizador de competências relacionais, ocorrendo frequentemente no quadro de prestação de serviços»[\[880\]](#). Esta outra dimensão do trabalho das mulheres raramente é referida nas análises económicas e sociais, apesar do intenso debate nas décadas de 1970 e 1980 sobre o trabalho não-remunerado das mulheres, que percorreu os meios académicos e feministas. Lembremos, como exemplos, os escritos de Christine Delphy sobre o «modo de produção doméstico»[\[881\]](#); de Heidi Hartmann, sustentando que as raízes do «estatuto social» das mulheres se encontravam na divisão sexual do trabalho, produzida «pela interacção entre o capitalismo e o patriarcado» (HARTMANN, 1994), de Dalla Costa, que chegou a defender o salário para as «donas de casa» (COSTA, 1972), o que provocou grandes reacções no movimento feminista; de John Harrison[\[882\]](#), que retomou o conceito de modo de produção aplicado ao

trabalho doméstico. Trabalhos mais recentes têm procurado quebrar a invisibilidade deste trabalho e reconhecê-lo politicamente[883]. A socióloga Heloísa Perista, num interessante estudo sobre «Os usos do tempo e o valor do trabalho: uma questão de género», confere visibilidade ao tempo utilizado no trabalho doméstico, estimando o valor implícito à sua execução (HELOÍSA, 1999).

Emprego versus «emancipação» das mulheres

*Quando em 1960 se previa que a inserção
das mulheres no mercado de trabalho
seria o passo fundamental para a sua autonomia
e independência económica, e que, em consequência,
este seria o meio de alcançar a simetria entre os sexos
na divisão das responsabilidades domésticas
e dos cuidados com os filhos, subestimou-se a complexidade
destes processos de transformação.*

TORRES, Anália (2004a:18)

A equação: «trabalho da mulher fora de casa» igual a «emancipação» característica de um pensamento esquemático e simplista na abordagem dos factores de libertação das mulheres, acabou por não resistir aos obstáculos que as sociedades industriais colocaram à socialização das tarefas domésticas. É um facto que os sistemas económicos e políticos dominantes precisam de uma mão-de-obra feminina mais barata, no espaço produtivo, e de um trabalho não-remunerado, no espaço reprodutivo, preservando os mecanismos estruturais de subordinação das mulheres.

Enquanto assistíamos a uma feminização do trabalho profissional, o trabalho doméstico, não se «masculinizou». Continuou a ser para a maioria das mulheres um «assunto delas», apesar de alguma evolução de mentalidades para a democratização das famílias. Em Portugal, a partilha de tarefas no espaço familiar entre mulheres e homens tem sido alvo de vários estudos, desde o início da década de 1990[884]. No estudo aos usos do tempo, já anteriormente referido, coordenado por Heloísa Perista, foi

possível concluir que cerca de 72% das mulheres empregadas ocupavam mais de 20 horas semanais em trabalho doméstico, sendo apenas 7,7% dos homens que tinham tal sobrecarga de trabalho (PERISTA, 1999:259). A mesma socióloga, elaborou, com base no primeiro inquérito à ocupação do tempo, promovido pelo INE em 1999, algumas conclusões de interesse. Diariamente as mulheres empregadas ocupam quatro horas na prestação de cuidados à família e os homens ocupam apenas uma hora e meia. Deste modo, as mulheres têm uma jornada de trabalho mais longa, juntando ao trabalho remunerado o não-remunerado. Em relação ao tipo de tarefas desenvolvidas: 79,3% das mulheres preparam frequentemente refeições e apenas 15,8% dos homens o fazem; 79,1% das mulheres limpam regularmente a casa e apenas 8,4% dos homens afirma fazer tal trabalho; as mesmas discrepâncias acontecem em relação ao tratamento da roupa (M – 76,9% e H – 6,1%); compras habituais (M – 76,3% e H – 38,4%) (PERISTA, 2002).

Todavia, apesar desta distribuição assimétrica das tarefas familiares a desfavor das mulheres, estas não se têm afastado do mercado de trabalho. Segundo Anália Torres, para além das motivações económicas, surge a necessidade da «autonomia e capacidade de decisão no contexto conjugal, o reconhecimento de competências, a fuga ao que é pressentido como fechamento doméstico e restrição de sociabilidade» (TORRES, 2004a:144). Esta busca de autonomia e independência é, contudo, realizada em condições de grande desigualdade social e económica. Para os empregadores as mulheres são trabalhadoras com responsabilidades familiares e os homens são trabalhadores livres de tais encargos. A fórmula adoptada em países europeus de «trabalho a tempo parcial» não se tem revelado favorável para as mulheres, que acabam por acumular muito mais tarefas familiares, desresponsabilizando os homens, tornando ainda mais invisível esse trabalho não remunerado, com as consequências inerentes a uma maior precarização das relações laborais.

Poder-se-á reflectir sobre as medidas governamentais inseridas nos Planos para a Igualdade com o objectivo de combater as discriminações no trabalho. Segundo a socióloga Virgínia Ferreira: «O balanço de quase duas

décadas de programas de igualdade de oportunidades é negativo, se colocarmos nos pratos da balança os objectivos iniciais e os resultados obtidos. As principais razões prendem-se com a individualização e a atomização inscritas na matriz social em que a definição das políticas de igualdade de oportunidades se inspira. [...] O que se passa, então, é que as políticas de igualdade de oportunidades quando muito ajudam as mulheres a ampliar as suas oportunidades numa base individual e não estrutural. Aliás, é isso que significa «igualdade de oportunidades», remetendo-nos para uma sã e justa concorrência entre indivíduos. Neste processo o Estado surge como o elemento progressista. [...] Se a igualdade não é alcançada tal fica a dever-se às suas próprias vítimas, às mulheres que não conseguem fazer melhor [...].»[885]

Apesar de as políticas de «acção positiva» procurarem influenciar uma igualdade de resultados, o certo é que as discriminações no mercado de trabalho persistem e que a maior sobrecarga das mulheres com duplas e triplas jornadas de trabalho remunerado e não remunerado, no apoio aos filhos, aos idosos, à família, fazem do seu processo de «emancipação» um processo muito complicado, em especial, por parte daquelas que, por dificuldades económicas, não depositam parte do trabalho doméstico em alguém a quem pagam, normalmente outras mulheres. Poder-se-ia pensar que esta assimetria de género nas tarefas familiares não atingisse as novas gerações. Contudo, o estudo coordenado por Heloísa Perista sobre os usos do tempo, demonstra que tal assimetria persiste entre os indivíduos com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos, o que pode indiciar «uma reprodução das práticas de afectação de tempos ao trabalho não pago entre as gerações mais jovens» (PERISTA, 2002:473).

A gestão e usos do tempo: um obstáculo aos trajectos emancipatórios

A qualidade de vida das pessoas está cada vez mais ligada aos usos do tempo, às formas encontradas para o lazer, para actividades alternativas aos quotidianos vividos sob *stress*. Mulheres e homens usam o tempo e gerem-no de forma diferente. Algumas vezes, por opções próprias que advêm de

factores culturais e de socialização. Na maior parte dos casos por condicionalismos sociais impostos por uma divisão sexual do trabalho, que continua a sobrecarregar as mulheres, como foi anteriormente referido.

O tempo de lazer deixou de ser considerado como algo supérfluo, mas como um direito das sociedades mais avançadas. Contudo, a redução de horário de trabalho para mulheres e homens no novo milénio é algo cada vez mais distante, apesar da grande evolução das novas tecnologias. A precariedade, insegurança laboral e perda de direitos acabam por provocar a acumulação de muitas horas de trabalho por necessidades de sobrevivência. Todavia, a multiplicidade de funções assumidas pelas mulheres, condiciona o espaço para os tempos de lazer, para o convívio fora do local de trabalho ou da família. Cinquenta e sete por cento das mulheres sentem, normalmente, que andam apressadas e que o tempo não lhes chega para fazer tudo o que pretendiam em termos de vida pessoal. Este sentimento estende-se durante o fim-de-semana, onde a percepção de falta de tempo continua a ser mais forte nas mulheres. Em relação às formas desejadas de ocupação dos tempos de lazer existem também diferenças entre mulheres e homens. Para além do «lazer passivo» e do convívio familiar em que homens e mulheres sentem idênticas necessidades, as mulheres aspiram mais a viajar ou a ir a espectáculos do que os homens, o que poderá significar um desejo de ter outros espaços de convívio, espaços estes que os homens sempre possuíram no seu relacionamento com amigos fora de casa (PERISTA, 2002:469).

Na medida em que «os padrões de afectação dos tempos de mulheres e homens surgem marcados por uma profunda assimetria» (PERISTA, 2002:471), redesenhar novas configurações sociais para a importância e uso do tempo será decerto uma reivindicação feminista com a qual toda a sociedade tenderá a beneficiar. A economista Rachel Silvera da Universidade de Paris-I considera que o tempo constitui um dos pontos-chave da igualdade entre mulheres e homens e um factor explicativo central das diferenças entre os sexos. «C'est sur le temps que reposent en effect les principales formes de discrimination. Mais c'est aussi par le temps que désormais s'ouvrent de nouvelles perspectives, de nouveaux

enjeux de l'égalité». [\[886\]](#)

VI

Uma Nova Agenda Feminista. Situação das Mulheres no Novo Milénio. Desafios Colocados.

Uma Nova Agenda Feminista Plural,
Abrangente e com Elevado Nível de Exigência

Reflectir sobre uma nova agenda feminista no novo milénio pressupõe ter a noção da pluralidade dos feminismos, tal como afirma Françoise Collin: «O feminismo é plural, nutrido de posições diversas não só quanto ao conceito de diferença de sexos quanto às estratégias a utilizar. Trata-se de um debate permanente, teórico, mas também político, como revelam os debates sobre paridade e o uso do véu nas escolas, ou ainda as posições sobre a prostituição e as novas tecnologias de reprodução» (COLLIN, 2005:20). Ainda, segundo esta feminista, o movimento de mulheres caracteriza-se por «uma política de acção permanente» que formula e reformula as questões problemáticas.

Para a feminista brasileira Rósiska Darcy de Oliveira, «a pauta do feminismo cresceu para um grande nível de exigência», porque os desafios que se colocam à humanidade são imensos, perante uma sociedade globalizada e que sofreu, numa geração, enormes rupturas. A gestação de novos valores está colocada e as mulheres terão de estar à altura de ter um olhar, do ponto de vista das mulheres, numa reflexão constante de um contexto em mudança. Por isso, para Rósiska Darcy de Oliveira os desafios para o novo século não são os instrumentos que venham a ser utilizados, mas a qualidade do pensamento das mulheres. Ainda segundo a sua opinião, «o século XXI começou com a Conferência de Pequim sobre os Direitos das Mulheres, em 1995», mas é preciso reflectir que muitas questões ficaram por negociar, pelo que persistem questões nevrálgicas, no

mundo de hoje, relativas a direitos das mulheres, mas a sua ocultação é de tal ordem que não surgem como nevrálgicas.[\[887\]](#)

Sendo este, um dos grandes desafios que se colocam às mulheres: dar visibilidade a questões ainda por resolver em muitas partes do mundo, como seja por exemplo, o simples acesso à palavra numa situação de igualdade ou, ainda, a partilha do tempo em sociedades mais avançadas. Desta forma, fará parte de uma nova agenda feminista, redesenhar uma nova temporalidade da qual as mulheres não podem sair em desvantagem, dado que a sua entrada no espaço público no século passado, se fez à custa de muitos «sacrifícios» pessoais. Sendo a questão do «tempo» algo trazido pelas mulheres para o debate público, trata-se de um problema que hoje envolve toda a sociedade, dadas as exigências de competitividade colocadas no mundo do trabalho, a perda de direitos, as muitas horas trabalhadas em situação de precariedade, que têm conduzido a uma «escravatura moderna», onde falta tempo para o lazer e para outros espaços de valorização e satisfação pessoal.

Apesar da existência de muitas questões específicas por resolver que fazem parte de uma agenda feminista para o futuro, esta está cada vez mais ligada às grandes questões da Humanidade sobre as quais as mulheres têm uma palavra a dizer. Decerto que ao falar-se de «uma» agenda feminista se terá de ter em conta a multiplicidade de agendas que esta poderá conter. Conceição Nogueira, investigadora, afirma mesmo que: «Ao nível global não se pode falar de uma única agenda feminista, mas de várias. Em Portugal, há uma agenda feminista pouco clara, ainda. [...] Tendo terminado a reivindicação da despenalização do aborto começam a surgir um conjunto de questões que ficaram por tratar. Isso vê-se, pelo interesse que as pessoas passam a ter por outros temas, por exemplo pela saúde, pela política, pelo poder, pelas questões da sexualidade. Diremos que as questões surgem muito mais segmentadas. A despenalização do aborto unia. Tendo a paridade passado a lei, também aqui a questão reivindicativa mais premente foi de certo modo ultrapassada.»

Também, para Maria José Magalhães, investigadora e dirigente da UMAR, a agenda feminista, consensual, teve como base o aborto, as

questões da paridade, do equilíbrio do poder entre mulheres e homens nos diversos contextos de vida, nomeadamente, nos cargos de decisão, no poder político, embora considere que na esfera doméstica, ainda exista muito por «resolver». Contudo, outras questões estarão em aberto, como a questão da prostituição. «Tem havido um certo prurido em pegar neste tema, porque ele vai dividir as feministas.» Considera, ainda, que as questões em torno das orientações sexuais, do casamento entre homossexuais e da adopção, assim como o tráfico de mulheres ou a mutilação genital feminina são outras matérias para uma agenda feminista. A violência continua também na agenda das feministas que passou para a agenda política pública. Do seu ponto de vista, existe outra situação não completamente agarrada pela agenda feminista: os problemas das mulheres das classes trabalhadoras e dos grupos sociais mais desfavorecidos. Também urge reflectir sobre as situações de discriminação vividas pelas mulheres negras, imigrantes, ciganas. «Tem sido feito algum esforço de articulação de agendas, mas não tem havido muita ligação a esses sectores de mulheres, que pertencem também a outros eixos de opressão que se cruzam com os de género, mas que aqui não se esgotam completamente. Esta não é uma questão consensual nas feministas em Portugal, nomeadamente nas investigadoras.»

A percepção de que existe necessidade do feminismo se virar mais para as mulheres dos grupos sociais desfavorecidos surge, também, através da afirmação da investigadora Amélia Valcárcel, no prólogo à edição castelhana do livro *Ni Putes Ni Soumises*: «Nos últimos anos as feministas travaram batalhas quase «reservadas»; centrando-se na luta pela paridade, quase só se dirigiram às mulheres das classes médias e altas e esqueceram-se das mulheres dos meios populares. Foi muito importante que se tenha aprovado uma lei sobre a paridade, depois de tantos anos. Há que voltar as nossas lutas contra a violência sexista, contra as formas de violência conjugal, pela igualdade salarial, em todos os campos onde a igualdade entre os sexos não é respeitada.»

Para Teresa Cunha, dirigente da AJP, existe cada vez maior espaço para uma agenda feminista. Contudo, existe também um certo «desgaste» com o

termo «feminismo» que não tem que ver com a necessidade do seu conteúdo, pois, «mesmo nos países onde a igualdade formal está garantida, não existe ainda uma ruptura sexista». Deste modo, há necessidade de renovação do discurso. «Eu creio que o discurso feminista tal como o conhecemos dos anos 60 e 70 e mesmo mais recentemente precisa de uma renovada compreensão. Até porque o mundo mudou muito e as mulheres mudaram a visão sobre si e sobre o mundo e ainda não temos um discurso que permita interpretar essas novas subjectividades. Isso para mim tem sido fundamental.»

Sobre a «renovação do discurso», Maria José Magalhães, não colocando de lado esta questão, considera, contudo, que os discursos sobre os feminismos têm vindo a ser mudados. «Vinte anos depois teria de ser mesmo assim. Seria inusitado que os discursos fossem iguais. Uma área de renovação dos discursos é a da família e do casamento. [...] Na própria reivindicação dos grupos LGBT há um novo entendimento sobre o casamento.» Para Maria José Magalhães, existem ainda outras coisas que também mudaram. Por exemplo, o conceito de movimento feminista e da militância feminista. «Nos anos 80, as organizações radicais faziam muita questão de que as reuniões e a forma de funcionamento fossem um contraponto àquilo que se considerava a forma masculina de funcionar. Queriam introduzir a dimensão pessoal, afectiva, criativa, artística. Hoje existem outros movimentos, que de certo modo, adoptaram algumas destas referências. O primeiro FSP trouxe para a manifestação de rua outras formas de estar e de reivindicar, por exemplo.» Uma outra área onde teria havido mudança foi nas questões da linguagem. «Hoje, para além das feministas, muitas outras pessoas são contra a linguagem sexista.» Também para Ana Campos, houve mudança em alguns discursos. «Por exemplo: assumir as mulheres como «coitadas ou como vítimas. Este é um discurso, que as feministas actuais já não usam. Mas parece-me que o discurso actual ainda visa muito as mulheres e tem de passar a visar os homens. Pelo menos, ao nível da sexualidade e do envolvimento dos homens; nós, profissionais de saúde, que reflectimos sobre isto, já chegámos à conclusão de que este é um aspecto marcante.»

Tendo em consideração as opiniões anteriores, a agenda feminista terá de ter em consideração não só novas temáticas como outras formas de discurso e de acção. Segundo a investigadora Sofia Neves, há necessidade de «ir adaptando os nossos discursos às novas exigências sociais». E acrescenta: «Eu não concordo nada com a ideia que algumas pessoas têm de abandonar o termo «feminismo», porque é redutor. Eu acho que não. Negar o termo é negar a história. É negar a importância que estes movimentos tiveram. Mas de alguma forma nós também temos de ser capazes de evoluir. Fazer com que o feminismo acompanhe estas alterações sociais, culturais, políticas.»

Regina Marques, dirigente do MDM, considera que a agenda feminista é «imparável»: «Sendo as mulheres sujeitos activos de cidadania não se podem alhear dos problemas ecológicos, dos problemas do terrorismo internacional e das consequências que daí advêm com países inteiros a serem massacrados. As mulheres têm novos problemas, como violações, resultantes das guerras, mas também porque as mulheres são desconsideradas a alguns níveis e veja-se no Iraque e nos países islâmicos onde há um conjunto de reivindicações das mulheres que tem que ver com o seu estatuto. Para além destas questões, que não têm a ver com o início do milénio, mas com condições políticas, sociais, existem problemáticas nas quais as mulheres estão perfeitamente engajadas e comprometidas.» Deste modo, na sua entrevista, Regina Marques considera, que em Portugal, «a taxa de desemprego continua a ser gritante e a aumentar», destacando este como «um grande problema das mulheres, que as feministas não podem ignorar, tanto mais que dos milhares de pessoas sem emprego as mulheres são as primeiras a ser despedidas e as que têm salários miseráveis, para além da segregação profissional e da precariedade. Deste modo, «apesar das promessas de sucessivos governos e da promessa da Igualdade, as discriminações mantêm-se e a agenda feminista não pode escamotear estas questões, nem pode ignorar, pese embora outras questões como o direito à cidadania, à participação, ao reconhecimento».

Segundo a opinião de Maria do Céu Cunha Rego, secretária de Estado

para a Igualdade em 2001/2002, terá maior interesse falar de uma «Agenda para a Igualdade»: «Eu gosto mais de falar de uma Agenda para a Igualdade de Género, porque para mim só pode haver Igualdade quando mudar o olhar dos homens e o das mulheres. Assumir o feminismo nessa lógica de agenda feminista pode ficar na cabeça de muita gente a noção de quem tem de mudar são as mulheres ou que tem de se mudar por causa das mulheres, o que não corresponde à realidade. Estes 30 anos já nos mostraram que não são só as acções positivas que chegam para alcançar a Igualdade. Nem mesmo o *mainstreaming*. O que tem de mudar são os mundos reservados. Para mim, uma das questões mais fortes em termos de Agenda para a Igualdade é criar as condições para que os homens se possam dedicar com energia e conhecimento ao cuidado, ao trabalho não remunerado. Toda a política do poder faz-se com todos os poderes. O poder económico, o poder do tempo. A dicotomia “esfera pública”, “esfera privada” tem de ser claramente repudiada. Para mim não há determinismo de género. A participação política das mulheres tem de ser feita ao mesmo tempo que os homens assumem as questões do privado. O direito de cuidar e o dever do cuidado são responsabilidades fundamentais de homens e de mulheres. A linguagem é nisto tudo uma questão estratégica por isso eu prefiro falar de uma Agenda para a Igualdade. Há ainda largos sectores de mulheres que consideram que assumir o feminismo as desvaloriza, as marginaliza.»[888]

Ana Monteiro Ferreira investigadora em estudos sobre as mulheres, considera que «uma agenda feminista» pode ser redutora, no sentido de uma agenda exclusivamente das mulheres: «O problema é fundamentalmente de relações humanas. E, as relações humanas são as relações de existência que passam por todas as formas de relacionamento religiosas, políticas, sociais, culturais. Se calhar perdemos se não conseguirmos fazer tudo polifacetado. As diversas dinâmicas que contribuem para determinadas alterações ou manutenção de estruturas sociais. A pensar numa agenda feminista ela teria de ser integrada numa agenda política mais geral e não como um acto isolado.» Este tipo de preocupações de procura de um conceito de feminismo abrangente que

inclua mulheres e homens e que pudesse servir de base a uma análise histórica comparada através dos séculos, levou a investigadora histórica Karen Offen a identificar com os feminismos mulheres ou homens cujas ideias e acções correspondiam a três critérios: reconhecimento da validade das interpretações das próprias mulheres sobre a sua experiência vivida e necessidades, assim como os valores reclamados na apreciação do seu estatuto social face aos homens; consciência, desconforto e até revolta face às desigualdades e à injustiça em relação às mulheres; defesa da eliminação dessas injustiças e desigualdades, procurando alterar ideias, práticas sociais e institucionais. Desta forma, Karen Offen considerava que «ser feminista é ser contrário à dominação masculina na cultura e na sociedade, qualquer que seja o local geográfico ou a situação histórica» (OFFEN, 2008:36). Uma agenda feminista poderá ser assim reclamada por mulheres e homens.

Segundo a feminista Christine Delphy, actualmente, «uma grande parte da acção feminista é realizada por grupos compostos por mulheres e homens, sendo este carácter misto necessário à irradiação da acção feminista por um grande número de espaços, quer militantes quer institucionais, como é o caso da investigação nas universidades». Estas ligações mistas são simultaneamente sinal da capacidade de acção feminista para conquistar uma ampla audiência e condição do êxito necessário para ter influência[889]. Considera, contudo, que não é obsoleto o carácter não misto de agrupamentos. Colocando e partilhando experiências, as mulheres conseguiram tecer uma perspectiva crítica feminista, que foi o motor de grandes rupturas do século xx face às sexualidades, à violência conjugal e à dominação masculina. Ainda, segundo Christine Delphy, «a prática não mista continua a revelar-se necessária, pois os homens não têm o mesmo interesse – objectivo e subjectivo – em lutar pela libertação das mulheres». Acresce, ainda, que devem ser as mulheres a definirem os caminhos para se libertarem das opressões. «É impossível fazê-lo em presença de pessoas que, por um lado, pertencem ao grupo objectivamente opressor e, por outro lado, não sabem, e não podem saber, a não ser em circunstâncias excepcionais o que é uma

pessoa ser tratada como «uma mulher, uma negra, uma lésbica, uma árabe», durante toda a vida, todos os dias. Nenhum grau de empatia pode substituir a experiência.» Considerando que os homens também têm um papel a desempenhar no movimento feminista, Christine Delphy afirma que não pode ser o mesmo que o das mulheres. E estas não podem também ter um discurso exterior à realidade da sua própria opressão, pois a luta política deve ser alimentada pela consciência vivida. «Quando as mulheres esquecem que são elas as ofendidas e humilhadas de quem falam, a força já não está com elas. Conservar e reencontrar o que origina esta força representa também um dos desafios do novo século para o movimento feminista.»[\[890\]](#)

Entender as diferenças entre as feministas em termos de pensamento e acção é outra questão essencial na actualidade. A historiadora Michelle Perrot particularmente atenta aos novos sinais dos tempos, alerta para essas diferenças: «Sobre o voto, o trabalho nocturno, o aborto, a paridade as feministas estiveram divididas. E ainda sobre a maternidade e a homossexualidade. Os recentes debates sobre a prostituição, a pornografia, a interdição do uso de véu nas escolas mostraram as diferenças de posicionamentos» (PERROT, 2004:13). Em artigo, publicado no *L'Express* de 1 de Março de 2004, a mesma historiadora afirmava : «É preciso continuar a ousar dizer “eu sou feminista” com uma coragem tranquila e sem agressividade contra os homens. O feminismo mudou de rosto. Ele é plural.»

Situação das Mulheres e Desafios Colocados

As diversas vozes que se fizeram ouvir sobre a acuidade de uma agenda feminista com uma pluralidade de questões ou de múltiplas agendas feministas reflectem uma polifonia de perspectivas para os feminismos em termos futuros.

Terminada que foi a luta pela despenalização do aborto que absorveu durante três décadas grande parte das energias dos feminismos em Portugal, novos espaços de reflexão e de intervenção se abrem onde coexistem novas e velhas causas. Causas sobre as quais, como afirmou

anteriormente Michelle Perrot, as feministas têm diferentes posicionamentos ou constroem análises a partir de diversos pontos de vista: prostituição, tráfico de mulheres, paridade, maternidade/paternidade, usos e gestão do tempo, sexualidades, trabalho, paz, violência de género, direitos humanos, direitos ambientais, sexismo na linguagem e nas atitudes, educação, saúde, direitos sexuais e reprodutivos, direitos LGBT, direitos das mulheres imigrantes, participação política, social e económica, religiões, as questões do cuidado, das relações na intimidade, o conhecimento científico e os saberes, entre outras. Contudo, verifica-se uma tendência comum para uma abordagem mais holística dos problemas, onde se constroem novos valores capazes de enfrentar um contexto global em mudança.

Os problemas vividos pelas mulheres em Portugal, na Europa e noutras regiões do mundo têm em comum a mesma base discriminatória de uma sociedade onde a dominação masculina continua a ter muito peso, mas diferem nas formas e níveis de intensidade, embora cada mulher atribua à situação vivida uma dimensão própria. Os chamados crimes de honra, a morte por apedrejamento, a mutilação genital, as violações em cenário de guerra, a fome com rosto de mulher, os casamentos forçados, cruzam-se com as mortes por violência, às mãos dos homens com quem se vive, com as desigualdades salariais e em função da maternidade, com as duplas e triplas tarefas, com a homofobia e o sexismo, com a reduzida participação no poder político, com a precariedade dos quotidianos, com a opressão da escassez do tempo, numa sociedade onde os níveis de escravidão do trabalho atingem proporções inimagináveis no século XXI.

Podemos afirmar que em Portugal se vive uma situação paradoxal, onde os avanços registados nas últimas décadas enfermam de uma «doença estrutural»: o sexismo nas mentalidades, nas atitudes e nas relações de poder entre mulheres e homens. Os elevados níveis de qualificação das jovens que saem das universidades não se traduzem na eliminação das desigualdades salariais. O avanço nas mentalidades quanto às relações mais democráticas na família, não tem provocado alterações significativas na partilha das tarefas domésticas, registando-se mesmo uma reprodução

da divisão sexual do trabalho nas novas gerações. Apesar das campanhas a favor da paridade e da aprovação da lei, as assimetrias de gênero continuam a ter muito peso no poder político. A violência nas relações de intimidade continua a ter uma dimensão significativa, apesar das medidas protagonizadas nos planos governamentais contra a violência.

Uma ou várias agendas feministas, neste contexto, terão de estar ligadas às agendas de outros movimentos, abrangendo diversos sectores sociais. As perspectivas feministas não poderão ser ocultadas nem diluídas, mas terão de ter a capacidade de se entrelaçar, influenciando, renovando os discursos políticos e criando novas abordagens da política, da cultura e do social.

VII

Conclusões da Primeira Parte

Pensamento e acção feminista na segunda metade do século XX em Portugal

Década de 1950 – «uma militância, sem dúvida corajosa, mas que não questionou a subordinação das mulheres fora do campo dos direitos políticos»[\[891\]](#)

O desfecho da Segunda Guerra Mundial com a derrota do fascismo levantou algum alento ao movimento oposicionista em Portugal. As movimentações de então trouxeram mulheres a uma participação política, que se estendeu às décadas seguintes.

No início dos anos 50, os espaços de organização e de reivindicação feminista tinham-se esboroadado com a extinção compulsiva do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas e da Associação Portuguesa Feminina para a Paz. O activismo das mulheres passou a centrar-se na luta antifascista. Nas prisões, nas vivências difíceis da clandestinidade, nas campanhas políticas em torno da candidatura de Humberto Delgado, tal com tinha acontecido anteriormente com Norton de Matos, existiram mulheres de grande valor que conseguiram vencer as barreiras da invisibilidade. Muitas outras, porém, não assumindo posições de destaque, apesar do importante papel que desempenharam, foram ficando nas brumas do esquecimento.

As reivindicações de cariz feminista acabaram por se ir diluindo, apesar da formação de comissões de mulheres no movimento oposicionista, caso do MUD e do MND, que levantaram alguns problemas relacionados com a situação das mulheres, mas sempre em estreita ligação, e de certo modo condicionados, às questões democráticas gerais. O discurso antifeminista do regime salazarista e a tentativa de mobilização das mulheres em torno

dos valores da domesticidade moldados pelo «bem da família e do Estado» condicionou ideologicamente a sociedade portuguesa.

Na luta contra a ditadura, as oposições não foram portadoras da memória histórica dos feminismos das décadas de 1920 e de 1930, até porque as reivindicações feministas eram tidas como secundárias no contexto mais geral da luta política. A «naturalização» das mulheres acabou por se transmitir ao próprio funcionamento dos movimentos e organizações políticas.

Numa década em que a palavra «feminismo» deixou de fazer parte do vocabulário dos círculos oposicionistas, ao contrário do que tinha acontecido nos discursos, embora nem sempre consequentes, dos meios republicanos, as mulheres não deixaram de participar nas acções contra o regime. A «luta antifascista» foi o mote mobilizador. O feminismo diluiu-se no antifascismo.

Década de 1960: a falta de referências feministas no movimento estudantil e na sociedade impediram um movimento próprio. As questões democráticas e de classe não se entrelaçaram com as questões de género

Na Europa e nos Estados Unidos, a década de 1960 foi a época do início de grandes rupturas com concepções conservadoras sobre a família, o casamento, as sexualidades e o papel das mulheres na sociedade. Foi o tempo do despertar dos «movimentos de libertação das mulheres». O livro de Betty Friedan, *A Mística da Mulher* tornou-se o *best-seller* da década.

Contudo, em Portugal, as aspirações de mudança por parte de muitos e de muitas jovens que se envolveram nas lutas estudantis continuaram a ter o mesmo quadro de fundo: um país onde a luta contra a ditadura salazarista, cerceadora das mais elementares liberdades, continuava a absorver todas as energias e onde as dimensões de classe e de género não se cruzavam.

Uma nova concepção do amor e da sexualidade surgia entre a juventude. A polémica criada em torno da *Carta a uma Jovem Portuguesa*, na Universidade de Coimbra, constituiu um indicador de que as fronteiras do

proibido sofriam ligeiros recuos e de que as relações entre rapazes e raparigas começavam a ter algumas alterações. Todavia, a falta de referências feministas no movimento estudantil e a escassez de ligações ao Maio de 68 em França criaram um terreno pouco favorável para o desenvolvimento de uma crítica feminista, capaz de gerar movimento próprio.

Nas crises estudantis, as jovens participavam em greves e manifestações, mas era enorme o défice de mulheres candidatas nas listas para as associações de estudantes. Contudo, tal como eles, elas foram presas e torturadas, assim como se encontraram nas prisões com mulheres de outros sectores sociais, que foram exemplos de grande coragem. Muitas vinham de uma vida na clandestinidade, de tarefas nem sempre valorizadas, mas que tinham sido suportes da resistência dos comunistas à ofensiva do regime contra a oposição.

A década de 1960 é também o período em que o campo da oposição se alarga, apesar da forte censura que se fazia abater sobre a intelectualidade portuguesa e do impedimento da entrada no país de publicações com novos valores e concepções. O envolvimento de católicos e de católicas na luta contra o regime e contra a Guerra Colonial mobilizou outros sectores sociais.

O eclodir da Guerra Colonial precipitou a crise do regime e semeou uma onda de protestos, em especial, a partir do final da década. Mesmo por parte das mulheres a quem o regime tentava convencer da «abnegação» que representava apoiar a ida de maridos e de filhos para a «nobre missão de defesa da Pátria», a revolta cresceu. Muitas envolveram-se não só na luta política, como nos caminhos de uma maior autonomia em termos de emprego e de redes sociais de convivência. A saída da força de trabalho masculina para a emigração e para a Guerra Colonial abriu novas oportunidades de emprego para as mulheres e as empresas multinacionais instaladas em Portugal, nesta década, aproveitaram essa mão-de-obra mais barata. É também do final da década os primeiros debates sobre a situação das mulheres, após um longo período de ausência de espaços mais vocacionados para a organização e reivindicações próprias. Durante duas

décadas, desde a extinção compulsiva do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, até à formação do MDM, em 1968, as mulheres portuguesas não tiveram oportunidade de fazer um percurso próprio de reivindicação e de recuperação da memória histórica das lutas feministas e, ainda, de tecer caminhos que entrelaçassem as questões democráticas e de classe com as questões de género.

O regime, sem grande sucesso, procurou mobilizar as mulheres através das organizações que criou: a OMEN, a MPF e o MNF. As oposições secundarizaram a necessidade de organizações próprias de mulheres, porque a sua base ideológica, apesar das diferenças era comum: às mulheres competia serem companheiras e mães, infra-estruturas de apoio aos maridos e camaradas envolvidos na acção antifascista, serem também lutadoras contra o regime, porque dessa luta dependeria, no futuro, uma outra sociedade onde elas, finalmente seriam «emancipadas». É esta concepção que vai marcar as esquerdas políticas, mesmo após o 25 de Abril, apesar do grande protagonismo das mulheres, nesse período histórico.

Uma ruptura histórica vai ter particular significado na década de 1970: a queda da ditadura salazarista e a instauração da democracia no país com o 25 de Abril de 1974. Contudo, o corte de memória histórica em relação aos feminismos das primeiras décadas do século xx iria influenciar a falta de visibilidade dos feminismos em Portugal, apesar do contributo valioso das *Novas Cartas Portuguesas*, de Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa.

Década de 1970: uma época de mudanças

A década de 1970 foi marcada por mudanças fundamentais no estatuto das mulheres portuguesas. O 25 de Abril de 1974 trouxe consigo a democracia política e as condições para essas mudanças.

A publicação das *Novas Cartas Portuguesas*, em 1972, o processo de apreensão da obra e o julgamento das três autoras acabaram por ter maiores repercussões em termos de solidariedade feminista no exterior do que no país, mas não deixaram de trazer as sementes para a formação da primeira

associação portadora das ideias do feminismo de segunda vaga: o Movimento de Libertação das Mulheres.

Também no início da década, no período de 1972 a 1974, os suplementos de alguns jornais e, muito em especial, o suplemento *Presença da Mulher* do *República* introduzem alguns temas de debate feminista, apesar da inundação das revistas femininas orientadas para a culinária, moda, decoração e correio sentimental. Ressalva para a revista *Modas e Bordados* que consegue integrar temas relacionados com os direitos das mulheres.

Todavia, o maior protagonismo das mulheres no campo da oposição continua limitado na primeira metade da década. No III Congresso da Oposição Democrática realizado em Aveiro, uma única mulher falou na sessão de abertura: Maria Barroso e, uma única mulher, protagoniza o seu encerramento: Virgínia de Moura. Das 70 teses, apenas 6 são apresentadas por mulheres. Nas eleições de 1973 houve um maior despertar da oposição para as temáticas das mulheres, mas a sua participação como candidatas nas listas é ainda muito limitada. Há círculos eleitorais onde não existe uma única mulher e em círculos importantes como Porto e Setúbal surge uma única mulher em cada uma das listas. Maria Lamas continuou a ser uma referência para as mulheres e para toda a oposição. Assim o demonstra a homenagem promovida pelo jornal *República*, em 1973, na altura do seu 80.º aniversário.

Uma nova geração de mulheres jornalistas, escritoras e activistas irá procurar estabelecer pontes e laços históricos, apesar de a perda da memória histórica dos feminismos das três primeiras décadas do século xx ter marcado algumas das fraquezas do movimento feminista após Abril de 1974. A grande participação das mulheres neste período histórico representou um período ímpar de cidadania participativa sem que, contudo, esta se tivesse traduzido no impulsionar de um forte movimento de características feministas onde as reivindicações de cariz novo pudessem ter eco na sociedade portuguesa.

Deste modo, a luta pela despenalização do aborto surge tardia e impulsionada por grupos e associações feministas de pequena dimensão,

mas que conseguiram colocar esta questão na agenda política do país, apesar dos entraves dos principais partidos políticos. Os julgamentos de Maria Antónia Palla e de Conceição Massano impulsionam a formação da CNAC que desempenha um importante papel. Os ventos da segunda vaga dos feminismos são captados por estes grupos e associações que ousam trazer para a cena política as novas áreas de intervenção feminista: a violência doméstica, a liberdade de dispor do corpo, as sexualidades, a contracepção e a legalização do aborto. É esta última luta que marca a acção feminista dos anos 70 e que se irá prolongar por mais duas décadas, até 2007, ano em que através de um segundo referendo, é possível fazer uma lei que despenaliza o aborto, a pedido da mulher, nos serviços de saúde, tal como era reivindicado pelas feministas que falaram, pela primeira vez, de uma questão tão polémica na sociedade portuguesa.

Década de 1980: outras formas de acção; direitos das mulheres, sim; feminismos... ainda não!

Num quadro internacional marcado, no final da década, por um *backlash* contra os feminismos, como tão bem caracterizou a jornalista norte-americana Susan Faludi, os anos 80 foram de alguma vitalidade na área dos direitos das mulheres, em Portugal. Na primeira metade da década, o centro da acção continuou a ser a luta pela despenalização do aborto com os debates no Parlamento em 1982 e em 1984, com a intervenção de plataformas de acção comum, como a CNAC e, ainda, com a publicação de revistas e boletins de grupos e associações da corrente radical dos feminismos. Contudo, terminada que foi esta primeira etapa de luta pela despenalização do aborto, estes grupos e associações perdem poder de intervenção, persistindo alguns até ao final da década, altura em que algumas das suas activistas se ligam aos estudos académicos ou transferem o seu activismo para outras associações.

Na segunda metade da década, começam a surgir seminários em torno de temas como a violência sobre as mulheres, assim como colóquios pioneiros nos estudos sobre as mulheres. É também a época da formação de novas associações de mulheres, da criação de plataformas de acção

comum e da ligação a instituições internacionais, não só pelas actividades de balanço da década da mulher (1975-1985), promovidas pelas Nações Unidas, como também pela criação ao nível da Europa de estruturas agregadoras da acção das ONG de defesa dos direitos das mulheres.

A maior ligação institucional das associações por via do Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres leva a que algumas análises equacionem o crescimento de um «feminismo institucionalizado», dado que muitas ONG não tinham papel para além das acções desenvolvidas no âmbito desse Conselho Consultivo, que na época teve um papel importante na dinamização de seminários e debates em torno de temas inovadores, como por exemplo, o «assédio sexual» e a «participação das mulheres no poder político», sendo que o tema da paridade só surge com maior força na década de 1990.

Não se pode falar propriamente de um retrocesso dos feminismos nesta década, mas de uma mudança das formas de acção e de mobilização mais viradas para o trabalho de *lobby* ou de «grupos de pressão». As características do trabalho das associações também mudaram. As novas associações surgem menos generalistas e mais orientadas para sectores profissionais ou para áreas de intervenção, característica que se vem a acentuar na década seguinte. Apesar da multiplicação de seminários e de colóquios sobre os direitos das mulheres, a palavra «feminismo» continuou arredada da generalidade das iniciativas. A falta de reflexão e de debate sobre os feminismos persistiu como pano de fundo, que só o avanço dos estudos sobre as mulheres, na década seguinte, vem a criar condições para o início de um debate se bem que ainda pouco aprofundado.

Através deste breve balanço de actividades, pode-se concluir que a década de 1980 não correspondeu a um recuo das lutas pelos direitos das mulheres. O aborto permaneceu na agenda política na primeira metade da década. Houve mudanças, porque se extinguiram alguns grupos e associações, mas outros conseguiram afirmar-se num terreno mais alargado de trabalho, através de plataformas comuns como foi o caso da Coordenadora Nacional de Mulheres e das ONG do Conselho Consultivo da CIDM. As causas também foram mudando. Continuando em aberto a

questão-chave para os feminismos: a despenalização do aborto, que a lei aprovada em 1984 não resolveu, os feminismos de cariz menos radical foram acumulando forças num trabalho com maior visibilidade junto de instituições, levantando novas causas como as questões do «poder político e da participação das mulheres no poder», que veio a desembocar na luta pela paridade nos anos 90, a «violência sobre as mulheres» levantada pelos primeiros grupos feministas, mas que também só encontra respostas na década seguinte. O surgir de novas associações de mulheres também foi uma novidade da década de 1980 em Portugal. Nem todas se afirmaram feministas, porque os receios e a falta de debate continuaram a marcar este tempo, mas foram portadoras de uma intervenção em áreas mais específicas, que se abriram à afirmação dos direitos das mulheres. Entretanto, as associações já existentes continuaram a sua caminhada. Momentos existiram em que souberam convergir. Neste livro, também se fizeram convergir quatro vozes de mulheres com significativo peso na sociedade portuguesa em termos de intervenção virada para os direitos das mulheres: Maria Alzira Lemos, uma das primeiras deputadas do pós-25 de Abril, a jornalista Maria Antónia Palla, a escritora Maria Teresa Horta e Maria de Lourdes Pintasilgo, a única primeira-ministra em décadas de História. Quatro mulheres, cujas vidas se entrelaçaram com os feminismos e que deixaram as suas marcas na sociedade portuguesa, apesar das invisibilidades que continuam a pesar sobre elas.

Década de 1990 e novo milénio: as novas e velhas causas entrelaçam-se num discurso mais aberto e afirmado sobre os feminismos

Uma das principais marcas da década de 1990 foi a transnacionalização dos feminismos, não só com a Conferência das Nações Unidas sobre os Direitos das Mulheres em Pequim (1995) e com outras conferências, onde as mulheres tiveram uma participação activa (Eco-92; Conferência de Viena sobre Direitos Humanos, 1993; Conferência do Cairo, 1994), mas também porque, no final da década, surgem redes de mulheres que lançam as suas acções a partir da década de 2000, como foi o caso da Marcha Mundial de Mulheres. A articulação entre estas redes e os fóruns mundiais

alterglobalização contribuiu para algum rejuvenescimento do movimento feminista, em termos etários e de envolvimento de mulheres de sectores mais desfavorecidos, como foi evidente no IV Fórum Social Mundial na Índia. Em Portugal, a ligação às redes feministas internacionais tem sido feita através da Marcha Mundial de Mulheres, mas a mobilização tem sido limitada, apesar da participação de algumas associações[892], em acções internacionais e nacionais[893].

Os feminismos chegam a este processo global de uma forma diferente do passado. Apesar de continuarem a existir organizações internacionais com passado histórico e grande estruturação como a FDIM (Federação Democrática Internacional das Mulheres), são as redes informais, que funcionam via Internet, as que lançam acções mundiais, onde diversas correntes do feminismo se podem expressar, tendo em conta os seus próprios contextos sociais e culturais.

Numa época de grandes mudanças mundiais, as velhas e as novas causas entrelaçam-se num discurso mais afirmado dos feminismos. Procurou-se mostrar a evolução do pensamento feminista em áreas como a família, as relações de poder e a paridade, a violência sobre as mulheres, o trabalho e os trajectos emancipatórios das mulheres, prostituição, tráfico de mulheres, mutilação genital feminina, lesbianismos, direitos das mulheres imigrantes. Sintetizando algumas conclusões nestas áreas é possível fazer algumas ligações entre elas.

Factores objectivos têm desafiado as noções tradicionais de família, nomeadamente em Portugal, com a grande inserção das mulheres no mercado de trabalho nas últimas três décadas, com o aumento do número de divórcios, de uniões de facto e dos filhos nascidos fora do casamento, assim como, o aparecimento de novas formas de família: monoparentais, lésbicas, *gays*, unipessoais, vieram a contribuir para a evolução das mentalidades. Também a maior ênfase dada, nos últimos anos, à valorização da paternidade tem procurado uma maior partilha das responsabilidades familiares. Deste modo, tem crescido a consciência de uma família assente nos afectos e na democracia de relações no seu seio, o que tem levado muitas mulheres a não suportarem a violência nas relações

conjugais, tornando visível essa violência, denunciando-a e procurando apoios.

A violência contra as mulheres que saiu da invisibilidade nos anos 70 em muitos países, por influência do feminismo de segunda vaga, cuja acção lançou as primeiras casas-abrigo para mulheres vítimas de violência, só ganhou significativa visibilidade, em Portugal, na década de 1990. A primeira lei que «garante protecção às mulheres vítimas de violência» foi aprovada em 1991; o primeiro estudo nesta área é realizado em 1995; o I Plano Nacional contra a Violência surge em 1999 e as primeiras casas de abrigo nos finais desta década. As razões para este atraso prendem-se não só com as fragilidades dos feminismos em Portugal, que apesar de já terem levantado a «violência contra as mulheres» nos anos 80, não conseguiram ter força para impor tal questão na agenda política, como também pelo contexto sociocultural do país, onde as questões do «privado» demoraram tempo a serem encaradas como problemas políticos e sociais. Note-se que só em 2000, «o crime de maus-tratos sobre cônjuges» foi considerado «crime público», por proposta inicial de uma nova formação política recentemente chegada ao Parlamento: o Bloco de Esquerda, quando a violência contra as mulheres já era considerada, há uma década, pelas Nações Unidas, um atentado aos direitos humanos.

A maior denúncia das situações de violência contra as mulheres na comunicação social tem tido como base, nos últimos anos, não só as campanhas institucionais contra este fenómeno, como a maior libertação das vozes das mulheres, em resultado do apoio dado por associações que intervêm nesta área. Por vezes, associa-se uma maior independência económica das mulheres a uma atitude mais activa na saída das situações de violência. Contudo, o trabalho no terreno mostra que muitas mulheres, apesar de terem um emprego, demoram a cortar com os ciclos de violência que se abatem sobre as suas vidas.

É evidente, que não se pode deixar de associar a maior taxa de actividade feminina no país aos trajectos emancipatórios das mulheres. Todavia, a ideia esquemática e simplista na abordagem dos factores de libertação das mulheres, que colocava o trabalho das mulheres fora de casa

como «o passo decisivo para a sua emancipação», acabou por menosprezar o próprio sistema económico e político dominante, que aproveitando a mão-de--obra mais barata das mulheres e o seu trabalho no espaço reprodutivo, preservou os mecanismos estruturais de subordinação das mulheres. Acresce a este facto, que a intensa feminização do trabalho acontece num contexto de maior precarização e de perda de direitos.

Persiste na nossa sociedade uma distribuição assimétrica das tarefas familiares a desfavor das mulheres. O trabalho doméstico não se masculinizou, apesar da evolução de mentalidades para a democratização das relações nas famílias. Para os empregadores, as mulheres são trabalhadoras com responsabilidades familiares e, como tal, estas são penalizadas nas suas carreiras profissionais, enquanto os homens são encarados como trabalhadores livres de tais encargos. A fórmula de trabalho «a tempo parcial» não tem tido grande recepção em Portugal, até porque está provado, que a sua aplicação em outros países se tem revelado desfavorável para as mulheres, que acabam por acumular mais tarefas familiares, com a consequente desresponsabilização dos homens e dos governos por infra-estruturas de apoio às famílias. Deste modo, considera-se que uma gestão do tempo em condições de igualdade, constitui um dos pontos importantes no trajecto de autonomia e independência das mulheres.

As pressões, agressões, assédios e chantagens por parte dos empregadores é mais forte junto das mulheres imigrantes, mesmo em relação às que possuem maiores qualificações, como é o caso das imigrantes de Leste e das brasileiras. As africanas ocupam, contudo, os empregos menos qualificados, embora nos serviços de limpeza se possam encontrar os diferentes grupos de mulheres, segundo as origens. Existe uma tendência, cada vez maior, para que as mulheres imigrem sozinhas, deixando-as em situações de solidão, sem redes sociais de apoio e, muitas vezes, dependentes das redes de tráfico, as quais não se dedicam apenas a traficar mulheres para fins de prostituição, mas também para situações de escravidão doméstica e laboral.

O negócio do tráfico de mulheres é um dos mais rentáveis do mundo e

representa a outra face de uma política de imigração restritiva e desumana, alimentando-se dela própria. Pela primeira vez, Portugal possui um Plano Nacional contra o Tráfico de Seres Humanos, aprovado em 2007, no qual se coloca especial atenção no estudo deste fenómeno no país.

Apesar de se estarem a realizar alguns estudos sobre a prostituição em Portugal, existe ainda um debate por fazer. Os diferentes posicionamentos das feministas oscilam entre o abolicionismo e as políticas de regulamentação ou de legalização de diversos matizes, no sentido de conferir direitos sociais e laborais às mulheres que vivem da prostituição. As posições abolicionistas oscilam, por sua vez, entre uma moral neoconservadora e os argumentos que colocam a prostituição como uma relação de domínio sexual dos homens sobre as mulheres. As feministas, que assumem a legalização ou regulamentação da prostituição, argumentam que o abolicionismo marginaliza e vitimiza as mulheres prostitutas, não levando à reivindicação dos seus direitos e não reconhecendo a prostituição como uma actividade de opção pessoal.

Os encontros e desencontros das feministas em relação à prostituição mostram a diversidade dos feminismos. Essa mesma diversidade também se tem feito sentir em relação ao lesbianismo, debate que também está no início em Portugal. Devem as lésbicas inserir-se no movimento feminista, no movimento LGBT ou necessitam de um movimento próprio para ganhar maior visibilidade? As ligações ao movimento feminista têm tido, ao longo das décadas, as suas dificuldades, apesar das acções comuns nos anos 2000 em torno da Marcha Mundial de Mulheres e da inserção individual nos grupos feministas das décadas de 1970 e 1980. Foi no movimento LGBT, na segunda metade da década de 1990, que o lesbianismo em Portugal se organizou, mas esta caminhada importante corre o risco, segundo algumas opiniões, de ter fraca visibilidade.

As questões relacionadas com o poder político e a paridade têm também sido alvos de polémica. Em França, o debate foi muito intenso e estendeu-se a toda a sociedade. Em Portugal, o debate centrou-se mais no Parlamento, onde a paridade foi contestada pelos sectores de direita e pelo PCP, embora com diferente argumentação. As reservas à paridade

situavam-se entre a ideia de que as mulheres deviam chegar ao poder «por competência», (como se todos os homens no poder tivessem aí chegado da mesma forma!), e o argumento de que não existe um «perfil de liderança feminina», diferente da dos homens. As razões a favor da paridade assentavam na ideia de que conferir maiores poderes na esfera pública às mulheres consubstancia uma alteração de poderes no sentido da democratização da sociedade. Deste modo, a dimensão simbólica de um poder paritário podia estimular a participação das mulheres na política.

Continua, contudo, em aberto o debate sobre «as lideranças femininas», apesar de já existirem alguns trabalhos académicos sobre o assunto, que colocam algumas interrogações: de que modo as mulheres no poder são mais agressivas para outras mulheres e mais submissas em relação aos homens, que controlam os aparelhos partidários; de que forma as mulheres em posição de liderança absorvem e reproduzem o discurso dominante e estão ou não preocupadas em promover a Igualdade de Género. Acrescem outras questões colocadas pela feminista brasileira Rociska de Oliveira e relacionadas com três posicionamentos de mulheres que chegam ao poder: a «acomodação», a «transformação» e a «fuga», dado que existem mulheres que se acomodam ao poder masculino dominante, as que procuram transformar as regras dos jogos de poder e outras que podem ter uma posição de fuga, porque não se identificam com determinadas formas de exercício do poder.

Em síntese, pode-se afirmar que, na década de 1990 e nos primeiros anos do novo milénio, foram abertos novos espaços para os debates feministas em torno da paridade e do exercício das lideranças, da violência de género, dos direitos das mulheres lésbicas, das mulheres imigrantes, do tráfico de mulheres, da prostituição; avançou-se para uma dimensão internacional dos feminismos através de redes feministas mundiais, que se formaram utilizando novas formas de organização e de dinamização das acções, assentes na Internet, e na diversidade do pensamento feminista; realizaram-se iniciativas onde os feminismos foram temas centrais: seminário sobre Os Movimentos Feministas em Portugal (1998), promovido pela UMAR; seminário Os Feminismos no Nosso Tempo

(2003), promovido pela UMAR com o apoio da APEM; seminário evocativo do Primeiro Congresso Feminista e da Educação (2004), promovido por diversas associações e núcleos universitários; colóquio Estudos Feministas e Cidadania Plena, promovido pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; Congresso Feminista 2008, promovido pela UMAR e por uma vasta comissão promotora, tendo sido realizado 80 anos após o último congresso feminista que teve lugar em Portugal, em 1928, promovido pelo Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas. Esta tendência para se utilizar a expressão «feminismos» difere da situação vivida na década de 1980, onde apesar do elevado número de seminários, colóquios e debates a única iniciativa que utilizou esta terminologia foi organizada pela Liga dos Direitos das Mulheres.

De referir, ainda, que se alcançou a vitória do sim à despenalização do aborto no referendo de 2007, uma grande vitória do movimento feminista numa expressão mais alargada à sociedade, após uma luta de três décadas.

SEGUNDA PARTE

OS FEMINISMOS E AS NOVAS
GERAÇÕES DE ESTUDANTES

Um Estudo Junto de Alunas e Alunos do Ensino Secundário

1. Escola, um local de reprodução e transmissão das desigualdades de género?

Alguns estudos problematizam a forma como se tem integrado a igualdade de género no processo educativo. Segundo as investigadoras Fernanda Henriques e Teresa Pinto, no Plano da Igualdade de Oportunidades em Educação, as repercussões da ruptura político-social decorrente do 25 de Abril de 1974, não se fizeram sentir de forma relevante e, apesar de alguma evolução nas décadas de 1980 e 1990, o que fica evidenciado é a ausência sistemática de uma real política de igualdade de oportunidades a todos os níveis e graus de ensino[\[894\]](#).

Outros estudos têm vindo a demonstrar que a Escola reproduz e transmite «desigualdades de género» (MAGALHÃES, 1998). Em França, a preocupação de algumas investigadoras[\[895\]](#) e investigadores tem-se centrado na seguinte questão: é a escola um factor de emancipação ou de manutenção das relações de dominação? Algumas conclusões perfilham-se no sentido de considerar a escola como local de produção de categorizações sexistas ou racistas que interferem nas relações entre alunos e alunas[\[896\]](#).

Algumas investigadoras feministas têm mesmo criado espaços de reflexão no sentido de avaliar o impacto das práticas e dos processos educativos na democratização das relações sociais de sexo. Têm as escolas proporcionado espaços para a construção de uma cidadania paritária onde mulheres e homens partilhem direitos e responsabilidades em todas as esferas da vida política, social e privada? Estratégias utilizadas, no sentido de remover barreiras educacionais fundamentadas historicamente nas desigualdades entre os sexos, não têm tido grande sucesso. «Estas

estratégias de *desgenderização* continuaram a dissimular as persistentes desigualdades que emergem da incorporação social das mulheres nas formas simbólicas de dominação masculina, por exemplo, na família, nas instituições sociais, nas novas economias globais.»[897]

Há quem argumente que a escola, como instituição, orienta a sua pedagogia em função de um «cidadão universal neutro» o qual encobre efectivamente um sujeito masculino. «Parece, pois, que poderão existir formas de discriminação de género e que rapazes e raparigas poderão ser sujeitos a estereótipos de género pela invisibilização dessa dimensão, pelas representações de aluno e aluna, das e dos professores em subordinação à simbólica macrossocial.»[898] Há ainda quem identifique nas práticas educativas, nos planos curriculares e nos manuais escolares, a demarcação de papéis diferenciados entre rapazes e raparigas. Contudo, um outro discurso tem emergido como consequência do sucesso escolar das raparigas, do seu elevado acesso ao ensino superior e às profissões na área científica[899]. Este discurso, baseado no *empowerment* das raparigas, surge associado à grande preocupação em relação ao futuro dos rapazes. «Todavia, apesar dos aparentes e reais progressos alcançados pelas raparigas e das perdas dos rapazes, os estudos têm mostrado como persistem as desigualdades no mercado de trabalho e na vida privada.» (FONSECA, 2002: 93.)

Nos últimos anos, tem-se assistido a um maior interesse de jovens estudantes por trabalhos na área do género, pela participação em congressos, seminários e palestras sobre o tema dos direitos das mulheres. Analisando, de uma forma simples e meramente quantitativa, os dados do estudo «Educação e Género: dos anos 70 ao final do século XX – subsídios para a compreensão da situação», (HENRIQUES, PINTO, 2002) atrás mencionado, a realização de congressos e seminários sobre o tema «Mulher» cresceu em cerca de 50% da década de 1980 para 1990. Será que este maior interesse se pode traduzir num elevar da consciência feminista nestes sectores de jovens? Segundo Lúcia Amâncio, um dos obstáculos à mudança nas relações entre os sexos – a qual não pode ser realizada apenas na família, na escola ou no trabalho, mas ao nível da sociedade em geral –

é a fragilidade do pensamento feminista e o défice de teorização que lhe está associado, tanto dentro como fora da academia (AMÂNCIO, 2002:55-75). Até que ponto este novo interesse pode contribuir para a afirmação das ideias feministas, começando pela consciência do sexismo?

Neste trabalho, foi elaborado um estudo exploratório com base num inquérito por questionário e um conjunto de entrevistas a estudantes do 12.º ano em escolas de duas regiões diferentes: Almada e Viseu[900]. O questionário, em anexo, contém vários blocos de questões orientadas para aspectos como: caracterização social dos alunos e alunas através das suas origens sociais (situação perante o trabalho e níveis de escolaridade dos pais e das mães)[901]; áreas de estudo escolhidas; práticas culturais através das ocupações fora da escola; sexualidades; referências e orientações valorativas face ao feminismo e à igualdade nas relações sociais de género[902].

Partiu-se de uma primeira interrogação: Será que os direitos das mulheres são defendidos pelas novas gerações de estudantes? Esta pergunta envolvia diversas vertentes. Os direitos das mulheres nem sempre são identificados com reivindicações feministas, o que justifica a preocupação de introduzir no questionário a temática do feminismo para perceber até que ponto uma visão estereotipada do feminismo continuava a ter reflexo nas e nos jovens. Por outro lado, surgia a interrogação: existem diferenças muito significativas entre rapazes e raparigas na forma como encararam as relações sociais de sexo? Entenda-se que quando se coloca a diferenciação entre rapazes e raparigas, estas não são determinadas por quaisquer factores biológicos. São as relações de poder num contexto de uma masculinidade hegemónica que criam as bases da subordinação das mulheres na sociedade e a diferenciação de género (CONNELL; 1987:183). Deste modo, as ideias expressas por rapazes e raparigas nas respostas ao questionário reflectem processos de socialização que não sendo homogéneos por via de contradições criadas no seio dos agentes de socialização (família, escola, grupo de amigos...), não deixam de poder desenvolver expectativas diferenciadas relativamente às mulheres e aos homens e influir nas atitudes e nas formas de pensar. Colocava-se, ainda,

uma outra interrogação: teriam as novas gerações de raparigas receio de se afirmar como feministas? Existiria uma espécie de «feminismo tácito» em que se recusa o rótulo de feminista, mas se defendem as principais ideias que sustentam o feminismo?

Nas perguntas que integraram o questionário, procurou-se evitar formulações susceptíveis de originar respostas correspondentes a desejabilidades sociais. No mesmo sentido surgem algumas perguntas de controlo, nomeadamente na temática mais relacionada com os feminismos. Introduziram-se também algumas perguntas que, para além das atitudes, pudessem captar práticas dos e das jovens, ao nível das suas ocupações fora da escola[903].

2. A consciência das discriminações

A maioria dos e das jovens tende a concordar que mulheres e homens alcançam de igual forma uma carreira profissional. Contudo, as raparigas demonstram um maior nível de discordância: 43,3% das raparigas discordam, enquanto apenas 28,5% dos rapazes assumem essa mesma posição. Em relação à frase «Na prática, mulheres e homens têm iguais direitos», as diferenças entre rapazes e raparigas são enormes. Tendem a concordar 55,8% dos rapazes e 61,9% das raparigas tendem a discordar. A maioria tende também a concordar que as discriminações em função do sexo persistem. As raparigas assumem um maior nível de concordância (82,3%), enquanto os rapazes que concordam são 63,4%.

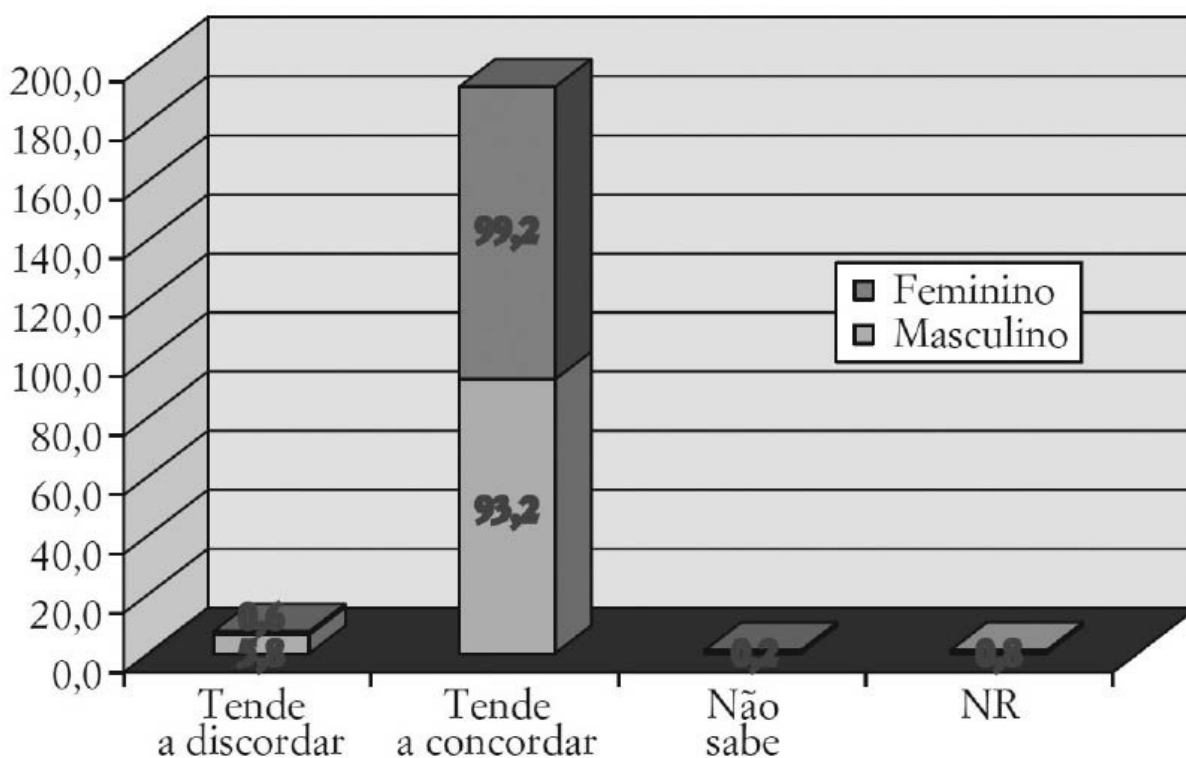
Poder-se-á concluir que existe consciência por parte das e dos jovens inquiridos de que persistem discriminações de género. Em relação à carreira profissional, a opinião maioritária (embora com menor peso nas raparigas) é a de que homens e mulheres alcançam de igual forma uma carreira profissional. Este resultado pode ser um reflexo do desconhecimento das dificuldades de muitas mulheres em conjugarem uma carreira profissional com as solicitações familiares. É um facto que «os percursos profissionais femininos são fortemente marcados pelas lógicas familiares, enquanto os percursos masculinos se desenrolam numa lógica mais autónoma em relação à realidade familiar» (TORRES, 2004a:122).

3. A partilha nos espaços «privado» e «público» – a paridade

Procurou-se que a opinião dos alunos e alunas sobre a partilha de responsabilidades na família se pudesse traduzir através de diferentes questões com as quais tenderiam a discordar ou a concordar: «Homens e mulheres devem partilhar tarefas domésticas»; «Na família, o ideal é uma mulher ter uma actividade profissional menos absorvente do que a do homem de modo a assegurar o essencial no cuidado com os filhos»; «A vida das mulheres distingue-se da dos homens por ser mais sobrecarregada com múltiplas tarefas: cuidar dos filhos e dos idosos».

A partilha das tarefas domésticas

Fig. 1 – Opinião por sexo sobre a partilha das tarefas domésticas entre mulheres e homens (em percentagem).



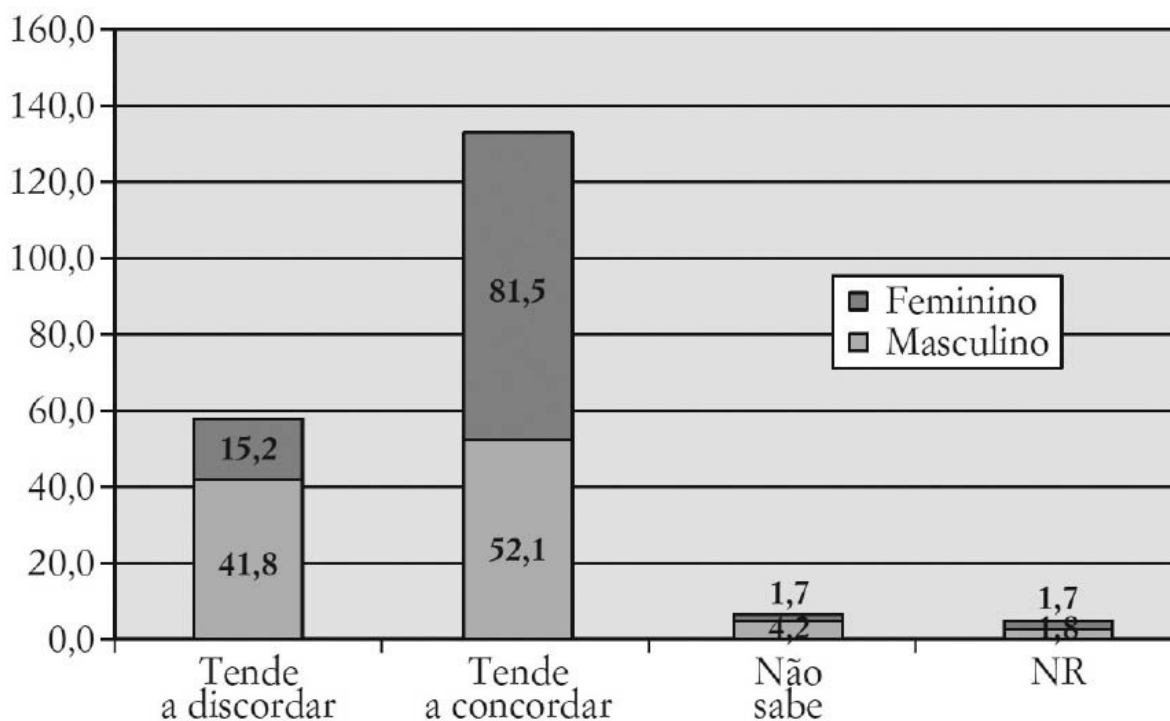
O resultado obtido (Fig. 1) está de acordo com estudos anteriores (TORRES, 2004a:128) onde a opinião dos inquiridos, apesar de não ser totalmente convergente em todos os sectores da população, é maioritariamente a favor de um modelo familiar simétrico, onde homens e

mulheres partilham o cuidado com os filhos e as tarefas domésticas. Contudo, existe uma grande distância entre as opiniões ou a desejabilidade social para que tal aconteça e as práticas. Deste modo, estudos orientados para a distribuição do trabalho não pago (tarefas domésticas e cuidados com as crianças e idosos) mostram que existe uma profunda assimetria nessa divisão de tarefas com uma sobrecarga das mulheres, que juntam à sua actividade profissional a as tarefas domésticas. «Não é pelo facto de exercerem uma profissão que as mulheres deixam de realizar a quase totalidade das tarefas domésticas, enquanto os homens apenas colaboram numa pequena parte.»[\[904\]](#)

Mulheres: vida mais sobrecarregada. A maternidade e a paternidade

Existe consciência por parte dos inquiridos e das inquiridas de que a vida das mulheres continua a ser mais sobrecarregada com as tarefas domésticas e de cuidado com a família. De novo, as jovens têm muito maior consciência dessa situação. Uma pequena percentagem de raparigas tende a discordar (15,2%), enquanto, de entre os rapazes, há 41,8% que discordam (Fig. 2). A pergunta analisada foi a seguinte: «A vida das mulheres distingue-se da dos homens por ser mais sobrecarregada com múltiplas tarefas: cuidar dos filhos, dos idosos.»

Fig. 2 – Opinião por sexo sobre se a vida das mulheres é mais sobrecarregada que a dos homens (em percentagem).



Duas perguntas foram introduzidas no questionário, no sentido de se entender de que forma os jovens assumiriam, no futuro, os principais cuidados com os filhos, no caso de serem rapazes, e, no caso de serem raparigas, se aceitariam que os principais cuidados com os filhos, após o nascimento, fossem desempenhados pelo pai da criança. As perguntas foram as seguintes: No caso de ser homem. «Aceitaria assumir os principais cuidados com o seu filho ou filha nos primeiros meses após o nascimento?» No caso de ser mulher: «Aceitaria que o pai do seu filho ou filha assumisse os principais cuidados com a criança nos primeiros meses após o nascimento?» Uma larga maioria dos rapazes (92,6%) declara poder vir a assumir a paternidade, no que se refere aos cuidados com os filhos nos primeiros meses de vida, enquanto as raparigas não revelam tanta confiança nesse assumir de paternidade por parte dos homens. Esta «desconfiança das raparigas» traduz uma mentalidade ainda não ultrapassada em que perto de 1/3 dos portugueses considera que os pais não são capazes de cuidar tão bem dos filhos como as mães, sendo entre as mulheres que esta opinião tem maior peso (NUNES DE ALMEIDA, 2003:68).

Também no estudo já referido «Homens e mulheres entre o trabalho e família» a resposta à questão «ninguém pode cuidar tão bem de uma criança como a própria mãe» existe um nível de concordância de 82,2%, entre os que concordam (31,8%) e os que concordam totalmente (50,4%) (TORRES, 2004b:176).

Contudo, apesar da vida mais sobrecarregada, os e as jovens afirmam que as mulheres não devem sacrificar a actividade profissional para ter mais tempo para a família. Esta é a ideia que resulta da análise dos resultados das respostas à seguinte questão: «Na família, o ideal é uma mulher ter uma actividade profissional menos absorvente do que a do homem de modo a assegurar o essencial do cuidado com os filhos.» A maioria inquirida (61,4%) considera que uma mulher não deve sacrificar a sua actividade profissional para ter mais tempo para a família. A análise por sexo é interessante porque revela que 71,5% das raparigas tendem a discordar com a frase apresentada. Tal percentagem é muito superior à dos rapazes (48,7%). Observa-se também que eles tendem a concordar muito mais com a frase – 45,3% dos rapazes, enquanto apenas 24% das raparigas o fazem.

Também a análise das respostas à pergunta: «Supondo que estava a trabalhar e lhe ofereciam a mesma remuneração para ficar em casa, abandonaria o seu trabalho?», permite concluir que eles (64,7%) e elas (77,7%) não abandonariam o emprego para ficar em casa. No mesmo sentido surgem as respostas a uma questão semelhante colocada no questionário que serviu de base ao estudo já mencionado: «Homens e mulheres entre família e trabalho», em que apenas 35,6% dos inquiridos abandonaria o trabalho no caso de receber igual remuneração[905].

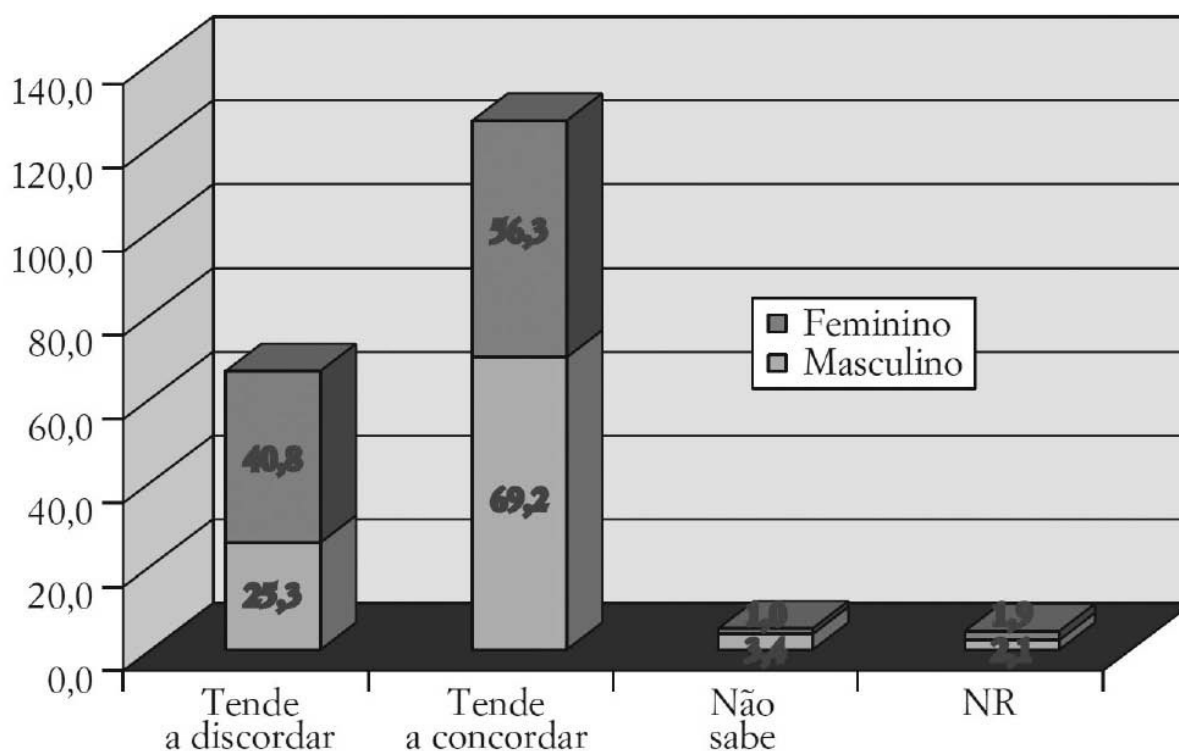
Algumas contradições?

Existem algumas contradições perante as respostas positivas por parte da maioria dos inquiridos e inquiridas sobre a igualdade de responsabilidades na família.

Uma delas surge quando uma maioria de respostas (62%) tende a

concordar com a seguinte frase: «Por natureza, as mulheres estão mais vocacionadas para as tarefas familiares.» A introdução desta pergunta no questionário procura situar a perspectiva dos inquiridos face a uma divisão sexual do trabalho de cariz biológico, perspectiva que tem vindo a merecer análises críticas por parte do feminismo contemporâneo e por diversas correntes de pensamento no campo da sociologia e psicologia. «Torna-se cada vez mais claro que as diferenças baseadas na biologia conduzem inevitavelmente ao domínio dos homens sobre as mulheres.» (KIMMEL, 2000:3.) Com efeito, as desigualdades entre mulheres e homens são construídas socialmente a partir das diferenças biológicas. As opiniões expressas pelos jovens inquiridos, em especial pelos rapazes mostram até que ponto se reproduzem ainda ideias sobre a «naturalização» das mulheres.

Fig. 3 – Opinião por sexo sobre se as mulheres estão, por natureza, mais vocacionadas para as tarefas familiares (em percentagem).



Uma segunda contradição surge quando se apresenta a frase: «Só

trabalhando fora de casa, as mulheres são verdadeiramente independentes.» 54,3% dos jovens tendem a discordar. As raparigas discordam menos do que os rapazes. Contudo, a percentagem por elas assumida, não deixa de ser significativa (48,8%).

O resultado obtido não se conforma com alguns estudos já realizados onde se conclui que 80% dos portugueses concordam com a frase: «A melhor maneira de uma mulher ser independente é ter um emprego» (NUNES DE ALMEIDA, 2003:64), ou que apenas 26,3% dos inquiridos discordam da frase: «Só trabalhando as mulheres são verdadeiramente independentes» (TORRES, 2004b:29). Nas entrevistas realizadas procurou-se «explorar» esta suposta contradição, tendo-se chegado à conclusão de que o mais importante é ter uma actividade remunerada, quer seja feita dentro ou fora de casa (foram apontados os exemplos de trabalho remunerado em casa: confeitaria, traduções, *marketing*, *design*). A remuneração é que surge como ponto-chave da independência das mulheres.

Partilha no «espaço público»

Em relação à outra área de partilha, a do espaço público, foram colocadas três questões relacionadas com a participação política, o acesso das mulheres aos lugares de decisão, e à paridade. A maioria dos jovens considera que existem obstáculos à maior participação política das mulheres. Uma análise por sexo mostra que 71,3% das raparigas tendem a concordar com esta afirmação e que apenas 15,6% discordam. Em relação aos rapazes a situação surge diferente: 53,2% concordam e 28,7% discordam. Um estudo da Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres sobre a participação política das mulheres[\[906\]](#) revela que existem vários obstáculos à participação política das mulheres: a sobrecarga de trabalho em casa, as resistências e desaprovação dos homens, a discriminação dentro dos partidos, a socialização diferenciada das mulheres na escola.

Quanto à competência das mulheres nos lugares de decisão ela não é

posta em causa e a esmagadora maioria dos alunos e alunas discorda da frase: «Há menos mulheres nos lugares de decisão porque elas são menos competentes.» As raparigas tendem a discordar mais do que os rapazes. No que se relaciona com a paridade, a frase apresentada foi a seguinte: «A paridade de ambos os sexos no poder político é um requisito da democracia.» Existe uma maioria (57,4%) que concorda com a frase. Todavia, existem 23% que dizem «não saber» e 7,4% não respondem, o que totaliza 30,4%, uma percentagem bastante superior à dos que discordam (12,1%), pelo que se pode concluir tratar-se de um conceito ainda não assimilado. Não se registam opiniões muito diferenciadas segundo o sexo.

4. A violência sobre as mulheres

Foram introduzidas duas questões de forma a entender se os e as inquiridas tinham ou não a noção da transversalidade do fenómeno da violência contra as mulheres e se existia uma desculpabilização dos homens perante situações consideradas pelo senso comum como «atenuantes», como é o caso do alcoolismo.

Sabendo-se que a violência contra as mulheres assenta numa base de subordinação em relação aos homens e nas desigualdades de género que subsistem na sociedade importava entender se os e as jovens conseguiam romper com ideias ainda prevalecentes, com raízes no passado, de que a violência só atinge as mulheres mais pobres e de que os homens tinham situações atenuantes que desculpabilizassem os seus actos. Os resultados mostram que 81% dos inquiridos discordam que a violência atinja apenas as mulheres mais pobres e 92,2% tendem também a discordar de que os homens devam ser desculpabilizados. Uma análise por sexo, mostra que são as jovens que têm maior consciência da violência como um fenómeno transversal na sociedade e que não desculpabilizam os homens pelos maus-tratos infligidos às mulheres.

5. Sexualidades

No questionário apresentaram-se cinco questões sobre a temática das

sexualidades: necessidade de esclarecimento e apoio técnico por serviços especializados; recurso a métodos contraceptivos; opiniões sobre os direitos sexuais e reprodutivos como direitos humanos; implementação da educação sexual nas escolas; opiniões sobre a interrupção voluntária da gravidez.

A maioria afirma não sentir necessidade de esclarecimentos

A maioria dos jovens e das jovens diz que nunca sentiu necessidade de esclarecimentos sobre a sua vida sexual. Contudo, 31,3% das raparigas revelam que já sentiram necessidade de esclarecimentos sobre a sua sexualidade, enquanto apenas 14,2% dos rapazes respondem no mesmo sentido. Estes resultados são semelhantes aos do estudo já mencionado realizado junto dos jovens do concelho de Loures[907], onde 84,3% dos jovens respondem que não precisam de esclarecimento e 75,9% das jovens assumem a mesma posição. Contudo, são também elas que mais respondem necessitar de esclarecimentos: 22,3%, enquanto a percentagem de entre os rapazes é de 15,1%.

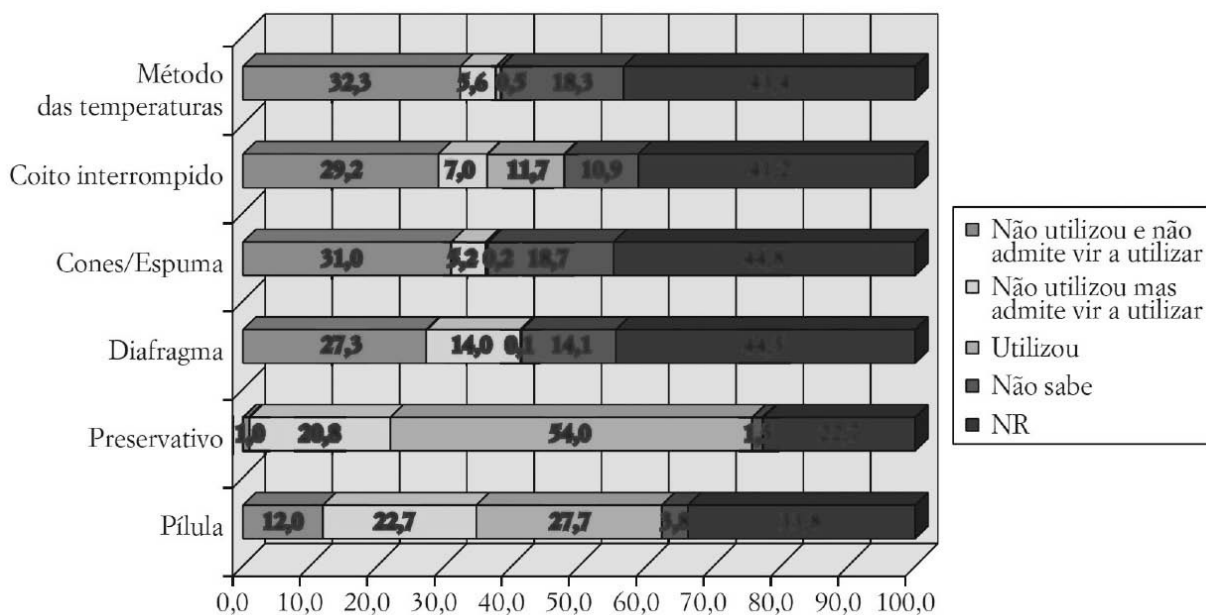
Afigura-se-nos uma interrogação: por que motivo existe uma tão elevada percentagem de jovens que dizem não necessitar de esclarecimentos sobre a sua sexualidade. O estudo que se acabou de citar refere que pode acontecer que a necessidade de um maior esclarecimento surja quando a sexualidade é vivida mais plenamente ou quotidianamente. Todavia, também se pode levantar a questão: até que ponto o resultado obtido revela por parte dos jovens precisamente o contrário daquilo que afirmam. A falta de esclarecimento sobre medidas de prevenção em relação a gravidezes não desejadas ou a doenças sexualmente transmissíveis leva-os a uma atitude de auto-suficiência. É de notar que as raparigas revelam um maior sentido de responsabilidade em ambos os estudos.

Os métodos contraceptivos

Existe uma elevada percentagem de jovens que não respondem a esta

questão ou dizem não saber, o que pode revelar que estes jovens ainda não tiveram relacionamento sexual ou revelam desconhecimento em relação aos métodos (Fig. 4). Segundo o Inquérito à Fecundidade e à Família (1997), citado pela socióloga Ana Nunes de Almeida (2004:55), apenas 43,5% dos jovens com idade entre os 15 e os 24 anos utilizavam preservativo na primeira relação sexual, daí os comportamentos de risco associados especialmente às infeções sexualmente transmissíveis serem elevadíssimos em Portugal. No presente estudo, que abrange jovens com idades inferiores (média de 18 anos), verifica-se que o preservativo é o método mais utilizado (54%), seguindo-se a pílula (27,7%) e o coito interrompido (11,7%). Responderam que «não utilizaram, nem admitem vir a utilizar» o diafragma, os cones/espuma e o método das temperaturas. Dos que responderam que «não utilizaram, mas admitem vir a utilizar» destacam-se como meios contraceptivos a pílula (27,7%) e o preservativo (20,8%).

Fig. 4 – Métodos contraceptivos utilizados ou a utilizar pelos alunos e alunas (em percentagem)



Comparando estes resultados com os que foram obtidos no inquérito já mencionado aos jovens do concelho de Loures (note-se, contudo, que as idades destes jovens são mais avançadas) conclui-se que os métodos mais

utilizados são também o preservativo (em 55% dos casos), a pílula (44%) e o coito interrompido (37%). Bastante menos utilizados surgiam os cones ou espumas (7%), o dispositivo intra-uterino (4%) e o método das temperaturas (1%). Tal como no presente estudo, é significativa a percentagem de jovens que recorrem ao coito interrompido o que pode ser revelador de um relacionamento sexual accidental ou esporádico, onde as práticas de protecção são fortuitas e em que o receio de engravidar surge apenas no momento do acto sexual, sem que outros receios ganhem peso, como é o caso da SIDA. Esta é uma situação preocupante e que decerto está ligada à falta de implementação da educação sexual nas escolas como se visualiza nas opiniões dos jovens inquiridos. A maioria dos jovens considera que a educação sexual não tem sido implementada nas escolas.

Fig. 5 – Participação em debates sobre direitos sexuais e reprodutivos por sexo (em percentagem)

	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Total
	N.º %	N.º %	N.º %
NÃO	199 52,4	246 51,5	445 51,9
SIM	181 47,6	232 48,5	413 48,1
TOTAL	380 100,0	478 100,0	858 100,0

NOTA – Dos 860 inquéritos recolhidos, neste caso existem dois que não foram considerados válidos.

Quanto à interrupção voluntária da gravidez, a maioria dos jovens inquiridos tendia a concordar que uma mulher devia poder decidir interromper uma gravidez que não desejasse, manifestando-se assim favoráveis à legalização do aborto. Acresce ainda que as jovens apresentam uma percentagem superior no «tende a concordar» e os jovens

no «tende a discordar». Note-se que este questionário foi aplicado antes do referendo de 2007 que permitiu uma nova lei que despenalizou o aborto até às 10 semanas de gravidez, a pedido da mulher.

6. Perspectivas sobre os feminismos

Os e as jovens foram solicitados/as a identificar o «feminismo» com uma das seguintes frases: «Luta pelos direitos das mulheres»; «Luta contra os homens»; «Luta pelos direitos humanos»; «Luta ultrapassada». Foram ainda colocadas as perguntas: «Considera-se feminista?» e «Os homens podem ser feministas?» E, ainda, as opções «tende a concordar», «tende a discordar», «não sabe» ou «não responde» sobre três frases: «O feminismo é uma corrente de pensamento ultrapassada»; «O feminismo ainda se justifica nos tempos actuais»; «Os movimentos de mulheres não têm razão de ser na sociedade actual».

Mais de metade dos inquiridos/as considera-se feminista. Contudo elas são a larga maioria

Um pouco mais de metade dos/as inquiridos/as (51%) «considera-se feminista» (74,8% das raparigas e apenas 20,3% dos rapazes). Em relação à pergunta «Os homens podem ser feministas?», 76,4% dos alunos respondem afirmativamente sem grandes diferenciações segundo o sexo, o que não deixa de surpreender dado que apenas 20,3% dos rapazes se consideravam feministas.

O feminismo é...

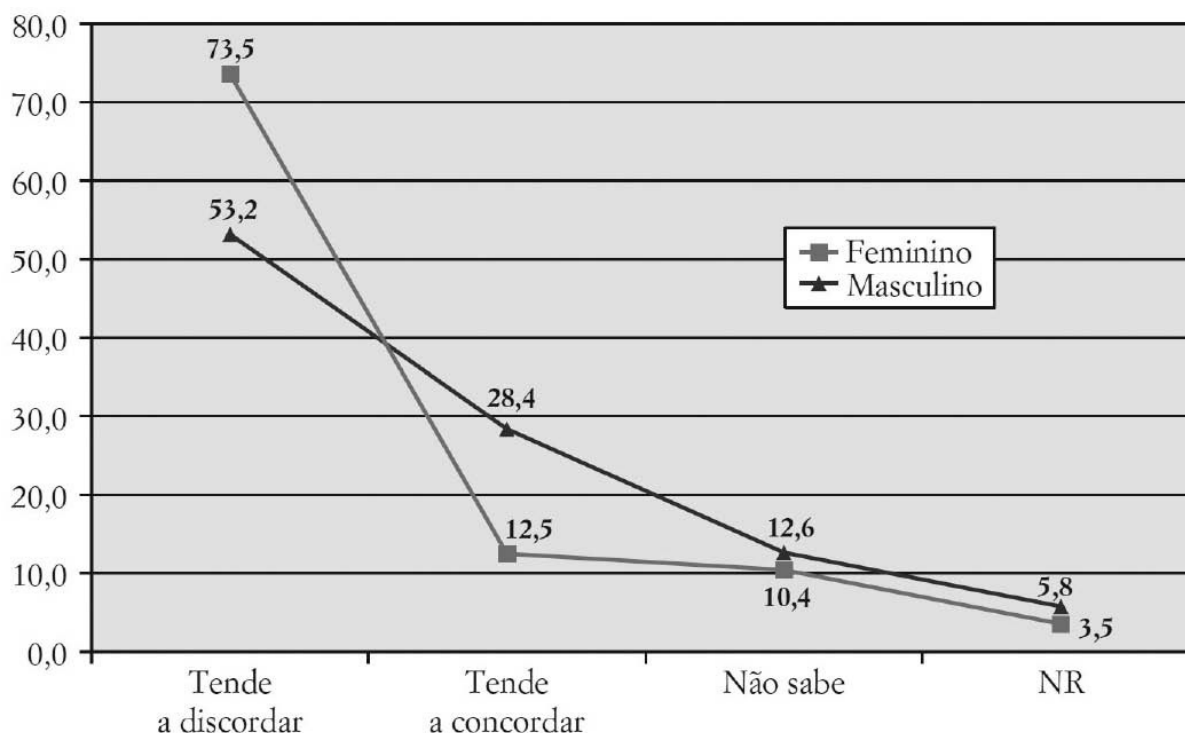
Quanto à identificação do termo feminismo com as quatro frases que foram apresentadas, o resultado é um pouco surpreendente, na medida em que 84,2% dos inquiridos identificam o feminismo com a frase «luta pelos direitos das mulheres», um resultado muito distante das outras opções: «luta contra os homens» (7,1%), «luta pelos direitos humanos» (4,1%) e «luta ultrapassada» (3,4%). Uma análise segundo o sexo leva-nos a

concluir que 88,1% das jovens pensam que o feminismo é a luta pelos direitos das mulheres e apenas 3,8% consideram ser o feminismo uma luta contra os homens ou uma luta ultrapassada (2,3%). Em relação aos rapazes, estes consideram que o feminismo é uma luta contra os homens (11,3%), uma luta ultrapassada (4,7%), embora uma larga maioria o considere como a luta pelos direitos das mulheres (79,2%).

Actualidade do feminismo

Em relação à actualidade do feminismo: 64,5% consideram que o feminismo não é uma corrente de pensamento ultrapassada; 57,9% pensam que o feminismo ainda se justifica nos tempos actuais e 70,8% concordam que os movimentos de mulheres têm razão de ser. Contudo, nestas respostas sobre o número de inquiridos que dizem «não saber» (11,4%, 11,9% e 10,7%, respectivamente).

Fig. 6 – Opiniões por sexo sobre o feminismo como uma corrente de pensamento ultrapassada (em percentagem).



73,5% das jovens tendem a discordar que o feminismo seja uma corrente de pensamento ultrapassada. Nos rapazes, apenas 53,2% discordam.

Também são as jovens que mais concordam que «o feminismo ainda se justifica nos tempos actuais». Entre as jovens, 69,2% concordam e 18,1% discordam. Já em relação aos rapazes, as diferenças são significativas: 43,7% concordam e 35,5% discordam.

7. Diferentes perfis em relação aos feminismos

Partindo de duas perguntas apresentadas no questionário directamente relacionadas com a opinião sobre o feminismo: «O termo feminismo faz-lhe lembrar» e «Considera-se feminista?» e aferindo-se depois com duas perguntas de opinião: «Na prática mulheres e homens têm iguais direitos» e «Por natureza, as mulheres estão mais vocacionadas para as tarefas familiares», foi possível chegar à seguinte tipologia:

Fig. 7 – Perfis em relação aos feminismos

Perfis em relação aos feminismos	N.º	Percentagem (%)
Feminismo assumido coerente	112	13,7
Feminismo assumido contraditório	300	36,6
Feminismo «guerra dos sexos»	3	0,4
Feminismo tácito	324	39,6
Antifeminismo	80	9,7
Total	819	100,0

NOTA – Só se consideraram 819 casos válidos, pois dos 860 inquéritos aplicados existiram 41 que não se inseriram nas categorias criadas.

Mais adiante procura-se chegar aos conceitos de feminismo que nos permitam diferenciar as tipologias constantes do quadro anterior. Segundo

aquelas tipologias, os maiores valores encontrados situam-se no «feminismos tácito» (39,6%) e no «feminismo assumido contraditório» (36,6%). No perfil de um feminismo assumido e coerente inserem-se apenas 13,7% dos e das jovens. Contudo, é de notar que o antifeminismo assume valores ainda mais baixos: 9,7%. Uma análise por sexo conduz-nos a alguns resultados interessantes. O antifeminismo tem maior peso entre os rapazes (16,1%) do que entre as raparigas (4,6%). Eles assumem mais um «feminismo tácito» (64,2%) do que elas (19,7%). Por sua vez, as jovens situam-se mais no perfil de feminismo assumido na sua versão coerente ou contraditória, como se pode observar no seguinte quadro.

Fig. 8 – Tipologia dos feminismos por sexo

Tipologia de feminismos	Sexo Masculino		Sexo Feminino		Total	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Feminismo assumido coerente	14	3,8	98	21,6	112	13,7
Feminismo assumido contraditório	58	15,9	242	53,4	300	36,5
Feminismo «guerra dos sexos»	0	0,0	3	0,7	3	0,4
Feminismo tácito	235	64,2	89	19,7	324	39,6
Antifeminismo	59	16,1	21	4,6	80	9,8
Total	366	100,0	453	100,0	819	100,0

NOTA – Só se consideraram 819 casos válidos, pois dos 860 inquéritos aplicados existiram 41 que não se inseriram nas categorias criadas.

A pequena percentagem encontrada de 13,7% de jovens no perfil de «feminismo assumido coerente»[\[908\]](#) revela que, apesar de já não existir um estigma em relação aos feminismos, rapazes e raparigas revelam ainda, ao nível do pensamento e das práticas, uma fraca coerência com aquilo que dizem defender.

É no perfil «feminismo assumido contraditório» que surge uma percentagem bastante elevada de jovens (36,6%). Por um lado, afirmam-se como feministas e consideram que o feminismo se identifica com a luta pelos direitos das mulheres ou pelos direitos humanos, mas, por outro lado,

revelam não ter consciência das discriminações em função do sexo ou consideram que, por natureza, as mulheres estão mais vocacionadas para tarefas familiares.

A expressão «feminismo tácito» é referida no livro de Maria Antónia Fiadeiro sobre Maria Lamas, na sua tese de Mestrado em Estudos sobre as Mulheres[909]. Segundo esta investigadora, teria sido Elina Guimarães a utilizar pela primeira vez esta expressão ao referir-se a Maria Lamas – uma feminista tácita – que, apesar de nunca se ter assumido abertamente como feminista, «empenhou a sua vida na luta pelos direitos e dignidade das mulheres»[910]. As dificuldades que ainda hoje persistem para as mulheres se assumirem como feministas, decorrem, todavia, de situações muito diferentes do passado. É ainda frequente ouvirmos a frase: «Eu defendo os direitos das mulheres, mas não sou feminista.» É este o perfil que transpõe para a actualidade a designação de *feminismo tácito*, ou seja, direitos das mulheres sim, feminismo *nem por isso*. Não se trata, muitas vezes, de uma recusa total do feminismo, ou de uma posição antifeminista, mas não se quer identificar com algo que não é bem aceite socialmente.

As jovens e os jovens que podemos identificar com este perfil (39,6%) não se assumem como feministas, mas consideram que o feminismo representa a luta pelos direitos das mulheres ou pelos direitos humanos. Como já foi referido, este perfil feminista é o que tem maior peso no sexo masculino.

Reserva-se para último os dois perfis com menor peso na tipologia criada: o feminismo «guerra dos sexos» (0,4%) e o antifeminismo (9,8%). São apenas três os casos de raparigas que respondem ser o feminismo a luta contra os homens (opção 8.2 da pergunta 8) e que, ao mesmo tempo, se assumem como feministas. Poder-se-ia até não considerar esta situação, dada a sua fraca relevância (0,4%). Contudo, não deixa de ser curioso que o estereótipo criado de que o feminismo é a luta contra os homens tenha tido tão fraco acolhimento nas jovens que se assumem como feministas. Para os/as jovens que se situam no perfil antifeminista, o feminismo é associado a uma luta contra os homens ou a uma luta ultrapassada e não existe nenhum compromisso com o feminismo (opção 8.2 ou 8.4 da

pergunta 8). São 9,8% dos jovens que se enquadram neste perfil, sendo que, como já foi referido, uma análise por sexo coloca os homens com um peso muito mais significativo (16,1% dos rapazes e 4,6% das raparigas).

8. A aplicação do questionário em escolas da região de Viseu e análise comparativa com Almada

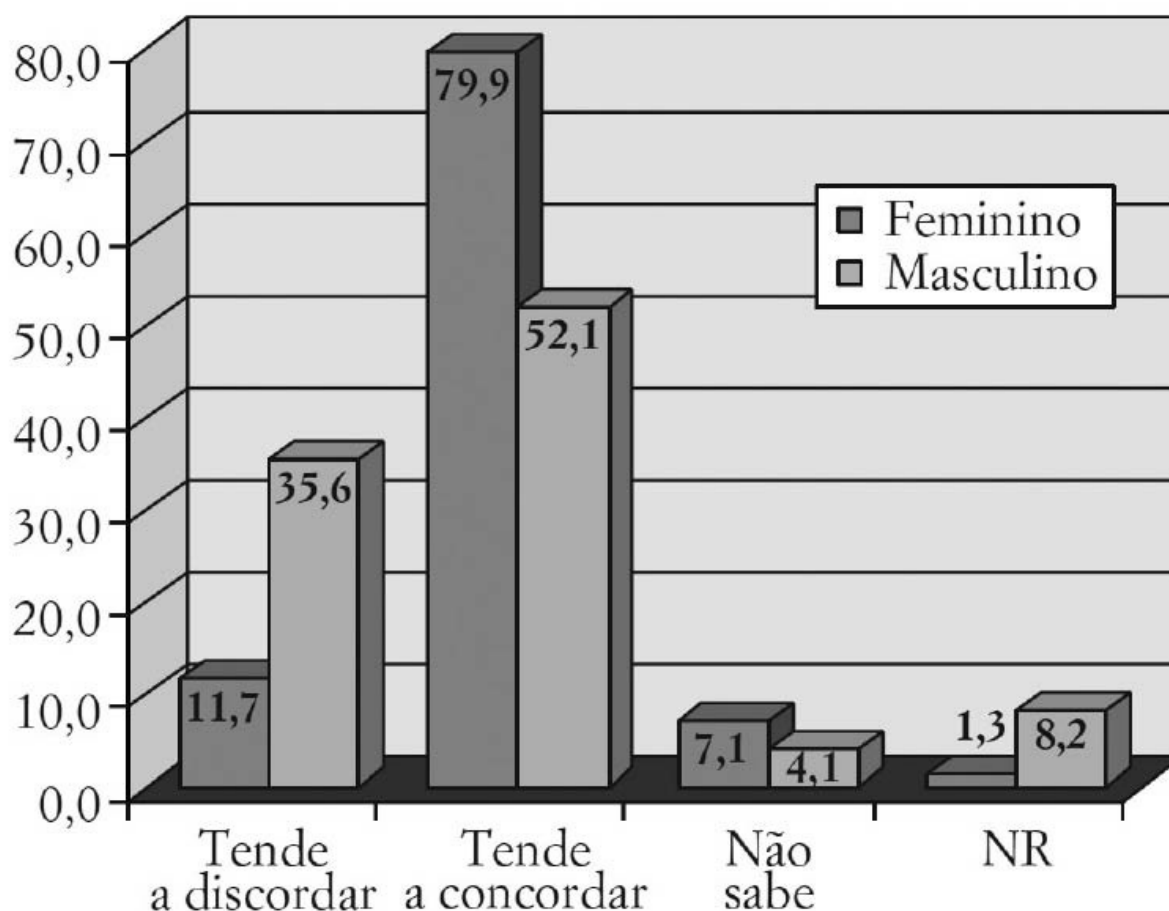
A necessidade de estabelecer uma base comparativa com estudantes de uma região do interior, levou-nos ao distrito de Viseu, tendo sido os inquéritos aplicados não só em escolas da cidade de Viseu, como de outras zonas do distrito de características rurais como Vouzela e S. Pedro do Sul. Pretende-se, deste modo, ter em consideração as origens de alunos e alunas marcados por alguma ruralidade a frequentarem o 12.º ano. Sem pretender retirar conclusões acerca das formas de pensar a Igualdade no que se refere a jovens deste distrito do interior, dado que a amostra é menos significativa do que a de Almada, procura-se tão-só estabelecer algumas comparações que nos permitam concluir se o pensamento sobre os feminismos e a igualdade diferem muito em relação a jovens de um grande centro urbano da área da Grande Lisboa, como Almada.

A consciência das discriminações

Tal como em Almada, a maioria dos e das jovens inquiridos na região de Viseu tende a concordar que mulheres e homens alcançam de igual forma uma carreira profissional. Contudo, as diferenças entre rapazes e raparigas são menos significativas. No caso dos e das alunas de Viseu existe uma maior percentagem de respostas no sentido de concordarem com a frase: «Na prática mulheres e homens têm os mesmos direitos», embora existam pequenas diferenças por sexo, no sentido das raparigas concordarem menos e discordarem mais. Poder-se-ia depreender de um menor nível de consciência sobre as discriminações que ainda pesam sobre as mulheres. Contudo, a análise do gráfico seguinte, contraria esta opinião.

Fig. 9 – Opinião por sexo sobre a frase: «As discriminações em função do sexo ainda persistem,

apesar dos avanços» (em percentagem).



A grande maioria de alunas e alunos das escolas de Viseu tendem a concordar, tal como em Almada, que as discriminações em função do sexo ainda persistem, sendo que as raparigas assumiram um maior nível de concordância (79,9%), enquanto os rapazes que concordaram representam 52,1%. De notar, contudo, que os níveis percentuais de concordância são maiores em Almada: 82,3% nas raparigas e 63,4% nos rapazes.

As diferenças encontradas entre as duas amostras no que se refere à consciência das discriminações não são significativas, embora possam indiciar menor nível de reflexão sobre as questões da Igualdade de Género. Contudo, os resultados obtidos nas questões seguintes podem ajudar a concluir se existem ou não diferenças muito significativas entre os jovens e as jovens entrevistadas nas duas regiões.

A partilha nos espaços «público» e «privado» – a paridade

A esmagadora maioria dos jovens, rapazes e raparigas, inquiridos em Viseu também estão de acordo com a partilha das tarefas domésticas, sendo que, tal como em Almada, as jovens apresentam um maior nível de concordância. Tal como foi anteriormente referido os níveis de concordância em relação à partilha de tarefas na esfera doméstica, a favor de um modelo familiar simétrico estão longe dos registos de tais práticas.

Tanto em Almada como em Viseu, as jovens acabam por ter um maior peso das tarefas domésticas do que os seus colegas na ocupação de tempos fora da escola. Continua a vida das mulheres a ser mais sobrecarregada do que a dos homens? As raparigas tendem a concordar muito mais do que os rapazes que a vida das mulheres é mais sobrecarregada. Quem discorda mais desta afirmação são os rapazes. O mesmo tipo de respostas tinham sido dadas pelos/as estudantes de Almada.

Perante a opinião de que a vida das mulheres é mais sobrecarregada, introduziu-se outra questão: «Na família, o ideal é uma mulher ter uma actividade profissional menos absorvente do que a dos homens, para assegurar o essencial no cuidado com os filhos?» Tal como os e as jovens de Almada, a opinião é de nítida discordância em relação a esta questão. 68,2% das raparigas discordam que uma mulher tenha de sacrificar a sua actividade profissional para cuidar dos filhos. Também 64,4% dos rapazes pensam de igual modo. A diferença entre sexos é menor do que no caso de Almada, onde a discordância das jovens é de 71,5% e dos jovens de 48,7%. A mesma tendência para valorizar a actividade profissional surge quando se introduz uma hipotética situação de se ficar em casa por idêntica remuneração à de uma situação laboral. Tanto os rapazes como as raparigas inquiridos não aceitariam ficar em casa a tratar dos filhos, sendo elas que mais discordam de uma situação desse tipo: 84,4% das jovens não pretendem uma situação dessas para a vida delas, enquanto 45,2% dos rapazes até a admitiriam, em contraste com 13,6% das raparigas.

Uma outra pergunta foi introduzida, para entender a forma como rapazes e raparigas se colocam perante a hipótese de serem os homens a

assumirem, nos primeiros meses de vida de uma criança, os principais cuidados. Tal como se verificou nas respostas dos e das jovens estudantes do 12.º ano do concelho de Almada, as raparigas resistem mais a entregarem os filhos ao cuidado dos futuros pais do que os rapazes em assumirem essa tarefa; 75,3% das raparigas estão a favor e 24,7% estão contra. Em relação aos rapazes, eles dizem aceitar tal encargo em 94,5% dos casos e não aceitam 5,5% dos inquiridos. Em Almada, a tendência é semelhante: 92,6% dos jovens aceitam e apenas 69,4% das raparigas o admitem.

Observando algumas das contradições detectadas nas respostas dos inquiridos aplicados em Almada, quanto à responsabilização na partilha de tarefas no espaço designado como de «privado»: a casa e a família, verificamos, com base na resposta à pergunta 16.10 – «Por natureza, as mulheres estão mais vocacionadas para as tarefas familiares», que existe ainda uma percentagem significativa de raparigas que tendem a concordar com esta afirmação: 50,6% e 40,4% tendem a discordar. Quanto aos rapazes, 54,8% concordam e 39,7% discordam. A tendência para considerar que a biologia ou a «natureza» ainda condiciona as mulheres nas suas tarefas existe nesta resposta, tal como se tinha verificado em Almada.

Em relação à participação das mulheres na política, em Viseu os inquiridos revelam o mesmo tipo de compreensão dos seus colegas de Almada quanto à existência de obstáculos à participação política das mulheres. 67,5% das raparigas e 56,2% dos rapazes dizem existir tais obstáculos. As percentagens diferem um pouco das de Almada, em especial no que refere às raparigas onde a resposta «tende a concordar» abrange 71,3% das alunas. A esmagadora maioria dos/as alunos/as discorda de que a falta de competência seja uma das razões para a existência de menos mulheres nos lugares de decisão. Não existem nesta área diferenças em relação à postura assumida por alunos/as de Almada.

Quanto à paridade, verifica-se que um número significativo de alunos e alunas não responde ou diz «não saber»; nas duas respostas, as raparigas representam 27,3% e os rapazes 22%. Em Almada, a percentagem ainda é

superior: 32,8% das raparigas e 25,4% dos rapazes, donde se pode concluir que se trata de um conceito ainda não assimilado. Das alunas e alunos que respondem, a maioria concorda com a frase: «A paridade de ambos os sexos no poder político é um requisito da democracia», não existindo diferenças significativas em função dos sexos, tal como apontavam as respostas ao questionário aplicado em Almada.

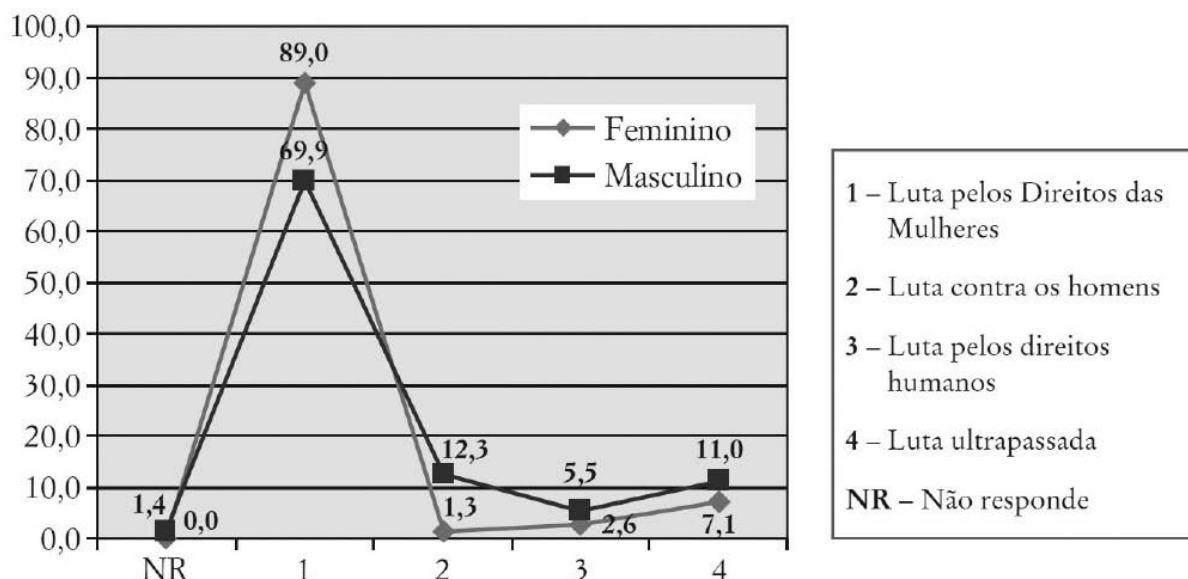
A violência sobre as mulheres

Também, no que se refere às duas ideias centrais sobre a violência contra as mulheres: a sua transversalidade às classes e grupos sociais e a hipótese das mulheres desculpabilizarem os agressores, verifica-se que o mesmo tipo de pensamento está presente nos alunos e alunas das duas regiões estudadas. A maioria de estudantes inquirida na região de Viseu, manifesta, tal como os seus colegas de Almada, que a violência sobre as mulheres é um fenómeno transversal; 83,1% das raparigas assim o afirmam, assim como 61,6% dos rapazes. As percentagens, em ambos os casos, são um pouco inferiores às verificadas em Almada. Em relação à desculpabilização dos agressores, os alunos e alunas de ambas as regiões partilham a mesma opinião de não desculpabilização.

O feminismo

Tendo em consideração as mesmas perguntas em relação à identificação do termo «feminismo» (pergunta 8), ao facto de os/as inquiridas se «considerarem ou não feministas» (pergunta 10) e de «os homens poderem ser feministas» (pergunta 9), os gráficos seguintes mostram que a maioria dos alunos, quer seja rapaz ou rapariga, afirma que o feminismo é a «luta pelos direitos das mulheres».

Fig. 10 – Opinião por sexo sobre o feminismo (em percentagem).



Considerando os resultados obtidos nas escolas de Almada, estes resultados de Viseu não apresentam grandes diferenças. Regista-se, porém, uma diferença mais significativa, quando se afirma que «o feminismo é uma luta ultrapassada». No caso de Viseu existe uma maior percentagem de rapazes que têm esta opinião: 11% dos rapazes, enquanto a percentagem em Almada para o sexo masculino é de 4,7%. Também em relação às alunas se verificam diferenças entre as duas regiões. No caso de Viseu, 7,1% das raparigas consideram o feminismo como uma «luta ultrapassada» e em Almada a percentagem situa-se nos 2,3%. Existe um equilíbrio nas opiniões de raparigas e de rapazes quanto à afirmação de que os homens podem ser feministas. A grande maioria afirma que tal é possível, coincidindo com as opiniões expressas pelos alunos e alunas das escolas de Almada. Em relação à actualidade dos feminismos, a maioria dos alunos e alunas inquiridos na região de Viseu considera, também, que o feminismo não é uma corrente de pensamento ultrapassada, expressando as raparigas esta opinião numa percentagem superior à dos rapazes. Existem algumas diferenças em relação às percentagens obtidas nas escolas de Almada, onde uma percentagem superior de rapazes e raparigas afirma que o feminismo não é uma corrente ultrapassada: 73,5% das alunas e 53,2% dos alunos.

As ocupações fora da escola

Os alunos e alunas inquiridos na região de Viseu ocupam os seus tempos fora da escola de diversas formas. No que se refere à prática de ouvir de forma regular música, não existem diferenças de sexo. O mesmo não se passa em relação à prática de ver televisão, sendo as raparigas que revelam um uso mais regular do que os rapazes, mantendo-se a mesma tendência encontrada junto das alunas inquiridas em Almada (71,3%), só que com uma percentagem mais acentuada em Viseu (83,5%).

No que se refere ao uso da Internet, verifica-se, no geral que os alunos e alunas de Viseu têm um uso menos regular da Internet do que os de Almada. Nesta cidade, 74,7% dos rapazes usam regularmente a Internet, enquanto em Viseu apenas 63% dos alunos. Em relação às jovens inquiridas, em Viseu 43,5% fazem da Internet um uso regular, enquanto em Almada a percentagem sobe para 58,8%.

Em relação às práticas de sociabilidade verifica-se que as saídas para bares e discotecas são mais ocasionais do que regulares, registando-se a mesma tendência em relação às e aos jovens inquiridos em Almada. Da mesma forma, não se registam grandes diferenças em relação a rapazes e raparigas, a não ser quando se observa as saídas para bares e discotecas como uma prática de regularidade: os rapazes representam 30,1% e as raparigas 18,8%. Em Almada, as diferenças entre sexos eram menos significativas: 22,6% para os rapazes e 19,6% para as raparigas.

Observando o apoio às tarefas familiares, como por exemplo: fazer compras para a casa, apoiar nas tarefas caseiras ou cuidar de irmãos e idosos, notam-se as mesmas tendências por sexo em relação aos jovens de Almada e de Viseu. Em Almada, 63,5% das raparigas apoiam com regularidade as tarefas domésticas, enquanto apenas 30,1% dos rapazes o fazem. No caso de Viseu, a percentagem de raparigas que apoiam regularmente as tarefas de casa é ligeiramente superior: 64,9% e a dos rapazes é um pouco inferior à dos jovens de Almada: 24,7%. Tanto em Viseu como em Almada o apoio às tarefas domésticas é muito mais ocasional para os rapazes do que para as raparigas.

As tarefas do «cuidado» continuam a recair sobre as raparigas. Quando se trata de cuidar de irmãos e avós, tanto em Viseu como em Almada são as raparigas que o assumem de forma mais regular. Em Viseu, 18,8% das raparigas dizem assumir regularmente o cuidado com irmãos ou avós e apenas 4,1% dos rapazes. Em relação às jovens de Almada, 22,7% assumem regularmente tais cuidados, enquanto apenas 11% dos rapazes o fazem de forma regular. Em Viseu 30,1% dos rapazes raramente assumem tais cuidados e em Almada 24,2%. A prática de fazer comida é ainda muito pouco regular para os alunos inquiridos de Viseu, apenas 6,8%. Para as raparigas, 32,5% fazem-no regularmente. 37% dos rapazes raramente cozinha. Os resultados obtidos em Almada revelam que idênticas diferenças entre os sexos também existem em relação a esta prática de fazer comida: 45,3% das raparigas cozinham regularmente. O mesmo só acontece com 19,2% dos rapazes. As diferenças entre as duas regiões têm peso neste caso, verificando-se a tendência para um menor empenhamento dos rapazes da região de Viseu nesta tarefa.

9. Entrevistas: a tentativa de compreensão de algumas contradições

Nas entrevistas, realizadas, foi possível compreender algumas questões, que tinham ficado por esclarecer nas respostas ao inquérito por questionário.

Tinha surgido uma maioria de respostas desfavoráveis à ideia de que «só trabalhando fora de casa, as mulheres são verdadeiramente independentes», o que entrava em contradição com a valorização que era feita à actividade profissional das mulheres. Nas entrevistas, foi possível entender que o factor que determina a independência das mulheres é o trabalho remunerado, quer seja feito dentro ou fora de casa. «A minha mãe fazia gelados em casa e ganhava dinheiro» (Filipa). «Há mulheres que trabalham em casa, por exemplo, escrevendo para jornais; o que traz independência é o dinheiro que se ganha» (Joaquim).

Outra questão relaciona-se com o peso das respostas favoráveis à ideia: «Por natureza, as mulheres estão mais vocacionadas para as tarefas familiares.» Embora nem todos os alunos e alunas entrevistados ligassem

de forma directa a expressão «natureza» à biologia das mulheres e até afirmassem que «a socialização determina certos papéis para as mulheres», acontece que foi muito pesada a carga maternalista do cuidado com os filhos em quase todas as entrevistas. «Eu nunca entregaria os primeiros cuidados com um filho ao pai. Sempre sonhei ser mãe» (Amélia). «No cuidado com os filhos, as mulheres são mais compreensivas, mais cuidadosas» (Maria). «Os filhos, quando são pequenos precisam mais da mãe, porque ela é uma presença constante na vida deles e é a quem os filhos mais recorrem, quando têm dificuldades» (Ricardo).

O tipo de discriminação mais falado pelos/as jovens inquiridos/as é o «escasso número de mulheres no poder político e em cargos de responsabilidade». As explicações para esta situação são diversas: «o sistema político» (Filipa); «menor confiança nas mulheres para o exercício da política» (Francisca); «por uma questão de mentalidades e não por falta de competência» (Jocivaldo); «os partidos políticos preferem colocar homens» (Gonçalo); «as mulheres têm menor interesse pela política por estarem menos habituadas» (Ricardo).

Pelas entrevistas, foi possível saber as razões que levam as jovens e os jovens a afirmar que são ou não feministas. No caso das raparigas que disseram ser feministas: «a recusa da submissão aos homens» (Filipa); «a luta pelos seus direitos como mulher» (Amélia); «a discordância com qualquer estatuto de inferioridade das mulheres» (Maria). No caso das que não se assumiram como feministas: «as mulheres já alcançaram os mesmos direitos que os homens, por isso o feminismo já não se justifica» (Francisca); «se vivesse há uns séculos atrás, decerto que seria feminista, mas agora não se justifica» (Laurinda).

Em relação aos rapazes, o Joaquim, o José e o Jocivaldo identificam homens feministas com homossexualidade masculina e, por isso, recusam ser feministas. «Um homem que seja feminista é porque quer ser mulher» (José); «os homossexuais são todos feministas» (Jocivaldo). Contudo, o Gonçalo tem outra visão do assunto: considera que os homens podem ser feministas se defenderem os direitos das mulheres, mas não se assume como feminista. O Ricardo pensa que os homens podem ser feministas no

seguinte sentido: «Defender os direitos de todas as pessoas discriminadas, entre elas, as mulheres.»

10 . Conclusões do estudo

1. EXISTEM DIFERENÇAS DE OPINIÃO SEGUNDO OS SEXOS EM DIVERSAS ÁREAS

As ideias expressas por rapazes e raparigas reflectem processos de socialização que desenvolvem perspectivas diferenciadas em relação às atitudes e formas de pensar de mulheres e homens. Não se trata, evidentemente, de diferenças determinadas por factores biológicos, como já anteriormente foi referido.

Igualdade

Apesar da igualdade alcançada nas leis, as raparigas têm uma maior noção das desigualdades que persistem na vida: cerca de 62% das alunas e apenas 40% dos alunos de Almada pensam que, na prática, não existe igualdade entre mulheres e homens. Em Viseu, o nível de consciência das raparigas acerca das desigualdades é menor: 46% das raparigas e 37% dos rapazes. Contudo, quando se pergunta «se as discriminações em função do sexo ainda persistem», em Viseu 80% das raparigas dizem que sim e 52% dos rapazes, percentagens contudo inferiores às de Almada onde 82% das raparigas afirmam que as discriminações persistem, assim como 63% dos rapazes.

Actividade profissional

Menor actividade profissional das mulheres para se poderem dedicar à família obtém a discordância de cerca de 72% das raparigas. Nos rapazes, porém, essa discordância baixa para 49%. Estes são os resultados de Almada. Em relação aos alunos e alunas de Viseu, 68% das raparigas e 64% dos rapazes discordam do facto de uma mulher ter menor actividade profissional para se dedicar à família. Perante uma hipotética situação de

abandono da actividade profissional para ficar em casa com igual remuneração, cerca de metade dos rapazes aceitaria tal proposta, enquanto apenas 21% das raparigas o fariam, no caso dos questionários de Almada. Em Viseu, a percentagem é menor para as raparigas: apenas 16% aceitariam tal situação, enquanto 47% dos rapazes aceitariam ficar em casa por igual remuneração, expressão decerto de uma maior necessidade das raparigas se afirmarem por via de uma actividade profissional.

Participação no poder político

Sobre os obstáculos à maior participação das mulheres no poder político, constata-se que 71% das jovens inquiridas concordam que tais barreiras existem, enquanto apenas 53% dos rapazes pensam da mesma maneira, no caso de Almada. Cerca de 68% das alunas inquiridas em Viseu têm a mesma opinião e 56% dos alunos.

Violência sobre as mulheres

São as jovens que têm maior consciência da violência como um fenómeno transversal na sociedade e que não desculpabilizam os homens pelos maus-tratos às mulheres, mesmo quando aqueles estão embriagados ou sofrem de outro tipo de perturbações. Junto das jovens de Almada, cerca de 86% têm tal opinião, assim como 83% das alunas inquiridas em Viseu.

2. PRÁTICAS CULTURAIS SEMELHANTES COM EXCEPÇÃO NO APOIO ÀS TAREFAS DE CASA

Nas ocupações fora da escola, não se revelam diferenças significativas entre rapazes e raparigas no que se refere às idas ao cinema, bares, discotecas, concertos de música ou nas saídas com amigos. Registam-se pequenas diferenças na regularidade no uso da Internet (os rapazes utilizam-na mais, embora não se tenha inquirido sobre os tipos de uso); em relação ao desporto, eles têm uma prática mais regular; quanto às leituras, eles lêem mais jornais (em especial desportivos) e elas lêem mais revistas e

livros, sem ser de estudo.

Contudo, as maiores diferenças surgem no apoio às tarefas de casa, no cozinhar, nas compras para a casa ou no cuidar de avós e irmãos. Exemplos: cerca de 64% das jovens declaram apoiar nas tarefas de casa regularmente (30%, no caso dos jovens); na prática regular de cozinhar, encontramos cerca de 44% das raparigas e apenas 19% dos rapazes; nas compras para a casa: 38% das raparigas e 12% dos rapazes. Em relação a Viseu as diferenças por sexo mantêm-se. Enquanto cerca de 65% das raparigas dizem apoiar regularmente nas tarefas de casa, apenas 25% dos rapazes o afirmam. Nas compras para casa, apenas 8% dos rapazes o fazem regularmente, enquanto cerca de 30% das raparigas assumem de forma regular tal tarefa. No que respeita ao cuidado com os outros, apenas 4% dos rapazes dizem cuidar de irmãos de forma regular, sendo a realidade bastante diferente para as raparigas, onde cerca de 19% afirmam ter tais cuidados regularmente. Em relação à prática regular de cozinhar, em Viseu, apenas 6,8% dos rapazes assumem a preparação de refeições, ocupando-se 32,55% das raparigas desta tarefa regularmente. É interessante comparar estes dados com os do «inquérito à ocupação do tempo em Portugal» (INE, 1999) em que 50% dos homens empregados nunca prepararam refeições, mais de 70% nunca limpam a casa e 80% nunca trataram da roupa[911]. Reproduz-se, desta forma, a divisão sexual tradicional das tarefas. A este facto não é alheia a socialização diferenciada de rapazes e raparigas por parte das famílias: tarefas diferentes, tempo desigual dedicado a cada tarefa, encorajamento para as raparigas imitarem as mães, desvalorização do empenho das jovens para se tornarem independentes (VIEIRA, 2003:209).

Segundo o trabalho de investigação de Cristina Vieira, *Educação e desenvolvimento do género. Os trilhos percorridos na família*, no que se refere à variável «atitudes para com as mulheres», as duas gerações estudadas, pais e filhos, não diferem entre si, identificando-se os rapazes com os pais (σ) e não tanto com as mães, que revelam atitudes menos conservadoras (VIEIRA, 2003:471). Conclui-se, assim, que os resultados obtidos através deste estudo não entram em dissonância com outros

trabalhos nesta área.

3. MODELO «MATERNALISTA» MANTÉM-SE

As jovens têm maior consciência de que a vida das mulheres continua a ser mais sobrecarregada com as tarefas domésticas e o cuidado da família (cerca de 82% das raparigas e 52% dos rapazes, no caso de Almada e 84% das jovens, assim como 44% dos jovens e das jovens inquiridos em Viseu).

Todavia, quando se coloca a hipótese dos cuidados com os filhos nos primeiros meses de vida, as raparigas tendem a não aceitar que os homens o possam fazer, parecendo indiciar que a carga de um modelo maternalista, onde a paternidade não é valorizada, continua a ter peso na sociedade e transmite-se às novas gerações.

«A exploração ideológica de um modelo feminino, passivo e familialista e a exaltação da maternidade» por parte do anterior regime, «deixou marcas na sociedade que emergem ciclicamente, quando menos se espera». [912] Como foi anteriormente referido, trabalhos recentes de investigação [913] traduzem a opinião maioritária dos portugueses de que os pais não sabem cuidar tão bem dos filhos como as mães.

4. NÃO EXISTE RECEIO NAS RAPARIGAS DE DIZEREM QUE SÃO FEMINISTAS

Dos jovens inquiridos, 51% considera-se feminista, sendo, entre as raparigas, que cerca de 75% se assume como tal e, entre os rapazes, 20%. Estes dados são tanto ou mais surpreendentes quanto, nas respostas ao questionário, as opiniões expressas sobre a frase: «O feminismo ainda se justifica nos tempos actuais» acolhe opinião favorável de 69% das raparigas e de 44% dos rapazes inquiridos em Almada, assim como 66% das jovens e 40% dos rapazes de Viseu. A maioria também tende a discordar da frase: «O feminismo é uma corrente de pensamento ultrapassada», verificando-se de novo percentagens diferentes por sexo: cerca de 74% das jovens de Almada e 68% das jovens de Viseu discordam

da frase, enquanto o mesmo só acontece com 53% dos rapazes de Almada e 51% dos de Viseu.

5. O QUE ENTENDEM AS JOVENS E OS JOVENS POR FEMINISMO

A maioria das jovens e dos jovens inquiridos nas duas regiões considera que o feminismo é a «luta pelos direitos das mulheres» (88% e 89% das jovens de Almada e Viseu; 79% e 70% dos rapazes, respectivamente). Apenas 5% dos rapazes e 2% das raparigas inquiridas em Almada consideram o feminismo uma «luta ultrapassada». Em Viseu a percentagem cresce tanto em relação aos rapazes (11%), como em relação às raparigas (7%). Considerar o feminismo uma «luta contra os homens» recebe uma percentagem reduzida de opiniões, embora com maior peso nos rapazes do que nas raparigas: em Almada, 11% dos rapazes, 4% das raparigas e, em Viseu, 12% dos jovens e 1% das jovens que responderam ao questionário.

6. PEQUENAS DIFERENÇAS DE OPINIÃO ENTRE QUEM SE CONSIDERA FEMINISTA E QUEM NÃO SE ASSUME COMO TAL

Do cruzamento da variável «considera-se feminista» com algumas questões identificadoras do pensamento feminista contemporâneo (valorização da actividade profissional das mulheres, consciência das discriminações, libertação das mulheres do determinismo biológico, direito ao controlo sobre o seu corpo), conclui-se que existem algumas diferenças de opinião em relação à actividade profissional das mulheres: apenas 25% dos jovens, que se consideram feministas, concorda que uma mulher tenha uma actividade profissional menos absorvente para cuidar dos filhos, enquanto a percentagem sobe para 41%, por parte dos jovens que não se consideram feministas. Sobre a existência de igualdade de direitos na vida real: dos jovens que se afirmam feministas, 61% pensa que tal igualdade não existe; dos que não se assumem como feministas, apenas 44% tem a

mesma opinião.

A diferença de opinião entre os jovens feministas e os que não se consideram como tal é um pouco menor, perante a «naturalização das mulheres», ou seja, as mulheres estarem mais vocacionadas, por natureza, para as tarefas familiares. Neste caso, discordam cerca de 40% dos jovens feministas e apenas 27% dos que não se consideram feministas. As diferenças de opinião são ainda menores no que se refere ao aborto, concluindo-se que as opiniões sobre o direito de uma mulher decidir interromper uma gravidez que não deseja surgem de uma forma transversal, independentemente dos jovens se assumirem ou não como feministas.

7. «FEMINISMO TÁCITO» E «FEMINISMO ASSUMIDO CONTRADITÓRIO» – OS DOIS PERFIS MAIS EVIDENTES

Foi possível, ao longo deste trabalho, traçar alguns perfis de feminismos associados às respostas. Dos/as jovens inquiridos, cerca de 40% situa-se num perfil de «feminismo tácito» – não se assumem como feministas, mas consideram que o feminismo é a luta pelos direitos das mulheres ou pelos direitos humanos. Esta postura não revela uma recusa total do feminismo, nem uma posição antifeminista, mas sim uma ideia muito frequente expressa pela frase: «Eu defendo os direitos das mulheres, mas não sou feminista.»

Uma visão estereotipada dos movimentos feministas, o insuficiente debate em torno dos feminismos em Portugal, muito em especial, a partir da segunda metade do século XX, são, decerto, alguns dos factores que explicam as dificuldades de muitas mulheres se assumirem como feministas, apesar de as suas atitudes e valores defendidos as identificarem como tal.

O «feminismo assumido contraditório» corresponde ao perfil de cerca de 37% dos jovens. Neste caso, afirmam-se como feministas, identificam o feminismo com a luta pelos direitos das mulheres ou pelos direitos humanos, mas revelam não ter grande consciência das discriminações de

género. Isto porque se, por um lado, consideram que homens e mulheres têm iguais direitos na vida real, por outro, ainda são de opinião de que, por natureza, as mulheres estão mais vocacionadas para as tarefas de casa.

É ainda de realçar que o perfil «antifeminista» só surge em 9% dos jovens, uma análise por sexo dizendo-nos que apenas 5% das raparigas se situam nesta área, enquanto a percentagem dos rapazes é mais significativa: 16%. Em relação aos jovens que se situam no perfil de «feminismo assumido coerente», constata-se os seguintes valores: cerca de 22% entre as raparigas e 4% entre os rapazes.

8. SEXUALIDADES – MAIOR ABERTURA, POUCO APOIO

A esmagadora maioria dos jovens inquiridos (92%) considera que os direitos sexuais e reprodutivos são direitos humanos, não existindo diferenciação em função do sexo nas respostas obtidas. A maioria dos jovens considera ainda que a educação sexual não tem sido implementada nas escolas (65% dos rapazes e 55% das raparigas). Quanto aos métodos contraceptivos utilizados, verifica-se que o preservativo é o método mais utilizado (54%), seguindo-se a pílula (28%) e o coito interrompido (12%) [\[914\]](#). Verificou-se, ainda, que um conjunto muito significativo de jovens não respondeu às perguntas relacionadas com a sexualidade, apesar do anonimato dos questionários.

9. INTERVENÇÃO NAS ESCOLAS SOBRE IGUALDADE DE GÉNERO NUMA LÓGICA DE EMANCIPAÇÃO

O maior sucesso escolar das raparigas não pode ocultar outras realidades como seja a de uma cidadania limitada, porque pouco visível no espaço público e condicionada por um processo histórico em que às mulheres se continuam a atribuir papéis sociais adstritos à «esfera doméstica».

O presente trabalho revela, não só que as raparigas são mais sobrecarregadas no apoio às tarefas de casa, assim como a existência de

um modelo maternalista nas concepções, que pode ser condicionante de outras opções de vida. As diferenças de opinião entre rapazes e raparigas revelam, em certos aspectos, a reprodução tradicional da imagem das mulheres a quem cabe os cuidados com a família, facto mais evidente nas entrevistas e em debates realizados em algumas turmas. Intervir nas escolas sobre Igualdade numa perspectiva emancipatória significa: uma reflexão sobre cidadania numa perspectiva de género, cortando com uma prática pedagógica assente num cidadão «neutro universal» que acaba por ocultar a dominação masculina do sujeito; valorização das vivências e experiências das raparigas no que elas têm de emancipador e inseri-las no processo de co-educação; desenvolvimento das questões de género na formação con-tínua de docentes e reflexão sobre as formas de intervenção em torno de projectos de autonomia construídos nas escolas[\[915\]](#).

TERCEIRA PARTE

A EVOLUÇÃO DA TEORIA FEMINISTA,
A RECONFIGURAÇÃO DAS CORRENTES

I

Feminismos e os Estudos sobre as Mulheres em Portugal

*Os estudos sobre as mulheres,
mais do que denunciar os pressupostos e enviesamentos sexistas,
ao colocarem as relações sociais de sexo no centro da análise,
«mexem» com todas as perspectivas científicas
e criam um mundo novo de «objectos» a investigar
porque, precisamente como se afirmava nas Novas Cartas Portuguesas,
nenhum edifício semântico pode ficar de pé,
com a denúncia da dominação e da opressão das mulheres.*

FERREIRA, Virgínia (2001:15)

A citação anterior, da investigadora Virgínia Ferreira, estabelece uma elucidativa ligação entre os estudos sobre as mulheres e os feminismos. Segundo a investigadora Mary Evans (1997:9), «o feminismo contemporâneo, particularmente nos países ocidentais tem importantes raízes académicas». Segundo a mesma autora, os feminismos do início da década de 1970, nas quais assentam as raízes políticas e culturais do feminismo contemporâneo foram inequivocamente «perturbadores» das relações sociais entre mulheres e homens, na medida em que as mulheres assumiram uma autonomia até aí desconhecida. Muitos dos projectos feministas como livrarias de mulheres, centros para mulheres vítimas de violência, tinham como base os debates e as reflexões teóricas introduzidos pelas autoras feministas dessa década. Associações de mulheres tinham ligação a feministas, que davam os seus passos dentro das universidades para alterar o ambiente pouco favorável ao avanço dos estudos nesta área.

Ao contrário de outros países, onde os Estudos sobre as Mulheres

surgiram por influência do movimento feminista, que estendeu a sua vertente teórica à Academia¹[916], procurando questionar a forma como se produzia a Ciência, em Portugal, a insuficiência teórica dos feminismos não permitiu esta inter-relação matricial na história dos Estudos sobre as Mulheres. No estado espanhol, a *Asociación Universitaria para el Estudio de los Problemas de la Mujer*[917] surgiu em 1975, em Madrid. Na mesma altura, grupos de mulheres universitárias foram-se formando pelo país à medida que o feminismo ia marcando presença como movimento social organizado. Por exemplo, o *El País* anunciava, a 5 de Novembro de 1976, a formação de um grupo feminista na Universidade de Valença integrado numa coordenadora de grupos de mulheres. Em Sevilha, Granada, Cádiz, Málaga formaram-se também associações de mulheres universitárias. O mesmo aconteceu em Barcelona onde em cada faculdade existia um grupo feminista. Em Valladolid as estudantes formaram o Movimento Universitário para a Libertação da Mulher (PUERTA, 2003:101). Ora, este não foi, de modo algum, o panorama no meio universitário português. Por outro lado, num quadro de afirmação das ciências sociais, tentando recuperar o tempo perdido por um regime que impediu o seu desenvolvimento, como foi o do Estado Novo, a questão feminista não emergiu senão quando as diversas áreas disciplinares já tinham visibilidade em territórios próprios pouco permeáveis a um olhar crítico feminista acerca da forma de produzir o conhecimento. Segundo a investigadora Conceição Nogueira: «Uma parte das académicas que se interessam pelos feminismos provêm das ciências sociais, mas em Portugal não houve ciências sociais até ao 25 de Abril. Havia um défice de pensamento disciplinar. Teve de se ir buscar o início das próprias disciplinas.»

A esta dificuldade de afirmação dos feminismos como uma corrente plural de pensamento e acção na sociedade portuguesa está também associada a terminologia utilizada para designar esta área académica. Apesar de algumas investigadoras se identificarem com a designação: «estudos feministas», tem sido a expressão «estudos sobre as mulheres», por via da influência anglo-saxónica dos *women's studies*, a mais utilizada.

No editorial do primeiro número da revista *Ex-Aequo* da APEM, em 1999, explica-se a opção pela designação «estudos sobre as mulheres» pelo facto de ela ser «eficaz no desafio à hegemonia intelectual masculina» e por evitar «a falsa imagem de homogeneidade de perspectivas, em geral associada ao feminismo». A pluralidade de abordagens é assim considerada como intrínseca à designação «estudos sobre as mulheres». Alargar a influência, não «guetizar» esta área científica podem ser algumas das razões para não adoptar a expressão «estudos feministas», embora seja esta designação a que melhor se arquitecta numa perspectiva emancipatória da construção do saber e que tem um passado histórico, no que se refere a outros países, de ligação entre os movimentos feministas e a investigação. Em 2007/2008, surgiu na Universidade de Coimbra, um mestrado e um doutoramento em «estudos feministas», o que pode ser indicador de alguma mudança na perspectiva até agora utilizada.

As origens dos estudos sobre as mulheres e a Comissão da Condição Feminina

As «sementes» desta área científica podem situar-se, num primeiro momento, segundo Teresa Joaquim (2007), nos colóquios organizados nos finais da década de 1960 na Faculdade de Direito de Lisboa e na publicação das *Novas Cartas Portuguesas* em 1972 e, num segundo momento, no papel da Comissão da Condição Feminina (CCF). É um facto que a CCF desempenhou um papel pioneiro. No seu boletim *Notícias* de Outubro de 1989 podia ler-se:

[...] pode-se afirmar que não há, nenhum Centro de Investigação Universitária de Estudos sobre as Mulheres em Portugal, seja ou não especializado. Apenas a Comissão da Condição Feminina tem um sector de estudos e um Centro de Documentação apoiando tais investigações.

É ainda deste ano, por iniciativa da então presidente Regina Tavares da Silva, a notícia de uma reunião na CCF de investigadoras/es de diversas universidades, com o objectivo de apresentação da Rede Europeia de

Estudos sobre as Mulheres e de estabelecer ligações entre as investigadoras e investigadores que em Portugal se dedicavam a esta área de estudo[918].

Para Regina Tavares da Silva (2001:18), não se poderá falar das origens dos estudos sobre as mulheres sem referir um conjunto de obras «clássicas», as primeiras das quais produzidas no século XVI e que se estendem pelos séculos seguintes, classificadas em três linhas de pensamento: «a exaltação e louvor das mulheres», uma «crítica que as admoesta» e a «defesa dos seus direitos». Com particular destaque, surgem contributos nas primeiras três décadas do século XX: Carolina Michäelis de Vasconcelos, Caiel, Carolina Beatriz Ângelo, Virgínia de Castro e Almeida, Ana de Castro Osório, Adelaide Cabete, Aurora de Castro e Gouveia, Emília de Sousa Costa, Maria Veleda, Elina Guimarães e Maria Lamas, cuja obra *As Mulheres do Meu País*, constitui uma referência incontornável na história dos Estudos sobre as Mulheres.

Ao salientar o papel que a CCF desempenhou nas origens dos estudos sobre as mulheres no referido segundo momento, citado por Teresa Joaquim e também realçado por Regina Tavares da Silva, não se pode deixar de referir o «grupo de trabalho sobre a participação da mulher na vida económica e social», constituído em 1973 pela Engenheira Maria de Lourdes Pintasilgo, que deu origem à Comissão para a Política Social relativa à Mulher de onde partem os primeiros estudos sobre a situação das mulheres em Portugal. De um outro grupo de trabalho se tem que falar, quando, após o 25 de Abril de 1974, a Comissão da Condição Feminina, embora ainda não constituída por decreto regulamentar, decide preparar o Ano Internacional da Mulher (1975). Das reuniões deste grupo de trabalho com as organizações não-governamentais surge, não só a premência de estudos de diagnóstico sobre a situação das mulheres em Portugal, de natureza empírica e baseados em estatísticas, assim como de outros estudos de carácter qualitativo, que procurassem explicar as razões das situações vividas, tanto mais que o vazio conceptual e teórico era evidente, num país saído de um longo período de obscurantismo, bloqueador do desenvolvimento da ciência, em especial das ciências sociais.

A Comissão da Condição Feminina, actualmente Comissão para a

Cidadania e Igualdade de Género (CIG), realizou diversos trabalhos de investigação, promoveu seminários, editou publicações, criou um centro de documentação e estabeleceu contactos com investigadoras de diversas universidades, como atrás foi referido.

Os primeiros colóquios académicos

Na década de 1980 ocorreram os primeiros seminários de iniciativa académica ou organizados pela comissão em ligação com investigadoras de núcleos universitários. Em 1983, a CCF organiza um seminário de Estudos sobre a Mulher na Fundação Calouste Gulbenkian com uma exposição bibliográfica, que constituiu um marco importante para um maior interesse das universidades por esta área. De referir, contudo, que em 1978, por iniciativa do Instituto de Formação Social do Trabalho com a colaboração da então Comissão da Condição Feminina se tinham realizado alguns seminários de formação sobre a situação das mulheres portuguesas[919].

Importa salientar que esta área de investigação colheu o interesse por parte da comunidade científica de outros países nos anos de 1960, por influência do movimento feminista. Em Portugal, o arranque da sensibilização universitária só se regista 20 anos depois, não sendo alheio a este facto, como já referido, o atraso no desenvolvimento das ciências sociais e as fraquezas do pensamento e do debate feminista em Portugal.

Em 1985, realizaram-se dois grandes colóquios multidisciplinares que constituíram uma referência. O primeiro, organizado pelo Instituto de Estudos Sociais (ICS), a 4, 5 e 6 de Fevereiro de 1985, teve como designação: Mulheres em Portugal[920]. O segundo, «A mulher na sociedade portuguesa – visão histórica e perspectivas actuais», ocorreu de 20 a 22 de Março, em Coimbra e foi dinamizado pelo Instituto de História Económica e Social da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. [921] Nas conclusões deste colóquio, Maria Helena da Cruz Coelho e Irene Vaquinhas (1986) referem que «o colóquio pretendeu apreender a visão histórica da mulher na sociedade portuguesa sem negligenciar a

problemática actual», chamando a atenção dos investigadores para a temática das mulheres «num país onde estes estudos ainda estão no seu início» e em que é preciso «renovar o questionamento histórico, introduzindo a noção da diferença dos sexos». A conjugação interdisciplinar, «impensável há uns anos» foi também referida como algo muito importante. Como desejo da comissão organizadora do colóquio colocava-se «impulsionar os estudos científicos sobre a mulher, criando-se na universidade uma disciplina sobre “história da condição feminina em Portugal”»[922].

Um dos grandes objectivos do Colóquio Interdisciplinar sobre as Mulheres em Portugal, realizado pelo ICS, foi, no dizer de Maria de Lourdes Lima dos Santos, «fazer com que a chamada “questão feminina” se vá constituindo como objecto de análise das ciências sociais». Na mesma nota prévia à edição das comunicações (*Análise Social*, n.º 92-93, 1986) referem-se também as moderadoras e moderadores das diversas sessões: Maria de Lourdes Pintasilgo, Manuela Silva, Eduardo Prado Coelho, Isabel Faria, Karin Wall, Virgínia Ferreira e Maria Helena Mira Mateus. De referir que Elina Guimarães participou neste seminário com uma comunicação sobre «A mulher portuguesa na legislação civil». A história teve uma forte componente neste seminário[923], mas vão surgindo também outras abordagens, como já tinha acontecido no colóquio de Coimbra com as comunicações de Ana Nunes de Almeida e de Lígia Amâncio. O tema do aborto surge, neste seminário do ICS, com uma comunicação de Virgínia Ferreira e Graça Abranches: «O debate sobre o aborto e a ortopedia discursiva da sexualidade.» Maria Belo intervém sobre os «Grupos sexualistas de mulheres»; Ana Nunes de Almeida apresenta a comunicação: «Entre o dizer e o fazer: a construção da identidade feminina». «As mulheres e a investigação científica em Portugal» é o tema escolhido por Beatriz Ruivo. Bertina Sousa Gomes intervém sobre «Mulheres em processo de socialização. Algumas questões acerca das suas representações».

Não pretendendo esgotar o manancial de comunicações realizadas, nas referências agora produzidas, procura-se evidenciar dois aspectos sobre o

pioneirismo destas duas realizações académicas ocorridas em 1985: o carácter interdisciplinar dos colóquios, com a componente da história a assumir um maior peso, pela necessidade de dar visibilidade às mulheres como objecto de estudo e a inseri-las como uma categoria de análise histórica; o facto destes colóquios terem partido do meio académico, muito fechado e conservador quanto às temáticas feministas e onde as primeiras investigadoras, que se atreveram a romper com o círculo «puro» e «duro» da área disciplinar, tiveram de ter grande coragem.

Em 1986, a então Comissão da Condição Feminina com a colaboração da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica e de outras entidades realiza o seminário «A Mulher, o Ensino Superior, a Investigação Científica e as Novas Tecnologias»[\[924\]](#).

A Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres (APEM)

A tentativa da formação de uma rede de investigadoras e de investigadores por parte da Comissão da Condição Feminina foi o impulso para a criação da APEM – Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres, cuja primeira direcção (1991/1993) se baseou em muitas técnicas da CCF, que se tornaram associadas (Dina Canço, Ivone Leal, Joana de Barros Baptista; Maria Alzira Lemos, Isabel Romão, Maria Reynolds de Sousa). Apesar de nas direcções seguintes se ter verificado a diminuição do peso institucional da CIDM, não deixaram de participar outros nomes ligados à comissão, como Regina Tavares da Silva, Teresa Joaquim e Luísa Paiva Boléo. A APEM foi crescendo em autonomia em relação à CIDM com investigadoras ligadas a vários pólos universitários: Universidade de Coimbra (CES), com Virgínia Ferreira, Graça Abranches, Teresa Tavares e Sílvia Portugal; Universidade do Porto (FPCE) com Helena Costa Araújo e Maria José Magalhães; Universidade do Minho com Conceição Nogueira; Universidade de Évora com Fernanda Henriques; em Lisboa com investigadoras de várias universidades: Lúcia Amâncio (ISCTE), Margarida Chagas Lopes (ISEG), Anne Cova, Beatriz Nizza da Silva, Teresa Joaquim e Ana Monteiro Ferreira (Universidade

Aberta), Irene Pimentel (FCSH – Universidade Nova).

Pode-se, deste modo, afirmar que só em 1991, a 25 de Outubro, surge em Portugal uma Associação de Estudos sobre as Mulheres: a APEM, que se identifica como feminista. Não tendo alcançado, ainda, o estatuto de uma *agência científica*, esta associação tem permitido dar visibilidade a esta área do conhecimento, congregando na sua revista *Ex-Aequo* um conjunto de trabalhos de grande valia e procurando dinamizar a reflexão crítica feminista através de seminários, debates e outras iniciativas. Formada em 1999, a revista *Ex-Aequo* tem contribuído para o desenvolvimento e visibilização do conhecimento produzido no âmbito dos Estudos sobre as Mulheres, Estudos Feministas e Estudos de Género. A revista está incrita em bases de dados internacionais e na SciELO – Scientific Electronic Library Online.

A APEM tem vindo a desenvolver diversos projectos de investigação/intervenção: projecto «Mulheres e Cidadania: conhecer, educar, mudar»; projecto «Partilhar o mundo: construir uma cidadania participativa»; pesquisa bibliográfica de estudos sobre as mulheres/ estudos de género/estudos feministas, entre outros. Tendo como missão estatutariamente definida a articulação entre a investigação académica e a intervenção, a APEM tem contribuído para legitimar os estudos sobre as mulheres.

Também a constituição posterior de alguns núcleos de investigação («Faces de Eva», na Universidade Nova de Lisboa, com publicação de uma revista), do primeiro mestrado em Estudos sobre as Mulheres na Universidade Aberta (1995), dos cursos de pós-graduação e dos mestrados na FPCE da Universidade do Porto e na Universidade Nova de Lisboa, do mestrado e doutoramentos abertos, em 2007/2008, na Universidade de Coimbra sobre Estudos Feministas e, ainda, a formação da Associação Portuguesa de Investigação Histórica sobre as Mulheres (APIHM) e da Associação de Mulheres Cientistas (AMONET) têm contribuído para uma maior visibilidade desta área do saber científico.

Da recuperação das mulheres enquanto objecto de estudo à reflexão

crítica

Numa primeira fase, os estudos sobre as mulheres procuraram dar visibilidade e acumular saberes sobre as mulheres, enquanto objecto de investigação dada a sua invisibilidade na produção científica das diversas disciplinas. Retirar as mulheres do esquecimento. Valorizá-las enquanto sujeitos históricos. Foi a época das biografias, do resgate essencial de uma memória, para afirmar que as mulheres fazem parte da história, assim como qualquer estudo na área de diversas disciplinas deve ter em conta a existência de um universo científico em que existem mulheres e homens. Esta simples constatação tardou a chegar, por exemplo, ao campo das estatísticas.

A Comissão da Condição Feminina teve, nesta fase, um importante papel ao publicar pequenas biografias das principais feministas dos inícios do século em Portugal: Adelaide Cabete, Caiel, Carolina Michäelis de Vasconcelos, Emília de Sousa Costa, Carolina Beatriz Ângelo, Virgínia de Castro e Almeida, Branca de Gonta Colaço, Antónia Gertrudes Pusich. Nesta fase, segundo a historiadora Irene Vaquinhas (2002), as mulheres não são estudadas de acordo com a diversidade de estatutos sociais ou económicos, nem são analisados os mecanismos de opressão, a não ser na base da misoginia masculina que domina as relações em sociedade. Ainda, na opinião da mesma historiadora, não existe na actualidade produção teórica em muitos trabalhos, que permanecem de cunho convencional e informativo assentes numa pesquisa de fontes documentais em trabalho de arquivo ou de biblioteca sem darem o salto para as questões conceptuais comuns na historiografia anglo-saxónica, embora se verifique, em alguns autores e autoras, um certo comprometimento ideológico com as problemáticas feministas, em particular no âmbito da história contemporânea e do tempo presente. Para Lúcia Amâncio, o pensamento feminista sobre a ciência, que se desenvolveu a partir dos anos 70, procurou responder a dois objectivos: «Em primeiro lugar dar visibilidade às mulheres, às suas experiências concretas e a uma condição social que o movimento pretendia combater, procurando tornar visível um objecto, até

aí, invisível na produção científica das várias disciplinas e, seguidamente, denunciar o androcentrismo dos vários domínios do saber e a permanente confusão entre o masculino e o universal. Este percurso, comum a várias disciplinas, contribuiu para a focalização num objecto emergente que atenuou as fronteiras disciplinares e, ao mesmo tempo, foi gerando uma linguagem teórica e conceptual partilhada.» (AMÂNCIO, 2002:55.)

Deste modo, o questionamento epistemológico poderá fazer parte de uma segunda fase no processo de afirmação dos estudos sobre as mulheres. Segundo Virgínia Ferreira, (2001:12) «Na sociologia o questionamento introduzido pelos estudos sobre as mulheres traduziu-se numa ruptura das categorias de sexo elaboradas em sede de disciplina». Ao serem articuladas numa relação social tornaram-se inseparáveis do ponto de visto científico. As fronteiras entre os vários ramos da Sociologia teriam sido, deste modo, «estilhaçadas». Ainda, na opinião da mesma socióloga, as relações sociais de sexo tornaram-se transversais a todo o sistema social. Põem-se em causa os discursos sobre a subordinação das mulheres assentes na sua «natureza» e dá-se visibilidade aos constrangimentos criados pelo sexismo e pelas discriminações sociais. A dominação e a opressão das mulheres são assim explicadas socialmente ou através de uma articulação entre o social e o biológico. Também o questionamento é colocado ao nível das relações sociais de sexo como centrais na organização da sociedade ou como derivantes dos sistemas sociais no seu global (FERREIRA: 2001:12-13). Articula-se, então, com as relações de classe ou com as diferentes modalidades de dominação: étnicas, de orientação sexual, etárias.

A denúncia do androcentrismo do saber colocando em causa o universal «neutro» masculino faz parte desta fase de questionamento. Para Lúcia Amâncio (2002:59), é no processo de construção social que o simbólico masculino se constitui em referente universal, relativamente ao feminino, que permanece marcado pela categoria sexual. Esta concepção constitui-se, deste modo, como factor estruturante do pensamento que é preciso questionar e desconstruir. Ainda, segundo a mesma investigadora, «em certos domínios da psicologia portuguesa, como da psicologia das organizações, começa a desenhar-se uma crítica ao androcentrismo dos

conceitos e dos pressupostos básicos dos modelos» (AMÂNCIO, 2002:67).

Não raro, o discurso hegemónico do saber impõe-se, ignorando o que de alternativo pode estar a ser produzido. Exemplo citado por Teresa Joaquim na sua reflexão sobre os estudos sobre as mulheres em filosofia, foi o posicionamento do historiador José Mattoso ao ignorar os contributos na investigação histórica sobre as mulheres na sua obra *História de Portugal*, como também no seu artigo na revista *História*, de Abril de 2000, onde assume que «os estudos sobre as mulheres pouco têm contribuído para uma renovação do discurso acerca do passado nem para uma nova compreensão da história» (JOAQUIM, 2001:75). A este propósito, Teresa Joaquim cita Françoise Collin: «As mulheres pensam, falam, as mulheres escrevem, publicam – e algumas dedicam-se hoje a reencontrar e a juntar textos e fragmentos que, com demasiada facilidade, os historiadores da filosofia deixaram cair no esquecimento. Mas os seus discursos não constituem referência para a constituição da esfera pública, ou da mudança efectiva do pensamento. [...] Ainda se resiste a reconhecê-las como representantes da humanidade, reveladoras de uma verdade que poderia dizer respeito a cada uma e a cada um.» (COLLIN, 1997:26-27.)

Segundo algumas investigadoras, a crítica ao carácter sexista da Ciência e da Academia está conseguida, mas pouco se tem avançado para as concepções e práticas da construção do pensamento (MAGALHÃES, 2001:53). Todavia, Irene Ramalho (2001:108), situando-se num contexto mais global, afirma que nas últimas décadas as epistemologias feministas têm tido grande impacto em diferentes áreas do saber, despertando interesse em investigadores que se preocupam com uma concepção emancipatória da ciência. É o caso de Boaventura de Sousa Santos, ao considerar que a teoria crítica feminista é parte integrante do que ele afirma ser a «transição paradigmática» do «conhecimento regulação» para o «conhecimento emancipatório» (SANTOS, 1995). Contudo, é preciso dizer que o debate epistemológico em Portugal na área das Ciências Sociais tem tido pouco eco, apesar de trabalhos inovadores como o que anteriormente foi referido. Na prática, a adopção de modelos teóricos na construção do

conhecimento vai sendo feita sem grandes sobressaltos, sem debate franco e aberto.

Deste modo, também nos estudos sobre as mulheres o debate epistemológico ainda não é muito evidente, o mesmo acontecendo com uma terceira fase que se liga em muito a esta, «a reflexão crítica». Segundo Helena Costa Araújo, «os estudos sobre as mulheres teriam alcançado alguma legitimidade e visibilidade». Contudo, «a falta de debate sistemático é, provavelmente, uma das áreas mais cruciais que necessitam de desenvolvimento [...]» (MAGALHÃES, 2001:53).

Na reflexão que Maria José Magalhães elaborou, em 2001, sobre os dez anos da APEM, é notória a existência de investigadoras que, naquele momento, estavam sobretudo preocupadas na acumulação de conhecimento sobre as mulheres, no sentido de alargar o terreno da área de estudos. Digamos que podiam situar-se mais na fase de «recuperação» das mulheres enquanto objecto de estudo para o interior da ciência. Ao mesmo tempo, outras estavam apostadas em desafiar o processo de construção do conhecimento.

Nem sempre a construção de uma epistemologia crítica supõe, para algumas investigadoras, a formulação de uma epistemologia feminista, mas tão só um processo de produção de conhecimento baseado na interacção entre sujeito e objecto de investigação, na descontinuidade histórica, na interrogação permanente sobre a produção discursiva ou científica. Só que alguns destes princípios são inerentes a uma epistemologia feminista.

A inserção ou «contaminação» académica dos estudos sobre as mulheres

Quando em 1985, a historiadora Irene Vaquinhas anuncia no seminário «A mulher na sociedade portuguesa» a intenção de se criar uma disciplina que versasse sobre a história da condição feminina em Portugal era difícil avaliar que esse papel pioneiro iria levar muitos anos a contaminar o tecido universitário até se ter conseguido, em 1995, o primeiro mestrado em Estudos sobre as Mulheres na Universidade Aberta.

Teresa Pizarro Beleza, ao introduzir o tema «Direito das Mulheres» no

curriculum da licenciatura em Direito da Universidade Nova de Lisboa, dá conta das dificuldades. Mesmo como cadeira de opção esse processo não foi pacífico.

A vulgaridade da sua existência na generalidade das universidades americanas terá sido argumento importante na sua adopção final. O nome da cadeira foi estabelecido como Direito das Mulheres e da Igualdade Social, compromisso acentuado no ano de 1999/2000 em que foi alterado para Direito da Igualdade Social, apenas. (BELEZA, 2002:81.)

Na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra no curso de doutoramento em Direito foram incluídas as questões relativas aos direitos das mulheres, em 1999/2000, sob a responsabilidade do professor Gomes Canotilho e o mesmo aconteceu em 2000/2001 no curso «Human Rights and Democracy», dirigido pelo professor Vital Moreira. Estes são exemplos pontuais, pois segundo a professora Teresa Beleza, «está muito longe, ainda, de se poder considerar o Direito das Mulheres – ou mesmo os estudos feministas no Direito, numa perspectiva mais ampla – um assunto *mainstream*» (BELEZA, 2002:83).

Apesar das dificuldades de «contaminação» dos estudos sobre as mulheres, nas universidades, o panorama tem vindo a evoluir tendo em consideração o ponto de partida de há 20 anos. Quando em 1987, a professora Teresa Joaquim, actual coordenadora do mestrado em Estudos sobre as Mulheres da Universidade Aberta, desenvolveu um estudo junto das investigadoras portuguesas^[925], concluiu que a maioria não gostaria que a sua imagem ficasse ligada aos estudos sobre as mulheres pela fraca implantação desta área académica. Em 2007, Teresa Joaquim faz um balanço diferente dado que a institucionalização ao nível do ensino superior do mestrado em Estudos sobre as Mulheres na Universidade Aberta, deu origem ao aparecimento de disciplinas, cursos, linhas de investigação e centros de investigação, assim como a produção de diversas dissertações (JOAQUIM, 2007). A criação do núcleo de investigação Faces de Eva, na Universidade Nova, também se revelou um projecto de grande

interesse. Iniciado, em 1997, no Instituto Pluridisciplinar de História das Ideias da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, este projecto é responsável pela revista *Faces de Eva* e pelo *Dicionário no Feminino*. O primeiro número da revista surgiu em 1999 e o quinto número recebeu o prémio de Divulgação Elina Guimarães, atribuído pelas ONG do Conselho Consultivo da CIDM. O colóquio realizado em 1999, dedicado a Leonor da Fonseca Pimentel, a portuguesa de Nápoles, foi a primeira das iniciativas deste centro de investigação, à qual se seguiram diversos cursos livres. A abertura da pós-graduação «As mulheres na sociedade e na cultura» e do mestrado nesta área faz parte da «contaminação» académica que centros de investigação como este podem vir a ocasionar. A Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto também abriu um Mestrado em Educação e Género, em 2005/2006, e a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra um mestrado e um doutoramento em Estudos Feministas. Neste mesmo ano, o ISEG abriu um mestrado sobre Género, Trabalho e Cidadania.

Apesar da evolução positiva verificada, na última década, em Portugal, os feminismos como campo de estudo e investigação ainda não ganharam uma marca académica, que permita falar da sua plena inserção nas universidades. Enquanto em outros países se reflecte sobre a institucionalização académica destes estudos em termos de caminhos percorridos: integração disciplinar ou núcleos de investigação autónoma, em Portugal, a institucionalização visa ainda o reconhecimento desta área de estudos. Para a investigadora e socióloga Virgínia Ferreira, em Portugal ainda não se entrou numa fase de estudos sobre as mulheres que se possa chamar de profissionalização ou institucionalização, dado que não temos praticamente graus académicos reconhecidos. Muitos dos cursos, mestrados e doutoramentos surgem por iniciativa de investigadoras interessadas nesta área e não porque existe uma política nesse sentido. «Há universidades que têm um mestrado. O caso da Aberta, agora na Universidade de Coimbra com o nome Estudos Feministas e também doutoramento. Num encontro que tive em Paris, organizado pela Reseau International du Genre, sobre as questões ligadas à receptividade do

«Gender», estiveram 30 académicas de vários países e exprimiram-se opiniões nada confortáveis em relação ao conceito de género. Tive oportunidade de perceber que, com excepção de Portugal e também da Itália, que não tinham uma grande institucionalização dos estudos sobre as mulheres, todas as outras colegas colocavam queixas face ao processo de profissionalização. Queixas que iam no seguinte sentido: de repente os estudos sobre as mulheres passam a ser “estudos sobre o género”; o género surge como uma expressão pseudoneutral. Hoje a linguagem do género e da transversalidade estão na União Europeia, fazem parte do discurso oficial. Passámos para o *mainstreaming* sem termos o reconhecimento.»

Parte-se, deste modo, de uma situação de fragilidade, deixando de existir planos orientados para uma política centrada em programas científicos próprios que permitissem consolidar e legitimar esta área do conhecimento, para passar a uma nova fase de menores compromissos e de diluição temática.

Segundo a investigadora inglesa Clare Hemmings (2005), a estratégia da autonomia, pode criar uma maior dinâmica, mas também pode levar ao isolamento dos departamentos que se centram nestes estudos. Deste modo, existe uma tendência actual para considerar que «a combination approach is the most desirable and sustainable one». Deste modo, para Anne Phoenix (1992:5), os *women's studies* precisam de trabalhar dentro das disciplinas para as transformar, mas também precisam de autonomia através da qual possam desenvolver novos modelos de conhecimento. Esta perspectiva é reforçada por Rosi Braidotti ao sustentar a importância dos estudos sobre as mulheres como um projecto crítico na medida em que a ciência perpetua formas de discriminação e exclusão (BRAIDOTTI, 2002:288).

O pensamento feminista e a ciência – uma postura epistemológica

Uma crítica feminista da ciência emergiu em meados da década de 1970, em diversos países. Colocavam-se em causa as generalizações abusivas de um saber que identificava o universal com o masculino. As mulheres

estavam excluídas do conhecimento científico, quer como sujeitos, quer como objectos de investigação.

A inovação introduzida por Joan Scott – o género como categoria de análise histórica, um conceito que coloca as diferenças entre homens e mulheres como construções sociais e culturais – foi um importante contributo para questionar a tendência de identificar o masculino com o ponto de vista da Humanidade. «Apreender o género como uma relação sociocultural complexa implica que as investigações sobre as mulheres em história não se limitem a uma simples busca de um objecto negligenciado. Pelo contrário, a questão fulcral centra-se na existência das relações entre seres humanos até então negligenciadas.» (BOCK, 1989:158-169.)

No entanto, passados que são quase 30 anos, segundo algumas opiniões, este conceito generalizou-se nos discursos históricos e sociológicos, sem ter sido sujeito a um aprofundamento teórico, que permita valorizar, da melhor forma, o seu conteúdo. Como interroga Lúcia Amâncio (2001), será o género apenas uma nova designação para sexo, que resulta de uma moda ou de um entendimento normativo do politicamente correcto? A persistência do uso do «género» como critério classificatório, mero substituto do sexo, segundo a preferência dos/as autores/as, contribuiu para esvaziar o termo do seu significado conceptual e analítico e para a perda de valor acrescentado que ele poderia trazer. A própria Joan Scott, pioneira na introdução do «género» nos Estados Unidos denuncia actualmente o uso rotineiro do termo como sinónimo de sexo (THÉBAUD, 2008:198).

A historiadora Michelle Perrot afirma que se passou da «História das Mulheres» para a «História do Género», através de um debate, que foi dos mais vivos da historiografia contemporânea. Deste modo, devemos interrogar-nos sobre os efeitos desta transformação que, segundo esta historiadora, não foi a «revolução epistemológica», que muitos esperavam (PERROT, 2008:149). Também a historiadora, Francoise Thébaud (2008:187-201), considera que «género» é hoje um termo cada vez mais corrente no vocabulário político, em especial nas políticas europeias. Trata-se de um termo mal compreendido, contestado e de diversos usos

(THÉBAUD, 2008:187). As críticas surgem sob diversas perspectivas, sendo uma das mais mencionadas a da ocultação da dominação masculina que o conceito encerra. Uma das críticas mais recentes assenta na interrogação sobre o dualismo: sexo/natureza e género/cultura, na medida em que o sexo também pode ser socialmente construído.

Segundo a investigadora Lúcia Amâncio (2002:55-75), o pensamento feminista sobre a ciência permitiu dar visibilidade às mulheres e às suas experiências e denunciar o androcentrismo dos vários domínios do saber. Para Virgínia Ferreira (2001:9-25), os estudos sobre as mulheres provocaram um abanão no edifício das ciências sociais que assentava no universalismo. Os paradigmas tradicionais da ciência foram postos em causa por feministas como Maria Mies^[926], começando por colocar a necessidade de um processo interactivo entre o sujeito investigador/a e o sujeito investigado/a e de uma metodologia feminista baseada nas experiências das mulheres. Muitas têm sido as investigadoras que, assumindo todavia correntes diferentes, fazem emergir a necessidade de renovação da ciência libertando-a do mito da neutralidade e pugnando por um conhecimento alternativo ou emancipatório.

A cientista Sandra Harding, uma das mais importantes pensadoras sobre o tema da epistemologia feminista, distingue três tipos de pesquisa (HARDING, 1996). No primeiro tipo, a investigadora considera que o método científico não está em causa, mas sim as normas metodológicas. Embora se admita a emergência de novas questões do ponto de vista epistemológico, considera-se que os enviesamentos sexistas e androcêntricos surgem no processo de pesquisa. Daí não se procurar uma ruptura epistemológica. A esta corrente de pesquisa, Harding designa por «empirismo feminista». No segundo tipo, encontra-se a pesquisa que defende uma renovação da ciência, por via da inclusão das experiências das mulheres: «*standpoint* feminista». Só um conhecimento baseado nessa experiência pode melhorar o conhecimento da realidade. Existe um questionamento da objectividade e da racionalidade. As emoções não estão dissociadas da razão e são necessárias à produção do conhecimento. Uma terceira perspectiva, segundo esta investigadora, assenta nas posições pós-

estruturalistas e pós-modernas e defende que os modelos de conhecimento se baseiam em experiências localizáveis. A ideia de totalidade é substituída pela de fragmentação e ruptura. O sujeito «mulheres» deixa de ter sentido. O feminismo pós-moderno, baseado em conhecimentos fiáveis e localizados, pode constituir uma alternativa ao universalismo e essencialismo das duas primeiras perspectivas (NOGUEIRA, 2001b).

A emergência de um novo sujeito feminista está colocada. Um sujeito feminista multifacetado em termos de classe social, etnia, idade, preferências sexuais, estilos de vida. Já no início da década de 1990, a investigadora Rosi Braidotti falava de uma nova tendência que estava a surgir enfatizando a natureza situacional específica e corporizada do sujeito feminista em detrimento de essencialismos biológicos e psicológicos. Trata-se de um novo tipo de materialismo feminista corporizado. Como afirma a socióloga Anália Torres, nos anos 90, também no campo da Sociologia, as posições que defendem a articulação entre classe, género e outras categorias sociais tornam-se mais expressivas e a necessidade de analisar os contextos históricos e culturais específicos torna-se decisiva (TORRES, 2002b). Para Nancy Fraser e Linda Nicholson (1990:19-38), a teorização deve ser explicitamente histórica, atenta às especificidades culturais das diferentes sociedades, que localize as categorias dentro dos campos históricos, evitando o perigo de generalizações pouco fiáveis.

Os estudos sobre as mulheres podem estar imbuídos de uma perspectiva emancipatória feminista sem que para tal se tenha de cair em posições essencialistas. De facto, não basta tomar as mulheres como objecto de estudo. Torna-se fundamental uma postura epistemológica que questione, que faça uma abordagem crítica às fontes e aos métodos de investigação, que traga diversidade no olhar da realidade, que não dissocie a emoção da razão, que interaja com o objecto de investigação, que contextualize, que esteja atenta às especificidades.

Desafios para as perspectivas teóricas feministas

É difícil deixar de reconhecer o movimento feminista na sua pluralidade como um dos movimentos mais relevantes do século XX para as grandes transformações no estatuto das mulheres e para uma nova visão das relações de género. Todavia, este reconhecimento não é generalizado, mesmo nos meios académicos. Surge, deste modo, a ideia de que os feminismos são algo do passado, algo lateral que se esgotou.

Segundo a investigadora galega Carme Adán (2003:79), «a tensão entre as margens e o centro é uma imagem recorrente dentro da teoria feminista», na medida em que o feminismo como movimento político procura que as mulheres deixem de ocupar as margens da sociedade e se situem no centro do conhecimento e da política.

As preocupações em tornar visíveis as mulheres na história, reflectir sobre as suas experiências, devolver-lhes a palavra, fazer ouvir as suas vozes, recuperar memórias silenciadas, insere-se neste movimento teórico «das margens para o centro». A presente investigação assume esta postura, na medida em que se procura tornar visível a participação das mulheres em acontecimentos, cuja análise histórica oficial não tem tido uma perspectiva de género, como é o caso, a título de exemplo, dos movimentos estudantis da década de 1960 em Portugal, das eleições de 1969 e de 1973, dos congressos da oposição democrática, ou ainda, da participação das mulheres no processo histórico do 25 de Abril. Procura-se, também, recuperar memórias silenciadas, de mulheres que viveram na clandestinidade, que estiveram nos movimentos católicos contra o regime, ou ainda das que tiveram percursos de vida entrelaçados com os feminismos.

Esta linha de pesquisa, referida por Sandra Harding, no ponto anterior, como de «*standpoint* feminista» (ponto de vista feminista), fundamenta-se na concepção de que em cada período histórico, a visão do mundo reflecte os interesses e valores do grupo dominante, pelo que «as mulheres como grupo excluído dos circuitos do poder detêm uma posição social especial que lhes proporciona um ponto de vista epistemológico privilegiado, uma visão do mundo menos distorcida» (ADÁN, 2003: 81), ou seja o facto de a maioria das mulheres ser estranha à ordem social dominante pode oferecer

uma perspectiva de conhecimento fora das instituições do poder o que pode conduzir a análises mais críticas. Esta investigadora refere que ao tomar-se como fundamentação do conhecimento as diversas experiências das mulheres, se opta por uma localização do conhecimento e pela integração de outros grupos marginalizados, incluindo feminismos alternativos ao feminismo da classe média, branca e estadunidense (HARDING, 2000). Nancy Hartsock (1998), considerada uma das pioneiras desta perspectiva teórica, pretende configurar um materialismo histórico fundamentado no ponto de vista feminista, tomando como base metodológica a teoria marxista: a vida material não só estrutura como limita a compreensão das relações sociais, na medida em que está estruturada em função de diferentes grupos sociais; a visão de grupo dominante de classe ou de género estrutura essas mesmas relações sociais; os grupos sociais oprimidos devem lutar para que as suas perspectivas ascendam a representação pública. Deste modo, a experiência das mulheres, segundo a autora, pode configurar-se como um critério válido, embora ela não deva ser uniformizada. Aliás, Sandra Harding (1996:25) questiona se pode existir «uma experiência social das mulheres uniformizada, quando essa experiência está dividida por classe social, raça e cultura». Respondendo às críticas sobre esta corrente, que consideram ser errado fundamentar uma teoria do conhecimento numa base comum de experiências das mulheres, Hartsock argumenta que não pretende empregar a biologia como elemento essencialista, nem sequer defender a dicotomia natureza/cultura, aceitando a necessidade de admitir as diferenças entre as mulheres e as consequências epistemológicas que daí derivam (HARTSOCK, 1998:235).

Como afirma a historiadora Gisela Bock, a historiografia demonstra que a história das mulheres não é idêntica para todas as mulheres e que nem todas as mulheres têm a mesma história. A ideia de que todas as mulheres compartilham as mesmas percepções ou experiências pode alterar a realidade histórica. A história das mulheres só pode ser entendida no plural (BOCK, 1989:161).

A importância de trazer o ponto de vista das mulheres surge também no

sentido de contrabalançar o facto de, como afirma Seyla Benhabid, as teorias filosóficas e científico-sociais do passado terem sido inadequadas, pela cegueira científica em relação ao género. Tal cegueira não teria sido accidental e para a corrigir foi necessário identificar um conjunto de experiências vividas pelas mulheres em consequência da sua posição na divisão sexual do trabalho, onde os homens têm sido activos nas esferas públicas da política, da ciência e na direcção da produção e onde as mulheres foram confinadas às esferas da domesticidade reprodutiva e privada. Esta mesma autora considera que esta linha de investigação abriu espaço para a afirmação de uma perspectiva mais construtivista e pós-moderna nos anos 90 (BENHABID, 1995).

Apesar das críticas que se possam fazer à «teoria do ponto de vista feminista» é importante reconhecer os seus contributos para a ciência e para os feminismos, por dar expressão teórica às reivindicações dos movimentos feministas contemporâneos. Esta corrente teórica afirma, ainda, que a política e a ciência estão vinculadas e que só um conhecimento baseado nesta dimensão permite entender as relações de poder. Também Sandra Harding (1996) transgride a divisória entre ciência e política, ao colocar no centro da reflexão epistemológica os problemas sociais e políticos da vida das mulheres.

Durante a década de 1990 e o advento do novo milénio, esta corrente teórica foi esmorecendo perante as críticas pós-modernas, embora para Sandra Harding continue a não existir oposição pelo facto de poder existir uma teoria pós-moderna do «ponto de vista feminista». Trata-se, decerto, de uma revisitação desta perspectiva teórica, colocando-se novas necessidades: que os feminismos não reproduzam os discursos hegemónicos que tendem à uniformização das realidades das mulheres.

Fala-se então de «feminismos polifónicos» ou multiculturais, onde a variedade de vozes de mulheres se façam ouvir, inter-relacionando a variável género com a «raça» ou etnia, a classe social, idade, orientação sexual, região ou local. É aqui que se colocam os novos desafios para as teorias feministas: a desconstrução do sujeito feminista, temática que será abordada em capítulo seguinte, uma visão multidimensional das opressões

e dos sujeitos, cuja materialidade e historicidade são enformadas por diversas variáveis, os conhecimentos situados, pois será na parcialidade que reside a capacidade de configurar a visão de um mundo melhor, como nos incentiva Donna Haraway (1991), com a metáfora do *ciborg*, um híbrido entre o humano, o animal e a máquina, pretendendo superar as «dicotomias asfixiantes da modernidade». Desta forma, uma das características dos conhecimentos situados é ultrapassar a dicotomia sujeito/objecto, sendo este definido em múltiplos eixos e dimensões. As identidades surgem, assim fracturadas. Segundo João Oliveira e Lúcia Amâncio[927], os conhecimentos situados correspondem a uma incorporação dos saberes. Representam uma proposta epistemológica de localização e de consideração da contextualidade do conhecimento. Deste modo, a objectividade na produção feminista assentará na parcialidade e no olhar contextualizado.

II

A Evolução da «Teoria Feminista». Um Novo Sujeito Feminista?

Para a feminista e filósofa francesa Françoise Collin (2005: 18-19), a força do feminismo advém da sua aparente fraqueza, por não estar ligado a uma doutrina, embora repouse sobre um corpo teórico em desenvolvimento permanente. O feminismo será, assim, um espaço político com posições diversas, com capacidade de se interrogar, mesmo sobre aquilo que se considere adquirido. Griselda Pollock considera que o movimento de mulheres produziu uma expressão teórica importante que é conhecida por «teoria feminista»: «Essa expressão define práticas e posições que são extremamente heterogéneas, precisamente porque o feminismo tem registado desigualmente as mudanças e os paradigmas teóricos variáveis dentro da cultura, sociedade, linguagem e subjectividade, ao mesmo tempo que funciona externamente a estes e, por essa razão, se constitui como uma crítica política a todos eles» (POLLOCK, 2002:196).

Esta crítica política registou-se, de facto, em todas as correntes ideológicas às quais o feminismo esteve ligado, do iluminismo, ao liberalismo e ao marxismo e mais recentemente ao pensamento pós-moderno.

Segundo as investigadoras, Judith Hole e Ellen Levin, «o movimento de mulheres contemporâneo não foi o primeiro movimento a elaborar uma crítica feminista da sociedade». Na realidade, o que parece radical na análise feminista contemporânea, tem um paralelo com a crítica feita pelas feministas dos séculos XVIII e XIX. Existiu um idêntico empenhamento «na análise sobre o papel das mulheres em todas as esferas da vida e sobre as relações entre mulheres e homens nas instituições sociais, políticas, económicas e culturais, considerando as mulheres como um grupo

oprimido subordinado ao domínio masculino das instituições sociais e do sistema de valores»[928].

As origens

A produção teórica sobre os feminismos, enquanto consciência individual ou colectiva das discriminações seculares sobre as mulheres, data de há mais de quinhentos anos. Refiram-se as obras de Christine de Pizan, *La Cité des Dames* (1405) e de Poulain de la Barre, *Sobre a Igualdade dos Sexos* (1673). O feminismo nasce no século XVIII com o Iluminismo e a modernidade, em sinal de protesto pelo facto de as mulheres terem sido excluídas da cidadania. Segundo Lígia Amâncio, a contradição fundadora da modernidade forjou-se, precisamente, na exclusão das mulheres[929]. «O feminismo é um fenómeno do *século da razão* mas é um filho não desejado.»[930]

Françoise Collin afirma, recorrendo à filósofa Carole Pateman (*Sexual Contract*)[931], que «o contrato social fundador da democracia, que pretendia a igualdade de todos, foi de facto um «contrato entre irmãos» do qual as mulheres foram excluídas e esquecidas» (COLLIN, 2005:36). Segundo Lígia Amâncio:

Há várias continuidades que caracterizam o feminismo, desde a sua fundação até à actualidade e uma delas, talvez a principal, é a reflexão crítica e a sua sensibilidade às contradições da modernidade. É certo que, de início, a República também excluiu outros, uma vez que o poder era exercido pelos poucos que tinham instrução ou possuíam bens [...]. Só que a exclusão das mulheres envolvia todas sem excepção, baseando-se, portanto, na condição de nascimento: se todos os homens nasciam livres e iguais, dotados de razão, como dizia a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, as mulheres, pelo contrário, tinham um destino marcado pelo sexo, desde o momento, em que nasciam (AMÂNCIO, 2004:27-28).

O chamado tempo dos direitos não era ainda o tempo das mulheres, para os principais mentores da revolução francesa. O iluminismo traçou as

ideias fundadoras de uma nova ordem social e política assente numa concepção de respeito pelos direitos individuais. Contudo, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789) exclui as mulheres como sujeitos de direitos políticos. As mulheres existem em função da sua função reprodutora. Assim argumenta Rousseau ao defender que as mulheres se ocupem do «espaço privado» e os homens do «espaço público». A posição assumida pelos revolucionários da época (com excepção de Condorcet[932]) é tanto mais paradoxal quanto as mulheres contribuíram de forma relevante para o êxito da própria revolução[933]. Contra essas posições se insurgem: Olympe de Gouges (1748-1793) que escreve a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã (1791) onde declara que «a mulher nasce livre e igual ao homem»; Mary Wollstonecraft (1759-1797), que escreve *Vindication of the Rights of Women* (1792), contestando os fundamentos da natureza feminina e o fundamento divino da subordinação das mulheres[934].

Novos contributos para o feminismo em termos de pensamento e acção surgem, algum tempo depois, por parte dos socialistas utópicos como Saint-Simon (1760-1825), Charles Fourier (1772-1837), ao proclamarem que o grau de emancipação da mulher na sociedade é o barómetro pelo qual se mede a emancipação geral, Jeanne-Désirée (1810-1890) fundadora do jornal *La Femme Libre*, Claire Demar (1800-1833) e Pauline Roland (1805-1852). Também J. Stuart Mill (1806-1873) ao escrever, em 1866, *A Sujeição da Mulher*, recusa qualquer fundamento da «natureza feminina», argumentando que a diferença entre sexos é uma fabricação social. Flora Tristan (1803-1844), revolucionária e feminista, afirma que «numa sociedade onde a mulher não é livre, a liberdade política é uma pura ilusão»; Jeanne Deroin (1805-1888) funda o Clube de Emancipação da Mulher e participa na «Comuna de Paris», tal como Louise Michel (1830-1905).

Contributos e limitações do marxismo para o feminismo. Um «casamento mal sucedido?»

Como contributos teóricos do marxismo destacam-se: a obra de F.

Engels (1820-1895). *A Origem da Propriedade da Família e do Estado* (1884), que surge como a primeira explicação histórica das origens da opressão das mulheres; o livro *A Mulher e o Socialismo* (1879), de Auguste Bebel (1840-1913), onde declarava, referindo-se a Proudhon, «há socialistas para quem a mulher emancipada é tão antipática como o socialismo para os capitalistas». Destaca-se também o pensamento de Rosa Luxemburgo, de Clara Zetkin e de Alexandra Kollontai. Rosa Luxemburgo (1871-1919), chega a defender o voto das mulheres contra as concepções do Partido Operário Belga, uma vez que este realiza uma greve geral pelo sufrágio «universal», mas do qual exclui as mulheres^[935]. Como referência de acção internacionalista e de mobilização das mulheres, refira-se a socialista-marxista Clara Zetkin (1857-1933), defensora da perspectiva dos interesses não homogêneos das mulheres, dada a sua pertença a diferentes classes sociais, colocando como factores de emancipação os direitos políticos, entre os quais, o direito ao voto e a integração das mulheres na produção.

Alexandra Kollontai (1872-1945) foi a teórica russa que melhor articulou feminismo e marxismo, ao defender que não bastava a abolição da propriedade e a incorporação das mulheres na produção para alcançarem a emancipação; seria necessária uma revolução da vida quotidiana e dos costumes, forjar uma nova concepção do mundo e uma nova relação entre os sexos; afirmou que a revolução de que a mulher necessita inclui a socialização do trabalho doméstico, uma nova concepção de maternidade e um novo conceito de amor. Enquanto ministra do governo saído da Revolução de 1917, Kollontai deu origem a reformas radicais: direito ao voto para as mulheres, igualdade nas leis, divórcio sem noção de culpabilidade, aborto legal, maternidade paga, supressão do poder marital, os mesmos direitos para os filhos nascidos fora do casamento, igualdade entre os cônjuges na família. Segundo a investigadora catalã Maria-Milagros Rivera Garretas, Alexandra Kollontai formulou uma tese feminista fundamental: «todos os homens, não apenas os capitalistas ostentam a propriedade privada do corpo das esposas e que este corpo constitui um meio básico de produção e reprodução» (GARRETAS,

2003:105). Kollontai sustentou, ainda, que para a mulher, a solução do problema familiar não era menos importante que a conquista da igualdade política e da independência económica.

Podem considerar-se contributos teóricos do marxismo para o feminismo: a «desnaturalização» da opressão das mulheres, com o conceito de que as causas da opressão das mulheres não eram biológicas mas sociais: «desnaturalizando a opressão, Engels destrói a ideia de um determinismo biológico, que incapacitaria as propostas de emancipação»[936]; a valorização da inserção das mulheres no mercado de trabalho e a defesa da sua libertação da escravidão doméstica (Marx e Engels enfrentaram forte oposição de algumas correntes socialistas que se opunham ao trabalho das mulheres); a produção de algumas ferramentas teóricas para perceber as relações de poder e o processo histórico da opressão das mulheres, dado que a análise marxista permite estabelecer a ligação entre mudanças estruturais nas relações familiares e mudanças na divisão do trabalho, por um lado, e a posição das mulheres na sociedade, por outro; e, ainda, «a ligação que o marxismo faz entre a ideologia e os interesses materiais, assim como o seu papel na reprodução de formas específicas de relações de poder na sociedade, o que é importante para o feminismo» (WEEDON, 1989:27).

Contudo, os estragos das posições dogmáticas marxistas foram grandes. Heidi Hartmann escreve, em 1980, sobre um casamento mal-sucedido entre marxismo e feminismo e da necessidade de uma reaproximação (HARTMANN, 1980). Qualquer tentativa de reencontro só poderia vir a ser feita se o marxismo fosse encarado como uma ciência viva em constante evolução.

A dogmatização do marxismo trouxe estragos que levaram a um afastamento dos feminismos: uma visão limitada do feminismo na medida em que este não foi entendido nas suas diversas correntes e foi mesmo banido do vocabulário político marxista; o não reconhecimento das contradições de género, dado que a contradição capital/trabalho acabou por ser erigida como uma contradição que absorvia todas as outras: de género, etnia, orientação sexual, o que provocou para além da perda de factores

democráticos, a erosão da base social das primeiras experiências de socialismo; o esquematismo na ligação entre emancipação da mulher e propriedade privada: «a emancipação da mulher será fruto da eliminação da propriedade privada», esta foi uma frase que ficou célebre, procurando traduzir a necessidade da alteração da base material da sociedade para que se criassem condições para a emancipação das mulheres; contudo, o esquematismo neste pensamento produziu os seus efeitos na secundarização da luta mais específica das mulheres; a «equação» mulher na produção = independência = emancipação foi encarada como uma «equação» simples; se «o primeiro passo para a emancipação da mulher poderia ser a sua integração no mercado de trabalho», esse passo poderia ficar tolhido, se não se tivessem em conta as duplas e triplas tarefas, que ainda pesam sobre a vida das mulheres e as relações de dominação/subordinação que marcam as contradições de género.

O marxismo também não levou até às últimas consequências a análise de Engels que permitia uma outra profundidade no estudo da relação sexual como um território de poder: «O ângulo classista não basta para ler e interpretar o código desta relação sexual [...]: é que a fundamentação ideológica deste registo ultrapassa a realidade da classe e legitima-se directamente na ideologia sobre o feminino e o masculino, na polaridade, entendida de base biológica da mulher como elemento passivo e do homem como activo.»^[937] Segundo a investigadora Valerie Bryson, um tema central para o «feminismo socialista/marxista» é de que a situação das mulheres não pode ser entendida fora do seu contexto socioeconómico. Esta abordagem surge com o marxismo clássico nos finais do século XIX e prolonga-se pelo século seguinte. Contudo, as ideias de Gramsci, desenvolvidas por Althusser e Poulantzas, ao levantarem a importância da relativa autonomia da esfera ideológica, teriam permitido uma pluralidade de abordagens onde as relações sociais entre os sexos surgiriam autonomizadas face às relações de «classe» (BRYSON, 1992: 232-235). Deste modo, a interacção entre «classe» e «género» sugeria a existência de dois sistemas ou de um sistema dual, onde «capitalismo» e «patriarcado» se interligavam: «Heidi Hartmann argumentou que a sociedade moderna

tinha de ser entendida como capitalista e patriarcal. Contudo, estes sistemas colaram-se um ao outro, embora não se possam reduzir a um único e até se alimentarem mutuamente. [...] Ann Ferguson afirmava algo semelhante: de que existe um sistema patriarcal semiautónomo e de que o “marxismo tradicional” não pode entender profundamente a opressão das mulheres, pelo que os novos conceitos com origem no feminismo radical deveriam ser desenvolvidos. Jaggar também afirma que o patriarcado e o capitalismo são inseparáveis, mas argumenta de modo diferente: a chave para se entender a opressão das mulheres deve residir na ideia de alargar o conceito marxista da base económica da sociedade à esfera da reprodução e não só à da produção.» (BRYSON, 1992:243-244.)

A segunda metade do século XX, na década de 1970, foi palco de um intenso debate entre a corrente radical do feminismo e o marxismo. Sheila Rowbotham (1972), Juliet Mitchell (1973) e Zillah Eisenstein (1979) são algumas das mais destacadas feministas socialistas que atentas às críticas do feminismo radical procuram abrir campo para o feminismo socialista, introduzindo uma análise mais complexa da opressão das mulheres, tendo em conta factores como a produção, a reprodução, a sexualidade, a socialização (MITCHELL, 1973). Combatem a visão estreita de que esta opressão teria apenas como base as relações de exploração capitalistas. A introdução do conceito de patriarcado pelas feministas da corrente radical é acolhido junto das marxistas, que aprofundam esta análise, no sentido do capitalismo e do patriarcado não surgirem como sistemas autónomos, mas como dois sistemas de dominação que interagem e se alimentavam mutuamente.^[938] Segundo a corrente feminista socialista, a divisão sexual do trabalho é essencial para a reprodução do capitalismo e para manter a subordinação das mulheres. Contudo, outros factores de dominação são considerados. As discriminações sobre as mulheres surgem não apenas na sua relação com o sistema económico, mas com o sistema de uma dominação masculina hegemónica. Não se trata de dar primazia ao género ou à classe social, mas entrelaçar estes eixos de dominação entre si e com outros, considerados esquecidos pela própria corrente socialista-marxista do feminismo, a etnia e a orientação sexual. Apesar dos esforços destas

feministas socialistas/marxistas para fomentarem o tão desejado reencontro entre feminismos e marxismo, os estragos de um marxismo impregnado de dogmatismo fizeram-se sentir até aos tempos actuais.

A segunda vaga dos feminismos e os contributos do feminismo radical

Embora não se consiga inserir Simone de Beauvoir na linha teórica do feminismo radical, o seu livro *O Segundo Sexo* foi a obra de referência do feminismo contemporâneo e teve influência nas autoras feministas radicais. Publicado em 1949, o livro foi mal recebido por diversos sectores da sociedade francesa e a autora foi injuriada com insultos violentos e vulgares. Contudo, esta foi a obra de suporte na história do movimento de mulheres, em especial, a partir das décadas de 1960 e 1970, ou seja, da chamada segunda vaga dos feminismos.

A obra de Simone de Beauvoir anunciava os combates das mulheres nestas décadas num corte com a tradição sufragista, colocando as questões das sexualidades, da maternidade e da família a debate, numa profunda ruptura com as concepções dominantes. Recorde-se a época em que foi publicado *O Segundo Sexo*: quatro anos após o final da Segunda Guerra Mundial, uma grande pressão pró-natalista dos governos, um grande apelo para o regresso das mulheres «ao doce aconchego do lar». O pensamento libertador de Simone de Beauvoir faz ruptura com tudo isto. Opõe-se ao puritanismo e ao maternalismo do pós-guerra. Rasga o véu do determinismo biológico e explica que as mulheres não têm de estar amarradas a nada, a não ser a elas próprias como sujeitos autónomos e senhoras do direito de decidir sobre as suas vidas.

Os movimentos de libertação das mulheres da década de 1970 pegaram em muitas dessas causas, ampliando-as e dando-lhes um novo suporte teórico. Deste modo, o feminismo radical teve como suportes fundamentais uma teoria baseada na própria experiência das mulheres sem grandes compromissos com as agendas políticas mais globais; a visão de que a opressão das mulheres era a principal forma de dominação masculina e, como tal, as mulheres constituíam um grupo de interesses opostos aos dos homens, que devia lutar em conjunto contra um sistema patriarcal; por isso

a dominação masculina não estava confinada à esfera pública, mas estendia-se à esfera privada; desta forma, o conceito tradicional de poder foi posto em causa, pois alargou-se às áreas «pessoais» da família e das sexualidades.

Segundo a historiadora Sylvie Chaperon, a obra de Simone de Beauvoir foi contestada à direita e à esquerda e existiu um profundo silêncio por parte das associações feministas da década de 1950. As questões sexuais, o aborto, o corpo, o erotismo eram considerados «escandalosos» e poderiam colocar em causa a «reputação» de tais associações. Existia, também, uma grande diferença de pensamento, na medida em que essas associações, nascidas de um feminismo igualitário baseado nas reivindicações de carácter legislativo, não tinham reflectido sobre as questões do corpo e da sexualidade, estando muito amarradas a um feminismo que reivindicou direitos, muitas vezes em nome das «funções» maternais das mulheres. (CHAPERON, 2000a:189) A ruptura com este feminismo e o despertar para as novas causas foi um dos grandes contributos de Simone de Beauvoir.

Na década de 1970, muitas das suas ideias influenciaram duas obras fundamentais: *Sexual Politics*, de Kate Millet (1970) e *The Dialectic of Sex*, de Shulamith Firestone (1974), sendo de referir também os contributos de Eva Figes (1978) com *Patriarcal Attitudes*, de Germaine Greer (1979) com *The Female Eunuch* e de Robin Morgan (1970) com *Sisterhood is Powerful*. Kate Millet introduz o conceito de patriarcado que serviu de base ao pensamento desta corrente do feminismo e que veio a «contaminar» o próprio feminismo socialista/marxista, apesar das críticas que também se fizeram e fazem sentir a este conceito. Todavia, a utilização da ideia de patriarcado correspondia ao pensamento do novo movimento de mulheres, que estava a surgir nessa década. Millet argumenta na base de que as relações entre os sexos sempre se basearam no poder dos homens sobre as mulheres e que esta dominação sexual tinha carácter universal, permanecendo invisível, em muitas situações, pois fazia parte da ideologia dominante. Assim, o poder patriarcal era básico para o funcionamento das sociedades e estendia-se a todas as instituições do poder. Shulamith Firestone pretendeu, como ela própria afirmou, «desenvolver uma visão

materialista da história baseada no sexo». Deste modo, admitia que o desequilíbrio sexual do poder tinha uma origem biológica. Para assegurar a eliminação das «classes sexuais» seria preciso a revolta das mulheres, tal como para assegurar a supressão das «classes económicas» seria preciso a revolta do proletariado. As mulheres precisavam de controlar a reprodução, bem como lhes teria de ser restituída a propriedade dos seus próprios corpos, porque os homens tinham controlado, ao longo dos tempos, os corpos, a sexualidade e os processos reprodutivos das mulheres.

Apesar de as feministas radicais reconhecerem a importância de factores como a hierarquia de classe ou de etnia/«raça», colocavam a ênfase nas contradições entre os sexos. Considerando que a biologia seria básica para explicar a divisão sexual do trabalho em que assentava a subordinação das mulheres, as feministas radicais entendem que a diferença entre mulheres e homens teria sido socialmente construída, como tinha afirmado Simone de Beauvoir (1949), alguns anos antes, ao escrever *O Segundo Sexo*: «On ne naît pas femme: on le devient», atribuindo à socialização e à cultura a construção dessas diferenças estigmatizantes.

Uma das ideias fulcrais introduzidas pelo feminismo radical: «O pessoal é político» teve uma enorme influência no desenvolvimento de novas áreas de intervenção que causavam rupturas com o pensamento dominante: a legalização do aborto, a violência doméstica sobre as mulheres, as sexualidades, o casamento e as relações no seio das famílias, o lesbianismo. O feminismo denunciou como a sexualidade das mulheres estava limitada pela reprodução, nem sempre desejada, pela dependência económica e social, pelas limitações de um casamento e de uma sexualidade baseados na dominação masculina. Também a emergência de movimentos em torno da saúde das mulheres nos Estados Unidos, como o Boston Women's Health Collective, em 1978, em torno do *slogan*: *Our bodies, ourselves* ou de grupos de «auto-ajuda» foram fruto das movimentações das feministas radicais.

Para o feminismo radical, nenhum aspecto da vida poderia ficar fora da dimensão política e a emergência das lutas colocava de forma clara que a «questão das mulheres» não poderia ficar «para depois da revolução».

Tratava-se de uma matéria de acção política imediata. O manifesto, publicado em 1969 pelo jornal do grupo feminista Redstockings, constitui prova evidente deste pensamento[939]. A autonomia das mulheres, o controlo sobre o seu corpo, a separação da sexualidade da procriação, a luta pela contracepção e legalização do aborto, a luta contra violência sobre as mulheres, a criação das primeiras linhas de atendimento e casas de abrigo foram algumas das marcas de um activismo feminista, que utilizou o conceito de *sisterhood* e um trabalho assente em redes e grupos de mulheres.

Libération des Femmes: Année Zero foi o título da primeira recolha de textos teóricos do Movimento de Libertação das Mulheres em França[940]. Este título era significativo das rupturas que se pretendiam criar com a primeira vaga dos feminismos. Segundo a historiadora Sylvie Chaperon, «pela primeira vez um movimento recusa líderes, porta-vozes, opondo-se à institucionalização e exigindo sempre uma democracia completa. [...] O estilo e formas de acção privilegiavam as acções espectaculares, as provocações, o humor, o aproveitamento dos *media*». A própria Simone de Beauvoir considera que as jovens dos anos 70 radicalizaram alguns dos seus pontos de vista: «Très vite, elle s'adapte et invite à pousser plus loin la lutte.»[941]

A corrente feminista radical teve um papel fundamental na chamada segunda vaga dos feminismos. Também em Portugal, apesar das limitações do próprio movimento feminista, esta corrente assumiu um papel pioneiro na luta pela despenalização do aborto.

Características das correntes do feminismo em Portugal e Espanha (1975-1985)

Nem sempre ideias feministas claramente assumidas estiveram na base da actuação das associações de mulheres em Portugal. Porém, existiram grupos de mulheres que se assumiram como feministas, que elaboraram publicações onde a marca da corrente feminista radical estava presente e, ainda, outras associações, que não se reclamando, na altura, de feministas, consubstanciaram na sua actuação uma outra corrente do feminismo: a

socialista-marxista. Em meados dos anos 80 surgem ideias que consubstanciam uma «corrente feminista liberal» expressas através da formação de novas associações de mulheres.

Na impossibilidade, dada a dimensão deste estudo, de ter uma base comparativa com alguns países da Europa, que na década de 1970 desenvolveram várias correntes do feminismo, opta-se por estabelecer uma breve comparação como o Estado espanhol, tanto mais que os dois países sofreram períodos de ditadura, embora com saídas políticas diferentes para a democracia e com processos de luta e resistência também diferentes, que determinaram, decerto, distintos envolvimento das mulheres nesses percursos. Recordar-se, por exemplo a «guerra civil em Espanha» e o papel activo das mulheres nesse momento histórico, assim como o facto de nos anos 60, aproveitando uma abertura do regime franquista se ter começado a configurar um novo movimento de mulheres, que procurou fazer a ponte com os ideais liberais da década de 1930.

Em Portugal, foi possível identificar as duas correntes do feminismo anteriormente referidas. Uma corrente feminista radical baseada na ideia de que a reprodução seria o principal factor de desigualdade e de opressão das mulheres. Daí a concepção de que as mulheres constituiriam uma classe explorada pelos homens, tal como expressou, em 1974, Shulamith Firestone na sua obra *A Dialéctica do Sexo*. A crítica ao marxismo pela «redução da opressão dos sexos à luta de classes» era outra ideia forte desta corrente, assim como a existência do patriarcado como um sistema de dominação masculina anterior ao capitalismo, com continuidade neste e no próprio socialismo. As preocupações pela sexualidade feminina, não a subordinando às exigências masculinas, assim como as questões da violência sobre as mulheres, da contracepção e da legalização do aborto, alguma ligação ao movimento lésbico, constituíam-se como suportes desta corrente do feminismo.

Podemos associar a esta corrente o MLM, a Cooperativa Editorial de Mulheres, o IDM (Informação/Documentação Mulheres), os grupos de mulheres do Porto (GAMP e GMP), o Grupo de Mulheres da Associação Académica de Coimbra. Uma das dirigentes desta corrente, Madalena

Barbosa, num texto de reflexão sobre o feminismo, adopta o pensamento de Firestone, quando afirma: «Podemos dizer que a classe das mulheres se caracteriza por preencher duas funções características: reprodução-geração e reprodução da força de trabalho (trabalho doméstico, suporte afectivo e sexual). Estas duas funções determinam também a inclusão das mulheres na força de trabalho produtivo. Tem sido possível manter a classe das mulheres nesta situação de opressão extrema devido ao bom funcionamento das instituições que para isso foram criadas. Não só são controladas, enquanto grupo, mas são-no também individualmente, através da família, casamento [...].»[942]

Importa salientar, que das publicações da época se destacam a revista *Artemísia*, publicada pelo GMP (Grupo e Mulheres do Porto), o boletim *Situação da Mulher* do GAMP (Grupo Autónomo de Mulheres do Porto), o boletim *Da Mulher* publicado pelo Grupo de Mulheres da Associação Académica de Coimbra, o boletim e a revista *Lua*, do IDM, cujos conteúdos se identificam com a corrente radical feminista. A revista *Artemísia* apresentava-se como «um projecto aberto a todos os discursos e tendências feministas»[943], pelo que se depreende que existia por parte deste grupo de feministas a necessidade de envolver no debate várias perspectivas sobre o feminismo. Da diversidade de temas tratados destacam-se temas inerentes à corrente radical do feminismo: sexualidade feminina; violências sobre as mulheres; aborto, movimento feminista na Galiza; lesbianismo: quebrar o silêncio; artigo sobre Simone de Beauvoir. Em relação ao boletim *Da Mulher* sobressaem também os temas sobre o aborto, sexualidades, contracepção, excisão do clítoris e muita informação sobre as lutas das mulheres no Irão, em Itália, em Barcelona, no Brasil. A revista *Lua*, da Cooperativa Editorial de Mulheres, segue o mesmo modelo dos boletins do IDM, trazendo alguns temas novos a debate: amor materno, prostituição, virgindade, as adolescentes e o sexo; as jovens e a contracepção; sexualidades, aborto.

Pelo contexto histórico vivido antes e após Abril de 1974, estes grupos não tiveram expressão em sectores alargados de mulheres, nem tiveram possibilidade de se ligarem às principais movimentações sociais existentes

na época. Madalena Barbosa, uma das feministas dirigentes do MLM, do IDM e Cooperativa Editorial de Mulheres analisava da seguinte forma as limitações da acção feminista em Portugal: «Parece-nos que seria importante considerar o facto da maioria dos movimentos de mulheres terem aparecido em países de capitalismo avançado, altamente industrializados. [...] Por outro lado, 48 anos de salazarismo significaram 48 anos de doutrinação das mulheres com o mito da auto-sacrificada maternidade, da esposa dedicada e da virgem incorrupta (homenagem das mães agradecidas a Salazar), enquanto a censura nos impedia de conhecer toda a realidade das lutas das mulheres em todas as partes do mundo. [...] O feminismo tornou-se, assim um termo de conotações negativas, risível, para as mulheres portuguesas que, na sua maioria, ainda hoje, não conhecem o real significado político das lutas das mulheres. [...] Em Portugal, as condições materiais diferentes não se apresentam, ainda hoje e apesar do 25 de Abril, propícias a um crescimento rápido de um movimento de mulheres, como nós desejaríamos, e que o tipo de acção que escolhermos fazer tem de ter tudo isto em consideração. Aqui, os grupos de mulheres não vão “crescer como cogumelos”.»[944]

Apesar de a sua base social ter ficado limitada a algumas centenas de mulheres de sectores intelectuais, esta corrente do feminismo, a única a assumir-se como feminista na época, teve o grande mérito de ter sido a primeira a dar expressão à luta pela contracepção e aborto em Portugal, a tratar de temas como as sexualidades, o lesbianismo, a violência sobre as mulheres e a deixar no registo histórico da memória uma intervenção de mulheres conhecedoras dos movimentos de libertação em outros países e que procuraram dar expressão a essa corrente em Portugal. A formação do MLM mostra a estreita ligação entre o movimento feminista internacional de solidariedade para com as autoras das *Novas Cartas Portuguesas* e a criação do MLM, em Maio de 1974.

A corrente feminista socialista/marxista assumiu, por sua vez, que a «servidão secular» das mulheres não teria como principal origem a sua função de reprodução, mas sim a perda de papel social, quando do aparecimento da monogamia, por necessidade de transmissão da

propriedade por parte do homem. Colocava, ainda, a luta pelo direito ao trabalho como um factor emancipador das mulheres, denunciando o seu carácter discriminatório e opressor no capitalismo. Apontava, por isso, um novo regime, o socialismo, que conduzisse à alteração da base material e da superestrutura em termos ideológicos e culturais.

Estas ideias foram expressas em termos do discurso produzido, nos documentos do MDM e da UMAR. Estas associações não se assumiram, no entanto, neste período histórico como feministas. Só recentemente, nos anos de 1990, a UMAR se afirmou como uma associação que se reclama de um «feminismo avançado». Na prática das duas associações, existem diferenças nas formas de acção, em especial na campanha pela legalização do aborto e, ainda, no tornar mais ou menos visíveis as contradições de género. A UMAR aderiu, logo a partir de 1977, à luta pela legalização do aborto e esteve em muitas realizações comuns com as associações da corrente radical feminista, não só na CNAC, como em acções do 8 de Março.

Uma reflexão, que se pretende introduzir, prende-se com o facto que a «classificação» destas correntes é feita *a posteriori*, no âmbito da investigação em estudos sobre as mulheres, duas décadas depois. Não existiram, portanto, referências teóricas escritas na época sobre as correntes do feminismo, ao contrário do que aconteceu em Espanha. Anabel Gonzalez publicou em 1979 o livro *El Feminismo en España, Hoy*, considerada ainda hoje uma obra de referência^[945]. Neste livro são referidas as «Primeiras jornadas de Libertação das Mulheres» realizadas em Madrid em Dezembro de 1975, ainda na clandestinidade, a poucos dias da morte de Franco. Participaram cerca de 500 mulheres e constituiu a primeira iniciativa feminista que juntou mulheres de todo o Estado espanhol no horizonte de 40 anos. Segundo a autora, esta teria sido a realização que lançou as bases de um movimento feminista composto de diversas correntes e que levou a que, no ano seguinte, se realizassem encontros semelhantes no País Basco e na Catalunha, participando nas jornadas de Barcelona 3000 mulheres.

Anabel Gonzalez refere a existência de uma corrente radical constituída

pelos grupos que «consideravam a mulher como uma “classe social”, questionavam a estrutura da sociedade capitalista e colocavam o feminismo como alternativa global sociopolítica [...] não admitiam a “dupla militância” das mulheres num partido político e numa organização feminista». Existia, ainda, a «tendência socialista ou de “luta de classes” que considerava que o marco político para a mulher alcançar a libertação era a sociedade socialista». Dentro desta tendência diferenciavam-se duas correntes: «uma que tinha nascido impulsionada pelos partidos políticos e que defendia que a luta feminista se devia limitar a defender reivindicações sectoriais» e uma outra que para além de defender estas reivindicações considerava que «a luta feminista devia girar em torno de uma revolução ideológica de transformação das mentalidades, [...] pelo que defendiam alternativas ideológicas feministas capazes de transformar as bases culturais que determinavam a opressão das mulheres»[\[946\]](#).

Enquanto em Espanha existe a consciência da existência de um movimento feminista – embora ainda jovem: «Hoje, o movimento feminista é uma realidade no nosso país; existe, começa a sair à superfície e é necessário contar com ele» (Dolors Calvet, membro da Coordenadora Feminista de Barcelona) –, em Portugal as vozes que o reclamam são minoritárias e ficam totalmente absorvidas na luta pela despenalização do aborto, em finais da década 1970 que, apesar de ter sido uma luta que saiu das reivindicações desses grupos feministas, não veio a potenciar, na década seguinte, a afirmação de um discurso feminista evasivo para outros campos reivindicativos.

Anabel Gonzalez veio também a identificar uma corrente reformista que «não questionava a estrutura da sociedade capitalista, que estava integrada nela e que procurava implementar transformações sociais, em especial através das leis». Em Portugal, Maria José Magalhães (1998:56) fala de uma corrente feminista «pela igualdade formal» que centra as questões «na mudança de mentalidades, das atitudes e do quadro legal».

As temáticas abordadas pelas feministas em Espanha prendem-se com as seguintes questões: as mulheres e a educação; a co-educação; a família como agente de manutenção de uma cultura machista e de uma ideologia

dominante; a situação jurídica das mulheres; mulheres e trabalho; a sexualidade feminina, mitos e tabus; repressão sexual e violação; contracepção e aborto; lesbianismo; prostituição. A diversidade encontrada demonstra que existia uma reflexão feminista temática alargada, situação bastante diferente do que acontece em Portugal no mesmo período histórico.

Seis mulheres são entrevistadas na publicação a que nos vimos a referir: Empar Pineda, da Coordenadora Feminista de Barcelona e colaboradora da revista *Vindicación Feminista*; Carmen Alcalde, da Organização Feminista Revolucionária, directora da mesma revista; Carlota Bustelo, da Frente de Libertação da Mulher e deputada do PSOE; Manola Carmena, advogada, ligada à actividade sindical e membro do PCE; Dolors Calvet, da Coordenadora Feminista de Barcelona; Noemí Juantorena, feminista independente dedicada ao estudo do feminismo. Das muitas questões colocadas destacam-se duas: «Porque é necessário um movimento feminista?» e «Que características devem ter as organizações feministas?» Em relação à primeira questão, as respostas centram-se nos seguintes aspectos: «libertação das mulheres»; «revalorização da imagem da mulher como ser humano»; «resolução das contradições entre os sexos, pois os partidos de esquerda e organizações sindicais têm, como eixo central, a luta pela superação das classes sociais». Sobre as características das organizações feministas apontam-se: «unidade entre as mulheres»; «autonomia face aos partidos políticos»; «ter um programa de acção»; «ter uma ideologia feminista própria»; «pluralismo de ideias» (GONZALEZ, 1979:31-44).

O livro publicado por Anabel Gonzalez, em 1979, constitui uma expressão da reflexão teórica sobre feminismos de segunda vaga em Espanha nos seus inícios. Esta reflexão não existiu em Portugal em termos de debate e de elaboração teórica sobre os feminismos. Reconhece-se, ao longo do livro que na luta contra a ditadura o «feminismo esteve hipotecado» à luta antifascista, (GONZALEZ, 1979:42). Também em Portugal, no contexto de ditadura, «o feminismo diluiu-se no antifascismo».

Sobre os debates em torno dos feminismos, a investigadora Mercedes Augustín Puerta, da Universidade de Granada, considera que existiu um debate «congénito no feminismo espanhol de segunda vaga: o da dupla militância», dado que foram as mulheres pertencentes a partidos as grandes impulsionadoras do movimento, provocando receios nas outras mulheres que se mantinham sem vínculo partidário. A primeira grande iniciativa do movimento feminista, as jornadas de Madrid em 1975 teria sido marcada, desde logo, pelo confronto entre as correntes. O MDM (Movimiento Democrático de Mujeres) defendia que «a luta pela libertação da mulher devia partir de um trabalho mais geral como cidadãs e que a problemática das mulheres nos bairros não podia ser qualificada de específica» (PUERTA, 2003:58). «Esta postura levou ao protesto dos sectores com maior consciência feminista (os Colectivos Feministas, mais concretamente na pessoa de Lúdia Fálcon^[947]) ao procuraram que os debates se centrassem nas problemáticas específicas das mulheres.»^[948] Este tipo de debate prolongou-se nas jornadas de Barcelona dado que o MDM, que tinha bastante influência nas associações de donas de casa e nos bairros, considerava que a luta das mulheres tinha um sentido genérico e não exclusivamente feminista.

Em Portugal, apesar das diferentes formas na abordagem dos «problemas das mulheres», essas diferenças entre os grupos feministas e organizações como o MDM, nunca se consubstanciaram em debates públicos. Surgiam, por vezes algumas críticas, pouco sustentadas teoricamente, em pequenos artigos das publicações da corrente radical do feminismo, como por exemplo no primeiro boletim do IDM, em 1980, onde se pode ler, a propósito do congresso do MDM realizado na altura: «14 de Abril de 1980 – primeiro congresso do MDM sob o lema «Unidas para defender Abril». Quatro grupos de trabalho em que a discussão é escassa; as conclusões já foram há muito aprovadas. De qualquer modo, há um salto qualitativo na política do MDM, reconhece-se a autonomia da luta das mulheres, a especificidade da sua opressão e a necessidade de um movimento. Só que tudo isto é pouco claro, o MDM é um movimento preso às suas próprias estruturas que se querem mistas; o trabalho

doméstico, as relações homens-mulheres, a família, a sexualidade não são postas em causa. No fim não se percebe muito bem a razão de existência do MDM, nem o porquê da sua pretensa autonomia, já que as suas reivindicações e análises se colam às dos sindicatos e às de outras organizações políticas bem conhecidas.»[949]

Cinco anos antes, em Janeiro de 1975, tinha surgido a única referência pública na comunicação social expressando diferentes opiniões, quando da manifestação promovida pelo MLM no Parque Eduardo VII. Ocorre, nessa altura, um posicionamento diferenciado das associações de mulheres que integravam um grupo de trabalho na CCF preparatório do Ano Internacional da Mulher. O jornal *Expresso* de 15 de Fevereiro publica uma notícia com o título «Organizações de Mulheres contra incidentes no Parque Eduardo VII»:

O grupo recentemente constituído para a realização de um programa comum de actividades para o Ano Internacional da Mulher [...] vem protestar contra o atentado à liberdade de expressão e reunião que as atitudes de violência no Parque Eduardo VII representaram bem como contra a informação tendenciosa e viciada de alguns órgãos de informação em relação aos acontecimentos. Subscvem o protesto: CCF, APF, GRAAL, Guias de Portugal, MLM, Noelistas, Grupo de Estudos da Mulher Engenheira. Pronunciaram-se contra, a Acção Católica Independente, Movimento Rural Católico e o MDM que fez a seguinte declaração de voto: «O MDM condena os lamentáveis incidentes referidos no documento acima citado, dissocia-se, no entanto, da tomada de posição contida no mesmo, considerando que não se podem subestimar os objectivos e métodos do MLM, os quais não são estranhos aos referidos acontecimentos»[950].»

O posicionamento assumido pelo MDM expressa a discordância com as formas de acção de um feminismo mais radical como era o do MLM. Contudo, estas diferenças de opinião não se consubstanciaram em termos teóricos, nem sequer como reflexo da existência de diferentes correntes no feminismo, dado que o próprio MDM não se assumia como uma

organização feminista, embora existissem entre os seus membros mulheres que eram feministas[951].

Os receios em assumir a expressão «feminismo» estavam colocados. O mesmo teria acontecido em Espanha nos anos 60, quando o termo tinha um sentido pejorativo «para a maioria da população espanhola e para a vanguarda das mulheres envolvidas na luta». Contudo, na década seguinte, o movimento declara-se explicitamente como feminista, o que não veio a acontecer em Portugal. Segundo Milagros Garretas, «há que reconhecer que tal opção, num primeiro momento, se saldou por uma eficácia legitimadora ao ajudar o movimento a dotar-se da identidade de que todo o colectivo inferiorizado necessita para se converter em agente de transformação»[952].

Do discurso liberal dos direitos ao discurso neoliberal dos tempos actuais

*O que pode ser libertador num contexto,
pode ser regressivo noutro contexto.*

BRYSON, Valerie (1999: 9)

O discurso dos direitos foi a base fundadora do feminismo de primeira vaga. Perante o «universalismo da diferença» ao considerar-se que a biologia determinava as diferenças entre homens e mulheres e a subordinação destas, impunha-se o «universalismo dos direitos», esses sim pertencentes aos homens, como herdeiros dos ideais de liberdade, fraternidade e igualdade da revolução francesa[953]. Deste modo, as mulheres tiveram de lutar pelo direito ao voto, à igualdade de direitos na família, pelo direito à educação, ao trabalho remunerado, à participação cidadã. Direitos iguais aos dos homens. Igualdade nas leis.

Esta base discursiva do feminismo liberal prolongou-se pela segunda metade do século xx em organizações de mulheres, algumas com bastante poder como a NOW (National Organization for Women), nos Estados

Unidos. Betty Friedan, fundadora da NOW, tornou-se conhecida pelo seu livro *A Mística da Mulher* (1963), em que argumentava que após a Segunda Guerra Mundial, as mulheres americanas tinham sido persuadidas e manipuladas para acreditarem que a sua realização pessoal se centrava no mundo da casa, no cuidado com o marido e os filhos. Deste modo, as mulheres deveriam libertar-se desta «mística feminina» e dizer não à imagem da mulher dona de casa. O importante seria revelar as grandes oportunidades de liberdade e realização que as mulheres teriam fora de casa. Com a ajuda de apoios à maternidade e estruturas de apoio à infância, ela acreditava que as mulheres poderiam combinar as suas carreiras profissionais e políticas com as responsabilidades familiares[954].

Para Carole Pateman, feminismo e liberalismo têm uma relação estreita, mas também complexa. Nas suas origens emerge a concepção dos indivíduos como seres livres e iguais. Contudo, ao longo dos últimos duzentos anos, os antagonismos têm sido muitos, começando pela crítica feminista aos conceitos liberais de «público» e «privado». «Com frequência considera-se que o feminismo não é mais do que o culminar da revolução liberal, uma extensão dos princípios e direitos liberais às mulheres, assim como aos homens. Naturalmente a reivindicação da igualdade de direitos sempre tem sido uma parte importante do feminismo. [...] Contudo, nem todas as feministas são liberais e o feminismo é muito mais que o feminismo liberal. [...] As feministas sustentam que o liberalismo está estruturado tanto por relações patriarcais como por relações de classe, e que a dicotomia entre «público» e «privado» oculta a sujeição das mulheres aos homens, dentro da ordem aparentemente universal, igualitária e individualista.» (PATEMAN, 1996:32-33.)

Para Chantal Mouffe, «as feministas liberais têm vindo a lutar por um largo conjunto de novos direitos para as tornar iguais cidadãs, mas sem transformar o modelo liberal da política e da cidadania; a sua visão foi criticada por outras feministas que consideram a actual concepção da política como masculina e que denunciam o facto do liberalismo construir a cidadania moderna identificando o espaço público com os homens, excluindo dele as mulheres» (MOUFFE, 1992:373).

A ideia de que, estando consignados nas leis os direitos, as mulheres poderiam, por elas próprias, através da sua autodeterminação alcançar poder e sucesso começou a fazer percurso teórico. Naomi Wolf defendia, em 1993, no seu livro *Fire with Fire*, o «poder feminista». Este consistia na recusa da vitimação da mulher e na realização dos seus objectivos de vida com sucesso, na base de um caminho individual de autonomia e *self-determination*.

O discurso neoliberal surge, assim, na lógica individual dos percursos de cada mulher. Para que servem as lutas feministas se cada mulher pode, por mérito próprio, atingir a igualdade e o sucesso? Uma cultura de competitividade individual ganha peso, esquecendo-se as circunstâncias sociais, que podem restringir as oportunidades de cada mulher. A igualdade de oportunidades existe porque o quadro legislativo consigna direitos, mas não quer dizer que as leis sejam aplicadas. Contudo, as «discriminações positivas» são encaradas como medidas proteccionistas e paternalistas das mulheres, com base em afirmações como a de Margaret Thatcher: «Eu tive sucesso por mérito próprio; as mulheres não deveriam esperar por especiais favores ou tratamento.» A materialização dos direitos é considerada uma questão de evolução das mentalidades. Desvaloriza-se o papel do Estado na criação de condições sociais. A socióloga Nancy Fraser considera que uma das falhas da retórica liberal é proclamar uma igualdade sem procurar igualizar as condições sociais através de um paradigma redistributivo (FRASER, 1999).

O feminismo liberal nos tempos actuais acaba por estabelecer pontes com o neoliberalismo, tomando como realidade as mulheres brancas da classe média e ignorando as enormes desigualdades sociais existentes entre as mulheres de diferentes classes sociais e «raças».

Também a configuração contemporânea da «cidadania feminina», assente em pressupostos liberais, tem vindo a ser alvo da crítica feminista, como refere Diana Coole ao considerar que as mulheres foram posicionadas como «cidadãs», perante um conjunto de contradições: a sua inserção na história nos termos masculinos ou a da identificação com esse mesmo poder (COOLE, 1995:225). Uma concepção liberal abstracta de

«cidadão» como uma linguagem universal neutra mascara as diferenças existentes e reproduz um discurso baseado numa masculinidade hegemónica de onde as mulheres são excluídas. Não se trata de uma linguagem de inclusão, mas sim de exclusão. Carole Pateman (1997) considera que as mulheres foram excluídas do espaço público e do projecto de cidadania, apesar de serem «emancipadas» em termos de retórica oficial.

Segundo a socióloga Madeleine Arnot: «As formas de cidadania existentes fundamentam-se na exclusão das mulheres do poder e na falta de reconhecimento das diferenças na vida política. Estes ideais abstractos de cidadania parecem não considerar as experiências vividas pelas mulheres [...]. Ao mesmo tempo, argumentamos que é necessário ser-se prudente na atribuição de demasiada esperança a um projecto de cidadania baseado num conjunto de “liberdades” ilusórias, que se reformula repetidamente no quadro político liberal (ou no mais recente, neoliberal), que não cumpriu a promessa de conferir a todas as mulheres, independentemente da sua posição social, um estatuto de cidadania plena.» (ARNOT, 2003:36-37).

A investigadora feminista Íris Marion Young coloca também em causa uma cidadania universal que dilua as diferenças, pois tal concepção prejudica os grupos mais desfavorecidos. Defende uma cidadania diferenciada, que permita alcançar, de forma universal, a igualdade e a justiça. Defende ainda um conjunto de mecanismos, que permitam a representação com voz dos diversos grupos excluídos, entre os quais as mulheres (YOUNG, 1996).

A crítica feminista tem vindo a colocar em causa os conceitos liberais de cidadania e a desconstruir o conceito de sujeito «mulher», por influência das posições pós-estruturalistas ou pós-modernas. Contudo, esta estratégia pode resultar num afunilamento da prática feminista. «Nesta linha de argumento, o pós-estruturalismo, ao enfatizar a não identidade e a impossibilidade de agência, pode, inadvertidamente, alinhar em perspectivas neoliberais que ignoram o potencial prático da visão da individualidade (*selfhood*) política, que é o nosso encargo e responsabilidade ética, como membros activos de uma comunidade

política, ainda que essa comunidade possa ser fragmentada, múltipla ou contraditória.» (YOUNG, 1996:24.)

No ponto seguinte analisa-se a forma como as ideias pós-modernas têm vindo a fazer caminho na teoria feminista.

Feminismo e pós-modernidade

As implicações no feminismo das perspectivas da pós-modernidade centram-se nas seguintes questões: a desconstrução do «sujeito mulher»; a recusa da grande narrativa da opressão da mulher, da ordem patriarcal e do fim da opressão; o reconhecimento da diversidade das necessidades e experiências das mulheres; o abandono da noção de situações únicas e universais; a crítica ao essencialismo; o abandono do conceito de patriarcado como totalizador, a-histórico e essencialista.

As relações entre o feminismo, a teoria pós-estruturalista e a teoria pós-moderna[955] não têm sido fáceis, na medida em que existem posições diferentes entre as feministas, quanto à aplicação destas teorias ao feminismo. Para a feminista Chris Weedon nem todas as formas de pós-estruturalismo[956] são produtivas para o feminismo. Contudo, o feminismo e o pós-estruturalismo partilham uma preocupação com a subjectividade: «O movimento feminista da década de 1970 começou com a política do pessoal, desafiando o indivíduo unificado do liberalismo aparentemente despenalizado e sugerindo que, na sua cegueira em relação ao género, o humanismo liberal mascarava as estruturas de privilégio e dominação masculinas.» (WEEDON, 1989:41.)

Para algumas feministas, o pensamento pós-moderno ao desconstruir o sujeito «mulher» e a ideia de um movimento feminista baseado na «retórica» de uma solidariedade feminista sustentada nos interesses das mulheres brancas da classe média, introduziu a dimensão da fragmentação e da diferença, essenciais para que outras dimensões do feminismo surgissem como, por exemplo, o «feminismo negro». A feminista negra Heidi Mirza argumentou mesmo que o pensamento pós-moderno «permitiu a celebração da diferença, o reconhecimento da diversidade, a presença de

múltiplas e variáveis subjectividades» (MIRZA, 1997:19).

Contudo, as críticas do feminismo negro são anteriores à crítica pós-moderna. Em 1982, Hazel Carby publicou um artigo intitulado: «White women listen! Black feminism and the boundaries of sisterhood», onde afirma: «[...] é muito importante que as mulheres brancas e o movimento de mulheres examine as formas em que o racismo exclui muitas mulheres negras e as impede de alinhar incondicionalmente com as mulheres brancas. [...] As mulheres negras não querem ser injectadas no feminismo como um rasgo de colorido, uma variação dos problemas “reais”. O feminismo tem de se transformar se quer dirigir-se a nós. Tão-pouco desejamos que a nossa opinião se dissolva em generalidades como se cada uma das nossas vozes representasse a experiência total de todas as mulheres negras»[957]. Algumas activistas pelos direitos dos negros e das mulheres, como Ângela Davis, afirmava em 1978: «A mulher branca não se dá conta da necessidade de também lutar contra o racismo. Racismo e sexismo são dois lados de um mesmo instrumento de exploração.»[958]

Existem também perspectivas feministas que estabelecem a semelhança do discurso pós-moderno com algumas ideias do feminismo radical da década de 1970, em especial na identificação da cultura e da linguagem como fontes de poder e resistência, expressas na obra de Kate Millet: *Sexual Politics* ou, ainda, com as noções de Foucault sobre a resistência dos grupos marginalizados[959]. Segundo a investigadora Conceição Nogueira, «a afinidade entre o feminismo contemporâneo e a teoria pós-moderna parece residir no facto de partilharem um profundo cepticismo sobre as reivindicações universais, acerca da existência, da natureza e do poder da razão, do progresso, da ciência, de um *self* único e unificador». Nomes como os de Jane Flax, Donna Haraway, Nancy Fraser, Linda Nicholson, Sandra Harding, Susan Bordo, Nancy Hartsock ou Christine Di Stefano são, segundo Conceição Nogueira, «importantes referências para o pós-modernismo, umas pela defesa e esperança que nele depositam, outras pelo seu posicionamento crítico» (NOGUEIRA, 2001a:158-159).

As críticas feministas mais radicais à pós-modernidade surgem baseadas na argumentação de que o pensamento «pós-moderno é apolítico, a-

histórico, irresponsável e contraditório» e que procura destruir o movimento feminista, na medida em que nega a sua acção colectiva. É um facto que a negação da possibilidade das mulheres se identificarem como «grupo» impede que a dominação sobre as mulheres seja vista como uma questão estrutural, dificultando as formas colectivas de resistência e transformação.

Para a filósofa feminista Célia Amorós, «a ligação entre feminismo e a pós-modernidade constitui uma ligação perigosa»: «A Modernidade não teve de esperar pelo pós-modernismo para gerar as suas próprias autocríticas e gerar um feminismo criticamente moderno. Os teóricos pós-modernos que se têm dedicado à desconstrução do sujeito, apenas têm desconstruído a versão inverosímil do sujeito da modernidade. A morte do sujeito ou a sua desconstrução não é compatível com os objectivos do feminismo. [...] O feminismo aposta numa sociedade de sujeitos verosímeis, liberta da hierarquia que oprime os géneros e que propicie melhores condições para a realização da prática dos sujeitos. [...] O feminismo pressupõe um sujeito mínimo para ser possível a sua aposta num projecto de sociedade onde possa surgir um sujeito máximo, entendido com um grande nível de autonomia e capacidade crítico-reflexiva.» (AMORÓS, 1997:24-26.) Ainda, segundo Célia Amorós, a questão do sujeito é de uma importância crucial para o feminismo e por isso muitas feministas não validam o certificado de disfunção que deriva do diagnóstico pós-moderno: «Não se quer com isto dizer que os mortos que a pós-modernidade mata gozem de muita boa saúde, mas que os sintomas em que se basearam para os dar como falecidos são complexos, ambíguos e susceptíveis de outras interpretações [...] Cabe perguntar perante tudo isto, como faz a teórica feminista Françoise Collin, parafraseando Hemingway: “Por quem dobram os sinos? Que ganha o feminismo com estes funerais?” [...] Há quem queira bailar sobre a sua tumba, porque a libertação «autêntica» das mulheres passa pela morte do mito da emancipação do sujeito da modernidade.» (AMORÓS, 1997:320-321.)

Segundo a investigadora Fernanda Henriques, a forte polémica gerada

em França sobre o livro de Elisabeth Badinter[\[960\]](#), *Fausse Route*, publicado em 2003, reflecte a dificuldade do diálogo entre a modernidade e a pós-modernidade (HENRIQUES, 2007). Ao assentar todo o seu quadro teórico e filosófico na defesa da universalidade da razão como instrumento de emancipação, Elisabeth Badinter recusa a perspectiva de um feminismo baseado na diferença, na fragmentação e na negação da identidade. Fernanda Henriques considera também que «não é possível conciliar a luta feminista com um conceito totalmente fragmentado de razão, como o que é defendido por algumas posições pós-modernas». Identifica-se com algumas filósofas como Célia Amoros, defendendo que «foi a modernidade que definiu o paradigma racional capaz de permitir pensar modelos de viver e de agir libertadores e igualitários, não sendo, por isso, possível continuar a pugnar pela igualdade de direitos e perspectivas transformadoras da sociedade se se puser totalmente de lado o conceito moderno de racionalidade». Fernanda Henriques declara ainda a importância da construção de um «conceito de racionalidade que articule a intencionalidade emancipadora da razão moderna» e que não volte costas às críticas da pós-modernidade (HENRIQUES, 2007:252). Na sua reflexão «Notas para pensar, na pós-modernidade» publicada na revista *Ex-Aequo* n.º 9, deposita a convicção numa «dinâmica racional da pós-modernidade» que, valorizando as diferenças, pode configurar uma «racionalidade mais aberta e integradora». «Trata-se de exigir ao pensar que se entreteça com a acção e que, por isso, sustente e legitime a transformação como possível.» (HENRIQUES, 2003.) Ora, esta questão faz toda a diferença para o futuro do feminismo. Para Virgínia Ferreira, a desconstrução pós-estruturalista do sujeito traz sérias implicações. «O desafio representado por este novo sujeito descentrado para o feminismo é duplo: por um lado, deixa de contar com um referente, em nome do qual pode reivindicar e lutar pela mudança social; mas, por outro, não pode autodissolver-se, uma vez que as mulheres «reais» foram e continuam a ser oprimidas, sendo objecto de práticas de violência e discriminação, que “existem” independentemente da sua articulação discursiva, e os meios e modos dessa opressão devem continuar a ser analisados, pelo que há que encontrar uma forma não essencialista de

definir as mulheres como “colectivo social” que não postule uma identidade estável e coerente de “mulher”. A não ser assim, resta a perspectiva do individualismo liberal que não deixa outras alternativas senão culpabilizar as vítimas pela opressão de que são objecto, acusando-as de não fazerem as escolhas acertadas e conducentes ao sucesso social [...].»[\[961\]](#)

Segundo Íris Young, «negar a realidade das mulheres como um colectivo reforça o privilégio daqueles que beneficiam da sua opressão mantendo-as divididas» (YOUNG, 1997:18). Por isso, esta investigadora propõe substituir o conceito de «grupo» pelo de «série», recorrendo à conceitualização de Sartre sobre os diferentes níveis de colectivos. Deste modo, as mulheres não pertencem a um grupo que assume uma identidade e um projecto comum, mas a uma «série», que pressupõe um colectivo onde cada mulher pode ter as suas próprias experiências e características e que se «unem» ou encontram para partilhar expectativas de transformação social. Pertencer a uma série não implica, desta forma, uma identidade comum, mas apenas uma facticidade social e histórica.

Para Maria José Magalhães, um dos perigos das teorias pós-modernas é o da erosão de uma análise global da sociedade, que nos permita compreender as raízes estruturais e históricas da subordinação e opressão que enfrentamos em cada momento e em cada território. «Assistimos nestes últimos anos, a algum debate sobre a inutilidade da existência do movimento feminista, articulado com a emergência de perspectivas teóricas pós-estruturalistas e pós-modernas, que trouxeram novos desafios às teorias e práticas feministas, mas trouxeram também a possibilidade da sua erosão como perspectiva teórica na fundamentação de um movimento para a transformação social e emancipação.» (MAGALHÃES, 2002:189:198.) Contudo, valerá a pena reflectir sobre alguns contributos das teorias pós-modernas para o feminismo, apesar dos riscos que se colocam na acção transformadora e emancipatória. «Uma teoria feminista, hoje, para ser verdadeiramente emancipatória não pode ser universalista. Não pode pretender que todas as mulheres se identifiquem nas mesmas categorias de análise como se estas pudessem cobrir a diversidade das situações e

experiências. As feministas negras, as lésbicas, as das sociedades e culturas não ocidentais têm criticado o carácter muitas vezes branco, heterossexual e colonizador de muitas análises da opressão e subordinação das mulheres. Daí que seja necessário substituir as noções unitárias de “mulher” e de “identidade de género feminino” por concepções plurais e complexamente construídas de identidade social, vendo o género como uma das questões relevantes, entre muitas outras como a classe, a “raça”, etnia, orientação sexual, idade, capacidade, religião.» (MAGALHÃES, 2004a:14.)

Deste modo, a teoria pós-moderna deve assentar em múltiplas categorias, imbuídas de temporalidades não universalistas. «Os métodos devem ser mais comparativos, atentos às mudanças e aos contrastes, em vez de procurarem leis; devem evitar o conforto metafísico de um único método feminista ou de uma epistemologia feminista.» (NOGUEIRA, 2001b:54.) Segundo Conceição Nogueira, a investigadora Sandra Harding apresenta várias abordagens do ponto de vista epistemológico no que se refere aos estudos de género, já referidas nesta tese. A terceira abordagem apresentada, designada pela autora de «pós-moderna» é considerada por Conceição Nogueira a que melhor se ajusta às necessidades actuais de investigação, na perspectiva do construcionismo social, que assume o género como uma construção social.

Sandra Harding considera, contudo, que a última abordagem epistemológica que propõe não está isenta de contradições. E, também, questiona: «Será que com a visão pós-moderna podemos renunciar ao objectivo de elaborar uma “única descrição feminista e autêntica da realidade” perante as profundas alianças da ciência com os projectos sociais sexistas, racistas, classistas e imperialistas?» (HARDING, 1996:26).

É um facto que a crítica pós-moderna levanta ainda outros questionamentos: será que o pós-modernismo ao propor o abandono de todas as generalizações não conduz a uma política individualista? Será que «invocar o ideal do fim da diferença pode representar para o feminismo, quer a autodestruição, quer a existência de individualismos abstractos?»

(NOGUEIRA, 2001a:161). Será que o sujeito pós-moderno fragmentado não é uma nova encarnação do sujeito masculino com origem no iluminismo? Como sobrevive o activismo feminista a esta derrocada do edifício teórico que tem sustentado a prática feminista?

Muitas outras interrogações têm sido colocadas por investigadoras feministas como Nancy Fraser, Susan Bordo, Christine Di Stefano ou Nancy Hartstock, entre outras. Susan Bordo, por exemplo, refere explicitamente as críticas à metáfora do Cyborg[962] de Donna Haraway, classificando-o de «uma fantasia epistemológica da multiplicidade», considerando ainda como «perigosos os projectos teóricos que perfilhem posições de sujeitos múltiplos e instáveis» (NOGUEIRA, 2001a:162).

Contudo, as desconfianças não eliminam os desafios que estão colocados à teoria feminista. Por isso, Nancy Fraser e Linda Nicholson não colocam de lado a crítica pós-moderna, antes retiram dela o que pode ser importante para o feminismo: a crítica ao essencialismo e a necessidade do pluralismo e da diversidade. Todavia, consideram que o pós-modernismo pode estar imbuído de androcentrismo, de fraquezas no criticismo social e de alguma «ingenuidade política». Pensam, por isso, que será possível combinar o poder social crítico do feminismo para analisar o sexismo, com uma certa incredibilidade face às «metanarrativas». Mas, as mesmas autoras apontam a importância de manter uma análise histórica da situação da opressão, porque o sexismo existe e as relações de poder entre mulheres e homens não se reduzem a um aspecto da vida social. Deste modo, «a teorização deve ser explicitamente histórica, atenta às especificidades culturais das diferentes sociedades e períodos, e aos grupos dentro dessas mesmas sociedades, isto é, que localize e situe as categorias dentro de campos históricos, e evite o perigo de generalizações falsas» (NOGUEIRA, 2001a:164).

A emergência de um novo sujeito feminista estará, de facto, colocada? Um sujeito feminista multifacetado em termos de classe social, etnia, idade, orientações sexuais, culturas e estilos de vida? Segundo a investigadora Rosi Braidotti: «Há necessidade de recodificar ou renomear o sujeito feminista, não mais como um sujeito soberano, hierárquico e

segregador, mas antes como uma entidade múltipla, aberta e em sintonia. [...] Uma nova natureza está a surgir enfatizando a natureza específica e corporizada do sujeito feminista em detrimento de essencialismos biológicos ou psicológicos. [...] Pensar construtivamente sobre a mudança no pensamento feminista contemporâneo requer uma visão do sujeito não como unidade, mas como um ser multifacetado com posições ainda não codificadas, mas fascinantes.» (BRAIDOTTI, 2002:143-160.) Será que a desconstrução das identidades, torna impossível a luta feminista? Para Chantal Mouffe, esta desconstrução deve ser entendida como condição necessária para a compreensão da diversidade das relações sociais, sendo tal abordagem importante para as lutas feministas e para todas as lutas contemporâneas. Não se trata, segundo esta autora, de uma total dispersão das posições do sujeito, mas de uma articulação, estabelecendo uma «cadeia de equivalências entre as diversas lutas num projecto de democracia radical e plural» (MOUFFE, 1996:104-105).

Maria José Magalhães tem vindo a reflectir sobre a noção de «agência feminista» e sobre a necessidade de as mulheres lutarem enquanto grupo: «É nessa agência feminista que podemos equacionar a construção de um sujeito feminista, um sujeito colectivo, não assente em categorias e identidades atribuídas, inevitavelmente não estático, mas que dê espaço e tempo a que as experiências e subjectividades das mulheres possam ser o ponto de partida para a construção de uma sociedade alternativa.» (MAGALHÃES, 2002.)

Será que, apesar dos avanços no estatuto político, social e económico das mulheres, a actual situação no mundo, não reclama, ainda, uma nova «identidade política» dos feminismos: – as mortes por apedrejamento, as mutilações genitais, a guetização imigrante, o tráfico de mulheres, as mortes por motivos de «honra» das famílias, os quotidianos marcados pela violência dos homens com quem vivem, a miséria extrema, o analfabetismo, a escravidão sexual, os salários inferiores, o desemprego para durar, as mortes por aborto, as muitas mais horas trabalhadas por menor rendimento, as duplas e triplas tarefas, as esterilizações forçadas, a violação, a escassez de participação e de acesso ao poder político.

Segundo Teresa Cunha, feminista e dirigente associativa, é preciso construir novas solidariedades, onde possam caber os afectos: «Fala-se, hoje, de novas solidariedades, de novas formas de mobilização, de novos modelos de internacionalismo solidário, de organização de lutas que deixam de ser hierárquicas, para serem muito mais horizontais. O feminismo tem que incluir na sua estratégia os afectos, ou seja as ligações entre as mulheres. Ter-se a certeza, que há uma mulher, a 20 000 quilómetros de distância, que tem um problema idêntico ao nosso e que se está a organizar para o resolver, que nós podemos contactar ou vir um dia a abraçar, eu acho que esta convicção, esta transcendência que a emoção transmite às lutas tem de se tornar num querer, numa “arma”. Manter os canais de comunicação permanentemente abertos mesmo que isso seja extremamente difícil [...]. Eu creio que as resistências feministas têm a ver com tudo isto. Por isso, o pós-modernismo já percebeu que não se trata do “fim da história”, não podemos ficar por aqui, porque a extrema polarização no indivíduo, está a criar uma subjectividade totalmente deformada, como se fosse possível vivermos uns sem ou outros ou sem “as outras”. [...] Eu creio que estamos num momento novo com ferramentas velhas e isso, às vezes, preocupa-me. Estamos num momento de novas articulações, isso vê-se pelos fóruns sociais mundiais, vê-se na Marcha Mundial de Mulheres e na sua articulação com outros movimentos sociais.»[\[963\]](#) Trata-se de uma «identidade» construída na diversidade de experiências, subjectividades e sentidos estratégicos.

Deste modo, poder-se-á equacionar que as teorias feministas na actualidade estão situadas entre o pensamento moderno e pós-moderno, num processo de reformulação, que implica um diálogo, não isento de contradições, entre diversas correntes teóricas. Por um lado, o feminismo como um produto «mal amado» do Iluminismo, pretende desenvolver o projecto da Igualdade e da Liberdade, mas, por outro lado, o feminismo critica o próprio sujeito da modernidade e um modelo universal excludente das mulheres como sujeitos políticos e históricos, aproximando-se das teses relativas às diferenças e à desconstrução do próprio sujeito.

Este dilema só poderá ser ultrapassado com o desenvolvimento das

teorias feministas, procurando responder a estes novos desafios e aos contextos de um mundo globalizado, onde crescem as desigualdades e as discriminações de género, de classe, de «etnia» ou raça, de formas de viver as sexualidades, as famílias ou o amor.

Um outro desafio está colocado quanto à ligação dos estudos feministas ao activismo. Na maioria dos países, a institucionalização académica dos feminismos esteve ligada aos movimentos feministas. Assim aconteceu nos EUA, em Inglaterra, na Alemanha, por exemplo, onde os *women's studies* foram, numa fase inicial, considerados «o braço académico» dos movimentos de mulheres. Por sua vez, a fragilidade dos movimentos feministas em alguns países foi considerada uma das razões para o atraso académico nesta área. Contudo, em países como a Itália com fortes movimentos, os estudos na academia não avançaram porque a tendência era para que estes se desenvolvessem fora das universidades. O mesmo aconteceu em França após o Maio de 68, onde a maior produção intelectual feminista se fazia fora das universidades, sendo bem conhecido o contributo teórico feminista da revista *Cahiers du Grif*.

Em Portugal, não sendo a fragilidade dos feminismos a única causa do atraso académico nesta área, como já foi referido, coloca-se na actualidade a necessidade de uma «contágio recíproco» que evite a despolitização do conhecimento feminista e que forneça as bases teóricas para que novas causas sejam consideradas na agenda ou nas agendas feministas deste novo século. A necessidade de lançar o debate no campo da teoria feminista levou a autora a reflectir sobre os novos factores que estão colocados e que podem pesar numa reconfiguração das correntes do feminismo.

III

A Reconfiguração das Correntes do Feminismo

Uma questão complexa

Na década de 1990 e neste início do milénio, falar de «correntes do feminismo» assume uma maior complexidade. A diversidade das ideias feministas, que proporcionaram grande parte da energia criativa do feminismo, expressou-se nos anos 70 e 80 em diversas correntes, sendo as mais conhecidas a corrente radical, a corrente socialista/marxista e a corrente liberal^[964]. Sobre estas correntes existiu elaboração teórica no estrangeiro e não tanto em Portugal por razões já invocadas.

A complexidade da teoria feminista nos tempos actuais não deve ser entendida como uma paralisia política só porque, por vezes, não é possível estabelecer prioridades ou porque as situações de mudança estão mais entrelaçadas. Pelo contrário, tal deve ser entendido como uma potencialidade, na medida em que as feministas não precisam de chegar a um entendimento «universal», podendo ficar envolvidas em formas de acção mais pontuais e integrar também as suas acções nas agendas políticas de outros movimentos sociais.

A reconfiguração das correntes é um dado hoje evidente, não só perante os novos desenvolvimentos teóricos, mas também porque os contextos e as formas de acção se modificaram. A acção comum de algumas correntes acabou por favorecer factores de aproximação, como é o caso da corrente radical e da corrente socialista-marxista, bem evidente nas lutas pela despenalização do aborto. Há que ter também em consideração a institucionalização do feminismo, fenómeno que se inicia nos finais dos anos 80 em Portugal, tem vindo a reforçar-se, por via do papel das instituições governamentais para a Igualdade e dos Planos para a Igualdade. A insuficiência teórica e falta de debate continuam a ser

fenómenos comuns em Portugal, apesar do avanço dos Estudos sobre as Mulheres, embora nem sempre centrados na problematização dos feminismos, enquanto correntes plurais de pensamento e acção. De realçar, contudo, que a tese de doutoramento da socióloga Virgínia Ferreira sobre «Relações Sociais de Sexo e Segregação do Emprego» (2003) abre e estimula o debate em torno das relações entre o biológico e o social na teoria social, numa perspectiva de reconceptualização das diferenças entre os sexos, colocando em causa o conceito de «género».

A persistência de um «feminismo tácito», não assumido, continua a ter peso. Apesar de a consciência da igualdade de direitos ter crescido e do processo de afirmação das mulheres se ter acentuado em algumas áreas, nem sempre essa consciência se traduz num posicionamento feminista assumido. Há ainda que ter em conta o aparecimento de uma corrente feminista neoconservadora ou de direita nos EUA e em alguns países europeus, embora ainda com fraca expressão em Portugal, muito assente nas pressões natalistas, na valorização do papel das mulheres como mães e no cuidado da família, cujos contornos se aproximam das posições antifeministas assumidas nas décadas de 1970 e 1980.

A interligação da agenda feminista às agendas de outros movimentos sociais, através das iniciativas alterglobalização, em especial a partir do novo milénio é outra realidade a não ignorar. O surgimento nos meios universitários e no movimento LGBT de uma corrente *Queer* que considera as identidades como múltiplas e abertas, considerando o «género» como algo não determinado culturalmente, mas com características performativas, abre também um debate interessante[\[965\]](#). Há quem pense que a teoria *Queer* abre novos espaços aos feminismos e há quem afirme que poderá reduzi-los a uma caricatura[\[966\]](#).

Poderemos afirmar que existe, ainda, uma nebulosa área de pensamento onde não estão nítidos os contornos teóricos das diversas correntes. Conceição Nogueira como investigadora nesta área faz notar que: «Ainda não houve suficiente debate entre as feministas. Fomos sempre muito poucas e, por isso, não interessava procurar as diferenças, quando havia pouca gente. Além do mais existiam reivindicações que uniam, como o

aborto, o que acabava por ultrapassar as diferenças teóricas que estavam subjacentes. Por isso, torna-se difícil. Se já tivéssemos tido diferentes movimentos com posicionamentos muito claros, seria mais fácil. Mas isso não tem acontecido. Muitas feministas portuguesas têm uma formação ou pensamento marxista, que muitas vezes se misturou com as posições radicais.»[967]

Uma outra questão se poderá equacionar: em que medida a produção teórica sobre as correntes do feminismo ficou limitada pela crítica pós-moderna ao sujeito «mulheres», já anteriormente referida. Contudo, segundo Conceição Nogueira e Sofia Neves: «As promessas da pós-modernidade, do construcionismo social e das abordagens feministas, apesar de estimulantes, não têm encontrado em Portugal um espaço substancial de afirmação.»[968]

A tentativa de visualizar as correntes do feminismo, neste novo contexto, surge como uma necessidade de reflexão e de abertura do debate sobre o assunto e, não tanto, como algo já adquirido ou suficientemente reflectido ou testado. Para Sofia Neves, as antigas correntes não se estão a transformar em novas: «Penso que o feminismo liberal continua a existir, assim como o feminismo radical. Vão é surgindo novas expressões do feminismo, que provavelmente criticam aquilo que não concordavam nas correntes tradicionais e que estão mais preocupadas com a diversidade, com a culturalidade com as mulheres jovens, negras, lésbicas.»[969]

Segundo Helena Neves, existe uma autonomização dos próprios movimentos de mulheres em torno das preocupações e do pensamento feminista, na medida em que há, uma indiferenciação em relação às matrizes liberal, socialista ou comunista e isso quer dizer que o movimento se autonomizou em termos ideológicos, ou seja que as preocupações e reivindicações feministas se tornaram mais fortes do que os sistemas de prioridades que as respectivas matrizes estruturadas politicamente colocavam. «Eu não quero dizer que as mulheres não continuem ligadas às suas matrizes, mas que em termos do pensamento feminista há condições para uma maior unidade. Por exemplo, o protesto contra as quotas para homens em medicina. Quem adere, não está preocupado com essas

matrizes. Vão porque é algo que afecta os seus direitos, enquanto mulheres. [...] Considero que a questão, hoje, não se coloca entre feminismo liberal, radical, socialista ou comunista, mas mais entre feminismo de direita e feminismo simplesmente. Nos EUA, a própria importância que o movimento feminista assumiu fez com que o poder neoliberal verificasse a sua importância e diga que as mulheres têm agora um terreno aplainado, fazendo a sua instrumentalização. Reagan apoiou um conjunto de feminismos de direita. Assim vejo, o feminismo de direita, neoliberal e depois toda uma série de sensibilidades de feminismos.»

Uma outra análise poderá ser feita. Pegando nas correntes definidas nas décadas de 1970 e 1980, poder-se-á dizer que o «feminismo radical» perdeu peso político, apesar dos contributos fundamentais que deu para a agenda feminista da época, que o «feminismo socialista-marxista» precisa de actualização teórica e de entender os contributos que recebeu da corrente radical do feminismo e, ainda, que o «feminismo liberal» alargou o seu espaço, como reflexo da própria «institucionalização» do feminismo e do avanço das ideias neoliberais no mundo actual.

Segundo Ana Campos, médica, feminista e activista na luta pela despenalização do aborto em Portugal: «O feminismo radical, entendido como tal, neste momento, é uma história do passado, embora me pareça fundamental o contributo que o feminismo radical deu para tudo, na vida: desde a divisão das tarefas na família, até às questões da sexualidade ou às reivindicações que foram a bandeira das décadas de 1980 e 1990. É essencialmente ao feminismo radical que se deve muitos dos objectivos de luta. Evidentemente que todas as correntes políticas do feminismo centraram as questões feministas naquilo que é a sua ligação à luta do dia-a-dia, mas muito em especial a corrente marxista. Mas continuam a existir lacunas muito grandes no referencial teórico e sobretudo de como encarar dentro do marxismo e na sua evolução, as questões relativas à família e à mulher, mesmo que saibamos que as referências do marxismo existem, e que servem para pautar o nosso raciocínio político. Claro que houve elaboração teórica sobre os feminismos por parte de mulheres ligadas às correntes marxistas. A clivagem número um será entre o “feminismo

burguês” e as correntes do feminismo mais ligadas à esquerda política. Eu tenho uma formação marxista e, portanto, esta questão do “feminismo burguês” marca-me em relação ao tipo de pessoas que são e em relação ao tipo de objectivos que pretendem para a sociedade. Creio que podemos também substituir a expressão por “feminismo liberal” e, nessa situação, pode-se abarcar pessoas que pertençam a organizações políticas muito mais latas do que aquelas que eu apelido de “burguesas”. Há muitas mulheres no partido socialista que são feministas liberais.»

O aparecimento do *backlash* como movimento reactivo ao feminismo, a menor visibilidade das acções das feministas, em especial a partir da década de 1990, tem levado a um certo apagamento da expressão «activismo feminista». A teoria pós-moderna de desconstrução e fragmentação do sujeito «mulheres» com base nas diferenças em termos de cultura, etnicidade, orientação sexual e classe, trouxe um vazio, embora transitório, no pensamento feminista quanto à possibilidade de uma intervenção enquanto grupo de mulheres. É neste contexto que importa reflectir sobre o «activismo feminista» e levantar algumas questões construídas em torno deste conceito.

Será que o activismo feminista se resume a uma visão formalista e convencional de acções colectivas como campanhas, manifestações, acções de rua, ou outras? Ou poderá o activismo feminista basear-se também na acção individual através da escrita, dos estudos, da educação? Segundo Sue Wise, «o feminismo esteve ligado não só a formas de activismo político convencionais como também produziu os seus próprios produtos culturais com a educação, a auto-ajuda e as políticas de estilo de vida (*lifestyle politics*)».[970]

Fazendo uma retrospectiva histórica, segundo Sue Wise (2001), dos diversos tipos de «activismo feminista», importa entender os que se mantêm actuais. A «acção directa», que foi muito utilizada pelas sufragistas no início do século xx, quando invadiam ou cercavam o Parlamento britânico e também nas décadas de 1960 e 1970, na

contestação das feministas ao concurso de Miss Universo ou no cerco à base militar de Greenham Common, entre outras. A «desobediência civil», também utilizada pelas sufragistas, quando se recusavam a pagar taxas ou impostos, por não quererem assumir deveres, quando não tinham direitos. Os «grupos de pressão política» junto de instituições ou órgãos de poder político em torno de campanhas públicas, como na luta pela legalização do aborto. Os «grupos de auto-ajuda», que na segunda vaga dos feminismos, tiveram importante papel no apoio às mulheres vítimas de violência e nas questões da saúde. A «intervenção cultural feminista» em diversas áreas: literatura, teatro, arte. A «educação e investigação» onde os estudos sobre as mulheres têm aberto novos caminhos. Uma política de «estilos de vida (*Lifestyle politics*)», centrando a intervenção feminista no domínio das orientações sexuais, na educação das crianças, na relação entre alimentação, formas de produção e ambiente.[\[971\]](#)

Das formas de activismo atrás referidas, poder-se-á dizer que elas não desapareceram completamente do terreno da luta feminista, só que são utilizadas em graus diferenciados de intervenção, tendo em consideração os grupos sociais, as culturas, os territórios e as próprias correntes do feminismo. Se na década de 1990, mulheres indianas fizeram acções de protesto ambiental agarrando-se às árvores que o governo pretendia destruir e que constituam uma peça preciosa do seu «habitat», as mulheres europeias organizavam-se em «grupos de pressão» para terem maior acesso ao poder político e as portuguesas exigiam a despenalização do aborto, por exemplo.

Actualmente, surge com especial peso, o activismo virado para a construção do trabalho em rede a nível internacional em torno de redes feministas mundiais como a Marcha Mundial de Mulheres[\[972\]](#). Embora os diversos tipos de activismo possam surgir em qualquer uma das correntes do feminismo, decerto que existem correntes cujas características serão mais receptíveis a um ou outro tipo de activismo.

Feminismo tácito e feminismo assumido

Estamos numa época em que a «desconstrução» e a «reconstrução» de

conceitos surgem como questões essenciais. A formatação em torno de um olhar organizado, positivista, onde se procura sempre encontrar a «verdade», impede-nos muitas vezes de arriscar. Contrariando os «medos» de avançar com hipóteses ainda pouco consolidadas, vejamos uma possível «classificação» das correntes do feminismo, tendo em consideração a tal «nebulosa» anteriormente referida, decorrente da falta de debate sobre o tema e das fragilidades, que ainda se registam, em relação a uma acção feminista mais assertiva.

Uma primeira tentativa de classificação surge em termos de «feminismo tácito» e de «feminismo assumido». O feminismo «tácito» assenta na acção de muitas mulheres, que não se reclamando de feministas, agem reivindicando os seus direitos, numa posição de inconformismo perante a discriminação. No inquérito por questionário dirigido a estudantes do 12.º ano, cujos resultados foram analisados na parte II deste livro, o perfil de «feminismo tácito» surge em 40% dos e das alunas inquiridas.

Este não é um fenómeno registado apenas em Portugal. Uma sondagem referida em 1995 no *Sunday Times* afirmava que 50% das norte-americanas se proclamavam feministas, embora 71% lutassem pela «igualdade social, política e económica das mulheres». A este propósito, a jornalista Susan Faludi fala de uma situação paradoxal, na medida em que se perguntassem às mulheres americanas quais eram os seus principais problemas, elas afirmariam tratar-se das desigualdades salariais entre mulheres e homens, o assédio sexual nos locais de trabalho, a falta de creches, o colocar-se em questão o direito ao aborto, temas formulados e reivindicados pelas feministas. Sobre as razões para esta situação, Susan Faludi aponta uma grande despolitização da sociedade americana, assim como o facto das feministas não terem elevado o debate político sobre as relações de poder entre mulheres e homens, ficando muitas vezes pelas acções de solidariedade e de apoio às mulheres.

O feminismo «assumido» pressupõe a consciência expressa de que se defende o feminismo. Dentro desta área podem surgir diversas correntes. Segundo os critérios adoptados é possível construir diversas tipologias. Por exemplo, a investigadora catalã Maria-Milagros Rivera Garretas coloca, no

seu livro *Nombrar el Mundo no Feminino* (2003), quatro correntes teóricas do feminismo: «feminismo materialista», «estudos lésbicos», «teoria dos géneros», «pensamento da diferença». Contudo, não foi esta a via seguida nesta tese. Optou-se pelos seguintes critérios: activismo feminista ligado à produção académica e aos movimentos sociais; agenda feminista de iniciativa própria; posicionamento ideológico. Deste modo, poderão expressar-se, neste âmbito, diversas correntes: «feminismo de agência» ou de intervenção social, «feminismo liberal / feminismo institucional» e «feminismo neoconservador ou de direita».

Feminismo de «agência» ou de intervenção social

Pegando nas reflexões teóricas de Maria José Magalhães (2002) para uma abordagem feminista do conceito de «agência», baseado nos contributos de Giddens, «acção colectiva articulada com as agendas políticas», pode-se equacionar a política integrando «o público» e «o privado», onde as estruturas de dominação e opressão sejam pensadas em termos de sexo, classe social, etnia, orientação sexual e região de origem. Deste modo, podemos falar de um «feminismo de agência» ou de intervenção social não no sentido tradicional da expressão, mas de um sujeito colectivo mulheres, aberto à diversidade de experiências e subjectividades, capaz de gerar novos significados para uma maior politização das lutas feministas.

A compreensão *politizada*, na minha perspectiva, é o cerne da agência feminista, no sentido de ter em conta os diferentes níveis de desvantagem, desigualdade e opressão das mulheres, uma posição que exige que os feminismos não se reduzam a perspectivas teóricas esgrimidas apenas em meios académicos. (MAGALHÃES, 2002:195.)

Esta corrente do feminismo procura encontrar respostas para algumas das questões colocadas pelo pensamento pós-moderno, mas não se trata de uma corrente «pós-feminista», na medida em que considera a existência de espaço para o feminismo em termos de elaboração teórica e de activismo.

Aliás, há que distinguir entre «pós-feminismo», que acarreta a ideia de que as discriminações de género ou em função do sexo estão resolvidas e o «feminismo na pós-modernidade», que introduz um conjunto de reflexões, já anteriormente referidas, mas que não elimina o avanço da agência feminista. Nesta corrente confluem as posições de um marxismo renovado, as posições radicais, as críticas pós-modernas, que revelam abertura para uma reconfiguração de um sujeito feminista plural, as académicas ligadas ao activismo, as activistas feministas ligadas a uma visão de feminismo interligado com as agendas de outros movimentos sociais.

Ainda, segundo Maria José Magalhães: «Pode falar-se numa corrente em que a pós-modernidade está presente. O marxismo é importante, porque pode explicar algumas coisas, mas não é uma cartilha para seguir. Pode-se falar de um feminismo na pós-modernidade. Eu chamar-lhe-ia mais um feminismo pós-estruturalista, sobretudo aquele que é herdeiro do marxismo. Trazendo novas questões para dentro do feminismo, mas mantendo algumas questões sobre o poder, as estruturas sociais, as classes.»

As formas de activismo são muito diversas podendo passar pela acção de grupos de pressão, pelo trabalho em rede a nível internacional e nacional, pela ligação entre estudos académicos e activismo, pela participação em movimentos alterglobalização, pela intervenção cultural feminista, pela ligação a outros movimentos sociais (LGBT, ambientalista, anti-racista, de defesa dos e das imigrantes, das pessoas com incapacidades), ou até por acções de tipo mais radical, para além das «tradicionais» manifestações ou acções de rua.

Segundo Teresa Cunha, actualmente, temos que pensar no lugar onde enunciamos o feminismo. «Há múltiplas narrativas feministas. E muitas delas são muito difíceis, porque partem de lugares de enunciação muito diferentes. Quando uma mulher vive e é socializada em África, quando ela olha para o mundo não o vê da mesma forma de uma europeia. E então enuncia respostas muito diferentes.» Poderemos assim considerar que existem vários discursos feministas e práticas que interagem, às vezes muito mais do que aquilo que nós pensamos.

Existe, ainda, nesta corrente a incorporação de factores emancipatórios de transformação social e de luta contra a dominação e opressão sexista, com origem em masculinidades hegemónicas, que exercem o seu poder a diversos níveis.

Feminismo liberal / institucional

Pelo contexto histórico vivido, o feminismo liberal assume, actualmente, contornos «neoliberais», que impedem a incorporação de factores de transformação social emancipatórios. Tomando como exemplo as antigas aspirações do feminismo liberal para que as mulheres se afirmassem profissionalmente e combatessem o seu estatuto de «donas de casa» (Betty Friedan, 1963), assiste-se na actualidade a um «empurrar» das mulheres para o trabalho a tempo parcial, para que exista «um equilíbrio entre vida profissional e familiar». As discriminações salariais das mulheres em relação aos homens, apesar das leis que proíbem tal situação, têm como origem a concepção de que o trabalho da mulher fora de casa assume sempre um conteúdo suplementar no «ganha-pão» da família, assim como a crescente genderização segmentada do mercado de trabalho representa uma das falências do feminismo liberal ao considerar que medidas legislativas sobre igualdade seriam o garante dessa mesma igualdade.

Mantêm-se, nesta fase neoliberal, algumas das características do feminismo liberal com alguns ajustamentos. Deste modo, a ideia de que a igualdade formal atribui as condições necessárias e suficientes para que as mulheres possam alcançar os seus direitos constitui um pano de fundo de toda a actuação desta corrente do feminismo, embora se registem algumas «nuances» perante a falência de tal pressuposto. A defesa de que a materialização dos direitos tem que ver muito mais com a evolução de mentalidades do que com a intervenção do Estado tem-se vindo a reforçar na medida em que as políticas neoliberais procuram diminuir drasticamente o chamado «estado-social».

A política virada para o *empowerment* de cada mulher, para que por si só, possa alcançar ascendência económica, social e política, desde que seja assertiva, empreendedora e competente tem vindo a ganhar peso. Também

a competitividade entre as mulheres da mesma base social é considerada um factor de empoderamento, utilizando inclusive os modelos masculinos de ascendência ao poder. A ideia de que o acesso das mulheres ao poder político é, por si só, um factor transformador da sociedade é outra das ideias que se mantém nesta corrente. Também as estratégias colectivas se resumem, muitas vezes, ao *lobby* junto do poder político. A tendência crescente para a institucionalização das acções, atribuindo menor papel à acção associativa das mulheres tem vindo a ganhar peso, numa perspectiva de feminismo institucional bem patente nos Planos Governamentais para a Igualdade. Uma perspectiva crítica desta corrente surge pela voz da investigadora Maria José Magalhães: «O feminismo liberal tende muito para o feminismo institucional. Se estamos numa perspectiva do “mérito individual”, do “ganhar terreno em termos institucionais”, dos “cargos” é por aí que se cai. [...] Por outro lado, o feminismo institucional acaba por definir as agendas sem que a decisão e a iniciativa parta das próprias organizações. Deste modo, está-se sempre dependente da agenda política do governo na área da Igualdade. O governo lança uma campanha e as ONG vão atrás. Não se participa na definição das prioridades e da própria Agenda da Igualdade ou a participação é sempre limitada. Claro que não se podem ignorar as instituições. Deve-se estar lá, fazer pressão, mas não estar dependente. A agenda feminista não pode ser dependente da agenda governamental.»

Segundo a investigadora Sonia Alvarez, começou a existir, a partir da Conferência de Pequim, uma «absorção» por parte das instituições governamentais dos elementos do discurso feminista. Esta fase teria coincidido com uma maior profissionalização das Organizações Não Governamentais ligadas à defesa dos direitos das mulheres. Também a historiadora Mary Nash considera que a incorporação do vocabulário feminista na agenda dos partidos e dos governos de certos países tem sido entendida como uma manifestação de força do feminismo, mas que na prática se trata de uma apropriação do feminismo pelo Estado e pelas instituições (NASH, 1996:12).

A «absorção» do discurso feminista pelo Estado dá-se de uma forma

selectiva, segundo Sonia Alvarez, ao analisar os feminismos latino-americanos. Ao fazer a absorção, o Estado acaba por alterar a «demanda», ou seja, as reivindicações feministas são «re-significadas» (ALVAREZ, 1998). Segundo Cecília MacDowell Santos, no seu estudo sobre as delegacias de polícia de mulheres em S. Paulo e o movimento feminista, o discurso feminista sobre a violência alterou-se no sentido da terapêutica médica, de uma substituição do discurso da «identidade ou consciência feminista» pelo do empoderamento ou «capacitação de género», ao que veio associar-se o conceito de «violência de género» em substituição do de «violência sobre as mulheres»[\[973\]](#). Contudo, para as duas autoras, a questão para as feministas não é que as suas reivindicações sejam ou não incorporadas pelo Estado, mas um questionamento constante da forma como são construídas as políticas governamentais baseadas no género.

Deste modo, considera-se que o feminismo institucional está «preso» às políticas institucionais para a igualdade sem uma base feminista de questionamento. As formas de activismo mais comum nesta corrente serão as que se ligam a grupos de pressão junto do poder político ou de instituições nacionais ou internacionais, no sentido de terem esferas de representatividade junto do poder. Não existe por parte desta corrente a necessidade de uma «agenda feminista própria». Existe a tendência para identificar este feminismo institucional com as Organizações Não Governamentais. Segundo Sonia Alvarez, muitas das críticas às redes de ONG baseiam-se no seu distanciamento dos problemas concretos das mulheres, na medida em que tendem a intervir apenas nas «arenas» das políticas institucionais nacionais ou internacionais. Contudo, tendo em consideração, o contexto português, nem todas as ONG de defesa dos direitos das mulheres têm o poder de intervir nessas esferas e o seu estatuto encontra-se bastante desvalorizado pelo vazio legislativo do mesmo e pela fraqueza de intervenção. Por sua vez, existe por parte do governo português, a inserção no discurso da União Europeia da «igualdade de género» e da transversalidade do género nas políticas. Este ocupar de espaço na área dos feminismos coloca-se na corrente do feminismo institucional, não esgotando contudo o espaço de outras correntes mais

viradas para um activismo de esquerda.

Feminismo neoconservador

Quando Susan Faludi publicou, no início da década de 1990, o seu livro, *Backlash*[\[974\]](#), ela criticava as ideias então divulgadas na sociedade norte-americana de que as mulheres tinham alcançado a igualdade de direitos, tinham conseguido aceder a brilhantes carreiras profissionais e a lugares no poder económico e político, sem que, contudo, fossem, por isso, mais felizes.

Estudos de diversas universidades afirmavam que o mito da independência feminista tinha caído, pois as mulheres tinham-se transformado em «seres amargurados, carentes de amor, desumanizadas pelas próprias carreiras profissionais e inseguras quanto ao seu verdadeiro sexo» (FALUDI, 1993:13).

Este balanço pessimista sobre a luta feminista das décadas de 1960 e 1970 associava-se ao furor dos políticos da Nova Direita na condenação da independência das mulheres e às manifestações dos movimentos antiescolha contra o aborto, chegando mesmo a lançar bombas incendiárias sobre as clínicas que o praticavam. Numa entrevista ao jornal *Sunday Times*, em 1995, Susan Faludi declarava: «Nos anos 80, os adversários das feministas tinham como princípio “a cenoura e o batom”. Hoje, não conhecem mais do que o batom. Vão desde os métodos brutais de intimidação e de violência dos grupos antiaborto, até à diabolização da teoria e da prática feminista, passando pelo desmantelamento da rede de apoio social, que atingem em especial as mulheres.»

Alguns dos pressupostos desta ofensiva contra o feminismo servem hoje de base a um feminismo neoconservador ou de direita, que tem vindo a ganhar terreno não só nos Estados Unidos como em alguns países europeus.

A economista alemã Eva Herman é autora de um «tratado» de 262 páginas contra o feminismo, no seu livro *O Princípio de Eva*, onde afirma: «Fomos facilmente seduzidas pelas oportunidades de carreira, quando de facto é mais salutar o mundo saudável e colorido das crianças e a

atmosfera do lar, em vez de um local de trabalho frio e nalguns casos solitário.» Eva Herman e Christa Muller são protagonistas de uma campanha na Alemanha para reivindicar mais ajuda para as donas de casa de modo a que as mulheres troquem o seu emprego pelo cuidado da casa e da família[975].

A deputada norueguesa do partido democrata-cristão Janne Haaland Matláy publicou, no início do ano 2000, o livro *Para um Novo Feminismo*[976], onde acusa o «velho feminismo» das décadas de 1970 e 1980 de ter desprezado a família e a maternidade e da falta de uma visão antropológica baseada no reconhecimento da diferença entre os sexos, negando a autenticidade dessa diferença. «As mulheres nunca conseguirão ser felizes enquanto não compreenderem quão profundamente a maternidade define a sua feminilidade. [...] O verdadeiro radicalismo da emancipação consiste na liberdade de sermos verdadeiramente nós mesmas, de sermos mulheres “em termos femininos”. [...] Precisamos de um novo feminismo que terá de partir do princípio de que a maioria das mulheres é mãe ou deseja sê-lo, de que as mulheres são diferentes dos homens e têm qualidades diferentes das deles e de que uma igualdade que respeite esta diferença implica que devemos deixar de ter a obrigação de imitar os homens.»[977]

Em Portugal, algumas posições antifeministas assumidas por mulheres que estiveram contra a despenalização do aborto confundem-se com as ideias deste feminismo neoconservador de direita. Algumas das ideias difundidas baseiam-se, tal como aconteceu nos Estados Unidos, nas fracas taxas de natalidade, na sobrecarga de trabalho para as mulheres que assumem uma actividade profissional, na falta de acompanhamento às crianças, no aumento da esterilidade, nas depressões e no maior uso de antidepressivos, na necessidade de maior protecção à família como portadora de valores essenciais para o funcionamento da sociedade.

Janne Haaland Matláy refere que na Noruega existe um número cada vez maior de mulheres a dedicar-se à família: «Devemos igualmente interrogar-nos se o trabalho político é mais importante do que cuidar dos nossos próprios filhos. Muitas mulheres dão-se conta de que só elas podem

ser as mães dos seus filhos, ao passo que os lugares políticos podem ser ocupados por muitas outras pessoas. [...] Aquilo que conta em termos humanos é a pequena sociedade familiar.» As mulheres são desta forma valorizadas em função da maternidade e do cuidado com a família, embora não exista uma postura clara contra o trabalho das mulheres fora de casa ou contra a sua participação política. A mesma autora, no epílogo do seu livro afirma: «Parti do princípio de que homens e mulheres são diferentes por natureza e que têm, portanto, diferentes qualidades e talentos com os quais podem contribuir para a vida social e política. [...] Não tenho dúvida de que as mulheres são, em muitos aspectos, o chamado “sexo forte”. Mas isto apenas significa que, para serem fortes, as mulheres devem ser elas mesmas, já que são fortes por natureza. Qualquer imitação do homem faz com que a mulher deixe de ser autêntica, originando neuroses e frustrações em vez de força. As mulheres mudarão o mundo, sempre o fizeram. [...] É este o tempo de pôr mãos à obra.» Apela-se à «natureza» da mulher em nome da sua afirmação. Embora sem peso significativo em Portugal os contornos desta corrente feminista de direita não deixam de estar presentes.

Conclusões

Ao contrário do que aconteceu em outros países, os estudos sobre as mulheres, em Portugal, não surgiram por influência directa dos movimentos feministas, mas pela influência institucional da então Comissão da Condição Feminina e pelo trabalho individual de feministas académicas, tendo algumas delas estado envolvidas em grupos/associações feministas nos finais da década de 1970.

Só no início da década de 1990 foi formada uma associação denominada de Estudos sobre as Mulheres (APEM), enquanto no vizinho Estado espanhol uma associação com características semelhantes surgiu em 1975, em Madrid (Asociación Universitária para el Estudio dos Problemas de la Mujer).

O primeiro mestrado em Estudos sobre as Mulheres foi instituído na Universidade Aberta em 1995, o que veio a influenciar a abertura de outros mestrados e cursos de pós graduação nas universidades do Porto, Coimbra, Évora e Lisboa, assim como a formação de alguns núcleos de investigação.

Se quisermos situar a fase de evolução desta área de estudos poderemos falar de uma área intermédia entre a «recuperação» das mulheres como objecto de estudo e o questionamento crítico em relação ao processo de construção de conhecimento, em que uma epistemologia crítica nem sempre significa uma epistemologia feminista para muitos investigadores e investigadoras. Também nem sempre a proliferação dos «estudos de género» se reflecte em maior pensamento crítico feminista, que contribua para a dinamização do debate e aprofundamento teórico nesta área.

Apesar de não existir uma institucionalização muito marcada dos Estudos sobre as Mulheres, o panorama na academia portuguesa é diferente do que existia há duas décadas, em que as poucas investigadoras que se dedicavam a esta área se sentiam muito isoladas. Deste modo,

podemos estar numa fase de crescente «contaminação» dos feminismos na academia, assente no interesse de muitos/as jovens universitários/as por esta área do conhecimento, situação bem visível no Congresso Feminista que se realizou a 26, 27 e 28 de Junho de 2008 em Lisboa. Contudo, o *mainstreaming* de género aplicado a esta área científica, ainda não devidamente reconhecida, pode levar a uma diluição temática e a vazios de compromissos na consolidação dos estudos feministas ou dos estudos sobre as mulheres, consoante a terminologia que se queira adoptar.

A capacidade de interrogação, mesmo sobre aquilo que se considera adquirido é, segundo Françoise Collin, uma das características da evolução da teoria feminista. Esta crítica política registou-se em relação a todas as correntes ideológicas às quais os feminismos têm estado ligados. «Filho não desejado» do Iluminismo, que excluiu as mulheres da cidadania, o feminismo que tem as suas raízes na expressão ideológica do que se pode considerar as causas das esquerdas, teve os seus «mal-entendidos» com um marxismo dogmático, que bloqueou o aprofundamento da teoria feminista. No Portugal democrático de 1974/1975 as limitações e fragilidades dos feminismos devem-se não só a um contexto sociocultural herdado de 48 anos de ditadura salazarista, como também a esse mesmo dogmatismo, que não soube entrelaçar as contradições de género e de classe na sua análise e acção política. Todavia, apesar da fraca visibilidade e raio de acção, foram os pequenos grupos e associações feministas que, em Portugal, foram pioneiras na reivindicação da legalização do aborto como um direito de opção das mulheres.

A fragilidade teórica dos feminismos teve consequências no défice de reflexão crítica, que só no novo milénio se começa a colmatar, fruto de alguns trabalhos de investigação que procuram ligar a área académica ao activismo feminista. Considera-se, que esta ligação é de fundamental importância. Recordam-se, aqui, as palavras de Elisabete Brasil, ex-presidente da UMAR: «A academia e o activismo são mundos que se cruzam e se interligam. Só desta forma conseguimos ter um feminismo mais fundamentado e mais activo. As questões da violência, do trabalho e da participação são hoje apontadas não só pelas activistas, mas

fundamentadas pela reflexão teórica das académicas. Trabalhar academicamente estes temas é trabalhar o quotidiano das mulheres.»

Das correntes do feminismo que nas décadas de 1970 e de 1980 tiveram alguma expressão em Portugal – radical, socialista-marxista e liberal – configuram-se, na actualidade, outras correntes, sendo que a corrente liberal persiste e ganhou uma forte componente institucional. Deste modo, abre-se, com este estudo o debate sobre um «feminismo tácito» e um «feminismo assumido» e, neste último, surge a configuração de três correntes: «feminismo de “agência” ou de intervenção social»; «feminismo liberal/institucional»; «feminismo neoconservador ou de direita». Esta classificação, como todas as outras, é redutora. Contudo, ajuda-nos a demarcar campos teóricos e a olhar para além das «nebulosas», onde os contornos tendem a não ser vislumbrados.

Esta reconfiguração tem em conta um tempo de grandes desafios para a teoria feminista. A emergência das perspectivas pós-modernas exige maior debate na área dos feminismos, em especial na corrente designada como de «agência ou de intervenção social», onde confluem: as posições de um marxismo renovado, que pode dar contributos futuros para uma corrente feminista de esquerda; as posições de um feminismo radical e pós-moderno, que abra espaços entrelaçados com o activismo de diversas agendas sociais. Esta corrente pode gerar novos significados para uma maior politização das lutas feministas, mas tal só acontecerá se surgirem agendas próprias de intervenção. São estas agendas próprias que podem traçar uma das fronteiras com a corrente «liberal/institucional», corrente que tem vindo a afirmar-se, fruto de uma maior intervenção dos governos e das instituições internacionais na área da Igualdade de Género. A corrente «neoconservadora ou de direita», sem peso significativo em Portugal, é o resultado do *backlash* nas décadas de 1980 e 1990, tão bem caracterizado pela jornalista Susan Faludi. A avaliação pessimista e destruidora que foi feita dos feminismos das décadas de 1960 e de 1970 em alguns países, abriu espaço para que a Nova Direita nos EUA viesse a condenar os trajectos de independência das mulheres e para que surgissem, em alguns países nórdicos e na Alemanha, apelos à «natureza» das mulheres, como

factor de realização pessoal na família e na complementariedade de funções com os homens, sob a capa de «um novo feminismo», assente na diferença e na recuperação da função da maternidade como um dos grandes desígnios das mulheres.

Em jeito de síntese final

Deixou o feminismo, em termos sociais e políticos, de ser uma palavra «mal-amada» ou mesmo «maldita»? Pelo estudo realizado conclui-se de uma maior aceitação social do termo, em especial nas novas gerações de raparigas e rapazes. Um número crescente de mulheres descola de um «feminismo tácito», para um feminismo mais assumido. Contudo, ainda não é reconhecido o feminismo, na sua pluralidade e na tripla dimensão que ele poderá assumir, quer na perspectiva de intervenção política, quer como um pensamento na forma de olhar o mundo e os quotidianos, quer como um questionamento epistemológico na investigação científica.

Consideramos que existem potencialidades actuais dos feminismos que estão dispersas pelas universidades, pelas associações de mulheres, em pessoas de ONG que trabalham em diversas áreas, pelos diferentes movimentos sociais. Estas potencialidades traduzem-se na participação de pessoas que se encontram de vez em quando em seminários, congressos, sorriem, discutem, interrogam-se, vão tecendo algumas teias. O activismo feminista pode assumir formas amplas e muito diversas que vão para além da vocação partidária e das próprias ONG como estruturas de intervenção.

Um novo espaço para o feminismo ou feminismos reclama-se em Portugal, que interaja com o que se passa no mundo, no respeito pelas diferenças e na ideia de que «dependemos do nosso mútuo reconhecimento, dos nossos laços e onde as nossas relações se constituem como base fundamental para a acção colectiva, em termos das nossas preocupações e reivindicações partilhadas»[\[978\]](#). Como afirmava Lúcia Amâncio no encerramento do seminário evocativo do I Congresso Feminista realizado em 2004, em Lisboa: «Partimos para um seminário evocativo e, desse ponto de vista, julgo que alcançámos alguns objectivos importantes e que eu gostaria de destacar: demos rosto e vida às feministas

portuguesas da primeira vaga; inscrevemos o feminismo português na história do nosso país; reclamámos o lugar do feminismo num projecto político e de sociedade. Falou-se aqui das mudanças que houve na educação, na lei, no mundo do trabalho. Do progresso, mas também dos recuos. Num novo sujeito feminista que estamos a construir.»

É este novo sujeito feminista político, plural, abrangente das mulheres de diversos sectores sociais, que constitui o verdadeiro desafio para as feministas em Portugal, tendo a noção das diferenças em termos de classe social, de etnia, de orientação sexual, de regiões de pertença e de idade.

Principais Siglas Utilizadas

AAC – Associação Académica de Coimbra
AMCV – Associação de Mulheres contra a Violência
APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima
APEM – Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres
APF – Associação para o Planeamento da Família
APMD – Associação Portuguesa Mulheres e Desporto
CDE – Coligação Democrática Eleitoral
CEUD – Coligação Eleitoral de Unidade Democrática
CIDM – Comissão para a Igualdade das Mulheres
CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género
CNAC – Campanha Nacional pelo Aborto e Contracepção
CNM – Coordenadora Nacional de Mulheres
CNMP – Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas
FDIM – Federação Democrática Internacional das Mulheres
GML – Grupo de Mulheres de Lourosa
GAMP – Grupo Autónomo de Mulheres do Porto
GMP – Grupo de Mulheres do Porto
IF – Intervenção Feminina
GRAAL – Movimento Internacional de Mulheres Cristãs
IDM – Informação/Documentação/Mulheres
JOC – Juventude Operária Católica
JUC – Juventude Universitária Católica
LDM – Liga dos Direitos das Mulheres
MAPA – Mulheres a Preparar o Amanhã
MCR-S – Movimento Cidadania e Responsabilidade pelo Sim
MDM – Movimento Democrático de Mulheres
MLM – Movimento de Libertação das Mulheres

MND – Movimento Nacional Democrático
MNF – Movimento Nacional Feminino
MPF – Mocidade Portuguesa Feminina
MUD – Movimento de Unidade Democrática
OMC – Organização de Mulheres Comunistas
OMEN – Obra das Mães para a Educação Nacional
ONG – Organizações Não-Governamentais
PIDE/DGS – Polícia de Intervenção do Estado/Direcção-Geral de
Segurança
RIAS – Reuniões Inter Associações de Estudantes
UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta

Cronologia Comparada (1947-2007)

Pretende-se com esta cronologia destacar, não só acontecimentos relacionados com a história das mulheres e dos feminismos no país, como também inserir acontecimentos internacionais de semelhante cariz, no sentido de se poder ter uma base comparativa cronológica, que ajude a situar os factos na história, tendo sempre em consideração que os contextos políticos, sociais e culturais ditam temporalidades diferentes. Esta selecção de acontecimentos foi uma entre muitas outras possíveis. Os critérios que estiveram na base foram: inclusão de acontecimentos que marcaram a vida das mulheres de diversos sectores sociais; factos e publicações de cariz feminista nacionais e internacionais, considerados pela autora como mais marcantes; visibilidade de acções nem sempre conhecidas; enquadramento histórico de outros acontecimentos para permitir entender os contextos sociais e políticos. Tendo noção de que mesmo dentro destes critérios existem, decerto, muitas lacunas, o nome mais ajustado para esta cronologia será: «Cronologia Comparada Inacabada». Fica, aqui, o desafio para outros contributos.

1947

♀ Exposição de Livros Escritos por Mulheres, na Sociedade Nacional de Belas-Artes, organizada pelo Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas sob a direcção de Maria Lamas.

♀ A 28 de Junho deste mesmo ano, o regime salazarista manda encerrar a sede do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas.

♀ Comunicado da Comissão de Mulheres do MUD (Movimento de Unidade Democrática), colocando em causa a lei eleitoral porque não concedia o direito de voto às mulheres.

1948

- ♀ Saem os primeiros fascículos da obra de Maria Lamas, *As Mulheres do Meu País*.
- ♀ Na Bélgica, a magistratura abre-se para as mulheres e elas adquirem o direito ao voto.
- ♀ No dia 8 de Março, 100 000 mulheres manifestam-se em Paris.

1949

♀ Formação de uma Comissão de Mulheres de Apoio à candidatura do general Norton de Matos à Presidência da República, destacando-se nomes como os de Cesina Bermudes, Ermelinda Cortesão, Maria Lamas, Maria Luísa Almeida, Maria Isabel Aboim Inglez, Irene Lisboa, Maria Emília Tito de Moraes, Manuela Porto.

♀ Publicação em França do livro de Simone de Beauvoir, *Le Deuxième Sexe*, que só vem a ser publicado em Portugal em 1976.

1950

- ♀ Sessão comemorativa, no Porto, do 15.º aniversário da Associação Feminina para a Paz, criada em 1935.
- ♀ Primeira edição da obra de Maria Lamas, *As Mulheres do Meu País*.
- ♀ Primeira mulher, presa política, a evadir-se da prisão: Georgete Oliveira Ferreira.
- ♀ Operárias têxteis da empresa Senhora da Hora, em Matosinhos, param os teares em solidariedade para com colegas suspensas e elegem uma comissão de unidade.
- ♀ Conserveiras de Vila Real de Santo António exigem o pagamento de três semanas de defeso.
- ♀ Operárias têxteis da CUF no Barreiro protestam contra as condições de trabalho.
- ♀ Corticeiras do Barreiro exigem cumprimento dos salários do CCT.
- ♀ Operárias do descasque de ostras no Seixal exigem aumento de salários.

1951

- ♀ Mulheres da tecelagem da Fábrica dos Ingleses, no Porto, paralisam o trabalho e exigem a anulação do despedimento de uma operária.
- ♀ Trabalhadoras têxteis da Fábrica de Fiação e de Tecidos de Xabregas em Lisboa, fazem greve de braços caídos por melhores condições de trabalho.
- ♀ Corticeiras da Fábrica Torres, em Faro, lutam pelas duas semanas de férias a que têm direito.
- ♀ Corticeiras da Mundet, no Seixal, protestam contra os castigos aplicados por se recusarem a fazer serão.
- ♀ A Organização Mundial do Trabalho (OIT) adopta o princípio de «salário igual para trabalho igual» com o objectivo de combater a discriminação salarial em relação às mulheres.

1952

♀ Prisão de Virgínia de Moura e publicação de uma carta de solidariedade com as mulheres portuguesas que sofriam a opressão do regime, da presidente da Federação Democrática Internacional de Mulheres (FDIM), Eugénie Cotton, no boletim da Comissão Central do Movimento Nacional Democrático Feminino (componente feminina do MND, formado na sequência da candidatura de Norton de Matos).

♀ Encerramento da Associação Feminina para a Paz, por ordem do Governo.

♀ Corticeiras da Fábrica Barreiras, no Lavradio, concentram-se junto ao sindicato e impedem despedimentos; 600 conserveiras de Setúbal organizam-se em comissão para exigir o pagamento do mês de defeso.

♀ Mulheres que trabalham na herdade do Sobral, em Beja, paralisam quando o agrário decide piorar as condições de trabalho.

♀ Na Grécia, as mulheres passam a poder votar para as eleições legislativas.

1953

- ♀ Prisão de Maria Lamas e de cerca de 50 pessoas que a esperavam no aeroporto de Lisboa, quando regressava de Copenhaga vinda de um Congresso Mundial de Mulheres promovido pela FDIM.
- ♀ Dezenas de mulheres apesar da proibição, fazem uma reunião em Lisboa para comemorar o dia 8 de Março – Dia Internacional da Mulher.
- ♀ As enfermeiras enviam ao ministro do Interior um protesto contra a proibição do casamento. A enfermeira Isaura Borges Coelho é detida.
- ♀ Operárias conserveiras da Fábrica José Pimenta, em Lagos, fazem greve por aumentos de salários.
- ♀ Costureiras dos armazéns do Chiado recusam-se a compensar os feriados com horas extraordinárias.
- ♀ Duzentas operárias da Sociedade Nacional de Cortiças concentram-se junto à gerência contra os despedimentos e elegem uma comissão que vai ao Tribunal de Trabalho.
- ♀ 1.º Congresso da Juventude Universitária Católica com grande participação de raparigas, e presidido por Maria de Lourdes Pintasilgo e Adérito Sedas Nunes.

1954

- ♀ Operárias têxteis da Fábrica Aliança no Porto protestam contra as condições de trabalho.
- ♀ Mil operárias têxteis da fábrica Areosa na Maia paralisam em solidariedade com as colegas da Fábrica Aliança.
- ♀ Duzentas trabalhadoras agrícolas de Vale do Vargo, em Serpa, exigem aumento de salários para a monda.
- ♀ Trabalhadoras agrícolas de Casais Lagarto, no Cartaxo, reunidas em concentração em praça de jorna conseguem trabalho por 10 semanas com aumento de salário.
- ♀ Publicação, em França, do livro de Françoise Sagan, *Bonjour Tristesse*, que escandalizou os sectores conservadores pela forma natural como falava da sexualidade, perspectivando um novo modelo de mulher libertada.

1955

- ♀ Corticeiras de Alhos Vedros entram em greve contra despedimentos.
- ♀ Operárias de várias empresas da Marinha Grande recusam levar obra para casa e fazer horas extraordinárias sem o aumento de 50%.

1956

- Protesto estudantil contra o Decreto-Lei n.º 40 900, que vedava o livre acesso dos/as estudantes às assembleias-gerais e o desenvolvimento de actividades por parte das associações de estudantes, desde que estas não tivessem autorização governamental.

1957

♀ Criação do GRAAL (movimento internacional de mulheres cristãs) em Portugal.

• I Congresso da Oposição Democrática em Aveiro.

1958

♀ Formação de uma Comissão de Mulheres de apoio à candidatura de Humberto Delgado, formada por Alcina Bastos, Virgínia de Moura, Isabel Aboim Inglez, Natália Correia, Maria Elvira Cortesão, Cesina Bermudes, Maria Lamas, Irene Lisboa, entre outras.

1959

♀ Nasce na Guatemala Rigoberta Menchu, a quem é atribuído em 1992 o Prémio Nobel da Paz pela sua luta em defesa dos povos indígenas.

♀ «Revolta da Sé», onde se destaca pelo seu activismo Eugénia Varela Gomes.

- A 28 de Abril, o regime do Estado Novo organiza uma manifestação de mulheres de apoio a Salazar, após o susto causado pela campanha de Humberto Delgado.

1960

♀ Chega ao mercado norte-americano a primeira pílula anticoncepcional inventada por Gregory Pincus, com o apoio financeiro de Katherine Dexter McCormick, uma das mulheres mais ricas de Chicago, que financiou a investigação desde 1952.

♀ Margaret Sanger, uma das pioneiras do movimento pela contraceção e que abre em 1921 a primeira clínica de planeamento familiar, foi a grande incentivadora desta investigação.

- Início da Guerra Colonial e criação em Portugal do Movimento Nacional Feminino, movimento apoiado pelo regime do Estado Novo, que propunha dar apoio aos soldados e suas famílias.

♀ Prisão de Albertina Diogo, primeira mulher sujeita à tortura do sono. Esteve presa durante 6 anos.

1961

♀ Manifesto político sob a forma de 13 cartas escritas por mulheres presas em Caxias: Maria Luísa Costa Dias, Albertina Diogo, Ivone Dias Lourenço, Aida Magro, Maria da Piedade Gomes dos Santos, Maria Ângela Vidal Campos, Aida Paula, Maria Alda Nogueira, Fernanda de Paiva Tomás.

♀ Publicação da *Carta a Uma Jovem Portuguesa*, de um estudante da Universidade de Coimbra, Artur Campos Marinho. A Carta transformou-se num manifesto dos estudantes de Coimbra contra o moralismo serôdio do salazarismo.

♀ Convívio académico em Coimbra com um colóquio onde é debatido o tema: «A situação da mulher portuguesa e as jovens universitárias sujeitas a hábitos preconceituosos e retrógrados».

1962

♀ Greve de fome na cantina universitária em Lisboa, tendo sido presas 90 raparigas, um número surpreendente, dado que muitas delas participavam pela primeira vez nas lutas estudantis.

♀ Prisão de Maria Eugénia Varela Gomes, acusada de ter estado envolvida no Golpe de Beja contra o regime.

♀ Manifestação no dia 8 de Março, no Porto, contra a Guerra Colonial e a repressão. Diferentes comunicados assinados por um «grupo de mulheres democratas do Norte» são dirigidos às mulheres apelando à sua mobilização.

♀ A pílula contraceptiva é pela primeira vez comercializada em Portugal, mas apenas para fins terapêuticos.

1963

♀ Publicação do livro de Betty Friedan, *A Mística da Mulher*, onde se faz a desconstrução do mito da mulher como «fada do lar». Tornou-se um dos livros mais vendidos na década de 1960.

♀ Morte de Maria Isabel Aboim Inglez, uma das mais destacadas intelectuais que lutou contra o regime do Estado Novo.

1964

- Inquérito da JUC sobre a situação e opinião dos universitários portugueses (1963/1964) que mostrou que a modernização de costumes era ainda muito limitada. Apenas 1/10 dos estudantes inquiridos considerava que as mulheres deviam ter um emprego; a maioria considerava que as mulheres só deviam trabalhar em caso de extrema necessidade. Em relação aos meios contraceptivos 46,8% inclinavam-se para os meios naturais, 32,8% não tinham opinião e apenas 15,3% consideravam que todos os meios contraceptivos eram lícitos.

1965

- Assassinato do general Humberto Delgado e da sua secretária Arajaryr Campos, cometido pela PIDE a 13 de Fevereiro.
- Onda repressiva contra os líderes estudantis das Universidades de Lisboa e Coimbra. Entre os principais dirigentes presos destacam-se os nomes de: Antonieta Coelho, Gina Azevedo, Paula Massano, Sara Amâncio, Aguinaldo Cabral, Fernando Baeta Neves, Fernando Rosas, Filipe Rosas e Luís Salgado Matos.

1966

♀ A Censura Política proíbe o livro de Natália Correia, *Antologia de Poesia Portuguesa Erótica e Satírica*. A autora é sujeita a processo judicial que culminou com a pena de três anos de prisão suspensa.

1967

- Entrada em vigor do novo Código Civil. Segundo este, a família é chefiada pelo marido, a quem compete decidir em relação à vida conjugal em comum e aos filhos.
- ♀ Realização de um ciclo de conferências sobre a situação da mulher promovido pela Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa.
- ♀ Formação da APF – Associação para o Planeamento da Família.
- ♀ Criação do Movimento de Libertação das Mulheres nos EUA como reacção ao feminismo «reformista» da NOW (National Organization of Women).

1968

- ♀ Formação do Movimento Democrático de Mulheres.
- ♀ Carta de católicas e católicos, pondo em causa a posição assumida pela hierarquia da Igreja na Encíclica *Humanae Vitae*, em relação à contracepção em que não se admitiam os meios contraceptivos que não fossem os «naturais».
- Em final de Abril, no pólo universitário de Nanterre, nos arredores de Paris, surge uma proibição de frequência das residências universitárias por raparigas e rapazes que acende o rastilho para o início da contestação estudantil que se estende a outras universidades, dando corpo ao Maio de 68 em França. Ano de agitação estudantil também em Espanha e no México. A 21 de Agosto, a União Soviética invade a Checoslováquia colocando fim a um período de instauração das liberdades, conhecido por «Primavera de Praga».
- ♀ Em Dezembro, no Instituto Superior Técnico, a sala das alunas é transformada em sala de convívio para ambos os sexos. Em comunicado afirmava-se: «Os estudantes do técnico decretam a revolução sexual e a greve com ocupação de instalações.»

1969

♀ Artigo de Elina Guimarães no *Diário de Lisboa* em que esta se afirmava como sufragista («Pela minha parte sou uma sufragista. E com muita honra», 15 /1/1969, p. 2, *Caderno da Mulher e da Criança*).

♀ II Congresso da Oposição Democrática em Aveiro com apresentação de comunicações de Elina Guimarães, Manuela Azevedo, Aida Magro e Virgínia Moura. Maria Lamas enviou uma saudação.

♀ Constituição da Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos, destacando-se os nomes de Eugénia Varela Gomes, Cecília Areosa Feio, Maria Keil, Ilse Losa, Sophia de Mello Breyner, Maria Lúcia Pulido Valente, Maria Judite Mendes, Maria Judite Mendes, Manuela Bernardino, Marta Cristina de Araújo, Maria Manuela Antunes, Maria do Carmo Tavares D'Orey, Maria Gabriela Figueiredo Ferreira, Maria Lucília Miranda dos Santos.

♀ Abaixo-assinado dinamizado pelo MDM contra a Guerra Colonial.

• Crise Académica em Coimbra que se estende à Universidade de Lisboa.

♀ A 25 de Outubro, o Decreto-Lei n.º 49 317 estabelece que as mulheres portuguesas passam a poder transpor a fronteira, sem autorização do marido.

♀ Revolta de *Stonewall* a 28 de Junho, por parte da comunidade *gay*/lésbica como protesto contra as rusgas policiais.

1970

- ♀ A feminista Kate Millet escreve o livro *Sexual Politics*, chamando a atenção para a reprodução do patriarcado através da família e da cultura.
- ♀ Manifestação feminista em Nova Iorque pelo Movimento de Libertação das Mulheres (*Women's Lib*).
- ♀ Em França, em 26 de Agosto, as feministas depositam uma coroa de flores no túmulo do soldado desconhecido, dedicando-a «à mulher desconhecida do soldado desconhecido» numa clara alusão à invisibilidade das mulheres na História. Foi a primeira acção com impacto mediático do novo movimento de mulheres de segunda vaga em França: o Movimento de Libertação das Mulheres.
- ♀ Publicação do livro, *Sisterhood is Powerful*, de Robin Morgan.
- ♀ Em Portugal, é criado um grupo de trabalho para a participação da mulher na vida económica e social, sob a direcção da engenheira Maria de Lourdes Pintasilgo.
- ♀ Apresentação de uma lista paritária, encabeçada por uma mulher: Maria da Glória Ramalho, às eleições para a Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências de Lisboa, facto inédito na época em que as direcções de estudantes eram dominadas pelos rapazes.
- ♀ MDM lança campanha pela libertação de Ângela Davis, lutadora pelos direitos dos negros e das mulheres.

1971

- ♀ Manifestação feminista em Paris. Publicação do primeiro número do jornal feminista *Torchon Brûle*.
- ♀ A 5 de Abril, o *Nouvel Observateur* publica a lista de 343 mulheres de renome que tiveram a coragem de assinar o manifesto: «Eu abortei.»
- ♀ É criado o primeiro refúgio para mulheres maltratadas, em Inglaterra.

1972

♀ Publicação das *Novas Cartas Portuguesas*. Apreensão do livro pela PIDE e início de um processo de julgamento que se prolonga até Maio de 1974.

♀ Artigo de Antónia de Sousa no suplemento *Presença da Mulher* do jornal *República*, de 10 Abril, sobre os congressos feministas promovidos pelo Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas na década de 1920 (1924 e 1928).

- Vigília na Capela do Rato contra a Guerra Colonial, a 31 de Dezembro.

1973

♀ Movimento internacional de solidariedade feminista com as três autoras das *Novas Cartas Potuguesas*: Maria Teresa Horta, Maria Isabel Barreno e Maria Velho da Costa. Diversas acções marcam esta solidariedade: Carta dirigida à Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, assinada por feministas de renome. Abaixo-assinado de 65 escritoras e escritores norte-americanos de protesto contra o julgamento das três escritoras. Manifestação de solidariedade em Paris, em frente à Notre Dame. Acções junto das embaixadas portuguesas em diversos países.

♀ Publicação do livro *Our Bodies, Ourselves*, em que se defende que as mulheres devem conhecer melhor o seu corpo. Este livro torna-se um *bestseller*. Trata-se de uma obra do colectivo pela saúde das mulheres de Boston, um dos primeiros grupos de «auto-ajuda» a serem formados (1969). Este livro nunca foi publicado em Portugal.

♀ III Congresso da Oposição Democrática em Aveiro. Maria Barroso foi a única mulher que falou na sessão de abertura e Virgínia Moura faz o discurso de encerramento do congresso.

♀ Primeiro Encontro Nacional do MDM realizado na Cova da Piedade com a participação de 250 mulheres.

♀ A feminista Juliet Mitchell publica o livro *Woman's Estate*.

1974

- 25 de Abril – Derrube da ditadura e instauração de um regime democrático em Portugal. As mulheres soltam os gestos e as palavras e participam nos movimentos sociais que despertam por todo o país. Abrem espaço para a consignação dos seus direitos nas leis do país.

- ♀ Publicação em Inglaterra do livro de Erin Pizzey que denuncia a violência doméstica: *Scream Quietly, or the Neighbours Will Hear*.

- ♀ A feminista Shulamith Firestone publica o livro *The Dialectic of Sex*.

1975

♀ Ano Internacional das Mulheres declarado pela ONU como o início da Década da Mulher (1975-1985). Conferência das Nações Unidas sobre Direitos das Mulheres no México.

♀ Maria de Lurdes Pintasilgo é nomeada embaixadora de Portugal na UNESCO.

♀ O Movimento de Libertação das Mulheres (MLM) organiza uma acção simbólica no Parque Eduardo VII que acaba por ser mal recebida por alguns órgãos de comunicação social, despertando atitudes provocatórias entre os muitos homens presentes nesse dia (13 de Janeiro).

♀ Publicação do primeiro livro sobre o aborto, *Aborto, Direito ao Nosso Corpo*, da autoria de Maria Teresa Horta, Célia Metrass e Helena Sá Medeiros, activistas do MLM.

♀ Lançamento do MCALG (Movimento para a Contracepção e Aborto Livre e Gratuito) através de uma conferência de imprensa onde participaram: Madalena Barbosa, Clara Meneres, Maria José Paixão, Lia Viegas e o médico João Cabral Fernandes.

♀ Semana internacional sobre os problemas da mulher, organizada pelo MCALG com a participação de médicos e sociólogos durante a qual as questões do aborto são abordadas. Estiveram presentes delegações de diversos países: Espanha, França, Itália, Alemanha, Suíça, Luxemburgo, Holanda, Bélgica e Áustria (de 27 de Julho a 4 de Agosto).

♀ Surge em Madrid a Asociación Universitaria para El Estudio de los Problemas de la Mujer.

1976

♀ Em Maio a escritora e jornalista francesa Bénoite Groult profere três conferências em Portugal sobre «Educação e Sexismo» (11 de Maio).

♀ Formação da UMAR, a 12 de Setembro, através de um encontro de mulheres no Instituto Superior Técnico. Edita, a partir de Abril de 1978, a revista *Mulher D'Abril*.

♀ Reportagem de Maria Antónia Palla e de Antónia de Sousa sobre o aborto, no programa *Nome-Mulher*.

♀ A feminista inglesa Sheila Rowbotham publica uma das suas principais obras, *Hidden from History*.

1977

♀ Formação da Cooperativa Editorial de Mulheres e do Centro Informação/Documentação Mulheres (IDM), o primeiro centro de documentação feminista existente no país, cujo espólio se encontra actualmente no Centro de Documentação e Arquivo Feminista Elina Guimarães organizado pela UMAR.

1978

- ♀ Manifestação da UMAR no Porto contra o tráfico de mulheres. Entrega de abaixo-assinado no Governo Civil.
- ♀ Formação do Grupo Autónomo de Mulheres do Porto (GAMP). Editava o boletim *Situação da Mulher*.
- ♀ Seminários sobre a situação da mulher portuguesa promovidos pelo Instituto de Formação Social e do Trabalho, coordenados por Bertina Sousa Gomes da Comissão da Condição Feminina: «A imagem da mulher na lei portuguesa» (Leonor Beleza); «As mulheres e a família» (Albertina Costa); «A mulher e a sexualidade» (Maria Belo); «Ideologia da maternidade e contradições actuais» (Maria Isabel Barreno); «Lutas das mulheres e feminismo» (Maria Isabel Barreno).
- ♀ Em Setembro, Júlia Abrantes de Corgas morre na sequência de um aborto, ao ingerir permanganato para interromper a gravidez. Operária com 22 anos, residente em Gaia, deixou três filhos com 6, 3 e 2 anos de idade.
- ♀ Publicação no primeiro número da revista *Mulheres* de uma entrevista exclusiva com Ângela Davis, activista pelos direitos dos negros e das mulheres nos Estados Unidos.

1979

♀ Maria de Lourdes Pintasilgo toma posse como primeira-ministra, única mulher a assumir tal cargo em Portugal até à actualidade. Do seu elenco governamental faziam parte duas mulheres: Teresa Santa Clara Gomes e Gabriela Salgueiro, como secretárias de Estado.

♀ Publicação em Portugal do livro de Virginia Woolf do livro *Um Quarto que Seja Seu*, pela editora Veja. Prefácio de Maria Isabel Barreno.

♀ Simone Veil é eleita presidente do Parlamento Europeu, a primeira mulher a desempenhar esse cargo.

♀ Formação do Grupo de Mulheres da Associação Académica de Coimbra. Editava o boletim *Da Mulher*.

♀ Formação da CNAC – Campanha Nacional pelo Aborto e Contracepção que integrava as seguintes associações: MLM, IDM, UMAR, GAMP, Grupo de Mulheres da Associação de Coimbra, assim como activistas a título pessoal.

♀ Julgamento e absolvição de Maria Antónia Palla pela realização da reportagem sobre o aborto na RTP em Maio de 1976.

♀ Julgamento de Conceição Massano acusada de ter praticado um aborto. Concentração de solidariedade da CNAC junto do Tribunal da Boa-Hora em Lisboa.

♀ Lançamento do folheto da UMAR: «Lei do aborto, as mulheres acusam.»

♀ Surge a primeira posição oficial contra a mutilação genital feminina por parte da Organização Mundial de Saúde, num colóquio realizado em Cartum.

♀ Primeiro Congresso das Trabalhadoras do Serviço Doméstico que tinham formado o seu sindicato após o 25 de Abril.

♀ Realização da Conferência Sindical Nacional das Mulheres Trabalhadoras.

♀ 8 de Março – Primeira iniciativa conjunta de associações de mulheres no ARCO (MLM, UMAR; APF, MDM) com exposições e debates onde

participaram: Teresa Beleza, Maria Antónia Palla, Dina Duarte, Isabel Barreno, Isabel Pereira dos Santos.

♀ «Sábados CLAC sobre a Mulher» organizados pelo Clube de Amigos da Comuna com a colaboração do MDM, UMAR, GRAAL e Associação Ninho. Todos os domingos à noite eram projectados filmes sobre as mulheres. Nos debates participaram Maria João Seixas, Isabel Barreno, Madalena Barbosa, Maria Belo, Simone de Oliveira, Tété, Etelvina Lopes de Almeida, Isabel Romão, Leonor Beleza, Edith Soeiro, Luísa Neto Jorge, Natália Pais, Noémia Delgado, Maria Keil, Ermelinda Guinote, Isabel Romão, Adelaide Pinto Correia, entre outras.

♀ Colóquios da Delegação Regional de Lisboa da APF durante os meses de Novembro e Dezembro sobre: «Planeamento Familiar, opção consciente», com a participação de Natália Caldas, Nuno Miguel e Silveira Campos (A sexualidade no ciclo de vida); Allen Gomes, Silveira Nunes e Júlio Gonçalves (Problemas da sexualidade); Maria Belo, Isabel Pereira dos Santos e Madalena Neto (Aborto: aspectos sociais, políticos e psicológicos); Antónia Fiadeiro, Luís Moita e José Carlos Ferreira de Almeida (Planeamento familiar: aspectos sociais, culturais e religiosos).

♀ A feminista Anabel Gonzalez publica o livro *El Feminismo en España, Hoy*.

1980

- ♀ Criada a «Rede de Mulheres», iniciativa que teve como principal impulsionadora a engenheira Maria de Lourdes Pintasilgo.
- ♀ Conferência das Nações Unidas em Copenhaga, de 14 a 30 de Julho, para avaliar os resultados da primeira metade da «Década da Mulher» (1975-1985).
- ♀ Primeiro Congresso do MDM a 14 de Abril.

1981

♀ Conferência Internacional sobre Mulheres Maltratadas em Bruxelas (13 a 15 de Fevereiro).

♀ É editado em Portugal o livro *Os Novos Feminismos*, de Maria de Lourdes Pintasilgo.

♀ Neste mesmo ano são publicadas as seguintes obras por editores portugueses: *A Força das Coisas*, de Simone de Beauvoir, *Numa Segunda-feira de Certeza*, de Nadine Gordimer, *O Silêncio*, de Teolinda Gersão e *Percursos*, de Wanda Ramos.

♀ Visita de da escritora Marguerite Yourcenar a Portugal. Profere conferência na Fundação Calouste Gulbenkian. Foi a primeira escritora a ser admitida na Academia Francesa em 345 anos de História.

1982

♀ Acção da CNAC dentro da Assembleia da República com mulheres envergando camisolas a dizer: «Nós abortámos», quando do debate parlamentar sobre o aborto a 11 de Novembro.

♀ Primeiro número da revista *Lua*, editada pelo IDM.

♀ Formação do Grupo de Mulheres do Porto, que edita a revista feminista *Artemísia* em 1983.

1983

♀ Encontro Feminista em Vilar do Paraíso (Gaia) organizado pelo Grupo de Mulheres do Porto (5 a 9 de Outubro).

♀ Falecimento de Maria Lamas, uma vida dedicada à defesa dos direitos das mulheres, ao jornalismo e à oposição ao Estado Novo.

1984

♀ Aprovação da Lei 6/84 de exclusão de ilicitude em alguns casos de interrupção da gravidez: má formação do feto, perigo de vida para a mulher ou situação de violação. Esta lei não acabou com os abortos clandestinos, dado que não reconhecia a interrupção da gravidez por decisão da mulher.

1985

♀ Dois grandes colóquios multidisciplinares que constituíram uma referência nos Estudos sobre as Mulheres acontecem neste ano: a 4, 5 e 6 de Fevereiro, no Instituto de Ciências Sociais em Lisboa, «Mulheres em Portugal»; e de 20 a 22 de Março, na Universidade de Coimbra, «A mulher na sociedade portuguesa».

♀ Formação da Associação Portuguesa de Mulheres Empresárias.

♀ Conferência das Nações Unidas em Nairobi, de 15 a 26 de Julho, para encerrar a Década da Mulher.

♀ O MDM organiza um colóquio, a 25 de Maio, sobre «a Década da Nações Unidas para as Mulheres».

1986

- ♀ A 14 de Abril, Simone de Beauvoir morre em Paris. Mulheres de todo o mundo acompanham-na até ao cemitério de Montparnasse. Cinco mil pessoas anónimas juntam-se ao cortejo fúnebre.
- ♀ Maria de Lourdes Pintasilgo candidata-se à Presidência da República.
- ♀ Formação da Liga dos Direitos das Mulheres (LDM).

1987

♀ Seminário sobre a violência contra as mulheres, organizado pelo IDM em Lisboa (Monumento das Descobertas), com a colaboração da Coordenadora Europeia de Mulheres. Primeira iniciativa, em Portugal, sobre este tema.

♀ Formação da Coordenadora Nacional das Mulheres pelas seguintes associações: Liga dos Direitos das Mulheres, Cooperativa Editorial de Mulheres/IDM, UMAR, MDM, Grupo Ser Mulher e Grupo de Mulheres de Lourosa) que subscreve o manifesto: «O voto das mulheres deve dar lugar à voz das mulheres.» Esta coordenadora estava ligada à Coordenadora Europeia de Mulheres, teve diversas iniciativas, mas extingue-se em 1993.

1988

♀ A Coordenadora Nacional de Mulheres apresenta aos grupos parlamentares um projecto de lei sobre o Estatuto das Associações de Mulheres, que é debatido no dia 8 de Março deste ano.

♀ Tribunal de Opinião sobre a violência contra as mulheres organizado pelo MDM.

1989

♀ Debate sobre «Feminismo – finais do século xx, princípio do século XXI», organizado pela Liga Portuguesa dos Direitos das Mulheres com a participação de Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta, Luísa Amorim, Maria José Paixão, Maria do Céu Guerra, Teresa Ambrósio, Natália Correia, Zita Seabra, Maria Antónia Fiadeiro, Maria Antónia Palla e Antónia de Sousa.

♀ Seminário sobre «Assédio sexual nos locais de trabalho», organizado pelas Organizações Não-Governamentais de Mulheres do Conselho Consultivo da CIDM. É a primeira vez que este tema é debatido em Portugal.

♀ Parlamento Alternativo Europeu de Mulheres, organizado pelo MDM com o apoio da FDIM (Federação Democrática Internacional das Mulheres).

♀ Formação da Associação Portuguesa de Mulheres Juristas (APMJ).

1990

♀ Encerramento da revista *Mulheres*. Em carta enviada às leitoras, a sua directora, na altura, Helena Neves considerava que o encerramento da revista constituía «uma derrota para o movimento de mulheres».

1991

♀ Formação da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres (APEM).

♀ Primeira lei portuguesa que garante apoio às mulheres vítimas de violência (Lei 61/91, de 13 de Agosto).

1992

♀ A jornalista norte-americana publica o livro *Backlash*, uma denúncia dos ataques ao feminismo.

♀ Cimeira Europeia em Atenas sobre «Mulheres e Poder». Aprovação da «Declaração de Atenas».

♀ Lançamento de *Au Pouvoir Citoyennes, Liberté, Égalité, Parité*, que lança em França o debate sobre a paridade. O livro foi publicado por Françoise Gaspard, Claude Schreiber e Anne Le Gall.

1993

- ♀ Formação da Associação de Mulheres contra a Violência (AMCV).
- ♀ Morte da escritora Natália Correia, uma das mulheres mais marcantes do século xx em Portugal, pela sua obra, pela sua irreverência e pela sua intervenção cidadã na área da cultura e da política.
- ♀ Declaração de Viena para a eliminação de todas as formas de violência contra as mulheres (Res. 48/104).

1994

♀ Parlamento Paritário organizado na sala do Senado da Assembleia da República por iniciativa das deputadas Maria Belo, Margarida Salema e Maria Santos.

♀ UMAR lança campanha «Mulheres na decisão política», com *spot* na televisão, folhetos e cartazes.

1995

- ♀ Abertura em Portugal do primeiro Mestrado em Estudos sobre as Mulheres, na Universidade Aberta.
- ♀ Primeiro estudo português sobre violência contra as mulheres, mediante um protocolo entre a Universidade Nova e a CIDM.
- ♀ Conferência das Nações Unidas sobre Direitos das Mulheres em Pequim.

1996

♀ Publicação do livro *Divórcio em Portugal: Ditos e Interditos*, da autoria de Anália Torres, um dos primeiros trabalhos de investigação sobre o divórcio.

♀ A historiadora Joan Scott publica o livro *Feminism and History*. Em versão castelhana é publicado o importante livro de Sandra Harding, *Ciencia y Feminismo*.

1997

♀ Início da campanha Europeia «Violência contra as Mulheres: tolerância zero».

♀ A 8 de Março morre Lizete Moreira, do bairro de Aldoar do Porto, por ter praticado um aborto. A 10 de Março a UMAR organiza uma conferência de imprensa de denúncia desta situação e a 13 de Março, as deputadas Helena Roseta e Odete Santos apresentam um voto de pesar no Parlamento.

♀ Primeira Conferência de Trabalhadoras do Sexo na Índia, de 14 a 16 de Novembro, com aprovação de um manifesto.

1998

♀ A 26 de Novembro, a filósofa e feminista francesa Sylviane Agacinski profere uma conferência em Portugal a propósito do seu livro *A Política dos Sexos*, no Instituto Franco-Português.

♀ Primeiro referendo sobre o aborto em Portugal, a 28 de Junho, com um elevado nível de abstenção e com a vitória do Não à despenalização do aborto.

♀ A 5 e 6 de Dezembro, a UMAR realiza um seminário sobre «O movimento feminista em Portugal», no Auditório do Montepio Geral, em Lisboa.

1999

- ♀ I Plano Nacional contra a Violência Doméstica (1999/2002).
- ♀ Colóquio organizado pelas Faces de Eva sobre Leonor da Fonseca Pimentel.
- ♀ Teresa Pizarro Beleza introduz uma cadeira na licenciatura de Direito da Universidade Nova de Lisboa, sobre Direitos das Mulheres e Igualdade Social.

2000

♀ Violência contra as mulheres passa a ser considerada crime público (Lei 7/2000, de 27 de Maio).

♀ Regulamentação da Lei 107/99, de 3 de Agosto, que cria a rede pública de casas de abrigo para mulheres vítimas de violência.

♀ Marcha mundial de mulheres contra a pobreza e a violência, com iniciativas em 159 países, manifestação a 17 de Outubro em Nova Iorque e a 7 de Outubro em Portugal.

2001

♀ Julgamento por aborto de 17 mulheres no tribunal da Maia, da enfermeira parteira, de um técnico de serviço social e de outras pessoas consideradas arguidas. Tratou-se de um megajulgamento que em muito sensibilizou a opinião pública no sentido da alteração da lei para despenalização do aborto.

2002

♀ A jornalista Sofia Branco publica no jornal *Público*, a 4 de Agosto, um *dossier* sobre a mutilação genital feminina na comunidade guineense em Portugal.

2003

- ♀ Seminário da UMAR, em colaboração com a APEM, sobre «os feminismos no nosso tempo», na FPCE – Universidade do Porto.
- ♀ Marcha em Paris, no dia 8 de Março, das mulheres dos bairros pela igualdade e contra o gueto, promovida pela Associação Ni Putes, Ni Soumisses.
- ♀ Participação da UMAR na Assembleia de Mulheres do Fórum Social Europeu em Paris.
- ♀ Julgamento em Dezembro, no Tribunal de Aveiro, de sete mulheres acusadas de terem abortado.

2004

- ♀ Seminário evocativo do I Congresso Feminista e da Educação, promovido por um conjunto de núcleos universitários e de associações de mulheres.
- ♀ UMAR cria Observatório das Mulheres Assassinadas (OMA).
- ♀ Entrega na Assembleia da República de uma petição de 120 000 assinaturas exigindo um novo referendo sobre o aborto.
- ♀ Julgamento no tribunal de Setúbal de duas mulheres pela prática de aborto e da enfermeira-parteira.

2005

♀ Abertura do Mestrado em Educação e Género, na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.

2006

♀ Pela primeira vez em Portugal, duas mulheres: Teresa Pires e Helena Paixão apresentam-se na 7.^a Conservatória do Registo Civil de Lisboa para casarem, pretensão que foi indeferida.

♀ A 30 de Março é aprovada a Lei da Paridade com os votos a favor do BE e do PS e os votos contra do PCP, do PSD e do CDS.

♀ Relatório do Fundo das Nações Unidas para a População que afirma que as mulheres são metade dos 191 milhões de migrantes e que a esmagadora maioria tem falta de direitos e é vítima de escravidão ou de tráfico.

2007

♀ Vitória do SIM à despenalização do aborto no referendo de 11 de Fevereiro, após uma luta de três décadas que partiu da iniciativa dos primeiros grupos e associações feministas da década de 1970 em Portugal.

♀ Abertura do Mestrado em Estudos Feministas na Universidade de Coimbra.

♀ A UMAR decide organizar um Congresso Feminista, 80 anos após o último Congresso Feminista realizado em Portugal, convidando um leque muito alargado de pessoas para a Comissão Promotora. Esta iniciativa vem-se a realizar, a 26, 27 e 28 de Junho de 2008, na Fundação Calouste Gulbenkian e na Faculdade de Belas-Artes em Lisboa.

ANEXOS

Entrevistas

Nesta investigação foram realizadas 34 entrevistas:

Albertina Diogo, militante comunista, presa durante seis anos, primeira mulher a sofrer a tortura do sono à mão da PIDE e que viveu longos anos na clandestinidade.

Ana Campos, médica ginecologista e feminista participante na luta pela despenalização do aborto desde a década de 1970.

Ana Monteiro, mestra em estudos sobre as mulheres pela Universidade Aberta.

Ana Vicente, investigadora em estudos sobre as mulheres. Foi presidente da Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres de 1992-1996.

Carlos Barbosa, investigador na Universidade do Minho.

Carmem Queiroz, imigrante, membro da direcção da Solidariedade Imigrante

Clarisse Canha, activista católica nos anos 60, na Madeira.

Conceição Nogueira, doutorada em Psicologia Social, professora da Universidade do Minho, investigadora.

Domicília Costa, militante comunista vivendo na clandestinidade entre os 7 e os 24 anos.

Duarte Vilar, director executivo da Associação para o Planeamento da Família.

Eduarda Ferreira, membro do Clube Safo.

Elisabete Brasil, jurista, presidente, na altura da entrevista, da UMAR (União de Mulheres Alternativa e Resposta).

Fina D'Armada, historiadora feminista e mestre em Estudos sobre as

Mulheres.

Helena Neves, professora universitária, foi directora da revista *Mulheres* e dirigente do MDM, na década de 1980.

Irene Pimentel, doutorada em História Contemporânea, investigadora do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa.

Isabel Cruz, mestre em Estudos sobre as Mulheres, dirigente da Associação Mulheres e Desporto e da APEM (Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres).

Joana Lopes, dirigente do movimento católico nos anos 60.

Lia Viegas, advogada de defesa no julgamento de Maria Antónia Palla, deu apoio gratuito a centenas de mulheres nos anos 70 e 80.

Luísa Corvo, investigadora em Biotecnologias da Saúde, doutorada em Bio-Farmácia. Dirigente da ILGA e do grupo de intervenção e reflexão sobre o Lesbianismo (GIRL).

Manuela Góis, professora, activista estudantil nos inícios dos anos 70, participante na vigília da Capela do Rato contra a Guerra Colonial em 1972.

Maria Alzira Lemos, feminista, membro da Assembleia Constituinte em 1975, deputada pelo Partido Socialista, técnica da então Comissão da Condição Feminina.

Maria Antónia Fiadeiro, jornalista, feminista, mestre em estudos sobre as mulheres.

Maria Antónia Palla, jornalista, feminista, uma das pioneiras da luta pela despenalização do aborto.

Maria do Céu Cunha Rego, jurista, foi secretária de Estado para a Igualdade e presidente da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.

Maria José Magalhães, feminista desde a década de 1970, doutorada em Ciências da Educação, FPCE, Universidade do Porto.

Maria Teresa Horta, escritora, co-autora das *Novas Cartas Portuguesas*, feminista, uma das principais fundadoras do MLM (Movimento de Libertação das Mulheres).

Medina Quarkhanova, imigrante, membro da direcção da Associação

Solidariedade Imigrante.

Regina Marques, professora na Escola Superior de Educação de Setúbal, dirigente do MDM (Movimento Democrático de Mulheres).

Sara Amâncio, professora universitária, dirigente estudantil na década de 1960, presa política.

Sérgio Vitorino, dirigente do grupo de intervenção LGBT, Panteras Rosa.

Sofia Neves, investigadora, doutorada em Psicologia Social pela Universidade do Minho.

Teresa Almeida, professora universitária, feminista.

Teresa Cunha, presidente da AJP (Acção Justiça e Paz)

Virgínia Ferreira, doutorada em Sociologia, professora universitária, investigadora no CES (Centro de Estudos Sociais) da Universidade de Coimbra.

Listas para as direcções das associações de estudantes nas décadas de 1960 e de 1970

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Ano/lista	Mulheres – Direcção da AAC	Mulheres – MAG	Mulheres – Conselho Fiscal	% de Mulheres
1959/60	Maria Manuela Formigal	Nenhuma	Nenhuma	7%
1960/61 (lista CR) a)	Maria Fernanda Afonso Dias	Nenhuma	Nenhuma	7%
1960/61 b)	Eliana Gersão c)			
1962/63 (CR) d)	Maria Margarida Lucas	Nenhuma	Nenhuma	7%
1962/63 e)	M. ^a Manuel Oliveira Albuquerque	Nenhuma	Nenhuma	7%
1963/64 (lista CR)	Maria Margarida Jorge f)	Ana G. Canha	Margarida Campos	21%
1963/64 (LIA) g)	Madalena Teles Marques	Nenhuma	Maria de Lurdes Neto	14%

1964/65 (Lista CCR) h)	Maria da Graça Silva Pestana	Nenhuma	Nenhuma	7%
1964/65 (L.R.A.) i)	Isabel Matos Pessoa j)	Gabriela Monteiro	Nenhuma	14%
1968/1969 (Lista CR) k)	Maria Fernanda Bernarda	Maria de Fátima Saraiva	Nenhuma	14%
1968/69 (Lista MRR) l)	Maria Cecília Delgado Filipe de Oliveira	Nenhuma	Nenhuma	7%
1970/71 (Lista Mov. Est).	Octávia Guimarães	Nenhuma	Nenhuma	7%

a) List sem first Académica.

h) Lista de Colaboradores e do Conselho da República.

i) Lista do Reencontro Académico.

j) Vice-presidente do Conselho Feminino.

k) Lista encabeçada por Alberto Martins e Celso Cruzeiro.

l) Lista de direita do Movimento Renovação e Reforma, encabeçada por Manuel Cavalheiro Brandão.

FACULDADES DE LISBOA

Faculdade/Ano /Lista	Mulheres – candidatas à Direcção	Mulheres – MAG	Mulheres Conselho Fiscal	% de Mulheres
ISCEF – 1970 – Lista liderada por António Peres	Nenhuma	Maria do Rosário Léus Teresa Sousa	Nenhuma	14%
ISCEF – 1971 – Lista A liderada por Ferro Rodrigues	Isabel Patrocínio (Tesoureira)	–	–	14%
ISCEF – 1971 Lista B liderada por Ant. Basto Gouveia	Maria Helena Cordeiro (Vice-presidente)	–	–	14%
ISCEF – 1972	Maria Lurdes Gonzalez	Marilyn		

Lista A «Por um ensino popular»	Maria Elisa Rodrigues Ana Margarida Magalhães	Mascarenhas Luísa Ribeiro	Irene Rocha	40%
ISCEF – 1972 Lista B «Todo o poder aos cursos» a)	–	Nenhuma	–	0%
ISCEF – 1972 Lista C «Por uma associação para todos os estudantes» b)	Nenhuma	–	–	0%
Fac. de Ciências 1968 – Lista «Entre um estudante novo e uma universidade nova»	Teresa da Costa Cabral Galvão Violante dos Reis Saramago	Maria Cecília Miraldes Pintassilgo	Nenhuma	17%
Fac. de Ciências 1969 – Lista «Unidade Estudantil»	Maria da Glória Ramalho	Olga Moura	Maria Lucília Carvalho	17%
Fac. de Ciências 1970 – Lista «Por uma Universidade Popular»	Glória Ramalho (Presidente) Olga Moura Maria da Graça Pestana Margarida Martins da Graça Maria do Rosário Cardoso Simões	Maria Julieta Alonso Antão	Elsa Frias de Barros	41% Na direcção as mulheres candidatas eram 50%
Fac. de Direito – 1968 – Lista liderada por Manuel Roque	Nenhuma	–	–	0%
Fac. de Direito 1969 – Lista liderada por Miguel L. Antunes	Nenhuma	–	–	0%
Fac. de Direito 1970	Fátima Fernandes Teresa Sampaio	-	-	28%

b) Esta lista composta por Paulo Bárcia, Francisco Cordovil, Eduardo Ferro Rodrigues e Francisco Soares, só concorre à Mesa da Assembleia-Geral.

Quando não se encontraram os nomes dos restantes órgãos sociais o respectivo espaço está preenchido com um traço

INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO A ALUNAS E ALUNOS DO 12.º ANO DAS ESCOLAS DE ALMADA E VISEU

Inquérito por Questionário

Aplicação – alunos/as do 12.º ano

Sexo

Idade

Curso

Estabelecimento de ensino

Residência:

5.1 Concelho

5.2 Freguesia

Local do nascimento:

6.1 Concelho.....

6.2 Freguesia.....

Profissão dos pais e nível de escolaridade

Pai –

7.1.1 Profissão

7.1.2 – Nível de escolaridade

Mãe –

7.2.1 Profissão

7.2.2 – Nível de escolaridade

O termo **feminismo** faz-lhe lembrar:

(escolha apenas uma das seguintes frases)

8.1 Luta pelos direitos das mulheres

8.2 Luta contra os homens

8.3 Luta pelos direitos humanos

8.4 Luta ultrapassada

Considera que os homens podem ser feministas?

9.1 SIM

9.2 NÃO

Considera-se feminista?

10.1 SIM

10.2 NÃO

Já participou em debates sobre os direitos das mulheres?

11.1 SIM

11.2 NÃO

Já alguma vez participou em actividades ou debates sobre direitos sexuais e reprodutivos?

12.1 SIM

12.2 NÃO

13. Já alguma vez sentiu necessidade de esclarecimento/apoio técnico por serviços especializados sobre a sua sexualidade?

13.1 SIM

13.2 NÃO

14. No caso de já ter tido relacionamento sexual e relativamente aos seguintes métodos contraceptivos, indique quais os que utilizou ou admite vir a utilizar.

	Utilizou	Não utilizou, mas admite vir a utilizar	Não utilizou e não admite vir a utilizar	Não sei	Não respondo
14.1 Pílula					
14.2 Preservativo					

14.3 Diafragma					
14.4 Cones/espuma					
14.5 Coito interrompido					
14.6 Método das temperaturas					

15. Em relação às seguintes ocupações fora da escola diga se as faz regularmente, ocasionalmente, raramente ou nunca.

	Prática regular	Prática ocasional	Raramente	Nunca	Não sei	Não respondo
15.1 Ouvir música						
15.2 Ver televisão						
15.3 Internet						
15.4 Praticar desporto						
15.5 Ir ao cinema						
15.6 Ir ao teatro						
15.7 Ir a concertos de música clássica						
15.8 Ir a concertos de música moderna						
15.9 Fazer comida						
15.10 Passear						
15.11 Ir à discoteca ou a bares						
15.12 Visitar museus ou exposições						
15.13 Assistir a jogos de futebol						

15.14 Ir a centros comerciais						
15.15 Ler livros sem ser de estudo						
15.16 Apoiar nas tarefas de casa						
15.17 Ler jornais						
15.18 Ler revistas						
15.19 Sair com amigos (as)						
15.20 Ir a associações recreativas, culturais...						
15.21 Fazer compras para a casa						
15.22 Tocar ou dançar em grupo musical						
15.23 Fazer trabalhos de bricolage						
15.24 Cuidar de irmãos ou de avós						
15.25 Ir a casa de amigos						
15.26 Fazer teatro amador						
15.27 Fazer fotografia/vídeo						

16. Preencha o seguinte quadro, colocando uma cruz nas questões sobre as quais tende a concordar ou a discordar:

	Tendo a concordar	Tendo a discordar	Não respondo	Não sei
16.1 Homens e mulheres alcançam de igual forma uma carreira profissional.				
16.2 Homens e mulheres devem partilhar tarefas domésticas.				
16.3 Uma mulher deve poder decidir interromper uma gravidez que não				

deseja.				
16.4 Na prática mulheres e homens têm iguais direitos.				
16.5 As discriminações em função do sexo persistem, apesar dos avanços.				
16.6 Na família, o ideal é uma mulher ter uma actividade profissional menos absorvente do que a do homem de modo a assegurar o essencial no cuidado com os filhos.				
16.7 O feminismo é uma corrente de pensamento ultrapassada.				
16.8 A vida das mulheres distingue-se da dos homens por ser mais sobrecarregada com múltiplas tarefas: cuidar dos filhos, dos idosos.				
16.9 Apesar da igualdade na lei, persistem desigualdades entre homens e mulheres.				
16.10 Por natureza as mulheres estão mais vocacionadas para as tarefas familiares.				
16.11 Só trabalhando fora de casa as mulheres são verdadeiramente independentes.				
16.12 Há menos mulheres nos lugares de decisão porque elas são menos competentes.				
16.13 Existem obstáculos à maior participação das mulheres na política.				
16.14 A violência sobre as mulheres atinge apenas os sectores mais pobres da população.				
16.15 As mulheres devem desculpar os maus-tratos se os homens têm problemas ou estão embriagados.				
16.16 O feminismo ainda se justifica nos tempos actuais.				
16.17 Deve deixar de constituir crime o aborto realizado nas primeiras dez semanas, com consentimento da mulher, em estabelecimento legal de saúde.				
16.18 Rapazes e raparigas têm iguais oportunidades no mercado de trabalho.				

16.19 A educação sexual tem sido implementada nas escolas.				
16.20 Os direitos sexuais e reprodutivos são direitos humanos.				
16.21 Os movimentos de mulheres não têm razão de ser na sociedade actual.				
16.22 A paridade de ambos os sexos no poder político é um requisito da democracia.				

Considere as seguintes situações:

17. Imagine-se casado(a) e já com filhos (as) pequenos (as)

17.1 No caso de ser homem

Aceitaria assumir os principais cuidados com o seu filho (a) nos primeiros meses após o nascimento?

17.1.1 SIM..... 17.1.2 NÃO.....

17.2 No caso de ser mulher

Aceitaria que o pai do seu filho (a) assumisse os principais cuidados com a criança nos primeiros meses após o nascimento?

17.2.1 SIM..... 17.2.2 NÃO.....

18. Imaginando uma situação daqui a alguns anos

18.1 Supondo que estava a trabalhar e que lhe ofereciam a mesma remuneração para ficar em casa, abandonaria o seu trabalho?

18.1.1 SIM..... 18.1.2 NÃO.....

18.2 Estaria disponível para se candidatar a um cargo político?

18.2.1 SIM..... 18.2.2 NÃO.....

19. Participa regularmente em actividades associativas, sindicais,
comunitárias ou políticas ?

20.1 SIM..... 20.2 NÃO.....

Muito obrigada pela sua colaboração

Bibliografia

ABBOTT, Pamela, WALLACE, Claire (1990), *An Introduction to Sociology. Feminist perspectives*, Londres, Routledge.

ABOIM, Sofia (2006), *Conjugalidades em mudança*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

ABRANCHES, Graça, FERREIRA, Virgínia (1986), «O debate sobre o aborto e a ortopedia discursiva da sexualidade», in *Análise Social*, vol. XXII (92-93), pp. 477-492.

ABRANCHES, Maria (2005), «Mulheres Muçulmanas em Portugal: formas de adaptação entre múltiplas referências», in *Imigração e Etnicidade: Vivências e Trajectórias das Mulheres em Portugal*, Lisboa, SOS Racismo, pp. 149-179.

ADÁN, Carme (2003), *Feminismo y Conocimiento: Da experiencia de las mujeres ao ciborg*, Coruña, Galiza, Editions Espiral Maior Universitas.

AGACINSKI, Sylviane (1998), *Politique des Sexes*, Paris, Éditions du Seuil.

ALÃO, Ana Paula (1996), «Amor e sexualidade: mudança de comportamentos», in REIS, António (dir.), *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Publicações Alfa, pp. 367-380.

ALÃO, Ana Paula (1996), «As práticas afectivas», in REIS, António (dir.), *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Publicações Alfa, pp. 761-766.

ALCALÁ, Maria da Luz, MATILLA, Zamora (1994), *El Feminismo*, Madrid, Centro Cives.

ALBUQUERQUE, Rosana (2005a), «Um olhar sobre a participação das mulheres em associações de imigrantes», in *Imigração e Etnicidade: Vivências e Trajectórias das Mulheres em Portugal*, Lisboa, SOS Racismo, pp. 105-117.

ALBUQUERQUE, Rosana (2005b), «Para uma análise multidimensional da situação das mulheres: as relações entre género, classe e etnicidade», in *Imigração e Etnicidade: Vivências e Trajectórias das Mulheres em Portugal*, Lisboa, SOS Racismo, pp. 37-49.

ALEXANDER, Prescilla (1987), «Prostitution: a difficult issue for feminists», in DELACOSTE, Frédérique, ALEXANDER Prescilla, eds., *Sex Work: Writings by Women in the Sex Industry*, S. Francisco, Cleis Press, pp. 184-213.

ALEXANDER, Renata (1993), «Wife-battering: an australian perspective», in *Journal of Family Violence*, n.º 3, pp. 229-251.

ALMEIDA, Ana Nunes (2003), «Família, conjugalidade e procriação: valores e papéis», in VALA, Jorge, CABRAL, Manuel Villaverde, RAMOS, Alice, orgs., *Atitudes Sociais dos Portugueses, Valores Sociais: Mudanças e Contrastes em Portugal e na Europa*; Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

ALMEIDA, Ana Nunes, coord., VILAR, Duarte, ANDRÉ, Isabel, LALANDA, Piedade (2004), *Fecundidade e Contracepção*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

ALMEIDA, J. Ferreira, PAIS, J. Machado, TORRES, Anália, FERREIRA, P.

Antunes, NUNES, J. Sedas (1998), *Jovens de Hoje e de Aqui*, Câmara Municipal de Loures.

ALMEIDA, Miguel Vale de (1995), *Senhores de Si. Uma Interpretação Antropológica da Masculinidade*, Lisboa, Fim do Século.

ALMEIDA, Miguel Vale de (2004a), «Teoria *Queer* e a contestação da categoria “género”», in *Indisciplinar a Teoria, Estudos Gays, Lésbicos e Queer*, Fenda Edições, pp. 91-98.

ALMEIDA, Miguel Vale (2004b), *Outros Destinos. Ensaio de Antropologia e Cidadania*, Porto, Campo das Letras.

ALMEIDA, Miguel Vale de (2006), «A situação legal e social da população LGBT», in *Um Outro Mundo é Possível*, Lisboa, FSP, Edições Colibri, pp. 143-148.

ALVAREZ, Ana de Miguel (2002), «Movimento feminista e redefinição da realidade», in *O feminismo ontem e hoje*, Lisboa, Ela por Ela, pp. 65-82.

ALVAREZ, Sonia (1998), «Latin American Feminisms «Go Global»: Trends of the 1990s Challenges for the New Millennium», in ALVAREZ, Sónia, DAGNINO, Evelina, ESCOBAR, Arturo, eds., *Cultures of Politics, Politics of Cultures*, Colorado, Westview Press, pp. 293-324.

ALVAREZ, Sonia (2003), «Um outro mundo (também feminista) é possível: construindo espaços transnacionais e alternativas globais a partir dos movimentos», in *Estudos Feministas*, CFH/CCE/UFSC, volume 11, n.º 2/2003, pp. 533-540.

AMÂNCIO, Lígia (1989), *Factores Psicossociológicos da Discriminação das Mulheres no Trabalho*, tese de doutoramento, ISCTE.

AMÂNCIO, Lígia (1992), «As assimetrias nas representações de género», in *Revista Crítica das Ciências Sociais*, n.º 34, pp. 9-22.

AMÂNCIO, Lígia (1992b), «As mulheres e os Direitos Humanos», in *Finisterra*, n.º 30, pp. 61-66.

AMÂNCIO, Lígia (1994), *Masculino e Feminino. A Construção da Diferença*, Porto, Afrontamento.

AMÂNCIO, Lígia (1999), *Sexo e Género: Para uma Teoria Psicossociológica da Relação de Dominação entre os Sexos*, lição de síntese para efeitos de provas de agregação, Lisboa, ISCTE.

AMÂNCIO, Lígia (2001), «O género na psicologia: uma história de desencontros», in AMÂNCIO, L., org., *Psicologia – Sexo e Género*, vol. XV, n.º 1, APP, Celta, pp. 7-26.

AMÂNCIO, Lígia (2002), «O género na psicologia social em Portugal – perspectivas actuais e desenvolvimentos futuros», in *Ex-Aequo*, n.º 6, APEM, Celta, pp. 55-75.

AMÂNCIO, Lígia (2003), «O Género nos Discurso das Ciências Sociais», in *Análise Social* n.º 38, pp. 687-714.

AMÂNCIO, Lígia (2004), org., *Aprender a Ser Homem. Construindo Masculinidades*, Lisboa, Livros Horizonte.

AMÂNCIO, Lígia, CARMO, Isabel do (2004), *Vozes Insubmissas*, Lisboa, D. Quixote.

AMÂNCIO, Lígia, TAVARES, Manuela, JOAQUIM, Teresa, ALMEIDA, Teresa de Sousa (2007), orgs., *O Longo Caminho das Mulheres. Feminismos*, 80

Anos Depois, Lisboa, D. Quixote.

AMARA, Fadela (2004), *Ni Putas, Ni Sumisas*, Madrid, Ediciones Cátedra.

AMORÓS, Célia (1997), *Tiempo de Feminismo*, Madrid, Ediciones Cátedra.

ANDERSON, Bonnie S., ZINSSER, Judith P. (1998), *A History of their Own: Women in Europe from Prehistory to the Present*, Nova Iorque, Oxford University Press.

APMJ – Associação Portuguesa de Mulheres Juristas (2001), *Do Crime de Maus-Tratos*, Lisboa, Cadernos Hipátia.

ARMITAGE, Susan H., HART, Patrícia, WEATHERMON, Karen (2002), *Women's Oral History, the Frontiers Reader*, Londres e Lincoln, University of Nebraska.

ARNOT, Madeleine, DILLABOUGH, Jo-Anne (2003), «Reformular os debates educacionais sobre a cidadania, agência e identidade das mulheres», in ARAÚJO, Helena Costa, org., *Outros Sentidos para Novas Cidãanias, Ex-Aequo*, n.º 7, pp. 17-45.

ASMED, Sara (1998), *Differences that Matter. Feminist Theory and Postmodernism*, Cambridge, University Press.

ÁVILA, Rita (2005), «A invisibilidade d@s imigrantes e a «hospitalidade» portuguesa: o caso d@s indus», in *Imigração e Etnicidade: Vivências e Trajectórias das Mulheres em Portugal*, Lisboa, SOS Racismo, pp. 181-183.

AZEVEDO, Cândido de (1999), *A Censura de Salazar e Marcelo Caetano*,

Lisboa, Editorial Caminho.

BANDEIRA, Mário Leston (1975), *Aborto e Contracepção em Debate*, Lisboa ISCSP.

BANKS, Olive (1986), *Faces of Feminisme*, Oxford, Basil Blackwell.

BARBOSA, Madalena (1998), *Invisibilidade e Tectos de Vidro. Representações do Género na Campanha Eleitoral Legislativa de 1995*, no jornal *Público*, Lisboa, CIDM.

BARD, Christine (1999), org., *Un Siècle d' Antiféminisme*, Paris, Fayard.

BARD, Christine (2001), *Les Femmes dans la Société Française au 20e Siècle*, Paris, Armand Colin.

BARRADAS, Ana (2004), *As Clandestinas*, Lisboa, Ela por Ela.

BARRENO, Maria Isabel, HORTA, Maria Teresa, COSTA, Maria Velho da (1974), *Les Nouvelles Lettres Portugaises*, Paris, Éditions du Seuil.

BARRET, Michèle, *Women's Oppression Today. Problems in Marxism Feminism Analysis*, Londres, Verso, 1980.

BARRET, Michèle, PHILLIPS, Anne (1992), eds., *Destabilizing Theory. Contemporary Feminist Debates*, Cambridge, Polity Press.

BARRY, Kathleen (1981), *Female Sexual Slavery*, Nova Iorque, Avon Books.

BEAUVOIR, Simone de (1949), *Le Deuxième Sexe*, Paris, Gallimard.

BEBIANO, Rui, SILVA, Alexandra (2004), «A reidentificação do feminino e a polémica sobre a *Carta a uma Jovem Portuguesa*», in *Revista de História das Ideias*, n.º 25.

BELLAT-DURU, Marie (1995), «Garçons et filles à l'école de la différence», in *La Place des Femmes, les Enjeux de l'Identité et de l'Égalité au Regard des Sciences Sociales*, EPHESIA, Éditions la Découverte, pp. 598-606.

BELEZA, Teresa Pizarro (1990), *Mulheres, Direito, Crime ou a Perplexidade de Cassandra*, tese de doutoramento, Lisboa, AAFDL.

BELEZA, Teresa Pizarro (2000), «Laços de família, nós de violência», in *Violência Doméstica*, Lisboa, Procuradoria-Geral da República, pp. 7-12.

BELEZA, Teresa Pizarro (2002), «Antígona no reino de creonte: o impacte dos estudos feministas no direito», in *Ex-Aequo*, n.º 6, pp. 77-89.

BENHABIB, Seyla (1995), «Fuentes de la identidad y el yo en la teoria feminista contemporânea», in *Laguna, Revista de Filosofia*, vol. 3, pp. 161-175.

BELTRÃO, Luísa, HATTON, Barry, (2007), *Uma História para o Futuro: Maria de Lourdes Pintasilgo*, Lisboa, Tribuna.

BERNARDO, João (2008), «Universidade de Lisboa, 1965», in *Os Anos de Salazar*, Planeta DeAgostini, vol. 21, pp. 88-97.

BLOM, Ida (1991), «Global Women's History organising Principles and Cross-Cultural Understandings», in OFFEN, Karen, PIERSON, Ruth Roach, RENDALL, Jane, eds., *Writing Women's History. International Perspectives*, Indiana University Press, pp. 135-148.

BOCK, Gisela (1989), «História, História das Mulheres, História do Género», in *Penépole, Fazer e Desfazer História*, n.º 4, Novembro de 1989, pp. 158-187.

BOCK, Gisela, THANE Pat (1996), *Maternidad y Políticas de Género*, Madrid, Ediciones Cátedra.

BORDERIAS, Cristina, CARRASCO, Cristina, ALEMANY, Carmen (1994), orgs., *Las Mujeres y el Trabajo*, Barcelona, Icaria.

BOLT, Christine (2004), *Sisterhood Questioned*, Londres, Routledge.

BRAIDOTTI, Rosi (1991), «Towards a Philosophical Reading of Feminist Ideas», in *Patterns os Dissonance*, Cambridge, Polity Press, pp. 147-173.

BRAIDOTTI, Rosi (1994), *Nomadic Subjects: Embodiment and Sexual Difference in Contemporary Feminist Theory*, Nova Iorque, Columbia Univesity Press.

BRAIDOTTI, Rosi (2002), «A diferença sexual, como um projecto político nómada», in MACEDO, Ana Gabriela, *Género, Identidade e Desejo. Antologia Crítica do Feminismo Contemporâneo*, Lisboa, Livros Cotovia, pp. 143-160.

BRAIDOTTI, Rosi (2002), «The Uses and Abuses of the Sex/Gender Distinction in European Feminist Practices», in GRIFFIN, G, BRAIDOTTI, Rosi, eds., *Thinking Differently: A Reader in European's Studies*, Londres, Zed Books, pp. 285-307.

BRAIDOTTI, Rosi, BAREN, Annabel van (2005), *The Making of European Women's Studies*, Utrecht, Projecto ATHENA e University of Utrecht.

BRANCO, Sofia (2006), *Cicatrizes de Mulher*, Lisboa, Público.

BRANCO, Sofia (2007), «Portugal e a mutilação genital feminina», in OCKRENT, Christine, org., *O Livro Negro da Condição das Mulheres*, Lisboa, Temas & Debates, pp. 153-160.

BRENNER, Johanna (1996), «The best of times, the worst of times», in THRELFALL, Monica, Ed., *Mapping the Women's Movement*, Londres, Verso, pp. 17-72.

BRIZ, Mamen, GARAIZABAL, Cristina (2007), orgs., *La Prostitución a Debate, por los Derechos de las Prostitutas*, Madrid, Talasa Ediciones.

BRYSON, Valerie (1992), *Feminist Political Theory*, Londres, Macmillan.

BRYSON, Valerie (1999), *Feminist Debates*, Londres, Macmillan.

BROSSARD, Louise (2003), «Adrienne Rich et Monique Wittig: un point de départ pour penser l'hétérosexualité et les rapports sociaux de sexe», in CHETCUTI, Natacha et MICHARD, Claire, orgs., *Lesbianisme et Féminisme, Histoires Politiques*, Paris, L'Harmattan, pp. 23-32.

BUTLER, Judith (1990), *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*, Nova Iorque, Routledge.

BUTLER, Judith (1992), «Contingent Foundations: Feminism and the question of postmodernism», in BUTLER, Judith e SCOTT, Joan, eds., *Feminists Theorize the Political*, Routledge, Nova Iorque, pp. 3-21.

CABRAL, Georgina Vaz (2007), «A escravatura moderna e doméstica», in OCKRENT, Christine, org., *O Livro Negro da Condição das Mulheres*, Lisboa, Temas & Debates, pp. 497- 514.

CABRERA, Ana (2006), *Marcelo Caetano: Poder e Imprensa*, Lisboa, Livros Horizonte.

CALAFATE, Margarida (2007), *África no Feminino: as Mulheres Portuguesas e a Guerra Colonial*, Porto, Afrontamento.

CAMPOS, Ana (2007), *Crime ou Castigo? Da Perseguição contra as Mulheres até à Despenalização do Aborto*, Coimbra, Almedina.

CAMPOS, Maria Amélia (2001), *As Mulheres Deputadas e o Exercício do Poder Político Representativo em Portugal do Pós 25 de Abril de 74 aos Anos Noventa*, Porto, Afrontamento.

CAMPOS, Maria Amélia (2007), *A Senhora da Rosa: Biografia Natália Correia*, Lisboa, Parceria, M. Pereira.

CANAS, Vitalino, BARROS, Joana, MOREIRA, Vital, entre outros (1998), *Democracia com Mais Cidadania*, Lisboa, Imprensa Nacional.

CANOTILHO, Ana Paula, TAVARES, Manuela, MAGALHÃES, Maria José (2006), «ONG e Feminismos: contributo para a construção do sujeito político feminista», in revista *Ex-Aequo*, n.º 13, pp. 91-99.

CANOTILHO, Ana Paula (2006), «Abrindo a cortina do palco da Esfera política pública», dissertação de Mestrado na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.

CARMO, Isabel do, FRÁGUAS, Fernanda (2003), *Putas de Prisão*, Lisboa, D. Quixote.

CARREIRO, Teresa Amaral Dias (2003), *Viver numa República de Estudantes de Coimbra: Real República Palácio Loucura (1960-1970)*,

dissertação de mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

CASTELLS, Carme (1996), org., *Perspectivas Feministas en Teoria Política*, Barcelona, Paidós.

CASTRO, Mary Garcia, Patriarcado: «Desencontros entre a Sociologia, o Feminismo e entre Correntes do Feminismo», in revista *Presença da Mulher*, Editora Liberdade Mulher, Janeiro de 1992, pp. 20-26.

cidm, Elina Guimarães, *Uma Feminista Portuguesa, Vida e Obra (1904/1991)*, Lisboa, 2004.

CHAPERON, Sylvie (2000A), *Les Années Beauvoir (1945-1970)*, Paris, Fayard.

CHAPERON, Sylvie (2000B), DELPHY Christine, dir., *Le Cinquantenaire du Deuxième Sexe*, Paris, Syllepse.

CODES/JUC, Gabinete de Estudos e Projectos de Desenvolvimento Socioeconómico/ Juventude Universitária Católica (1967), *Situação e Opinião dos Universitários*.

COHEN, Annie (1974), «Un Mois au Portugal», in *Les Temps Modernes*, Outubro de 1974, pp. 133-139.

COLLIN, Françoise (1991), «Diferença e Diferendo. A questão da mulher na Filosofia», in DUBY, Georges e PERROT, Michelle, dir., *História das Mulheres no Ocidente*, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 313-347.

COLLIN, Françoise (1993), «Histoire et mémoire ou la marque et la trace», in *Temps et Mémoire des Femmes*, Quebec, Recherches Féministes, vol. 6, pp. 13-23.

COLLIN, Françoise (1997), «L'oblio di una vecchia questione filosofica», in COLLIN, F., FORCINA, Marina, *La Differenza Dei Sessi Nelle Filosofia, Nodi Teorici e Problemi Politici*, Lecc, Millela, pp. 26-27.

COLLIN, Françoise (2005), *Parcours Féministe*, Bruxelles, Éditions Labor.

CONNELL, R. W. (1987), *Power & Gender: The Society, the Person and Sexual Politics*, California, Stanford University Press.

COOLE, Diana (1995), *Women in Political Theory*, Londres: Routledge.

COSTA, Albérico Afonso (2008), «A juventude universitária católica organiza-se: o I Congresso Nacional da JUC, em Abril de 1953, marcou a emergência de uma vanguarda católica», in *Os Anos de Salazar*, Planeta DeAgostini, vol. 10, pp. 36-47.

COSTA, Albérico Afonso (2008), «Em nome de Deus e do Desenvolvimento», in *Os Anos de Salazar*, Planeta DeAgostini, vol. 23, pp. 82-89.

COSTA, Dall (1972), *Las Mujeres y la Subversión de la Comunidade*, Madrid, SXXI.

COSTA, João Bénard da, s/d., *Nós os Vencidos do Catolicismo*, Coimbra, Tenacitas.

COSTAIN, Anne N. (1982), «Representing Women: the Transition from Social Movement to Interest Group», in BONEPARTH, Ellen, Ed., *Women, Power and Policy*, Nova Iorque, Pergamon Press, pp. 19-37.

COSTAIN, Anne N. (1992), *Inviting Women's Rebellion – A Political*

Process Interpretation of the Women's Movement, Londres, Johns Hopkins University, 1992.

COVA, Anne (1997A), *Maternité et Droits des Femmes en France (XIXe-XXe Siècles)*, Paris, Anthropos/Economica.

COVA, Anne (1997B), «L'enseignement de l'histoire des femmes dans la péninsule ibérique», in THÉLAMON, Françoise et SOHN, Anne-Marie, eds., *L'Histoire sans les Femmes est-elle Possible?*, Paris, Perrin, pp. 313-323.

COVA, Anne (1997C), «Féminismes et maternité entre les deux guerres en France – les ambiguïtés et les divergences des féministes du passé», *Les Temps Modernes*, n.º 593, pp. 49-77.

COVA, Anne e PINTO, A. Costa (1997D), «O Salazarismo e as Mulheres: uma abordagem comparativa», in *Penélope*, n.º 17, pp. 71-94.

COVA, Anne e PINTO, António Costa (1997E) «Le Salazarisme», in *Encyclopédie Politique et Historique des Femmes*, Christine Fauré (dir.), Paris, PUF, pp. 685-699.

COVA, Anne (1998), «O que é o feminismo? Uma abordagem histórica», in *O Movimento Feminista em Portugal*, actas do seminário realizado a 5 e 6 de Dezembro de 1998, Lisboa, UMAR, pp. 8-15.

COVA, Anne (2000), «Généalogie d'une conquête: maternité et droits des femmes en France fin XIX^e-XX^e siècles», in *Travail, Genre et Sociétés*, n.º 3, Paris L'Hamattan, pp. 139-159.

COVA, Anne (2007), «O primeiro congresso feminista e da educação em Portugal, numa perspectiva comparada», in AMÂNCIO, Lígia, TAVARES, Manuela, JOAQUIM, Teresa, orgs., *O Longo Caminho das Mulheres –*

Feminismos 80 Anos Depois, Lisboa, D. Quixote, pp. 27-43.

COVA, Anne (2008), dir., *História Comparada das Mulheres, Novas Abordagens*, Lisboa, Livros Horizonte.

COVRE, Pia (2006), «Sex Worker's Demands», in *No Violence Against Women*, EL FEM, European Left, pp. 37-38.

CRUZEIRO, Celso (1989), *Coimbra 1969, a Crise Académica, o Debate de Ideias e a Prática, Ontem e Hoje*, Porto, Afrontamento.

CRUZEIRO, Manuela (2003), *Maria Eugénia Varela Gomes, contra Ventos e Marés*, Porto, Campo de Letras.

CRUZEIRO, Maria Manuela, BEBIANO, Rui (2006), orgs., *Anos Inquietos, Vozes do Movimento Estudantil em Coimbra (1961-1974)*, Porto, Afrontamento.

CUNHAL, Álvaro (1997), *O Aborto, Causas e soluções*, Porto, Campo de Letras.

D'ARTHUYS, Beatrice (1976), *As Mulheres Portuguesas e o 25 de Abril*, Porto, Afrontamento.

DEBOUZY, Marianne (2003), «Les Marches de protestation aux États-Unis (XIX-XXème siècles)», in *Le Mouvement Social*, n.º 202, Janeiro-Março, pp. 15-41.

DELGADO, Iva (2006), introdução ao livro *Uma Brasileira contra Salazar – Arajaryr Campos*, Lisboa, Livros Horizonte, pp. 9-10.

DELMAR, Rosalind (1986), «What is Feminism», in MITCHELL, Juliet e

OAKLEY, Ann, eds., *What is Feminism*, Oxford, Basil Blackwell, pp. 8-33.

DELPY, Christine (1980), «For a materialist feminism», in MARKS, Elaine, COURTIVRON, Isabelle, eds., *New French Feminisms: an anthology*, University of Massachusetts, pp. 197-199.

DIAS, Isabel (2004), *Violência na Família: uma Abordagem Sociológica*, Porto, Afrontamento.

DIAS, Maria Odile (1991), «Teoria e método dos estudos feministas perspectiva histórica e hermenêutica do quotidiano», in COSTA, Albertina e BRUSCHINI, Cristina, *Uma Questão de Género*, Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos.

DI STEFANO, C. (1990), «Dilemmas of difference: feminism, modernity and postmodernism», in NICHOLSON, Linda, Ed., *Feminism/Postmodernism*, Londres, Routledge, pp. 76-96.

DOURADO, Alexandra, NUNES, Dina, BRASIL, Elisabete, BIBAS, Maria (2007), «O poder transformador do olhar d@s outr@s: a experiência em locais em que é possível exprimir emoções», in AMÂNCIO, Lígia, TAVARES, Manuela, JOAQUIM, Teresa, ALMEIDA, Teresa, orgs., *O Longo Caminho das Mulheres: Feminismos 80 Anos Depois*, Lisboa, D. Quixote, pp. 408-420.

DUARTE, Marta Coutinho, *Foi Apenas um Começo – Crise Académica e 1969 na História do Movimento Estudantil dos Anos Sessenta e da Luta contra o Estado Novo*, tese de mestrado, Universidade Nova de Lisboa, FCSH, 1997.

DUCHEN, Claire, *Women's Rights and Women's Lives in France (1944-1968)*, Londres, Routledge.

DUNAYEVSKAYA, Raya (1982), *Rosa Luxemburg, Women's Liberation and Marx's Philosophy of Revolution*, Inglaterra, Harvester Press.

EISENSTEIN, Zillah (1979), *Capitalist Patriarchy and the Case for the Socialist Feminism*, New York, Monthly Review.

ENGELS, Friedrich, *A Origem da Família, da Propriedade e do Estado*, Lisboa, Presença, 1980.

ENGELS, Friedrich, «Carta a Bloch», in *Obras Escolhidas*, Vol. 3, São Paulo, Alfa Ômega, pp. 284-286, 1976.

ERGAS, Yasmine (1991), «O feminismo nos anos 1960-1970», in DUBY, Georges, PERROT, Michelle, dir., *História das Mulheres no Ocidente*, vol. 5, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 579-607.

ESCOBAR, Lucília (2004), *O Sexo das Profissões: Género e Identidade Socioprofissional em Enfermagem*, Porto, Afrontamento.

ESPÍRITO SANTO, Sílvia (2003), *Adeus até ao meu Regresso. O Movimento Nacional Feminino na Guerra Colonial (1961-1974)*, Lisboa, Livros Horizonte.

ESTEVES, João Gomes (1991), *A Liga Republicana das Mulheres Portuguesas: Uma Organização Política e Feminista (1908-1919)*, Lisboa, Conselho Consultivo da CIDM.

ESTEVES, João Gomes (1998), *As Origens do Sufragismo Português*, Lisboa, Bizâncio.

EVANS, Mary (1994), ed., *The Woman Question*, Londres, Sage Publications.

EVANS, Mary (1997), *Introduction al Pensamiento Feminista Contemporaneo*, Madrid, Minerva Ediciones.

FALUDI, Susan (1993), *Reacción – La Guerra no Declarada contra la Mujer Moderna*, Barcelona, Anagrama.

FARGANIS, Sondra (1994), *Situating Feminism, from Thought to Action*, Londres, Sage Publications.

FERREIRA, José Medeiros (1999), «O movimento estudantil nos anos sessenta» in PROENÇA, Maria Cândida, *Maio de 1968 – Trinta Anos Depois: Movimentos Estudantis em Portugal*, Lisboa Edições Colibri, pp. 185-195.

FERREIRA DA SILVA, Luísa (1995), *Entre Marido e Mulher, Alguém Meta a Colher*, Lisboa, À Bolina, Editores Livreiros.

FERREIRA, Nuno Estêvão (2006), *A Sociologia em Portugal: da Igreja à Universidade*, Lisboa, ICS.

FERREIRA, Virgínia (1988a), «O Feminismo na pós-modernidade», *Crítica das Ciências Sociais*, n.º 24, pp. 93-106.

FERREIRA, Virgínia (1998b), «Engendering Portugal: social change, state politics and women's social mobilization», in PINTO, António Costa, ed., *Modern Portugal*, Palo Alto, Califórnia, SPOSS, pp. 162-188.

FERREIRA, Virgínia, TAVARES, Teresa, PORTUGAL, Silvia (1998), *Shifting Bonds, Shifting Bounds. Women, Mobility and Citizenship in Europe*, Lisboa, Celta.

FERREIRA, Virgínia (2000), «A globalização das políticas de igualdade

entre os sexos», in *Ex-Aequo*, n.º 2/3, 13-42.

FERREIRA, Virgínia (2001), «Estudos sobre as mulheres em Portugal – a construção de um novo campo científico», in *Ex-Aequo*, n.º 5, Celta, APEM, pp. 9-25.

FERREIRA, Virgínia (2003), *Relações Sociais de Sexo e Segregação do Emprego: Uma Análise da Feminização dos Escritórios em Portugal*, Dissertação de Doutoramento em Sociologia, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra.

FIADEIRO, Maria Antónia (1968), «A luta dos estudantes», in *Paz e Terra*, n.º 10, S. Paulo, Civilização Brasileira, pp. 73- 81.

FIADEIRO, Maria Antónia (1989), *Cronologia da Luta das Mulheres (74-88)*, Lisboa, LDM.

FIADEIRO, Maria Antónia (1999), «O rosto do fascismo», in *Abril/Mulher*, CML, MRR, pp. 25-26.

FIADEIRO, Maria Antónia (2003), *Maria Lamas*, Lisboa, Quetzal Editores.

FIADEIRO, Maria Antónia (2007), «Liberdade, disse ela», in AMÂNCIO, Lígia, TAVARES, Manuela, JOAQUIM, Teresa, ALMEIDA, Teresa, orgs., *O Longo Caminho das Mulheres – Feminismos 80 anos Depois*, pp. 185-187.

FIDALGO, Marta Vestia (2002), *Menina e Moça: um Ideal de Formação Feminina (1960-1970)*, Lisboa, ONG do Conselho Consultivo da CIDM.

FIGES, Eva (1978), *Patriarcal Attitudes*, Londres, Virago.

FILLARD, Claudette, COLLOMB-BOUREAU, Colette (2003), *Les Mouvements Féministes Américains*, Paris, Ellipses.

FIRESTONE, Shulamith (1974), *The Dialectic of Sex*, Nova Iorque, William Morrow.

FONSECA, Laura, «Revisitando culturas juvenis: investimentos de raparigas na escola», in *Ex-Aequo* n.º 7, 2002, pp. 85-98.

FOUQUET, Annie (2001), «Le travail domestique: du travail invisible au «gisement» d'emploi», in LAUFER, Jacqueline, MARRY, Catherine, MARUANI, Margaret, orgs., *Masculin-Féminin: Questions pour les Sciences de l'Homme*, Paris, PUF, pp. 100-127.

FRAISSE, Geneviève (1984), «Singularité féministe. Historiographie critique de l'histoire du féminisme en France», in PERROT, Michelle, dir., *Une Histoire des Femmes Est-Elle Possible?*, Marseille-Paris, Rivages, pp. 190-204.

FRAISSE, Geneviève (1998), *Les Femmes et leur Histoire*, Paris, Éditions Gallimard.

FRASER, Nancy e NICHOLSON, Linda (1990), «Social Criticism without philosophy: an encounter between feminism and post-modernism», in NICHOLSON, L. J., ed., *Feminism/Postmodernism*, Londres, Routledge, pp. 19-38.

FRASER, Nancy (1999), *Rethinking Recognition*, Londres, New Left Review Books.

FRASER, Nancy (2002), «A justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação», in *Revista Crítica das Ciências Sociais*,

Outubro, 2002, pp. 7-20.

GAMBLE, Sarah (2001), ed., *Feminism and Postfeminism*, Londres, Routledge.

GARRETAS, Maria-Milagros Rivera (2003), *Nombrar el Mundo en Feminino: Pensamiento de las Mujeres y Teoría Feminista*, Barcelona, Icaria Editorial.

GARRIDO, Álvaro (1996), *Movimento Estudantil e a Crise do Estado Novo, Coimbra 1962*, Coimbra, Edição Minerva.

GASPARD, Françoise, SCHREIBER, Claude, Servant, LE GALL, Anne (1992), *Au Pouvoir Citoyennes! Liberté, Égalité, Parité*, Paris, Le Seuil.

GASPARD, Françoise (2005), «Uma Mulher», in *Um Legado de Cidadania, Homenagem a Maria de Lourdes Pintasilgo*, revista *Ex-Aequo*, n.º 12, Edições Afrontamento, pp. 39-41.

GENISSON, Catherine (2002), *La Parité entre les Femmes et les Hommes: une Avancée Décisive pour la Démocratie*, Paris, Observatoire de la Parité entre les femmes et les hommes. (Rapport à Monsieur le Premier Ministre.)

GELB, Joyce (1989), *Feminism and Politics – a Comparative Perspective*, Londres, University of California Press.

GIDDENS, Anthony (1994), *Sociologia*, Madrid, Alianza Universidad Textos.

GIDDENS, Anthony (2002), *O Mundo na Era da Globalização*, Lisboa, Presença.

GIELE, Janet Zollinger (1995), *Two Paths to Women's Equality*, Nova

Iorque, Twayne Publishers.

GIROUX, H.A. (1991), «Modernism, postmodernism and feminism», in GIROUX, H.A., ed., *Postmodernism, Feminism and Cultural Politics*, Nova Iorque, State University of New York, pp. 28-40.

GLUCK, Sherne Berger (2002), «What's so special about women? Women's oral history», in ARMITAGE, Susan H., HART, Patrícia, WEATHERMON, Karen (2002), *Women's Oral History, the Frontiers Reader*, London and Lincoln, University of Nebraska, pp. 3-20.

GODINHO, Paula (1998), *Memória da Resistência Rural no Sul: Couço (1958-1962)*, dissertação de doutoramento, departamento de Antropologia, FCSH, Universidade Nova de Lisboa.

GOMES, Joaquim Ferreira (1987), *A Mulher na Universidade de Coimbra*, Livraria Medina.

GONÇALVES, Yasmine (2004), *Mutilação Genital Feminina*, Lisboa, APF.

GONZALEZ, Anabel (1979), *El Feminismo en España, Hoy*, Madrid, Edições Zero.

GORDON, Linda (1991), «What's new in women's history», in GUNEW, Sneja, ed., *A Reader in Feminist Knowledge*, Londres, Routledge, pp. 73-82.

Gorjão, Vanda (2002), *Mulheres em Tempos Sombrios. Oposição Feminina ao Estado Novo*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

Gorjão, Vanda (2007), «Oposição feminina (?), oposição feminista (?) ao

Estado Novo», in *O Longo Caminho das Mulheres. Feminismos 80 Anos Depois*, Lisboa, D. Quixote, pp. 108-123.

GRAAL, *25 Anos de História*, edições GRAAL, 1983.

GRAAL, Fundação Cuidar o Futuro, Rede de Mulheres, *Com Maria de Lourdes Pintasilgo, Rede de Mulheres 25 Anos Depois*, Lisboa, 2005.

Grácio, Rui (1996), «A expansão do sistema de ensino e a movimentação estudantil», in REIS, António (dir.), *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Publicações Alfa, pp. 221-258.

GREER, Germaine (1979), *The Female Eunuch*, Londres, Paladin.

GUIMARÃES, Elina, *Sete Décadas de Feminismo*, Ditos & Escritos, CIDM, 1991.

GUTIÉRREZ, A.L.O (2006), *Feminism y Prostitucion: Fundamentos del Debate Actual en España*, Oviedo, Ediciones Trabe.

HAGEMANN-WHITE, Carol (1998), «Violence without end? Some reflections on achievements, contradictions and perspectives of the feminist movement in Germany», in KLEIN, Renate C.A., *Multidisciplinary Perspectives on Family Violence*, Londres, Routledge, pp. 176-191.

HALIMI, Gisèle (1997), *La Nouvelle Cause des Femmes*, Paris, Le Seuil, 1997.

HASTE, H (1993), *The Sexual Metaphor*, Londres, Harvester, Wheatsheaf.

HARAWAY, Donna (1990), «A manifesto for Ciborg: science, technology

and socialist feminism in the 1980», in NICHOLSON, L. J., ed., *Feminism/Postmodernism*, Londres, Routledge.

HARAWAY, Donna (1991), *Simians, Cyborgs and Women: the Reinvention of Nature*, Nova Iorque, Routledge.

HARDING, Sandra (1987), *Feminism and Methodology*, Indiana University Press.

HARDING, Sandra (1996), *Ciência y Feminismo*, Madrid, Ediciones Morata.

HARDING, Sandra (1998), «Is there a Feminist Method?», in ASMED, Sara ed., *Differences that Matter. Feminist Theory and Postmodernism*, Cambridge, University Press, pp. 160-170.

HARDING, Sandra, NARAYAN, U. (2000), eds., *Decentering the Center. Philosophy for a Multicultural, Postcolonial and Feminist World*, Bloomington, Indiana University Press.

HARTSOCK, Nancy (1983), «The Feminist Standpoint: Developing the Ground for a Specifically Feminism Historical Materialism», in HARDING, Sandra, HINTIKKA, M. eds., *Discovering Reality. Feminist Perspectives on Epistemology, Metaphysics, Methodology and Philosophy of Science*, Londres, D. Reidel Publishing Company, pp. 283-310.

HARTSOCK, Nancy (1998), *The Feminist Standpoint Revisited and Other Essays*, Westview, Oxford.

HARTMANN, Heidi (1980), «Un matrimonio mal avenido: hacia una unión más progressiva entre marxismo y feminismo», in *Zona Abierta*, n.º 24, pp. 85-113.

HARTMANN, Heidi (1994), «Capitalismo, patriarcado y segregación de los empleos por sexos», in BORDERIAS, Cristina, CARRASCO, Cristina, ALEMANY, Carmen, orgs., *Las Mujeres y el Trabajo*, Barcelona, Icaria, pp. 253-294.

HELEIETH, Saffioti (1979), *A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade*, Petrópolis, Vozes.

HELEIETH, Saffioti (1991), «Rearticulando classe e gênero», in COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina, eds., *Uma Questão de Gênero*, Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, pp. 183-215.

HELLERMAN, Christiane (2005), «Migração de Leste: mulheres sozinhas», in *Imigração e Etnicidade: Vivências e Trajectórias das Mulheres em Portugal*, Lisboa, SOS Racismo, pp. 223-234.

HEMMINGS, Claire (2005), «The Life and Times of Academic Feminism», in BRAIDOTTI, Rosi, BAREN, Annabel Van, Eds., *The Making of European Studies*, vol. VI, Athena, Universiteit Utrecht, pp. 99-123.

HENRIQUES, Fernanda, PINTO, Teresa (2002), «Educação e Gênero: dos anos 70 ao final do século XX – subsídios para a compreensão da situação», in revista *Ex-Aequo*, n.º 6, pp. 11-54.

HENRIQUES, Fernanda (2003), «Do que está em causa: notas para pensar, na pós-modernidade», in revista *Ex-Aequo* n.º 9, pp. 11-16.

HENRIQUES, Fernanda (2007), «Elisabeth Badinter: racionalismo, igualdade e feminismo», in AMÂNCIO, Lígia, TAVARES, Manuela, JOAQUIM, Teresa, ALMEIDA, Teresa, orgs., *O Longo Caminho das Mulheres. Feminismos 80 Anos Depois*, Lisboa, D. Quixote, pp. 245-254.

HESPANHA, António (2007), «Rigor, revisionismo e branqueamento», in *Revista História*, Junho de 2007, p. 82.

HIRATA, H., KERGOAT, D. (1998), «La division sexuelle du travail revisitée», in MARUANI, M., dir., *Les Nouvelles Frontières de l'Inégalité. Hommes e Femmes sur le Marché du Travail*, Paris, La Découvert, pp. 91-104.

HIRATA, Helena, LABORIE, Francoise, LE DOARÉ, Hélène, SENOTIER, Danièle (2000), *Dictionnaire Critique du Féminisme*, Paris, PUF.

HOFMAN, Cecilia (2002), «Coalition contre le trafic des femmes», in *Prostituer est-il un droit humain?*, NQF, vol. 21, n.º 2, pp. 137-146.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de, «Os Estudos sobre as Mulheres e a Literatura no Brasil», in COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina, eds., *Uma Questão de Género*, Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, pp. 54-92.

HOLE, Judith, LEVINE, Ellen, «The first feminists», in KOEDT, Anne, LEVINE, Ellen, RAPONE, Anita, eds., *Radical Feminism*, Nova Iorque, Quadrangle, The New Times Book, pp. 3-19.

HOOKS, Bell (1997), «Feminism: a Movement to End Sexist Oppression», in KEMPT, Sandra, SQUIRES, Judith, eds., *Feminisms*, Oxford University Press, pp. 22-27.

HORTA, Maria Teresa, METRASS, Célia, MEDEIROS, Helena Sá (1975), *Aborto, Direito ao Nosso Corpo*, Lisboa, Editorial Futura.

IRIGARAY, Luce (1991) *Le Corps-à-Corps avec la Mère*, Montreal, Pleine Lune.

JAGGAR, A. (1983), *Feminist Politics and Human Nature*, Brighton, Harvester.

JEFFRIES, Giovanna Miceli (1994), ed., *Feminine, Feminists, Cultural Practices in Italy*, Londres, University of Minnesota Press.

JOAQUIM, Teresa (1997), *Menina e Moça: a Construção Social da Feminilidade*, Lisboa, Fim de Século.

JOAQUIM, Teresa (2001), «Os estudos sobre as mulheres em filosofia», in revista *Ex-Aequo*, n.º 5.

JOAQUIM, Teresa (2006), *Cuidar dos Outros, Cuidar de Si. Questões em Torno da Maternidade*, Lisboa, Livros Horizonte.

JOAQUIM, Teresa (2007), «Feminismos, Estudos sobre as Mulheres ou «para onde vai este barco?»», in AMÂNCIO, Lúcia, TAVARES, Manuela, JOAQUIM, Teresa, ALMEIDA, Teresa, orgs., *O Longo Caminho das Mulheres. Feminismos 80 Anos Depois*, Lisboa, D. Quixote, pp. 203-215.

JULIANO, Dolores (2007), «Sobre trabajos y degradaciones», in BRIZ, Mamen, garaizabal, Cristina (2007), *La Prostitución a Debate, por los Derechos de las Prostitutas*, Madrid, Talasa Ediciones, pp. 27-32.

JOSIANE et CHRISTIAN LIMOUSIN, «La passion des trois Maria», in *Politique Hebdo*, n.º 14, 30 de Outubro de 1974.

KAHN, Karen (1995), ed., *Front Line Feminism, 1975-85 Essays from Sojourner's First 20 Years*, S. Francisco, Aunt Lute Books.

KAPLAN, Gisela (1992), *Contemporary Western European Feminism*, Nova Iorque, University Press.

KELLY, Joan (1984), *Women History and Theory*, Londres, University of Chicago Press.

KIMMEL, Michael (2000), *The Gendered Society*, Nova Iorque, Oxford University Press.

KITZINGER, C. (1987), *The Social Construction of Lesbianism*, Londres, Sage Publications.

KNIBIEHLER, Yvonne (2001), *Maternité, Affaire Privée, Affaire Publique*, Paris, Bayard.

KOLLONTAI, Alejandra, «La familia y el Estado Comunista», in *La Emancipation de la Mujer*, México, Grijalbo, 1970, pp. 143-160.

KONING, Marijke de, «Da palavra à acção. História de um processo de conscientização das mulheres», *Análise Social*, vol. XXII (92-93), 3.º-4.º, 1986, pp. 825-851.

KONING, Marijke, Maria Helena (2006), *Lugares Emergentes do Sujeito-Mulher. Viagem com Paulo Freire e Maria de Lourdes Pintasilgo*, Porto, Afrontamento.

LAMAS, Maria (1950), *As Mulheres do Meu País*, Lisboa, Caminho, 2002 (2.ª edição).

LAMAS, Rosmarie Wank-Nolasco (1998), *As Mulheres para Além do seu Tempo*, Lisboa, Bizâncio.

LAVAU-MOSSUZ, Janine (1998), *Femmes/Hommes pour la Parité*, Paris, Presses de Sciences PO.

LEGARDINIER, Claudine, VILLETE, Sophie (2007), «O turismo sexual», in OCKRENT, Christine, *O Livro Negro da Condição das Mulheres*, Lisboa, Temas & Debates, pp. 490-496.

LEIJENAAR, Monique (2001), «A common Electoral System: maximising access for women», in *Parity democracy in the construction of Europe*, Madrid, CELEM, pp. 77-84.

LEWENHAK, Sheila (1980), *A Mulher e o Trabalho*, Lisboa, Presença.

LESSEPS, Emmanuèle de (1980), «Hétérosexualité et Féminisme», in *Questions Féministes*, 7.

LISBOA, Manuel, BARROSO, Zélia, MARTELEIRA, Joana (2003), *O Contexto Social da Violência contra as Mulheres Detectada nos Institutos de Medicina Legal*, Lisboa, CIDM.

LISBOA, Manuel, CARMO, Isabel do, VICENTE, Luísa Branco NÓVOA, António (2003), *Os Custos Sociais e Económicos da Violência contra as Mulheres*, Lisboa, CIDM.

LISBOA, Manuel, FRIAS, Graça, ROQUE, Ana, CEREJO, Dalila (2006), «Participação das mulheres nas elites políticas e económicas no Portugal Democrático (25 de Abril de 1974 a 2004)», in *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, n.º 18, Edições Colibri, pp. 163-187.

LOISEAU, Dominique, (1999), DELPHY, «La politique du PCF et les femmes depuis 1945», in Christine et CHAPERON, Sylvie orgs., *Simone de Beauvoir, Cinquantenaire du Deuxième Sexe, Colloque International*, pp. 387-391.

LOPES, Ana (2006), *Trabalhadores do Sexo uni-vos! Organização*

Laboral na Indústria do Sexo, Lisboa, D. Quixote.

LOPES, Conceição Brito (2005), intervenção no seminário «Prevenção da Violência Doméstica: políticas locais e intervenção de proximidade», *Estrutura de Missão contra a Violência Doméstica*, Presidência do Conselho Ministros, pp. 31-36.

LOPES, Joana (2007), *Entre as Brumas da Memória*, Porto, Âmbar.

LORBER, Judith (2005), *Gender Inequality. Feminist Theories and Politics*, Los Angeles, Califórnia, Roxbury Publishing Company.

LOURENÇO, Nelson, LISBOA, Manuel, PAIS, Elza (1997), «Violência contra as Mulheres», *Cadernos da Condição Feminina*, n.º 48, Lisboa, CIDM.

LOURENÇO, Nelson, CARVALHO, Maria João Leote de (2001), «Violência Doméstica: conceito e âmbito. Tipos e Espaços de Violência», in *Revista da Faculdade de Direito da UNL*, ano II, n.º 3, separata themis, pp. 95-121.

LOURENÇO, Gabriela, COSTA, Jorge, PENA, Paulo (2001), *Grandes Planos. Oposição Estudantil à Ditadura (1956-1974)*, Lisboa, Âncora.

LOURO, Guacira (1999), *O Corpo Educado. Pedagogias da Sexualidade*, Belo Horizonte, Autêntica.

MACEDO, Ana Gabriela e AMARAL, Ana Luísa (2005), *Dicionário da Crítica Feminista*, Porto, Afrontamento.

MACEDO, Eunice (2004), «(Des)caminhos da cidadania? Da (in)visibilização do género na educação», in NOGUEIRA, Conceição, org.,

«Polifonias na investigação em torno dos estudos sobre as mulheres», revista *Ex-Aequo*, n.º 11, APEM, Afrontamento, pp. 27-43.

MADEIRA, João (2007), org., *Vítimas de Salazar – Estado Novo e violência política*, Lisboa, Esfera dos Livros.

MAGALHÃES, Isabel Allegro (1995), *O Sexo dos Textos*, Lisboa, Caminho.

MAGALHÃES, Maria José, FERNANDES, Maria Laura Fonseca, OLIVEIRA, Olga Guedes de (1990), História de vida de uma operária da indústria corticeira. Construção das identidades através de diferentes processos educativos, Lisboa, CIDM.

MAGALHÃES, Maria José (1998), *Movimento Feminista e Educação, Portugal Décadas de 70 e 80*, Oeiras, Celta.

MAGALHÃES, Maria José (2001), «Dez anos da APEM: percorrer as vozes, significar os percursos», in *Ex-Aequo*, n.º 5, pp. 27-68.

MAGALHÃES, Maria José (2002), «Em torno do conceito de agência feminista», in *Ex-Aequo*, n.º 7, APEM, Celta, pp. 189-198.

MAGALHÃES, Maria José (2004a), «Uma reflexão sobre Feminismo e Pós-Modernismo numa perspectiva de emancipação social», in *Comuna – Feminismo e Marxismo*, pp. 10-15.

MAGALHÃES, Maria José, PINTO, Helena, BRASIL, Elisabete, FONSECA, Laura (2004b), «ONG de mulheres e a luta contra a violência contra as mulheres e crianças no seio da família – o contributo da UMAR», Colóquio Internacional *Família, Género e Sexualidades nas Sociedades Contemporâneas*. Associação Portuguesa de Sociologia.

MAGALHÃES, Maria José (2007a), CANOTILHO, Ana Paula, BRASIL, Elisabete, *Gostar de Mim, Gostar de Ti. Aprender a Prevenir a Violência de Género*, Porto, UMAR.

MAGALHÃES, Maria José (2007B), «Agência feminista e das mulheres, procurando o novo sujeito feminista?», in AMÂNCIO, Lúcia, TAVARES, Manuela, JOAQUIM, Teresa, ALMEIDA, Teresa de Sousa (2007), orgs., *O Longo Caminho das Mulheres – Feminismos 80 Anos Depois*, Lisboa, D. Quixote, pp. 229-244.

MAGALHÃES, Maria José (2005), «Mulheres, Espaços e Mudanças: o pensar e o fazer na educação das novas gerações», tese de doutoramento em Ciências da Educação, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

MARCOVICH, Malka (2007), «A exploração das mulheres no mundo», in OCKRENT, Christine, org., *O Livro Negro da Condição das Mulheres*, Lisboa, Temas & Debates, pp. 423-462.

MARIANO, Maria de Fátima da Silva (2004), «Génese e desenvolvimento do movimento feminista português (1890-1930)», dissertação de mestrado em História dos séculos XIX e XX, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

MARSHALL, Barbara L. (1994), *Engendering Modernity. Feminism, Social Theory and Social Change*, Cambridge, Polity Press.

MARTIN, Claude, «Os limites da protecção da família – introdução a uma discussão sobre as novas solidariedades na relação Família-Estado», in *A Sociedade – Providência*, revista *Crítica das Ciências Sociais*, n.º 42, Coimbra, CES, Maio de 1995, pp. 55-56.

MARTIN, Del (1981), *Battered Wives*, USA, Volcano Press.

MARTIN, Manuel Meirinho, TEIXEIRA, Conceição Pequito (2005), *O Funcionamento dos Partidos e a Participação das Mulheres na Vida Política e Partidária em Portugal*, Lisboa, CIDM.

MARTIN, Susana da Cruz (2001), «Associações e Modos de Acção Colectiva no âmbito dos Novos Movimentos Sociais», Dissertação de Mestrado na área da Comunicação, Cultura e Tecnologia da Informação, ISCTE.

MARUANI, Margaret, dir., *Femmes, Genres et Sociétés: l'État des Savoirs*, Paris, La Découverte.

MATLÁRY, Janne Haaland (2002), *Para Um Novo Feminismo*, Lisboa, Principia.

MATOS, M., MACHADO, C. (2003), «Violência nas relações amorosas: comportamentos e atitudes na população universitária», comunicação no seminário «Os feminismos no nosso tempo», promovido pela UMAR e realizado no Porto em 5 e 6 de Abril de 2003, Centro de Documentação e Arquivo Feminista Elina Guimarães.

MATTOSO, José (1993), *História de Portugal* (vol. II), Lisboa, Editorial Estampa.

MATLAND, Richard E. (2000), «Electoral system effects: majoritarian versus proportional representation systems», in CASTRO, Carmem, org., *Towards a Parity Democracy*, Madrid, CELEM, pp. 115-135.

MAURÍCIO, Maria José (2003), «Mulheres e Cidadania – alguns perfis e acção política (1949-1973)», dissertação de mestrado em Estudos sobre as

Mulheres, Universidade Aberta, Lisboa, orientação da professora doutora Anne Cova.

MC ADAM Doug, MCCARTHY, John D., ZALD , Mayer N. (1996), eds., *Comparative Perspectives on Social Movements*, Londres, Cambridge University Press.

MC DOWELL, Linda, «Gender Divisions», in *The Changing Social Structure (restructuring Britain)*, Londres, Vage Publications, 1993, pp. 159-193.

MELO, Rosenery Nobre de (1975), *As Mulheres Portuguesas na Resistência*, Seara Nova, Lisboa.

MENDOZA, Rocio (1999), introdução, SKROBANEK, Siriporn, BOONPAKDI, Nattaya, JANTHAKEERO, Chutima, *Tráfico de Mujeres*, Madrid, Narcea Ediciones.

MICHEL, Andrée (1982), *O Feminismo – Uma Abordagem Histórica*, Rio de Janeiro, Zahra, 1982.

MIES, Maria (1983), «Towards a Methodology of Feminist Research», in BOWLES, Gloria, KLEIN, Renate Duelli, eds, *Theories of Women's Studies*, Londres, Routledge & Kegan Paul.

MIES, Maria (1986), *Patriarchy and Accumulation on a World Scale*, Londres, Zed Books.

MIES, Maria (1991), «Women's research or feminist research?», in MARGARET, Mary e JUDITH, A., Ed., *Beyond Methodology, Feminist Scholarship as Lived Research*, Bloomington Indiana University Press, pp. 60-84.

- MILLET, Kate (1970), *Sexual Politics*, Londres, Virago.
- MILLET, Kate (1978), *Sexual Politics*, Nova Iorque, Ballantin.
- MITCHELL, Juliet (1973), *Woman's Estate*, Nova Iorque, Vintage Books.
- MIRZA, Heidi (1997), *Black British Feminism. A Reader*, Londres, Routledge.
- MONTEIRO, Fátima Jorge (2000), *Mulheres Agredidas pelos Maridos: de Vítimas a Sobreviventes*, Lisboa, CIDM.
- MONTREYNAUD, Florence (2001), *Le XXe Siècle des Femmes*, Paris, Nathan.
- MORGAN, Robin (1970), *Sisterhood is Powerful*, Nova Iorque, Vintage.
- MORGAN, Robin (1978), *Going too Far: the Personal Chronicle of a Feminist*, Nova Iorque, Vintage Books.
- MORGAN, Robin (1984), ed., *Sisterhood is Global, the International Women's Movement – Anthology*, Nova Iorque, Anchor Books.
- MOSCONI, Nicole (1994), *Femmes et Rapport au Savoir. La Société, l'École et la Division Sexuelle des Savoirs*, Paris, l'Harmattan.
- MOUFFE, Chantal e LACLAU, Ernesto (1985), *Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics*, Londres.
- MOUFFE, Chantal (1992), «Feminism, Citizenship and Radical Democratic Politics», in BUTLER, Judith e SCOTT, Joan, eds., *Feminists Theorize the Political*, Routledge, Nova Iorque, pp. 369-384.

MOUFFE, Chantal (1996), *O Regresso do Político*, Lisboa, Gradiva.

NAGLE, Jill (1997), eds., *Whores and Other Feminists*, Nova Iorque, Routledge.

NAMORADO, Rui (1989), «Para uma Universidade Nova. Crónica da crise de 1969 em Coimbra», in *Revista Crítica das Ciências Sociais*, n.º 27/28, Junho, 1989, pp. 63-134.

NASH, Mary (1996), «Diverse identities: constructing european feminisms», *Global Forum Series*, Center for International Studies, Durham, North Carolina, pp. 8-18.

NASH, Mary (2004), «As Mulheres no Mundo», Gaia, Ausência.

NAVAILH, Françoise, «O Modelo Soviético», in DUBY, Georges, PERROT, Michelle, sob a direcção, *História das Mulheres no Ocidente*, vol. 5, Lisboa, Círculo de Leitores, 1991, pp. 277-293.

NEVES, Helena (1988), *Apontamentos para a História do MDM – o Retomar dos Gestos*, MDM.

NEVES, Helena (1999), *Abril/Mulher*, CML, MRR.

NEVES, Helena (2001), *O Estado Novo e as Mulheres*, Lisboa, Câmara Municipal, Biblioteca Museu República e Resistência.

NEVES, Sofia (2003), «A Psicologia Feminista e a Violência contra as Mulheres na Intimidade: a (re) construção dos espaços terapêuticos», comunicação no seminário «Os feminismos no nosso tempo», promovido pela UMAR, no Porto, em 5 e 6 de Abril de 2003.

NEVES, Sofia (2005), «Metodologias feministas na psicologia social crítica: a ciência ao serviço da mudança social», in revista *Ex-Aequo*, n.º 11, pp. 123-138.

NEVES, Sofia (2008), *Amor, Poder e Violências na Intimidade*, Coimbra, Quarteto.

NEVINS, Allan (1996), «Oral history: how and why it was born», in *Wilson Library Bulletin*, 40, Março, 1996, pp. 600-601.

NICHOLSON, Linda (1995), ed., *Feminism Contentations. A Philosophical Exchang*, Nova Iorque, Routledge.

NIZZA DA SILVA, Maria Beatriz (1999), «Os Estudos sobre as Mulheres, a difícil interdisciplinaridade», in *Ex-Aequo* n.º 1, pp. 31-32.

NOBRE, Miriam, FARIA, Nalu (2003), «Feminismo em movimento: temas e processos organizativos da Marcha Mundial de Mulheres no Fórum Social Mundial», in *Estudos Feministas*, CFH/CCE/UFSC, vol. 11, n.º 2/2003, pp. 623-631.

NÓBREGA, Dória, «Planeamento Familiar – um conceito subversivo», in APF, *Revista Sexualidade e Planeamento Familiar*. n.º 13-14, 2.ª série, Janeiro/Julho de 1997.

NOGUEIRA, Claudia, Mazzei (2004), *A Feminização no Mundo do Trabalho*, S. Paulo, Autores Associados.

NOGUEIRA, Conceição (2001a), *Um Novo Olhar sobre as Relações Sociais de Género*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

NOGUEIRA, Conceição (2001b), «Construcionismo social, discurso e

género», in AMÂNCIO, Lúcia, org., *Psicologia – Sexo e Género*, vol. XV, n.º 1, APP, Celta, pp. 43-65.

NOGUEIRA, Conceição, NEVES, Sofia (2004), «Metodologias feministas na psicologia social crítica: a ciência ao serviço da mudança social», in revista *Ex-Aequo*, n.º 11, APEM, Afrontamento, pp. 123-138.

NOGUEIRA, Franco (1984), *Salazar. A Resistência (1958-1964)*, Porto, Livraria Civilização.

OBOKATA, Tom (2006), *Trafficking of Human Beings from a Human Rights perspective: Towards a Holistic Approach*, Leiden, Nijhoff.

OFFEN, Karen (1988), «Defining Feminism, a comparative historical approach», *Signs*, vol. 1, pp. 119-155.

OFFEN, Karen (2000), *European Feminisms, 1700-1950: A Political History*, Stanford University Press.

OFFEN, Karen (2008), «Erupções e fluxos: reflexões sobre a escrita de uma história comparada dos feminismos europeus, 1700-1950», in COVA, Anne, dir., *História Comparada das Mulheres*, Lisboa, Livros Horizonte, pp. 29-45.

OWENS, Craig (1983), «The discourse of others: feminism and postmodernism», in FOSTER, Hal, ed., *The Anti-Aesthetic: Essays on Modern Culture*, Washington, Bay Press.

OLIVEIRA, Alexandra e MANITA, Celina (2002), *Estudo de Caracterização da Prostituição de Rua no Porto e em Matosinhos*, Porto, CIDM.

OLIVEIRA; Alexandra (2004), *As Vendedoras de Ilusões, Estudo sobre a Prostituição, Alterne e Striptease*, Lisboa, Notícias.

OLIVEIRA, César (1996), «A aparente quietude dos anos 50», in *Portugal Contemporâneo*, REIS, António, dir., Lisboa, Publicações Alfa.

OLIVEIRA, João (2002), *O Evangelho da Vida: Representações Sociais do Aborto no Discurso da Igreja Católica Romana*, mestrado em Psicologia Social e Organizacional, ISCTE.

OLIVEIRA, João, AMÂNCIO, Lígia (2006), «Teorias feministas e representações sociais: desafios dos conhecimentos situados para psicologia social», in revista *Estudos Feministas*, n.º 14, vol. 3, Florianópolis, Set./Dez., 2006 (disponível em www.scielo.br).

OLIVEIRA, Rosiska Darcy de (2005), «Inédita e subversiva», in *Ex-Aequo*, n.º 12, pp. 59-63.

O'NEILL, Maggie (1997), «Prostitute women now», in SCAMBLER, Graham, SCAMBLER, Annette, *Rethinking Prostitution: Purchasing Sex in the 1990s*, Londres, Routledge, pp. 3-28.

PAGLIA, C. (1997), *Vampes e Vadias*, Lisboa, Relógio de Água.

PALLA, Maria Antónia (1979), *Só Acontece aos Outros*, Lisboa, Bertrand.

PALLA, Maria Antónia (1999), «Direito a ser simplesmente mulher para uma sociedade paritária», in *Aborto Decisão da Mulher*, Lisboa, UMAR, pp. 65-66.

PALLA, Maria Antónia (2001), «As mulheres e o XXI – uma longa

marcha», in *Mulheres Século XX, 101 livros*, FIADEIRO, Maria Antónia, dir., Câmara Municipal de Lisboa, pp. 43-53.

PATEMAN, Carole (1988), *Sexual Contract*, Cambridge, Polity Press.

PATEMAN, Carole (1996), «Críticas feministas a la dicotomia público/privado», in CASTELLS, Carme, org., *Perspectivas Feministas en Teoría Política*, Barcelona, Paidós, pp. 31-52.

PATEMAN, Carole (1997), «Beyond the sexual contract», in DENCH, J. Dench, org., *Rewriting the Sexual Contract*, Londres, Institute of Community Studies.

PENICHE, Andrea (2007), *Elas Somos Nós – o Direito ao Aborto como Reivindicação Democrática e Cidadã*, Porto, Afrontamento.

PEREIRA, Pacheco (2005), *Álvaro Cunhal – uma Biografia Política, o Prisioneiro (1949-1960)*, Lisboa, Temas & Debates.

PERISTA, Heloísa e MACHADO (1997), «Femmes immigrées au Portugal: identités et différence», *Migrations Sociétés*, CIEMI – Centre d'Information et d'Études sur les Migrations Internationales, vol. 9, n.º 52, Julho/Agosto, pp. 91-103.

PERISTA, Heloísa (1999), *Os Valores do Tempo e o Tempo do Trabalho – Uma Questão de Género*, Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, Lisboa.

PERISTA, Heloísa (2002), «Género e trabalho não pago: os tempos das mulheres e os tempos dos homens», in *Famílias, Análise Social*, revista do ICS, n.º 163, Verão de 2002, pp. 447-474.

PERROT, Michelle (1987), «Pratiques de la mémoire féminine», in *Traverses*, Abril, pp. 19-27.

PERROT, Michelle (2004), prefácio ao livro *Le Siècle des Féminismes*, dir. de Michelle Zancarini-Fournel, Françoise Thébaud, Brigitte Studer, Florence Rochefort, Catherine Jacques e Eliane Gubin, Paris, Les Éditions de l'Atelier, pp. 9-13.

PERROT, Michelle (2008), «L'Histoire des Femmes: le silence Perrot», in CASTRO, Zília Osório, dir., *Falar de Mulheres, História e Historiografia*, Lisboa, Livros Horizonte, pp. 141-150.

PETERSEN, Sílvia (1992), «Algumas interrogações sobre as tendências recentes da historiografia: a emergência do Novo e a crítica ao racionalismo», *LPH: revista de História*, vol. 3, n.º 1, pp. 102-111.

PHETERSON, Gail (2000), «Prostitution II», in *Dictionnaire Critique du Féminisme*, Paris, Puf, pp. 166-172.

PHOENIX, Anne, STACEY, Jackie, HINDS, Hilary (1992), *Working Out: New Directions for Women's Studies*, Londres, Falmer Press.

PICQ, Françoise (1993), *Libération des Femmes. Les Années Mouvement*, Paris, Seuil.

PICQ, Françoise (1998), «Le MLF exception française ou modèle?», in THÉBAUD, Françoise e COHEN, Yolande, dir., *Féminismes et identités nationales: le processus d'intégration des femmes au politique*, Paris, Centre Jacques Cartier, pp. 207-218.

PIGENET, Michel e TARTAKOWSKY, Danielle (2003), «Les Marches en France aux XIX-XXème siècles, récurrence et métamorphose d'une

démonstration collective, in *Le Mouvement Social*, n.º 202, Janeiro/Março, pp. 69-94.

PIMENTEL, Irene (2000), *História das Organizações Femininas no Estado Novo*, Lisboa, Círculo de Leitores.

PIMENTEL, Irene Flunser (2007b), *A História da PIDE*, Lisboa, Círculo de Leitores, Temas & Debates.

PIMENTEL, Irene Flunser (2007b), «Mocidade Portuguesa e a formação de uma nova mentalidade», in MADEIRA, João, coord., *Vítimas de Salazar – Estado Novo e violência política*, Lisboa, Esfera dos Livros, pp. 289-304.

PINTASILGO, Maria de Lourdes (1981), *Os Novos Feminismos*, Lisboa, Moraes Editora.

PINTASILGO, Maria de Lourdes (1998), *Cuidar o Futuro – Um Programa Radical para Viver Melhor*, Comissão Independente População e Qualidade de Vida, Lisboa Trinova.

PINTO, Céli Regina (1991), «Movimentos Sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político», in COSTA Albertina de Oliveira, BRUSCHINI, Cristina, eds., *Uma Questão de Género*, Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, pp. 127-149.

PINTO, Céli Regina Jardim (2003), *Uma História do Feminismo no Brasil*, S. Paulo, Edição Fundação Perseu Abramo.

PIZZEY, Erin (1974), *Scream Quietly or the Neighbours Will Hear*, Londres, Penguin Books.

POLLOCK, Griselda (2002), «A política da teoria: gerações e geografias

na teoria feminista», in MACEDO, Ana Gabriela, org., *Género, Identidade e Desejo – Antologia Crítica do Feminismo Contemporâneo*, Lisboa, Livros Cotovia, 2002, pp. 191-220.

PORTUGAL, Sílvia (2004), «Políticas Familiares» in *Contextos de Sociologia*, APS.

PUERTA, Mercedes Augustín (2003), *Feminismo: Identidad Personal y Lucha Colectiva. Análisis del Movimiento Feminista Español en los Años 1975 a 1985*, Universidade de Granada.

RAMALHO, Irene (2001), «Os estudos sobre as mulheres e os saberes», in revista *Ex-Aequo*, n.º 5, pp. 107-122.

RAMOS, Maria Dolores (1993), *Mujeres e Historia – Reflexiones sobre las Experiencias vividas en los Espacios Publicos y Privados*, Málaga, Universidade de Málaga.

RANGEL, Olívia e SORRENTINO, Sara (1994), «Género: conceito histórico», in *Princípios*, S. Paulo, Maio/Junho/Julho, pp. 47-51.

REGO, Maria do Céu Cunha (2007), «Novas respostas do Direito para a concretização da Igualdade de Género», in AMÂNCIO, Lúcia, TAVARES, Manuela, JOAQUIM, Teresa, orgs., *O Longo Caminho das Mulheres – Feminismos 80 Anos Depois*, Lisboa, D. Quixote, pp. 428-437.

REINHARZ, Shula (1992), *Feminist Methods in Social Research*, Nova Iorque, Oxford University Press.

REYNAUD, Maria João (2001), «Maria Teresa Horta» in *Vozes e Olhares no Feminino*, Porto, Afrontamento, pp. 32-34.

REMY Monique (1990), *De l'Utopie à l'Intégration – Histoire des Mouvements de Femmes*, Paris, Éditions L'Harmattan.

RIBEIRO, Manuela; SILVA, Manuel Carlos; SCHOUTEN, Johanna; RIBEIRO, Fernando B.; SACRAMENTO, Octávio (2008), *Vidas na Raia. Prostituição Feminina em Regiões de Fronteira*, Porto, Afrontamento.

RIBEIRO, Manuela, SILVA, M. Carlos, RIBEIRO, F.B., SACRAMENTO O. (2005), *Prostituição Abrigada em Clubes (Zonas fronteiriças do Minho e Trás-os-Montes)*, Lisboa, CIDM.

RICH, Adrienne (1981), «La Contrainte à l'Hétérosexualité et l'Existence Lesbienne», *Nouvelles Questions Féministes*, 1.

RIVERA, Milagros (1994), *Nombrar el Mundo en Feminino. Pensamiento de las Mujeres y Teoria Feminista*, Barcelona, Icaria.

ROCHA, Anabela, «Activismo Queer e feminismo», in ARAÚJO, Helena Costa, org., *Mulheres, Participação e Democracia, Ex-Aequo*, n.º 13, 2006.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (1995), *Sociologia das Migrações*, Lisboa, Universidade Aberta.

ROCHEFORT, Florence (1997a), «Refléxions à propos de l'histoire du féminisme», in THÉLAMON, Françoise, e SOHN, Anne-Marie, eds, *L'Histoire sans les Femmes Est-Elle Possible?*, Rouen, Perrin, pp. 195-203.

ROCHEFORT, Florence (1997b), «Du droit des femmes au féminisme en Europe 1860-1914», in fauré, dir., Christine *Encyclopédie Politique et Histoire des Femmes*, Paris, PUF, pp. 551-570.

RODRIGUES, Domingos (1990), *Abel Varzim*, Lisboa, Rei dos Livros.

RODRIGUES, Julieta Almeida, *Continuidade e Mudanças nos Papéis das Mulheres Portuguesas Urbanas*, Lisboa, CIDM, 1995.

ROMERO, Maria Xosé Agra (1997), *Corpo de Muller: Discurso, Poder, Cultura*, Galiza, Edicións Laiovento.

ROSAS, Fernando (1992), «Portugal e o Estado Novo (1930-1960)», in SERRÃO, Joel, MARQUES, A. Oliveira, dir., *Nova História de Portugal*, Lisboa, Presença.

ROSAS, Fernando (1996a), *História de Portugal, o Estado Novo*, Lisboa, Editorial Estampa.

ROSAS, Fernando (1996b), «Os anos de guerra e a primeira crise do regime», in *Portugal Contemporâneo*, REIS, António, dir., Lisboa, Publicações Alfa.

ROSAS, Fernando (2007), «Memória da violência e violência da Memória», prefácio a madeira, João, PIMENTEL, Irene Flunser e FARINHA, Luís, *As Vítimas de Salazar – Estado Novo e Violência Política*, Lisboa, Esfera dos Livros, pp. 15-30.

ROWBOYHAM, Sheila (2010), *Dreamers of a New Day: Women who Invented the Twentieth Century*, Londres, Verso.

ROWBOYHAM, Sheila (1996), «Introduction» in THRELFALL, Monica, ed., *Mapping the Women's Movement*, Londres, Verso, pp. 3-16.

ROWBOYHAM, Sheila (1976), *Hidden from History*, Londres, Vintage Books.

ROWBOYHAM, Sheila (1997), *A Century of Women – The History of Women in Britain and the United States*, Londres, Viking.

RYAN, Barbara (1992), *Feminism and the Women's Movement*, Londres, Routledge.

SALAZAR, António de Oliveira (1977), *Como se Levanta um Estado*, Lisboa, Golden Books.

SAMARA, Alice (2007), *Operárias e Burguesas: as Mulheres no Tempo da República*, Lisboa, Esfera dos Livros.

SANTOS, Ana Cristina (2006), «Direitos LGBT, uma questão de e para tod@s», in *Um Outro Mundo é Possível*, Lisboa, FSP, Edições Colibri, pp. 149-152.

SANTOS, Ana Cristina (2004), «Direitos Humanos e minorias sexuais em Portugal», in *Indisciplinar a Teoria, Estudos Gays, Lésbicos e Queer*, Fenda Edições, pp. 143-182.

SANTOS, Boaventura de Sousa, SANTOS, Ana Cristina, DUARTE, Madalena, BARRADAS, Carlos, ALVES, Magda (2009), *Cometi um Crime? Representações sobre a (I)Legalidade do Aborto*, Porto, Afrontamento.

SANTOS, Boaventura de Sousa (1994), *Pela Mão de Alice, o Social e o Político na Pós-Modernidade*, Porto, Afrontamento.

SANTOS, Boaventura de Sousa (1995), *Towards a New Common Sense: Law, Science and Politics in the Paradigmatic Transition*, Nova Iorque, Routledge.

SANTOS, Boaventura de Sousa (2005), *O Fórum Social Mundial –*

Manual de uso, Porto, Afrontamento.

SANTOS, Boaventura de Sousa (2007), GOMES, Conceição, DUARTE, Madalena, BAGANHA, Maria Ioannis, *Tráfico de Mulheres em Portugal para Fins de Exploração Sexual*. Projecto CAIM – Cooperação, Acção, Investigação, Mundivisão, Coimbra, CES.

SANTOS, Carlos Oliveira (1982), «A prostituição em Portugal, nos séculos XIX e XX», in *História*, n.º 41, Março, pp. 2-21.

SANTOS, Cecília MacDowell (2005), *Women's Police Stations: Gender, Violence, and Justice in São Paulo, Brasil*, Nova Iorque, Palgrave Macmillan.

SANTOS, Cecília MacDowell (2007), «Transnational legal activism and the state: reflections on cases against Brazil in the inter-american commission on human rights», in *Sur International Journal on Human Rights*, n.º 7, pp. 29-59.

SANTOS, Maria Emília Brederode (1999), «Evocação das mulheres no movimento estudantil português», *Abril/Mulher*, CML, MRR, pp. 29-30.

SANTOS, Paula Borges, *Igreja Católica, Estado e Sociedade 1968-1975 – o Caso da Rádio Renascença*, Lisboa, ICS.

SANTOS, Carlos Oliveira (1982), «A prostituição em Portugal, nos séculos XIX e XX», in *História*, n.º 41, Março, pp. 2-21.

SARTI, Cyntia (2001), «Feminismos e contexto: lições do caso brasileiro», *Cadernos Pagu*, n.º 16, pp. 31-48.

SCAVONE, Lucila (2001), «A maternidade e o feminismo: diálogo com as

ciências sociais», *Cadernos Pagu*, n.º 16, pp. 137-150.

SCHNEIR, Miriam (1972), ed., *Feminism – the Essential Historical Writings*, Nova Iorque, Random House.

SCOTT, Joan (1988a), «The problem of invisibility», in KLEINBERG, S. Jay, ed., *Retrieving Woman's History-Changing Perceptions of the Role of Women in Politics*, Oxford, Berg, pp. 5-29.

SCOTT, Joan (1988b), *Gender and the Politics of History*, Nova Iorque, Columbia University Press.

SCOTT, Joan (1996), ed., *Feminism & History*, Oxford, Oxford University Press.

SEDGWICK, Eve (1993), *Tendencies*, Durham, Duke University Press.

SERRALHEIRO, Lúcia (2002), «A Associação Portuguesa Feminina para a Paz, delegação do Porto (1942-1952)», dissertação de mestrado, Universidade Aberta.

SERTÓRIO, Elsa, PEREIRA, Filipa Sousa (2004), *Mulheres Imigrantes*; Lisboa, Ela por Ela.

SILVA, Regina Tavares da (1982a), *Feminismo em Portugal na voz das Mulheres Escritoras do Início do Século XX*, Lisboa, Comissão da Condição Feminina.

SILVA, Regina Tavares da (1982b), *Mulheres Portuguesas, Vidas e Obras Celebradas, Vidas e Obras Ignoradas*, Lisboa, CIDM, Ditos & Escritos.

SILVA, Regina Tavares da (1994), *Democracia Paritária – Um Conceito*

Novo ou Um Novo Olhar sobre a Democracia, Lisboa, CIDM.

SILVA, Regina Tavares da (2001), «Estudos sobre as Mulheres em Portugal, um olhar sobre o passado», in *Ex-Aequo*, n.º 1, pp. 17-28.

SILVERA, Rachel (2005), «Temps de travail et genre: une relation paradoxale», in MARUANI, Margaret, dir., *Femmes, Genres et Sociétés: l'État des Savoirs*, Paris, La Découverte, pp. 265-272.

SKROBANEK, Siriporn, BOONPAKDI, Nattaya, JANTHAKEERO, Chutima (1999), *Tráfico de Mujeres*, Madrid, Narcea Ediciones.

SMITH, Bonnie G. (2005), ed., *Women's History in Global Perspective*, Chicago, University of Illinois Press.

SOUSA, Antónia de (1971), *O Mercado de Trabalho e a Mulher*, Lisboa, Arcádia.

SOUSA, Antónia (2000), *Diálogos com Agostinho da Silva*, Lisboa, Casa das Letras.

SOUZA, Maria Reynolds (2005), «Cronologia da vida e obra de Maria de Lourdes Pintasilgo», in *Ex-Aequo*, n.º 12, pp. 45-57.

STANLEY, Liz (1997), «Methodology Matters», in ROBINSON, Victoria & RICHARDSON, Diane, eds., *Introducing Women's Studies. Feminist Theory and Practise*, Londres, Macmillan, pp. 199-238.

STUDER, Brigitte (2004), «Introduction», *Le Siècle des Féminismes*, Paris, Les Éditions de L'Atelier, pp. 16-25.

SULLIVAN, B. (1995), «Rethinking Prostitution», in CAINE, B. & PRINGLE,

R., eds., *Transitions: New Australian Feminisms*, Sidney, Allen & Unwin, pp. 184-197.

TAYLOR, Verta, RUPP, Leila J. (1991), «Researching the Women's Movement», in FONOW, Mary Margaret e COOK, Judith A., eds., *Beyond Methodology-Feminist Scholarship as Lived Research*, Bloomington, Indiana University Press.

TAVARES, Manuela (2000), *Movimentos de Mulheres em Portugal – Décadas de 70 e 80*, Lisboa, Livros Horizonte.

TAVARES, Manuela (2003), *Aborto e Contracepção em Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte.

TAVARES, Manuela (2007), «A longa luta das mulheres pela legalização do aborto», in OCKRENT, Christine, dir., *O Livro Negro da Condição das Mulheres*, Lisboa, Temas & Debates, pp. 384-394.

TENGARRINHA, Margarida (2004), *Quadros de Memória*, Edições Avante.

THÉBAUD, Françoise (2001), «Féminisme et maternité: les configurations du siècle», in KNIBIEHLER, Yvonne, ed., *Maternité, Affaire Privée, Affaire Publique*, Paris, Bayard, pp. 29-47.

THÉBAUD, Françoise (2004), «Entre histoire e mémoire», *Le Siècle des Féminismes*, Paris, Les Éditions de L'Atelier, pp. 27-41.

THÉLAMON, Françoise, et SOHN, Anne-Marie (1998), eds., *L'Histoire sans les Femmes Est-Elle Possible?*, Rouen, Perrin.

THÉBAUD, Françoise (2008), «Genre et histoire», in CASTRO, Zília

Osório, dir., *Falar de Mulheres, História e Historiografia*, Lisboa, Livros Horizonte, pp. 187-201.

THEORIN, Maj Britt, intervenção na sessão de abertura da Conferência Europeia: Violência contra as mulheres – tolerância Zero, in *Cadernos da Condição Feminina*, n.º 57, Lisboa, CIDM, pp. 29-36.

THÉRY, Irène (2001), «Mixité et Maternité», in KNIBIEHLER, Yvonne, dir., *Maternité, Affaire Privée, Affaire Publique*, Paris, Bayard, pp. 251-270.

TÉTREAU, Mary Ann (1994), ed., *Women and Revolution in Africa, Asia and the New World*, Columbia, University of South Carolina.

THRELFALL, Monica (1996), *Mapping the Women's Movement*, Londres, Verso.

TOBIAS, Sheila (1997), *Faces of Feminism: an Activist's Reflections on the Women's Movement*, Colorado, Westview Press.

TORRES, Anália (1996), *Divórcio em Portugal: Ditos e Interditos*, Oeiras, Celta.

TORRES, Anália (2001), *Sociologia do Casamento: A Família e a Questão Feminina*, Oeiras, Celta.

TORRES, Anália (2002a), *Casamento em Portugal*, Oeiras, Celta, 2002.

TORRES, Anália (2002b), «A Sociologia da família, a questão feminina e o género», in revista *Ex-Aequo*, n.º 6, pp. 117-145.

TORRES, Anália (2002a), *Casamento em Portugal*, Oeiras, Celta, 2002.

TORRES, Anália Cardoso (2004a), *Vida Conjugal e Trabalho – uma Perspectiva Sociológica*, Oeiras, Celta.

TORRES, Anália Cardoso, coord., SILVA, Francisco Vieira da, MONTEIRO, Teresa Líbano, CABRITA, Miguel (2004b), *Homens e Mulheres entre Família e Trabalho*, Presidência do Conselho de Ministros, Ministério da Segurança Social e Trabalho, CITE.

TORRES, Anália, VALA, Jorge (2007), orgs., *Contextos e Atitudes Sociais na Europa – 6*, Lisboa, ICS.

TORRES, Anália, MENDES, Rita, LAPA, Tiago (2007), «Famílias na Europa», in VALA, Jorge, TORRES, Anália, orgs., *Contextos e Atitudes Sociais na Europa. Atitudes Sociais dos Portugueses – 6*, Lisboa, ICS, pp. 97-144.

TOUPIN, Louise (1993), «Une histoire du féminisme est-elle possible?», in *Temps e Mémoires des Femmes*, Quebec, Recherches Féministes, vol. 6, pp. 25-51.

TOURAINE, A., «An introduction to the Study of Social Movements», *Social Research*, vol. 52, n.º 4.

TURSHEN, Meredith, HOLCOMB, Briavel (1993), ed., *Women's Lives and Public Policy – the International Experience*, Londres, Greenwood Press.

VAQUINHAS, Irene, COELHO, Maria Helena da Cruz (1986), «Conclusões do colóquio “A mulher na sociedade portuguesa” – actas do colóquio» (vol. II), Instituto de História Económica e Social, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

VAQUINHAS, Irene (1993), «Estudos sobre as Mulheres na área da

História», *Estudos sobre as Mulheres em Portugal*, Lisboa, CIDM, pp. 107-129.

VAQUINHAS, Irene (2002), «Impacte dos estudos sobre as mulheres na produção científica nacional – o caso da História», in revista *Ex-Aequo*, n.º 6, 147-174.

VALADARES, Loreta (1992), «A controvérsia feminismo e marxismo», in *Princípios*, S. Paulo, pp. 44-49.

VALIENTE, Célia (1997), «El Feminismo de Estado en Portugal: la Comisión para la Igualdad y para los Derechos de las Mujeres», texto policopiado apresentado ao III Congreso Español de Ciencia política y de la Administración, Salamanca 2 a 4 de Outubro de 1997.

VARGAS, Virgínia (2003), CELIBERTI, Lilian, «Feministas en el Foro», in *Estudos Feministas*, CFH/CCE/UFSC, vol. 11, n.º 2, pp. 586-598.

VICENTE, Ana, «Do autoritarismo e das mulheres na segunda e terceira repúblicas», in revista *História das Ideias*, Faculdade de Letras de Coimbra, vol. 16.

VICENTE, Ana (1998), *As Mulheres na Transição do Milénio*, Lisboa, Multinova.

VICENTE, Ana (1998), *Os Poderes das Mulheres, os Poderes dos Homens*, Lisboa, Círculo de Leitores.

VICENTE, Ana (2007), «O pensamento feminista na primeira metade do século XX e os obstáculos à sua afirmação», in AMÂNCIO, Lúcia, TAVARES, Manuela, JOAQUIM, Teresa, orgs., *O Longo Caminho das Mulheres – Feminismos 80 Anos Depois*, Lisboa, D. Quixote, pp. 59-73.

VIDAL, Duarte (1974), *O Processo das Três Marias*, Lisboa, Futura.

VIEGAS, José Manuel, FARIA, Sérgio (1999), *As Mulheres na Política*, Presidência do Conselho de Ministros, Imprensa Nacional, Casa da Moeda.

VIEGAS, José Manuel, FARIA, Sérgio (2001), *As Mulheres na Política*, Oeiras, Celta.

VIEGAS, Lia (1977), *A Constituição e a Condição da Mulher*, Lisboa, DIABRIL.

VIEIRA, Cristina Maria (2003), «Educação e desenvolvimento do género. Os trilhos percorridos na família», tese de doutoramento em Ciências da Educação, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade de Coimbra.

VIEIRA, Joaquim (2000), *Portugal Século XX, Crónica em Imagens (1970-1980)*, Lisboa, Círculo de Leitores.

VILLAMARIN, Carme Adán (1997), «Feminismo e Liberalismo, uma difícil relação», in revista *Terra e Tempo*, Santiago de Compostela, UPG, Janeiro/Abril, pp. 18-21.

VOLDMAN, Danièle (1984), «Les sources orales pour l'histoire des femmes», in PERROT, Michelle, dir., *Une Histoire des Femmes Est-Elle Possible?*, Paris, Éditions Rivages, pp. 60-70.

VOET, Rian (1998), *Feminism and Citizenship*, Londres, Sage Publications.

WASSERMAN, Gilbert (2003), «Comment gérer les divergences et les différences?», in *Où Va le Mouvement Altermondialisation?*, Paris, La

Découverte.

WEEDON, Chris (1989) *Feminist Practise and Poststructuralist Theory*, Londres, Basil, Blackwell.

WISE, Sue (2001), «Feminist activism: continuity and change», in Cosslett, Tess, Easton, Alison, Summerfield, Penny (2001), eds., *Women, Power and Resistance: an Introduction to Women's Studies*, Buckingham, Open University Press, pp. 238-249.

WITTIG, Monique (2001), *La Pensée Straigh*, Paris, Balland (modernes), pp. 106-107.

YOUNG, Íris Marion (1996), «Vida política y diferencia de grupo: una crítica del ideal de ciudadanía universal», in CASTELLS, Carme, org., *Perspectivas Feministas en Teoría Política*, Barcelona, Paidós, pp. 99-126.

YOUNG, Íris Marion (1997), *Intersecting Voices, Dilemmas of Gender, Political Philosophy and Policy*, Pinceton University Press.

YOUNG, Íris Marion (2000), *La Justicia y la Política de la Diferencia*, Madrid, Ediciones Cátedra.

ZIMMERMANN, Marie-Jo (2003), *Pourquoi la Parité en Politique Reste-t-elle un Enjeu pour la Démocratie Française?*, Paris; Observatoire de la Parité entre les femmes et les hommes, Paris. (Rapport à Monsieur le Premier Ministre.)

[1]1 Manuela Tavares, *Movimentos de Mulheres em Portugal nas Décadas de 70 e 80*, Lisboa, Livros Horizonte, 2000. De notar que este livro foi o primeiro da colecção «A Mulher e a Sociedade», que conta hoje com mais de duas dezenas de títulos.

[2] Manuela Tavares, «A Longa Luta das Mulheres Portuguesas pela Despenalização do Aborto», in Christine Ockrent (Org.), *O Livro Negro da Condição das Mulheres*, Lisboa, Temas & Debates, 2007, pp. 384-394.

[3] Manuela Tavares, *Aborto e Contracepção em Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 2003.

[4]Alguns exemplos: *Hidden from History* (1976) de Sheila Rowbotham; *A History of Their Own: Women in Europe, from Prehistory to the Present* (1998), de Bonnie S. Anderson e Judith P. Zinsser; *Le XXe Siècle des Femmes* (2000), de Florence Montreynaud; *European Feminisms, 1700-1950: A Political History* (2000), de Karen Offen; *Le Diècle des Feminismes* (2004), coordenado por várias historiadoras, entre as quais Françoise Thébaud e Florence Rochefort. *As Mulheres no Mundo: História, Desafios e Movimentos* (2005), de Mary Nash. Outras obras, abrangendo extensos períodos de tempo e elaboradas numa perspectiva de história comparada, são referidas por Anne Cova (2008), no livro *História Comparada das Mulheres – Novas Abordagens*. Ainda, neste mesmo livro é referido que Christine Fauré, coordenadora da *Political and Historical Encyclopedia of Women* afirma a importância de «localizar, descrever e avaliar o papel das mulheres no movimento geral de transformação que tem marcado a nossa sociedade ocidental» (COVA, 2008:17). Inseridos nesta preocupação surgem os trabalhos de Françoise Picq sobre o Movimento de Libertação das Mulheres em França e de Sylvie Chaperon sobre o período histórico de 1945 a 1970, que ela designou como *Les Années Beauvoir*.

[5]Regina Tavares da Silva (1982) escreve sobre os *Feminismos em Portugal na Voz das Mulheres Escritoras do Início do Século XX*. João Gomes Esteves (1991), através de uma exaustiva investigação, visibiliza a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, no período de 1909 a 1919, como uma organização política e feminista e, ainda, num outro estudo de 1998 sobre as origens do sufrágio português, analisa a acção da Associação de Propaganda Feminista, formada em 1911. Um ensaio sobre o movimento feminista português analisado através dos artigos da revista *Alma Feminina*, do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1946) e do *Portugal Feminino* é publicado em 1995, por Rosmarie Wank-Nolasco Lamas. Lúcia Serralheiro, no seu trabalho de mestrado sobre a Associação Portuguesa Feminina para a Paz, traça-nos os caminhos da última associação a ser encerrada pelo regime do Estado Novo, em 1952. Vanda Gorjão, no seu trabalho *A Reivindicação do Voto no Programa do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas* aborda alguns aspectos da intervenção desta associação no período de 1914-1947. A mesma autora, em dissertação de mestrado, fala-nos da *Oposição Feminina ao Estado Novo* pela voz das mulheres pertencentes a grupos oposicionistas unitários. Também Anne Cova, no seu artigo «O Salazarismo e as Mulheres – uma abordagem comparativa» refere os movimentos feministas na oposição ao regime e as organizações femininas criadas pelo próprio regime. Esta última temática é objecto do estudo de Irene Pimentel: *História das Organizações Femininas do Estado Novo*, publicado no ano 2000. Ainda, acerca do papel ideológico do Estado Novo sobre as mulheres, Helena Neves elabora, em 2001, um interessante trabalho que integra o catálogo da exposição *O Estado Novo e as Mulheres* promovido pela Câmara Municipal de Lisboa. Desta primeira metade do século xx, há que referir também, em 1999, a tese de mestrado de

Maria Antónia Fiadeiro, obra pioneira no estudo da figura de Maria Lamas como jornalista e feminista. Dois outros trabalhos de investigação referem-se aos feminismos após o 25 de Abril de 1974. A dissertação de mestrado de Maria José Magalhães da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, sobre *Movimento Feminista e Educação. Portugal, Décadas de 1970 e 80*, que incidindo sobre as questões da educação, não deixa de analisar as associações e grupos de mulheres que surgiram após o 25 de Abril e a sua ligação às principais correntes do feminismo. A dissertação de mestrado, elaborada por Manuela Tavares, na Universidade Aberta: *Movimentos de Mulheres em Portugal – Décadas de 70 e 80*. Na investigação, então realizada, procurou-se relacionar os movimentos sociais da época com os movimentos de mulheres nas suas principais reivindicações. Concluindo da existência de um movimento feminista corporizado em três correntes: radical, socialista marxista e liberal, a insuficiência teórica e a falta de debate foram os traços comuns neste percurso do feminismo português nestas duas décadas. Reflexos desta situação levam a investigadora Lúcia Amâncio (2002) a apontar a fragilidade do pensamento feminista em Portugal, tanto fora como dentro da Academia e o défice de reflexão e teorização que lhe está associado, como um dos grandes obstáculos à mudança, numa sociedade fortemente normativa em relação ao papel feminino e paternalista em relação às mulheres. Na sua tese de doutoramento: *Um Novo Olhar Sobre as Relações Sociais de Género – Feminismo e Perspectivas Críticas na Psicologia Social*, Conceição Nogueira, da Universidade do Minho, introduz um quadro teórico que conduz à necessidade de aprofundar algumas ideias das feministas pós-modernas e das suas críticas à produção do conhecimento. Também a tese de doutoramento de Virgínia Ferreira da Universidade de Coimbra: *Relações Sociais de Sexo e Segregação do Emprego – Uma Análise da Feminização dos Escritórios em Portugal*, abre o debate sobre as relações entre o biológico e o social na teoria social para uma reconceptualização das diferenças entre os sexos. Maria José Magalhães na tese de doutoramento: *Mulheres, Espaços e Mudanças – O Pensar e o Fazer na Educação das Novas Gerações*, lança o desafio de se encararem as diferenças entre as mulheres em termos de classe, de etnia e «raça», de região, de orientação sexual, de capacidade como uma forma de enriquecimento do feminismo, o qual «tem que ser capaz de pensar uma teorização complexa e sofisticada de emancipação e libertação».

[6]Fernanda Henriques é filósofa, professora na Universidade de Évora e directora da Comissão do Curso de Mestrado «Questões de Género e Educação para a Cidadania». Vice-presidente da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres, é ainda membro do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida.

[7]Extractos da conferência «Concepções Filosóficas e Representações do Feminino: Subsídios para Uma Hermenêutica Crítica da Tradição Filosófica», proferida por Fernanda Henriques no colóquio Estudos Feministas e Cidadania Plena, Reitoria da Universidade de Coimbra, 8 e 9 de Fevereiro de 2008.

[8]THÉBAUD, Françoise (2004), «Entre histoire e mémoire», *Le Siècle des Féminismes*, Paris, Les Éditions de L’Atelier, p. 29. São assinalados como arquivos importantes pela historiadora: Le Centre d’archives du mouvement des femmes allemandes à Kassel (cré au début des années 1980); la Fondation Marthe Gosteli (Centre d’archives pour l’histoire du mouvement des femmes suisses, près de Berne), le Centre d’archives pour l’histoire des femmes, Bruxelles, 1995, Le Centre de Documentation Marguerite Durand (Paris).

[9]Feministas de diversas sensibilidades (Ana Campos, Ana Vicente, Fina D’Armada, Helena Neves,

Isabel Cruz, Lia Viegas, Maria Alzira Lemos, Maria Antónia Palla, Maria do Céu Cunha Rego, Maria Teresa Horta); diversas gerações de investigadoras/es (Ana Monteiro, Carlos Barbosa, Conceição Nogueira, Irene Pimentel, Maria Antónia Fiadeiro, Maria José Magalhães, Sofia Neves, Teresa Almeida, Virgínia Ferreira); membros de associações (Carmem Queiroz – Solidariedade Imigrante; Duarte Vilar – APF; Eduarda Ferreira – Clube Safo; Elisabete Brasil – UMAR; Luísa Corvo – ILGA; Medina Quarkhanova – Solidariedade Imigrante; Regina Marques – MDM; Sérgio Vitorino – Panteras Rosa; Teresa Cunha – AJP); militantes comunistas que viveram longos anos na clandestinidade (Albertina Diogo, Domicília Costa); activistas do movimento estudantil nas décadas de 1960 e 1970 (Manuela Góis, Sara Amâncio); activistas católicas nos anos 60 (Clarisse Canha, Joana Lopes).

[10]O Congresso International organizado em Paris em 1878 foi, segundo Florence Rochefort, «o primeiro de uma série de 23 congressos internacionais, dos quais 20 tiveram lugar na Europa, mais de metade organizados pelo Conselho Internacional das Mulheres ou pela Aliança Internacional para o Sufrágio das Mulheres». (ROCHEFORT, Florence, «Du droit des femmes au féminisme en Europe 1860-1914», in FAURÉ, Christine *Encyclopédie Politique et Histoire des Femmes*, Paris, PUF, 1997, p. 562.)

[11]MARTIN, Maria, «Le 18 Avril 1901», *Le Journal des femmes*, Maio 1901, n.º 110, citado por Anne Cova (1998), «O que é o feminismo? Uma abordagem histórica», in *O movimento feminista em Portugal*, actas do seminário realizado a 5 e 6 de Dezembro de 1998, Lisboa, UMAR, p. 10 (texto policopiado no Centro de Documentação e Arquivo Feminista Elina Guimarães).

[12]BOCK, Gisela (1991), «Challenging Dichotomies: Perspectives in Women's History», in OFFEN, Karen, *Writing Women's History. International Perspectives*, Bloomington, Indiana University Press, pp. 1-23, citada por TOUPIN, Louise (1993), «Une histoire du féminisme est-elle possible?», in *Temps e Mémoires des Femmes*, Quebec, Recherches Féministes, vol. 6, p. 27.

[13]BRAIDOTTI, Rosi (1994), «A diferença sexual como um projecto político nómada», in MACEDO, Ana Gabriela, org., *Género, Identidade e Desejo – Antologia Crítica do Feminismo Contemporâneo*, Lisboa, Cotovia, 2002, pp. 143-160.

[14]Cott, Nancy (1989), «Comment on Karen Offen's "Defining Feminism: a comparative historical approach"», *Signs* n.º 15, 1, pp. 203-205; OFFEN, Karen (1989), «Reply to Cott», in *Signs* n.º 15, 1, pp. 206-209.

[15]OFFEN, Karen (2008), «Erupções e fluxos, reflexões sobre a escrita de uma história comparada dos feminismos», COVA, Anne (org.), *História Comparada das Mulheres: novas abordagens*, Lisboa, Livros Horizonte, p. 36. Para Karen Offen: «As feministas podem ser identificadas como quaisquer pessoas, mulher ou homem, cujas ideias e acções [...] respondam a três critérios: 1) que reconheçam a validade das interpretações das próprias mulheres sobre a sua experiência vivida e necessidades, e que reconheçam os valores que as mulheres reclamam publicamente como seus [...] na apreciação do seu estatuto na sociedade face aos homens; 2) que exibam a sua consciência, desconforto ou até revolta face à injustiça institucionalizada (ou desigualdade) em relação às mulheres, enquanto grupo, pelos homens, enquanto grupo, em determinada sociedade; 3) que advoguem a eliminação dessa injustiça desafiando, mediante esforços para alterar as ideias prevalecentes, e/ou as instituições e práticas sociais, o poder coercivo, a força, ou autoridade que defenda as prerrogativas masculinas nessa cultura particular.

Assim ser feminista é necessariamente ser contrário à dominação masculina na cultura e na sociedade, qualquer que seja o local geográfico ou situação histórica.» (OFFEN, Karen, 2008, p. 36.)

[16] Melluci, A., (1994), «Que hay de Nuevo en los nuevos movimientos sociales?», in Laraña, E., Gusfield, J., *Los Nuevos Movimientos Sociales*, Madrid, Centro de Investigaciones Sociológicas, citado por ÁLVAREZ, Ana de Miguel (2002), «Movimento feminista e redefinição da realidade», in *O Feminismo Ontem e Hoje*, Lisboa, Ela por Ela, p. 79.

[17] Texto enviado por João Gomes Esteves, em 2008, para o *site* do Congresso Feminista 2008, organizado pela UMAR e promovido por uma vasta Comissão Promotora em Lisboa, a 26, 27 e 28 de Junho de 2008 na Fundação Calouste Gulbenkian e na Faculdade de Belas-Artes.

[18] «Congresso Nacional do Livre Pensamento», in *O Mundo*, 22 de Abril de 1908, p. 3, col. 3.

[19] O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas foi formado em 1914 como uma secção do International Council of Women, fundado em 1888, em Washington. Na década de 1920, Adelaide Cabete, fundadora do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas participou em diversos congressos feministas internacionais: Roma (1923); Washington (1925); Paris (1926), pelo que se depreende da influência internacional num maior dinamismo dos feminismos em Portugal.

[20] Os dois únicos espaços organizativos de mulheres que persistiam na década de 1940 foram encerrados em 1947 (Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas) e em 1952 (Associação Feminina para a Paz).

[21] Obra das Mães pela Educação Nacional (OMEN), criada em 1936 e a Mocidade Portuguesa Feminina, criada em 1937.

[22] Maria Lamas nasceu a 6 de Outubro de 1893 e morreu em Dezembro de 1983. Uma vida dedicada à luta pelos direitos das mulheres, ao jornalismo e à oposição ao regime ditatorial do Estado Novo, ver FIADEIRO, Maria Antónia (2003), Maria Lamas, Lisboa, Quetzal Editores (Bertrand).

[23] Obra das Mães para a Educação Nacional – OMEN criada pelo Estado Novo em 1936.

[24] «A ignorância e o abandono em que vive a mulher do povo, segundo a escritora Maria Lamas», in *Diário de Lisboa*, 27 de Janeiro de 1949.

[25] De referir que na nota introdutória feita pelo jornal a esta entrevista se escrevia: «Numa altura em que a palavra “feminismo” parece empalidecer, posta ao lado de tantíssimos problemas de conjunto na máquina social, sua palavra (Maria Lamas) reveste-se da maior autoridade, porquanto se baseia na mais dura experiência.»

[26] Organização criada em 1935. Segundo Lúcia Serralheiro, 10 de Novembro de 1935 foi a data

assinalada nos estatutos da associação, sendo que o registo oficial data de 8 de Fevereiro de 1936. Dissertação de mestrado «A Associação Portuguesa Feminina para a Paz», delegação do Porto (1942-1952), 2002, Universidade Aberta, segundo a orientação da Professora Doutora Anne Cova.

[27]Entrevista a Maria Branca Ribeiro de Lemos, em 2000, realizada por Lúcia Serralheiro inserida na sua dissertação de mestrado.

[28]As eleições realizaram-se a 18 de Novembro de 1945 e a União Nacional proclamou vitória que não sobreviveu a fracturas no seu seio.

[29]Comunicado da Comissão Feminina do Porto, arquivo histórico da Fundação Mário Soares, pasta sobre o MUD.

[30]Cesina Bermudes, Maria Elvira Cortesão, Maria Isabel Aboim Inglês, Maria Lamas, Elina Guimarães, Alice Maia Magalhães, Maria Palmira Tito de Morais, Carminda Xavier Nunes, Maria Leticia Clemente da Silva, Guida Lamy, Hermínia Augusta Grijó, Irene Lisboa, Jerónima Vinagre, Maria Augusta Veiga de Oliveira, Maria de Lourdes Oliveira, Maria Valadares, Maria Branca Lemos, Maria das Dores Cabrita, Irene de Castro, Manuela Porto, Alda Nogueira, Cecília Areosa Feio, Amélia Cal Brandão, Maria Keil, Virgínia Moura, Maria Luísa Costa Dias, Etelvina Lopes de Almeida, Maria Barroso, Maria Helena Correia Guedes, Hortênsia Neves, Natércia Babo, Nazaré Patação, Maria Manuela David, Stella Piteira Santos, Maria Estanco Louro, Graça Amado da Cunha. (De Vanda Gorjão, *Mulheres em Tempos Sombrios. Oposição Feminina ao Estado Novo*, Lisboa, Imprensa do ICS, 2002.)

[31]Virgínia Moura foi uma mulher muito interveniente na luta contra o regime. Pertenceu à Associação Feminina para a Paz desde a sua fundação, pertenceu ao MUD, ao Movimento Nacional Democrático (MND), participou na campanha eleitoral de Humberto Delgado, foi presa dezasseis vezes pela PIDE/DGS. Tinha catorze anos quando participou, pela primeira vez, num acto político: o funeral de um estudante e organizou uma greve no liceu onde estudava. Foi membro do Movimento Democrático das Mulheres (MDM) que a distinguiu em 1984 com uma medalha de honra, numa homenagem realizada na cidade do Porto, cidade onde nasceu. Foi a primeira engenheira civil portuguesa.

[32]Virgínia Moura e Ruy Luís Gomes enviam na altura um telegrama de protesto ao Ministério do Interior. (Torre do Tombo, Arquivo do Ministério do Interior, MAI/GM, T5, cx. 40 (pt-1-14).

[33]Fundação Mário Soares, arquivo histórico, pastas relativas ao MUD.

[34]1.ª Comissão Central do MUD-J: Mário Soares, Salgado Zenha, Júlio Pomar, Rui Grácio, Mário Sacramento, Octávio Pato.

[35]Torre do Tombo, Ministério do Interior, MAI/GM, T5, cx. 40 (pt-1-14). Neste relatório referem-se todos os membros dos corpos sociais da Juventude Musical portuguesa. Apenas duas mulheres

integravam esses órgãos: Elvira de Sousa Pedrosa (presidente de honra) e Maria Elvira Barroso (vogal).

[36] Movimento formado na sequência da candidatura de Norton de Matos com menor abrangência que o MUD e com maior influência do PCP. O sectarismo do PCP em relação a elementos da oposição liberal fez-se sentir no estreitamento deste movimento.

[37] Albertino Duarte Macedo, José Cardoso Morgado Júnior, Ruy Luís Gomes. A sentença proferida veio noticiada no *Manchester Guardian* em 16/6/1952 com o título «Sentence in Portugal».

[38] Organização internacional de mulheres formada em 1948 com sede em Berlim Leste e integrada na «International Communist Front Organizations».

[39] No 8 de Março de 1967, a Rádio Portugal livre transmitia o seguinte comunicado: «Mulheres de organizações femininas de todo o mundo saudaram as mulheres portuguesas: FDIM, Comissão de Mulheres Soviéticas, Comissão de Mulheres Búlgaras, Liga Democrática de Mulheres Finlandesas, Comissão de Mulheres Húngaras.» Em 1971, a FDIM organiza uma semana de solidariedade com as mulheres portuguesas. A 5 de Abril de 1973, uma carta da Secretária-Geral da FDIM, Fanny Edelman, dirigida à Comissão das Nações Unidas dos Direitos Humanos denuncia atrocidades cometidas pelos colonialistas portugueses contra crianças, mulheres e idosos em vários locais de Moçambique. (Arquivo PIDE/DGS, processo 51/54, NT 2736.)

[40] Torre do Tombo, Arquivo da PIDE/DGS, processo S.C. 1028/49, NT 5028.

[41] Cedido pelos Arquivos do PCP em 2004.

[42] Cedido pelos Arquivos do PCP em 2004.

[43] Desta comissão fizeram parte Virgínia Moura, Cesina Bermudes, Irene Lisboa, Maria Lamas e Maria Isabel Aboim Inglês.

[44] Maria Isabel Aboim Inglês foi uma das principais dirigentes do MUD, desde que este movimento se formou em 1945, ao lado de Mário Azevedo Gomes, Bento de Jesus Caraça e Mário Soares. Professora da Faculdade de Letras de Lisboa, na área da psicologia, possuía, no dizer do seu amigo Fernando Piteira Santos, «uma vontade indomável de oposição à ditadura». Ver SANTOS, F. Piteira, «Uma mulher que ficou pelo caminho», in *Diário de Lisboa* de 7 de Março de 1983.

[45] «O Dia da Mulher», in revista *Modas e Bordados*, n.º 3331, Lisboa, 3 de Março de 1956, pp. 46-47.

[46] Dados calculados a partir do livro *Lutas e Movimentos de Mulheres em Portugal*, OMC, Edições Avante, 1994. Alguns exemplos de lutas da primeira metade da década de 50 do século xx: 1950 – operárias têxteis da empresa Senhora da Hora em Matosinhos param os teares em solidariedade para com colegas suspensas e elegem uma comissão de unidade; operárias têxteis recusam trabalhar além

das 8 horas; conserveiras de Vila Real de Santo António exigem o pagamento de 3 semanas de defeso; operárias têxteis da CUF no Barreiro protestam contra as condições de trabalho; corticeiras do Barreiro exigem cumprimento dos salários do CCT; operárias do descasque de ostras no Seixal exigem aumentos de salários; 1951 – mulheres da tecelagem da Fábrica dos Ingleses no Porto paralisam o trabalho e exigem a anulação do despedimento de uma operária; trabalhadoras têxteis da Fábrica de Fiação e de Tecidos de Xabregas em Lisboa fazem greve de braços caídos por melhores condições de trabalho; corticeiras da Fábrica Torres em Faro lutam pelas duas semanas de férias a que têm direito; corticeiras da Mundet no Seixal protestam contra os castigos aplicados por se recusarem a fazer serão; 1952 – corticeiras da fábrica Barreiras no Lavradio concentram-se junto ao sindicato e impedem despedimentos; 600 conserveiras de Setúbal organizam-se em comissão para exigir o pagamento do mês de defeso; mulheres que trabalham na herdade do Sobral em Beja paralisam quando o agrário decide piorar as condições de trabalho; 1953 – operárias conserveiras da fábrica José Pimenta em Lagos fazem greve por aumentos de salários; costureiras dos armazéns do Chiado recusam-se a compensar os feriados com horas extraordinárias; 200 operárias da Sociedade Nacional de Cortiças concentram-se junto à gerência contra os despedimentos e elegem uma comissão que vai ao Tribunal de Trabalho; 1954 – operárias têxteis da fábrica Aliança no Porto protestam contra as condições de trabalho; 1000 operárias têxteis da fábrica Areosa na Maia paralisam em solidariedade com as colegas da fábrica Aliança; 200 trabalhadoras agrícolas de Vale do Vargo em Serpa exigem aumento de salários para a monda; trabalhadoras agrícolas de Casais Lagarto, no Cartaxo reunidas em concentração em praça de jorna conseguem trabalho por 10 semanas com aumento de salário; 1955 – corticeiras de Alhos Vedros entram em greve contra despedimentos; operárias de várias empresas da Marinha Grande recusam levar obra para casa e fazer horas extraordinárias sem o aumento de 50%.

[47] De 1949/1951 contam-se 61 prisões de mulheres por motivos políticos, aproximadamente 4% num total de 1584 presos, onde figuram os nomes de Maria Lamas, Virgínia Moura, Isabel Aboim Inglez, Sofia Ferreira, Cesina Bermudes.

[48] A candidatura de Ruy Luís Gomes foi considerada inelegível pelo regime totalitário do Estado Novo, a 17 de Julho de 1951, pelo que o MND apela à abstenção nas eleições. Os outros candidatos eram: Craveiro Lopes proposto pelo regime e Quintão Meireles proposto pelo grupo Seara Nova, por um sector monárquico ligado a Rolão Preto e por antigos elementos do MUD não comunistas.

[49] Relatório da Legião Portuguesa de 2/6/1952, Torre do Tombo, Ministério do Interior, MAI/GM, GB T8, cx. 80 (1-24).

[50] De referir ainda que em 1939 surgiu uma campanha a favor do casamento das telefonistas da Anglo Portuguesa Telephone Company, organizada pela Liga Portuguesa de Profilaxia Social. A campanha é feita numa perspectiva de defesa da família, envolvendo a condessa de Rivas, presidente da Obra das Mães pela Educação Nacional, o cardeal patriarca, médicos, presidentes de câmara e outras entidades. A argumentação utilizada contra a ideia de que uma mulher casada seria pior funcionária, defendida por articulistas nos jornais da época, baseava-se no facto de que as mulheres casadas até poderiam ser mais diligentes como trabalhadoras pois irão servir bem quem lhes dá a ganhar o pão para bem servir a família. (Ver «Quando as enfermeiras não podiam casar», artigo de Fernanda Maria na revista *Pública* de 5 de Março de 2000, pp. 48-53).

[51] Só em Março de 1963, através do Decreto-Lei n.º 44 923 o Ministério da Saúde e da Assistência passa a autorizar o casamento das enfermeiras.

[52] Foram-lhe ainda instauradas medidas de segurança renováveis de 3 em 3 meses e a suspensão de direitos políticos por 15 anos.

[53] «Quando as enfermeiras não podiam casar», artigo de Fernanda Maria na revista *Pública* de 5 de Março de 2000, p. 50.

[54] Segundo o jornal *Avante* de Julho de 1953 (n.º 178), neste Congresso participaram 1863 delegadas de 67 países. Maria Lamas apresentou uma intervenção em nome das mulheres portuguesas com as seguintes reivindicações: direito ao voto para todas as mulheres; participação no governo; salário igual para trabalho igual; assistência eficaz para todas as mães e crianças; reconhecimento obrigatório para o homem da paternidade e das responsabilidades morais e materiais; habitações higiénicas e um nível de vida compatível com a dignidade humana; condições que tornem menos penoso o trabalho doméstico; preparação profissional e moral da juventude; defesa da adolescência contra o mau cinema, o mau teatro e a má literatura; abolição da prostituição regulamentada e combate às causas que podem levar a mulher a prostituir-se. (Congresso Mundial das Mulheres, intervenção da delegada portuguesa, texto em anexo à tese de Mestrado de Maria José Barradas Maurício, «Mulheres e Cidadania: Alguns perfis e acção política, 1949-1973», Universidade Aberta, 2003, orientação da Professora Doutora Anne Cova.)

[55] Outros nomes que constavam do comunicado: Alexandre O'Neill, Silas Cerqueira, Carlos Gomes, José Duarte, António José Saraiva, Joaquim Ângelo Rodrigues, Vasco Valdez, Salomão Figueiredo, Keil do Amaral, Jaime Casimiro, Sena Lopes, Francisco Bento, Joaquim Ventura Coelho, Jaime Sabino e David de Carvalho também preso com a sua filha de 13 anos.

[56] OLIVEIRA, César (1996), «A aparente quietude dos anos 50», in *Portugal Contemporâneo*, REIS, António (dir.), Lisboa, Publicações Alfa, p. 462.

[57] Segundo o Decreto-Lei n.º 40 900, as assembleias-gerais de estudantes eram fechadas à participação dos estudantes, passando a ser constituídas por delegados de ano; as associações só podiam coordenar actividades com autorização do Ministério da Educação. Inicia-se uma onda de protestos. Em Coimbra, 5000 estudantes desfilam até ao Governo Civil no dia 12 de Dezembro de 1956.

[58] *Seara Nova* não foi apenas uma revista de doutrina crítica que surgiu pela primeira vez em 1921. Foi também um órgão de intervenção na vida política e cultural de sucessivos grupos de intelectuais republicanos de esquerda, ao longo de seis décadas. Irene Lisboa foi uma das poucas mulheres com destaque na colaboração com a revista. (In ROSAS, Fernando, BRANDÃO, de Brito, J. M. [dir.] *Dicionário de História do Estado Novo*, Volume II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 890.)

[59] DELGADO, Humberto, «Às mulheres de Portugal», in *República* de 15 de Maio de 1958.

[60]No jornal *República* de 4 de Junho de 1958, p. 2, uma mensagem subscrita por cerca de 200 mulheres surgia com o seguinte texto: «Cumpre-nos o dever, a nós mulheres portuguesas, cristãs, esposas e mães amantíssimas de nos colocarmos ao vosso lado, juntando a nossa boa vontade à daqueles que o rodeiam na sua campanha e de afirmar que queremos a paz, [...] educar os nossos filhos nos princípios cristãos, sim, mas ensinando-os a pensar e a agir por si como autênticos cidadãos livres.» Da listagem de apoiantes destacamos os nomes de: Dulce Soromenho, Maria Carolina Zuzarte Cortesão, Teresa Mourão Ferreira, Teodolinda dos Santos Proença, Dulce Sousa Rebelo, Vanda Barbosa Adão e Silva, Alcina Bastos, Maria Joana Godinho Rolão Preto, Isa Meireles de Sousa, Nelly Bogarim, Elisa Salema, Umbelina Peres Miguéis Rodrigues, Maria Antonieta Ferreira Pedrosa Rego, Alzira Dinis da Costa Lobo Vilela, Maria da Anunciação Pereira de Sousa, Julieta Pinto Chagas, Teresa Amélia Saldanha Gomes, Elisa Sousa Bastos.

[61]Jornal *República* de 14 de Maio de 1958.

[62]GRÁCIO, Rui, «A expansão do sistema de ensino e a movimentação estudantil», in *Portugal Contemporâneo, op. cit.*, p. 235.

[63]Entende-se por «domesticidade» uma ideologia através da qual as mulheres têm como espaço reservado o lar, pelo que não devem trabalhar fora de casa. Deste modo o acesso ao espaço público é um privilégio dos homens, que assumem o «sustento» da família e a figura de «chefe da família».

[64]Em Portugal, o direito ao voto foi reclamado pela Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, mas quando da implantação da República esse direito não foi concedido pelo novo regime. A República só concedeu o direito ao voto aos eleitores com mais de 21 anos que soubessem ler e escrever e aos chefes de família. A lei foi posteriormente alterada, em 1913, atribuindo apenas ao sexo masculino o direito ao voto, dado que em 1911, Carolina Beatriz Ângelo conseguiu votar com o argumento de que era chefe de família. Em 1931, a ditadura do Estado Novo atribuiu o direito ao voto às mulheres apenas para as juntas de freguesia, desde que fossem chefes de família, viúvas, divorciadas tendo família a cargo e às mulheres casadas, desde que o marido estivesse ausente nas colónias ou no estrangeiro. Não se tratava de um voto individual, mas na qualidade de chefe de família, só exercido na ausência do marido. Em 1932, este voto foi alargado para a Assembleia Nacional e para a Câmara Corporativa, de novo, às chefes de família e às casadas com formação secundária ou que pagassem contribuição predial e, ainda, às solteiras com mais de 21 anos com família e «reconhecida idoneidade moral». Segundo a historiadora Irene Pimentel, o voto feminino foi concedido pelo regime salazarista na ideia de que, se as mulheres votassem, Salazar ganharia sempre as eleições. «O voto feminino foi assim decretado pelo chefe que o concedeu não porque o considerasse um direito», mas porque servia os interesses do regime. (PIMENTEL, Irene, «Às ordens do chefe: e do chefe do chefe» in *Os Anos de Salazar*, Planeta DeAgostini, 2008, vol. 22, p. 204). Para além de todas estas limitações o exercício do direito ao voto não era um acto livre num país sem liberdade de expressão e sujeito à repressão e à censura. Por isso, as mulheres, todas elas, só votaram em liberdade após o 25 de Abril de 1974.

[65]DUCHEN, Claire, «Women's Rights and Women's Lives in France» (1944-1968), Londres, Routledge, p. 65.

[66]FILLARD, Claudette et COLLOMB-BOUREAU, Colette (2003), *Les Mouvements Féministes*

Américains, Paris, Ellipses, p. 60.

[67]No ano de 1950, as mulheres representavam 22,7% da população activa total, mas esta percentagem diminuiu para 18,7% durante a década de 1950. (in PIMENTEL, Irene, *História das Organizações Femininas no Estado Novo*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, p. 50)

[68]COVA, Anne, PINTO, António Costa, «O salazarismo e as mulheres. Uma abordagem comparativa», in *Penélope*, n.º 17, Outubro de 1997, p. 75.

[69]Discurso de Oliveira Salazar em 1933, citado por Ana Vicente, «Do autoritarismo e das mulheres na segunda e terceira repúblicas», in *História das Ideias*, Faculdade de Letras de Coimbra, vol. 16, p. 375.

[70]COVA, Anne e PINTO, António Costa (1997) «Le Salazarisme», in *Encyclopédie Politique et Historique des Femmes*, sous la direction Christine Fauré, Paris, PUF, 1997, pp. 685-699.

[71]GUIMARÃES, Elina, *Sete Décadas de Feminismo*, Ditos & Escritos, CIDM, 1991, p. 15 (texto de Elina Guimarães proferido numa palestra em 1978, na então Comissão da Condição Feminina).

[72]«A mulher e a política – entrevista à Dr.^a Elina Guimarães», in *Diário de Lisboa*, 28 de Outubro de 1945.

[73]Citado por José Gameiro em «Uma nova visão da família e do casamento», in *Portugal Contemporâneo*, op. cit., p. 358.

[74]Entrevista a Lia Viegas realizada em 23 de Maio de 2006. Lia Viegas foi uma advogada feminista, pioneira no apoio jurídico às mulheres. Gratuitamente apoiou centenas de mulheres que precisavam da sua ajuda. Foi uma das fundadoras do MLM e deu apoio jurídico, nesta associação, no seu próprio consultório e mais tarde no MDM. Foi a advogada de defesa de Maria Antónia Palla, em 1979, no processo instaurado contra esta jornalista por ter feito um programa para a televisão sobre o aborto, em 1976.

[75]Citado por Ana Barradas, op. cit., p. 31.

[76]Palestra de Maria Lamas durante a campanha de Norton de Matos, cit. Vanda Gorjão, op. cit., p. 202.

[77]VICENTE, Ana, «Do autoritarismo e das mulheres na segunda e terceira repúblicas», in revista *História das ideias*, Faculdade de Letras de Coimbra, vol. 16, p. 376.

[78]MARTINS, Ofélia Sena (1945), *A Mulher Portuguesa no Altar da Pátria*, Lisboa, Ática. Citada por Ana Vicente (2007), op. cit., p. 70.

[79]Listagens existentes na Torre do Tombo, no arquivo do Ministério do Interior, MAI/GM, GBT2, eleições 1949, caixa 2.

[80]Entrevista a Irene Pimental em 24 de Junho de 2004.

[81]NOGUEIRA, Franco (1984), *Salazar. A Resistência (1958-1964)*, Porto, Livraria Civilização.

[82]Dirigente da Associação Feminina para a Paz.

[83]SILVA, Esmeralda de Castro, «Também são portuguesas e das melhores as senhoras que estão em discordância com o Estado Novo», in *República*, de 14 de Maio de 1958.

[84]LEAL, Maria Joana Mendes, «As mulheres portuguesas irão votar em preito de gratidão a Salazar», in *Diário de Lisboa*, de 26 de Maio de 1958.

[85]LEAL, Maria Joana Mendes (1970), «Presidente Salazar», in *Menina e Moça*, n.º 261, Setembro.

[86]Durante a guerra civil, em Espanha (1931-1939), as mulheres organizam-se na secção feminina da Falange e, após a vitória de Franco, 10 000 falangistas aplaudem a sua dirigente quando esta afirma: «A única missão das mulheres pela sua pátria é cuidarem da sua casa e família.» A mobilização das mulheres no apoio ao regime assumiu assim proporções de mobilização de massas, diferente do que aconteceu em Portugal.

[87]FIDALGO, Marta Vestia (2002), *Menina e Moça: um Ideal de Formação Feminina (1960-1970)*, Lisboa, ONG do Conselho Consultivo da CIDM, p. 225. O primeiro número da revista surge em 1947 e o último número em 1974.

[88]Maria Guardiola foi durante 30 anos Comissária Nacional da MPF, cargo do qual se afasta em 1969, tendo sido substituída por Maria Ana da Luz Silva que, em 1971, é substituída por Maria Joana Emiliano Bidarra de Almeida, a última Comissária Nacional da MPF. A ela lhe cabe entregar a chave da sede a MPF a 29 de Abril de 1974 ao MDP/CDE.

[89]Entrevista realizada a 8 de Outubro de 2004.

[90]Este livro reproduz uma conferência realizada na Universidade do Porto, em 1932, promovida pela Associação Profissional de Estudantes de Medicina.

[91]A partir de 1933, a revista passou a publicar artigos de teor conservador e moralista advogando o papel tradicional da mulher como mãe e esposa.

[92]Maria Alzira Lemos foi das primeiras deputados à Assembleia Constituinte em 1975. Faleceu a 4

de Outubro de 2005. Entrevista realizada, no âmbito deste trabalho, a Maria Alzira Lemos a 11 de Outubro de 2004, um ano antes do seu falecimento.

[93]Entrevista realizada em 8 de Outubro de 2004. Maria Antónia Fiadeiro é jornalista, investigadora e fez o Mestrado em Estudos sobre as Mulheres com uma tese sobre Maria Lamas.

[94]Entrevista à investigadora Irene Pimentel realizada em 24 de Junho de 2004.

[95]Boletim n.º 1 da Mocidade Portuguesa Feminina, publicado a 13 de Maio de 1939.

[96]Na Primavera de 1940, as feministas dos territórios ocupados e da França de Vichy são constrangidas a dissolver as suas organizações e a fechar os seus jornais. O Conselho Internacional das Mulheres em Bruxelas é interdito e transfere a sua sede para a Suíça. As feministas francesas tinham-se envolvido na Resistência. O antifascismo tinha ganho terreno em relação ao empenhamento feminista.

[97]A polícia política quando da sua criação foi designada por Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE) e, em 1945, alterou o nome para Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE).

[98]Entrevista realizada a 29 de Junho de 2004. Helena Neves foi militante comunista e fundadora do MDM.

[99]LOISEAU, Dominique, (1999), DELPHY C., «La politique du PCF et les femmes depuis 1945», in DELPHY, Christine et CHAPERON, Sylvie orgs., *Simone de Beauvoir, Cinquantenaire du Deuxième Sexe, colloque international*, p. 388.

[100]Entende-se por «naturalização» das mulheres uma forma de ver as mulheres como dependentes da «sua natureza» que as predestina para serem mães e esposas. O discurso aristotélico que influenciou durante séculos toda a filosofia ocidental via na mulher um ser inferior devido à sua natureza, a mulher era, segundo Aristóteles, um «homem incompleto».

[101]Podem-se citar nomes já anteriormente referidos, mas fazendo jus a um trabalho de investigação de São José Almeida publicado a 27 de Dezembro de 2004 no *Público* aprez destacar os nomes de Maria Isabel Aboim Inglez, Virgínia Moura, Maria Lamas, Margarida Tengarrinha e de muitas outras que sofreram nas prisões da PIDE sevícias inimagináveis.

[102]Entrevista realizada a Maria Antónia Palla a 28 de Outubro de 2004, no âmbito deste trabalho.

[103]Entrevista realizada em Setembro de 2004 a Ana Vicente, investigadora em Estudos sobre as Mulheres e autora de vários livros. Dirigente do Movimento «Nós somos Igreja». Ocupou o cargo de presidente da Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres de 1992 a 1996.

[104]Também em Espanha, durante a guerra civil, as mulheres integraram inicialmente as milícias

defensoras da República, mas foram depois remetidas para outros trabalhos, libertando os homens para o combate. Assumiu, neste sentido, um papel de organização das mulheres a Associação de Mulheres Antifascistas dirigida pela comunista Dolores Ibárruri.

[105]SARTI, Cyntia, «Feminismos e contexto: lições do caso brasileiro», *Cadernos Pagu*, n.º 16, p. 32.

[106]O golpe militar de 1964 deu origem a longos anos de um regime marcado pela censura, prisões arbitrárias, torturas, desaparecimentos, exílio. O governo Médici inaugurou, a partir de 1969, um regime de terror. A abertura do regime com a amnistia aos presos políticos só se deu em 1979.

[107]PAIS, José Machado, «Austeridade e moralismos nos valores estéticos», in *Portugal Contemporâneo*, REIS, António (dir), Lisboa, Publicações Alfa, 1996, p. 734.

[108]CODES/JUC, Gabinete de Estudos e Projectos de Desenvolvimento Socioeconómico/Juventude Universitária Católica (1967), *Situação e opinião dos universitários*. O inquérito foi realizado no ano lectivo de 1963/1964, mas só foi publicado três anos mais tarde. Foi o segundo inquérito promovido pela JUC; o primeiro tinha sido feito em 1958, quando do I Congresso da JUC e da JUCF: «Situação Universitária Portuguesa».

[109]A experiência sexual antes do casamento era considerada útil para os rapazes na opinião de 40,4% dos universitários e de 18,9% das universitárias. Em relação às raparigas, tal experiência só era vista como útil por parte de 8,6% dos alunos e 5,6% das alunas. Consideravam a experiência sexual antes do casamento repreensível para os rapazes 37,9% das inquiridas e 22,9% dos inquiridos. Em relação às raparigas a atitude seria repreensível na opinião de 47% dos rapazes e 63,8% das raparigas. [CODES/JUC (1967), *Situação e opinião dos universitários*, p. 233.] CODES/JUC (1967), *op. cit.*, pp. 426-429.

[110]É curioso verificar que as as respostas por sexo mostravam que apenas 7,2% das raparigas se pronunciavam a favor de todos os métodos, sendo que a maioria: 50,9% era a favor dos métodos naturais. Este resultado tem como fundamento a enorme influência da Igreja e dos meios mais conservadores na formação de mentalidades. Quanto à limitação da natalidade a mesma influência fazia-se sentir. Esta só era considerada justificada «só em situações graves» para 36,3% dos rapazes e 48% das raparigas, sendo que 15,3% dos rapazes e 23,8% das raparigas consideravam a limitação da natalidade como «a tradução de um egoísmo social». Apenas 4,8% dos universitários e 2,4% das universitárias, declarava que «a limitação da natalidade era uma prática absolutamente justificada e necessária».

[111]Analisando por pólos regionais universitários (Lisboa, Coimbra e Porto) é em Lisboa que existe uma maior percentagem de estudantes a concordar com o divórcio. O inquérito recolhe também opinião dos e das estudantes sobre a «atitude da Igreja face ao divórcio, a limitação da natalidade e das práticas anticoncepcionais». Consideravam como uma «atitude demasiado rígida não se adaptando às actuais circunstâncias» 33% dos rapazes e 21,5% das raparigas. Como «a única atitude compatível com a concepção cristã do matrimónio» era a opinião de 38,5% dos alunos e de 60,2% das alunas, notando-se nesta questão como em outras anteriormente referidas que as raparigas eram mais permeáveis à

influência dos meios familiares e religiosos.

[112]Entrevista a Sara Amâncio realizada a 20 de Março de 2007.

[113]*Menina e Moça*, Março de 1962.

[114]SANTOS, António Costa (2008), «Bainhas e umbigos e uma estátua de sutiã», in *Os Anos de Salazar*, Lisboa, Planeta DeAgostini, pp. 129-135.

[115]«As mulheres trabalhadoras recebem salários até 50% inferiores aos dos homens, mesmo quando executam trabalho igual. A dureza do trabalho e a falta de assistência à maternidade e à infância, provocam a ruína na saúde e o envelhecimento precoce das mulheres. Em todos os aspectos da vida social e política a mulher é colocada numa humilhante situação de inferioridade em relação ao homem. Como resultado do abandono a que são votadas as crianças pelo regime fascista, da fome que passam, da falta de agasalho, da prática inexistência de assistência médica, as taxas de mortalidade infantil em Portugal são as mais altas da Europa.»

[116]Nos Estados Unidos, as jovens participantes nos movimentos contra a Guerra do Vietname e pelos direitos dos negros contestaram o feminismo «reformista» da NOW (National Organization of Women) fundado por Betty Friedan e criaram, em 1967, o Movimento de Libertação das Mulheres. É de considerar o papel importante que o livro de Betty Friedan, *A Mística da Mulher*, lançado em 1963, tinha tido no despertar do feminismo americano no início da década de 1960. «Na altura, cerca de 40% das mulheres americanas ocupavam um emprego a tempo inteiro, mas apenas as suas qualidades como esposas e mães definiam a sua identidade.» (FILLARD, Claudette, COLLOMB-BOUREAU, Colette, 2003, *Les Mouvements Féministes Américains*,

Paris, Ellipses, 2003, p. 67). Em França, o aparecimento de vários grupos da Nova Esquerda abertos aos direitos das mulheres, alguns ligados ao Movimento Democrático Feminino (1962) que reivindicava o «feminismo», palavra que tinha caído em desuso após a guerra. As militantes do Maio de 1968 juntaram-se a este movimento e formou-se o MLM (Movimento de Libertação das Mulheres). Em Itália, a União das Mulheres Italianas de influência comunista era a associação com maior força. Contudo, são pequenos grupos de mulheres vindos do movimento de estudantes e da extrema-esquerda que criam outras formas de acção. O tema central deste movimento não era Igualdade, mas a Identidade por influência das teses de Luce Irigaray. Foi o movimento que levou mais longe a ideia de que «o pessoal é político». Os movimentos de libertação das mulheres realizam acções mediáticas com grande criatividade. A imprensa feminista floresce; umas teóricas como «Questions Féministes», «Les Cahiers du Griff» ou «Vindication Feminist»; outras para o grande público como «F Magazine» ou «Dés Femmes». Foram também criados locais de encontro: cafés, livrarias; refúgios para mulheres vítimas de violência, grupos de auto-ajuda em relação à sexualidade, à contracepção e aborto, centros de apoio jurídico.

[117]As crises estudantis da década de 1960 foram antecedidas da crise estudantil de 1956/1957 que representou um despertar do associativismo estudantil despoletado pela contestação ao Decreto-Lei 40 900 de 12 de Dezembro de 1956, da autoria do ministro Leite Pinto, que visava limitar a acção das

associações académicas universitárias colocando em causa a sua autonomia.

[118]MELO, António, «A crise académica de 1962. A revolução de mentalidades no mundo feminino», in *Público* de 25 de Março de 2002, pp. 8-9.

[119]Arquivo da PIDE/GDS no ANTT, proc. 1416/62, Liceu Maria Amália Vaz de Carvalho.

[120]DUARTE, Marta Coutinho, *Foi apenas um começo – crise académica e 1969 na história do movimento estudantil dos anos sessenta e da luta contra o Estado Novo*, tese de mestrado, sob orientação do Professor Doutor Fernando Rosas, Universidade Nova de Lisboa, FCSH, 1997, p. 152.

[121]FIADEIRO, Maria Antónia, «Crise académica de 62: memória na primeira pessoa», in *Diário de Lisboa*, 24 de Março de 1981. Em 1964, já casada com o dirigente associativo Alfredo Nascimento, estudante do Instituto Superior de Economia, Maria Antónia Fiadeiro teve de fugir de Portugal. Exilados, primeiro na Argélia, depois em Paris e em S. Paulo foram dirigentes da União dos Estudantes Portugueses em Paris. Ainda em 1964, Maria Antónia Fiadeiro adere ao Partido Comunista Português. Quando regressa do exílio em 1972 é presa no aeroporto de Lisboa.

[122]FERREIRA, José Medeiros (1999), «O movimento estudantil nos anos sessenta», in PROENÇA, Maria Cândida, *Maio de 1968 – Trinta Anos Depois – Movimentos Estudantis em Portugal*, Lisboa, Edições Colibri, p. 190. Medeiros Ferreira foi preso em 1962 e levado para a prisão do Aljube, na altura em que era secretário-geral das reuniões inter-associações de Lisboa.

CARREIRO, Teresa Amaral Dias (2003), *Viver numa República de Estudantes de Coimbra: Real República Palácio Loucura (1960-19709)*, dissertação de mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, p. 142.

No organograma da AAC aparecia o Conselho Feminino como um dos seus órgãos, assim como o Conselho Desportivo, o Departamento Pedagógico, o Conselho Cultural, entre outros.

[123]As «Repúblicas» eram estruturas residenciais e de vivência colectiva onde se cultivava uma cultura masculina de poder. Em 1972 é formada a primeira «República Feminina» designada por «Rosa Luxemburgo, solar das mulheres». Só nos anos 80 veio a surgir uma outra «República» constituída só por mulheres: «A República das Marias do Loureiro». A crise académica de 1969 em Coimbra também serviu para estilhaçar alguns tabus e, no final da década, já existia um grupo de raparigas que se atrevia a dormir nas «Repúblicas» com os rapazes, mais entre as que vinham de fora do que as que tinham famílias a viver nas redondezas.

[124]No organograma da AAC aparecia o Conselho Feminino como um dos seus órgãos, assim como o Conselho Desportivo, o Departamento Pedagógico, o Conselho Cultural, entre outros.

[125]«Comunicado», assinado por «O Conselho Feminino», Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra.

[126]«Comunicado da Direcção da AAC à Assembleia das Universitárias, reunida em 15/III/61»,

Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra, DGAAC, 1961.

[127] *Via Latina* de 19 de Abril de 1961.

[128] BEBIANO, Rui, SILVA, Alexandra (2004), «A reidentificação do feminino e a polémica sobre a «Carta a uma Jovem Portuguesa», in *Revista de História das Ideias*.

[129] Do Programa de Acção da lista concorrente à direcção da Associação Académica em 1968. (Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra.)

[130] BERNARDO, João (2008), «Universidade de Lisboa, 1965», in *Os Anos de Salazar*, Planeta DeAgostini, vol. 21, pp. 88-97.

[131] Gina Azevedo pertencia a um grupo estudantil com ligações à FAP (Frente de Acção Popular), grupo dissidente do PCP.

[132] Sara Amâncio pertenceu à pró-associação dos Liceus, acompanhou a crise estudantil de 1962 nessa altura, fez parte da organização do PCP para o sector estudantil universitário. Participou na crise estudantil universitária de 1964/1965. Esteve presa 16 meses entre Janeiro de 1965 e Fevereiro de 1966. Durante a sua prisão conviveu com outras mulheres que estavam na clandestinidade: Aurora Capela, Alice Capela, Conceição Matos e muitas outras cujo nome já não se consegue lembrar, mas cujos rostos recorda com saudade.

[133] Por denúncia de um estudante do sector: Nuno Álvares Pereira, a polícia ficou com o organigrama da estrutura estudantil de Lisboa, pelo que ocorreu uma vaga de 60 prisões.

[134] «Comunicado aos estudantes e professores» em 27/1/65 – documento encontrado no espólio de Carlos Baptista, Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra. Nomes dos estudantes presos: Mário Lino – presidente da direcção da AE do Técnico; Adolfo Steiger – presidente da MAG do Técnico; Rui Pereira – vice-presidente da direcção da AE de Ciências; João Manuel Aires Teixeira – membro da direcção da AE de Ciências (1964); Sara Amâncio – primeira secretária da MAG de Ciências; Maria João Gerardo – membro da direcção da AE de Letras; Tavares de Moura – membro da direcção da AE de Ciências (1964); Artur Pinto – tesoureiro da AE de Direito; Fernando Rosas – membro da secção pedagógica da AE de Direito; Luís Filipe Salgado de Matos – direcção da JUC de Direito; Antonieta Coelho – colaboradora da AE de Direito; Jorge Neto Valente – membro da direcção da AE de Direito; Alfredo Caldeira – secção de Propaganda da AE de Direito; Fernando José Baeta Neves – membro da direcção da AE de Direito (1964); Maria Emília das Neves – colaboradora da AE de Direito; Pedro Lemos – secretário adjunto da RIA (Medicina); Ana Maria Louro – colaboradora da AE da ESBAL; Gabriel Mourato – secretário-geral da RIA (Económicas); Teresa Pacheco Pereira – colaboradora da AE da ESBAL; Carlos Brito Mendes – membro do conselho Fiscal da AE de Ciências; Filipe Rosas – colaborador da AE de Medicina; Aguinaldo Cabral – vice-presidente da AE de Medicina; Maximino Vaz Cunha – colaborador da AE de Medicina; José Palminha – colaborador da AE de Medicina; Francisco Chaves – colaborador da AE de Económicas; Manuela Louro – Liceus; Margarida Massano de Amorim – Liceus; Lúgia Calapez – Liceus; Ana Poitier Abel – Liceus; José

Augusto da Silva – Liceus; Maria Augusta Pacheco Pereira – Liceus; Mário Joel Maia – Liceus; António Morais – colaborador da Casa dos Estudantes do Império (Letras); Pinho Monteiro – colaborador da AE de Medicina. Um outro comunicado das associações de estudantes de Lisboa, datado de 28 de Fevereiro de 1966, refere ainda que a estudante de Belas-Artes, Graça Erika tinha sido presa.

[135]De entre esses nomes destacam-se os escritores Louis Aragon, Josué de Castro, René Char; os jornalistas Georges Baguet, R. Bourdier; os professores universitários Roger Bastide, Henri Bonneville, Pierrett Aberlene, Jeanne Danon do Centre de Recherches (CNRS), Jean Cassou, director do Museu de Arte Moderna, entre muitas outras figuras do meio intelectual.

[136]LOURENÇO, Gabriela, COSTA, Jorge, PENA, Paulo (2001), *op.cit.*, p. 106.

[137]Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra, documento encontrado no espólio de Carlos Baptista (AA 64/65/68 II).

[138]Comunicado da Associação do IST de 1/3/1966, espólio Carlos Baptista, Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra. Neste mesmo comunicado revelava-se que Ruy D’Espiney, também preso, tinha a coluna vertebral partida, que Baeta Neves tinha tentado suicidar-se, que José Manuel Calhau tinha sido submetido a 7 dias de interrogatórios consecutivos e que Antonieta Coelho teria de ser operada devido aos vidros que engolira e que estavam localizados no intestino.

[139]«Informação à Universidade», comunicado das Associações de Estudantes de 28/2/1966, espólio de Carlos Baptista, Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra.

[140]Destacamos aqui os nomes dessas jovens, sendo que as suspensões mais pesadas caíram sobre os rapazes, decerto porque a sua visibilidade era maior, por ocuparem cargos de direcção nas associações de estudantes. No Instituto Superior Técnico a máxima suspensão cai sobre Mário Lino Correia (2 anos). De entre as raparigas surge Ruth Magalhães com 6 meses de suspensão e Maria Helena Bastos, Maria Alzira de Sousa, Isabel Sammarful e Maria Teresa Bandeira com penas que iam de 30 a 10 dias de suspensão. Na Faculdade de Ciências, Maria Lurdes Braga e Marília Guerra são suspensas por 2 anos e Noémia Marques por 4 meses. Beta Costa Campos, Maria Olga, Margarida Vilarinho, Helena Narciso, Maria Zulmira, Maria Amélia Azevedo e Silva, Maria Helena, Maria Lobato e Maria Taborda recebem penas menores: de 25 a 5 dias.

[141]Situação diferente das outras Faculdades, onde as raparigas suspensas foram em menor percentagem: Técnico: 23%; Direito: 22%; Económicas: 16%; Medicina: 7%; Agronomia: 22%; Belas-Artes: 25%. Estas percentagens são importantes porque podem reflectir o grau de participação mais activa das raparigas nas respectivas faculdades, independentemente de se ter em conta o maior ou menor número de alunas em cada faculdade. Em Direito, o estudante com maior pena de suspensão foi José Luís Sanches (4 anos). As penas aplicadas às mulheres variam entre 25 e 30 dias: Maria Regina Santos, Helena Bento da Costa, Helena Taborda, Alice Rodrigues, Vera Adão e Silva, Ana Paula Vale, Eduarda Pimenta. Em Económicas, Conceição Tavares teve quatro meses de suspensão e Margarida

Garrido, 35 dias. Em Belas-Artes, Maria Bernardo foi suspensa por 40 dias e por 35 dias, as estudantes Anita Almeida e Ludovina Paixão. Em Medicina, num total de 14 estudantes, foi suspensa uma rapariga: Maria Janeiro com 25 dias. Em Agronomia com 30 dias de suspensão surgem os nomes de Maria Pilar Garção e Margarida Dias.

[142] Virgínia Coelho, Helena Neves, Emília Brederode, Maria do Céu Seabra Lopes, Anabela Cardoso, Teresa Balté, Hélia Santos, Lina Laranjo, Helena Carneiro, Júlia Lança, Branca Frando, Ana Mainho, Teresa Bento, Júlia Caldas, Reinaldina Pinheiro, Leonor Arroio, Lurdes Féria, Maria Júlia Barbosa, Alice Santos, Graça Cabeçadas Nunes, Maria Manuela Conceição, Clarinda Bray, Judite Palácios, Maria do Carmo Montês, Lurdes Silva, Maria Gabriela Gonçalves, Maria José Caeiro, Maria Helena Caetano, Maria Leonor Silvestre, Otília Guerreiro, Inácia Martinho. (Dados retirados do comunicado da Associação de Estudantes do IST de 17 de Outubro de 1965: «Penas aplicadas a alunos da Universidade de Lisboa», onde se afirmava que «178 estudantes tinham sido punidos, pelo despacho de 15/10/1965», – Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra.)

[143] FÉRIA, Maria Lurdes, «Conversa com uma estudante – Maria Fernanda Bernarda, estudante da Faculdade de Direito de Coimbra», in *Diário de Lisboa*, 3 de Outubro de 1969.

[144] Grupos maoístas, marxistas-leninistas, trotsquistas e de luta armada.

[145] Marcelo Caetano tinha assumido o lugar de presidente do Conselho, por doença de Salazar, em 1968. Em alguns sectores da oposição mais moderada surgiram inicialmente algumas ilusões quanto a uma «Primavera marcelista» que nunca chegou a acontecer.

[146] Esta Conferência foi realizada a 25 de Setembro de 1968 e foi acompanhada de uma exposição documental.

[147] FIADEIRO, Maria Antónia, «A luta dos estudantes», in *Paz e Terra*, n.º 10, S. Paulo, Civilização Brasileira, pp. 73 e 81.

[148] SANTOS, Maria Emília Brederode (1999), «Evocação das mulheres no movimento estudantil português», *Abril/Mulher*, CML, MRR, p. 30.

[149] Só em 1976, depois do 25 de Abril de 1974, surge, pela primeira vez, uma mulher como presidente da Associação Académica de Coimbra: Clara Crabbé Rocha.

[150] Eliana Gersão, não tendo aceitado pertencer à direcção, ficou contudo na redacção do jornal da AAC: *Via Latina* com Avelãs Nunes como director e José Carlos de Vasconcelos como chefe de redacção. Ela era secretária de direcção. Fez ainda parte do CITAC – Centro de Iniciação Teatral da Academia de Coimbra, que era um organismo da AAC que tomava também posições sobre o movimento estudantil e dava um conteúdo político às peças que levava a cena.

[151] Em Lisboa, 43%; no Porto, 40% e em Coimbra, 45%, sendo que o todo nacional se situava nos

44%. Contudo, o maior peso das estudantes situava-se nos cursos mais «vocacionados» pelo conservadorismo para o sexo feminino: Farmácia (em Lisboa, 80%; Porto, 83% e em Coimbra, 79%); Letras (Lisboa, 80%; Coimbra, 81% e Porto 74%). (INE, Estatísticas da Educação, 1968/1969). Ainda, segundo estas estatísticas, verificava-se que o peso das raparigas era diminuto nos cursos de: Direito (20% em Lisboa e 18% em Coimbra); Medicina (Lisboa, 34%, Coimbra, 24% e Porto, 29%); Universidade Técnica de Lisboa: Económicas, 23%; IST, 14%; Agronomia, 26%; Faculdade de Engenharia do Porto, 6%; Faculdade de Economia do Porto, 23%. Nas Faculdades de Ciências de Lisboa, Coimbra e Porto, as percentagens de raparigas eram um pouco superiores: 41%, 36% e 43%, respectivamente.

[152]Entrevista a Manuela Góis realizada em 11 de Abril de 2007. Segundo Manuela Góis: «Isto acontecia nas associações de estudantes como também no movimento cooperativista em que também participei na altura do decreto 520/71 que obrigava as cooperativas com actividades culturais a enviar os seus estatutos para o Governo Civil ou para o Ministério do Interior. Nessa altura, fizemos um movimento e eu estava ligada a uma cooperativa de audiovisuais que era a CPES, que tinha ligações à LIVRELCO e encabeçámos o movimento em que os principais organizadores eram homens. A direcção da cooperativa era praticamente toda constituída por homens.»

[153]Maria Luísa Costa Dias, Maria Albertina Diogo, Ivone Dias Lourenço, Aida Magro, Maria da Piedade Gomes dos Santos, Maria Ângela Vidal Campos, Aida Paula, Maria Alda Nogueira, Fernanda de Paiva Tomás.

[154]Torre do Tombo, Arquivo da PIDE/DGS, SC, processo GT 171, NT 1395.

[155]Depoimento de Conceição Matos à revista *Mulheres* de Novembro de 1983.

[156]Nome da rua onde se situava a sede da PIDE.

[157]OLIVEIRA, Maria José, «Conceição Matos – a memória incólume», in *Público*, 5 de Março de 2005, pp. 12-13.

[158]Guilherme da Costa Carvalho já tinha estado preso no Tarrafal e depois em Peniche de onde fugiu, na mesma altura que Álvaro Cunhal.

[159]GODINHO, Paula (1998), *Memória da Resistência Rural no Sul: Couço (1958-1962)*, dissertação de doutoramento, Departamento de Antropologia, FCSH, Universidade Nova de Lisboa.

[160]ALMEIDA, São José, «Cartas Manifesto de mulheres na prisão de Caxias II», in *Público*, 21 de Novembro de 2004, p. 14.

[161]Entrevista a Irene Pimentel realizada em Junho de 2004.

[162]ALMEIDA, São José, «Cartas manifesto de mulheres na prisão de Caxias», in *Público* de 20 de Novembro de 2004, pp. 12-13.

[163]Julieta Gandra era médica, exercia medicina gratuita, viveu em Angola e apoiou o MPLA. Foi presa pela PIDE a 29 de Março de 1959.

[164]ALMEIDA, São José, «1917-2007, Julieta Grandra: a transgressora, feminista e anticolonialista», in *Público (P2)*, 22 de Outubro de 2007, pp. 6-7.

[165]Em Ana Barradas, *op. cit.*, «3 Páginas para as camaradas das casas do Partido» era um boletim distribuído a cada clandestina que foi substituído pela publicação «A voz das camaradas das casas do Partido». Esta publicação era escrita pelas funcionárias clandestinas com supervisão do secretariado do Comité Central e tratava de vários assuntos de defesa, vigilância e condições de vida nas casas, informações sobre diversas iniciativas como por exemplo: no n.º 38 de Julho de 1963 escreve-se sobre um Congresso Mundial de Mulheres em que Maria Lamas e Georgette de Oliveira Ferreira teriam representado Portugal, ou ainda, no n.º 24 de 1962 onde se informa sobre uma iniciativa no Porto, no dia 8 de Março.

[166]Entrevista a Maria Antónia Fiadeiro a 8 de Outubro de 2004.

[167]Entrevista a Domicília Costa realizada pela autora em 9 de Março de 2007.

[168]Teresa Almeida é professora na Universidade Nova de Lisboa e responsável pela pós-graduação em Género na FCSH. Entrevista realizada em 26 de Junho de 2004.

[169]ROSAS, Fernando (2007), «Memória da violência e violência da Memória», prefácio a MADEIRA, João, PIMENTEL, Irene Flunser e FARINHA, Luís, *As Vítimas de Salazar – Estado Novo e Violência Política* Lisboa, A Esfera dos Livros, pp. 15-30.

[170]JORDÃO, Albertina, «Censuradas» in *Notícias da Amadora, Inéditos do Arquivo da Censura (1958-1974)*, n.º 1484, Março de 2002.

[171]5 de Abril de 1971.

[172]Alguns dos artigos do *Notícias da Amadora* cortados total ou parcialmente pela censura: «Mulheres activas» (NA, n.º 652, 16/3/1974); «Reflexão para o dia 8 de Março» (NA n.º 650, 2/3/1974); «Maria Lamas: os jovens estão a dar-nos uma lição importante», (NA, n.º 459, 27/6/1970); «Criadas de servir», (NA n.º 386, 11/1/1969); «Notas de leitura: sobre a condição da mulher portuguesa» (NA, n.º 364, 27/7/1968); «Noticiando» (NA, 18/3/1967).

[173]GONÇALVES, Odete, «Uma mulher de convicções», in *História*, Junho de 2007, pp. 48-53.

[174]COSTA, Hélder (2008), «Nasce o Teatro Experimental de Cascais», in *Os Anos de Salazar*, Planeta DeAgostini, vol. 21, pp. 176-181.

[175]Depoimento de Maria Antónia Palla no jornal *Sexta* de 2 de Maio de 2008, p. 7.

[176]Maria Archer viu proibidos dois dos seus livros *Casa sem Pão* e *Ida e Volta de Uma Caixa de Cigarros*. O primeiro, foi proibido por «imoral» em 1947. A sua reedição foi autorizada com cortes em 1969. O segundo livro foi classificado de «livro pornográfico» e proibido em 1939. A autora reclamou para o Ministério do Interior da decisão do Serviço de Censura. O Ministério do Interior confirmou a decisão da censura e decorridos cinco anos a autora renovou a sua reclamação. De novo, foi reafirmada a decisão do Serviço de Censura.

[177]Proibido em 1934.

[178]Proibido em 1936.

[179]Deste modo foram também proibidos os livros: *A Virgindade ou a Comédia dos Sexos*, de Alda de Azevedo, *A Liberdade Sexual das Mulheres*, de Júlio R. Barcos, *Fecundação e Esterilidade Voluntárias* de Artur C. Andrade, *Mulheres não Procrieis*, de José Júnior Teixeira, *Seu Filho e os Problemas do Sexo* de Luiz Andrade, *A Mulher só Pode Gerar Filhos uma Semana por Mês*, de P. Mendonça, *Harmonia e Desarmonia Conjugais*, de César A. Anjo, *O Tabu da Virgindade*, de Gastão Pereira da Silva.

[180]O autor vê ainda proibidos os livros: *Refúgio Perdido* e *Contos Vermelhos*.

[181]*Jubiabá*, *ABC de Castro Alves*, *Mar Morto*, *Os ásperos Tempos*; *Capitães da Areia*, *O mundo da Paz*, *O País do Carnaval – Cacau – Suor*, *Os Subterrâneos da Liberdade*, *Seara Vermelha*, *S. Jorge dos Ilhéus*, *Terras sem Fim*, *Vida de Luís Carlos Prestes*.

[182]Urbano Tavares Rodrigues, Luís Francisco Rebello, Francisco Sousa Tavares, Mário Sacramento, Augusto Abelaira, Manuel da Fonseca, Jacinto Prado Coelho, Fausto Lopo de Carvalho, Jorge Reis, Alexandre Pinheiro Torres, José Augusto França, Manuel Cardoso Mendes Atanásio, José Cardoso Pires, Fernando Namora, Joel Serrão, Aquilino Ribeiro, José Rodrigues Miguéis, Jorge de Sena, Adolfo Casais Monteiro.

[183]Natália Correia foi uma figura de grande valor na sociedade portuguesa pelos seus contributos no campo da cultura e das letras, pelos momentos de ruptura contra o conservadorismo que soube protagonizar. Nascida em S. Miguel, Natália Correia foi uma mulher rebelde, de pensamento livre, feminista que defendia as mulheres como seres livres e fonte matricial da humanidade. Foi promotora de um dos mais interessantes programas da televisão portuguesa: *Mátria*.

[184]Esta obra foi publicada em Dezembro de 1966 pelas Edições Afrodite de Fernando Ribeiro de Mello que foi julgado e condenado a prisão remível a uma pesada multa.

[185] Entre 1960 e 1973, os dados da emigração legal registam 1,2 milhões de activos, na maioria do sexo masculino.

[186] Sectores tradicionais como os têxteis, vestuário e calçado e os novos sectores da electrónica.

[187] Este seminário foi realizado com a colaboração do Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra e teve a participação de Manuela Cruzeiro, Helena Neves, Maria Manuel Lisboa, Margarida Calafate Ribeiro, Ana Paula Tavares; Laura Padilha, Roberto Vecchi, Robert Hinde.

[188] LEMOS, Ester de (1968), «Nós e a Guerra», in *Menina e Moça*, n.º 241, Novembro de 1968, p. 22.

[189] A rede de madrinhas de guerra chega a atingir 23 750 mulheres correspondendo-se com 33 400 soldados. (NEVES, Helena, *O Estado Novo e as Mulheres*, CML, p. 84).

[190] Do manifesto-programa da UMAR aprovado a 12 de Setembro de 1976, na reunião de formação da UMAR no IST em Lisboa.

[191] CALAFATE, Margarida (2004), «África no feminino: as mulheres portuguesas e a guerra colonial», in *As Mulheres na Guerra Colonial*, Coimbra, *Revista Crítica das Ciências Sociais*, 68, Abril, 2004, p. 14.

[192] ROSAS, Fernando (1992), «Portugal e o Estado Novo (1930-1960)», in SERRÃO, Joel, MARQUES, A. Oliveira, dir., *Nova História de Portugal*, Lisboa, Presença.

[193] A 22 de Janeiro de 1961, o capitão Henrique Galvão à frente de um comando do «Directório Revolucionário Ibérico de Libertação», apodera-se no mar das Caraíbas do paquete *Santa Maria* (Operação Dulcineia). O seu objectivo era desembarcar no Norte de Angola e aí formar um governo provisório. Contudo, o assalto ao paquete tinha ocasionado feridos e a rota foi desviada. Uma vez detectado pela marinha americana, Henrique Galvão divulga a natureza anti-salazarista da operação, contrariando a versão de acção de pirataria que o regime tinha colocado a circular. Os «revoltosos» acabam por acolher asilo político no Brasil. Portugal sai internacionalmente ainda mais isolado.

[194] Esses panfletos constituíam o «Manifesto da Frente Anti-Totalitária dos Portugueses Livres no Estrangeiro».

[195] O processo judicial decorreu entre 1966 e 1971.

[196] Em 1963, forma-se em Roma a Frente Patriótica de Libertação Nacional constituída por grupos oposicionistas com particular destaque para as figuras de Títto de Moraes e Fernando Piteira Santos, com representantes do PCP e do MAR – Movimento de Acção Revolucionária. De Janeiro a Outubro de 1964 esta Frente é presidida por Humberto Delgado que por divergências abandona depois a sua

presidência. É ainda em 1963 que surge a corrente pró-maoísta no PCP, que leva à formação do Comité Marxista Leninista Português – CMLP.

[197] FIADEIRO, Maria Antónia (2007), «Stella Piteira Santos, uma vida de 90 anos», in *Referencial*, boletim da Associação 25 de Abril, n.º 86, Janeiro/Junho, 2007, pp. 10-12.

[198] Cedido pelos Arquivos do PCP em 2004.

[199] Elina Guimarães apresentou uma tese sobre: «A promoção da mulher e o ideal republicano».

[200] A CNSPP foi formada por 64 elementos, 14 dos quais eram mulheres.

[201] Albina Pato, suicidou-se na sua residência, em Vila Franca de Xira, a 5 de Outubro de 1970, com 42 anos de idade. Durante os anos em que esteve presa agravaram-se os seus problemas de natureza nervosa, sem que tivesse tido qualquer tipo de assistência médica na prisão.

[202] Transcrições da Rádio Portugal Livre de 20/11/1970, Arquivo PIDE/DGS, proc. 802/475 R, NT 2602.

[203] NOGUEIRA, Franco, *Salazar – o último combate (1964-1970)*, 3.ª edição, Coimbra, Civilização, 2000.

[204] *Avante*, VI série, n.º 314, Março de 1962, p. 3.

[205] Folhetos encontrados no arquivo da PIDE/DGS na Torre do Tombo, proc. 51/54 SR, NT 2736.

[206] «Mulheres do Porto, operárias, intelectuais, donas de casa. Todas mulheres de coração. A vida para nós é cada vez mais pesada. É sobre nós que recaem os encargos familiares. Participai com todas as pessoas da família e amigas, contra a carestia de vida, pelo barateamento dos géneros, pelo aumento dos salários, pela paz.» Ou ainda: «Mulheres do Porto, torturas terríveis estão a ser feitas a homens, mulheres e jovens pela PIDE pela simples razão de lutarem pelo bem-estar do nosso povo, por quererem mais pão e menos miséria, por quererem uma Pátria sem guerra e feliz. Protestemos contra os crimes da PIDE. Proclamemos, no dia 8 de Março, Amnistia. Fora com os assassinos da PIDE. Portugal Sim, Salazar Não.»

[207] Torre do Tombo, Arquivo da PIDE/DGS, proc. 51/54 SR, NT 2736.

[208] O MDM foi formado por influência do PCP – Partido Comunista Português.

[209] Neste Congresso participaram como delegação do MDM: Cecília Areosa Feio e Maria José Ribeiro, pela direcção do PCP Sofia Ferreira, pela Rádio Portugal Livre, Maria da Piedade Morgadinho

e como representante do MDM na FIDM Luísa Costa Dias.

[210]Notícia publicada no jornal *Portugal Democrático* n.º 157, de Abril de 1971, com o título «A luta das mulheres portuguesas». O MDM enviou a 9 de Março de 1971 uma carta de agradecimento À FIDM. (Arquivo da PIDE/DGS, Torre do Tombo, proc. 51/54 SR, NT 2736, caixa referente à Federação Democrática Internacional das Mulheres.)

[211]PATO, Helena, «Defendemos o movimento como meio de dinamização das mulheres», in *República* de 16 de Outubro de 1969.

[212]Foi o caso do Movimento Nacional Feminino (MNF) formado em Agosto de 1961, presidido por Cecília de Supico Pinto. (Ver VARGAS, E. S. Sílvia, «*Adeus até ao meu regresso*», o *Movimento Nacional Feminino na Guerra Colonial (1961-1974)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2003).

[213]Entrevista realizada em 12 de Maio de 1997, no âmbito da dissertação de mestrado da autora.

[214]«Foi o movimento e foi o jornalismo. O jornalismo também foi uma profunda escola, devido ao contacto que me permitiu ter com muitas mulheres. O movimento só por si não me deu uma consciência feminista. O próprio MDM, que teve uma importância fundamental, estava muito voltado (não quer dizer que não existisse uma ou outra ideia feminista) para a guerra colonial, o trabalho, a mulher e os sindicatos, a mulher e o direito ao voto e o derrube do regime. Contudo, houve uma altura em que no MDM, organizámos uns cursos sobre História das Mulheres. É aí que me apercebo da importância da recuperação da memória histórica. O historiador Oliveira Marques tinha uma cronologia da História de Portugal, onde fazia referências à Liga Republicana das Mulheres Portuguesas. Então, eu fui para a Biblioteca Nacional ler o que era a Liga Republicana das Mulheres e comecei também a interessar-me pelas revistas do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas. Percebi que eu tinha uma História, que nós tínhamos uma História e foi aí que eu ganhei consciência feminista, embora ela já existisse em termos dos direitos das mulheres, mas não numa perspectiva do feminismo.»

[215]No bairro da Quinta da Curraleira foi montado o seu laboratório: duas barracas, uma para a consulta médica, outra para a alfabetização, onde estudantes universitários(as) atendiam, participavam com a população e realizavam inquéritos directos. Em 1948, o padre Abel Varzim escrevia que «o Estado-Salazar é quem manda na Igreja, confundem-se quase neste país e o mal avança cada vez mais [...]. Estou infelizmente convencido de que os nossos chefes hierárquicos estão a cometer, ou melhor, vêm cometendo, desde há muito, um gravíssimo erro». A 10 de Julho de 1948 foi proibido o jornal *O Trabalhador*, órgão da LOC e da JOC.

[216]COSTA, Albérico Afonso (2008), «Em nome de Deus e do Desenvolvimento», in *Os Anos de Salazar*, Planeta DeAgostini, vol. 23, pp. 82-89.

[217]Maria de Lourdes Pintasilgo era presidente da Juventude Universitária Católica Feminina (JUCF) e Adérito Sedas Nunes era presidente da Juventude Universitária Católica (JUC).

[218] FERREIRA, Nuno Estevão (2006), *A Sociologia em Portugal: da Igreja à Universidade*, Lisboa, ICS, p. 41.

[219] COSTA, Albérico Afonso (2008), «A juventude universitária católica organiza-se: o I Congresso Nacional da JUC, em Abril de 1953, marcou a emergência de uma vanguarda católica», in *Os Anos de Salazar*, Planeta DeAgostini, n.º 10 (1952-1952), pp. 36-47.

[220] Consulta esta só possível de realizar através da Fundação Cuidar o Futuro que tem vindo a tratar do espólio de Maria de Lourdes Pintasilgo.

[221] Da Faculdade de Letras de Coimbra participam 52 raparigas e apenas 18 rapazes. O mesmo acontece na Faculdade de Letras de Lisboa: 95 universitárias e 35 universitários. A situação inverte-se no Instituto Superior de Agronomia de Lisboa com 65 rapazes e 6 raparigas ou no Instituto Superior de Economia em que participam 83 estudantes do sexo masculino e 24 estudantes do sexo feminino ou ainda na Faculdade de Direito de Lisboa com 86 rapazes e 26 raparigas. Já das escolas superiores de Farmácia de Lisboa e Porto participam 78 raparigas e 13 rapazes. Da Faculdade de Ciências de Lisboa são 55 as estudantes que participam e 42 os estudantes. Da mesma faculdade do Porto são já 54 os rapazes e 41 as raparigas. Da Faculdade de Medicina do Porto vêm ao congresso 69 universitários e 31 universitárias. De Belas-Artes de Lisboa e Porto participam 41 rapazes e 23 raparigas. Da Faculdade de Engenharia do Porto apenas 30 universitários. Na década de 1950, segundo Joaquim Ferreira Gomes (*A Mulher na Universidade de Coimbra*, Livraria Medina, 1987, p. 91), as raparigas constituíam a maioria dos estudantes nos cursos de Letras e Farmácia, constituindo uma minoria em Direito, Medicina e Ciências. No total, as jovens constituíam 40,9% dos estudantes universitários em Coimbra.

[222] Outras comunicações no congresso: A Universidade e as Ciências Pedagógicas; Condições de acesso às universidades; A Universidade perante o problema social e a crise de pensamento; A influência do meio na vocação universitária; Responsabilidade da Universidade na orientação ideológica da vida social. Existiram sete secções no congresso: organizações universitárias de estudantes; condições económicas e sociais dos estudantes; problemas religiosos e morais dos estudantes; o universitário e os problemas dos estudos; os problemas da vocação e da preparação profissional; tipos actuais de universidades; a mulher e a universidade.

[223] I Congresso da JUC e da JUCF, notas pessoais de Maria de Lourdes Pintasilgo, Fundação Cuidar o Futuro.

[224] «As relações entre a Igreja e o Estado e a liberdade dos católicos», Fevereiro de 1959, Arquivo Histórico da Fundação Mário Soares, pasta «Católicos Progressistas».

[225] A tiragem era de 3000 a 4000 exemplares e a publicação tinha o formato A5 até ao n.º 13, tendo passado a formato A4. A publicação cessou em 1969.

[226] A viagem do papa Paulo VI a Bombaim após a anexação de Goa pela União Indiana trouxe alguns amargos de boca ao regime. Salazar moveu todas as influências para que o Papa não se deslocasse a Goa, dado que, segundo Salazar, esta visita representava «o endosso pela Santa Sé da conquista de Goa

pela União Indiana».

[227] Nuno Teotónio Pereira e Maria Natália Teotónio Pereira tiveram que passar clandestinamente na fronteira de Caia os documentos.

[228] Relatório assinado por Raul Rosa Porto Duarte, da Direcção Geral de Segurança em 7/7/1971, Torre do Tombo, Arquivo PIDE/ /DGS, Comissão Democrática dos distritos de Aveiro, SC SR 1029/69.

[229] SANTOS, Paula Borges, Igreja Católica, Estado e Sociedade 1968-1975 – o caso da Rádio Renascença, Lisboa, ICS, pp. 57-60.

[230] Segundo o estudo realizado por Paula Borges Coelho, o pluralismo surgiu no interior da Igreja antes da democratização da sociedade, na medida em que a intervenção dos católicos se processou, a partir dos anos 60, de uma forma diversificada, identificando-se na militância católica três correntes: a «integrista» (tradicionalista, defendia um regime político nacionalista e autoritário), a «católica social» (mobilização em torno das ideias de justiça social e da defesa da democratização do país com ligação aos sectores oposicionistas); «democrata-cristã» (corrente próxima do modelo de democracia-cristã, tendo como simpatizantes Alçada Baptista e Francisco Sousa Tavares, nunca teve intervenção visível no domínio público).

[231] Entrevista com Joana Lopes em 7 de Janeiro de 2008.

[232] Nesta comunicação, o padre Felicidade Alves abordava problemas como a Guerra Colonial, o direito à informação, a abolição da censura.

[233] Ana Maria Mateus Ferreira, Eugénia Pereira de Moura, Filipa Ulrich Garnel, Graça Wengorovius, Isabel Henriques Belchior, Liliana Araújo Simões, Margarida Homem de Melo, Maria Adelaide Pinto Correia, Maria Ezequiel Andrade Belo, Maria Gabriela Ferreira, Maria Helena Mira Mateus, Maria José Burnay, Maria Madalena Castel-Branco, Maria Madre Deus de Sousa, Maria da Piedade Pinto Correia, Maria Regina Ravara, Maria do Rosário Reis Valle, Maria Teresa D'Orey, Sofia Peleteiro, Teresa Reynolds de Sousa Santa Clara Gomes (LOPES, 2007:224).

[234] Fundação Mário Soares, arquivo histórico, pasta dos «Católicos Progressistas».

[235] Processo que consta do arquivo histórico da Fundação Mário Soares, na pasta «Católicos Progressistas».

[236] «Onde há repressão há resistência», comunicado da Comissão de Luta Contra a Repressão (Económicas), 11/1/73, Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra, *dossier* Económicas II de Ana M. Carriço.

[237]«A paz é possível, axioma do bispo do Porto», in *Expresso* de 6 de Janeiro de 1973.

[238]Nome actual pelo qual é mais conhecida: Ana Vicente.

Mário Soares, Salgado Zenha, Jorge Sampaio, Sottomayor Cardia, entre outros eram colaboradores da revista *O Tempo e o Modo*.

[239]COSTA, João Bénard da, *Nós os Vencidos do Catolicismo*, Coimbra, Tenacitas, s/d, citado por Joana Lopes, *op. cit.*, p. 62.

[240]Mário Soares, Salgado Zenha, Jorge Sampaio, Sottomayor Cardia, entre outros eram colaboradores da revista *O Tempo e o Modo*.

[241]Dos 30 delegados ao Congresso metade foram mulheres: Joana Lopes, Vitória Pinheiro, Maria Cristina Rocha, Maria Regina Silveira e Sousa, Maria Fernanda de Freitas Morna, Lídia do Carmo Sousa, Maria Palmira Lopes, Maria Madalena Bensaúde, Helena Nabais dos Santos, Maria Isabel Meireles, Maria de Lourdes Valadares Tavares; Maria da Conceição Pizarro de Melo, Maria Teresa Santa Clara Gomes, Maria Joana Veloso, Maria Luísa Pardal, Maria Berta Peixoto da Costa, Maria de Lourdes Belchior, Teresa Martins de Carvalho.

[242]Em 1967, o novo código anulou a «entrega e depósito judicial da mulher casada», junto ao marido, no caso desta sair de casa. Contudo o código de 1967 mantém a figura e a autoridade do «chefe de família» que tinha poderes para representar os filhos e administrar os bens do casal. A mulher era obrigada a ter a residência do marido e tinha de assumir o governo da casa, mesmo se estivesse empregada. O novo Código Civil eliminou o pedido de consentimento do marido para o exercício de profissões liberais ou funções públicas, para publicar obras ou ter actividade lucrativa.

[243]Isabel da Nóbrega, *A Condição da Mulher Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa, 1972.

[244]*A Condição da Mulher Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa, 1972, p. 61.

[245]Isabel da Nóbrega, *A Condição da Mulher Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa, 1972, p. 109.

[246]«A participação da mulher no desenvolvimento brasileiro – conferência da Dr.^a Romy Medeiros da Fonseca», in jornal *República* de 26 de Janeiro de 1974, p. 4.

[247]Entenda-se que no campo feminista existiu uma evolução desta concepção e também diferentes posições foram sendo assumidas. Passou-se da concepção da maternidade como algo que confinaria as mulheres a um papel secundário, daí que a sua recusa seria a forma de subverter a dominação masculina para um segundo momento em que a maternidade passa a ser considerada como um poder insubstituível, o qual só as mulheres possuem e os homens invejam (Luce Irigaray, *Le Corps-à-Corps Avec la Mère*, Montreal, Pleine Lune, 1991). Num terceiro momento surge a desconstrução do *handicap* natural. Não é o facto biológico da reprodução que determina a posição social das mulheres, mas as relações de dominação que atribuem um significado social à maternidade.

[248]SCAVONE, Lucila (2001), «A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências

sociais», *Cadernos Pagu*, n.º 16, pp. 137-150.

[249]Da intervenção do médico Dória Nóbrega na sessão comemorativa dos 30 anos da APF, na revista da APF, *Sexualidade e Planeamento Familiar*, n.º 13-14, 2.ª série, Janeiro/Julho de 1997.

[250]NÓBREGA, Dória, «Planeamento Familiar – um conceito subversivo», in APF, *Revista Sexualidade e Planeamento Familiar*, *op. cit.*

[251]*Diário do Governo* de 17 de Agosto de 1967, Folha n.º 2859.

[252]Dos primeiros estatutos da APF, 1967.

[253]Sporken era secretário da Comissão Moral e Medicina da Associação de Médicos Católicos da Holanda e presidente da Comissão Casamento e Família do Conselho Pastoral Holandês. Era uma personalidade de peso nos meios católicos, científicos e sociais da época.

[254]Art. 67.º d): «Promover, pelos meios necessários, a divulgação dos métodos de planeamento familiar e organizar as estruturas jurídicas e técnicas que permitam o exercício de uma paternidade consciente.»

[255]Entrevista a Maria Teresa Horta realizada a 27 de Abril de 2004.

[256]AMARAL, Ana Luísa, «Desconstruindo identidades: ler Novas Cartas Portuguesas à luz da teoria *queer*», [http://web.lettras.up/ilc/i info texts on line](http://web.lettras.up/ilc/i%20info%20texts%20on%20line).

[257]MAURÍCIO, Maria José (2003), «Mulheres e Cidadania – alguns perfis e acção política (1949-1973)», dissertação de mestrado em Estudos sobre as Mulheres, Universidade Aberta, Lisboa, orientação da Professora Doutora Anne Cova.

[258]«Novas Cartas Portuguesas – julgamento adiado por três meses», in *Diário de Lisboa*, p. 20.

[259]VIDAL, Duarte (1974) *O Processo das Três Marias*, Lisboa, Editorial Futura, p. 38.

[260]VIDAL, Duarte, *op. cit.*, p. 39. Declarações em julgamento a 21 de Fevereiro de 1974.

[261]Depoimento de Maria Lamas, no julgamento do processo das Novas Cartas Portuguesas a 1 de Março de 1974. VIDAL, Duarte (1974), *op. cit.*, p. 53.

[262]Torre do Tombo, arquivo do Ministério do Interior, MAI/GM G23, cx. 430.

[263]Muita da documentação encontrada só foi possível com o apoio da Bibliothèque Marguerite Durand e da sua conservadora, Madame Annie Dizier-Metz. A investigação foi realizada pela autora

em Paris em Março de 2005.

[264]Tradução feita pela autora.

[265]O prefácio à edição francesa das *Novas Cartas Portuguesas*, em 1974, é assinado por Evelyne Le Garrec e Monique Wittig. BARRENO, Maria Isabel, HORTA, Maria Teresa, COSTA, Maria Velho da, *Les Nouvelles Lettres Portugaises* (1974), Paris, Editions du Seuil.

[266]Da carta dirigida em 7 de Junho de 1973 ao presidente da Comissão dos Direitos Humanos das Nações Unidas.

[267]Comunicado encontrado no Centro de Documentação Marguerite Durand em Paris. (Pasta de Portugal.)

[268]Nanette Rainone, Bel Kaufman, Martin Tucker, Ann Amabile, Jesse Kornblutz, Jim Hendricks, Judith Hennessee, Jan Crawford, Barbara Sove, Una Ellis, Claudia Dreifus, Judy Feiffer, Dalores Aleipuder, Minda Bickman, Jill Ward, Barbara Probst Solomon, Lois Gould, Barbara Seaman, Jill Robinson, Jean McTigar, Judith Pasternak, Leslie Allen, Julian Beck, Judith Malina, Gione Lewis, Vivien Leone, Elaine Livingston, Regina Ryan, Sidney Offit, Kirstan Michalski, Elizabeth Janeway, Ella Dasaro, Dian Terry, Suzanne Stocking, Gilda Grillo, Robert E. Gould, Mary Jean Tully, Arlie Scott, Sidney Abbot, Ti-Grace Atkinson, Dolores Alexander, Minka Bikman, Caroline Bird, Jacqui Ceballos, Marjorie DeFazio, Nora Ephron, Nina Finkelstein, Ellen Frankfort, Betty Furness, Wilma Scott Heide, Patrícia Horan, Jill Johnston, Lucy Komisar, Myrna Lamb, Kate Millett, Eleanor Holms Norton, Christine Rochefort, Nora Sayre, Gloria Steinem, Elizabeth Harris, Barbara Love.

[269]«Portugal: le combat des trois Maria», in *Express*, 9 a 15 de Julho de 1973, p. 80 (tradução da autora).

[270]«Les trois pécheresses du Portugal», in *Le Nouvel Observateur*, 22 de Outubro de 1973, p. 49.

[271]«Três mulheres portuguesas serão condenadas por terem escrito um bom livro». «A recusa do pecado é contagiosa», *Libération*, 25 de Outubro de 1973, p. 9. O artigo é assinado através das iniciais MS e tem uma fotografia de uma mulher com várias crianças, com a seguinte legenda: «Para além das leis de que eu sou a presa, eu te prometo encontrar a minha nudez.»

[272]*Le Monde*, 11-12 de Novembro de 2003.

[273]«O processo das Três Marias, uma luta contra a morte lenta», *Politique Hebdo*, 30/1/1974.

[274]«Today, Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa are not alone. They are three specific voices singing in a great varied chorus which is determined, whatever its differences, to speak the unspeakable, to creat our song even out of our singing, to approach the universe within,

and without us on terms which have never been conceived, let alone allowed. Join us. You have fingers – write or wire or telephone the Portuguese Embassy, the Portuguese Consulate, The Portuguese Mission to the United Nations, the Portuguese Airlines and other business in this city. You have feet – visit these places, picket them, pressure them. You have tongues – speak of these three women, tell their story, our story. Tell of their bravery, their risk. You have minds – act.» (MORGAN, 1978:207.)

[275]«Le combat des trois Maria. Sept mois de procès et verdict avant la fin d’Avril pour les trois portugaises accusées de “pornographie”», *L’Express*, 8 a 14 de Abril de 1974, p. 112.

[276]COHEN, Annie, «Un mois au Portugal», in *Les Temps Modernes*, Outubro de 1974, pp.133-139.

[277]JOSIANE et CHRISTIAN LIMOUSIN, «La passion des trois Maria», in *Politique Hebdo*, n.º 14, 30 de Outubro de 1974.

[278]«Absolvição para as “Novas Cartas Portuguesas” – o juiz mandou em paz três Marias de cravo ao peito», in *Diário de Lisboa* de 8 de Maio de 1974, p. 17.

[279]GUIMARÃES, Maria João (1998), «Novas cartas de ontem, velhas histórias de hoje», in *Público* de 25 de Novembro de 1998, pp. 4-5.

[280]FIADEIRO, Maria Antónia, «O Direito da Mulher à Informação – a revista *Modas e Bordados* no pós-Abril de 1974 de 1974 a Fevereiro de 1977 – Breve cronologia», comunicação no I Congresso de Jornalistas Portugueses, 19 a 22 de Janeiro de 1982.

[281]Maria Armanda Falcão era autora da coluna «Bisbilhotices» e adoptou o pseudónimo de Vera Lagoa.

[282]O jornal *República* face à situação de debilidade económica não fez novas admissões até 1972.

[283]Para além dos artigos escritos nas primeiras décadas do século XX, realçam-se aqui alguns artigos nos primeiros anos da década de 1970, antes do 25 de Abril. No *Diário Popular*: «Mães e Filhos» 19/8/1971; «Os filhos ilegítimos» (21/10/1971); «A mulher e a lei» (23/2/1972); «O ano feminino» (11/7/1973); «Um ensino feminino há 100 anos» (25/1/1973); «Um plano de estudos» (27/3/1973); «As convenções e os regimes matrimoniais» (3/5/1973); «Cá e lá... progressos há» (28/6/1973); «viagem legal à volta do casamento» (19/7/1973); «Os deveres dos cônjuges» (9/8/1973 e 23/8/1973); «A capacidade da mulher» (25/10/1973); «A esposa e a mãe na lei portuguesa» (7/3/1974); «A actual posição da mulher na família» (14/3/1974). No jornal *República*, destacam-se os seguintes artigos: «A mulher e a República» 18/4/1972; «O ideal e a mulher» (3/11/1972); «Ana de Castro Osório» (17/6/1972).

[284]Entrevista realizada a 7 de Maio de 2007.

[285]Antónia de Sousa nasceu em Vila Nova de Gaia.

[286]SOUSA, Antónia de (1971), *O Mercado de Trabalho e a Mulher*, Lisboa, Arcádia.

[287]SOUSA, Antónia de (2000), *Diálogos com Agostinho da Silva*, Lisboa, Casa das Letras.

[288]PALLA, Maria Antónia (1979), *Só Acontece aos Outros*, Lisboa, Bertrand.

[289]O livro contém ainda outras reportagens posteriores ao 25 de Abril: «Conceição abortou: de quem é o crime» (1979); «A quem servem os tribunais de família?» (1977), entre outras.

[290]Neste suplemento colaboravam: José Saramago, António Gedeão, José Gomes Ferreira, Mário Cesariny, Matilde Rosa Araújo, Helena Sá Mesquita, Alexandre O'Neill, Álvaro Guerra, David Mourão-Ferreira, Fernando Namora, Jorge Reis, entre outros.

[291]«Bernardete Devlin impedida de falar em França», *República* de 11/3/1972.

[292]«O Dia Internacional da Mulher também foi assinalado no nosso país», *República* de 8/3/1972, p. 8.

[293]«Da celebração do dia internacional da mulher e de um certo feminismo marialva de uma certa imprensa portuguesa», *República*, 24/3/1972, p. 9.

[294]CARVALHO, Fausto Lopo de, «A mulher não deve ser um tigre aconselha a Marquesa da Alorna», in *República* de 4 de Julho de 1973, p. 3.

[295]Suplemento *Letras e Artes* de 8 de Junho de 1972.

[296]*República* de 17 de Junho de 1972, p. 3.

[297]Primeira página do *República* de 16 de Novembro de 1973 e páginas centrais (12 e 13).

[298]Mesa-redonda com as enfermeiras Leonor Abecassis, Margarida Carreira e Teresa Rebelo no *República* de 30 de Novembro de 1973

[299]Primeira página do *República* de 10 de Dezembro de 1973.

[300]«Das virtudes e defeitos de um suplemento feminino», *República*, 27/3/1972, p. IV e V.

[301]Elaborou-se uma breve mostra, em anexo, dos temas principais nos seguintes períodos: 3 de Abril

a 26 de Junho de 1972; 7 de Maio a 31 de Dezembro de 1973; 5 de Janeiro a 25 de Fevereiro de 1974.

[302]«O primeiro Conselho Nacional de Mulheres que vai agora efectuar-se no Brasil, torna oportuno recordar que a mulher portuguesa teve, no princípio do século, um activo Conselho Nacional das Mulheres. A sua primeira presidente foi a Dr.^a Adelaide Cabete, que desenvolveu uma acção a todos os títulos notável para a valorização da mulher no nosso país. A história da acção do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas está ainda por levar a cabo e os elementos que poderiam fazer luz sobre a fase activa do movimento feminista português repousam nas bibliotecas, à espera que um curioso os estude para os revelar à sociedade portuguesa.»

[303]Cármen Mestre, ao longo do seu vasto artigo refere ainda as «desculpas» da sociedade para persistir no afastamento das mulheres de uma actividade profissional: «Os filhos requerem para a sua educação uma pessoa que esteja em contacto com eles o máximo do tempo.» Segundo a sua opinião, trata-se de uma necessidade pouco provada, numa sociedade que se ocupa cada vez mais da educação dos seus membros, convertendo-se assim algumas obrigações individuais em trabalho colectivo. Além do mais, afirma Cármen Mestre, «não se compreende porque se tenha de admitir, que seja, frequentemente, a mãe a cuidar dos filhos; em consequência são raros os casos de mulheres que actuam na vida política ou em qualquer outro terreno de um grupo social mais amplo do que o estritamente familiar». (MESTRE, Cármen, «Emancipação da mulher – conquista ou alienação?», in *República, suplemento Presença da Mulher*, 19 de Junho de 1972, pp. IV e V).

[304]VACHET, Pierre, «Condição da mulher através dos tempos», in *República, Suplemento Presença da Mulher* de 26/11/73 e de 2/12/73.

[305]Artigos não assinados nos suplementos de 3/9/73, de 29/10/73 e de 10/12/73.

[306]FRIEDAN, Betty, «Profissão dona de casa, o mal-estar indefinido» (excertos do livro *A Mística da Mulher*), in *República, suplemento Presença da Mulher*, 30 de Julho de 1973.

[307]*Modas e Bordados* (99,2%); *Crónica Feminina* (95,3%); *Mamãs e Bebés* (90,9%); *Donas de Casa* (76,2%); *Família Cristã* (71,3%). Existiam outras revistas como a *Eva* com tiragens muito inferiores às anteriormente referidas. Considera-se, ainda, que «a *Crónica Feminina* constitui um caso muito sério de penetração junto do público».

[308]Associação de apoio às mulheres vítimas de prostituição, formada em 1969 por influência de um movimento surgido em França em 1943. Os estatutos da associação portuguesa foram aprovados em 19 de Setembro de 1969 pelo Patriarcado de Lisboa e, em 3 de Outubro, pelo Governo Civil de Lisboa.

[309]*Suplemento Presença da Mulher* de 10 de Abril de 1972.

[310]«Maillots-72» (5/4/72); «Portugal exporta moda» (12/4/72); «Já começou a campanha Outono/72» (16/4/72); «O extravagante pronto-a-vestir francês» (19/4/72); «Estilo Lolita conquista Paris» (23/4/72); «Praga a nova capital da beleza» (26/4/72); «O estilo dos anos 20» (10/5/72); «Gina

Lollobrigida, a arte de bem vestir» (17/5/72); «Shopping em Lisboa» (10/10/73); «Passagem de modelos da Lanidor» (17/10/73); «Moda italiana» (24/10/73).

[311]Exemplos: «Mulher Grega» de Picasso (10/10/73); «Ana Magnani» por G. Alessandrini; «Georg Sand» de Alfredo Musset.

[312]«A força ignorada das companheiras que se mantiveram na sombra», in *Diário de Lisboa* de 31/7/74, p. 15 e de 8/1/75, p. 17.

[313]«A libertação feminina» de Ramon Sender, in *DL – Mulher*, de 6 de Abril de 1972.

[314]Nesta altura, várias associações de mulheres entre as quais a UMAR dinamizam um abaixo-assinado contra o encerramento da revista.

[315]«Lady Astor, uma mulher que venceu no seu tempo», *Modas e Bordados*, 15/3/1972, pp. 9-10.

[316]«A felicidade deve tornar-se uma ideia mista», entrevista a Evelyne Sullerot realizada por Gilles Anouil e publicada na *Modas e Bordados* de 24/1/1973.

[317]«Palavras no Feminino: relatos biográficos da jornalista e militante feminista Maria Antónia Fiadeiro», seminário de investigação de Rita Beckman e Vânia Serrano, Escola Superior de Educação e Intervenção Comunitária, Universidade do Algarve, p. 63.

[318]Como colaboradoras(es) surgem os nomes de Maria Ondina Braga, Maria José Paixão, Maria de Oliveira, Hortense de Almeida, Sousa Aguiar, Nelson de Jesus, Berta Rosa-Limpo, Maria José Barradas, Áurea de Sousa, Manuel Matias, Camila, Graciete Branco e Sam. A fotografia era de Octávio Paiva e o trabalho de secretariado e de preparação de Maria Isabel Galvão e de Ermelinda de Sousa.

[319]Em Agosto de 1980, tinha descido para seis o número de colaboradoras(es): Correia da Fonseca, Elisabete França, Marina Dias, Laura Lopes, Matilde Nunes e Susana Ruth Vasques. Em Janeiro de 1982, a colaboração que se mantinha era a de Correia da Fonseca, Fernando Midões, Marina Dias e Susana Ruth Vasques. Neste número, Eugénia Cunhal deixa de figurar como nome na redacção da revista. Em Novembro de 1982, Leonor Nunes entra para a redacção da revista. Contudo, as colaborações esporádicas tinham aumentado.

[320]Carta assinada por Helena Neves, com data de 28 de Dezembro de 1990, arquivada no Centro de Documentação e Arquivo Feminista Elina Guimarães – espólio da UMAR, Lisboa.

[321]Rosa Mota, Tónia Carrero, Jane Fonda, Catarina Eufémia, Ivone Silva, Simone de Oliveira, Teresa Ricou, Maria Bethânia, Maria de Medeiros, Ingrid Bergman, Virginia Woolf, Irene Cruz, Romy Scheneider, Maria Ondina Braga que escreve alguns artigos sobre a sua visita à China, entre muitas outras figuras conhecidas.

[322]«Maria João Seixas, uma mulher que se interroga», in revista *Mulheres*, Junho de 1978, pp. 7-9.

[323]*Cartas de Mulheres à Cornélia*, Lisboa, Editora das Mulheres, 1977, p. 31.

[324]«Como moro numa aldeia nada tenho podido fazer, pois nada se pode fazer na província, que não seja contestado e que tenha apoio. Mas se pedisse colaboração talvez dissessem: “o dever da mulher é ajudar o marido” [...] Agradecia que me escrevesse a dar o ponto da situação da luta da mulher, pois certamente algo se tem feito [...]. Apesar de ter 15 anos conto ser uma mulher e penso, desde já defender a sua entrada na sociedade [...]. Posso dizer que já comecei [...] Numa aula de Português fiz uma redacção sobre “A Mulher”. Nessa redacção tive Bom [...].»

[325]Josefina Teresa Fernandes Moreira é o nome de registo de nascimento de Fina D’Armada, mas este último é o nome pelo qual foi conhecida na aldeia onde nasceu. Segundo relato da própria, nas aldeias era costume designar as pessoas pelas casas e ela vivia na Quinta da Armada. Em pequena começaram a chamar-lhe Fina da Armada. Os seus colegas de escola chamavam-na dessa forma. Quando começou a escrever, aos 16 anos, utilizou o seu nome verdadeiro Josefina Fernandes, mas uma vez recebeu uma carta e o seu pai ficou furioso porque não queria a filha falada; então passou a escrever com pseudónimos até que, aos 18 anos, passou a escrever como Fina D’Armada.

[326]O II Congresso da Oposição tinha sido realizado em Maio de 1969. Nele tinham participado 160 mulheres de Lisboa, 50 do Porto e a participação de mulheres de outras regiões do país foi ainda mais diminuta.

[327]*Expresso*, 7 de Abril de 1973.

[328]Na sessão de encerramento falou ainda o Professor Lindley Cintra e membros das comissões distritais.

[329]Secções temáticas: Desenvolvimento Económico e Social; Estrutura e Transformação das Relações de Trabalho; Segurança Social e Saúde; Urbanismo e Habitação; Educação, Cultura e Juventude; Desenvolvimento Regional e Administração Local; Organização do Estado e Direitos do Homem; Situação e Perspectivas Políticas.

[330]Notas retiradas do arquivo histórico da Fundação Mário Soares da pasta sobre o III Congresso da Oposição Democrática e da Torre do Tombo, arquivo da PIDE/DGS, 3.º congresso da oposição democrática de Aveiro (conclusões), proc. CI (1), n.º 2224, 2.º vol., pt. 57.

[331]Notas retiradas do arquivo histórico da Fundação Mário Soares da pasta sobre o III Congresso da Oposição Democrática.

[332]Torre do Tombo, arquivo da PIDE/DGS, 3.º congresso da oposição democrática de Aveiro (conclusões), proc. CI (1), n.º 2224, 2.º vol., pt. 57.

[333] Segundo o Artigo 1674.º do Código Civil de 1967: «O marido é o chefe de família, competindo-lhe nessa qualidade representá-la e decidir em todos os actos da vida conjugal comum.» Segundo o Artigo 1678.º do mesmo código: «Quanto à administração dos bens do casal, incluindo os próprios da mulher e os bens dotais, pertence ao marido, como chefe de família.»

[334] Laura Lopes, tese no III Congresso da Oposição Democrática, «Alguns elementos sobre a condição jurídica da mulher em Portugal», Torre do Tombo, arquivo da PIDE/DGS, 3.º Congresso da Oposição Democrática (conclusões) proc. CI (1), n.º 2224, 2.º vol., pt 57.

[335] Mulheres cujos nomes constam na Comissão Nacional do III Congresso da Oposição Democrática: de **Évora**: Dália Rosa Falcato, Mariana Iglésias dos Santos, Aurora Brito Machado, Felicidade Baltazar, Matilde Caldeira, Maria Dionísia Pinto; do **Algarve**: Madalena Negrão Gracias, Preciosa Mendes, Analide Lourenço, de **Leiria**: Maria Odete Santos; de **Lisboa**: Antónia de Sousa, Maria Lamas, Maria Barroso, Isabel Barreno, Fátima Bívar, Eugénia Moura, Ema Alves, Maria Antónia Palla, Maria Soledade Fernandes, Elina Guimarães, Helena Neves, Maria da Graça Forjaz, Maria da Encarnação Martins, Maria Eugénia Martins, do **Porto**: Virgínia de Moura, Rosa Ferreira, Maria Alina Peixoto, Joaquina Pina Moura, Maria José Ribeiro, Deolinda de Sousa, Maria Emília Pinto; de **Santarém**: Dilina Baudoin; de **Setúbal**: Ana Correia Antunes, Maria Elga de Carvalho e Oliveira, Odete do Carmo Pires; Maria Odete Martins, Luísa Araújo, Maria Inácia; de **Viana do Castelo**: Mary Correia Duarte. (Arquivo PIDE /DGS, Del.C.U.I.10586).

[336] A oposição concorreu em organizações separadas: as listas da CDE que integravam elementos do PCP, católicos progressistas e alguns independentes e as listas da CEUD apoiadas pela Acção Socialista, por republicanos e católicos progressistas.

[337] Num total de 130 candidatos para a Assembleia Nacional, as mulheres representavam 10,4% dos candidatos.

[338] Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Arquivo da PIDE/DGS, «Comissão Democrática do Distrito de Aveiro», proc. n.º 1020 SR/69.

[339] *Ibidem*.

[340] Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Circular n.º 11 do Ministério do Interior, MAI/GM, G.20, cx. 399 (pt1-3).

[341] Nomes referidos na tese de Maria José Maurício (2003) «Mulheres e Cidadania – alguns perfis e acção política (1949-1973)», dissertação de mestrado em Estudos sobre as Mulheres, Universidade Aberta, Lisboa, orientação da Professora Doutora Anne Cova, p. 94.

[342] SOARES, Sílvia, «A mulher e o voto», in *República*, 6 de Outubro de 1969.

[343] Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, MAI/GM, G. 20, cx. 399 (pt. 1-3).

[344] Nas eleições de 1973 convergiram as correntes que tinham corrido separadas nas eleições de 1969. Um projecto de intervenção comum tinha saído do III Congresso de Aveiro em Abril de 1973.

[345] «Resumo das linhas políticas da oposição», in *Diário de Lisboa* de 3 de Outubro de 1973.

[346] Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Arquivo PIDE/DGS, «Eleição para deputados (1973). Propaganda distribuída pela oposição democrática e movimentos clandestinos», proc. SR 715/73.

[347] MDM, «Manifesto às mulheres do distrito de Setúbal», *República*, suplemento: «Eleições 73» de 11/10/73, p. II.

[348] Contudo as conclusões dessa mesa-redonda foram no sentido de recusar as secções femininas nos sindicatos, pois apenas serviam para segregar as mulheres, dada a experiência da sua existência desde os anos 30 nos sindicatos corporativos afectos ao regime. Nessa altura, as mulheres envolvidas neste debate pertencentes à Intersindical recusaram esse tipo de organização das mulheres nos sindicatos.

[349] Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Arquivo da PIDE/DGS, «Eleição para deputados (1973). Propaganda difundida pela oposição democrática e movimentos clandestinos», proc. SR 715/73.

[350] Os restantes candidatos eram Tavares da Cruz, Martins Coelho, José Tengarrinha, Gonçalves André, Herberto Goulart, António Fogueteiro.

[351] Este comunicado foi subscrito pelas Comissões Democráticas Eleitorais de Aveiro, Coimbra, Castelo Branco, Évora, Leiria, Lisboa, Porto, Santarém e Setúbal.

[352] Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Arquivo da PIDE/DGS, «Eleição para deputados (1973). Propaganda difundida pela oposição democrática e movimentos clandestinos», proc. SR 715/73.

[353] *Jornal República*, de 13 de Outubro de 1973.

[354] *Jornal República*, 25 de Outubro de 1973.

[355] *Jornal República*, de 15 de Outubro de 1973.

[356] *Jornal República*, suplemento «Eleições 73», de 18 de Outubro de 1973, p. 1.

[357] «Alma grande, duma extraordinária sensibilidade e de vasto e poliforme talento, como demonstram os seus trabalhos literários para adultos e crianças, muito mais poderia ter realizado ainda se não fossem as vicissitudes que a intolerância e a incompreensão lhe fizeram passar. [...] Como não homenageá-la. Como não lhe manifestarmos a nossa admiração e a nossa alegria por a termos como nossa contemporânea?»

[358] «A vida literária de Maria Lamas», *República* de 12/7/73, p. 8.

[359] «Mais do que justa é devida a homenagem a Maria Lamas», *República* de 20/7/73, p. 8.

[360] «Maria Lamas: símbolo vivo e criador do nosso povo», *República* de 24/7/73, p. 16.

[361] «A mulher do meu país», *República* de 26/7/73, p. 3.

[362] «Maria Lamas é exemplo de sinceridade nas ideias e coragem para as defender, afirma a Dra Cesina Bermudes», *República* de 26/7/73 p. 8.

[363] PALLA, Maria Antónia, «A obra maior de Maria Lamas é a sua vida», in *República*, 2/10/73, p. 18. É a Maria Antónia Palla que se deve o primeiro filme feito sobre a vida de Maria Lamas, realizado depois do 25 de Abril.

[364] LIMA, Manuel de Campos, «Encontros com Maria Lamas», in *República*, 27/9/73, p. 18.

[365] «Mensagem (à mulher) Maria Lamas enviada por democratas de Setúbal», *República*, p. 2.

[366] *República* de 8/10/73, pp. 10-11.

[367] *República* de 8/10/73, 1.^a pagina.

[368] «Dez anos depois, a geração perdida», *Revista Expresso*, 16 de Outubro de 1982, pp. 35 e 36-R.

[369] Grupos marxistas ganham peso no movimento estudantil: uns mais influenciados pelo Maio de 68 e que formam uma corrente trotsquista nos liceus, com bases de apoio nos liceus da Amadora, padre António Vieira e D. Pedro V, outros de cariz leninista/stalinista: a UEC (M-L) que utilizavam a sigla «Por um Ensino Popular» (POPs) que tiveram bastante influência em 1970/1971 na criação do MAEESL e a corrente maoísta do MRPP que dominou o movimento associativo em Direito e criou fortes núcleos em outras faculdades.

[370] «A invasão da cerca das instalações da Associação Académica e das salas do próprio Instituto (sala de professores e assistentes, gabinete do Director, salas de aula) pela polícia de choque foi feita com a maior violência e brutalidade, sem qualquer aviso prévio aos estudantes no sentido de saírem pacificamente do ISCTE. Deu-se cerca das 19 horas e pode ser testemunhado pelo Director e por numerosos membros do corpo docente impotentes para deter tanta selvajaria. [...] São espancados e mordidos pelos cães da polícia vários alunos. Uma aluna aparentemente inconsciente encontrava-se caída no chão à entrada do edifício escolar. Um assistente aconselha calma aos polícias e é insultado. Vários alunos são espancados à porta da sala de professores. Outros saltam pelas janelas de três metros onde são empurrados pela polícia. Alunos e docentes refugiam-se no Gabinete do Director, mas são perseguidos e espancados. Vários feridos são levados para os hospitais: S. José 15 feridos; Santa Maria:

20; na clínica de S. Bento o número de feridos esgotou a capacidade de prestação de primeiros socorros [...].» (Relato do Director do ISCEF apresentado ao ministro da Educação Nacional em 17 de Maio de 1972, sobre a entrada da polícia no ISCEF a 16 de Maio de 1972», Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra, documento doado por Ana M. Carriço.)

[371] Os factos são de tal modo graves que o Conselho Escolar do ISCEF exige superiormente a abertura de um inquérito sobre os factos ocorridos a 12 de Outubro de 1972.

[372] Jornal *República* de 14 de Outubro de 1972.

[373] Corrente maoísta do movimento estudantil.

[374] «Aos estudantes. Perante o assassínio de Ribeiro dos Santos, os estudantes erguem a sua luta!», comunicado «Por um ensino ao serviço dos operários e camponeses».

[375] Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Ministério do Interior, MAI/GM, G 23, cx. 430.

[376] Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Ministério do Interior, MAI/GM, G 21, cx. 430 (pt. 1-3).

[377] O seu pai, João Varela Gomes, organizador do golpe de Beja tinha estado preso em Caxias de 1961 a 1968.

[378] Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Ministério do Interior, MAI/GM, G 21, cx. 430 (pt. 1-3).

[379] TOMÉ, Mário, capitão de Abril, comunicação nas comemorações dos 25 anos do 25 de Abril no Museu da Resistência e República, 25 de Abril de 1999.

[380] Entrevista realizada em 1997 a Dacilde Santos, dirigente do sindicato dos metalúrgicos, em cuja direcção só existiam 5 mulheres.

[381] Entrevista realizada em 14 de Julho de 1997, no âmbito da dissertação de mestrado da autora.

[382] Frases retiradas de entrevistas realizadas em 1997/1998 a algumas mulheres com destaque nos movimentos de mulheres: Almerinda Bento, Rosa Xisto, Ana Sara Brito, Regina Tavares da Silva, Madalena Barbosa.

[383] Entrevista a Maria de Lourdes Pintasilgo, realizada em 14 de Julho de 1997.

[384] Nas direcções dos principais partidos, as mulheres eram de facto uma minoria. Por exemplo, no VIII Congresso do PCP, realizado de 11 a 14 de Novembro de 1976, foram apenas eleitas seis mulheres como membros efectivos do Comité Central num total de 54 membros; em relação aos membros

suplentes existiam quatro mulheres em 36 membros. No total 10 mulheres em 90 membros (11%). Não existia nenhuma mulher na Comissão Política nem no Secretariado. (Mulheres eleitas para o Comité Central – efectivas: Alda Nogueira, Georgette Ferreira, Margarida Tengarrinha, Marília Vilaverde Cabral, Piedade Monteiro dos Santos, Sofia Ferreira; suplentes: Helena Medina, Hermenegilda Rosa Pereira, Rosa Rabiais e Zita Seabra.) É a própria Alda Nogueira que na sua intervenção no Congresso refere este défice de mulheres na direcção: «Com efeito, o número de mulheres propostas e eleitas para tarefas e cargos com responsabilidade e de direcção não está em proporção com o número de mulheres filiadas no Partido. Mais adiante, na sua intervenção, Alda Nogueira refere que as mulheres representavam 17% dos membros do PCP». (VIII Congresso do PCP, 11 a 14 de Novembro de 1976, «Com a Democracia para o Socialismo», Lisboa, Edições Avante, 1977, p. 70.)

[385] Com excepção do Sindicato dos Bordados da Madeira, dirigido a 100% por mulheres, a média de representatividade de mulheres nas direcções dos principais sindicatos era de 21%.

[386] Entrevista realizada a 10 de Maio de 2006.

[387] Este movimento tem um forte apoio de Salgado Zenha, então ministro da Justiça. Em Fevereiro de 1975 é alterada a disposição do Código Civil que proibia o divórcio dos católicos.

[388] Segundo o historiador João Gomes Esteves, é na imprensa, a partir de 1906, que se encontra com regularidade um conjunto de reflexões sobre o feminismo, através de artigos de Virgínia Quaresma, Maria Veleza, Ana de Castro Osório, Albertina Paraíso e Lucinda Tavares. A temática feminista passou também a fazer parte de jornais como *O Mundo* e *Vanguarda*. Este último inclui, em 1906, a «Galeria Feminista».

[389] Entrevista à revista *Mulheres*, Fevereiro de 1984

[390] «Bénoîte Groult dirige colóquios sobre feminismo», *Diário de Lisboa*, 11/5/1976, p. 18.

[391] COHEN, Annie, «Un mois au Portugal», in *Les Temps Modernes*, Outubro de 1974, pp. 133-139.

[392] Notícia do jornal *O Século* de 1974, s/d de mês e dia, do espólio do IDM entregue à UMAR – Centro de Documentação e Arquivo Feminista Elina Guimarães organizado pela UMAR.

[393] VIEIRA, Joaquim (2000), *Portugal Século XX, Crónica em Imagens (1970-1980)*, Lisboa, Círculo de Leitores, p. 104.

[394] Notícia sem data e jornal de origem, encontrada no espólio do IDM entregue à UMAR – Centro de Documentação e Arquivo Feminista Elina Guimarães.

[395] BARBOSA, Madalena (1978), «Balanço do MLM – linhas gerais para o começo de uma discussão», texto policopiado, assinado por Milena, Ana D'Orey e Isabel (Barreno?), arquivado na

UMAR, no Centro de Documentação e Arquivo Feminista Elina Guimarães.

[396] *Diário de Lisboa* de 13 de Janeiro de 1975.

[397] MONTREYNAUD, Florence (2001), «Le Mouvement de Libération des Femmes em France», in *Le XXe Siècle des Femmes*, Paris, Nathan, p. 550.

[398] FÉRIA, Lurdes, «Histerismo Machista no Parque Eduardo VII», in *Diário de Lisboa*, 14 Janeiro de 1975, p. 22.

[399] «O machismo lisboeta versus movimento de libertação da mulher – uma tarde de violência no Parque Eduardo VII», in *República*, 14 de Janeiro de 1975, p. 8. (Artigo assinado por H.M.)

[400] «Desmente-se mais uma vez formalmente que tenha sido intenção ou sequer mencionada por nós a possibilidade de algumas das nossas militantes poder fazer “strip-tease” durante a manifestação no Parque Eduardo VII no dia 13 de Janeiro, passado. Aliás, basta ter um mínimo de conhecimento do que é o feminismo, que recusa o “strip-tease” como uma das muitas formas de uso do corpo da mulher no seu papel de objecto sexual, para que tal hipótese jamais pudesse ser posta. Não entendemos como pode a Sr.^a D. Alda Santos atrever-se a afirmar que não houve elementos identificando-se com o PCP na referida manifestação [...] A afirmação de que se encontravam elementos que diziam pertencer ao PCP (empunhando bandeiras, emblemas, cantando “avante camarada») não foi gratuita da nossa parte. Além de existirem vários testemunhos oculares, o MLM comunicou o facto pessoalmente ao PCP, porque nós próprias nos perguntámos quais seriam as intenções daqueles senhores, tomando posições de violência e coarctando a liberdade de expressão que o 25 de Abril trouxe a Portugal. Que intenções reservadas escondem, por sua vez, as insinuações da Sr.^a D. Alda Santos? Não saberá esta senhora que os movimentos feministas são movimentos de esquerda (chamada até de uma nova esquerda) que recusam radicalmente a sociedade de classes, opressora, alienante e discriminatória? Muitas das militantes do MLM têm uma tradição antifascista, não como mártires ou “companheiras na sombra”, mas como lutadoras activas contra a ditadura que durante 48 anos oprimiu o povo português. Há entre nós mulheres que estiveram presas, exiladas, que conheceram interrogatórios de intermináveis horas sem sono e viram as suas casas devassadas pela PIDE/DGS. [...] É esta a primeira e última vez que o Movimento de Libertação de Mulheres vem “dar contas” das suas posições políticas que nunca esperámos se pudessem pôr em dúvida!»

[401] *Jornal Expresso* de 2 de Agosto de 1985.

[402] CAETANO, Maria João, «O dia em que as mulheres portuguesas saíram à rua», in *Público*, 28 de Janeiro de 2006.

[403] UMAR – 4.º Encontro Nacional – Documento de Balanço, Lisboa, 1989.

[404] A UMAR foi formada por influência de uma esquerda não alinhada com o PCP e identificada com a UDP.

[405] Comunicado à imprensa das Comissões de mulheres desempregadas de Portel, Alcácer do Sal, Moura e Safara, 26 de Maio de 1977.

[406] UMAR, Carta Aberta ao primeiro-ministro Dr. Mário Soares, 1977.

[407] «Kallen as operárias estão paradas – apoio da UMAR», *Diário Popular*, 2 de Fevereiro de 1977.

[408] Comunicado da UMAR de Braga em 14/11/1976, Centro de Documentação e Arquivo Feminista Elina Guimarães (1.4 – História da UMAR – década de 1970).

[409] «Fim às *boites* e à prostituição», comunicado do núcleo da UMAR de Guimarães em 30/3/ 1977. «8 de Março, vamos nós mulheres ficar caladas?», comunicado da UMAR, 1977, CDAFEG (1.4 História da UMAR – década de 1970).

[410] «8 de Março, vamos nós mulheres ficar caladas?», comunicado da UMAR, 1977, CDAFEG (1.4 História da UMAR – década de 1970).

[411] «Todas as mulheres donas de casa pobres ou remediadas sabem quanto o seu trabalho de lavar, limpar, cozinhar, costurar, etc., é indispensável à sua família. [...] Nos regimes que vivem do lucro e da exploração, este trabalho é considerado inferior ou sem valor [...]. Se ele não fosse feito gratuitamente pela mulher na família, ele teria de ficar a cargo da sociedade [...]. Então teria o Estado de criar redes de lavandarias e cantinas, creches e escolas e casas de repouso para a velhice. Ora os regimes capitalistas não estão dispostos a fazer tais investimentos. [...] Duplamente oprimida, duplamente revolucionária, o 25 de Abril deixou clara a verdade desta expressão sobre a mulher. A casa e a família constituem de facto uma prisão para as mulheres. Quantas vezes, não se ouvem dizer: “Sair era bom... mas não posso, tenho a casa e os filhos; o meu marido não deixa, nem pensar nisso”. Apesar desta situação elas foram aos milhares as que romperam as grades dessa prisão. Encheram-se de ânimo, disseram ao marido e à sogra “isso era dantes” e encheram as ruas.» («A mulher dona de casa». Tese ao II Encontro Nacional da UMAR, publicada no Boletim da UMAR, suplemento especial, Dezembro de 1977, p. 2.)

[412] Esta iniciativa teve como base as reportagens no *Diário de Notícias* do jornalista Aurélio Cunha sob o tema: «Desaparecidas para onde vão?», publicadas entre Novembro e Dezembro de 1977.

[413] UMAR, «Manifesto por um inquérito rigoroso ao tráfico e corrupção de jovens mulheres», 21 de Dezembro de 1977, CDAFEG (1.4 – História da UMAR – década de 1970).

[414] «Organização feminina contra disposição do decreto antiaborto», *Jornal de Notícias*, 1 de Abril, 1977.

[415] «O que é a UMAR», folheto de divulgação, 28 de Novembro de 1978, CDAFEG.

[416] Numa circular do Secretariado Nacional da UMAR às activistas com data de 10 de Abril de 1979

divulga-se a decisão de participação na CNAC: «A nossa organização tem vindo a participar na Campanha Nacional pelo Aborto e Contracepção. Esta iniciativa lançada por vários grupos de mulheres do Porto, Coimbra, Setúbal e Lisboa e com o apoio de várias personalidades, sindicatos e partidos (MES, UDP, PSR) e outras organizações como o MLM destina-se a levantar a questão da discussão do aborto com vistas à sua despenalização e legalização, assim como a exigir o efectivo funcionamento dos centros de planeamento familiar.» (CDAFEG, 1.5 – História da UMAR – década de 1970).

[417]UMAR, «Sobre a abertura da maternidade», comunicado do núcleo de Vila Real de Santo António, 8 de Abril de 1979.

[418]«Na Lisnave fiscal corrupto tenta vender mulheres a troco de uma cerveja», comunicado da UMAR, 1979.

[419]«Violação, quem é responsável?» e «Violência escolhe mulheres e crianças», *Mulher D'Abril*, n.º 6, Outubro, 1979, pp. 16-17.

[420]«Aborto, 3.ª causa de morte materna em Portugal», *Mulher D'Abril*, n.º 5, Maio de 1979, p. 12.

[421]«As presas de Custódias escreveram-nos», *Mulher D'Abril*, n.º 7, Novembro de 1979, pp. 4-5.

[422]Cooperativa Editorial de Mulheres, «Perspectivas políticas da nossa Cooperativa», Fevereiro de 1977.

[423]«Em favor das mulheres do Irão», *Jornal de Notícias*, 20 de Março de 1979. «Mulher é uma mulher», *Jornal de Notícias*, 8 de Março de 1979.

[424]*Situação da Mulher*, boletim n.º 2 do GAMP, Março de 80, pp. 4-6.

[425]Da actividade do GAMP destaca-se o apoio à Cooperativa de Serviço Doméstico – *Cooperserde*, a primeira iniciativa do tipo existente no País. (Ver história desta cooperativa no jornal *O Diário* de 8/1/1984.)

[426]Boletim da CNAC do Porto, 1982; Folha Informativa da CNAC, s/d.

[427]*As mulheres rompem o cerco*, boletim do grupo de mulheres da Associação Académica de Coimbra, s/d.

[428]«Divide? Duvide!», in *Da Mulher*, boletim n.º 2 do Grupo de Mulheres da AAC, s/d.

[429]«Mulheres de Braga, Coimbra, Porto, Lisboa e Setúbal intervêm com comunicações que são manifestos das múltiplas razões da nossa luta. Abordam a dupla exploração da mulher no trabalho e

fora dele. Analisa-se, concretamente a situação da mulher na agricultura, no sector têxtil, das montadoras de material eléctrico, das telefonistas, das empregadas de instituições de crédito, das empregadas dos hospitais civis de Lisboa. Fala-se da discriminação salarial e das outras. Das carências a nível habitacional, sanitário e de saúde.» (NEVES, 1988:24.)

[430]MDM, comunicado à imprensa sobre a reunião de 2 de Maio de 1974.

[431]MDM, «O que é o Movimento Democrático de Mulheres», 15 de Maio de 1974.

[432]MDM, «Comunicado de imprensa n.º 150», 18 de Maio de 1974. Comunicado da Comissão Coordenadora Nacional do MDM de 23 de Agosto de 1974.

[433]Este comunicado foi difundido pelo *Expresso* de 15 de Fevereiro, com a demarcação de três movimentos: MDM, Acção Católica e Movimento Rural Católico.

[434]Comunicado do Movimento Democrático de Mulheres Portuguesas de 5 de Fevereiro de 1975.

[435]Nesta sessão participaram Maria Lamas, Maria Luísa da Costa Dias e Alexandre Cabral.

[436]MDM, «No dia 4 de Outubro de 1958 morreu Maria Machado», comunicado, 4 de Outubro de 1974.

[437]MDM, «A cosmonauta soviética Valentina Terechkova, membro do CC do Partido Comunista da URSS está de visita a Portugal, a convite do MDM», 5 de Junho de 1975.

[438]MDM, «Homenagem à democrata Dr.ª Maria Isabel Aboim Inglês», comunicado de imprensa n.º 10/75, 26 de Fevereiro de 1975; «Homenagem a Maria Lamas», comunicado de imprensa n.º 55, 7 de Maio de 1976.

[439]«Secção internacional – Comunicado de Imprensa n.º 2/76», comunicado assinado por Maria de Lourdes Machado.

[440]«Declaração – 1 de Junho de 1979 – Ano Internacional da Criança, Por um futuro de paz e segurança para todas as crianças», assinado pelo Secretariado Nacional do MDM.

[441]«Somos trabalhadoras domésticas! A quem beneficia o nosso trabalho?», in *Mulher D'Abril*, n.º 7, Novembro de 1979, p. 21.

[442]Numa reunião realizada a 24 de Abril de 1974 no Estoril um dos pontos da ordem de trabalhos já era o da organização sindical.

[443]«1.º Congresso das trabalhadoras do serviço doméstico, Outubro de 1979, curso de formação e preparação», documento cedido por Maria José Magalhães ao Centro de Documentação e Arquivo Feminista Elina Guimarães.

[444]«Somos trabalhadoras domésticas! A quem beneficia o nosso trabalho?», in *Mulher D'Abril*, n.º 7, Novembro de 1979, pp. 21-22. (Reportagem de Irene Pimentel).

[445]«Festa Unitária no ARCO, Emancipação da mulher deve ser real e não apenas uma intenção ou desejo», in *A Capital* de 9 de Março de 1979.

[446]A Comissão da Condição Feminina foi institucionalizada a partir de 1977 (Decreto-Lei 485/77). O mesmo Decreto-Lei cria a secção das organizações não governamentais, no âmbito do seu Conselho Consultivo. Contudo, esta secção só começou a funcionar em 1979, pela necessidade de proceder à análise das associações a integrar. A outra secção do Conselho Consultivo: a secção interministerial funcionou a partir de 1978.

[447]SARMENTO, Soeiro, «História de A» (como aborto), in *República* de 7 de Janeiro de 1974, p. 3.

[448]«Planeamento Familiar em mesa-redonda», in *República*, Suplemento «Presença da Mulher», 12/11/73, p. III.

[449]LOURO, Regina, «Planeamento Familiar num banquete de rotários», in *Diário Lisboa*, 8 Fevereiro de 1974, p. 3.

[450]ALBUQUERQUE, Afonso de, «Os médicos e o aborto», in *República*, 11 de Julho de 1974, p. 3.

[451]Citado por Andrea Peniche (2007), *Elas somos nós – o direito ao aborto como reivindicação democrática e cidadã*, Porto, Afrontamento, p. 29. (DAC, n.º 34, 908.)

[452]A proposta na Constituição foi a seguinte: «Promover pelos meios necessários a divulgação dos métodos de planeamento familiar e organizar as estruturas jurídicas e técnicas que permitam o exercício de uma paternidade consciente.»

[453]Notícia de mulheres de Braga, 1975, publicado em jornal de que se desconhece o título, documento encontrado no Centro de Documentação e Arquivo Feminista Elina Guimarães.

[454]A UDP tinha apenas um deputado: Américo Duarte.

[455]DAC n.º 34, 915, citado por PENICHE, Andrea (2007), *op. cit.*, p. 30.

[456]METRASS, Célia, MEDEIROS, Helena de Sá, HORTA, Maria Teresa (1975), *op. cit.*, p. 12.

[457] Chama-se feminismo de segunda vaga ao feminismo dos anos 60 e 70 do séc. xx.

[458] MLM, *Sobre o Feminismo*, brochura publicada em 1975, p. 15.

[459] Entrevista a Madalena Barbosa realizada em 2002.

[460] BANDEIRA, Mário Leston, *Aborto e Contraceção em Debate*, Lisboa ISCSP, 1975, p. 26. Nesta iniciativa participaram vários técnicos, como Albino Aroso, Madalena Botelho, Ana Brás, Maria José Paixão, Helena Balsa, Helena Sá Medeiros do MLM e ainda representantes de diversos partidos: LCI, Luar, MES, PRP e PS. Não se fizeram representar o MDP, PCP, MRPP e PPD. Os intervenientes no debate declararam-se a favor da legalização do aborto, tendo colocado diversas posições sobre o que entendiam por «processo de libertação das mulheres».

[461] Grupo de Mulheres do Porto, Grupo de Mulheres da Associação Académica de Coimbra, IDM, Informação/Documentação/ /Mulheres.

[462] Na altura, designava-se por União de Mulheres Antifascistas e Revolucionárias.

[463] Plataforma de acção formada em 1979.

[464] O MDM tinha preparado um folheto para distribuir às mulheres, logo a seguir ao 25 de Abril, onde também colocava o direito ao aborto, mas foi impedido de o fazer por dirigentes do PCP no MDM, a não ser que se riscasse esse direito no referido folheto, o que veio a acontecer.

[465] «A maior parte de nós éramos estudantes e essas trabalhadoras trouxeram um outro enquadramento dos problemas, muito mais ligado à vida profissional e às dificuldades da conciliação entre a vida familiar e a vida profissional, e criaram o tempo propício para a colocação deste problema. Mas o aborto foi sempre, em termos de expressão de mulheres, uma questão minoritária, apesar de ser debatido de forma aberta em algumas reuniões do movimento. O nosso primeiro documento pós-25 de Abril incluía, entre as reivindicações, o direito ao aborto. Contudo, dada a relação umbilical entre o MDM e o PCP, essa reivindicação foi considerada inoportuna e nós tivemos de a riscar. Apesar disto ter acontecido, não nos desmotivou, às que defendíamos a legalização do aborto, para continuarmos a colocar esta questão.» (Entrevista a Helena Neves realizada em 2002.)

[466] «Praticam-se por ano em Portugal 150 000 abortos clandestinos», in *Diário de Lisboa* de 23/4/1975 (notícia de lançamento do MCALG).

[467] «Semana internacional sobre os problemas da mulher», in *Expresso* de 2 de Agosto de 1975.

[468] «Na sala Magna do Hospital de Santa Maria cerca de 200 congressistas de várias nacionalidades, muita gente interessada (jovem...), debates abertos, francos e objectivos, uma brochura que custa 10\$00 e que ensina muita coisa que não se diz em parte nenhuma. [...] Os debates integram-se na semana de

solidariedade do Movimento para a Contracepção Livre e Gratuita que conta com a participação activa de dez delegações similares de países europeus (Espanha, França, Itália, Alemanha, Suíça, Luxemburgo, Holanda, Bélgica, Áustria) e de uma representante do Chile através de uma refugiada. A semana teve início em 28/7 e termina a 4 de Agosto. “O nosso movimento” – afirma ao *Jornal* uma das organizadoras – “luta pela contracepção e aborto livre e gratuito como um direito inalienável de qualquer mulher numa sociedade livre”. [...] Há cerca de 100 000 abortos anualmente levados a cabo no “escuro”, em péssimas condições, por vezes feitos por pessoas incompetentes e sem a menor segurança para a mulher. A nossa lei retrógrada pune de 2 a 8 anos de prisão quem o praticar. [...] O governo não se importa com isto [...]. Sabemos que a luta tem de ser nossa, das mulheres que sentem na carne a injustiça a que são votadas.» (FEIO, Lurdes, «Contracepção e aborto livre: remédio para a angústia de 100 000 mulheres», in *Jornal* de 1 de Agosto de 1975).

[469]«MLM exige aborto e contracepção livres», in *A Capital* de 19 de Novembro de 1975.

[470]SARMENTO, Jacinta, «Aborto: contra a hipocrisia», in *República*, 21/11/75.

[471]Ano em que se realizou de 4 a 8 de Março em Bruxelas o Tribunal Internacional de crimes contra a mulher, em que a questão do aborto foi debatida.

[472]No livro *Movimentos de Mulheres em Portugal nas Décadas de 70 e 80*, este acontecimento vem referenciado como «Maio de 1976». No entanto, a consulta posterior que fiz da sentença do juiz Dr. Afonso de Melo do 3.º juízo correcional de Lisboa, leva-me a concluir que a data de transmissão do programa é a 4 de Fevereiro de 1976.

[473]FIADEIRO, Maria Antónia, *Cronologia da Luta das Mulheres (74-88)*, Lisboa, LDM, 1989, p. 3.

[474]DIAS, Rui Letria, «Responsáveis de “Nome, Mulher” dão nome à contestação do aborto», in *Jornal* de 13/2/1976.

[475]Notícia no *Diário de Lisboa* de 8/3/1977.

[476]«Organização feminina contra disposição do decreto anti-aborto», *Jornal de Notícias*, 1 de Abril de 1977.

[477]«Considero decisivo da dignidade humana e social da mulher, como aliás do homem o direito de se autodeterminar, de escolher livre e conscientemente o seu destino. Para as mulheres, o aborto deve ser, no âmbito dessa escolha, a última solução procurada, porque a opção consciente pressupõe também a capacidade de planear [...]. Mas entendo que devidamente esclarecidas, lhes deve ser aberto esse último recurso – o aborto, através da sua legalização. [...] O aborto é uma questão que diz respeito às mulheres e deve ser discutido por elas. Não pode ser entregue à trilogia que, no dizer da socióloga Evelyne Sullerot, decide habitualmente neste matéria: médicos-padres-governo. Em matéria que se prende tão profundamente com o «ser mulher» com a disponibilidade do seu corpo e do seu espírito, as determinações legais não podem desconhecer as aspirações das pessoas a quem tais leis se destinam.

[...] Se de facto o poder masculino reduziu as mulheres, durante séculos, ao papel de reprodutoras, vedando-lhes o acesso à vida cultural, económica e política, se o obscurantismo em que as mulheres foram propositadamente mantidas é algo que quase todos repudiam [...] então não é possível legislar sobre qualquer aspiração da vida em sociedade com o desconhecimento das opiniões de mais de metade dos cidadãos – as mulheres». («O aborto deve ser a última solução procurada», depoimento de Maria do Carmo Romão, presidente da CCF, *Opção* n.º 77, 13 a 19 de Outubro de 1977.)

[478]«Posição da delegação regional de Lisboa da Associação para o Planeamento da Família sobre o problema do aborto em Portugal», 19 de Novembro de 1977 (documento cedido pelo centro de Documentação da APF).

[479]«Problemas da mulher trabalhadora debatidos em Conferência Nacional», *Diário de Notícias*, 6 de Novembro de 1978, p. 4.

[480]«Conferência da mulher trabalhadora. Carta reivindicativa exclui direito ao aborto», in *Jornal de Notícias* de 8/11/1978.

[481]MESTRINHO, Fernanda, «Porque não se pode continuar a fechar os olhos?, perguntava Simone Veil à Assembleia Francesa», in *Diário de Lisboa*, 22 de Novembro de 1978, p. 7. (A lei francesa de legalização do aborto tinha sido aprovada a 17 de Janeiro de 1975, segundo uma proposta de Simone Veil.)

[482]*Da Mulher*, Grupo de Mulheres da Associação Académica de Coimbra, 1979, pp. 8-9.

[483]Entrevista que integra o *dossier* «Aborto», da Comissão de Mulheres pela legalização do aborto e em defesa da maternidade responsável, cedido por Maria Antónia Palla.

[484]No comunicado da CNAC lia-se «Julgar Conceição Massano é julgar milhares de mulheres que abortam ou abortaram em Portugal».

[485]Foram transportadas ao hospital de S. José, com ferimentos, Margarida Sousa e Isabel Mendes da CNAC e o jornalista Ferreira Fernandes, que era membro do PSR.

[486]«Depois da absolvição de Conceição Massano, a luta pela legalização do aborto continua», reportagem de Irene Pimentel, in *Mulher D'Abril*, n.º 7, Novembro de 1979, pp. 6-7.

[487]Documento arquivado no Centro de Documentação e Arquivo Feminista Elina Guimarães (UMAR).

[488]«Century-old abortion law centre of storm in Portugal», in *The Globe and Mail*, 9 de Agosto, 1979, p. 4.

[489]Filme sobre o aborto leva a tribunal Maria Antónia Palla», in revista *Mulheres*, n.º 14, Junho, 1979, pp. 14-15.

[490]Revista *Mulheres*: n.º 10, Fevereiro de 1979 (Planeamento Familiar por Susana Ruth Vasques); n.º 11, Março de 1979 (O Aborto – opinião da CGTP e testemunhos de várias mulheres); n.º 12, Abril de 1979 (O Aborto por Idália Correia, médica-ginecologista); n.º 13, Maio de 1979 (O Aborto por António dos Santos Pereira, psiquiatra); n.º 14, Junho de 1979 (Filme sobre o aborto leva a tribunal Maria Antónia Palla); n.º 15, Julho de 1979 (O Aborto – posição da Delegação Regional de Lisboa da APF e testemunhos de mulheres); n.º 16, Agosto de 1979 (Io Appoloni: «eu abortei»; Conceição Massano – julgamento adiado); n.º 17, Setembro de 1979 (O Aborto – depoimento do MDM). A revista *Mulheres* foi lançada em Maio de 1978 e durante este ano, sobre a problemática do aborto, apenas surge uma notícia sobre a legalização do aborto em Itália (*Mulheres*, n.º 2, Junho de 1978).

[491]«O que é feito das feministas portuguesas?», in *Tal e Qual*, 11 de Outubro de 1980, artigo assinado por Vera Cruz.

[492]Elina Guimarães publica na década de 1930, os seguintes artigos sobre o feminismo: «Introdução ao estudo do feminismo» (*Portugal Feminino*, Fevereiro, 1930); «Uma manifestação feminista» (*Portugal Feminino*, Março, 1930); «Os caminhos do feminismo» (*Rebate*, 24/7/1930); «Feministas e sufragistas» (*Portugal Feminino*, Dezembro, 1930); «Feminismo e Pacifismo» (*Portugal Feminino*, Janeiro, 1931); «O feminismo e as realizações práticas» (*Portugal Feminino*, Novembro, 1931); «Balanço feminista de 1931» (*Portugal Feminino*, Fevereiro, 1932); «Congressos» (*Portugal Feminino*, Março, 1932). (Elina Guimarães: uma feminista portuguesa, vida e obra (1904-1991), Lisboa, CIDM, 2004).

[493]GUIMARÃES, Elina (1983), «Por que sou feminista», in *Primeiro de Janeiro*, (Caderno Magazine), 22 de Maio de 1983.

[494]Os filmes exibidos nessa semana seriam: *Júlia*, *Isadora*, *Uma Mulher na Rua*, *A última Mulher*, *Amor em Tons Eróticos*, *Amor Violento*, *Adopção*, *O Insólito Destino*, *Girl Friends*.

[495]«Dia Internacional da Mulher, uma data de festa para lembrar direitos», in *Correio da Manhã* de 8 Março de 1980.

[496]Revista *Mulheres*, Março de 1981, p. 32.

[497]A «Década da Mulher» foi proclamada numa Conferência das Nações Unidas sobre o Ano Internacional da Mulher que se realizou no México em 1975. Alzira Lemos esteve presente nesta conferência, assim como na conferência seguinte em Copenhaga.

[498]Portugal esteve presente nesta conferência através de uma delegação oficial da qual fez parte a então presidente da CCF Joana de Barros, Alzira Lemos e outras técnicas. Da delegação das ONG fez parte Helena Bastos e Regina Marques, ambas do MDM.

[499]Depoimento publicado na revista *Mulheres*, Outubro, 1980, pp. 20-21.

[500]Revista *Mulheres*, Janeiro de 1981, p. 16.

[501]NICHOLS, Jill (1980), «As Nações Unidas reparam nas mulheres», boletim do IDM n.º 3, Set./Out. 1980, pp. 2-7. Este artigo tinha sido publicado no *United Nations Notice Women*, «Spare Rib», 98, Setembro 1980, pp. 9-16.

[502]A sede do GMP, segundo o Boletim deste grupo, era na R. Moreira da Assunção, n.º 68, Porto.

[503]«Apontamento histórico sobre as lutas das mulheres», in Boletim zero, Grupo de Mulheres do Porto, documentação arquivada no Centro de Documentação e Arquivo Feminista Elina Guimarães, UMAR.

[504]« Para algumas mulheres a consciência da sua opressão enquanto mulheres surge depois de uma consciencialização política mais global nos partidos e sindicatos. Para outras, a consciência feminista foi o primeiro dado e o mais importante no seu caminho para a consciencialização e compreensão do mundo. Outras mulheres vêem essa consciência ligada à luta de classes, como parte de uma luta mais global pela libertação de todos os oprimidos. Algumas mulheres alertaram para o perigo dos grupos de mulheres se fecharem num gueto. Outras salientam a necessidade da autonomia radical dos grupos de mulheres. Discutiu-se em torno do trabalho de consciencialização virado para o grupo ou para outros sectores de mulheres. Todas estiveram de acordo sobre a necessidade de mais encontros e de aproveitar a revista *Lua* como primeira base para esse trabalho.» (LOURENÇO Inês, «Resumo do encontro», in *Boletim Zero*, Grupo de Mulheres do Porto.)

[505]Estrutura organizada em 1987 com as seguintes associações: Associação de Mulheres Socialistas, Cooperativa Editorial de Mulheres/ /IDM, Liga dos Direitos das Mulheres, MDM, UMAR, Grupo «Ser Mulher», Grupo de Mulheres de Lourosa.

[506]GRAAL, Fundação Cuidar o Futuro, Rede de Mulheres, *Com Maria de Lourdes Pintasilgo, Rede de Mulheres 25 Anos Depois*, iniciativa co-financiada pela CIDM, Lisboa, 2005, p.12

[507]Carta de Maria de Lourdes Pintasilgo, boletim «Rede e Nós», Julho de 1982, p. 5.

[508]MAGALHÃES, Maria José, FERNANDES, Maria Laura Fonseca, OLIVEIRA, Olga Guedes de (1990), História de vida de uma operária da indústria corticeira – Construção das identidades através de diferentes processos educativos, Lisboa, CIDM.

[509]Revista publicada pela UMAR – projecto de informação iniciado em Julho de 1991.

[510]«[...] O aborto é um flagelo brutal que resulta das condições sociais em que vivemos, da falta de apoio à maternidade, à família, da progressiva degradação das condições de vida; resulta da ignorância

dos métodos de planeamento da maternidade, do não acesso aos anticoncepcionais, da falta de uma educação sexual generalizada, dos preconceitos que perduram ainda nas mentalidades, fruto de anos e anos de obscurantismo e repressão. É uma realidade que não pode ser combatida, nem ignorando-a, nem através da penalidade criminal, da clandestinidade. O aborto não é desejado nem desejável. Que o digam os milhares de mulheres que o praticam em melhores ou piores condições. E não o é, pelo que ele pode representar de prejudicial para a saúde da mulher a nível físico e psicológico. [...] Muito embora se possa afirmar, mais ou menos taxativamente e mais ou menos apaixonadamente que a decisão final caberá à mulher, não pode haver dúvida que a mulher, individualmente considerada, não toma tal decisão independentemente de factores sociais, históricos, morais, familiares, educacionais, psicológicos [...]. Por outro lado, também não pode deixar de se entender que existem factores e interesses de vária ordem que, obrigatoriamente, terão de ser tidos em conta, mais ou menos decisivamente na decisão concreta de abortar. Em primeiro lugar, factores de ordem médica, como a situação da saúde da mulher, o prazo de gravidez decorrido, opinião dos médicos intervenientes. Em segundo lugar, factores de ordem familiar, designadamente a opinião do pai. [...] Afirmamos que à mulher cabe em última instância a decisão de interromper a sua gravidez, não pode significar e não significa que não existem parâmetros a ter em conta e que esses parâmetros, em dadas condições, não se transformam em limites objectivos à decisão individual.» (1.º Congresso do Movimento Democrático de Mulheres, Unidas para fazer de Abril certeza, «Maternidade, Planeamento Familiar e Aborto», 1980, pp. 168-172).

[511] «O MDM tem vindo a exigir a garantia do direito ao planeamento familiar e à educação sexual, a revogação da lei repressiva do aborto, uma nova legislação que garanta: [...] como último recurso, face a uma gravidez não desejada, a mulher, menor ou não, possa decidir pela interrupção da gravidez até às 12 semanas [...]; que a decisão da interrupção voluntária da gravidez caiba exclusivamente à mulher, menor ou não, no total respeito pela sua opção e pelo direito ao sigilo que ela deve comportar.»

[512] Comunicado emitido em 20 de Novembro de 1981.

[513] Comunicado de imprensa n.º 42, de 20 de Abril de 1983.

[514] Comunicado de imprensa do Secretariado Nacional do MDM em 26 de Novembro de 1980.

[515] Comunicado do secretariado nacional do MDM de 29 de Novembro de 1980.

[516] MDM, «Seminário da Década da ONU para a mulher», comunicado de imprensa, 17 de Maio de 1985.

[517] «Medidas legislativas são porta aberta às discriminações legais das mulheres», comunicado à imprensa em 3 de Fevereiro de 1988.

[518] Comunicado de imprensa n.º 152, de 11 de Julho de 1986, assinado por Fernanda Mateus do Departamento de Informação do MDM.

[519]MDM, «Tribunal, a mulher e a violência», comunicado de imprensa, 9 de Março de 1988.

[520]«A recente aprovação, pela Assembleia da República, da Lei das Associações de Mulheres representa o reconhecimento do papel importante do Movimento Feminino em Portugal, na luta pela emancipação da mulher, pela Democracia e pela Igualdade. Está de parabéns a Coordenadora Nacional de Mulheres (AMS, CEM/IDM, GML, LDM, MDM, UMAR) que, ao tomar a iniciativa de apresentar à Assembleia da República, aquele projecto de lei, soube interpretar correctamente algumas das reivindicações mais sentidas pelas organizações de mulheres. Estão ainda de parabéns as organizações de mulheres que, firme e sistematicamente, têm vindo a defender coerentemente os direitos das mulheres, alcançando uma maturidade que perspectiva o reforço do Movimento Feminino no nosso país. Contudo, o MDM não pode deixar de manifestar o seu repúdio pelo facto de terem sido retiradas reivindicações essenciais das associações de mulheres, nomeadamente o reconhecimento do estatuto de parceiro social, o direito a tempo de antena, o direito de se poderem constituir em assistente nos processos-crime que envolvem violação dos direitos das mulheres.» (Comunicado do MDM de 20 de Julho de 1988.)

[521]«Dolores Ibarruri uma mulher que foi expressão da luta de um povo, na resistência e na esperança construída de um ideal de justiça, fraternidade e democracia. Forjada na vivência dos mineiros da sua terra, com a sua determinação, paixão e força ela rasgou os caminhos onde a Democracia, Liberdade, Justiça e Igualdade se irmanam e são possíveis. Dolores, mulher e mãe, no luto da sua pátria e do seu filho foi força de esperança e razão. Dolores foi a presença-símbolo de multidões de mulheres anónimas, fazedoras de história, combatentes pela liberdade da mulher, mas silenciadas, ignoradas nos compêndios da história. Dolores foi o símbolo das mulheres que forjaram a igualdade conquistando-a na resistência.» (Comunicado do Departamento de Informação do MDM em 14/11/89, assinado por Luísa Amorim.)

[522]«Espaço Maria Lamas» – espaço/convite/debate sobre a situação de Timor Leste, comunicado à imprensa em 30 de Outubro de 1989. O debate realizou-se a 3 de Novembro.

[523]«Conferência de imprensa da UMAR: salário para a doméstica prepara despedimentos em massa», notícia de Março de 1980, sem referência a jornal, Centro de Documentação e Arquivo Feminista Elina Guimarães. (Pasta História da UMAR, anos 80.)

[524]Jornal *Em Marcha*, de 3/11/1982.

[525]«Depois da absolvição de Massano a luta pela legalização do aborto continua», *Mulher D'Abril* n.º 7, de Novembro de 1979 (artigo de Irene Pimentel).

[526]«A luta vai ter de continuar! Era este o sentimento de centenas de mulheres que, no dia 26 de Janeiro, enchiam as galerias de S. Bento [...]. Foi com este objectivo que mulheres da UMAR abriram uma faixa nas próprias galerias da Assembleia da República e atiraram comunicados para cima dos deputados [...]. A lei do PS acaba por deixar tudo na mesma. O negócio com o aborto clandestino vai continuar [...]. Na lei do PS a mulher não tem o direito a decidir, mas sim o médico. Além disso, a lei permite a punição para os casos de aborto que não preenchem os requisitos estabelecidos pela lei [...].»

(*Folha Mulher D'Abril* n.º 4, Março/Abril de 1984.)

[527] «Bispos contra a lei do planeamento familiar», *Mulher D'Abril*, Janeiro de 1985.

[528] «Nós mulheres já decidimos, votamos Pintasilgo, é claro!», *Mulher D'Abril*, Janeiro de 1986. É interessante verificar que em 1979, enquanto Maria de Lourdes Pintasilgo foi primeira-ministra, a UMAR realizou uma manifestação em S. Bento contra o aumento dos preços. Contudo, sete anos após esse acontecimento, a associação empenha-se no apoio à sua candidatura presidencial, considerando que a sua candidatura era um acto de coragem e de afirmação do papel diferente que as mulheres podiam desempenhar na sociedade.

[529] «UMAR critica CDS», *Diário Popular*, 6 de Janeiro de 1988.

[530] «UMAR lança campanha por infantários mais baratos», *A Capital*, 17 de Maio de 1989.

[531] UMAR: «subsídio do governo às mães é fazer das mulheres escravas do lar», *Diário Popular*, Setembro de 1980.

[532] Neste encontro, a associação ainda se designava por União de Mulheres Antifascistas e Revolucionárias, o que entrava em contradição com a base alargada das suas reivindicações.

[533] Actualmente a associação designa-se por União de Mulheres Alternativa e Resposta.

[534] Boletim IDM, Janeiro a Abril de 1980, p. 2.

[535] Foi a primeira vez que a CNAC, IDM e grupos de mulheres do feminismo radical participam organizadas numa manifestação da CGTP exigindo a legalização do aborto.

[536] «Estamos em 80, com um governo AD que cria uma Secretaria de Estado para a Família e põe no governo como único elemento feminino de destaque, exactamente a que não manda, mas é guardiã. Toma conta da família a Dr.ª Teresa Costa Macedo; e, para melhor tomar conta da família ou do governo, sim porque o Estado não vai dialogar com qualquer individualidade abstracta como as mulheres, os cidadãos, as árvores, o Estado vai dialogar com as associações das famílias portuguesas que diz «fortalecer a família para fortalecer Portugal» e outros *slogans* como mães em casa a amamentar [...].» (Boletim IDM, Janeiro a Abril de 1980, p. 4.)

[537] Esta greve tinha sido decretada por associações de mulheres apoiadas pelos sindicatos em defesa da legalização do aborto que já tinha sido aprovada há 15 anos e que o governo pretendia agora limitar por pressões da Igreja. Em Amesterdão aderem à greve 100 000 mulheres.

[538] É interessante verificar que, em termos comparativos, nas organizações formadas na década seguinte (anos 90) esta tendência é substituída pela necessidade das associações atingirem novas áreas

de actuação: violência (Associação de Mulheres contra a Violência, 1993); minorias étnicas (Associação Mulher Migrante, 1993 e Associação para a Promoção das Mulheres e Famílias de Minorias Étnicas); paridade (Associação Convergência, 1992 e Associação para a Democracia Paritária); estudos sobre as mulheres (Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres, 1991).

[539]Organização Não-Governamental Internacional vocacionada para o desempenho de acções que visem o desenvolvimento do nível de desempenho profissional e a melhoria e defesa das condições de vida e estatuto das mulheres.

[540]Depoimento de Duarte Vilar, sociólogo, director executivo da APF na entrevista realizada a 8 de Junho de 2007: «Quando vim trabalhar para a APF, em 1979, lidei com um conjunto de mulheres, algumas ligadas ao MES, outras não, mas assumidamente feministas. Havia assim uma ala feminista da qual eu também fazia parte, pois também me identificava ideologicamente com o discurso feminista. Eu vinha da militância política no MES e tínhamos feito um percurso de reflexão feminista. Sabíamos do que estávamos a falar. Tinha mesmo participado, por coincidência, no Verão antes de entrar para a APF, em Barcelona numa formação, estilo Escola de Verão, dada por mulheres que eram muito activas no movimento feminista em Espanha e que tinham boas bases teóricas. Havia, assim, na delegação de Lisboa uma componente feminista, que não existia nas outras delegações, que tinham uma perspectiva mais “médica”.

[541]«Em 1986, surgem duas listas para a direcção da APF: uma, liderada por Albino Aroso e outra lista, apoiada pelo pessoal de Lisboa e de outras delegações regionais, que era liderada por Dória Nóbrega e Bertina Sousa Gomes. Houve 400 sócios a votar. A lista apoiada por Lisboa ganhou as eleições com 65% dos votos. Foi uma vitória expressiva, numas eleições muito “renhidas”. Mas, felizmente, ninguém saiu da associação, mesmo os que não tinham ganho as eleições. Só que depois a APF mudou mesmo. Foi preciso fazer pontes entre as pessoas. Chamar toda a gente. A nova direcção da APF foi eleita em Fevereiro e em Maio/Junho realizámos o 2.º encontro nacional de voluntários da APF, na Praia das Maçãs. [...] Houve uma grande preocupação da direcção da APF em congregar, em dar corpo à APF, de a afirmar como um todo na sociedade portuguesa.» (Duarte Vilar, entrevista realizada a 8 de Junho de 2007.)

[542]«Quando entrei para a APF, a associação estava numa fase onde era preciso responder a um conjunto de associações de base, que queriam fazer planeamento familiar. Fizemos imensas sessões em fábricas, cantinas, na hora de almoço, em escolas, em associações de moradores de «bairros de lata» na cintura de Lisboa, colectividades. Lembro-me de ter participado em muitas dessas sessões. Antes de ter contacto com a APF, eu trabalhava junto desses bairros, em Cascais, e, em 1978, a APF foi a uma dessas colectividades, onde nós trabalhávamos, fazer uma sessão sobre planeamento familiar. A sala estava cheia e o debate foi muito participado. Era a fase das sessões, de um imenso trabalho com um grande número de voluntários na APF. Existia um grupo de 20 jovens voluntários na delegação de Lisboa. Esta fase prolongou-se até 1979/1980. Depois, a APF começou a ficar interessada em desenvolver projectos mais prolongados no tempo e deixar apenas de ter este papel de “bombeiro”. Começámos a desenvolver um projecto-piloto financiado pelo FNUAP num bairro de Lisboa, no Bairro do Charquinho, em Benfica. Nós trabalhávamos com grupos de mulheres, segundo um programa que durou um ano. Reuníamos algumas vezes por mês e íamos discutindo temas ligados ao planeamento familiar e à saúde reprodutiva. Por pedido dessas mulheres começámos a trabalhar com os filhos adolescentes. E, simultaneamente, tínhamos também começado a trabalhar com um grupo de jovens das

escolas secundárias de Lisboa.» (Duarte Vilar.)

[543] «Mais nove mulheres vão ser julgadas por aborto em Madrid», revista *Mulheres*, Janeiro de 1980. A mesma revista publica em Maio de 1982 a notícia de um julgamento de nove mulheres em Bilbao por terem abortado em que o colectivo de juízes decide pela absolvição.

[544] «Referendo em Itália, sim ao aborto», in *Mulheres*, Julho, 1981, pp. 6-7.

[545] Este projecto não chegou a ser discutido em plenário, porque a UDP tinha dificuldades de agendamento por ter apenas um deputado.

[546] «Activistas da UMAR na Assembleia da República», in *Diário Popular*, 8 de Março de 1981.

[547] Este projecto tinha sido divulgado pelo jornal *O Combate*, em 30 de Maio de 1980.

[548] Zita Seabra é afastada do PCP em 1988, por divergências internas. Na campanha de 2007 do referendo sobre o aborto assume uma posição contrária à despenalização do aborto, enquanto deputada do PSD.

[549] «Zita Seabra, deputada, mulher, falando deste debate tão de mulheres», in revista *Mulheres*, Junho de 1982, pp. 2-3 (*dossier especial: aborto*).

[550] «O episcopado denuncia e condena qualquer medida legislativa que autorize o aborto», in *Diário Popular*, 3 de Novembro de 1982, p. 6.

[551] «Tipificando cinco situações, projecto de lei do PSD de despenalização do aborto», in *Diário Popular*, de 28 de Outubro de 1982.

[552] «Aborto e Hipocrisia», in *Capital*, 26 de Outubro de 1982.

[553] «Isto explica que, por exemplo, o direito à legalização do aborto só tardiamente tenha sido incluído como direito das classes trabalhadoras e incluído em cadernos reivindicativos de organizações sindicais. Isto explica que só agora (e por que razão agora?) é que um projecto de tão grande importância social [...] não tenha sido já enfrentado pela sociedade portuguesa e não faça legitimamente parte das conquistas de Abril.» [FIADEIRO, Maria Antónia (1982), «Aborto, crime ou castigo?», in *Diário de Lisboa* de 10 de Novembro de 1982, pp. 3 e 6.]

[554] Jaime Ramos e Pedro Pinto do PSD abandonaram o hemiciclo e a deputada Margarida Salema nem sequer lá apareceu. (*Diário de Lisboa* de 12 de Novembro de 1982, p. 5.)

[555] «O acto sexual é para ter filhos – disse ele.»

Já que o coito – diz Morgado –
tem como fim cristalino,
fazer menina ou menino;
e cada vez que o varão
sexual petisco manduca
temos na procriação
prova de que houve truca truca.
Sendo pai só de um rebento,
lógica é a conclusão
de que o viril instrumento
só usou – parca razão! –
uma vez. E se a função
faz o órgão – diz o ditado –
consumada essa excepção,
ficou capado o Morgado.

[556] Neste debate parlamentar, o «CDS colocou-se contra tudo: despenalização do aborto, planeamento familiar e educação sexual», como afirmava o jornalista Adelino Cardoso em artigo no *Diário Popular* de 11 de Novembro de 1982, p. 7.

[557] *Diário da Assembleia da República* de 12 de Novembro de 1982, I série, n.º 12, p. 337.

[558] CARDOSO, Adelino, «Despenalização do aborto: questão adiada», in *Diário Popular* de 12 de Novembro de 1982, pp. 4 e 5.

[559] Médica, militante do PSR e activista da CNAC.

[560] «Contra a hipocrisia da direita e da Igreja. Aborto livre e gratuito, as mulheres decidirão», PSR, Janeiro de 1984.

[561] NEVES, Helena, «Aborto, esta não é ainda a nossa lei!», revista *Mulheres*, Março, 1984, n.º 71, p. 41.

[562] «Carta do IDM à Conferência de Nairobi», in *Artemísia*, n.º 2, Outubro de 1985, p. 36.

[563] *Diário de Lisboa* de 23/4/1975.

[564] «A mulher só é pensada como pessoa quando não tem corpo. O seu corpo é sempre vilipendiado, animalizado (na publicidade, livros pornográficos, nas agressões). A mulher é culpada por ter um corpo seu, pois só se lhe reconhece esse corpo como objecto de prazer dos homens. Que ele se ofereça ou se negue é um escândalo, porque aparece de uma maneira autónoma, independente da vontade do homem. [...] Que hipocrisia é esta que teima em ignorar que a sexualidade faz parte da vida das pessoas e que se trata de uma forma de relação que não é possível destruir, por mais reprimida que seja? A contracepção

é uma necessidade, mas nós sabemos que nem sempre é eficaz e que acima de tudo ela é ainda muitas vezes inacessível. Não é possível defender a contracepção e condenar o aborto.» (SARMENTO; Jacinta, «Aborto Livre e Gratuito», in *Gazeta*, 22/4/1976.)

[565]A CNAC foi formada em 1979 pelos seguintes grupos e associações: MLM, IDM, UMAR, Grupo Autónomo de Mulheres do Porto, Grupo de Mulheres da Associação Académica de Coimbra e, ainda, por mulheres a título pessoal.

[566]Folhetos diversos da CNAC divulgavam este dado.

[567]Documento encontrado no Centro de Documentação e Arquivo Feminista Elina Guimarães, assinado por Alice, Irene, Luísa, Milena e Raquel.

[568]«Aborto e contracepção as mulheres decidirão», CNAC, 1 de Maio de 1980.

[569]É nesta altura que surge a CLA – Comissão de Mulheres pela Legalização do Aborto e em Defesa da Maternidade Consciente.

[570]«A liberdade da mulher começa no ventre» – Simone de Beauvoir, comunicado da CNAC de 7 de Junho de 1982.

[571]«O episcopado denuncia e condena qualquer medida legislativa que autorize o aborto», *Diário Popular* de 3/1/82, p. 6.

[572]ABRANCHES, Graça, Ferreira, Virgínia, «O debate sobre o aborto e a ortopedia discursiva da sexualidade», in *Análise Social*, vol. XXII (92-93), 1986, pp. 477-492.

[573]Integraram esta plataforma as seguintes associações: MLM – Movimento de Libertação das Mulheres, IDM – Informação, Documentação / Mulheres, UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta, Grupo Autónomo de Mulheres do Porto e Grupo de Mulheres da Associação Académica de Coimbra.

[574]Faziam parte destas Plataformas as seguintes organizações: Associação ABRIL, Associação de Mulheres Socialistas, Associação para o Planeamento da Família, Associação Portuguesa de Mulheres Juristas, Departamento de Mulheres do PS, Departamento de Mulheres da UDP, Comissão de Mulheres da CGTP, Comissão de Mulheres da UGT, Grupo Ser Mulher, MDM – Movimento Democrático de Mulheres, Organização de Mulheres Comunistas, Sindicato dos Médicos do Sul e UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta.

[575]Em Março de 2003, e no processo de preparação do Fórum Social Português, nasceu a Rede Lilás. Esta Rede foi formada pelas seguintes associações: Acção Jovem para a Paz, APEM, APMJ, ILGA, Clube Safo, Associação Não te Prives, Pró-Urbe, Rede de Jovens para a Igualdade e UMAR.

[576]Fundada em 2000, a Rede Portuguesa de Jovens para a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens (REDE) é um colectivo informal composto por associações juvenis, de defesa dos direitos das mulheres, juventudes partidárias, associações de estudantes e por associações que desenvolvem projectos dirigidos à juventude e a jovens individuais.

[577]Este Conselho Consultivo foi extinto em 2008, tendo sido formado um novo Conselho Consultivo no âmbito da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

[578]Este projecto de lei foi discutido no dia 8 de Março de 1988 na Assembleia da República e foi assumido pelo PRD, PS, PCP e Verdes. Foi aprovado na generalidade, baixando à Comissão Parlamentar da Condição Feminina.

[579]Nesta primeira reunião do Conselho Consultivo estiveram presentes as seguintes ONG e departamentos de partidos: GRAAL, MDM, UMAR, Departamento de Mulheres do PS, Mulheres do CDS. Justificaram a falta a CGTP e as Noelistas. Maria do Carmo Romão, presidente da CCF, na altura, presidiu à reunião.

[580]A 9 de Maio de 1991, através do Decreto-Lei 166/91, passa a designar-se por Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres. Com a lei orgânica do Governo saído das eleições de Outubro de 1991, a CIDM passa da tutela da Presidência do Conselho de Ministros para a do Ministério do Emprego. Em Novembro desse ano, a então presidente da CIDM, Regina Tavares da Silva demite-se por não concordar com tal decisão governamental. Só em 1995, a CIDM regressa à tutela anterior, através do Decreto-Lei 296/A/95 de 17 de Novembro. A mesma Presidência do Conselho de Ministros cria um Alto Comissariado para as Questões da Promoção da Igualdade e da Família, presidido por Joana de Barros. A formação deste Comissariado acabou por distanciar a CIDM do Governo, pois passou a existir um órgão pelo meio. A criação de uma Secretaria de Estado para a Igualdade e, posteriormente, do Ministério para a Igualdade, não fosse a sua curta duração, teria sido um passo importante num maior enquadramento governamental das questões da igualdade. Destacaram-se como presidentes da CCF, CIDM e actual CIG (Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género): Maria de Lourdes Pintasilgo (1975); Maria do Carmo Romão (1976/79); Joana de Barros Baptista (1979/1985); Regina Tavares da Silva (1986/92); Ana Vicente (1991/1996); Lúcia Amâncio (1996/1998); Ana Maria Braga da Cruz (1998/2002); Maria Amélia Paiva (2002/2005); Elza Pais (2005/2010); Sara Falcão Casaca (2010/...).

[581]De notar ainda que a CCF teve imensa actividade, mesmo antes da sua institucionalização. Desde 27 de Setembro de 1973 que funcionava a Comissão para a Política Social relativa à Mulher, como continuação do grupo de trabalho para a participação da mulher na vida económica e social criado em 1970 e presidido pela Eng. Lourdes Pintasilgo.

[582]O número médio de presenças passa a ser de quinze.

[583]Estrutura formada a 22 de Setembro de 1990, que integra Organizações Não-Governamentais de Mulheres dos países da União Europeia. Tem o apoio financeiro da UE e procura actuar como grupo de pressão junto das instituições comunitárias, no sentido de influenciar as políticas europeias no âmbito

da Igualdade de Género.

[584] Logo em 1979, a 20 de Julho, em relação a um parecer sobre uma eventual alteração à lei do aborto, não existiu unanimidade de posições sobre esta matéria.

[585] «Mulheres e Emprego em Portugal» (1987); «Revisão Constitucional e Direitos das Mulheres» (1988); «Assédio Sexual nos locais de trabalho» (1989); «Emprego das Mulheres e estruturas de apoio às crianças (1990); «Novas Tecnologias e Emprego das mulheres», «Participação política e Democracia Paritária» (1991); «Mulher, Ambiente e Desenvolvimento» (1992); «Seminários sobre a Família» (1994); «As ONG de Mulheres e a Conferência de Pequim» (1995).

[586] Numa reunião, a 17 de Dezembro de 1974 são escolhidas as grandes áreas de estudo e intervenção junto das mulheres, tendo sido polémicas as questões relacionadas com o aborto e contracepção. A 3 de Janeiro de 1975, são elaboradas propostas para um plano comum de actividades no Ano Internacional da Mulher (1975).

[587] Fala-se de «feminismo institucional» ou de «feminismo estatal» quando nos reportamos às políticas governamentais nacionais ou internacionais pela igualdade. Nos países ocidentais foram implantados pelos governos organismos nacionais, regionais ou locais, desde a década de 1970.

[588] FERREIRA, Virgínia (2000), «A globalização das políticas de igualdade entre os sexos», in *Ex-Aequo*, 2/3, 13-42.

[589] Isabel Cruz fez o mestrado em estudos sobre as mulheres na Universidade Aberta. Foi entrevistada em 8 de Outubro de 2004.

[590] BRANCO, Sofia, «Maria Alzira Lemos (1919-2005), Feminista e socialista até à morte», in *Público*, 5 de Outubro de 2005, p. 9.

[591] Da entrevista realizada no âmbito desta tese em 11 de Outubro de 2004, um ano antes do seu falecimento.

[592] ALMEIDA, São José, «Candidata em nome da Igualdade», in *Público*, 26 de Setembro de 2004, p. 14.

[593] «Que direitos têm as mulheres», depoimento de Maria Alzira Lemos, revista *Mulheres*, Setembro, 1978, p. 8.

[594] Actualmente Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG).

[595] ALMEIDA, São José, «Candidata em nome da Igualdade», in *Público*, 26 de Setembro de 2004, p. 14.

[596]Expressão utilizada por Maria Antónia Fiadeiro no artigo «Liberdade, disse ela», in *O longo caminho das mulheres*, op. cit.

[597]Entrevista a Maria Antónia Palla em 28 de Outubro de 2004.

[598]«A liberdade de escolha da mulher é um direito», depoimento inserido no livro *Aborto e Contraceção em Portugal* de Manuela Tavares, Lisboa, Livros Horizonte, 2003, p. 100.

[599]PALLA, Maria Antónia, «por um jornalismo livre», *Expresso* de 27 de Janeiro de 1973.

[600]Maria de Lourdes Pintasilgo nasceu a 18 de Janeiro de 1930 em Abrantes. Faleceu a 10 de Julho de 2004 em Lisboa.

[601]Entrevista realizada por Manuela Tavares em 14 de Julho de 1997 no âmbito do Mestrado em Estudos sobre as Mulheres.

[602]Maria de Lourdes Pintasilgo exerceu tal cargo entre 1956 e 1958, tendo deixado este cargo para se dedicar mais ao GRAAL.

[603]No primeiro governo provisório, chefiado por Adelino da Palma Carlos, logo após o 25 de Abril, a 16 de Maio de 1974, Maria de Lourdes Pintasilgo assumiu o cargo de Secretária de Estado da Segurança Social, tendo assumido o cargo de ministra dos Assuntos Sociais no segundo governo provisório, presidido por Vasco Gonçalves. (Julho de 1974.)

[604]BELTRÃO, Luísa, HATTON, Barry, (2007), *Uma História para o Futuro: Maria de Lourdes Pintasilgo*, Lisboa, Tribuna, pp. 191-192.

[605]O governo dos 100 dias foi um governo de iniciativa presidencial a funcionar transitoriamente até à realização de eleições intercalares. A 6 de Julho de 1979, o presidente da República decide dissolver a Assembleia da República perante a crise política e governamental instalada e nomeia Maria de Lourdes Pintasilgo como primeira-ministra para formar o V Governo Constitucional. Maria de Lourdes Pintasilgo foi a segunda primeira-ministra na História da Europa. No ano anterior, Margareth Thatcher tinha assumido as funções de primeira-ministra do Reino Unido.

[606]Entrevista ao *Jornal* em 3 de Agosto de 1979.

[607]«Obrigado para sempre», Adelino Gomes, *Público* de 11 de Julho de 2004.

[608]«Maria de Lurdes Pintasilgo recebida por mulheres alentejanas», in revista *Mulheres*, Dezembro, 1979, p. 48.

[609]«Você vota?», revista *Mulheres*, Outubro, 1980, p. 24.

[610]Entrevista publicada na revista *Mulheres* de Março de 1981, com foto na capa, p. 19.

[611]*Correio da Manhã*, 20 de Junho de 1980.

[612]A campanha eleitoral iniciou-se a 11 de Janeiro de 1986 e a votação ocorreu no domingo, 26 de Janeiro. Os resultados eleitorais determinaram uma segunda volta entre Freitas do Amaral que tinha obtido 46,3% dos votos e Mário Soares com 25,4% da votação. Salgado Zenha obteve 20,9% e Maria de Lourdes Pintasilgo 7,4%.

[613]GASPARD, Françoise (2005), «Uma Mulher», in *Um Legado de Cidadania, Homenagem a Maria de Lourdes Pintasilgo, Ex-Aequo*, n.º 12, Edições Afrontamento, p. 40.

[614]Maria de Lourdes Pintasilgo, *Cuidar o Futuro – Um Programa Radical para Viver Melhor*, Comissão Independente População e Qualidade de Vida, Lisboa, Trinova, 1998, p. 287.

[615]OLIVEIRA, Rosiska Darcy (2005), «Inédita e subversiva», in *Ex-Aequo*, n.º 12, p. 61.

[616]Estas são apenas algumas notas retiradas da «Cronologia da vida e obra de Maria de Lourdes Pintasilgo» elaborada por Maria Reynolds de Souza e publicada na revista *Ex-Aequo*, n.º 12, 2005, pp. 45-57.

[617]Intervenção de Maria de Lourdes Pintasilgo na mesa-redonda sobre as *Novas Cartas Portuguesas*, integrada no seminário evocativo dos 80 anos do 1.º Congresso Feminista e da Educação, 4 de Maio de 2004, Lisboa.

[618]Antónia Palla, Antónia Fiadeiro, Antónia de Sousa.

[619]Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta, Maria Velho da Costa.

[620]Entrevista a Maria Teresa Horta em 27 de Abril de 2004.

[621]Outras obras da autora: *Ambas as Mãos sobre o Corpo* (1970), *Ana* (1975), *Os Anjos* (1983), *Ema* (1984), *O Transfer* (1984), *Rosa Sangrenta* (1987), *Antologia Política* (1994), *A Paixão Segundo Constança H.* (1994) e *O Destino* (1997). Em 1999, lançou a obra *A Mãe na Literatura Portuguesa*, constituída por uma longa introdução da autora, depoimentos de várias individualidades, uma antologia de poesia e prosa de escritores portugueses e no fim um conjunto de quadras e provérbios, tudo em torno da temática da mãe.

[622]Maria João Reynaud, «Maria Teresa Horta» in *Vozes e Olhares no Feminino*, Porto,

Afrontamento, 2001, pp. 32.

[623]Entrevista realizada em 27 de Abril de 2004.

[624]VIDAL, Duarte (1974), *O Processo das Três Marias*, Lisboa, Futura.

[625]Esta realização consistiu no atear simbólico de uma fogueira onde seriam queimados símbolos de opressão feminina, como o Código Civil português do anterior regime, brinquedos sexistas, objectos da vida doméstica, livros de autores machistas. «A especulação e deturpação desenvolvidas por alguns órgãos de comunicação social, que noticiaram a queima de *soutiens*, levou à ocorrência de incidentes com alguns homens que assumiram atitudes provocatórias.» (TAVARES, Manuela, *Movimentos de Mulheres em Portugal, Décadas de 70 e 80*, Lisboa, Livros Horizonte, 2000.)

[626]O primeiro destes encontros realizou-se em 1981, em Bogotá, na Colômbia. Está previsto para Dezembro de 2005 o 10.º encontro, no Brasil.

[627]A Federação das Mulheres do Quebec foi fundada em 1966, afirmando-se como uma organização feminista e pluralista. Tinha já tido a experiência de mobilização de mulheres numa Marcha realizada com grande êxito em 1995 com o lema «pelo pão e pelas rosas». Tratou-se de uma marcha contra a pobreza em que 850 mulheres marcharam durante 10 dias tendo sido acolhidas por 15 000 pessoas no final da marcha. Este acontecimento mobilizou o movimento feminista e teve apoio de largos sectores da população.

[628]Há quem considere que as «marchas» são formas de acção privilegiadas dos movimentos sociais e políticos (DEBOUZY, Marianne, «Les Marches de protestation aux États-Unis (XIX-Xème siècles), in *Le Mouvement Social*, n.º 202, Janeiro-Fevereiro, 2003, pp. 15-41). Formas historicamente transitórias de protesto, para outros (PIGENET, Michel e TARTAKOWSKY, Danielle, «Les Marches en France aux XIX-Xème siècles, récurrence et métamorphose d'une démonstration collective, in *Le Mouvement Social*, n.º 202, Janeiro-Fevereiro, 2003, pp. 69-94). As marchas não excluem outros modos de acção colectiva como petições, greves ou manifestações. Política como gesto em contraste com a esfera do discurso ou da escrita, as marchas multiplicaram-se no último quartel do século XX – a Marcha Verde, em 1975, a Branca 20 anos depois nas ruas de Bruxelas, Negra à imagem dos mineiros romenos que marcharam sobre Bucareste, multicores com os zapatistas, com os desempregados europeus ou com as mulheres do Quebec. Esta configuração cromática dá conta da amplitude e da diversidade desta forma de mobilização.

[629]Huiarou foi a cidade, a cerca de 20 km de Pequim, que albergou todas as iniciativas das ONG.

[630]Femmes en Marche-regards sur les actions et revendications de la Marche Mondiale des Femmes, 2002.

[631]Folheto da Marcha Mundial de Mulheres traduzido por Almerinda Bento quando da formação de uma coordenadora portuguesa da MMM em Portugal.

[632] Uma das reuniões ocorreu em Portugal com a Coordenadora europeia da MMM em 24 de Fevereiro de 2004 para avaliar a Assembleia Europeia de Mulheres no Fórum Social Europeu em Paris (O FSE decorreu entre 12 a 15 de Novembro de 2003) que teve a participação de mais de 2000 mulheres e, ainda, para preparar a acção europeia da MMM em Vigo, a 22 e 23 de Maio, assim como as acções da Marcha em 2005, a nível mundial.

[633] Extractos de entrevista realizada em Fevereiro de 2004 quando da reunião da Coordenadora Europeia da MMM em Portugal.

[634] MARTINS, Susana da Cruz, «Associações e Modos de Acção Colectiva no âmbito dos Novos Movimentos Sociais», Dissertação de Mestrado na área da «Comunicação, Cultura e Tecnologia da Informação», ISCTE, Orientação de António Firmino da Costa, Junho de 2001, p. 7.

[635] SANTOS, Boaventura de Sousa (2005), *O Fórum Social Mundial – Manual de Uso*, Porto, Afrontamento. MAGALHÃES, Maria José, «Em torno do conceito de agenda feminista», in *Ex-Aequo*, n.º 7, APEM, Celta, 2002, pp. 189-198.

[636] FRASER, Nancy, «A justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação», in *Revista Crítica das Ciências Sociais*, Outubro, 2002, pp. 7-20.

[637] Contributo do feminismo negro e das críticas das mulheres do terceiro mundo ao chamado «feminismo branco».

[638] WASSERMAN, Gilbert, «Comment gérer les divergences et les différences?», in *Où va le mouvement altermondialisation?*, Paris, La Découverte, 2003, p. 12.

[639] Extracto de depoimento publicado no livro *Où va le mouvement altermondialization? (op. cit.)*, p. 63. Nadia De Mond foi uma das representantes da Marcha Mundial das Mulheres no Comité Internacional dos Fóruns Sociais Mundiais.

[640] ALVAREZ, Sonia E., «Um outro mundo (também feminista...) é possível: construindo espaços transnacionais e alternativas globais a partir dos movimentos», in *Estudos Feministas*, CFH/CCE/UFSC, volume 11, n.º 2/2003, p. 537.

[641] Diane Matte é canadiana e coordenadora da Marcha Mundial de Mulheres.

[642] NOBRE, Miriam, FARIA, Nalu, «Feminismo em movimento: temas e processos organizativos da Marcha Mundial de Mulheres no Fórum Social Mundial», in *Estudos Feministas*, CFH/CCE/UFSC, vol. 11, n.º 2/2003, pp. 623-631.

[643] Membros da organização brasileira SOF – Sempre Viva Organização Feminista.

[644]CORREA, Sonia, «Globalização y fundamentalismo: un paisaje de género». *Suplement DAWN*. Documento em Web: <http://.dawn.org.fj/publications/docs/WSFsupport.doc.>, 20 de Dezembro de 2003.

[645]VARGAS, Virgínia, CELIBERTI, Lilian, «Feministas en el Foro», in *Estudos Feministas*, CFH/CCE/UFSC, volume 11, n.º 2/2003, p. 591.

[646]Virgínia Vargas é membro da Rede Articulación Feminista Marcosur que lançou nos fóruns sociais a campanha: «Contra os fundamentalismos o fundamental é a gente.»

[647]Investigadora do Instituto de Estudos Equatorianos.

[648]No II e III FSM em Porto Alegre um conjunto de organizações de mulheres brasileiras organizaram um plano de actividades próprio numa tenda branca a que chamaram «Planeta Fêmea», retomando uma ideia que surgiu na Eco 92, no Rio de Janeiro, quando se discutia a «Agenda 21 para as Mulheres».

[649]Insere-se nesta opção a Marcha Mundial de Mulheres que desde a primeira edição do FSM em 2001, se inseriu na programação do Fórum, procurando influenciar e marcar presença na organização de debates e conferências inseridos nos eixos temáticos principais.

[650]VARGAS, Virgínia, CELIBERTI, Lilian, *op. cit.*, p. 589.

[651]«Patriarchy's chief institution is the family. It is both a mirror of and a connection with the larger society; a patriarchal unit within a patriarchal whole. Mediating between the individual and the social structure, the family effects control and conformity where political and other authorities are insufficient. [...] The aspects of patriarchy already described have each an effect upon the psychology of both sexes. Their principal result is the interiorization of patriarchal ideology.» (MILLET, 1970:33;54)

[652]PORTUGAL, Sílvia, «Políticas Familiares» in *Contextos de Sociologia*, APS, 2004, p. 7.

[653]MARQUES, Carmo, MAGALHÃES, Maria José, TAVARES, Manuela, «Políticas e Família: orientações legislativas em Portugal, nos últimos anos, Colóquio APS, 21 e 22 de Novembro de 2002.

[654]TORRES, Anália, MENDES, Rita, LAPA, Tiago (2007), «Famílias na Europa», in VALA, Jorge, TORRES, Anália, orgs, *Contextos e Atitudes Sociais na Europa*, Lisboa, ICS, pp. 97-144.

[655]Entrevista a Maria José Magalhães em 20 de Maio de 2007.

[656]MARTIN, Claude, «Os limites da protecção da família – introdução a uma discussão sobre as novas solidariedades na relação Família-Estado», in *A Sociedade-Providência*, Revista Crítica das Ciências Sociais, n.º 42, Coimbra, CES, Maio de 1995, pp. 55 e 56.

[657] «C'est dans le domaine de la famille que l'on peut le mieux, aujourd'hui, constater cette émergence d'un nouveau modèle de mixité. Le démariage, s'est accompagné de l'émergence d'une forte exigence d'unité dans la filiation: que les couples soient unis ou désunis, mariés ou non mariés, les droits et devoirs des parents et des enfants ne devraient pas changer. C'est une grande nouveauté que s'est traduit, notamment, par l'apparition d'un nouveau principe de coparentalité, après séparation ou divorce. [...] En faisant primer le principe de responsabilité sur la dictature biologique. [...] La référence à la mixité suppose d'inventer de nouvelles institutions, et en particulier de remettre en cause l'intolérance de notre système familial à ce que d'autres cultures admettent parfaitement: les pluriparentalités.» (THÉRY, 2001.266.)

[658] VIANA, Clara, «Eles consideram que é mais grave faltarem ao trabalho do que elas», in *Público* de 21 de Setembro de 2007, p. 4.

[659] «Assumir colectivamente o valor da Igualdade», entrevista Lúcia Amâncio, in «O feminismo ontem e hoje: os direitos adquiridos e a actualização do discurso», *XIS* de 8 de Outubro de 2005.

[660] Conferência de Rócska D'Arcy de Oliveira proferida na Universidade Aberta em 11 de Janeiro de 2008. Uma iniciativa da Fundação Cuidar o Futuro com o apoio da APEM e da Universidade Aberta.

[661] Esta iniciativa teve o apoio da APEM, da FPCE-UP e da Universidade Aberta e foi realizada em Lisboa e no Porto, nos dias 11, 18 e 19 de Janeiro de 2008.

[662] CANOTILHO, Ana Paula (2006), «Abrindo a cortina do palco da esfera política pública», dissertação de Mestrado na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, orientação da Professora Doutora Helena Costa Araújo.

[663] Lei n.º 2000-493 de 6 de Junho de 2000.

[664] *Le Piège de la Parité – arguments pour un débat*, Paris, Hachette Littératures, 1999. (Textos de Elizabeth Badinter, Régine Deforges, Catherine Kintzler, Daniëlle Sallenave...)

[665] Comunicação de Regina Tavares da Silva no seminário promovido pela UNESCO na Roménia de 28 de Novembro a 4 de Dezembro de 1993, versão policopiada, p. 6.

[666] O conceito de Democracia Paritária surgiu, pela primeira vez, num seminário do Conselho da Europa, em 1989. (Ver «Democracia Paritária – Um conceito novo ou um novo olhar sobre a Democracia», de Regina Tavares da Silva, CIDM, 1994.)

[667] MACEDO, Ana Gabriela e AMARAL, Ana Luísa (2005), *Dicionário da Crítica Feminista*, Porto, Edições Afrontamento, p. 39.

[668]Regina Tavares da Silva foi presidente do Comité Director para a Igualdade entre Mulheres e Homens do Conselho da Europa (1987/1993); foi também presidente do Grupo de Trabalho «Democracia Paritária» do Conselho da Europa (1991/1993).

[669]Comunicação de Regina Tavares da Silva no seminário promovido pela UNESCO na Roménia de 28 de Novembro a 4 de Dezembro de 1993.

[670]II Encontro de Mulheres Autarcas realizado em Lisboa a 16 de Maio de 1997.

[671]Em 1981, a deputada do PS, Teresa Ambrósio, apresentou um projecto de lei sobre o aumento da participação das mulheres nas Assembleias Municipais prevendo uma quota de pelo menos 20%, que não chegou a ser aprovado. As posições dos diversos partidos foram as seguintes: a deputada Alda Nogueira do PCP considerou que embora o projecto tivesse um conteúdo positivo, essa não seria a forma de combater as discriminações que pesavam sobre as mulheres, sendo necessário criarem-se condições sociais para as mulheres participarem na vida política; a deputada Isilda Barata do CDS exprimiu a opinião de que o projecto de lei era descabido, pois segundo a Constituição todos os cidadãos eram iguais perante as leis e bastava preparar as mulheres e chamar a sua atenção para que estas exercessem funções políticas. A deputada Helena Roseta do PSD não estando contra a lei, pensava, contudo, que não bastava assegurar essa quota de 20%, sendo a questão qualitativa e de mentalidades. A deputada Teresa Santa Clara Gomes da UEDS considerou o projecto muito positivo e oportuno: «Está em causa a criação de um mecanismo operacional e não meramente intencional no sentido de corrigir graves desigualdades entre homens e mulheres em matéria de intervenção política.» (Depoimentos na revista *Mulheres* de Maio de 1981, pp. 13-14.)

[672]Relatório da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias de 26 de Março de 2001.

[673]Entre os partidos com assento no Parlamento português, o Bloco de Esquerda é o partido com maior percentagem de mulheres: 50%, seguindo-se o PS com 37%, o PCP com 16% e o PSD e o CDS, ambos com 8% (dados de 2006 da divisão de Informação Legislativa e Parlamentar [DILP] da Assembleia da República).

[674]Dados da União Interparlamentar publicados no *Público* de 30 de Março de 2006, p. 3.

[675]Observatoire de la parité entre les femmes et les hommes, Pourquoi la parité en politique reste-t-elle en jeu pour la démocratie française?, Março de 2003, p. 19.

[676]MATLAND, Richard E (2000), «Electoral system effects: majoritarian versus proportional representation systems», in CASTRO, Carmem (coord.), *Towards a Parity Democracy*, Madrid, CELEM, pp. 115-135. LEIJENAAR, Monique (2001), «A common Electoral System: maximising access for women», in *Parity democracy in the construction of Europe*. CANAS, Vitalino, BARROS, Joana, MOREIRA, Vital (entre outros), *Democracia com mais Cidadania*, Lisboa, Imprensa Nacional, 199.

[677]REGO, Maria do Céu Cunha (2007), «Novas respostas do Direito para a concretização da Igualdade de Género», in AMÂNCIO, Lúcia, TAVARES, Manuela, JOAQUIM, Teresa, orgs., *O Longo Caminho das Mulheres-feminismos 80 anos depois*, Lisboa, D. Quixote, pp. 428-437.

[678]*Diário de Lisboa* de 26 de Setembro de 1990.

[679]Associação Regional para a Democracia e Desenvolvimento.

[680]Este movimento, na sua fase inicial juntou as seguintes associações e partidos: Associação ABRIL, Associação de Mulheres Socialistas, APF, Associação Portuguesa de Mulheres Juristas, Departamento de Mulheres do PS, Departamento de Mulheres da UDP, Mulheres do PSR, Comissão de Mulheres da CGTP, Comissão de Mulheres da UGT, Grupo Ser Mulher, MDM, OME, Sindicato dos Médicos do Sul e UMAR.

[681]*Público* de 14 de Novembro de 1991; *Visão* de 20 de Janeiro de 1994.

[682]*Diário de Notícias* de 12 de Setembro de 1994.

[683]APF, Relatório sobre a situação da IVG em Portugal, Julho de 1993.

[684]O prazo previsto na Lei 6/84 era de 16 semanas, o que tornava o diagnóstico muito difícil, a tempo de se poder concretizar a interrupção da gravidez.

[685]O prazo previsto era de 12 semanas.

[686]«A última esperança para a lei do aborto, nas mãos dos deputados – a hipótese do Código Penal», *Diário de Notícias* de 11 de Maio de 1994.

[687]*Carta Aberta aos Partidos Políticos*, divulgada em Conferência de Imprensa, na Casa da Imprensa, em 21 de Setembro de 1995.

[688]Com os sociólogos: Ana Nunes de Almeida, José Luís Garcia e Duarte Vilar; juristas: Teresa Beleza, Fernanda Palma, Margarida Silva Pereira, Filipa Carvalho e Rui Pereira; psicólogos: Graça Mexia, Javier Zapian; médicos: Olga Viseu, Ramon Lorenzo, Regina Corado e Pilar Levy.

[689]Este inquérito é arquivado em Fevereiro de 1997, por insuficiência de fornecimento de dados.

[690]*Jornal Público* de 5 de Fevereiro de 1997.

[691]«UMAR recolhe 212 depoimentos», *jornal Público* de 20 de Fevereiro de 1997.

[692]Conferência de imprensa realizada a 13 de Fevereiro de 1997.

[693]Diário da Assembleia da República de 21 de Fevereiro de 1997, I Série, n.º 42.

[694]Votaram contra o projecto da JS os seguintes deputados do PS: António Braga, Artur Sousa Lopes, Cláudio Monteiro, Eurico Figueiredo, Joaquim Sarmiento, Carlos Zorrinho, José Saraiva, Matos Leitão, Júlio Faria, Manuel Goes, Miguel Ginestal, Martinho Gonçalves, Maria do Rosário Carneiro. Abstêm-se os deputados do PS João Rui Almeida e Strecht Monteiro.

[695]Comunicado divulgado nesse mesmo dia para a comunicação social.

[696]«Técnica primitiva, aborto fatal», jornal *Público* de 11 de Março de 1997.

[697]«Aborto volta a pesar em S. Bento», jornal *Público* de 14 de Março de 1997.

[698]O primeiro não foi aprovado pela diferença de três votos.

[699]Depoimento do livro «Aborto, decisão da mulher», Lisboa, UMR, 1999, p. 11.

[700]Estes textos estão publicados no livro *Aborto, Decisão da Mulher*, *op. cit.*

[701]Durante a campanha do referendo, realizou-se um jantar de médicos e outros profissionais de saúde, organizado por Maria José Alves, Helena Lopes da Silva, Ana Sara Brito, Ana Campos e Mário Durval, que teve a presença de profissionais de todo o país, com particular destaque para Daniel Sampaio, Allen Gomes, Nuno Grande, Dória Nóbrega, Teixeira de Sousa, entre muitos outros.

[702]Adelaide Pereira, Adélia Pinhão, Albertina Lemos, Alberto Martins, Albino Aroso, Alda Sousa, Ana Mesquita, Ana P. Xavier, Ana Sara Brito, Andreia Peniche, António Dias Cunha, António Galamba, António Regedor, Cláudio Torres, Diana Andringa, Duarte Vilar, Eduardo Maia Costa, Eduardo Prado Coelho, Elisa Damião, Fernanda Mateus, Ferreira dos Santos, Francisco Louçã, Gomes Mota, Graça Mexia, Helena Araújo, Helena Lopes da Silva, Helena Pinto, Helena Roseta, Ilda Figueiredo, Irene Pimentel, Irene Santos Silva, Isabel Cardoso, Isabel Castro, Isabel Cruz, Isabel Sena Lino, João Amaral, João Martins Pereira, Jorge Lacão, José Teixeira de Sousa, Laura Soutinho, Luis Moita, Luis Pedro Martins, Madalena Barbosa, Manuel Lopes, Manuela Tavares, Marcela Torres, Margarida Botelho, Maria Antónia Palla, Maria do Céu Guerra, Maria Emília Reis, Maria José Alves, Maria José Gamboa, Marques Perestrelo, Miguel Portas, Octávio Cunha, Odete Santos, Orlando Garcia, Pedro Pinto, Sérgio Sousa Pinto, Sónia Fertuzinhos e Virgínia Ferreira.

[703]Ana Paula Xavier, António Galamba, Duarte Vilar, Eduardo Maia Costa, Fernanda Mateus, Francisco Louçã, Gomes Mota, Helena Pinto, Helena Roseta, Helena Lopes da Silva, Irene Santos Silva, Manuela Tavares, Margarida Botelho, Marques Perestrelo, Miguel Portas, Sónia Fertuzinhos.

[704]Jornal *Público* de 21 de Maio de 1998.

[705]Notícia publicada no jornal *Público* de 1 de Junho de 1998.

[706]Jornal *Público* de 22 de Março de 1998.

[707]Jornal *Público* de 19 de Junho de 1998. BELEZA, Teresa, «Aborto, a discussão impossível?», in *Jornal Público* de 2 de Junho de 1998.

[708]Após esta crónica, Helena Neves foi dispensada de fazer mais crónicas neste programa, o que se traduziu por um inadmissível acto de censura. Apesar de várias cartas dirigidas ao programa em sinal de protesto, Helena Neves nunca mais retomou as crónicas na Antena 2.

[709]De 8 489 146 eleitores, votaram 2 711 470. Destes, 1 357 462 votaram Não e 1 308 843 votaram Sim

[710]PALLA, Maria Antónia, «Direito a ser simplesmente mulher para uma sociedade paritária», in *Aborto, Decisão da Mulher*, Lisboa, UMAR, 1999.

[711]Neste Fórum, realizado a 26 de Junho de 1999, participaram: Almerinda Bento (Inquérito às escolas e seus resultados); Manuela Tavares (Avaliação do Plano Interministerial); Irene Santos Silva (Discriminações no trabalho por motivos de gravidez); Joana Lucas e Inês Zuber (Situação vista pelas jovens); Odete Santos (Iniciativas parlamentares); Álvaro de Carvalho (A IVG por questões de ordem psicológica); Duarte Vilar (Estudo da situação nos hospitais); Helena Pinto (Linhas de atendimento); Eduardo Maia Costa (Aspectos jurídicos); Evert Ketting, Yolanda Hernandez e Philippe Bertaud (A IVG legal noutros Países). As moderações deste Forum foram feitas por Ana Sara Brito, Ana Paula Xavier, Noélia Oliveira e Sónia Fertuzinhos

[712]A UMAR tinha lançado uma nova linha de atendimento: *SOS-Solidariedade Mulheres* no dia 8 de Março de 1999.

[713]No colóquio da Amadora participaram: Conceição Brito Lopes, Judite Pinto, António Pedro Pires, Maria do Carmo Marcelino, Albino Aroso, Filomena Delgado, Luisa Amorim, Arlete Rodrigues e Beatriz Calado.

[714]No colóquio de Lisboa, realizado no Teatro da Trindade, participaram: Augusto Abelaira, Lúcia Amâncio, António Manuel Marques, Leonilde Marques e Júlia Diniz.

[715]Perante a exposição feita pela deputada Helena Neves sobre os objectivos do projecto do Bloco: acesso gratuito à contracepção de emergência nos centros de saúde, venda da pílula do dia seguinte em farmácias sem prescrição médica, distribuição de informação e de um guia sobre contracepção orientado para os jovens, o deputado Nuno de Freitas, assumindo estar contra a contracepção de

emergência, levanta o problema dos fármacos de emergência poderem actuar como «inibidores da nidação, isto é inibidores da vida humana já consagrada». A deputada do Bloco de Esquerda, de forma irónica, retorquiu:» Não me espantará, que muitos dos senhores dessa área venham a tomar posições da Idade Média, época em que a masturbação era condenada por corresponder ao homicídio de criaturinhas, porque a ciência – leia-se ciência, enquanto teologia – considerava que cada espermatozóide tinha já o homem, com cabeça, tronco e membros. (Diário da Assembleia da República, sessão plenária de 13 de Outubro de 2000.)

[716]A jornalista Inês Pedrosa foi a protagonista de uma Carta Aberta ao presidente da República subscrita por um conjunto alargado de pessoas que consideravam que a enfermeira Maria do Céu estava a ser o «bode expiatório» de uma situação legal incómoda.

[717]Comunicado de imprensa de 17 de Janeiro de 2002.

[718]Comunicado de imprensa de 30 de Novembro de 2001.

[719]*Correio da Manhã* de 19 de Janeiro de 2002.

[720]Notícia no jornal *Público* de 6 de Março de 2002.

[721]Notícia no jornal *Público* de 9 de Março de 2002.

[722]Intervenientes: Alexandre Quintanilha, Conceição Brito Lopes, João Oliveira, Gabriela Moita, Andreia Peniche, Manuela Tavares, Manuela Silva.

[723]*Diário de Notícias* de 17/12/2003.

[724]*Le Monde* de 29/1/2004 entrevista: Maria Antónia Palla, Manuela Tavares e Sónia Fertuzinhos. A revista *L'Express* publica, na sua edição de 31/1/2004, depoimentos de Odete Santos, Manuela Tavares e Helena Pinto.

[725]Associação Justiça e Paz (AJP), Clube Safo, Não Te Prives: associação em defesa dos direitos sexuais e UMAR.

[726]Associação formada em Maio de 1999 pela médica Rebecca Gomperts que tinha trabalhado na «Greenpeace». O projecto da associação baseava-se na montagem de um barco-clínica, onde se pudesse fazer abortos, que aportasse junto dos países com legislação proibicionista. A primeira deslocação do barco da Women on Waves foi à Irlanda (2001), depois à Polónia (2003) e em Agosto de 2004 a Portugal.

[727]Marcelo Rebelo de Sousa critica posição de Paulo Portas na TVI; José Miguel Júdice, bastonário da Ordem dos Advogados coloca em causa a decisão do ministro Paulo Portas (*Público* de 31/8/2004;

Miguel Sousa Tavares em artigo de opinião no *Público* (3/9/2004) critica também o ministro dizendo que ele mobilizou corvetas da Marinha para defender as suas convicções sobre o aborto. Também Pacheco Pereira em artigo publicado no jornal *Público* de 2/9/2004 põe em causa a decisão de Paulo Portas.

[728] Debate na RTP com Zita Seabra, Manuela Tavares, Paula Teixeira da Cruz, Pedro Vasconcelos e Carlos Santos Jorge, moderado pela jornalista Fátima Campos Ferreira. Debate na SIC com Helena Roseta, Helena Pinto, José Carvalho e Isilda Pegado.

[729] Boaventura de Sousa Santos, Ana Cristina Santos, Madalena Duarte, Carlos Barradas e Magda Alves.

[730] PEREIRA, Ana Cristina, «Julgamento da Maia recuperou discussão sobre a despenalização do aborto», in *Público*, 18 de Janeiro, 2007, pp. 2-3.

[731] Um artigo de Manuela Tavares no *Público* de 31 de Janeiro, «Julgamentos por aborto uma violência sobre as mulheres», procurava dar resposta aos movimentos do Não que diziam que os julgamentos eram uma falsa questão.

[732] Na conferência de imprensa em frente ao Tribunal da Maia estiveram presentes Pedro Bacelar de Vasconcelos, o médico Pinto da Costa, Esmeralda Mateus, da Associação de Moradores de Aldoar, Maria José Magalhães, Cecília Eira, Milice Ribeiro dos Santos e o técnico de serviço social José António Pinto.

[733] A participação eleitoral foi de 43,61%, enquanto em 1998 foi de 31,94%. O SIM vencedor em 2007 com 52,95% distanciou-se do Não em 18,5 pontos, enquanto em 1998, o Não, nessa altura vencedor com 50,9% dos votos distanciou-se do SIM em apenas 1,89 pontos (FREIRE, André, 2007, Sociedade Civil, Democracia Participativa e Poder Político, pp. 60-61).

[734] O Grupo de Peritos do Conselho da Europa considerou como conceito de «Violência contra as Mulheres»: «Qualquer acto, omissão ou conduta que serve para infligir sofrimentos físicos, sexuais ou mentais, directa ou indirectamente, por meio de enganos, ameaças, coacção ou qualquer outro meio, a qualquer mulher e tendo por objectivo e como efeito intimidá-la, puni-la ou humilhá-la ou mantê-la nos papéis estereotipados ligados ao seu sexo, ou recusar-lhe a dignidade humana, a autonomia sexual, a integridade física, mental e moral ou abalar a sua segurança pessoal, o seu amor-próprio ou a sua personalidade, ou diminuir as suas capacidades físicas ou intelectuais.» (citado por Maria João Antunes na intervenção sobre: «Legislação: da teoria à mudança de atitudes» na Conferência Europeia: Violência contra as Mulheres- Tolerância Zero, actas da conferência, cadernos da Comissão da Condição Feminina, Lisboa, CIDM, 2000, p. 101.

[735] BELEZA, Teresa Pizarro (2000), «Laços de família, nós de violência», in *Violência Doméstica*, Lisboa, Procuradoria-Geral da República, p. 7.

[736] Recomendação 1582 (2002) 1, Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa.

[737] NEVES, Sofia (2003), «A Psicologia Feminista e a Violência contra as Mulheres na Intimidade: a (re) construção dos espaços terapêuticos» (comunicação no seminário «Os Feminismos no Nosso Tempo» promovido pela UMAR, no Porto, em 5 e 6 de Abril de 2003).

[738] Já em 1983, no Encontro Feminista de Vilar do Paraíso (Gaia) promovido pelo Grupo de Mulheres do Porto, um dos temas abordados tinha sido o da violência sobre as mulheres, sendo incluída uma componente inovadora: um método de autodefesa das mulheres perante situações de violência (*wen-do*). Também em 1979 tinha surgido na revista *Mulher D'Abril* publicada pela UMAR dois artigos, um sobre «Violação» e outro com o título «Violência escolhe mulheres e adolescentes». Em 1980, no seu 3.º Encontro Nacional, a mesma organização tinha levantado como reivindicação «Fim da discriminação, opressão e violência sobre as mulheres». O MDM realizou, em 1988, um Tribunal de Opinião sobre a violência contra as mulheres. Já em 1974, quando da sua formação o MLM tinha levantado as questões da «violência doméstica» e as publicações do IDM também reflectiam a importância desta temática. Contudo, a primeira iniciativa com impacto público e na comunicação social sobre a violência contra as mulheres foi o seminário promovido pelo IDM, em 1987, em Lisboa, no Monumento das Descobertas». Daí o seu destaque.

[739] «Grita mais baixo, os vizinhos podem ouvir», *Mulheres*, Fevereiro de 1983, pp. 52-53. Já em 1980 tinha sido introduzido como tema de debate na revista a «violência física» exercida sobre as mulheres nos locais de trabalho, na rua e em casa.

[740] «As ameaças de morte e os espancamentos são o prelúdio dos assassinatos: o silêncio e o esquecimento são cúmplices da violência; a impunidade incentiva o crime; sem punição, mais mulheres morrerão. A violência contra a mulher perpassa todas as camadas sociais [...]. A máquina policial e o poder judiciário desvalorizam a figura da mulher, seja tornando-a objecto de deboche quando ela tenta apresentar queixa por agressão, seja invertendo os papéis entre réus e vítimas [...]. O movimento feminista vem representando uma possibilidade de mudança neste *status quo*, na medida em que mobilize a sociedade e obtenha o clamor público necessário para que se dê fim à impunidade da violência contra a mulher». (SOS/Mulher, «Dossier da Impunidade: o silêncio é cúmplice da violência; defenda as mulheres, defenda a sociedade; não silencie – quem cala, consente», Junho, 1985, p. 1, Centro de Documentação e Arquivo Feminista Elina Guimarães.)

[741] De salientar que a Lei n.º 107/99 de criação de uma rede pública de casas de abrigo teve na origem um projecto de lei do grupo parlamentar dos Verdes (Projecto de Lei n.º 620/VIII). É também de 1999 a lei que garante o adiantamento pelo Estado da indemnização devida às vítimas de violência conjugal. (Lei n.º 129/99 de 20 de Agosto.)

[742] Tinha sido criado em 1965 na Califórnia um refúgio para mulheres que tinha partido da iniciativa de um grupo de auto-ajuda para famílias de alcoólicos. Contudo, é o abrigo criado em Inglaterra que dá início à tendência para a criação de mais refúgios para mulheres vítimas de violência.

[743] MARTIN, Del (1981), *Battered Wives*, USA, Volcano Press.

[744]MAGALHÃES, Maria José, BRASIL, Elisabete, PINTO, Helena, FERNANDES, Laura (2004), comunicação no Colóquio Internacional «Família, Género e Sexualidades nas Sociedades Contemporâneas», APS.

[745]De referir que a amostra recolhida de 1000 mulheres teve como base o Continente, não tendo sido cobertas as regiões autónomas dos Açores e da Madeira. Desde meados dos anos 90 que a UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta desenvolve trabalho de atendimento e apoio às mulheres vítimas de violência em várias ilhas dos Açores.

[746]LOURENÇO, Nelson, LISBOA, Manuel, PAIS, Elza (1997), *Violência contra as Mulheres*, Cadernos da Condição Feminina n.º 48, Lisboa, CIDM, p. 120.

[747]LISBOA, Manuel, BARROSO, Zélia, MARTELEIRA, Joana (2003), *O Contexto Social da Violência contra as Mulheres Detectada nos Institutos de Medicina Legal*, Lisboa, CIDM. Em 2000 recorreram aos Institutos de Medicina Legal: 11 206 mulheres (6408 no Porto e 4998 em Coimbra).

[748]LISBOA, Manuel, CARMO, Isabel do, VICENTE, Luísa Branco, NÓVOA, António (2003), *Os Custos Sociais e Económicos da Violência Contra as Mulheres*, Lisboa, CIDM.

[749]MATOS, M., MACHADO, C. (2003), «Violência nas relações amorosas: comportamentos e atitudes na população universitária», comunicação no seminário «Os Feminismos no Nosso Tempo», promovido pela UMAR e realizado no Porto em 5 e 6 de Abril de 2003.

[750]ALEXANDER, Renata (1993), «Wife-battering – an australian perspective», in *Journal of Family Violence*, n.º 3, pp. 229-251.

[751]LOURENÇO, Nelson, CARVALHO, Maria João Leote de (2001), «Violência Doméstica: conceito e âmbito. Tipos e Espaços de Violência» in *Revista da Faculdade de Direito da UNL*, ano II – n.º 3 – separata THEMIS, p. 100.

[752]LOPES, Conceição Brito, comunicação no seminário «Prevenção da Violência Doméstica: Políticas locais e intervenção de proximidade», 25 de Novembro de 2005, Estrutura de Missão contra a Violência Doméstica, Presidência do Conselho de Ministros, pp. 31-36.

[753]«Esta mudança legislativa vinha sendo reclamada, desde há muito, por largos sectores da sociedade que não podiam conceber que, representando aquele crime uma intolerável violação de direitos humanos, pudesse ficar no domínio privado a decisão da apresentação da queixa. [...] Como porém, e de acordo com o ditado popular «não há bela sem senão», a mesma Lei 7/00 veio permitir que, nos casos de crimes de maus-tratos a cônjuge ou equiparado, ou a progenitora de descendente comum em 1.º grau, a suspensão provisória do processo pudesse ter lugar sem que a vítima se tenha previamente constituído assistente. Não se tendo tido em consideração que a conduta que preenche aquele tipo legal não configura um qualquer crime de ofensas corporais, mas antes se desenvolve através de uma actuação reiterada, no âmbito de uma relação conjugal ou familiar, na qual existe (ou

existiu) uma componente afectiva, e em que a vítima convive diariamente com o agressor. Este conjunto de circunstâncias, associadas entre si, provoca um constrangimento da vítima que, por ser prolongado e constante, afecta decisivamente a autonomia da sua vontade individual e causa também uma certa quebra da auto-estima, o que conduz a uma extrema fragilidade emocional, a qual, de uma forma geral, obsta a que a vítima consiga reagir contra o seu agressor, sendo-lhe muito difícil, a maior parte das vezes, dele distanciar-se o suficiente para analisar a melhor forma de defender os seus interesses.» (Associação Portuguesa de Mulheres Juristas (2001), *Do Crime de Maus-Tratos*, Lisboa, Cadernos Hipátia, publicação subsidiada pela CIDM, pp. 11-12.)

[754] DOURADO, Alexandra, NUNES, Dina, BRASIL, Elisabete, BIBAS, Maria (2007), «O poder transformador do olhar d@s outr@s: a experiência em locais em que é possível exprimir emoções», in AMÂNCIO, Lígia, TAVARES, Manuela, JOAQUIM, Teresa, ALMEIDA, Teresa, orgs., *O Longo Caminho das Mulheres: Feminismos 80 Anos Depois*, Lisboa, D. Quixote, p. 418.

[755] MEDINA, Margarida Martins, comunicação no seminário «Prevenção da Violência Doméstica: políticas locais e intervenção de proximidade», 25 de Novembro de 2005, Estrutura de Missão contra a Violência Doméstica, Presidência do Conselho de Ministros, p. 57.

[756] De importância também nesta área da violência foi a sessão extraordinária da Assembleia-Geral das Nações Unidas «Mulher 2000: Igualdade entre os Sexos, Desenvolvimento e Paz no Século xxi». As origens do dia 25 de Novembro como data simbólica de luta contra a violência sobre as mulheres situam-se na República Dominicana, quando em 1960, durante a ditadura de Trijillo, três irmãs: Pátria, Minerva e Maria Teresa Mirabel foram assassinadas. O 1.º Encontro Latino-Americano de 1981 em Bogotá (Colômbia), declarou este dia como de combate à violência sobre as mulheres, tendo sido reconhecido pela ONU em 1999.

[757] A Conferência de Encerramento desta Campanha realizou-se em Lisboa no âmbito da Presidência Portuguesa da União Europeia, de 4 a 6 de Maio de 2000 e foi promovida pela Comissão Europeia. Nesta conferência falaram as portuguesas: Maria de Belém Roseira, então ministra da Igualdade, Ana Maria da Braga da Cruz, presidente da CIDM, na altura, Heloísa Perista e Guida Ramos como peritas do relatório de avaliação da campanha, Maria João Antunes, professora na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e Maria Elisa Domingues, jornalista.

[758] Icesis, «Avaliação da Campanha Europeia de Sensibilização da Opinião Pública para a Violência contra as Mulheres», estudo realizado por solicitação da CIDM, no âmbito da Presidência Portuguesa da União Europeia, Lisboa, Abril, 2000.

[759] Resolução de 11 de Junho de 1986.

[760] Recomendação (85)4; Recomendação (90)2; Recomendação (2000) 5.

[761] THEORIN, Maj Britt, intervenção na sessão de abertura da Conferência Europeia: Violência contra as mulheres – tolerância Zero, in *Cadernos da Condição Feminina*, n.º 57, Lisboa, CIDM, pp. 29-30.

[762]Este levantamento ficou aquém da situação real, visto que se limitou a cruzar os dados e informações saídos na imprensa.

[763]PEREIRA, Ana Cristina (2008), «Pelo menos 21 mulheres forma vítimas de homicídio doméstico no ano passado», in *Público* de 20 de Fevereiro de 2008, p. 17. (Ver dados recentes em www.umarfemenismos.org).

[764]CIG, «Alguns dados sobre a situação das mulheres».

[765]NEVES, Helena, «Violação, a violência maior», in *Mulheres*, Abril, 1983, p. 41.

[766]HAGEMANN-WHITE, Carol (1998), «violence without end? Some reflections on achievements, contradictions and perspectives of the feminist movement in Germany», in KLEIN, Renate C. A., *Multidisciplinary Perspectives on Family Violence*, Londres, Routledge, pp. 176-191. (Tradução de M. J. Magalhães.)

[767]Do site da UMAR: www.umarfeminismos.org.

[768]DOURADO, Alexandra, NUNES, Dina, BRASIL, Elisabete, BIBAS, Maria (2007), «O poder transformador do olhar d@s outr@s: a experiência em locais em que é possível exprimir emoções», in AMÂNCIO, Lígia, TAVARES, Manuela, JOAQUIM, Teresa, ALMEIDA, Teresa, orgs., *O Longo Caminho das Mulheres: Feminismos 80 Anos Depois*, Lisboa, D. Quixote, p. 413.

[769]A associação trabalha estabelecendo várias parcerias e é subsidiada pelo Instituto de Segurança Social.

[770]De Setembro de 2003 a Dezembro de 2006 a associação desenvolveu dois projectos: IMAN (Intervenção para Mulheres Autónomas /Norte) e «Novos Olhares, Velhas Causas» que intervieram no combate à Violência de Género, em termos de prevenção primária e secundária. (UMAR, *Prevenção da violência doméstica, projectos IMA/N e NOVC/Porto*, Porto, 2007.)

[771]DOURADO, Alexandra, NUNES, Dina, BRASIL, Elisabete, BIBAS, Maria (2007), *op. cit.*, pp. 410-411.

[772]MAGALHÃES, Maria José, comunicação no seminário «Prevenção da Violência Doméstica: políticas locais e intervenção de proximidade», 25 de Novembro de 2005, Estrutura de Missão contra a Violência Doméstica, Presidência do Conselho de Ministros, p. 85.

[773]Do folheto de apresentação da AMCV.

[774]MARTINS, Margarida Medina (2005), comunicação em seminário já referido, p. 58.

[775]REIS, Sónia, «Vítimas de violência», in *Fórum da Cidadania: Um olhar sobre os direitos humanos*, Lisboa, Associação Olho Vivo, p. 75.

[776]Nome dado às mulheres que praticam o «fanado» (a excisão do clítoris).

[777]Costa, Joana Ferreira (1997), «Mutilação genital feminina pode voltar a ser proibida no Egipto: Cintos de Castidade Cirúrgicos», in *Público*, 9 /12/1997, p. 22.

[778]Extractos do comunicado da UMAR elaborado no dia internacional de tolerância zero à mutilação genital feminina, 1 de Fevereiro de 2008.

[779]ALVES, Maria José (2004), prefácio à publicação da APF com base na investigação de Yasmine Gonçalves sobre Mutilação Genital Feminina.

[780]NEVES, Helena, «Mutilações sexuais: 100 milhões de mulheres», in revista *Mulheres*, Janeiro, 1982, pp. 16-19.

[781]«Os tétanos, as septicemias, as infeções urinárias ocasionam ainda mais desfechos mortais do que as hemorragias. [...] Para as que escapam, para além do sofrimento no período de convalescença, os dados clínicos afirmam que 95% das mulheres excisadas, por não terem uma maturação normal do circuito orgásmico ficam de uma insensibilidade vaginal absoluta e perdem o prazer sexual. [...] Em 1974, no Congresso Internacional de Sexologia Médica em Paris, o professor Pierre Canry afirmou, sem opositores, que a excisão é uma tentativa consequente para favorecer a integração da mulher em função de critérios estritamente sociais. A vocação da mulher guineense é a maternidade. A excisão suprime o órgão do prazer estéril, portanto não social, para apenas deixar o órgão do prazer fecundo, portanto social.»

[782]Proposta da deputada socialista Celeste Correia.

[783]Propostas do Bloco de Esquerda.

[784]Fanado é o nome dado ao ritual em que se pratica a excisão do clítoris das jovens envolvida em festa e rituais de aconselhamento das jovens que passam à vida adulta.

[785]Nome dado ao acto de cortar o clítoris.

[786]*Khadi Mutilada* (2006), Lisboa, Edições ASA.

[787]MARCOVICH, Malka (2007), «A exploração das mulheres no mundo», in OCKRENT, Christine, org., *O Livro Negro da Condição das Mulheres*, Lisboa, Temas & Debates, p. 423.

[788]Da entrevista com Cristina Garaizabal da associação Hetaira, publicada em *Trabajadora*, n.º 4, Junho 2002.

[789]Manifesto das trabalhadoras sexuais 1.ª Conferência Nacional de trabalhadoras sexuais na Índia, Calcutá, 14-16 de Novembro de 1997.

[790]Citado por OLIVEIRA, Alexandra (2004), *op. cit.* p. 117 de JOLIN, A. (1994), «On the backs of working feminists: feminist theory and prostitution police», in *Crime and Delinquency*.

[791]O colectivo HETAIRA foi formado em 1995 por activistas feministas e prostitutas com o objectivo de defender os direitos das «trabalhadoras do sexo».

[792]BRIZ, Mamen, GARAIZABAL, Cristina (2007), *La Prostitución a Debate, por los Derechos de las Prostitutas*, Madrid, Talasa Ediciones, pp. 167-168.

[793]Citado por Manuela Ribeiro, M. Carlos Silva, F. B. Ribeiro e O. Sacramento em *Prostituição Abrigada em Clubes (Zonas Fronteiriças do Minho e Trás-os-Montes)*, Lisboa, CIDM, 2005, p. 13.

[794]«Pode crer-se que floresceu não só nas cidades e vilas onde o “trabalho” estava regulado pelas câmaras e pagava o soldo ao alcaide-mor. Também nas guarnições militares, nas casas de nobres e até em mosteiros. [...] Em 1481, os “homens-bons” levam o tema ao Parlamento. [...] E o que é que desejam? Abolir esse ramo de comércio? Não. Querem sossegar os ciúmes das suas legítimas esposas, proteger as bolsas contra despesas sumptuárias que elas exigiam por mera rivalidade com as madalenas [...]. Portanto, querem que “as taes mulheres não vivam entre as mulheres casadas e honestas de bom viver e lhes seja assinado lugar onde vivam e as vão buscar os que com elas quizerem fazer cama” [...]. Quer dizer, arruamento próprio da mancebia e vestuário adequado à profissão.» (MATTOSE, 1993:431.)

[795]A Igreja chegou a aceitar os dízimos pagos pelas prostitutas, uma prática em toda a Europa medieval.

[796]Regulamento policial das meretrizes e casas toleradas de Lisboa.

[797]Citado por Carlos Oliveira Santos em «A prostituição em Portugal, nos séculos XIX e XX», in *História*, n.º 41, Março, 1982, pp. 2-21.

[798]Por exemplo, em França, Marcelle Legrand Falco fundou a União contra o Tráfico de Seres Humanos, em 1926, a filial francesa da Federação Abolicionista Internacional que lutou pelos direitos cívicos das mulheres e pela abolição da regulamentação da prostituição.

[799]Artigo 170.º do Código Penal «Quem, profissionalmente ou com intenção lucrativa, fomentar, favorecer ou facilitar o exercício por outra pessoa da prostituição ou a prática de actos sexuais de relevo é punido com pena de prisão de seis meses a cinco anos.»

[800]Sofia Branco realizou em Utrecht uma tese sobre «Prostituição, Feminismo, Direitos Humanos e Políticas Nacionais».

[801]A legislação aprovada pelo Parlamento em 1999 sujeita a penas de prisão todos os que comprarem serviços sexuais, portanto os clientes.

[802]Berta Alves: «Alguns tópicos para a discussão sobre a prostituição», texto fotocopiado, Outubro, 2002.

[803]LEGARDINIER, Claudine, VILLETE, Sophie (2007), «O turismo sexual», in OCKREN, Christine, *O Livro Negro da Condição das Mulheres*, Lisboa, Temas & Debates, pp. 490-496.

[804]OLIVEIRA, Alexandra (2004), *op. cit.*, p. 38. (Citando CHAPKIS, W. *Live Sex Acts: Women Performing Erotic Labour*, Londres, Cassell, 1997 e WIJERS, M. «Women, Labour and Migration. The position of trafficked women and strategies for support», in KEMPADOO, K. e DOEZEMA, J. [eds.], *Global Sex Workers. Rights, Resistance and Redefinition*, Nova Iorque, Routledge, 1998.)

[805]Segundo G. Geis (citado por Alexandra Oliveira), existiu uma tentativa sem sucesso de formar um movimento de prostitutas em Portugal, em 1974, através de um documento assinado por 469 prostitutas que chamava a atenção para as suas difíceis condições de vida e que propunham formar um sindicato. Este documento foi enviado ao Movimento Democrático de Mulheres. (GEIS, G. «Prostitution in Portugal», in DAVIS, N. J. *International Handbook of Prostitution*, Greenwood Press, 1987.)

[806]Ten reasons for not legalizing prostitution (Janice G. Raymond), Coalition Against Trafficking in Women International (CATW), 25 de Março de 2003.

[807]LOPES, Ana (2006), *Trabalhadores do sexo uni-vos! Organização laboral na indústria do sexo*, Lisboa, D. Quixote, pp. 185-186.

[808]JULIANO, Dolores (2007), «Sobre trabajos y degradaciones», in BRIZ, Mamen, GARAIZABAL, Cristina (2007), *La prostitución a debate, por los derechos de las prostitutas*, Madrid, Talasa Ediciones, p. 30.

[809]*Ibidem*, p. 31.

[810]OLIVEIRA, Alexandra e MANITA, Celina (2002), *Estudo de caracterização da prostituição de rua no Porto e em Matosinhos*, Porto, CIDM.

[811]SULLIVAN, B. (1995), «Rethinking Prostitution», in CAINE, B. & PRINGLE, R. (eds.), *Transitions: new Australian Feminisms*, Sidney, Allen & Unwin, pp. 184-197.

[812]«[...] elles exigèrent que la prostitution soit socialement et légalement reconnue comme un travail,

et les personnes fournissant des services sexuels comme des citoyennes légitimes. Ces militantes et leur alliées féministes se heurtèrent immédiatement aux féministes du courant abolitionniste». (PHETERSON, Gail, «Prostitution II», in HIRATA, Helena, *Dictionnaire Critique du Féminisme*, Paris, PUF, pp. 168-169).

[813]HOFMAN, Cecilia, «Coalition contre le trafic des femmes», in *Prostituer est-il un droit humain?*, NQF, vol. 21, n.º 2, 2002, pp. 137-146.

[814]BRANCO, Sofia, «Esquerda e direita unidas na recusa da legalização», *Público* 17 de Dezembro de 2005, p. 10. LOPES, Ana, OLIVEIRA, Alexandra, «O combate ao tráfico e a repressão da prostituição», in *Público* de 20 de Agosto de 2005.

[815]A Associação Ninho foi formada em 1967 em Portugal pelo padre André Marie Talvas com o apoio da Igreja Católica. A associação acolhe mulheres que queiram sair da prostituição e procura orientá-las para o mercado de trabalho.

[816]Inês Fontinha foi condecorada por Jorge Sampaio, enquanto presidente da República e, ainda, pela Assembleia da República com o prémio Direitos Humanos. Foi também nomeada para o Nobel da Paz.

[817]Entrevista a Inês Fontinha, *Público* de 9 de Janeiro de 2006. p. 14.

[818]Ana Lopes é doutorada em Antropologia pela University of East London com uma tese sobre as trabalhadoras do sexo e a sua sindicalização. Alexandra Oliveira é professora na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, fez uma tese de mestrado sobre «prostituição, alterne e *striptease*», encontrando-se a fazer doutoramento na mesma área.

[819]LOPES, Ana, OLIVEIRA, Alexandra, «O combate ao tráfico e a repressão da prostituição», in *Público* de 20 de Agosto de 2005.

[820]OLIVEIRA, Alexandra e MANITA, Celina (2002), *op. cit.*

[821]O'NEILL, Maggie (1997), «Prostitute women now», in SCAMBLER, Graham, SCAMBLER, Annette, *Rethinking Prostitution: Purchasing Sex in the 1990s*, Londres, Routledge, p. 11.

[822]ALEXANDER, Prescilla (1987), «Prostitution: a difficult issue for feminists», in DELACOSTE, Frédérique, ALEXANDER Prescilla, eds., *Sex Work: Writings by Women in the Sex Industry*, S. Francisco, Cleis Press, p. 211.

[823]Segundo o Federal Bureau of Investigation dos Estados Unidos as cifras envolvidas ascendem aos 9 500 000 dólares anuais.

[824]APF, Boletim «Responsabilidade, Oportunidade, Solidariedade, Acção», 2007.

[825]Protocolo Adicional relativo à Prevenção, à Repressão e à Punição do Tráfico de Pessoas, em especial de Mulheres e Crianças, anexo à Convenção contra a Criminalidade Organizada, adoptada em 2000 pela Assembleia-Geral das Nações Unidas (Protocolo de Palermo). Este protocolo entrou em vigor em 2003.

[826]Artigo 169.º na secção de «crimes contra a liberdade sexual», do capítulo dos «crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual», cuja redacção foi alterada pela lei 99/2001 de 25 de Agosto: «Quem, por meio da violência, ameaça grave, ardil, manobra fraudulenta, abuso de autoridade resultante de uma relação de dependência hierárquica, económica ou de trabalho, ou aproveitando qualquer situação de especial vulnerabilidade, aliciar, transportar, proceder ao alojamento ou acolhimento de pessoa, ou propiciar as condições para a prática por essa pessoa, em país estrangeiro, de prostituição ou de actos sexuais de relevo, é punido com prisão de 2 a 8 anos.»

[827]Dados recolhidos no jornal *Público* de 7 de Setembro de 2006, p. 2.

[828]Decisão-Quadro do Conselho de 19 de Julho de 2002.

[829]SKROBANEK, Siriporn, BOONPAKDI, Nattaya, JANTHAKEERO, Chutima (1999), *Tráfico de Mujeres*, Madrid, Narcea Ediciones, pp. 148-156.

[830]«Curso Livre sobre Tráfico de Mulheres com participação de Isabel Varandas, Madalena Duarte, Lorenzo Bordonaro, Medina Omarkhanova, realizado a 12 de Abril de 2008 em Lisboa, no SPGL.

[831]FERNANDES, Lúcia (2002), *Mulheres e globalização: ser feminista é outro mundo também*, Lisboa, UMAR, pp. 33-35.

[832]Sohane foi queimada viva num sótão do bairro de Vitry-sur-Seine (Cité Balzac) a 4 de Outubro de 2002.

[833]«Manifesto das mulheres dos bairros: “nem putas nem submissas”», in AMARA, Fadela (2004), *Ni Putas, ni Sumisas*, Madrid, Ediciones Cátedra, pp. 151-152.

[834]Segundo dados do SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras), 45% dos 446 178 imigrantes que residem legalmente em Portugal são mulheres; esta percentagem tem vindo a subir de 41,5% em 1995, para 44% em 2001 e 45,36% em 2005. Note-se que nestes dados não se incluem as imigrantes com autorização de permanência, por não existirem estatísticas desdobradas por sexo. O SEF tem dois tipos de caracterização de estrangeiros: os que possuem autorização de residência (AR) e os que possuem autorização de permanência (AP).

[835]Para além da associação Mulher Migrante (não totalmente vocacionada para as imigrantes), da Associação das Mulheres Ciganas de Portugal e da Associação dos Amigos da Mulher Angolana não se conhecem associações com objectivos mais direccionados para a defesa dos direitos das mulheres imigrantes ou de minorias étnicas. Têm existido, contudo, mulheres dirigentes nas seguintes

associações: Solidariedade Imigrante, Associação Cabo-verdiana, Casa do Brasil e Associação Cultural Moinho da Juventude.

[836]ALBUQUERQUE, Rosana (2005 A), «Um olhar sobre a participação das mulheres em associações de imigrantes», in *Imigração e Etnicidade: vivências e trajetórias das mulheres em Portugal*, Lisboa, SOS Racismo. (Rosana Albuquerque é investigadora no CEMRI, Universidade Aberta.)

[837]Existem, contudo, desde a década de 1980 estudos sobre emigração que incidem na situação das mulheres que ficam nos países de origem. Exemplo: WALL, Karin, *A Outra Face da Emigração: Estudo sobre a Situação das Mulheres que Ficam no País de Origem*, Lisboa, CCF, Cadernos da Condição Feminina, n.º 14, 1982.

[838]Em Setembro de 2005, Karin Wall, Cátia Nunes e Ana Raquel Dias concluíram um relatório sobre imigração laboral em Portugal.

[839]PERISTA, Heloísa e MACHADO (1997), «Femmes immigrées au Portugal: identités et différences», *Migrations Sociétés*, CIEMI – Centre d' Information et d' Études sur les Migrations Internationales, vol. 9, n.º 52, Julho/Agosto, pp. 91-103. PERISTA, Heloísa (1998), «Mulheres na diáspora da União Europeia. Percursos migratórios e trajetórias profissionais e familiares», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, vol. 50, pp. 153-165.

[840]ABRANCHES, Maria (2005), «Mulheres Muçulmanas em Portugal: formas de adaptação entre múltiplas referências», in *Imigração e Etnicidade: vivências e trajetórias das mulheres em Portugal*, Lisboa, SOS Racismo, pp. 149-179.

[841]ÁVILA, Rita (2005), «A invisibilidade d@s imigrantes e a «hospitalidade» portuguesa: o caso d@s indus», in *Imigração e Etnicidade: vivências e trajetórias das mulheres em Portugal*, Lisboa, SOS Racismo, pp. 181-183.

[842]SERTÓRIO, Elsa, PEREIRA, Filipa S. (2004), *Mulheres Imigrantes*, Lisboa, Ela por Ela, p. 77.

[843]Entrevista realizada em 30 de Agosto de 2007.

[844]Nos últimos 40 anos, o número de mulheres que migraram é quase igual ao dos homens. Em 1960 existiam 40 milhões de homens que migravam e 35 milhões de mulheres. Este número duplicou em 2000 para 90 milhões de homens e 85 milhões de mulheres. Em 2005, o número de mulheres migrantes subiu para 95 milhões. («Migrações Internacionais», folheto da APF.)

[845]SKROBANEK, Siriporn, BOONPAKDI, Nattaya, JANTHAKEERO, Chutima (1999), *Tráfico de Mujeres*, Madrid, Narcea Ediciones, p. 35.

[846]Relatório das Nações Unidas sobre a Situação da População Mundial, 2006: «Passagem para a

Esperança: Mulheres e Migrações Internacionais.»

[847]WONG, Bárbara, «Relatório da ONU sobre a população no mundo: mulheres migrantes são principais vítimas de tráfico e exploração», in *Público* de 7 de Setembro de 2006, p. 2.

[848]Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

[849]Das mulheres dos PALOP 49,5% são «trabalhadoras não qualificadas dos serviços e comércio»; 31,7% das mulheres do Leste Europeu pertencem também a esta qualificação profissional, o mesmo acontecendo com 20,9% das brasileiras. (Dados do INE, 2001.)

[850]GONÇALVES, Marisa, FIGUEIRO Alexandre (2005), «Mulheres imigrantes em Portugal e mercado de trabalho: diferentes percursos, inserções laborais semelhantes», in *Imigração e Etnicidade: Vivências e trajectórias das mulheres em Portugal*, Lisboa, SOS Racismo, pp. 63-83.

[851]Entrevista realizada pela jornalista Andreia Sanches a Karin Wall, publicada no *Público* de 2 de Novembro de 2005, p. 23.

[852]Hoje a Medina trabalha algumas horas no atendimento na Solidariedade Imigrante e continua a trabalhar em serviço doméstico noutra parte do dia. Está regularizada e já conseguiu autorização de reagrupamento familiar para a sua filha e a sua mãe. HELLERMAN, Christiane (2005), «Migração de Leste: mulheres sozinhas», in *Imigração e Etnicidade: Vivências e trajectórias das mulheres em Portugal*, Lisboa, SOS Racismo, pp. 223-234.

[853]HELLERMAN, Christiane (2005), «Migração de Leste: mulheres sozinhas», in *Imigração e Etnicidade: Vivências e trajectórias das mulheres em Portugal*, Lisboa, SOS Racismo, pp. 223-234.

[854]RICH, Adrienne (1981), «La contrainte à l'hétérosexualité et l'existence lesbienne», *Nouvelles Questions Féministes*, 1.

[855]WITTIG, Monique, (2001), *La Pensée Straight*, Paris, Balland (modernes), pp. 106-107. (Reedição da obra original que é de 1980.)

[856]BROSSARD, Louise (2003), «Adrienne Rich et Monique Wittig: un point de départ pour penser l'hétérosexualité et les rapports sociaux de sexe», in CHETCUTI, Natacha et MICHARD, Claire, orgs., *Lesbianisme et Féminisme, Histoires Politiques*, Paris, L'Harmattan, pp. 27-28.

[857]LESSEPS, Emmanuèle de (1980), «Hétérosexualité et Féminisme», in *Questions Féministes*, 7.

[858]Este grupo chamava-se «Le Front Lesbien International» que chegou a ter lésbicas de vários países, mas teve uma curta existência.

[859]Actualmente, o movimento LGBT utiliza o termo «Heterossexismo» para designar o sistema ideológico que assume a heterossexualidade como superior, promovendo a opressão, negação e discriminação das pessoas de orientação sexual diferente.

[860]As principais associações que trabalham na área LGBT em Portugal são as seguintes: ILGA-Portugal, Clube Safo, Rede Ex-Aequo, Panteras Rosa – Frente de Combate à Homofobia, Associação Não Te Prives, Opus-Gay, núcleo de trabalho LGBT da Amnistia Internacional. É de referir, contudo, que em 1974 existiu um Manifesto de Acção Homossexual Revolucionária e que o Grupo de Trabalho Homossexual do PSR (GTH) teve no início dos anos 90 um papel importante no levantamento de reivindicações.

[861]LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgénero.

[862]«Zona Livre», n.º 48, Julho de 2005, p. 6.

[863]Esta associação foi formada em Coimbra em Novembro de 2001.

[864]SANTOS, Ana Cristina (2004), «Direitos Humanos e minorias sexuais em Portugal», in *Indisciplinar a Teoria, Estudos Gays, Lésbicos e Queer*, Fenda Edições, pp. 143-182.

[865]A associação ILGA-Portugal identifica-se como uma «associação de solidariedade social que luta pela melhoria da qualidade de vida, integração e interacção da população homossexual, lésbica, bissexual e transgénero na sociedade em geral. Procura desenvolver as suas actividades no sentido de provocar uma alteração do preconceito em relação à homossexualidade e também no sentido de lutar contra a discriminação com base na orientação sexual. Mantém uma linha telefónica de apoio e informação, atendimento psicológico e jurídico, actividades culturais, organiza anualmente o Festival de Cinema Gay e Lésbico, realiza trabalho de prevenção na área VIH/SIDA, edita o *Guia Gay e Lésbico* da cidade de Lisboa, realiza trabalho político para defender os direitos da comunidade homossexual em colaboração com organizações congéneres. (Do folheto «Quem somos, o que queremos, o que fazemos».)

[866]Entrevista realizada a 14 de Abril de 2007.

[867]«Safo» é o nome de uma ilustre mulher das artes nascida em Metilene na ilha grega de Lesbos, cerca do século VI a. C. É provavelmente uma das figuras lésbicas mais conhecidas a quem Platão, muitos anos após a sua morte, dirigiu o seguinte texto: «Alguns dizem que as musas são nove, mas estão enganados, olhai a décima, Safos de Lesbos.»

[868]Expressão retirada do CD *10 anos do Clube Safo*.

[869]Depoimento no Seminário de ONG de mulheres de encerramento do Ano Europeu da Igualdade: «Discriminações... ainda por ser mulher?!», 10 de Outubro de 2007.

[870]Entrevista a Eduarda Ferreira a 7 de Maio de 2007.

[871]A palavra «Queer» associa-se a algo raro, singular, estranho.

[872]AMARAL, Ana Luísa, «desconstruindo identidades: ler *Novas Cartas Portuguesas* à Luz da Teoria queer», http://web.letras.up.pt/ilc/i_info_texts_on_line.

[873]Segundo o Anuário de Estatísticas do Trabalho da OIT de 1977, refiram-se como exemplos de percentagem de mulheres na população activa: Reino Unido (1971): 36,52%; RDA (1971): 46,27%; Finlândia (1976): 45,46%.

[874]INE, Inquérito ao Emprego. Fonte CITE: www.cite.gov.pt.

[875]TORRES, Anália, MENDES, Rita, LAPA, Tiago (2007), «Famílias na Europa», in VALA, Jorge, TORRES, Anália, orgs., *Contextos e Atitudes Sociais na Europa – atitudes sociais dos portugueses*-6, Lisboa, ICS, p. 129.

[876]Dados de 2004 do Banco Mundial.

[877]Segundo Virgínia Ferreira, na sua tese de doutoramento, o conceito de «feminização do trabalho» pode ter diversas interpretações: a feminização pode ocorrer num contexto de substituição dos homens pelas mulheres ou num processo de crescimento das posições no mercado de trabalho tradicionalmente ocupadas por mulheres.

[878]Inquérito ao Emprego, INE, 2008.

[879]Dados da V Conferência de Mulheres da CGTP, 22 de Maio de 2009. (Documento base, p. 11.)

[880]FERREIRA, Virgínia (2003), *Relações Sociais de Sexo e Segregação no Emprego: Uma Análise da Feminização dos Escritórios em Portugal*, tese de doutoramento em sociologia, Universidade de Coimbra, orientação do Professor Doutor Boaventura de Sousa Santos.

[881]Christine Delphy, considerava no seu texto «O inimigo principal» (1976), que o carácter «secundário» que o marxismo atribuía à opressão das mulheres tinha como origem o facto de situarem essa opressão apenas no seio da luta de classes, sem terem em conta a «opressão específica das mulheres nas relações de produção domésticas». Considerava o trabalho doméstico como provido de um valor que não era pago às mulheres, pois se ele fosse exercido em relações laborais normais (lavandarias, restaurantes) ele era pago, mas na família ele era considerado como uma «obrigação matrimonial». Deste modo, os maridos eram os beneficiários destas relações de exploração. Deste modo, segundo esta feminista, existiriam dois modos de produção: o industrial, definido pelas relações capitalistas de propriedade e de exploração e o modo de produção patriarcal definido por relações de produção patriarcais/familiares.

[882] HARRISON, John (1973), «Economia política del trabajo doméstico», in *El Ama de Casa Bajo el Capitalismo*, Barcelona, Cuadernos Anagrama.

[883] HIRATA, H., KERGOAT, D. (1998), «La division sexuelle du travail revisitée», in MARUANI, M. (dir.), *Les Nouvelles Frontières de L'inégalité. Hommes e Femmes sur le marché du travail*, Paris, La Découvert, pp. 91-104. FOUQUET, Annie (2001), «Le travail domestique: du travail invisible au “gisement” d’emploi», in LAUFER, Jacqueline, MARRY, Catherine, MARUANI, Margaret, orgs., *Masculin-Féminin: Questions pour les Ciencias de l’Homme*, Paris, PUF, pp. 100-127.

[884] Alguns exemplos: Isabel M. André (1993), *O Falso Neutro em Geografia Humana: Género e Relação Patriarcal no Emprego e Trabalho Doméstico*, tese de doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Anália Torres (2004 B), coord., *Homens e Mulheres entre Família e Trabalho*, Presidência do Conselho de Ministros, Ministério da Segurança Social e Trabalho, CITE.

[885] FERREIRA, Virgínia (2003), tese de doutoramento, *op. cit.*, pp. 61-462.

[886] SILVERA, Rachel (2005), «Temps de travail et genre: une relation paradoxale», in MARUANI, Margaret, dir., *Femmes, Genres et Sociétés: L'état des Savoirs*, Paris, La Découverte, pp. 265-272.

[887] Conferência na Universidade Aberta: «Mulheres e Liderança: Género, Educação e Poder», em 11 de Janeiro de 2008, promovida pela Fundação Cuidar o Futuro com a colaboração da APEM.

[888] Entrevista realizada a 20 de Julho de 2004.

[889] DELPHY, Christine (2004), «Dar um novo impulso ao feminismo», in *Le Monde Diplomatique* (versão portuguesa), Maio de 2004, p. 11.

[890] *Idem.*

[891] Frase retirada do texto de Rui Bebiano e de Alexandra Silva: «A reidentificação do feminino e a polémica sobre a Carta a uma Jovem Portuguesa», revista *História das Ideias*, nº 25, 2004.

[892] UMAR, AJP, AMCV, ILGA, *Não te Prives*, Clube Safo, SOLIM.

[893] Em termos internacionais, existiu participação da UMAR, MDM, CGTP, na Marcha Mundial de Mulheres em Nova Iorque, em 2000; da UMAR no Fórum Social Mundial em Porto Alegre, em 2000, e nos Fóruns Europeus em Londres e Paris; da UMAR, da Solidariedade Imigrante em Vigo, da UMAR em Marselha.

[894] HENRIQUES, Fernanda, PINTO, Teresa (2002), «Educação e Género: dos anos 70 ao final do século XX – subsídios para a compreensão da situação», in *Ex-Aequo*, n.º 6, pp. 11-54.

[895] BELLAT-DURU, Marie (1995), «Garçons et filles à l'école de la différence», in *La Place des Femmes, les Enjeux de L'identité et de L'égalité au Regard des Sciences Sociales*, EPHESIA, Éditions la découverte, pp. 598-606; MOSCONI, Nicole (1994), *Femmes et Rapport au Savoir. La Société, L'école et la Division Sexuelle des Savoirs*, Paris, l'Harmattan.

[896] HIRATA, Helena, LABORIE, Françoise, LE DOARÉ, Hélène, SENOTIER, Danièle (2000), *Dictionnaire Critique du Féminisme*, Paris, PUF, p. 51.

[897] ARNOT, Madeleine, DILLABOUGH, Jo-Anne (2002), «Reformular os debates educacionais sobre a cidadania, agência e identidade das mulheres», in ARAÚJO, Helena Costa, org., *Outros Sentidos para Novas Cidadanias*, *Ex-Aequo* n.º 7, p. 18.

[898] MACEDO, Eunice (2004), «(Des)caminhos da cidadania? Da (in)visibilização do género na educação», in *Polifonias na Investigação em Torno dos Estudos Sobre as Mulheres* (coord. Conceição Nogueira), *Ex-Aequo*, n.º 11, APEM, Edições Afrontamento.

[899] A taxa de feminização dos diplomados na esmagadora maioria dos cursos ultrapassa em muito os 60%, mesmo em áreas tradicionalmente masculinas como o Jornalismo (75,6%), a Gestão e Administração (61,7%), Ciências Físicas (62,3%), Matemática e Estatística (70,1%). As menores percentagens de diplomadas registam-se em Electricidade e Energia (11,2%), Electrónica e Automação (16,3%), Metalurgia e Metalomecânica (18,3%). Contudo, na Construção Civil, a percentagem ascende a 30,1%. (Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres, *A Igualdade de Género em Portugal*, 2003).

[900] Em Almada, o estudo abrangeu 860 alunos e alunas que frequentavam o 12.º ano, no ano lectivo de 2004/2005, de um total de 1592 inscritos nas dez escolas que têm ensino secundário. Escolas Secundárias e alunos inscritos no 12.º ano, no ano lectivo de 2004/2005: Fernão Mendes Pinto – Pragal (224); Emídio Navarro – Almada (185); Cacilhas/Tejo – Almada (185); Monte da Caparica (170); António Gedeão – Cova da Piedade (172); Daniel Sampaio – Sobreda (166); Anselmo de Andrade – Almada (157); Ruy Luís Gomes – Laranjeiro (138); Francisco Simões – Feijó (106); Romeu Correia – Feijó (89). O questionário foi aplicado entre Janeiro e Abril de 2005, pelo que em algumas escolas o universo de alunos já era menor que o número de alunos inscritos por via da anulação de matrículas e abandono escolar.

Foram abrangidos alunos (as) de todos os agrupamentos. Científico-Natural, Tecnológico de Informática, Tecnológico de Electrónica, Tecnológico de Mecânica, Desporto (Agrupamento 1); Artes, Tecnológico de Design (Agrupamento 2); Económico, Social, Tecnológico de Administração (Agrupamento 2); Humanidades, Animação Sociocultural (Agrupamento 4). Da amostra estudada 55,8% são raparigas. A média de idades é de 17,7 anos, situando-se 50,7% dos inquiridos nos 17 anos e 27,4% nos 18 anos. Com 15 anos existia apenas um aluno (0,1%); com 16 anos, 33 casos (3,8%); 17 anos (50,7%); 18 anos (27,4%); 19 anos (10,7%); 20 anos (4,8%); 21 anos (2,1%) e 22 anos (0,3%). Em relação aos cursos/agrupamentos, verifica-se que uma maioria de alunos (57,1%) se situa no agrupamento 1 (Científico Natural, Tecnologias), 18,7% no agrupamento 4 (Humanidades), 15,3% no agrupamento 3 (Económico-Social) e 8,8% no agrupamento 2 (Artes). Uma análise por sexo e por curso permitiu concluir que os rapazes se concentram nos agrupamentos 1 e 3 e as raparigas no agrupamento 1 e 4. Em Viseu, o questionário foi aplicado a um menor número de alunos e alunas do

12.º ano: cerca de 300, tendo existido a preocupação de não abranger só escolas da cidade de Viseu, mas também escolas com maior influência do meio rural, como Vouzela e São Pedro do Sul. O questionário foi aplicado entre Janeiro e Abril de 2005, pelo que em algumas escolas o universo de alunos já era menor que o número de alunos inscritos por via da anulação de matrículas e abandono escolar.

[901] Embora reconhecendo a importância das redes de sociabilidade na caracterização social dos alunos, o questionário não foi orientado neste sentido pela necessidade de não alargar demasiado o número de perguntas e porque outros campos de análise eram determinantes para o estudo em presença.

[902] Nesta tese, apenas se insere a parte do estudo, relativa às questões da igualdade, dos feminismos, ocupações fora da escola e das sexualidades. Contudo, o estudo contém uma análise onde se cruzaram variáveis como: profissão e nível de escolaridade dos pais e mães dos e das estudantes, o tipo de curso escolhido, práticas de sociabilidade e realidades escolares diferentes, tendo em consideração os locais de residência (centro ou periferia).

[903] Note-se, por esse motivo, que a questão anteriormente formulada – os direitos das mulheres são assumidos pelas novas gerações de estudantes? – se articula com outras interrogações. Existem sectores de jovens que se afirmam como feministas? Rapazes e raparigas encaram de forma diferente as questões da igualdade? Procura-se também, através das respostas ao questionário, traçar alguns perfis de valores que se aproximem ou distanciem dos feminismos.

Tal como é frequente nos inquéritos que procuram captar valores e atitudes, utilizando uma escala de Likert, formularam-se várias frases a partir das quais se procurava obter a posição dos (as) inquiridos (as) a propósito dos seguintes temas: consciência das discriminações; a partilha dos espaços «privado» e «público», assim como a questão da paridade; a violência sobre as mulheres; as sexualidades; os feminismos. Em torno destes cinco temas agregam-se algumas perguntas, que serão explicitadas adiante e cada tema tem ainda alguns subdivisões, que ajudam a realizar uma análise mais aprofundada.

A análise estatística foi feita através do programa SPSS (versão 16.0) para ambiente Windows. Na elaboração dos perfis sobre os feminismos, utilizou-se a análise de *clusters*, tendo a autora, pelo facto de não ser da especialidade, o apoio técnico dos investigadores Rui Brites e Tiago Lapa do ISCTE.

[904] TORRES, Anália Cardoso (coord.), SILVA, Francisco Vieira da, MONTEIRO, Teresa Líbano, CABRITA, Miguel (2004b), *Homens e Mulheres entre Família e Trabalho*, Presidência do Conselho de Ministros, Ministério da Segurança Social e Trabalho, CITE, p. 119.

[905] TORRES, Anália Cardoso (coord.), SILVA, Francisco Vieira da, MONTEIRO, Teresa Líbano, CABRITA, Miguel (2004), *op. cit.*, p. 176, pergunta 12.

[906] MARTINS, Manuel Meirinho, TEIXEIRA, Conceição Pequito (2005), *O funcionamento dos partidos e a participação das mulheres na vida política e partidária em Portugal*, Lisboa, CIDM.

[907] ALMEIDA, J. Ferreira, PAIS, J. Machado, TORRES, Anália, FERREIRA, P. Antunes, NUNES, J. Sedas (1998), *Jovens de Hoje e de Aqui*, Câmara Municipal de Loures, pp. 195-211.

[908]Feminismo assumido coerente. Considera-se que os jovens e as jovens que se inserem neste perfil se assumem como feministas (resposta Sim à pergunta 10 do questionário: «Considera-se feminista?») e que encaram o feminismo como a luta pelos direitos das mulheres ou a luta pelos direitos humanos (opções 8.1 e 8.3 da pergunta 8 do questionário). Cruzando estas questões com outras perguntas de opinião sobre igualdade de direitos entre homens e mulheres e a «naturalização» das mulheres para tarefas familiares, é possível entender que se trata de um perfil onde existe coerência entre a afirmação de que se consideram feministas e o conteúdo das opiniões formuladas.

[909]FIADEIRO, Maria Antónia (2003), *Maria Lamas*, biografia, Lisboa, Quetzal editores.

[910]FIADEIRO, Maria Antónia, «Maria Lamas (1893-1983), comprovadamente jornalista. Tacitamente feminista», in *Movimento Feminista em Portugal*, Lisboa, UMR, 1998, pp. 33-35.

[911]Inquérito à Ocupação do Tempo (1999), INE, citado por «Situação das mulheres, 2002», Lisboa, CIDM.

[912]AMÂNCIO, Lúcia (2003), «Feminismo em Portugal e os efeitos da ausência da história», *op. cit.*

[913]ALMEIDA, Ana (2003), *op. cit.*; TORRES, Anália (2004), *op. cit.*

[914]É, contudo, de fazer notar a elevada percentagem de jovens que não respondem a esta parte do questionário (34%), ou dizem «não saber», o que pode revelar que estes jovens ainda não tiveram relacionamento sexual ou têm desconhecimento em relação aos métodos.

[915]ARAÚJO, Helena Costa, HENRIQUES, Fernanda, «Política para a Igualdade entre os sexos em educação em Portugal», in *Políticas de Igualdade, Ex-Aequo*, n.º 2/3, 2000, pp. 141-151.

[916]Em muitos países, a partir dos anos 70, são criadas diversas disciplinas de Estudos Feministas nas universidades.

[917]As primeiras associações de mulheres universitárias surgem em Espanha nas décadas de 1950 e 1960 dentro das estreitas margens da legalidade vigente.

[918]Esta reunião realizou-se a 27 de Fevereiro de 1989 e foi noticiada no Boletim da CCF de Outubro do mesmo ano.

[919]Seminários sobre a situação da mulher portuguesa promovidos pelo Instituto de Formação Social e do Trabalho, coordenados por Bertina Sousa Gomes da Comissão da Condição Feminina: «A imagem da mulher na lei portuguesa» (Leonor Beleza); «As mulheres e a família» (Albertina Costa); «A mulher e a sexualidade» (Maria Belo); «Ideologia da maternidade e contradições actuais (Maria Isabel Barreno); «Lutas das mulheres e feminismo» (Maria Isabel Barreno).

[920]A comissão organizadora do colóquio foi constituída por Maria de Lourdes Lima dos Santos, Ivone Leal, Bertina Sousa Gomes, Ana Nunes de Almeida e José Machado Pais.

[921]As comunicações do «colóquio interdisciplinar» organizado pelo ICS centraram-se em quatro grandes temáticas: «Mulher – sujeito e objecto de discurso»; «Mulheres e trabalho»; «Sexualidade, amor e casamento»; «Práticas Educativas e Intervenção Social». No segundo seminário, as grandes temáticas situam-se nas áreas da Família, Trabalho, Literatura, Religião, Política e Papéis e Valores Femininos. Pelo carácter essencialmente histórico deste seminário muitas das comunicações situam-se no século XIII: «Evolução do monaquismo feminino na região de Entre Douro e Tejo», de Maria Alegria Marques; nos séculos XV e XVI: «A mulher no povoamento e colonização em S. Tomé», de José Manuel Azevedo e Silva; «O primeiro livro feminista português», de Sebastião Tavares de Pinho; ou ainda, nos séculos XVIII e XIX: «Condição Feminina e repartição do património: a camponesa minhota», de Margarida Durães; «Um divórcio no 1.º quartel do séc. XIX», de Manuela Lobo Simões; «Mulheres que se injuriam, mulheres que se batem: alguns valores femininos vistos através de uma análise da delinquência em Coimbra (1850-1915)», de Irene Vaquinhas. Outras intervenções versaram temas como: «Família e Divórcio na Primeira República», de Rui Cascão; «A mulher e a família», de José Mattoso; «O tema mulher em folhetos volantes portugueses», de Regina Tavares da Silva; «Os papéis tradicionais femininos: continuidade e rupturas de meados do século XIX a meados do século XX», de Ivone Leal; «Sobre a Crónica Feminina», de Graça Abranches e João Paulo Moreira; «As primeiras deputadas portuguesas», de Maria Reynolds de Sousa; «Notas sobre a situação da mulher oitocentista», de Joel Serrão; «Subsídios para a História da Mulher», de Maria Helena Vilas-Boas e Alvim; «Mulheres, trabalho e família de Ana Nunes de Almeida; «Estereótipos e identidade psicossocial das mulheres trabalhadoras», de Lígia Amâncio, entre outras comunicações de interesse. Da sua comissão organizadora constam os nomes de Maria Helena da Cruz Coelho, Irene Vaquinhas, António Oliveira, Rui Cascão, Leontina Ventura, Guilhermina Mota, Fernando Távora da Fonseca.

[922]COELHO, Maria Helena da Cruz, VAQUINHAS, Irene (1986), «Conclusões do colóquio “A mulher na sociedade portuguesa” – actas do colóquio» (vol. II), Instituto de História Económica e Social, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

[923]«Um discurso do celibato no século XVIII em Portugal», de Graça Dias Silva; «A imagem da mulher nos rituais da galanteria nos meios burgueses do séc. XIX em Portugal», de José Machado Pais; «A mulher e o amor no século XVI: afectividade, sexualidade, casamento – uma abordagem do tema», de Ivone Leal; «Imprensa periódica para as mulheres na primeira metade do século XIX – Catarina de Andrade e o jornal *L’Abeille* (1836 e 1840-53)», de Rosa Esteves.

[924]Das intervenções destacam-se as da presidente da CCF, Regina Tavares da Silva, das investigadoras e professoras universitárias Beatriz Ruivo, Clara Queiroz, Ana Nunes de Almeida, Helena Mira Mateus, Conceição Alves Pinto, Deolinda da Costa Martins, Ana Luísa Janeira, Cândida Joaquim, Teresa Lago, Margarida Calado, Teresa Barata Salgueiro, Maria Amélia Índias, Margarida Sousa Lobo. Duas intervenções focaram novas temáticas: Virgínia Ferreira, da Universidade de Coimbra sobre «Ciência e Feminismo» e Teresa Sá e Melo do IDM focando o tema «As mulheres e as novas tecnologias da reprodução». É ainda deste ano um artigo de Maria Belo no Diário de Notícias: «Estudos sobre as Mulheres – estudos feministas?» onde a autora refere a importância desta área de investigação em Portugal: «Eis o que os Estudos sobre as Mulheres tentam fazer: neles estuda-se o grupo social das mulheres na sua diversidade, e se demonstra que as mulheres são sujeitos da história

da humanidade e da sua própria história.» Afirmando que estes estudos estavam a dar os seus primeiros passos em Portugal, Maria Belo refere o panorama nos Estados Unidos em 1981: «3000 universidades e 20 centros de investigação deram mais de 30 000 cursos de *women's studies*».

[925]Estudo: «A investigação e o ensino feminista e/ou sobre mulheres», no âmbito do projecto europeu GRACE e coordenado pelos *Cahiers du Grif*.

[926]MIES, Maria (1983), «Towards a Methodology of Feminist Research», in BOWLES, Gloria, KLEIN, Renate Duelli, eds., *Theories of Women's Studies*, Londres, Routledge & Kegan Paul.

[927]OLIVEIRA, João Manuel, AMÂNCIO, Lígia (2006), «Teorias feministas e representações sociais: desafios dos conhecimentos situados para a psicologia social», in revista *Estudos Feministas*, (versão *on-line*) vol. 14, n.º 3, Florianópolis, Set./Dez. 2006. (disponível em www.scielo.br), p. 3.

[928]HOLE, Judith, LEVINE, Ellen, «The first feminists», in KOEDT, Anne, LEVINE, Ellen, RAPONE, Anita, eds., *Radical Feminism*, Nova Iorque, Quadrangle, The New Times Book, pp. 3-19.

[929]AMÂNCIO, Lígia, CARMO, Isabel do (2004), *Vozes Insubmissas*, Lisboa, D. Quixote, p. 27.

[930]Amélia Valcárcel citada por Conceição Nogueira, *Um Olhar Sobre os Feminismos* (2003), Porto, UMAR.

[931]PATEMAN, Carole (1988), *Sexual Contract*, Cambridge, Polity Press.

[932]Condorcet (1743-1794) foi um dos poucos revolucionários que enfrentou as ideias de Rousseau e que no seu escrito «Admissão das mulheres ao direito de cidadania», afirma: «como é possível não se entender que se está a violar o princípio da igualdade de direitos, quando se excluem as mulheres do direito de cidadania».

[933]Designadas por «bota fogo», encontramos as mulheres à cabeça das principais insurreições parisienses. Na Marcha sobre Versalhes em 1789 elas são as primeiras a avançar. Nos levantamentos da Primavera de 1795 são elas que tocam os sinos a rebato e fazem rufar os tambores nas ruas da cidade. Utilizam a sua criatividade, as formas pouco formais de actuação, os velhos ritos carnavalescos para zombarem das autoridades e darem corpo aos protestos. Elas ocupam as ruas e incitam os homens à acção. Mas apesar de todo este protagonismo elas são excluídas das associações políticas, das assembleias e a partir de Maio de 1795 são proibidas de se juntarem na rua em número superior a cinco.

[934]A consciência individual das discriminações sobre as mulheres já tinha tido vozes anteriores: 1405 (Christine de Pizan – *La Cité des Dames*); 1673 (Poulain de la Barre – *Sobre a Igualdade dos Sexos*). Em Portugal, há que destacar o pensamento de uma mulher ligada à nobreza, Paula da Graça, que publica, em 1715, o livro *Bondade das Mulheres Vindcada e Malícia dos Homens Manifesta* onde aconselha uma jovem a não casar, colocando em causa o papel tradicional da mulher. (Fina D'Armada, trabalho no âmbito do Mestrado em Estudos sobre as Mulheres *O Livro Feminista de Paula da Graça* –

Século xviii, 2000).

[935]O seu pensamento é também elucidativo no seguinte extracto, retirado do jornal *Leipziger Volkszeitung*, em 1902: «With the political emancipation of women a strong fresh wind must also blow into its (Social-Democracys) political and spiritual life, dispelling the suffocating atmosphere of the present philistine family life which so unmistakably rubs off on our party members, too, the workers as well as the leaders.» [DUNAYEVSKAYA, Raya (1982), *Rosa Luxemburg, Women's Liberation and Marx's Philosophy of Revolution*, England, Harvester Press, p. 90].

[936]PENICHE, Andreia, «Marxismo e Feminismo: a construção das organizações feministas» (texto policopiado).

[937]NEVES, Helena, «Sexualidade e poder», in *A Comuna*, n.º 4, Março de 2004, pp. 24-31.

[938]Sheila Rowbotham (feminista socialista, historiadora, com vasta obra publicada sobre os movimentos de mulheres no século xx); Juliet Mitchell (feminista socialista, activista dos movimentos de mulheres dos anos 60 e 70,) Zillah Eisenstein (doutorada em ciência política pela universidade de Massachussetts, activista feminista desde 1969, faz cursos de teoria feminista e marxista). Estas feministas, ao analisarem as críticas do feminismo radical, evoluíram numa perspectiva marxista mais alargada das raízes da opressão das mulheres. Sheila Rowbotham escreve em *Women, Resistance and Revolution* (1972) que é necessário ter em conta tanto as relações sociais de produção como as de reprodução em qualquer teoria revolucionária. Juliet Mitchell escreve, em 1973, *Woman's Estate*, reconhecendo o patriarcado como um sistema de dominação masculino relacionado com o sistema económico e as relações de produção. Zillah Einsenstein considera que uma compreensão separada do capitalismo e do patriarcado não pode abarcar o problema da opressão das mulheres. (*Patriarcado capitalista e Feminismo Socialista*, 1980).

[939]«Women are an oppressed classe. Our oppression is total, affecting every face of our lives. We are exploited as sex objects, breeders, domestic servants, and cheap labor. We are considered inferior beings whose only purpose is to enhance men's lives [...] we have been kept from seeing our personal suffering as a political condition; [...] the conflicts between individual men and women are political conflicts that can be solved collectively.» (Texto reproduzido em MORGAN, Robin (1970), *Sisterhood is Powerful*, Nova Iorque, Vintage, p. 598. (citado por BRISON, Valerie, 1992, *op. cit.*, pp. 83-184).

[940]«Libération des femmes: année zero», *Partisans*, n.º 54-55, Julho-Outubro.

[941]CHAPERON, Sylvie (2000), *Les Années Beauvoir: 1945-1970*, Paris, Fayard, p. 379.

[942]BARBOSA, Madalena, «Teoria, estratégia e tática», texto policopiado, arquivado na UMAR no Centro de Documentação e Arquivo Feminista Elina Guimarães (s/d).

[943]*Artemísia*, revista de textos feministas, Janeiro de 1995, p. 1.

[944]BARBOSA, Madalena (1978), «Balanço do MLM – linhas gerais para o começo de uma discussão», texto policopiado assinado por Milena (Madalena Barbosa), Ana D'Orey e Isabel Santos, arquivado na UMAR no Centro de Documentação e Arquivo Feminista Elina Guimarães.

[945]Mercedes Augustín Puerta na sua obra publicada em 2003: *Feminismo: Identidad Personal y Lucha Colectiva – Análisis del Movimiento Feminista Español en los Años 1975 a 1985*, Universidade de Granada, refere o livro de Anabel Gonzalez como «uma referência fundamental para a investigação» (p. 19).

[946]GONZALEZ, Anabel (1979), *El Feminismo en España, Hoy*, Madrid, Edições Zero, pp. 9-10.

[947]Feminista, com ligações à universidade de Barcelona foi uma das impulsionadoras do Colectivo Feminista de Barcelona. Colaboradora da revista *Vindicación Feminista*, publicou o livro *En el Infierno* e dirigiu as edições especiais da revista sobre o aborto em 1978 e 1982.

[948]*Idem.*

[949]Boletim do IDM, Janeiro a Abril de 1980, p. 5.

[950]«Organizações de mulheres contra incidentes no Parque Eduardo VII», in *Expresso* de 15 de Fevereiro de 1975.

[951]No inquérito por questionário realizado, em 1999, às ONG do Conselho Consultivo da CIDM, no âmbito do Mestrado em Estudos sobre as Mulheres sobre «Movimentos de Mulheres em Portugal: décadas de 1970 e 1980», o MDM respondeu que considerava «não ter existido movimento feminista em Portugal» e que «a organização não se considerava feminista». Das associações inquiridas: AMAP, Assoc. Convergência, AMCV, Assoc. Mulher Migrante, APF, APMJ, APEM, GRAAL, IF, MDM e UMAR, apenas se consideraram como feministas as seguintes: AMCV, APEM, APF, IF e UMAR. (Vide TAVARES, Manuela, 2000, *Movimentos de Mulheres em Portugal, Décadas de 1970 e 1980*, Lisboa, Livros Horizonte, pp. 157-164.) Na altura, a APMJ considerou ainda não ter discutido o assunto. Note-se que pode ter havido no espaço de uma década evolução no pensamento das associações sobre a temática dos feminismos.

[952]GARRETAS, María-Milagros Rivera (1994), 1.^a edição, *Nombrar el Mundo en Feminino. Pensamiento de las Mujeres y Teoria Feminista*, Barcelona, Icaria, p. 61.

[953]SCOTT, Joan, citada por Lúcia Amâncio, in *Vozes Insubmissas*, Lisboa, D. Quixote, p. 29.

[954]Principais teóricas do feminismo liberal: Betty Friedan, Karen Gregen, Geneviève Lloyd, Jane R. Richards e Susan M. Okin.

[955]Consciência de uma nova época, cuja caracterização sumária assenta em determinados actos de

disfunção: a morte do «sujeito», a morte da «razão», o fim da «história», a morte da «totalidade». Uma das obras pioneiras neste pensamento é a de Jean-François Lyotard: *la Condition Postmoderne* (Paris, 1979). São também importantes as obras de Jacques Derrida (1976) e Michel Foucault (1979).

[956] Enquanto teoria do poder e do significado social, o pensamento pós-estruturalista desenvolveu-se em oposição ao marxismo. Os escritos de Marx marcaram uma ruptura essencial com os pressupostos do liberalismo, a posição dominante não só sobre a economia política como sobre a consciência e linguagem. O marxismo descentrou a soberania da consciência humanista racional da filosofia e da economia política liberais, tornando a consciência um produto das relações sociais, uma consciência histórica e culturalmente específica. Desta forma, todas as sociedades de classes produzem um leque de formas de consciência em conflito, pelo que as formas de pensamento representam interesses de classe muito em torno do conflito entre trabalho e capital. Para as feministas pós-estruturalistas não basta a análise das estruturas da sociedade e das posições que aí se ocupam, mas também uma teoria de relação entre linguagem, subjectividade, organização social e poder.

[957] CARBY, Hazel (1984), «White Women Listen!», in Centre for Contemporary Cultural Studies (ed.), *The Empire Strikes Back*, Londres, Hutchinson, pp. 212-236. (referida por Mary Evans, *Introducción al Pensamiento Feminista Contemporáneo*, p. 40).

[958] «Ângela Davis: racismo e opressão da mulher: duas parcelas do mesmo problema», in revista *Mulheres*, Maio de 1978, p. 27.

[959] Muitas feministas olharam para a teoria de Michel Foucault como um recurso importante, que influenciou discursos alternativos como os das feministas desconstrutivistas francesas Hélène Cixous, Luce Irigaray e Júlia Kristeva. Contudo, a teoria de Foucault não está isenta de contradições o que tem levado ao interesse de muitas académicas feministas na análise crítica da sua obra: Nancy Fraser (1989); J. Butler (1990); L. Nicholson (1990); R. Braidotti (1991).

[960] Elisabeth Badinter foi uma das construtoras teóricas do feminismo francês. Filósofa, militante do MLM (Mouvement de Libération des Femmes) procurou sempre afirmar que não era a Natureza que determinava as mulheres, mas sim a cultura, seguindo o pensamento de Simone de Beauvoir. A sua obra mais célebre onde procura desnaturalizar a ideia do «amor maternal» foi publicada em 1980: *L'Amour en Plus*. Em 1986, publica a obra: *L'un Est l'Autre*, onde procura desnaturalizar as relações entre mulheres e homens pondo em causa um poder patriarcal e atemporal. Em 1992 publica: *XY. De l'Identité Masculine*, colocando a identidade masculina como uma construção a partir do cromossoma X que surge como identidade de referência.

[961] FERREIRA, Virgínia (2003), *Relações Sociais de Sexo e Segregação do Emprego: uma Análise da Feminização dos Escritórios em Portugal*, Dissertação de Doutoramento em Sociologia, orientação do Professor Doutor Boaventura de Sousa Santos, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra.

[962] O *cyborg* é um organismo cibernético, um híbrido de máquina e organismo, uma criatura ficcional, que mostra as contradições das identidades individuais e colectivas, não exigindo a necessidade de uma identificação, de um *self* feminino, masculino ou qualquer outro.

[963]Entrevista a Teresa Cunha, professora do ensino superior, dirigente da associação AJP – Acção, Justiça e Paz, realizada a 21 de Maio de 2007.

[964]As correntes do feminismo das décadas de 1970 e 1980 são assumidas de forma diferente, consoante as autoras. Segundo Olive Banks «Faces of Feminism», Oxford, Basil Blackwell, 1986) existiram três correntes: Radical, Socialista-marxista e da Igualdade de Direitos. Segundo, Gisela Kaplan («Contemporary Western European Feminism», Nova Iorque, University Press, 1992) perfilaram-se quatro correntes: radical, socialista-marxista; liberal e cultural. Para Johanna Brenner («The best of times, the worst of times», in THRELFALL, Monica, (ed.), Mapping the Women's Movement, Londres, Verso, 1996, pp. 17-72), para Barbara Ryan (Feminism and the Women's Movement, Londres, Routledge, 1992) e para Yasmine Ergas («O feminismo nos anos 1960/1970», in DUBY Georges, PERROT, Michelle, in História das Mulheres no Ocidente, vol. 5, Lisboa, Círculo de Leitores, 1991) existiram três correntes do feminismo: radical, socialista-marxista e liberal.

[965]«Não existe um actor por detrás do acto, pois a sua construção faz-se através do próprio acto.» (BUTLER, 1990.)

[966]Ler parte deste livro sobre: «Lesbianismos e Feminismos: encontros e desencontros: a corrente Queer.»

[967]Entrevista realizada, em 1 de Junho de 2007, a Conceição Nogueira, doutorada em Psicologia Social, Universidade do Minho.

[968]NOGUEIRA, Conceição, NEVES, Sofia (2004), «Metodologias feministas na psicologia social crítica: a ciência ao serviço da mudança social», in *Ex-Aequo*, n.º 11, APEM, Afrontamento, p. 13.

[969]Entrevista realizada em Setembro de 2004.

[970]CANOTILHO, Ana Paula, TAVARES, Manuela, MAGALHÃES, Maria José (2006), «ONG e Feminismos: contributo para a construção do sujeito político feminista», in *Ex-Aequo*, n.º 13, pp. 91-99.

[971]Ideias expressas no texto anteriormente referido.

[972]A ideia de uma Marcha Mundial de Mulheres que tivesse como principais lemas a luta contra a Violência e a Pobreza foi lançada a partir da 4.ª Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Direitos das Mulheres em Pequim nas reuniões e acções das ONG em Huairou. Acções foram desenvolvidas por esta rede feminista mundial no ano 2000 em mais de 159 países e, em 2005, circulou pelo mundo uma «Carta das Mulheres para a Humanidade» desde o dia 8 de Março até 17 de Outubro.

[973]SANTOS, Cecília MacDowell (2004), «En-gendering the police: Women's Police Stations and Feminism in São Paulo», in *Latina American Research Review*, vol. 39, n.º 3, Outubro, 2004.

[974] *Backlash* é o título de um filme rodado em Hollywood, em 1947, no qual um homem acusa a sua esposa de um assassinato que ele próprio tinha cometido. O *backlash* ou reacção contra os direitos das mulheres também acusa as feministas de todos os delitos que a própria reacção cometeu.

[975] «Campanha de antifeminismo aparece na Alemanha», in *Diário Notícias*, 25 de Junho de 2007, p. 10.

[976] MATLÁRY, Janne Haaland (2002), *Para um Novo Feminismo*, Lisboa, Principia.

[977] *Ibidem*, p. 13.

[978] MAGALHÃES, Maria José, «A agência das mulheres e o sujeito feminista», comunicação no seminário evocativo do I Congresso Feminista e da Educação, 5 de Maio de 2004, Universidade Nova de Lisboa.

Índice

Ficha Técnica

À minha filha Paula Tavares, bióloga, investigadora no IST, activista ambiental e feminista, falecida num trágico acidente provocado por terceiros, na «guerra civil» que hoje se trava nas estradas portuguesas.

Mouvement social et politique, le féminisme a besoin d'une mémoire et de sa dimension affective. Mais il a aussi besoin d'une histoire réflexive. Françoise Thébaud, Brigitte Studer (2004), «Entre histoire et mémoire», Le Siècle des Féminismes, Paris, Les Éditions de L'Atelier, p. 27

Agradecimentos

Resumo

Prefácio

Introdução

Objecto de estudo

A importância da memória histórica: As fontes escritas e orais

Mas afinal, o que é o feminismo?

As primeiras reivindicações feministas no início do século XX

A importância da memória histórica: As fontes escritas e orais

Mas afinal, o que é o feminismo?

As primeiras reivindicações feministas no início do século XX

PRIMEIRA PARTE

DO ANTIFASCISMO A UMA NOVA AGENDA FEMINISTA

I Anos 50 do Século XX em Portugal: O Feminismo Dilui-se no

Antifascismo

As Mulheres do Meu País, um Desafio de Maria Lamas ao Regime

As Mulheres na Oposição

Uma Luta de Mulheres: a das Enfermeiras

As Dificuldades da Oposição, Candidatura de Humberto Delgado e as

Mulheres

O Discurso da Domesticidade[63]

O Estado Novo em busca do Apoio das Mulheres

Os Antifeminismos

Feminismo – inimigo ideológico do Estado Novo

As oposições e a «naturalização»[100] das mulheres

[Feminismo – inimigo ideológico do Estado Novo](#)
[As oposições e a «naturalização»\[100\] das mulheres](#)
[As Mulheres do Meu País, um Desafio de Maria Lamas ao Regime](#)
[As Mulheres na Oposição](#)
[Uma Luta de Mulheres: a das Enfermeiras](#)
[As Dificuldades da Oposição, Candidatura de Humberto Delgado e as Mulheres](#)

[O Discurso da Domesticidade\[63\]](#)
[O Estado Novo em busca do Apoio das Mulheres](#)
[Os Antifeminismos](#)

[Feminismo – inimigo ideológico do Estado Novo](#)
[As oposições e a «naturalização»\[100\] das mulheres](#)
[Feminismo – inimigo ideológico do Estado Novo](#)
[As oposições e a «naturalização»\[100\] das mulheres](#)
[II Anos 60, os Ventos Para Uma Nova Vaga dos Feminismos não Chegam a Portugal](#)

[Recuos nas Fronteiras do Proibido e... Pouco Mais](#)
[As Crises Estudantis que Abalaram o Regime e a Participação das Jovens](#)

[Crise de 1962 – Elas participam na greve de fome da cantina universitária, fogem à polícia e são presas, mas raramente falam nas assembleias](#)

[Universidade de Coimbra – um Conselho Feminino e uma carta polémica](#)

[Crise de 1964/1965: numa maior politização do movimento académico, as jovens continuavam a participar, a serem presas e suspensas das universidades, mas com pouco peso nas direcções das associações de estudantes](#)

[Crise de 1968/1969 – «Qualquer coisa de novo»](#)
[Crise de 1962 – Elas participam na greve de fome da cantina universitária, fogem à polícia e são presas, mas raramente falam nas assembleias](#)

[Universidade de Coimbra – um Conselho Feminino e uma carta polémica](#)

[Crise de 1964/1965: numa maior politização do movimento académico, as jovens continuavam a participar, a serem presas e suspensas das universidades, mas com pouco peso nas direcções das associações de](#)

estudantes

Crise de 1968/1969 – «Qualquer coisa de novo»

Mulheres na Clandestinidade e nas Prisões

A Censura: Barreira com o Exterior e «Polícia do Espírito»

As Mulheres e a Guerra Colonial

O Alargamento da Oposição ao Regime e a Participação das

Mulheres

A longa agonia do regime

O 8 de Março de 1962 no Porto

A formação do Movimento Democrático de Mulheres

A oposição de católicos e católicas progressistas ao

regime e a acção do GRAAL

A longa agonia do regime

O 8 de Março de 1962 no Porto

A formação do Movimento Democrático de Mulheres

A oposição de católicos e católicas progressistas ao

regime e a acção do GRAAL

Os Debates sobre a Situação das Mulheres nos Finais da

Década de 1960

A Luta pela Contracepção e a Associação para o

Planeamento da Família

APF – uma origem plural em condições difíceis

APF – uma origem plural em condições difíceis

Recuos nas Fronteiras do Proibido e... Pouco Mais

As Crises Estudantis que Abalaram o Regime e a

Participação das Jovens

Crise de 1962 – Elas participam na greve de fome da cantina universitária, fogem à polícia e são presas, mas raramente falam nas assembleias

Universidade de Coimbra – um Conselho Feminino e uma carta polémica

Crise de 1964/1965: numa maior politização do movimento académico, as jovens continuavam a participar, a serem presas e suspensas das universidades, mas com pouco peso nas direcções das associações de estudantes

Crise de 1968/1969 – «Qualquer coisa de novo»

Crise de 1962 – Elas participam na greve de fome da

cantina universitária, fogem à polícia e são presas, mas raramente falam nas assembleias

Universidade de Coimbra – um Conselho Feminino e uma carta polémica

Crise de 1964/1965: numa maior politização do movimento académico, as jovens continuavam a participar, a serem presas e suspensas das universidades, mas com pouco peso nas direcções das associações de estudantes

Crise de 1968/1969 – «Qualquer coisa de novo»
Mulheres na Clandestinidade e nas Prisões
A Censura: Barreira com o Exterior e «Polícia do Espírito»

As Mulheres e a Guerra Colonial
O Alargamento da Oposição ao Regime e a Participação das Mulheres

A longa agonia do regime
O 8 de Março de 1962 no Porto
A formação do Movimento Democrático de Mulheres

A oposição de católicos e católicas progressistas ao regime e a acção do GRAAL

A longa agonia do regime
O 8 de Março de 1962 no Porto
A formação do Movimento Democrático de Mulheres

A oposição de católicos e católicas progressistas ao regime e a acção do GRAAL

Os Debates sobre a Situação das Mulheres nos Finais da Década de 1960

A Luta pela Contracepção e a Associação para o Planeamento da Família

APF – uma origem plural em condições difíceis

APF – uma origem plural em condições difíceis

III Anos 70: a Década das Mudanças

As Novas Cartas Portuguesas

A génese

Uma obra mal amada?

<u>manifesto feminista?</u>	<u>As Novas Cartas Portuguesas, um</u>
<u>nascimento do Movimento de Libertação das Mulheres (MLM)</u>	<u>A solidariedade feminista internacional e o</u>
	<u>A génese</u>
	<u>Uma obra mal amada?</u>
<u>manifesto feminista?</u>	<u>As Novas Cartas Portuguesas, um</u>
<u>nascimento do Movimento de Libertação das Mulheres (MLM)</u>	<u>A solidariedade feminista internacional e o</u>
	<u>A Escrita das Mulheres em Jornais e</u>
<u>Revistas</u>	
	<u>As Três Antónias</u>
	<u>Os suplementos «femininos»</u>
	<u>A revista Modas e Bordados</u>
	<u>A revista Mulheres</u>
	<u>A revista Mulher D’Abril</u>
	<u>Cartas de Mulheres à Cornélia</u>
<u>escrever sobre os direitos das mulheres</u>	<u>Fina D’Armada: uma forma assertiva de</u>
	<u>As Três Antónias</u>
	<u>Os suplementos «femininos»</u>
	<u>A revista Modas e Bordados</u>
	<u>A revista Mulheres</u>
	<u>A revista Mulher D’Abril</u>
	<u>Cartas de Mulheres à Cornélia</u>
<u>escrever sobre os direitos das mulheres</u>	<u>Fina D’Armada: uma forma assertiva de</u>
<u>Oposição Democrática</u>	<u>As Mulheres no III Congresso da</u>
<u>Eleições de 1973 – as Diferenças em</u>	<u>A Participação das Mulheres nas</u>
	<u>Relação às Eleições de 1969</u>
	<u>A Homenagem a Maria Lamas no seu</u>
<u>80.º Aniversário</u>	
<u>Estudantis e Operárias</u>	<u>A Continuação das Movimentações</u>
	<u>O 25 de Abril de 1974 e os Movimentos</u>

Sociais: a Falta de Espaço para os Feminismos?

A Perda de Memória Histórica em
Relação aos Feminismos das Primeiras Décadas do Século XX

A Acção das Associações de Mulheres
nos Anos 70

das Mulheres

Alternativa e Resposta

A Cooperativa Editorial de Mulheres
e o Centro de Informação/Documentação de Mulheres (IDM)

O Grupo Autónomo de Mulheres do
Porto e o Grupo de Mulheres da Associação Académica de Coimbra

O papel do MDM na década de 1970
A luta das trabalhadoras do serviço
doméstico

Accções comuns apesar das diferenças
O MLM – Movimento de Libertação

das Mulheres

Alternativa e Resposta

A Cooperativa Editorial de Mulheres
e o Centro de Informação/Documentação de Mulheres (IDM)

O Grupo Autónomo de Mulheres do
Porto e o Grupo de Mulheres da Associação Académica de Coimbra

O papel do MDM na década de 1970
A luta das trabalhadoras do serviço
doméstico

Accções comuns apesar das diferenças
O Direito à Contracepção e à

Legalização do Aborto

Aborto e contracepção: assuntos
silenciados

A Assembleia Constituinte:
limitações na concepção sobre Igualdade e o aborto como assunto não
assumido

As feministas quebram o silêncio

[sobre o aborto e pressionam o poder político](#)

[Aborto e contracepção: assuntos](#)

[silenciados](#)

[A Assembleia Constituinte:](#)

[limitações na concepção sobre Igualdade e o aborto como assunto não assumido](#)

[As feministas quebram o silêncio](#)

[sobre o aborto e pressionam o poder político](#)

[As Novas Cartas Portuguesas](#)

[A génese](#)

[Uma obra mal amada?](#)

[As Novas Cartas Portuguesas,](#)

[um manifesto feminista?](#)

[A solidariedade feminista](#)

[internacional e o nascimento do Movimento de Libertação das Mulheres \(MLM\)](#)

[A génese](#)

[Uma obra mal amada?](#)

[As Novas Cartas Portuguesas,](#)

[um manifesto feminista?](#)

[A solidariedade feminista](#)

[internacional e o nascimento do Movimento de Libertação das Mulheres \(MLM\)](#)

[A Escrita das Mulheres em](#)

[Jornais e Revistas](#)

[As Três Antónias](#)

[Os suplementos «femininos»](#)

[A revista Modas e Bordados](#)

[A revista Mulheres](#)

[A revista Mulher D'Abril](#)

[Cartas de Mulheres à Cornélia](#)

[Fina D'Armada: uma forma](#)

[assertiva de escrever sobre os direitos das mulheres](#)

[As Três Antónias](#)

[Os suplementos «femininos»](#)

[A revista Modas e Bordados](#)

[A revista Mulheres](#)

<u>assertiva de escrever sobre os direitos das mulheres</u>	<u>A revista Mulher D'Abril</u>
<u>da Oposição Democrática</u>	<u>Cartas de Mulheres à Cornélia</u>
<u>nas Eleições de 1973 – as Diferenças em Relação às Eleições de 1969</u>	<u>Fina D'Armada: uma forma</u>
<u>Lamas no seu 80.º Aniversário</u>	<u>As Mulheres no III Congresso</u>
<u>Movimentações Estudantis e Operárias</u>	<u>A Participação das Mulheres</u>
<u>Movimentos Sociais: a Falta de Espaço para os Feminismos?</u>	<u>A Homenagem a Maria</u>
<u>Histórica em Relação aos Feminismos das Primeiras Décadas do Século XX</u>	<u>A Continuação das</u>
<u>Mulheres nos Anos 70</u>	<u>O 25 de Abril de 1974 e os</u>
<u>Libertação das Mulheres</u>	<u>A Perda de Memória</u>
<u>Mulheres Alternativa e Resposta</u>	<u>A Acção das Associações de</u>
<u>Mulheres e o Centro de Informação/Documentação de Mulheres (IDM)</u>	<u>O MLM – Movimento de</u>
<u>Mulheres do Porto e o Grupo de Mulheres da Associação Académica de</u>	<u>A UMAR – União de</u>
<u>Coimbra</u>	<u>A Cooperativa Editorial de</u>
<u>década de 1970</u>	<u>O Grupo Autónomo de</u>
<u>serviço doméstico</u>	<u>Mulheres do Porto e o Grupo de Mulheres da Associação Académica de</u>
<u>diferenças</u>	<u>Coimbra</u>
<u>Libertação das Mulheres</u>	<u>O papel do MDM na</u>
<u>Mulheres Alternativa e Resposta</u>	<u>A luta das trabalhadoras do</u>
	<u>Acções comuns apesar das</u>
	<u>O MLM – Movimento de</u>
	<u>A UMAR – União de</u>

A Cooperativa Editorial de Mulheres e o Centro de Informação/Documentação de Mulheres (IDM)

O Grupo Autónomo de Mulheres do Porto e o Grupo de Mulheres da Associação Académica de Coimbra

década de 1970

serviço doméstico

diferenças

à Legalização do Aborto

assuntos silenciados

Constituinte: limitações na concepção sobre Igualdade e o aborto como assunto não assumido

silêncio sobre o aborto e pressionam o poder político

assuntos silenciados

Constituinte: limitações na concepção sobre Igualdade e o aborto como assunto não assumido

silêncio sobre o aborto e pressionam o poder político

AVANÇOS OU RETROCESSOS?

Internacionais em Torno da Década da Mulher

de Vilar do Paraíso em Gaia e Outros Debates

Associações de Mulheres na Década de 1980

mulheres formados no início dos anos 80: o GMP, a REDE de Mulheres, o

A Cooperativa Editorial de

O Grupo Autónomo de

O papel do MDM na

A luta das trabalhadoras do

Acções comuns apesar das

O Direito à Contracepção e

Aborto e contracepção:

A Assembleia

As feministas quebram o

Aborto e contracepção:

A Assembleia

As feministas quebram o

IV ANOS 80 –

As Conferências

O Encontro Feminista

O Papel das

Os grupos de

GML e a Associação MAPA

GRAAL, MDM e UMAR. A Cooperativa Editorial/IDM e a revista Lua
Editorial /IDM, a fase das publicações: o boletim do IDM e a revista Lua
associações de mulheres formadas na década de 1980

mulheres formados no início dos anos 80: o GMP, a REDE de Mulheres, o
GML e a Associação MAPA

GRAAL, MDM e UMAR. A Cooperativa Editorial/IDM e a revista Lua
Editorial /IDM, a fase das publicações: o boletim do IDM e a revista Lua
associações de mulheres formadas na década de 1980

Componente Feminista

Agenda Política

1982

limitado é aprovado em 1984

1982

limitado é aprovado em 1984

Discurso Feminista na Luta pela Legalização do Aborto?

de Acção Comum – o Conselho Consultivo da CIDM e a Coordenadora
Nacional de Mulheres

institucionalização dos feminismos?

institucionalização dos feminismos?

A intervenção do
Cooperativa
As novas

Os grupos de
Cooperativa
As novas

A APF e a sua

O Aborto na

Os debates de

Um projecto

Os debates de

Um projecto

Existiu um

As Plataformas

A

A

<u>Quatro</u>	
<u>Percursos de Vida Entrelaçados com os Feminismos: Maria Alzira Lemos, Maria Antónia Palla, Maria de Lourdes Pintasilgo e Maria Teresa Horta</u>	
<u>Maria Alzira</u>	
<u>Lemos, feminista e deputada</u>	
<u>Maria</u>	
<u>Antónia Palla, jornalista e livre pensadora</u>	
<u>Maria de</u>	
<u>Lourdes Pintasilgo, a ousadia de pisar de uma forma diferente o terreno masculino da política</u>	
<u>Maria Alzira</u>	
<u>Lemos, feminista e deputada</u>	
<u>Maria</u>	
<u>Antónia Palla, jornalista e livre pensadora</u>	
<u>Maria de</u>	
<u>Lourdes Pintasilgo, a ousadia de pisar de uma forma diferente o terreno masculino da política</u>	
<u>Novas</u>	
<u>Cartas Portuguesas, obra de referência</u>	
<u>Maria</u>	
<u>Teresa Horta, escritora e feminista</u>	
<u>As</u>	
<u>Conferências Internacionais em Torno da Década da Mulher</u>	
<u>O Encontro</u>	
<u>Feminista de Vilar do Paraíso em Gaia e Outros Debates</u>	
<u>O Papel das</u>	
<u>Associações de Mulheres na Década de 1980</u>	
<u>Os grupos</u>	
<u>de mulheres formados no início dos anos 80: o GMP, a REDE de Mulheres, o GML e a Associação MAPA</u>	
<u>A</u>	
<u>intervenção do GRAAL, MDM e UMAR. A Cooperativa Editorial/IDM e a revista Lua</u>	
<u>Cooperativ</u>	
<u>Editorial /IDM, a fase das publicações: o boletim do IDM e a revista Lua</u>	
<u>As novas</u>	
<u>associações de mulheres formadas na década de 1980</u>	

Os grupos de mulheres formados no início dos anos 80: o GMP, a REDE de Mulheres, o GML e a Associação MAPA

A intervenção do GRAAL, MDM e UMAR. A Cooperativa Editorial/IDM e a revista Lua

Cooperativa Editorial /IDM, a fase das publicações: o boletim do IDM e a revista Lua

As novas associações de mulheres formadas na década de 1980

A APF e a sua Componente Feminista

O Aborto na Agenda Política

Os debates de 1982

Um projecto limitado é aprovado em 1984

Os debates de 1982

Um projecto limitado é aprovado em 1984

Existiu um Discurso Feminista na Luta pela Legalização do Aborto?

As Plataformas de Acção Comum – o Conselho Consultivo da CIDM e a Coordenadora Nacional de Mulheres

A institucionalização dos feminismos?

A institucionalização dos feminismos?

Quatro Percursos de Vida Entrelaçados com os Feminismos: Maria Alzira Lemos, Maria Antónia Palla, Maria de Lourdes Pintasilgo e Maria Teresa Horta

Ma Alzira Lemos, feminista e deputada

Ma

[Antónia Palla, jornalista e livre pensadora](#)

[Ma](#)

[de Lourdes Pintasilgo, a ousadia de pisar de uma forma diferente o terreno masculino da política](#)

[Ma](#)

[Alzira Lemos, feminista e deputada](#)

[Ma](#)

[Antónia Palla, jornalista e livre pensadora](#)

[Ma](#)

[de Lourdes Pintasilgo, a ousadia de pisar de uma forma diferente o terreno masculino da política](#)

[No](#)

[Cartas Portuguesas, obra de referência](#)

[Ma](#)

[Teresa Horta, escritora e feminista](#)

[V](#)

[Anos 90 e Novo Milénio: Novas e «Velhas» Causas](#)

[4](#)

[Transnacionalidade dos Feminismos: as Conferências e Redes Mundiais](#)

[Redes de Mulheres e o caso da Marcha Mundial de Mulheres](#)

[onda dos feminismos? Novas gerações de feministas?](#)

[feminismos e os movimentos sociais: a articulação de agendas](#)

[Redes de Mulheres e o caso da Marcha Mundial de Mulheres](#)

[onda dos feminismos? Novas gerações de feministas?](#)

[feminismos e os movimentos sociais: a articulação de agendas](#)

[e a Evolução das Famílias](#)

[«tradição» já não é o que era...](#)

[do discurso feminista em relação à família](#)

«tradição» já não é o que era...

do discurso feminista em relação à família

Novas e «Velhas» Causas

poderes e paridade

aborto, ainda na agenda política

referendo imposto por acordo partidário

novo milénio, o aborto continuou na agenda política

violência contra as mulheres

mutilação genital feminina

prostituição: diferentes posicionamentos no movimento feminista

tráfico de mulheres

imigrantes

e feminismos – encontros e desencontros

correnteQueer

das mulheres e trajectos emancipatórios

das mulheres

poderes e paridade

aborto, ainda na agenda política

referendo imposto por acordo partidário

novo milênio, o aborto continuou na agenda política

violência contra as mulheres

mutação genital feminina

prostituição: diferentes posicionamentos no movimento feminista

tráfico de mulheres

imigrantes

e feminismos – encontros e desencontros

correnteQueer

das mulheres e trajectos emancipatórios

das mulheres

Transnacionalidade dos Feminismos: as Conferências e Redes Mundiais

Redes de Mulheres e o caso da Marcha Mundial de Mulheres

onda dos feminismos? Novas gerações de feministas?

feminismos e os movimentos sociais: a articulação de agendas

Redes de Mulheres e o caso da Marcha Mundial de Mulheres

onda dos feminismos? Novas gerações de feministas?

feminismos e os movimentos sociais: a articulação de agendas

e a Evolução das Famílias

«tradição» já não é o que era...

do discurso feminista em relação à família

«tradição» já não é o que era...

do discurso feminista em relação à família

Novas e «Velhas» Causas

poderes e paridade

aborto, ainda na agenda política

referendo imposto por acordo partidário

novo milénio, o aborto continuou na agenda política

violência contra as mulheres

mutação genital feminina

prostituição: diferentes posicionamentos no movimento feminista

tráfico de mulheres

imigrantes

e feminismos – encontros e desencontros

correnteQueer

das mulheres e trajectos emancipatórios

das mulheres

poderes e paridade

aborto, ainda na agenda política

referendo imposto por acordo partidário

novo milénio, o aborto continuou na agenda política

violência contra as mulheres

mutilação genital feminina

prostituição: diferentes posicionamentos no movimento feminista

tráfico de mulheres

imigrantes

e feminismos – encontros e desencontros

correnteQueer

das mulheres e trajectos emancipatórios

das mulheres

Uma Nova Agenda Feminista. Situação das Mulheres no Novo Milénio. Desafios Colocados.

Nova Agenda Feminista Plural, Abrangente e com Elevado Nível de Exigência

das Mulheres e Desafios Colocados

Nova Agenda Feminista Plural, Abrangente e com Elevado Nível de Exigência

das Mulheres e Desafios Colocados

Conclusões da Primeira Parte

e acção feminista na segunda metade do século XX em Portugal

de 1950 – «uma militância, sem dúvida corajosa, mas que não questionou a subordinação das mulheres fora do campo dos direitos políticos»[891]

de 1960: a falta de referências feministas no movimento estudantil e na sociedade impediram um movimento próprio. As questões democráticas e de classe não se entrelaçaram com as questões de género

de 1950 – «uma militância, sem dúvida corajosa, mas que não questionou a subordinação das mulheres fora do campo dos direitos políticos»[891]

de 1960: a falta de referências feministas no movimento estudantil e na sociedade impediram um movimento próprio. As questões democráticas e de classe não se entrelaçaram com as questões de género

de 1970: uma época de mudanças

de 1980: outras formas de acção; direitos das mulheres, sim; feminismos... ainda não!

de 1990 e novo milénio: as novas e velhas causas entrelaçam-se num discurso mais aberto e afirmado sobre os feminismos

de 1980: outras formas de acção; direitos das mulheres, sim; feminismos... ainda não!

de 1990 e novo milénio: as novas e velhas causas entrelaçam-se num discurso mais aberto e afirmado sobre os feminismos

e acção feminista na segunda metade do século XX em Portugal

de 1950 – «uma militância, sem dúvida corajosa, mas que não questionou a

subordinação das mulheres fora do campo dos direitos políticos»[891]

de 1960: a falta de referências feministas no movimento estudantil e na sociedade impediram um movimento próprio. As questões democráticas e de classe não se entrelaçaram com as questões de género

de 1950 – «uma militância, sem dúvida corajosa, mas que não questionou a subordinação das mulheres fora do campo dos direitos políticos»[891]

de 1960: a falta de referências feministas no movimento estudantil e na sociedade impediram um movimento próprio. As questões democráticas e de classe não se entrelaçaram com as questões de género

de 1970: uma época de mudanças

de 1980: outras formas de acção; direitos das mulheres, sim; feminismos... ainda não!

de 1990 e novo milénio: as novas e velhas causas entrelaçam-se num discurso mais aberto e afirmado sobre os feminismos

de 1980: outras formas de acção; direitos das mulheres, sim; feminismos... ainda não!

de 1990 e novo milénio: as novas e velhas causas entrelaçam-se num discurso mais aberto e afirmado sobre os feminismos

Anos 50 do Século XX em Portugal: O Feminismo Dilui-se no Antifascismo

Mulheres do Meu País, um Desafio de Maria Lamas ao Regime

Mulheres na Oposição

Luta de Mulheres: a das Enfermeiras

Dificuldades da Oposição, Candidatura de Humberto Delgado e as Mulheres

[Discurso da Domesticidade\[63\]](#)

[Estado Novo em busca do Apoio das Mulheres](#)

[Antifeminismos](#)

[– inimigo ideológico do Estado Novo](#)

[oposições e a «naturalização»\[100\] das mulheres](#)

[– inimigo ideológico do Estado Novo](#)

[oposições e a «naturalização»\[100\] das mulheres](#)

[Mulheres do Meu País, um Desafio de Maria Lamas ao Regime](#)

[Mulheres na Oposição](#)

[Luta de Mulheres: a das Enfermeiras](#)

[Dificuldades da Oposição, Candidatura de Humberto Delgado e as Mulheres](#)

[Discurso da Domesticidade\[63\]](#)

[Estado Novo em busca do Apoio das Mulheres](#)

[Antifeminismos](#)

[– inimigo ideológico do Estado Novo](#)

[oposições e a «naturalização»\[100\] das mulheres](#)

[– inimigo ideológico do Estado Novo](#)

[oposições e a «naturalização»\[100\] das mulheres](#)

[Anos 60, os Ventos Para Uma Nova Vaga dos Feminismos não Chegam a](#)

Portugal

nas Fronteiras do Proibido e... Pouco Mais

Crises Estudantis que Abalaram o Regime e a Participação das Jovens

de 1962 – Elas participam na greve de fome da cantina universitária, fogem à polícia e são presas, mas raramente falam nas assembleias

de Coimbra – um Conselho Feminino e uma carta polémica

de 1964/1965: numa maior politização do movimento académico, as jovens continuavam a participar, a serem presas e suspensas das universidades, mas com pouco peso nas direcções das associações de estudantes

de 1968/1969 – «Qualquer coisa de novo»

de 1962 – Elas participam na greve de fome da cantina universitária, fogem à polícia e são presas, mas raramente falam nas assembleias

de Coimbra – um Conselho Feminino e uma carta polémica

de 1964/1965: numa maior politização do movimento académico, as jovens continuavam a participar, a serem presas e suspensas das universidades, mas com pouco peso nas direcções das associações de estudantes

de 1968/1969 – «Qualquer coisa de novo»

na Clandestinidade e nas Prisões

Censura: Barreira com o Exterior e «Polícia do Espírito»

Mulheres e a Guerra Colonial

Alargamento da Oposição ao Regime e a Participação das Mulheres

longa agonia do regime

8 de Março de 1962 no Porto

formação do Movimento Democrático de Mulheres

oposição de católicos e católicas progressistas ao regime e a acção do GRAAL

longa agonia do regime

8 de Março de 1962 no Porto

formação do Movimento Democrático de Mulheres

oposição de católicos e católicas progressistas ao regime e a acção do GRAAL

Debates sobre a Situação das Mulheres nos Finais da Década de 1960

Luta pela Contracepção e a Associação para o Planeamento da Família

– uma origem plural em condições difíceis

– uma origem plural em condições difíceis

nas Fronteiras do Proibido e... Pouco Mais

Crises Estudantis que Abalaram o Regime e a Participação das Jovens

de 1962 – Elas participam na greve de fome da cantina universitária, fogem à polícia e são presas, mas raramente falam nas assembleias

de Coimbra – um Conselho Feminino e uma carta polémica

de 1964/1965: numa maior politização do movimento académico, as jovens continuavam a participar, a serem presas e suspensas das universidades, mas com pouco peso nas direcções das associações de estudantes

de 1968/1969 – «Qualquer coisa de novo»

de 1962 – Elas participam na greve de fome da cantina universitária, fogem à polícia e são presas, mas raramente falam nas assembleias

de Coimbra – um Conselho Feminino e uma carta polémica

de 1964/1965: numa maior politização do movimento académico, as jovens continuavam a participar, a serem presas e suspensas das universidades, mas com pouco peso nas direcções das associações de estudantes

de 1968/1969 – «Qualquer coisa de novo»

na Clandestinidade e nas Prisões

Censura: Barreira com o Exterior e «Polícia do Espírito»

Mulheres e a Guerra Colonial

Alargamento da Oposição ao Regime e a Participação das Mulheres

longa agonia do regime

8 de Março de 1962 no Porto

formação do Movimento Democrático de Mulheres

oposição de católicos e católicas progressistas ao regime e a acção do GRAAL

longa agonia do regime

8 de Março de 1962 no Porto

formação do Movimento Democrático de Mulheres

oposição de católicos e católicas progressistas ao regime e a acção do GRAAL

Debates sobre a Situação das Mulheres nos Finais da Década de 1960

Luta pela Contracepção e a Associação para o Planeamento da Família

– uma origem plural em condições difíceis

– uma origem plural em condições difíceis

Anos 70: a Década das Mudanças

Novas Cartas Portuguesas

génese

obra mal amada?

Novas Cartas Portuguesas, um manifesto feminista?

solidariedade feminista internacional e o nascimento do Movimento de Libertação das Mulheres (MLM)

génese

obra mal amada?

Novas Cartas Portuguesas, um manifesto feminista?

solidariedade feminista internacional e o nascimento do Movimento de Libertação das Mulheres (MLM)

Escrita das Mulheres em Jornais e Revistas

Três Antónias

[suplementos «femininos»](#)

[revistaModas e Bordados](#)

[revistaMulheres](#)

[revistaMulher D’Abril](#)

[de Mulheres à Cornélia](#)

[D’Armada: uma forma assertiva de escrever sobre os direitos das mulheres](#)

[Três Antónias](#)

[suplementos «femininos»](#)

[revistaModas e Bordados](#)

[revistaMulheres](#)

[revistaMulher D’Abril](#)

[de Mulheres à Cornélia](#)

[D’Armada: uma forma assertiva de escrever sobre os direitos das mulheres](#)

[Mulheres no III Congresso da Oposição Democrática](#)

[Participação das Mulheres nas Eleições de 1973 – as Diferenças em Relação às Eleições de 1969](#)

[Homenagem a Maria Lamas no seu 80.º Aniversário](#)

[Continuação das Movimentações Estudantis e Operárias](#)

[25 de Abril de 1974 e os Movimentos Sociais: a Falta de Espaço para os Feminismos?](#)

Perda de Memória Histórica em Relação aos Feminismos das Primeiras Décadas do Século XX

Acção das Associações de Mulheres nos Anos 70

MLM – Movimento de Libertação das Mulheres

UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta

Cooperativa Editorial de Mulheres e o Centro de Informação/Documentação de Mulheres (IDM)

Grupo Autónomo de Mulheres do Porto e o Grupo de Mulheres da Associação Académica de Coimbra

papel do MDM na década de 1970

luta das trabalhadoras do serviço doméstico

comuns apesar das diferenças

MLM – Movimento de Libertação das Mulheres

UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta

Cooperativa Editorial de Mulheres e o Centro de Informação/Documentação de Mulheres (IDM)

Grupo Autónomo de Mulheres do Porto e o Grupo de Mulheres da Associação Académica de Coimbra

papel do MDM na década de 1970

luta das trabalhadoras do serviço doméstico

comuns apesar das diferenças

Direito à Contracepção e à Legalização do Aborto

e contracepção: assuntos silenciados

Assembleia Constituinte: limitações na concepção sobre Igualdade e o aborto como assunto não assumido

feministas quebram o silêncio sobre o aborto e pressionam o poder político

e contracepção: assuntos silenciados

Assembleia Constituinte: limitações na concepção sobre Igualdade e o aborto como assunto não assumido

feministas quebram o silêncio sobre o aborto e pressionam o poder político

Novas Cartas Portuguesas

génese

obra mal amada?

Novas Cartas Portuguesas, um manifesto feminista?

solidariedade feminista internacional e o nascimento do Movimento de Libertação das Mulheres (MLM)

génese

obra mal amada?

Novas Cartas Portuguesas, um manifesto feminista?

solidariedade feminista internacional e o nascimento do Movimento de Libertação das Mulheres (MLM)

[Escrita das Mulheres em Jornais e Revistas](#)

[Três Antónias](#)

[suplementos «femininos»](#)

[revista Modas e Bordados](#)

[revista Mulheres](#)

[revista Mulher D'Abril](#)

[de Mulheres à Cornélia](#)

[D'Armada: uma forma assertiva de escrever sobre os direitos das mulheres](#)

[Três Antónias](#)

[suplementos «femininos»](#)

[revista Modas e Bordados](#)

[revista Mulheres](#)

[revista Mulher D'Abril](#)

[de Mulheres à Cornélia](#)

[D'Armada: uma forma assertiva de escrever sobre os direitos das mulheres](#)

[Mulheres no III Congresso da Oposição Democrática](#)

[Participação das Mulheres nas Eleições de 1973 – as Diferenças em Relação às Eleições de 1969](#)

[Homenagem a Maria Lamas no seu 80.º Aniversário](#)

[Continuação das Movimentações Estudantis e Operárias](#)

[25 de Abril de 1974 e os Movimentos Sociais: a Falta de Espaço para os Feminismos?](#)

[Perda de Memória Histórica em Relação aos Feminismos das Primeiras Décadas do Século XX](#)

[Acção das Associações de Mulheres nos Anos 70](#)

[MLM – Movimento de Libertação das Mulheres](#)

[UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta](#)

[Cooperativa Editorial de Mulheres e o Centro de Informação/Documentação de Mulheres \(IDM\)](#)

[Grupo Autónomo de Mulheres do Porto e o Grupo de Mulheres da Associação Académica de Coimbra](#)

[papel do MDM na década de 1970](#)

[luta das trabalhadoras do serviço doméstico](#)

[comuns apesar das diferenças](#)

[MLM – Movimento de Libertação das Mulheres](#)

[UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta](#)

[Cooperativa Editorial de Mulheres e o Centro de Informação/Documentação de Mulheres \(IDM\)](#)

[Grupo Autónomo de Mulheres do Porto e o Grupo de Mulheres da Associação Académica de Coimbra](#)

[papel do MDM na década de 1970](#)

luta das trabalhadoras do serviço doméstico

comuns apesar das diferenças

Direito à Contracepção e à Legalização do Aborto

e contracepção: assuntos silenciados

Assembleia Constituinte: limitações na concepção sobre Igualdade e o aborto como assunto não assumido

feministas quebram o silêncio sobre o aborto e pressionam o poder político

e contracepção: assuntos silenciados

Assembleia Constituinte: limitações na concepção sobre Igualdade e o aborto como assunto não assumido

feministas quebram o silêncio sobre o aborto e pressionam o poder político

ANOS 80 – AVANÇOS OU RETROCESSOS?

Conferências Internacionais em Torno da Década da Mulher

Encontro Feminista de Vilar do Paraíso em Gaia e Outros Debates

Papel das Associações de Mulheres na Década de 1980

grupos de mulheres formados no início dos anos 80: o GMP, a REDE de Mulheres, o GML e a Associação MAPA

intervenção do GRAAL, MDM e UMAR. A Cooperativa Editorial/IDM e a revista Lua

Editorial /IDM, a fase das publicações: o boletim do IDM e a revista Lua

[novas associações de mulheres formadas na década de 1980](#)

[grupos de mulheres formados no início dos anos 80: o GMP, a REDE de Mulheres, o GML e a Associação MAPA](#)

[intervenção do GRAAL, MDM e UMAR. A Cooperativa Editorial/IDM e a revista Lua](#)

[Editorial /IDM, a fase das publicações: o boletim do IDM e a revista Lua](#)

[novas associações de mulheres formadas na década de 1980](#)

[APF e a sua Componente Feminista](#)

[Aborto na Agenda Política](#)

[debates de 1982](#)

[projecto limitado é aprovado em 1984](#)

[debates de 1982](#)

[projecto limitado é aprovado em 1984](#)

[um Discurso Feminista na Luta pela Legalização do Aborto?](#)

[Plataformas de Acção Comum – o Conselho Consultivo da CIDM e a Coordenadora Nacional de Mulheres](#)

[institucionalização dos feminismos?](#)

[institucionalização dos feminismos?](#)

[Percursos de Vida Entrelaçados com os Feminismos: Maria Alzira Lemos, Maria Antónia Palla, Maria de Lourdes Pintasilgo e Maria Teresa Horta](#)

[Alzira Lemos, feminista e deputada](#)

[Antónia Palla, jornalista e livre pensadora](#)

[de Lourdes Pintasilgo, a ousadia de pisar de uma forma diferente o terreno masculino da política](#)

[Alzira Lemos, feminista e deputada](#)

[Antónia Palla, jornalista e livre pensadora](#)

[de Lourdes Pintasilgo, a ousadia de pisar de uma forma diferente o terreno masculino da política](#)

[Cartas Portuguesas, obra de referência](#)

[Teresa Horta, escritora e feminista](#)

[Conferências Internacionais em Torno da Década da Mulher](#)

[Encontro Feminista de Vilar do Paraíso em Gaia e Outros Debates](#)

[Papel das Associações de Mulheres na Década de 1980](#)

[grupos de mulheres formados no início dos anos 80: o GMP, a REDE de Mulheres, o GML e a Associação MAPA](#)

[intervenção do GRAAL, MDM e UMAR. A Cooperativa Editorial/IDM e a revista Lua](#)

[Editorial /IDM, a fase das publicações: o boletim do IDM e a revista Lua](#)

[novas associações de mulheres formadas na década de 1980](#)

[grupos de mulheres formados no início dos anos 80: o GMP, a REDE de Mulheres, o GML e a Associação MAPA](#)

[intervenção do GRAAL, MDM e UMAR. A Cooperativa Editorial/IDM e a](#)

[revistaLua](#)

[Editorial /IDM, a fase das publicações: o boletim do IDM e a revista Lua](#)

[novas associações de mulheres formadas na década de 1980](#)

[APF e a sua Componente Feminista](#)

[Aborto na Agenda Política](#)

[debates de 1982](#)

[projecto limitado é aprovado em 1984](#)

[debates de 1982](#)

[projecto limitado é aprovado em 1984](#)

[um Discurso Feminista na Luta pela Legalização do Aborto?](#)

[Plataformas de Acção Comum – o Conselho Consultivo da CIDM e a Coordenadora Nacional de Mulheres](#)

[institucionalização dos feminismos?](#)

[institucionalização dos feminismos?](#)

[Percursos de Vida Entrelaçados com os Feminismos: Maria Alzira Lemos, Maria Antónia Palla, Maria de Lourdes Pintasilgo e Maria Teresa Horta](#)

[Alzira Lemos, feminista e deputada](#)

[Antónia Palla, jornalista e livre pensadora](#)

[de Lourdes Pintasilgo, a ousadia de pisar de uma forma diferente o terreno masculino da política](#)

[Alzira Lemos, feminista e deputada](#)

[Antónia Palla, jornalista e livre pensadora](#)

[de Lourdes Pintasilgo, a ousadia de pisar de uma forma diferente o terreno masculino da política](#)

[Cartas Portuguesas, obra de referência](#)

[Teresa Horta, escritora e feminista](#)

[Anos 90 e Novo Milénio: Novas e «Velhas» Causas](#)

[Transnacionalidade dos Feminismos: as Conferências e Redes Mundiais](#)

[Redes de Mulheres e o caso da Marcha Mundial de Mulheres](#)

[onda dos feminismos? Novas gerações de feministas?](#)

[feminismos e os movimentos sociais: a articulação de agendas](#)

[Redes de Mulheres e o caso da Marcha Mundial de Mulheres](#)

[onda dos feminismos? Novas gerações de feministas?](#)

[feminismos e os movimentos sociais: a articulação de agendas](#)

[e a Evolução das Famílias](#)

[«tradição» já não é o que era...](#)

[do discurso feminista em relação à família](#)

[«tradição» já não é o que era...](#)

[do discurso feminista em relação à família](#)

Novas e «Velhas» Causas

poderes e paridade

aborto, ainda na agenda política

referendo imposto por acordo partidário

novo milénio, o aborto continuou na agenda política

violência contra as mulheres

mutação genital feminina

prostituição: diferentes posicionamentos no movimento feminista

tráfico de mulheres

imigrantes

e feminismos – encontros e desencontros

correnteQueer

das mulheres e trajectos emancipatórios

das mulheres

poderes e paridade

aborto, ainda na agenda política

referendo imposto por acordo partidário

novo milénio, o aborto continuou na agenda política

violência contra as mulheres

[mutilação genital feminina](#)

[prostituição: diferentes posicionamentos no movimento feminista](#)

[tráfico de mulheres](#)

[imigrantes](#)

[e feminismos – encontros e desencontros](#)

[correnteQueer](#)

[das mulheres e trajectos emancipatórios](#)

[das mulheres](#)

[Transnacionalidade dos Feminismos: as Conferências e Redes Mundiais](#)

[Redes de Mulheres e o caso da Marcha Mundial de Mulheres](#)

[onda dos feminismos? Novas gerações de feministas?](#)

[feminismos e os movimentos sociais: a articulação de agendas](#)

[Redes de Mulheres e o caso da Marcha Mundial de Mulheres](#)

[onda dos feminismos? Novas gerações de feministas?](#)

[feminismos e os movimentos sociais: a articulação de agendas](#)

[e a Evolução das Famílias](#)

[«tradição» já não é o que era...](#)

[do discurso feminista em relação à família](#)

«tradição» já não é o que era...

do discurso feminista em relação à família

Novas e «Velhas» Causas

poderes e paridade

aborto, ainda na agenda política

referendo imposto por acordo partidário

novo milénio, o aborto continuou na agenda política

violência contra as mulheres

mutação genital feminina

prostituição: diferentes posicionamentos no movimento feminista

tráfico de mulheres

imigrantes

e feminismos – encontros e desencontros

correnteQueer

das mulheres e trajectos emancipatórios

das mulheres

poderes e paridade

aborto, ainda na agenda política

referendo imposto por acordo partidário

novο milénio, o aborto continuou na agenda política

violência contra as mulheres

mutilação genital feminina

prostituição: diferentes posicionamentos no movimento feminista

tráfico de mulheres

imigrantes

e feminismos – encontros e desencontros

corrente Queer

das mulheres e trajectos emancipatórios

das mulheres

Uma Nova Agenda Feminista. Situação das Mulheres no Novo Milénio.
Desafios Colocados.

Nova Agenda Feminista Plural, Abrangente e com Elevado Nível de
Exigência

das Mulheres e Desafios Colocados

Nova Agenda Feminista Plural, Abrangente e com Elevado Nível de
Exigência

das Mulheres e Desafios Colocados

Conclusões da Primeira Parte

e acção feminista na segunda metade do século XX em Portugal

de 1950 – «uma militância, sem dúvida corajosa, mas que não questionou a subordinação das mulheres fora do campo dos direitos políticos»[891]

de 1960: a falta de referências feministas no movimento estudantil e na sociedade impediram um movimento próprio. As questões democráticas e de classe não se entrelaçaram com as questões de género

de 1950 – «uma militância, sem dúvida corajosa, mas que não questionou a subordinação das mulheres fora do campo dos direitos políticos»[891]

de 1960: a falta de referências feministas no movimento estudantil e na sociedade impediram um movimento próprio. As questões democráticas e de classe não se entrelaçaram com as questões de género

de 1970: uma época de mudanças

de 1980: outras formas de acção; direitos das mulheres, sim; feminismos... ainda não!

de 1990 e novo milénio: as novas e velhas causas entrelaçam-se num discurso mais aberto e afirmado sobre os feminismos

de 1980: outras formas de acção; direitos das mulheres, sim; feminismos... ainda não!

de 1990 e novo milénio: as novas e velhas causas entrelaçam-se num discurso mais aberto e afirmado sobre os feminismos

e acção feminista na segunda metade do século XX em Portugal

de 1950 – «uma militância, sem dúvida corajosa, mas que não questionou a subordinação das mulheres fora do campo dos direitos políticos»[891]

de 1960: a falta de referências feministas no movimento estudantil e na sociedade impediram um movimento próprio. As questões democráticas e de classe não se entrelaçaram com as questões de género

de 1950 – «uma militância, sem dúvida corajosa, mas que não questionou a subordinação das mulheres fora do campo dos direitos políticos»[891]

de 1960: a falta de referências feministas no movimento estudantil e na sociedade impediram um movimento próprio. As questões democráticas e de classe não se entrelaçaram com as questões de género

de 1970: uma época de mudanças

de 1980: outras formas de acção; direitos das mulheres, sim; feminismos... ainda não!

de 1990 e novo milénio: as novas e velhas causas entrelaçam-se num discurso mais aberto e afirmado sobre os feminismos

de 1980: outras formas de acção; direitos das mulheres, sim; feminismos... ainda não!

de 1990 e novo milénio: as novas e velhas causas entrelaçam-se num discurso mais aberto e afirmado sobre os feminismos

SEGUNDA PARTE

OS FEMINISMOS E AS NOVAS GERAÇÕES DE ESTUDANTES

Um Estudo Junto de Alunas e Alunos do Ensino Secundário

1. Escola, um local de reprodução e transmissão das desigualdades de género?

2. A consciência das discriminações

3. A partilha nos espaços «privado» e «público» – a paridade

A partilha das tarefas domésticas

4. A violência sobre as mulheres

5. Sexualidades

6. Perspectivas sobre os feminismos

7. Diferentes perfis em relação aos feminismos

8. A aplicação do questionário em escolas da região de Viseu e análise comparativa com Almada

9. Entrevistas: a tentativa de compreensão de algumas contradições

10. Conclusões do estudo

Igualdade

Actividade profissional

Participação no poder político

Violência sobre as mulheres

1. Escola, um local de reprodução e transmissão das desigualdades de género?

2. A consciência das discriminações

3. A partilha nos espaços «privado» e «público» – a paridade

A partilha das tarefas domésticas

4. A violência sobre as mulheres

5. Sexualidades

6. Perspectivas sobre os feminismos

7. Diferentes perfis em relação aos feminismos

8. A aplicação do questionário em escolas da região de Viseu e análise comparativa com Almada

9. Entrevistas: a tentativa de compreensão de algumas contradições

10 . Conclusões do estudo

Igualdade

Actividade profissional

Participação no poder político

Violência sobre as mulheres

Um Estudo Junto de Alunas e Alunos do Ensino Secundário

1. Escola, um local de reprodução e transmissão das desigualdades de género?

2. A consciência das discriminações

3. A partilha nos espaços «privado» e «público» – a paridade

A partilha das tarefas domésticas

4. A violência sobre as mulheres

5. Sexualidades

6. Perspectivas sobre os feminismos

7. Diferentes perfis em relação aos feminismos

8. A aplicação do questionário em escolas da região de Viseu e análise comparativa com Almada

9. Entrevistas: a tentativa de compreensão de algumas contradições

10 . Conclusões do estudo

Igualdade

Actividade profissional

Participação no poder político

Violência sobre as mulheres

1. Escola, um local de reprodução e transmissão das desigualdades de género?

2. A consciência das discriminações

3. A partilha nos espaços «privado» e «público» – a paridade

A partilha das tarefas domésticas

4. A violência sobre as mulheres

5. Sexualidades

6. Perspectivas sobre os feminismos

7. Diferentes perfis em relação aos feminismos

8. A aplicação do questionário em escolas da região de Viseu e análise comparativa com Almada

9. Entrevistas: a tentativa de compreensão de algumas contradições

10 . Conclusões do estudo

Igualdade

Actividade profissional

Participação no poder político

Violência sobre as mulheres

TERCEIRA PARTE

A EVOLUÇÃO DA TEORIA FEMINISTA, A RECONFIGURAÇÃO DAS CORRENTES

I Feminismos e os Estudos sobre as Mulheres em Portugal

As origens dos estudos sobre as mulheres e a Comissão da Condição Feminina

As origens dos estudos sobre as mulheres e a Comissão da Condição Feminina

II A Evolução da «Teoria Feminista». Um Novo Sujeito Feminista?

As origens

Contributos e limitações do marxismo para o feminismo. Um «casamento mal sucedido?»

A segunda vaga dos feminismos e os contributos do feminismo radical

Características das correntes do feminismo em Portugal e Espanha (1975-1985)

Do discurso liberal dos direitos ao discurso neoliberal dos tempos actuais

Feminismo e pós-modernidade

As origens

Contributos e limitações do marxismo para o feminismo. Um «casamento mal sucedido?»

A segunda vaga dos feminismos e os contributos do feminismo radical

Características das correntes do feminismo em Portugal e Espanha (1975-1985)

Do discurso liberal dos direitos ao discurso neoliberal dos tempos actuais

Feminismo e pós-modernidade

III A Reconfiguração das Correntes do Feminismo

Uma questão complexa

Feminismo tácito e feminismo assumido

Feminismo de «agência» ou de intervenção social

Feminismo liberal / institucional

Feminismo neoconservador

Uma questão complexa

Feminismo tácito e feminismo assumido

Feminismo de «agência» ou de intervenção social

Feminismo liberal / institucional

Feminismo neoconservador

I Feminismos e os Estudos sobre as Mulheres em Portugal

As origens dos estudos sobre as mulheres e a Comissão da Condição Feminina

As origens dos estudos sobre as mulheres e a Comissão da Condição Feminina

II A Evolução da «Teoria Feminista». Um Novo Sujeito Feminista?

As origens

Contributos e limitações do marxismo para o feminismo. Um «casamento mal sucedido?»

A segunda vaga dos feminismos e os contributos do feminismo radical

Características das correntes do feminismo em Portugal e Espanha (1975-1985)

Do discurso liberal dos direitos ao discurso neoliberal dos

tempos actuais

Feminismo e pós-modernidade

As origens

Contributos e limitações do marxismo para o feminismo.

Um «casamento mal sucedido?»

A segunda vaga dos feminismos e os contributos do

feminismo radical

Características das correntes do feminismo em Portugal e

Espanha (1975-1985)

Do discurso liberal dos direitos ao discurso neoliberal dos

tempos actuais

Feminismo e pós-modernidade

III A Reconfiguração das Correntes do Feminismo

Uma questão complexa

Feminismo tácito e feminismo assumido

Feminismo de «agência» ou de intervenção social

Feminismo liberal / institucional

Feminismo neoconservador

Uma questão complexa

Feminismo tácito e feminismo assumido

Feminismo de «agência» ou de intervenção social

Feminismo liberal / institucional

Feminismo neoconservador

Conclusões

Em jeito de síntese final

Principais Siglas Utilizadas

Cronologia Comparada (1947-2007)

1947

1948

1949

1950

1951

1952

1953

1954

1955

1956

[1957](#)
[1958](#)
[1959](#)
[1960](#)
[1961](#)
[1962](#)
[1963](#)
[1964](#)
[1965](#)
[1966](#)
[1967](#)
[1968](#)
[1969](#)
[1970](#)
[1971](#)
[1972](#)
[1973](#)
[1974](#)
[1975](#)
[1976](#)
[1977](#)
[1978](#)
[1979](#)
[1980](#)
[1981](#)
[1982](#)
[1983](#)
[1984](#)
[1985](#)
[1986](#)
[1987](#)
[1988](#)
[1989](#)
[1990](#)
[1991](#)
[1992](#)
[1993](#)

[1994](#)

[1995](#)

[1996](#)

[1997](#)

[1998](#)

[1999](#)

[2000](#)

[2001](#)

[2002](#)

[2003](#)

[2004](#)

[2005](#)

[2006](#)

[2007](#)

[ANEXOS](#)

[Listas para as direcções das associações de estudantes nas décadas de 1960 e de 1970](#)

[INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO A ALUNAS E ALUNOS DO 12.º ANO DAS ESCOLAS DE ALMADA E VISEU](#)

[17. Imagine-se casado\(a\) e já com filhos \(as\) pequenos \(as\)](#)

[18. Imaginando uma situação daqui a alguns anos](#)

[19. Participa regularmente em actividades associativas, sindicais, comunitárias ou políticas ?](#)

[20.1 SIM..... 20.2 NÃO.....](#)

[Bibliografia](#)